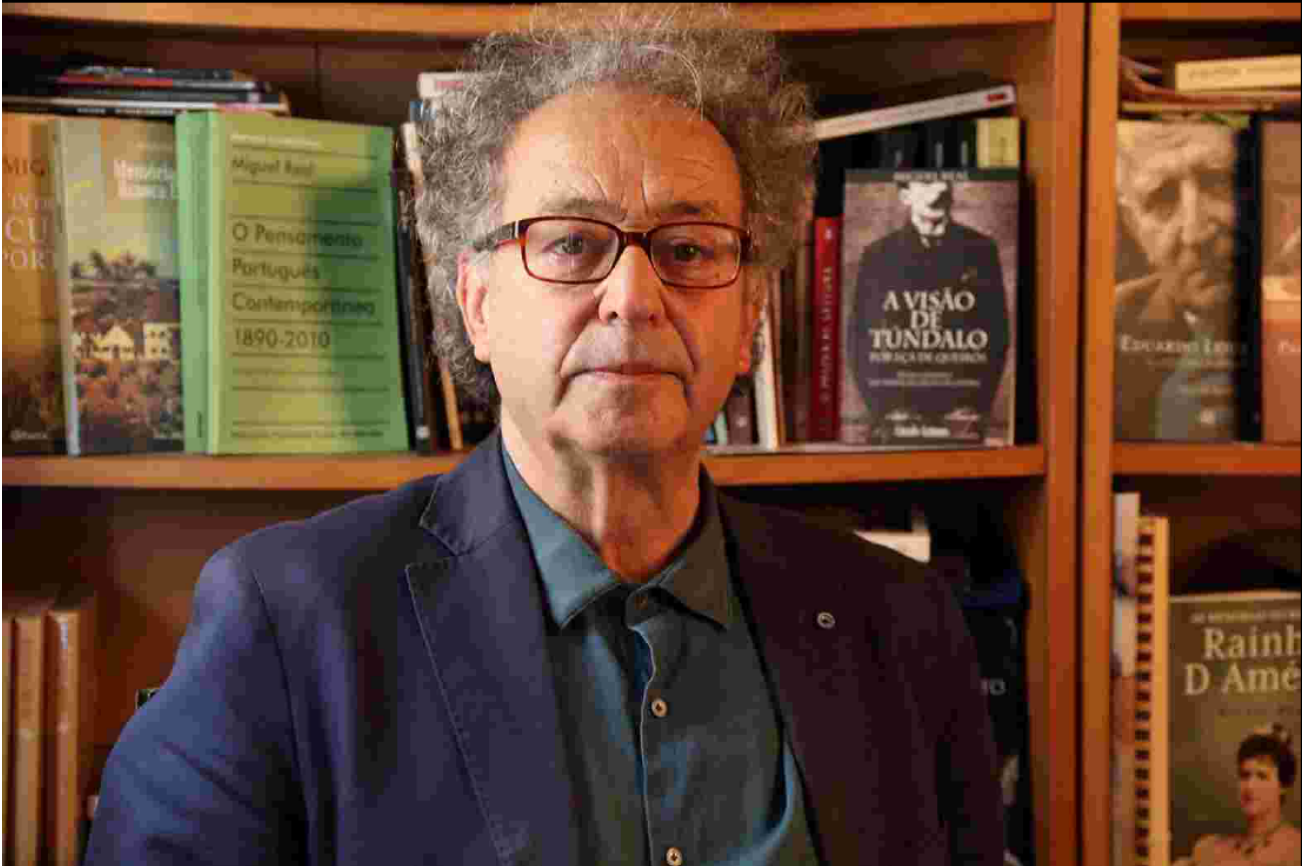


Carla Sofia Gomes Xavier Luís,  
Annabela Rita  
& Alexandre António da Costa Luís  
(Orgs.)

# Miguel Real

## 40 anos de Escrita: Literatura, Filosofia e Cultura

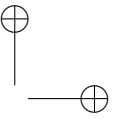
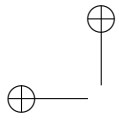


A handwritten signature in white ink, appearing to read 'Miguel Real'.

LusoSofia:Press  
Universidade da Beira Interior  
Covilhã 2022







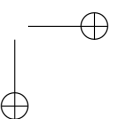
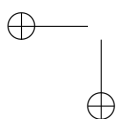
Carla Sofia Gomes Xavier LUÍS,  
Annabela RITA &  
Alexandre António da Costa LUÍS  
(Orgs.)

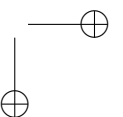
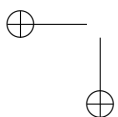
# Miguel Real – 40 anos de Escrita: Literatura, Filosofia e Cultura

LUSOSOFIA: PRESS

Universidade da Beira Interior  
Covilhã

2022







LUSOSofia:PRESS

Covilhã, 2022

FICHA TÉCNICA

Título: *Miguel Real – 40 Anos de Escrita: Literatura, Filosofia e Cultura*

Organizadores: Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Annabela Rita  
& Alexandre António da Costa Luís (Orgs.)

Coleção: Livros LUSOSOFIA

Design da capa: Madalena Sena

Fotografia da capa: cedida por Miguel Real

Paginação e composição: Filomena Santos

Revisão: Carla Sofia Gomes Xavier Luís

Edição: Universidade da Beira Interior

Cidade: Covilhã

Impressão: Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Depósito Legal: 508182/22

ISBN (PDF): 978-989-654-880-3

ISBN (Encadernado): 978-989-654-879-7



## CONSELHO CIENTÍFICO

**Aldinida MEDEIROS** (Universidade Estadual da Paraíba, Brasil)

**Alexandre António da Costa LUÍS** (Universidade da Beira Interior, PRAXIS, Portugal)

**Álvaro Manuel MACHADO** (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

**Ana Paula ARNAUT** (Universidade de Coimbra, Portugal)

**André BARATA** (Universidade da Beira Interior, PRAXIS, Portugal)

**Annabela RITA** (Universidade de Lisboa, CLEPUL, ALLC, APE, IEF, OLP, SHIP, Portugal)

**António AMARAL** (Universidade da Beira Interior, PRAXIS, Portugal)

**António Carreto FIDALGO** (Universidade da Beira Interior, Portugal)

**António Franco CÂNDIDO** (Universidade de Évora, Portugal)

**António José BORGES** (CLEPUL, Revista Nova Águia, Portugal)

**Armando Marques GUEDES** (UNL – CEDIS, IDP, SHIP, SPDI, Portugal)

**Barbara JURSIK** (Universidade de de Ljubljana, Eslovénia)

**Beata CIEZYNSKA** (ComapRes / IECC-PMA, Polónia)

**Cândido Oliveira MARTINS** (Universidade Católica Portuguesa de Braga, Portugal)

**Carla Sofia Gomes Xavier LUÍS** (Universidade da Beira Interior, PRAXIS, Portugal)

**Carlos FIOLEAIS** (Universidade de Coimbra, Diretor do Rómulo CCVUC, Portugal)

**Carlos QUIROGA** (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha)

**Daniela MARCHESCHI** (Fundações Dino Terra e Carlo Collodi, Itália)

**Daniel HENRI-PAGEAUX** (Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3, França)

**Dionísio Vila MAIOR** (UAb – CLEPUL, Portugal)

**Ernesto RODRIGUES** (Universidade de Lisboa, CLEPUL, Portugal)

**Fabio Mario SILVA** (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil)

**Fernando CRISTÓVÃO** (Universidade de Lisboa, CLEPUL, Portugal)

**Fernando MOREIRA** (Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Portugal)

**Filomena OLIVEIRA** (Encenadora da Éter – Produção Cultural, Portugal)

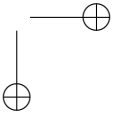
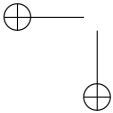
**Gabriel MAGALHÃES** (Universidade da Beira Interior, CEC da UL, Portugal)

**Guilherme d'Oliveira MARTINS** (Presidente do Grande Conselho do Centro Nacional de Cultura, Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal)

**Idalina SIDONCHA** (Universidade da Beira Interior, PRAXIS, Portugal)

**Isabel LOUSADA** (OIHD – Observatório Internacional dos Direitos Humanos, Portugal)

**Isabel Moran CABANAS** (GRAALL, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha)





**Isabel Ponce de LEÃO** (Universidade Fernando Pessoa, Portugal)

**Jorge RANGEL** (Instituto Internacional de Macau, Macau)

**José Carlos Seabra PEREIRA** (Universidade de Coimbra, Portugal)

**José DOMINGUES** (Universidade da Beira Interior, PRAXIS, Portugal)

**José Eduardo FRANCO** (C. I. de Direitos Humanos Uab, FCT, CLEPUL, Portugal)

**José Ignacio Ruiz RODRÍGUEZ** (GEP Europeo, U. Alcalá, ULISTV, Espanha)

**José Ignacio Vázquez DIÉGUEZ** (Universidade da Beira Interior, LabCom, Portugal)

**José ROSA** (Universidade da Beira Interior, PRAXIS, Portugal)

**Luísa PAOLINELLI** (Universidade da Madeira, Portugal)

**Luís Machado de ABREU** (Universidade de Aveiro, Portugal)

**Luiz Eduardo OLIVEIRA** (Universidade Federal de SERGIPE, Brasil)

**Manuel SÉRGIO** (Universidade de Lisboa, FMH, Portugal)

**Marco LUCCHESI** (Presidente da Academia Brasileira de Letras, Brasil)

**Maria Luísa Castro SOARES** (Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, CECH UC, MIL, Portugal)

**Maria Theresa Abelha ALVES** (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

**Mariagrazia RUSSO** (Università degli Studi Internazionali di Roma, Itália)

**Mendo de Castro HENRIQUES** (CEFi, UCP, Portugal)

**Moisés Lemos MARTINS** (Universidade do Minho, Portugal)

**Nuno JÚDICE** (Ensaísta, Poeta, Ficcionista, Professor Universitário, Portugal)

**Onésimo Teotónio D'ALMEIDA** (Universidade de Brown, EUA)

**Paulo OSÓRIO** (Universidade da Beira Interior, LabCom, Portugal)

**Paulo SERRA** (Universidade da Beira Interior, LabCom, Portugal)

**Petar PETROV** (Universidade do Algarve, CLEPUL, Portugal)

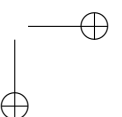
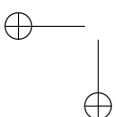
**Renato EPIFÂNIO** (MIL, Jornal de Relações Internacionais, Diretor da Nova Águia, Portugal)

**Ruiz Rodríguez José IGNACIO** (Facultad de Filosofía y Documentación, Espanha)

**Stelio FURLAN** (U. Santa Catarina, Rev. Anpoll, Anuário de Literatura, Brasil)

**Teolinda GERSÃO** (Universidade Nova de Lisboa, Escritora, Portugal)

**Urbano SIDONCHA** (Universidade da Beira Interior, PRAXIS, Portugal)

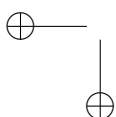






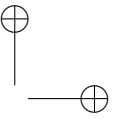
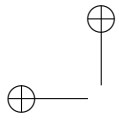
# Índice

<b>I. EM PÓRTICO</b>	<b>1</b>
<b>1.1. HOMENAGEM &amp; CELEBRAÇÃO: À DESCOBERTA DA VIDA E OBRA DE MIGUEL REAL</b>	<b>3</b>
<b>1.2. NOTAS PREFACIAIS</b>	<b>11</b>
1.2.1. Nota Prefacial	
<b>Paulo SERRA</b> . . . . .	13
1.2.2. Miguel Real, um Testemunho Intelectual	
<b>André BARATA</b> . . . . .	21
1.2.3. “...da UBI? Ah! Essa Bela Escola!”	
<b>José Maria da Silva ROSA</b> . . . . .	25
1.2.4. Nota Prefacial ao Livro de Homenagem a Miguel Real	
<b>Carlos FIOLEIRAS</b> . . . . .	29
1.2.5. Quarenta Anos Fecundos	
<b>Guilherme d’Oliveira MARTINS</b> . . . . .	35
1.2.6. Miguel Real, um Iluminista na Hipermodernidade Portuguesa: um Louvor Tempestivo	
<b>José Eduardo FRANCO</b> . . . . .	41
1.2.7. Uma outra Faceta Igualmente Real	
<b>Onésimo Teotónio de ALMEIDA</b> . . . . .	55
<b>1.3. LIGAÇÃO DE MIGUEL REAL À UBI</b>	<b>59</b>
1.3.1. Miguel Real e a UBI	
<b>Alexandre António da Costa LUÍS</b> . . . . .	61
<b>II. A PALAVRA AOS LEITORES DE MIGUEL REAL</b>	<b>73</b>
<b>2.1. LEITURAS</b>	<b>75</b>
2.1.1. Do Diálogo do Escritor com o Ensaísta a Propósito de Fátima	
<b>Agripina Carriço VIEIRA</b> . . . . .	77

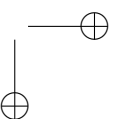
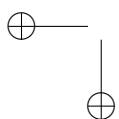


2.1.2. Cultura Portuguesa e “Extraterritorialidade” em Miguel Real <b>Álvaro Manuel MACHADO</b> . . . . .	87
2.1.3. A Felicidade de todos ou a Consciência da Vida – Poder é Conhecer: a Narrativa de Miguel Real <b>António José BORGES</b> . . . . .	97
2.1.4. <i>O Último Minuto na Vida de S.</i> , de Miguel Real <b>Annabela RITA</b> . . . . .	111
2.1.5. Retratos dos Judeus na Obra Ensaística e Ficcional de Miguel Real <b>Carla Sofia Gomes Xavier LUÍS</b> . . . . .	127
2.1.6. Visões de Fátima na Obra Ensaística e Ficcional de Miguel Real <b>Carla Sofia Gomes Xavier LUÍS</b> . . . . .	175
2.1.7. José Saramago, George Steiner e Miguel Real: “O Mal É” <b>Carlos NOGUEIRA</b> . . . . .	203
2.1.8. Miguel Real Leitor de Eduardo Lourenço <b>Daniel-Henri PAGEAUX</b> . . . . .	229
2.1.9. Um Encontro com o Essencial <b>Elisangela da Rocha STEINMETZ</b> . . . . .	237
2.1.10. Reflexões para a Aula de Literatura Portuguesa através da Obra <i>Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa</i> , de Miguel Real <b>Fabio Mario da SILVA</b> . . . . .	243
2.1.11. Que Cavalos são Estes que se Ouvem na Prosa Romanesca de Miguel Real? <b>Gabriel MAGALHÃES</b> . . . . .	251
2.1.12. Miguel Real ou Como Ser Feliz em Portugal <b>Gabriel MAGALHÃES</b> . . . . .	267
2.1.13. Miguel Real: em Demanda de Portugal... <b>Guilherme d’Oliveira MARTINS</b> . . . . .	275
2.1.14. A Vida, o Amor e o Ódio: uma Teatralidade no Feminino <b>Isabel PONCE DE LEÃO</b> . . . . .	281
2.1.15. O Pecado de Miguel Real <b>José BRISSOS-LINO</b> . . . . .	291

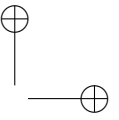
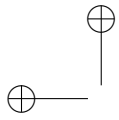




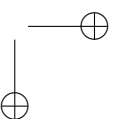
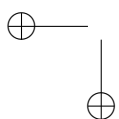
2.1.16. Miguel Real – o Outro e o Mesmo (Proposições Primeiras sobre uma Singular Poligrafia) <b>José Carlos Seabra PEREIRA</b> . . . . .	303
2.1.17. <i>A Morte de Portugal</i> e o <i>Último Europeu</i> de Miguel Real: do Ensaio Escatológico à Ficção Utópica <b>José Eduardo REIS</b> . . . . .	313
2.1.18. <i>A Guerra dos Mascates</i> de José de Alencar a Miguel Real – Quando a História Parece Escrita para ser Romance <b>Luísa Marinho Antunes PAOLINELLI</b> . . . . .	327
2.1.19. Entre o Amor e a Memória. Uma Leitura de <i>O Último Minuto na Vida de S.</i> , de Miguel Real <b>Manuel Frias MARTINS</b> . . . . .	345
2.1.20. A “Nova” e a “Velha” Europa: uma Leitura de <i>O Último Europeu</i> de Miguel Real <b>Maria do Carmo Mendes CARDOSO</b> . . . . .	353
2.1.21. <i>O Feitiço da Índia</i> de Miguel Real: Índia Geográfica, Demanda e Mito <b>Maria Luísa de Castro SOARES</b> . . . . .	361
2.1.22. <i>A Guerra dos Mascates</i> ou Quando o Açúcar Salga, Apimenta e faz Rir <b>Maria Theresa Abelha ALVES</b> . . . . .	377
2.1.23. <i>A Casa das Mil Portas</i> : Miguel Real e a Filosofia Portuguesa <b>Pedro MARTINS</b> . . . . .	401
2.1.24. O Contributo de Miguel Real para a Periodização do Romance Português Contemporâneo <b>Petar PETROV</b> . . . . .	421
2.1.25. A Visão de Miguel Real sobre Portugal e a Lusofonia <b>Renato EPIFÂNIO</b> . . . . .	429
2.1.26. No Fim, a Distopia: Cartografar o Espaço Físico no Romance <i>O Último Europeu. 2284</i> , de Miguel Real <b>Teresa BAGÃO</b> . . . . .	437
2.1.27. É a Identidade o “Lugar Natural” da Cultura? Um Debate a partir de <i>Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa</i> de Miguel Real <b>Urbano SIDONCHA &amp; Idalina SIDONCHA</b> . . . . .	487



<b>2.2. DEPOIMENTOS</b>	<b>499</b>
2.2.1. Sonhadores Angustiados da Pátria	
<b>Amadeu Prado de LACERDA</b> . . . . .	501
2.2.2. Minha Homenagem a Miguel Real	
<b>Angelino PEREIRA</b> . . . . .	505
2.2.3. Miguel Real	
<b>António Cândido FRANCO</b> . . . . .	509
2.2.4. Vitalidade e Rigor – Alguns Aspectos sobre a Obra de Miguel Real	
<b>António José BORGES</b> . . . . .	511
2.2.5. Miguel Real	
<b>Barbara Jursic LIUBLIANA</b> . . . . .	517
2.2.6. Homenagem a Miguel Real	
<b>Belarmino A. SALVADO-BARATA</b> . . . . .	519
2.2.7. Depoimento	
<b>Carlos FIALHAIS</b> . . . . .	523
2.2.8. Com Miguel Real	
<b>Carlos LEONE</b> . . . . .	527
2.2.9. Homenagem a Miguel Real	
<b>Carlos QUIROGA</b> . . . . .	533
2.2.10. A Sacralização da Cultura	
<b>Daniel PIRES</b> . . . . .	535
2.2.11. Miguel Real: La Scrittura come Costruzione dell’Utopia	
<b>Daniela MARCHESCHI</b> . . . . .	539
2.2.12. Alguns Encontros Galego-Portugueses com Miguel Real	
<b>Isabel Moran CABANAS</b> . . . . .	543
2.2.13. <i>Ex Corde</i>	
<b>Isabel PONCE DE LEÃO</b> . . . . .	547
2.2.14. Acto de Admiração a Miguel Real	
<b>Jesué Pinharanda GOMES</b> . . . . .	551
2.2.15. Miguel Real, um dos Últimos Intelectuais	
<b>João Maurício BRÁS</b> . . . . .	559
2.2.16. O Salmão e o Encanto de Luís Martins	
<b>João MORGADO</b> . . . . .	567
2.2.17. O Livro é o Mais Perfeito Retrato do Homem	
<b>José ANTUNES</b> . . . . .	571



2.2.18. Miguel Real	
<b>José Manuel MENDES</b> . . . . .	575
2.2.19. Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa	
<b>Manuel SÉRGIO</b> . . . . .	577
2.2.20. Depoimento	
<b>Marco Americo LUCCHESI</b> . . . . .	585
2.2.21. Homenagem a Miguel Real	
<b>Maria das Graças do NASCIMENTO</b> . . . . .	589
2.2.22. “Antes dos Livros”	
<b>Maria do Rosário PEDREIRA</b> . . . . .	593
2.2.23. Funâmbulo do Tempo	
<b>Mário CLÁUDIO</b> . . . . .	597
2.2.24. Uma Obra Necessária	
<b>Nuno JÚDICE</b> . . . . .	601
2.2.25. Ler Tudo para Tudo Entender	
<b>Onésimo Teotónio de ALMEIDA</b> . . . . .	603
2.2.26. A Chegada do Medo ao Quadro Interpretativo do Humano: Miguel Real no Cruzamento com a Ciência das Religiões	
<b>Paulo Mendes PINTO</b> . . . . .	607
2.2.27. Navegando com Miguel Real pelos Mares Geográficos e Literários	
<b>Silvie ŠPÁNKOVÁ</b> . . . . .	613
2.2.28. Depoimento	
<b>Teolinda GERSÃO</b> . . . . .	617
<b>2.3. SAUDAÇÕES</b>	<b>623</b>
2.3.1. Saudação	
<b>António ROCHA</b> . . . . .	625
2.3.2. Saudação da Câmara Municipal da Guarda a Miguel Real	
<b>Carlos Chaves MONTEIRO</b> . . . . .	627
2.3.3. Homenagem a Miguel Real	
<b>Catarina Vaz PINTO</b> . . . . .	631
2.3.4. Saudação da Academia de Marinha a Miguel Real	
<b>Francisco Vidal ABREU</b> . . . . .	635
2.3.5. Saudação da Câmara Municipal da Covilhã a Miguel Real	
<b>Vítor PEREIRA</b> . . . . .	637

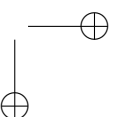
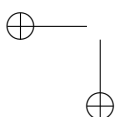


<b>2.4. ESCREVER A DUAS MÃOS COM MIGUEL REAL</b>	<b>641</b>
2.4.1. Ensaio – Miguel Real: o Verbo <i>Imaginante</i>	
<b>Annabela RITA</b> . . . . .	643
2.4.2. Ficção – A Minha Parceria Literária com Miguel Real em <i>O Deputado da Nação</i>	
<b>Manuel da Silva RAMOS</b> . . . . .	657
2.4.3. Teatro – Escrever para Teatro a duas mãos com Miguel Real	
<b>Filomena OLIVEIRA</b> . . . . .	661
<b>2.5. MIGUEL REAL FICCIONADO</b>	<b>693</b>
2.5.1. Conto para Miguel Real	
<b>Alexandre HONRADO</b> . . . . .	695
2.5.2. Carta de Ana Paula Guimarães a Filomena Oliveira/ Luís Martins/Miguel Real	
<b>Ana Paula GUIMARÃES</b> . . . . .	699
2.5.3. Memórias Secretas de Luís Martins no Reino da Lusotopia	
<b>Deana BARROQUEIRO</b> . . . . .	703
2.5.4. A Cidade de Santo António	
<b>Filomena Marona BEJA</b> . . . . .	711
2.5.5. Uma Tarde em Ovar com Miguel Real	
<b>Manuel da Silva RAMOS</b> . . . . .	715
2.5.6. O Teu Nome	
<b>Medina de GOUVEIA</b> . . . . .	719
2.5.7. A Última Entrevista	
<b>Natália CONSTÂNCIO</b> . . . . .	723
2.5.8. Aqui na Fronteira...	
<b>Sérgio Luís de CARVALHO</b> . . . . .	741
<b>III. A PALAVRA A MIGUEL REAL</b>	<b>747</b>
<b>3.1. AUTOBIOGRAFIA IMPERFEITA POR MIGUEL REAL</b>	<b>749</b>
<b>3.2. ENTREVISTAS</b>	<b>759</b>
3.2.1. Entrevista “Miguel Real Muitos em um...” . . . . .	761

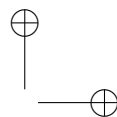
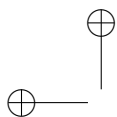


- 3.2.2. “Traços Fundamentais da Vida e Obra de Miguel Real”. Entrevista a Miguel Real por Annabela Rita e Carla Sofia Luís . . . 769

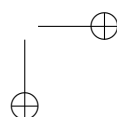
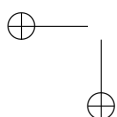
<b>IV. MIGUEL REAL: DOS 40 ANOS DE ESCRITA AO ÁLBUM DE 2018-2019</b>	<b>787</b>
<b>4.1. OBRAS PRINCIPAIS</b>	<b>789</b>
<b>4.2. ALGUNS PRÉMIOS E DISTINÇÕES</b>	<b>795</b>
<b>4.3. HOMENAGEM &amp; CELEBRAÇÃO: FLASHES DE UM ITINERÁRIO</b>	<b>799</b>
4.3.1. Cartazes dos Eventos Dedicados a Miguel Real . . . . .	800
4.3.1.1. Programa do <i>Colóquio Internacional</i> . . . . .	803
4.3.1.2. Idiossincrasias – Curta-Metragem Documentário com base na obra <i>Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa</i> , de Miguel Real . . . . .	808
4.3.2. Sinopses das Comunicações que Integram o Caderno de Resumos do Colóquio Internacional Miguel Real: Literatura, Filosofia, Cultura . . . . .	810
4.3.3. Sinopses dos Eventos Afetos ao Ciclo de Homenagem (BMEL, Guarda) . . . . .	820
4.3.4. Guião da Exposição . . . . .	822
<b>4.4. GALERIA DE IMAGENS</b>	<b>845</b>
<b>4.5. TABULA GRATULATORIA</b>	<b>861</b>







# I. EM PÓRTICO







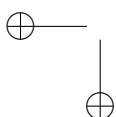


# **1.1. HOMENAGEM & CELEBRAÇÃO: À DESCOBERTA DA VIDA E OBRA DE MIGUEL REAL <sup>1</sup>**



---

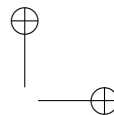
<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



A Universidade da Beira Interior, situada na Covilhã, teve o prazer de acolher, nos dias 7 e 8 de novembro de 2018, o *Colóquio Internacional – Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura*. Este evento iniciou um **Ciclo de Homenagem** que veio celebrar a efeméride dos **40 anos (1979<sup>2</sup>-2019) de escrita literária de Miguel Real**, tendo em mente a **redação** da sua primeira obra ficcional, *O Outro e o Mesmo*, publicada no ano seguinte (1980), e, desde logo, agraciada com o Prémio Revelação e Ficção da APE/IPLB, composto por várias iniciativas, que incluem, além do congresso internacional, muitos outros colóquios e conferências, uma exposição, peças de teatro, um documentário artístico e um painel num congresso internacional. **Quatro décadas** dedicadas à reflexão intensa em torno de alguns traços fundamentais das culturas portuguesa, europeia, lusófona, mundial, eternizadas nos **79 títulos** destacados na página 789 (e muitos outros virão!) de elevadíssima qualidade científica e estética, além de muitas outras páginas dispersas por incontáveis obras, onde participou na qualidade de prefaciador, entrevistado, entrevistador, membro da comissão científica, edição crítica e literária, tradução, crónicas, de onde destacamos as quinzenalmente publicadas no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, entre tantas outras colaborações, perfazem um número incontável de páginas escritas por Miguel Real absolutamente incontornáveis para o acervo cultural lusófono, foram razões mais do que suficientes para esta celebração.

Naturalmente, sem o apoio institucional e financeiro da **Universidade da Beira Interior**, local onde tudo começou, nas pessoas do então Magnífico Reitor, **Professor Doutor António Fidalgo**, do então Presidente da Faculdade de Artes e Letras, **Professor Doutor José Rosa**, do então Presidente do Instituto Coordenador de Investigação e Coordenador do LabCom.IFP, **Professor Doutor Paulo Serra**, dos então Presidentes dos Departamentos de Letras e de Comunicação e Artes, Professores Doutores **José Ignacio Vázquez Diéguez** e **Gisela Gonçalves**, respetivamente, que, desde o primeiro contacto, acolheram a iniciativa com elevado entusiasmo, nada disto teria sido possível. Reiteramos, por conseguinte, em versão escrita, os agradecimentos a todos os que contribuíram para que este **Ciclo de Homenagem**, agora vertido em livro, fosse uma feliz realidade.

<sup>2</sup>Note-se que apesar de publicada em 1980, esta obra estava concluída já em 1979, até um pouco antes, como se pode ler na sua derradeira página: Nazaré – Agosto/77; Sintra – Dezembro/78.



Logo na fase inicial, várias entidades, listadas na página do evento<sup>3</sup>, foram-se associando à mencionada iniciativa, de onde destacamos as que figuram na qualidade de **Instituições promotoras associadas**, a saber: o **Centro Nacional de Cultura**, o **Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa**, a **Academia Lusófona Luís de Camões**, o **Instituto Europeu de Ciências da Cultura – Padre Manuel Antunes**, o **Instituto Fernando Pessoa** e o **Observatório da Língua Portuguesa**.

Para além destas últimas, outras Instituições de renome aceitaram prontamente associar-se ao citado Colóquio Internacional, de onde salientamos, a título de exemplo, as **Instituições Associadas: Academia Lusófona Luís de Camões, Academia de Marinha, Academia das Ciências de Lisboa, APE – Associação Portuguesa de Escritores, Fundação António Quadros, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) Universidade de Lisboa, Asociación de Profesores de Lengua Portuguesa en España (APLEPES), Grupo de Estudos Literários Lusófonos (GIELLUS) da Universidade Estadual da Paraíba, Instituto Internacional de Macau, Nova Águia – Revista de Cultura para o Século XXI, Câmara Municipal da Covilhã, Câmara Municipal de Belmonte, Câmara Municipal do Fundão, Câmara Municipal da Guarda, Câmara Municipal de Lisboa**. Destacamos ainda o **Centro Nacional de Cultura**, a **Universidade de Brown – USA**, a **Fondazione Dino Terra – Itália**, a **Cátedra CIPSH de Estudos Globais da Universidade Aberta**, a **Universidade de Santiago de Compostela – Espanha**, que prontamente se associaram a estas iniciativas e cujos respetivos logótipos fazem parte integrante desta publicação. Um agradecimento a todas elas. E permitam-nos que façamos um agradecimento muito especial à Academia de Marinha na pessoa do **Senhor Almirante Francisco Vidal Abreu** que se fez representar pelo Comandante Valente Zambujo, afável e generosa companhia durante todo o colóquio.

Os apoios financeiros das **Câmaras Municipais da região da Beira Interior** foram muito importantes, contribuindo para o sucesso deste evento. Agradecemos a generosidade da **Câmara Municipal da Covilhã**, nas pessoas do Dr. Vítor Pereira e da Dr.<sup>a</sup> Regina Gouveia, pelo patrocínio do momento cultural afeto ao evento científico: a peça de teatro *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, uma adaptação dramaturgicamente de Miguel Real e Filomena Oliveira,

<sup>3</sup>Disponível em [www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcolouquio/](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcolouquio/).



edificada com base na homónima obra de José Saramago *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (dia 7 de novembro, Grande Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde). Agradecemos igualmente o autocarro para o transporte dos convidados que facilitou sobejamente a mobilidade dentro da cidade da Covilhã. À **Câmara Municipal da Guarda**, na pessoa do Dr. Carlos Chaves Monteiro, agradecemos a oferta do jantar referente ao segundo dia do Colóquio Internacional. À **Câmara Municipal de Belmonte**, nas pessoas do Dr. António Dias Rocha e Dr. João Morgado, agradecemos a oferta do jantar referente ao primeiro dia. À **Câmara Municipal do Fundão**, nas pessoas do Dr. Paulo Alexandre Fernandes e da Dr.<sup>a</sup> Maria Alcina Cerdeira, agradecemos a oferta dos sacos distribuídos aos convidados com produtos regionais, de entre os quais o célebre vinho com qual brindámos no final deste Colóquio.

Não podemos ainda deixar de destacar que a Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço e a Câmara Municipal da Guarda<sup>4</sup> se associam ao mencionado **ciclo de homenagem** através da realização de uma **exposição** (patente na BMEL entre **outubro-dezembro de 2019**) dedicada a este destacado vulto da cultura portuguesa, leitor assíduo de **Eduardo Lourenço** e autor de três premiadas obras intituladas *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa* (Quidnovi, 2008), *O Essencial Sobre Eduardo Lourenço* (INCM, 2003) e *Eduardo Lourenço – Os Anos da Formação 1945-1958* (INCM, 2003). No âmbito desta iniciativa promovida pela BMEL/CMG, realizaram-se **três colóquios** que procuraram abarcar diferentes dimensões da obra de Miguel Real, a saber: **Ensaio**: Filosofia e Cultura Portuguesa e **Ficção**: Teatro e Romance. No primeiro evento, intitulado **Colóquio Miguel Real – 40 anos de escrita: ensaio, ficção, &tc.** (4 de outubro de 2019, BMEL – Guarda), além das conferências proferidas por alguns especialistas da obra realiana, foi inaugurada a exposição. No segundo evento, intitulado **Colóquio Miguel Real – 40 anos de escrita: a (re)criação dramática** (6 de novembro de 2019, TMG – Guarda), além da participação dos conferencistas Miguel Real e Filomena Oliveira, que dissertaram sobre a parceria empreendida no campo da redação de textos dramáticos originais ou na adaptação de romances de autores relevantes no âmbito da Cultura Portuguesa, tivemos a oportunidade de assistir à performance da peça de teatro *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (da autoria de José Saramago e adaptação dramática de Miguel Real e Filomena

<sup>4</sup>Disponível em <https://labcom.ubi.pt/ciclodehomenagemMiguelReal/>.



Oliveira). No terceiro evento, intitulado **Colóquio Miguel Real – 40 anos de escrita: o romance histórico no século XXI** (6 de dezembro de 2019, BMEL, **Guarda**), contámos com uma mesa redonda composta por relevantes escritores e ensaístas e fez-se o encerramento da exposição dedicada a Miguel Real. Agradecemos novamente à CMG, bem como à Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, concretamente na pessoa da então Diretora, Doutora Dulce Borges, a colaboração inexecedível na organização da exposição, bem como no acolhimento dos três eventos.

Aos Oradores, aos Membros das Comissões de Honra e Científica, todos de elevadíssima craveira científica, que abrilhantaram as sessões com o seu saber e com a sua boa disposição, o nosso genuíno e penhorado Bem-haja. A equipa responsável pela organização do colóquio Internacional, Annabela Rita, Carla Sofia Luís, Alexandre Luís, André Barata, Urbano Sidoncha, Idalina Sidoncha e Gabriel Magalhães, bem como de todos os outros eventos, contou ainda com a simpatia e o profissionalismo da Dr.<sup>a</sup> Mércia Pires, secretária da FAL, apoio inestimável em todo o tipo de questões burocráticas e logísticas, bem como de vários Funcionários que ajudaram em diversas tarefas, de forma empenhada e eficiente, de onde destacamos, a Dr.<sup>a</sup> Filomena Santos que, além do caderno de resumos que paginou com a simpatia, e disponibilidade que lhe são tão características, desempenhou muitas outras tarefas, a Dr.<sup>a</sup> Susana Costa e Édi Aires, *web developers*, que conceberam e alimentaram as páginas dos eventos, e a Dr.<sup>a</sup> Madalena Sena, que criou a imagem do cartaz do colóquio internacional, bem como a capa da presente obra, não esquecendo, como é óbvio, os funcionários do CREA, de onde se destacam Carlos Micaelo Farias e Miguel Ângelo Rebelo, e alguns alunos das Licenciaturas em Ciências da Comunicação e em Ciências da Cultura, que se prontificaram a colaborar no âmbito de pequenas tarefas que incluem o registo para a posteridade através da fotografia e filmagem. Para todos eles vai o nosso reiterado agradecimento.

A todos e cada um dos intervenientes, deixamos uma palavra de profundo reconhecimento por terem participado com entusiasmo e saber quer no Colóquio Internacional quer nos outros colóquios que foram, de facto, elevadíssimos do ponto de vista Científico, bem como do ponto de vista Humano. Não esquecemos ainda todos aqueles que não estiveram presentes nos referidos eventos, mas que gentilmente nos fizeram chegar o seu contributo, em diversos formatos, para o volume agora exposto: texto científico, depoimento,



texto criativo, tabula gratulatoria, etc. Por último, e *os últimos são os primeiros*, agradecemos à figura **Homenageada, Miguel Real**, que tanto nos inspira e entenece com a sua forma peculiar de ser, “tão bondosa como erudita”<sup>5</sup>, disponível para todos os que o procuram, sempre com uma palavra amiga e agradável, partilhando generosamente os seus pensamentos, as suas reflexões, as suas dedicatórias a familiares e amigos (lista da qual também fazemos parte e agradecemos), a sua arte, o seu saber, os seus livros.

Contando com o apoio **institucional e financeiro da Universidade da Beira Interior (PRAXIS – Centro de Filosofia, Política e Cultura, Departamento de Letras e Faculdade de Artes e Letras) e institucional do Centro Nacional de Cultura, do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, da Academia Lusófona Luís de Camões, do Instituto Europeu de Ciências da Cultura – Padre Manuel Antunes, do Instituto Fernando Pessoa, do Observatório da Língua Portuguesa, além das Câmaras Municipais da Covilhã, Guarda, Belmonte e Fundão**, o volume agora dado à estampa reúne as comunicações proferidas nos eventos acima mencionados, bem como outros textos selecionados a preceito e ainda mais alguns extras, a saber: autobiografia imperfeita, entrevistas, depoimentos, galerias de imagens, tabula gratulatoria.

Expressamos, por conseguinte, a nossa gratidão a todos os que nos ajudaram levar a bom porto quer o Ciclo de homenagem quer o livro agora exposto: *Miguel Real – 40 anos de Escrita: Literatura, Filosofia e Cultura*. E, neste capítulo, temos necessariamente de dedicar uma palavra de profundo apreço e de elevada estima, ao então Coordenador do PRAXIS – Filosofia, Política e Cultura, **Professor Doutor André Barata**, e à atual Coordenadora, **Professora Doutora Ana Leonor Morais Santos**, ao então Presidente da FAL, **Professor Doutor José Rosa**, e ao atual Presidente, **Professor Doutor André Barata**, ao então Diretor do Departamento de Letras da UBI, **Professor Doutor José Ignacio Vázquez Diéguez**, e à atual Diretora, **Professora Doutora Ana Rita Carrilho**, agradecendo, penhoradamente, o apoio financeiro e institucional a este volume, bem como o constante incentivo a todas as iniciativas

<sup>5</sup>Luís, Carla Sofia Gomes Xavier, “Para uma Leitura de Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa de Miguel Real”, página do *Colóquio Internacional – Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura* (7 e 8 de novembro de 2018), in *Revista Triplo V, Série Gótica*, Primavera de 2019, p. 3, disponível em <https://triplov.com/revista/Triplov/category/paginainicial/autores/carla-sofia-gomes-xavier-luis/>.

organizadas. Ainda no âmbito desta publicação, agradecemos novamente à Universidade da Beira Interior o apoio, desta feita, nas pessoas do então e do atual Presidente da Faculdade de Artes e Letras, **Professor Doutor José Rosa** e **Professor Doutor André Barata**, respetivamente, juntando-se esta obra às **comemorações dos 20 anos de existência da nossa Faculdade**, e dos diretores da LusoSofia, **Professor Doutor José António Amaral** e **Professor Doutor José Domingues**. Uma palavra é devida à amável **Filomena Santos**, competente paginadora, pelo hercúleo trabalho, empenho e dedicação inextinguíveis ao longo da paginação e composição desta obra, bem como ao **Ângelo Milhano**, bolseiro do PRAXIS que nos auxiliou com a gestão e recolhimento de dados da **Tabula Gratulatoria**.

Em termos estruturais, procurando, dentro do possível, atendendo à extensão da obra, a desejável uniformização em termos de normas de estilo, a presente publicação, cujos textos são da responsabilidade dos seus autores, refira-se, segue, à exceção das notas prefaciais<sup>6</sup>, em cada secção, a ordem alfabética dos nomes dos colaboradores, deixando ao seu critério a aplicação ou não do Novo Acordo Ortográfico. O presente volume está dividido em quatro partes, a saber: *Em Pórtico*; *A Palavra aos Leitores de Miguel Real*; *a Palavra a Miguel Real*; *Miguel Real: dos 40 anos de Escrita ao Álbum de 2018/2019*.

**A primeira parte, Em Pórtico**, é formada pela presente *Nota Editorial* agora exposta, intitulada *À Descoberta da Vida e Obra de Miguel Real* da autoria Carla Sofia Luís, Annabela Rita e Alexandre Luís, pelas **7 Notas Prefaciais** da autoria dos Professores Doutores Paulo Serra, André Barata, José Rosa, professores da instituição anfitriã, e dos Professores Doutores Carlos Fiolhais, Guilherme d'Oliveira Martins, José Eduardo Franco, Onésimo Teotónio de Almeida, a quem agradecemos penhoradamente a disponibilidade, a celeridade, bem como a sapiente lição e pelo texto *Miguel Real e a UBI*.

**A segunda parte, A Palavra aos Leitores de Miguel Real**, é constituída pelos **27 capítulos científicos**, pelos **28 depoimentos**, pelas **5 saudações** e ainda pelos **3 textos** dedicados a **Escrever a Duas mãos com Miguel Real** bem como pelos **8 textos de escrita criativa**.

**A terceira parte, A Palavra a Miguel Real**, integra *A Autobiografia Im-*

<sup>6</sup>As três primeiras são da responsabilidade de docentes da UBI, sendo que a sua disposição obedece a critérios de hierarquia institucional, e as restantes quatro surgem dispostas por ordem alfabética.



*perfeita* da autoria de Miguel Real bem como **duas Entrevistas** realizadas a Miguel Real.

A quarta parte, *Miguel Real: dos 40 anos de Escrita ao Álbum de 2018/2019*, reúne os tópicos **Obras Principais** do autor, **Alguns Prémios e Distinções**, **Homenagem & Celebração: flashes de um itinerário**, **Galeria de Imagens** e **Tabula Gratulatoria**.

Feitos estes esclarecimentos em torno da génese do projeto, dos patrocínios, da estrutura (e respetivos agradecimentos), quer afetos aos eventos quer à obra agora exposta, importa ainda reiterar a forte ligação de Miguel Real à Universidade da Beira Interior, ligação essa que será explanada por Alexandre António da Costa Luís logo a seguir às notas prefaciais.

E terminamos com chave de ouro, evocando a sobejamente conhecida passagem do nosso escritor beirão Vergílio Ferreira:

“Da minha Língua vê-se o mar. Na minha língua ouve-se o seu rumor como na de outros se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto. Por isso a voz do mar foi em nós a da nossa inquietação. Assim o apelo que vinha dele foi o apelo que ia de nós [...]”<sup>7</sup>.

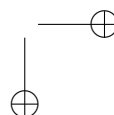
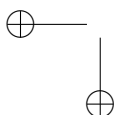
Ora, também o mar tem um significado especial na Vida e Obra de Miguel Real, como é sabido, e, no fundo, inquieta-nos a todos nós que, através de leituras e releituras várias, somos constantes viajantes, tendo ao leme Miguel Real que nos transporta para outras paragens lusófonas, europeias, mundiais, mas sempre empenhado em perceber aquilo que nos singulariza como povo, aquilo que nos distingue do Outro. O presente volume procura, por conseguinte, navegar nesse mar de possibilidades hermenêuticas que a Obra de Miguel Real nos convida a experimentar.

22 de março de 2021

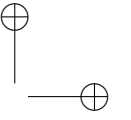
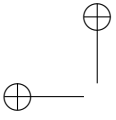
Carla Sofia Luís, Annabela Rita e Alexandre Luís

---

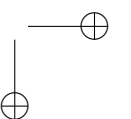
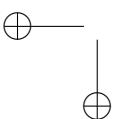
<sup>7</sup> FERREIRA, Vergílio, “A Voz do Mar”, in *Espaço do Invisível 5*, Lisboa, Bertrand, 1999, pp. 83-84.







## 1.2. NOTAS PREFACIAIS





### 1.2.1. Nota Prefacial<sup>1</sup>



**Paulo SERRA**

Universidade da Beira Interior, LabCom  
Vive-Reitor (Recursos Humanos,  
Concursos e Atos Académicos)

Ainda que os discursos que pretendem apresentar-se como científicos tenham, em regra, a ilusão de colocar entre parênteses a subjetividade e a experiência vivida, começo este pequeno texto com uma nota pessoal: no final dos anos setenta do século XX coexisti com o ortónimo de Miguel Real, Luís Martins, no curso de Filosofia da Faculdade de Letras da (então) Universidade Clássica de Lisboa. A coexistência foi fugaz, tendo-se limitado a uma ou outra disciplina e, nestas, a uma ou outra aula. O meu conhecimento é, portanto, mais de Miguel Real do que de Luís Martins; e, em relação a Miguel Real, mais da sua obra, escrita e falada (conferências, debates), do que da sua pessoa. Pode dizer-se, claro, que o que interessa num autor é a sua obra, não a sua pessoa – já que um autor pode sempre dizer, da sua vida, o que disse Pessoa aos que eventualmente quisessem escrever a sua biografia: que esta “Tem só duas datas – a da minha nascença e a da minha morte. / Entre uma e outra coisa todos os dias são meus”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup>PESSOA, Fernando, “Poemas Inconjuntos”, in *Poemas de Alberto Caieiro*. Fernando Pes-



Como já foi observado por vários dos seus leitores/comentadores, e é assumido pelo próprio a partir da dicotomia sensibilidade/entendimento, a obra de Miguel Real comporta três dimensões fundamentais: a reflexão filosófica, a reflexão sobre a cultura e a ficção: “Ficção para satisfação da sensibilidade, reflexão filosófica e relativa à cultura portuguesa para satisfação do entendimento”<sup>3</sup>. Destas três dimensões da obra de Miguel Real, interessa-me, particularmente, a da cultura e, ao mesmo tempo, a ligação que o autor implicitamente estabelece – ao subsumir ambas no entendimento – entre a cultura e a filosofia.

A filosofia é, no percurso de Luís Martins/Miguel Real, uma referência decisiva: não só por ter sido estudante e professor de filosofia, mas também e sobretudo pela especial atitude que a filosofia instaura nos que a praticam, mesmo que de forma limitada: uma atitude de espanto e admiração (Platão e Aristóteles) que leva à interrogação do mundo e sobre o mundo.

A interrogação da filosofia é sobre o mundo – quer dizer, não apenas sobre cada uma das suas partes, mas sobre elas e o todo. Como acentuava Platão, o que interessa ao filósofo é a visão de conjunto, não (apenas) de cada uma das partes. Ele não é um especialista, mas um dialético: “É também a melhor prova para saber se uma natureza é dialéctica ou não, porque quem for capaz de ter uma vista de conjunto é dialéctico; quem o não for, não é”<sup>4</sup>. Ora, como mostrou a hermenêutica, a relação que existe entre a parte e o todo é da natureza do círculo (hermenêutico): compreender as partes a partir do todo, compreender o todo a partir das partes.

No caso dos humanos, o todo pode designar-se (e tem vindo a ser designado) “cultura”. Assim – e é aqui que, para já, queríamos chegar relativamente a Miguel Real –, ser filósofo implica, *in limine*, ser filósofo da e sobre a cultura.

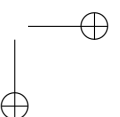
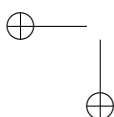
Deste modo, não cabendo dúvidas de que a filosofia é – a par da ciência, da

---

*soa* (Nota explicativa e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor), 10.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Ática, 1993, [1.<sup>a</sup> ed. 1946], p. 88. O poema é datado de 8-11-1915. Disponível em <http://arquivopessoa.net/textos/996>.

<sup>3</sup>RITA, Annabela Rita & LUÍS, Carla Sofia Xavier, “Traços fundamentais da vida e obra de Miguel Real: entrevista a Miguel Real”, *Revista Metalinguagens*, vol. 7, no 3, dezembro de 2020, p. 14 (pp. 8-30).

<sup>4</sup>PLATÃO, *A República*, 537 c, 15.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2017, p. 353.





arte, da religião, etc. – *apenas* um dos elementos da cultura, ela é o elemento autorreflexivo da cultura, o elemento que se centra na reflexão sobre cada um dos outros elementos da cultura e sobre a cultura como um todo. É, por assim dizer, a cultura na sua dimensão de reflexividade. Não admira, assim, que Rui Lopo – ex-aluno a que Miguel Real atribui um papel decisivo no desencadear da sua reflexão sobre a cultura portuguesa<sup>5</sup> – atribua, a um dos seus textos, o significativo título “*A cultura portuguesa é um problema filosófico*”.<sup>6</sup> Se retirássemos, deste título, a palavra portuguesa, teríamos a expressão exata da tese que aqui defendemos: “a cultura é um problema filosófico”. Esta nossa tese não significa, obviamente, a desconsideração do título do texto de Rui Lopo – já que, na realidade, a cultura em geral não existe: toda a cultura é *uma* certa cultura.

Contudo, não podemos simplesmente pensar a relação entre uma cultura, por exemplo a portuguesa, e a cultura em geral como a relação que existe entre a parte e o todo, já que uma cultura nacional pode ser vista ela própria como um todo englobando várias outras culturas (subculturas) e, por sua vez, como parte de uma cultura mais vasta (supercultura), por exemplo a europeia, a ocidental, etc. Para além disso, numa mesma cultura nacional entrecruzam-se elementos originais com elementos provenientes de outras culturas, subculturas ou superculturas. Contudo, e porque a nação tem sido, desde os inícios da modernidade, a referência fundamental em matéria de cultura, quando se fala de cultura fala-se, habitualmente, de cultura nacional.

Diga-se, desde logo, que Miguel Real não é caso único. De facto, alguns dos pensadores fundamentais que entre nós se têm dedicado ao labor de pensar a cultura portuguesa (e a cultura em geral) provêm, de forma mais ou menos direta, da área da Filosofia, ainda que nalguns casos dela não tenham feito profissão ou ocupação exclusiva. É o caso, por exemplo, de Antero de Quental, António Sérgio, Manuel Antunes, Eduardo Lourenço, José Gil, ou Onésimo Teotónio de Almeida.

---

<sup>5</sup>RITA, Annabela Rita & LUÍS, Carla Sofia Xavier, “Traços fundamentais da vida e obra de Miguel Real: entrevista a Miguel Real”, p. 12.

<sup>6</sup>LOPO, Rui, “*A cultura portuguesa é um problema filosófico*”, texto apresentado no colóquio internacional *Cultura Portuguesa: Interculturalidade e Lusofonia*, Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2-3 dezembro de 2010.



No entanto, por “dialético”, Platão entende, também, “aquele que aprende a essência de cada coisa”<sup>7</sup>. Assim, ter uma visão de conjunto e apreender a essência de cada coisa são, para Platão, afirmações sinónimas.

No caso da cultura portuguesa, esta procura da essência – ou da “identidade Nacional” – configura-se, segundo Onésimo Teotónio de Almeida, como uma verdadeira obsessão, corrente e recorrente entre os nossos intelectuais: a “obsessão da portugalidade”<sup>8</sup>. Tal obsessão pode formular-se da forma seguinte:

Em resumo, os pensadores portugueses que procuraram refletir o País deparavam com um problema a necessitar de explicação: como passou Portugal do glorioso empreendimento dos Descobrimentos para séculos seguidos de letargia? O Portugal real, autêntico, era o de Quinhentos, ou o que tão prolongadamente se seguiu? Porquê o crescente distanciamento dos países do Centro e Norte da Europa?<sup>9</sup>

Esta questão da obsessão da portugalidade – e o texto de Onésimo Teotónio de Almeida sobre a mesma – é retomada por Moisés de Lemos Martins, que contrapõe essa obsessão, de natureza centrípeta e solipsista, à abertura para a lusofonia, para uma lusofonia feita de muitas lusofonias diversas e dialógicas.<sup>10</sup> Esta mesma oposição também já fora sublinhada por Vítor de Sousa na sua tese de doutoramento – que se intitula, precisamente, *Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia*<sup>11</sup>.

Acresce que a procura da suposta “essência” da cultura portuguesa foi (é) feita, muitas vezes, a partir de uma perspetiva saudosista, contrastando um presente supostamente degradado com uma suposta idade do ouro já passada. Entra-se, assim, numa visão mítica que tem, na sua base, uma motivação política claramente reacionária. Como diz Girardet,

<sup>7</sup> PLATÃO, *A República*, 534 b, p. 348.

<sup>8</sup> ALMEIDA, Onésimo Teotónio de, *A Obsessão da Portugalidade*, Lisboa, Quetzal, 2017.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 16.

<sup>10</sup> MARTINS, Moisés de Lemos, “Da obsessão da portugalidade aos equívocos e possibilidades da lusofonia”, in SOUSA, Vítor de, *Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia*, Braga, Universidade do Minho, Edições Húmus, 2017, p. 9, p. 20.

<sup>11</sup> SOUSA, Vítor Manuel Fernandes Oliveira, *Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação – Especialidade em Teoria Cultural, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/38461>.



Com algumas nuances, todo sonho, toda recordação, toda evocação de uma idade do ouro qualquer parece, com efeito, repousar sobre uma única e fundamental oposição: a do outrora e do hoje, de um certo passado e de um certo presente. Há o tempo presente e que é o de uma degradação, de uma desordem, de uma corrupção das quais se importa escapar. Há, por outro lado, o 'tempo de antes' e que é o de uma grandeza, de uma nobreza ou de uma certa felicidade que nos cabe redescobrir<sup>12</sup>.

Mas Miguel Real e a maior parte dos seus pares que mencionei há pouco não são filósofos da essência, seja ela a “portugalidade”, a “saudade” ou outra. Eles são aquilo a que – e retomando aqui uma palavra do título de um dos livros de Miguel Real<sup>13</sup> –, poderíamos chamar filósofos dos “traços”. Como nos mostram os dicionários da língua portuguesa, “traço” é uma palavra com uma enorme riqueza semântica. Da multiplicidade dos seus significados, interessam-me aqui especialmente dois: por um lado, o que define traço como “característica, caráter ou qualidade que é particular a um ser ou coisa”, de que se dá como exemplo um povo (no caso, o brasileiro); por outro lado, o que o define como “o que restou de algo; rastro, sinal, vestígio”<sup>14</sup>. Juntando ambas as definições, os traços de uma cultura são as características que essa cultura foi inscrevendo no tempo, são o que *permanece* da sua temporalidade própria.

Este significado entronca, de forma perfeita, na metodologia histórica – histórico-filosófica, histórico-literária – que Miguel Real menciona num dos passos de uma entrevista relativamente recente sobre a sua obra:

De *Portugal – Ser e Representação* (1998, Prémio Revelação Ensaio da Associação Portuguesa de Escritores) a *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017) fui percorrendo um itinerário inquiridor sobre

<sup>12</sup>GIRADET, Raoul, *Mitos e Mitologias Políticas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 105.

<sup>13</sup>REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta, 2017.

<sup>14</sup>“Traço”, in *Michaelis, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, consultado em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/traco>.



a identidade histórica de Portugal, através da análise da obra dos seus importantes protagonistas (...) <sup>15</sup>.

Esta forma de visar o todo da cultura acaba por aproximar Miguel Real e os seus pares de disciplinas sociais e humanas que incidem sobre aquela, como é o caso da antropologia cultural, da sociologia ou da história, mas também de domínios da arte como a literatura, a pintura ou o cinema.

Para além disso, enquanto as aproximações à cultura portuguesas assentes na determinação de uma “essência” são monológicas e mutuamente excludentes – a essência é una, por definição –, as aproximações à cultura portuguesa assentes nos “traços” são dialógicas e abertas à controvérsia.

Um dos exemplos iniciais e mais paradigmáticos deste tipo de aproximação é, sem dúvida, o belo texto de Antero Quental sobre as causas da decadência dos povos peninsulares, publicado em 1871 <sup>16</sup>. Se deixarmos de lado a questão – subjetiva – da “decadência”, o que esse texto faz é identificar três causas explicativas do devir nacional e, assim, das características definidoras da cultura portuguesa da época (quicá com importantes resquícios na atual).

Compreende-se, assim, que no prefácio da edição da obra de Antero feita pela Tinta da China em 2008, Eduardo Lourenço considere que este texto “se tornou na referência mítica da cultura portuguesa moderna. Ou com mais precisão, o seu próprio acto fundador” <sup>17</sup>.

E, acrescenta Lourenço, o texto de Antero é mítico num duplo sentido: “mítico no sentido banal e no mais importante de estar ainda vivo pela paixão polémica que o viu nascer e pelo acto de ruptura cultural (o primeiro e até hoje sem igual) (...)” <sup>18</sup>.

Apesar da qualificação de “mítico” por parte de Eduardo Lourenço, o texto de Antero não se centra na determinação de uma qualquer “essência”, mais ou menos intemporal, da cultura portuguesa, mas antes na explicação possível do

<sup>15</sup>RITA, Annabela Rita & LUÍS, Carla Sofia Xavier, “Traços fundamentais da vida e obra de Miguel Real: entrevista a Miguel Real”, p. 16.

<sup>16</sup>QUENTAL, Antero de, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*, Porto, Tipografia Comercial, 1871.

<sup>17</sup>LOURENÇO, Eduardo, “Revisitação da mitologia anteriana”, in QUENTAL, Antero, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*, Lisboa, Tinta da China, 2008, p. 11 (pp. 11-29).

<sup>18</sup>*Idem, ibidem*, p. 12.





percurso histórico dessa cultura, na passagem daquilo a que poderíamos chamar um momento diurno e de expansão para um momento noturno e de contração, bem como das suas características relevantes neste último momento. Que Antero caracterize este último momento em termos de “decadência” não é nada de novo para o seu mestre Hegel, que já tinha observado num dos seus textos sobre a história universal que há um povo que

[...] para uma certa época, domina na história universal – e nesta só uma vez pode marcar uma época (...). Perante este seu direito absoluto de ser o detentor da presente fase evolutiva do Espírito do mundo, os espíritos dos outros povos ficam sem direitos e, como aqueles cuja época já passou, já com eles se não conta na história universal<sup>19</sup>.

Podemos pensar que, no caso de Portugal – povo a que, tanto quanto sabemos, Hegel não se refere explicitamente neste contexto –, o seu papel dominante, de intérprete do “Espírito Universal”, terá acontecido durante os Descobrimentos para, depois, se remeter ao papel comum que é o próprio da generalidade dos povos no decurso da história universal; e, acrescente-se, há povos que nunca tiveram direito a qualquer excecionalidade.

É certo que, contrariamente a Antero, Miguel Real não pensa a cultura portuguesa a partir desta transição de uma suposta idade de ouro a uma suposta idade de decadência. No entanto, tal como Antero, Miguel Real procura interrogar as características mais relevantes da cultura portuguesa – os seus “traços” – que, por um lado, a distinguem das restantes culturas europeias e mundiais, mas, por outro lado, permitem um diálogo com essas mesmas culturas, mormente depois da instauração da democracia em Portugal.

O “comboio da Europa”, referido por Fernando Pessoa num dos poemas do seu heterónimo Álvaro de Campos, datado de 21 de setembro de 1930, traz agora múltiplas oportunidades e culturas:

Tinha agora vontade  
De ir esperar ao comboio da Europa o viajante anunciado,  
De ir ao cais ver entrar o navio e ter pena de tudo  
Não vem com a tarde oportunidade nenhuma.<sup>20</sup>

<sup>19</sup>HEGEL, G.W.F., *A História Universal. [Filosofia do Direito, §§341-360], §347*, Covilhã, Lusosofia Press, Universidade da Beira Interior, 2011, p. 6.

<sup>20</sup>PESSOA, Fernando, “Chega através do dia de névoa alguma coisa do esquecimento”, in





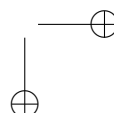
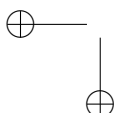
Pensar essas novas oportunidades e culturas e, ao mesmo tempo, dá-las a ver e a pensar a cada um de nós, tem sido, em nosso entender, a tarefa essencial de Miguel Real enquanto filósofo da cultura portuguesa.

### Nota Biobibliográfica

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa e mestre, doutor e agregado em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (UBI). Nesta Universidade, é Professor Catedrático no Departamento de Comunicação e Artes e investigador na unidade de I&D Labcom – Comunicação e Artes. Desempenha atualmente, na UBI, o cargo de Vice-Reitor (Recursos Humanos, Concursos e Atos Académicos), e, a nível nacional, desempenhou, até recentemente, o cargo de Presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom). É autor dos livros *A Informação como Utopia* (1998), *Informação e Sentido: O Estatuto Epistemológico da Informação* (2003) e *Manual de Teoria da Comunicação* (2008), co-autor do livro *Informação e Persuasão na Web* (2009), organizador do livro *Retórica e Política* (2015) e coorganizador de múltiplos livros, o último dos quais *Televisão e Novos Meios: da produção aos públicos* (2021). Tem ainda vários capítulos de livros e artigos publicados em obras coletivas e revistas, nacionais e estrangeiras.

---

*Poesias de Álvaro de Campos. Fernando Pessoa*, Lisboa, Ática, 1944 (imp. 1993), p. 42. Disponível em <http://arquivopessoa.net/textos/2552>.





## 1.2.2. Miguel Real, um Testemunho Intelectual<sup>1</sup>



**André BARATA**

Universidade da Beira Interior

Coordenador do PRAXIS – Centro de Filosofia, Política e Cultura

Por ocasião do centenário da República organizei, com mais dois colegas da Universidade da Beira Interior (António Santos Pereira e José Ricardo Carvalheiro), um volume onde se procurava, de forma bastante livre, mapear a pluralidade das representações de Portugal. E subjazia a este gesto teórico um outro, prático, até político, em que se sacudia intelectualmente a dominação que se ia instalando, opressiva, de uma representação única de nós mesmos, tanto quanto pode ser lícita a apropriação por qualquer discurso do pronome “nós”. Os anos em redor do centenário da República foram tempos economicamente difíceis, em que a faculdade do país se conduzir soberanamente pela sua própria vontade estava comprometida. A expressão “anos de chumbo”, de outras paisagens, ganhava de novo lugar no registo da história, mas com particular inscrição em Portugal. E essa outra expressão, outrora polida até ao brilho com camadas de filosofia e espiritualidade – “austeridade” –, tornava-se um fardo existencial dos portugueses, tudo isto através de uma operação de representação que conduzia à essencialização nacional de um estigma, uma representação culposa, que havia que expiar com pobreza e outras penas sociais.

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 21-24.



Não era, aliás, difícil encontrar ecos no passado da acusação maior dirigida aos portugueses nesses anos: “viveram acima das possibilidades!”. Seja na história do país, seja na do pensamento dele. Até o excepcional *Labirinto da Saudade* (com o subtítulo *Psicanálise mítica do destino português*, 1978) passa pelo tema, com a tremenda coincidência de frasear “vivemos sempre acima das nossas posses” onde se pontuava criticamente a imagem que representa este sujeito sempre tenso, difícil, no limite da legitimidade, que é o plural da primeira pessoa alargado até abarcar uma ideia de comunidade nacional homogénea. A grande crise das dívidas era global, arrastava efeitos por todo o planeta, comprometia ambições de projectos como o de uma Europa em união e, no entanto, políticos pátrios que sabiam pouco de economia e economistas pátrios que sabiam pouco de política fizeram equivaler uma representação ao representado, essencializaram-na, tornaram-na marca de uma mácula e, com isso, contribuíram para vergar a sociedade portuguesa a terríveis provações que ainda hoje estão no subsolo em que espiga o presente.

Nessas *Representações da Portugalidade* que publicámos em 2011, reflexão que a celebração do centenário da República exigia, escrevi um ensaio que intitulei “A reemergência do complexo identitário português”, texto de denúncia crítica que pretendeu trazer alguma repercussão ao debate do tempo. Nele, critiquei abertamente os posicionamentos de dois filósofos da nossa época, José Gil e Miguel Real, que à época se posicionavam no espaço público com duas obras sobre representações do país, a ponto de ambos trazerem a palavra ‘Portugal’ no título: de Gil, *Portugal Hoje: o medo de existir* (2004), que se tornou um caso raro de bestseller e de influência social, e de Real, *A Morte de Portugal* (2007), onde, de forma superlativa, se padecia a ameaça de um colapso nacional.

Simplesmente, no caso do Miguel Real esta discussão crítica deu origem a uma pouco comum sequência de encontros de que guardo uma impressão pessoal e intelectual marcante que tomo por dever e empenho exprimir na forma de testemunho. Desde logo, em face de *Representações da Portugalidade*, Miguel Real brindou-nos, editores e autores, com uma recensão muito generosa da obra em prestigiada publicação (*Revista Colóquio/Letras. Recensões Críticas*, n.º 182, Jan. 2013, p. 275-278). Nesta disponibilidade intelectual de Miguel Real em abraçar o debate, também com o seu quinhão de curiosidade, reverberam dimensões indispensáveis ao fazer e ser do intelectual público, mas raramente tão bem exemplificadas.



Muito além do debate por vias escritas, e sempre por iniciativa entusiasticamente de Miguel Real, pudemos prolongá-lo, desdobrá-lo e inflecti-lo em lançamentos de obra posterior sua (*Nova Teoria do Mal*, 2012) e que, verdadeiramente, serviu para relançar, por generoso convite, as *Representações*. Mas também tertúlias variadas, até programas televisivos de grande audiência, como um *Prós e Contras*, de que guardo memória. E culminámos este longo diálogo embarcando juntos em uma singular entrevista que, como se fosse uma peça em três actos, nos levou a três cenários de consciência colectiva do país, conduzidos por dois jornalistas prestigiados da revista *Visão*. Com imensa disponibilidade, Paulo Pena e Sara Belo Luís levaram-nos a passear pelos lugares da Sintra antiga, a jantar a uma casa de fados muito genuína em Alfama, e em que se cantou o fado, e a assistir a um jogo de futebol projectado numa tela imensa dentro do salão do Café Império. E enquanto tudo isto, em todos estes lugares, debatíamos pensamentos que orbitavam com força centrípeta crescente sobre as questões difíceis da representação, da sua discussão crítica e da nossa vontade de formar um futuro melhor, cultivado e emancipado. Não um destino, mas uma destinação.

Ainda congeminámos em certa ocasião avançar com um olhar sobre o horizonte amplo de potência de sentido e reinvenção da portugalidade no nosso tempo comum, numa sociedade plural, complexa, com muitas camadas. Conversou-se sobre “projeções da Portugalidade” como um gesto de soberania sobre o plural que faz uma comunidade nacional, decerto com vínculos de cultura e convivência inclusivas. Não aconteceu ainda e vale a pena o advérbio, pois, a este respeito, o repto não podia ser mais actual.

Em suma, assim se fez de um desencontro múltiplos encontros de vívida empatia e empenho comum, também por um sentido de país que há que achar dentro e fora de cada um, como pluralidade e abertura.

O resultado destes encontros foi a descoberta de um intelectual que falhava clamorosamente o mais frequente defeito entre intelectuais, pelo menos numa certa cultura intelectual muito prevalente: a falta de disponibilidade e, em particular, a mesquinhez no reconhecimento. Tudo ao inverso, Miguel Real é um curioso nato, que envereda por todos os temas e autores, fazendo confluír ideias, muitas vezes tempestivas, às vezes tempestades. E nesta descoberta está a minha palavra de admiração intelectual pelo Miguel Real: a postura intelectual de um pensador de cabelos soltos, alegre pelo reencontro, e não a de um contabilista das incoerências que se amarga com qualquer novidade.

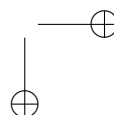


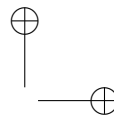


Fôssemos todos assim e a paisagem intelectual, e também filosófica, do país seria melhor. É um exemplo que, nesta postura cívica e intelectual, inspira de forma muito grata, ao autor destas linhas e a muitos mais seus leitores, a promessa de fazermos a travessia das gerações e continuar tudo.

### **Nota Biobibliográfica**

André Barata nasceu em Faro em 1972. Doutorou-se em Filosofia Contemporânea na Universidade de Lisboa. É desde 2002 professor na Universidade da Beira Interior, onde dirige actualmente a Faculdade de Artes e Letras. Também preside à Sociedade Portuguesa de Filosofia. Os seus interesses académicos circulam pela filosofia social e política e pelo pensamento fenomenológico e existencial. Tem livros de ensaio, como *Metáforas da Consciência* (Campo das Letras, 2000), sobre o pensamento de Jean-Paul Sartre, *Mente e Consciência* (Phainomenon, 2009), conjunto de ensaios sobre filosofia da mente e fenomenologia, *Primeiras Vontades – sobre a liberdade política em tempos árdus* (Documenta, 2012). Mais recentemente publicou uma trilogia – *E se parássemos de sobreviver – Pequeno livro para pensar e agir contra a ditadura do tempo* (Documenta, 2018); *O Desligamento do mundo e a questão do humano* (Documenta, 2020) e, acabado de publicar, *Para viver em qualquer mundo – Nós, os lugares e as coisas*. Assina regularmente no *Jornal Económico* a coluna “Pensar devagar”.





### 1.2.3. “...da UBI? Ah! Essa Bela Escola!”<sup>1</sup>



**José Maria da Silva ROSA**  
Universidade da Beira Interior

Conheci pessoalmente o Miguel Real no dia 30 de outubro de 2014, na Biblioteca Nacional, no 1.º Congresso realizado no âmbito das comemorações do “Triénio Pascoalino”. Concretamente, este evento intitulava-se “As Biografias no Pensamento Português dos sécs. XIX e XX”, e Miguel Real, pouco antes de mim, dissertou sobre “O Estatuto existencial de ‘Napoleão’ no conjunto das biografias de Teixeira de Pascoaes”. Embora já conhecesse o autor do ensaio vieirino, *O Sal da Terra* (2008), a partir de outras obras (*O Último Negreiro*, de 2007, é um romance ‘histórico’ que me fascinou bastante, que me fez pensar e me levou, então, a outros estudos sobre a famígera “triangulação escravagista” que nós, os portugueses, delineámos e praticámos durante alguns séculos, no Atlântico), confesso que ainda não tinha havido a oportunidade de o conhecer pessoalmente. Já sabia nessa altura, através de amigos e colegas comuns de Faculdade, que ‘Miguel Real’ era o pseudónimo de um companheiro de ofício, Professor de Filosofia, Luís Martins, nascido em 1953. Aliás, os títulos dos seus livros das décadas de 80 e 90 (por exemplo, *Princípios de Filosofia e quadro sobre a ética*, 1987; *Carta de Sócrates a Alcibíades, seu vergonhoso amante*, 1987; *A Filosofia explicada às meninas e aos meninos*, 1987; *G. W. Leibniz: O paradoxo e a maravilha*, 1995; *A*

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

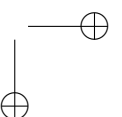
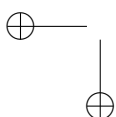


*Verdadeira Apologia de Sócrates*, 1998, entre outros) já me tinham chamado a atenção para um cultivo da Filosofia que, quase sempre, mesmo quando não *ex professo*, permeia as referências, os romances e os ensaios de Miguel Real. Mas nesse tempo eu não sabia ainda da sua formação filosófica. A comunicação, no dia 30 de outubro de 2014, também me captou logo a atenção, dado parecer haver nela confluências e intersecções com algumas coisas que eu ia apresentar a seguir, através de mote do próprio Teixeira de Pascoaes: «“Entre a escada e ruela há um desacordo tremendo...”» O que me interessava e ocupava nesta minha própria comunicação era apreciar certos ângulos gnósticos da leitura que o inquilino do Solar de Gatão fazia na estranha ‘biografia’ *Santo Agostinho*. Ora, não apenas na intervenção oral de Miguel Real, mas também em outros textos anteriores, reconhecia eu, metamorfoseado, o mesmíssimo murmúrio gnóstico ou para-gnóstico que, como corrente subterrânea omnipresente na tradição do pensamento português, com um momento alto nos textos furibundos do *Poeta do Marão*, também o próprio Miguel Real, leitor de Pascoaes, ali exibia, embora no seu modo mais apaziguado de “gnose agnóstica”, quer-me parecer (ou talvez melhor: “gnose quebrada”). Já não posso precisar tudo de memória nem confirmar, pois, salvo erro, o Miguel Real não publicou o texto da sua intervenção. Num dos intervalos, fomos apresentados pela Professora Annabela Rita e pelo Professor José Eduardo Franco, organizadores do Congresso. E embora não tenhamos então conversado muito, interessou-se por saber quem eu era e de onde eu vinha: “...da UBI? Ah! Essa bela Escola!”. Falámos um pouco genericamente sobre as nossas comunicações e outras coisas de circunstância. No final, creio que trocámos contactos. A anamnese sobre este encontro importa-me porque foi o primeiro de outros simpósios, depois, mas agora na dita ‘bela Escola’, a Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior. Como, à frente, outros dirão bem melhor do que eu, e com mais detalhe e propriedade, muitas vezes, nos últimos oito anos, o Miguel Real nos honrou com a sua presença e participação em eventos de natureza académica variada. E não apenas nas mais expectáveis, nas quais o seu próprio *opus* e pensamento foram objeto de estudo e de homenagem, como foi o caso do Colóquio Internacional “Miguel Real: Literatura, Filosofia, Cultura”, nos dias 7 e 8 de novembro de 2018, ou ainda no Ciclo de Homenagem dos 40 anos (1971-2019) de escrita literária de Miguel Real (4 de outubro de 2019, 6 de novembro de 2019, 6 de dezembro, numa coorganização da FAL > UBI e da BMEL > Guarda — e aqui, na UBI, deve-se





uma palavra de rasgado elogio e de grande reconhecimento ao trabalho incansável e meritório da Prof.<sup>a</sup> Carla Xavier Luís e do Prof. Alexandre Luís), cujos resultados a presente obra traz a lume, mas também em eventos científicos onde outros/as foram os homenageados. Importa que o digamos aqui, porque é verdade: Miguel Real, embora seja um polígrafo fecundíssimo (a sua capacidade de trabalho deixa-me atónito; ele dirá, e bem, que é a diuturna e matinal disciplina de Colares: “a inspiração dá muito trabalho!”), um homem muito erudito e imensamente culto (é difícil congraçar aqui em ramalhete os inúmeros temas que os seus ensaios e romances percorrem, incluindo esse curioso género da ficção – prospetiva tão crucial nestes dias em que a Leste se redesenha a Europa – e estou a pensar em *O Último Europeu: 2284*; ou, ao invés, pense-se então nesse *textum / tecido* macio e extremamente delicado, debuxado em *O Último Minuto na Vida de S.*, 2019) é um homem de uma humildade, de uma generosidade e de uma simplicidade desarmantes. Embora a sua obra seja o ponto focal do interesse de um vasto grupo de estudiosos e admiradores, quer académicos quer não-académicos, Miguel Real é uma personalidade avessa por natureza ao culto e a qualquer ensaio de vedetismo. Embora ainda não tenha conseguido ler toda a sua obra (assim haja tempo e *estrada para andar...*), do que já conheço dela, sei que ele se inscreve, de forma natural e sem artifícios, na boa escola da humilde e socrática *douta ignorância*. Muitas vezes ou ouço a dizer: “Não sei!” É tão bom, tão salutar, tão refrescante ouvir uma pessoa como ele, um reputado intelectual, um homem da Filosofia, da Literatura, da Cultura, reconhecido aquém e além-fronteiras, confessar simplesmente e sem bordados a sua ignorância. O que nos reconduz ao Agostinho que Pascoaes tanto zurzia e flagelava: “A ignorância é a mãe da sabedoria”, confessa o Bispo de Hipona. Numa das últimas estadas de Miguel Real entre nós, na UBI, Faculdade de Artes e Letras, íamos um dia, creio que em 2018, almoçar ao nosso edifício chamado ‘Malufa’: para quem não conhece, uma espécie de pequeno palacete recuperado para servir como restaurante dos professores, no centro do Polo I da UBI. Para isso, tem de se passar por uns jardins magníficos, em socalcos de granito, com relvado, fontes de água, laranjeiras, limoeiros, etc. (os chamados ‘Jardins da Malufa’). Nesse dia, as camélias (*camellia japonica*) estavam no esplendor maior da sua floração. Havia uma profusão de flores de camélia ainda nas copas e outras já caídas por todos os lados: em cima dos renques de buxo, no relvado, no chão, nos passadiços, etc., originando o imenso tapete colorido que nos aco-

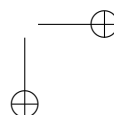
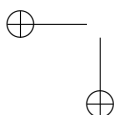




lhia. Íamos a conversar sobre qualquer outra coisa. Mas, subitamente, toda a sua atenção de esteta foi tomada pelo cenário deslumbrante. Parou e os seus olhos brilharam intensamente. Associei-me. Por um momento, partilhámos de um “espanto” que ninguém sabe bem dizer de onde vem. Falámos pouco sobre esta beleza esplendorosa estendida aos nossos pés. Continuámos a subir a escada de granito, com um tanque de água cristalina à nossa direita. Para um sintense de adoção não seria nada de novo, evidentemente. Mas talvez tenha sido isso mesmo: encontrar na UBI, nas faldas de Serra da Estrela, um recanto imaculado de Sintra ou de Colares. Caríssimo Miguel Real: a floração das camélias deste inverno já passou. No outro lado da ribeira da Goldra, na encosta pintada de giestas brancas e amarelas, enganadas pela pertinaz estiagem deste inverno, o rouxinol já cantou muitas vezes. E o mundo floral do nosso jardim da Malufa também já levita, suspenso nas variegadas cores primaveris, à espera de um único olhar. Apareça para a éctase deste viço em ascensão.

### **Nota Biobibliográfica**

Licenciado em Filosofia (1993); mestrado (1997) e doutoramento (2005) em Filosofia Medieval na Universidade Católica Portuguesa (Lisboa). Frequentou Teologia na Católica. De 1993 a 2002, foi docente na Católica: Filosofia, Teologia, de Ciências Religiosas, de Ciências da Comunicação e de Serviço Social. Atualmente é Professor Catedrático na UBI. Os seus principais interesses académicos situam-se no domínio do Pensamento Antigo, Bíblico, Patrístico e Medieval – Santo Agostinho –, da Fenomenologia francesa, História e Filosofia da Religião e Teologia Política. Professor Bibliotecário (2013-2017) e Presidente da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior (2017-2021).





## 1.2.4. Nota Prefacial ao Livro de Homenagem a Miguel Real<sup>1</sup>



**Carlos FIOLHAIS**  
Universidade de Coimbra,  
Diretor do Rómulo CCVUC

O meu encontro com Miguel Real aconteceu através dos livros e foi um encontro feliz. Desde que fui, no final da década de 1970, fazer estudos de doutoramento para a Alemanha, me passei a interessar pelos estudos que, à falta de melhor designação, podem ser chamados de Portugalidade. Como definir Portugal, não tanto o território físico mas mais o território mental, isto é, os Portugueses e a Cultura Portuguesa? Habitantes de um país antigo no extremo do Velho Continente, construímos ao longo de séculos uma cultura, traduzida entre outras manifestações pela língua, que se foi metamorfoseando até chegar ao que é hoje no cruzamento fértil com outras culturas, designadamente nos tempos dos Descobrimentos. Depois do alvoreço desses tempos, interiorizámos a ideia, que terá a sua justificação, de atraso. Fernando Pessoa, ou melhor Álvaro de Campos, resumiu esse sentimento ao dizer no «Opiário» (1914), dedicado ao «Senhor Mário de Sá-Carneiro»: «Pertença a um género de portugueses/ Que depois de estar a Índia descoberta/ Ficaram sem trabalho. A morte é certa. Tenho pensado nisto muitas vezes». E, no entanto, houve nalguns a consciência da necessidade de construir o futuro sem as sombras do passado, como aconteceu no tempo do Iluminismo, com a ajuda de

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



alguns «estrangeirados», com a «geração de 70» no século XIX e com muitos resistentes no nosso estagnado século XX. Nunca nos conseguimos libertar de uma corrente saudosista, projectada em glórias passadas que poderão um dia, como D. Sebastião no imaginário sebastianista, regressar. A revolução do 25 de Abril inaugurou uma nova era, com ligação reforçada à Europa da qual sempre fizemos parte, aproximando-se um tempo de balanço e reflexão que será proporcionado pela celebração dos 50 anos de liberdade. É óbvio que o passado passou, mas a ponderação dele é indispensável na construção de novos caminhos. Por mim, vi-me a pensar Portugal lá fora, no rescaldo da Revolução, e ainda antes da adesão à Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia.

Um punhado de bons autores portugueses têm reflectido sobre a Portugalidade. No nosso século XX, prolongando-se pelo seguinte, é justo destacar Eduardo Lourenço, cujo pensamento profundo e iluminante sobre a cultura nacional (principalmente na Literatura e na Filosofia) é assistido por uma bela escrita. Terá ajudado à sua perspectiva o facto de observar Portugal de Vence, no Sul da França, pois ao longe vê-se por vezes melhor. Mas há outros como, por exemplo: do lado da História, Josué Pinharanda Gomes e José Eduardo Franco; do lado da literatura, Hernâni Cidade e António José Saraiva; do lado da Filosofia, Onésimo Teotónio de Almeida e José Gil; do lado da religião, Manuel Antunes SJ e Frei Bento Domingos OP; do lado da sociologia, Moisés Lemos Martins e Boaventura Sousa Santos, etc.

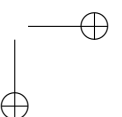
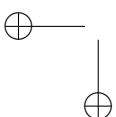
Pois o Miguel Real, pseudónimo de Luís Martins desde 1987, que eu descobri a partir do seu livro *Portugal. Ser e Representação* (Difel, 1988), Prémio Revelação Ensaio da Associação Portuguesa de Escritores de 1995, merece bem enfileirar nessa galeria de distintos autores. Esse seu primeiro livro sobre Portugalidade invoca, entre outros, os nomes de Eduardo Lourenço e de António José Saraiva, reflectindo o facto de ele próprio, formado em Filosofia, sempre ter manifestado forte propensão para a Literatura, propensão que se tem que tem passa pela escrita de numerosas obras de ficção e pela longa e contínua prática de crítica literária.

Desde *Portugal. Ser e Representação* que tenho acompanhado a escrita ensaística de Miguel Real sobre a Cultura Portuguesa (e, penitencio-me, não tanto os seus romances e os seus ensaios de índole mais filosófica). Julgo possuir nas minhas estantes senão todos pelo menos a maioria dos seus livros dessa área, enfileirados ao lado de outras obras com as quais dialoga. Des-



taco, como aliás o próprio autor destacou numa «Auto-biografia imperfeita» que escreveu, em 2018, para a *Vaca Malhada*, revista de Filosofia dos estudantes da Universidade do Minho, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (Planeta, 2017, com prefácio de José Eduardo Franco) e *Pensamento Português Contemporâneo. O Labirinto da Razão e a Fome de Deus. 1890 – 2010* (Imprensa Nacional – Casa da Moeda), um espesso e muito útil manual universitário que resultou de seminários e cursos que o autor deu na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Relevo sobretudo a sistematização de ideias que o autor empreende assim como a claridade da sua escrita, uma qualidade que não é suficientemente cultivada entre nós. Foi para mim sempre estimulante ler Miguel Real, que um dia conheci pessoalmente. Quis, na ocasião em que a Universidade da Beira Interior lhe organizou uma homenagem, assinalando os seus 40 anos de vida literária, agradecer-lhe publicamente o seu pensamento. Este volume dá conta que esse agradecimento não é apenas meu, mas é partilhado por muitos admiradores do ensaísta, romancista e dramaturgo. Se há sempre alguma subjectividade no grau de apreciação por um autor, podemos falar de objectividade quando vemos confluír tantos e – ressaltando o meu caso – tão autorizados testemunhos.

Miguel Real não hesitou em confrontar-se com as míticas ideias de «morte» e «ressurreição» do país, como fez nas suas obras, todas elas com títulos muito sugestivos, *A Morte de Portugal* (Campo das Letras, 2007), *A Vocação Histórica de Portugal* (Esfera do Caos, 2012, com novo prefácio de José Eduardo Franco) e *Nova Teoria do Sebastianismo* (Dom Quixote, 2014), este inserido num conjunto de pequenos ensaios filosóficos com capas duras. Estando ciente da atracção que tiveram e ainda têm em Portugal muitas teses da chamada, talvez impropriamente, «Filosofia Portuguesa», devo dizer que não nutro simpatia por elas. Julgo ser uma rejeição instintiva, mas a análise crítica de Miguel Real dessas correntes ajudaram decerto a formar o meu pensamento. Apesar do grande prazer que encontro a ler a prosa do padre António Vieira e a poesia de Fernando Pessoa, dois «imperadores da língua portuguesa», sobre o destino luso, não penso que se possa extrair mais dessas linhas do que prazer literário. Não creio que Portugal tenha qualquer missão histórica especial a cumprir no concerto das nações. Não penso que o nosso país possa encontrar algum desígnio na «lusofonia», qualquer que seja a forma desta. E também não penso que o seu passado colonial lhe possa, no recalçamento sentimentos de culpa, tolher as vontades de construção do futuro em conjunto com os



outros países europeus. A história foi o que foi, embora a possamos permanentemente reinterpretar. E o futuro será o que será, fruto tanto da vontade humana como de acasos circunstanciais.

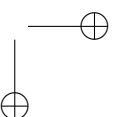
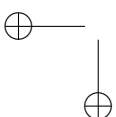
Quaisquer que sejam as opiniões de quem lê e de quem escreve (e lê-se e escreve-se para formar opinião!), o certo é que Portugal continua a ser um desafio para todos aqueles que nele vivem e para todos aqueles que por ele se interessam, mesmo vivendo lá fora. Alexandre O'Neill sumaria a questão nacional, nos bem conhecidos versos do poema «Portugal» que abre o volume *Feira Cabisbaixa* (1965): «Portugal: questão que eu tenho comigo mesmo,/ golpe até ao osso, fome sem entretém,/ perdigueiro marrado e sem narizes, sem perdizes,/ rocim engraxado,/ feira cabisbaixa,/ meu remorso,/ meu remorso de todos nós...» Significativo é o facto de terminar com reticências. E é com a nossa identidade, sedimentada pela história como Miguel Real tão bem tem explicado, que temos de construir o futuro que as reticências simbolizam.

### Nota Biobibliográfica

Nascido em Lisboa em 1956, é Professor Catedrático de Física (aposentado) na Universidade de Coimbra, após o curso em Coimbra e o doutoramento em Frankfurt, Alemanha. Investiga Física da Matéria Condensada e História das Ciências. Fundou o Centro de Física Computacional daquela Universidade, onde instalou o maior computador português. Criou e dirigiu o Centro Ciência Viva Rómulo de Carvalho. Foi Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e do Serviço Integrado de Bibliotecas dessa Universidade, que criou. Dirigiu a revista *Gazeta de Física* da Sociedade Portuguesa de Física e integra comissões de revistas internacionais. É autor de numerosos artigos científicos (um dos quais com mais de 20000 citações, o artigo mais citado de um autor numa instituição nacional) e editor de várias obras científicas. Publicou mais de 60 livros, entre os quais *Física Divertida*, *Nova Física Divertida*, *Darwin aos Tiros e Outras Histórias de Ciência* (Gradiva); *História da Ciência em Portugal*, na Arranha-Céus; *Ciência em Portugal*, na Fundação Francisco Manuel dos Santos; *Ciência a Brincar*, na Bizâncio; manuais escolares na Texto Editores; e *Fundamentos de Termodinâmica do Equilíbrio*, na Gulbenkian. Codirigiu as *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa* e a *História Global de Portugal*, no Círculo de Leitores. Dirigiu os programas de Educação e de Ciência da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Foi cronista dos jornais *Público* e *Sol* e é cronista dos *Correio da*



*Manhã e JL*, além de participar em programas da SIC e Rádio Observador. Ganhou vários prémios: União Latina e da tradução científica, Globo de Ouro em Ciência da SIC, Inovação do Forum III Milénio, Rómulo de Carvalho da Universidade de Évora, BBVA para o melhor artigo pedagógico na área da Física no espaço ibero-americano, Grande Prémio Ciência Viva/Montepio e José Mariano Gago da SPA. Foi distinguido com a Ordem do Infante D. Henrique em 2005.







## 1.2.5. Quarenta Anos Fecundos<sup>1</sup>



**Guilherme d'Oliveira MARTINS**

Presidente do Grande Conselho do Centro Nacional de Cultura e  
Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian

Os quarenta anos de escrita de Miguel Real correspondem a uma fecunda interrogação sobre a essência da cultura como criação. O presente volume, organizado por Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Annabela Rita e Alexandre António da Costa Luís, constitui um reportório muito rico, através do qual podemos conhecer melhor Miguel Real, como ensaísta, escritor e pensador, que muito tem contribuído para a afirmação da cultura portuguesa. Eis por que razão a sua obra tem de ser analisada a partir do sentido crítico e não apenas através de uma identificação do que tem desenvolvido, por exemplo, a partir de Teixeira de Pascoaes, Jorge Dias, António José Saraiva e Eduardo Lourenço. De facto, o elemento dominante encontrado pelo ensaísta no homem português de “ser o que não é”, leva-nos à compreensão de que a riqueza do pensamento de Miguel Real é a sua capacidade de pôr em causa os lugares comuns e de assumir a complexidade. Tal como refere José Gil, sobre o “ensaísmo trágico”, relativamente a Eduardo Lourenço, Miguel Real não segue os dois caminhos tradicionais do pensamento filosófico – ora partindo dos grandes conceitos, com o horizonte reconfortante e estável das sínteses, como

---

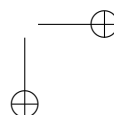
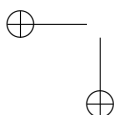
<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



em Kant e Hegel; ora exercendo a análise pura e direta da decomposição das noções. Miguel Real prefere os conceitos, encarados como “figuras simbólicas”, a partir da função ontológica do mito. Com efeito, aceita que há dois tipos de existência – a empírica e a mítica –, mas é a segunda que estrutura a primeira e fá-la consistente. A mitificação do empírico conduz-nos ao primado do sentido crítico, não havendo confusão entre a invocação dos mitos, o seu efeito, e a respetiva aceitação. Eis por que são importantes os mitos que a sociedade produz, assumindo a dupla dimensão de integração e renovação.

De facto, o mito evolui e adapta-se à realidade e, simultaneamente, contribui para fazer alterar a própria realidade. Não por acaso, M. Real faz da crítica literária o seu terreno de eleição, a fim de compreender melhor a capacidade criadora. É a busca da complexidade hermeneutica, ontológica e histórico-sociológica que o preocupa. O “imaginário português” é, assim, o campo de ação do analista, como fator de liberdade, de independência e de diversidade. Ao aventurar-se no lugar dos outros e no campo do ser o que não se é, depara-se, tantas vezes, com uma menor compreensão daquilo que verdadeiramente põe em causa. Pode, assim, aplicar-se-lhe o que Eduardo Lourenço afirma em “Heterodoxia – I”: “o homem é livre de aceder a uma visão geral da vida através duma reflexão incondicionada, cuja essência consiste na possibilidade de recusar ou discutir toda a espécie de postulados”. Por isso, a distância em relação à ideia de sistema, e a evidente preferência pelo método ensaístico, tal como preconizado por Sílvio Lima. E assim eis-nos perante a interrogação exigente sobre o modo como somos e como imagináramos ou deveríamos ser. Daí uma especial coerência em recusar os temas circunstanciais ou as ilusões da moralidade – o que se evidencia nas incursões romanescas, com evidente sucesso, em que a singularidade dialoga com a comunidade, sem pretensão de uma qualquer conclusão edificante.

Portugal é visto com qualidades e defeitos, com avanços e recuos, com características próprias, as mais das vezes contraditórias: a Providência e o anti-clericalismo; a unidade e a diversidade; o conformismo e o inconformismo; o lirismo e o picaresco, a tragédia e a ilusão. Afinal, urge denunciar o “irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses fazem de si mesmos”, como lemos no autor de “O Labirinto da Saudade”. Longe da placidez das explicações unívocas, encontramos no caminho da nossa História: os gestos traumáticos da independência nacional; a longa hesitação do Mestre de Avis; o desastre de Alfarrobeira; a tragédia do Infante Santo; a morte da esperança





do Príncipe Perfeito; a loucura de D. Sebastião; a ambiguidade do Quinto Império; o efeito do Ouro do Brasil; a partida da Corte para o Brasil; a humilhação do Ultimato inglês; o colonialismo; a neutralidade colaborante do Estado Novo... Tudo se projeta na vida coletiva, na gestação e desenvolvimento dos mitos. “Os Lusíadas” são uma genial ficção, em que Camões segue os passos de Virgílio e põe-nos na linhagem de Eneias e dos heróis de Tróia. É uma ficção grandiosa que não esconde a excecionalidade de uma evolução dificilmente explicável de uma “existência crepuscular”. De facto, só a crítica, do mito e pelo mito, pode tentar encontrar uma chave para esse encontro com o destino.

Os mitos da Europa e da lusofonia obrigam, no fundo, à interrogação paradoxal sobre o velho continente e as relações ancestrais ambíguas que o tempo tem procurado resolver: depois de a Europa nos ter feito e de nós termos feito a Europa é tempo de assumir criticamente um sonho, apesar do desencantamento que resulta do confronto com a realidade. Afinal, Portugal e a Europa fazem-se mutuamente, designadamente através de uma relação ibérica inteiramente nova e absolutamente necessária... É de uma reconciliação connosco próprios que falamos, deixando de nos sentirmos marginais ou sós – com uma garantia de segurança e liberdade. De facto, temos “Duas Europas”: uma, a nossa (em conjunto com a Espanha), castiça, do sul, arrastada pela má consciência de termos sido grandes; e a outra nórdica, avançada e acelerada... Já a “lusofonia” corresponderá a um espaço de língua, que não significa espaço de cultura unívoca. Tratar-se-á sempre de uma ligação de geometria variável, em que as complementaridades e as imperfeições serão muito mais importantes do que qualquer falso sucedâneo imperial. E Miguel Real diz-nos que, como nó central do imaginário português, o sebastianismo sintetiza um ativo cultural gerado pela consciência popular. Fernando Gil diz ser a alucinação um operador natural da evidência. O que obriga a que a crítica do mito se torne agulhão de maior exigência futura. Prova póstuma de existência e desafio à lucidez.

### **Nota Biobibliográfica**

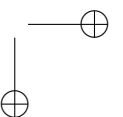
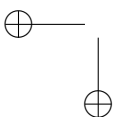
Guilherme d’Oliveira Martins é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da universidade de Lisboa. Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa. Ex-

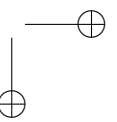
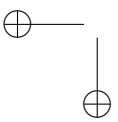
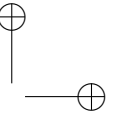
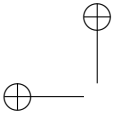


Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (31-08-2016); Presidente do Grande Conselho do Centro Nacional de Cultura (2016); Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian (16/11/2015); Coordenador Nacional do Ano Europeu do Património Cultural (2018); Sócio Efetivo da Academia das Ciências de Lisboa (eleito em 31/05/2010); Membro efetivo da Academia de Marinha (eleito em 16/12/2014); Académico de Mérito da Academia Portuguesa de História (eleito em 6/07/2015); Professor Catedrático Convidado da Universidade Lusíada; Professor catedrático Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP). Cargos que empresariais exerceu: Presidente do Centro Nacional de Cultura (2003-2016); Presidente do Tribunal de Contas (2005-2015); Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção (2008-2015); Presidente da EUROSAI – Organização das Instituições Superiores de Controlo das Finanças Públicas da Europa [eleito no VIII Congresso da EUROSAI, Lisboa (Portugal), (2011-2014)]; Presidente do Comité de Contacto dos Presidentes das Instituições Superiores de Controlo da União Europeia (2011-2012); Auditor Geral da Assembleia da UEO – União Europeia Ocidental (2008-2011); Primeiro Vice-Presidente da EUROSAI (2008-2001). Cargos Governamentais que exerceu: Ministro da Presidência (2000-2002); Ministro das Finanças (2001-2002); Ministro da Educação (1999-2000); Secretário de Estado da Administração Educativa (1995-1999); Chefe de Gabinete do ministro das Finanças (1979). Outros cargos que exerceu: Deputado à Assembleia da República (1980-1988, 1991-1995, 1995, 1999, 2002-2005); Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS (2002-2005); Vice-Presidente da Comissão Nacional da UNESCO (1988-1994); Presidente da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (1985-1995); Assessor Político da Casa Civil do Presidente da República (1985-1991); Secretário-Geral da Comissão Portuguesa da Fundação Europeia da Cultura; Diretor dos Serviços Jurídicos da Direção-Geral do Tesouro; Membro da Convenção sobre o Futuro da Europa; Presidente do Steering Committee do Conselho da Europa (27/10/2005). Cargos Académicos: Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa (1977-1985). Prémios e Distinções Obtidas: Doutor Honoris Causa pela Universidade Lusíada (junho de 2016); Doutor Honoris Causa pela Universidade Aberta (setembro de 2016); Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lisboa (ISCSP) (outubro de 2016); Grande Oficial e Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique; Comendador da Ordem de Isabel a Católica (Espanha); Oficial da Ordem da Legião de Honra (França); Medalha de Gratidão, do Centro Europeu de Solidariedade (Polónia); Cruz de Grande Oficial Ordem de Mérito da República da Polónia; Medalha Municipal de Mérito – Grau Ouro (Câmara Municipal de Loulé);



Distinção Honorífica – Chave de Honra da Cidade de Faro (entregue pelo Presidente da Câmara Municipal de Faro); Colar do Mérito Ministro Victor Nunes Leal (Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Brasil); Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.







## 1.2.6. Miguel Real, um Iluminista na Hipermodernidade Portuguesa: um Louvor Tempestivo<sup>1</sup>



**José Eduardo FRANCO**

Centro de Estudos Globais, Universidade Aberta,  
CLEPUL, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

“Eu creio que cada cultura, quero dizer cada forma cultural na civilização ocidental, teve o seu sistema de interpretação, as suas técnicas, os seus métodos, as suas maneiras de suspeitar a linguagem que quer dizer outra coisa para além do que parece dizer de facto, e de suspeitar que existe uma outra linguagem algures na linguagem.”

Michel Foucault

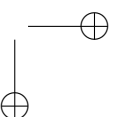
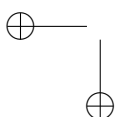
“E a verdade é que a história autenticamente humana começa do outro lado do egoísmo. Começa na solidariedade. A relação de um povo com outro povo devia situar-se no coração da sua própria existência de povo. Como, analogamente, a relação de um homem com outro homem. O reconhecimento e o crescimento do outro, enquanto outro, constituem requisito indispensável do meu próprio reconhecimento e crescimento. Na identidade e na diferença com o seu semelhante é destino do homem caminhar.”

Manuel Antunes

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 41-54.



### Um escritor multigêneros

Portugal, em cada época, gera no seu universo cultural figuras invulgares que marcam uma diferença distintiva entre a *aurea mediocritas* reinante. Essas personalidades literárias, políticas, artísticas, religiosas e operárias de exceção constituem a história do *Portugal Sobredotado* que permitiu suprir as fragilidades de um país que pareceria inviável, mas que sempre se viabilizou.

Miguel Real é uma dessas raras figuras, importa sublinhar bem, absolutamente singular no contexto atual da nossa cultura contemporânea. Tendo, durante muitos anos, conciliado o seu trabalho de professor de Filosofia das novas gerações com o da investigação e da escrita, recentemente encerrou a sua missão docente para se consagrar totalmente ao magistério da cultura, quer pela criação literária e produção de pensamento filosófico, quer pelo ensaio literário e pela dramaturgia, quer ainda pela divulgação cultural e científica como conferencista e comentador muito respeitado, ouvido e procurado.

Não cultiva, contudo, a ideia de apresentar-se como um escritor que se encerra no seu Olimpo, inacessível ao comum dos mortais, recusando convites e diálogos com pessoas de vários níveis sociais e interesses. Antes pelo contrário. Com a sua postura humilde e afável de sábio, mostra-se sempre disponível para aceitar conversar, ajudar e falar em público sobre os mais diversos temas e questões.

Herdeiro de mestres situados em polos nem sempre coincidentes, que o marcaram, em que se podem balizar Eduardo Lourenço, por um lado, e Manuel Antunes, por outro, Miguel Real é um mestre do ensaio e, ao mesmo tempo, do romance. No romance, é peculiar o seu percurso, pois tanto se dedica ao romance histórico, em que é notável, como ao romance de atualidade, tendo por pano de fundo acontecimentos reais da vida política e social do nosso tempo de vivência em democracia, como escreve ainda a mais avançada e mais ousada obra de ficção científica, recriando hodiernamente, *mutatis mutandis*, um atrevimento genial daquele grande orador jesuíta português que decidiu escrever uma *História do Futuro* no século XVII. O Padre António Vieira, de facto, escreveu sobre o futuro para melhor compreender e fazer compreender o sentido do presente e do passado de Portugal e do mundo.

No plano do ensaio e da produção de pensamento, o escritor Miguel Real pode ser considerado uma síntese invulgar, na nossa época, apelidada por muitos de pós-moderna e, por alguns, de hipermoderna, de várias correntes de





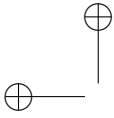
análise e de crítica. É um escolástico no seu afã de classificar, caracterizar, comentar e ordenar, beneficiando da sua experiência e da exigência do magistério professoral para poder explicar e fazer entender o que é complexo. É um renascentista pela sua capacidade de abarcar vários saberes e formas de produção cultural. É um iluminista pelo seu escopo de sistematizar e atingir o conhecimento universal, tendo por horizonte o ideal de capturar enciclopedicamente um saber o mais abrangente possível. É um positivista na medida em que valoriza e considera o papel do documento como prova, embora o sujeito a um crivo crítico que relativiza a sua absolutização. E é pós-moderno porquanto tem a capacidade de não absolutizar nenhuma destas propostas de método de conhecimento e análise, procurando a complexidade dilemática das questões e as conclusões que deixa em aberto. Miguel Real é alguém que pensa com os que exercitaram a nobre vocação de pensar e partilha o mesmo ofício de serviço ao pensamento sobre nós mesmos, repensando tudo o que foi dito e procurando propor o que eu chamaria de uma síntese aberta sobre a cultura portuguesa.

Miguel Real tem oferecido ao grande público ensaios relevantes sobre traços da nossa cultura, procurando fazer, no nosso tempo, a revisitação crítica dos nós górdios e, ao mesmo tempo, dos principais “complexos” da história da cultura portuguesa.

Esses temas complexos são, de algum modo, também os calcanhares de Aquiles da nossa história cultural e têm merecido, ao longo da tradição e produção intelectual, diferentes abordagens e propostas hermenêuticas que configuram, definem e diferenciam correntes de interpretação. Alguns desses “complexos” são reprimados e olhados aqui de maneira nova, em diálogo crítico com os contributos analíticos apresentados pelas diversas correntes de interpretação de nós mesmos como país, como nação e como Estado: o destino dos Judeus; o medo da Inquisição; o papel dos Jesuítas; as figuras de Vieira, Pombal, Eça de Queirós, Fernando Pessoa, Eduardo Lourenço, José Saramago, entre outras; a ideia de nação superior e inferior; o pessimismo nacional e a decadência; o país suspenso no tempo, qual lugar cultural e mental encantado; o conceito de canibalismo cultural; os grupos e movimentos “fratricidas”, como os miguelistas, os jacobinos, os moscas, a Formiga Branca, os bufos...

Em Miguel Real, encontramos uma visão da nossa história e da nossa cultura e uma análise sempre estimulante. A sua leitura de nós permite-nos olhar





de um outro ângulo e com uma perspectiva nova quer o que já sabíamos, quer o que desconhecíamos sobre os nossos caminhos e descaminhos históricos e, não menos importante, o que os outros, que nos veem de fora ou que nos visitam, pensam de nós.

### **Autor irreverente na escola da Literatura da Identidade Portuguesa**

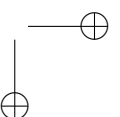
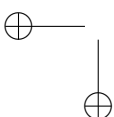
A obra já imensa de Miguel Real insere-se, de facto, na grande genealogia dos homens de cultura que procuraram, ao longo dos séculos, pensar a identidade portuguesa. Nessa grande herança daquela que podemos chamar de Literatura da Identidade Portuguesa, o contributo de Miguel Real será um dos mais abrangentes.

Com efeito, Portugal tem sido, no decorrer da história da sua cultura, a grande preocupação dos intelectuais portugueses. Raros foram os homens de letras – historiadores, filósofos, romancistas e mesmo pedagogos e artistas – nascidos em Portugal que não tenham feito do seu país objeto relevante das suas reflexões, criações e preocupações intelectuais. Esta poderá ser uma das marcas vocacionais que as culturas identitárias deixam nos seus escritores, ou seja, pensar a cultura de nascimento. Todavia, conhecendo um pouco as culturas do mundo, o caso português é um dos mais eloquentes no que respeita a esta quase obrigatoriedade dos seus intelectuais tomarem o país como o objeto importante, se não mesmo principal, do seu pensamento.

Se olharmos para a nossa história, os grandes autores portugueses não se eximiram desta missão quase irrenunciável de realizar uma espécie de magistério interpretativo do sentido ou dos sentidos da caminhada histórica de um povo chamado português, num dado tempo e espaço.

O nosso país, pela sua história longa de sobrevivência, que afirmou, há mais de 800 anos, um projeto de governo independente dos seus destinos, muitas vezes dispondo de condições dramaticamente frágeis para garantir a sua viabilidade, tem-se tornado objeto estimulante de reflexão, quer para os intelectuais portugueses, quer até para não poucos interessados intelectuais estrangeiros.

Esta produção de reflexão sobre nós, que passa por responder às grandes perguntas de sentido (de onde viemos?; porque fomos fundados?; porque existimos e deixámos marcas na história universal?; qual o sentido da nossa caminhada coletiva?), acaba, nas interpelações e nas respostas, por acrescen-





tar, em cada tempo, algo mais ao “complexo identitário” que se convencionou chamar de nacional.

Cada filósofo, cada escritor, cada historiador, cada cientista, cada artista acrescenta com o seu olhar, por mais crítico e demolidor que seja, uma *nuance* a essa identidade em cada tempo, fornece-lhe substância, acrescenta-lhe um valor cultural que se rentabiliza como capital de sentido coletivo e de resistência espiritual.

Tendemos a olhar-nos como um povo especial (aqui nada diferente da forma como cada povo do mundo tende a olhar-se). Interpretamo-nos (aqui com alguma razão) como povo que tem garantido a sua autonomia quase por milagre, como tem sagazmente interpretado Eduardo Lourenço, dados os nossos fracos recursos (ou a ausência de recursos extraordinários no quadro do que é valorizado pela economia internacional dos mercados) para garantir, durante quase um milénio, uma existência como povo autonomizado e tendo tido tantos e tão poderosos inimigos (vizinhos próximos e menos próximos), que teriam podido facilmente retirar-nos das mãos as rédeas da administração livre do nosso destino.

Com um gesto prometeico – a ousadia de D. Afonso Henriques no século XII –, emancipámo-nos politicamente da grande Espanha e entrincheirámo-nos, entre o mar e a terra, num retângulo, onde quisemos fazer o nosso jardim. Dois séculos depois, tivemos de fazer nova revolução, mostrando aos vizinhos castelhanos que poderíamos continuar livres, nem que para tal alterássemos, por vontade popular, o fio da sucessão dinástica, ou seja, o direito hereditário dos reis, promovendo uma inédita mobilidade social, que gerou elites novas simbolizadas na Geração de Avis, aquela que apelidamos orgulhosamente de Ínclita Geração. Foi essa nova dinastia e os seus círculos de apoio que nos lançaram ao mar, criando a primeira experiência de universalidade entre os povos do mundo, a chamada primeira globalização (cf. J. P. Oliveira e Costa e Teresa Lacerda, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa...*).

Essa abertura universalista promovida pelos portugueses revolucionou as mundividências compartimentadas dos povos e civilizações do mundo, criou uma ampla consciência planetária e obrigou culturas e religiões a interagirem, como escreve A. J. R. Russell-Wood na sua obra *Um Mundo em Movimento* (1998), que estuda o papel globalizador de Portugal na Modernidade: “Para além de diferentes níveis de expectativa, de aspirações, de relutância ou de rejeição, estes contactos inauguraram inexoravelmente uma nova era de glo-



balização transcontinental, transoceânica e transnacional, caracterizada pela interdependência, pela ação recíproca e pelo intercâmbio entre os povos”. Um país pequeno como Portugal desencadeou um processo, na Época Moderna, que nunca mais pararia e que hoje está em vertiginosa aceleração. Portugal fez-se império e sentiu-se cabeça da Europa, líder da Velha Cristandade, então cada vez mais desavinda.

Esse Portugal universalista, que se viu (ou que se imaginou) euforicamente a viver uma meteórica idade de ouro, ou melhor, uma idade de expectativas maiores, algumas realizadas, outras logradas, rapidamente experimentou uma grande desilusão, ficando refém do direito hereditário dos reis e dos jogos de casamentos e interesses em que participava há muito com a vizinha e irmã monarquia castelhana. Perdeu a independência em 1580, mas não perdeu o ânimo, nem a esperança de recuperar a liderança do património de vida em comunidade de destino construído em quase meio milénio. Já tinha história suficiente e capital de esperança capaz de fazer da idealização do futuro motor de mudança do presente, para vir a sonhar com Vieira na realização da utopia do V Império universal. Assim aconteceu 60 anos depois, à semelhança do que tinha sido muito propalado, metaforicamente, pelos nossos profetas da nação, como tendo sido o fim do exílio necessário do Novo Israel, já que era assim que então se imaginava Portugal, qual novo povo bíblico, como o definiu Manuel Clemente no seu livro *Portugal e os Portugueses* (2008). Resistimos independentes contra vizinhos próximos e longínquos que cobiçavam o domínio do nosso retângulo e de tudo o que, a partir deste jardim à beira-mar plantado, já tínhamos amealhado, dando *mundos ao mundo*.

Vivemos hoje, e há mais de 30 anos, só europeus, perdido que foi o império que restou, mas ficámos detentores de uma herança que pode constituir um capital de futuro granjeado nas relações e nos laços culturais, linguísticos e até religiosos criados com povos variegados de todos os continentes da Terra. Perdemos o império, mas ficámos com uma fatia importante daquilo a que podemos chamar de a “Alma do Mundo”, que ajudámos a construir, a transformar, dando-lhe até novos sentidos. Esse capital é o nosso capital de futuro, que Miguel Real designa por “a comunhão lusófona”. Por aqui passa a viabilidade de continuarmos a existir como povo construtor de mais e melhor humanidade.

Portugal viveu, de facto, sempre entre grandes expectativas e grandes desilusões, entre sucessos extraordinários momentâneos e o abismo da sua fa-



lência como país autónomo, procurando sempre uma viabilidade, um ponto de fuga, uma saída, para continuar a existir, resistindo aos desencontros da história...

Em cada tempo, tiveram um papel decisivo os líderes carismáticos, os heróis geniais e empreendedores saídos das elites, como Nun'Álvares, ou aparecidos inesperadamente do povo, como a Padeira de Aljubarrota ou Maria da Fonte, mas também foi determinante a intervenção de escritores, quer para engrandecer as realizações, quer para gritar contra a inércia e acordar os portugueses dos seus períodos, muitos, de adormecimento, de letargia, que os conduziram para uma espécie de vida sonâmbula. O magistério da palavra dita e escrita foi tão importante para imprimir coesão e sentido à caminhada histórica do povo português como as suas ações consideradas valorosas, que o distinguiram perante os outros povos.

Acima de tudo, o magistério crítico, a que chamamos magistério do grito de denúncia, parecendo a muitos, por vezes, excessivo, radical, foi e é, contudo, absolutamente fundamental, decisivo mesmo para que a doença do sonambulismo que nos afeta periodicamente não nos conduza à morte.

É esse, em grande medida, o exercício que faz Miguel Real neste livro: gritar para acordarmos do sono provocado pelos cantos de sereias pelos quais fomos levados nas últimas décadas a abdicar de assumir a responsabilidade de evitar a hipoteca do futuro. Miguel Real, ousando e exercendo a sua função de intelectual na cidade – que, como defendia Manuel Antunes, deve ver e fazer ver mais longe e mais fundo –, atualiza o recurso a esse múnus de inquietar os portugueses de hoje, como grandes escritores fizeram com os portugueses de outrora acomodados e enlevados pelos cantos de sereia, que fizeram com que Portugal não aproveitasse as oportunidades da história e vivesse sobressaltado de crise em crise. Hoje, Miguel Real denuncia o novo-riquismo oco e vaidoso, que investe os fundos europeus mais em BMW e Mercedes comprados à Alemanha do que em empresas duradouras e criadoras de emprego e riqueza, como outrora um Sá de Miranda denunciava, afirmando que, ao “cheiro da pimenta”, Portugal se despovoava e investia os lucros dos negócios da Índia, do Japão e da China em palácios, roupas caras e títulos de nobreza, assim como, ainda no século XVIII, teve de aparecer um Pombal a tentar uma terapia de choque reformista depois de quase meio século de reinado joanino, em que usámos os rios de ouro do Brasil para erguer magníficos conventos apalaçados e mostrar à Europa grandezas efémeras de um Rei-Sol, em vez



de investirmos na criação de infraestruturas para desenvolver a agricultura, a indústria e as vias de comunicação.

No século de Oitocentos, Alexandre Herculano, acusando o marasmo e o atraso em que via o país caído, afirmava que aquilo de que Portugal mais precisava não era tanto de inteligências extraordinárias, pois essas até as havia, mas sim, acima de tudo, de vontades extraordinárias para empreender as transformações que se impunham para fazer o país avançar e não se envergonhar da Europa de que fazia parte.

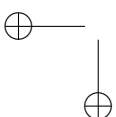
Hoje, Miguel Real apresenta-se como um dissecador da anatomia da mentalidade portuguesa, continuando o trabalho iniciado por Eduardo Lourenço em 1978, com a publicação emblemática de *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Povo Português*, e por Manuel Antunes que, no ano seguinte, publicou *Repensar Portugal*, ambos inaugurando, então em tempo de democracia, a Nova Literatura da Identidade Portuguesa. Miguel Real, nas suas obras, com destaque para *A Morte de Portugal*, que engrossam esta nova literatura crítica da nossa identidade, acusa o “país sonâmbulo” e une historicamente o seu grito de alerta a uma superior estirpe de intelectuais que, em outras épocas, gritaram contra a inércia de um Portugal que esmorecia. Assim fez Camões, lamentando a “apagada e vil tristeza” da segunda metade do século de Quinhentos; assim fez Vieira, antecipando quatro séculos o diagnóstico negro de José Gil, patente no nosso *Medo de Existir*, dizendo que Portugal, no século XVII, era bom para nascer e mau para morrer e que a inveja era um dos nossos maiores males psicológicos, que matava os grandes talentos em que o país era fértil; assim como a Geração de 70 do século XIX, a partir das Conferências do Casino; assim fez Pessoa, nas primeiras décadas do século XX, dizendo que Portugal era nevoeiro e classificando de tristes aqueles que, acomodados à situação, ficam em casa contentes...

É este o magistério irrenunciável do intelectual que preza o seu ofício na cidade dos homens, que outras duas grandes figuras tutelares de Miguel Real, Eduardo Lourenço e Manuel Antunes, souberam usar como ninguém na segunda metade do século XX, criando, também com os contributos recentes de, entre outros, Boaventura Sousa Santos e Guilherme d’Oliveira Martins, aquilo a que chamamos de Nova Literatura da Identidade Portuguesa. Vale a pena citar aqui alguns excertos de surpreendente atualidade, escritos pelo Padre Manuel Antunes na sua obra notável, publicada em 1979, com o título *Repensar Portugal*, em plena sintonia com as preocupações intelectuais e a



análise crítica de Miguel Real patentes no livro que prefaciamos. Manuel Antunes traça aqui uma espécie de carta-utopia que estabelece uma espécie de ideário do que deveria ser o Portugal democrático que então se tentava erguer e do qual hoje estamos cada vez mais longe:

“De novo, portanto. Que espécie de sociedade desejamos? Que espécie de sociedade deseja o povo português? Uma sociedade em que estejam definitivamente para trás de nós o liberalismo atomista e o coletivismo totalitarista. Uma sociedade que enterre de uma vez para sempre os monstros inumanos de um passado mais ou menos próximo ou mais ou menos remoto. Uma sociedade em que não se maximize o lucro nem se sacralize o poder. Uma sociedade em que o Estado, em vez de fim em si mesmo e de fim dos grupos que o compõem, se encontre, de verdade, ao serviço da comunidade das pessoas que o excedem em toda a linha. Uma sociedade em que o homem não seja um simples número da série ou uma peça da engrenagem cibernética em que ela se tenha convertido. Uma sociedade em que a liturgia do ser elimine, vá eliminando, a liturgia do aparecer em que a sociedade portuguesa, ao longo dos séculos, tão fecunda e faustosa tem sido. Uma sociedade consciente da humanidade de todos os homens, em geral, e da unicidade de cada homem, em particular. Uma sociedade, que, indutivamente, vá descobrindo o seu antigo – e novo – modo de existir, o seu antigo – e novo – modo de ser e estar no mundo, em vez de se entregar de mãos e pés a todos os falsos modeladores ou a «engenheiros das almas» de duvidosa proveniência. (...) Uma sociedade em que o capital-esperança não corra o risco de ser desperdiçado como tantas vezes na nossa história, particularmente nos últimos anos. Uma sociedade que não dê azo a que, com tanta frequência como hoje, a memória, o amor e a morte se vão tornando sinónimos do absurdo da existência. Uma sociedade em que a política não se encontre desvinculada da ética nem a ética se encontre desvinculada da política. Uma sociedade não cindida escandalosamente em duas: a da miséria e a do consumo. Uma sociedade que compreenda a palavra de R. Burns, segundo a qual «a mais poderosa lei da Natureza é a mudança». Uma sociedade em que sejam percorridas – e vividas – as quatro grandes vias de realidade política: o conhecimento político, a capacidade do agir político, convicções básicas e carácter,





principalmente *character*. (...) Utopia, esta sociedade dos nossos desejos e aspirações? Talvez, em parte. Mas, sem um mínimo de utopia, as sociedades humanas em geral e a sociedade portuguesa em particular ou caem na greve dos braços caídos ou entram pelo labirinto de todos os maquiavelismos e oportunismos ou, mais gravemente ainda, sentam-se à beira-nada, esperando, num desespero tranquilo, a própria morte. Atrevo-me a dizer provocativamente: o Portugal de hoje tem necessidade não de saciados mas de famintos em espírito; não de repetidores de gestos próprios ou alheios mas de pesquisadores; não de mandarins mas de profetas; não de reformados da vida mas de comprometidos até ao fundo com a mesma vida; não de ideólogos mas de contemplativos (de contemplativos na ação, entenda-se); não de representantes do particular, do campanário da própria aldeia (partido, seita, grémio, clube) mas do vasto mundo, literalmente do universal. Só eles poderão depois, com conhecimento de causa e sentimento pela causa, ver o concreto, analisar o concreto, assumir o concreto no sentido de o transformar.”

Na esteira dos grandes pensadores portugueses, Miguel Real continua o magistério dos intelectuais portugueses que não se demitiram da função de crítica e de intervenção em torno do estado de alma do país.

Miguel Real dá voz ao grito coletivo atrofiado de muitos contra as novas tiranias e ditaduras que nos retiram, dia a dia, a nossa liberdade de povo criador e emancipado: a tirania dos mercados, dos políticos submetidos à vontade dos senhores do dinheiro do mundo...

Podem parecer, aos nossos ouvidos treinados para a resignação e a aceitação agradecida do que os tempos nos dão, excessivas, radicais, até mesmo provocadoras, as palavras, sem meias-medidas, de Miguel Real. Mas assim são as palavras dos escritores, dos profetas no sentido mais nobre do termo, dos que têm a missão sublime de inquietar-nos e fazer-nos pensar para acordarmos do sono que nos pode conduzir a um abismo que nos liquidará. As contundentes palavras de Miguel Real não são – nos livros em que exerce o seu magistério de pensador da nossa identidade e crítico do estado da alma portuguesa – as palavras de uma filosofia, de um pensamento do “mais ou menos”, como alguém o acusou, de forma agressiva, mal-intencionada e injusta. O mal da inveja, denunciado por António Vieira no passado e hoje por José Gil, vem aqui ao de cima, promovido por aqueles que tentam abater quem,







como Miguel Real, é exemplo de empreendedorismo intelectual, de trabalho estrénuo, de criação inovadora, de investigação séria e denodada em prol da nossa literatura e da nossa cultura em geral.

### **Símbolo do Portugal Plural**

Ao percorrermos o mar imenso das suas obras, mesmo que não concordemos com tudo, verificamos que as palavras de Miguel Real são do “tudo ou nada” e constituem um alerta forte que apregoa ser este o tempo de nos reerguermos da cova para onde nos têm empurrado. O seu exemplo de intelectual, à luz das suas convicções e causas, tem contribuído arduamente, heroicamente, para ser uma voz cultural esclarecida e esclarecedora. Uma voz mobilizadora também! Miguel Real tem dado exemplo de trabalho intenso e de dedicação à cultura e aos outros na partilha generosa ao serviço do saber, como é raro encontrar.

Permitam-me que faça esta defesa de Miguel Real, confessando que me sinto à vontade para fazê-lo, pois aqui valorizo o gesto, o trabalho, a importância da ação de um grande criador de cultura dos nossos dias. Estou à vontade porque defendo um Portugal democrático, tanto na política, como na cultura, no pensamento, na fé. O unanimismo – que muitos acham que é a única via, ou a via mais confortável, para uma “vida eficiente” nas instituições e na sociedade em geral – tem sido, ao longo da história, o argumento fundador de todas as inquisições, os autoritarismos e as ditaduras. É em nome deste ideal de unanimismo ou de consensualismo que se evitam, em Portugal, debates públicos sérios em torno de teses, obras, estudos, teorias, práticas. Existe uma retração em relação a um exercício que centre a discussão nas ideias e não nas pessoas que as produziram. A pessoalização dos debates e das críticas tem matado ou boicotado muitas discussões construtivas em torno do esforço quotidiano em prol de mais e melhor cultura, de mais e melhor ciência.

A minha relação de grande amizade e admiração para com Miguel Real pode ser um exemplo de um Portugal democrático, plural, respeitador da diferença. Nem sempre a minha mundividência coincide com a de Miguel Real. Em alguns aspetos, pensamos, acreditamos a história de maneira diferente. Aliás, conhecemo-nos num debate televisivo, discutindo ideias e pontos de vista divergentes, mas aprendemos, o que é raro em Portugal, a respeitar as nossas diferenças e a admirar os percursos intelectuais diversos de ambos, aceitando trabalhar em conjunto, com amizade sincera, para a construção de



um Portugal melhor, com uma cultura mais esclarecida e rica, valorizando o essencial.

A voz de Miguel Real tem sido da maior relevância para nos ajudar a fazer uma leitura crítica do presente, para animar a nossa resistência contra o perigo iminente da alienação e para enfrentarmos o futuro com o compromisso renovado de construirmos um Portugal que recorra ao melhor da sua herança histórica capitalizada ao longo do último milénio – usando da nossa liberdade, da qual Fernão de Oliveira, no século XVI, na primeira *História de Portugal*, disse ser a herança matricial que nunca poderíamos perder para sobrevivermos como povo livre. Nesta liberdade essencial está o segredo para lutarmos contra todos os determinismos e resistirmos àqueles que quiseram e querem, contra a nossa vontade, determinar o nosso rumo histórico...

Miguel Real, portanto, acredita e aposta firmemente na capacidade redentora e regeneradora da liberdade, uma liberdade que potencie as energias, os talentos, a vocação criadora dos portugueses para superarem com sucesso os tempos difíceis que vivemos. Esta é a poderosa mensagem patente na sua obra de hermenêutica cultural. Estamos com ele, estamos com Portugal e estamos comprometidos com a humanidade.

Miguel Real parece um homem de outro tempo, que poderíamos classificar como um iluminista na nossa hipermodernidade. No entanto, é uma das vozes que nos têm compreendido melhor, porque é um homem que observa o nosso tempo a partir do olhar longo da história de todos os tempos. O valor cultural e espiritual da obra de Miguel Real, que nos está a deixar como herança, vai torná-lo, acreditamos nós, um homem de todos os tempos, pois o seu legado vai resistir à erosão voraz do passar dos dias.<sup>2</sup>

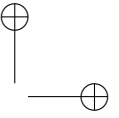
### **Bibliografia**

ANTUNES, Manuel, *Repensar Portugal*, Lisboa, Multinova, 1979.

COSTA, João Paulo Oliveira e, LACERDA, Teresa, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2007.

---

<sup>2</sup>Este artigo retoma, adapta e refaz escritos do autor já publicados, nomeadamente em prefácios a livros de Miguel Real.



FRANCO, José Eduardo, *Portugal ao Espelho da Europa: Ideia(s) de Europa na Cultura Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2020.

LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Povo Português*, Lisboa, D. Quixote, 1978.

REAL, Miguel, *A Morte de Portugal*, Porto, Campo das Letras, 2007.

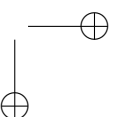
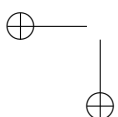
REAL, Miguel, *Vocação Histórica de Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos, 2012.

REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta, 2017.

RUSSEL-WOOD, A. J. R., *Um Mundo em Movimento: os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Algés, Difel, 1998.

### **Nota Biobibliográfica**

Historiador. Titular da Cátedra CIPSH de Estudos Globais e diretor do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta. Investigador e antigo diretor do CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro da Academia Portuguesa da História. Doutorou-se em “História e Civilizações” pela EHESS de Paris e em Cultura pela Universidade de Aveiro, sendo mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da mesma Universidade de Lisboa. Concluiu com sucesso a coordenação de vários projetos de investigação de grande fôlego, entre os quais os volumes do *Dicionário Histórico das Ordens*, a *Obra Completa do Padre Manuel Antunes* em 14 volumes e o projeto *Arquivo Secreto do Vaticano* editado em 3 volumes. Da sua vastíssima bibliografia destacam-se os estudos aprofundados sobre Vieira, os Jesuítas e o Marquês de Pombal. Dirigiu com Pedro Calafate o grande projeto luso-brasileiro chamado “Vieira Global” que publicou a *Obra Completa do Padre António Vieira* em 30 volumes e agora prepara um *Dicionário do Padre António Vieira*, assim como a tradução e edição da obra seleta deste autor em 20 línguas de grande circulação internacional. Foi diretor com Carlos Fiolhais do projeto de investigação e edição intitulado *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*,



editado pelo Círculo de Leitores em 30 volumes. Coordena ainda o projeto “Culturas em negativo” de que resultou a publicação de um *Dicionário dos Antís*. A matriz deste projeto, à semelhança de outros seus, já está a ser adaptada noutros países. Da sua vastíssima bibliografia destacam-se os seguintes livros: *O Mito de Portugal*, Lisboa, FMMVAD/Roma Editora, 2000, e *O Mito dos Jesuítas em Portugal e no Brasil, Séculos XVI-XX*, 2 Vols., Lisboa, Gradiva, 2006-2007; *Dança dos Demónios: Intolerância em Portugal*, coordenação em parceria com António Marujo, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2009; *Brotar Educação*, Lisboa, Roma Editora, 1999; *Monita Secreta (Instruções Secretas dos Jesuítas). História de um Manual Conspiracionista* (em coautoria com Christine Vogel), Lisboa, Roma Editora, 2002; *Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa*. Com edição dos escritos de Natália Correia sobre a “Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo” (em coautoria com José Augusto Mourão), Lisboa, Roma Editora, 2004; *O Padre António Vieira e as Mulheres: Uma Visão Barroca do Universo Feminino* (em coautoria com Isabel Morán Cabanas), Porto, Campo das Letras, 2008; *Holodomor. A Desconhecida Tragédia Ucrainiana (1932-1933)*, coordenação em parceria com Beata Elzbieta Cieszynska, Lisboa, Grácio Editor, 2013; *Portugal Tolerante. Um Milénio de Convivência no Espaço Português. Textos para o Diálogo Intercultural*, coordenação em parceria com Paulo Mendes Pinto, Lisboa, Sinais de Fogo, 2014; *Jesuítas, Construtores da Globalização*, em coautoria com Carlos Fiolhais, Lisboa, CTT – Correios de Portugal, 2016. Tem ainda ensinado, como professor convidado e visitador, em várias universidades a nível internacional, entre as quais, a Universidade de São Paulo, a Universidade de Paris Panteón-Assas, a Universidade de Chemnitz, a Universidade de Santiago de Compostela, a Universidade de Alcalá de Henares e a Universidade Federal de Sergipe. Foi-lhe atribuída, em 2015, a Medalha de Mérito Cultural do Estado Português, o mais importante galardão atribuído pelo Governo Português, como reconhecimento dos serviços prestados à cultura e à ciência.



### 1.2.7. Uma outra Faceta Igualmente Real<sup>1</sup>



**Onésimo Teotónio de ALMEIDA**  
Universidade de Brown (EUA)

Teclo estas linhas em jeito de prefácio a mais de dois anos de ter escrito o texto sobre Miguel Real incluído no presente volume e, de propósito, sem o rereer. Recordo-me de nele ter dito o essencial do que sobre essa notável figura da cultura portuguesa penso. O perigo será repetir-me, pois não alterei de modo nenhum o meu juízo sobre ele. Todavia ao menos outras palavras se me soltarão para o ecrã do computador ao glosar o tema da larga admiração e apreço que de coração nos dedos eu já havia expressado.

De Real, o Miguel só tem o nome. E não me refiro ao facto de se tratar de um pseudónimo literário. Na verdade, as três facetas de pensador, escritor e ser humano reunidas numa só pessoa em tão elevada escala não é uma ocorrência normal. Uma delas falha sempre por incapacidade de se alcandorar à altura das outras duas. Contudo, tal regra não é aplicável ao fenómeno humano invulgar chamado Miguel Real.

A outra norma igualmente generalizada no mundo dos livros, segundo a qual é melhor não conhecer pessoalmente os autores e assim evitar o perigo de desapontamentos, não tem a menor aplicabilidade no caso dele. Conhecer a sua obra à distância gera em nós a ideia de um autor erudito, eremita de bibliotecas, um recluso asceta, sorumbático e desfigurado. A surpresa alcança-nos

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



no encontro com a pessoa real, de carne e osso, ao presenciá-la sentada a conversar amenamente conosco como dispendo de todo o tempo do mundo. Para mais, expressando-se numa linguagem lhana e transparente, com uma postura atenta e ouvinte, cordata e até humilde, chegando a provocar a dúvida de estarmos perante uma instância de duas pessoas distintas num único corpo – o Miguel Real, prolífico autor a transbordar de referências bibliográficas e de ideias, esse sim, eterno residente de bibliotecas, consubstanciado com o seu duplo, o Luís Martins, cidadão cumpridor, amigo dedicado, conversador, mesmo nato apreciador de cavaqueios sem horário e até aparente desconhecedor da intensa atividade do outro. (Aliás, e aqui só entre nós, suspeito que seja o Luís Martins quem lê tão volumoso caudal de livros, porque o Miguel Real, a publicar obras em catadupa, não pode dispor de tempo para ler tanto).

Há algo de místico nessa figura humana, real que se nos depara e com quem dá gosto conviver, sobretudo nestes dias em que toda a gente corre esbaforida para nenhures, agarrada ao telemóvel para não perder um minuto do mundo.

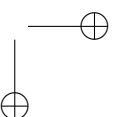
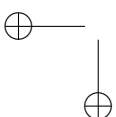
Sublinhar na abertura deste volume esta faceta do intelectual e escritor afigura-se-me relevante, particularmente quando os heróis parecem ter desaparecido dos olhares do público que, céptico, passou a desconfiar de tudo e de todos porque os meios de comunicação contemporâneos como que nivelaram a humanidade por baixo, reduzindo a barro todo e qualquer cidadão do planeta. Na profusão de páginas deste volume o leitor encontrará abundantes provas do calibre desta marcante figura da cultura portuguesa das últimas décadas; daí ter pressentido oportuno lembrar aqui a existência desse duplo do nosso homenageado, chamando a atenção para essa sua outra componente identitária. Existe de facto um Miguel... real.

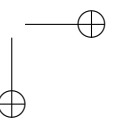
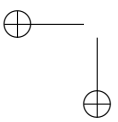
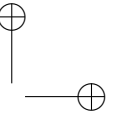
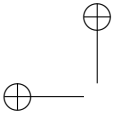
### Nota Biobibliográfica

Professor Catedrático no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros, no Wayland Collegium for Liberal Learning e Renaissance and Early Modern Studies Program da Universidade de Brown (EUA). Doutorado em Filosofia pela mesma universidade, co-dirige as revistas e *Journal of Portuguese History* e *Pessoa Plural*. Os seus mais recentes livros são *O Século dos Prodígios. A ciência no Portugal da Expansão* (Quetzal, 2018), *A Obsessão da Portugalidade* (Quetzal, 2017), *Despente-*



*ando Parágrafos* (Quetzal, 2015) e *Pessoa, Portugal e o Futuro* (Gradiva, 2014). É membro da Academia de Marinha, da Academia Internacional de Cultura Portuguesa e da Academia das Ciências. É doutor Honoris Causa pela Universidade de Aveiro e pela Universidade Lusófona.





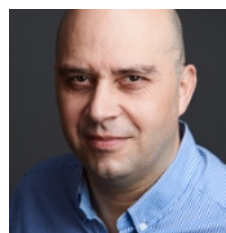


### 1.3. LIGAÇÃO DE MIGUEL REAL À UBI





### 1.3.1. Miguel Real e a UBI<sup>1</sup>



**Alexandre António da Costa LUÍS**  
Universidade da Beira Interior,  
PRAXIS – Centro de Filosofia, Política e Cultura,  
CHSC, AM, ALLC, IFP, OLP, MIL

#### **Homenagem a uma das grandes referências de humildade sábia do atual panorama cultural português**

Não é nenhuma novidade que a Universidade da Beira Interior (UBI), através das suas faculdades, departamentos, unidades de investigação, cursos, bibliotecas e museu, tem dado um relevante contributo quer no âmbito da divulgação quer, obviamente, no do estudo da obra de notáveis figuras da cultura portuguesa. O que sucedeu no ido ano de 2018, com a realização do “Colóquio Internacional Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura”<sup>2</sup>, que decorreu a 7 e 8 de novembro na Faculdade de Artes e Letras desta Universidade e foi objeto de notícia em vários meios de comunicação, exemplifica na perfeição esse desempenho. Conforme escreveu Guilherme d’Oliveira Martins, um dos renomados conferencistas que dinamizou o evento,

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup>Cf. LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier, LUÍS, Alexandre António da Costa e outros (coord.), *Colóquio Internacional Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura*, [Livro de Resumos], Covilhã, Universidade da Beira Interior, Gráfica do Tortosendo, 2018. Disponível em [http://labcom.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/assets/miguel-real-livro-resumos\\_vf.pdf](http://labcom.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/assets/miguel-real-livro-resumos_vf.pdf) [Consult. 15-03-2021].

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 61-72.

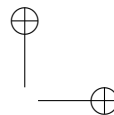
em boa hora, a Universidade da Beira Interior decidiu promover um Colóquio em torno da obra de Miguel Real (MR). Foi uma excelente oportunidade para a realização de uma reflexão e um diálogo aprofundados em torno da obra de um dos mais persistentes e fecundos ensaístas e críticos no panorama português<sup>3</sup>.

O mesmo pode ser dito da parceria que englobou, no ano seguinte, a UBI, a Câmara Municipal da Guarda e a Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, estreitando proveitosamente a ligação entre a Universidade e o meio envolvente, e que possibilitou a concretização, na cidade mais alta do país, entre 4 de outubro e 6 de dezembro, de outros colóquios e eventos dedicados ao mesmo vulto<sup>4</sup> que prolongaram o ciclo de homenagem e de reflexão iniciado na Covilhã. Acrescente-se que a altura em que se realizou toda esta série de iniciativas não foi fruto do acaso, já que os organizadores pretenderam assinalar a efeméride dos 40 anos de escrita literária de Miguel Real, tendo em conta que se estreou no romance, em 1979, com *O Outro e o Mesmo*.

Em nome dos responsáveis pela organização deste preenchido ciclo, tivemos então a honra de saudar um conjunto significativo de personalidades que estiveram presentes em pelo menos uma das sessões de abertura e que, desde o primeiro contacto, acolheram o empreendimento com elevado entusiasmo, a saber: o Reitor da Universidade da Beira Interior, os Presidentes, ou seus representantes, das Câmaras Municipais da Covilhã, Guarda, Fundão e Belmonte, o Presidente da Faculdade de Artes e Letras, o Coordenador do LABCOM.IFP, os Presidentes dos Departamentos de Letras e de Comunicação e Artes, o Secretário-Geral da Academia de Marinha, que representou o Presidente da AM, e a Diretora da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço. Desta lista também fizeram parte elementos ligados ao CLEPUL, à Academia Lusófona Luís de Camões, ao Instituto Europeu de Ciências da Cultura

<sup>3</sup>MARTINS, Guilherme d'Oliveira, "Um autor em demanda de Portugal...", in *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XXXVIII, número 1256, de 21 de novembro a 4 de dezembro de 2018, p. 33.

<sup>4</sup>LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier, LUÍS, Alexandre António da Costa e outros (coord.), *Miguel Real – 40 Anos de Vida Literária*, Ciclo de Homenagem, Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço [Guarda], Exposição / Colóquios / Teatro, [Catálogo], Covilhã, Impressão e Acabamentos Tipografia da Universidade da Beira Interior, outubro de 2019. Disponível em <http://labcom.ubi.pt/ciclodehomenagemMiguelReal/homenagem-miguel-real.pdf> (Consult. 15-03-2021).



Padre Manuel Antunes, ao Instituto Fernando Pessoa, ao Observatório da Língua Portuguesa, entre outras instituições. Estendemos ainda as nossas saudações aos membros das Comissões de Honra, Científica e Organizadora, bem como aos ilustres conferencistas e a todos os outros agentes presentes, professores, funcionários, alunos, etc. Porém, como não poderia deixar de ser, o nosso cumprimento mais caloroso foi dirigido ao insigne homenageado, Miguel Real, como muitos sabem, pseudónimo literário de Luís Martins (1953-), e aos seus familiares, agradecendo profundamente a sua valiosa presença, a qual muito dignificou e enriqueceu a evolução dos trabalhos.

Constituindo uma figura de relevo da cultura portuguesa contemporânea, até por reunir alguns traços bastante raros, Miguel Real vinga, entre outros aspetos, como um autêntico mestre na função de procurar entender Portugal e, conseqüentemente, o lugar que o país ocupa no mundo; como um pesquisador de topo na missão de indagar e de explorar as hipóteses de se discernir os atributos culturais da personalidade nacional, de se apreender determinadas constantes históricas, temáticas e psicológicas e, obviamente, de se desvendar a imagem que criamos de nós próprios; como um exímio conhecedor do passado e do presente, mas que se encontra igualmente preocupado em achar soluções que favoreçam a projeção da coletividade lusa no futuro. Daí também o facto de surgir como “um dos diletos fazedores da Lusofonia”<sup>5</sup>.

Natural de Lisboa e sintense por adoção, Miguel Real é licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa e mestre em Estudos Portugueses pela Universidade Aberta, com uma tese sobre um dos maiores e mais livres-pensadores lusos, o egrégio beirão Eduardo Lourenço, filósofo que nunca deixou de estar umbilicalmente ligado ao Distrito da Guarda. Este e outros trabalhos dados à estampa ilustram que Miguel Real tem devotado, com assinalável destreza, uma parte importante do seu labor intelectual à feitura de um agrupamento de estudos sobre destacados vultos da nossa cultura que re-

<sup>5</sup>LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier, “Língua Portuguesa e Lusofonia em Miguel Real”, in Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório (org.), *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*, Lisboa, Edições Colibri e Universidade da Beira Interior, com o apoio da Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras, Universidade de Toronto, Instituto Politécnico de Macau e Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, 2016, p. 82. Refira-se que, no ano de 2001, Miguel Real recebeu uma bolsa do programa “Criar Lusofonia”, do Centro Nacional de Cultura, que lhe permitiu percorrer o itinerário do Padre António Vieira pelo Brasil.



fletiram intensamente sobre o trajeto português, a ponto do nosso protagonista formar nos dias de hoje, sem margem para dúvidas, um dos principais peritos neste terreno.

Na verdade, Miguel Real emerge claramente no contexto nacional como um dos letrados mais férteis e originais das últimas décadas, possuindo largas dezenas de títulos publicados que se distribuem por distintos géneros. Com todo o mérito, tem sido galardoado com emblemáticos prémios e distinções, tais como: Prémio Revelação de Ficção da Associação Portuguesa de Escritores, Prémio Revelação de Ensaio da Associação Portuguesa de Escritores, Prémio Fernando Namora de Literatura, Prémio Ficção Ler/Círculo de Leitores, Prémio Ficção da Sociedade Portuguesa de Autores, Prémio Jacinto do Prado Coelho da Associação Portuguesa de Críticos Literários, Grande Prémio de Teatro do Teatro Aberto e SPA (em conjunto com Filomena Oliveira).

No que nos diz respeito, derivado até aos temas com os quais estamos mais familiarizados em termos profissionais, de entre o extenso, rico e multifacetado património de escritos redigidos por tão proficiente autor, sentimo-nos particularmente atraídos pelo legado oriundo do caudal de investigação que tem dedicado ao exame de questões e discursos relativos à identidade lusa, à exigente missão de dissecar, sincrónica e diacronicamente, a cultura portuguesa nas suas mais variadas facetas, dinâmicas ou mesmo contradições, sobressaindo a busca sempre aberta e constante dos seus traços capitais, das suas inclinações, do modo como os diferentes elementos se combinam, etc. Miguel Real é um ensaísta nitidamente comprometido com o desafio inesgotável, que se situa repetidamente na centralidade da sua obra, de perscrutar e de descodificar a complexidade da cultura portuguesa, ao qual se liga também o desiderato nutrido por este estudioso de fornecer trabalhos que estejam habilitados a denunciar novas direções a seguir nessa árdua investida. No fundo, vários dos seus escritos acabam, entre outras valias, por operar como ferramentas de orientação alicerçadas, até certo ponto, no rastreio e na abordagem crítica dos problemas, mitos e silêncios instalados.

São, de facto, muitas as páginas através das quais Miguel Real nos deixa uma acutilante perspetiva da história lusa, da nossa cultura e mentalidade, das faces de Portugal, proporcionando-nos uma experiência de leitura deveras enriquecedora, que assegura, pois, o alargamento dos nossos conhecimentos. Com efeito, municiados com os instrumentos facultados pelo autor, que albergam um repositório de reflexões que nos soltam do magnetismo de certas



visões mais tradicionais e com o seu quê de discutíveis, é-nos permitida a descoberta de aspetos ignotos ou pouco explorados, a possibilidade de revisitarmos outros e, não menos importante, de chegarmos a interrogações que, por exemplo, validam o aparecimento de mais caminhos de análise.

Como bem reconhece Guilherme d'Oliveira Martins,

Miguel Real tem-se dedicado a uma tarefa fundamental que merece especial atenção de todos quantos se interessam pelo aprofundamento da reflexão sobre a cultura portuguesa. Assim, numa procura incessante, tem procurado analisar a cultura portuguesa a partir da sua originalidade e das suas especificidades, demarcando-se quer das concepções providencialistas quer do centramento obsessivo no período dos Descobrimentos<sup>6</sup>.

E o mencionado especialista acrescenta a respeito de tamanha empresa levada a cabo por Miguel Real:

Deste modo, tem preferido «uma via mais historicista e menos ideológica», ousando apresentar uma configuração, «fundada em pressupostos mais históricos e menos míticos, segundo a qual cada período da cultura portuguesa vale por si»<sup>7</sup>.

Com um itinerário que, durante vários decénios, o levou a desenvolver a capacidade extraordinária de conciliar o seu exigente magistério no âmbito da Filosofia com o seu enérgico labor como romancista, ensaísta, dramaturgo (neste último ponto em íntima parceria com Filomena Oliveira), conferencista, crítico ou altruísta divulgador da literatura produzida no país e primoroso 'mapeador' das novas tendências cultivadas, Miguel Real justifica plenamente as palavras que surgem a seu respeito na capa de um dos jornais de maior renome em Portugal: "Muitos em um..."<sup>8</sup>. Esta dimensão múltipla de Miguel Real, de alguém que espontânea e incansavelmente se tem repartido com expressiva

<sup>6</sup>MARTINS, Guilherme d'Oliveira, "Em demanda da cultura portuguesa", [Prefácio], in Miguel Real, *Introdução à Cultura Portuguesa (Séculos XIII a XIX)*, Lisboa, Planeta, 2011, p. 15.

<sup>7</sup>*Idem, ibidem.*

<sup>8</sup>*JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XXXVII, número 1238, de 14 a 27 de março de 2018, p. 1.





competência por vários papéis e domínios, confere-lhe incontornável peculiaridade, faz parte da sua essência e é, até certo ponto, o resultado da ampla galáxia de questões e matérias que têm correntemente despertado a sua febril atenção/intervenção.

Nos últimos anos, virada a nobre página da docência, Miguel Real continua, com redobrada determinação e sem nunca abandonar o seu élan humanista ou a sua genuína postura de modéstia, a dirigir as suas inestimáveis faculdades intelectuais para distintas áreas, problemáticas e empreendimentos referentes à literatura, à filosofia e à cultura, navegando por tais campos sem estar preso a convencionais protocolos académicos, consolidando-o como um dos agentes mais dinâmicos, livres e inconfundíveis das letras portuguesas. Refira-se que, de entre os seus escritores preferidos, três nomes gozam permanentemente do estatuto de favoritos: Padre António Vieira, Eça de Queirós e José Saramago:

Três faces de Portugal: a mística, de quem amplifica o valor do país; a satírica, de quem o critica e minimiza; por fim, a de quem o desconstrói, desconstruindo a personalidade humana universal da personagem<sup>9</sup>, adianta Miguel Real numa interessantíssima entrevista que concedeu.

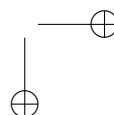
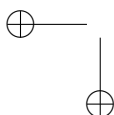
Conforme anota José Eduardo Franco,

herdeiro de mestres de pólos nem sempre coincidentes que o marcaram, em que se podem balizar um Eduardo Lourenço por um lado e Manuel Antunes por outro, Miguel Real é um mestre do ensaio e ao mesmo tempo do romance<sup>10</sup>.

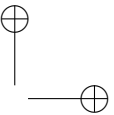
Inspirando-se junto de várias referências intelectuais e de diferentes correntes, essa herança compósita que tem sabido conjugar, bem como as viagens culturais ao Continente Africano, à América Latina, à Índia e uma disposição, quiçá incrementada num grau inigualável no quadro nacional, que consiste na vontade avassaladora de empreender a leitura, que acaba mesmo por ganhar

<sup>9</sup>Entrevista intitulada “Miguel Real – O pensamento criativo”, in *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XXXVII, número 1238, de 14 a 27 de março de 2018, p. 9.

<sup>10</sup>FRANCO, José Eduardo, “Prefácio”, in Miguel Real, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta, 2017, p. 16.







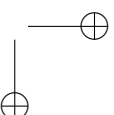
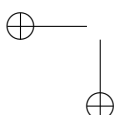
o qualificativo de “enciclopédica”<sup>11</sup>, de um número verdadeiramente astronómico de autores, muitos lusos e alguns até pouco conhecidos, com vista, por exemplo, a explorar quase tudo o que tem sido escrito sobre Portugal, Portugal e a Europa e Portugal e a Lusofonia, ajudam a explicar o facto de Miguel Real se encontrar dotado de uma perícia bastante singular no capítulo da produção escrita. É notório que intenta saciar, por via desta sua dimensão de “leitor compulsivo”<sup>12</sup> e “omnívor”<sup>13</sup>, dos seus atributos de hermeneuta, da sua apetência pelo conhecimento multidisciplinar e da sua inegável capacidade de síntese, uma fome incessante de saber que advém tanto do apego ao país como da humildade sábia que professa e que o transformam num ativo descobridor que a incomum variedade de textos que elaborou, a matriz do seu pensamento e a abissal extensão da sua obra revelam.

É certo que, pelo meio, se processou a anulação da existência de um tal de Luís Martins, mas urge afirmar que o nosso homenageado encontrou na dinâmica de transferência identitária que adotou o seu refúgio como ser pensante e inventivo. Na sua condição de Miguel Real, graças às rotinas diárias e ao método de trabalho que tem sabido estabelecer, conseguiu derrubar as castradoras amarras do paroquialismo e, paralelamente, aprendeu a domesticar o fator tempo, logrando, no plano cultural, rentabilizá-lo a uma escala pouco vista. De resto, tanto à luz dos seus contínuos esforços de aproximação à verdade como também do seu inconformismo face às adversidades que marcam a sociedade contemporânea, torna-se lícito concluir que os atos da leitura e da escrita (ensaística e ficcional) são as duas faces de uma mesma moeda, ou, se preferirmos, correspondem respetivamente ao ar que inspira e expira Miguel Real e, portanto, do qual depende a sua vida, o seu sentido existencial, o seu aperfeiçoamento como ser humano, o seu toque reflexivo e criativo no mundo.

<sup>11</sup> ALMEIDA, Onésimo Teotónio, “Uma abordagem hermenêutica de Portugal”, in *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XXXVII, número 1238, de 14 a 27 de março de 2018, p. 11.

<sup>12</sup> Entrevista intitulada “Miguel Real – O pensamento criativo”, in *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, número 1238, p. 10.

<sup>13</sup> ALMEIDA, Onésimo Teotónio, “Ler tudo para tudo entender”, in *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XXXVIII, número 1256, de 21 de novembro a 4 de dezembro de 2018, p. 32.



### Um assíduo colaborador da UBI

Ora, para nosso grande contentamento, Miguel Real ocupa um lugar de destaque na lista dos colaboradores externos da Universidade da Beira Interior. Efetivamente, é importante assinalar a ligação que tem vindo a desenvolver e a aprofundar, ao longo dos anos, com a UBI, mediante, sobretudo, a sua participação em colóquios (nacionais e internacionais), a redação de capítulos, de prefácios e de recensões críticas, a apresentação de obras, a realização de entrevistas, a presença em programas de rádio, a organização de livros em estreita colaboração com professores da comunidade ubiana e a produção literária em associação com escritores da região que mantêm um certo vínculo a esta instituição de ensino superior.

No sentido de melhor visualizarmos essa salutar e fecunda relação entre Miguel Real e a UBI, aqui fica um levantamento mais preciso de boa parte das iniciativas em que o nosso homenageado esteve envolvido, fornecendo a sua relevante cooperação<sup>14</sup>.

Desde logo, anotemos a sua valiosa participação, enquanto orador de referência, nos colóquios “Mário Cláudio e a Portugalidade” (2013); “Vida e Obra de Mário Cláudio” (2015); “Os Lugares de Vergílio Ferreira” (2016); “Tarde de Cultura Portuguesa” (2017); “27.º Colóquio da Lusofonia” da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2017 – evento que contou com o apoio da UBI); “Sobre Suspeita e Culturas de Desconfiança” (2017); “Celebrar o *Saber Amigo*, Colóquio de Homenagem a Jesué Pinharanda Gomes” (2018). A este rol devemos, naturalmente, adicionar os colóquios que se focaram na sua obra, datados de 2018 e 2019, e em que, reitera-se, Miguel Real esteve presente, emitindo, sempre que solicitado, comentários que alimentaram um debate largamente clarificador. Escusado será dizer que os volumes nascidos desta longa série de eventos ostentam um número apreciável de textos. Alguns são da autoria de Miguel Real, correspondendo às suas comunicações.

Sublinhe-se o seu desempenho como organizador, ao lado de Carla Luís e Alexandre Luís, de obras como *Mário Cláudio e a Portugalidade*<sup>15</sup> e *Vida*

<sup>14</sup>Cf. <http://labcom.ubi.pt/ciclodohomenagemMiguelReal/> (Consult. 16-03-2021).

<sup>15</sup>LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier, LUÍS, Alexandre António da Costa e REAL, Miguel (org.), *Mário Cláudio e a Portugalidade*, Setúbal, Edições Fénix, Universidade da Beira Interior, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade Federal Fluminense e Università degli Studi di Perugia, com o apoio da FCT, 2015.

e *Obra de Mário Cláudio*<sup>16</sup>. Saliente-se o prefácio que escreveu para o livro *Metamorfoses da Cultura*<sup>17</sup>, organizado pelos Professores Urbano Sidoncha e Catarina Moura. Recordemos ainda a recensão crítica feita por Miguel Real ao livro *Representações da Portugalidade*, organizado por André Barata e outros professores da comunidade ubiana, inserida na *Revista Colóquio/Letras*<sup>18</sup>, ou os apontamentos produzidos como crítico na coluna “Dias da Prosa”, do *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, acerca de diversas obras literárias de escritores naturais ou radicados na Cova da Beira, alguns docentes na UBI, como o Professor Gabriel Magalhães<sup>19</sup>, outros doutorandos nesta casa, como João Morgado<sup>20</sup>, e outros que têm prontamente intervindo em atividades desenvolvidas pela nossa Universidade, como Manuel da Silva Ramos<sup>21</sup>. Registe-se, ademais, o livro *O Deputado da Nação*, “uma maravilhosa mas implacável sátira à classe política e aos que em volta dela gravitam”<sup>22</sup>, que Miguel Real redigiu em conjunto com este último escritor. Adite-se, igualmente, o importante papel exercido pelo nosso homenageado na apresentação de trabalhos académicos com a marca ubiana, como foi, a título exemplificativo, o caso do livro *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*, organizado

<sup>16</sup>LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier, LUÍS, Alexandre António da Costa e REAL, Miguel (org.), *Vida e Obra de Mário Cláudio*, Porto e Covilhã, Fundação Engenheiro António de Almeida e Universidade da Beira Interior, LusoSofia Press, com o apoio da FCT, COMPETE, Quadro de Referência Estratégico Nacional, UNIÃO EUROPEIA – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e LabCom.IFP, 2018.

<sup>17</sup>SIDONCHA, Urbano e MOURA, Catarina (org.), *Metamorfoses da Cultura*, Lisboa, Nova Vega, 2018.

<sup>18</sup>REAL, Miguel, “Recensão crítica a ‘Representações da Portugalidade’, de André Barata”, in *Revista Colóquio/Letras*, recensões críticas, n.º 182, jan. 2013, pp. 275-278. Disponível em <http://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.9531&org=I&orgp=182> (Consult. 16-03-2021).

<sup>19</sup>Cf., designadamente, REAL, Miguel, “Gabriel Magalhães – Um ótimo policial”, in *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XXXVIII, número 1246, de 4 a 17 de julho de 2018, p. 17.

<sup>20</sup>Cf., por exemplo, REAL, Miguel, “João Morgado – Os limites do humano”, in *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XXXIX, número 1280, de 23 de outubro a 5 de novembro de 2019, pp. 20-21.

<sup>21</sup>Cf., necessariamente, REAL, Miguel, “Manuel da Silva Ramos – O escritor ‘maldito’”, in *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XXXVIII, número 1264, de 13 a 26 de março de 2019, pp. 16-17.

<sup>22</sup>RAMOS, Manuel da Silva e REAL, Miguel, *O Deputado da Nação*, Lisboa, Parsifal, 2016. Cf., ainda, “*O Deputado da Nação* apresentado no Fundão”, Rádio Cova da Beira. Disponível em [www.rcb-radiocovadabeira.pt/pag/31951](http://www.rcb-radiocovadabeira.pt/pag/31951) (Consult. 16-03-2021).

por Alexandre Luís, Carla Luís e Paulo Osório, Lisboa, Edições Colibri e Universidade da Beira Interior, com o apoio da Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras, Universidade de Toronto, Instituto Politécnico de Macau e Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, 2016. A obra em apreço reúne textos de vários especialistas no tema, oriundos de diversos países, e foi primeiramente apresentada em Lisboa, na FNAC do Centro Colombo<sup>23</sup>, e, mais tarde, na Covilhã, no auditório da Biblioteca Central da UBI<sup>24</sup>. Em ambas as sessões, as considerações tecidas por Miguel Real foram feitas na qualidade de investigador do CLEPUL.

Adiante-se, também, a sua participação, a 22 de março de 2019, “No Interior da Cultura”, da Antena 2<sup>25</sup>. Para quem não acompanhou as emissões, lembramos que este programa de rádio foi concebido e produzido em parceria com o Mestrado de Estudos de Cultura da UBI e voltado para o desenvolvimento de uma ampla e transparente reflexão sobre a cultura.

Por tudo o que aqui foi exposto, não é exagero afirmar que Miguel Real constitui uma individualidade que tem persistentemente ajudado a apadrinhar e a consolidar a área da cultura na UBI, a qual tem vindo, de forma paulatina, a conquistar cada vez maior protagonismo. De igual modo, compreende-se que a UBI esteja bastante satisfeita por ter fomentado e acolhido nas suas instalações o “Colóquio Internacional Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura” e por ter liderado outros três colóquios que decorreram posteriormente na Guarda, cidade que, frise-se, é candidata a Capital Europeia da Cultura 2027. Como se disse anteriormente, estas iniciativas foram, no essencial, destinadas a prestar homenagem a Miguel Real e a promover a análise, de preferência interdisciplinar, da sua obra. Pois bem, este processo de celebração e de investigação culmina agora no lançamento do presente livro coletivo, cuja composição, em bom rigor, extravasa os trabalhos provenientes dos sucessivos colóquios, albergando, com efeito, mais alguns contributos criteriosamente escolhidos.

<sup>23</sup>Cf. [www.jornalaguarda.com/index.php/cultura/apresentacao-do-livro-a-lingua-portuguesa-a-no-mundo-passado-presente-e-futuro](http://www.jornalaguarda.com/index.php/cultura/apresentacao-do-livro-a-lingua-portuguesa-a-no-mundo-passado-presente-e-futuro) (Consult. 16-03-2021). Em nome do rigor, acerca desta notícia sobre a apresentação do volume *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*, onde se lê “CLEPUL (Centro de Línguas e Literaturas Lusófonas e Europeias)”, deve ler-se CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias).

<sup>24</sup>Cf. [www.ubi.pt/Evento/7865](http://www.ubi.pt/Evento/7865) (Consult. 17-03-2021).

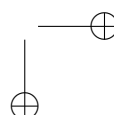
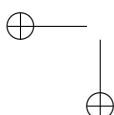
<sup>25</sup>Cf. [www.rtp.pt/play/p5386/e396504/no-interior-da-cultura](http://www.rtp.pt/play/p5386/e396504/no-interior-da-cultura) (Consult. 17-03-2021).



Finalmente, sem nos alongarmos muito mais, terminamos este breve texto com duas notas. A primeira consiste na emissão de um bem-haja muito sincero às Professoras Carla Luís (Universidade da Beira Interior) e Annabela Rita (Universidade de Lisboa), que foram, sem dúvida, a alma e os grandes esteios deste ciclo centrado num dos pensadores portugueses de maior gabarito dos nossos tempos. A segunda visa realçar que é sempre complicado falar sobre pessoas que conhecemos, admiramos e de quem temos o privilégio de sermos amigos. Pronunciar algumas palavras sobre Miguel Real, que tanto nos inspira e entenece com a sua maneira especial de ser e de estar, pois deixa por onde passa um estimulante tesouro de afeto, de generosidade e de sabedoria, enquadra-se nessa experiência, a qual, apesar dos eventuais riscos de assomos de subjetividade, temos a honra de viver e de reportar.

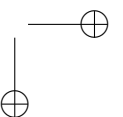
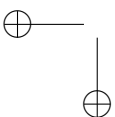
### Nota Biobibliográfica

Alexandre António da Costa Luís é licenciado em História (com média de 17 valores) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde arrecadou os prémios *Curricular Feijó* e *Latim Medieval Geraldês Freire*. Obteve os graus de Mestre em História Moderna (Muito Bom, por unanimidade) e de Doutor em História, especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Aprovado com Distinção e Louvor, por unanimidade), igualmente na Universidade de Coimbra. É Professor Auxiliar na Universidade da Beira Interior, onde já desempenhou as funções de Vice-Presidente da Faculdade de Artes e Letras, de Diretor do Mestrado em Estudos Ibéricos, de Coordenador de Mobilidade do MEI, bem como de Membro do Conselho Científico da FAL, do Conselho da Faculdade e de um elevado número de Comissões Científicas de Cursos (atualmente, continua a integrar as Comissões Científicas dos Mestrados em Ciência Política e em Estudos Lusófonos e da Licenciatura em Estudos Portugueses e Espanhóis). É Investigador Integrado no PRAXIS – Centro de Filosofia, Política e Cultura da Universidade da Beira Interior e Investigador Colaborador no Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. É Académico Correspondente da Classe de História Marítima da Academia de Marinha e Sócio da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa. Também é Membro das Comissões Científicas das revistas *Egitania Scientia* (Instituto Politécnico da Guarda), *Cadernos Culturais* (Centro Cultural Eça de Queirós), *Licungo* e *Milandos da Diáspora*, do Conselho Científico da *Revista TRI-*





*PLOV de Artes, Religiões e Ciências* (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), do Conselho Editorial da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (Universidade do Minho), do Conselho Editorial da *Revista ...à Beira* (Universidade da Beira Interior), do Conselho Editorial da *Ubletras*, da Comissão Interinstitucional da Academia Lusófona Luís de Camões e da Comissão Interinstitucional do Instituto Fernando Pessoa. Integra igualmente o Observatório da Língua Portuguesa e o Movimento Internacional Lusófono. A sua produção científica tem privilegiado várias áreas de investigação, concretamente a História da Expansão Portuguesa, a História Política Contemporânea, a História da Cultura Portuguesa e as Culturas Lusófonas.

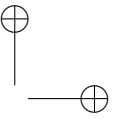
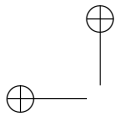


## II. A PALAVRA AOS LEITORES DE MIGUEL REAL

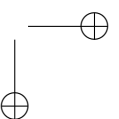
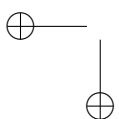








## 2.1. LEITURAS







### 2.1.1. Do Diálogo do Escritor com o Ensaísta a Propósito de Fátima<sup>1</sup>



**Agripina Carriço VIEIRA**  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Apresentando-se como uma poderosa reflexão literária e filosófica acerca de Portugal, os textos de Miguel Real constituem-se como lugar de interrogação e questionamento, trazendo para a discussão os grandes problemas que atravessam a sociedade. É, nas lúcidas palavras de Onésimo Teotónio Almeida, “um pensador engajado, preocupado com o seu país, não parando nunca de reflectir sobre ele”<sup>2</sup>. Nessas reflexões perpassa a consciência do papel que a escrita (literária e ensaística) desempenha na apreensão e construção dos elementos constitutivos de uma identidade nacional.

No cerne desta comunicação está, pois, a leitura das inter-relações entre a escrita ensaística e a obra romanesca, que se alicerça na concepção da literatura como um instrumento de poder, um espaço onde se constrói a representação literária da(s) identidade(s). Vários autores têm reflectido sobre estas problemáticas destacando-se as análises apresentadas por Stuart Hall, que afirma:

---

<sup>1</sup> Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup> ALMEIDA, Onésimo Teotónio, “Uma abordagem hermenêutica de Portugal”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de 14 a 27 de março de 2018, p. 11.



les identités sont donc constituées à l'intérieur et non à l'extérieur de la représentation. Elles sont liées à l'invention de la tradition autant qu'à la tradition elle-même, qu'elles nous obligent à lire non comme une répétition sans fin mais comme 'le même changeant'<sup>3</sup>.

Nessa medida, os textos literários são produtos de um tempo histórico-artístico específico, traduzindo, mimeticamente, esse mesmo tempo. Por seu turno, Ricoeur descreve a literatura como “un vaste laboratoire où sont essayés des estimations, des évaluations, des jugements d'approbation et de condamnation par quoi la narrativité sert de propédeutique à l'éthique”<sup>4</sup> de que decorre, como conclui, a impossibilidade de existirem narrativas eticamente neutras.

No âmbito desta minha viagem pelos escritos de Miguel Real, procurei apreender os referentes expressivos, portadores privilegiados de sentidos, construtores de imagens e representações identitárias. Das inúmeras e desafiantes problemáticas presentes na sua obra, centrar-me-ei num elemento que, na esteira do próprio autor<sup>5</sup>, considero estar no âmago da construção da nossa identidade colectiva. Refiro-me aos acontecimentos religiosos ocorridos na Cova da Iria, no ano de 1917, comumente designados como as Aparições de Fátima<sup>6</sup>. Fátima é, no dizer de Miguel Real ensaísta, “profundamente portuguesa, não um fenómeno isolado, encontra-se solidamente ancorada na cultura portuguesa, sobretudo na vertente bem constitutiva, transversal à totalidade da história de Portugal, da sua história mítica”<sup>7</sup>.

Os acontecimentos ocorridos na Cova da Iria, no ano de 1917, a todos

<sup>3</sup>HALL, Stuart, *Identités et cultures*, Paris, Editions Amsterdam, 2008, p. 217.

<sup>4</sup>RICOEUR, Paul, *Soi-même comme un autre*, Paris, Editions du Seuil, 1990, p. 139.

<sup>5</sup>Numa comunicação que apresentou no *Bibliotecando em Tomar – Utopias & Distopias: leituras das de ontem e de hoje*, em 2017, Miguel Real referia-se do seguinte modo ao fenómeno religioso de Fátima: “a alma portuguesa é Fátima, centro de ligação do mundo ao sagrado”.

<sup>6</sup>Num recente estudo da Pew Research Center, um grupo de análise ('fact tank') norteamericano que se centra em questões sociais, comportamentos e tendências predominantes no mundo, a partir de inquéritos de opinião, análise demográfica, conteúdos de 'media' e outros estudos empíricos no âmbito das ciências sociais, concluiu que “ao contrário da maioria dos países da Europa ocidental, Portugal é dos poucos a considerar a religião um fator determinante para a ideia de identidade nacional, ficando bastante acima de italianos, irlandeses e espanhóis” (Lusa. 29 de Outubro de 2018).

<sup>7</sup>REAL, Miguel, *Fátima e a Cultura Portuguesa*, Alfragide, Dom Quixote, 2018, p. 12.



interpelam, quer sejam crentes, quer não crentes. Em abono desta afirmação estão as muitas centenas de escritos antifatimistas, tantas vezes panfletários, e os não menos numerosos artigos e textos ensaísticos laudatórios que desde logo foram surgindo na imprensa, e ainda os inúmeros estudos, artigos de opinião que mais recentemente têm sido publicados, ou os congressos dedicados ao tema. Enfim, um sem número de produções artísticas, culturais e académicas (minuciosamente enunciadas no seu *Fátima e a Cultura Portuguesa* – 2018), que as comemorações do centenário das aparições exponenciaram, e que comprovam a actualidade, intemporalidade e a dimensão global da mensagem de Fátima<sup>8</sup>. O sinal mais evidente é, porventura, a edição N.º 1216 do *Jornal de Letras Artes e Ideias*, de maio de 2017 que dedica o seu “Tema” a Fátima, recebendo, entre outros, o contributo de Miguel Real, que aí apresentou o embrião do seu *Fátima e a Cultura Portuguesa*.

As aparições de Fátima e a mensagem deixada pela Senhora do Rosário fazem hoje parte do legado colectivo não só de Portugal, mas da humanidade. Tendo ultrapassado as fronteiras nacionais, constitui-se como um fenómeno religioso e cultural de dimensão mundial. É, pois, natural que, enquanto elemento primordial deste nosso património cultural, surja inscrito de múltiplas e diversificadas formas nas concretizações artísticas do Homem, em particular na obra do autor que este congresso tão justamente homenageia.

Com efeito, Miguel Real tem revisitado com grande insistência as narrativas do fenómeno religioso de Fátima, quer em ensaios, quer em textos de ficção, trazendo para o debate a discussão das consequências sociais, políticas e culturais das experiências vividas por três crianças rudes e analfabetas nesse lugar ermo e distante. O tema surge, no entanto, tratado a partir de vários pontos de vista, assumindo relevância discursiva e funções efabulativas diferenciadas que oscilam entre o respeito das Aparições e a sua reescrita paródica.

Exemplo paradigmático de uma leitura respeitosa, no sentido em que se mantém próxima das fontes primárias do fenómeno religioso de Fátima, é incontestavelmente o romance de 2013, *A Cidade do Fim*. A revisitação do fenómeno religioso está presente em todo o primeiro capítulo, narrando o milagre

---

<sup>8</sup>José Eduardo FRANCO considera que na história do país há dois acontecimentos que abrem Portugal à globalidade: os descobrimentos e Fátima (afirmação proferida na comunicação apresentada no Congresso Internacional “Pensar Fátima. Leituras Interdisciplinares”, Fátima Junho de 2017).



do sol, em paralelo com o relato do nascimento de Fátima, 13 de Outubro de 1917. As duas histórias cruzam-se e misturam-se numa amálgama diegética, retomada e amplificada pelo registo discursivo que se constrói com recurso a frases que se espraiem e prolongam sem interrupção gráfica, “num entrelaçar sucessivo e completo dos relatos, criando um curioso e surpreendente efeito de interdependência se não mesmo de comunhão entre os dois acontecimentos”<sup>9</sup> que é levado ao paroxismo com recurso à técnica da repetição, quer através da comunhão de acções, quer pelo viés da retoma de expressões estruturantes para a economia da narrativa.

Estamos perante um texto que se constrói num diálogo, próximo e congruente com alguns dos textos fundacionais e fundamentais para compreender o fenómeno de Fátima, a *Documentação Crítica de Fátima* e as *Memórias de Lúcia de Jesus* (mesmo se pontualmente surgem comentários mais incisivos). Ao inscrever o seu texto na linhagem de uma epistemologia de Fátima, Miguel Real desafia os leitores a encetar uma viagem que os vai levar a descobrir um enredo ficcional e simultaneamente a visitar a história das aparições, na certeza de que não só o texto se constrói na relação que estabelece com aqueles com os quais dialoga, mas também de que a sua leitura já se encontra, *a priori*, investida de saberes e crenças que determinam a sua recepção. Nesta perspectiva, o texto ficcional constitui-se como fonte de reapropriação e de reescrita, ou no dizer de Helena Buescu, “como local de manifestação e, portanto, de memória de outros textos”<sup>10</sup>. Na figura da mãe de Fátima surgem metonimicamente representados todos aqueles, e muitos foram, que se juntaram aos três pastorinhos na adoração à Virgem.

Em *Fátima e a Cultura Portuguesa* Miguel Real ensaísta retoma, explana e aprofunda a análise das relações entre Fátima e a política, nomeadamente a conjuntura social nesse ano de 1917, criada pelas medidas anticlericais dos primeiros governos da República, que exacerbaram as respostas do sector ligado ao conservadorismo tradicionalista, resumida de modo lapidar na seguinte afirmação: “A República foi o ventre no qual Fátima se gerou e do qual cresceu por contraposição. Se tivesse sucedido no tempo da Monarquia, teria

<sup>9</sup>VIEIRA, Agridina Carriço, “Viagem pela história de Macau”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de 5 a 18 de fevereiro de 2014, p. 9.

<sup>10</sup>BUENO, Helena, “Literatura comparada e teoria da literatura: relações e fronteiras” in Helena Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (eds.) *Floresta Encantada – Novos Caminhos da Literatura Comparada*, Lisboa; Publicações Dom Quixote, p. 89 (pp. 83-100).

havido Aparições mas não teria havido Fátima”<sup>11</sup>. Perspectiva muito próxima desta, apesar de envolta em emoções e sentimentos que lhe imprime uma evidente subjectividade, é partilhada pela protagonista de *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia* (2010), ganhando a argumentação aura de testemunho porque proferido em discurso directo por quem esse tempo viveu. A rainha vê na aparição da Virgem uma resposta às vicissitudes de um tempo, explicando que “a Mãe do Céu não podia ficar calada quando os maçons ateus afrontavam o Seu povo fidelíssimo e apareceu na Cova da Iria”<sup>12</sup>. No entanto, algumas páginas depois, esta certeza desvanece-se quando lança dúvidas acerca dos escritos de Lúcia, censurando-lhes a parcialidade, acreditando terem sido orientados para favorecer os interesses da instituição-Igreja. Diz a rainha:

as memórias de Lúcia, escritas à distância de vinte anos, constituem um repositório de acontecimentos de difícil veracidade, é impossível crer que a Mãe de Deus tome partido por uns contra outros homens, monárquicos contra republicanos, capitalistas contra comunistas, absolutistas contra liberais, Salazar contra Estaline. Nossa Senhora é mãe de todos e a todos acolhe no abraço do seu regaço<sup>13</sup>.

Neste comentário reconhecemos a referência à Rússia que surge como elemento central da segunda parte do Segredo comunicado na aparição de 13 de Julho 1917 e revelado em 1941, sendo o país em relação ao qual a Virgem pediu a consagração ao seu Coração Imaculado<sup>14</sup> como modo de garantir a paz. Para além da incongruência das opiniões da rainha, que primeiro atribui uma causa política ao fenómeno (a Virgem apareceu para contrariar os ideários maçons), mas contesta a referência à política mundial presente na mensagem de

<sup>11</sup>REAL, Miguel, *Fátima e a Cultura Portuguesa*, p. 67.

<sup>12</sup>*Idem*, *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*, Alfragide, Dom Quixote, 2010, p. 238.

<sup>13</sup>*Idem*, *ibidem*, p. 249.

<sup>14</sup>Veja-se no seguinte excerto da segunda parte do Segredo a referência à Rússia. A citação é feita a partir da edição crítica da autoria de Cristina Sobral, que apresenta o texto respeitando a última vontade da autora, ou seja, mantendo o registo discursivo próprio de Lúcia: “Para a impedir, virei pedir a consagração da Russia a meu Imaculado Coração e a Comunhão reparadora nos primeiros sabados. Se atenderem a meus pedidos, a Russia se converterá e terão páz; se não, espalhará seus erros pelo mundo, promovendo guerras e perseguições á Igreja. Os bons serão martirizados, o Santo Padre terá muito que sofrer, varias nações serão aniquiladas. Por fim o Meu Imaculado Coração triunfará. O Santo Padre consagrar-me-á a Russia, que se converterá e será congedido ao mundo algum tempo de páz”, Lúcia de Jesus, *Memórias*, Fátima, Santuário de Fátima, 2016, p. 187.

Fátima, o que me interessa destacar é que esta segunda opinião é convergente com a análise de Miguel Real acerca dos escritos de Lúcia, que, no ensaio já citado, chama a atenção para a mediação a que diz terem sido sujeitos:

as declarações de Lúcia registadas nas suas *Memórias* devem ser consideradas, não da ordem do sagrado, mas de natureza religiosa, isto é, integrantes na instituição hierárquica e na mitologia da Igreja Católica, declarações totalmente enformadas por esta e segundo a mentalidade curial do Vaticano, tão parcial, humana e sectária quanto outra instituição religiosa<sup>15</sup>.

O tema de Fátima, embora lateral no entrecho, está muito presente no discurso da rainha que confessa a sua devoção à Senhora de Fátima “de que [s]e torn[ou] crente e fervorosa seguidora”<sup>16</sup>. Recorda as circunstâncias da sua ida à Cova da Iria (autorizada por Salazar) no final da Segunda Guerra Mundial e descreve com minúcia a visita que efectuou ao santuário. É um relato pejado de simbolismo, colocando lado a lado a dimensão piedosa e crente da peregrina e o olhar sociológico incisivo da humanista. Chega ao santuário ao meio-dia. E esta não é uma indicação de somenos importância, mas antes um elemento que transporta grande carga simbólica, nomeadamente em termos de representação do religioso. Socorro-me das palavras de José Tolentino Mendonça em *Elogio da Sede*<sup>17</sup> para explicitar esta minha afirmação, que, numa leitura da Bíblia, recorda os grandes e decisivos eventos que ocorreram ao meio-dia, hora por excelência de charneira que marca “o meio do tempo, o meio do caminho” (título da reflexão). É, no seu dizer, “a hora central do dia, o ponto que determina a passagem de uma parte a outra da jornada”<sup>18</sup>, momento por excelência de revelação. Assim foi na Cova da Iria para os três pastorinhos que receberam as visitas marianas ao meio-dia, assim foi com a rainha. Na descrição do espaço, que encontra em obras, o seu olhar oscila entre a beleza do lugar e a dimensão social do fenómeno, com destaque para o estado de atraso do país e as parcas condições dos trabalhadores que erguem

<sup>15</sup> REAL, Miguel, *Fátima e a Cultura Portuguesa*, pp. 62-63.

<sup>16</sup> *Idem*, *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*, p. 242.

<sup>17</sup> Compilação dos textos de reflexão com que orientou os exercícios espirituais do papa e da cúria romana deste ano (2018).

<sup>18</sup> MENDONÇA, José Tolentino, *Elogio da Sede*, Lisboa, Quetzal Editores, 2018, p. 21.





os edifícios monumentais. A visita a esse local sagrado é, pois, marcada pela dualidade de percepções enunciadas em voz própria do seguinte modo:

O Santuário era belo, aberto para o céu, mas o sofrimento de homens e mulheres entristecia-o, pesado pelo mal, assombrado pelas dores humanas, acrescentado pelas dores portuguesas da pobreza, da miséria, da doença, e do analfabetismo, Nossa Senhora tinha aconselhado os pastinhos a irem à escola, a aprenderem a ler e a escrever, Salazar, chegado ao poder, fizera orelhas moucas ao pedido da Virgem<sup>19</sup>.

Dilacerada por essas percepções divergentes apreça-se no cumprimento do ritual de adoração à Virgem e parte.

Embora de modo mais ténue, Fátima surge ainda em *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017). Aí, Miguel Real identifica as cinco constantes históricas causadoras de constantes culturais. Interessa-me, no âmbito desta análise *et pour cause*, a quarta, que aponta para a mimetização das várias elites nacionais face às homónimas, nomeadamente da “enformação cultural católica tridentina”<sup>20</sup> que determina e orienta as mentalidades, visível naquilo que o autor considera ser um “hiperbólico culto mariano”<sup>21</sup> de que Fátima é o paroxismo, levando-o a concluir que a profunda religiosidade que nos (portugueses) habita “constitui a âncora histórica de uma cosmovisão bíblica” à luz da qual se pode explicar a “profunda expansão social generalizada do Santuário de Fátima”<sup>22</sup>. Acrescenta ainda que a religiosidade não se limite à participação em actos religiosos, mas extravasa para o quotidiano “encarnando no corpo difuso das práticas mágicas”<sup>23</sup> dando-se a ver nos inúmeros e “pequenos sinais que compõem o corpo religioso de Portugal e que espelham, em última análise, a cristalização duradoura de uma mentalidade cristã sofredora e penitencial”<sup>24</sup>, tais como amuletos, Nossas Senhoras, pagelas, bентinhos, ferraduras, crucifixos. A descrição destas práticas em que coabitam duas cosmovisões diferentes traz-nos à memória o protagonista de *O Feitiço da Índia*, Augusto Martins, o português que na Índia esqueceu a mulher e o

<sup>19</sup> REAL, Miguel, *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*, p. 251.

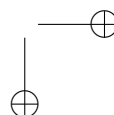
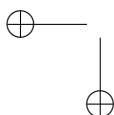
<sup>20</sup> *Idem*, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Planeta, pp. 99-100.

<sup>21</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 100.

<sup>22</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 195.

<sup>23</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 196.

<sup>24</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 196-197.





filho deixados em Portugal e se apaixonou por uma indiana, assim descrito pelo narrador:

Esqueceu Portugal e a língua portuguesa, falava concani como um nativo, vestia-se como eles, de turbante laranja, deixou-se cicatrizar e pintar como um indiano e tornou-se crente de Lord Ganesh, sem nunca ter jogado fora a correntinha de ouro com o crucifixo e uma pagela de Nossa Senhora de Fátima<sup>25</sup>.

Reencontramos a mesma forma de vivência da religiosidade nas práticas das duas criadas velhas de d. Consolação, personagem central do seu último romance, a matriarca da família Perestrêllo, que no dia do seu centésimo aniversário, festejado a 13 de Maio de 2017, é visitada pela aparição da Irmã Lúcia, a vidente de Fátima, recuperando uma ligeira mobilidade, perdida há mais de uma década. Nos momentos de maior vivência mística de d. Consolação há todo um conjunto de elementos dissonantes que imprimem aos quadros narrados uma surpreendente desconformidade de práticas, numa desconcertante amálgama de procedimentos, presente no seguinte excerto:

Por sua iniciativa, mas de acordo com d. Consolação, as duas criadas velhas de preto tinham armado um altazinho junto à parede das duas aparições, encimado por um retabulozinho móvel de talha dourada trazido da igreja e a reprodução de uma pintura do encontro entre nossa senhora e a prima Isabel sob os auspícios divinos do arcanjo são Miguel (...). Tinham queimado *sticks* indianos de incenso, comprados na loja chinesa do bairro, e derramado sobre o altar, em taçazinhas de cristal, gotas de bálsamo de sândalo; sob o mantel de linho do altar, tinham escondido um rolinho de amuletos – figas, corninhos, signos-saimão, ferradurazinhas, patas de coelho, rabos de galo preto –, que denunciaria, caso se agitassem ou mudassem de lugar, a presença de belzebu, o cara-de-cu, intrometido em tão santa ocasião<sup>26</sup>.

Se esta passagem é um exemplo perfeito da vivência de uma religiosidade que apelaremos híbrida, a sobreposição de práticas de devoção oriundas

<sup>25</sup> *Idem, O Feitiço da Índia*, Alfragide, Dom Quixote, 2012, p. 186.

<sup>26</sup> *Idem, Cadáveres às Costas*, Alfragide, Dom Quixote, p. 227.



de cosmovisões antagónicas constitui-se, do ponto de vista da economia da narrativa, como mais uma estratégia de apequenar o acontecimento religioso, que se constrói através da reescrita paródica das narrativas de Fátima. O jogo paródico (teorizado por Linda Hutcheon), que considero ser a pedra de toque deste romance, resulta do modo como o autor se posiciona perante o discurso oficial do acontecimento, fixado nas fontes primárias das aparições<sup>27</sup>, e do distanciamento crítico em relação à visão consagrada da/pela História, que se revelam num discurso pontado de humor e ironia. A narrativa desenvolve-se ao ritmo do calendário, e cada dia 13, dos meses de Maio a Outubro, inaugura um novo capítulo, construído sempre com uma mesma estrutura binária que reflecte a perspectiva dual e especular a partir da qual a história se desenvolve. Assim, à narração breve, mas circunstanciada, dos episódios, eivados de misticismo e mistério, ocorridos a partir do meio-dia dos dias 13 no quarto de d. Consolação (exceptuando-se o mês de Agosto, tal como acontecera em Fátima), sucedem-se as acções e reacções longamente explanadas que tais acontecimentos desencadeiam dentro e fora do palacete familiar. Tal como há cem anos acontecera na Cova da Iria, também em Lisboa a presença do transcendente no universo concreto e imanente, ou como refere o narrador, “[d]a irrupção de um tempo transcendente num tempo comum”<sup>28</sup> marcará o início de uma nova ordem das coisas. Rapidamente, os acontecimentos extravasam o espaço íntimo da família Perestrêllo e chegam ao espaço público, culminando na grande demonstração de fé descrita no sexto e último capítulo. Mesmo se pontualmente referidas de modo explícito, as narrativas das aparições da Virgem surgem inscritas em filigrana no entrecho, constituindo-se como modelo a partir do qual o relato das visões de d. Consolação é lido.

A carnavalesação do fenómeno religioso de Fátima sustenta-se em diversos processos de construção da ironia e do sarcasmo que pretendem pôr a nu o avesso do acontecimento, ou seja, mais do que a crítica do fenómeno em si, o texto privilegia a denúncia de apropriações oportunistas e interpretações calculistas da crença alheia, elegendo como alvos principais de crítica o neto deputado que procura tirar proveitos políticos, o bispo e o cónego Formigão que vêem a oportunidade de alcançar a fama e o prestígio que tanto almejam, a

<sup>27</sup>Carlos Azevedo, em comunicação apresentada no congresso *Pensar Fátima* (26-5-2017), enunciou aquelas que considera serem as fontes primárias da história das aparições: o Arquivo do Santuário de Fátima; o Arquivo Episcopal de Leiria e o Arquivo Formigão.

<sup>28</sup>*Idem, ibidem*, p. 447.

manipulação dos bem-intencionados e crentes, a promiscuidade entre sagrado e profano, elementos que criam uma imagem crítica dos acontecimentos religiosos do Parque Eduardo VII e por analogia dos de Fátima, cuja narrativa oficial é aqui apropriada, refletida e subvertida.

É neste último romance, mais do que em qualquer outro, que as fortes e intrincadas redes de significados entre os textos ensaísticos e a obra romanesca se dão a ver. Os leitores de Miguel Real nele reencontram a encenação ficcional das teses explanadas e defendidas nos ensaios: “o novo estatuto profético de Lúcia”<sup>29</sup>; o aproveitamento político de manipulação mental do fenómeno de Fátima<sup>30</sup>; a representação de Portugal como um país suspenso no tempo<sup>31</sup>; que arrasta às costas inúmeros cadáveres do passado<sup>32</sup>. Percorrer a obra de Miguel Real é entrar num universo de escrita tecido por múltiplos e diversificados fios que formam um retrato do nosso país desenhando-lhe os traços fundamentais da sua cultura.

### Nota Biobibliográfica

Tem doutoramento em Estudos Literários e Culturais ramo de Estudos Comparatistas, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com uma tese sobre a percepção da identidade na ficção em língua portuguesa do pós-colonialismo e mestrado em Literaturas Românicas – Literatura Francesa sobre a obra de Claude Simon pela mesma universidade. Tem mestrado em Administração Educacional. Docente do ensino secundário, é desde 2003 directora de um Centro de Formação de Professores. Foi Burgen Scholar da Academia Europaea em 2004. Membro da Comissão *ne varietur* das obras de António Lobo Antunes e co-autora do *Dicionário da Obra de António Lobo Antunes* e *Memória Descritiva da edição ne varietur da obra de António Lobo Antunes*. É colaboradora do *Jornal de Letras Artes e Ideias* e da *Colóquio/Letras*. Autora de vários estudos em áreas das ciências da educação, das literaturas francesa, portuguesa contemporânea e africanas de língua portuguesa assim como no âmbito da representação literária do fenómeno religioso de Fátima. É investigadora do Techn&Art-IPT.

<sup>29</sup> *Idem, Fátima e a Cultura Portuguesa*, p. 25.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem*, p. 67.

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*, p. 51.

<sup>32</sup> *Idem, Portugal: um país parado no meio do caminho*, Alfragide, Dom Quixote, 2015.



## 2.1.2. Cultura Portuguesa e “Extraterritorialidade” em Miguel Real<sup>1</sup>



Álvaro Manuel MACHADO  
Universidade Nova de Lisboa

### Introdução

Permitam-me que comece, nesta breve introdução, por uma referência pouco académica (ou antes, mais jornalística ou impressionista do que científica) a uma longa e fascinante entrevista que Miguel Real deu ao *JL*, onde é um crítico, digamos, *attitré* (como muito argutamente dizem os franceses), mas também um crítico criativo, sábio, generoso e extremamente subtil.

Nessa longa entrevista, intitulada “Miguel Real – O pensamento criativo”, feita colectivamente por “16 escritores e ensaístas”, Miguel Real, quando lhe perguntam “Qual o seu escritor favorito?” responde da seguinte maneira:

Todas as semanas mudo de autores favoritos. Mas três são permanentes – Padre António Vieira, Eça de Queirós e José Saramago. Três faces de Portugal: a mística, de quem amplifica o valor do país; a satírica de quem o critica e minimiza; por fim, a de quem o desconstrói, desconstruindo a personalidade humana universal da personagem<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup>Cf. *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, número 1238, 14 a 27 de Março de 2018, p. 9.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 87-96.



Esta afirmação é bem significativa da sua, digamos, “obsessão” pela cultura portuguesa através dos séculos e, mais precisamente, pela imagem de Portugal no mundo. De facto, esses três escritores permanentemente favoritos de Miguel Real foram, cada um à sua maneira e em circunstâncias temporais e sociais bem diversas, escritores “estrangeirados” ou, como diria George Steiner, “extraterritoriais”. Os três sentiram e pensaram Portugal à distância e em convívio íntimo com línguas e culturas estrangeiras.

Focando especificamente este aspecto da vasta e variada obra de Miguel Real, analisarei em particular dois ensaios sobre cultura portuguesa: *Introdução à Cultura Portuguesa* (2011) e, mais recentemente, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017). Separados por seis anos, os dois ensaios têm pontos em comum e, de certo modo, completam-se, formando um todo de notável coerência teórica, como veremos.

### 1. “Extraterritorialidade” como conceito de cultura universal

George Steiner, sem dúvida um dos maiores, talvez mesmo o maior, o mais completo e universal pensador do nosso tempo (e este termo de «pensador» abrange aqui múltiplos sentidos: filósofo, ensaísta, professor, criador de ideias), tem vindo, através da sua vastíssima obra, a abordar inúmeras vezes o conceito, sempre complexo e controverso, de *cultura*. Particularmente desde *In the Bluebeard's Castle. Some Notes Towards the Redefinition of Culture* (1971) e *After Babel* (1975), aqui relacionando-o com as teorias da linguagem, sobretudo na tradução literária.

Na colectânea de ensaios intitulada no original *Extraterritorial – Papers on Literature and the Language Revolution* (1971), só recentemente publicada em Portugal com o título *Extraterritorial* (2014), George Steiner aborda muitas das questões levantadas e desenvolvidas posteriormente em *After Babel*, mas concentra o conceito de cultura em termos especificamente comparatistas (não nos esqueçamos de que foi professor de Literatura Comparada em Oxford<sup>3</sup>), na conjuntura histórica e social do exílio, voluntário ou não, ou, se preferirmos, do intelectual “estrangeirado”, implicando, portanto, o contacto íntimo e prolongado com línguas e culturas estrangeiras. Neste sentido, Stei-

<sup>3</sup>Cf. o texto intitulado na edição francesa “Lire en frontalier”, lição inaugural da primeira cadeira de Literatura Comparada em Oxford, 11 de Outubro de 1994, in *Passions impunies*, Paris, Gallimard (Folio), 1997, pp. 119-142.



ner valoriza particularmente a criação literária e o século XIX, desde o início do livro:

Os românticos sustentam que é o escritor, entre todos os seres humanos, aquele que encarna mais claramente o génio, o *Geist*, a essência da sua língua materna. Cada língua cristaliza a história íntima, a visão do mundo peculiar de um *Volk* ou de uma nação. Esta teoria é uma consequência natural do historicismo romântico e da descoberta, que o século XIX faz, do poder criador do acto da linguagem<sup>4</sup>.

Ao longo do livro, Steiner desenvolve uma teoria complexa daquilo a que chama “extraterritorialidade”, a qual, quanto a mim, coincide, pelo menos em grande parte, com o conceito e a visão que Miguel Real tem de cultura em geral e da cultura portuguesa em particular, sobretudo nas suas fases mais significativas e determinantes. Exemplificando com o caso, paradigmático entre outros, de Nabokov, Steiner define assim esse sentido cultural de «extraterritorialidade» na obra do escritor que viveu grande parte da sua vida no estrangeiro, refugiado ou não, exilado ou não, contactando com outras línguas e outras culturas diariamente:

Um grande escritor que as convulsões sociais e a guerra impelem de língua em língua é o símbolo perfeito de uma época de refugiados. Não há outro exílio mais radical, não há esforço de adaptação a uma nova forma de vida mais exigente.

Excêntrico, esquivo, nostálgico, deliberadamente não contemporâneo, como aspira a ser e muitas vezes é, Nabokov não deixa de ser profundamente, devido à sua extraterritorialidade, [...] um dos mais eminentes porta-vozes do seu tempo<sup>5</sup>.

Estabelecido este ponto de partida teórico, vejamos agora de que maneira poderemos, a partir dele, analisar as duas obras de Miguel Real já referidas, obras ensaísticas que, de entre a enorme produção do autor, quero aqui destacar.

<sup>4</sup>STEINER, George, *Extraterritorial*, Lisboa, Relógio D’Água, 2014, p. 19.

<sup>5</sup>*Idem, ididem*, p. 27.





## 2. Exílio e portugalidade

No denso prefácio a *Introdução à Cultura Portuguesa*, Guilherme d'Oliveira Martins, depois de pôr em relevo a “«perspectiva de heterodoxia – considerada como sinal de esperança e de «maravilhosa imperfeição»”, conclui:

Sendo a identidade portuguesa resultado da convergência de diversas influências, sendo o território português dominado por diferentes características [...] e sendo o povo português resultado de um cadinho profundamente rico e heterogéneo, fácil é de compreender a pluralidade de categorias mentais permanentes na nossa cultura: lirismo constitutivo, presença da saudade, mimetismo relativo à influência externa, oposição intelectual ao estatismo [...], forte inclinação à espiritualidade (sem excessos), literatura como meio de denúncia [...]<sup>6</sup>.

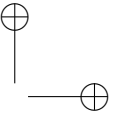
De facto, ao longo de todo o livro, Miguel Real analisa a cultura portuguesa na sua idiossincrasia e complexidade invulgares, caracterizando com rigor o protótipo do intelectual português, desde o início do livro, através daquilo a que chama “três momentos paradigmáticos”:

1. Uma fase de aproximação, de empenhamento e de voluntária adequação ou tentativa de transformação do destino geral de Portugal;
2. Por motivos circunstanciais, que muito diferem de autor para autor, vinculando-o ao seu tempo, o intelectual português sofre, em certo momento, um profundo desencantamento com o estado conjuntural do país, cuja consciencialização o força;
  - (a) ou a desistir de transformar Portugal, interiorizando-se psicologicamente ou exilando-se no estrangeiro ou nos antigos territórios do Império [...];
  - (b) ou a reiterar o seu compromisso de transformar Portugal, criando uma obra alternativa à visão social e política dominante;

<sup>6</sup>REAL, Miguel, *Introdução à Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta Manuscrito, 2011, pp. 18-19.







3. No final da vida ou após a morte, a obra do intelectual português é recuperada pelas instituições dominantes do Estado, da Universidade ou da Igreja, que a estatui como um dos mais salientes vectores da cultura portuguesa [...] <sup>7</sup>.

Como exemplo flagrante desta situação, Miguel Real analisa a seguir em pormenor o caso paradigmático de Sá de Miranda, o qual, depois de ter convivido no estrangeiro, sobretudo em Itália, com “níveis superiores de requinte civilizacional”, no regresso

ter-se-á surpreendido pelo baixo nível de maneiras civilizacionais e pelo alto nível de interesse financeiro e patrimonial dos fidalgos cortesãos portugueses, [...] isto é, Sá de Miranda entra em conflito com a mentalidade dominante nas instituições portuguesas e com o próprio «ambiente político», acabando por se isolar e optar pelo “exílio interior” <sup>8</sup>.

Esta atitude de Sá de Miranda, segundo Miguel Real,

comporta uma dimensão universalizante no seio da cultura portuguesa, já que, em outros tempos, outras conjunturas históricas e por via de outros condicionalismos sociais e individuais, a sua atitude se evidencia paradigmática, repercutindo-se na existência de inúmeros intelectuais portugueses <sup>9</sup>.

Mas para além desta atitude de “exílio interior” após o contacto intenso com culturas e línguas estrangeiras, sobretudo europeias, há também o exílio externo, voluntário ou não:

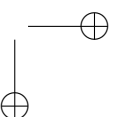
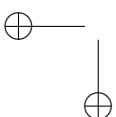
Não raros, outros intelectuais têm optado pelo exílio externo, após o conflito registado entre a sua visão pessoal e a visão colectiva gravada com o selo do poder institucional. [...] O exílio externo (na Europa ou peregrinando nos longes do Império) tem sido, desde o século XVI, a marca mais pertinente do intelectual português. [...] Entre todos, a obra

---

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*, pp. 31-32.

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 33.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 35.



de Eça de Queirós no campo da ficção e a de Eduardo Lourenço no ensaio constituem-se como as mais relevantes desta vertente do paradigma do intelectual português<sup>10</sup>.

Esta atitude, que releva, para adoptarmos a teoria de George Steiner, de uma certa “extraterritorialidade” predominante e decisiva, relacionada com a imagem do país de origem comparada com as imagens de culturas estrangeiras, embora, como assinala Miguel Real, já se note frequentemente desde o século XVI, é particularmente notória a partir do século XVIII, com o Iluminismo, no confronto com as culturas europeias mais avançadas, como também muito acertadamente observa Miguel Real:

Desde a primeira metade do século XVIII, só se entende correctamente a história cultural portuguesa se esta for confrontada tanto com os movimentos culturais portugueses coevos quanto, sobretudo, se cada movimento português for enquadrado no vínculo de uma adesão ou repulsa a idêntico movimento europeu<sup>11</sup>.

Neste sentido, e passando já para o final do século XIX, Miguel Real, referindo a chamada Geração de 70 e analisando *Os Maias*, essa obra-prima absoluta, como romance de toda essa geração, sintetiza admiravelmente a complexidade humanística da obra de Eça de Queirós, sempre em contacto com culturas e línguas estrangeiras, designadamente a cultura e a língua francesas. Cito, quase no final do livro, a seguinte passagem, que me parece ser particularmente significativa:

[...] o método que Eça seguirá é, indubitavelmente, o método comparativo: a comparação entre tempos diversos, entre civilizações diversas e entre fases diversas de uma mesma civilização. [...] em *A Cidade e as Serras*, Jacinto reconcilia-se consigo próprio sob a atmosfera simples mas autêntica de Tormes; em *A Correspondência de Fradique Mendes*, Fradique espelha maravilhosamente o ideal do homem de todas as civilizações, capaz de todas as experiências, capaz de ser tudo de todas as maneiras; em *A Ilustre Casa de Ramires*, Gonçalo Ramires espelha

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*, pp. 36-37.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 195.



o cruzamento bloqueado de todas as personagens possíveis da sociedade e da política portuguesas do fim do século [...]. Assim, se o termo «humanismo» possui em Eça um sinónimo, esse é o de «síntese»<sup>12</sup>.

### 3. “Extraterritorialidade” e Lusofonia

Analisemos agora *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, estabelecendo diferenças e semelhanças com o livro anterior, *Introdução à Cultura Portuguesa*, publicado, como já referi, seis anos antes. Façamo-lo sempre a partir do tópico teórico específico daquilo a que Steiner designou por “extraterritorialidade”.

Nesta nova visão global dos elementos predominantes da história da cultura portuguesa, sobreleva a função “extraterritorial” da língua, não só em relação aos chamados “estrangeirados” mas também em relação às transfigurações da língua portuguesa em contacto com as ex-colónias. Miguel Real constata que a “integração europeia” é hoje um dado adquirido, evocando Lisboa como uma cidade

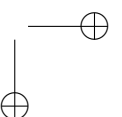
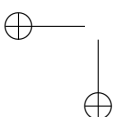
multicultural, relativista nos valores, hedonista no culto da juventude e dos prazeres do corpo, uma cidade de massas urbanas, de autoridade democrática, integrante dos circuitos de espectáculos, de exposições, de modas, uma verdadeira cidade europeia<sup>13</sup>.

Para além da análise da definitiva integração europeia, há um outro elemento fundamental neste livro: a Lusofonia. E aqui também se poderá falar de “extraterritorialidade”. Só que, neste caso, o espírito da Lusofonia, projectado para o futuro, mistura-se e, de certo modo, sobrepõe-se à herança das várias línguas e, por consequência, das várias culturas europeias:

A Lusofonia estatuir-se-ia, assim, do ponto de vista cultural, como a realização plena da história de Portugal por via da adopção da língua portuguesa como língua oficial e principal de todas as ex-colónias [...], fazendo caldear a língua portuguesa com a ostentação de valores telúricos e mágicos tropicais, [...] criando ou descobrindo palavras novas

<sup>12</sup>*Idem, ibidem*, pp. 262 e 268.

<sup>13</sup>REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta, 2017, p. 131.



a partir dos usos linguísticos da crioulização, ostentando uma sintaxe nova exigida pelo cruzamento entre um léxico popular africano, oriental ou sul-americano e outro abstracto europeu<sup>14</sup>.

Noutra passagem de *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Miguel Real aprofunda a conjugação da “vocação europeia” actual com a “vocação lusófona” da cultura portuguesa:

[...] a actual voca o europeia de Portugal seria harm nica com a actual voca o lusófona de Portugal, os dois grandes desígnios e caminhos da cultura portuguesa p s-império. Pela Europa, globalizamo-nos, assumindo vertentes universais da actual cultura europeia [...]. Pela Lusofonia, estabelecemos uma continuidade civilizacional com o passado da história de Portugal, realizando-a plenamente pela transplanta o da nossa língua para outros ambientes geográficos e culturais, fazendo-a renascer para além do berço europeu<sup>15</sup>.

Carla Sofia Gomes Xavier Luís, especialista da obra de Miguel Real, sintetiza admiravelmente o seu percurso paralelo de ensaísta e ficcionista relativamente à questão da Lusofonia, no final de um estudo exemplar intitulado “Língua portuguesa e Lusofonia em Miguel Real”:

Do ensaio   fic o, percebemos o conceito de Lusofonia de Miguel Real, as ideias que o movem, e apreciamos o seu contributo, desta feita também artístico, por via das obras ficcionais abordadas, para que a Lusofonia aconteça. Por tudo quanto foi dito, não é de todo despiciendo afirmar que Miguel Real, além de convicto adepto desta causa, é igualmente um dos diletos fazedores da Lusofonia<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem*, p. 192.

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*, p. 172.

<sup>16</sup> Luís, Carla Sofia Gomes Xavier, “Língua Portuguesa e Lusofonia em Miguel Real”, in Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório (org.), *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*, Lisboa, Edi es Colibri e Universidade da Beira Interior, com o apoio da Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras, Universidade de Toronto, Instituto Politécnico de Macau, Associa o Internacional dos Colóquios da Lusofonia, 2016, p. 82 (pp. 47-82).



## Conclusão

Concluindo, voltemos a George Steiner e ao seu conceito de «extraterritorialidade». Tecendo considerações várias e profundas sobre língua, literatura e cultura interrelacionadas internacionalmente, Steiner refere o grande poeta e também genial teórico do romantismo inglês que foi Coleridge, na sua *Biographia Literaria*:

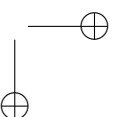
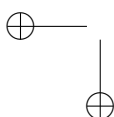
Em Coleridge, encontramos todas as notas do moderno acorde, que ressoam simultaneamente e se farão ouvir até aos nossos dias. [...] A ideia fundamental de Coleridge é clara: “A língua é a armação do espírito humano e contém ao mesmo tempo os troféus das suas conquistas passadas e as armas das suas conquistas futuras”. A convicção essencial deste enunciado – na esfera, talvez, de Kant e de Schelling – é a de que a linguagem é menos um espelho do que um raio luminoso de alta intensidade, que conforma, situa e organiza a experiência humana. “Falamos o mundo” – e o poeta fá-lo com uma riqueza e uma precisão excepcionais<sup>17</sup>.

Miguel Real, nas duas obras que analisei brevemente, insiste com particular incidência na importância da língua portuguesa como factor dinâmico de cultura, sobretudo na descoberta das culturas europeias e, mais desenvolvidamente, em *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, na descoberta daquilo que se designa por Lusofonia. Miguel Real demonstra assim ter um sentido raro e profundo dessa “extraterritorialidade” que marca indelevelmente toda a história da cultura portuguesa.

## Nota Biobibliográfica

Nasceu a 4 de Maio de 1940, no Porto. É Professor Catedrático jubilado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutorado com “Doctorat d’État” em Literatura Comparada pela Sorbonne (Paris III), em 1985, tendo sido aprovado com Distinção e Louvor (“Très honorable avec Félicitations”), por unanimidade. Tese intitulada: *Les romantismes au Portugal-Modèles étrangers*

<sup>17</sup>STEINER, George, *op. cit.*, p. 151.



*et orientations nationales*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. – Dirigiu os Seminários de Mestrado em Literatura Comparada no Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1985-2010). – Foi director do Instituto de Estudos Românicos Comparados (IERC), que fundou em 1987 na Universidade Nova de Lisboa. – Foi maître assistant associé na Sorbonne (Paris III e Paris IV) e leitor do ex-ICALP na Universidade de Rouen de 1974 a 1976. Professor Auxiliar e Professor Associado Convidado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de 1976 a 1982. Professor catedrático convidado na Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões (UAL) de 1988 a 1998, tendo aí dirigido o Departamento de Línguas e Literaturas Modernas. –Dirigiu um curso de Literatura Portuguesa (tema: “Formação e evolução do Romantismo em Portugal, do pré-romantismo à Geração de 70”), como Professor Convidado, na Universidade de Salamanca (Departamento de Estudos Portugueses) no ano lectivo de 1992-93. – Ministrou um curso breve para alunos de licenciatura em Literatura Portuguesa na Universidade de Roma La Sapienza, patrocinado pelo Instituto Camões, em Maio de 1995. – Orientou numerosas teses de Mestrado e de Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa e em co-orientação com professores das Universidades de Sorbonne (Paris III), Salamanca, Santiago de Compostela e USP (Universidade de São Paulo – Brasil). – Integrou vários júris de Mestrado e de Doutoramento em universidades portuguesas e estrangeiras, bem como júris de equivalências, de provas de Agregação e de concursos públicos para Professores Associados e Catedráticos. – Participou com comunicações em inúmeros colóquios e congressos nacionais e internacionais, além de proferir conferências integradas em cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento, destacando-se congressos internacionais realizados e conferências proferidas nas Universidades de Sorbonne (Paris III e Paris IV), Bordéus, Nice, Montpellier, Londres (King’s College), Oxford, Bristol, Colónia, Heidelberg, Aachen, Freiburg (Alemanha), Montréal e Toronto (Canadá), Massachusetts (Estados Unidos da América), Roma (La Sapienza e Roma III), Perugia, Salerno, Barcelona, Salamanca, Santiago de Compostela, Rio de Janeiro, São Paulo (USP), Bahia (UFBA), Brasília, UFMinas Gerais (Belo Horizonte), Porto Alegre (Brasil), Antilhas (Martinica), Las Palmas, Ilhas Baleares (Palma de Maiorca). – É autor de variadíssimas obras de ensaio, crítica e investigação científica.



### 2.1.3. A Felicidade de todos ou a Consciência da Vida – Poder é Conhecer: a Narrativa de Miguel Real<sup>1</sup>



**António José BORGES**  
CLEPUL

“Fôramos um excelso ser, seríamos agora um puro nada”  
Miguel Real, *O Último Europeu*, p. 115.

#### **Primeiro andamento**

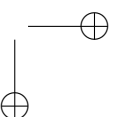
*moderato*

Numa época tão confusa como a que vivemos, confinados, devido à crise pandémica que atravessamos, a uma realidade que julgamos sempre ingloriamente dominar e assim nos iludimos a cada semana que passa sobre o domínio da ciência sobre a natureza e, por outro lado, relativamente à crença na responsabilidade no ser humano, não podemos tratar o que pretendemos sobre este autor, Miguel Real, um intelectual absolutamente singular no contexto da nossa cultura contemporânea, sem deixarmos alguns contributos sobre a vida e a obra, justamente antes de iniciarmos a discussão, livre, de certas ideias que desejamos vincar.

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 97-109.



Licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa e Mestre em Estudos Portugueses pela Universidade Aberta, com uma dissertação sobre Eduardo Lourenço, é francamente herdeiro de mestres, de polos nem sempre coincidentes, que o marcaram. Tem desenvolvido uma obra notória, sobretudo no âmbito da História da Cultura, da Literatura, da Filosofia e do Teatro (neste último género, em colaboração com Filomena Oliveira), justificando a sua distinção, desde 1979 até ao presente, com alguns dos mais representativos prémios nacionais.

Durante muitos anos, conciliou o seu trabalho de professor de Filosofia das novas gerações, certamente partilhando não só os conteúdos mas também histórias que concorrem para o enriquecimento cultural e humanista dos alunos, com o da investigação e da escrita. Nesta fase da sua vida dedica-se inteiramente ao magistério da cultura, quer através da criação literária e da produção de pensamento filosófico, quer pelo ensaio literário e pela dramaturgia, quer pela divulgação cultural e científica como diretor/organizador de obras de relevância incontornável para a cultura portuguesa, ou conferencista, comentador e tradutor de autores como Descartes e Leibniz.

Em geral, a obra de Miguel Real exala uma cartografia sistemática do pensamento português, desde a definição de um corpus textual predominantemente literário, mas sempre visto, fruto do seu insistente e curioso estudo, no diálogo intertextual e transversal às letras nacionais (veja-se o caso de *Introdução à Cultura Portuguesa*<sup>2</sup>, 2011), incluído numa perceção não só hermenêutica, mas sobretudo fundamental e iniciática da histórica da cultura e da razão de ser de Portugal (*A Vocação Histórica de Portugal*, 2012, e *A Morte de Portugal*, 2008). Por estas vias, Miguel Real evidencia contrastes (entre o tempo imperial e o seu fim, são os casos de *O Último Negreiro*, 2007, e *A Guerra dos Mascates*, 2011, ou *A Cidade do Fim*, 2013, e *O Feitiço da Índia*, 2012, e onde seleciona alguns momentos (*Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010*, 2011, e *Romance Português Contemporâneo. 1950-2010*, 2012), acolhendo neles referências expressivas que elabora ficcionalmente (*O Último Minuto na Vida de S.*, 2007, e *A Ministra*, 2009) ou que cava fundo na arte de argumentar e prestar honras ao discurso ensaístico, não ficando,

<sup>2</sup>Traduzida, em 2013, para castelhano (*Introducción a la cultura portuguesa*), por Santiago Ochoa (Bogotá, Editorial Planeta).





amiúde, alheio aos pensamentos de dois grandes mestres: Eduardo Lourenço e Agostinho da Silva.

A crítica, o ensaio e a ficção formam uma dialética mais ou menos evidente no seu pensamento que se estende por caminhos que sintetizam, talvez, o modo de pensar de três autores de eleição: Padre António Vieira, Eça de Queirós e José Saramago, ora ensaiando, sempre bem informado, o pensamento, ora ficcionando-o nos seus romances, iluminando-se e esclarecendo-se mutuamente em ambos os géneros, neles se incluindo, com igual dedicação, determinação e rigor o texto dramaturgico.

Miguel Real prepara-se sempre muito bem para os projetos que abraça: nas obras *Nova Teoria do Mal*, de 2012, e na *Nova Teoria da Felicidade*, de 2013, por exemplo, ensaia a natureza humana. Reconhecemos, sob a perspectiva da contemplação, uma grande admiração do autor pela poesia, como leitor e exegeta menos frequente mas igualmente rigoroso e penetrativo (note-se a *Mensagem de Fernando Pessoa comentada por Real na sua “viagem guiada ao mais belo poema português do século XX”*)<sup>3</sup>, nunca escusando, assim, bem dentro do seu âmago, o lirismo e a tragédia no romance, onde o seu percurso é peculiar, pois tanto se dedica ao romance histórico, em que é notável, ou ao romance de atualidade (tendo como pano de fundo acontecimentos reais da vida política e social do nosso tempo de vida em democracia), ou verte um romance como *Cadáveres às Costas*<sup>4</sup>, inteligentemente escrito sobre o Portugal do passado relativamente recente que pouco vem mudando..., como ainda escreve a mais avançada e a mais ousada obra de ficção científica (que será objeto de glosa abundante no segundo andamento deste texto), recriando, com suficiente base científica, uma eventual história no futuro relativamente longínquo. Pretende, por esta via, compreender melhor e fazer compreender o sentido do presente e do passado de Portugal, preventivamente reparando (n)o futuro.

No plano do ensaio e da produção de pensamento, Miguel Real concretiza uma síntese invulgar de várias correntes de análise e de crítica. É um clássico pelo rigor formal e de organização do discurso, é ao mesmo tempo renascentista e moderno (e pós) pela sua capacidade de abarcar vários saberes e formas de produção cultural, mas colocando-as a debate. Ilumina-nos ao organizar o

<sup>3</sup>Mensagem de *Fernando Pessoa comentada por Miguel Real* (ilustrações de João Pedro Lam), Lisboa, Edições Parsifal, 2013.

<sup>4</sup>REAL, Miguel, *Cadáveres às Costas*, Lisboa, Dom Quixote, 2018.





conhecimento universal, dele oscilando entre a prova documental e a crítica, procurando a complexidade dilemática das questões. É um intelectual, e cada vez mais, vivendo a pensar uma síntese aberta sobre a cultura portuguesa.

Com mais de três décadas e meia de escrita prolífica e marcante que demonstra singular capacidade criativa (é um dos mais valiosos e informados críticos literários, fazendo adequadamente de mediador com várias gerações) e reflexiva (mesmo nos meios audiovisuais, ao colaborar no programa da Antena 2 *Um certo olhar*), cerca de sete dezenas de títulos publicados, divididos pelas áreas do saber que lhe são reconhecidas, Miguel Real é uma voz incontornável da Literatura e do Pensamento Português Contemporâneo. Deste modo, é reconhecido nacional e internacionalmente como um ficcionista e ensaísta distinto na cultura nacional e já se inscreve no cânone da Literatura Lusófona.

## Segundo andamento

### *andante*

Feitos os prolegómenos, entretanto pensemos sendo e não apenas existindo. Apesar do momento simultaneamente de descrença e de esperança que vivemos com a pandemia que nos assola a vida pessoal e social, na verdade talvez o homem não seja um vírus... Talvez. Recuemos no pensamento do tempo para o contextualizar e justificar esta intervenção com o porquê e, assim, consolidar a motivação de tratar de um romance singular na obra de Miguel Real e que é a esperança de uma história humana e da força de uma personagem.

O que nos distingue? O que é que nos torna humanos?

A resposta encontra-se no domínio da comunicação. O poder de expressar pensamentos e ideias complexos, de organizar e pensar coletivamente são os motores do nosso sucesso. Música. Linguagem. Arte. A palavra escrita. Com estes instrumentos, a imaginação humana infinita recebeu uma voz (recentemente, Stephen Hawking afirmara que a inteligência artificial pode ser o que de melhor ou de pior a humanidade inventou – ou nos unirá ou nos destruirá). Aqueles instrumentos dão-nos autoexpressão e conhecimento coletivo, mas esses instrumentos têm um lado negro que pode distorcer a realidade. Podem subverter e corromper e até manipular populações inteiras.





A comunicação é o que nos define. Como é que surgiu? Como nos transformou num ser que pode sonhar, que pode imaginar, que pode transcender, que pode enviar a nossa voz rumo às estrelas?

Se o conhecimento é poder, a comunicação é o combustível, o sistema de entrega, a dádiva que damos aos outros e que torna tudo o resto possível. A comunicação une o mundo moderno... E somos a única espécie que comunica através do tempo. Enviamos mensagens de uma geração para a seguinte, bocados de experiências que permitem que os descendentes saibam quem fomos e como vivemos.

Se imaginarmos uma sociedade onde todos os pedaços de informação e experiência têm de ser comunicados à geração seguinte, no início através de sinais e experiências, o que mais importa é a capacidade de comunicar, de mostrar e de demonstrar.

A linguagem dá-nos um mundo novo. Agora, as pessoas contam histórias sobre relações sociais, sobre o modo como a nossa sociedade derrotou outra. A imaginação flui em interações que não acontecem noutra lugar. Se recitarmos tradições orais, se recitarmos folclores e lendas, ou se as cantarmos, são transmitidas entre gerações e são incrivelmente poderosas. Podemos mesmo defender que as gravuras rupestres foram o início da narrativa que chegou até nós. Usaram-se símbolos para criar ideias e emoções.

Estudos mostraram que criar arte reorganiza o nosso cérebro, aumentando a matéria cinzenta e branca no cerebelo. Isso aumenta a função cognitiva. Faz-nos pensar melhor. Ser humano significa ter um cérebro criativo. Pensemos no exato momento em que alguém pega numa ferramenta e faz uma gravura num objeto. Criámos mitos para inspirar ou entreter, religião e filosofia para explicar o mundo e o nosso lugar nele. Com o dom da palavra, arte e escrita veio também o desentendimento. A linguagem dá-nos o poder incrível de pôr as nossas ideias no cérebro dos outros – criou o mundo moderno. Nada disso existiria sem a troca de ideias (vejamos a *Web Summit*, colocando de parte algumas esterilidades...) e a partilha de informação.

Conhecimento é poder. Há quem tente ficar com esse poder só para si. Não é o caso de Miguel Real, justamente no que diz respeito a tentar ficar com o poder do conhecimento só para si. Portanto, no seu caso subvertamos: **poder é conhecer**. Para os nossos antepassados, a linguagem e a arte eram instrumentos de comunicação. Mas também espalhamos o conhecimento de outro modo, com ritmo e emoção. O nosso cérebro está programado para





procurar padrões e repetições. Somos atraídos por ritmos e rimas (daí a poesia ser, sobretudo, ritmo e dicção). Assim, contamos as nossas histórias através de canções.

A sabedoria foi transmitida pelas gerações por músicos e contadores de histórias. Falavam da terra com canções e danças. Histórias orais, como a *Odisseia*, não eram apenas faladas, eram cantadas. Durante séculos, os africanos usaram tambores para enviar mensagens de longa distância. O conhecimento e as ideias espalharam-se através da música e as letras tornaram-se o primeiro método de comunicação viral.

A música permitiu-nos uma comunicação profunda. Expandiu a vontade de nos exprimirmos. Deu-nos a capacidade de transmitir o indescritível. Através do ritmo e da emoção, criamos uma linguagem universal, entendida ao longo do tempo e do espaço. Nenhuma sociedade humana foi encontrada sem música. Jaz no centro da nossa cultura. A música alcança a alma e dá voz às nossas emoções. Através dela a nossa história coletiva floresceu. Todos podem, felizmente, hoje em dia ouvir a “Nona Sinfonia” de Beethoven sem estar sujeito a preços proibitivos.

Hoje não há limite para o âmbito do nosso conhecimento. Algum conhecimento é sagrado: o Corão, os Vedas, a Bíblia. Estes textos e muitos outros exercem o poder incrível da fé. Atualmente, estão disponíveis para quem os puder procurar. Mas não foi sempre assim. Na cultura moderna medieval, por exemplo em Londres, a Bíblia só existia em Latim e era proibido lê-la nas línguas locais. Assim, a Igreja controlava os crentes e estes não podiam ver que Deus é amor, o que seria revolucionário. William Tyndale, que falava oito línguas, traduzia clandestinamente, na Bélgica, para Inglês o livro sagrado dos cristãos (a Bíblia) e foi condenado à morte por isso. Desbravou o caminho para a língua de Shakespeare, inscrevendo inúmeras palavras novas (cerca de 30 mil) no vocabulário da Língua Inglesa entre 1570 e 1630, em plena era de Luís de Camões e da nossa língua nova, também.

As palavras importam. As ideias podem mudar a consciência de milhares de milhões num instante: veja-se os casos de Ghandi, Malala, Martin Luther King, etc. Há uma ligação direta das primeiras palavras trocadas entre dois seres humanos às mensagens instantâneas que trocamos hoje pela internet. Temos um desejo profundo de estender a mão, de criar ligações, partilhar informações. A comunicação tem sido a chave da nossa sobrevivência. Moldou a capacidade de prosperar. Guiou a nossa evolução. Há milhares de anos en-





tre as primeiras gravuras e o primeiro livro impresso, mas agora é tudo muito, mas muito mais rápido (e a relação com o tempo mudou...).

Há sempre sonhadores, os loucos, os poucos que veem mais além, que veem oportunidades onde outros veem loucuras, que fazem ligações que mais ninguém vê. Alguns são escritores como Arthur C. Clarke, visionário que muito contribuiu para que possamos comunicar mais dignamente de um ponto para o outro do mundo.

A espécie humana é muito curiosa. Queremos conhecer o que não podemos ver, o que há depois do monte seguinte, para lá do horizonte. Quem somos? Porque estamos aqui? Há outros como nós? A sonda Voyager foi enviada para fora do sistema solar para fazer várias explorações científicas, mas o objetivo crucial era transportar um enigma, uma placa que comunica quem somos enquanto sociedade a quem a encontrar no universo.

O surgimento da linguagem foi tão importante como a revolução que está a ocorrer atualmente. E a comunicação sempre foi a chave do futuro da nossa espécie. A comunicação complexa libertou as nossas ideias dos limites da nossa mente. As nossas emoções e medos tornaram-se tangíveis e assim rumámos sempre sem ou com possibilidade de retorno. A comunicação dá-nos o poder de controlar a realidade. Através da linguagem, da arte e da música sonhamos realidades novas e partilhamo-las com o mundo. A comunicação, além de controlar o mundo, é um meio para nos tornarmos imortais. As nossas mensagens ecoam através do tempo e do espaço.

Assim, a mensagem da Voyager ecoará os pintores de gravuras do passado, os primeiros a declarar: “Estou aqui”. A Voyager é um monumento aos pioneiros da autoexpressão, os primeiros seres imortais da Terra.

O verdadeiro poder da comunicação é, na verdade, a capacidade de tornar a vida eterna. Tudo se resume, portanto, à partilha, a única forma de nos tornarmos imortais. E Miguel Real partilha connosco os seus sonhos. Ora, no romance *O Último Europeu*<sup>5</sup>, em 2284 a Europa é maioritariamente composta por Baldios governados por clãs guerreiros que escravizam as populações esfomeadas; subsiste, porém, um território isolado por um cordão de segurança com uma sociedade que, por via da ciência e da tecnologia, atingiu um nível altíssimo de felicidade individual, pois todos os desejos podem ser consumados, ainda que apenas mentalmente. Nesta Nova Europa, as relações sexuais

<sup>5</sup>REAL, Miguel, *O Último Europeu*, Lisboa, Dom Quixote, 2015.



são livres e não se destinam à procriação: as crianças, desconhecendo os pais, nascem nos Criatórios em placentas sintéticas e seguem para Colégios onde, sem a ajuda de livros, andróides especializados incrementam as suas competências como futuros Cidadãos Dourados. As famílias reúnem-se por afinidades, ninguém trabalha e nem sequer existem nomes, para que ninguém se distinga, já que todas as conquistas se fazem em nome da comunidade. Mas este mundo aparentemente perfeito sofre uma inesperada ameaça: a Grande Ásia, lutando com graves problemas de demografia, acaba de invadir a Europa... Um velho Reitor, estudioso do passado, é chamado a liderar uma equipa que possa refundar algures a Nova Europa e a deixar testemunho da sua História.

Cerca de duas décadas e meia depois da queda do Muro de Berlim, Miguel Real constrói uma utopia sublime no contexto de um novo paradigma civilizacional, revelando o seu talento de escritor e filósofo e, ao mesmo tempo, chamando a atenção para o esgotamento da Europa atual.

Posto isto, o exercício da crítica de um livro que agrada naturalmente (a quem o recenseia) incorre sempre no risco de homenagear o seu autor. Contudo, pouco há de problemático na homenagem se ela é justa e equilibrada. Com efeito, *O Último Europeu* é um livro necessariamente e admiravelmente de risco, que se inscreve numa linhagem que vem da *Utopia* do bem-estar de Thomas More, pede algumas águas a Jonathan Swift e, em concreto, às teorias de antecipação do controlo presentes nas obras *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, e *1984*, de George Orwell, data simbólica a que talvez Miguel Real (MR) faça alusão ao estabelecer para este seu romance a data de 2284 como central. Também podemos, um pouco mais ousadamente, ponderar se *O Último Europeu* vai beber alguma inspiração à ficção de antecipação de Isaac Asimov, ou mesmo à antecipação científica de Júlio Verne (que foi o precursor deste género) ou de Arthur C. Clarke, esse magnífico autor que em 1945 genialmente antecipou a era moderna dos satélites que orbitam e favorecem a comunicação na Terra, entre outros (Carl Sagan, autor de cerca de vinte livros de ficção científica, Philip K. Dick, que alterou profundamente este género literário, ou Philip Roth, o herói da história alternativa), tudo isto colocaríamos na órbita desta obra de MR, pelo exercício de investigação e de imaginação (que daria um filme de grande orçamento e hiper-filosófico), se não reconhecêssemos em MR uma preponderância para o romance histórico. Na verdade, o autor mantém a inclinação para este (sub)género do romance, contudo bastante mais reflexiva. Como Leo Tolstói, em épocas e estilos dife-

rentes, MR é um escritor-filósofo; à semelhança de José Saramago, também ressaltando os estilos diferentes, é um ensaísta que escreve romances.

A questão pode, então, ser colocada sob outra perspectiva: a do romance-ensaio, uma vez que ao lermos *O Último Europeu*<sup>6</sup>, de MR, ocorre-nos Saramago, não tanto pelo estilo, como ficou dito, mas pela consciência que o autor não perde ao ensaiar uma história ou ao contar um ensaio, o que faz admiravelmente, ao trabalhar tão fecundamente a personagem do Reitor, “modelo de um grande homem antigo da Nova Europa” (p. 254), que é marcante e do qual se extraem as conclusões da obra, própria das personagens de um grande romance, daquelas que entram na consciência antecipada, como o Afonso da Maia, entre outras – qualquer personagem forte torna um romance inesquecível. Também faz lembrar Saramago pelo realismo mágico, pelo fantástico, ao provocar, no leitor, estranhamento e hesitação em muitas cenas criadas e relatadas. Possui ainda a propriedade de uma linguagem bélica em certas passagens, que nos causam sobressalto, dada a força e o impudor com que relata a violência e a natureza animal do ser humano. Nota-se que MR se acautelou com proveito científico para a redação desta história – usa termos como plastônio, plastifex, híper-córtex cerebral, bolha híper-atômica, entre outros. Como é evidente noutros romances de temáticas diferentes, MR prepara bem o que escreve, como alguém que nunca se considera um especialista, mas antes assume a responsabilidade das maiores que é o ato de escrever. Não será irrelevante afirmar que o autor de *O Feitiço da Índia* renova em *O Último Europeu* o que gosta de fazer, isto é, escrever romances, que é o que tem de fazer para ser útil à sociedade. Esta era a premissa que Agostinho da Silva considerava central na vida de cada pessoa (fazer o que gosta), embora fosse da opinião de que cada um deve seguir o seu caminho.

Esta obra suscita o prazer da leitura por vários motivos: porque o futuro justifica o passado; porque trata, contando uma história épica e de gerações, praticamente todos os grandes temas que dizem respeito ao ser humano, antes, durante e depois de o *Ser* por meio da Nova Europa.

Na construção da obra são oferecidos patamares de acesso ao seu universo, como são os exemplos<sup>7</sup> da crítica pura do capitalismo, que cria necessidades para as satisfazer, ou o contraponto entre a emoção que dominava a Velha

<sup>6</sup>REAL, Miguel, *O Último Europeu*, Lisboa, Dom Quixote, 2015.

<sup>7</sup>*Idem, ibidem*, p. 82.

Europa e a razão que sustinha a Nova Europa<sup>8</sup> e há aspetos que sugerem, não fechando, as portas mais óbvias, como o facto da Nova Europa ser um estado civil, assente numa sociedade totalmente racional (em alusão à época das luzes), “iniciando uma nova civilização racional”<sup>9</sup>, e não um estado de natureza.

Miguel Real utiliza mecanismos para que o leitor entre na obra, ao colocar em questão o carácter recorrentemente violento e destruidor do homem, que é mais bárbaro do que a «banalidade do mal» de que fala Hanna Arendt, tese que a inquietou até à sua morte. Para o narrador, “o homem é o vírus maligno da terra”<sup>10</sup>. Justamente, John Gray, um especialista em comunicação e crescimento pessoal, afirmou em tempos que “o homem é um vírus”, e cremos que o fez porque, com efeito, o homem é, provavelmente, o único ser vivo que está disseminado por toda a superfície terrestre – mesmo na Antártida há comunidades com escolas e igrejas instaladas.

Compreender esta obra e abri-la ao leitor significa encarar *O Último Europeu* como um livro futuro que assenta no passado, sendo que ambos os tempos vivem no presente; também importa referir que MR facilita ao leitor um resumo<sup>11</sup> abreviado das cláusulas da “Grande Ordenação” e que a divisão clássica em três partes torna a obra de leitura ainda mais agradável, sendo que para a esclarecer ou iluminar a palavra *declínio* deve constituir para a ideia da “Velha Europa” o mesmo, em oposição, que *evolução* (*harmonia*) constitui para a ideia de «Nova Europa». Um dos momentos determinantes do romance é o final da segunda parte, no momento da tentativa de refundação da Nova Europa, através da designação de “Novíssima Europa”, na adaptação à Ilha do Pico, no que resta do arquipélago dos Açores.

Sem dúvida, esta obra muda ou enriquece o olhar do leitor perante o livro. E fá-lo sustentada em duas premissas<sup>12</sup> para a vida comunitária: 1. o *prazer* como motor ético de vida; 2. a *utilidade* como critério social, com vista a um desenvolvimento sustentável (não redutor ao nível ecológico) concretizado e essencial. Também o faz tendo como base um dos ditames do “Colégio”: “Cada um só seria feliz se todos o fossem”. Ou ainda, dentro da temática

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 174.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 104.

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*, p. 105.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 134.

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*, p. 190.





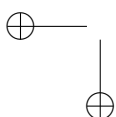
relacionada com o “Colégio”, sob a inspiração<sup>13</sup> do opúsculo *A amizade*, de Cícero.

Deste modo, são múltiplas as questões que este romance coloca a quem o lê, desde logo a que parte do velho provérbio “O trabalho de um velho é pouco, mas quem o despreza é louco”, que MR traz à consciência – servindo-se, para o efeito, da personagem do Reitor, nomeadamente na segunda e na terceira parte do romance, durante a refundação da Nova Europa através da Novíssima Europa – e que, sendo bastante atual mais determinante será no futuro. Mas o autor vai mais longe e fundo noutras questões, isto é, partindo de um retrato dos três principais impérios à época – que atravessa pelo menos três séculos –, o leitor é colocado, no século XXIII, perante a racionalidade emotiva dos americanos, do Império Americano; o ideal harmonioso e a supremacia tecnológica da Nova Europa, em oposição à “barbárie da ignorância”, de que fala George Steiner neste século XXI, da Velha Europa; e a megalomania do império do oriente, a “Grande Ásia”. África continua literalmente como um lugar à parte no curso de evolução e declínio da humanidade. A violência é nula na Nova Europa, reduzida no Império Americano, relativamente descontrolada na Grande Ásia e caótica na Velha Europa. E estas são algumas das respostas principais e possíveis às interrogações que a obra coloca. Outras respostas circunscrevem-se, necessariamente, à conclusão de que assim como o sonho é uma constante na vida humana e um alimento do homem, também a decadência é sempre um risco quando a vida depende do ser humano.

Depois deste romance, desta obra aberta sobre a ilusão, a utopia, a esperança (na felicidade de todos de que fala Hermann Hesse em *Da Felicidade*), sobre a migração, sobre uma civilização, um povo que lembra outros perseguidos ao longo da história, e agora, Miguel Real: *O Último Humanista?* Ou teremos de enviar *O Último Europeu*, traduzido para Inglês, para ser recenseado, por exemplo, por Sandi Doughton, escritora do *Seattle Times* na área da ciência?

Sírius é a estrela mais brilhante no céu noturno. Esta iluminada escrita de Miguel Real, que sabemos ser um curioso pela ciência, guia, conduz, suspende a descrença, para usar a expressão registada em 1871 pelo poeta inglês Samuel Taylor Coleridge. Esta refere-se à suspensão voluntária da descrença, à vontade de um leitor em aceitar como verdadeiras as premissas de um tra-

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*, p. 189.





balho de ficção, mesmo que elas sejam fantásticas, impossíveis ou contraditórias. Talvez se trate também, e só também, da suspensão do julgamento em troca da premissa de entretenimento. Impõem-se aqui mais alguns conectores discursivos...

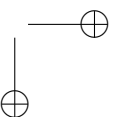
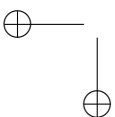
Na verdade, ocorre-nos, simultaneamente, aquilo de que fala Umberto Eco: eliminar a incredulidade no leitor que deve acreditar no autor. É nisto que consiste a ficção narrativa. Logo, Miguel Real ocupa-se da força da linguagem para poder(mos) dizer não (só) o que existe, mas o que não existe, pois devemos desconfiar do sono da razão que gera monstros, ora ele pode já existir entre nós. Quem controla o mundo? Os existencialistas diriam que ninguém..., e Miguel Real?

António José Borges

Lisboa, 16 de janeiro de 2021 e 8 de maio de 2022

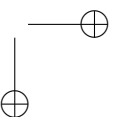
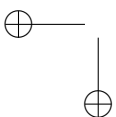
### Nota Bibliográfica

António José Borges, licenciado em Ensino de Português e Alemão, Mestre em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas e Doutorando em Estudos Portugueses, tem lecionado no ensino público e privado, é investigador no CLEPUL da Universidade de Lisboa, onde coordenou ciclos de conferências e dirige o “Dossier Escritor” da revista *Letras Com Vida*. Lecionou Literatura Portuguesa Contemporânea e Teoria da Literatura na Universidade Nacional Timor Lorosa’e. Integra o Conselho de Direção da Revista “Nova Águia”. Foi cronista permanente na revista *Tribuna Douro* e contista no jornal timorense *Semanário* e tem colaborado em revistas nacionais e estrangeiras, entre as quais: *Navegações* (Brasil); *Espacio/Espaço Escrito – Revista de literatura en dos lenguas* (Galiza); *O Escritor* (APE); *Mealibra* (Círculo Cultural do Alto Minho); *Humanitas* (Universidade de Coimbra); *Douro – Estudos e Documentos* (Faculdade de Letras da Universidade do Porto); *Terra Feita Voz* (Círculo Cultural Miguel Torga); *Geia* (Revista da Tertúlia de João de Araújo Correia); *DiVersos*; *Letras Com Vida* (CLEPUL), *Revista de Letras* (UTAD), *Foro das Letras*, *Submarino* (Univ. de Turim, Itália) e *Ecos do Oriente*, entre outras publicações de poesia e conto em antologias portuguesas, de crónica em Goa e ensaio em Itália e no Brasil. Além do Português, está publicado em Tétum, Inglês e Italiano. Atualmente, é contista e





ensaísta permanente no jornal *As Artes entre as Letras* e crítico literário residente na revista de poesia e ensaio *Cintilações* e na revista digital *Oresteia*. Foi Membro do Júri do *Prémio de Literatura* (modalidade de ficção) *Cidade de Almada* (2010) e do *Prémio de Poesia do Festival de Literatura e Filosofia de Fátima: Tábula Rasa* (2015, 2017 e 2019). É autor dos livros: *Timor – As Rugas da beleza* (crónicas, 2006); *de olhos lavados / ho matan moos* (poesia – edição bilingue, com tradução para Tétum de Abé Barreto Soares, e ilustrações de Piera Zurchter, 2009); *José Saramago – da Cegueira à Lucidez* (ensaio, com prefácio de Miguel Real, 2010), *Fármaco* (poesia, 2012), *Agulhas de Água* (poesia, 2016), *Peito à janela sem coração ao largo* (crónicas, 2019) e *Diacrónicas* (crónicas, 2020). Tem no prelo *E se tudo o que converge deve subir* (contos, 2022).







## 2.1.4. *O Último Minuto na Vida de S.*, de Miguel Real<sup>1</sup>



**Annabela RITA**  
UL-FL-CLEPUL

*Que o acordo do amor e da morte seja aquele que provoca em nós as ressonâncias mais profundas, é um facto que à primeira vista estabelece o prodigioso êxito do romance. Mas há outras razões, mais secretas, para aí vermos como que uma definição da consciência ocidental...*

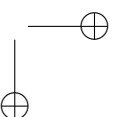
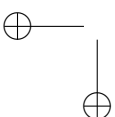
*Amor e morte, amor mortal: se não é toda a poesia é, pelo menos, tudo o que há de popular, tudo o que há de universalmente comovente em nossas literaturas, e nas nossas mais antigas lendas, e nas nossas mais belas canções. O amor feliz não tem história. Só existem romances de amor mortal, isto é, do amor ameaçado e condenado pela própria vida. O que exalta o lirismo ocidental não é o prazer dos sentidos nem a paz fecunda do casal. É menos o amor realizado que a paixão de amor. E paixão significa sofrimento. Eis o facto fundamental.*

...

*Verifico que o Ocidental ama pelo menos tanto aquilo que destrói como o que assegura “a felicidade dos cônjuges”. Donde pode vir uma tal contradição? Se o segredo da crise do casamento é simplesmente a atracção do proibido, donde nos vem esse gosto da infelicidade? Que ideia de amor trairá ele? Que segredo da nossa existência, do nosso espírito, talvez da nossa história?*

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.





...

*Mas o carácter mais profundo do mito é o poder que ele tem sobre nós, em geral involuntariamente.*

...

*Se, posteriormente, o laço social vier a enfraquecer ou se o grupo for dissociado, o mito deixará de o ser num sentido estrito. Mas o que tiver perdido em força coerciva e em meios de se comunicar sob uma forma velada e admissível, irá recuperá-lo em influência subterrânea e em violência anarquizante.*

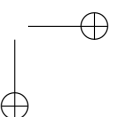
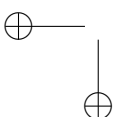
Dennis de Rougemont, *O Amor e o Ocidente* (1978)<sup>2</sup>

No início, são os mitos, as narrativas que justificam, explicam e tornam compreensível o que as comunidades encaram interrogativamente. Enigmas, acontecimentos, personalidades.

Édipo diante da Esfinge configura esse questionamento existencial: o enigma deriva de um corpo de natureza indefinida, híbrido, compósito, inclassificável. Misto de réptil, leão, ave, homem, quimera, sinalizando, quiçá, o sentido da *hominização*... O que é? O que diz? Curiosamente, a sua questão descreve a natureza humana de quem o encara e interpela: Édipo, também ele híbrido de duas genealogias reais e suas circunstâncias, entre o destino e o desejo de o contrariar. Em suma, Édipo projecta em deformado reflexo de si a reflexão sobre si enquanto *homem* e a Esfinge surge hologramática instância de auto-reflexividade... Eros e Psique, por seu turno, encenam o auto-reconhecimento no que se acredita ser o *outro*. A cultura é o conjunto metamórfico dos pares pergunta/resposta em auto-reconhecimento: cada comunidade define a seu modo a natureza humana, as leis da vida e do universo. As figuras identitárias masculinas em que esse feminino se vai espelhando com variação alinham-se numa sequencialidade sinalizadora da hermenêutica dos ciclos da história europeia: Prometeu (a hominização, o ser, o conhecimento), Ulisses (a aventura, o fazer, o encontro com a alteridade), Fausto (o desejo, o pensar, o sonho de utópica distopia)<sup>3</sup> ...

<sup>2</sup>ROUGEMONT, Dennis de, *O Amor e o Ocidente* (1978), tradução de Anna Hatherly, Lisboa, Vega, 2000, pp. 13-19.

<sup>3</sup>Cf., dentre outros, *A Identidade Cultural Europeia*, de Vasco Graça Moura (Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013).





Ora, a Europa passa da interrogação sem lugar nem essa hologramática instância (*O Pensador*, que, disposto em círculo concêntrico, da Antiguidade chega a Miguel Ângelo e a Rodin e continua em sucessivas reelaborações) para um infinito fusionado com o mar onde se pressente o lugar e a instância dessa questão ontológica a que a cultura, conjunturalmente, em cada *aqui* e *agora*, vai respondendo. *Além-mar*, a Esfinge configura, em alongado e hierático descanso, a sua versão invertida numa dialéctica em que a Europa se vai conhecendo. Princesa fenícia raptada nas praias de mediterrânico *mare clausum*, Rainha entronada em continente rodeado de mares e terra, Imperatriz de oceânicas odisséias... Zeus vai-se distanciando da boca de cena e a Europa vai-se afirmando e reconfigurando, observada por um Anjo da História, consciência colectiva, que Albrecht Dürer representa na sua gravura *Melancholia I* (1514). Nas alegorias que a representam, contracenam com o masculino fluvial (Reno, Danúbio), como as suas congéneres<sup>4</sup>, insinuando a relação amorosa subsequente à que Zeus com ela teve. Épica, lírica e tragédia mesclam-se nessas narrativas de outroragoras onde as comunidades se revêem, se reconhecem e se consciencializam.

E as diferentes culturas europeias tenderão a reflectir, de algum modo, esses mitos originais onde a vivência do amor não é simples, nem linear, nem pacífica, onde a transgressão se vislumbra e a meditação e a melancolia dominam esfíngicos olhares... fazendo-o, afeiçoam-nos à sua própria configuração identitária e elevam-nos a constelações do imaginário colectivo.

Das contingências existenciais desses amores-paixões (não importará aqui distinguir os conceitos nem a natureza dos casos), dissolvidas no tempo, sobreviverão as poses em que a História os fixou na memória comunitária: em especial, os (o)casos de afecto infinito, projectando-se além-morte, às vezes, realizando-se mais plenamente, livre de condicionantes terrenas, nesse intangível.

A ficção, narcisicamente enamorada de si, concebeu-os, colhendo-lhes a emoção na lírica e, por vezes, caldeando-a em trágica encenação e dotando-a de simbólica nacional identitária: a Joanhina garrettiana, Vénus ou Bela adormecida, desperta do seu leito de verdura para o amor sonhado, antecipado, surpreendida pelo guerreiro e estrangeirado primo, e viverá até ao desvairamento essa tempestade afectiva, encenando a destruição do Portugal que re-

<sup>4</sup>Cf. cartografia e representações pictóricas das Alegorias dos Continentes.



presenta(m) *na balança da Europa* (1830) em acelerada mudança. A tradição popular afirma a verdade dos factos, a narrativa perscruta o que excede a sua linear sequência. Ao lado, os rouxinóis entoam o canto de anúncio do ciclo de amor e morte, aviso autoral sobre o drama da nação. A janela esvazia-se, tornando-se moldura de retrato a fazer...

O Romance Histórico vive o drama da vida e morte do original e da imagem, gera-se no luto dos desaparecidos, recusando a frieza da História e buscando a humana emoção nos interstícios desta e no sombreado que a acompanha. Vibra de ficção afectuosa, explorando a psicologia, adensando factos, subtilizando e intensificando sentimentos, complexificando situações, dotando de “carne” os “esqueletos” de histórias (para usar uma expressão camiliana<sup>5</sup>). Espécie de trepadeira que, enroscando-se nas varetas da História, floresce, metamorfoseando irremediavelmente retrato e memória do original.

Plínio, o Velho, conta<sup>6</sup> que Cora, filha do oleiro Butades de Sicião, esboçou numa parede o contorno da sombra projetada pelo rosto do seu amado, que partia para longe, procurando, desse modo, manter a sua presença-memória. *Opus affettuoso*, mas este é ainda e só o domínio da *silhueta*<sup>7</sup>.

A seguir, a história continua, desliza para a Arte da Modelagem, no capítulo “Os inventores da arte de modelar”<sup>8</sup>: Butade teria preenchido o contorno com barro, que cozeu, e este teria sido o modelo conservado durante séculos no Santuário das Ninfas, em Corinto, até à destruição da cidade por Lúcio Múmio (séc. II a.C.). A *silhueta* volumetrizou-se, *corporificou-se*, mas ainda permanece imóvel, petrificada em pose de um instantâneo desvitalizado.

Pairando e embebendo a História e a sua matéria, o Anjo da História (Walter Benjamin, 1992), que António Cândido Franco concebe como espírito com vocalizações transversais à sua ficção, é reconhecido por Benjamin no *Angelus Novus* (1920), de Paul Klee<sup>9</sup>, estarecido com trágico passado. Mas já

<sup>5</sup>Cf. CASTELO BRANCO, Camilo, *Vinte Horas de Liteira*, Lisboa, Ulmeiro, 1997.

<sup>6</sup>Na sua *História Natural* (capítulo 12 do livro XXXV, pp. 77-79). Cf. <http://lindgaard.blogspot.com/2015/02/o-motivo-da-sombra-como-origem-do.html> (acedido a 20-06-2020).

<sup>7</sup>Cf. Blog disponível em <http://lindgaard.blogspot.com/2015/02/o-motivo-da-sombra-como-origem-do.html> (acedido a 20-06-2020).

<sup>8</sup>Cf. The inventors of the modeling, em tradução inglesa, disponível em [www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137%3Abook%3D35%3Achapter%3D43](http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137%3Abook%3D35%3Achapter%3D43) (acedido a 20-06-2020).

<sup>9</sup>BEIJAMIN, Walter, “Sobre o Conceito de História”, in *Obras Escolhidas*, vol. I, *Magia e Técnica, Arte e Política*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 226.





séculos antes a *angélica melancolia* era patenteada por Albrecht Dürer, embora sem desespero, na gravura *Melancholia I* (1514) referida atrás: rodeado das insígnias do conhecimento e da técnica, desalentado de impotência, ladeado de duas outras composições que lhe adensam o sombreado (*O Cavaleiro, a Morte e o Diabo*, 1513, e *São Jerónimo no Seu Gabinete*, 1514). Gravura da memória, da reflexão e do sentimento ocidentais.

Fascinado, positiva ou negativamente, pela matéria que ficcionaliza, o discurso do romance histórico vibra do luto do real, da aspiração à hipótese que ele favorece sem confirmar e da consciência da sua própria dimensão de delírio racionalizado. Luto, desejo e consciência confundidos na letra fascinada e ficcionalizadora.

A esses sentimentos, junta-se a insatisfação relativamente à biplanificação fixada, hierática, do discurso histórico, que o move em direcção à humanidade e à vida de que o sente esvaziado: propondo a hipótese explicativa, fazendo *zooms* em figuras e situações e *insights* mentais, recorrendo à simbolização... anelante de um real de que se distancia pela sua própria natureza hipercodificada (linguística e estética), saudosa da memória do passado e suspeitosa, na sua criatividade, da *pose* histórica que o fixa. Saudade e suspeita juntam-se aos sentimentos anteriormente identificados...

Tudo isto explica o gesto em que confluem, fusionalmente, o projecto histórico e o literário, numa gemelaridade dominada pelo segundo na *hermenêutica romanesca do passado*. E tudo isso explica que o próprio historiador se constitua como romancista para defender com as malhas da imaginação o que não pode afirmar nos/sobre os vazios ou enigmas da História, motivação por muitos assumida.

Passemos à cultura portuguesa.

Pessoa reconfigurará tudo isto na finisterra nacional na sequência da finissecular Pátria (1896) de Guerra Junqueiro, concluída com messiânico anúncio. *Mensagem* (1934) reencena o mito e a revisitação do angélico tornado mediúnico: a Europa, venusianamente jazente e com o rosto português, fita o além de si (futuro, infinito). O Pensador-Profeta revisita a história europeia-nacional e verte-se, por fim, em novo Imperador, anunciando e instituindo a Hora que a si e através de si se revela.



Na história nacional, destacam-se maravilhas e prodígios<sup>10</sup>, heróis (re)fundadores e pares amorosos, tragédias e epopeias... tudo contribui para a definição de uma identidade metamórfica, no espaço e no tempo, no entendimento da existência dos homens, “na balança da Europa” (Almeida Garrett).

No que ao amor & morte toca, dois pares se destacam no Portugal medievo: D. Dinis e S.<sup>ta</sup> Isabel de Aragão, por um lado, e D. Pedro e Inês de Castro, por outro. O primeiro reina, conciliando quanto possível profano e sagrado, lírica e oração, divergência que a separação tumular sinalizará; o segundo não reina por morte violenta de Inês num trágico episódio que a história vai narrando contra a vontade e a versão do Príncipe sobrevivente<sup>11</sup>. Pelo meio, fica o arco estético que vai da *Menina e Moça* (1554) à beira-mágoa do tempo, chorando o rouxinol em queda, à sua homóloga garrettiana Joaquina (*Viagens na Minha Terra*, 1846), de verdes olhos e desvairado amor, perdida na loucura do tempo até que Junqueiro a reequaciona nesse Doido de uma *Pátria* (1896) alienada que epifânico auto-reconhecimento crucifica em cena que sinaliza a 3.<sup>a</sup> Idade, do Espírito Santo, arturiana, sebástica...

Na vida, como nas Artes, os pares amorosos em que a comunidade se revê começam com uma versão popular do bíblico *Cântico dos Cânticos*:

Se essa rua  
Se essa rua fosse minha  
Eu mandava  
Eu mandava ladrilhar  
Com pedrinhas  
Com pedrinhas de brilhante  
Só pra ver  
Só pra ver meu bem passar...<sup>12</sup>

<sup>10</sup>Como destacam muitos títulos, incluindo na contemporaneidade (FERNANDES, Joaquim, *História Prodigiosa de Portugal: Mitos e Maravilhas*, Matosinhos, QuidNovi, 2012).

<sup>11</sup>Sobre este assunto, remeto para o que digo em: *Última Vontade Incumprida*, Lisboa, CLEPUL/Calaméo/ISSUU, Fev./2018, disponível em <http://pt.calameo.com/read/001827977d48321ccf7ef> e [https://issuu.com/clepul/docs/ultima\\_vontade\\_incumprida](https://issuu.com/clepul/docs/ultima_vontade_incumprida) (acedido a 20-06-2020).

<sup>12</sup>Cantigas Populares, disponível em [www.ouvirmusica.com.br/cantigas-populares/134098/](http://www.ouvirmusica.com.br/cantigas-populares/134098/) (acedido a 20-06-2020). Disponível em [www.youtube.com/watch?v=vOWGzXshhGM](https://www.youtube.com/watch?v=vOWGzXshhGM): 0:27m. (acedido a 20-06-2020).



E terminam com o reconhecimento da fatalidade que se abate sobre eles, d' "O que tinha de ser", segundo Vinicius de Moraes ritmado por Tom Jobim, na voz de Elis Regina ou de Maria Bethânia:

Porque foste na vida  
A última esperança  
Encontrar-te me fez criança  
Porque já eras meu  
Sem eu saber sequer  
Porque és o meu homem  
E eu tua mulher  
Porque tu me chegaste  
Sem me dizer que vinhas  
E tuas mãos foram minhas com calma  
Porque foste em minh'alma  
Como um amanhecer  
Porque foste o que tinha de ser<sup>13</sup>.

Na contemporaneidade, o par Francisco Sá Carneiro e Snu Abecassis afrontou os preconceitos, os protocolos e a política<sup>14</sup> e faleceu tragicamente na explosão de um Cessna em 4/12/1980. Caso *Camarate*, Acidente de *Camarate* ou Atentado de *Camarate*, que também vitimou o Ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa e todos os que nele seguiam. Considerado pela X Comissão de Inquérito parlamentar como inequívoco "atentado", assinalou o relatório que José Moreira (o dono do avião utilizado na campanha presidencial de 1980) e Elisabete Silva foram assassinados a 5 de janeiro de 1983, dias antes de o primeiro, engenheiro, ir testemunhar em comissão parlamentar de inquérito sobre a queda do Cessna, e após ter declarado possuir informações relevantes sobre o assunto. Na Internet pode ler-se a confissão assinada de Fernando Farinha<sup>15</sup>, responsabilizado pela bomba que lhe teria sido encomendada (menos potente), mas, segundo ele, substituída pela que explodiu e

<sup>13</sup>Letras, disponível em [www.lettras.mus.br/vinicius-de-moraes/86784/](http://www.lettras.mus.br/vinicius-de-moraes/86784/); [www.youtube.com/watch?time\\_continue=77&v=Z9AGU4RPOk4](http://www.youtube.com/watch?time_continue=77&v=Z9AGU4RPOk4); ELIS, Regina: [www.youtube.com/watch?v=C EUCAroeyi4](http://www.youtube.com/watch?v=C EUCAroeyi4) (acedido a 20-06-2020).

<sup>14</sup>Fernando DACOSTA relativiza essa relação n' *O Botequim da Liberdade* (Lisboa, Casa das Letras, 2013).

<sup>15</sup>Camarate – Confissões Fernando Farinha Simões, disponível em <https://pt.scribd.com/do>



era letal. Ouviram-se rumores sobre uma conspiração para abafar a descoberta pelo Ministro da Defesa de redes de tráfico de armas e de desvio do Fundo de Defesa Militar, tese defendida por personalidades como Freitas do Amaral, companheiro de vida política<sup>16</sup>.

Se Eduardo Lourenço menciona três grandes traumas na cultura portuguesa (na fundação, com Alcácer-Quibir e com a descolonização), na verdade, no ciclo subsequente do país neles gerado, avulta este traumático caso. Elevado a símbolo e indicador de uma sociedade onde a integridade nacional é ceifada pela corrupção (inter)nacional, nele cintilam as estrelas de dois amantes: Snu Abecassis, ‘Princesa da Dinamarca’ e personalidade da cultura, e Francisco Sá Carneiro, ‘Príncipe’ português e primeiro-ministro do país.

Com Miguel Real<sup>17</sup>, a imagem histórica do fragmento selecionado pelo *zoom* do nosso imaginário reconfigura-se: o “colo de garça” que os carrascos medievais cortaram com lâmina inexorável reapresenta-se íntegro ao cutelo dos seus homólogos contemporâneos. Na capa do volume. E o “vínculo” que unia os pares de amor & morte reiterou-se: se os primeiros foram temporariamente separados pela morte, os segundos foram nela reunidos e ambos os pares permanecem unidos pela sepultura (em Alcobaça e no cemitério do Lumiar<sup>18</sup>, respectivamente).

A rosácea tumular de Pedro com a roda da fortuna inscrita na da vida, que faz girar, codificando a hermenêutica de ambas<sup>19</sup>, mantém o movimento

cument/115516484/Camarate-Confissao-Fernando-Farinha-Simoes (acedido a 20-06-2020). Cf. <https://sol.sapo.pt/noticia/398653/Camarate-Relatorio-reafirma-tese-de-atentado> (acedido a 20-06-2020).

<sup>16</sup>Cf., dentre outras notícias, Camarate: relatório reafirma tese de atentado, disponível em [www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/camarate-freitas-sem-duvidas-que-trafico-de-armas-foi-mobil-do-atentado](http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/camarate-freitas-sem-duvidas-que-trafico-de-armas-foi-mobil-do-atentado) (acedido a 20-06-2020).

<sup>17</sup>Edição utilizada: REAL, Miguel, *O Último Minuto na Vida de S.*, Matosinhos, QuidNovi, 2007.

<sup>18</sup>Cf. Sepultura de snu abecassis, disponível em [https://books.google.pt/books?id=wfiqAAAAQBAJ&pg=PT101&lpg=PT101&dq=sepultura+de+snu+abecassis&source=bl&ots=eRfcYnWtov&sig=yLOB12\\_7DzwamNG2OzRzW35jx7A&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjaraSopfzdAhXpx4UKHRJhDvsQ6AEwCXoECAQQAQ#v=onepage&q=sepultura%20de%20snu%20abecassis&f=false](https://books.google.pt/books?id=wfiqAAAAQBAJ&pg=PT101&lpg=PT101&dq=sepultura+de+snu+abecassis&source=bl&ots=eRfcYnWtov&sig=yLOB12_7DzwamNG2OzRzW35jx7A&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjaraSopfzdAhXpx4UKHRJhDvsQ6AEwCXoECAQQAQ#v=onepage&q=sepultura%20de%20snu%20abecassis&f=false) (acedido a 20-06-2020).

<sup>19</sup>Sobre este assunto, remeto para o que disse no meu *Última Vontade Incumprida*, Lisboa, CLEPUL/Calaméo/ISSUU, Fev./2018, disponível em <http://pt.calameo.com/read/001827977d48321ccf7ef> e [https://issuu.com/clepul/docs/ultima\\_vontade\\_incumprida](https://issuu.com/clepul/docs/ultima_vontade_incumprida) (ISBN 978-989-8814-93-7), (acedido a 20-06-2020).



inexorável que o Fado, da noite nascido, lhe imprimiu, ritmado pelas Parcas/Moiras e sem margem de fuga para os homens, na lição de Édipo.

*Thriller* de amor & morte em convulsionado último minuto de S. A moldura de cinco anos de conjuntura política nacional que o inclui, numa espécie de anamorfose de espelho côncavo, miniaturiza-se, inscrevendo-se e ampliando-se nele. O grão da voz da consciência de S. entoa o último canto da ‘Princesa da Dinamarca’ com “colo de garça” até que as reticências autorais o suspendem nesse trespasse pressentido e irrepresentável.

Na capa, a nuca garante a suspeita que a inicial insinua e cuja referencialidade o fragmento apresentacional desenha no centro do pescoço alongado, desocultado pelo cabelo já não “dourado corrido, solto” (p. 110), mas sombreado e apanhado, exposto numa nudez parecendo antecipar a morte, a fissura, a ruptura da actividade cerebral que conduz o discurso e suporta a ficção, vulnerável ao golpe fatal.

O anúncio d’“o último Grande Amor português visto pela imaginação romanesca” reforça a dimensão ficcional do texto sobre o pano de fundo do reconhecido e reconhecível (Snu Abecassis, Francisco Sá Carneiro, um Português em *outroragora*):

*O Último Minuto na Vida de S.*  
é um texto de ficção com três ou quatro  
pontos de apoio na realidade portuguesa  
das décadas de 1960 e 1970<sup>20</sup>.

O poema “O que tinha de ser” de Vinicius de Moraes, a seguir, impõe o timbre lírico, anunciando a voz feminina, a perspectiva dominante e o *lamento* de ocidental tradição. Alegadamente manuscrito “em papel de pétala de rosa” e encontrado no bolsilho interior da carteira chamuscada de Snu, é inscrição de imaginária e antecipada sepultura dos amorosos escolhida pela protagonista.

Na nossa memória, ecos e fragmentos de outros amores dialogam. Dos grandes Mitos do Amor ocidentais, nunca de final feliz, sempre dramáticos, de que Denis de Rougemont destacou os principais (Tristão e Isolda, etc.). Dos do contoário popular e tradicional que povoaram a nossa infância, normalmente, com feliz desenlace (as princesas adormecidas ou acordadas que

<sup>20</sup>REAL, Miguel, *O Último Minuto da Vida de S.*, Lisboa, Quidnovi, 2007, p. 7.



“viveram felizes para sempre”). Dos que a realidade nos tem oferecido e que a Arte tem re-elaborado, nacionais (Pedro e Inês, p. ex.) ou estrangeiros (Abelardo e Heloísa, dentre tantos).

“Pontos de apoio”, enfim, em pedestal à ficção de um amor e ao amor dessa ficção. Depois, o texto começa. Discurso feminino dirigido ao amado, subvertendo certo cânone, continuando outro, entretecendo ecos familiares. *Cântico dos Cânticos*:

*/.../* falavas em pétalas de rosa branca, esmaecidas, finas e aveludadas como retrato fiel das minhas faces, os meus olhos esmeralda, os meus lábios carmim, as minhas sobrancelhas cor de outono, as minhas orelhas tenras, suaves, todo tu me beijavas */.../* (p. 94).

Mas também *Crónica de uma Morte Anunciada* (“amor e política geram tragédia”, p. 15). Até...

*/.../* ouço pronunciares a primeira letra do meu nome, S, a mortalha de fumo asfixia-te, as outras letras não saem já da tua boca, o teu nome cola-se na minha, preso, de lábios cerrados, os olhos lacrimejando, as narinas soprando o fumo preto, ansiando por respirar... (pp. 125-126).

Essa primeira, única e última letra do nome de Snu pronunciada pelo amado repercutir-se-á no título do *requiem* por um amor defunto, por um par unido na tragédia e dissolvido na nuvem da explosão, na vertigem da queda do Cessna. Na sinuosidade da letra, parece desenhar-se o incenso de Eros fundindo-se com Thanatos. E o voo do avião assemelha-os ao mítico Ícaro, como ele terminando, afundados pela pressão da lei da realidade...

Texto ritmado pelo tempo, escoando na ampulheta, inexorável, fatal, contundentemente marcado pela pontualidade do número e da contagem na branquidão da página: 0”, 10”, 20”, 30”, 40”, 50”... Etapas de um amor que a convulsão política e alheia transformou em *via crucis*. *Pavane pour Une Infante Défunte* (*Pavana para Uma Infanta Defunta*, 1899) na lentidão do fim (não do século, como a de Maurice Ravel, por sugestão de Gabriel Fauré, em 1887, e inspirada na jovem infanta precocemente falecida d’*As Meninas*, 1656, de Velásquez, mas da vida do par e da relação amorosa). *De Profundis* num feminino actualizando com desesperança o salmo bíblico<sup>21</sup> ou a epístola

<sup>21</sup> Salmo 130, 129 na *Vulgata* [[http://capuchinhos.org/biblia/index.php/Sl\\_130](http://capuchinhos.org/biblia/index.php/Sl_130)]. Trata-se de um “Cântico de Esperança” e pedido a Deus, prece.



de wildeana memória (Oscar Wilde, 1879). *Valsa Lenta* diversa da de José Cardoso Pires (1997). Todas fraternizadas por um fenómeno de *lentificação* descrito em *De Profundis* por Oscar Wilde<sup>22</sup> e traduzido por Fernando Pessoa:

[...] O sofrimento é um momento muito longo. Não o podemos dividir por estações. Apenas podemos notar os seus modos e registar a sua volta. Para nós o próprio tempo não avança. Revolve. Parece circular em torno de um só centro de dor. A imobilidade paralisante /.../ <sup>23</sup>.

O olhar aproxima-se, na progressiva desvitalização final, do quase vítreo de Camilo Pessanha, “espelho inútil” por onde passam as imagens “para nunca mais”<sup>24</sup>.

O minuto é cindido, ainda, por outras imagens indiciadoras por onde se faz vislumbrar o *memento moris*, a velha tradição das *vanitas*, bruxuleando como em dança macabra de antiga memória: “Torno a olhar para o vidro da porta, esfuma-se de novo a tua figura, os olhos desaparecem duas covas escuras, arrepio-me /.../” (p. 57).

Ciclo da plenitude à asfixia, da cintilância ao vórtice do fumo, do olhar às lágrimas, evocando ecos de outro canto dolente perdido no tempo; o de João Roiz de Castelo-Branco (*Cancioneiro Geral*), colhido séculos depois pela voz de Amália Rodrigues ritmada por Alain Oulman e chorada pela guitarra de Raul Nery:

Senhora, partem tão tristes  
meus olhos por vós, meu bem,  
que nunca tão tristes vistes  
outros nenhuns por ninguém.

<sup>22</sup>“... Suffering is one very long moment. We cannot divide it by seasons. We can only record its moods, and chronicle their return. With us time itself does not progress. It revolves. It seems to circle round one centre of pain. The paralysing immobility of a life /.../”. WILDE, Oscar, *De Profundis* [ebook]: [www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000457.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000457.pdf), p. 2 (acedido a 20-06-2020).

<sup>23</sup>Tradução de Fernando Pessoa em *Textos Filosóficos*, vol. I. Estabelecidos e prefaciados por António de Pina Coelho, Lisboa, Ática, 1968 (imp. 1993), p. 227 [<http://arquivopessoa.net/textos/1561>].

<sup>24</sup>“Imagens que passaes pela retina”, in *Clepsydra*. Ed. crítica de Paulo Franchetti, Lisboa, Relógio d’Água, 1995.





Tão tristes, tão saudosos,  
tão doentes da partida,  
tão cansados, tão chorosos,  
da morte mais desejosos  
cem mil vezes que da vida.  
Partem tão tristes os tristes,  
tão fora de esperar bem  
que nunca tão tristes vistes  
outros nenhuns por ninguém<sup>25</sup>.

Apenas o discurso do amor alonga, compelindo (como o de Camões) o outro, e a nós com ele. Encantatório. Tingido de camoneano onírico (“Em sonhos aquela alma me aparece/ Que pera mim foi sonho nesta vida”). Nimbandando de mito a história do seu canto, suspendendo-o nas reticências que confundem beijo e fumo, vida e morte, realidade e ficção... enlutado contraste com tantos beijos que o contoário popular e a Arte nos oferecem, desde o desfalecente de Rodin (1888-89) ao dourado de Klimt (1907-1908), afirmando a vida, insinuando o enlace do feminino pelo masculino.

Sob a poalha do anonimato denunciado pelas referências históricas, parece afundar-se um ursinho de peluche, “[o] meu ursinho branco” (p. 109), emblematicamente identitário (de S., da editora, de um tempo), patético na sobrevivência à tragédia de um amor quiçá sonhado na infância, certamente destruído na fulgurância do seu incêndio tão breve.

Com ele, dissolvida também no passado, ficou a sacerdotisa desse encontro de eleitos (“/.../ Deus empurrava-me para ti /.../”, p. 101) “destinado a ser mais, a ser outra coisa” (p. 111), antecipando as núpcias e o seu canto (este), diverso do que ela mesma, Natália Correia, um dia escreverá (*As Núpcias*, 1992):

/.../ e ela, áugure e sibila, pítia e pitonisa, poeta do fogo sagrado roubado aos deuses, fez descer o seu veneno doce sobre ti, marcando-nos um almoço, a mim ordenou-mo, forçando-me, todos falam que o nosso amor começou nesse almoço /.../ (p. 111).

<sup>25</sup>Disponível em vídeo, Amália Rodrigues – partindo-se, disponível em [www.youtube.com/watch?v=oNIgGjsUBO4](http://www.youtube.com/watch?v=oNIgGjsUBO4) (acedido a 26-06-2020).







Com ele, ainda, o eco do outro lado do fio telefónico, a profecia, o presentimento, o fado: “/.../ a Mãe desconversou, amor e política geram tragédia /.../” (p. 15). Com ele, ficou o signo sob o qual, na verdade, tudo (amor e texto) começou: “Chegaste /.../” (p. 13). Com ele, ficou, igualmente, o ciclo da História. A cumprida e a incumprida. E a do julgamento público, como o de Orestes (*Oresteia*, de Ésquilo), onde humano e transcendente se conjugam no veredicto final: porém, se Atenas transforma as Fúrias atormentadoras em benéficas divindades (as Euménides), a explosão que matou o par Snu & Sá Carneiro restituiu às Fúrias a capacidade de atormentar o espírito da comunidade...

*[Na rosácea tumular de Pedro, a roda da vida atingiu a última estação da fortuna: a edícula/casa da sepultura]*

No branco frio da página, espaço-tempo após, só o enunciado da data e do local de escrita põe termo a esse discurso logicamente impossível, anti-natura, *post mortem*, em jeito de inscrição em pedra tumular, pacificando os espíritos dos amantes:

“Fontanelas, 10 de Junho de 2007”

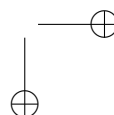
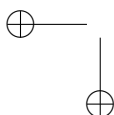
*[ao longe, ouve-se um Quarteto Haydn, de Mozart<sup>26</sup>]*

Na cena, ergueu-se, entretanto, o ensaio *A Morte de Portugal* (2008), espectralizando nação e Europa numa mesma tragédia e envolvendo o par no *sudário* do verbo.

Assim parecia encerrado o ciclo da vida e da palavra que a grafa. O cumprido e o incumprido. E o do julgamento público, como o de Orestes (*Oresteia*, de Ésquilo), onde humano e transcendente se conjugam no veredicto final.

Porém, se, na *Oresteia*, de Ésquilo, Atenas transforma as Fúrias atormentadoras em benéficas divindades (as Euménides), a explosão que matou o par

<sup>26</sup>Tocado nas exéquias de Snu Abecassis. Wolfgang Amadeus Mozart, em 1781, ao chegar a Viena, tomou conhecimento do recém-publicado *Quarteto de Cordas Op. 33* de Joseph Haydn. Foi um momento de viragem. Três dos Quartetos Haydn foram escritos entre finais de 1782 e meados do ano seguinte. Os restantes datam de finais de 1784 e início de 1785. O primeiro também é conhecido por “Quinteto Primavera”, em virtude da jovial serenidade que o atravessa (cf. [www.metropolitana.pt/Default.aspx?ID=5982](http://www.metropolitana.pt/Default.aspx?ID=5982)).



Snu & Sá Carneiro, impulsionada pela mensagem tumular de Pedro & Inês caldeada no desaparecimento de uma Joaninha-Portugal enlouquecida, restituiu às Fúrias a capacidade de atormentar o espírito da comunidade... movendo o verbo literário para a aventura que o sustenta e o constitui no *sudário* da imaginação comunitária.

\*

Na lápide desta página, inscrevo também, em homenagem ao par e ao romancista-poeta, como flor “esmaecida”, evocando as faces ocultadas na fotografia da capa, outrora admiradas pelo amado, depois ressuscitadas pelo verbo estético de Miguel Real pela nossa memória colectiva.

### Nota Biobibliográfica

Doutorada, com Agregação e dois pós-doutoramentos em Literatura, é professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Coordenadora no CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (que dirigiu entre 2002 e 2012). Presidente da Academia Lusófona Luís de Camões-SHIP, do Instituto Fernando Pessoa-SHIP e da Assembleia Geral da COMPARES-International Society for Iberian-Slavonic Studies, Directora da Associação Portuguesa de Escritores e do Observatório da Língua Portuguesa. Membro de instituições científicas e culturais nacionais (Academia Portuguesa de História, Grémio Literário, CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, Sociedade de Geografia de Lisboa, Conselho Supremo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Concílio de Honra da Matriz Portuguesa, etc.) e estrangeiras (CIMEEP – Centro Internacional e Multidisciplinar de Estudos Épicos da Universidade Federal de Sergipe, CIRCgE – Centro Interdisciplinare di Ricerca sulla Cultura di Genere da UNINT – Università degli studi Internazionali di Roma, Centre de Recherche Interdisciplinaire sur les Langues, les Littératures, les Arts et les Cultures Centre de Recherche Interdisciplinaire sur les Langues, les Littératures, les Arts et les Cultures (CREILAC) da Université Assane Seck de Ziguinchor (UASZ) do Senegal e outros), integrando diversos Conselhos Científicos de revistas e de projectos.

**Obras principais:** *Eça de Queirós Cronista* (1998; 2017); *Labirinto Sensível* (2003-04); *No Fundo dos Espelhos* (2003-2007); *Emergências Estéticas* (2006); *Itinerário* (2009); *Cartografias Literárias* (2010; 2012); *Paisagem & Figuras* (2011); *Focais Literárias* (2012); *Luz e Sombras no Cânone Literário* (2014); *Do que não existe. Repensando o Cânone Literário* (2018); *Novas Breves & Longas no País das*

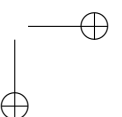
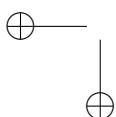
*Maravilhas* (2018); *Última vontade régia incumprida* (2018); *No Fundo dos Espelhos. Em Visita* (2018); *Perfis & Molduras no Cânone Literário* (2018); *Sfumato. Figurações in hoc signo. Na senda da identidade nacional* (2019); *Teolinda Gersão: encenações* (2020); *Da Língua Portuguesa vêem-se galáxias* (2020); *COMVID 19 em 2020: na 'dança' das representações* (2020); (org); *Sfumato & Cânone. Na senda da identidade nacional* (2021); *O Essencial sobre Teolinda Gersão* (2021).

**Obras coordenadas mais relevantes:** *Do Ultimato à(s) República(s)* (2012), *Entre Molduras. A Metamorfose nas Artes, nas Letras e nas Ciências* (2016), *100/Orpheu* (2016); *Fabricar a Inovação. O Processo Criativo em questão nas Ciências, nas Artes e nas Letras* (2017); *Teixeira de Pascoaes* (2017, 3 vols); *Repensar o Feminino em Contexto Lusófono e Italiano / Ripensare il femminile in ambito lusofono e italiano* (2017, 2018, 2019); *Perigoso é...* (2018); *Literatura & Sociedade* (2018); *100 Futurismo* (2018); *Cervantes & Shakespeare: 400 Anos no Diálogo das Artes* (2019); *Perigoso é...* (vol. II) (2020); *'Aproxima-te um pouco de nós, e vê.' – Eça em cena 120 anos depois* (2021).

**Prémios & Distinções:** Diploma de Mérito Cultural (2007) pela Academia Brasileira de Filologia e pela Faculdade CCAA (Rio de Janeiro); Medalha Municipal de Mérito – Grau Ouro (2010) pela Câmara Municipal de Oeiras; Medalha de Mérito Cultural do CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (2012); Embaixadora da Meeting Industry e da Economia do Conhecimento e Membro do Clube de Embaixadores de Cascais e da Costa do Estoril (2013); Certificado de Mérito da World Communication Association (2015-17); Membro Honorário do Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora (2016); “Homenagem e agradecimento” (2017) no Colóquio Internacional Professor Manuel Sérgio; “Mérito Cultural” (2017) & Categoria “Autoridade Cultural” (2017) pelas Rede Mídia de Comunicação & Editora Sem Fronteiras; Distinção cultural e agradecimento (20º aniversário do Centro de Estudos Regianos, 2017); Membro Correspondente do Instituto Balear de la Historia (2017); Medalha das XIV Jornadas Histórico-Culturais / Junta de Freguesia do Lumiar (2017); “Reconocimiento a la Promoción de la Cultura Ibérica” (2018) da Universidad Libre de Infantes Santo Tomás de Villanueva; Prémio Pró-Autor 2019 da Sociedade Portuguesa de Autores pelo seu relevante trabalho “em prol dos Autores e da Cultura” (2019); Homenagem da Câmara Municipal de Oeiras no âmbito das Comemorações dos seus 250 anos (2019); Membro da Comissão de Honra do Programa Comemorativo do 20º Aniversário da Faculdade de Arte e Letras da Universidade da Beira Interior (2019-20); Integração do painel de avaliação 2020 QS Global Academic Survey / Higher Education Rankings (2020 e 2021); Recepção como Académica Honorária na Academia Portuguesa da História (2020); Conselheira



efectiva (Cadeira nº 22) do Conselho Supremo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (2021); Comenda Dom Afonso Henriques (2021) do NALAP e da LITERARTE (Brasil-Portugal); Comenda Machado de Assis (2021) da Academia de Letras e Artes de Goiás Velho – ALG; Comenda Pablo Neruda (2021) da Academia de Letras Y Artes de Valparaiso – CHILE; Galardão Especial Lusofonia (2021) do Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora (CEMD); Prix Littéraire Jules Verne (Nantes, 2022) da Académie Luminescence de Dévotion aux Arts; “Certificación de Homenaje, Honor, Merito y Valor” (2022) do Círculo de Escritores da Galicia; Prémio LITERARTE 2022 & Medalha de Destaque Literário 2022 com “certificado de Homenagem, Honra, Mérito e Valor” da Associação Internacional de Escritores e Artistas – LITERARTE (Brasil, 2022); “DIAMANT Der Kuntle and Bildung Austria” (Prémio *Diamonds* de Artes e Educação – Áustria) de Austria Culture Brasilien-Haus in Österreich & Europäische Gesellschaft Der Schönen Kunste (Viena, 2022); Correspondente Internacional da Academia de Letras e Artes de Fortaleza (ALAF) (Fortaleza/Brasil, 2022); Prix Littéraire “Personnalité de l’Année” – 2022 (Louvre/Paris, 2022), atribuído por Académie LUMINESCENCE (França), Association Internationale des Écrivains et Artistes du Brésil e ArtCom (Noruega). Homenagem 2022: *Tributo a Annabela Rita* (número especial da Série *Viridae* do *Triplov* com uma selecção de textos e de fragmentos de Annabela Rita e de outros autores sobre a sua obra) epigrafado sob o signo do que Miguel Real designou por “a revolução operada por Annabela Rita”. Prémio Personalidade Literária “Pero Vaz de Caminha”, 2022, atribuído pela Editora ViverArte (Brasil).





## 2.1.5. Retratos dos Judeus na Obra Ensaística e Ficcional de Miguel Real<sup>1</sup>



**Carla Sofia Gomes Xavier LUÍS**  
Universidade da Beira Interior,  
PRAXIS, ALLC, IFP, OLP

Sendo visível que os fenómenos religiosos e a sua repercussão nas sociedades, em geral, e na cultura portuguesa, em particular, constituem tópicos que despertam a atenção de Miguel Real, novamente nas duas versões, ensaio e ficção, trazemos à colação, no presente volume, dois trabalhos que giram em torno de duas religiões monoteístas que marcam a cultura portuguesa: Judaísmo e Cristianismo (Carla Sofia Luís).

### Introdução

Como é sobejamente sabido, muitas são as publicações, umas voltadas para Portugal, outras alastrando-se ao mundo lusófono<sup>2</sup>, ou até a todo o Orbe<sup>3</sup>, que

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup>Veja-se, a título de exemplo, a obra organizada por PINGATELLI, Marina (org.), *Judeus e Cristão Novos no Mundo Lusófono* (Lisboa, Colibri, 2017), entre tantas outras.

<sup>3</sup>Veja-se, a título de exemplo, a obra da autoria de LEBRECHT, Norman, *Génio e Ansiedade: como os Judeus mudaram o mundo – 1847-1857* (Lisboa, Bertrand Editora, 2021).

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 127-173.



têm dado à estampa, versando em torno de temáticas ou, se quisermos, de alguns “passos e «passas»”<sup>4</sup> da vida das comunidades judaicas, matérias que, sem surpresa, são bastante fecundas em Portugal. Naturalmente, quando é feita uma retrospectiva de como várias comunidades judaicas conseguiram sobreviver em Portugal, ao longo dos tempos, não faltam referências aos grupos de judeus existentes em Belmonte (que faz fronteira a norte com a Guarda, a leste com o Sabugal, a sudoeste com o Fundão e a oeste com a Covilhã). Resilientes, guardaram bem o seu segredo, de tal forma que, durante largos anos, os vários grupos existentes se desconheciam, inclusive, entre si. Inicialmente, viviam em surdina, por medo de represálias e, bem mais tarde, já num clima de tolerância religiosa, totalmente desvelados, enfrentam novos desafios, de entre os quais salientamos a redução do número de habitantes, muito por conta dos casamentos que se estabelecem com outras comunidades judaicas fora de Belmonte, bem como pela necessidade de regressarem à Terra Santa, desígnio incontestável na vida espiritual de um Judeu.

Pois bem, feito este breve introito, o presente trabalho resulta precisamente de duas comunicações; uma proferida em **Belmonte**, no *XXVIII Colóquio Internacional da Lusofonia* (6-10 de abril de 2017), e a outra, na **Covilhã**, no *Colóquio Internacional Miguel Real: literatura, filosofia, cultura* (UBI, 7 e 8 de novembro de 2019) que, no fundo, casam dois interesses que nos movem no campo da investigação, a saber: por um lado, o pensamento de Miguel Real, que tem sido e continuará a constituir o mote de muitos outros trabalhos da nossa lavra, e, por outro, certas vivências das comunidades judaicas, curiosidade mais recentemente despertada também pela proximidade geográfica e breve contacto com a cultura hebraica vivida em Belmonte. No presente trabalho, traremos, por conseguinte, à colação alguns retratos dos judeus partilhados por Miguel Real.

Com efeito, de olhos postos neste traço extremamente relevante para o nosso autoconhecimento como povo, Miguel Real dedica-lhe várias páginas, em ambos os formatos: ensaística e ficção. Assim, tendo por base algumas obras da sua autoria, de onde salientamos, no primeiro domínio, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*<sup>5</sup> (2017) e, no segundo, *Memórias*

<sup>4</sup>Expressão inspirada no título da obra autobiográfica da autoria do historiador José Manuel Azevedo e Silva, intitulada *Passos e “Passas” de uma Vida*, Coimbra, Simões & Linhares, Lda., 2011.

<sup>5</sup>REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta, 2017.

de *Branca Dias* (2003)<sup>6</sup>, *A Voz da Terra* (2005)<sup>7</sup>, *O Sal da Terra* (2008)<sup>8</sup>, *A Guerra dos Mascates* (2011)<sup>9</sup>, procuramos, com o presente texto, destacar algumas ideias do estudioso em análise em torno destas matérias.

Concretizando, ao longo do singelo exercício que nos propomos realizar, e no que diz respeito ao domínio da **ensaística**, acompanhamos quer a narração que o estudioso em análise dedica à história da revelação, havida no século XX, em torno da subsistência, especialmente em remotas zonas serranas das Beiras e de Trás-os-Montes de comunidades judaicas que, por medo, operavam de forma velada, escondendo a sua genuína identidade étnico-cultural, quer as conclusões que traz a lume, fruto do entendimento de diversos investigadores, grupo do qual, de resto, também faz parte, sobre “o caráter intrínseco entre este facto oculto e as determinações da identidade histórica portuguesa”<sup>10</sup>. Daremos, por conseguinte, conta da criteriosa seleção que Miguel Real efetua à literatura produzida sobre estas matérias, revisitando tanto obras e autores mais clássicos, por assim dizer, como outros contributos mais recentes, apresentando-nos uma visão panorâmica de vários momentos marcantes, de detalhes que considera dignos de realce e de personalidades inolvidáveis que, mesmo sob pena de sanções de vária ordem, se debateram pela manutenção e proliferação da cultura e da identidade hebraica.

No que concerne ao domínio da **ficção**, trazemos à colação emblemáticas personagens de ascendência judaica, umas baseadas em figuras reais, outras totalmente fictícias, outras ainda baseadas em lendas<sup>11</sup>, focalizando a nossa atenção, entre outros aspetos, em algumas características marcantes do povo judeu, que registam certa dose de hereditariedade, por assim dizer, como é o caso da **perseverança**, da **resiliência**, da **manutenção da crença**, da **elevada**

<sup>6</sup> *Idem*, *Memórias de Branca Dias*, Lisboa, Temas & Debates, 2003.

<sup>7</sup> *Idem*, *A Voz da Terra*, 4.ª ed., Alfragide, D. Quixote, 2012 [1.ª ed., Matosinhos, Quidnovi, 2005].

<sup>8</sup> *Idem*, *O Sal da Terra*, Lisboa, Quidnovi, 2008.

<sup>9</sup> *Idem*, *A Guerra dos Mascates*, Alfragide, D. Quixote, 2011.

<sup>10</sup> *Idem*, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 183.

<sup>11</sup> No âmbito da reconstrução de personagens com base em lendas, destacamos a da matriarca Branca Dias. Note-se que Miguel Real explica, na sua apresentação à obra, que baseou-se na Branca Dias de Camaragibe, posto que é a única figura, de um conjunto de três, “que, segundo documentos inquisitoriais dos séculos XVI e XVII e referências feitas aos seus descendentes na «Nobiliarquia Pernambucana», possui fundamento histórico” (REAL, Miguel, *Memórias de Branca Dias*, p. 10).

**capacidade de camuflagem** e de **adaptação**, da **versatilidade**, do **engenho**, da **perspicácia para o negócio**, entre outros detalhes que nos pareceram dignos de realce e muito bem conseguidos. Além disso, estaremos ainda atentos à descrição de certos **costumes**, aos **amores** e também às **vivências mais negativas**, onde se incluem as **desilusões**, as **perseguições**, as **fugas**, a **itinerância forçada**, no fundo, as **injustiças** operadas. Não esqueçamos que o texto literário espelha uma determinada atmosfera histórica, social, cultural, pelo que pareceu-nos interessante perscrutar, através destes tópicos, a reconstrução que Miguel Real faz de um tempo marcado pela perseguição desenfreada aos Judeus operada pela Inquisição.

Importa ainda mencionar que, no cometimento deste exercício, onde, como acima se aludiu, aferirmos o importante papel desempenhado por certas personagens de origem judaica no seio da obra de Miguel Real, optámos conscientemente por conferir especial destaque a personalidades femininas, as **designadas guardiãs da tradição religiosa e cultural hebraica**, especialmente à matriarca **Branca Dias**. Esta personagem, de género feminino<sup>12</sup> e de etnia judia, duas condições que, em pleno século XVI, seriam mais do que suficientes para ofuscar a sua voz, com Miguel Real ganham um primeiro plano luminoso. Reunindo a simpatia dos leitores pela conduta adotada, comovendo com as suas histórias, congregando todos em torno da fé hebraica, Branca Dias figura como um exemplo a seguir pelos judeus. Trata-se de uma personagem resiliente que, mesmo após a condenação, conseguiu fugir para o Brasil com os seus sete filhos, tendo sobrevivido não só à inquisição como também às traições do marido. Enfim, a tudo resiste e, em relação a este último ponto, acaba, inclusive, por castigar a má conduta do cônjuge, o que numa época conservadora, numa sociedade extremamente machista, é um feito glorioso. Inteirada das várias traições, sabendo inclusive que com “as pretas e as índias” “era um ver se te avias”<sup>13</sup> e que com as escravas brancas era fiel à exceção de Mada-

<sup>12</sup>Note-se que Miguel Real é muito sensível à personagem feminina, aspeto que se pode verificar em variadas obras, como é também caso disso mesmo a figura SNU de *O Último Minuto da Vida de S.* (Lisboa, Quidnovi, 2007) ou a rainha D. Amélia de *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia* (Alfragide, D. Quixote, 2010). A propósito desta figura, cf. da autoria de Carla Sofia Gomes Xavier Luís, “História e Ficção nos Romances do Ciclo Lusófono de Miguel Real”, in *Desembrulhar ficções*, entregue para publicação.

<sup>13</sup>REAL, Miguel, *Memórias de Branca Dias*, p. 57.





lena<sup>14</sup>, obrigou-o, como castigo, a oferecer esta criada branca ao governador, senão vejamos:

O Diogo arranjou as coisas, a Madalena foi trabalhar para a casa do governador, era uma branca, uma criada branca no Brasil era mais caro que dez pretos e valia bem pelo menos três cavalos, e de graça, o Diogo deu-a de graça [...] deu-a de graça porque eu o obriguei<sup>15</sup>.

Mas, naturalmente, o maior feito desta personagem mítica reside no facto de ter mantido acesa a fé durante anos, conseguindo inclusive que o testemunho chegasse à sua descendente Violante, já na obra *A Voz da Terra*, fazendo, desta forma, a ponte transatlântica, lusófona e temporal, desta cultura. É graças a personagens como ela que a fé hebraica vingou, resistiu e se mantém viva em pleno século XXI. Parece-nos que Miguel Real consegue, através desta personagem fazer uma espécie de homenagem a todos os judeus, em geral, e às guardiãs da tradição religiosa e cultural hebraica, em especial, que foram barbaramente perseguidos, violentados de tantas formas (física, psicologicamente, moralmente), privados da sua vida. É o tal ajustar de contas com aquilo que se fez de errado no passado que a Ficção, contrariamente à História, permite fazer e que Miguel Real, a cada passo, em jeito catártico, não perde a oportunidade de trazer à colação na sua obra ficcional.

Em suma, do ponto de vista estrutural, além desta introdução e dos dois tópicos centrais acima indicados, o presente trabalho contará ainda com duas breves apresentações: uma dedicada à vida e obra de Miguel Real e a outra versando em torno de *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, que merece uma atenção especial, posto que se trata de uma obra que congrega vários pontos de vista que o autor em apreço tem vindo a desenhar ao longo dos anos em diversas publicações (os quatro complexos culturais, previamente lançados em *A Morte de Portugal*, 2007, a visão da Lusofonia expressa em *A Vocação Histórica de Portugal*, 2012, etc.), mas, naturalmente, além de constituir um corolário de várias ideias de Miguel Real, vai muito para além disso, trazendo diversas novidades.

<sup>14</sup>*Idem, ibidem*, p. 10.

<sup>15</sup>*Idem, ibidem*, pp. 27- 28, sublinhado nosso.



## 1. Alguns traços fundamentais da vida e obra de Miguel Real

Ainda antes de cumprimos os desideratos acima debuxados, e por muito que Miguel Real seja sobejamente conhecido, não prescindimos, até por razões metodológicas, deste breve momento introdutório à sua vida e obra.

Luís Martins, identidade civil do pseudónimo literário Miguel Real<sup>16</sup>, nasceu em Lisboa, a 1 de março de 1953, sendo sintrense por adoção. A sua propensão para a escrita surge bem cedo, concretamente aos 11/12 anos, altura em que os seus escritos eram já bastante apreciados por vários professores, de onde se destaca a figura de Eduíno de Jesus que lhe elogiava “as redações”, aconselhando-o a ler certos livros existentes na biblioteca; andava então o pequeno Luís Martins na escola preparatória Nuno Gonçalves<sup>17</sup>.



Fig. 1. Fotografia de Miguel Real em criança, gentilmente cedida pelo próprio.

Foi crescendo fisicamente e intelectualmente e tornou-se naquilo que sempre almejava: professor de Filosofia do ensino secundário. “Eu sempre quis ser professor [...]. Tudo o resto foi (é) belo, mas acidental”<sup>18</sup>, afirma. Exerceu, durante largos anos, a atividade de docente de Filosofia e de Psicologia, cultivando, desde logo, o método sistémico e apurando a clareza de raciocínio e de exposição, seja no registo oral seja no escrito. Entretanto, não se ficou apenas pela docência em Portugal, e a jovens, também o vemos ensinar em

<sup>16</sup>A título de curiosidade, o nascimento do pseudónimo literário, como o próprio gentilmente nos revelou, surge simplesmente da necessidade de separar a figura do professor da do escritor/ensaísta.

<sup>17</sup>REAL, Miguel, “Miguel Real: o pensamento criativo”, entrevista de vários autores a Miguel Real, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 14 a 27 de março junho a 4 de julho de 2018, p. 10, para as três citações.

<sup>18</sup>*Idem, ibidem*, p. 9.

outros palcos e a um público mais maduro, desta feita, temas afetos aos domínios da História e da Cultura. A título de exemplo, vejamos esta imagem, onde Miguel Real se encontra precisamente a explicar o V Império em Goa, na Índia.



Fig. 2. Miguel Real em Goa.

Mas quis o destino que Luís Martins não se ficasse apenas pela docência, dando largas à imaginação e voz às hercúleas leituras que lhe iluminam a razão. Eis que começa a odisséia da escrita, inicialmente sob a assinatura da identidade civil Luís Martins, concretamente n' *O Outro e o Mesmo* (publicado em 1980)<sup>19</sup>.



Fig. 3. Capa da Primeira obra publicada ainda com o seu nome civil: Luís Martins.

<sup>19</sup>MARTINS, Luís, *O Outro e o Mesmo*, Lisboa, Contexto Editora, 1980.

Dando continuidade a esta vocação, os livros, os artigos, as recensões, vão-se multiplicando, mas, desta feita, já sob a autoria de Miguel Real, figura que nasce “para apaziguar o primeiro, para lhe suavizar a existência”<sup>20</sup>, como o próprio refere. Damos conta do nascimento oficial de Miguel Real que fica marcado pela produção da sua primeira obra: *Carta de Sócrates a Alcibíades, seu vergonhoso amante* (1987), mais concretamente pela carta redigida e que o editor publica, com a sua anuência, no mencionado livro. Ouçamos, por conseguinte, o momento solene a isso atinente:

Caro Senhor:

Chamo-me Miguel Real, tenho 24 anos e prefiro a noite ao dia. Sou finalista do curso de Filosofia, em Lisboa, e ensino esta disciplina numa escola secundária suburbana. Na noite de 11 de Maio passado, o meu cérebro sentiu-se forçado a escrever. Deixei-o livremente comandar a minha inocente mão direita. A horas em que era suposto ir para o liceu, levantei-me da secretária. Sobre o tampo da secretária, um manuscrito de dezasseis páginas via pela primeira vez a luz brilhante de uma bela Primavera. Sobre ela recaía, agora límpida e distinta, a minha sempre instável ternura – era a primeira coisa séria que eu fizera na vida, e não era impossível que me anunciasse novos céus. Dei-lhe espontaneamente um nome, que de súbito se tornou em dois, dividindo a minha mente entre um e o outro. Caso tenha por bem editá-lo, chame-lhe um destes dois nomes:

*Confissões de Sócrates a Alcibíades* ou *Carta de Sócrates a Alcibíades, seu vergonhoso amante*<sup>21</sup>.



Fig. 4. Capa da 1.<sup>a</sup> obra publicada já com o nome Miguel Real.

<sup>20</sup>REAL, Miguel, “Miguel Real: o pensamento criativo”, p. 10.

<sup>21</sup>Idem, *Carta de Sócrates a Alcibíades, seu vergonhoso amante*, coleção: *O Coração da Filosofia*, Sintra, Mar Fim, 1987, pp. 7-8.

Nascido, portanto, em Sintra, a 8 de junho de 1987, Real, que, obedecendo ao étimo latino, significa “coisas”, “descer do céu à terra”, no fundo, ter “os pés bem assentes na terra”<sup>22</sup>, “libertou o Luís Martins da prisão de hábitos comportamentais muito paroquiais e forçou-o a fazer “coisas” novas, criativas que dessem um verdadeiro sentido à sua vida”<sup>23</sup>. Este novo Ser acabou por tomar o lugar do Outro, sendo o Mesmo em corpo e o Outro em espírito pensante e atuante, usando a sua voz com o intuito de indagar quem fomos, o que somos e para onde caminhamos. E não mais parou de crescer; ao ponto de competir com a vida do seu original, Luís Martins, sendo, inclusive, conhecido no círculo mais restrito e mais lato de amigos e familiares por Miguel Real. Cresceu tanto que se tornou numa das personalidades mais estimulantes do atual panorama cultural português, assumindo, com igual mestria, as roupagens de ensaísta, romancista, crítico, conferencista, professor, dramaturgo (neste campo, em parceria com Filomena Oliveira), materializados nos 79 títulos, destacados na página 789 da presente obra, que continuam ainda a aumentar, além das inúmeras obras nas quais participou na qualidade de prefaciador, organizador, coordenador, entrevistador, entrevistado, tradutor, colaborador (capítulo de livro, artigo, recensão, etc.). Miguel Real é autor de uma admirável obra, amplamente premiada<sup>24</sup>, que vai do ensaio à ficção, passando pelo drama (de onde destacamos, por exemplo, *Uma Família Portuguesa*, distinguida com o grande prémio de teatro da sociedade portuguesa de autores/teatro aberto, e, em 2016, já em formato ensaio, nasce uma reflexão sobre a relação entre os textos de teatro e a cultura portuguesa: *O Teatro na Cultura Portuguesa do Século XX*), sem olvidarmos a escrita de manuais escolares, as muitas dezenas de prefácios, as introduções e comentários a obras, a participação em coordenações científicas, as traduções, as entrevistas (que produziu e as realizadas em torno da sua obra), a crítica literária e ainda as cró-

<sup>22</sup> REAL, Miguel, “Miguel Real: o pensamento criativo”, p. 10.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 10, para as três citações.

<sup>24</sup> Exemplos de alguns prémios: *Prémio Revelação de Ficção da APE/IPLB em 1979 (O Outro e o Mesmo)*, *Prémio Revelação de Ensaio, Literário da APE/IPLB em 1995 (Portugal – Ser e Representação)*, *Prémio LER/Círculo de Leitores 2000 (A Visão de Tândalo por Eça de Queirós)*, *Prémio Fernando Namora da Sociedade Estoril Sol em 2006 (A Voz da Terra)*. O seu ensaio *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa* (2008) mereceu o prestigiado *Prémio da Associação Internacional de Críticos Literários* e a peça *Uma Família Portuguesa* (2008), em coautoria com Filomena Oliveira, foi agraciado com o *Grande Prémio de Teatro da Sociedade Portuguesa de Autores/Teatro Aberto*.

nicas que publica regularmente no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, onde tem vindo a desenhar a atual cartografia do romance português. Para além disso, é altamente solicitado a participar, entre outros, em eventos científicos, júris, debates, entrevistas, programas televisivos ou de rádio, nas mais distintas áreas (cultura, literatura, filosofia, política...), na qualidade de conferencista, analista, especialista, comentador, etc., desafios a que invariavelmente corresponde sempre com sabedoria e boa disposição. Por conseguinte, para além de todas as facetas ou dos múltiplos “eus” mencionados, da quantidade incontável de páginas escritas que enriquecem o acervo cultural lusíada e lusófono, Miguel Real ainda tem tempo para ajudar a difundir cultura e ciência, rejeitando a clausura e o isolamento e presenteando-nos amiúde com a sua afável, humilde e sábia companhia.

O reconhecimento da sua obra é igualmente visível na atenção que diferentes especialistas lhe dedicam em distintos contextos. Veja-se, meramente a título de exemplo, a referência que Onésimo Teotónio de Almeida faz a Miguel Real numa entrevista de 2017, onde o identifica como “o leitor voraz de toda a escrita ensaística (e não só)”, sendo um dos seus dois interlocutores em Portugal que destaca e com quem, como refere, tem tido o “privilégio de dialogar” e de se “tornar amigo”<sup>25</sup>. São também de mencionar os vários trabalhos científicos (dissertações, umas concluídas e outras em curso, artigos, capítulos de livro, etc.) dedicados a Miguel Real, abordando quer a obra ensaística quer a obra ficcional. Mas, como é óbvio, não podemos deixar de destacar o **Ciclo de Homenagem**, por ocasião dos seus **40 anos de vida literária (1979-2019)**, iniciado na Universidade da Beira Interior, Covilhã, concretamente no **Colóquio Internacional Miguel Real: 40 anos de Escrita – Literatura, Filosofia, Cultura** (realizado a 7 e 8 de novembro de 2019), e que teve continuidade com uma série de iniciativas promovidas por arrastamento, de onde destacamos a conferência proferida na Academia de Marinha, em junho de 2019, intitulada “O Mar e a Cultura Portuguesa”, a título de exemplo, e que culminaram na cidade mais alta de Portugal, **Guarda** (cidade candidata a Capital Europeia da Cultura 2027), com a realização de uma **exposição (itinerante)**, que esteve patente na biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, entre **outubro e dezembro** de 2019, e de **três Colóquios**, a saber: **Miguel Real – 40 anos**

<sup>25</sup> ALMEIDA, Onésimo Teotónio, in MELO, Filipa, “Onésimo: o nosso primo da América”, Entrevista a Onésimo Teotónio Almeida, *Revista LER*, Francisco José Viegas (dir.), Lisboa, Fundação Círculo de Leitores, 2017, p. 40, para as três citações (pp. 26-41).

**de Vida Literária: ensaio e ficção**, 4 de outubro de 2019, **Miguel Real – 40 anos de Vida Literária: o Romance Histórico nos Século XII**, 6 de novembro de 2019, e **Miguel Real – 40 anos de Vida Literária: a (re) criação dramatúrgica**, 6 de dezembro de 2019.

Sendo herdeiro de mestres defensores de ideias nem sempre convergentes que se situam, como José Eduardo Franco especifica, entre Eduardo Lourenço e Padre Manuel Antunes<sup>26</sup>, Miguel Real possui a enorme versatilidade de conciliar correntes e modos de pensar algo divergentes, retirando de cada um deles o que considera vital para o entendimento do mundo circundante, de si próprio e do Outro. Tais matérias são mormente verbalizadas nos formatos **ensaio** e **ficção** que, apesar de diferentes, nos objetivos, na forma de cotejar e de tratar a informação, se tornam complementares, posto que abordam as mesmas temáticas sob pontos de vista, olhares distintos, que se cruzam e que se completam. **Pelo ensaio**, Miguel Real investiga, organiza, compreende, sintetiza, explica; **pela ficção** recria, imagina, critica, corrige, etc. Como menciona numa entrevista que concedeu a Isabel Castro, o romance preenche “o lado lúdico, irónico”<sup>27</sup>, ao passo que o ensaio, “despertando o lado rigoroso, disciplinado, investigativo”<sup>28</sup>, preenche a razão, o seu “entendimento”<sup>29</sup> sobre o cosmos, concluindo que se sente realizado “escrevendo os dois ao mesmo tempo, um dia um, outro dia outro”<sup>30</sup>. É ainda o próprio Miguel Real quem explica que a **filosofia**, enquadrando-se num nível teórico, constituindo “a razão a pensar a razão”, é a “ficção dominada por ideias e controlada por uma sintaxe lógica, rigorosa ou criativa”, já a **ficção**, preenchendo o lado sensível, consiste na “filosofia vestida de carne, de emoções, de sentimentos”<sup>31</sup>.

E é exatamente isso que tem vindo a fazer ao longo dos anos, sendo que este entendimento perfeito entre os dois géneros indicados tem dado os seus frutos. Com efeito, além de constituir um dos mais prestigiados especialis-

<sup>26</sup>Cf. FRANCO, José Eduardo, “Prefácio”, in REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta, 2017, p. 16 (pp. 15-17).

<sup>27</sup>REAL, Miguel, in Isabel Castro, Entrevista a Miguel Real, “A lusofonia deveria ser levada mais a sério”, *Ponto Final*, abril 19, 2011. Disponível em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2011/04/19/%E2%80%9Ca-lusofonia-deveria-ser-levada-mais-a-serio%E2%80%9D/> (acedido a 01-07-2015).

<sup>28</sup>*Idem, ibidem.*

<sup>29</sup>*Idem, ibidem.*

<sup>30</sup>*Idem, ibidem.*

<sup>31</sup>REAL, Miguel, “Miguel Real: o pensamento criativo”, p. 10, para as três citações.

tas de cultura portuguesa, de renome nacional e internacional, Miguel Real é igualmente um reconhecido ficcionista, escrevendo, com espessura e propriedade, romances históricos de elevada qualidade estética, merecendo, por conseguinte, o epíteto de “Mestre do ensaio e ao mesmo tempo do romance”<sup>32</sup>.

Particularizando um pouco, a sua produção escrita materializa-se, tal como já tivemos oportunidade de aferir em diversas ocasiões, em **ensaio (filosofia e cultura portuguesa)** e em **ficção (teatro e romance)**<sup>33</sup>. No âmbito do **ensaio filosófico**, destacamos *O Pensamento Português Contemporâneo. O Labirinto da Razão e a Fome de Deus. 1890 – 2010*, magnânima obra que apresenta uma nova perspetiva da história da filosofia em Portugal, e a afamada coleção “Novas Teorias de...”, onde procura pensar de raiz conceitos como Mal, Felicidade, Sebastianismo, Pecado, Religião. No que concerne ao **ensaio voltado para a cultura portuguesa**, desde *Portugal – Ser e Representação* (1998, Prémio Revelação Ensaio da Associação Portuguesa de Escritores) até *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017), *Introdução a Antero de Quental – Causa da Decadência dos Povos Peninsulares* (2022), *Pessoa & Saramago* (2022) e *As Sete Vidas de José Saramago nos Últimos Três Séculos* (2022), passando por *A Morte de Portugal* (2007), *Introdução à cultura portuguesa: Séculos XIII a XIX* (2011), *O Romance Português Contemporâneo 1950-2010* (2012), entre tantos outros dignos de destaque, Miguel Real tem vindo a rastrear as características fundamentais da história do pensamento e da cultura portuguesas, debuxando um itinerário inquiridor da identidade histórica de Portugal, através da análise da obra de alguns dos seus relevantes protagonistas, tais como *Marquês de Pombal* (2005); *Eça de Queirós* (2006); *Agostinho da Silva* (2007); *Eduardo Lourenço* (2008 – Prémio Jacinto do Prado Coelho da Associação Portuguesa de Críticos Literários); *Padre António Vieira* (2008); *Matias Aires* (2008); *José Enes* (2009).

No campo da **ficção** vertida em **texto dramático**, tem vindo, sempre em parceria com Filomena Oliveira, a escrever textos originais ou a realizar adaptações de romances de autores relevantes no seio da Cultura Portuguesa. De entre uma panóplia de diversas peças consagradas, da autoria de ambos, destacam-se *Uma Família Portuguesa* (2008), Grande Prémio de Teatro Sociedade Portuguesa de Autores/Teatro Aberto; *Vieira – O Céu na Terra*

<sup>32</sup>FRANCO, José Eduardo, “Prefácio”, in REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 16.

<sup>33</sup>A este respeito, cf. guião da exposição exposto neste volume.



(2015), representado em Portugal, no Brasil e na Guiné-Bissau; *Europa, Europa* (2016), representado, no mesmo ano, pela companhia de teatro Éter na Quinta da Riba Fria, um palácio renascentista em Sintra, e *As Máscaras de Pessoa* (2018), sobre o labirinto mental da heteronomia pessoana. No que toca à adaptação dramaturgica, destacam-se, além d' *Os Maias*, de Eça de Queirós, *Memorial do Convento* e *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, de José Saramago, representados pela Éter, por exemplo, no Convento de Mafra e na Fundação José Saramago, tendo sido esta última também representada na Universidade da Beira Interior (Covilhã, UBI, anfiteatro da Faculdade de Ciências da Saúde, e Guarda, TMG, Teatro Municipal da Guarda).

No que concerne à **ficção** vertida em **romance**, desde a sua primeira, e logo galardeada obra, dada à estampa em 1980<sup>34</sup>, *O Outro e o Mesmo*, ainda com o nome civil, até à sua mais recente *Cadáveres às Costas* (2018), portanto em quatro décadas de apurado labor literário, Miguel Real tem vindo a edificar uma vastíssima obra que passa, entre tantas outras, por *Memórias de Branca Dias* (a primeira judia no Pernambuco/Brasil, 2003), *A Voz da Terra* (sobre o Terramoto de 1755, com personagens brasílicos, 2005), *O Último Negreiro* (sobre Francisco Félix de Sousa, o último grande negreiro de Ajudá no Dahomé/Benim, 2006), *O Sal da Terra* (a vida de Padre António Vieira, 2008) e *A Guerra dos Mascates* (a alegada guerra entre Olinda e o Recife em 1710, 2011), *O Feitiço da Índia* (a vida de três portugueses que se deslumbram pela Índia e não mais regressam a Portugal, 2012) e *A Cidade do Fim* (o fim do Império, o término de um ciclo da nossa história, 2013). A paixão pela cultura brasileira, muito marcante entre 2001 e 2010, prolongou-se ainda na escrita de dois álbuns, a saber: *Atlântico: a Viagem e os Escravos* (2005), versando em torno do fluxo dos escravos africanos para o Brasil, com desenhos de Adriana Molder e fotografias de Noé Sendas, e *As Missões: Bandeirantes, Jesuítas e Guaranis* (2009) que conta com imagens de Graça Morais. Publicou ainda outros romances, de onde se destacam *O Último Minuto na Vida de S.* (2007) e *O Último Europeu* (2015). Em 2016, escreveu com Manual da Silva Ramos, a novela *O Deputado da Nação*. Finalmente, é também digno de nota que *A Visão de Túdalo por Eça de Queirós* (2009), onde partilha a revelação de um manuscrito inédito deste autor, é considerado pelo escritor o seu melhor romance.

<sup>34</sup>Acabou de ser imprimido em abril de 1980.

Ainda no âmbito do romance, também sempre muito bem documentado e deixando algumas pistas sobre quem somos, de onde vimos e para onde estamos a caminhar, Miguel Real dá largas à sua imaginação através das três tipologias que José Eduardo Franco identificou, a saber: “**romance histórico**”, “**romance de atualidade**” e **romance de “ficção científica”**”<sup>35</sup>. No que concerne ao primeiro tipo, ajudando o leitor a compreender a “«forma mentis» de um certo tempo”<sup>36</sup>, ora usando o papel iluminador da história, como acontece n’*A Guerra dos Mascates*, ora trazendo à luz pedaços da nossa História, seguindo, em certos trechos, mais de perto as fontes, como acontece em certas passagens d’*O Sal da Terra*, embora sempre explorando os não-ditos, pondo em destaque o outro lado da história, recuperando algumas peças emblemáticas da História de Portugal, que, de resto, nos ligam a várias partes do Orbe, e, em jeito pedagógico e até catártico, por assim dizer, vai, entre outros aspetos, procurando perceber “o que Portugal fez de mal e de bom”<sup>37</sup>; no segundo caso, são certos acontecimentos reais da vida social e política que estão na origem da sua inspiração, como é o caso de *A Ministra* (2009); no terceiro caso, José Eduardo Franco refere-se especificamente à grande utopia criada n’*O Último Europeu*<sup>38</sup>, onde, avançados no tempo, somos levados espreitar as sociedades de 2284. Estas sociedades, ditas modernas, largamente inspiradas nos livros primeiro e segundo da grande *Utopia* de Thomas More, humanista a quem dedica esta obra, são descritas ao pormenor, merecendo as mais duras críticas por parte do escritor, pois, entre muitos outros defeitos<sup>39</sup>, são tecnocratas, violentas, ditatoriais, amnésicas, mais voltadas para as tecnologias, desprovidas de valores e da desejável formação humanista. Note-se

<sup>35</sup>FRANCO, José Eduardo, “Prefácio”, in REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 16.

<sup>36</sup>REAL, Miguel, in Isabel Castro, Entrevista a Miguel Real, “A lusofonia deveria ser levada mais a sério”.

<sup>37</sup>*Idem, ibidem.*

<sup>38</sup>*Idem, O Último Europeu*, Alfragide, D. Quixote, 2015.

<sup>39</sup>Para mais informações sobre *O Último Europeu*, cf. MARTINS, Manuel Frias, “Recensão crítica a *O Último Europeu*. 2284, de Miguel Real”, in *Revista Colóquio/Letras*, Recensões Críticas, n.º 190, set. 2015, pp. 218-220 e LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier, “Miguel Real e o seu retrato de Portugal: de onde vimos, o que somos e para onde vamos”, in Urbano Sidoncha e Catarina Moura (org.), *CULTURAS EM MOVIMENTO, LIVRO DE ATAS DO I CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE CULTURA*, Covilhã, LabCom.IFP (Comunicação, Filosofia e Humanidades), 2016, pp. 187-208.



que já numa entrevista, concedida em 2009, alerta para o problema da falta de formação humanista, que deveria começar a ser cultivada, desde muito cedo, também na escola, posto que “a educação é o coração da cultura, a alma cívica”<sup>40</sup>. Alertando para o facto de que “estamos perante uma educação sem valores, a trabalhar apenas para a tecnologia”<sup>41</sup>, entende que se deveria reforçar a “visão humanista e cultural”<sup>42</sup> da e na escola. Não é aceitável que os alunos estejam apenas a ser preparados, de um modo maquinal, para executar “uma profissão”<sup>43</sup>, sequestrados num clima de competitividade no seu lado menos saudável. Passados vários anos, malgradadamente, esta observação continua bem válida.

Não resistimos, ainda neste momento, a trazer novamente à colação a completíssima análise produzida por José Eduardo Franco que, com base nas pistas que o próprio ensaísta/escritor nos deixa, o considera, “uma síntese invulgar”<sup>44</sup>, pois escolástico, renascentista, iluminista, positivista, pós-modernista. Ouçamos as suas palavras a este respeito:

é um escolástico no seu afã de classificar, caracterizar, comentar e ordenar [...], para poder explicar e fazer entender o que é complexo”; “é um renascentista pela sua capacidade de abarcar vários saberes e formas de produção cultural”; “é um iluminista pelo seu escopo de sistematizar e atingir o conhecimento universal, tendo por horizonte o ideal de capturar enciclopedicamente um conhecimento o mais abrangente possível”; “é um positivista na medida em que valoriza e considera o papel do documento como prova, embora sujeite a um crivo que relativiza a sua absolutização”; “e é um pós-moderno enquanto tem a capacidade de não absolutizar nenhuma destas propostas de método de conhecimento e análise, procurando a complexidade dilemática das questões e das conclusões que deixa em aberto”<sup>45</sup>.

<sup>40</sup>REAL, Miguel, “No Coração da Escola”, Entrevista a Miguel Real, *Blogspot*, 11 de julho de 2009, disponível em <http://nocoraodaescola.blogspot.pt/2009/07/entrevista-miguel-real.html> (acedido a 01-07-2015).

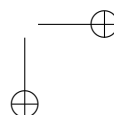
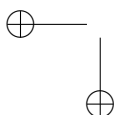
<sup>41</sup>*Idem, ibidem*.

<sup>42</sup>*Idem, A Morte de Portugal*, Porto, Campo das Letras, 2007, p. 20.

<sup>43</sup>*Idem*, “No Coração da Escola”, Entrevista a Miguel Real.

<sup>44</sup>FRANCO, José Eduardo, “Prefácio”, in REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 16.

<sup>45</sup>*Idem, ibidem*, pp. 16-17, para esta e para as cinco últimas citações, negrito nosso.





Pois bem, mestre de cruzamentos bem-sucedidos, seja de correntes de pensamento, seja de estilos, seja de géneros, seja de ensinamentos de pedagogos com pensamentos algo divergentes, seja de áreas do saber, que vão da História, à Cultura, à Literatura, à Filosofia, à Política, às Mentalidades, à Língua, seja de perspetivas cotejadas, a política, a histórica, a social e até a relacional, o escritor em estudo tem vindo a contribuir para o conhecimento aprofundado de Portugal e dos modos de *estar* e de *ser* português, desde os séculos XIII até à atualidade. Seja qual for a modalidade em desenvoltura, ensaio de investigação, ensaio reflexivo, narrativa ficcional, romance histórico, a escrita de Miguel Real, espelhando as realidades cultural, social e histórica, é invariavelmente rigorosa, fundamentada, coerente, conciliadora.

Para além de tudo quanto foi dito, e não menos importante,

refiro isto muitas vezes sem receio de ser acusada de adjectivar (tenho uma costela queirosiana...), ou de outros epítetos menos benevolentes, mas dizia, do ponto de vista pessoal, Miguel Real é um ser humano absolutamente magnífico: amigo, leal, disponível, afável, extremamente humilde e generoso, coerente (há correspondência entre o que diz e escreve e a forma como opera), de bem com a vida; enfim, é um prazer e um privilégio privar com a pessoa, **tão bondosa quanto erudita**, que anima a figura deste Cultor das Letras, deste convicto Humanista<sup>46</sup>.

Quem o conhece pessoalmente sabe perfeitamente que o presente retrato poderá pecar por defeito, mas nunca por excesso.

## 2. Introdução à leitura da obra *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*

E eis que em 2017 dá à estampa *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, obra apresentada pela primeira vez na Universidade da Beira Interior, Covilhã, a 6 de abril do mesmo ano, tendo sido o texto daí resultante poste-

<sup>46</sup>Palavras usadas pela autora destas linhas aquando da apresentação do livro *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier, “Para uma Leitura de *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa de Miguel Real*”, in *Revista Triplo V, Série Gótica*, Primavera de 2019, disponível em <https://triplov.com/revista/Triplov/category/paginainicial/atores/carla-sofia-gomes-xavier-luis/>, acedido a 1-12-2018).



riormente publicado na *Revista Triplo V*<sup>47</sup>. Com efeito, o grosso das ideias gerais em torno desta obra aqui reproduzidas são resultantes de excertos dessa mesma exposição realizada.

Ao que o próprio especialista, com a humildade socrática que lhe é tão característica, concebe “como um panorama sintético ou como uma delimitação geral de traços fundamentais da cultura portuguesa”<sup>48</sup>, sendo necessário, para que a sua função se cumpra, perspectivá-la “como uma porta de entrada para a problematização mais aprofundada da história e cultura do povo português”<sup>49</sup>, o prefaciador José Eduardo Franco entende como “a mais importante súpula daquilo que caracteriza e distingue a nossa cultura desde que, em 1946, foi publicada a obra marcante de António José Saraiva: *Para a História da Cultura em Portugal*”<sup>50</sup>.

Renato Epifânio é inclusivamente da opinião de que no conjunto das sete obras, *Portugal. Ser e Representação* (1998), *A morte de Portugal* (2007), *O pensamento português contemporâneo 1890-2010* (2011), *Introdução à cultura portuguesa* (2011), *A vocação histórica de Portugal* (2012), *Portugal, um país parado a meio do caminho* (2015) e *Traços fundamentais da cultura portuguesa* (2017), Miguel Real tem vindo a apresentar “uma visão cada vez mais sólida sobre a nossa situação histórico-cultural”<sup>51</sup>. Também Guilherme d’Oliveira Martins, concebendo esta última obra como “um belíssimo repositório de reflexões”, uma síntese dos traços fundamentais de “uma cultura plena de diferenças e contradições”, de um Portugal que é “um cadinho de múltiplas influências”, que é um “*melting pot*” (onde brota uma “tensão entre

<sup>47</sup>LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier, “Para uma Leitura de Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa de Miguel Real”, *Revista Triplo V, Série Gótica*, Primavera de 2019, disponível em <https://triplov.com/revistaTriplov/category/paginainicial/autores/carla-sofia-gomes-xavier-luis/> (acedido a 1-12-2018); Página do *Colóquio Internacional – Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura* (7 e 8 de novembro de 2018), [www.labcom-ifp.ubi.pt/miguelrealcoloquio/](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/miguelrealcoloquio/) ou <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/>.

<sup>48</sup>REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 20.

<sup>49</sup>*Idem, ibidem*, p. 20.

<sup>50</sup>FRANCO, José Eduardo, “Prefácio”, in REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, badana.

<sup>51</sup>EPIFÂNIO, Renato, “A Via Lusófona”, Publicada por Nova Águia às MILhafre: um olhar lusófono sobre o mundo [www.novaaguia.blogspot.com](http://www.novaaguia.blogspot.com), 6/22/2017. EPIFÂNIO, Renato, “A Via Lusófona”, Recensão Crítica à obra *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, de Miguel Real, Publicada por Nova Águia às MILhafre: um olhar lusófono sobre o mundo a 6/22/2017 02:31:00 da tarde, disponível em <http://mil-hafre.blogspot.pt/> (acedido a 22-06-2017).



o que se mantém e o que muda, entre os que ficam, os que partem e os que chegam”), explica que vem “na linha de um percurso sério e persistente, de análise e estudo, que o autor vem seguindo”<sup>52</sup>.

Na opinião de António Ganhão,

Miguel Real deixa-nos aqui uma obra fundamental que nos permite conhecer o pensamento português, escrutinador da nossa identidade e da nossa vocação de país situado no extremo da Europa, e deixa-nos as ferramentas com que podemos dissecar o nosso tempo [...]. Sempre estimulante, o autor cultivava um olhar irrequieto sobre a nossa história numa escrita acessível, bem documentada e abrangente das diversas correntes do pensamento português. Uma obra de leitura indispensável<sup>53</sup>.

De facto, o volume em foco, riquíssimo e original, como, de resto, muitos outros elaborados pelo mesmo ensaísta, será doravante uma referência bibliográfica incontornável no âmbito dos estudos de cultura portuguesa. O epíteto “incontornável” agora usado para caracterizar o valor deste trabalho não é de todo excessivo, nem, diga-se em abono da verdade, inédito. Veja-se o que o especialista João Seabra Botelho escreveu, na *Revista de Filosofia Portuguesa Leonardo*, a propósito de um outro título, desta feita, *A Morte de Portugal*:

com a sua visão exterior e sintetizante, com a enorme densidade de autores que não só menciona, como diagnostica e situa no fluxo dos acontecimentos históricos, este livro poderá ser, para a futura população universitária estudiosa da Cultura Portuguesa o que a Estação do Entroncamento era para o caminho-de-ferro Português. Todos terão de passar por lá! E, naturalmente, quantos mais lá forem passando, mais passarão<sup>54</sup>.

<sup>52</sup>MARTINS, Guilherme d’Oliveira, “Portugal em Traços Fundamentais”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 21 de junho a 4 de julho de 2017, p. 24, para as seis citações.

<sup>53</sup>GANHÃO, António, “Recensão Crítica e *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*”, disponível em <https://acriticoblog.wordpress.com/2017/06/24/tracos-fundamentais-da-cultura-portuguesa-miguel-real/> (acedido a 20-06-2017).

<sup>54</sup>BOTELHO, João Seabra, “*A Morte de Portugal*, de Miguel Real”, *Leonardo, Revista de Filosofia Portuguesa*, 2008, p. 1 (pp. 1-5), disponível em [www.ofilosofo.com/mortedeportugal-mreal.htm](http://www.ofilosofo.com/mortedeportugal-mreal.htm) (acedido a 18-06-2015).





Somos da opinião de que o mesmo sucederá com a obra que agora muito brevemente abordamos. Em *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, entre muitos outros traços, Miguel Real deixa-nos certas marcas caracterológicas da cultura portuguesa, que nos auxiliam no complexo e, diríamos mesmo, interminável exercício de perscrutação identitária, robustecidos pela miríade de autores que traz à colação, que estuda, que contextualiza no curso dos acontecimentos históricos, recuando, como tem por hábito fazer, aos séculos XV e XVI, com o intuito de melhor compreender a origem de determinados fenómenos<sup>55</sup>. Nesta obra, abordando a Cultura portuguesa num sentido “amplíssimo”<sup>56</sup>, Miguel Real repassa, sem qualquer renitência, as “visões míticas, providencialistas e messiânicas”<sup>57</sup>, não excluindo, igualmente, “as teses positivistas, racionalistas, modernistas e pós-modernistas”<sup>58</sup>, explicando que de todas elas nos procura deixar um “traço”<sup>59</sup>. Nas suas próprias palavras:

do sebastianismo à saudade, dos «estrangeirados» ao casticismo rural conservador do Estado Novo, do empírico-racionalismo de Onésimo T. Almeida ao vanguardismo comunicacional de Moisés Lemos Martins, do «irrealismo prodigioso» de Eduardo Lourenço ao carácter dúplice de «ser e não ser» dos portugueses de António José Saraiva, do «marra-nismo» criptojudáico integrado no ser nacional à pós-modernidade de José Bragança de Miranda e António Pinto Ribeiro, do saudosismo de Teixeira de Pascoaes à cultura de fronteira de Boaventura de Sousa Santos, do lirismo enfatizado por inúmeros autores (João Gaspar Simões, Jorge Dias, Francisco da Cunha Leão, Jacinto do Prado Coelho...) às propriedades de capatazia e miscigenação atribuídas por Agostinho da Silva aos portugueses, bem como a profunda revolução operada por José Eduardo Franco na hermenêutica da cultura portuguesa nos dois últimos séculos por via da reabilitação da Ordem de Jesus, até ao final do século XX considerada a sua vertente mais negativa<sup>60</sup>.

<sup>55</sup>Cf. o caso da “cultura canibalista” (REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* 2017, pp. 229 e ss).

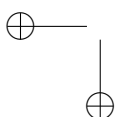
<sup>56</sup>*Idem, ibidem*, p. 20.

<sup>57</sup>*Idem, ibidem*, p. 20.

<sup>58</sup>*Idem, ibidem*, p. 20.

<sup>59</sup>*Idem, ibidem*, p. 20.

<sup>60</sup>*Idem, ibidem*, p. 20.



Entendendo que a busca incessante de um “conceito absoluto, transcendente, exclusivo, excepcional e extraordinário”<sup>61</sup>, totalmente esclarecedor sobre o que é a “identidade nacional”<sup>62</sup> ou o “homem português”<sup>63</sup>, tem constituído um dos maiores erros cometidos pelos teóricos da cultura portuguesa, explica que, em sua opinião, a cultura:

[...] consiste no cruzamento sintético de todas as experiências individuais da comunidade, na memorização social dos momentos mais importantes da vida colectiva, que perfizeram o sangue trágico e o êxtase jubiloso da nação, operaram a mestiçagem do novo e do velho, criando complexos comportamentais diferentes, cristalizada numa memória transfigurada em forma estética como monumento intemporal obediente às regras convencionais de cada género literário, forma de arte e hábitos comportamentais<sup>64</sup>.

Note-se que este conceito plurivalente de cultura, além de outras interpretações e leituras naturais, transporta-nos imediatamente para as ligações históricas e culturais entre Portugal e, como é óbvio, a Europa, mas também entre Portugal e o Mundo Lusófono. Refira-se, a título de curiosidade, que a Lusofonia tem merecido especial atenção por parte do ensaísta em estudo, em diversos escritos, entrevistas, etc., sendo o corolário do seu pensamento em torno destas matérias, por assim dizer, *A Vocação Histórica de Portugal*<sup>65</sup>, obra que, entre muitas outras, analisamos no já citado capítulo “Língua Portuguesa e Lusofonia em Miguel Real”<sup>66</sup>.

Deixando bem claro que a “criação da Cultura passa pela História”<sup>67</sup>, mas não se esgota nela, Miguel Real elenca cinco constantes históricas que são ge-

<sup>61</sup> *Idem, ibidem*, p. 23.

<sup>62</sup> *Idem, ibidem*, p. 23.

<sup>63</sup> *Idem, ibidem*, p. 23.

<sup>64</sup> *Idem, ibidem*, p. 97.

<sup>65</sup> *Idem, A Vocação Histórica de Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2012.

<sup>66</sup> LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier, “Língua Portuguesa e Lusofonia em Miguel Real”, in Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório (org.), *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*, Lisboa, Edições Colibri e Universidade da Beira Interior, com o apoio da Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras, Instituto Politécnico de Macau, Universidade de Toronto, Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, 2016, pp. 47-82.

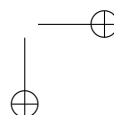
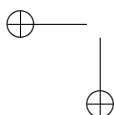
<sup>67</sup> REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 97.





radoras das constantes culturais. Principia este exercício convocando, desde logo, a questão do imobilismo e profunda desigualdade social que se tem perpetuado ao longo dos tempos<sup>68</sup>. A este propósito refere que a estrutura social se apresenta imutável, “desde a segunda metade do século XVI”, o que se traduz numa “base social e psicológica de sentimentos permanentes como a soberba, a altivez, a ostentação e a vaidade entre os grupos sociais superiores”, desembocando num fundo “desprezo das elites políticas, económicas e religiosas” pelas “populações, consideradas rústicas e serviçais, destinadas permanentemente à superstição e desprovidas de educação e cultura”. Aos dois pontos anteriores, há que somar um terceiro que remonta à crença imperial de D. João II e de D. Manuel na “construção do Império como desígnio divino”, onde radicará a dualidade comportamental, exaltação/desvalorização das virtudes, tão tipicamente nacional, que impregnou na totalidade a cultura política do século XVI. Reportando-se já aos tempos subsequentes ao século XVII, num quarto ponto, Miguel Real refere a sistemática “mimetização das elites políticas e sociais e das elites intelectuais face às suas homónimas de países europeus (França e Inglaterra)” e a “subordinação acéfala aos ditames ideológicos da Igreja de Roma”, que tem conduzido as mentalidades, ainda hoje espelhada no culto mariano em Portugal, sendo Fátima visitada, anualmente, por cinco milhões de Portugueses. Daqui resultará, na sua opinião, uma “espiritualidade lírica, comunitária, disponível para a crença em mila-

<sup>68</sup>Note-se que Miguel Real havia já abordado esta questão em muitas outras ocasiões, de onde destacamos a sua colaboração na entrevista “Podemos agora ser um país normal?”, realizada por Paulo Moura aos sete pensadores portugueses José Manuel Sobral, José Adelino Maltez, Miguel Real, Guilherme d’Oliveira Martins, Paulo Borges, José Gil e Eduardo Lourenço. Neste local, o intelectual em destaque refere que somos um “país profundamente desequilibrado, sem uma classe média duradoura”. E continua explicando que, desde o século XVI, não é possível, para a maioria dos portugueses, fazer algo para mudar o seu destino, o que conduz a uma falta de “mobilidade social” e a uma “sociedade empedernida, injusta, claustrofóbica”, onde as elites tendem a manter-se “nas suas posições de privilégio. E governam para si próprias”. Fazendo ainda notar que tal não acontece nos países europeus mais desenvolvidos, traz à colação os exemplos da Inglaterra, que apresenta mobilidade social desde o século XVIII, e da França, que tem mobilidade social desde sempre, ou pelo menos desde 1789” (REAL, Miguel, in Paulo Moura, “Podemos agora ser um país normal?” (conversas com sete pensadores portugueses: José Manuel Sobral, José Adelino Maltez, Miguel Real, Guilherme d’Oliveira Martins, Paulo Borges, José Gil e Eduardo Lourenço), *Público*, 18 de maio de 2014, disponível em <http://www.publico.pt/portugal/noticia/podemos-agora-ser-um-pais-normal-1636200> (acedido a 01-07-2015).



gres”. Ainda num último ponto, Miguel Real dedica a sua atenção ao importante “fenómeno de emigração das populações pobres” como a única forma de fugirem à indiferença demonstrada pela “elite nacional”<sup>69</sup>.

Concluindo que todos estes aspetos, “e seu desenvolvimento histórico e conceptual”, contribuem para alimentar o problema da “questão da <identidade> portuguesa”<sup>70</sup>, é da opinião de que Eduardo Lourenço a resumiu lapidarmente, postulando que em Portugal se sofre de uma “hiper-identidade”, não de falta de identidade, mas do seu excesso, gerando o “irrealismo prodigioso dos portugueses” (*Labirinto da Saudade*, 1978), tão bem caracterizado por Boaventura de Sousa Santos em *Pela Mão de Alice* (1994)<sup>71</sup>. E não deixa de trazer à colação o contributo de Onésimo Teotónio Almeida que se opõe a discursos deterministas ou “essencialistas”, entendendo que “a cultura de um país é-o no sendo, no processo de ser”<sup>72</sup>.

Ao longo do ensaio em destaque, perante a identificação do problema concreto, o sentimento de “incompletude ontológica”, espécie de “vazio histórico”, de uma “lúcida e febril consciência de que algo falhou em nós, nasceu um «desacerto» [...]”<sup>73</sup>, fomentador dos “quatro complexos comportamentais”<sup>74</sup>, enunciados no subcapítulo “Síntese das quatro constantes culturais”<sup>75</sup>, onde assenta a tese de que Portugal é “um país suspenso no tempo”<sup>76</sup>, Miguel Real aponta uma potencial solução, um potencial caminho a seguir, centrado no cumprimento, na perfeição, de três desideratos, a saber: “o aprofundamento da integração europeia a todos os níveis”, “o aprofundamento da integração lusófona a todos os níveis” e “o aprofundamento da integração na globalização informática”<sup>77</sup>.

<sup>69</sup>REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, pp. 98-100, para as dez últimas citações.

<sup>70</sup>*Idem, ibidem*, p. 100.

<sup>71</sup>Cf. *Idem, ibidem*, pp. 98-100.

<sup>72</sup>ALMEIDA, Onésimo Teotónio, in REAL, *ibidem*, p. 100.

<sup>73</sup>REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 29.

<sup>74</sup>Note-se que já n’*A Morte de Portugal*, sob a designação de “quatro *complexos culturais*”, Miguel Real havia avançado esta leitura (pp. 12-16), que, de resto, fora tratada no artigo da autoria de Carla Sofia Gomes Xavier Luís, “Miguel Real e o seu retrato de Portugal: de onde vivimos, o que somos e para onde vamos”, pp. 193-195.

<sup>75</sup>REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, pp. 95 e ss.

<sup>76</sup>*Idem, ibidem*, pp. 23 e ss.

<sup>77</sup>*Idem, ibidem*, p. 130, para as três últimas citações.



Elencados, muito rapidamente, alguns aspetos que consideramos importantes para a leitura da obra em destaque, focalizamos doravante a nossa atenção nesta importante fatia da nossa história, imprescindível para a reconstituição do mosaico identitário português e para o tal conceito alargado, ambivalente de cultura portuguesa. Reportamo-nos concretamente à reconhecida expressão que a cultura judaica congrega no âmbito da cultura portuguesa. Como tal, este assunto não passou despercebido ao olhar atento de Miguel Real. Assim, esta temática é cotejada concretamente no ponto 2.1.4. da obra em apreço, intitulado “**Cultura de fronteira – o desejo do Outro**”<sup>78</sup>, do citado ensaio, ponto esse que passamos no próximo apartado a observar.

### 3. Os judeus na obra ensaística *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*

Concluída esta breve introdução à obra, começamos por esclarecer muito rapidamente alguns conceitos que serão aludidos ao longo da nossa exposição subsequente, tais como, “sefardita”, termo usado para nos reportarmos aos descendentes de judeus, originários de Portugal e de Espanha; “criptojudaísmo” que diz respeito à prática da religião judaica perfilhada em segredo; ou ainda as designações não consensuais de “marranismo” ou de “cultura marrana”. A este respeito, Miguel Real explica que “marrano”, na linguagem popular, assume o “sentido pejorativo de «porco»”<sup>79</sup>, não obstante, na linguagem hebraica é entendido como “aquilo que «parece»”<sup>80</sup>, o que “é só «para ser visto»”<sup>81</sup>. De facto, esta última aceção, remete, desde logo, para a dupla vivência, para a divisão do Homem entre o culto judaico e o culto católico, no primeiro caso, por condição, no segundo, por necessidade, desenhando-se a sua matriz nesta estranha mentalidade oculta do desejo de *ser* sem que possa abertamente *ser*, buscando um lugar (mental e físico) onde verdadeira e abertamente possa assumir o que é. “Marrano” seria, assim, sinónimo de “máscara social”<sup>82</sup>, de duplicidade, uma vez que, por necessidade, não se pode ser o que efetivamente se é.

<sup>78</sup> *Idem, ibidem*, pp. 175-189.

<sup>79</sup> *Idem, ibidem*, p. 184.

<sup>80</sup> *Idem, ibidem*, p. 184.

<sup>81</sup> *Idem, ibidem*, p. 184.

<sup>82</sup> *Idem, ibidem*, p. 184.



No âmbito do conceito de “marranismo”, à dimensão historiográfica de Jorge Martins, assente na ideia da tendência do povo marrano a desenvolver “uma identidade, não apenas múltipla e miscigenada, mas *difusa* e sempre dominada por uma angustiante duplicidade”<sup>83</sup>, Miguel Real acrescenta a dimensão filosófica de Pedro Martins, entendendo que este último, no seguimento de Teixeira Mendes, concebe-o “como um dos mais importantes vínculos da identidade histórica nacional, ou seja, a teoria de que a essência da cultura portuguesa residiria num espírito de simultânea inquietação e transgressão, de recalçamento do desejo de ser e de falsa afirmação do que aparentemente se é”<sup>84</sup>.

Feito, muito brevemente, este esclarecimento terminológico prévio e de olhos postos no conceito lato de “marranismo” proposto pelo ensaísta em estudo, que acolhe as dimensões historiográfica e filosófica, tomamos como ponto de partida para o pequeno périplo anunciado um sugestivo artigo, da autoria de Miguel Real, intitulado “A Diáspora Sefardita, o Marranismo e a Identidade Cultural Portuguesa”, publicado na *Nova Águia, Revista de Cultura Portuguesa para o Século XXI*. Note-se que as ideias propostas neste artigo têm continuidade e expressão concretamente na segunda parte do já mencionado ponto “**Cultura de fronteira – o desejo do Outro**”, de *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Com efeito, em ambos os casos o especialista em estudo celebra a aprovação, a 26 de fevereiro de 2015, em Conselho de Ministros, do decreto-lei “regulamentador da concessão de nacionalidade portuguesa a descendentes da comunidade judaica sefardita expulsa”<sup>85</sup>, que, fruto “da mentalidade tolerante portuguesa” do último trimestre do século XX, vem pôr fim ao “longo divórcio cultural entre a consciência católica e o pensamento humanista portugueses”<sup>86</sup>. Concebendo-o como um dos “mais repugnantes erros históricos das instituições eclesiais”<sup>87</sup> e “um autêntico pecado civilizacional”<sup>88</sup>, cometido por Portugal, que fora, nos séculos X e XVI,

<sup>83</sup> *Idem, ibidem*, p. 188.

<sup>84</sup> *Idem, ibidem*, p. 188.

<sup>85</sup> *Idem*, “A Diáspora Sefardita, o Marranismo e a Identidade Cultural Portuguesa”, *Nova Águia*, n.º 17, *Revista de Cultura Portuguesa para o Século XXI, A Importância das Diásporas para a Lusofonia*, 3.º Congresso da Cidadania Lusófona, Sintra, Nova Águia & Zéfiro, 2016, p. 21 e REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 182.

<sup>86</sup> *Idem, ibidem*, p. 21 e *idem, ibidem*, p. 182, para as duas citações.

<sup>87</sup> *Idem*, “A Diáspora Sefardita, o Marranismo e a Identidade Cultural Portuguesa”, p. 21.

<sup>88</sup> *Idem, Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 182.

na Europa<sup>89</sup>, um dos instrumentos de perseguição dos judeus mais pujantes, eis que cinco séculos depois da expulsão dos judeus de Portugal, sob a ordem do rei D. Manuel, vem-se a corrigir, uma vez que os descendentes dos judeus têm agora a possibilidade de obter a nacionalidade portuguesa<sup>90</sup>.

Num tom crítico e com certa dose de humor, explica que, ironia do destino, a sermos providencialistas, como “«penitência» histórica”<sup>91</sup>, uma quota parte da tendência à bipolaridade do espírito marrano contagiou a “concepção portuguesa de identidade nacional”<sup>92</sup>. Em *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, destaca inclusivamente uma nova teoria, a do “marranismo”<sup>93</sup>, defendida, já neste século, também por Alexandre Teixeira Mendes e Pedro Martins, orientada para a duplicidade expressiva ou a dicotomia de espírito do povo português, “ser um e ser outro ao mesmo tempo”<sup>94</sup>, que oscila entre a exaltação e a depressão e que deriva da sua relação íntima com o povo judaico; inicialmente, através de um acolhimento benéfico durante a Idade Média, mais tarde, já com D. Manuel I, no final do século XV, início do XVI, tendo por base uma relação assente na “violência sobre as populações judaicas de Portugal e a imposição da sua conversão” forçada ao cristianismo<sup>95</sup>. Enfim, como inexoráveis herdeiros destes desígnios, vemo-nos não raro repartidos entre “a grandiloquência camoniana e vieirina”<sup>96</sup>, segundo a qual somos um povo especial, um dos povos eleitos de Deus, e a necessidade recorrente que nos invade “de auto-flagelação ou auto-humilhação”<sup>97</sup>, na medida em que “somos humildes e estóicos como Viriato”<sup>98</sup>, todavia, não temos “ciência e

<sup>89</sup> *Idem, ibidem*, p. 182.

<sup>90</sup> Como Miguel Real explica, e “Segundo anuncia o *Diário de Notícias* de 15 de Agosto de 2015, em artigo de Sérgio Pires, a comunidade sefardita expulsa de Espanha e Portugal em 1492 e 1497 seria constituída hoje por cerca de 3,5 milhões de descendentes e, de imediato, 900 destes teriam manifestado o desejo de obter nacionalidade portuguesa” (REAL, Miguel, “A Diáspora Sefardita, o Marranismo e a Identidade Cultural Portuguesa”, p. 21).

<sup>91</sup> REAL, Miguel, “A Diáspora Sefardita, o Marranismo e a Identidade Cultural Portuguesa”, p. 21 e REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 182.

<sup>92</sup> *Idem*, “A Diáspora Sefardita, o Marranismo e a Identidade Cultural Portuguesa”, p. 21 e REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 182.

<sup>93</sup> REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 181.

<sup>94</sup> *Idem, ibidem*, p. 182.

<sup>95</sup> *Idem, ibidem*, p. 182.

<sup>96</sup> *Idem, ibidem*, p. 182.

<sup>97</sup> *Idem, ibidem*, p. 182.

<sup>98</sup> *Idem, ibidem*, p. 182.

conhecimento”, como defenderia o Marquês de Pombal”<sup>99</sup>, o que gera entre nós uma inevitabilidade de purgar, de purificar o espírito que nos conduz ao complexo canibalista, “pelo qual nos perseguidos mutuamente e invejamos as vitórias ou sucessos alheios”<sup>100</sup>.

A tendência velada das comunidades criptojudaicais, crentes no messias prometido e seu futuro advento, a acarinhar uma espécie de “messianismo oculto”, e que António José Saraiva caracterizou como sendo uma “cultura ambígua ou ambivalente do «ser» e «não ser» nos seus estudos sobre a cultura em Portugal ou do desejo do Outro”<sup>101</sup>, alastra-se a uma destacada faceta da “cultura portuguesa que anima as obras de António Vieira, Sampaio Bruno, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva”<sup>102</sup>, encontrando expressividade na obra de Miguel Real quer na ensaística, através, por exemplo, do ensaio *A Cultura Portuguesa e Agostinho da Silva*<sup>103</sup>, quer na ficcional, designadamente n’ *O Sal da Terra*.

Eis que a título de ratificação cultural deste feito dicotómico, por assim dizer, Miguel Real, citando de antemão a obra *O Judaísmo em Belmonte no Tempo da Inquisição*, da autoria de Jorge Martins, traz, em *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, à colação uma interessante descoberta histórica do século XX: a manutenção de comunidades judaicais secretas que, receosas de represálias e de perseguições, escondiam a sua verdadeira religião, a sua identidade étnico-cultural, sobrevivendo, como nos elucida, “a partir de uma dupla existência: uma vida social católica, mas sem fé cristã, e uma vida oculta judaica, mas sem expressão social”<sup>104</sup>.

<sup>99</sup> *Idem, ibidem*, pp. 182-183, para as duas citações.

<sup>100</sup> *Idem*, “A Diáspora Sefardita, o Marranismo e a Identidade Cultural Portuguesa”, p. 21.

<sup>101</sup> *Idem, Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 185, para as duas últimas citações.

<sup>102</sup> *Idem*, “A Diáspora Sefardita, o Marranismo e a Identidade Cultural Portuguesa”, p. 21.

<sup>103</sup> *Idem, Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa*, Lisboa, Quidnovi, 2007.

<sup>104</sup> *Idem, Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 188.

Explicando-nos os objetivos e a metodologia seguidos neste apartado, trazendo à colação quer a história desta descoberta quer a opinião de vários autores que percecionam a ligação umbilical entre “este facto oculto e as determinações da identidade portuguesa”<sup>105</sup>, começa por destacar a publicação intitulada *Os Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*, da autoria de um judeu polaco, engenheiro de minas a trabalhar em Portugal, de seu nome Samuel Schwarz. Com efeito, em 1925, reflexo do seu contacto com a comunidade judaica de Belmonte, desde 1917, dá a saber aos quatro cantos do mundo a existência, nas vilas serranas isoladas das Beiras, de judeus ocultos, omissos, mascarados de católicos. Retratando um Portugal incapaz de compreender este fenómeno, fica clara a necessidade do secretismo e o cuidado na manutenção de comunidades judaicas “coesas, dotadas de rituais próprios, que tinham mantido a sua crença oculta ao longo de cerca de 400 anos”<sup>106</sup> e que se alastravam a inúmeras comunidades das Beiras e de Trás-os-Montes.

Miguel Real continua o seu exercício, explicando que volvidos 400 anos desde a conversão instruída por D. Manuel, 150 desde a distinção entre cristão-velho e cristão-novo e 100 desde a instalação do Liberalismo, e com ele um regime de liberdade de expressão que possibilitou o retorno das famílias judaicas exiladas, bem como a abertura livre de sinagogas em Portugal<sup>107</sup>, eis que Samuel Schwarz descobre “nas vilas serranas isoladas das Beiras”, mormente em Belmonte, “pequenas comunidades descendentes de judeus”, que se desconheciam e que, além da língua portuguesa, mantinham-se fiéis a uma “língua constituída por elementos derivados da língua hebraica”<sup>108</sup>. Naturalmente, o secretismo meticulosamente cultivado leva à “vida dupla” dos seus seguidores que optam pela “aparência social e profissional como católica”<sup>109</sup>, mas no seu âmago, no seu coração, continuam judeus, perfilhando os seus hábitos, costumes, bem como práticas litúrgicas. Enfim, como destaca Real, referindo Samuel, “«Continuando a celebrar [em segredo] as principais festas israelitas, como o Sabat, o Kipur e a Páscoa» (p. 42), cada membro da

<sup>105</sup> *Idem, ibidem*, p. 183.

<sup>106</sup> *Idem, ibidem*, p. 183.

<sup>107</sup> *Idem, ibidem*, pp. 183-184.

<sup>108</sup> *Idem, ibidem*, p. 184, para as três últimas citações.

<sup>109</sup> *Idem, ibidem*, p. 183, para as duas últimas citações.

comunidade é, no entanto, baptizado oficialmente pela igreja católica e pratica os diversos sacramentos cristãos, como o casamento e a eucaristia”<sup>110</sup>.

Outro aspeto destacado por Samuel Schwarz que não poderia passar despercebido aos olhos de Miguel Real, até pela sensibilidade que sempre revela para com a figura feminina, prende-se com a importância do papel da mulher no seio destas comunidades. Afinal, são elas as principais “guardiãs” da tradição religiosa e cultural que recupera e revela um modo de ser que fora supostamente erradicado do cenário da cultura portuguesa desde o século XVI, sendo que se tratava de uma tradição desafiadora do catolicismo “tridentino da Contra-Reforma e a apologética jesuíta e dominicana, vertentes fundamentais da moderna cultura erudita portuguesa”<sup>111</sup>.

Ademais, no capítulo do apoio concedido aos judeus para o conhecimento das suas tradições, da língua hebraica, enfim, o auxílio aos protagonistas e estudiosos em torno do marranismo, Miguel Real salienta, como não podia deixar de ser, a importância notável de *Artur Barros Basto* (1887-1961). Com efeito, explica-nos que, lutando pela defesa dos seus costumes, insurgindo-se contra a ignorância e a incultura, este “Apóstolo dos Marranos”, assim apelidado por Elvira de Azevedo Mea e Inácio Steinhard<sup>112</sup>, congrega os epítetos de republicano, militar, mação e hebraísta (professor da Faculdade de Letras do Porto). Convertido ao judaísmo em Tânger, onde adotou o nome de Abraão Israel Ben-Rosh, é o criador/o Pai da “Obra do Resgate”<sup>113</sup> e um dos fundadores da nova sinagoga do Porto (1923). O ensaísta em estudo também nos elucida sobre os esforços movidos por Artur Barros Basto para trazer à luz e congregar à volta do judaísmo as comunidades marranas residentes nas Beiras e em Trás-os-Montes, “visitando-as continuamente e trazendo para o Porto, para o Instituto Israelita, alguns dos seus membros mais proeminentes, a fim de estudarem (ou de se actualizarem ao nível das) língua hebraica e crença judaica”<sup>114</sup>, deixando, assim, de lado, a necessidade de ocultarem a sua fé e, por conseguinte, de viverem escondidos.

Mas Miguel Real não deixa de nos dar conta de que este movimento de cariz social e religioso, e seu preconizador, encontrou, sem surpresa, vários

<sup>110</sup>SAMUEL in REAL, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 183.

<sup>111</sup>REAL, Miguel, *ibidem*, p. 185.

<sup>112</sup>Cf. *Idem, ibidem*, p. 186.

<sup>113</sup>*Idem, ibidem*, p. 185.

<sup>114</sup>*Idem, ibidem*, p. 185.



opositores, desde as estruturas eclesiais católicas das comunidades emergentes e as instituições oficiais do Estado (sendo destituído do quadro permanente de oficiais das Forças Armadas e reintegrado no quadro sem funções definidas e vencimento reduzido), até ao “clericalismo católico”, que, de qualquer forma, passa a ser menos perigoso, posto que deixa de ter “garras para acender fogueiras”<sup>115</sup>. A própria comunidade judaica de Lisboa, que se sente ultrapassada pela do Porto, é referida pelo estudioso em análise como um dos inúmeros obstáculos. A este respeito, Miguel Real destaca *A Miragem Marrana: a Comunidade Israelita de Lisboa*, da autoria de Alexandre Teixeira Mendes, onde fica patente que o apelidado “judeu oficial” encarou os marranos como inimigos potenciais, alimentando as designações de “judeus de primeira e de segunda”<sup>116</sup>, que espelhavam essa mesma discriminação.

Atento a trabalhos mais recentes, Miguel Real destaca a pertinente constatação de António Carlos Carvalho, proferida por ocasião do Congresso sobre o Espírito Santo, em 2016. Segundo o ensaísta, este investigador explica que, perante a impossibilidade de os judeus promoverem os rituais próprios das sete principais festas de fundamentação bíblica, acabaram por acarinhar o Pentecostes, a festa do Espírito Santo, que, não obstante, apresentava um significado diferente para os designados cristãos-novos e cristãos-velhos.

Finalmente, Miguel Real conclui que a crónica predisposição e até necessidade do povo lusíada para a viagem (desde os Descobrimentos, até à emigração), encontra a sua “matriz nómada” precisamente nesta forma oculta de ser e não ser, procurando, indefinidamente, um local onde possa assumir, afirmar o que é verdadeiramente, opinando inclusive que daqui advém o sentimento de saudade, traço tão caro à cultura portuguesa, “ou o desejo de uma existência em que e onde se possa ser em plenitude”<sup>117</sup>. E termina, explicando que “«a tensa cisão dilacerante» (p. 46)” típica do marranismo é, ainda que veladamente, acarinhada por Agostinho da Silva, personalidade a quem, como já se disse, dedica um livro, e perfilhada por António Telmo, assumindo-a “em plenitude, considerando-a como a trave-mestra da cultura portuguesa no século XX (p. 48), a sua linha axial desde Sampaio Bruno e Teixeira de Pascoaes a António Quadros”<sup>118</sup>.

<sup>115</sup> *Idem, ibidem*, p. 186, para as duas últimas citações.

<sup>116</sup> MENDES, Teixeira, in REAL, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 186.

<sup>117</sup> REAL, Miguel, *ibidem*, p. 188, para as duas últimas citações.

<sup>118</sup> *Idem, ibidem*, p. 189.

Em suma, muito sumariamente, estes são alguns tópicos focados por Miguel Real na obra em estudo a propósito da temática em apreço que achamos por bem destacar. A título de breve ilustração de alguns nomes e obras importantes que Miguel Real teve o cuidado de referir, partilharmos estas imagens colhidas precisamente no *Museu Judaico de Belmonte*, a 9 de abril de 2017, onde tivemos a oportunidade de recordar alguns aspetos emblemáticos atinentes à vida cultural das comunidades judaicas.

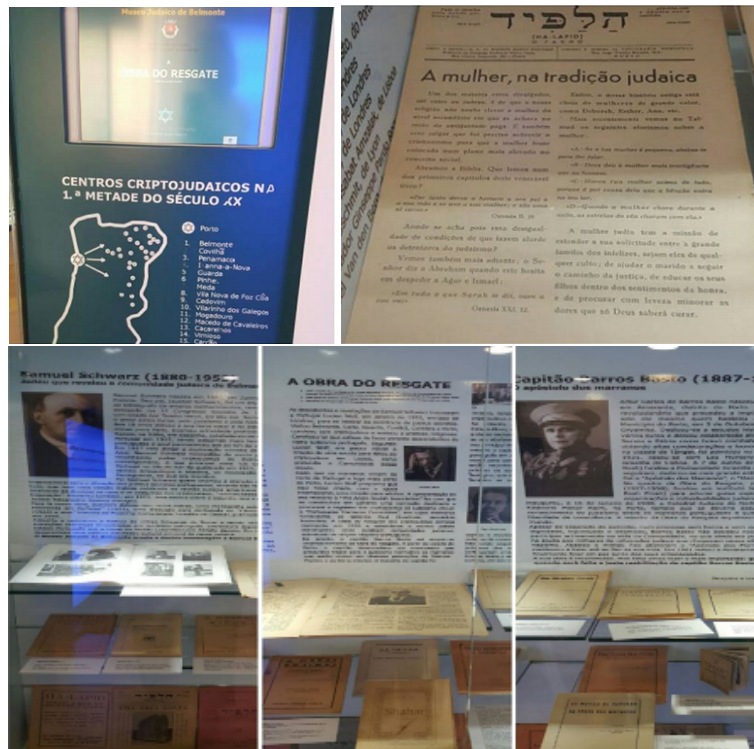


Fig. 5. Fotografias, da nossa autoria, recolhidas no Museu judaico de Belmonte, a 9 de abril de 2017.



#### 4. Os Judeus na obra ficcional de Miguel Real: os casos de *Memórias de Branca Dias* (2003), *A Voz da Terra* (2005), *O Sal da Terra* (2008) e *A Guerra dos Mascates* (2011)

Como já tivemos oportunidade de frisar, não é só na obra ensaística que emergem temáticas relacionadas com o povo judeu; também na obra ficcional encontramos vários momentos que nos dão conta, entre outros aspetos, da sua forma peculiar de vida, do comprometimento com as suas raízes, do forte carácter que os enforma, das lutas travadas, das perseguições sofridas, etc.

Com efeito, ao longo deste curtíssimo exercício que nos propomos realizar, destacamos certas personagens de ascendência judaica extremamente interessantes, que, *grosso modo*, apresentam caracteres resistentes, que lutam pelos seus ideais e não desistem facilmente perante a adversidade. Dão, por conseguinte, corpo a protagonistas fortes, com bom carácter, prestáveis, recaiando o epíteto de expoente máximo destas figuras na personagem da lendária matriarca Branca Dias, que deixa uma marca inexorável para as gerações vindouras. A título de exemplo desta força inabalável e inexorável, convocamos a figura de Violante Dias, sua trisneta, que no leito da morte dirige os derradeiros pensamentos à sua ascendente Branca Dias, figura mítica. Violante Dias constitui igualmente uma personagem exemplar na manutenção dos rituais judaicos, cujo padecimento prematuro, à mão dos “tupinambás”<sup>119</sup>, vai desencadear a passagem de testemunho também para uma outra personagem feminina, a sua prima homónima Violante Dias. Esta última figura judia, conjuntamente com os seus filhos, personifica excelentemente as perseguições, as injustiças operadas contra os judeus, mas, em jeito de mensagem de esperança, de continuidade, acaba por ter um final feliz ao lado de Julinho. O anel, símbolo da continuidade da cultura judaica, fica bem entregue e com garantias de perdurar e de fazer perpetuar o que ele representa. Mencionamos ainda, muito rapidamente, Francisco Mendes e Sara, que passaram também pelas injustiças e horrores da perseguição, mantendo-se fiéis, em segredo, aos seus ideais. Não obstante, há ainda espaço a personagens, por assim dizer, mais pobres de espírito, como é o caso de Diogo Fernandes, que facilmente se entrega aos pecados da luxúria e da avareza, e de João de Crasto, que nega de uma forma algo caricata as suas origens para se salvar das malhas da Santa Inquisição.

<sup>119</sup>REAL, Miguel, *A Voz da Terra*, p. 98.



Mas aprofundemos um pouco mais a história destas e de outras personagens de origem judaica. Branca Dias, “figura histórica e lendária do Brasil do século XVI”<sup>120</sup>, e respetivo esposo, Diogo Fernandes, ambos personagens emblemáticas de *Memórias de Branca Dias* (2003), fugindo às perseguições da Inquisição<sup>121</sup>, embarcam, em períodos distintos, para Terras da Vera Cruz, constituindo “o primeiro casal judeu do Brasil”<sup>122</sup>.

Note-se que, ainda antes do embarque, Branca Dias é denunciada pela mãe e pela irmã, igualmente perseguidas pelo Tribunal do Santo Ofício, acabando por ser presa com os seus sete filhos. Através desta descrição que agora partilhamos, Miguel Real coloca-nos na atmosfera de terror vivida por esta personagem e por outros condenados, além de partilhar alguns rituais do povo judaico:

Sofri duas admoestações do cabrão do Martin Afonso, e eu sabia que à terceira ia para os calabouços da tortura, eu ouvia-os durante o dia, aos torturados na polé, então de manhã era uma coisa louca, gritos, urros, entrecortados de gemidos, de frémidos, pareciam balidos, depois de novo berros, brados, pareciam ganidos; eu não conseguia suportar aquilo e acabei por confessar tudo, confirmei a denúncia de minha mãe e de minha irmã, que sim, que era verdade que ao sábado metia camisa e beatilha lavadas e punha matulas novas nas candeias à sexta-feira, deixando esta acesa toda a noite, e acrescentei que jejuava em todos os dias prescritos pela Lei Velha, engolia logo a hóstia mal o padre me servia, só não a trincava porque os outros percebiam, se não era logo uma trincadela, que só burros é que podem acreditar que o Messias está ali em corpo, ajoelhava-me à frente do crucificado imaginando que era Adonai que estava presente, e não rezava o pai-nosso e a avé-maria, que os sabia, eu sabia, disse eu ao Martin Afonso, mas em silêncio rezava a Adonai antigas preces que minha avó ensinara<sup>123</sup>.

<sup>120</sup> *Idem*, *Memórias de Branca Dias*, p. 9.

<sup>121</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 25.

<sup>122</sup> MARTINS, Cândido Oliveira, “Miguel Real e as Narrativas Históricas do Ciclo Brasileiro: as ficções do Império e as Imagens do Brasil Colonial”, *Veredas. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, vol. 20, Santiago de Compostela, 2013, p. 40 (pp. 33-54).

<sup>123</sup> REAL, Miguel, *Memórias de Branca Dias*, pp. 39-40, sublinhado nosso.



Vejam os um outro contexto onde revela mais alguns dos costumes dos judeus:

Às sextas-feiras eu punha mais uma matula na candeia por honra do sábado, a candeia ficava acesa toda a noite escondida numa vasilha, e era verdade, fora a minha avó que me ensinara; que vestia camisa lavada e punha roupa limpa na cama em honra do sábado, e era verdade, mas quem não põe é porque é porco, [...]; que jejuava o jejum do Kipur e dos dias propícios<sup>124</sup>.

Forçada por Martin Afonso, Branca Dias chega mesmo a desvendar parte de uma reza que a avó lhe ensinara, património da cultura judaica:

*Faz, senhor, voltar nosso Pai, à tua Lei, chega, ó nosso Rei, ao teu serviço, tornado contrito: perdoa-nos, Senhor, pecamos, perdoa-nos nosso Rei, que nos revoltámos, porque o Deus dos perdões és tu, Bendito tu, Adonai, multiplicador de perdões, vê, meu Deus, a nossa confusão, a nossa aflição, apressa-te a redimir-nos com redenção perfeita em teu nome, pois Deus é forte, o Redentor és tu, contigo seremos reconfortados, salva-nos, seremos salvos, porque tu és o nosso amparador, o nosso louvor és tu*<sup>125</sup>.

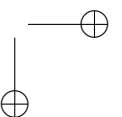
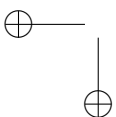
Porém, o facto de ser mãe de sete filhos constituiu um argumento válido para ser solta antes de dois anos de prisão. Foi então que não hesitou em fugir, num navio negreiro, para junto do marido, que já se encontrava na suposta nova Jerusalém. E é nesta nova pátria de Olinda que ela e os sete filhos legítimos<sup>126</sup> são recebidos pelo pai: Diogo. Apesar das volumosas expectativas que ambos levaram para a nova terra prometida, este casal acaba por ver os seus sonhos, de liberdade e de riqueza, completamente destruídos, assumindo inclusivamente o papel de vítimas das políticas de antissemitismo em voga<sup>127</sup>.

<sup>124</sup> *Idem, ibidem*, pp. 38-39.

<sup>125</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 40.

<sup>126</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>127</sup> Cf. MARTINS, Cândido Oliveira, "Miguel Real e as Narrativas Históricas do Ciclo Brasileiro: as ficções do Império e as Imagens do Brasil Colonial", p. 40.





Na realidade, desde a chegada ao Brasil que Branca Dias percebe imediatamente pela visualização de uma quantidade de “igrejas”, “conventos”, “colégios” que teria de continuar na ingrata posição de cristã-nova, fingindo ser algo que não é na realidade. Vejamos a passagem a esse respeito:

O desconsolo é quando chega, desembarca, vista ao perto é igual a todas as terras, igrejas e mais igrejas do nazareno, colégios, conventos, não se podia andar um passo que não se caísse no átrio de uma igreja; percebi que ia continuar a ser cristã-nova, tinha de continuar a engolir a hóstia, a ajoelhar-me perante os galileus, a beijar o anel do bispo. O Diogo foi a primeira coisa que me disse, sou cristão, ouviste?, disse ele, somos cristãos; até aqui no Brasil parece impossível, disse eu, mais longe do que longe de Roma<sup>128</sup>.

Note-se que essa primeira impressão foi-se mantendo e até intensificando ao longo da história. Branca Dias, a dada altura, decepcionada com a sua vida, confessa-nos o seguinte: “o mal distribuiu-se por todas as terras, onde há homens há mal, é como o ar, para onde vamos lá está o ar, e o mal também”<sup>129</sup>. Como muito bem analisa Cândido Oliveira Martins, *Memórias de Branca Dias* “é exemplar a respeito da ambígua representação do Brasil como espaço de sonhos e de ilusões”<sup>130</sup>. Olinda torna-se efetivamente a terra de promessas goradas: de riqueza, com especial destaque para o cobiçado *ouro branco*, e de liberdade religiosa, “havia padres mas não havia Inquisição”<sup>131</sup>. Assumindo um pouco as dores de Branca Dias, é com algum pesar que constatamos que, na prática, nada disto se verificou.

Com efeito, esta suposta Nova Jerusalém prometida, para judeus e não judeus, acabou por ser palco de todo o tipo de devassidões, traição, ódio, racismo, perseguição, ganância e, por conseguinte, de profundo desencantamento. Em detrimento da doçura e brandura tão almejada e tão procurada, “eu a pensar que tinha chegado à Terra Sem Mal, a Terra de Amêndoas e Mel”<sup>132</sup>, Branca Dias acabou por ser testemunha ocular de todo o tipo de perversões,

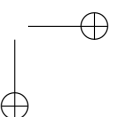
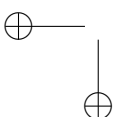
<sup>128</sup> REAL, Miguel, *Memórias de Branca Dias*, p. 24.

<sup>129</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>130</sup> MARTINS, Cândido Oliveira, “Miguel Real e as Narrativas Históricas do Ciclo Brasileiro: as ficções do Império e as Imagens do Brasil Colonial”, p. 51.

<sup>131</sup> REAL, Miguel, *Memórias de Branca Dias*, p. 25.

<sup>132</sup> *Idem, ibidem*, p. 24.





inclusive das traições do marido. Desiludida e magoada, desabafa, a dada altura, o seguinte:

É tudo fornicação, digo eu, há mais mulatos e mamelucos no Pernambuco do que no mundo inteiro [...]. O Diogo não me podia ter feito isso [...], perdoei-lhe tudo, mas isso não”<sup>133</sup>; “não me quis servir de pretas e de índias, disse ele, não quis que sangue judeu corresse infectado de sangue preto, o que não é verdade, mais tarde soube-o, ou então o Diogo mudara, mais tarde não faltaram mulatinhos em Camaragibe, e não podia ser só o Pedro, não era homem para fazer tantos mulatos<sup>134</sup>.

Além de traidor, Diogo é também amedrontado, interesseiro e oportunista. Embora tentado a fugir para Amsterdão ou para Londres, locais onde se estavam a construir sinagogas enormes, é movido pela voracidade do dinheiro rápido que viria do *ouro branco*, “no Brasil enriquecia em dois dias, preciso era trabalhar no açúcar”<sup>135</sup>, dissera-lhe um judeu de Setúbal, que Diogo embarcara para Terras da Vera Cruz.

Enfim, estamos perante dois judeus diametralmente opostos: Diogo Fernandes acaba, como acima se referiu, por se revelar mais fraco de espírito, traíndo a sua esposa e mostrando-se ávido de riqueza fácil, ao passo que a matriarca Branca Dias representa o expoente máximo de bravura e dignidade, constituindo uma espécie de ídolo do povo judeu. A dada altura também é encarada por outras personagens como uma figura mítica, dimensão visível, por exemplo, no diálogo havido entre Julinho e Francisco Mendes, exposto n’ *A Voz da Terra*, quando é revelado o parentesco desta figura com a falecida esposa de Julinho: “de olhar sagrado, Francisco Mendes mirava Julinho com reverência”<sup>136</sup>.

De facto, Branca Dias nunca baixara os braços perante a adversidade, mostrando uma resiliência em vários passos, “e passas”, da sua vida absolutamente memorável, inclusive na manutenção dos saberes, das tradições da cultura hebraica, colocando-a em prática, mesmo correndo riscos e sem a aprovação do marido:

<sup>133</sup> *Idem, ibidem*, p. 31.

<sup>134</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

<sup>135</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>136</sup> *Idem, A Voz da Terra*, pp. 98-99.



Quando vim para Camaragibe disse logo ao Diogo, temos de fazer esnoga, eu disse, estamos livres, disse eu, não há Santo Ofício no Brasil, disse eu, mal sabia que havia de chegar, já está na Bahia, daqui a uns três anos chega a Olinda, ai as minhas filhinhas; o Diogo respondeu, não sei, disse ele temos que fazer esnoga, disse eu, e ele viu pelo meu dizer que tínhamos mesmo de fazer esnoga, e fizemos, o Diogo no princípio sempre contrariado, não sei, dizia ele, eu sei, dizia eu, e fizemos<sup>137</sup>.

Esta capacidade de resistir é ainda mais admirável sabendo que os horrores da inquisição começaram bem cedo na vida de Branca Dias. Ela recorda a sua **primeira prisão**, entre os cinco e sete anos de idade, quando a **sua mãe** foi “arrastada pelos cabelos para dentro da igreja de S. Domingos, no Rossio, chamaram-lhe demoníaca e endemoninhada, como o mestre negreiro me chamou a mim, sovaram-na nas batatas das pernas para que ela se levantasse e se ajoelhasse”<sup>138</sup>, acabando as três, Branca Dias, sua mãe e irmã Isabel, por serem batizadas; **seu pai** apareceu morto, posto que não se quis converter, “só imagino o meu pai a recusar a conversão, a ser torturado, se calhar obrigaram-no a comer as barbas, a sofrer toda a noite, sangrando, nas lajes frias”<sup>139</sup>, aparecendo depois numa vala comum, onde uma “chusma de homens e mulheres mortos, nus, ajuntados uns sobre os outros”, para onde eram levados os que não se “reconvertiam” que iriam, segundo a inquisição, “direitinhos para o inferno”<sup>140</sup>; **seu irmão** fora enviado para a Ilha de Príncipe, para onde enviavam “pretos escravos e crianças judias ensinados na fé cristã”<sup>141</sup>, a fim de a colonizarem.

Enfim, os horrores que vive de tenra idade fortalecem o seu espírito e incrementam a sua fé, a sua genuína fé, que, aliada a saberes ancestrais, partilha, em surdina, com todos os que a rodeiam. De tal forma Branca Dias é fascinante que voltamos a ter eco dos seus feitos n’ *A Voz da Terra*. É nesta obra que nos é dado a saber que, segundo reza a lenda, ironia do destino, ou nem por isso, o visitador-mor da Inquisição, de seu nome Heitor Furtado de Mendonça, que chegara ao Pernambuco três anos após a morte de Branca Dias,

<sup>137</sup> *Idem, Memórias de Branca Dias*, p. 120.

<sup>138</sup> *Idem, ibidem*, p. 36.

<sup>139</sup> *Idem, ibidem*, p. 37.

<sup>140</sup> *Idem, ibidem*, p. 37.

<sup>141</sup> *Idem, ibidem*, p. 37.





apaixonou-se de tal forma pela sua obra que retornou a Lisboa não só com as suas três filhas e duas netas<sup>142</sup>, mas também trazendo em segredo, no porão, as suas ossadas que mandou queimar, tendo-se suicidado depois<sup>143</sup>. A comunidade judaica, pelos préstimos desta afamada judia, que havia mantido viva, em segredo, no deserto do sertão, a fé judaica que comungou também com os seus onze filhos, e como forma de a homenagear<sup>144</sup>, ainda que postumamente, mandou fazer um anel (com duas palmas que simbolizam a costa brasílica, a nova Jerusalém, a nova terra prometida, desta feita, o Pernambuco<sup>145</sup>) que foi ofertado à sua bisneta<sup>146</sup>, sogra de Julinho. Este artefacto, mais um elemento que confere verosimilhança à narração, foi herdado pela única descendente de Branca Dias no Brasil, Violante Dias, sua trisneta, que manteve os rituais judaicos vivos, tendo reconstruído, com Julinho, seu marido, o primitivo engenho de Camaragibe de Branca Dias e Diogo Fernandes<sup>147</sup>. Foi neste local que Julinho celebrou, com ela, diversos “shabats”, não por acreditar, esclareça-se, mas por respeito e porque Violante aceitou que o filho de ambos também tivesse uma educação cristã<sup>148</sup>.

Dada a relevância e centralidade de Julinho, até pela missão, desencadeada pela morte da esposa, de fazer chegar o anel a um outro membro da família, assegurando a continuidade do legado físico e espiritual, dedicamos-lhe algumas linhas. Note-se que, como é apanágio da sua personalidade tolerante, prestável e entusiasta de grandes causas<sup>149</sup>, decide ser ele próprio a transportar pessoalmente o tal anel<sup>150</sup>, constituindo, deste modo, uma espécie de personagem adjuvante, auxiliando, neste particular, a continuidade da herança hebraica. Com efeito, Julinho surge nas obras *A Voz da Terra*, *O*

<sup>142</sup>Cf. *Idem*, *A Voz da Terra*, p. 98.

<sup>143</sup>Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 97.

<sup>144</sup>Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 97.

<sup>145</sup>Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 97.

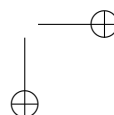
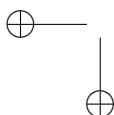
<sup>146</sup>Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 98.

<sup>147</sup>Cf. *Idem*, *A Guerra dos Mascates*, p. 98.

<sup>148</sup>Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 98.

<sup>149</sup>A título de prova da sua faceta humanista, aditamos que é este mesmo Julinho que n’*O Último Negreiro* tem uma intervenção deveras importante no capítulo da libertação dos escravos, isto porque compra terrenos longínquos no Rio de Rãs, o famoso “quilombo” (REAL, Miguel, *O Último Negreiro*, Lisboa, Quidnovi, p. 197), destinados a acolher quer os escravos livres quer os fujões (REAL, Miguel, *A Voz da Terra*, p. 95), contribuindo, desta forma, para a libertação de um povo malogradamente tão sofrido.

<sup>150</sup>Cf. REAL, Miguel, *A Voz da Terra*, p. 98.



*Último Negreiro* e ainda é repescado n' *A Guerra dos Mascates*<sup>151</sup>. Enfim, Júlio Teles Fernandes, o viúvo brasileiro, n' *A Voz da Terra* viaja até Lisboa com duas missões: uma de natureza pessoal, outra de foro político, por assim dizer. A primeira, como já se percebeu, consistia na entrega do anel, símbolo da resistência da crença judaica, que havia já percorrido duas gerações, a um descendente que, “sob a capa de cristão-novo, mantivesse fidelidade à nação judaica”<sup>152</sup>. Este papel acabou por recair na prima homónima, Violante Dias, e fisicamente parecida com a sua falecida esposa, com quem vem a casar. A segunda missão, que o próprio secundariza, dizendo literalmente que “não interessa”<sup>153</sup>, centrava-se na tentativa de interceder junto do Marquês de Pombal<sup>154</sup> pela independência de Pernambuco. Julinho é um verdadeiro humanista, elo de ligação entre povos de raças, credos, crenças diferentes, coerente nos seus gostos e ideias, charmoso, altamente disputado por várias pretendentes, sendo que, pelas mais variadas razões, não se adapta à vida na capital do vasto Império, retornando ao “Novo Mundo brasileiro”<sup>155</sup> na companhia da sua nova amada Violante Dias. A título de curiosidade e, de alguma forma, fazendo jus à reconhecida abastança das famílias judias, temos nota de que, no final do romance histórico *A Guerra dos Mascates*, Julinho e Violante tornam-se o centro das atenções dos judeus que, por ocasião do seu enlace apressado devido à gravidez da noiva<sup>156</sup>, lhes ofertaram dispendiosas prendas, tais como: “colares e coraçõezinhos em ouro e âmbar, cravejados de

<sup>151</sup>Dando-nos conta do conflito entre pequenos comerciantes e aristocratas que, no século XVIII, mobilizou a totalidade da população das cidades de Recife (mascates) e Olinda (mazombos), Miguel Real destaca Vidal Rabelo e Julinho, apelidando este último de “minha personagem d' *A Voz da Terra*” e explicando, a dada altura, como é que os dois se conhecem: “E foi assim [...] que Julinho, minha personagem d' *A Voz da Terra*, e Vidal Rabelo, personagem d' *A Guerra dos Mascates*, de José de Alenquer, se conheceram no trapiche de Olinda, aprestando-se ambos para desenharem o contorno da história do segundo romance com o mesmo título: *A Guerra dos Mascates*, continuação desenvolvida e aportuguesada do primeiro” (REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 38).

<sup>152</sup>REAL, Miguel, *A Voz da Terra*, p. 98.

<sup>153</sup>*Idem, ibidem*, p. 98.

<sup>154</sup>É de salientar o profundo conhecimento que Miguel Real tem acerca desta personalidade a quem dedica inclusivamente o título *O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa* (Lisboa, Quidnovi, 2005).

<sup>155</sup>MARTINS, Cândido Oliveira, “Miguel Real e as Narrativas Históricas do Ciclo Brasileiro: as ficções do Império e as Imagens do Brasil Colonial”, p. 41.

<sup>156</sup>REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 445.



rubis, olho-de-pomba, uma fístula em prata e ametista e um pente de madre-pérola de cabo em pedra turquesa”<sup>157</sup>.

Mas ainda antes deste desfecho positivo, temos, n’*A Voz da Terra*, nota da perseguição religiosa a Violante Dias e aos seus filhos, que são temporariamente encarcerados e forçados a perfilharem a religião Católica. O escritor em apreço afiança, inclusivamente, que “Violante não podia receber ninguém, só os dois frades do Santo Ofício que a catequizavam, a ela e aos filhos”<sup>158</sup>. Vivia, nesse período, “nas Marinhas, uma enfiada de casas baixas perto do Castelo, pertencentes ao Santo Ofício”. Era aí que “albergavam os dominicanos as mulheres cumprindo sentença em isolamento penitencial, recebendo doutrina”<sup>159</sup>. Através da experiência vivida por estas personagens, Miguel Real dá-nos conta de como era complexo, injusto e moroso este processo, que nunca estaria completo antes dos dez a quinze anos, senão vejamos:

cumprida a pena, seriam enviadas, elas e os filhos, para as vacarias e as copas dos palacetes dos fidalgos, onde o capelão prosseguia a vigilância, assegurando-se de que frequentavam a igreja e comungavam, até que finalmente o processo fosse encerrado, nunca menos de dez a quinze anos depois da condenação<sup>160</sup>.

Outra personagem do círculo de Julinho é Francisco Mendes, que se move com a história da falecida esposa dele, e respetiva ascendente, posto que também tinha vivido de forma omissa, velada, dupla, devido à Inquisição. Chegou inclusive a ser incriminado e condenado, vendo os seus bens confiscados e tendo de renegar a sua cultura, cumprindo penitência e, por conseguinte, vivendo vigiado. Tiveram melhor sorte os seus filhos que escaparam para Amsterdão, a nova Jerusalém europeia dos judeus, ao passo que ele, centro da comunidade judaica secreta de Lisboa, e a mulher, Sara, permaneceram em território nacional, sofrendo as consequências dessa decisão, sendo que, por fim, cansados, só já esperavam morrer sossegados<sup>161</sup>.

A obra *O Sal da Terra*, dedicada a Padre António Vieira, também nos dá conta dos violentos e fanáticos atos persecutórios do Santo Ofício. Por razões

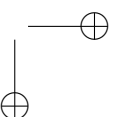
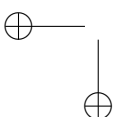
<sup>157</sup> *Idem, ibidem*, p. 447.

<sup>158</sup> *Idem, ibidem*, p. 109.

<sup>159</sup> *Idem, ibidem*, p. 100, para as duas últimas citações.

<sup>160</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 100.

<sup>161</sup> Cf. *Idem, A Voz da Terra*, pp. 98-99.



óbvias, a figura do rei D. Manuel I não escapa ao olhar atento de Miguel Real no mencionado romance histórico. Como é sabido, neste reinado, os judeus residentes em Portugal transfiguraram-se

nos peões de xadrez político que era a unificação da Península Ibérica sobre a égide de uma das coroas. O casamento iria ser o “xeque-mate” à minoria da crença moisaica, pois a futura rainha punha como condição [...] a expulsão dos “hereges” do reino<sup>162</sup>.

Como é sobejamente sabido, D. Manuel acaba mesmo por promulgar o édito de expulsão a 5 de dezembro de 1496. Miguel Real dá-nos conta deste facto histórico com bastante realismo. Assim, n’ *O Sal da Terra*, D. Manuel, ambicionando casar com D. Isabel, filha dos Reis Católicos e princesa viúva do infante D. Afonso, perante a exigência desta última de não “entrar no reino de Portugal enquanto este contivesse um peão sequer da raça infecta dos judeus”<sup>163</sup>, manda batizar todos os, note-se a subtilidade deste detalhe, “«meus judeus»”, convertendo à fé católica os que aceitassem e expulsando de Portugal, como “raça daninha”<sup>164</sup>, os que resistissem.

Por seu turno, convicto de que defender este povo tão injustiçado “era um acto de bom senso, mas também um gesto corajoso e perigoso no ambiente mesquinho em que vivia”<sup>165</sup>, Padre António Vieira, em 1643, escrevia corajosamente, embora sem sucesso<sup>166</sup>, uma Petição onde aconselhava o rei, de então, a deixar retornar os judeus a Portugal<sup>167</sup>. Após ter conhecido pessoalmente os Judeus de Ruão e de Amesterdão<sup>168</sup>, dirige, a D. João IV, em

<sup>162</sup>TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Expulsão dos Judeus de Portugal”, in *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*, João Medina (dir.), Amadora, Clube Internacional do Livro, p. 26 (25-34).

<sup>163</sup>REAL, Miguel, *O Sal da Terra*, Lisboa, Quidnovi, 2008, p. 103.

<sup>164</sup>*Idem, ibidem*, p. 103, para as duas últimas citações.

<sup>165</sup>BESSELER, José Van Den, *António Vieira: o Homem, a Obra e as Ideias*, Lisboa, Divisão de Publicações, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981, p. 22.

<sup>166</sup>Cf. MARTINS, Guilherme d’ Oliveira, “Introdução. Vieira, Conselheiro Audacioso”, in José Eduardo Franco e Pedro Calafate (dir.), Guilherme d’Oliveira Martins, José Pedro Paiva e Joana Balsa de Pinho (coord.), *Obra Completa de Padre António Vieira*, Tomo IV, vol. II, *Escritos Sobre os Judeus e a Inquisição*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 12.

<sup>167</sup>Cf. BESSELER, José Van Den, *António Vieira: o Homem, a Obra e as Ideias*, pp. 22-24.

<sup>168</sup>Por razões óbvias, e como é sobejamente conhecido, destacamos a figura do sábio judeu Menasse-ben-Israel, com quem Padre António Vieira trocou ideias na sinagoga de Amesterdão

nome dos cristãos-novos, outra Petição, onde é porta-voz das queixas destes contra os procedimentos do Santo Ofício<sup>169</sup>, pugnando, entre outros aspectos, pelo direito à defesa com conhecimento dos processos, pelo fim dos bens confiscados, pelo fim da distinção entre cristãos-novos<sup>170</sup> e cristãos-velhos, considerando, inclusive benéfico, e não hediondo, a prática dos casamentos mistos. Corajoso, perseverante, coerente e moderno nas ideias que defende, Padre António Vieira, como relembra Guilherme d'Oliveira Martins, chega mesmo a convocar diversos exemplos retirados dos reinos cristãos, lembrando que “o próprio Papa consente nos seus domínios sinagogas públicas de judeus, que professam a Lei de Moisés”<sup>171</sup>. Miguel Real conseguiu, através d’*O Sal da Terra*, que se aproxima muito dos factos históricos conhecidos, não só recordar as várias tentativas de Padre António Vieira de ajudar os mais desfavorecidos, onde pontificam os judeus, os cristãos-novos, além dos índios e escravos, o que “havia de custar-lhe o ódio dos inquisidores e a suspeita dos fanáticos”<sup>172</sup>, mas também trazer à colação os horrores sofridos pelo encarceramento e a forma desarmada como se defende, servindo-se apenas da sua *História do Futuro*. Além disso, temos ainda nota da sua conceção da utopia do quinto império que contempla o modo velado e bipolar de *ser* e de *estar* dos judeus que haveria de contagiar a conceção da identidade portuguesa. Tal ilação é visível no momento em que, após sobreviver à dureza da Santa Inquisição, a personagem Padre António Vieira afirma ter compreendido “o que era um judeu, habitar uma dupla existência, um duplo pensamento, uma dupla religião, abertamente cristão e secretamente israelita”<sup>173</sup>. Continuando a dar conta da obsessão desenfreada deste “Tribunal da Consciência” trazida a lume nesta obra, convocamos também a figura de Garcia da Orta que, acusado de judaísmo, mesmo após a morte física, acaba por ter as suas ossadas queimadas num auto-de-fé em Goa (Índia), por forma a tornar maior a sua dor no purgatório, ou, caso já estivesse no inferno, assegurando a intensificação do

(Cf., por exemplo, BESSELMAR, José Van Den, *António Vieira: o Homem, a Obra e as Ideias*, pp. 33-34).

<sup>169</sup>Cf. *Idem, ibidem*, p. 24.

<sup>170</sup>Para mais informações sobre esta temática, cf. SARAIVA, António José, *Inquisição e Cristãos-Novos*, Lisboa, Gradiva, 2019.

<sup>171</sup>MARTINS, Guilherme d’ Oliveira, “Introdução. Vieira, Conselheiro Audacioso”, p. 11.

<sup>172</sup>BESSELMAR, José Van Den, *António Vieira: o Homem, a Obra e as Ideias*, p. 22.

<sup>173</sup>REAL, Miguel, *O Sal da Terra*, pp. 316-317.

sofrimento da sua alma<sup>174</sup>. Mais um dado muito realista do *modus operandi* da Inquisição.

Enfim, como é sabido, a pena de morte, o confisco dos bens, a expulsão eram alguns dos castigos daqueles que se mantinham fiéis à cultura hebraica. A alternativa à expulsão era a conversão forçada, sendo que os novos batizados recebiam os “nomes vulgares de cristãos: Joana de Távora, Álvaro Fernandes, Gaspar Luís, Jorge Manuel, Leonor Ribeira”<sup>175</sup>. Ao personagem Ibrahim Abenzenol coube a segunda opção, acabando por ser batizado com o nome cristão de João de Crasto, posto que ficara sob a “proteção do futuro Vice-rei da Índia, d. João de Castro”<sup>176</sup>. Frise-se o trocadilho entre Castro e Crasto. Miguel Real dá-nos conta deste ritual horrendo, violador dos mais diversos direitos humanos, marcado pela separação entre as crianças e as respetivas mães, sendo que, as menores, são posteriormente entregues a famílias cristãs para as educarem<sup>177</sup>. Ouçamos, por conseguinte, este contexto: “Após a sagração baptismal colectiva, judeus e judias forçados a penetrar na Igreja de São Domingos, em Lisboa, arrepanhados pelos cabelos, crianças separadas das mães, punhadas nos mais renitentes choros de ranger os dentes”<sup>178</sup>. Tal como a larga maioria dos judeus forçados à conversão, este homem, e respetiva família, continuaram, durante algum tempo, a prática do *shabat*<sup>179</sup>, conservando intactas, em segredo, a sua fé e a sua cultura. Entretanto, acabaram por fugir “pelo sertão adentro”<sup>180</sup>, quando em São Salvador aportou a armada do Vice-rei que transportava dominicanos da Primeira Mesa do Santo Ofício com o intuito de inspecionarem o grau de pureza de sangue e de costumes dos portugueses a residir na Índia<sup>181</sup>. Miguel Real, através desta família, dá-nos conta da elevada capacidade de resistência, de camuflagem e de adaptação do povo judaico, sendo que, um ano após esta fuga, um grupo de portugueses, o João do Crasto, de Tomar, estabeleceu-se em Batatipe, no Sertão, “com roça e cabanagem, sobrado de barreiro e tabuado”<sup>182</sup>. Fornecendo aos ser-

<sup>174</sup> *Idem, ibidem*, p. 103.

<sup>175</sup> *Idem, ibidem*, p. 29.

<sup>176</sup> *Idem, ibidem*, p. 103.

<sup>177</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Expulsão dos Judeus de Portugal”, p. 27.

<sup>178</sup> REAL, Miguel, *O Sal da Terra*, p. 103.

<sup>179</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 103.

<sup>180</sup> *Idem, ibidem*, p. 103.

<sup>181</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 103.

<sup>182</sup> *Idem, ibidem*, p. 103.



tanistas géneros como “água, milho, pão de mandioca e planta de fumo”<sup>183</sup>, rapidamente se tornaram uma das maiores fazendas de Caixa d’Água. João de Crasto, filho de “Ibrahim Abenzenol, último rabi da sinagoga da judiaria de Tomar, que, denunciado através de três cartas anónimas, acusando-o de ser “o judeu de São Salvador” e de derivar de uma relação incestuosa “de dois irmãos”<sup>184</sup>, fora tornado cristão-novo. Esta personagem, profundamente desfeita do ponto de vista emocional e totalmente apavorada, procurando agradar ao Visitador-Mor, confirma a “origem infecta do seu sangue”<sup>185</sup>, afirmando que, caso fosse possível, “sangrava-o todo, vazava-o pela gruta mais funda que direitinho fosse para o inferno e trocava-o pelo líquido celestial”<sup>186</sup>. Assegura veementemente não professar a fé judaica, no entanto, além da chave da sinagoga de Tomar que tem em sua posse, e que o denuncia, sente necessidade de juntar alguns haveres de valor, engolindo inclusive os de menor porte, e idealiza a sua fuga pela mata adentro, com destino incerto, numa madrugada gélida<sup>187</sup>. É através da voz apavorada deste descendente de João de Crasto que nos inteiramos de mais alguns hábitos do povo judaico que, ao tentar com tanto vigor negar, acaba, irónica e paradoxalmente, por descrever com pormenor, autodenunciando-se, revelando um conhecimento profundo da cultura que perfilhava secretamente. Ouçamos, por conseguinte, as suas palavras:

não tenho costumes de judeu, nem sei o que isso é, não corto as unhas aos mortos, não os enterro com mortalha inteira, não lanço a água das talhas fora sempre que alguém morre, não abençoou com a mão aberta, escorregando-a pela cara do abençoado, não rezo orações de esnoga, não sei nada disso, como chouriço, toucinho todos os dias, e aves afogadas e lebres e coelhos<sup>188</sup>.

E é com este episódio trágico-cómico, por assim dizer, posto que nos faz esboçar um largo sorriso, atenuado pela certeza dos horrores vividos por quem teve o desprazer e a infelicidade de cair nas teias da Santa Inquisição, que fechamos este texto em torno de algumas personagens, suas relações sociocul-

<sup>183</sup> *Idem, ibidem*, p. 103.

<sup>184</sup> *Idem, ibidem*, p. 102, para as duas últimas citações.

<sup>185</sup> *Idem, ibidem*, p. 103.

<sup>186</sup> *Idem, ibidem*, pp. 103-104.

<sup>187</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 104.

<sup>188</sup> *Idem, ibidem*, p. 104.



turais, amores, desamores, ilusões, desencantamentos, perseguições, refúgios, destacando naturalmente a capacidade de resistência, de adaptação, a prática do criptojudaísmo, conseguindo manter em segredo, ainda que altamente vigiados, a sua religião, a sua cultura, a sua identidade, o seu *ser*, aspetos que não escaparam ao olhar atento de Miguel Real, que, através da obra ficcional, nos convida a experimentar.

Enfim, diagnosticando problemas e apontando caminhos possíveis, como tem por hábito fazer, apurando catarses perante os erros do passado, não deixando de, através do romance histórico, umas vezes sem função mimética, mas antes iluminadora da História, outras, seguindo mais a preceito o trato documental<sup>189</sup>, efetuando uma recuperação da História de Portugal, um acertar de contas para “percebermos o que Portugal fez de mal e de bom”<sup>190</sup>, Miguel Real defende, através da escrita, os oprimidos, os renegados, devolvendo-lhes, independentemente da origem, credo religioso, modo de vida, cor da pele, a voz e a dignidade que tanto merecem.

### Conclusão

Chegados a este momento, temos necessariamente, e uma vez mais, de sublinhar a elevada mestria de Miguel Real em falar dos mesmos assuntos usando linguagens tão distintas. E é esta alquimia perfeita entre ensaio e ficção, duas faces da mesma moeda, apesar de tão diferentes nos seus objetivos, formas de conceção e de atualização, que tornam Miguel Real tão singular no panorama cultural português. Este intelectual não se fica apenas pelo ensaio ou pelo romance histórico, mas convoca todos os saberes e linguagens, a fim de contribuir para uma país mais esclarecido.

Pela ficção, de olhos postos em certos momentos históricos chave da nossa cultura, passagens e cenários marcantes, levando-nos, não raramente, ao lado inverso, menos conhecido, criticando más ações ou até explorando lacunas, erros do passado, Miguel Real partilha com os seus leitores alguns retratos

<sup>189</sup> A este respeito, cf. Carla Sofia Gomes Xavier Luís, “História e Ficção nos Ciclos Lusófonos de Miguel Real”.

<sup>190</sup> REAL, Miguel, in Isabel Castro, Entrevista a Miguel Real, “A lusofonia deveria ser levada mais a sério”, *Ponto Final*, abril 19, 2011, disponível em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2011/04/19/%E2%80%9Ca-lusofonia-deveria-ser-levada-mais-a-serio%E2%80%9D/> (acedido a 01-07-2015).



da cultura hebraica, facultando-nos uma outra lente através da qual relemos o passado de outra perspetiva. Pelo ensaio, fortemente alicerçado em hercúleas leituras e dados documentais, traz a lume belíssimas sínteses de vários momentos, realizações coletivas e teorias que vão surgindo ao longo dos anos, apresentado, de forma sustentada, a sua visão sobre os temas em apreço. Enfim, através dos tópicos em desenvoltura, Miguel Real vai dissecando a mentalidade portuguesa, procurando perceber o respaldo que certas vivências históricas deixaram na nossa cultura. A título de exemplo, recorde-se que, segundo Miguel Real, o modo velado e bipolar de *ser* e de *estar* lusitano representa uma herança das comunidades hebraicas que contribuem, deste modo, para a conceção da identidade portuguesa. Concomitantemente, a crónica predisposição do povo lusitano para a viagem (desde os Descobrimentos, até à emigração), encontra a sua “matriz nómada”<sup>191</sup> novamente nesta forma oculta de *ser* e *não ser*, procurando, indefinidamente, um local onde se possa assumir, afirmar o que verdadeiramente se é, opinando inclusive que daqui advém precisamente o sentimento de saudade, traço tão caro à cultura portuguesa.

Enfim, sempre focado em compreender de onde vimos, quem somos e para onde estamos a caminhar, sustentado por robustas leituras teóricas e elevada capacidade de análise expressa em ensaio, não deixa de, já em formato romanesco, identificar erros, obstáculos, explorar hiatos e de perspetivar caminhos desejáveis.



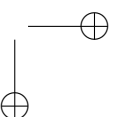
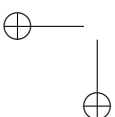
<sup>191</sup>Cf. REAL, Miguel, in Isabel Castro, Entrevista a Miguel Real, “A lusofonia deveria ser levada mais a sério”, p. 188.

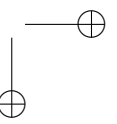
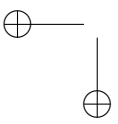
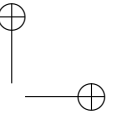
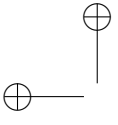
### Nota Biobibliográfica

Carla Sofia Gomes Xavier Luís nasceu em Lamego, em 1977. É licenciada em Português e Inglês (ensino de) pela UTAD, mestre em Língua, Cultura Portuguesa e Didática pela UBI e doutora em Letras pela mesma instituição. É Professora no Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior, desde o ano letivo 2000/2001, e Investigadora no PRAXIS (centro de Filosofia, Política e Cultura, UBI). Na UBI, é também membro do Conselho Científico do Departamento de Letras, da Comissão Científica e de Creditação dos Cursos de Estudos Lusófonos (2.º Ciclo) e de Ciências da Cultura (1.º Ciclo), curso no qual desempenha ainda a função de coordenadora de mobilidade, da Comissão de Creditação do mestrado em Estudos de Cultura (2.º Ciclo), onde é igualmente coordenadora de mobilidade, tendo ainda sido membro do Conselho da Faculdade de Artes e Letras (durante vários anos) e desempenhado muitas outras funções, como é o caso da Coordenação do Centro de Avaliação de Português-Língua Estrangeira e da Coordenação de Mobilidade do DL. Além disso, é Membro da Comissão Científica da Revista *Egitania Scientia*, Instituto Politécnico da Guarda, do Conselho Científico da Revista *TRIPLOV de Artes, Religiões e Ciências*, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da Comissão Científica da Revista *Cadernos Culturais*, Centro Cultural Eça de Queirós (CCEQ), da Comissão Científica das Revistas *Licungo* e *Milandos da Diáspora*, da Comissão Interinstitucional da Academia Lusófona Luís de Camões (ALLC), da Comissão Interinstitucional do Instituto Fernando Pessoa (IFP), do Conselho de Pareceristas da Revista do Centro de Estudos Portugueses da Universidade de Minas Gerais (Brasil), do Observatório da Língua Portuguesa, do Movimento Internacional Lusófono, do Conselho Editorial da Revista ...à Beira, do Conselho Editorial da UBILETRAS. Tem participado, apresentando comunicação e integrando Comissões Científicas, em variadíssimos eventos nacionais e internacionais. A sua lista de publicações é composta por livros, capítulos de livros, artigos, resenhas e entrevistas, de entre os quais destacamos apenas alguns que realizou em torno da **Obra de Miguel Real: “Miguel Real e o seu retrato de Portugal: de onde vimos, o que somos e para onde vamos”**, in Urbano Sidoncha e Catarina Moura (org.), *Culturas em Movimento, Livro de Atas do I Congresso Internacional Sobre Cultura*, Covilhã, LabCom.IFP (Comunicação, Filosofia e Humanidades), 2016, pp. 187-208; **“Língua Portuguesa e Lusofonia em Miguel Real”**, in Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório (org.), *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*,



Lisboa, Edições Colibri e Universidade da Beira Interior, com o apoio da Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras, Universidade de Toronto, Instituto Politécnico de Macau, Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, 2016, pp. 47-82; **“Para uma Leitura de Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa de Miguel Real”**, *Revista Triplo V, Série Gótica*, Primavera de 2019, disponível em <https://triplov.com/revistaTriplov/category/paginainicial/atores/carla-sofia-gomes-xavier-luis/> e página do *Colóquio Internacional – Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura* (7 e 8 de novembro de 2018), [www.labcom-ifp.ubi.pt/miguelrealcolouio/](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/miguelrealcolouio/) ou [www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcolouio/](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcolouio/); **“Para uma Leitura de Cadáveres às Costas de Miguel Real”**, in *Triplo V*, 19-04-2018, disponível em <http://triplov.com/para-uma-leitura-de-cadaveres-as-costas-de-miguel-real/>. Entrevista a Miguel Real (em parceria com Annabela Rita), **“Traços Fundamentais da Vida e Obra de Miguel Real”**, in *Revista Metalinguagens*, v. 7, n. 3, dezembro de 2020, pp. 8-30, disponível em <https://metalinguagens.spo.ifsp.edu.br/index.php/metalinguagens/article/view/892>. **“Retratos dos Judeus na Obra Ensaística e Ficcional de Miguel Real”** e **“Visões de Fátima na Obra ensaística e Ficcional de Miguel Real”**, ambos incluídos no livro que está a coorganizar em parceria com Annabela Rita e Alexandre Luís, intitulado *Miguel Real – 40 anos de Escrita: Literatura, Filosofia e Cultura*, Covilhã, LusoSofia, pp. 173-200 e pp. 127-172, respetivamente; **“História e Ficção nos Romances do Ciclo Lusófono de Miguel Real”**, in *Desembrulhar ficções*, entregue para publicação.







## 2.1.6. Visões de Fátima na Obra Ensaística e Ficcional de Miguel Real<sup>1</sup>



**Carla Sofia Gomes Xavier LUÍS**  
Universidade da Beira Interior,  
PRAXIS, ALLC, IFP, OLP

Sendo visível que os fenómenos religiosos e a sua repercussão nas sociedades, em geral, e na cultura portuguesa, em particular, constituem tópicos que despertam a atenção de Miguel Real, novamente nas duas versões, ensaio e ficção, trazemos à colação, no presente volume, dois trabalhos que giram em torno de duas religiões monoteístas que marcam a cultura portuguesa: Judaísmo e Cristianismo (Carla Sofia Luís).

Assumindo, com igual mestria, as roupagens de ensaísta, romancista, crítico, conferencista, professor, dramaturgo (neste campo, sempre em parceria com Filomena Oliveira), consubstanciadas nos 79 títulos<sup>2</sup> da sua autoria listados na página 789 da presente obra, além das inúmeras obras nas quais participou em coautoria ou na qualidade de prefaciador, organizador, entrevistador, entrevistado, colaborador (capítulo de livro, artigo, recensão, etc.), **Miguel Real** é indubitavelmente um dos grandes intelectuais do atual panorama cultural português. Como é sabido, a sua produção escrita corporiza-se em

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup>Note-se que listámos os títulos mais emblemáticos.



**ensaio (filosofia e cultura portuguesa) e em ficção (teatro e romance).** Seja qual for a modalidade em desenvoltura, ensaio de investigação, ensaio reflexivo, narrativa ficcional, romance histórico, teatro, a escrita miguelrealiana<sup>3</sup>, refletindo as realidades cultural, social e histórica, é invariavelmente rigorosa, fundamentada, coerente, conciliadora. Cultivando um conhecimento multidisciplinar que cruza Cultura, Filosofia, História, Língua, Literatura, Mentalidades, Política, alimentado por “leituras enciclopédicas”<sup>4</sup> ou “omnívoras”<sup>5</sup>, e pensando a identidade cultural e histórica lusíada (apreciando sempre as realidades cultural, social e histórica), o mencionado intelectual tem vindo, ao longo das quatro décadas de febril escrita que se completaram em 2019<sup>6</sup>, a contribuir para o conhecimento aprofundado de Portugal, desde os séculos XIII até à atualidade.

Com efeito, informado por episódios históricos de grande monta e de olhos postos em certos traços mais proeminentes da cultura portuguesa, Miguel Real não poderia olvidar **Fátima**, entendendo que não se trata de um “acontecimento histórico isolado”<sup>7</sup>; concebendo-a, bem pelo contrário, como um fenómeno profundamente enraizado na “cultura portuguesa, sobretudo na vertente constitutiva, transversal à totalidade da história de Portugal, da sua história Mítica”<sup>8</sup>, constituindo inclusive o “pináculo máximo, da história mítica portuguesa”<sup>9</sup>. Como é sabido, desde o movimento messiânico, que induz

<sup>3</sup> Termo proposto por José Eduardo Franco, no dia 8 de junho de 2018, na UBI (Covilhã).

<sup>4</sup> ALMEIDA, Onésimo Teotónio ALMEIDA, Recensão Crítica a *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, de Miguel Real, Lisboa, Planeta, 2017, p. 244.

<sup>5</sup> Idem, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de 21 de novembro a 4 de dezembro de 2018, p. 32.

<sup>6</sup> A celebração dos 40 anos de escrita de Miguel Real teve início no *Colóquio Internacional Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura*, a 7 e 8 de novembro de 2018, UBI/Covilhã, promovido pela Universidade da Beira Interior, em parceria com Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Academia Lusófona Luís de Camões, Instituto Europeu de Ciências da Cultura – Padre Manuel Antunes, Instituto Fernando Pessoa, Observatório da Língua Portuguesa, e culminará com a publicação da presente obra que terá por base, mas não exclusivamente, as comunicações proferidas no mencionado evento (para mais informações, cf. página oficial do evento disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcolouquio/>), bem como nos outros três eventos, peça de teatro e exposição que tiveram lugar na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, entre outubro e dezembro de 2019.

<sup>7</sup> REAL, Miguel, *Fátima e a Cultura Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, p. 165.

<sup>8</sup> Idem, “Nossa Senhora de Fátima: novo D. Sebastião Existencial”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 12 a 25 de setembro de 2018, p. 23.

<sup>9</sup> Idem, *Fátima e a Cultura Portuguesa*, p. 11.

à superação de um estado de insatisfação através de uma intervenção divina, remontando ao legado do judaísmo, fortalecido por ação do cristianismo, passando por D. Afonso Henriques e o proclamado milagre de Ourique, de onde se retiraram avultados dividendos políticos, desde logo, assentes na legitimação do poder régio e na crença de que Portugal se apresenta como uma nação destinada a grandes feitos<sup>10</sup>, até ao misterioso desaparecimento do rei D. Sebastião<sup>11</sup>, na Batalha de Alcácer Quibir, gerador de um secular mito repleto de misticismo e de esperança, sem esquecer a utopia do quinto império de Padre António Vieira, têm-se vindo a robustecer os alicerces em torno da ideia de que Portugal goza de um estatuto especial junto de Deus, refletida e alimentada na “cultura do milagre”<sup>12</sup>.

Dito isto, com o presente texto, procuramos precisamente trazer à colação breves apontamentos em torno deste fenómeno religioso, Fátima, aferindo a repercussão que tem em algumas obras de Miguel Real, ensaística e ficção, dois formatos complementares que escreve de “modo partilhado” e que, como temos por hábito fazer, analisamos sempre como duas faces da mesma moeda. Falando sobre o que esteve na génese do ensaio sobre Fátima, o próprio escritor/ensaísta revela:

Começou a ser escrito em maio de 2017, para o artigo do dossiê sobre Fátima no JL no qual defendi a tese da “Visão” em vez da “Aparição”. Andava então a estudar a história de Fátima para o romance *Cadáveres às Costas* e, como habitualmente, acumulava notas e notas para publicar um ensaio conjunto<sup>13</sup>.

Por conseguinte, no plano ensaístico, destacamos *Fátima e a Cultura Portuguesa* (2018), publicada pela D. Quixote, e incluída no grupo das *Nova(s)*

<sup>10</sup>Acerca deste assunto, cf. LUÍS, Alexandre António da Costa, *O Portugal Messiânico e Imperial de D. João II*, Covilhã, LusoSofia, 2013.

<sup>11</sup>Cf. REAL, Miguel, *Nova Teoria do Sebastianismo*, Lisboa, Dom Quixote, 2014.

<sup>12</sup>LUÍS, Alexandre António da Costa, “Da Defesa do Reino à Construção do Império: o mito de Ourique e a ideologia da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVI)”, in SIDONCHA, Urbano e MOURA, Catarina (org.), *Culturas em Movimento. Livro de Atas do I Congresso Internacional sobre Cultura*, Covilhã, LabCom.IFP, Universidade da Beira Interior, 2016, p. 126 (pp. 125-153).

<sup>13</sup>REAL, Miguel, “Nossa Senhora de Fátima: novo D. Sebastião Existencial”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 12 a 25 de setembro de 2018, p. 24.

*Teoria(s)* que contam já com quatro anteriores: a do *Sebastianismo*, a do *Pecado*, a da *Felicidade* e a do *Mal*, e, ainda que muito fugazmente, trazemos também à colação *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017). No domínio ficcional, revisitamos brevemente *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia* (2010), *O Feitiço da Índia* (2012), *A Cidade do Fim* (2013) e, a cereja no topo do bolo, logo, escrutinada com maior detalhe, *Cadáveres às Custas* (2018), com o intuito de nos aproximarmos deste traço tão importante da cultura portuguesa: Fátima.

No que à obra ensaística diz respeito, apraz-nos, desde logo, afirmar que *Fátima e a Cultura Portuguesa* não foge à regra geral das leituras “omnívoras” que Miguel Real tem por hábito fazer sobre todos os temas que explora, com óbvios reflexos numa análise sistémica e completa dos temas. Com efeito, apresentando vários paradigmas hermenêuticos de Fátima e alertando para o esgotamento do paradigma fatimiano do século XX, o ensaísta em apreço, concretamente no subcapítulo “O paradigma fatimiano do século XXI”, não deixa de cruzar o conhecimento de vários estudos de cunho científico; uns no domínio da historiografia portuguesa contestatária do fenómeno das “Aparições e do milagre do Sol”<sup>14</sup>, como é o caso do Luís Filipe Torgal, outros, já no domínio da historiografia americana, como o Jeffrey S. Bennett, entrando no campo da sociologia das religiões, que enquadra Fátima na hereditária veia visionária, espiritualista e messiânica Portuguesa de Sousa Martins, de Fernando Pessoa, do sebastianismo; outros ainda que abraçam a reportagem histórica *O Sol Bailou ao Meio-Dia. A Criação de Fátima* (2011, 2017), de Patrícia de Carvalho<sup>15</sup>. Miguel Real não deixa de eleger, de acordo com o novo paradigma, *Fátima. Lugar Sagrado Global* (2017), da autoria de José Eduardo Franco e de Bruno Cardoso Reis, o melhor livro recentemente publicado sobre o assunto, ao lado de *Fátima. Das Visões dos Pastorinhos à visão Cristã* (2017), do Bispo Carlos Moreira de Azevedo, que, entre outros detalhes, traz à luz a terminologia “visões”, em detrimento da convencionalmente popularizada, “aparições”, parecendo mais acertada também aos olhos do ensaísta em análise. Estes estudos científicos vêm acrescentar conhecimento, abrir novos horizontes, contribuindo para um debate mais esclarecido e, na medida do possível, isento, procurando dar um passo em frente em relação à tensão ou

<sup>14</sup> *Idem, Fátima e a Cultura Portuguesa*, p. 35.

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*, pp. 34-35.



impasse epistemológico que surgiu no final do século passado, algures perdido entre as tendências hermenêuticas mais Ortodoxas e mais Heterodoxas, que medeiam entre a teoria oficial coincidente com a visão da Igreja Católica sobre Fátima plasmada, desde a década de 20, n' *Os Episódios Maravilhosos de Fátima* (1921), *As Grandes Maravilhas de Fátima* (1927) e *O que é Fátima?* (1936), pelo Cónego Formigão, sob o pseudónimo de Visconde de Montelo, até à *Fátima Extraterrestre* defendida por Joaquim Fernandes e Fina d' Armada em *Intervenções Extraterrestres de Fátima. As Aparições e o Fenómeno OVNI*. Miguel Real não deixa de salientar as contraditórias publicações, assentes em especulações, hipóteses, que deram à estampa durante o século XX e que ora se concentravam numa aceitação acrítica das Aparições, sendo *O Século de Fátima*, da autoria de João César Neves, o expoente máximo desta linha hermenêutica, ora se preocupavam em apontar o dedo a uma eventual maquinação interesseira da Igreja, *Fátima Nunca Mais* (1999), prolongada em *Fátima S.A.* (2015), do Padre Mário de Oliveira, a título de exemplo. Isto já para não falar das publicações que surgem fruto de tendências hermenêuticas Ortodoxas e Heterodoxas e da tensão ou do impasse epistemológico que surgiu no final do século passado, como já se aludiu. Enfim, de todas estas leituras Miguel Real nos procurou deixar uma «visão».

Mais uma vez, vem ao de cima a tal visão conciliadora, nunca radical, posto que, como nos explica, não quis, ao longo desta obra cair na clássica leitura redutora de “um milagre do Céu ou uma burla da diocese de Lisboa”<sup>16</sup> contra a República. Defende, ao invés,

que houve uma experiência psicológica extraordinária, da ordem do fantástico, que foi interpretada segundo as categorias religiosas supersticiosas da mentalidade de Lúcia, Francisco e Jacinta e, mais tarde, a partir da década de 30, inserida por Lúcia na mitologia vulgar da Igreja Católica, com a diabolização do Comunismo e o conseqüente aproveitamento político do Estado Novo<sup>17</sup>.

Ainda que reconheça que as aparições eram uma “seta da Igreja e da cultura portuguesa tradicionalista e conservadora apontada ao coração da Re-

<sup>16</sup> *Idem*, “Nossa Senhora de Fátima: novo D. Sebastião Existencial”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, p. 24.

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*, p. 24.

pública”<sup>18</sup>, acredita na tese da “colossal e desmedida experiência psíquica” efetivamente vivida pelos três pastorinhos de 10, 9 e 7 anos, sustentando a sua crença no fenómeno sensoriado, na pressão psicológica e social exercida sobre as crianças que não as demoveu, nem as beliscou nas suas convicções. Tal como nos diz, “tinham contra si a totalidade institucional da sociedade: a Família, a Comunidade, a Igreja e o Estado. E não existe nos inquéritos de 1917 e nas primeiras notícias dos jornais uma leve hesitação dos pastorinhos sobre a realidade das aparições”<sup>19</sup>.

No capítulo “Fátima e a Tradição Mítica Portuguesa”, Miguel Real recorda que a rutura civilizacional e cultural vivida aquando da Implantação da República conduziu a uma “teoria da intervenção divina no curso da História de Portugal, uma teoria profana, heterodoxa à tradição institucional eclesiástica. Fátima é a sua face popular e religiosa”<sup>20</sup>. De seguida, citando uma panóplia de onze autores de renome, que vão de Sampaio Bruno, passando por Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa, Agostinho da Silva, António Quadros, Dalila Pereira da Costa, António Telmo, Manuel J. Gandra, Natália Correia, Paulo Borges e Pedro Martins, explica não ser aleatória a teorização em torno da intervenção de uma transcendência no curso da História de Portugal, pelo contrário, é parte constitutiva da Cultura Portuguesa. Isto é, a esta teorização, cultural e filosófica, soma-se a realização histórica das “Aparições de Fátima”, provando que o princípio da transcendência é parte integrante da cultura portuguesa<sup>21</sup>. Entendendo que Fátima, de algum modo, constitui um resgate hodierno da “visão providencialista do papel de Portugal no Mundo de D. Manuel I”<sup>22</sup>, Miguel Real entende que se enquadra nesta “tradição mítica na sua versão popular e religiosa, até supersticiosa e pagã, ou seja, é expressão de um típico e tradicional providencialismo (cristão), realçado como um dos fundos permanentes da cultura portuguesa”<sup>23</sup>. O segundo impulso providencialista, na opinião do ensaísta em apreço, que tem como exemplos o Sebastianismo e a Inquisição do século XVII, firma Portugal, voltado para si próprio, como um país onde imperarão sempre costumes cristãos exemplares

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 23.

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*, p. 23, para as duas últimas citações.

<sup>20</sup> *Idem, Fátima e a Cultura Portuguesa*, p. 165.

<sup>21</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 166.

<sup>22</sup> *Idem, ibidem*, p. 167.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 168.



e puros<sup>24</sup>. Se olharmos para o tempo do Estado Novo, permanece a dúvida sobre se terá sido este último que

se aproveitou de Fátima ou se foi Fátima, a partir do final da década de 20, que forneceu a caução transcendente e messiânica ao Regime – porventura, através de tenteios, ambos os protagonismos se encostaram mutuamente numa tentativa de aperfeiçoamento histórico, desenhando Fátima “Altar do Mundo” e um Portugal vanguarda de uma Europa Cristã, que o século XX, positivista, não admitia<sup>25</sup>.

Passando para a atualidade, o ensaísta em apreço entende que, num “país socialmente desequilibrado”, de “elites embusteyras”, existe hoje na cultura portuguesa uma espécie de substituição do culto do D. Sebastião pelo culto da Nossa Senhora de Fátima, dando, por conseguinte, continuidade a uma história de “espera mítica de Algo ou Alguém que um dia instaure um país e um tempo de justiça e prosperidade”<sup>26</sup>.

Enfim, no que concerne ao campo da teoria das mentalidades, Nossa Senhora constitui, segundo esta visão de Miguel Real, um

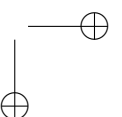
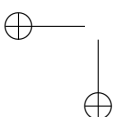
novo D. Sebastião existencial em forma de «mãe do Céu», vindo para corrigir e reorientar o povo português, o Encoberto regenerador que garante que, independentemente do discutível valor dos políticos e das autoridades bispais, continuará a ser, como sempre tem sido, a «mão de Deus» protectora de famílias e populações, amaciando-lhes a existência, o seguro espiritual de que o bem derradeiro triunfará sobre o mal». Fátima é um pináculo máximo da História Mítica Portuguesa desde D. Afonso Henriques e da Lenda da aparição de Cristo na Batalha de Ourique até à caracterização do português como povo eleito, privilegiado por Deus por Fernando Pessoa, António Quadros, Dalila Pereira da Costa, Agostinho da Silva, António Telmo, sustentados nos estudos de Sampaio Bruno e Teixeira de Pascoaes nos princípios do Século XX<sup>27</sup>.

<sup>24</sup>Cf. *Idem, ibidem*, p. 169.

<sup>25</sup>*Idem*, “Nossa Senhora de Fátima: novo D. Sebastião Existencial”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, p. 24.

<sup>26</sup>*Idem, ibidem*, p. 24, para as três citações.

<sup>27</sup>*Idem, ibidem*, p. 23.



Já em *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, reportando-se aos tempos subsequentes ao século XVII, Miguel Real refere a “subordinação acéfala aos ditames ideológicos da Igreja de Roma”<sup>28</sup>, que tem conduzido as mentalidades, ainda hoje espelhada no culto mariano em Portugal, sendo Fátima visitada, anualmente, por cinco milhões de Portugueses. Daqui resultará, na sua opinião, uma “espiritualidade lírica, comunitária, disponível para a crença em milagres”<sup>29</sup> e a tal “cultura do milagre” que acima mencionámos.

Feito este breve périplo pela obra ensaística, damos continuidade ao labor anunciado, olhando, doravante, para as obras ficcionais acima elencadas. Para tal, convocamos de imediato a presença da personagem principal d’ *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*, a rainha, “crente e fervorosa seguidora”<sup>30</sup> de Nossa Senhora, concebendo-a como o novo D. Sebastião existencial, agora, em forma de Mãe do Céu, refúgio dos sofredores e mediadora entre um passado triste e um futuro melhor, a fim de darmos início ao exercício proposto. Ora, ouçamos as suas palavras a isto atinentes:

Trouxe a Senhora no coração, muito e muito no meu coração, na adoração a Fátima representa-se o **apelo sofrido e compungido** pela sua Mãe do Céu, **espécie de refúgio desesperado** de amor à falta de um permanente pai terrestre e de um Deus que as abandona na pobreza e na dor, compensando pelo doce e insepulto amor da Senhora, **bálsamo de lágrimas para quem só lágrimas tem, ansiando pela Sua graça como mediadora entre passado amargo e futuro risonho**<sup>31</sup>.

Num outro momento, digladiando-se entre a ideia da Mãe do Céu algo justiceira que, não se mostrando agradada com os maçons<sup>32</sup>, aparecia na Cova da Iria, e a Mãe de todos, independentemente da sua origem, cor, crença, fação, ouvimos a rainha proferir este longo discurso:

as memórias de Lúcia, escritas à distância de vinte anos, constituem um repositório de acontecimentos de difícil veracidade, é impossível crer

<sup>28</sup> *Idem, Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta, 2017, pp. 99-100.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, pp. 99-100.

<sup>30</sup> *Idem, As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*, Alfragide, Dom Quixote, 2010, p. 242.

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*, p. 252, negrito nosso.

<sup>32</sup> *Idem, ibidem*, p. 238.



que a Mãe de Deus tome partido por uns contra outros homens, monárquicos contra republicanos, capitalistas contra comunistas, absolutistas contra liberais, Salazar contra Estaline. Nossa Senhora é mãe de todos e a todos acolhe no abraço do seu regaço, mesmo filhos e rebeldes, sobretudo a estes, nossa senhora não benze os canhões de guerra de uns contra os outros soldados jovens, perfilando-se ao lado de bispos e generais de rotundo ventre e saciado e peito medalhado, eu buscava em Fátima, não a Igreja atual, mas o lugar sagrado que os templos tinham para mim na infância, entrava em Fátima como se entrasse no bosque sagrado dos druidas gauleses<sup>33</sup>.

Através da voz da rainha D. Amélia e da figura da Nossa Senhora de Fátima que esta convoca, Miguel Real vai inclusive mais longe, acabando por criticar certos excessos cometidos no tempo da expansão portuguesa. Opõem-se as pobres marias às ricas teresas. A cobiça de alguns, mais privilegiados, tornava várias mulheres, mais desfavorecida, as tais e tantas “marias”, infelizes, abandonadas à sua sorte, à mercê dos inimigos que não perdiam uma oportunidade, enquanto os filhos e os maridos partiam para longínquas paragens. Vejamos o trecho a isso atinente:

As preces das portuguesas a Nossa Senhora de Fátima exprimem a imensa dor da clássica mulher portuguesa abandonada pela Corte ou pelo Estado, os filhos partidos para Ceuta, em busca de trigo, para a Guiné, a carregarem pretos escravos, para o Brasil, a piscarem ouro, para a Índia, a cevarem pimenta e canela, a sua casa tomada pelos espanhóis, a horta pisada pelos franceses e explorada pelos ingleses. Tem sido assim Portugal magnânimo para com a condessas, duquesas e outras teresas abastadas; bastarda para com as marias. Só lhe restava prender-se a mulher portuguesa a Nossa Senhora, ansiando pela Luz que Portugal sempre obscureceu, revendo os seus ais nos ais de Nossa Senhora, que, como ela, de tanto e tanto sofrer, mais não pode sofrer<sup>34</sup>.

Mas não é apenas nesta obra que temos nota da figura de Nossa Senhora. Encontramos também eco desta imagem através de uma referência mais fugaz

<sup>33</sup> *Idem, ibidem*, p. 249.

<sup>34</sup> *Idem, ibidem*, p. 253.



à crença de Augusto, o único português (não luso-indiano) a permanecer em território de Goa após a invasão das tropas da União Indiana, em 18 de dezembro de 1961. Esta personagem d' *O Feitiço da Índia*<sup>35</sup>, apesar de casado em Lisboa com Rosa, e por muito que as relações com estrangeiros fossem interditas, não deixou de se apaixonar perdidamente por uma jovem indiana, de seu nome Rhema, filha de um brâmane. Acaba por assumir a sua paixão com Rhema, com quem teve dois filhos, Sumitha e Arun (este último era deficiente), e, enfeitiçado pela Índia, por lá fica até ao seu derradeiro suspiro em Goa, não esquecendo, todavia, as suas origens condensadas na língua e na religião. Sumitha recordava-se de ter ouvido o pai falar-lhe em português: “passara-lhe a memória da língua, que fora a sua primeira identidade”<sup>36</sup>. Por amor, e para dar o exemplo aos seus filhos, indianizou-se na roupa, comida, costumes, frequentando inclusive o templo sagrado dos indianos (“não lhe custaria adorar os deuses hindus se pensasse que estaria a adorar um santo português, o templo não interessava desde que fosse um lugar sagrado”<sup>37</sup>) e tendo, no leito da sua morte, optado por ser “incinerado como um verdadeiro indiano”<sup>38</sup>. Por fim,

esqueceu Portugal e a língua portuguesa, falava concani como um nativo, vestia-se como eles, de turbante laranja, deixou-se cicatrizar e pintar como um indiano e tornou-se crente de Lord Ganesh, sem nunca ter jogado fora a correntinha de ouro com o crucifixo e uma pagela de Nossa Senhora de Fátima<sup>39</sup>.

Não obstante, “no fundo guardou sempre a crença cristã”<sup>40</sup>, posto que,

<sup>35</sup>Os próximos parágrafos relacionados com as obras *O Feitiço da Índia* e *A Cidade do Fim* foram repescados de um artigo da nossa autoria previamente publicado (LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier, “Língua Portuguesa e Lusofonia em Miguel Real”, in LUÍS, Alexandre António da Costa, LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier e OSÓRIO, Paulo (org.), *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*, Lisboa, Edições Colibri e Universidade da Beira Interior, com o apoio da Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras, Universidade de Toronto, Instituto Politécnico de Macau, Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, 2016, pp. 47-82).

<sup>36</sup>REAL, Miguel, *O Feitiço da Índia*, Lisboa, D. Quixote, 2012, p. 207.

<sup>37</sup>*Idem, ibidem*, p. 209.

<sup>38</sup>*Idem, ibidem*, p. 210.

<sup>39</sup>*Idem, ibidem*, p. 186.

<sup>40</sup>*Idem, ibidem*, p. 211.

perto da morte, **rezava a Nossa Senhora**, pedindo inclusive a Sumitha um “crucifixinho de ouro que os pais lhe tinham dado em criança”<sup>41</sup>. É interessante verificar esta simbiose de culturas, bem como a combinação histórica destes dois elementos: língua e religião.

Como é sabido, *A Cidade do Fim* (2013) encerra todo um ciclo da nossa História: o ciclo do império. E é nada mais, nada menos do que Fátimo Martins que, em dezembro de 1999, três dias antes de morrer, testemunha a entrega oficial do território de Macau à República Popular da China, dando-nos ainda conta da lenta decadência do poder imperial e dos conflitos com a comunidade chinesa. Note-se que o seu nome nada convencional, Fátimo, resulta de uma espécie de homenagem às aparições de Fátima que sucederam no mesmo ano do seu nascimento. Portanto, logo no primeiro capítulo temos nota do fenómeno religioso Fátima, aquando da narração do milagre do sol que se regista a par e passo com o nascimento do tal Fátimo, acontecimentos ocorridos precisamente a 13 de outubro de 1917. Naturalmente, a escolha da figura de Fátimo para a *Cidade do Fim*, assinalando quer o esgotamento da Língua de Camões no seu uso clássico, facto anunciador da nova representação da língua neste nosso século com o contributo das versões linguísticas brasileira, timorense, angolana, moçambicana, guineense, são-tomense e cabo-verdiana, quer o “esgotamento do paradigma fatimiano do século XX”, tema que, aliás, é objeto de análise em *Fátima e a Cultura Portuguesa*, não é de todo inocente. Ora, para além da irónica masculinização indevida do nome, por conta do parco conhecimento da língua portuguesa da “patroa francesa”<sup>42</sup> que o escolheu, patroa essa que estava também atenta às aparições de Fátima, é ainda digno de nota que a mãe desta personagem constitui uma fiel seguidora do culto mariano (“A mãe de Fátimo ganhara uma devoção por Lúcia”<sup>43</sup>), representando, de algum modo, os seguidores dos três pastorzinhos que, mesmo vivendo fora de Portugal, dão continuidade à sua devoção.

Juntando-se às obras acima evocadas que nos dão conta desta dimensão religiosa, concretamente voltada para o culto fatimiano fortemente arreigado à cultura portuguesa, evocamos, de seguida, *Cadáveres às Costas*<sup>44</sup>, dado à

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p. 212.

<sup>42</sup> *Idem, ibidem*, p. 17.

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*, p. 21.

<sup>44</sup> As ideias expressas nos próximos parágrafos foram previamente publicadas num artigo da revista *Triplo V* (Luís, Carla Sofia Gomes Xavier, “*Para uma Leitura de Cadáveres às Costas*,”

estampa em março de 2018 e apresentando como mote inaugural precisamente as aparições de Fátima.

Tirando uma “radiografia” ao edifício ósseo do País e registando, num longo e divertido relatório de 492 páginas (distribuídas por oito tópicos, seis aparições e dois epílogos), os males de que padece, onde pontificam, como é apanágio das suas obras, contextos históricos e traços típicos da mentalidade portuguesa, imprescindíveis à inteligibilidade do diagnóstico, Miguel Real isola o problema crónico de Portugal: a dificuldade em cicatrizar as feridas do passado. Condenado a viver com tantas maleitas, lá se vai arrastando com a ajuda de alguns analgésicos que, embora não curando, procuram disfarçar o sofrimento.

Conjugando exemplarmente duas insígnias figuras da literatura universal, Gil Vicente e William Shakespeare, esta obra encontra um apreciável equilíbrio entre o humorístico e o sério. Por um lado, em jeito do “ridendo castigat mores” vicentino, Miguel Real esboça algumas personagens tipo, ou típicas, que se alastram na sociedade contemporânea, criticando, por seu interposto, certos vícios da mesma; por outro lado, ao sabor da obra prima de William Shakespeare, *King Lear*, o autor em apreço aborda tópicos dignos de uma reflexão mais filosófica, posto que somos colocados quer diante de conceitos como o poder, a família, a educação, quer de outros que entram mais na esfera do ser, da natureza humana, da condição humana, por assim dizer (o envelhecimento, a depressão, a morte...). Destacamos ainda neste apartado as virtudes e os defeitos do ser humano que habitam as sociedades modernas (a fidelidade, a paixão, a indecisão, os vícios, a mentira, a avareza, o oportunismo, a ignorância, a inveja, a traição, a luxúria, etc.), tão bem captados e plasmados nas personagens selecionadas para as duas histórias paralelas que, a dada altura, se cruzam. Tudo isto enquadrado numa moldura histórico-cultural altamente relevante para o nosso autoconhecimento e plasmado numa linguagem extremamente rica, sendo que, ao sabor queirosiano, somos presenteados com uma vetusta descrição de ambientes, de indumentárias, de objetos, de rostos, etc., que se alastra a todo o romance.

E passamos, sem mais delongas, a concretizar a leitura acima debuxada,

---

*de Miguel Real*”, in *Triplo V de Artes, Religiões e Ciências*, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 19-04-2018, disponível em: <http://triplov.com/para-uma-leitura-de-cadaveres-as-costas-de-miguel-real/>). REAL, Miguel, *Cadáveres às Costas*, Lisboa, D. Quixote, 2018.



mas não sem antes recordarmos que esta breve apresentação de *Cadáveres às Costas* constitui apenas e tão somente uma proposta de leitura. Não se pretende, nem tal seria possível, esgotar o incrível manancial de tópicos dignos de destaque e de uma atenção mais apurada. Com efeito, é nossa intenção, por via das parcas notas delineadas nas páginas que se seguem, trazeremos à colação algumas ideias, que estarão, por certo, circunscritas aos nossos universos de referência e gostos pessoais.

Convicto de que o povo português, por razões históricas, que remontam a mitos, providencialismos, messianismos seculares, espécie de húmus da nossa cultura, é um povo de “espiritualidade lírica, amorosa, comunitária, disponível para a crença em milagres”<sup>45</sup>, Miguel Real toma como mote para a história deste romance o tema das aparições de Fátima. A miraculada é, desta feita, a matriarca D. Consolação, o mais antigo membro da família Peralta Perestrêllo, já centenária<sup>46</sup>, que, cem anos depois da “primeira aparição de nossa senhora na Cova da Iria”<sup>47</sup>, concretamente no dia 13 de maio de 2017, vislumbra a imagem da irmã Lúcia no seu quarto, que lhe transmite uma mensagem secreta. Após esta visita, e apesar de há muito acamada, consegue erguer-se e dar uns passinhos<sup>48</sup>, facto que surpreende todos à sua volta. E instala-se a dúvida sobre o sucedido: será milagre? Ou tal facto encontra explicação na ciência? Quiçá pela voz do Neurologista?<sup>49</sup>.

Sem surpresa, na presente história, não se trata nem da reforma antecipada de um governante, nem da divisão do reino em três partes, mas sim da forma como as pessoas que rodeiam a matriarca, não só familiares, como também certos membros da igreja, procuram tirar dividendos do suposto milagre ocorrido. Por outras palavras, neste caso concreto, o poder consiste não tanto no pecúlio a herdar, mas está mais focado no milagre propriamente dito e nas diferentes formas de se fazer uso deste acontecimento. Com efeito, os três netos de D. Consolação, filhos da artificial Mafalda (“pestanas postiças”, “montra de outro e prata no corpo”<sup>50</sup>) e do delirante “classista” Bartolomeu<sup>51</sup>, os

<sup>45</sup> REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 100.

<sup>46</sup> *Idem*, *Cadáveres às Costas*, Alfragide, D. Quixote, 2018, p. 24.

<sup>47</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 24.

<sup>48</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 43.

<sup>49</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 140 e 141.

<sup>50</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 43.

<sup>51</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 53.

dois mais velhos, Martim, interesseiro e balofo morgado, Barão e deputado<sup>52</sup>, Constança, a “jornalista metediza”<sup>53</sup> e presunçosa, e a mais nova, a indecisa, Sancha, fruto dos novos tempos, ora artista plástica (pintura, olaria<sup>54</sup>), ora “vegetariana”, ora carnívora”, ora “budista”<sup>55</sup>, “não era nada, nada fazia na vida e pouco interesse manifestava sobre o que fosse”<sup>56</sup>, recordam-nos, de alguma forma, as três filhas de *King Lear*, de William Shakespeare, Regan, Goneril e Cordélia. Os dois mais velhos, em ambas as histórias, tentam imediatamente aproveitar-se da situação (embora Regan e Goneril sejam muito mais pérfidas); ao passo que as mais novas, envoltas no vocábulo “nada”, que é tudo, são mais autênticas, transparentes e verdadeiramente conectadas aos seus ascendentes, Rei Lear (mesmo depois de expulsa do reino, Cordélia perdoa o pai e ampara-o na velhice e na loucura) e avó Consolação (é a neta Sancha, a “neófita”<sup>57</sup>, que a acompanha e, a certa altura, trata dela, considerando-se a herdeira do segredo), respetivamente.

Enfim, descontando a mais nova, Constança e Martim, como já se disse, pensam logo em tirar partido da situação. A primeira seria pela notícia privilegiada que, na qualidade de jornalista, escreveria para um jornal sensacionalista<sup>58</sup>; o segundo, pelo aproveitamento político que, porventura, lhe traria acréscimo de popularidade<sup>59</sup>, futurando inclusive o slogan perfeito: “o deputado da igreja”<sup>60</sup>. Note-se que nenhum deles acredita no sucedido. Martim defendia inclusivamente “um cristianismo moral como instaurador das regras sociais de convívio, não um cristianismo supersticioso, carregado de milagres em velhinhas centenárias”<sup>61</sup>. Apesar de Sancha, o rosto do “bem”<sup>62</sup>, mostrar-se inicialmente confusa<sup>63</sup>, decidindo não acreditar em nada, entretanto, evolui o seu pensamento e passa “a acreditar com algum entusiasmo arrebatado, até

<sup>52</sup> *Idem, ibidem*, pp. 44-45.

<sup>53</sup> *Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>54</sup> *Idem, ibidem*, p. 103.

<sup>55</sup> *Idem, ibidem*, p. 103.

<sup>56</sup> *Idem, ibidem*, p. 103.

<sup>57</sup> *Idem, ibidem*, p. 403.

<sup>58</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

<sup>59</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

<sup>60</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

<sup>61</sup> *Idem, ibidem*, p. 47.

<sup>62</sup> *Idem, ibidem*, p. 369.

<sup>63</sup> *Idem, ibidem*, p. 104.

obstinado nas aparições de Lúcia e nas visões da avó<sup>64</sup>, autoconvencendo-se inclusivamente de que “após a morte da avó, caberia a ela um papel preponderante na mensagem revelada por Lúcia”<sup>65</sup>; seria, portanto, a sua “continuadora”<sup>66</sup>. Vagueando entre vários “eus”, encontra agora um sentido para a sua existência. Como é sabido, os reformistas ingleses do século XVI, que terão influenciado Shakespeare, apreciavam a clareza com base na figura de Jesus Cristo, identificando-a com as qualidades de essência, sinceridade e genuinidade. Por conseguinte, valorizavam uma retórica que primasse pela transparência, que privilegiasse o sentimento, a verdade, a autenticidade, predicados curiosamente aplicáveis, de algum modo, a Cordélia e a Sancha (note-se que esta última considera o comportamento de Constança “indecente”<sup>67</sup>, rasgando duas páginas escritas pela irmã); isto em detrimento da retórica balofa, da artimanha, da trapaça, da teatralidade, características dos irmãos de ambas, que pensam de uma forma, mas ludibriam o próximo com falas repenicadas de falsidades.

Não podemos, de igual modo, deixar de fazer notar que os reformistas criticavam severamente o clero da Igreja Católica, acusando os seus membros de manipular os fiéis através da prática de um teatro fraudulento, induzindo-os em crenças falsas. Na obra em análise, as figuras do guloso (antevendo o belo doce amarelo-gema-de-ovo que iria saborear<sup>68</sup>) Cónego Formigão, já nosso conhecido d’*A Voz da Terra*<sup>69</sup>, e do Bispo Passarinho corporizam os defeitos acima descritos, sendo que ambos procuram tirar partido do alegado milagre operado. O primeiro, “interesseiro, mas não supersticioso”<sup>70</sup>, mesmo duvidando do milagre, não hesita em tirar dividendos desta situação, carregando, a curto trecho, “dois cheques volumosos na carteira, ia mudando de opinião sobre a veracidade da aparição”<sup>71</sup>; o segundo, teatral, profere “uma frase de estalo registada em foto-vídeo” que, mais tarde, seria “vendida em exclusi-

<sup>64</sup> *Idem, ibidem*, p. 403.

<sup>65</sup> *Idem, ibidem*, p. 403.

<sup>66</sup> *Idem, ibidem*, p. 403.

<sup>67</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

<sup>68</sup> *Idem, ibidem*, p. 58.

<sup>69</sup> *Idem, A Voz da Terra*, 4.ª ed., Alfragide, D. Quixote, 2012 [1.ª ed., Matosinhos, Quidnovi, 2005], p. 76.

<sup>70</sup> *Idem, Cadáveres às Costas*, p. 77.

<sup>71</sup> *Idem, ibidem*, p. 110.

vidade ao mais importante seminário português”<sup>72</sup>. A dada altura, de olhos postos no potencial do acontecimento em causa, este último, aconselhado pelo cônego Formigão, sublinha inclusive “a nova matriz de espiritualidade obrada pelo milagre sucedido”<sup>73</sup>. Com o avançar da história, ambos, com a ajuda de Martim, contribuem para transformar o Parque Eduardo VII no Santuário de Lisboa, que viria a ser o “Santuário da Humildade”<sup>74</sup>. Portanto, assistimos, não inocentemente, à união de facto entre poder religioso e poder político, “religião e política de mãos dadas”<sup>75</sup>, ironicamente, sintetizada na designação da conferência de imprensa: “Humildade”<sup>76</sup>. Entramos, por conseguinte, no imaginário deste, e de outros cenários, pela força da palavra, pela riqueza da expressão, que Miguel Real nos oferece. Neste caso concreto, bastava a descrição das vestes de ambos para mergulharmos imediatamente no ambiente teatral, que denuncia o aparato montado, senão vejamos: “o bispo Passari-nho, sua reverência, vestia profanamente, fato escuro, camisa roxa, cabeção creme, a seu lado Martim, trajado do uniforme de deputado, corpo de gordura flácida, um barril de carne, porém oco, refegos a brotarem sob a camisa azul monogramada, gravata verde, nó volumoso, jaquetão azul”<sup>77</sup>.

Ainda de olhos postos na igreja reformista que agitou profundamente a sociedade britânica do século XVI, com reflexos óbvios na obra de Shakespeare, e, ao que parece, também neste romance de Miguel Real que agora analisamos, recordamos que condenava as imagens, as indumentárias, os rituais, as cerimónias e os espetáculos da Igreja Católica Romana, considerando-os teatrais e vazios de sentido. Além do trecho acima transcrito, mais focado na indumentária, refira-se que temos, de igual modo, eco dos outros tópicos. Salienciamos, meramente a título de exemplo, a voz do jovem “ateu”<sup>78</sup>, que se ergue perante “a decoração de falso luxo da capela mortuária”<sup>79</sup>, considerando-a “um perfeito cenário *kitsch* pós-moderno a espelhar a decadência da igreja e a degradação da morte”<sup>80</sup>, audível aquando do falecimento de seu pai. Também

<sup>72</sup> *Idem, ibidem*, p. 370.

<sup>73</sup> *Idem, ibidem*, p. 111.

<sup>74</sup> *Idem, ibidem*, p. 481.

<sup>75</sup> *Idem, ibidem*, p. 481.

<sup>76</sup> *Idem, ibidem*, p. 481.

<sup>77</sup> *Idem, ibidem*, p. 481.

<sup>78</sup> *Idem, ibidem*, p. 48.

<sup>79</sup> *Idem, ibidem*, p. 38.

<sup>80</sup> *Idem, ibidem*, p. 38.



destacamos a opinião das duas criadas velhas de D. Consolação, longilíneas herdeiras da cultura hebraica, vestidas de preto, quase que a mimetizar a figura dos abutres à espera da morte que, entretanto, se vai adiando. Note-se que ambas:

desconfiam das altas rodas da igreja, tão coladas aos grandes como ao poder, uma cúria de homens trajada medievalmente, ridícula nos seus panejamentos, disfarçada de rigor eclesiástico, esquecida da bondade evangélica, habituada ao luxo, à sumptuosidade e à hipocrisia. A memória das células do corpo das duas velhas recorda-lhes grilhões, cativéis, fogueiras, as celas de conversão nas Marinhas<sup>81</sup>.

Pela sugestiva expressão “memória das células...”, facilmente se infere o ressentimento de ambas perante a mão pesada do Santo Ofício que haveria de ter fustigado os seus ascendentes. Deixamos ainda mais um apontamento em torno da doutrina da transubstanciação. Defendida pela Igreja Católica Romana e refutada pelos reformistas, é abordada na obra em análise aquando da comunhão espiritual que Lúcia dera a D. Consolação<sup>82</sup> e que encheu de aroma a flor de laranjeira o seu quarto.

Enfim, perante a metáfora das aparições, mote inaugural do presente romance, e pelas achegas de Miguel Real voltadas para a forma como a religião tem sido conduzida, ao longo dos tempos, por alguns responsáveis, mormente das mais altas esferas do poder, parece-nos legítimo afirmar que, não se colocando em causa a fé genuína, despida de interesses, certas interpretações demasiado severas em torno da religião, neste caso a católica, impostas aos seguidores (ameaçados com as penas infernais), que desembocam quer em ancestrais práticas austeras, rígidas cerimónias desusadas, hierarquias invioláveis, certos abusos de poder, pedofilia, perseguições, onde naturalmente pontifica o monstro da Inquisição (tratado em várias obras), têm contribuído para as tais amarras que nos prendem ao passado e que, de algum modo, dificultam a evolução do pensamento.

Sem surpresa, a par da história da aparição acima mencionada surge uma outra que nela se vai entroncar, neste particular, a de um jovem universitário, de 20 anos<sup>83</sup>, que, com o intuito de se isolar para escrever um romance histó-

<sup>81</sup> *Idem, ibidem*, pp. 21-22.

<sup>82</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

<sup>83</sup> *Idem, ibidem*, p. 415.



rico, coloca em suspenso o indesejável curso de Direito, e a indesejável “sala mortuária do pensamento”<sup>84</sup>, que seu pai, antropólogo brilhante<sup>85</sup>, o obrigava a frequentar e arrenda uma assoalhada do sótão do solar (estilo francês e pom-balino) daquela família, de onde vê, em jeito garrettiano, “«uma nesguita do Tejo», oblíqua à cabeleira da estátua do Marquês de Pombal”<sup>86</sup>. Como se percebeu, o seu pai, era professor universitário, de renome internacional, contudo, sempre ausente, algures entre uma viagem e um congresso, um artigo e um livro. A fazer lembrar o *Feitiço da Índia*, e o terceiro beijo que o narrador nunca recebeu do seu pai, também aqui se regista a ausência de um “último beijo”<sup>87</sup>, físico, “face a face”<sup>88</sup>, desta feita, de derradeira despedida, antes da morte prematura do seu progenitor, causada pelo acidente de viação havido. Quiçá possamos, lendo nas entrelinhas, identificar um problema grave de que a sociedade contemporânea tem vindo a padecer: a ausência de tempo para a família. Isto é, com as exacerbadas exigências das carreiras profissionais, os pais, muitas vezes reféns do trabalho interminável e inadiável, acabam por dedicar menos tempo aos seus filhos (e restantes membros da família) do que gostariam. Tal ausência produz reflexos nocivos na formação da personalidade dos jovens, que crescem algo desamparados, com referências intermitentes, por vezes, órfãos de pais vivos. Outro tanto se poderia dizer dos idosos que são, muitas vezes, depositados em lares ou abandonados à sua sorte. Esta última ideia ganha ainda mais intensidade se pensarmos no momento de isolamento social que atravessamos recentemente, por conta de uma interminável pandemia que nos afastou dos entes queridos e, ironia do destino, como proteção dos mais idosos, nos obrigou a todos a colocá-los sozinhos numa espécie de bolha protetora sem prazo para acabar.

Retomando o novelo da história, note-se, todavia, que, apesar de doloroso, o padecimento do pai foi uma espécie de “grito do Ipiranga”<sup>89</sup>, posto que o narrador desta história abandonou, de imediato, o curso de Direito para se dedicar às Letras. Sentindo-se tentado a enveredar pelo romance histórico, congregava na sua biblioteca pessoal as seguintes referências literárias: Mar-

<sup>84</sup> *Idem, ibidem*, p. 84.

<sup>85</sup> *Idem, ibidem*, p. 39.

<sup>86</sup> *Idem, ibidem*, p. 40.

<sup>87</sup> *Idem, ibidem*, p. 38.

<sup>88</sup> *Idem, ibidem*, p. 38.

<sup>89</sup> *Idem, ibidem*, p. 39.

guerite Yourcenar, Catherine Clément, Fernando Campos, João Aguiar, Sérgio Luís de Carvalho, Henequim, Paulo Moreiras, Mário de Carvalho, Norberto Morais, João Paulo Oliveira e Costa, Deana Barroqueiro, João Morgado<sup>90</sup>.

Mas foi Bartolomeu Peralta Perestêllo, de “ascendência grosseira”<sup>91</sup>, pois descendente de um comerciante de escravos na Bahia (foi este burguês Peralta, seu pentavó, que adquiriu a propriedade<sup>92</sup>), companheiro do Franciso Félix de Sousa, d’ *O Último Negreiro*<sup>93</sup>, que, invocando Fernão Lopes e Rui de Pina, o incentivou a tornar-se cronista da família e do solar-palacete (edifício e família<sup>94</sup>). Entusiasmado, vai, doravante, saltando de tema em tema, na certeza, porém, de que redigiria um romance histórico<sup>95</sup>. Ora vai escrever sobre a História do palacete:

um paço tornado solar, um solar tornado palacete, e duas famílias, uma aristocrata de pura raça, vertida decadente do século XVIII (os Miragaia, o Andaluzito), outra burguesa e comerciante, ascendente, de origem plebeia e escravocrata (os Peralta), ambas síntese da história de Portugal de d. Dinis à atualidade<sup>96</sup>.

Ora, parte para a História de Lisboa, de como chegou aqui: uma cidade turística e cosmopolita. O fim do império e a integração europeia haviam transmudado “Lisboa numa cidade multicultural, relativista nos valores, hedonista no culto da juventude”<sup>97</sup>, etc. Mas seria pertinente escrever sobre a igreja, aplicando as ideias de seu pai, discorreria sobre “a necessidade de religião até à Revolução Industrial, quando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia tinham tornado o homem dono e senhor da natureza, substituto de um deus criador e regedor do universo”<sup>98</sup>. Denunciaria “as intrigas pontifícias, as invejas na cúria romana, a pedofilia nos seminários, a especulação no banco do Vaticano”<sup>99</sup>. Ou então iria “unir a historiografia da família do Barão

<sup>90</sup> *Idem, ibidem*, pp. 31-32.

<sup>91</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

<sup>92</sup> *Idem, ibidem*, p. 30.

<sup>93</sup> *Idem, O Último Negreiro*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Quidnovi, 2006.

<sup>94</sup> *Idem, Cadáveres às Costas*, p. 31.

<sup>95</sup> *Idem, ibidem*, p. 31.

<sup>96</sup> *Idem, ibidem*, p. 32.

<sup>97</sup> *Idem, ibidem*, p. 32.

<sup>98</sup> *Idem, ibidem*, p. 47.

<sup>99</sup> *Idem, ibidem*, p. 48.



de Penha Curta e da sua casa apalaçada à proeminente escrita sobre a história de Lisboa e à história fabulosa da criação de uma identidade mítica de Portugal”<sup>100</sup>. Entretanto, “meu deus, tinha ali autênticos filões literários, a história do Andaluzito, a história do negreiro Faustino, não a vida, mas a história das representações imagéticas ou míticas de Viriato, a história de Lisboa cruzada com a história do solar-palacete dos Peralta, a história da Guerra Colonial registada no diário do pai de Contente Portugal, tinha o meu pai e a minha mãe, comunistas falidos, o pai torturado, personagens fortes, redondas, com se dizia na gíria literária”<sup>101</sup>. Mas ainda não é bem isto. Pensa então escrever sobre a Guiné e a guerra colonial que favoreceriam a escrita<sup>102</sup>. Além disso, viajando para este local, teria pouca concorrência e, caso existisse alguma, seria em crioulo. Tanto se entusiasma que chega a afirmar: “Sonhei que talvez no futuro me viessem a chamar o grande escritor da lusofonia”<sup>103</sup>. Até que finalmente arriba ao tema do “dia 13 de Outubro de 2017 e o milagre no céu, que engenheiros e cientistas explicavam na televisão por via da criação de placas ionizadas na atmosfera provocadas pelo raio que ligara as duas caudas dos aviões”<sup>104</sup>. Na realidade, o seu desejo mais profundo assentaria no

cruzamento entre as aparições de nossa senhora do Rosário a Lúcia em 1917 e as aparições de Lúcia a d. Consolação em 2017, mas como fazê-lo, como escrevê-lo, que ponto central da narrativa devo eleger, em torno de personagens ou em torno de situações, em torno de vivências individuais ou de ambientes sociais, escolher como linha dorsal o sexo e a violência (Lourenço Perestrêllo), ou o misticismo de Lúcia há um século e o delírio actual de d. Consolação, provocados por um país suspenso no tempo, o tempo mítico de Salazar e o tempo europeu da democracia, ambos insatisfatórios para a autêntica realização de Portugal<sup>105</sup>.

---

<sup>100</sup> *Idem, ibidem*, p. 61.

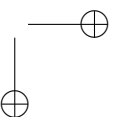
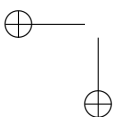
<sup>101</sup> *Idem, ibidem*, p. 124.

<sup>102</sup> *Idem, ibidem*, p. 455.

<sup>103</sup> *Idem, ibidem*, p. 415.

<sup>104</sup> *Idem, ibidem*, p. 455.

<sup>105</sup> *Idem, ibidem*, pp. 453-454.







Depois de tantas hesitações, está consciente de dispor de uma “mera escrita de um jovem que ousava dar um passo maior do que o pé”<sup>106</sup>. Sente, portanto, que quase tudo o que havia redigido, páginas dispersas, sem fio condutor, algumas de parca qualidade estética, não estavam capazes de ser submetidas à avaliação do crítico literário de seu nome, por graça (posto que é o nome civil de Miguel Real), Luís Martins<sup>107</sup>, como Sancha lhe sugerira a dada altura, com o intuito de o incentivar.

Através da interminável indecisão deste jovem narrador, aquando da escolha do tema para o seu iniciático romance, Miguel Real proporciona-nos uma viagem fértil em paragens relevantes para a identidade portuguesa, evocando, entre outras, imensas figuras de renome (D. Dinis, Salazar, Marquês de Pombal...), suas relações com a história das personagens, seus reflexos na cultura do país, bem como personagens e palcos lusófonos, de onde destacamos, a título de exemplo, o embalsamador português-guineense-cabo-verdiano (espécie de simbiose lusófona<sup>108</sup>), o último negreiro, Francisco Félix de Sousa, e os territórios Guiné, Índia (Goa), Angola, Brasil, Cabo-Verde (Tarrafal), etc. Além disso, descortinando-se algumas pistas em torno do árduo processo da escrita criativa, temos também eco de certas faces da sociedade contemporânea dignas de realce, que vão desde a justiça, que não funciona convenientemente; à organização social, com seculares resquícios feudais (“classes baixas”<sup>109</sup>); às profissões que mudam de nome, mas não o seu âmago, mantendo os mesmos privilégios (“nobres como ele, mas de recente ascendência, como hoje os ministros novos-ricos”<sup>110</sup>); ao esvaziamento da relevância de certas profissões, como é o caso da de professor; à repetição dos vícios do passado, de onde se destacam a inveja, “nascida do eterno desnível social”<sup>111</sup>, e o ciúme<sup>112</sup>; até à adulação dos novos heróis<sup>113</sup> dos dias de hoje e ao olvido dos antigos<sup>114</sup>, mormente pelos jovens. Este último tópico, leva-nos à questão do desconhecimento das gerações mais novas de alguns marcos históricos vi-

<sup>106</sup> *Idem, ibidem*, p. 454.

<sup>107</sup> *Idem, ibidem*, p. 163.

<sup>108</sup> *Idem, ibidem*, p. 89.

<sup>109</sup> *Idem, ibidem*, p. 466.

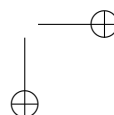
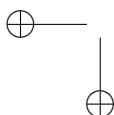
<sup>110</sup> *Idem, ibidem*, p. 29.

<sup>111</sup> *Idem, ibidem*, p. 28.

<sup>112</sup> *Idem, ibidem*, pp. 28-29.

<sup>113</sup> *Idem, ibidem*, p. 416.

<sup>114</sup> *Idem, ibidem*, p. 417.



tais para o nosso autoconhecimento como povo, tornando-se, por conseguinte, uma geração algo amnésica. Aspeto, de resto, reportado por vários especialistas, de onde salientamos, por exemplo, o historiador Hobsbawm que, a este respeito, diz o seguinte: “a destruição do passado –, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam a nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenómenos mais característicos [...] do final do século XX [inícios do segundo milénio]. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo<sup>115</sup>”.

Em suma, perante o que até aqui foi exposto, não é de modo algum despicando afirmar que, através do olhar humilde, mas informado, do jovem aspirante a escritor, Miguel Real traz à colação alguns elementos básicos da mentalidade portuguesa, passando pela religião, política, sociedade e cultura, apresentando-nos “uma radiografia satírica de Portugal”<sup>116</sup>.

Quanto aos epílogos, cumprindo a sua função reveladora, o segundo desvela o teor do segredo transmitido por Lúcia. Afigurando-se a necessidade de renovação da igreja, colocar-se-á, doravante, a tónica em África, posto que o novo papa africano “de origem portuguesa”, um papa lusófono, portanto, haveria de deslocar o centro do catolicismo para este continente<sup>117</sup>. Futurava-se ainda o declínio do Vaticano que, neste cenário, seria uma “filial, uma espécie de museu luxuoso do passado da igreja”<sup>118</sup>. O primeiro, em jeito de prolepse, dá-nos, desde logo, conta do desfecho da história, da decisão de abandonar o país tomada por esta espécie de “vencido da vida” (pessoalmente, sexualmente e profissionalmente). A fazer lembrar o “pobre de mim” de Fernão Mendes Pinto, não por ter sido por treze vezes cativo e vendido, mas por outro tipo de amarras, o narrador desta história, proferindo exatamente as expressões “coitado de mim”, “pobre de mim”<sup>119</sup>, informa-nos, desde logo, da sua frustração, do seu sentimento de incompletude, posto que perdera tudo: pai, mãe<sup>120</sup>, namorada, bem como o tão desejado romance que nunca conseguiu concluir e,

<sup>115</sup> HOBBSAWM, Eric, *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX (1914-1991)*, 4.ª ed., trad. Marcos Santarrita, Lisboa, Editorial Presença, 2008, p. 15, acrescento nosso.

<sup>116</sup> REAL, Miguel, disponível em *Wook* [www.wook.pt/livro/cadaveres-as-costas-miguel-real/21502223](http://www.wook.pt/livro/cadaveres-as-costas-miguel-real/21502223) (acedido a 1-4-2018).

<sup>117</sup> *Idem*, *Cadáveres às Costas*, p. 492.

<sup>118</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 492.

<sup>119</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 15.

<sup>120</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 484.

por conseguinte, o panteão dos escritores medianos que nunca conseguiu alcançar. O romance principia exatamente com o local que lhe vai propiciar a fuga: a Agência de Viagens Abreu<sup>121</sup>, onde o jovem adquire uma passagem para Paris. Fugia, no fundo, dos cadáveres que Portugal lhe havia colocado às costas, quer decorrentes da sua história pessoal quer da História de Portugal; ambas mal resolvidas, pululadas de desgraças e de irrealizações.

Por diferentes motivos, a emigração continua a constituir uma solução para o povo português. Não são agora somente os intelectuais incompreendidos e desiludidos que abandonam o país, nem só os adultos à procura de melhores condições de vida para sustentar a família, mas também os jovens que não se conseguem realizar, que não conseguem alcançar o sucesso, ou por insegurança, ou por falta de talento, de paciência, ou porque não foram bafejados pela sorte, ou ainda, e mais grave, porque não encontram uma situação profissional satisfatória, condizente com a formação académica concretizada: a solução, nestes casos, é partir para outras paragens, onde os seus talentos sejam reconhecidos e recompensados monetariamente. De facto, diagnostica-se nas camadas mais jovens alguma desmotivação, apatia, bastas vezes, deveras justificada, perante a realidade que enfrentam: viver num país que já foi grande, mas que atualmente não serve, posto que não acolhe os seus jovens. No caso concreto do nosso narrador, apesar de, do ponto de vista material, possuir todas as condições, livros, informação, dinheiro (herdado<sup>122</sup>), amor, acaba por se sentir incapaz de concretizar o seu sonho. Note-se que, nesta história, o personagem Alexandre chegou mesmo a reunir vários dossiês com informação preciosa, de onde se destaca o completíssimo compêndio sobre Fátima, mas, mesmo assim, o “candidato a escritor”<sup>123</sup> não foi capaz de transformar o discurso historiográfico de Alexandre<sup>124</sup> num discurso ficcional com alguma qualidade estética, ou por falta de talento ou por humildade perante a história gigantesca de Portugal que lhe dificulta a escolha e lhe abafa a palavra. Quanto à sua amada Sancha, esta personifica a indecisão, demonstrando ademais uma “ignorância histórica”<sup>125</sup> confrangedora. Amnésica, sente inclusivamente dificuldade em definir a sua personalidade, a sua identidade.

<sup>121</sup> *Idem, ibidem*, p. 13.

<sup>122</sup> *Idem, ibidem*, p. 484.

<sup>123</sup> *Idem, ibidem*, p. 31.

<sup>124</sup> *Idem, ibidem*, p. 453.

<sup>125</sup> *Idem, ibidem*, p. 417.

Continuando a descrever algumas personagens típicas, por assim dizer, destacamos, de seguida, a classe dos professores. É através da mãe do narrador, professora de história, que temos eco do ambiente totalmente deteriorado, competitivo, das escolas<sup>126</sup> e da, acrescentamos nós, falta de educação e de conhecimento de alguns alunos, apesar de, como se tem vindo a constatar, massacrados com programas tão extensos, repletos de matérias desnecessárias e olvidando outras profundamente enriquecedoras, viverem para o estudo, ou melhor para a preparação maquinal para os testes. Fruto das políticas educativas vigentes, passou-se “de uma profissão nobre para uma profissão técnica”<sup>127</sup>, com efeitos nocivos na qualidade do ensino. Adite-se que, desencantados com o cenário, alguns professores limitam-se a cumprir horário e a contribuir para a desumanização do ensino, preparando os alunos de uma forma robotizada que, de olhos postos no fim, descuram, muitas vezes, os meios para o atingir. Desprovidos do sentido de justiça, da moralidade, imprescindíveis à construção de bons caracteres, lá se vão formando desta forma deficitária os Homens do futuro. Note-se que, para Miguel Real, “a educação é o coração da cultura, a alma cívica”<sup>128</sup>, por conseguinte importava repensar as políticas educativas vigentes. Alertando, numa outra ocasião, para o facto de que “estamos perante uma educação sem valores, a trabalhar apenas para a tecnologia”<sup>129</sup>, o autor em estudo, opina que se impunha o reforço da “visão humanista e cultural”<sup>130</sup> da e na escola.

Feito este parênteses, destacamos ainda as crianças, exemplificadas pelos filhos de Constança, que crescem nas leituras fantasiosas de Harry Potter<sup>131</sup>. Com base na figura de Constança, Miguel Real discorre também sobre a jornalista, vista como “presumida culturalmente”, sentindo-se “superior aos leitores e aos entrevistados”, porém frustrada por “não ser empresária nem ocupar cargos políticos”<sup>132</sup>, socialmente e monetariamente mais relevantes, posto que somam dois predicados muito apreciados por todos: dinheiro e es-

<sup>126</sup> *Idem, ibidem*, p. 158.

<sup>127</sup> *Idem, ibidem*, p. 158.

<sup>128</sup> REAL, Miguel, in entrevista ao *Blogspot* (julho 11, 2009), “No Coração da Escola”, <http://nocoraodaescola.blogspot.pt/2009/07/entrevista-miguel-real.html> (acedido a 01-07-2015).

<sup>129</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>130</sup> *Idem, A Morte de Portugal*, Coleção Campo da Atualidade, Porto, Campo das Letras – Editores S.A., 2007, p. 20.

<sup>131</sup> *Idem, Cadáveres às Costas*, p. 46.

<sup>132</sup> *Idem, ibidem*, p. 44, para as três últimas citações.

tatuto. Os governantes não poderiam faltar neste quadro, senão vejamos: “O Direito é o avesso da imaginação, da vida livre de dogmas e preconceitos. Não admira que a maioria dos governantes tenha frequentado Direito”<sup>133</sup>. De igual modo, os advogados são “mentes comezinhas diluídas em intrigas e vilanagens a que chamam julgamentos, ao resultado do qual davam o pomposo nome de Justiça”<sup>134</sup>. Isto porque: “A moral ficava à porta do tribunal, lá dentro dominava a justiça como acordo negociado entre dois grupos de bandidos, os lícitos, enriquecidos, e os ilícitos, tentando escapar da prisão”<sup>135</sup>. Naturalmente, neste caso concreto, através da figura dos advogados, que se limitam a cumprir as regras viciadas do jogo, o autor em análise crítica a forma de se fazer justiça. Como já foi dito, caricaturando algumas atividades, personagens, Miguel Real procurou trazer à colação certos defeitos e vícios da sociedade e seus habitantes.

Enfim, esboçados alguns traços em torno do quadro social e mental do país, regressamos ao quadro familiar da personagem centenária e com ele finalizamos a breve abordagem a este delicioso romance que recomendamos vivamente. De facto, esta família, que dá o mote inaugural à obra, presumidamente irrepreensível, estava repleta de telhados de vidro, de “cadáveres às costas”. Além do que já foi referido ao longo do texto, e do que ficou por dizer, acrescentamos também a atividade, pouco recomendável, do avô Lourenço Perestêllo, que, vivendo num período marcante da nossa História, “fora diretor da PIDE e a família considerada integrante da elite salazarista e marcellista do Estado Novo”<sup>136</sup>. Ora, todos os membros desta tribo, cada um à sua maneira, vão contribuindo para as feridas por sarar, para os “cadáveres que a história vai deixando insepultos pelo caminho”<sup>137</sup>. Quanto à centenária, D. Consolação, o rosto humano de uma face de Portugal enrugada, arcaica, “reliquia de todos os sonhos gorados dos portugueses”<sup>138</sup>, metonimicamente espelha um país pré-cadáverico, um país que, não levantando as âncoras do passado, não avança, permanecendo, portanto, suspenso no tempo.

Depois de tudo quanto foi dito, parece-nos que os ensaios e romances

<sup>133</sup> *Idem, ibidem*, pp. 86-87.

<sup>134</sup> *Idem, ibidem*, p. 81.

<sup>135</sup> *Idem, ibidem*, p. 81.

<sup>136</sup> *Idem, ibidem*, p. 102.

<sup>137</sup> *Idem, ibidem*, p. 390.

<sup>138</sup> *Idem, ibidem*, p. 488.

selecionados atestam a relevância que o fenómeno religioso, neste caso concreto voltado para Fátima, peça fundamental da cultura portuguesa, tem vindo a acolher na obra de Miguel Real.



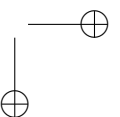
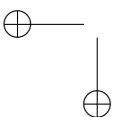
### Nota Biobibliográfica

Carla Sofia Gomes Xavier Luís nasceu em Lamego, em 1977. É licenciada em Português e Inglês (ensino de) pela UTAD, mestre em Língua, Cultura Portuguesa e Didática pela UBI e doutora em Letras pela mesma instituição. É Professora no Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior, desde o ano letivo 2000/2001, e Investigadora no PRAXIS (centro de Filosofia, Política e Cultura, UBI). Na UBI, é também membro do Conselho Científico do Departamento de Letras, da Comissão

Científica e de Creditação dos Cursos de Estudos Lusófonos (2.º Ciclo) e de Ciências da Cultura (1.º Ciclo), curso no qual desempenha ainda a função de coordenadora de mobilidade, da Comissão de Creditação do mestrado em Estudos de Cultura (2.º Ciclo), onde é igualmente coordenadora de mobilidade, tendo ainda sido membro do Conselho da Faculdade de Artes e Letras (durante vários anos) e desempenhado muitas outras funções, como é o caso da Coordenação do Centro de Avaliação de Português-Língua Estrangeira e da Coordenação de Mobilidade do DL. Além disso, é Membro da Comissão Científica da Revista *Egitania Scientia*, Instituto Politécnico da Guarda, do Conselho Científico da Revista *TRIPLOV de Artes, Religiões e Ciências*, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da Comissão Científica da Revista *Cadernos Culturais*, Centro Cultural Eça de Queirós (CCEQ), da Comissão Científica das Revistas *Licungo* e *Milandos da Diáspora*, da Comissão Interinstitucional da Academia Lusófona Luís de Camões (ALLC), da Comissão Interinstitucional do Instituto Fernando Pessoa (IFP), do Conselho de Pareceristas da Revista do Centro de Estudos Portugueses da Universidade de Minas Gerais (Brasil), do Observatório da Língua Portuguesa, do Movimento Internacional Lusófono, do Conselho Editorial da Revista ...à Beira, do Conselho Editorial da UBILETRAS. Tem participado, apresentando comunicação e integrando Comissões Científicas, em variadíssimos eventos nacionais e internacionais. A sua lista de publicações é composta por livros, capítulos de livros, artigos, recensões e entrevistas, de entre os quais destacamos apenas alguns que realizou em torno da **Obra de Miguel Real: “Miguel Real e o seu retrato de Portugal: de onde vimos, o que somos e para onde vamos”**, in Urbano Sidoncha e Catarina Moura (org.), *Culturas em Movimento, Livro de Atas do I Congresso Internacional Sobre Cultura*, Covilhã, LabCom.IFP (Comunicação, Filosofia e Humanidades), 2016, pp. 187-208; **“Língua Portuguesa e Lusofonia em Miguel Real”**, in Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório (org.), *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*, Lisboa, Edições Colibri e Universidade da Beira Interior, com o apoio da Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras, Universidade de Toronto, Instituto Politécnico de Macau, Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, 2016, pp. 47-82; **“Para uma Leitura de Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa de Miguel Real”**, *Revista Triplo V, Série Gótica*, Primavera de 2019, disponível em <https://triplov.com/revistaTriplov/category/paginainicial/autores/carla-sofia-gomes-xavier-luis/> e página do *Colóquio Internacional – Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura* (7 e 8 de novembro de 2018), [www.labcom-ifp.ubi.pt/miguelr](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/miguelr)



ealcoloquio/ ou [www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/); **“Para uma Leitura de *Cadáveres às Costas de Miguel Real*”**, in *Triplo V*, 19-04-2018, disponível em <http://triplov.com/para-uma-leitura-de-cadaveres-as-costas-de-miguel-real/>. Entrevista a Miguel Real (em parceria com Annabela Rita), **“Traços Fundamentais da Vida e Obra de Miguel Real”**, in *Revista Metalinguagens*, v. 7, n. 3, dezembro de 2020, pp. 8-30, disponível em <https://metalinguagens.spo.ifsp.edu.br/index.php/metalinguagens/article/view/892>. **“Retratos dos Judeus na Obra Ensaística e Ficcional de Miguel Real”** e **“Visões de Fátima na Obra ensaística e Ficcional de Miguel Real”**, ambos incluídos no livro que está a coorganizar em parceria com Annabela Rita e Alexandre Luís, intitulado *Miguel Real – 40 anos de Escrita: Literatura, Filosofia e Cultura*, Covilhã, LusoSofia, pp. 173-200 e pp. 127-172, respetivamente; **“História e Ficção nos Romances do Ciclo Lusófono de Miguel Real”**, in *Desembrulhar ficções*, entregue para publicação.







### 2.1.7. José Saramago, George Steiner e Miguel Real: “O Mal É”<sup>1</sup>



**Carlos NOGUEIRA**  
Cátedra José Saramago,  
Universidade de Vigo

Neste artigo, proponho-me refletir sobre as teses de George Steiner e de Miguel Real acerca da natureza do mal, em diálogo com o pensamento e o discurso literário do escritor português José Saramago, que trata esta questão com uma eloquência e uma profundidade raras em toda a história das ideias e em toda a literatura universal.

O mal é o mais comum e o mais complexo dos problemas humanos. Ininterruptamente e, muitas vezes, de um modo avassalador, cada um de nós tem de lidar com o mal enquanto acontecimento, categoria de pensamento e palavra irredutível a um significado estável. Este princípio da universalidade ôntica do mal aplica-se à Humanidade como um todo, aos impérios, às nações, aos grupos humanos. O mal é transversal a todos os atos, pensamentos e decisões, e o seu impacto pode ser medido em termos mais individuais (uma injúria, uma calúnia, um roubo) ou mais coletivos (escravatura, genocídios, Holocausto), e em termos mais ou menos extremos. Lei inexorável da existência individual e social, o mal é, num sentido lato, o sofrimento experimentado por seres sencientes (humanos e não humanos) e a imposição desse

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Acordo Ortográfico de 1990.



sofrimento por parte de agentes conscientes dos seus atos ou por forças e leis da Natureza. O conceito de mal inclui tudo o que no mundo é prejudicial e destrutivo para o ser humano.

Escrevi várias vezes, no parágrafo anterior, “o mal é”. O mal é, segundo George Steiner, o “inumano”. Este adjetivo (ou substantivo adjetivado) atravessa toda a obra de Steiner, que o aplica às expressões mais violentas de “barbárie” (outro vocábulo que Steiner usa muito e é também sinónimo de mal): “O que é a nossa história, desde o assassinio de Caim até às câmaras de gás e à incineração nuclear, senão uma crónica sobre o inumano”<sup>2</sup>. O leitor familiarizado com a obra ensaística de George Steiner lembrar-se-á sem dificuldade que o sintagma “O mal é” consubstancia uma máxima e um título de uma das partes do livro *Fragmentos (Um Pouco Queimados)* (2012). O valor desta máxima está em “Ela não afirma[r] nada menos do que a realidade ontológica e substantiva do mal”<sup>3</sup>. Steiner não se ocupa do mal que adjetivamos de, simplesmente, “errado” ou “imoral”, nem do mal natural (o mal trazido por fenómenos da Natureza como terremotos e pela condição mortal do homem: a doença, o envelhecimento, a morte. Esta última modalidade de mal pode ser designada de mal físico). Este autor equaciona o mal extremo e catastrófico, o mal inumano provocado pela crueldade, pela intolerância e pela violência sem limites. É este o tipo de mal que a obra romanesca de José Saramago representa e comenta com génio. Mas, em Saramago, o mal como aquilo que é ou pode ser *meramente* errado ou questionável acompanha também a expressão do mal superlativo, e esta conjugação contribui decisivamente para a largueza e a profundidade da visão saramaguiana do mal.

George Steiner faz acompanhar a sua definição de mal (“realidade ontológica e substantiva”) de uma breve história do significado, da compreensão e das práticas do mal desde Platão e Aristóteles até aos nossos dias. Em primeiro lugar, Steiner reporta-se à máxima que nega a máxima “O mal é”: «“Não há mal. O mal não existe *per se*”»<sup>4</sup>. José Saramago conhecia, com certeza, esta doutrina da não-existência do mal, o mal como ausência ou privação do bem, e este (o bem) como qualidade imprescindível à realização integral ou perfeita de um ser (São Tomás). O autor de *Caim*, que provavelmente leu

<sup>2</sup>STEINER, George, *Fragmentos (Um Pouco Queimados)*, tradução e notas de Ana Matoso, Lisboa, Relógio D’Água Editores, 2016, p. 35.

<sup>3</sup>*Idem, ibidem*, p. 30.

<sup>4</sup>*Idem, ibidem*, p. 30.



textos de Steiner sobre o mal, teria subscrito esta explicação e a ironia que nela transparece:

As teodiceias e as soteriologias têm lançado mão a este recurso. De que outra forma poderiam elas sustentar o axioma de uma divindade todo-amorosa e todo-generosa, e o axioma das dádivas de Deus ao homem? São as limitações do nosso intelecto, os hiatos no conhecimento que temos do todo, que alimentam as ficções do mal. Pudéssemos nós meramente acolher a perspectiva na sua totalidade, já para não falar nas suas finalidades, iríamos realmente compreender que tudo vai pelo melhor no melhor dos mundos possíveis<sup>5</sup>.

No âmbito desta noção (o mal como dependente e subsidiário do bem), Steiner evoca o otimismo de Leibniz, a crença de Goethe numa eternidade imaculada e a ideia de Hegel segundo a qual o conflito se dá “não entre o bem e o mal, mas entre duas versões ainda parcelares do bem”<sup>6</sup>. Sem substancialidade própria, dizem estes e outros autores, o mal pode ser extirpado: “As más ações são acidentes, possivelmente neurológicos, químicos, por assim dizer, na sua origem. A educação, a correção médica, irão curá-las”<sup>7</sup>.

A outra grande explicação para o problema do mal, transformada em ortodoxia pela teologia em geral e por muita filosofia, é assim resumida por George Steiner:

Por todo o planeta, as narrativas de diferentes credos e mitologias são unânimes quanto à existência de uma transgressão primeva ou de uma falha (*harmatia*), cuja catástrofe — a de alguma rebelião — lançou o mal e a ruína para o nosso mundo. A forma que a desventura assume varia: a maçã de Eva, a caixa de Pandora, a chacina de alguma fera totêmica nas lendas ameríndias. Mas as consequências são uma só: a insinuação do mal na inocência e na graça primordiais e pastoris<sup>8</sup>.

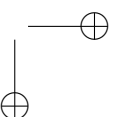
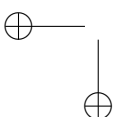
Nesta síntese da compreensão do mal, entra a doutrina cristã da criação, da queda e da redenção, que, para Saramago, Steiner e Miguel Real, não é mais

<sup>5</sup>*Idem, ibidem*, p. 31.

<sup>6</sup>*Idem, ibidem*, p. 31.

<sup>7</sup>*Idem, ibidem*, p. 31.

<sup>8</sup>*Idem, ibidem*, p. 32.



do que uma mistificação e um jugo imposto à consciência. Para me aproximar da visão saramaguiana sobre o mal, convoco estas palavras do escritor: “Os homens trazem em si a crueldade”<sup>9</sup>. Vejo nesta máxima uma síntese perfeita do entendimento do autor sobre o problema da natureza do mal, da sua origem e das suas manifestações, e das suas relações com o bem. As frases que completam este juízo — “Não devemos esquecer-nos disso, devemos ter cuidado. É preciso defender a possibilidade de criar e defender esse espaço de consciência, de lucidez. Essa é a nossa pequenina esperança”<sup>10</sup> — simples e claras, poderiam ter esta formulação filosófica de Miguel Real: “1. O mal existe, é universal e cosubstancial ao homem e ao ser. O bem é acidental, resultado de equilíbrios ou arranjos provisórios”<sup>11</sup>. Esta é a primeira das dez teses sobre o mal que o ensaísta português defende no livro *Nova Teoria do Mal. Ensaio de Biopolítica* (2012).

Interessa-me muito esta afinidade entre Saramago, Steiner e Miguel Real, esta assunção da “realidade ontológica e substantiva do mal”<sup>12</sup>. Estes três autores não aceitam a teoria rousseauiana do bom selvagem corrompido pela civilização, “sem nenhum fundamento na antropologia cultural e histórica”<sup>13</sup>, como sublinha Miguel Real, que também afirma: “o homem é por natureza mau, como todos os seres vivos, dominado pelos desejos ou pulsões de posse e domínio, expressão analógica da adaptação biológica nos restantes seres vivos”<sup>14</sup>. Tão-pouco acolhem a conceção agostiniana do mal como privação de bem. O bem, diz Miguel Real, é que se dá como uma privação temporária de mal, nas suas múltiplas formas, do mal natural ao mal moral: “a morte, a dor, o sofrimento, a violência, a guerra, a doença, a destruição, a escassez, a mesquinhez, a ignorância, a inveja são realidades universais, presentes constitutivamente na natureza e na ação humanas”<sup>15</sup>. E acrescenta: “O que desig-

<sup>9</sup>GÓMEZ AGUILERA, Fernando (edição e seleção), *José Saramago nas Suas Palavras*, tradução dos textos em espanhol, francês e italiano de Cristina Rodrigues e Artur Guerra, 2.<sup>a</sup> ed., Alfragide, Editorial Caminho, 2010, p. 162.

<sup>10</sup>*Idem, ibidem*, p. 162.

<sup>11</sup>REAL, Miguel, *Nova Teoria do Mal. Ensaio de Biopolítica*, 3.<sup>a</sup> ed., Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2012, p. 179.

<sup>12</sup>STEINER, George, *Fragments (Um Pouco Queimados)*, p. 30.

<sup>13</sup>REAL, Miguel, *Nova Teoria do Mal. Ensaio de Biopolítica*, p. 72.

<sup>14</sup>*Idem, ibidem*, p. 112.

<sup>15</sup>*Idem, ibidem*, p. 112.



namos por mal encontra-se sempre presente no homem, não acidentalmente, mas essencialmente”<sup>16</sup>.

Antes de avançar, abro um pequeno parêntesis. Devo dizer que, sem as reflexões destes (e de outros) autores, me seria difícil ou impossível tratar o problema do mal nos termos em que o tenho feito noutros artigos e entendo que o devo continuar a fazer. Ao mesmo tempo, para desconstruir a definição de mal enquanto mera noção derivada e secundária da noção de bem, entendida há séculos como primária e independente, tenho encontrado argumentos seguros nas ciências da vida. Konrad Lorenz, Richard Dawkins e António Damásio são alguns dos autores com quem tenho dialogado e cuja influência é profunda na minha visão do problema do mal e da literatura de Saramago. Explico-me, já a seguir, com algumas considerações sobre António Damásio, para depois voltar aos três autores que constituem o centro da minha reflexão.

Inspirado em Espinosa, António Damásio sustenta nos seus livros (sobre o corpo e a mente, os sentimentos, as emoções e a consciência) que “o bem e o mal não são revelados, são descobertos, individualmente ou através de interações em sociedade”<sup>17</sup>. Não há relações sociais, tanto em pequena como em grande escala (questões individuais e familiares, e questões de Estado), sem escolhas que decorrem das condições próprias da constituição biológica do ser humano. Não se depreenda desta afirmação que Espinosa e António Damásio acreditam que os seres humanos estão cativos de um determinismo biológico insuperável. A nossa liberdade total é uma ilusão, mas nem por isso deixamos de ser responsáveis pelas nossas (boas ou más) ações, que ocorrem dentro de um específico contexto sócio-histórico e dentro e de um sistema ético cujo funcionamento não é independente dos sentimentos (da dor e do sofrimento ao bem-estar e ao prazer). Na tese simples, eloquente e profunda de Damásio temos um apoio seguro para qualquer investigação sobre o mal: “Se quisermos compreender os conflitos e as contradições da condição humana, precisamos de reconhecer a interação, tanto favorável como desfavorável, entre sentimentos e raciocínio”<sup>18</sup>. Não se trata de desvalorizar a função, nos empreendimentos humanos, da linguagem, do conhecimento, da sociabilidade, do conhecimento e da razão, que “são os principais inventores e os executo-

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 112.

<sup>17</sup> DAMÁSIO, António, *O Encontro de Espinosa. As Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*, s.l., Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2017, p. 188.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 14.



res dessas realizações”<sup>19</sup>; trata-se de afirmar que os sentimentos as motivam e contribuem para a avaliação dos resultados e a negociação de ajustamentos.

Nesta associação entre culturas, sentimentos e homeostasia (regulação), também não se trata, para António Damásio, de diminuir a autonomia que a civilização (a cultura) adquiriu ao longo da História. Os fenómenos culturais não são redutíveis às suas raízes biológicas, nem a ciência pode explicar todas as dimensões da cultura. “As ciências, por si só, não podem iluminar a experiência humana sem a luz que provém das artes e das humanidades”<sup>20</sup>, escreve o neurocientista português. Saramago e toda a sua obra literária dizem-nos que aquelas palavras não são uma simples condescendência à literatura de um homem da ciência. Compreender-se-á melhor, mais à frente, por que motivo me apoio nestas considerações sobre o homem e as sociedades humanas em geral.

Esta passagem, entre muitas outras, não é menos elucidativa da perspectiva de Saramago sobre a espécie humana: “O ser humano é um animal doente porque não é capaz de reconhecer, ou de inventar, o seu lugar na natureza e na sociedade”<sup>21</sup>. Este diagnóstico não depende em nada da crença judaico-cristã quer no célebre (suposto) pecado de Eva, quer no mal encarnado na figura de um diabo que é, como o homem, um ser caído. Saramago, como o Anjo da História (inspirado no *Angelus Novus* de Klee) de Walter Benjamin, apenas pode ver o passado. Os três (o Anjo da História, Benjamin e Saramago) veem uma sucessão imparável de catástrofes, ruínas e sofrimentos. É esta realidade que praticamente todos os romances de Saramago retratam com um virtuosismo literário e uma coragem analítica insuportáveis para quem não aceita ou ignora a verdade histórica da condição humana, ao menos como se tem manifestado até agora. Os críticos religiosos não perdoam a liberdade de pensamento de Saramago, para quem nenhuma terra prometida (Canã) existe no final de extensos desertos de sofrimento. Para o Anjo da História como para Saramago, o mal (violência, ódio, morte, submissão de muitos às mãos de poucos) cristaliza-se em cada presente, em cada aqui e agora, de onde pode alastrar (como tem alastrado) para toda a História.

“Assim é o homem”, escreve Steiner, quase no final do capítulo “O mal

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*, p. 15.

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*, p. 17.

<sup>21</sup> GÓMEZ AGUILERA, Fernando (edição e seleção), *José Saramago nas Suas Palavras*, p. 185.



é”<sup>22</sup>; “assim é o homem” dizem também, por outras palavras, quer Miguel Real, no livro *Nova Teoria do Mal* (e não só), quer Saramago na sua literatura e nas suas intervenções. Se pensarmos no romance *Ensaio sobre a Cegueira* (1995) e na adesão fácil e rápida ao mal por parte dos cegos malévolos, esta máxima apresenta-se-nos como mais do que um simples apontamento retórico e superlativo. Fundamentada na natureza humana e em casos empíricos (desde sempre, grupos humanos guerreiam-se, violentam-se e destroem-se), a alegoria de Saramago responde afirmativamente a esta hipótese de Steiner (e de inúmeros cientistas de diversas áreas do conhecimento):

Talvez mais perturbador seja a possibilidade de que impulsos para o mal possam estar inextricavelmente inscritos na psique humana, de que a crueldade e a rapacidade possam ser “orgânicas” na neurobiologia da espécie. Crianças pequenas atacam-se umas às outras violentamente e infligem dor excruciante a animais indefesos. Por seu turno, os adultos torturam, abusam sexualmente, humilham crianças e os fragilizados (enfermos)<sup>23</sup>.

Interrompo a citação, propositadamente, para notar uma diferença na tipologia das atrocidades praticadas por crianças (note-se) e por adultos em contextos não extremos e de não violência generalizada. Os casos enumerados imediatamente a seguir acontecem em contexto de guerra ou de confronto de ideologias:

Massacres e violações são rotineiros. Qual é o regime, sejam quais forem as suas credenciais liberais, que se abstém de tortura judicial, de encarceramentos desmoralizadores? Embora as manipulações e incitações possam ser complexas, as evidências apontam para que homens e mulheres perfeitamente vulgares irão, de forma voluntária, infligir dor em vítimas inocentes. O kapo do campo de concentração, os algozes do Gulag e os especialistas de interrogatórios por simulação de afogamento de Guantanamo são assaz “normais”, indivíduos vulgares. Seres humanos com vida são enterrados em valas comuns, lançados de heli-

<sup>22</sup>STEINER, George, *Fragments (Um Pouco Queimados)*, p. 36.

<sup>23</sup>*Idem, ibidem*, p. 34.





cópteros, são espancados até à morte ou morrem de fome nos denominados “campos de morte”<sup>24</sup>.

Longa, mas não exaustiva no levantamento dos tipos de tortura e de homicídios praticados ao longo de toda a história da Humanidade, esta passagem é eloquente do curso do mal no passado e no presente. Acrescento a parte que completa a lista de manifestações de violência com a qual Steiner ilustra a sua tese sobre a realidade ontológica do mal e sobre prevalência do mal sobre o bem:

À medida que escrevo estas notas, o ímpeto da chacina étnica em África, no Médio Oriente, continua a sua progressão a passos largos. Dezenas de milhar morrem às mãos das brutalidades da guerrilha do narcotráfico. Uma criança é forçada a comer as fezes nas celas das forças policiais do Irão. Mulheres são lapidadas. Nas feiras ambulantes da Roménia, ursos famintos são postos a dançar sobre carris escaldantes<sup>25</sup>.

Esta aproximação entre as ideias de Steiner, de Miguel Real e o pensamento e a literatura de Saramago não nos permite compreender, em definitivo, o que é o mal; mas pôr em diálogo estes autores faz-nos ver com mais clareza que as palavras de um iluminam as palavras já de si memoráveis do outro. Queiramos ou não, e por mais que evoquemos a existência do amor, da caridade, da compaixão e do altruísmo, *assim é*, de facto, *o homem*, na máxima de Steiner, que, aliás, apenas inverte um pouco a ordem de uma fórmula universal, quotidiana, corriqueira, usada por todos nós para justificar o mal: *o homem é assim, o ser humano é assim*. Se soubermos aceitar e interpretar este juízo, se o colocarmos no centro das nossas preocupações e da nossa vida familiar e social, estaremos mais aptos para contrariar esta (triste) verdade: “A maioria de nós limita-se a ignorá-lo, lucrando com a imperceção consensual. Embora saibamos que a indiferença é o maior cúmplice”<sup>26</sup>. Miguel Real, com palavras menos amargas, chega à mesma conclusão: “Hoje, há que compreender a soberania do mal, integrá-la na filosofia, fazer da sua existência uma

<sup>24</sup>*Idem, ibidem*, p. 35.

<sup>25</sup>*Idem, ibidem*, p. 35-36.

<sup>26</sup>*Idem, ibidem*, p. 36.





forma de sabedoria, de modo a limitá-lo, a antecipá-lo e a solucioná-lo (não a vencê-lo)”<sup>27</sup>.

Ao contrário do que poderemos pensar se não considerarmos as citações que comentei à luz da obra e das ideias dos seus autores, nem Saramago, nem Steiner, nem Miguel Real veem no mal uma inevitabilidade biológica e uma criação apenas da biologia. Esta passagem saramaguiana, só por si, contraria essa interpretação apressada e sugere o argumento consubstancial a toda a obra tanto de Saramago como de Steiner e de Miguel Real: «A humanidade nunca foi educada para a paz, mas sim para a guerra e para o conflito. O “outro” é sempre potencialmente o inimigo. Andamos há milhares de anos nisto»<sup>28</sup>. Deste raciocínio extraio uma conclusão, à qual, parece-me, José Saramago não se oporia: a violência, nas suas múltiplas formas, vive tanto da biologia como da cultura. Contudo, a questão não é tão simples como esta formulação parece indicar. Entre estes dois campos, tanto na vida individual como na vida das sociedades, há uma infinidade de combinações que poderemos ou poderíamos considerar bizarras ou improváveis. As variáveis e as incógnitas são tantas e tão intrincadas que ninguém nem nenhuma teoria, mais fundada nas ciências da vida ou mais nas ciências sociais e humanas, é capaz de explicar satisfatoriamente o mal, sobretudo o extremo. Uma simples questão como a de saber se o Holocausto teria existido sem Hitler é suficiente para nos lembrarmos dos imprevisíveis cursos da História e de como algumas variáveis conjugadas podem desencadear acontecimentos catastróficos para milhões de pessoas. Admitir a complexidade e a imprevisibilidade do mal não equivale a vê-lo como um fenómeno inescrutável. Muito pelo contrário, tal como Miguel Real no-lo diz numa máxima tão expressiva quanto irrefutável, “O mal não é um mistério, ele é o que por toda a parte existe e substância mais universal não existe”<sup>29</sup>.

Estamos bem no âmbito do problema da definição da natureza humana, da qual o bem e o mal são partes inalienáveis e elementos ativos que continuamente nos obrigam a repensar a constituição do humano. Como se já não bastasse a complexidade do problema que me proponho estudar e, na medida do possível, compreender, convoco outra questão não menos intrincada. Mas

<sup>27</sup> REAL, Miguel, *Nova Teoria do Mal. Ensaio de Biopolítica*, p. 159.

<sup>28</sup> GÓMEZ AGUILERA, Fernando (edição e seleção), *José Saramago nas Suas Palavras*, p. 164.

<sup>29</sup> REAL, Miguel, *Nova Teoria do Mal. Ensaio de Biopolítica*, p. 182.

não pode ser de outro modo, uma vez que a natureza humana e o mal não só se implicam mutuamente como, num sentido amplo, são uma e a mesma coisa. Perante o elevado número, a grande diversidade e a boa qualidade dos cientistas e ensaístas envolvidos na investigação e no debate sobre a natureza da natureza humana, o leitor que pela primeira vez queira aprofundar e resolver este problema poderá pensar que não terá de ler mais do que alguns livros mais ou menos recentes. Não é assim, nem de longe, porque contra cada novo livro se levantam vozes dissonantes e, às vezes, inflamadas. *Human Nature. A Critical Reader*, organizado por Laura Betzig e publicado em 1997 pela Imprensa da Universidade de Oxford, é apenas um entre muitos volumes com títulos que não deixam dúvidas quanto ao conteúdo. No capítulo “Natureza humana e determinismo biológico” do seu *De Marx a Darwin. A Desconfiança das Ideologias* (2009), Onésimo Teotónio Almeida recenseia um número muito considerável de livros que situam o problema, regra geral, ora exclusivamente do lado da sociobiologia (cada vez mais denominada psicologia evolutiva), ora unicamente do lado das ciências sociais e humanas. O autor português deixa bem evidente o radicalismo da tese dos sociobiólogos e a dificuldade em se chegar a um consenso. Para a sociobiologia menos moderada, que é, felizmente, cada vez mais rara, não há meio termo: os comportamentos humanos dependem unicamente de forças biológicas. Tudo é biologia na natureza humana, inclusivamente a cultura, que não passa de uma manifestação da biologia e só pode ser entendida segundo os parâmetros da teoria de Darwin.

Em certa medida, devo dizê-lo, a sociobiologia tem razão: a cultura humana só existe porque nas nossas capacidades essenciais, inatas, entra o querer transformar o mundo natural e humano (os outros e a nós próprios). Mais do que tudo, somos *homo faber*, desejamos, imaginamos, fazemos. Todavia, embora, neste sentido, seja parte da biologia, a cultura autonomiza-se e interfere até drasticamente na biologia (basta lembrar a tese segundo a qual o nosso cérebro e as nossas aptidões mentais e sensoriais estão a mudar devido às tecnologias digitais). Desvalorizar a biologia e afirmar dogmaticamente que tudo (ou quase tudo) é cultura na natureza humana também não é a solução.

Vejamos um exemplo que me parece incontestável. Quando um ser humano mata outro, a biologia pode mais do que a cultura. A emoção de um momento sobrepõe-se à regra, não necessariamente religiosa, “não matarás”, que é também uma regra biológica, situável nos primórdios da nossa evolução



(ao menos ao nível intragrupal). Poder-se-á alegar que a cultura está sempre implicada num assassinato (um marido assassina a mulher porque a mundividência patriarcal em parte assim o dita; um assaltante pobre mata a sua vítima com posses porque vê nela a causa da sua opressão), mas é a biologia que desfere os golpes mortais. Quem mata sabe que pode ser condenado pela Justiça e preso (condenado pela cultura, digamos), e, ainda assim, mata. Num acesso de fúria, um chefe da máfia pode mandar matar pessoas mais ou menos próximas sobre as quais existam apenas suspeitas de traição. Quando a ordem para matar é dada num momento de calma, tendemos a ficar mais perplexos e a interpretar essa ocorrência como o resultado de uma personalidade ou biologicamente desequilibrada ou totalmente cativa de uma visão mundo e de um contexto histórico-social em que a morte do outro é uma inevitabilidade. Na literatura, no cinema e nos depoimentos de vítimas de violência os casos deste tipo são incontáveis.

As mulheres que morrem às mãos dos maridos ou companheiros são mortas pela cultura (patriarcal, em princípio), mas é a biologia que, literalmente, as mata. Dentro de uma mesma sociedade (como a portuguesa), nem todos os desentendimentos entre mulheres e homens que formam casais terminam em violência (mortal, às vezes). A raiva pode impor-se, os desejos de vingança e de morte podem manifestar-se, sem que isso, que biologicamente será uma forma de dirigir energias negativas, implique a morte de um dos elementos do casal. Entre a biologia e a cultura estabelece-se um equilíbrio de forças. Aliás, os casos de morte (não os de violência) são residuais, se comparados com as situações de desentendimento e rutura emocional. Na mesma linha de raciocínio, se estendermos a nossa avaliação aos países nos quais a igualdade de género é maior, não será ilegítimo concluir que a não-violência suplanta a violência sexista (física e psicológica). Recorro novamente a este exemplo clássico da violência doméstica, já enunciado no parágrafo anterior, para apoiar com mais clareza a única explicação minimamente válida que, para já, sou capaz de apresentar sobre a questão da natureza humana. Nela, a biologia (sentimentos, emoções, razão, gestos, impulsos) dialoga com a cultura (entendida, *grosso modo*, como todas as criações – técnicas, crenças, conhecimentos, usos e costumes, tradições, ideologias, leis – do ser humano enquanto ser social dotado de razão), em graus que diferem de sociedade para sociedade, de época histórica para época histórica, e essas diferenças são, frequentemente, muito visíveis na mesma sociedade e no mesmo tempo histórico.



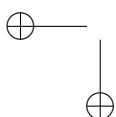


No parágrafo anterior, usei a palavra “razão” numa enumeração de elementos tanto da biologia como da cultura (civilização). Não o fiz por acaso, por distração ou por desconhecimento da complexidade do conceito de “razão”. Em primeiro lugar, como já afirmei atrás, fundamentado em autores como o neurocientista António Damásio, devo repetir que a razão pura (Kant) não existe. Na razão intervêm sempre, em maior ou menor grau, os mecanismos da emoção e do sentimento, a par de toda a regulação biológica. Por outro lado, não se entenda do raciocínio que estou a desenvolver uma associação do mal mais à biologia do que à cultura, e uma ligação exclusiva ou predominante da cultura à razão.

Dito isto, para o tema que me ocupa (e preocupa), a única conclusão aceitável não pode ser senão esta: a fonte principal do mal não está necessariamente do lado da biologia (nos sentimentos, nas emoções, nas pulsões de ira, raiva, cólera, vingança, egoísmo), e a cultura não é obrigatoriamente o reduto do bem (com leis, governo, instituições, ideia de bem comum). O contrário também se aplica: o mal não vem automaticamente apenas da cultura (no comunismo, a ideia de bem exigiu — ou exige — a prática do mal, a eliminação, através da violência, se necessário, dos supostos inimigos desse ideal); e não é na biologia que residem todas as forças que a contrariam (os instintos altruístas, de compaixão, de empatia). Nas minhas hipóteses de trabalho participam também conceitos da etologia, como, aliás, acontece na sociobiologia, tanto na mais como na menos radical. Da conceção etológica do ser humano interessa-me muito a noção de que somos um ser biologicamente cultural e social cujo espaço vital está na vida sociocultural, que não seria possível se a evolução não nos garantisse disposições biopsicológicas específicas.

Um exemplo que me parece ser muito pertinente é o dos impulsos altruístas, programados nos nossos cérebros desde o tempo em que vivíamos em grupos pequenos e estáveis, como preconizam cientistas como Richard Dawkins, que coloca esses impulsos ao lado dos impulsos sexuais, de medo, de fome, etc. Não vejo razões válidas para duvidar desta tese e de uma outra que lhe é afim e mais geral: a da nossa tendência inata para o bem, que existe a par da nossa inclinação para o mal (agressão, violência). “Hitler está dentro de nós, e Madre Teresa de Calcutá também”<sup>30</sup>, escreve Miguel Real, que também observa: “A humanidade do homem reside na capacidade de fazer o bem,

<sup>30</sup>REAL, Miguel, *Nova Teoria do Mal. Ensaio de Biopolítica*, p. 162.



diminuindo, controlando ou evitando o mal”<sup>31</sup>. Considerar que o sentido do certo e do errado está ligado ao princípio darwiniano da seleção natural não põe em causa um outro princípio incontestável: o homem é, *por natureza*, um ser cultural. Não faltam situações, personagens e digressões saramaguianas em que estes princípios surgem ilustrados com a complexidade e a força das *realidades* ao mesmo tempo elevadas e concretas, espirituais e tangíveis. Pensemos, por momentos, no *Ensaio sobre a Cegueira*, romance a que já dediquei um capítulo. A alegoria dos cegos é uma representação da emergência e da proliferação célere da barbárie individual e coletiva em momentos de crise, mas não é menos o seu contrário simétrico. À violência do Estado e do *bando* dos cegos malévolos opõe-se o altruísmo dos cegos que entendem que a violência não é a solução para o mal inexplicável (a cegueira branca) que os afeta. Todavia, quando pensamos neste romance e na adaptação para cinema de Fernando Meirelles, é, antes de mais, a barbárie que nos ocorre (a exclusão e a reclusão dos doentes, as violações das mulheres e a morte de uma delas durante a violação, a *alegria do mal* dos cegos violentos, a fome, a sede, a imersão num caos de sujidade, perigo e imprevisibilidade). Notamos o altruísmo dos cegos que acabam por sobreviver juntos dentro e fora do manicómio, mas é a visibilidade do mal que nos assalta os sentidos e mais nos permanece na memória. Para além do óbvio destaque que no romance é dado à violência, talvez isto aconteça porque o medo é um dos nossos impulsos mais desenvolvidos. *Ensaio sobre a Cegueira* é um dos memoriais mais impressionantes e inesquecíveis de toda a literatura universal sobre a liberdade de escolher entre o bem e o mal, sobre o livre-arbítrio e a sua ligação unicamente ao humano, nas suas dimensões sociocultural e biológica. Deus, no *Ensaio sobre a Cegueira*, é quase pura ausência, ou, melhor, inexistência (as duas referências a Deus no romance não contrariam esta minha interpretação); tudo é obra de homens (literalmente, no bando mau, no qual não há mulheres) e de mulheres, que se caracterizam pela possibilidade de exercer livremente a sua vontade, de fazer escolhas e praticar atos pelos quais têm de assumir a responsabilidade, não obstante os muitos determinismos que atuam sobre eles. São seres morais com a sua biologia, com uma longa herança evolutiva, com uma evolução filogenética e histórico-cultural.

---

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*, p. 112.

O que até este ponto escrevi sobre o conceito de natureza humana e o lugar que os conceitos de mal e bem nela ocupam não resolve as minhas dúvidas nem me apazigua satisfatoriamente. É por isso que leio Saramago. Este escritor ajuda-me a construir ou a reconstruir uma teoria que, obviamente, muito deve aos livros de ensaio que li e releio, porque o tema pede constantes esforços de síntese e de redefinição de perspectivas. Ao mesmo tempo, uma noção destes conceitos que me satisfaça minimamente permite-me ler Saramago com mais clarividência.

Apesar de tantas dúvidas e dificuldades epistemológicas, não podemos cair na facilidade de ceder perante a alegada opacidade irreduzível do mal. A obra de Saramago oferece-nos um território vastíssimo em manifestações do mal moral e desafia-nos a questionarmo-nos e a avaliarmos o nosso quotidiano em todos os seus aspetos, desde o campo mais privado até ao nosso envolvimento social e político. A perspectiva do autor de *Levantado do Chão* está em sintonia com a noção de mal de Adi Ophir, em *The Order of Evils*: mal como superfluidade, não enquanto necessidade; mal como o que não deveria ser. Ophir sustenta a noção de “superfluous evils”<sup>32</sup> para pôr em evidência “the unnecessary social and historical production of evil”<sup>33</sup>. Toda a escrita de Saramago é uma representação e um questionamento da produção e da distribuição social do mal como fenómeno socioideológico mas também como fenómeno individual, e tanto como biologia, visível, antes de mais, nas paixões, nos impulsos, na vaidade exagerada, no inebriamento pelo dinheiro e pelo poder, como enquanto cultura e produto da cultura.

Tudo o que sintetizei e debati atrás enquadra esta minha afirmação, mas só a sua verificação à luz das palavras, das personagens e das situações narrativas de Saramago lhe dará a consistência reclamada pela amplitude e pela importância do problema do mal. Ao dizer “Os homens trazem em si a crueldade”<sup>34</sup> e “A humanidade nunca foi educada para a paz”<sup>35</sup>, Saramago está a sintetizar lapidarmente o longo e complexo processo de construção do humano e das culturas. Ao mesmo tempo, estes dois juízos conjugados estão

<sup>32</sup>OPHIR, Adi. *The Order of Evils: Toward an Ontology of Morals*. New York; Zone Books, 2005, p. 11.

<sup>33</sup>*Idem, ibidem*, p. 11.

<sup>34</sup>GÓMEZ AGUILERA, Fernando (edição e seleção), *José Saramago nas Suas Palavras*, p. 164.

<sup>35</sup>*Idem, ibidem*, p. 162.



em sintonia com o pensamento mais atual e coerente sobre o comportamento humano, que é tanto o resultado da seleção natural e da evolução transmitida pelos genes como o produto de fenômenos culturais. Para compreendermos satisfatoriamente (ou minimamente) o comportamento humano individual e social, temos de entender essas duas forças e a sua inter-relação, na ordem e nas medidas específicas próprias de cada situação.

Lembrei, acima, que o Anjo da História de Walter Benjamin não pode ver senão o passado e que, para ele como para Benjamin e para Saramago, o mal (opressão, sofrimento, tortura, morte) se fixa em cada presente e daí pode irradiar (como tem irradiado) para toda a História. Acrescento agora que Saramago, como o Anjo, segundo umas das Teses de Benjamin, capta o sentido da sua época com especial acuidade e relaciona-a com uma determinada época anterior. *Memorial do Convento* não evoca apenas o passado, como tem sido comentado por praticamente toda a crítica da obra de Saramago; retrata o presente (português e não só) e atua como “construtor do futuro”<sup>36</sup>. Essa construção tem de operar nas consciências e na ação dos leitores (de ontem, hoje e amanhã), e deve radicar numa *história* memorável e *inquestionável*. Se não aprofundarmos o nível da interpretação, podemos ficar satisfeitos com a leitura que um enquadramento deste romance no materialismo histórico nos fornece. Ao assumir a perspectiva dos explorados da História, Saramago está a participar na construção do futuro, mas não o faz insistindo apenas na representação histórico-social do mal, na demarcação inequívoca e generalista entre as classes altas e as baixas. Explico-me, já a seguir. Entretanto, para apoiar o meu argumento, cito uma das muitas passagens de *Memorial do Convento* que ilustram esta noção de mal enquanto ordem socialmente estruturada:

Medita D. João V no que fará a tão grandes somas de dinheiro, a tão extrema riqueza, medita hoje e ontem meditou, e sempre conclui que a alma há de ser a primeira consideração, por todos os meios devemos preservá-la sobretudo quando a podem consolar também os confortos da terra e do corpo. Vá pois ao frade e à freira o necessário, vá também o supérfluo, porque o frade me põe em primeiro lugar nas suas orações, porque a freira me aconchega a dobra do lençol e outras partes,

<sup>36</sup>BARRENTO, João, “Excurso: Os pobres da História e os pobres da História: *Memorial do Convento*”, in *A Chama e as Cinzas. Um Quarto de Século de Literatura Portuguesa (1974-2000)*, Lisboa, Bertrand Editora, 2016, pp. 54.

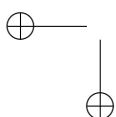




e a Roma, se com bom dinheiro lhe pagámos para ter o Santo Ofício, vá mais quanto ela pedir por menos cruentas benfeitorias, a troco de embaixadas e presentes, e se desta pobre terra de analfabetos, de rústicos, de toscos artífices não se podem esperar supremas artes e ofícios, encomendem-se à Europa, para o meu convento de Mafra, pagando-se, com o ouro das minhas minas e mais fazendas, os recheios e ornamentos, que deixarão, como dirá o frade historiador, ricos os artífices de lá, e a nós, vendo-os, aos ornamentos e aos recheios, admirados. De Portugal não se requeira mais que pedra, tijolo e lenha para queimar, e homens para a força bruta, ciência pouca. Se o arquiteto é alemão, se italianos são os mestres dos carpinteiros e dos alvenéus e canteiros, se negociantes ingleses, franceses, holandeses e outras reses todos os dias nos vendem e nos compram, está muito certo que venham de Roma, de Veneza, de Milão e de Génova, e de Liége, e da França, e da Holanda, os sinos e os carrilhões, e os candeeiros, as lâmpadas, os castiçais, os tocheiros de bronze, e os cálices, as custódias de prata sobredourada, os sacrários, e as estátuas dos santos de que el-rei é mais devoto, e os paramentos dos altares, os frontais, as dalmáticas, as planetas, os pluviais, os cordões, os dosséis, os pálios, as alvas de peregrinas, as rendas, e três mil pranchas de pau de nogueira para os caixões da sacristia e cadeiral de coro [...]<sup>37</sup>.

Neste excerto, que é apenas um entre muitos momentos não menos envolventes do discurso saramaguiano, não se trata unicamente da representação do mal; trata-se de uma incursão nos processos mais recônditos de construção ao mesmo tempo individual e social do mal. Os mecanismos sociais e psicológicos do mal que áreas do conhecimento como a sociologia e a psicologia nomeiam com a objetividade exigível à ciência são, em Saramago, discriminados. Com isto não quero dizer que temos acesso a uma anatomia e a uma fisiologia do mal acabadas e infalíveis, nem que Saramago simplifica o que é complexo. Estou a afirmar que um romance como *Memorial do Convento* especifica, com um realismo estético e psicológico único, as motivações que subjazem a atos aos quais hoje não hesitamos em designar de inumanos. No discurso historiográfico, D. João V mandou construir o Convento de Mafra,

<sup>37</sup>SARAMAGO, José, *Memorial do Convento*, 57.<sup>a</sup> ed., Porto, Porto Editora, 2016, pp. 250-251.





e é isso, simplificada, que a memória coletiva retém. A esta visão da História contrapõe Saramago uma nova narrativa, construída sobre uma temática, velha de milénios (a oposição opressores / oprimidos), que, feita grande literatura, se revela bem mais credível do que a narrativa oficial. Segundo Saramago, o rei português não é um grande estadista preocupado com a gestão racional das riquezas do reino e com o bem-estar do seu povo. Movem-no desejos de grandeza, o gosto pelo luxo, uma ideia interesseira de salvação eterna, apetites carniais, tudo à custa de “gente de pouco peso e aliviada de algibeiras”<sup>38</sup>.

Nesta meditação de D. João V, temos séculos de construção de um Portugal (e não só) que se foi fazendo pobre porque a tentação do mal das elites e a sua engenharia de dominação suplantaram sempre em muito a tentação do bem comum. Não é difícil antecipar que alguns leitores considerarão inaceitável ou demasiado simplista esta minha afirmação. Todavia, não encontro melhor forma de me expressar, nem conheço quem tenha proposto uma avaliação mais exata e convincente. Portugal é, ainda hoje, apesar do muito que se avançou nas últimas décadas, um país no qual a distribuição do poder e da riqueza continua a ser muito desigual. Sustentado em tudo o que discuti até este ponto, volto a afirmar, agora mais categoricamente: a biologia auxilia-nos a enquadrar a nossa história e a história da Humanidade. Há “Uma biologia por detrás do atual estado das coisas”, diz-nos António Damásio, que adverte: “Compreender os sustentáculos biológicos da mente cultural humana não dará uma resposta completa, mas pode ajudar-nos a lidar com o problema”<sup>39</sup>.

Para Saramago, a História é “o reino do mal”, diz-nos João Barrento, no ensaio “Os pobres da História e os podres da História: *Memorial do Convento*”<sup>40</sup>. A argumentação que desenvolvi até este momento confirma esta interpretação do sentido da escrita e das ideias de um autor que muitos reduzem a comunista e a materialista, com o que rasuram uma obra maior (que nunca leram). Nada estou a descobrir ao dizer que os romances de Saramago podem ser lidos e fruídos tanto por leitores de diversas inclinações políticas e ideológicas como por leitores que pouco ou nada sabem de marxismo, mate-

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*, p. 251.

<sup>39</sup> DAMÁSIO, António, *A Estranha Ordem das Coisas*, Lisboa, Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2017, p. 298.

<sup>40</sup> BARRENTO, João, “Excurso: Os pobres da História e os podres da História: *Memorial do Convento*”, p. 49.

rialismo (dialético e histórico) e comunismo. O meu contributo consiste em convocar para a leitura da obra de Saramago, e, em particular, para uma interpretação do romance *Memorial do Convento*, a importância das emoções e dos sentimentos negativos, vistos à luz da biologia moderna e das conclusões de cientistas como António Damásio. Volto à meditação de D. João V segundo José Saramago que citei atrás. É o poder absoluto do rei que ali se expressa, e é, portanto, na organização social e material da época que tendemos a ler aquela *confissão*. Mas esta explicação, por si só, é insuficiente para a compreendermos. O que nela ressalta, na linguagem envolvente e musical cheia de informações e de sugestões típica de Saramago, é a destrutividade do desprezo pelos outros, a ganância, a vaidade desregrada e os atos de crueldade levados a uma população da qual não se espera mais do que força para trabalhar.

Num sentido estrito, é a biologia de D. João V (e do português – e não só – da corte), num período da nossa evolução social e cultural, que se manifesta naquela meditação. Muito mudou em Portugal desde o fim da monarquia, e muito se manteve. Responsáveis, em grande parte, pelo mal extremo, as emoções negativas que identifiquei não desapareceram nem (provavelmente) se atenuaram, tanto nas classes favorecidas, nos detentores de dinheiro e de poder, como, em potência, nas classes mais desfavorecidas. Com este diagnóstico, não estou a defender que estamos condenados à violência e à crueldade, ao mal mais ou menos extremo ou catastrófico (aquele que leva à exclusão, ao sofrimento e à morte centenas ou milhares de pessoas, num curto espaço de tempo). Saramago, a literatura e as artes em geral desempenham aqui uma função imprescindível. Já me referirei a este argumento, tão convocado que seria escusado referi-lo aqui, caso não fosse essencial para o raciocínio que estou a desenvolver.

De onde vem a megalomania de D. João V, que preferiu exigir a construção de um convento monumental em vez de trabalhar mais diretamente para o bem-estar da população? Em linguagem tão literária quanto realista, como mostrei, Saramago oferece-nos uma explicação na forma de uma visão sobre os mecanismos biológicos mais íntimos e básicos desta figura histórica. No que tem a ver com a governação do reino, as emoções e os sentimentos negativos, prejudiciais para os outros, prevaleceram sobre a razão, as emoções e os sentimentos positivos (altruísmo, fundamentalmente). Podemos partir deste contexto português para o contexto da Humanidade em geral. Apesar de to-



dos os progressos ao nível da paz, da segurança, da harmonia dentro de um mesmo país e entre países, tem sido assim, no essencial, e por isso uma grande parte da população do nosso planeta vive em guerra e em pobreza extrema.

Dito isto, há que perguntar se estamos condenados a uma condição humana que parece esquecer rapidamente os avanços civilizacionais e as recuperações dolorosas de crises e guerras. Tenho de voltar a uma citação de Saramago que já comentei acima e que enquadra e intensifica (a segunda parte) do que acabo de dizer, agora para a ler segundo uma interpretação da biologia que as ciências humanas e sociais não podem desprezar: «A humanidade nunca foi educada para a paz, mas sim para a guerra e para o conflito. O “outro” é sempre potencialmente o inimigo. Andamos há milhares de anos nisto»<sup>41</sup> (Gómez Aguilera, 2010: 164). Homeostasia: esta palavra, que designa os dispositivos da vida propriamente dita e a natureza da sua regulação, vai-me permitir avançar. Se pensarmos bem, a repetida falência dos progressos culturais não é assim tão surpreendente. “Eis porquê”, propõe António Damásio:

A base fisiológica e o principal interesse da homeostasia básica é a vida de um organismo individual dentro das suas fronteiras. Dadas estas circunstâncias, a homeostasia básica continua a ser uma questão um tanto ou quanto limitada, concentrada no templo que a subjetividade humana concebeu e erigiu – o eu. A homeostasia pode ser alargada, com mais ou menos esforços, à família e ao pequeno grupo. E pode ser ainda mais alargada para grupos maiores, pela força da nossa vontade civilizacional, o que depende de circunstâncias e de negociações em que os benefícios gerais e o poder estejam equilibrados<sup>42</sup>.

Se a questão se resumisse apenas a um alargamento da homeostasia a grupos mais numerosos, teríamos bons motivos para acreditarmos numa Humanidade sem conflitos extremos. Todavia, “a homeostasia básica, tal como a encontramos nos nossos organismos individuais, não se preocupa *espontaneamente* com grupos mais vastos, sobretudo grupos heterogéneos, e muito menos com culturas ou civilizações como um todo”<sup>43</sup>. A fragmentação das

<sup>41</sup>GÓMEZ AGUILERA, Fernando (edição e seleção), *José Saramago nas Suas Palavras*, p. 164.

<sup>42</sup>DAMÁSIO, António, *A Estranha Ordem das Coisas*, pp. 298-299.

<sup>43</sup>*Idem, ibidem*, p. 299. Sublinhado do original.



sociedades e das culturas, os jogos de força e de poder entre grupos, países e civilizações, as vontades e os interesses individuais diferentes geram desequilíbrios. O “messianismo político”<sup>44</sup>, na expressão de Tzvetan Todorov, que a aplica ao voluntarismo de etapas da civilização como a Revolução Francesa, as guerras revolucionárias e coloniais ou o comunismo, não é a solução. A homogeneização das culturas através da força não é nem aceitável nem, na prática, alcançável. Damásio é peremptório: “A ideia de que só a homegeneidade tornaria as sociedades mais governáveis ignora um facto biológico: os indivíduos que pertencem a um mesmo grupo étnico diferem em termos de afetos e de temperamento”<sup>45</sup> (Damásio, 2017a: 300). Esta diversidade traduz-se em opções políticas, tipos de governação e valores morais muito diferentes, e, conseqüentemente, em conflitos entre pessoas, culturas, sociedades e civilizações. A esta dificuldade em articular os interesses individuais com os interesses dos grupos acresce uma outra, não menos problemática e origem de não pequenos “*conflitos com origem no interior de cada indivíduo*”<sup>46</sup> que consistem na oposição entre “impulsos positivos e afetivos, e impulsos negativos, hetero e autodestrutivos”. Esta desordem interna pode desencadear ou facilitar conflitos a uma escala à partida impensável. Não faltam casos célebres pelos piores motivos, em toda a História, que nos fazem perguntar se o nazismo e a Segunda Guerra Mundial teriam existido sem Hitler e os Gulag sem Estaline.

Também podemos perguntar se o Convento de Mafra existiria sem D. João V. Provavelmente, não teria sido construído, mas não faltariam outros monumentos, em Portugal ou fora, suscetíveis de atrair a atenção e o juízo de Saramago. A meditação de D. João V, como lhe estou a chamar a partir da sugestão saramaguiana (“Medita D. João V”), confirma com grande eloquência este raciocínio de António Damásio: “É verdade que, à primeira vista, pode parecer que, quando nos viramos para a governação, deixamos para trás o reino da biologia, mas isso não é assim”<sup>47</sup>. Mais: “Os seres humanos acabam sempre por depender da maquinaria dos afetos, do conhecimento, do raciocínio e da

<sup>44</sup>TODOROV, Tzvetan, *Os Inimigos Íntimos da Democracia*, Lisboa, Edições 70, 2017, p. 41.

<sup>45</sup>DAMÁSIO, António, *A Estranha Ordem das Coisas*, p. 300.

<sup>46</sup>*Idem, ibidem*, p. 301. Sublinhados no original.

<sup>47</sup>*Idem, ibidem*, p. 305.

tomada de decisões. Não há maneira de fugir a isso”<sup>48</sup>. Não há, contudo, um determinismo rígido, uma direção predefinida. Se as variáveis e as circunstâncias fossem diferentes num ou noutro aspeto, a megalomania de D. João V poderia talvez ter sido atenuada ou revertida em altruísmo e num esforço civilizacional voltado para a população e para o país no seu todo (construção de casas, estradas, infraestruturas, etc.). Saramago aprovaria esta última escolha e, se ela fosse a regra e não a exceção, não veria na História, dig-o de novo, “o reino do mal”<sup>49</sup>.

O reino da cultura e o reino da biologia confluem de muitas e inusitadas maneiras (já debati esta relação atrás, mas, para poder prosseguir, sintetizo-a). Tal como leio o *Memorial do Convento* e as considerações de Saramago sobre o ser humano, essa conjugação pode significar a construção de um convento português monumental que reclama o trabalho sub-humano de cinquenta mil operários (a que poderíamos somar os que trabalharam nos produtos importados, embora, provavelmente, em condições menos precárias e com menos riscos de saúde e de vida). Que eu saiba, não há registo de que Saramago alguma vez se tenha referido explicitamente à biologia como matriz na qual o mal humano está inscrito enquanto força criada por emoções e sentimentos negativos desregulados (soberba, megalomania, egoísmo, ira, vaidade...), mas disse-o de outras formas. Ao afirmar “Os homens trazem em si a crueldade”<sup>50</sup>, é isso que o autor nos está a dizer, ao mesmo tempo que evoca o que no mal é também, ao mesmo tempo e em proporções que variam de caso para caso, construção da cultura.

Neste momento, faz todo o sentido recuperar a fórmula, pelo seu poder de síntese, de George Steiner e de Miguel Real: o mal é ontológico e substantivo. Impõe-se também discutir se Saramago, com a sua ação e a sua escrita, se limita a confirmar esta *evidência* sobre o mal, o que já não seria pouco, ou se antevê e propõe soluções.

Quem não conhece a obra de Saramago mas identifica o autor e é mais ou menos versado em linguagem marxista e em ideologia comunista poderá pensar que o autor de *Memorial do Convento* escreve com o objetivo de contribuir

<sup>48</sup> *Idem, ibidem*, p. 305.

<sup>49</sup> BARRENTO, João, “Excurso: Os pobres da História e os podres da História: *Memorial do Convento*”, p. 49.

<sup>50</sup> GÓMEZ AGUILERA, Fernando (edição e seleção), *José Saramago nas Suas Palavras*, p. 162.

rigidamente para o fim previsto pela doutrina de Marx e Engels: a abolição ou a restrição da propriedade privada, a concentração no Estado de todos os meios de produção, o desaparecimento das classes. Tal como qualquer outro messianismo, o comunismo não só preconiza que a história segue uma direção preestabelecida e imutável como também prevê o apagamento de todas as diferenças entre os grupos humanos e entre os próprios seres humanos. Os termos determinismo e, mais do que isso, “voluntarismo intransigente”<sup>51</sup> caracterizam bem o marxismo, que quis levar o bem a cada país e ao mundo sem se recusar, numa fase assumida como apenas provisória, a impor o mal a quem quer que rejeitasse a *verdade* da luta de classes. Se necessário, esse mal temporário consubstanciar-se-ia (e consubstanciou-se) em sofrimento físico, derramamento de sangue e morte.

Só com muita má-fé ou subjugado por uma grande e intolerável ignorância é que alguém pode inscrever José Saramago neste ideário, cujos resultados são bem conhecidos. Um poder revolucionário, *cientificamente* voltado para a supressão da violência histórica, transformou-se em poder de Estado em estado puro (permita-se-me a repetição do termo “estado”). O comunismo de José Saramago, que o próprio caracterizou inúmeras vezes, é de outro tipo (muito simplesmente: justiça, liberdade e igualdade para todos). Nenhum messianismo anima Saramago, nenhuma ideia de fechamento da História o move, nenhuma justificação de violência no espaço da ética o atrai. Saramago nunca sustentou a ideia de uma sociedade nova e de ser humano novo unicamente radicada não só na luta de classes como também em todos os outros dogmas da doutrina marxista. O seu marxismo não era minimamente conservador. Saramago, como Benjamin, olhava a história da humanidade e via um processo ininterrupto e imprevisível de barbárie. Não há como negar a verdade desta perspectiva, nem uma noção afim, a do “progresso moral”<sup>52</sup>, que “não é uma escala contínua de aperfeiçoamento humano. Porque permanentemente ameaçado pelo mal, o progresso é descontínuo, intermitente e labiríntico, não possuindo um critério absoluto de evolução superior”<sup>53</sup>.

De qualquer modo, o romance *Memorial do Convento* foca, sem margem para interpretações dúbias, os grupos humanos enquanto força motriz da História, que é garantida não por heróis ou personalidades proeminentes como

<sup>51</sup>TODOROV, Tzvetan, OS INIMIGOS ÍNTIMOS DA DEMOCRACIA, p. 52.

<sup>52</sup>REAL, Miguel, *Nova Teoria do Mal. Ensaio de Biopolítica*, pp. 170-171.

<sup>53</sup>*Idem, ibidem*, p. 171.



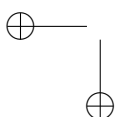
monarcas ou políticos mas pelos trabalhadores. Estes são o motor dos processos materiais de produção, a força de trabalho; são eles que realizam as tarefas necessárias para se alcançar a subsistência económica e social. Lido assim, *Memorial do Convento* inscreve-se sem qualquer problema na dialéctica materialista, segundo a qual o material determina tudo o resto. Nesta perspectiva, nenhum vestígio da dialéctica idealista intervém no romance e no seu subtexto ideológico.

O romance, contudo, é bem mais ambicioso e rico na sua interpretação da História e na sua proposta (não militante) de (re)construção do presente e do futuro. A visão materialista da História é a base na qual este escritor apoia uma reinterpretação do materialismo histórico. Não é o «dogma marxista segundo o qual “a existência determina a consciência”<sup>54</sup> que subjaz a romances como *Levantado do Chão* e *Memorial do Convento*; ou assiste-lhe esse princípio, mas moderado por um outro princípio também moderado: o de que a consciência determina a existência. Sabemos que Lenine, na Rússia, inverteu o axioma de Marx e o converteu, sem moderação, neste último (a consciência motiva a existência). São bem conhecidos os resultados da introdução deste messianismo político na realidade: o Estado totalitário soviético, o “império do mal”, como foi e é denominado por quem por ele foi subjugado e por quem, nas democracias, o via e vê de fora.

André Santos Campos caracteriza exemplarmente a especificidade do materialismo histórico de Saramago, que articula o material com o ideal sem desvirtuar nem a perspectiva essencial do materialismo histórico marxista, nem o idealismo de base espiritual e afetiva:

Unlike Marx, the material world does not simply determine the ideal world, and, unlike Hegel, the ideal world does not determine the material world; rather, materialism remains valid and immune to idealist influences with reference to objective laws, but idealism becomes entangled in materialism with reference to the subjective specificities of the true agents of History, that is, the individuals constituting the masses. [...] materialism is valid objectively and, with regard to individuals, it somehow incorporates their spiritual needs as both workers and sensible beings. As the construction of the *passarola* in *Baltasar and Bli-*

<sup>54</sup>TODOROV, Tzvetan, *Os Inimigos Íntimos da Democracia*, pp. 52-53.



*munda* exemplifies, true individual productive efforts involve technique and labor just as much as dreams and aspirations<sup>55</sup>.

O materialismo histórico de Saramago não é o canônico e conservador, repito. *Memorial do Convento*, afinal, diz-nos que a História não está cativa de leis imutáveis, que a Providência não preestabelece o destino humano nem nele interfere, que o futuro é criado pelas vontades humanas. O paradoxo do mal feito (alegadamente) em nome do Bem é, para Saramago, inaceitável e tem de ser lembrado, debatido; esse mal é supérfluo (Adi Ophir, como vimos). Blimunda, Baltasar, o Padre Bartolomeu de Gusmão, Scarlatti mas também todos aqueles que construíram o Convento de Maфра (e foram muitos – cinquenta mil – e são muitos aqueles que Saramago nomeia no romance) ajudam-nos a procurar uma solução ou um paliativo para os nossos males sociais e morais (*Memorial do Convento* é, em si mesmo, uma solução e um paliativo). Nestas personagens, o Saramago ficcionista e o Saramago político encontram-se e criam um programa cujos princípios são os da democracia (ou, o que é o mesmo, socialismo democrático), no sentido mais elevado desta palavra: poder do povo, liberdades e deveres de cada pessoa (afetiva, social, cultural, política), repartição e regulação de poderes, melhoramento contínuo da ordem social, economia de todos e para todos, vontade coletiva partilhada e negociada, e literatura (que é tudo isto e tudo o mais que fica sempre por dizer).

Romance de resistência contra a visão rígida da História e contra todas as formas de opressão (mal), *Memorial do Convento*, tal como toda a obra de José Saramago, é um memorial da nossa história e da nossa complexa, mas não determinista, natureza (portuguesa e universal, individual e coletiva). Sem messianismos de qualquer espécie, nem materialistas nem de outro tipo, este romance é, enquanto ato de vontade e vida em palavras, uma revelação do mal e uma procura dinâmica do “bem moral absoluto, apenas ideal, nunca realizado”<sup>56</sup>.

Homens de ideias e de ação, José Saramago, George Steiner e Miguel

<sup>55</sup>CAMPOS, André Santos, “José Saramago’s ‘magical’ historical materialism”, in Carlo Salzani & Kristof K. P. Vanhoutte (eds.), *Saramago’s Philosophical Heritage*, Cham, Palgrave Macmillan, 2018, p. 71.

<sup>56</sup>REAL, Miguel, *Nova Teoria do Mal. Ensaio de Biopolítica*, p. 158.

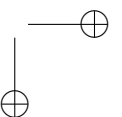
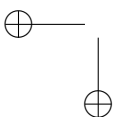




Real dão-nos a ver as múltiplas faces do mal: o rosto e o coração das trevas de cada um de nós e da Humanidade.

### **Nota Biobibliográfica**

Cotitular da Cátedra José Saramago da Universidade de Vigo (Galiza, Espanha), Carlos Nogueira considera-se, acima de tudo, um leitor que reflete sobre temas históricos, sociais e ético-morais, a partir, tanto quanto possível, das literaturas e das culturas de todos os tempos e lugares. O seu trabalho docente e de investigação tem-se centrado especialmente nas relações entre a Literatura, a Filosofia, a Política e o Direito. Tem publicado livros de ensaio em editoras como a Fundação Calouste Gulbenkian, a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, a Porto Editora, as Edições Europa-América, as Edições Lusitânia e a Livraria Lello. Foi-lhe atribuído o Prémio de Ensaio Jacinto do Prado Coelho / 2019.







## 2.1.8. Miguel Real Leitor de Eduardo Lourenço<sup>1</sup>



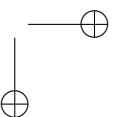
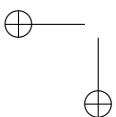
**Daniel-Henri PAGEAUX**  
Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3

Neste colóquio de homenagem a Miguel Real, permitam-me que comece por uma evocação pessoal que remonta a 2003, ano em que me encontrei com o homenageado, encontro, note-se, não real ou físico, mas sim intelectual, através do seu livro, que acabara de ser publicado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, intitulado *Eduardo Lourenço – Os Anos de Formação: 1945-1958*. Confesso que não conhecia o autor. Em contrapartida, há muito tempo que já lia Eduardo Lourenço e não só citara o autor de *O Canto do Signo* como também, em determinada ocasião, já tinha escrito a propósito desse livro fundamental consagrado à crítica literária.

No ano seguinte, publiquei na *Revue de Littérature comparée*, que tenho a honra de dirigir com dois outros colegas, a recensão crítica sobre a obra de Miguel Real, porque essa obra me entusiasvara e me dera a conhecer muita coisa, sendo útil, portanto, divulgá-la junto de um público que, apesar de internacional, não sabia grande coisa sobre a cultura portuguesa. Agora, quinze anos depois, por ocasião deste colóquio, volto a esse texto que então escrevi e que, oportunamente, me servirá de ponto de partida para esta breve comunicação, a qual junta, numa mesma homenagem, os nomes de Miguel Real e de Eduardo Lourenço.

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



\*

Elogiei, desde logo, uma obra que qualifiquei de “escrupulosa”, que punha a erudição ao serviço de um pensamento claro e rigoroso, uma obra útil, em todos os sentidos da palavra. A iniciativa de Miguel Real era original, exemplar, e devemos sublinhar a amplitude daquilo que foi, na origem, uma tese de mestrado defendida na Universidade Aberta, bem como o método simples e eficaz adoptado nesta tentativa de biografia intelectual, de que Miguel Real referia, com justeza, as dificuldades e o pouco interesse que, em geral, suscita este género de estudo.

Posteriormente, li com regularidade os textos em que Miguel Real volta a abordar o pensamento de Eduardo Lourenço, em especial *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa* (QuidNovi, 2008), obra que deve ser considerada como complemento e prolongamento da primeira, uma espécie de segunda parte daquilo que é anunciado como um tríptico. Mas devo citar também o artigo com que Miguel Real contribuiu, em 2009, para a homenagem que a revista *Colóquio/Letras* consagrou a Eduardo Lourenço, por ocasião dos seus oitenta e cinco anos, e que tinha por tema “o conceito de colonialismo orgânico”. Devo referir ainda o relevo dado a Eduardo Lourenço na obra intitulada *Nova Teoria do Sebastianismo* (Dom Quixote, 2014). Miguel Real retoma aí um eixo fundamental do pensamento de Eduardo Lourenço: o diálogo com a Europa, o continente da “inquietação universal” (p. 235). Refira-se ainda o seu recente estudo de síntese *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (Planeta, 2017), no qual não hesita em situar o seu pensamento na sequência das perspectivas iniciadas por Eduardo Lourenço, sobretudo em “O futuro da cultura”, texto incluído no volume colectivo *Portugal – O Futuro é Possível* (Nova Vega Editora, 2016).

É fácil reconhecer a influência determinante de Eduardo Lourenço nos ensaios de Miguel Real, além das obras de ficção. Por isso, devemos saudar, antes de mais, o seu trabalho de mediador (ou “medianeiro”, para utilizar um termo de Vitorino Nemésio), o que justifica o interesse por um pensamento situado no âmbito de estudos de uma disciplina que faz das relações literárias e culturais um tema constante de investigações: a Literatura Comparada.



\*

A diferença entre as duas obras que Miguel Real consagrou a Eduardo Lourenço é flagrante. A primeira é uma obra cronológica e segue quase passo a passo aquilo que é considerado como sendo os anos de aprendizagem, enquanto que a segunda obedece a um plano temático, visando sucessivamente quatro “questões” ou quatro domínios de reflexão de Eduardo Lourenço: o cultural, o estético e o filosófico. Note-se que a cronologia é integrada habilmente em cada capítulo. Nos dois casos, Miguel Real demonstra claramente a sua capacidade de abarcar paralelamente várias linhas de reflexão, ou antes, de uma só reflexão, mas a vários níveis: poético quando se consagra à leitura de um texto preciso, histórico quando se trata de renovar as perspectivas de uma história literária através da história das ideias, das formas estéticas; enfim, o nível filosófico quando se trata de situar o pensamento de Eduardo Lourenço relativamente às grandes correntes que atravessaram o século passado. Miguel Real demonstra estar absolutamente preparado para abordar a complexa questão das influências. A palavra “influência” é utilizada e, ainda aí, a vários níveis: nível pessoal quando se trata de avaliar o contributo do pensamento do mestre de Eduardo Lourenço em Coimbra, Joaquim de Carvalho; literário, poético e estético quando se trata de situar movimentos literários como o de *Orpheu* ou o do neo-realismo; filosófico quando avalia a importância da influência do existencialismo na cultura portuguesa em geral e na formação do pensamento de Eduardo Lourenço em particular. E note-se, quanto a este ponto específico, a ausência total, por parte de Miguel Real, de intenção polémica. Por exemplo, quando se trata de pôr a questão da introdução do pensamento de Heidegger em Portugal, a posição de António Quadros, segundo a qual teria sido obra de Leonardo Coimbra, em 1935, apenas merece da parte de Miguel Real um simples comentário: “Não é correcto”, seguido de elementos que provam a sua posição (p. 350).

\*

Na perspectiva da história das ideias, que é o domínio predilecto de Miguel Real, quero comentar brevemente três elementos capitais que caracterizam o pensamento de Eduardo Lourenço (heterodoxia, hermenêutica e irrealismo) a propósito dos quais Miguel Real elabora várias análises, fazendo leituras particularmente esclarecedoras.



Antes de mais, demonstra de que maneira aquilo que, durante um longo período, foi uma ideologia, um sistema ideológico (heterodoxia), se torna em Eduardo Lourenço uma atitude filosófica, moral, passando (não sem alguma provocação consciente) do domínio estritamente religioso para os da actividade intelectual e moral: a utilização de uma razão plural que substitui toda a forma de dogmatismo e uma atitude ética que implica a recusa de todo o espírito de sistema, de suspensão metódica do juízo de valores, isto sem cair no cepticismo, o que caracteriza uma posição crítica original.

Assim, o crítico Eduardo Lourenço passa a ser o que se designa propriamente como um *intelectual* (como se sabe, a palavra remonta a Zola e ao “*affaire Dreyfus*”), o que verdadeiramente não existia até então na cultura portuguesa, nem mesmo entre os *estrangeirados*, coisa que Eduardo Lourenço nunca foi, apesar de uma parte importante da sua vida se passar no estrangeiro, mais exactamente, em França. Eduardo Lourenço constrói, elabora um método de pensamento baseado em grande parte, julgo eu, numa atitude de olhar “à distância”, atitude que podemos notar em dois pensadores franceses contemporâneos: Lévi-Strauss, o qual preconiza a necessidade de se “desprender”, como diz no final de *Tristes tropiques*, e, mais ainda, Raymond Aron, que se define como sendo um “espectador *engagé*”.

Eduardo Lourenço surge como sendo um observador crítico, o que implica uma absoluta liberdade de pensamento, na sequência directa de uma tradição de pensamento inaugurada por Montaigne, sobre o qual Eduardo Lourenço, depois de ter recebido o Prémio Montaigne, escreveu um ensaio brilhante e profundo.

Segunda orientação crítica abordada com solidez e justeza por Miguel Real: a actividade hermenêutica de Eduardo Lourenço. Ainda aí, Eduardo Lourenço demonstra independência absoluta de pensamento, afastando-se de todos os sistemas, de todos os “ismos”, apesar de, como demonstra Miguel Real, ter sofrido inicialmente a influência do existencialismo. Convém evocar, para compreender o percurso do pensamento de Eduardo Lourenço, o seu pragmatismo de raiz, uma actividade reflexiva constante a partir de textos literários, em especial, e um pensamento que se desenvolve de forma circular ou em espiral, afastando-se do objecto estudado para melhor a ele regressar no final. O discurso de Eduardo Lourenço é sempre aberto, um convite feito ao leitor para intervir, tomar a sua posição. Todavia, por outro lado, Eduardo Lourenço toma também uma atitude crítica exigente, comparável à do ver-



dadeiro intérprete, no sentido musical do termo: respeito pelo objecto, mas também liberdade de interpretação, na medida em que a autonomia da obra literária ou, em geral, artística é total.

Assim, devemos considerar o discurso crítico de Eduardo Lourenço como uma espécie de estratégia, uma tática de cerco, no sentido militar do termo, aplicada ao texto: daí, por vezes, os avanços e os recuos sucessivos, ou ainda nuances, desvios, sendo que o próprio objectivo de definir um projecto estético, poético, implica uma sequência sem fim verdadeiro de *aproximações* (a palavra exacta será talvez esta), sequência que só terminará por decisão do crítico. Poderemos ver nisso um aspecto desse chamado “ensaísmo trágico” característico de Eduardo Lourenço. Todavia, Miguel Real prefere insistir na ideia de um trabalho intelectual que releva, não só da interpretação, mas também de uma espécie de “desconstrução”.

Note-se que esta designação não foi utilizada por Miguel Real e, por mim, utilizo-a como uma abordagem inicial da parte de Eduardo Lourenço para revelar, na cultura portuguesa, a presença e a força de certos mitos ou construções míticas de que devemos ter consciência na perspectiva geral de uma verdadeira catarse colectiva. É este um dos aspectos mais originais e corajosos do pensamento e da acção intelectual de Eduardo Lourenço: um humanismo consciente, lúcido e militante. O autor de *Labirinto da Saudade* é um intelectual que toma a atitude firme de libertar as palavras, as ideias, os espíritos de tudo aquilo que é irracional. Neste sentido, devemos atentar pormenorizadamente, em *Eduardo Lourenço – Os Anos de Formação*, no capítulo em que Miguel Real estuda “a emergência do conceito de “irrealismo histórico” como definidor do ser português”. É evidente, se retomarmos a leitura do início de *Labirinto da Saudade*, que a ideia-mestra de Eduardo Lourenço é a de levar a cabo uma “autópsia da nossa historiografia”, a fim de revelar o “irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses fazem de si mesmos”. Será interessante fazer notar, como o faz Miguel Real, que a problemática desse irrealismo, quer no plano poético quer no plano político, tem como ponto de partida um questionamento que releva da imagologia. De maneira mais profunda, devemos pôr em relevo uma espécie de metafísica da interrogação em Eduardo Lourenço, a qual é uma forma de inquietação do espírito que domina a reflexão e a escrita de Eduardo Lourenço.



\*

Tentando definir, em conclusão, quais podem ser os traços fundamentais do pensamento crítico de Miguel Real, destaco, antes de mais, o equilíbrio notável que mantém entre o pensamento analítico e a vontade de síntese. Estou a pensar, por exemplo, nas duas partes, de extensão totalmente diferente, que compõem o primeiro ensaio: por um lado, a parte intitulada “O jovem Eduardo Lourenço”, cronológica, e, por outro lado, as cerca de vinte páginas, muito densas de conteúdo, sobre “A hermenêutica do jovem Eduardo Lourenço”. Note-se ainda que Miguel Real parte sempre de textos precisos – um artigo de um jornal ou de uma revista, essa arte do fragmento em que Eduardo Lourenço se tornou um mestre –, e, pouco a pouco, as linhas mestras são delineadas.

Note-se ainda uma segunda característica em Miguel Real, que é o culto da exposição clara, embora sem nenhuma intenção didáctica, pelo menos no sentido estrito do termo: trata-se de pôr em evidência, de acompanhar o leitor numa descoberta progressiva, a qual não exclui chamadas de atenção específicas para determinado ponto (não repetições) nem conclusões parciais, por vezes precedidas de alguns quadros – uma escolha propositada, constante, que constituiria, confesso muito francamente, a única reserva que me permito fazer. Mas reconheçamos que essas pausas na maneira de expor não diminuem em nada as suas capacidades discursivas, o que já referi pelas palavras análise, síntese e exposição.

Trata-se, para Miguel Real, à partida, de apresentar hipóteses, de propor linhas gerais, recapitulando-as no final. Cito, a partir do capítulo 4 (Questão filosófica) do seu *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*: “três teses filosóficas fundamentais, cinco raízes filosóficas na formação cultural, dois encontros culturais decisivos, seis temas gerais do existencialismo<sup>2</sup> cinco vectores teóricos”<sup>3</sup>. Mas o exemplo mais espantoso é sem dúvida aquele que relaciona Eduardo Lourenço com a cultura portuguesa quando Miguel Real utiliza uma ampla metáfora para ilustrar uma apresentação geral do panorama filosófico português: “uma espécie de estrela de nove pontas”<sup>4</sup>.

<sup>2</sup>REAL, Miguel, *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*, Matosinhos, Quinovi, 2008, p. 368.

<sup>3</sup>*Idem, ibidem*, p. 377.

<sup>4</sup>*Idem, ibidem*, p. 11.



No âmago de cada obra, as digressões são raríssimas, bem como as notas de rodapé ou de final de capítulo longas. Refira-se, no entanto, uma excepção: a nota desmesurada a que David Mourão-Ferreira tem direito no segundo estudo<sup>5</sup>, que conclui com aquilo que considero uma piscadela de olhos ao leitor: “Merece mais, muito mais”. Por regra, Miguel Real controla o seu ritmo expositivo, calibra, se assim se pode dizer, constantemente, o seu pensamento, não havendo apenas a substância ou a densidade de informações, mas sim também a maneira de as distribuir, de as expor. Não se trata de um discurso meramente elogioso (Eduardo Lourenço não tem necessidade disso, obviamente), mas sim da defesa e ilustração de um pensamento analisado em toda a sua complexidade.

Derradeira observação: Miguel Real tem um estilo próprio. Não procura imitar, de uma maneira ou de outra, a escrita de Eduardo Lourenço, imitar o próprio objecto do seu estudo, como fazem, por vezes, certos ensaístas e críticos literários. Referi a clareza da sua escrita. Quero terminar referindo a sua capacidade de contar (aposta delicada, difícil), através de um evidente modo particular de expor o seu pensamento, uma vontade de estilo para aludir à “*voluntad de estilo*” de Juan Marichal que caracteriza o estilo ou melhor dito a escrita do ensaio, esta vontade de estilo para a qual eu já tinha chamado a atenção na minha recensão crítica de 2003. Dava então como exemplo a maneira como Miguel Real apresentava a decisão de Eduardo Lourenço de se afastar de Portugal para concluir a primeira parte do seu estudo, da sua tese: “Só lhe restava partir e procurar nessa Europa, cujo coração fora sempre o reino da «inquietação universal», um horizonte de ilimitada abertura. Partiu”.

Sublinhei intencionalmente, dirigindo-me ao meu augusto público universitário, essa frase que me encantou e que qualifiquei de “romanesca”, até no seu laconismo: «*Partiu*». Na verdade, estava a pensar (embora, como se costuma dizer em Literatura Comparada, “*comparaison n’est pas raison*”) no final de *L’Education sentimentale*, de Flaubert: “Il voyagea. [*ponto*] Il connut la mélancolie des paquebots...”, etc.

\*

Como leitor de ensaios e amador de romances que eu sou, ousou terminar esta muito breve homenagem, não por um conselho, mas sim por um voto

---

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, pp. 316-318.

dirigido a quem, como Miguel Real, passa facilmente de um género a outro: que continue a cultivar a sua escrita romanesca até nos ensaios, e também inversamente.

Miguel Real, quero dizer o homem como o escritor, tem a capacidade de estabelecer diálogo entre dois géneros diferentes, que foram separados de maneira arbitrária, e ao fazer alternar no mesmo texto o ensaio e a ficção aproxima-se do antigo ideal romântico: conciliar a acção com o sonho.

### Nota Biobibliográfica

Professeur émérite de Littérature générale et comparée à la Sorbonne Nouvelle/ Paris III où il a enseigné de 1975 à 2007. Hispaniste et lusitaniste de formation, il s'est tourné vers les littératures francophones d'Afrique noire, des Amériques et de l'Océan indien. Il est co-directeur de la Revue de Littérature comparée, membre correspondant de l'Académie des sciences de Lisbonne et docteur honoris causa de l'Université de Enna/Sicile. Il a publié à ce jour une trentaine d'ouvrages (essais, manuels, éditions critiques). Dans le domaine portugais et lusophone, il a publié des études sur la Génération de 70, Eça de Queiros, Antero de Quental, Aquilino Ribeiro, le mouvement Presença, Pessoa, Miguel Torga, Vitorino Nemésio, Agustina Bessa Luis, David Mourão-Ferreira, Maria Ondina Braga, Mário Dionísio, Mário Cláudio et la peintre Graça Morais, ainsi que sur Jorge Amado, João Guimarães Rosa, Baltasar Lopes et Luan dino Vieira. Il a publié en collaboration avec Álvaro Manuel Machado *Da literatura comparada à teoria da literatura* (ed. Presença, 2001). Il a également publié, sous le pseudonyme de Michel Hendrel, deux romans (*Le sablier retourné et Le système décimal*, éd. Belfond, 1989 et 1992) et sous celui de León Moreno, un roman en espagnol (*Como fiel amante o la invención del Lazarillo*, Madrid, éd. Turpin, 2012). Dernières publications: *Itinéraires comparatistes*, (Paris, éd. Maisonneuve, 2014, 2 vols.); *Lectures indiaocéanes. Essais sur les francophonies de l'Océan Indien* (Paris, éd. Maisonneuve, 2016) et *Azorín (1873-1967) Sur les chemins de l'écriture* (Paris, éd. l'Harmattan, coll. "Classiques pour demain", 2017).

## 2.1.9. Um Encontro com o Essencial<sup>1</sup>



**Elisangela da Rocha STEINMETZ**  
Universidade de Lisboa

*O Essencial sobre Teolinda Gersão*, de autoria de Annabela Rita e Miguel Real, é um desses livros que acabam por se tornar uma visita frequente para quem se debruça com um olhar mais atento sobre a escrita de TG (como Gersão é designada tantas vezes ao longo do texto). Pode ser também uma leitura ocasional para alguns, mas que certamente deixará forte impressão para quem trava, travou ou pretende travar contacto com a ficção da autora, que, de forma inigualável, sabe transitar com traço lírico por questões históricas, sociais e culturais que permeiam a existência de seres em desencontro, num mundo também desencontrado, mas não desencantado, onde o insólito, o improvável não raro se insurge a revelar possibilidades múltiplas para “ver e andar” e viver num território de conflitos/dores antigas que tanto marcam um passado, como ainda circulam em nossos dias. Teolinda é uma autora que não se pode deixar de ler, e que, uma vez tendo lido, desejamos sempre mais,

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Estudos Portugueses na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

quer pelo desconcerto que pode causar, quanto pela beleza de uma escrita que envolve, fascina e provoca.

A escritora foi agraciada, com os seguintes prêmios, entre outros: Grande Prêmio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores (1995), Prêmio da Fundação Inês de Castro (2007) e Prêmio Vergílio Ferreira (2017). E, em 2020-2021, comemora 80 anos de vida e 40 de escrita literária, respectivamente. Essa comemoração que deu origem a um ciclo de homenagem com mais de três dezenas de iniciativas internacionais e de diferentes registro e modalidade, ciclo coordenado por Annabela Rita e por Miguel Real<sup>2</sup>. A essas homenagens, soma-se o livro *O essencial sobre Teolinda Gersão*, um primoroso estudo feito por duas das vozes mais relevantes da crítica literária: Annabela Rita e Miguel Real.

Annabela Rita obteve diversos prêmios, como o Prêmio Pró-autor 2019 da Sociedade Portuguesa de Autores (2019), além de uma série de outras homenagens e distinções. Professora e Diretora de Licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, antiga directora do CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa (2002-12), directora da Associação Portuguesa de Escritores e presidente do Instituto Fernando Pessoa e da Academia Lusófona Luís de Camões, Annabela Rita possui um grande número de obras publicadas, entre as quais estão: *Eça de Queirós Cronista* (1998; 2017), *Cartografias Literárias* (Lisboa, 2010; S. Paulo, 2012), uma trilogia dedicada ao Cânone Literário (*Luz e Sombras no Cânone Literário*, 2014, *Do que não existe. Repensando o Cânone Literário*, 2018, e *Perfis & Molduras do Cânone Literário*, 2018) e *Sfumato. Figurações in hoc signo. Na senda da identidade nacional* (2019, já com *Sfumato & Cânone. Na senda da identidade nacional* a chegar às livrarias em 2021), apenas para mencionar algumas de sua exclusiva autoria.

Miguel Real, por sua vez, além de um alargado trabalho no campo da crítica, possui também uma significativa produção ficcional, o que faz dele uma figura de importância e talento ímpares no panorama acadêmico e cultural no mundo das letras. Foi agraciado, entre outros, com os seguintes prêmios: Prêmio de Revelação nas áreas da Ficção e do Ensaio Literário da Associação Portuguesa de Escritores, Prêmio Literário Fernando Namora, atribuído ao

<sup>2</sup>Cf. Homenagem. Teolinda Gersão 2020-21 [<https://homenagemteolinda.wixsite.com/home>].

romance *A Voz da Terra*, e o Prémio SPA Autores pelo romance *O Feitiço da Índia*. Entre suas obras, somente para referir algumas, encontramos os seguintes livros: *O último minuto da vida de S.* (2007), *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia* (2010), *A Guerra dos Mascates* (2011), *O Feitiço da Índia* (2012), *A Cidade do Fim* (2013), *O Último Europeu* (2015).

O livro *O Essencial sobre Teolinda Gersão* organiza-se em cinco partes: Constantes, Diários/Cadernos, Romances, Novelas e contos, Referências bibliográficas, prêmios e dados biográficos. “Poucos escritores portugueses tratam tão delicadamente a língua portuguesa como Teolinda Gersão (TG). Ou tão harmonicamente” (p.11), assim inicia-se o capítulo “Constantes” onde encontraremos uma análise dos principais traços que distinguem e constituem a obra de TG. No que concerne à estrutura do texto, os autores destacam a “Harmonia no registo escrito, constituído por parágrafos curtos e soltos que compõem o todo dos seus livros (...), resultado de uma voluntária contenção narrativa que subtilmente deixa suspeitar o sentido sem de todo o explicar.” (p.11) Em “Constantes”, os diversos trabalhos da autora são comentados demonstrando a coesão da obra, em seu conjunto, como se fosse uma “extensa tapeçaria” cujo ponto de origem é o romance *O silêncio* (1981). Os textos se desdobram, dialogam entre si, o que pode ser notado, conforme observam os autores, no título das obras (*Cavalo de sol*, *Casa da Cabeça de Cavalo*, por exemplo), e na temática, para citar dois dos aspectos que consideram. Essa espécie de “continuidade”, aliás, foi muito bem observada no livro *Teolinda Gersão: encenações. 80 anos de vida, 40 anos de escrita literária* (2020), de Annabela Rita, que conta com prefácio de Miguel Real, obra que detalhadamente também explora a intensa relação que esses textos estabelecem com outras obras de arte e espaços da cultura. Outro aspecto relevante apontado nesse capítulo são os temas que TG aborda: “A exploração da casa; A construção da identidade feminina; Os desequilíbrios do mundo;” (p.22) e “Na construção da escrita: – a não diferenciabilidade entre a realidade exterior e a consciência que a apreende, com recurso à Memória (cultural existencial, histórica), ou como elo ou vínculo social da passagem do tempo.” (p.23). Essas questões, entre outras, voltam a ser analisadas em particularidade em cada um dos livros de TG nos demais capítulos da obra e dos quais iremos tratar brevemente, elencando alguns pontos.

“Diários/Cadernos”: nesse capítulo, são abordados os textos de *Os guarda-chuvas cintilantes* (1984) e *Cadernos II. As águas livres*, nos quais “TG

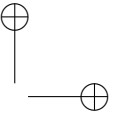
(...) subverte a estrutura clássica do diário.” (p.25) A forma como as datas e a construção narrativa do eu são apresentadas, exemplificam essa subversão: “Na datação não objetiva. A autora referencia apenas o dia da semana e o dia do mês (...) Verdadeiramente, nem sequer consiste no registo escrito de uma entidade autônoma permanente (um «Eu»), uma consciência individual duradoura ao longo dos tempos de escrita” (p.26). De modo que também a designação utilizada inicialmente (Diários) altera-se para Cadernos “Assim, nesta nova figuração escrita perde-se o já muito pálido enquadramento temporal objetivo e realista”(p.29). Logo, “o resultado apresentado ao leitor (...), evidencia-se como contaminado a um nível superior pela intimidade do eu, ao nível do estatuto da ficção, de onde o crivo objetivo da realidade se encontra, não diremos totalmente, mas fortemente ausente.” (p.30). Conforme os autores, esses dois livros constituem um espaço reflexivo, “embate entre a consciência da autora e a realidade” (p.32) fogem à ficção sem deixar de sê-lo.

Em “Romances” Annabela Rita e Miguel Real destacam o primeiro livro de Gersão, *O silêncio* (1981), não só como centro e origem de uma obra que segue em expansão repercutindo e desdobrando temas e imagens em conversação, tanto entre si, como com a cultura e a arte que a envolve, “mas sobretudo [como romance] fundador de um novo horizonte na literatura portuguesa” superando o “realismo oitocentista, dominante no romance português desde Eça de Queirós” (p.37), em especial, porque “recorre à interioridade mental, considerando que a única realidade é a realidade da consciência (...), não separando interioridade de exterioridade senão para efeitos de prática empírica, mas não para efeitos de representação mental.”(p.37). A valorização do universo feminino, sua condição histórica e social, que traz à tona uma mulher em busca de liberdade, da liberdade do corpo, uma figura rebelde e transgressora; e uma escrita que “cria uma nova sinalética”, que se constrói em forma de labirinto rompendo com a obediência “a uma gramática formal provinda do século XIX, quando dominava o modelo masculino de escrita.” (p.43) são pontos de destaque ao longo do texto que examina os romances escritos por Gersão, desde *O silêncio* (1982) até *Passagens* (2014). Frequentemente essas narrativas são aproximadas “ao modo de um *puzzle* labiríntico (...) que transfigura a lógica da realidade numa lógica da consciência e da memória” (p.48) capaz de reproduzir uma realidade social “deixando entrar o desejo pessoal no tecido do passado” (p.58). “A arte da narrativa em Teolinda Gersão reside na suprema mestria de criar pequenos labirintos” (p.71).

“Novelas e contos” trata da obra *Os teclados* (1999) e *Os anjos* (2000), textos que são reeditados em “volume conjunto *Os teclados & três histórias com anjos*” (p.74), o que, segundo os autores, “permite ao leitor aperceber-se de que o estatuto da música na obra de TG equivale ao estatuto dos anjos – ambos afirmam a existência de uma transcendência (...) que tudo combina e liga em proporção segundo uma euritmia, que o homem hoje despreza, levando uma existência neurótica.” (p.75) Além disso, observam também que, em *Os anjos*, não se encontram “seres bíblicos transcendentais” (p.75) e sim uma situação em que um ser de carne e osso possibilita a outro uma reconciliação com o ato de viver.

“Contos”, nesse capítulo, o essencial sobre os contos aborda uma “atenção aos pormenores do cotidiano” (p.81) um cotidiano em que, não raro, o insólito surge como modo não apenas de indagação e denúncia de uma realidade, mas como perspectiva para diferentes leituras, diferentes modos de “ver” e possibilidades de “andar”, o que faz da ambiguidade, entre outras figuras, um traço marcante de muitos dos contos de Teolinda, mostrando que sempre há algo mais. Esse cotidiano é “uma iluminação sintética da realidade – a parte induz o todo, um setor do mundo induz o mundo todo, a análise do jogo de personagens não espelha mais ilumina o jogo universal das relações humanas.” (p.81). Sob essa perspectiva, entre outros aspectos, o leitor vai deliciando-se com a apresentação de um conjunto de contos que é selecionado em cada um dos livros: De *O mensageiro e outras histórias com anjos* (2002) que destaca os contos “A velha” e “O mensageiro”; em *Histórias de ver e andar* (2002) se dá atenção aos contos “A visita”, “O segurança” e “O leitor”; já em *A mulher que prendeu a chuva* (2007) são salientados “O Verão das teorias”, “A mulher que prendeu a chuva” e, entre outros, “Um casaco de raposa vermelha”; do livro *Prantos, amores e outros desvarios* (2016) sobressaem-se os textos “Água-marinha”, “Uma tarde de verão”, “Pranto e riso da noiva assassina”, “As mimosas”, “Alice in Thunderland”, “Detrás dos sonhos” e “Jogo bravo”; *Atrás da porta e outras histórias* (2019) evidencia o “desconcerto do mundo” (p.90) que essas narrativas revelam e destaca “Nascer” e “Atrás da porta”, concluindo os estudos sobre os contos e deixando quem, por acaso, ainda não leu alguma destas histórias com um desejo imenso de recorrer à livraria mais próxima.

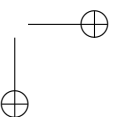
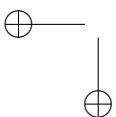
Vontade de ler! Mais e mais, esse será sem dúvida o resultado do encontro do leitor com o livro *O Essencial sobre Teolinda Gersão*. Fluido, claro e



objetivo, o texto de Annabela Rita e Miguel Real ilumina, com extratos muito precisos da obra de Teolinda, aquilo que expõe, contribuindo, assim, para uma leitura mais profícua de Gersão. Para além disso, no entanto, deixa-nos a sensação, especialmente em “Constantes”, de que estamos a ler um “romance”, pois vislumbramos uma trama em que TG, escritora é também personagem-autora que, apropriando-se de uma “caneta-vassoura-voadora”, vai deslizando de um texto ao outro (romance, conto, novela); visto que, conforme Annabela Rita e Miguel Real avançam em seu texto – trabalho de exímia leitura – narram um processo de escrita que TG constrói ao longo de 40 anos de enleio-criativo-amoroso com a invenção literária do qual as obras em estudo são fruto. Assim, *O Essencial sobre Teolinda Gersão* não só ilumina um conjunto de textos como revela o modo, a história, o coração pulsante que, desde *O silêncio*, se incendeia e segue por tantos outros textos escritos, e outros que podemos imaginar sendo escritos nessa jornada da escritora Teolinda Gersão. TG sabe fazer dos sonhos, espaço da realidade, bem como, da realidade, espaço de sonho, levando-nos a espreitar na trama “um desejo pessoal”. Em sua obra, quer se tratem de contos ou de romances, “a verdade é sempre plural e perspectivística” (p.81), como mostram Annabela Rita e Miguel Real.

### **Nota Biobibliográfica**

Elisangela da Rocha Steinmetz possui Mestrado em História da Literatura pela Universidade Federal de Rio Grande, formada em Letras é especialista em Língua Portuguesa e Literatura. Atualmente cursa o Doutorado em Estudos Portugueses na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Annabela Rita e a co-orientação do Professor Doutor Fabio Mario da Silva.







## 2.1.10. Reflexões para a Aula de Literatura Portuguesa através da Obra *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, de Miguel Real<sup>1</sup>



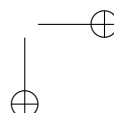
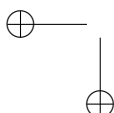
**Fabio Mario da SILVA**  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
CLEPUL-Univ. de Lisboa  
CRIMIC- Sorbonne  
CIMEEP-UFS

Há alguns temas e assuntos indispensáveis às aulas de literatura portuguesa no Ensino Superior do mundo em língua portuguesa, muitos deles abordados por Miguel Real em *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Nossa proposta é revistar essa obra de teor didático para apontar alguns temas que podem ser trabalhados na disciplina de Literatura Portuguesa, apresentando, assim, uma possível relação com a ensaística de Real, a fim de rever os pilares de sustentação dos conceitos básicos para o entendimento da história, da cultura e da literatura portuguesas. Contudo, faremos antes uma pequena revisão sobre a problemática do ensino da disciplina no Brasil.

Segundo Ida Alves, desde o Ensino Médio, nas escolas brasileiras, a presença de autores e de obras nos currículos oficiais ocorre de forma propedêutica ou muito tangencial, mormente com o intuito de compreender a constitui-

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



ção da literatura brasileira<sup>2</sup>, extinguindo-se, no atual plano da Base Nacional Curricular, a obrigatoriedade do ensino da literatura portuguesa. Para justificar essa postura, o Ministério da Educação do Brasil utiliza razões dúbias e descompassadas para não incluir a literatura portuguesa na base de estudos dos alunos brasileiros, esquecendo-se de todo um passado histórico<sup>3</sup>, referindo apenas algumas literaturas que mereceriam destaque, como as africanas e a indígena. Como resultado, esse tipo de política educacional quase fecha as portas para literatura portuguesa, que vem dialogar e estabelecer contato com a brasileira e tantas outras.

Já no Ensino Superior, nos cursos de Letras (público e privado), as universidades têm autonomia para estruturarem os seus currículos, tendo em vista a carga horária do curso. A disciplina de literatura portuguesa é, então, embasada por um conjunto de referências obrigatórias e complementares, nas quais são incluídos textos e autores/autoras que o corpo docente indica (quase de forma consensual no Brasil), pensando uma melhor maneira de se entender o pensamento português através da literatura. Cremos que *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, de Miguel Real, publicado em 2017, pode contribuir para o ensino da literatura portuguesa, tanto no Brasil quanto em Portugal, visto que o autor propõe uma revista importante e sucinta de principais assuntos sobre a identidade portuguesa e os desdobramentos críticos e filosóficos da sua cultura.

A obra ensina/encena reflexões que certamente ajudam no entendimento da literatura portuguesa na sala de aula, visto que encontramos nela temas em torno dos (i) estrangeirados portugueses e da forte influência da cultura francesa que se inicia no século XVIII; (ii) os pessimistas nacionais e as ordens religiosas portuguesas, temas que podem ser trabalhados, por exemplo, com escritores monásticos/religiosos, como Padre António Vieira, Soror Maria de Mesquita Pimentel, Soror Maria do Céu; (iii) a decadência do Império e o

<sup>2</sup> ALVES, Ida, “Diversidade como cânone: estudos literários em português”, in *Revista Signótica*, UFG, Goiânia, jan/ju., 2017, pp. 112-126, disponível em [www.revistas.ufg.br/signotica/view/44918](http://www.revistas.ufg.br/signotica/view/44918), (acedido a 31 de outubro de 2018).

<sup>3</sup> CARDOSO, Patrícia et ali, “Resposta da ABRAPLIP à proposta do MEC de retirada da Literatura Portuguesa da Base Nacional Comum Curricular”, in *Muitas Vozes. Revista de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade. Dossiê literatura portuguesa: trânsito*, Ponta Grossa, Editora UEPG, vol. 1, n. 1, jan.-jul., 2012, pp. 247-251, disponível em [www.revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/8631](http://www.revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/8631) (acedido a 30 de maio de 2019).

sebastianismo<sup>4</sup>, que podemos refletir com os textos de Pessoa; iv) a saudade, com a qual nos deparamos desde as cantigas de amigo, passando por Bernardino Ribeiro e Camões e desembocando nas teorias de Pascoaes; além do tema da v) lusofonia – só para citar alguns eixos principais.

A obra está dividida em duas partes: a primeira abarcando dois tópicos principais, “Portugal – um país suspenso no tempo” e “Síntese das quatro constantes culturais”; e a segunda, “Prática histórica: contrastes culturais”, e que está dividida em “Traços fundamentais da cultura portuguesa” (que dá nome à obra), “Viriato – origem exemplar de Portugal”, “Padre António Vieira – Portugal como nação superior”, “Marquês de Pombal – Portugal como nação inferior”, “Familiars, sicofantas, moscas, jacobinos, miguelistas, formigas brancas, bufos – uma cultura canibalista”. Já pelos títulos dos capítulos e das rubricas podemos perceber como Miguel Real tem a capacidade de abarcar múltiplas facetas e possui um estilo invulgar de síntese, oferecendo-nos um grande mosaico da cultura, história e literatura em Portugal, razão pela qual, nas palavras do seu prefaciador, José Eduardo Franco, ele é capaz de explicar e fazer entender o que é complexo e ainda mais:

Miguel Real é alguém que pensa com os que exercitaram a nobre vocação de pensar e partilha o mesmo ofício de serviço ao pensamento sobre nós próprios, repensando tudo o que foi dito e procurando propor o que eu chamaria uma síntese aberta sobre a cultura portuguesa<sup>5</sup>.

Para Real, a construção da “identidade portuguesa” é produto de uma quase ficção histórica inventada pelas “filosofias espiritualistas da história”<sup>6</sup>, que creem no conceito como um todo absoluto, traduzindo assim uma síntese sobre Portugal. E um dos muitos pontos de reflexão de seu estudo dá-se a partir da relação dialética entre as culturas de elite e popular, dentro da dinâmica

<sup>4</sup>Uma discussão sobre o tema está em MEDEIROS, Aldinida, “O romance da Pedra do reino e as ressonâncias do sebastianismo na literatura armorial”, in SILVA, Fabio Mario da; CIESZYNSKA, Beata, *A missão e o messianismo nos contextos ibéricos e eslavos*, CLEPUL, Lisboa, 2016, pp. 27-39, disponível em [https://issuu.com/clepul/docs/a\\_miss\\_o\\_e\\_o\\_messianismo](https://issuu.com/clepul/docs/a_miss_o_e_o_messianismo) (acedido a 24 de janeiro de 2020).

<sup>5</sup>FRANCO, José Eduardo, “Prefácio”, in REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta, 2017, pp. 15-18.

<sup>6</sup>REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, prefácio de José Eduardo Franco, Lisboa, Planeta, 2017, p. 25.

na qual o estrangeirado (aquele que sai do país e retorna) ajuda a construir aspectos positivos e negativos da cultura portuguesa. Real afirma, ainda, que a fase vivida por Portugal na atual conjectura possui três vertentes culturais, a partir das quais se perceberá mais futuramente as consequências dessas interações: “o aprofundamento das interações europeias a todos os níveis; o aprofundamento das interações lusófonas a todos os níveis; e o aprofundamento das interações na globalização informática, promovidas pelas ciências da informação e comunicação”<sup>7</sup>.

Miguel Real também considera Portugal um país “suspenso no tempo”, um território cultural no qual o pessimismo está assente na ideia de um futuro próspero que tarda em chegar, atribuindo importância histórica aos jesuítas para a contribuição da cultura portuguesa. Isso porque desde a ascensão dessa ordem religiosa, instalada no reinado de D. João III, em 1540, em plena exploração dos descobrimentos, em todas as suas escalas, sobretudo na conversão ao cristianismo dos povos descobertos, afixou a questão identitária portuguesa, daí a importância e “o valiosíssimo contributo dos jesuítas”<sup>8</sup>. Companhia essa que ajudará a erigir a história nacional e que, mais tarde, será perseguida, no reinado de Dom José, pelo Marquês de Pombal, porque será vista como empecilho para o desenvolvimento cultural da nação e para a própria consolidação da colonização. Em relação à literatura, Miguel Real atenta ao fato de que a tradição literária renascentista vê, frequentemente, o país antes e depois dos descobrimentos como nação superior, sintetizada pelo Quinto Império através do pensamento de Vieira, Pessoa e Agostinho da Silva. Miguel Real conclui o que seriam as quatro constantes culturais – que não vivem sem se relacionar umas com as outras dentro da dinâmica cultural portuguesa:

Viriato, Marquês de Pombal, Padre António Vieira e a imagem metafórica do canibalismo funcionam, assim, como referenciais de força, como símbolos de cada constante cultural – Viriato por ser apresentado por Sá de Miranda, Camões e Salazar, em momentos de desorientação social e problematização histórica de Portugal, como Patriarca impoluto da ‘Pátria’, referencial a que sempre se regressa como imagem simples e imaculada; Padre António Vieira por anunciar e exibir Portugal como povo destinado à superioridade e à excelência entre as nações; Marquês

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*, p. 57.

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 75.



de Pombal por considerar Portugal, como Basílio Teles, um país inferior que só pela violência, e com o poderoso auxílio de instituições e tecnologia estrangeiras, mimetizando-as, poderá tornar-se igual aos restantes países europeus. Finalmente, o canibalismo cultural, figurando o outro, o adversário de ideias, a corrente política ou cultural aposta, não apenas como um contendor ou concorrente, mas como um real e verdadeiro inimigo, que, portanto, deve ser silenciado ou mesmo morto<sup>9</sup>.

Tendo em vista esse panorama cultural, é necessário aludir também como o pombalismo, as invasões francesas e o liberalismo constitucional criaram uma nova imagem do mundo em Portugal, por isso, segundo Real, a representação do país fincou-se em quatro visões políticas fundamentais, que seriam:

1) o mito europeu do progresso infinito, assente na ideia de crescimento material continuado, após décadas, e na atenção à desigualdade entre as taxas médias de crescimento socioeconômico e da igualdade de vida europeia e portuguesa;

2) o mito do Portugal imperial e da Lusofonia – fator frustrado, visto que Portugal não foi capaz de construir, a partir de interação, o mito da contemporaneidade da Lusofonia – substituindo o antigo mito heroico e grandioso dos descobrimentos;

3) o mito da estabilização das instituições permanentes da sociedade portuguesa, como a família, a língua e as forças armadas, frente ao processo de modernização do país e do seu conservadorismo, algumas vezes retrógrado;

4) o mito da identidade histórica de Portugal assente em valores éticos e espirituais, que permaneceram quase intactos do pombalismo ao salazarismo, em cujos períodos os valores intelectuais seriam superiores aos valores materiais, o espírito seria superior ao corpo.

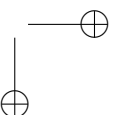
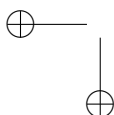
Aliás, e retomando aqui o tópico 2, sobre o mito da lusofonia, chega o nosso ensaísta à conclusão de que, consultando e esgotando a bibliografia respeitante ao tema, a Portugal só falta fazer a lusofonia<sup>10</sup>, ressaltando que, conforme aponta a demografia:

a língua portuguesa deixará de identificar-se, até o final do presente século, com uma língua europeia, de um povo branco e católico, para se

---

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, pp. 102-103.

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*, p. 190.



tornar uma língua de mulatos, brasileiros e africanos (Angola e Moçambique terão uma quantidade de habitantes superior ao Brasil). Consequência histórica do Império, que só nos deverá orgulhar<sup>11</sup>.

E sobre um dos principais autores da literatura portuguesa, Camões, qual seria o contributo de Miguel Real? Lembremo-nos que António José Saraiva refere que as três correntes distintas que se confluem e se combinam n' *Os Lusíadas* são o ideário nacional (o sentimento de ter realizado o maior feito da história ao conquistar e ultrapassar fronteiras inimagináveis); um ideário religioso (que é a cruzada contra os mouros, vistos como os vilões a serem combatidos); e um ideário “humanístico”, no sentido de um projeto evangelizador, expansionista e ocidental<sup>12</sup>. Por seu turno, Real faz importantes considerações que nos ajudam no debate em sala de aula ao propor que Camões também deve ser encarado realmente como símbolo nacional, porque vai de poeta pobre e arruaceiro até sedutor e emigrante. Camões consegue reproduzir – como também o fizeram, por exemplo, Bocage e Fernão Mendes Pinto – um modelo que realmente importa ressaltar: o dos que nunca ficaram subservidos ao Estado e, portanto, posicionaram-se avessos às elites detentoras do poder:

Neste sentido, o livro maior de Camões merece – de facto e de direito – ser o poema de Portugal, não porque o seu conteúdo literário reflecta a verdade histórica sobre Portugal, mas porque reflecte em perfeição tanto a dimensão real que o país atingiu até à segunda metade do século XVI como o sonho ideal de superioridade vieiriana do Homem Português e da Identidade Nacional – povo, nação e pátria escolhidos em Ourique pelo Deus novo e n' *Os Lusíadas* pelo antigo panteão dos deuses romanos para levar a bandeira da Europa à Índia, à África e à América. Momento máximo da cultura portuguesa de Quinhentos e Seiscentos, *Os Lusíadas*, publicado em 1572, marca igualmente a passagem para o momento da decadência – em 1578 a 1580, Portugal, país máximo, torna-se nação mísera, desabando nas nuvens que o Império o fizera

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 131.

<sup>12</sup> SARAIVA, António José, “Introdução”, in *Os Lusíadas*, edição e organização António José Saraiva, 4.ª ed., Porto, Figueirinhas, 2014, pp. 13-18.



sonhar, penetrando numa dimensão histórica onírica, delirante, de país suspenso no tempo<sup>13</sup>.

Partindo desse ponto de vista, e concordando com Real, a proposta é levar Camões para sala de aula demonstrando não apenas o poeta como um símbolo nacional que resgata o país, mas também como aquele que não é conivente com as instituições de controle e poder que causam injustiças sociais. Miguel Real reavalia também pensar na decadência do país, interpretando a visão mítica e heroica pelo viés da contramão quimérica de uma espera que, afinal, nunca se concretiza: a volta de Dom Sebastião. Sobre o mito sebastianista, Real ressalta suas principais ideias,

O mito sebastianista, como processo alucinatório, instaurador de uma verdade auto-referente, base da narrativa mítica sobre el-rei D. Sebastião, realiza em perfeição a *suspensão* do tempo histórico *cronológico*, ou *desqualifica-o* ontologicamente como tempo fraco ou de decadência, substituindo-o por um tempo mítico, meta e trans-histórico, um tempo onírico, que a todo momento pode ritualmente ser activado, (...) O sebastianismo conflui assim na teoria da decadência e ambos perfazem na figuração imagética do jovem rei voluntarista uma realeza eterna, uma espécie de idade de ouro permanente de Portugal que, na sombra, ilumina e orienta o destino da nação<sup>14</sup>.

Por isso, Real ainda conclui que, efetivamente, a dinâmica que funda o Sebastianismo é a mesma que lhe dá originalidade: “o mito sebastianista pode não ser verdadeiro, não correspondendo à verdade histórica, mas o sentimento colectivo que o funda, esse é genuíno”<sup>15</sup>. Real orienta-nos que ser sebastianista hoje em dia não é acreditar no regresso de Dom Sebastião, mas de um regenerador da sociedade portuguesa, na qual o trabalho compensa para uma elite e um Estado que enriquecem, esse alguém que nos retire “do embrutecimento e empobrecimento da vida quotidiana”<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, prefácio de José Eduardo Franco, Lisboa, Planeta, 2017, pp. 120-121.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem*, pp. 149-150.

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*, p. 150.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 151.



À guisa de uma pequena conclusão, procuramos refletir sobre algumas chaves de leitura da obra *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, que sintetiza vários outros temas e embates da cultura, história e literatura de Portugal e que serviriam como aporte teórico nas aulas de literatura portuguesa. O objetivo foi apontar algumas linhas de raciocínio que norteiam o trabalho de Miguel Real, chamando a atenção dos leitores/leitoras e professores/professoras de literatura portuguesa para um diálogo profícuo desse autor que, a nosso ver, é múltiplo, controverso e consegue quase sempre dar uma outra perspectiva daquilo que já se conhece sobre temas muito debatidos e conhecidos acerca de Portugal. É por isso que o ensaísmo de Miguel Real, especialmente na obra aludida, pode servir como diálogo entre os textos ficcionais, a discussão teórica entre os alunos e a reflexão do tema para a atualidade.

### Nota Biobibliográfica

Fabio Mario da Silva é Professor de Literatura da Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Unidade Acadêmica de Serra Talhada. É pós-doutor em Literatura Portuguesa (2016) pela Universidade de São Paulo, com bolsa da FAPESP e em Estudos Portugueses pela Universidade de Lisboa (2020). É doutor em Literatura e mestre em Estudos Lusófonos pela Universidade de Évora. É pesquisador do CNPq no seguinte projeto: “Grupo de Pesquisa Escritoras em Língua Portuguesa”. Também é pesquisador integrado do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias) e membro colaborador CEC (Centro de Estudos Clássicos) ambos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Também integra a equipe do Centro Internacional e Multidisciplinar de Estudos Épicos (CIMEEP) da Universidade Federal de Sergipe. Dirigiu, em conjunto com a Professora Cláudia Pazos Alonso (Universidade de Oxford), a edição anotada das Obras *Completas de Florbela Espanca* pela Editora Estampa (Lisboa) e organizou, também em conjunto com Cláudia Alonso, uma edição da obra da modernista Judith Teixeira, com textos inéditos, pela Editora Dom Quixote. Prepara a edição da trilogia épica de Soror Maria de Mesquita Pimentel, primeira epopeia escrita por uma mulher em língua portuguesa. Publicou a obra *A autoria feminina na literatura portuguesa. Reflexões sobre as teorias do cânone*, Editora Colibri. É membro associado do CRIMIC- Sorbonne Université.





## 2.1.11. Que Cavalos são Estes que se Ouvem na Prosa Romanesca de Miguel Real?<sup>1</sup>



**Gabriel MAGALHÃES**  
Universidade da Beira Interior  
LabCom – Comunicação e Artes

Uma leitura de *O Último Minuto na Vida de S.*

A primeira vez que abri um livro de Miguel Real aconteceu algo de muito estranho. Tratava-se do romance *A Voz da Terra*<sup>2</sup> e aquilo que se passou foi o seguinte: logo nas páginas iniciais, um rumor de cavalos à solta percorria o texto, uma autêntica trepidação que trazia até mim o terramoto de 1755, pondo a terra a chocalhar debaixo dos meus pés. Pareceu-me que aquilo seria a onomatopeia grandiosa, a aliteração perfeita de um sismo com pedestal histórico. Entretanto, tenho aberto outros romances do autor, mergulhando neles, e na maioria das páginas esta mesma música inebriante, este batuque hipnótico, abalroa a minha leitura. O que são realmente estes cavalos que se ouvem a correr na prosa romanesca de Miguel Real?

Ao mesmo tempo, duas outras questões se me levantaram ao lado do mistério desta música. Primeira: que sentido tem o enamoramento do autor pela

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup>REAL, Miguel, *A Voz da Terra*, Matosinhos, Quidnovi, 2005.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 251-266.



temática feminina, que deu lugar a vários livros, como *Memórias de Branca Dias*<sup>3</sup> ou *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*<sup>4</sup>, entre outros? Depois de uma certa misoginia queirosiana, existe aqui uma reviravolta interessante, uma vontade de olhar o mundo e a realidade portuguesa desde esse outro lado que é a perspectiva da mulher. É um pouco como se Miguel Real quisesse tirar a venda que, durante tantos séculos, cobriu o olhar feminino, transformando-o numa cegueira obrigatória ou num ponto de vista de via reduzida como o dos animais de tiro.

A segunda questão é o estatuto híbrido da obra de Miguel Real, que, em boa verdade, se nos perfila como um centauro composto pelo crítico e pelo criador ou, se calhar melhor, uma sereia com a parte de peixe do estudioso da cultura e da literatura portuguesas e o belo torso, a sedutora cabeça de romancista. Isto aproxima-o de Jorge de Sena, de David Mourão-Ferreira, de Vitorino Nemésio, entre outros, mas sobretudo de Fernando Pessoa. Porque em certos casos, como os de Nemésio ou de Mourão-Ferreira, este veio erudito tem a sua autonomia universitária, a sua própria lógica académica, alimentada pela voracidade curricular, enquanto que, no caso pessoano e no de Miguel Real, o interesse crítico é apenas o outro lado, o outro nome da paixão literária, da fúria criativa. A questão é a seguinte: será que, tal como no caso do autor de *Mensagem*, o conhecimento do trabalho ensaístico de Real ajuda a compreender as derivas da sua obra literária?

A forma de juntar num feixe estas três interrogações, o enigma da cadência equestre da prosa, o mistério da paixão feminina e a questão de até que ponto a sua crítica explica a sua criação, foi estudar um dos seus livros que mais admiro: *O Último Minuto na Vida de S.*<sup>5</sup>. Com efeito, esta novela pareceu-me, pela sua brevidade, pela sua concentração, o material próprio para tentar desvendar alguns segredos da alquimia da ficção de Miguel Real. Nela, aquilo que era terramoto em *A Voz da Terra* torna-se desastre de avião: os cavalos da prosa romanesca de Miguel Real são agora pégasos escandinavos destinados a um trágico acidente na estreitíssima pista de descolagem portuguesa.

<sup>3</sup> *Idem, Memórias de Branca Dias*, 3ª ed., Matosinhos, Quidnovi, 2009 [2003].

<sup>4</sup> *Idem, As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*, Alfragide, D. Quixote, 2007.

<sup>5</sup> *Idem, O Último Minuto na Vida de S.*, Matosinhos, Quidnovi, 2007.

Entretanto, o livro *Geração de 90: Romance e sociedade no Portugal contemporâneo*<sup>6</sup> servir-nos-á de texto crítico com o qual a ficção dialogará.

Uma das coisas que mais chama a atenção em *O Último Minuto na Vida de S.* tem a ver com o facto de se tratar daquilo que, em termos narrativos, se chama uma pausa. Isto é, de acordo com Pozuelo Yvancos, “En la pausa, lejos de suprimir o eludir un tiempo, se llega a pormenorizar algún aspecto de la historia de modo que se origina un tiempo del discurso de mayor duración o ritmo más lento que el de la historia.”<sup>7</sup> A pausa é, pois, precisamente o contrário da elipse. Trata-se, assim, da estratégia que nos serve par dar mais espessura, mais densidade na narrativa à vivência temporal.

Ora, *O Último Minuto na Vida de S.* constitui uma pausa deslumbrante, monumental, talvez a mais bela de toda a nossa história literária. Os últimos sessenta segundos da vida de uma personagem, uma S. que parece ser o alter ego romanescos de Snu Abecassis, transformam-se em 126 páginas na edição com que trabalhei. Levado por uma louvável preocupação de cientificidade, cronometrei a leitura dessas páginas todas, descobrindo, com uma secreta alegria, que tal cronometragem é tão possível quanto impossível, visto que a caminhada da leitura pode às vezes ser mais lenta, mais domingueira, e noutros casos, mais rápida, mais cavalgada por quem vai chegar atrasado ao seu emprego. Mas, com a devida incerteza, o tempo que demorei a ler essas 126 páginas foram 123 minutos, isto é, duas horas e três minutos. Deste modo, o tempo do discurso é bem mais lento, mais longo do que o da história: estamos perante uma pausa. E isto é assim mesmo que admitamos que o título da obra se reveste de alguma retórica, visto que ficamos com a sensação, ao ler a novela com cuidado, de que aquilo que nos é narrado terá demorado, na realidade, entre cinco minutos e um quarto de hora a acontecer. Mesmo assim sendo, estamos igualmente perante uma pausa.

Agora a pergunta salta de imediato: serão esses tais cavalos que se ouvem na ficção de Miguel Real este tempo a mais, verbal, que a sua prosa tem? E para que servem essas palavras a mais? O que nos dizem elas? Na verdade, este discurso em excesso serve para debruar de história, de história das personagens e de história de Portugal, aquilo que, na realidade, não passou de um

<sup>6</sup> *Idem, Geração de 90: Romance e sociedade no Portugal contemporâneo*, Porto, Campo das Letras, 2001.

<sup>7</sup> POZUELO YVANCOS, José María, *Teoría del lenguaje literario*, 4ª ed., Madrid, Cátedra, 1994, p. 264 [1988].

instante, do puro linho de alguns segundos ou de poucos minutos. Com efeito, nesta morte de S. e do seu companheiro nunca nomeado, mas que adivinhámos tratar-se de um alter ego ficcional de Francisco Sá Carneiro, reflete-se afinal muito da história do nosso país. Por isso mesmo, são precisas palavras a mais para contar, não apenas o que aconteceu, mas também tudo aquilo que de mais profundo a história faz acontecer naqueles instantes. Num determinado excerto do livro, diz-se-nos que “o momento domina o tempo”<sup>8</sup> quando as vidas se entretêm com os seus vazios; nesta novela, pelo contrário, o tempo domina o momento, e isso traduz um desígnio de plenitude, de profundidade.

Qual é esse drama histórico profundo, que exige mais linguagem, mais palavras, e que explica esta pausa? Trata-se da impossibilidade secular de corrigir os velhos vícios portugueses, que deram lugar à ignorância, ao atraso económico, à falta de liberdade. S. funciona na obra como a reencarnação da fada do iluminismo que gostaria de salvar Portugal das suas sombras. Uma fada nórdica com “o cabelo loiro, os olhos claros, a figura alta”<sup>9</sup>, alguém até “demasiado alta e demasiado magra”<sup>10</sup>, uma mulher “loura e estrangeira, alta, elegante”<sup>11</sup>, com “cabelos lisos, de ouro fino”<sup>12</sup> e um “olhar esmeralda”<sup>13</sup>, uma figura tão idealizada, tão mundo das ideias, que chega a ser caracterizada como “uma princesa nórdica adormecida na brancura de neve”<sup>14</sup>. Além desta presença física, que é quase uma aparição, a educação de que S. desfrutou, a vida que levou dizem-nos do ambiente culto, requintado, de alta civilização em que se desenvolveu. Conta-nos ela própria, pois S. é a narradora com estatuto autodiegético desta narrativa, o seguinte:

[...] eu, porém, nascera no seio de uma família habituada a tudo discutir, aprendera com a Mãe e a minha irmã a tudo debater e a isso fora estimulada pela escola pública que frequentara em Estocolmo antes de ingressar no colégio em Londres, desde o planeamento familiar para não engravidar aos efeitos do álcool na adolescência, a minha mãe e

<sup>8</sup> REAL, Miguel, *O Último Minuto na Vida de S.*, p. 23.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 14.

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*, p. 41.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 77.

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*, p. 94.

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*, p. 111.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem*, p. 60.

o meu pai, depois o meu padrasto, eram jornalistas, políticos e editores, a nossa era uma família há um século ligada à social-democracia escandinava, que privilegiava as causas da justiça social e que se revoltara contra o analfabetismo do camponês e forçara as congregações religiosas a celebrarem o casamento apenas aos casais que soubessem ler e escrever, obrigando os adultos casadoiros a alfabetizarem-se nos salões das igrejas, o meu avô materno, cujo retrato orgulhoso coroava o principal salão da nossa casa em Estocolmo, lutara pela reinserção social dos mineiros da Noruega e dos povoados de pescadores da Suécia, garantindo-lhes desde a década de 1930 salário suficiente sempre que não lhes fosse possível trabalhar [...]¹⁵

Como podemos ver, S. constitui o paradigma perfeito de uma mulher associada a horizontes de progresso e desenvolvimento. E será esta mulher que vem parar a um Portugal atrasado, retrógrado, imobilista, que, ao longo da narrativa, se vê verberado com os mais tristes e amargurados epítetos. Com efeito, a nossa Lusitânia não é África, mas parece¹⁶, trata-se de um “país pré-moderno”¹⁷, uma nação que a narradora considera nunca ter sido livre¹⁸, enquanto Lisboa é “a capital mais antiquada da Europa”¹⁹. Por vezes, o espírito crítico para com o universo português não se fica por aqui, precisa de, como se costuma dizer, desabafar todas as suas ânsias, as suas deceções, e surge, então, reflexões mais longas, mais embaladas, uma espécie de épicos ao contrário, uma “fúria grande e sonora” da deceção com a realidade portuguesa. Assim, “há quinhentos anos que este país não vale uma missa, quanto mais uma vida”²⁰. Ou então vejamos a descrição que se nos faz de Portugal: “pátria de povo servil, secularmente amparado ao Estado, acriticamente obediente ao patrão, ao padre e ao capitão”²¹. Ou ainda uma diatribe também violenta: estamos perante um país “medroso e servil, mesquinho, subserviente,

¹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 67-68.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 55.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 82.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 83.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 118.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 119.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 110.

funcionáriozinho escrupuloso, respeitoso de disciplina arcaica, bom aluno de professores obtusos”<sup>22</sup>.

Se a estrangeira S., sílfide que personifica a modernidade e uma Europa que desejamos sem nunca conseguir atingi-la plenamente, se caracteriza pelo seu corpo fino, alto, estilizado, coroadado de cabelos louros, os portugueses assinalam-se, pelo contrário, por uma corporeidade basta, que se sublinha sobretudo nas barrigas. Creio que não há novela nossa que contenha uma tal enciclopédia de ventres: desde a “barriga espessa, abundante” de um motorista de táxi, que nos surge logo no *incipit*<sup>23</sup>, vai desenrolando-se um catálogo de panças, sendo que esta obesidade abdominal é como que uma materialização física de uma tradição inamovível. Assim, temos “barrigas de morcela e mortadela”, associadas a “nádegas arrepiantes”<sup>24</sup>, “barrigas de grão e feijão”<sup>25</sup>, assim como a “barriga aos roncões, ansiando pela feijoada de bucho de vaca”<sup>26</sup> ou a barriga multiplicada, elevada ao cubo, de uma mulher “gordalhaça como um hipopótamo, oito refegos de gordura a sobressaírem da blusa castanha apertada”<sup>27</sup>, ventre este múltiplo, com heterónimos de sebo, que tem um paralelo, umas páginas mais à frente, numa “barriga sobressaliente aos refegos ondulados sob a blusa escura”<sup>28</sup>. O próprio almirante, candidato à Presidência da República, possível sombra romanesca do general Soares Carneiro, possui uma “barriga impante”<sup>29</sup>. A gordura nacional alastra de tal maneira que até as instituições e a Natureza se tornam obesas: na página 61, fala-se-nos de “Igreja gorda” e, perto do fim do romance, na noite em que S. e o seu amado perecerão, a própria Lua é também gorda<sup>30</sup>.

Ora, este sebo todo tem a ver com um colesterol histórico acumulado brutal, que chega a pôr em causa a própria natureza humana dos portugueses. Vimos há pouco uma mulher comparada a um hipopótamo e devemos agora atentar em passagens em que encontramos “uma avó gorda, de trança de-

<sup>22</sup> *Idem, ibidem*, p. 31.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 14.

<sup>24</sup> *Idem, ibidem*, p. 16.

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*, p. 23.

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 24.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, p. 55.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem*, p. 118.

sembruhlada e cabeça de porco”<sup>31</sup> ou então notem-se estas “nádegas gordas de uma mulher que se baixara a sacar um rissol de camarão de uma cesta de vime”, nádegas pantagruélicas que se assemelhavam “aos quadris de uma égua castanha”<sup>32</sup>. Portugal parece, pois, um bestiário, figura-se como um “jardim zoológico”<sup>33</sup>, algo que se materializa, se pormenoriza num cenário em concreto:

[...] um Parlamento que parece um bestiário de horrores do jardim zoológico, o deputado-zebra, passivo, o deputado-mula, resignado, o deputado-girafa, apático, a deputada-vaca, indolente, o deputado-camaleão, indiferente, o deputado-camelo, negligente, o deputado-aranha, sôfrego, o deputado-hiena, ambicioso, o deputado-pavão, vaidoso, o deputado-macaco, ignorante, o deputado-gorila, arrogante, o deputado-leão, épico de si próprio [...]<sup>34</sup>

Esta última citação mais longa é importante, visto que, na novela de Miguel Real, todo o toucinho popular não nasce das gentes humildes, a sua origem é sem dúvida o fiambre, o salpicão das elites. Uma das reflexões de S. mostra-nos isso claramente: com efeito, as elites “queixam-se e recriminam-se atirando as culpas para o povo, mas quem faz as leis e as regras não é o povo, é essa miserável elite”<sup>35</sup>. Seja como for, tudo isto nos mostra que, neste livro, não se nos conta apenas um acidente, mas, através dele, toda a história de um país. Como Miguel Real afirma na sua obra crítica *Geração de 90*, no momento do desastre aéreo “o tempo é todo um só”<sup>36</sup> e, nesses segundos, projetam-se séculos e séculos da nossa história. Convidamos, assim, o leitor a ler essas últimas páginas em que o presente e o passado se fundem num impressionante redemoinho narrativo, um autêntico vendaval de palavras que nos faz compreender que os cavalos que se ouvem na prosa de Miguel Real, em primeiro lugar, são os do tempo, os da espessura dos séculos, e são eles que explicam que um minuto de vida se torne, adensado pelas épocas pretéritas, em duas horas de leitura.

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*, p. 23.

<sup>32</sup> *Idem, ibidem*, p. 24.

<sup>33</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>34</sup> *Idem, ibidem*, p. 120.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, p. 119.

<sup>36</sup> *Idem, Geração de 90: Romance e sociedade no Portugal contemporâneo*, pp. 72, 78 e 85.



Este fascínio pelo presente como ponte para o passado, como algo que não se percebe sem o espelho do outrora, explica que, neste livro, acabe por se dar mais relevo à relação de S. com Hugo do que à paixão sublime, paixão de destino, com o atual amante latino, primeiro-ministro de Portugal. De facto, este último amor não se compreende sem o que o precede. Além disso, Hugo, o primeiro marido, de família judaica, permite ao autor tratar secundariamente um dos temas da sua obra: o dos veios hebraicos da nossa cultura, que fora uma das energias principais do seu excelente *Memórias de Branca Dias*. Deste modo, existe, entre estas duas histórias sentimentais, entre estes dois solavancos maiores do coração, uma grande transitividade. Isto torna-se visível num excerto que, de alguma maneira, poderia ser o ADN deste trabalho narrativo. Acontece num instante em que S., a ponto de entrar na avioneta Cessna, larga a mão do seu amado, a quem trata por “tu”, e esse simples gesto encontra um seu paralelo, uma quase simetria no passado:

Torno a olhar para o vidro da porta, esfuma-se de novo a tua figura, os olhos desaparecem, duas covas escuras, arrepio-me, procuro-te, a minha mão na tua, o Secretário apressa-te, largas a minha mão, arrastando o dedo anelar sobre a palma da minha, recordo quando o Hugo libertou a minha mão na Rocha Conde de Óbidos, também arrastando o dedo anelar, caminhando sofrido para a parada, adeus, disse, simplesmente, depois de um prolongando beijo [...] <sup>37</sup>

Esta citação torna-se muito importante porque nela vemos como o presente é acompanhado pelo passado, como se este fosse uma sombra daquele, e ao mesmo tempo estes dois tempos prenunciam o futuro, visto que, nas linhas iniciais, o esfumar da figura, o desaparecimento dos olhos do amado, que se tornam “covas escuras”, enunciam a profecia do desastre que se avizinha, de tal modo que a prosa narrativa de Miguel Real consegue ser passado, presente e porvir, tornando-se a escrita de uma espécie de eternidade histórica. O tropear dos cavalos de todos os tempos fundidos num só texto explicariam o trepidar da textualidade do autor.

Com efeito, se perguntássemos a este texto, como aconselha o crítico Miguel Real na sua obra *Geração de 90*, “Que ser de Portugal aqui se reflecte?”

<sup>37</sup> *Idem, O Último Minuto na Vida de S.*, p. 57.





Que sociedade se evidencia aqui?”<sup>38</sup>, sem dúvida responderíamos que o que aqui se representa, com tonalidades trágicas, é a infinita derrota das tentativas de modernização de Portugal, incapazes de levar a melhor sobre o poder das elites tradicionais, profundamente ignorantes, que pastoreiam o povoleu nacional. Nesse sentido, o atentado que o Cessna sofre é uma espécie de atentado eterno, ou pelo menos intemporal, que as aristocracias locais armam a quem vem de fora, quer porque alguém seja de lá, como é o caso da nórdica S., quer porque exterior se tenha tornado esse alguém, português sendo, ao assumir como suas convicções que são de outras zonas do mundo, nomeadamente os ideais da Europa mais civilizada. Assim no livro afirma-se-nos que o primeiro-ministro sem nome, silenciosamente batizado pelo leitor como Francisco Sá Carneiro, deseja acima de tudo mudar Portugal. De facto, S. admira nele a “tua coragem em transformar o Portugal velho no Portugal novo”<sup>39</sup>. Este sonho vê-se na obra explicado de um modo ainda mais explícito; trata-se de:

[...] realizar pela primeira vez em Portugal uma democracia plena, íntegra, genuína, sinónimo de igualdade absoluta entre todos os cidadãos, e integrar Portugal na Europa, totalmente, realizar o sonho que os portugueses perseguem desde o Marquês de Pombal, há duzentos anos [...]<sup>40</sup>

Ora, a aniquilação do primeiro-ministro e de S. será, no desenlace da obra, colocada ao lado de outras vítimas deste combate, tudo nomes maiores, grados, da nossa cultura e da nossa história: Damião de Góis, Vasco da Gama, Sá de Miranda, Camões, Francisco Manuel de Melo, padre António Vieira, Cavaleiro de Oliveira, Pombal, Eça, Antero, Mário de Sá-Carneiro, Pessoa, Sena, Pascoais, Torga, Régio, Vergílio Ferreira, Eduardo Lourenço, Agostinho da Silva, José Augusto França, Mário Soares e Álvaro Cunhal<sup>41</sup>. Todos estes nomes configurariam uma galeria dos humilhados e ofendidos da nossa história porque “não dei-/xam, em Portugal não deixam, sempre que alguém se distinguiam de adoecer ou morrer, só humilhado pode continuar”<sup>42</sup>.

<sup>38</sup> *Idem, Geração de 90: Romance e sociedade no Portugal contemporâneo*, p. 163.

<sup>39</sup> *Idem, O Último Minuto na Vida de S.*, p. 94.

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, p. 62.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p. 120.

<sup>42</sup> *Idem, ibidem*, pp. 119-120.

É esta lista, claramente polémica, que nos conduzirá à segunda explicação do trepidar equestre que se ouve na prosa de ficção de Miguel Real. Porque nem tudo é história, tempo, passado nesse tropear. Nesta lista, sentimos a pulsação de emoções que saltam por cima das vedações de qualquer racionalidade. Mário Soares, um rejeitado da nossa cultura? Sim, durante um tempo, mas afinal foi consagrado com a parafernália de funerais de Estado. Eduardo Lourenço, outro enfeitado da cultura portuguesa? Talvez sim no início da sua tocata e fuga francesa, mas hoje, sem dúvida, estamos perante um ícone maior da cultura lusa. Isto é, este catálogo de desterrados, de desprezados não obedeceu a uma análise fria, mas foi lançado numa cavalgada de emoções, que é também a escrita. Portanto, os cavalos que se ouvem na prosa de Miguel Real são também os de uma emoção que se quer à solta, livre de percorrer a trote todas as planícies da escrita.

Devemos propor aqui uma visão nossa do que foi o romance português da década de 70 do século passado. De facto, julgamos que se tratou de uma época em que o romance português se libertou de todas as suas condicionantes, de todos os seus freios, quer fossem os da censura, quer fossem os da outra censura, mais subtil, de se ter de ser progressista. Isso é bem visível nos primeiros livros de António Lobo Antunes, obras como *Memória de Elefante*<sup>43</sup>, *Os Cus de Judas*<sup>44</sup> e *Conhecimento do Inferno*<sup>45</sup>, todos eles dos dois últimos anos desta década. O que surpreendia no autor era um estilo libérrimo, que se comprazia com as suas próprias espirais metafóricas, enquanto contava uma história radicalmente privada, sem qualquer moralismo de códigos ideológicos.

Outra obra marcante deste período, *O Que Diz Molero*<sup>46</sup>, de Dinis Machado, aparecida em 1977, também se apresenta como um livre, espontâneo jazz da memória, marcado por curiosos “solos” de poesia narrativa, que seduziram o público da altura. E esta década verá igualmente a ressurreição de um velho surrealista, Mário-Henrique Leiria<sup>47</sup>, cujos textos deitam também abaixo todos os moralismos, de direita ou de esquerda, de que a literatura por-

<sup>43</sup> ANTUNES, António Lobo, *Memória de Elefante*, 9ª ed., Lisboa, D. Quixote, 1983 [Lisboa, Vega, 1979].

<sup>44</sup> *Idem*, *Os Cus de Judas*, 26ª ed., Alfragide, Leya, 2008 [Lisboa, Vega, 1979].

<sup>45</sup> *Idem*, *Conhecimento do Inferno*, 7ª ed., Lisboa, D. Quixote, 1986 [Lisboa, Vega, 1980].

<sup>46</sup> MACHADO, Dinis, *O Que Diz Molero*, 13ª ed., Amadora, Bertrand, 1984 [1977].

<sup>47</sup> Os seus *Contos do Gin-Tonic* apareceram em 1973, na Editorial Estampa, de Lisboa.



tuguesa se fazia. Nesta mesma linha libertária, viaja um texto como *O Dia dos Prodígios*<sup>48</sup>, de Lúcia Jorge, enquanto, ao mesmo tempo, um clássico contemporâneo da nossa literatura, Vergílio Ferreira, depois dos seus líricos diagramas existenciais, evoluirá também para uma prosa de pura emoção individual, emoção essa que sacode o seu estilo e o desencaixa dos seus mecanismos mais habituais, algo visível desde *Nítido Nulo*, de 1971, uma obra que parece transformar a poesia de Álvaro Campos em matéria narrativa. Porventura, este trabalho será o pórtico de entrada nesta literatura de emoções libertadas, algo que Vergílio viria a aprofundar com *Rápida, a Sombra*, em 1975, e *Signo Sinal*, em 1979<sup>49</sup>.

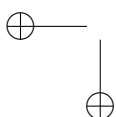
Na realidade, o próprio José Saramago, apesar das suas raízes ideológicas muito marcadas, inventa com *Levantado do Chão*<sup>50</sup>, no último ano desta mesma década de 70, um romance que, refletindo velhas questões neorealistas, se vê habitado por uma voz narrativa libérrima, um tom coloquial que vem das *Viagens na Minha Terra*, de Almeida Garrett<sup>51</sup>, mas para fazer outros trajetos que o conduzirão ao Nobel. Com efeito, mais do que produzir a geometria de uma sociedade sem classes, a matemática de uma utopia de esquerda, a década de 70 assistirá, literariamente, em Portugal, a um curioso liberalismo de ideias, de emoções, que se transforma num estilo libertário, então sentido como um delicioso estranhamento que abria as portas do futuro. Ora, quem virá a assumir plenamente esta libertação da emoção e do pensamento na nossa literatura será Miguel Real. De facto, António Lobo Antunes, depois da explosão inicial, seguiu outros caminhos, tal como Saramago se centrou nas espirais da sua carreira, ao passo que Dinis Machado pouco a pouco se calava, tal como Mário-Henrique Leiria. Lúcia Jorge manteve a temperatura emocional da sua narrativa, mas é a Miguel Real a quem cabe levar ao seu ponto mais alto algo que os anos 70 apontaram como sendo o caminho, sem terem, porém, finalizado esta viagem.

<sup>48</sup>JORGE, Lúcia, *O Dia dos Prodígios*, 3ª ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1981 [1980].

<sup>49</sup>FERREIRA, Vergílio, *Nítido Nulo*, 2ª ed., s. l., Portugal, 1972 [1971]; FERREIRA, Vergílio, *Rápida, a Sombra*, 2ª ed., Amadora, Bertrand, 1979 [Lisboa, Arcádia, 1975]; FERREIRA, Vergílio, *Signo Sinal*, Amadora, Bertrand, 1979.

<sup>50</sup>SARAMAGO, José, *Levantado do Chão*, 7ª ed., Lisboa, Caminho, 1986 [1980].

<sup>51</sup>NUNES, Maria Leonor, "José Saramago: Uma homenagem à Língua Portuguesa", in *Jornal das Letras, Artes e Ideias*, nº 994, de 5 a 18 de novembro, 2008, p. 15.



Não negamos que, nesta década, tenha tido impacto, como o crítico Miguel Real afirma, um romance experimental que desconstrói aquilo que ele chama “realismo substancialista”<sup>52</sup>, algo que já vinha dos anos 60 – mas esse experimentalismo é o rosto mais intelectualizado desta libertação de que falamos. Um bom exemplo é o magnífico texto *Os Três Seios de Novélia*<sup>53</sup> que, publicado em 1969, constitui uma bela dobradiça ficcional, onde podemos ver como vanguarda literária e liberdade emocional andam de mãos dadas. Em certo sentido, sem o trabalho ficcional de Miguel Real, o 25 de abril da nossa literatura não se teria concluído, não passando de um esboço de si mesmo. Os romances de Real estavam como que previstos, implícitos, no que aconteceu na década de 70: eram uma necessidade, algo que tinha de se cumprir. Este tempo foi a mensagem de que Real se tornou o D. Sebastião.

Esta libertação das emoções, também do pensamento, são a outra explicação dos cavalos que se escutam a trotar na prosa narrativa de Miguel Real. Portanto, cavalos de tempo, de história, como vimos, cavalos de emoção em liberdade, de pensamento sem peias. Algo que, no caso de *O Último Minuto na Vida de S.*, se traduz num conjunto de sinais bem claros: frases enormes, que não desejam qualquer ponto final para si mesmas enquanto não derramarem todo o sentimento, todas as reflexões que transportam; ausência de parágrafos, que são estantes com prateleiras, gavetas de racionalidade, em que o autor recusa arrumar-se e meter-se. Um estilo solto, portanto, aberto ao ludismo dos momentos da escrita, em que por vezes a narradora se compraz em rimas irónicas, por exemplo quando se fala em “Almirante insignificante, pequenininho, redondinho”<sup>54</sup> ou, mais desenvolvidamente, em “Almirante insignificante, testa ignorante, nariz petulante, boca rutilante, barriga possante, peito abundante, baixinho, miudinho, sumidinho”<sup>55</sup>. Do mesmo modo, não só a sintaxe dos pontos e dos parágrafos nos surge toda fundida num caldeirão estilístico que pretende dizer as emoções e as ideias até às últimas consequências delas mesmas; também a própria morfologia do léxico se vê afetada, transtornada pelo radical liberalismo textual: ao longo do primeiro capítulo,

<sup>52</sup>REAL, Miguel, *Geração de 90: Romance e sociedade no Portugal contemporâneo*, pp. 50-78, 85-88.

<sup>53</sup>RAMOS, Manuel da Silva, *Os Três Seios de Novélia*, 3ª ed., Lisboa, D. Quixote, 2008 [Porto, Inova, 1969].

<sup>54</sup>REAL, Miguel, *O Último Minuto na Vida de S.*, p. 33.

<sup>55</sup>*Idem, ibidem*, p. 13.

da primeira secção da obra, o termo “povoléu”<sup>56</sup> vai-se transformando em “povobéu”<sup>57</sup>, “povocéu”<sup>58</sup>, “povodéu”<sup>59</sup>, “povoféu”<sup>60</sup>, “povogéu”<sup>61</sup>, “povojéu”<sup>62</sup>, “povoméu”<sup>63</sup>, numa constante e divertida derivação que pretenderá, porventura, veicular a falta de coerência dessa massa popular, uma realidade confusa, zozna, informe, arrastada pelo momento histórico que lhe calhou viver. Existe, pois, uma libertação da linguagem, que tem uma dimensão sintática, mas também lexical. Todo o discurso se vê afetado pela revolução que acontece nas palavras.

No fundo, esta liberdade das emoções, que dá ao texto uma alta temperatura sentimental, surge-nos em *Geração de 90* como um princípio defendido também pelo crítico Miguel Real, de forma que o romancista acaba por fazer a vontade ao seu alter ego teórico. Com efeito, oiçamos aquilo que Miguel Real nos diz neste seu estudo publicado em 2001: afirma ele que é preciso “deixar passar o sangue da dor para a tinta da escrita”<sup>64</sup>, ao mesmo tempo que acrescenta que o estilo deve provir “do próprio sangue do romancista”<sup>65</sup>. Através da palavra “sangue”, refere-se esta dimensão emocional que identificamos na prosa romanesca de Miguel Real e que explica que o tropear de cavalos que escutamos nos seus textos seja, no fundo, o bater de muitos corações do nosso presente e do nosso passado.

E aqui talvez seja o momento de esclarecer que, em *O Último Momento na Vida de S.*, se torna difícil distinguir o que são as ideias da narradora autodiegética e o que serão porventura as concepções do autor. Ao longo deste ensaio, temos voluntariamente pairado numa certa ambiguidade, atribuindo por vezes ao autor aquilo que será certamente da personagem, e isto exige uma explicação. Entramos aqui naquela problemática feminina própria da obra de Miguel Real e que, no fundo, tem a ver com o desejo deste autor de dar voz aos silenciados da nossa cultura. A libertação que preside à sua obra também tem esta

<sup>56</sup> *Idem, ibidem*, p. 21.

<sup>57</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>58</sup> *Idem, ibidem*, p. 22.

<sup>59</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>60</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>61</sup> *Idem, ibidem*, p. 23.

<sup>62</sup> *Idem, ibidem*, p. 24.

<sup>63</sup> *Idem, ibidem*, p. 26.

<sup>64</sup> *Idem, Geração de 90: Romance e sociedade no Portugal contemporâneo*, p. 161.

<sup>65</sup> *Idem, ibidem*, p. 162.

dimensão: virar a História do avesso, de forma que fique à vista aquilo que era ocultado. E, deste desígnio, faz parte escutar finalmente as vozes que habitam o silêncio oficial do amordaçado dizer feminino. Nesse sentido, *O Último Minuto na Vida de S.* transmite uma inequívoca sensação de identificação do autor com a sua personagem, de uma quase consubstanciação. Sobre S. poderia dizer Miguel Real, como Flaubert, que S. “c’est moi”<sup>66</sup>. Mas, mesmo que assim não fosse, resulta, porém, inquestionável afirmar que este livro não seria possível sem uma profunda compreensão do seu protagonista feminino, compreensão essa que, sem dúvida, é uma recriação, mas também uma osmose com as próprias preocupações do autor.

Este será, porventura, um terceiro sentido dos cavalos que se ouvem na prosa narrativa de Miguel Real. Já não se trata apenas do rumor poderoso da história e do ondular ruidoso do mar da liberdade emotiva e intelectual. Trata-se também do estrondo da surpresa de se abrirem certas caixas de Pandora da nossa história, como a questão feminina. Essas caixas, quando se descerram, fazem muito barulho, provocam como que um estampido e o tropel do que lá dentro estava preso e vem enfim à superfície. Obviamente, este terceiro sentido é uma extensão do segundo, um seu heterónimo, mas não queríamos deixar de sublinhar que boa parte da intensidade da narrativa ficcional de Real se origina na própria explosão implícita nos temas que escolhe. Não seria errado ver neste escritor alguém que se atreve aos interditos e às feridas da nossa cultura: para quem conhece bem a sua obra, surge uma antítese clara, que contrasta o perfil amabilíssimo da presença humana de Miguel Real, com uma obra por vezes muito agressiva, muito crítica, além disso solitariamente crítica; seja como for, profundamente incómoda.

Aqui fica, pois, a nossa proposta para explicar, compreender essa música tão específica de parte da prosa romanesca de Miguel Real. Por um lado, trata-se do rumor da história transformado em maré de palavras e de narrativas. Cada momento da ficção tem tendência a ser também outros momentos do nosso outrora, o que dá à escrita espessura e uma melodia, uma trepidação muito peculiar. O romancista Miguel Real leva a história a sério, ao contrário dos narradores da Geração de 90 que, de acordo com o crítico Miguel Real,

<sup>66</sup>A atribuição desta afirmação a Flaubert reveste-se de alguma polémica, como se pode constatar em Yvan Leclerc, “«Madame Bovary, c’est moi», formule apocryphe”, disponível em [https://flaubert.univ-rouen.fr/ressources/mb\\_cestmoi.php](https://flaubert.univ-rouen.fr/ressources/mb_cestmoi.php) (acedido a 15-07-2019).

não o fazem<sup>67</sup>. Por outro lado, esta vibração narrativa, este ondular do mar na sua prosa, corporiza uma libertação emocional e mental que vem da década de 70 e que Real leva ao seu ponto culminante. Acrescente-se que o facto de este escritor se ocupar de feridas da nossa cultura, em muitos casos ainda a supurar ou mal cicatrizadas, dá aos seus textos um carácter explosivo cuja onda expansiva é, precisamente, o tal tropear de cavalos textual. Uma das maiores libertações emocionais realizadas na sua obra prende-se, afinal, com a voz feminina, à qual Real concede o direito de dizer, contar e refletir. Nesta obra, *O Último Minuto na Vida de S.*, essa libertação atinge a cúpula de si mesma, coincidindo também com uma morte que é tanto fim como eternidade. Para terminar, atendendo ao modo como *Geração de 90* dialoga com a novela que temos analisado, concluímos que a leitura do muito sugestivo e corajoso trabalho crítico de Miguel Real se torna, com efeito, importante para compreender a obra narrativa deste grande escritor.

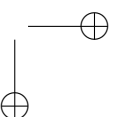
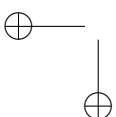
### Nota Biobibliográfica

Luanda, 1965. Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Espanhóis, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorou-se na Universidade da Salamanca, em Espanha, com uma tese intitulada *Garrett e Rivas: O Romantismo em Espanha e Portugal* (publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda em 2009). Foi professor na Universidade de Salamanca e é docente da Universidade da Beira Interior, onde exerceu os cargos de Diretor da Licenciatura em Estudos Portugueses e Espanhóis e da Licenciatura em Ciências da Cultura. Tem publicado obras de investigação e ensaios sobre temas ibéricos: *Los secretos de Portugal* (RBA, 2012), *Como Sobreviver a Portugal Continuando a Ser Português* (Planeta, 2014) e *Los españoles* (Elba, 2016). Promoveu também projetos de investigação nesta área, nomeadamente o projeto “Relações Linguísticas e Literárias entre Portugal e Espanha desde os Inícios do Século XIX até à Atualidade” (RELIPES). Com o romance *Não Tenhas Medo do Escuro* (Difel, 2009), recebeu o Prémio de Revelação da Associação Portuguesa de Escritores. Outras obras romanescas: *Planície de Espelhos* (Difel, 2010), *Madrugada na Tua Alma* (Alêtheia, 2011), *Restaurante Canibal* (Alêtheia, 2014) e *Os Crimes Inocentes* (2018). Ensaio de espiritualidade

<sup>67</sup>REAL, Miguel, *Geração de 90: Romance e sociedade no Portugal contemporâneo*, pp. 131-136.



cristã: *Espelho Meu* (Paulinas, 2013), *O Mapa do Tesouro* (Paulinas, 2015) e *Ser a casa* (2018), publicado em catalão, em Barcelona, pela Fundació Joan Maragall, e depois editado em português com o título *A Casa da Alegria* (Paulinas, 2019). Recebeu em 2018 o prémio Bisbe Joan Carrera, na categoria de Diálogo Fé e Cultura. Livros seus foram traduzidos para catalão, espanhol e italiano. Colabora no jornal *La Vanguardia*, de Barcelona. Publicou crónicas também no *Jornal do Fundão*.







## 2.1.12. Miguel Real ou Como Ser Feliz em Portugal<sup>1</sup>



**Gabriel MAGALHÃES**  
Universidade da Beira Interior  
LabCom – Comunicação e Artes

Sou um leitor de Miguel Real, não um especialista na sua obra. Quem se transforma em crítico oficial ou oficioso de um escritor calibra-lhe os textos com a fita métrica das várias ferramentas teóricas existentes. Insere os seus livros em tubos de ensaio analíticos. Se não tiver cuidado, acaba por empalhar aquilo que vai estudando. Dá, involuntariamente, em taxidermista do animal de tantas belezas que habita e se move nas palavras. Mas quem apenas lê tem direito ao sonho da sua leitura, ao sonambulismo do prazer de vaguear pelas páginas. De falar sobre os livros como se fala sobre amigos. Este artigo é, pois, escrito muito na condição de leitor crítico, e não tanto na de estudioso. Creio, porém, que algumas das sugestões que a seguir se oferecem poderão servir como pistas, como horizontes para a viagem de outras pesquisas.

Se tivesse de escolher um tema comum a toda obra de Real, uma coluna vertebral para ela ou um coração que sussurrasse o seu segredo, eu não duvidaria em propor o seguinte: a obsessão constante dos seus ensaios, estudos e romances resume-se na seguinte pergunta – como é possível ser feliz em Portugal? Trata-se da grande interrogação que as suas páginas lançam à esfinge

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



lusa. Um dilema que faz todo o sentido num país viciado na sua desgraça, habituado à sua tristeza, acorrentado à sua melancolia. Com efeito, se pensarmos bem, não é fácil a felicidade nesta nossa pátria tocada por uma “apagada e vil tristeza”, de que já Camões falou<sup>2</sup>. Um país marcado pela pobreza, nunca admitida e disfarçada através de consuetudinárias práticas perdulárias, que visam conjurá-la; uma nação amordaçada pela ignorância, sobretudo desde esse ano de 1536, data fatídica da instauração da inquisição, algo que só hoje começamos a ultrapassar profundamente; uma pátria devastada por uma emigração endémica, que fez dos nossos impérios vazadouros da nossa miséria, que por lá podia ou não tornar-se riqueza.

Não é que Portugal seja pior país do que os outros – nunca Real afirma isso na sua obra, embora vá apontando todos estes problemas nos seus textos. Cada nação tem os seus infernos. Aqui ao lado, a Espanha ainda sangra a sua guerra civil, sobre a qual não passou um século; a Alemanha transporta a cicatriz do nazismo, com os seus pesadelos concentracionários e as suas responsabilidades bélicas; nos Estados Unidos da América, temos um presidente que faz pensar no palhaço rico dos espetáculos circenses e onde, como num espelho, vemos o racismo, a discriminação, o machismo, subterraneamente presentes naquela sociedade democrática. E não falemos da China, com as suas formiguinhas económicas sempre a produzirem riqueza, mas ainda não livres, nem em nações onde a pobreza corrói e amputa as biografias dos seus cidadãos. Sim, não é fácil ser feliz em Portugal, mas isto não quer dizer que sejamos uma nação desgraçada. Simplesmente, temos as nossas próprias tragédias, os nossos dramas, que Real foi catalogando.

E foi-os catalogando porque, de um modo ou outro, os viveu na sua biografia. Luís Martins naufragou e morreu nos oceanos da portugalidade. É um desaparecido em combate. Miguel Real transforma Luís Martins numa ave fénix, que renasce das suas lusas cinzas. De facto, na sua própria vida, Real aprendeu a morte a que nos pode sujeitar a nossa pátria. E recriou-se a si mesmo para não viver como o cadáver de si próprio. Portugal foi para ele uma humilhação, enquanto Luís Martins, tendo-se tornado uma glória, na condição de Miguel Real.

Vem desta experiência, penso eu, a sua grande admiração por José Saramago. O nosso Nobel também esteve quase a ponto de ser liquidado pela

<sup>2</sup> *Os Lusíadas*, Canto X, estância 145, verso 8.

sua pátria – que não lhe permitiu estudar, dando-lhe essa biografia agachada que o nosso país normalmente oferece. O romancista levantou-se a si mesmo deste chão, ergueu-se em convento de Mafra de escrita e, quando já estava à altura de Pessoa, foi-se embora para outros horizontes, dos quais saiu, como de uma cartola, o coelho branco, a alva pomba do Prémio Nobel. Muita da obra de Saramago consiste, assim, num ajuste de contas com o seu país, que tenta corrigir, seja iberizando-o, seja colocando-o a meio do Atlântico, para lhe compor a geografia.

Algo disto tem a obra de Real, mas com uma grande diferença: a jangada em que Saramago se salvou do naufrágio português consistia sobretudo num hipernarrador, capaz de sobreviver a todas as artimanhas da sua pátria. No fundo, é a voz narrativa de *Viagens na Minha Terra*, como o próprio Saramago confessou<sup>3</sup>: uma fortaleza enunciadora capaz de sobreviver a todas as desgraças que a possam cercar. Este narrador hiperbólico vai conseguir falar mais alto do que Portugal, ser mais ouvido, a nível internacional, do que nós somos ouvidos, tornando-se, por assim dizer, um ministro dos negócios estrangeiros oficioso.

Ora, a grande diferença de que falávamos é que Real, em vez de ser um narrador enciclopédico, se oferece às suas personagens, entrega-se a elas, dando-lhes aquilo que pensa e sente. A revolta do autor de *A Voz de Terra* acontece nas figuras da sua ficção, sejam elas Branca Dias, S. ou até Francisco Félix de Sousa. São elas que fazem aquilo que, em Saramago, acontecia na voz narrativa. Vejamos, apenas, um exemplo disto que referimos. Em *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*, esta figura melancólica da nossa história afirmava: “Sei hoje, com a lucidez da idade e a sabedoria do sofrimento, que o mal também é feito de bem e o bem de mal [...]”<sup>4</sup>. Ora, não deixa de ser curioso vermos Miguel Real a plagiar a sua personagem alguns anos depois, no ensaio *Nova Teoria da Felicidade*, um texto onde o autor afirma: “Porque o homem feliz goza de uma personalidade confiante, sabe distinguir com clareza o bem do mal, tem consciência de quanto bem existe no mal e de quanto mal existe no bem [...]”<sup>5</sup>. Como vemos, aconteceu uma autêntica

<sup>3</sup>NUNES, Maria Leonor, “José Saramago: Uma homenagem à Língua Portuguesa”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 994, de 5 a 18-11-2008, p. 15.

<sup>4</sup>REAL, Miguel, *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*, Alfragide, D. Quixote, 2010, p. 158.

<sup>5</sup>Idem, *Nova Teoria da Felicidade*, Alfragide, Don Quixote, 2013, p. 140.

transusão do sangue mental do romancista de *A Guerra dos Mascates* para as veias aristocráticas da nossa boa D. Amélia. E toda a ficção narrativa de Real é assim. Francisco Félix de Sousa, de *O Último Negreiro*, consubstancia, por exemplo, uma noção implícita nas frases anteriores: num mundo do mal, podemos construir uma esfera de paz e de bem, mesmo que participemos nos labirintos dessa maldade – noção discutível, mas própria da obra de Miguel Real.

Por vezes, a transfusão funciona de outro modo: os tempos históricos invadem a prosa de Miguel Real, que, dir-se-ia, se limita a funcionar como um médium do nosso passado. E, de facto, a sua escrita tem muito de um “transe”, de uma possessão báquica de grande liberdade, onde perpassam muitas das cronologias do nosso outrora. Mais uma vez, ao contrário de Saramago, não é a voz do narrador que se grava em nós, que fica inscrita a ferro e fogo na nossa leitura, mas sim a percepção de outros espaços e de outros séculos. Recordemos, por exemplo, as páginas iniciais de *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*: o maremoto do 25 de abril e suas consequências invadem o princípio do romance, avassalando tudo. Portanto, Miguel Real pode oferecer-se a uma personagem, dando-lhe as suas ideias, fazendo uma transfusão da sua vida para a vida dessa figura ficcional, mas também se pode entregar a uma fase da nossa história, oferecendo-lhe a sua escrita como um terreiro, uma praça onde esse tempo vai desfilar.

Seja como for, analisando as grandes tragédias portuguesas, fazendo o catálogo das suas vítimas, podendo ser elas, por exemplo, os judeus ou as mulheres ou simplesmente os menos poderosos ou ainda os escravos, a obra narrativa de Miguel Real está profundamente marcada pela mágoa. Eu diria mais: trata-se de uma grande enciclopédia de sofrimentos, de dores – algo que surpreende quem conheça a figura amável, serena, delicada, do escritor. Não se imaginaria tanta amargura naquele sorriso que flutua na sua própria distração, tanto protesto no interior da sua calma, amável tranquilidade. Mas aqui convém não esquecer que este Miguel Real vem depois de Luís Martins: transporta, por dentro, o cadáver do primeiro, que leva às costas. No fundo, em Miguel Real estará sempre o espectro de Luís Martins, e este, como o Pai de Hamlet, vem pedir contas ao país nos seus textos.

Mas temos falado muito de infelicidade – e ainda não explicamos como o nosso autor Miguel Real descobriu estratégias para ser feliz neste país de tantas mágoas. Em nosso entender, são cinco os caminhos que a obra do escritor



segue rumo à beatitude. Em primeiro lugar, temos a via do conhecimento. O conjunto dos livros de Real configura, tem implícita uma imensa biblioteca de leituras, em cujo poder terapêutico o romancista acredita profundamente. Ao catálogo de sofrimentos de que falávamos antes – Real contrapõe um outro catálogo de conhecimentos. O sofrer ultrapassa-se pelo saber. De aí que as suas obras de estudo, os seus ensaios, girem com frequência à volta das grandes questões da existência humana e portuguesa: a felicidade, por exemplo, ou a compreensão do país que nos calhou em sorte. Real estudou Portugal para se salvar dele e para dele nos salvar também.

A segunda vereda para se chegar à felicidade consiste no assumir pleno da própria liberdade. Algo que, de resto, constitui o étimo espiritual da sua prosa de ficção, sempre lançada numa cavalgada de horizontes abertos. O estilo de Real, a sua escrita, consubstancia uma revolta permanente contra as fronteiras do léxico e da sintaxe. Desatam-se umas estranhas valquírias na sua prosa. Dir-se-ia que o livro nasce diante dos nossos olhos, acontecido naquele momento de estarmos a ler por ter acontecido também, espontaneamente, no momento de estar a ser escrito. Existe, portanto, uma ventania de liberdade que perpassa pelas suas páginas, arrumando, e ao mesmo tempo desarrumando, toda a escrita. Torna-se curioso, por exemplo, o modo como brinca com as palavras, fazendo e desfazendo o seu corpo verbal, algo que acontece por exemplo com “povoléu”, um termo que vai espiralando em variantes como “povotéu”, “povoméu”, “povovéu” ou “povoxéu”<sup>6</sup>, de tal forma que descobrimos que o único dicionário verdadeiro do autor é o do seu livre-arbítrio.

Em terceiro lugar, este cavalgar rumo à felicidade faz-se também através do assumir pleno dos próprios sentimentos. Apesar de todo o racionalismo dos ensaios de Real, dos seus estudos, as suas personagens ficcionais montam o unicórnio da sua sentimentalidade. Pensemos em Branca Dias, em S., na rainha D. Amélia ou no próprio Francisco Félix de Sousa. Dada aos sentimentos das suas personagens, entregue a eles, a narrativa do escritor oferece-se toda a uma afetividade comovente – e esse é outro dos rostos da sua liberdade. Porque esta não pode ser apenas um vago direito humano, um conceito abstrato, mas sim um modo de o nosso coração bater e de o sangue circular pelas nossas artérias e as nossas veias. Portanto, em Miguel Real, a afetividade rima com

<sup>6</sup>REAL, Miguel, *O Último Negreiro*, Matosinhos/Lisboa, Quidnovi, 2006, pp. 270-271.



a liberdade. Por isso, cremos que ele personifica literariamente, talvez melhor do que nenhum outro, o Portugal que saiu do 25 de abril de 1974.

Quanto à quarta autoestrada que leva à própria felicidade, gostaríamos de sublinhar a sua importância na obra de Miguel Real, sobretudo na ficcional. Os seus textos ensinam-nos que é preciso saber viver várias vidas na própria vida. Esse parece ser, de resto, o grande desafio implícito na sua obra romanesca. Existe a biografia que nos foi dada pelo meio social que nos conformou, mas existe depois um outro trajeto existencial que nós próprios edificamos. A rainha D. Amélia teve uma vida que lhe foi concedida pela sua estirpe real, e um outro existir, construído por ela. S. manteve um primeiro casamento, cuja derrocada deu lugar a uma intensa história de amor – uma segunda vida do seu viver –, tal como Branca Dias também arquitetou no Brasil uma outra biografia. Em *O Último Negroiro*, Francisco Félix de Sousa foi uma coisa na Bahia – e outra completamente diferente na costa de África, onde se tornou uma personalidade, quando, no Brasil, nem sequer tinha chegado a ser bem uma pessoa. Como referíamos, esta questão perpassa quase toda a obra romanesca de Real. Somos felizes na medida em que formos capazes de viver várias vezes, e de vários modos, a vida que temos e que, deste modo, a si mesma se corrige e aperfeiçoa, chegando ao ponto mais alto da sua beleza.

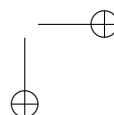
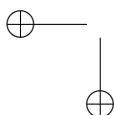
Chegamos, assim, à última dimensão da conquista da felicidade na obra de Miguel Real: a construção de uma espiritualidade que deve rimar sempre com a palavra liberdade. Nisso, o nosso autor assemelha-se a todo um veio da nossa cultura, e da nossa literatura, que voa em vários tipos de religiosidade. Desde Teixeira da Pascoaes a Fernando Pessoa, passando por Jaime Cortesão e Miguel Torga, o espírito foi, na nossa vida cultural, uma longa heterodoxia, na qual se integram os livros do autor de *A Voz da Terra*. Se tivéssemos de escolher de novo um texto que, de algum modo, significasse melhor este livre-arbítrio espiritual, ele seria *O Último Negroiro*, em que Francisco Félix de Sousa vai construindo um estranho sincretismo religioso: uma quase religião-todas-as-religiões ou, pelo menos, uma religião feita das várias espiritualidades com que contactou, por vezes bem discutíveis. Contudo, apesar de uma certa mixórdia mística que acontece em *O Último Negroiro*, lá está também a pura simplicidade de uma estrelinha, a estrelinha do Senhor dos Navegantes, que conduz a vida de Francisco Félix de Sousa e o transforma num Rei Mago de uma existência afinal, apesar de tudo, muito feliz.



Foi assim, através do conhecimento, da liberdade, do assumir da própria afetividade, edificando, além disso, uma outra vida sobre a sua existência inicial e, finalmente, palmilhando os vários caminhos da espiritualidade – que Miguel Real foi feliz, e nos ensinou a ser felizes, em Portugal. Num momento em que, apesar de todos os meios de comunicação e de transporte atuais, os países, também os europeus, se preparam para nos fecharem de novo dentro das suas fronteiras, voltando-se assim às gaiolas dos nacionalismos, a mensagem de Real – o diálogo crítico que devemos estabelecer com a nossa pátria para não sermos deglutidos por ela e podermos alcançar o melhor de nós mesmos – reveste-se de mais atualidade do que nunca. De facto, uma das grandes questões das próximas décadas, entre muitas outras que se levantam – e algumas bem angustiantes –, é saber se seremos capazes de sobreviver aos dinossáurios culturais patrioteiros que se reavivam um pouco por todo o lado. Muitas pessoas aprestam-se a desistir da sua própria vida, encolhendo-a no colete de forças da sua nacionalidade, enquanto outras, aquelas que anseiam pela plenitude da sua biografia, não terão à sua frente um caminho fácil.

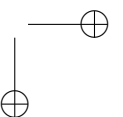
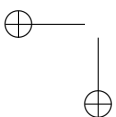
### Nota Biobibliográfica

Luanda, 1965. Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Espanhóis, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorou-se na Universidade da Salamanca, em Espanha, com uma tese intitulada *Garrett e Rivas: O Romantismo em Espanha e Portugal* (publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda em 2009). Foi professor na Universidade de Salamanca e é docente da Universidade da Beira Interior, onde exerceu os cargos de Diretor da Licenciatura em Estudos Portugueses e Espanhóis e da Licenciatura em Ciências da Cultura. Tem publicado obras de investigação e ensaios sobre temas ibéricos: *Los secretos de Portugal* (RBA, 2012), *Como Sobreviver a Portugal Continuando a Ser Português* (Planeta, 2014) e *Los españoles* (Elba, 2016). Promoveu também projetos de investigação nesta área, nomeadamente o projeto “Relações Linguísticas e Literárias entre Portugal e Espanha desde os Inícios do Século XIX até à Atualidade” (RELIPES). Com o romance *Não Tenhas Medo do Escuro* (Difel, 2009), recebeu o Prémio de Revelação da Associação Portuguesa de Escritores. Outras obras romanescas: *Planície de Espelhos* (Difel, 2010), *Madrugada na Tua Alma* (Alêtheia, 2011), *Restaurante Canibal* (Alêtheia, 2014) e *Os Crimes Inocentes* (2018). Ensaios de espiritualidade

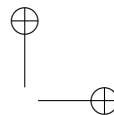




cristã: *Espelho Meu* (Paulinas, 2013), *O Mapa do Tesouro* (Paulinas, 2015) e *Ser a casa* (2018), publicado em catalão, em Barcelona, pela Fundació Joan Maragall, e depois editado em português com o título *A Casa da Alegria* (Paulinas, 2019). Recebeu em 2018 o prémio Bisbe Joan Carrera, na categoria de Diálogo Fé e Cultura. Livros seus foram traduzidos para catalão, espanhol e italiano. Colabora no jornal *La Vanguardia*, de Barcelona. Publicou crónicas também no *Jornal do Fundão*.







### 2.1.13. Miguel Real: em Demanda de Portugal...<sup>1</sup>



**Guilherme d'Oliveira MARTINS**

Presidente do Grande Conselho do Centro Nacional de Cultura e  
Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian

Em demanda de Portugal – eis o que encontro no labor intelectual inesgotável de Miguel Real desde sempre. Essa procura revela um ensaísta ocupado em encontrar vias diversas para explicar a nossa identidade, como realidade aberta, nunca fechada, sempre enriquecida pelo diálogo com outras culturas e dimensões. O querer de Herculano, o sentido crítico de Antero, a presença do mar e o seu desafio trágico, lírico e picaresco estão sempre presentes... É a perspetiva do ensaísta que continua a entusiasmar-me na leitura e no diálogo com o pensador, que não esquece a função pedagógica. Aliás, as iniciativas levadas a cabo, aquando do centenário do Padre Manuel Antunes, permitiram um reencontro com as reflexões de Miguel Real, até porque o autor do indispensável *Repensar Portugal* apontou muitas vezes no sentido de se compreender a cultura portuguesa não em termos fechados ou retrospectivos, mas em termos integradores de uma complexidade, incompatível como estereótipos ou simplificações. Em boa hora, a Universidade da Beira Interior decidiu promover o Colóquio em torno da obra de Miguel Real. Foi uma excelente oportunidade para a realização de uma reflexão e um diálogo aprofundados

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 275-279.



em torno da obra de um dos mais persistentes e fecundos ensaístas e críticos no panorama português. Se refiro o ensaísta, não esqueço o romancista, com provas dadas e justos prémios alcançados. Porém sendo um cultor da língua e um fino leitor e autor do romance, notamos (e essa é uma qualidade incontestável) que nunca deixa de pensar a cultura e a identidade, como realidades complexas que não podem passar despercebidas.

O humanismo universalista é tudo menos uma marca redutora ou providencialista. Quando hoje lemos o Padre António Vieira da *Clavis Prophetarum*, tendo em consideração as mais recentes investigações nesse domínio, percebemos que as ideias de povo eleito ou de uma vocação imperial caem por terra – abrindo caminho ao reconhecimento da dignidade humana como património comum e como objetivo a partilhar pela humanidade... E Miguel Real nos vários registos da sua escrita e da sua reflexão tem procurado demarcar-se da tentação de uma certa predestinação de um povo ou de uma existência... Deste modo, a leitura marcadamente crítica sobre a mediocridade nacional insere-se na tradição das correntes de pensamento que desde tempos imemoriais olham a nossa realidade numa perspetiva reflexiva, com a preocupação de assegurar uma séria articulação de esforços, capaz de negar o fatalismo do atraso e de criar condições para podermos viver uma melhor defesa do bem comum. Fala-se do escárnio e maldizer, do picaresco, de Maria Parada, do não nos levarmos demasiado a sério, mas também do querer viver ao ritmo do mundo civilizado, como no Auto da Lusitânia – os elementos são vários e as personagens da nossa cultura apresentam-se com características contraditórias, o que as leva a não se eximirem ao sentido fortemente crítico, que não deve ser confundido com puro negativismo. António José Saraiva falava do “estar-se onde não se está”, o que leva os portugueses a serem religiosos e heréticos; ortodoxos, mas heterodoxos; emigrantes mas não colonizadores (por força da miscigenação); aventureiros, mas radicados (como na Diáspora); pobres mas generosos; e atrasados, mas crentes num destino (messianismo). De Gil Vicente a António José da Silva, de Garrett a Camilo e Eça de Queiroz encontramos a exigência crítica como contraponto à indiferença ou ao conformismo. E que é o país de suicidas de Unamuno, que hoje já não seria assim entendido, senão a manifestação séria de um inconformismo, que apenas visa combater a passividade e a irrelevância?

A abrir *Portugal – Ser e Representação* Miguel Real cita, sintomaticamente, o Padre Manuel Antunes: “Reencontrar o antigo, por vezes mesmo o



mais antigo para criar algo de novo [...]. A nossa história multissecular de Povo independente é feita de espaços de continuidade e de espaços de rutura, de períodos de deterioração e de períodos de recuperação, de anos de sonolência e de momentos de crítico despertar, de estados de descrença e de instantes largos de esperança quase tão ampla como o universo”... Uma história antiga, com raízes culturais múltiplas, as alternâncias entre continuidade e recusa, entre altos e baixos (numa ciclotimia de euforia e pessimismo) e o encontro entre vontade e destino – tudo se soma, numa Ibéria em que a nossa “maritimidade” se contrapõe à “continentalidade” de Espanha, projetando nos dois símbolos contrapostos – Fernão Mendes Pinto, como personagem múltipla no mundo, e D. Quixote, como imaginação e sonho. A multiplicidade da aventura da Peregrinação sublima-se na vontade do povo que Herculano encontra como explicação da independência e da unidade. O Brasil é a imagem grandiosa da frente marítima europeia de Portugal, enquanto as Espanhas projetam-se na América em múltiplos países, em razão das autonomias metropolitanas...

A Portugal, segundo Eduardo Lourenço, faltou mentalidade europeia desde a segunda metade do século XVI. E o que nos ensinou Antero? A não nos escondermos no nosso passado (o Messias de Portugal é o seu próprio passado). O sebastianismo, além de prova póstuma da nacionalidade, é uma alucinação mental delirante, sentimentalmente verdadeira e racionalmente falsa (segundo Miguel Real).

“Como nó central do imaginário português, o mito sebastianista sintetizou os quatro complexos culturais recorrentemente sofridos pelos portugueses: o complexo de Viriato ou viriatino, o complexo de Padre António Vieira ou vieirino; o complexo do Marquês de Pombal ou pombalino e o complexo canibalista, vinculado à inveja individual e à intolerância coletiva. Assim, ainda que de origem histórica profundamente negativa, o sebastianismo constitui igualmente uma espécie de motor ético dos portugueses, forçando-os a acreditarem dever ser o futuro melhor do que o presente, mesmo para que tal se sintam obrigados a fugir da medíocre elite portuguesa, que do País se apodera como uma coutada sua e emigrar como o fazem hoje” (o autor escrevia em 2013 na *Nova Teoria do Sebastianismo*).

Aqui se encontra como que uma síntese, que explica, afinal, a severa crítica, em que Miguel Real aprofunda a exigência de termos de fazer mais do

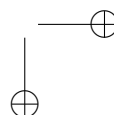
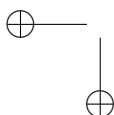




que meramente nos adaptarmos e que está bem presente no universo romanesco do autor... Como José Mattoso ou Eduardo Lourenço têm dito, não somos nem melhores nem piores que outros – somos um país médio, com responsabilidades e oportunidades significativas, mas tudo depende do que formos capazes de fazer. Um messianismo larvar, a sombra sebástica, a tensão permanente das contradições do nosso código genético, o uso crítico dos nossos mitos para os podermos superar em emancipação – tudo isto constitui pano de fundo do nosso ser... O *melting pot* intelectual e ético que nos forma articula menos a ideia de “povo eleito” e mais a exigência de sabermos lidar com a imperfeição, através do “saber só de experiências feito”... Nem providencialismo, nem indiferença relativamente ao sentimento. Pascoaes e Sérgio estão sempre a encontrar-se, a contradizer-se e a completar-se. Esta a base para a célebre “psicanálise mítica do destino português”, publicada em primeira mão na revista “Raiz e Utopia”. Miguel Real não é, porém, catalogável. Nós somos realmente uma mistura de fatores contraditórios. E neste ponto, não podemos deixar de recordar a importância que Matias Aires (1705-1763) teve no pensamento do nosso autor. Para o filósofo luso-brasileiro, a verdadeira felicidade não é a ilusória: do poder, da riqueza e da fama; é, sim, a “da aproximação incessante à verdade, exigindo o desmascaramento da vaidade individual e social, findando no estado interior de serenidade de quem sabe (...) que tudo é vaidade”...

### Nota Biobibliográfica

Guilherme d'Oliveira Martins é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da universidade de Lisboa. Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa. Ex-Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (31-08-2016); Presidente do Grande Conselho do Centro Nacional de Cultura (2016); Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian (16/11/ 2015); Coordenador Nacional do Ano Europeu do Património Cultural (2018); Sócio Efetivo da Academia das Ciências de Lisboa (eleito em 31/05/ 2010); Membro efetivo da Academia de Marinha (eleito em 16/12/2014); Académico de Mérito da Academia Portuguesa de História (eleito em 6/07/ 2015); Professor Catedrático Convidado da Universidade Lusíada; Professor catedrático Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP). Cargos que empresariais



exerceu: Presidente do Centro Nacional de Cultura (2003-2016); Presidente do tribunal de Contas (2005-2015); Presidente do conselho de Prevenção da Corrupção (2008-2015); Presidente da EUROSAI – Organização das Instituições Superiores de Controlo das Finanças Públicas da Europa [eleito no VIII Congresso da EUROSAI, Lisboa (Portugal), (2011-2014)]; Presidente do Comité de Contacto dos Presidentes das Instituições Superiores de Controlo da União Europeia (2011-2012); Auditor Geral da Assembleia da UEO – União Europeia Ocidental (2008-2011); Primeiro Vice-Presidente da EUROSAI (2008-2001). Cargos Governamentais que exerceu: Ministro da Presidência (2000-2002); Ministro das Finanças (2001-2002); Ministro da Educação (1999-2000); Secretário de Estado da Administração Educativa (1995-1999); Chefe de Gabinete do ministro das Finanças (1979). Outros cargos que exerceu: Deputado à Assembleia da República (1980-1988, 1991-1995, 1995, 1999, 2002-2005); Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS (2002-2005); Vice-Presidente da Comissão Nacional da UNESCO (1988-1994); Presidente da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (1985-1995); Assessor Político da Casa Civil do Presidente da República (1985-1991); Secretário-Geral da Comissão Portuguesa da Fundação Europeia da Cultura; Diretor dos Serviços Jurídicos da Direção-Geral do tesouro; Membro da Convenção sobre o Futuro da Europa; Presidente do Steering Committee do Conselho da Europa (27/10/2005). Cargos Académicos: Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa (1977-1985). Prémios e Distinções Obtidas: Doutor Honoris Causa pela Universidade Lusíada (junho de 2016); Doutor Honoris Causa pela Universidade Aberta (setembro de 2016); Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lisboa (ISCSP) (outubro de 2016); Grande Oficial e Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique; Comendador da Ordem de Isabel a Católica (Espanha); Oficial da Ordem da Legião de Honra (França); Medalha de Gratidão, do Centro Europeu de Solidariedade (Polónia); Cruz de Grande Oficial Ordem de Mérito da República da Polónia; Medalha Municipal de Mérito – Grau Ouro (Câmara Municipal de Loulé); Distinção Honorífica – Chave de Honra da Cidade de Faro (entregue pelo Presidente da Câmara Municipal de Faro); Colar do Mérito Ministro Victor Nunes Leal (Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Brasil); Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.





## 2.1.14. A Vida, o Amor e o Ódio: uma Teatralidade no Feminino<sup>1</sup>



**Isabel PONCE DE LEÃO**  
Universidade Fernando Pessoa

1. Outrora, a mulher foi, nas esferas social, histórica, política e estética, silenciada, excluída e vitimada por preconceitos e estereótipos acoplados à sua imagem. O cânone literário ocidental, historicamente constituído quase exclusivamente, por obras da autoria de homens é fértil em ideologias dominantes, que gerem os códigos de produção e de representação.

Isto justifica o surgimento, no século XX, de atitudes consciencializadoras da necessidade de desconstruir esta discriminação que hoje, presumo, já se vai tornando escassa e dificilmente aceite.

Prova estas afirmações alguma da ficção romanesca de Miguel Real. As suas personagens femininas são tratadas com a dignidade que o contexto requer e sem qualquer disparidade em relação aos homens. Cito, a título de exemplo, as protagonistas das peças *Vodka e Cachupa*, *Uma família portuguesa* e *Viúva recente* (2010), Leonor Barbalho de *A Guerra dos Mascates* (2011), onde aparece também a judia Violante Dias que entra no elenco de

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



*A voz da Terra* (2012), Rhema e Sumitha de *O feitiço da Índia* (2012), Maria Augusta e Siu Lin de *A cidade do fim* (2013) e Amélia d' Orleães de *As memórias secretas da Rainha Dona Amélia* (2014).

Não só, mas também por isso, o *corpus* deste trabalho é constituído por três obras protagonizadas por mulheres: *Memórias de Branca Dias* (2003), *O último minuto na vida de S.* (2007) e *A Ministra* (2009). Branca Dias, Snu e a Ministra configuram perfis femininos coexistentes na sociedade actual fundindo-se ficção e realidade na arquitectura novelesca. De facto, no âmbito extra-ficcional deparo-me, recorrentemente, com voluntários estereótipos onde espreita uma miscigenação de características destas três personagens aparentemente ficcionais que o narrador trata com acuidade e verosimilhança. Trata-se de um processo normal, posto que os comportamentos que nestas obras se presentifiquem, tendo por base a história, têm objetivos bem definidos e erigem-se como exemplos de defeitos e virtudes inerentes ao vulgar ser humano. Serão excepções os que não se desviam de uma linha unívoca. São excepções as mulheres de que falo. Excepções reais mas raras, ainda que as possamos por aí encontrar.

## 2. *Branca Dias, a vida*

Miguel Real toma esta “figura histórica e lendária do Brasil do século XVI”<sup>2</sup> e erige-a protagonista do seu romance. De facto, o percurso (real / lendário?) desta mulher, que dá nome a uma loja maçónica localizada em João Pessoa, é apaixonante e institui-se em luta constante pela vida – sua e do próximo. Nascida em Viana da Foz do Lima em 1515 (?), viria a falecer na Capitania de Pernambuco em 1558 (?). Entre estas duas datas – cujo rigor reclama uma mais profunda investigação – foi considerada a grande heroína portuguesa do Brasil Colonial posto que aí tenha fundado uma escola para raparigas, uma sinagoga e tenha sido uma das primeiras mulheres a assumir um engenho. A sua ida para terras longínquas ficou-se a dever à perseguição feita pela inquisição, motivada por denúncias de familiares. Inconformada, parte para o Brasil, onde já estava o marido Diogo Fernandes, levando os seus 7 filhos. Residem entre Camarabige e Olinda e a família aumenta com mais quatro filhos e uma filha ilegítima do marido, Briolanja, que Branca educa.

O autor confia à sua heroína – porque o é – a evocação da sua vida assim enriquecendo o filão lendário da região. Em muito coincidindo com a verdade

<sup>2</sup>REAL, Miguel, *Memórias de Branca Dias*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, p. 9.





(?) histórica, Branca Dias refere a infância no Minho, a prisão em Lisboa, a vivência no engenho de açúcar e a construção das casas de Camaragibe e de Palhares sem escamotear as lutas, as misérias, as políticas antissemitas e todas as dificuldades que teve que contornar para alcançar o estatuto de heroína quinhentista, de judia que dribla a Inquisição sendo, com o marido, o primeiro casal de judeus a viver no Brasil: “terra” só aparentemente “prometida”, porque falso espaço de fantasia e quimeras e verdadeiro espaço de perseguições e privações.

Branca, a força da vida, cedo se decepcionou quando chegou a Olinda. A felicidade de reencontrar o marido foi turvada pelo ambiente e pela escassez de haveres para lhe oferecer e aos filhos. Por um lado, constatou o mau comportamento dos colonos portugueses – “É tudo fornicção, [...], há mais mulatos e mamelucos no Pernambuco do que no mundo inteiro”<sup>3</sup> – porque “o mal distribuiu-se por todas as terras, onde há homens há mal”<sup>4</sup>; por outro, mau também o do próprio Diogo com quem foi quase feliz; “E este quase chama-se Briolanja Fernandes”<sup>5</sup>, a filha ilegítima. Depois, olhava a hipocrisia religiosa, os sentimentos perversos e o racismo latente:

tratava os pretos como se não fossem homens, eu dizia-lhe, os pretos são escravos mas são homens, dizia eu, nada disso, dizia ele, preto é macaco<sup>6</sup>. Acresce a este ambiente o lar que lhe estava destinado: “Era um barraco aquilo, telhado de sapé, paredes de bambu”<sup>7</sup>.

No meio de todas as falácias que quase a encurralaram, Branca Dias, a Vida, ultrapassou as promessas goradas e lutou pela família, pelos escravos e pela região em que lhe coube viver; através de acções já atrás mencionadas, alcançou um estatuto próprio: “o Diogo dizia que nós éramos o primeiro casal judeu do Brasil e que Camaragibe era a primeira esnoga destas terras e que tudo o que era importante no Pernambuco [...] frequentava[m] a nossa casa”<sup>8</sup>.

Numa situação de paridade, lutou pela sua felicidade, pugnando pela dos outros: “Quem diria que eu quase consegui ser feliz. Mas foi sempre o quase...

<sup>3</sup> *Idem, ibidem*, p. 31.

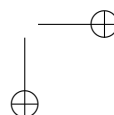
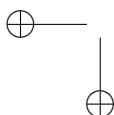
<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, p. 31.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 82.

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*, p. 26.

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 166.



quase... quase”<sup>9</sup> e, chegada a circunstância em que adivinha um final próximo, entrega-se a Adonai e à avó que conseguiu que “tivesse sido quase feliz, quase, quase, quase, quase, quase, quase, quase, quase, quase, quase, quase, obrigada avó”<sup>10</sup>.

Com Branca Dias, de certa forma, a lenda impõe-se à história ainda que seja visível a demanda da re-interpretação do passado histórico ao admitir, o autor, que o texto se vincula “mais à História do que à Lenda”<sup>11</sup>, posto que tenha tido por base uma página da obra *O Nome e o Sangue, Uma Parábola Familiar no Pernambuco Colonial* de Evaldo Cabral de Mello, assim cedendo a uma imagologia intercultural.

Desenrolando o novo questiono-me sobre as fontes que estiveram na gênese das informações de Evaldo e amparo-me em palavras de Miguel Real quando deseja que “a Ficção não reproduza a História, [...], mas a ilumine”<sup>12</sup>, e concluo que a voz narrativa, metaficcional e metalendária, erige, na excelência da tessitura intertextual, a figura de uma Mulher que, no século XVI, se tornou num verdadeiro hino à superação, à transcendência e à vida, proclamando: “Fui sempre o que nunca serei”<sup>13</sup>.

### 3. *Snu, o amor*

Mais uma vez, Miguel Real confia à protagonista da sua obra o reconto do passado num momento trágico da sua vida. A ficção tem por base “três ou quatro pontos de apoio na realidade portuguesa das décadas de 1960 e 1970”<sup>14</sup>.

S., mulher bela, culta, nórdica e divorciada, chegada a Lisboa no início dos anos 60, tinha todas as condições para ser mal acolhida num “país arqueológico que existe no Sul da Europa sob a pata de um tirano”<sup>15</sup>, e bem por um homem inteligente e culto e, por acaso, carismático primeiro-ministro. O amor que os uniu – a obra só aparentemente é a história desse amor – contrariou códigos estabelecidos, preconizando grandes alterações sociais que viriam a dar-se nas décadas subsequentes motivadas pela adesão à CEE.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 30.

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*, p. 168.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 10.

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*, p. 11.

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*, p. 7.

<sup>14</sup> REAL, Miguel, *O último minuto na vida de S.*, Matosinhos, QuidNovi, 2007, p. 7.

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*, p. 16.

A arquitectura da obra é deveras inquietante. S., a narradora, na iminência da catástrofe aérea que a viria a vitimar e ao seu companheiro, através de uma longa analepse, evoca o seu caso de amor e, muito especialmente, a trajectória de um país esquecido de si próprio, porque deslumbrado com a Europa, mas sem se independentizar de uma certa tacanhez arcaica.

S. apresenta-se com convicções arreigadas, longe do estereótipo da mulher portuguesa. As ideias definidas em termos políticos e sociais e a insubmissão a regras familiares definem a perspectiva do seu olhar para um país em sucessivas convulsões, que vai verbalizando num tom intimista e, aqui e além, confessionalista. Olha criticamente para uma ditadura que empobrecia e bestializava o povo. Despreza os bens materiais e valoriza a cultura. Critica os meandros de um poder putrefacto e a teimosa guerra colonial. Desdenha a burguesia mesquinha e interesseira. É implacável com o *modus vivendi* português.

Tratando-se de uma obra breve – romance / novela / memória (?), não entrarei na problematização de géneros – com 126 páginas, retrata a sociedade portuguesa a dois tempos: antes da revolução de Abril, erigindo como linhas matriciais a guerra colonial e o papel da mulher na sociedade; depois da referida revolução, criticando os excessos que lhe são inerentes e sonhando “realizar pela primeira vez em Portugal uma democracia plena, íntegra, genuína, sinónimo de igualdade absoluta entre todos os cidadãos”<sup>16</sup>, com o Estado a amparar todos os desfavorecidos da sorte, “e integrar Portugal na Europa, totalmente, realizar o sonho que os portugueses perseguem desde o Marquês de Pombal, há duzentos anos”<sup>17</sup>.

Mas se, como atrás disse, me parece estar, sobretudo, em causa a história de um país num determinado contexto, não posso deixar de aceitar que a beleza desta obra está no que já foi chamado “O Último grande amor português”. Aqui espreitam arquétipos como Píramo e Tisbe, Romeu e Julieta ou Teresa e Simão. Aqui se esconde a nota trágica dos amores contrariados que acabam na morte. Aqui se esgrime a ousadia que só o amor consente.

Acontece que, em *O último minuto na vida de S.*, personagens reais entram por direito próprio no mundo da ficção (e.g. Natália Correia) e fazem estilhaçar qualquer tentativa de mitificação.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 62.

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*, p. 62.

A voz de Ebba Seidenfaden, que se esconde por detrás de S. é a da mulher adulta, divorciada, mãe de três filhos, lúcida na sua visão de Portugal, que encontra o grande amor da vida em Francisco de Sá-Carneiro. E é, sobretudo, o discurso amoroso que, pela voz de S., confere verosimilhança à verdade. Explico: o que de facto aconteceu, o desastre de Camarate, alcança uma dimensão trágica quando perspectivado pela personagem a que Miguel Real dá voz: “Vou perder-te, perder-nos-emos aos dois, perdemo-nos um ao outro no meio do caminho, esta é a nossa ‘selva escura’”<sup>18</sup>. Dentro do Cessna que ro-dopia e guina, e no minuto em que S. revisita a sua passagem por Portugal e a sua história de amor, ouvem-se estas palavras pungentes: “um salteio brusco da avioneta chocalha os nossos corpos, és atirado para o chão [...], baixo-me, ouço pronunciares a primeira letra do meu nome, S, [...], as outras letras não saem já da tua boca, o teu nome cola-se na minha, preso”<sup>19</sup>. Eis uma forma única e sublime de representação do momento da morte.

É este longo minuto que enforma uma obra em que as personagens, reais ou fictícias, se mostram pelo lado de dentro; o minuto cuja dimensão de continuidade é dada por uma estrutura frásica brilhante porque longa, a insinuar a perpetuidade do momento; o mesmo longo minuto que, alternando o realismo com a sátira, por vezes jocosa, e não pospondo a ironia, dá conta de um triste momento de Portugal e de um grande amor português.

Snu, o amor, mas também a atitude crítica perante a vida e a força para a viver.

#### 4. *Ministra, o ódio*

Interessante é verificar que, sem alterar estratégias, Miguel Real passa do discurso do amor ao discurso do ódio. À Ministra, que nem nome próprio tem, é igualmente imposta a voz narrativa condutora do caudal de acontecimentos tal como sucedeu com Branca e Snu. Contudo, agora erige-se o ódio como sentimento de alguém que passa uma vida à espera de exorcizar as suas frustrações e vê ser essa espera infundada e vã, pois o desejo de afirmação que persegue, com estratégias de pacientes e quase imolatórios sacrifícios, é completa e surpreendentemente gorado. Por outro lado, o tom evocativo dá agora lugar ao monólogo solitário e sombrio.

Através de uma narrativa de 1.<sup>a</sup> pessoa, o leitor fica a conhecer toda a

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 123.

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*, pp. 125-126.

história de uma criança infeliz e traumatizada por uma educação de onde a ternura se ausenta, e que parece, em jeito darwiniano, ser condicionante do ser adulto. De facto, depois de sair do orfanato, onde só podia estar até aos 18 anos, e de ter recusado o emprego que a *Cavalgadura* (nome dado à directora do estabelecimento) lhe arranjava, regressa a casa da tia-mãe e entra para a faculdade, usando “o resto do pecúlio”<sup>20</sup> que o pai, ser odiado, lhe testara.

Ao longo de um solitário monólogo, com frequentes analepses, a personagem dá conta do seu percurso de vida e medita na aceitação de um honroso convite para ocupar um cargo ministerial. É este o enredo. Mas mais importante que o enredo é a sátira irónica e violenta, direi mesmo menipeica, que, através dele, é feita ao sistema educativo português, onde a figura do professor é assaz maltratada, sendo caracterizada como carreirista e cerceadora da criatividade do aluno como afirma a protagonista: “os alunos deviam aprender apenas o sumo dos sumos, nada mais, o mínimo que se exige para o início de uma profissão, nada mais”<sup>21</sup>. E esta seria a base da nova e anunciada reforma educativa que apresenta como “Uma autêntica revolução pedagógica”<sup>22</sup>.

Se existiram pessoas assim? Existiram e existem, mas esta Ministra equilibra-se num plano sinédocal, metafórico e metonímico, meramente ficcional, evidenciando a parte mais negativa do ensino em Portugal. Trata-se de “uma mulher feia, triste e de existência infeliz, e, por isso, autoritária e severa, antes de mais consigo própria, uma mulher que nunca conheceu o amor”<sup>23</sup>. Subiu na vida ultrapassando tudo e todos com a consciência clara do que fez e que assume: “nunca possuí uma ideia original nem nunca dei uma aula original, saco as ideias de relatórios europeus e, trabalhando as estatísticas, apresento-as como próprias”<sup>24</sup>.

Altera a vida desinteressante desta professora universitária, manipuladora de números, vazia de sentimentos, o excitante e perturbador telefonema, feito em época natalícia, a convidá-la para o Ministério. Sedenta de poder absoluto, auto-suficiente, inflexível, medita, maquiavelicamente, a forma de aceitação, sem transigir com o seu espírito frio e tecnocrata. Consciente da sua mediocri-

<sup>20</sup> REAL, Miguel, *A Ministra*, Matosinhos, QuidNovi, 2009, p. 19.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*, p. 42.

<sup>22</sup> *Idem, ibidem*, p. 42.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 9.

<sup>24</sup> *Idem, ibidem*, p. 20.

dade, prestes a dar a resposta definitiva, apenas deseja conquistar e manipular o povo ignorante e as multidões incultas.

Chegou a sua hora. Ir-se-á vingar de uma vida triste como se vingou do ex-marido: tornando-se imprescindível e insubstituível. Um dos passos mais irónicos da novela é a encenação do telefonema-resposta ao Primeiro Ministro, demonstrativo do seu carácter: “Aproxima-se do espelho e encena o telefonema que fará no dia seguinte: ‘Sim, senhor Primeiro-Ministro, muito me honra o convite de V. Exa. A seu lado, sob as suas ordens, terei o privilégio de ser Ministra da Educação’”<sup>25</sup>. Ei-la feliz porque pressente que “finalmente Portugal se harmonizará consigo próprio, um povo pobre, inculto, aparvalhado [...] crédulo e obediente, passivo”<sup>26</sup>.

A ironia crítica torna-se ainda mais cáustica face à resposta que chegará do outro lado advinda de alguém muito similar a ela; alguém que subiu na vida, sem olhar a meios, por sorte, num percurso idêntico ao seu que viabilizará procedimentos convergentes. Ela sabe-o, talvez por isso se sinta próxima dele ainda que o desfecho seja inesperado e violento e os motivos de enorme futilidade: “Tive de ceder às bases, vejo-me obrigado a nomear Ministro da Educação um membro do meu Partido. Precipitei-me convidando-a, lamento”<sup>27</sup>. Tudo acaba sem se conhecer a reacção da putativa ministra. Facilmente a concebemos.

Magnífica obra que consegue, através de uma personagem única, evidenciar a sua auto-destruição; criticar os valores de uma sociedade perversa; denunciar a vacuidade do discurso político; ironizar a fraqueza criativa e imaginativa; finalmente, evidenciar a força social da mediocridade humana – insinuação claramente patente nos poemas de Alexandre O’Neill sobre o medo que iniciam e encerram a narrativa.

A *Ministra*, o ódio, é, antes de tudo, uma forte chamada de atenção para o imenso poder da mediocridade e da ignorância e a forma como manipula uma sociedade, e, nomeadamente, o sistema educativo que deve ser a sua base.

5. O estreito vínculo entre Literatura e Sociedade é uma constante dos tempos se bem que se deva às investigações de Arnold Hauser (1892-1978) a ousadia de uma eventual teorização ao consagrar o movimento dialéctico

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*, p. 131.

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*, p. 130.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 131.



que as engloba num largo processo solidário de influências mútuas em que a reciprocidade é manifesta.

Naturalmente que a obra depende, em primeira instância do escritor e das condições de produção, mas depende também do “influxo exercido pelos valores sociais, ideologias e sistemas de comunicação, que nela se transmudam em conteúdo e forma, discerníveis apenas logicamente, pois na realidade decorrem do impulso criador como unidade inseparável”<sup>28</sup>. Convém ainda acrescentar o papel do leitor e a leitura que a sua enciclopédia cultural viabiliza. Há, pois, “uma relação inextricável, do ponto de vista sociológico, entre a obra, o autor e o público”<sup>29</sup>, uma vez que a literatura se configura como um processo alegórico de comunicação inter-humana, pressupondo um permanente jogo entre esta tríade indissolúvel.

Não há, pois, forma de negar que os factores sociais actuam na literatura outrossim que esta é, por sua vez, *leit motiv* de muitos deles. A atenção à interacção literatura / sociedade optimiza a comunicação e configura reacções a elementos extrínsecos e intrínsecos ao ser humano, não ignorando fenómenos políticos, sociais, históricos... locais e mundiais que, ainda que implicitamente, estão na sua génese. Do mesmo modo que não há como negar que “Le monde intérieur et la réflexion de chaque individu sont dotés d’ un *auditoire social* propre bien établi, dans l’atmosphère duquel se construisent ses déductions intérieurs, ses motivations, ses appréciations”<sup>30</sup>.

É justamente isto que Miguel real demonstra nesta trilogia. Três mulheres condicionadas pelo momento que lhes coube viver e que a ele reagem de formas diferentes em função das idiossincrasias caracteriais. A vida, o amor e o ódio são causas determinantes de comportamentos igualmente determinados pelos valores sociais e as ideologias que António Cândido salienta.

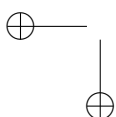
Realidades sociais diferentes, imporiam alterações comportamentais? Por ventura sim, mas não foi essa a preocupação do autor, outrossim, partindo de dados reais, ficcionar três tipos sociais que abandona ao seu livre arbítrio. Assim estabelece a relação, também ela triádica, obra / autor / leitor.

Naturalmente que estes tipos existem na sociedade, mas não com tanta frequência – para o bem e para o mal – como se possa pensar. Pessoalmente,

<sup>28</sup>CÂNDIDO, António, *Literatura e Sociedade*, S. Paulo, Ed. Nacional, 1965, p. 40.

<sup>29</sup>*Idem, ibidem*, p. 41.

<sup>30</sup>BAKHTINE, Mikhaïl, *Le Marxisme et la Philosophie du Langage*, Paris, Éditions du Seuil, 1981, p. 123.



prefiro aceitar – ainda para o bem e para o mal – que em cada um de nós há um pouco de Branca, um pouco de Snu e um pouco – esperemos que bem pouco – de Ministra. São as fragilidades e as virtudes do ser humano que Miguel Real perscrutou e optou por personificar, recorrendo a práticas intertextuais, sobretudo implícitas, e a figuras carismáticas do património vivo português que irónica, metafórica, polifónica e satiricamente difundiu sem nunca pospor o seu consabido virtuosismo estético-literário.

### Nota Biobibliográfica

É licenciada em Filologia Românica pela Universidade de Coimbra (1977); fez o 3.º ciclo em Literatura Comparada na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela (1993), onde também se doutorou em Literaturas Hispânicas (1996) (Doutoramento reconhecido pela Universidade de Coimbra). É professora Catedrática da Universidade Fernando Pessoa no Porto, onde desenvolve grande parte da sua investigação. É membro integrado do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL), sócia fundadora do Círculo de Estudos do Centralismo, vice-presidente da direcção do Centro de Estudos Regianos (CER), elemento do Conselho de Administração da Cooperativa Árvore, membro da Academia Lusófona Luís de Camões e do Instituto Fernando Pessoa. Como docente e investigadora tem colaborado com outras instituições de ensino superior, em Portugal, Brasil, e vários países Europeus. Coopera com várias Câmaras Municipais, particularmente com a do Porto, onde é Deputada Municipal e Presidente da Comissão de Toponímia. Faz parte do Conselho Editorial e / ou Científico de várias revistas, jornais e outras publicações e integra comissões científicas de colóquios, congressos e outros eventos realizados em Portugal e no estrangeiro. É responsável pela área da Literatura do *Grande Dicionário de Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa que se encontra em preparação. As suas áreas de investigação privilegiadas são a Literatura Portuguesa Contemporânea bem como as relações que esta estabelece com as artes plásticas, a 7.ª arte (interartes) e as ciências, e o jornalismo cultural. Nas suas publicações inscrevem-se cerca de 50 livros e mais de 300 artigos resultantes da investigação científica nas áreas acima referidas. Dedicar-se ainda à crítica de arte colaborando com artistas plásticos.



## 2.1.15. O Pecado de Miguel Real<sup>1</sup>



**José BRISSOS-LINO**

Doutor em Psicologia. Docente e investigador em Ciência das Religiões  
Director da revista de Teologia AD AETERNUM  
Director do Mestrado em Ciência das Religiões (ULHT)  
Coordenador do Instituto de Cristianismo Contemporâneo (ICC)

### Introdução

Quem anda pelos caminhos da teologia cristã e trabalha em ciência das religiões nunca poderia ficar indiferente a um texto como *Nova Teoria do Pecado*, no qual o autor parece querer organizar ideias sobre uma matéria que transporta no bojo uma carga milenar simbólica que adquiriu tonalidades tão fortes na tradição judaico-cristã do mundo ocidental.

Miguel Real aborda esta temática complexa com a simplicidade das ferramentas de um ourives e a eficácia das suas mãos, como quem mexe em algo que se situa no domínio do sagrado, sabendo que alguém que não navegue no terreno religioso corre sempre o risco de concitar a atenção crítica dos guardiães do templo, por um lado, mas também a estranheza dos espíritos profanos.

Apesar do risco, o autor reivindica desde logo o estudo do pecado para o seu campo epistemológico de eleição – a Filosofia – onde ombreia com a Religião, e ainda lhe pega por outra via, a duma categoria que integra os

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

estudos culturais, em particular a cultura e a civilização da Europa cristã, onde se move com desenvoltura.

### A dimensão psicológica do pecado

Miguel Real confere à temática do pecado uma dimensão profundamente psicológica em todo o ensaio, ligando-o às emoções primárias do ser humano: “Medo e Culpa constituem as duas colunas ético-morais que sustentam o edifício do Pecado” (p. 15), perguntando-se como é possível “(...) fundar uma civilização sobre uma categoria negativa como o pecado?” (p. 16). A resposta é o facto de existir um sentimento de culpa tipicamente antropológico no ser humano, embora difuso e inconsciente, derivado de alguma impotência no confronto com o mal, essa velha questão filosófica à qual sempre foi tão difícil ao Ocidente responder.

Já as filosofias e religiões orientais encontraram formas aparentemente mais satisfatórias de lidar com a questão do sofrimento e do mal, através de instrumentos como o *karma* (uma espécie de automatização do castigo pelo mal praticado) e a reencarnação, fugindo assim ao peso do pecado e à auto-flagelação do medo e da culpa.

A ideia cristã de estabelecer regras comportamentais a fim de combater o medo, ou seja, uma moral que afastasse o crente do mal e o livrasse do espectro do inferno, acabou por sublimar a culpa e assegurar a salvação espiritual e um vislumbre de felicidade terrena. Mas a partir do século XIX as coisas começaram a mudar com a perda da força simbólica do pecado.

### O sentido de pecado

A perspectiva do autor quanto ao pecado vem na linha da tradição religiosa cristã enquanto pulsão da prática do mal, uma espécie de lado lunar da existência humana sempre presente na dicotomia moral Bem-Mal. O problema teológico que se coloca parte desde logo da etimologia do termo.

O principal termo do hebraico para “pecado” é *hata*, cujo sentido básico é o de “errar um alvo ou um caminho”, ou ainda “ficar aquém do padrão”<sup>2</sup>.

<sup>2</sup>HARRIS, R. Laird. (org.), *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*, São Paulo, Vida Nova, 1998, pp. 450,451.



Surge, por exemplo, no Livro de Juízes: “Entre todo este povo havia setecentos homens escolhidos, canhotos, os quais atiravam com a funda uma pedra em um cabelo, e não erravam (*yahati*)” (20:16).

Pecado (do latim ‘peccatum, i’, derivado do verbo ‘pecco, as, vi, ātum, are’) significa “tropeçar, dar um passo em falso; enganar-se”. Mas no grego clássico a palavra “αμαρτία” (pronuncia-se *hamartia*), assume o sentido de “errar o alvo” ou, mais tardiamente, “transgressão” ou “falha” ou “culpa”.<sup>3</sup> Segundo WUEST (1986, p. 85), no comentário do texto da Carta aos Romanos 3:23: “Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus”:

O termo grego aqui traduzido como ‘pecado’ é uma palavra que, entre os gregos pagãos, significava ‘errar o alvo’ ou ‘falhar no desempenho’. Os atletas gregos, mirando um alvo, algumas vezes erravam na pontaria. Assim também a raça humana inteira errou o alvo, a saber, uma vida conduzida para a glória de Deus.<sup>4</sup>

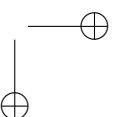
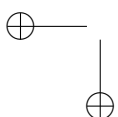
É aqui que a questão teológica se coloca, uma vez que o sentido do termo no hebraico concorda com o do texto neotestamentário grego, isto é, a ideia de “errar o alvo”, pelo que o conceito de pecado deverá assumir maior peso a partir das línguas bíblicas do que do latim, uma língua medieval e tardia no contexto escriturístico cristão.

De acordo com Bueno, a forma latina remete para a ideia de “dar um passo em falso, perder o pé, e, portanto, cair, falando-se dos cavalos e outras montarias; depois, figuradamente, dar um mau passo moral, errar, cometer falhas”.<sup>5</sup> cremos, portanto, que o conceito original de pecado passa, antes de tudo, pela ideia de erro humano, falha, incapacidade de acertar no alvo, falhar a pontaria, isto é, o objectivo, no sentido de praticar o bem. Portanto, estará mais associado à incapacidade momentânea de um melhor desempenho do que a um julgamento moral. Mesmo o sentido atribuído pelo latim, de dar um passo em falso, ou cair do cavalo, reforça esta tese, visto que ninguém em seu

<sup>3</sup>LIDDELL, H. G. & SCOTT, R., *An Intermediate Greek-English Lexicon*, Oxford, Oxford University Press, 1889, p. 41.

<sup>4</sup>WUEST, Kenneth S., *Jóias do Novo Testamento Grego*, São Paulo, Imprensa Batista Regular, 1986, p. 85.

<sup>5</sup>BUENO, Francisco da Silveira, *Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa*, vol. 6, São Paulo, Edição Saraiva, 1966, p. 2927.



perfeito juízo cai dum cavalo de propósito nem torce um pé intencionalmente por o ter posicionado mal no chão.

Mas parece que foi a partir de Agostinho que a igreja começou a associar a ideia de pecado a culpa, ligando-o à *concupiscência*,<sup>6</sup> termo bíblico utilizado para *desejo libertino ou imoderado e ilegítimo* na linha dos escritos paulinos e de outros autógrafos do Novo Testamento, e entendido por aquele pai da Igreja como um amor-próprio perverso que se coloca em oposição ao amor a Deus, em concordância com o que afirma Tiago:

Ninguém, sendo tentado, diga: De Deus sou tentado; porque Deus não pode ser tentado pelo mal, e a ninguém tenta.

Mas cada um é tentado, quando atraído e engodado pela sua própria concupiscência.

Depois, havendo a concupiscência concebido, dá à luz o pecado; e o pecado, sendo consumado, gera a morte.

Desta forma, o apóstolo associa a morte espiritual ao pecado o qual, por sua vez, deriva do desejo descontrolado em direção ao mal.

Todavia, há teólogos a defender que o pecado é mesmo anterior aos seres humanos: “O pecado já estava presente no universo antes mesmo da queda de Adão e Eva”<sup>7</sup>, o que faz dele uma espécie de pano de fundo universal que precede a entrada do ser humano no teatro da história. A ser assim, o pecado extravasa as contingências da condição humana tornando-se um problema cósmico, como conferem Champlin & Bentes, “O pecado é cósmico em sua natureza. Nenhum ser humano peca sozinho”<sup>8</sup>. Mas a personalização do pecado desenvolvida pela tradição religiosa acabou por concentrá-lo no indivíduo, sobrecarregando assim a carga de culpa sobre os seus ombros.

Os mesmos autores chegam a afirmar, “Essa palavra (pecado), porém, veio a ter também um significado geral, indicando o princípio e as manifestações de pecado, sem dar qualquer atenção ao seu significado original”<sup>9</sup>, o que nos mostra que o termo foi culturalmente adaptado, distorcendo-se assim o seu

<sup>6</sup>Epístola de Tiago 1:13-15.

<sup>7</sup>*O Novo Dicionário da Bíblia* (1986), São Paulo, Vida Nova, p. 1235.

<sup>8</sup>CHAMPLIN & BENTES, *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, vol. 5, São Paulo, Caudeia, 1991, p. 145.

<sup>9</sup>Idem, *ibidem* p. 145.



sentido inicial de modo a encaixá-lo no princípio da culpa e associando-o ao medo de que fala Miguel Real.

### O peso da culpa

Poucos autores cristãos têm abordado a questão do sentimento de culpa como Paul Tournier em *Culpa e Graça* (1985). Para o psiquiatra, as pessoas têm imensa dificuldade em lidar com a culpa incontornável que experimentam frequentemente nas relações humanas e que se manifesta através de sentimentos como constrangimento, remorso, consciência pesada ou vergonha. A culpabilidade é uma constante nas interações humanas, tanto no criticismo como na baixa autoestima e sentimento de inferioridade. A sua proposta para os crentes é que tomem consciência da graça divina em especial quando estão a sentir-se alvo de críticas, censuras ou indiferença.

Mas Tournier vai mais longe ao considerar que a verdadeira culpa reside frequentemente no facto de os indivíduos não ousarem ser autênticos, genuínos. O medo do olhar dos outros e o seu julgamento provoca neles uma espécie de esterilidade que não permite produzir frutos associados à sua vocação. Para fundamentar a ideia, cita o servo da parábola dos talentos que Jesus contou e que confessou ao seu senhor ter ficado imobilizado por medo dele e ter escondido o seu único talento na terra.<sup>10</sup>

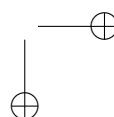
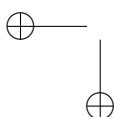
Daqui se depreende que o homem “ideal” não será aquele que desenvolve um esforço sobre-humano para não falhar, mas sim o que consegue ser genuíno. Já o eminente psicólogo Carl Rogers defendia convictamente a ideia, ligando-a à saúde mental e emocional, como afirmam Lima & Holanda.

Partindo-se do pensamento de Carl Rogers, entende-se que uma das questões mais importantes ao se pensar a relação terapêutica é a autenticidade, caracterizada pela expressão tirada de Kierkegaard: ‘ser o que realmente se é’. Trata-se de um estado de integração da pessoa, no qual, somente seu potencial se encontra mais plenamente liberado para atuar.<sup>11</sup>

O termo autenticidade aparece ao longo de toda a obra de Rogers, como uma condição da terapia, ou seja, como elemento “necessário e suficiente” para a mudança da personalidade e crescimento do cliente e como

<sup>10</sup>Evangelho de Mateus 25:25.

<sup>11</sup>AMATUZZI, M. M., *O resgate da fala autêntica*, Campinas, Papirus, 1989, p. 96.



elemento constitutivo do próprio desenvolvimento do sujeito, de maneira que crescimento e desenvolvimento ocorrem a partir de um modo autêntico de ser<sup>12</sup>.

Do ponto de vista teológico, se o pecado é fonte de medo e culpa, é porque o crente provavelmente desconhece a graça divina, que não apenas levanta os caídos e restaura os que falharam mas que o faz num ambiente de perdão. Já os latinos diziam que errar é humano<sup>13</sup>, mas se assim é, perdoar, restaurar e conceder novas oportunidades será divino. A diferença com o catolicismo tradicional é que o perdão divino vem sempre associado ao princípio do castigo e a uma dada penitência, mesmo quando há arrependimento pelo mal praticado, como se Deus precisasse de nos humilhar e castigar para se sentir bem ou mesmo vingado pelas nossas fraquezas. David Hume entendia ser “absurdo pensar que Deus tenha paixões humanas, e uma das mais baixas das paixões humanas, um incessante apetite de aplausos (*Diálogos sobre a Religião Natural*, 1779).

A justiça retributiva típica dos tempos veterotestamentários substitui assim a graça de Deus e a liberalidade do perdão por Ele concedido e em nome do qual o crente pode voltar a página e recomeçar.

Miguel Real destaca que com o cristianismo, “a culpa deixa de ser social, relativa e provisória (Grécia) e passa a ser ontológica e definitiva, manifestando-se seja pelo vínculo teológico e metafísico do pecado original, seja pela propensão natural da humanidade para o pecado.”<sup>14</sup>

Segundo TOURNIER (1985) a culpa é inerente ao ser humano:

Parece bastante claro que o homem não vive sem culpa. Ela é universal. Mas ela desencadeia, pouco a pouco, quer seja reprimida ou reconhecida, dois mecanismos inversos: quando reprimida, ela dá lugar à cólera, à revolta, ao medo e à angústia, a uma insensibilidade da consciência, a uma impossibilidade crescente de reconhecer as próprias

<sup>12</sup>ROGERS, C. R., *Terapia centrada no cliente*, São Paulo, Martins Fontes, 1974; ROGERS, C. R. & Kinget, G. M., *Psicoterapia e relações humanas*, Belo Horizonte, Interlivros, 1975.

<sup>13</sup>**errare humanum est** in *Dicionário infopédia de Locuções Latinas e Expressões Estrangeiras* [em linha], Porto, Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-05-13 14:11:49]. Disponível na Internet: [www.infopedia.pt/dicionarios/locucoes-expressoes/errare-humanum-est](http://www.infopedia.pt/dicionarios/locucoes-expressoes/errare-humanum-est)

<sup>14</sup>REAL, Miguel, *Nova Teoria do Pecado*, Lisboa, D. Quixote, p. 118.



faltas e a uma exaltação crescente de impulsos agressivos. Quando reconhecida conscientemente, ela conduz ao arrependimento, à paz e à segurança do perdão de Deus, a um refinamento progressivo da consciência e a um enfraquecimento progressivo dos impulsos agressivos (p. 119).

Por sua vez, a religião pode assumir uma função terapêutica ou, pelo contrário, aumentar o peso da culpabilidade no indivíduo. E continua:

A religião pode libertar ou esmagar, ela pode culpar ou libertar da culpa. Uma religião moralista, com uma formação impregnada de tabus e que apresenta Deus como um Deus ameaçador, suscita o medo e com ele todo este mecanismo sinistro de endurecimento, de revolta e de mal. Uma religião da graça rompe este círculo vicioso, conduz ao arrependimento e por ele à libertação da culpa. Isto não tem nada a ver com os debates dogmáticos que travam as diversas confissões cristãs. É um assunto puramente psicológico. Em todas as igrejas e em todas as comunidades cristãs, há espíritos moralistas imbuídos de julgamento que cultivam a culpa doentia; e espíritos generosos, mensageiros de Deus, que perdoam, que tornam leve esta culpa. Eles podem, tanto uns como outros, apoiar suas atitudes em passagens da Bíblia, onde encontramos afirmações seguras sobre a graça e ameaças severas. Nós já vimos que na passagem da mulher adúltera Jesus fala de modo muito diferente com a mulher e com os seus acusadores (p. 119, 120).

Parece que a fé cristã se deixou sequestrar muito rapidamente pela tentação da culpa, e conseqüente punição do culpado em vez de se alinhar pelo arrependimento, perdão e restauração moral e espiritual do indivíduo. De tal modo escolheu esta via que até inventou a doutrina do pecado original, isto é, o pecado herdado pela via genética, e portanto sem qualquer espécie de culpa do ser humano, uma espécie de contradição nos termos, já que nenhuma criança que vem ao mundo pede para nascer e entra fatalmente na vida já a sofrer o grilhão do pecado e da culpa sem culpa.

Nada melhor para controlar as massas do que pela via do medo e da culpa. Talvez não seja por acaso que Émile Durkheim disse que “a religião não é apenas um sistema de ideias, é antes de mais um sistema de forças” (*A Divisão do Trabalho Social*, 1893).



### Concluindo

Miguel Real escreve de forma concisa, objectiva e prática levando o leitor através dos caminhos tortuosos de uma temática como esta, mas com uma leveza notável e através duma abordagem exigente a este fenómeno. Talvez o facto de ser igualmente um reputado ficcionista o tenha ajudado a evitar cair na teia em que muitos ensaístas caem, tornando a sua escrita hermética e pretenciosa. Pelo contrário, fá-lo de forma escorreita, procurando organizar metodicamente o pensamento, transferindo-o para um discurso em parágrafos devidamente numerados e sequenciais.

A grande conclusão do autor – de resto, anunciada logo desde as primeiras páginas – e como quem desactiva uma potente bomba ética, é que “hoje, culturalmente falando, nenhum conceito é mais ambíguo do que o de ‘pecado’, profundamente indefinido no seu complexo semântico referencial”. Longe vão os tempos em que Tomás de Aquino escrevia “Por seu pecado, os hereges merecem não apenas serem separados da Igreja, pela excomunhão, mas também do mundo, pela morte” (*Suma Teológica*, 1264).

Depois de analisar o conceito pelo poliedro da filosofia, da psicologia, da religião, da semântica, da história, da semiótica, da antropologia e da cultura, pode-se dizer, portanto, que Miguel Real aborda a temática do pecado mas sem sombra de pecado. Por isso, absolve-se o autor pela “ousadia” de elaborar uma “Nova Teoria do Pecado”.

### Bibliografia

- AMATUZZI, M. M., *O resgate da fala autêntica*, Campinas, Papirus, 1989.
- BUENO, F. S., *Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa*, vol. 6, São Paulo, Edição Saraiva, 1966.
- CHAMPLIN, R. N. & BENTES, J. M., *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, vol. 5, São Paulo, Candeia, 1991.
- DOUGLAS, J. D. (Org.), *O Novo Dicionário da Bíblia*, São Paulo, Vida Nova, 1986.
- FERGUSON, S. B. (ed.), *New Dictionary of Theology*, Downers Grove, InterVarsity Press, 1994.



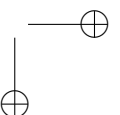


- HARRIS, R. L. (org.), *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*, São Paulo, Vida Nova, 1998.
- LIDDELL, H. G. & Scott, R., *An Intermediate Greek-English Lexicon*, Oxford, Oxford University Press, 1889.
- LIMA, P. G. & HOLANDA, A. F., A questão da autenticidade na relação terapêutica de orientação humanista a partir de Carl Rogers, *Revista Perspectivas em Psicologia*, vol. 15, n.1., Jan / Jun, 2011, pp. 87-98.
- ROGERS, C. R. & Kinget, G. M., *Psicoterapia e relações humanas*, Belo Horizonte, Interlivros, 1975.
- ROGERS, C. R., *Terapia centrada no cliente*, São Paulo, Martins Fontes, 1974.
- TOURNIER, P., *Culpa e Graça*, São Paulo, ABU, 1985.
- TOURNIER, P., *Médecine de la personne*, Neuchatel, Delachaux et Niestlé, 1983.
- WUEST, K. S., *Jóias do Novo Testamento Grego*, São Paulo, Imprensa Batista Regular, 1986.

### **Resumo das obras do autor**

#### **Literárias**

- Trova dos filhos da luz*, Poemas, Santiago do Chile, Hebel, 2021.
- Das árvores e suas margens*, Poemas, Santiago do Chile, Hebel, 2020.
- Ânsia de eternidade*, Poemas, Santiago do Chile, Hebel, 2019.
- Vestígios de Azul*, Poemas, Lisboa, Calipso, 2019.
- Poemas da Graça/Poemas de la Gracia*, Edição bilingue, Santiago do Chile, Hebel / Salamanca, Tiberíades, 2019.
- Fado: a torcer o destino*, Romance, Lisboa, ed. Novos Autores, 2013.



*O homem que vivia para trás*, Romance, S. Mamede de Infesta, ed. Edium, 2012.

*Nada onde pousar o sonho*, Org. João Tomaz Parreira, (antologia poética), Lisboa, ed. Desafio Miqueias, 2010.

*28 Poetas Sadios*, Org. José-António Chocolate, (antologia poética), Setúbal, ed. Casa da Poesia, 2004.

*Salmo Presente*, Poemas, Setúbal, ed. IEC, 1996.

*Antologia Poética*, Org. S. R. Pinheiro, (antologia poética), Lisboa, ed. BARA, 1981.

### **Académicas**

*Populismo religioso e secularização*, (José Brissos-Lino & Jorge Botelho Moniz), Lisboa, ed. Universitárias Lusófonas, 2021.

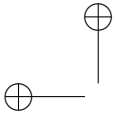
*Pena de morte e morte sem pena: 150 anos de abolição da pena de morte em Portugal (1867-2017)*, (org. José Brissos-Lino & Paulo Mendes Pinto), Lisboa, ed. Universitárias Lusófonas, 2019.

*Aquele falar estranho*, Lisboa, ed. Universitárias Lusófonas, 2018.

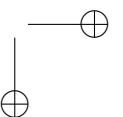
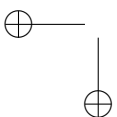
*O Grito da Semente*, S. Mamede de Infesta, ed. Edium, 2010.

### **Nota Biobibliográfica**

José Brissos-Lino nasceu em Lisboa (1954). É casado, tem dois filhos e um neto. Doutorado em Psicologia, Especialista em Ética e em Ciência das Religiões, é director do Mestrado em Ciência das Religiões na Universidade Lusófona, em Lisboa, coordenador do Instituto de Cristianismo Contemporâneo e investigador. Desenvolve há muitos anos intensa actividade em instituições culturais, humanitárias e de solidariedade social, algumas das quais fundou. Foi presidente da Liga dos Amigos do Hospital de São Bernardo, fundador e reitor da Universidade Sénior de Setúbal. Conferencista e autor com obra publicada nas áreas de ficção (romance), poesia, ensaio,



e cronista na imprensa regional e nacional. Integra o Consejo Asesor Iberoamericano da Red Iberoamericana de Poetas y Críticos Literarios Cristianos TIBERIADES. É Director da revista teológica AD AETERNUM e colunista da revista VISÃO.







## 2.1.16. Miguel Real – o Outro e o Mesmo (Proposições Primeiras sobre uma Singular Poligrafia)<sup>1</sup>



**José Carlos Seabra PEREIRA**  
Universidade de Coimbra

### I

Ensaísta de referência nas décadas mais recentes, afirmado desde 1995 com *Portugal – Ser e Representação*, Miguel Real é um polígrafo que não deve por isso, como já tive oportunidade de sublinhar no conspecto de *As Literaturas em Língua Portuguesa*, ser subestimado como criador de ficcionalidade literária, que sobretudo desde a novela *Memórias de Branca Dias* (2003) e o romance *A Voz da Terra* (2005) deflui em paralelo com a escrita de historiosofia. O escritor Miguel Real não só merece a esse título a melhor atenção; justifica mesmo que a sua obra de romancista seja envolvida num protocolo de leitura em que à estrutura textual de solicitação da resposta do leitor corresponda um horizonte de expectativas instruído pelo conhecimento das grandes linhas do seu ensaísmo.

Operoso recapitulador da história das ideias em âmbito universal, tal como das correntes e das individualidades n' *O Pensamento Português Contemporâneo*, sob o signo de *O Labirinto da Razão e a Fome de Deus* (2011), particularmente atraído pela interpretação do ensaísmo filosófico de Eduardo Lourenço

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



e das figuras marcantes da família metafísica, escatológica e lusocêntrica da “Filosofia Portuguesa” (em contraprova da abertura de espírito que coabita com a sua quase contrapolar ontologia e cosmologia), Miguel Real daí terá retirado acrescidas motivações e competências para o exercício próprio da especulação mitográfica e diaporemática (até aos vislumbres de uma *Nova Teoria do Sebastianismo* ou mesmo de uma *Nova Teoria da Felicidade...*) e para a eleição dos filosofemas nucleares – a exemplo da problemática do mal (objecto perturbador de controversas questionações propositivas, desde a biopolítica de *Nova Teoria do Mal* até à modulação instigante de *Nova Teoria do Pecado*).

Paredes meias com esta linhagem de prolífica produção intelectual vai o espírito buliçoso de Miguel Real fazendo morar uma larga fenomenologia da cultura, que nele não pode deixar de erigir-se em hermenêutica dessa mesma cultura, historicamente perspectivada, e ora centrada na condição portuguesa do Homem, ora situada nas fronteiras e intersecções das culturas nacionais.

Com razão se pode esperar que todo o pecúlio de história das ideias, de fenomenologia histórica e hermenêutica da cultura, de ponderação de aporemias e de discussão de doutrinas, granjeado pelo ensaísta, reverta em substrato de macrossignos na semântica das criações ficcionais do escritor (temas e motivos, simbologia mítica e arquetípica, lugares e tempos qualificados). Entre outras obras que a esse propósito poderiam ser chamadas à colação num fecundo exercício da lógica hermenêutica da pergunta e da resposta destaca-se o romance distópico *O Último Europeu* (2015). Mas não menos patente se torna nos romances que, sem nostalgia imperial nem tropismos ostensivos de *cancel culture*, reanimam espaços e períodos da presença lusíada no mundo, nomeadamente com *O Último Negreiro* (2006), *O Sal da Terra* (2008), *A Guerra dos Mascates* (2011), *O Feitiço da Índia* (2012) e *A Cidade do Fim* (2013).

Em contrapartida, não faltarão leitores e críticos para quem a densidade vívida das criações literárias de Miguel Real na figuração da condição humana e na fenomenologia da consciência constituinte, com as imagens perceptivas tributárias de diversas modalidades de conhecimento – de análise racional segundo o princípio de imanência, mas também de intuição intelectual e de intuição sensível ou sentimental, de memória afectiva e involuntária, de sabedoria tradicional e de consciência moral, enfim e sobretudo de desvelação transracional e transmanente (ora pela via esotérica de gnosticismo, ora pela iniciação religiosa e seus acumes místicos) –, cria a expectativa de vir a in-



terpelar e a matizar aquele Neo-Cientismo que, em meu entender, confina e desfoca o pensamento do ensaísta Miguel Real, sem embargo da vontade de justeza axiológica e ética que lhe subjaz (como ocorre no desigual livro sobre *Fátima e a Cultura Portuguesa*).

Não se tratará de esperar qualquer retractação ideológica ou reconversão mundividente, mas sim de admitir que, na senda da densidade amplexiva da sua ficção literária, a seriedade intelectual de Miguel Real venha a valorizar no ensaio o lugar que ao sentido do Sagrado e à espiritualidade cristã cabe na própria narrativa da Modernidade cultural, à medida que for reconhecendo o valor relativo e circunscrito da racionalidade científica e as consequências da sua integração superadora num *organon* de métodos e de saberes que a transcende.

Sabemos, aliás, que como intérprete da história da Cultura e estudioso da história da Literatura Miguel Real não precisa que lhe lembrem os sucessivos desaires dos reducionismos racionalistas: primeiro, os rompantes setecentistas de Racionalismo mecânico e excludente, que só não hipotecou o melhor do legado das Luzes graças aos efeitos convergentes da renovação espiritual cristã conduzida pela piedade e pela pastoral do Amor e da estética da Sensibilidade (sobretudo na variante germânica da *Empfindsamkeit*), abrindo caminho para a grande revolução do Romantismo que projecta para o Absoluto pela antropologia da *Senhsucht* e pela gnoseologia do *Gemüt*; de seguida, por meados do século XIX, a jactância ideológica do Cientismo e sua rasteira ambição filosófica no sistema chão do Positivismo (com um determinismo abusivo que não encontraria grande conforto alternativo no Materialismo histórico e dialéctico) e cuja euforia anti-metafísica e anti-religiosa - sem ouvidos para as advertências que tantos livres e sábios investigadores exprimiam pela boca de Darwin e de Max Plank («O argumento máximo da existência de Deus parece-me ser a impossibilidade de demonstrar e compreender que o universo imenso – sublime além de toda a medida – e o homem tenham sido frutos do acaso.»), «Para o crente, Deus está no princípio dos seus discursos; para o físico, no final dos mesmos.») e desde então até hoje pela voz de Marconi, de Schrödinger, de Allan Sandage e tantos outros - depressa desembocou na crise contestatária do Decadentismo, no realentar da religiosidade cristã e do Neo-Idealismo filosófico, na desactualização dos limites estéticos do Realismo, do Naturalismo e do Parnasianismo pela grandeza agónica e fideísta de Dostoi-evski e Kierkgaard e pela síntese espiritual e artística de Baudelaire e de Wag-





ner, até ao fulgor subtil do Simbolismo finissecular, a par de conversões impressionantes de grandes figuras das ciências e das humanidades, logo seguidas pela superior aventura das filosofias vitalistas, intuicionistas voluntaristas; depois, no primeiro quartel do século XX, a confluência da Fenomenologia husserliana com novas teorias científicas (da Indeterminação heisenbergiana à Relatividade einsteiniana, da Física quântica à Psicanálise, etc.) e com as interpelações do Expressionismo, do Surrealismo e do Existencialismo jorrando da inquietação comum a que Raul Brandão dava voz clamorosa contra a acomodação agnóstica ao Acaso genésico e ao Absurdo terminal («A Ciência [...] bateu num grande muro e parou. Que importa o princípio e o fim? Ora é exactamente o princípio e o fim que importam. [...] Para lá do muro é que está a Verdade e o Belo – Deus.»); enfim, a adopção de uma epistemologia anti-positivista, no quadro da qual a famigerada ufania das “leis científicas”, com suposta existência objectiva e “verdade” intangível, cedeu lugar à noção de “teorias” convalidadas transitoriamente pela comunidade científica enquanto proposições *pro tempore* mais coerentes e/ou mais eficazes de um fenómeno ou cadeia de fenómenos, até à reformulação dessa doutrina por Popper, Lakatos e outros, e à prevalência, com ou sem adesão plena à doutrina dos paradigmas de Thomas S. Kuhn, da ideia de que o devir do conhecimento científico não é linear nem aditivo, mesmo quando avança sem as deslocadas pretensões de vir algum dia a resolver todos os problemas com que constitutivamente se debate o espírito humano... ao passo que a mais alta literatura portuguesa (que Miguel Real tão bem conhece) dava a entender por que razão assim é, de Pessanha a Pessoa, de Pascoes a Régio, de Nemésio a Agustina!

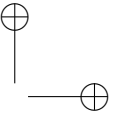
## II

A prolífica actividade discursiva de Miguel Real manifesta-se sobremaneira na prática contínua da crítica literária, isto é, da recepção imediata com as obras literárias que vão sendo editadas, numa relação de conhecimento que, a partir da intuição instruída, visa uma interpretação sintética do seu sentido global, dos seus vectores principais e dos seus traços de originalidade temático-formal, mas também se compromete com um juízo de valor que insere autor e obra na dinâmica do campo literário e que interfere com os padrões e critérios do gosto nele predominante.

Como específica modalidade de conhecimento da literatura, essa crítica não se confunde com a análise literária nem com a história literária. Todavia,





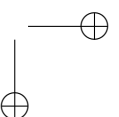


não se abstém de breves incursões analíticas que dão sustentação ou verificação sincrónica às hipóteses interpretativas, nem dispensa o substrato propulsor e o quadro integrativo da diacronia mais pertinente (entendida a história literária com quadro de inteligibilidade do devir dos valores estético-literários e como fundo de potencial hermenêutico).

Sendo Miguel Real estudioso maior da ficção narrativa dos finais do século XX e dos inícios do século XXI, bom cartógrafo das suas derivas e dos seus territórios, caracterizador pioneiro das suas faces e fronteiras (na presença continuada em periódicos e em livros como *Geração de 90: Romance e Sociedade no Portugal Contemporâneo*, em 2001, e *O Romance Português Contemporâneo*, em 2012), devemos antever na sua poligrafia um criador romanesco decerto mais potenciado do que nenhum outro dos nossos dias pelas várias tendências que entretanto analisou na panóplia dos “realismos” contemporâneos – realismo urbano, realismo urbano integral, realismo perspectivístico e intergenológico, realismo estético ... – e no seu cruzamento com as sucessivas levas de romance histórico e com as inesgotáveis ofertas da intertextualidade, das intersemioses artísticas, da escrita do eu e da auto-ficção.

Naturalmente, é mais do que admissível, sem pretensões de psicocrítica, que a familiaridade inteligente com essa multímoda produção literária que lhe é contemporânea não se veja rasurada da cultura propiciatória em que se abeberam engenho e arte quando Miguel Real investe, também ele, na condição de criador de ficcionalidade artística e cultiva modos e géneros literários constantemente observados através da relação crítica com obras de outros autores, antes condicione decerto, com maior ou menor grau de intencionalidade consciencializada, a eleição e a realização das suas pessoais opções ideotemáticas e estilístico-formais. Por isso, as obras ficcionais de Miguel Real, mormente os seus romances históricos, que são também narrativas de atmosfera e de sugestão simbólica, vêm beneficiando desse capital de discernimento que os preserva da trivialização proliferante.

Além disso, estão por sondar os assomos de poética, em causa própria, que se podem induzir das crónicas de crítica literária de Miguel Real e que poderão constituir-se em outras tantas instruções de leitura da sua própria ficção narrativa e dramática. Analogamente, o vasto domínio de leituras, que o exercício qualificado da crítica literária exige a Miguel Real, potencia outro factor da sua criação artística – a intertextualidade, que, sendo de todos os tempos e segundo as motivações, os pressupostos estéticos e os objectivos de cada



estilo epocal, sem dúvida se acentuou no paragramatismo da modernidade pós-baudelairiana e, diferentemente, no jogo de reenvios e no culturalismo lúdico da pós-modernidade.

Para lá desse rico campo de sugestões intertextuais, os relacionamentos genéticos alargam-se de quando em vez na obra criativa de Miguel Real à reconfiguração da personalidade empírica dos autores por ele lidos e por ele depois transformados em personagens da sua própria ficção romanesca. Nesse meridiano, Miguel Real aprimora-se num tipo de inspiração temática e numa maneira compositiva superlativamente consagrada por Mário Cláudio, que não se restringe à tradicional biografia romaneada, antes se distingue pela cota de ficcionalização sobreposta; e esta, por seu turno, consuma-se na intersecção não só com os trabalhos e os dias da ficção do próprio protagonista, enquanto pregresso escritor agora recriado em personagem, mas também com ressaltos do mundo verbo-simbólico gerado no seu labor de escrita. Exemplo soberano dessa modalidade narrativa oferece-o Miguel Real logo em 2000 com o romance *A Visão de Túndalo por Eça de Queirós*, em torno da suposta revelação de um manuscrito inédito do autor das *Vidas de Santos*.

Importa, todavia, ter presente que, a montante de todas essas aporções de cultura traduzidas em ocorrências de intertextualidade hetero-autoral e homo-autoral, o potencial do escritor Miguel Real decorre de dotes de criação especificamente estético-literários. Se tal se manifesta, não por acaso, naquele romance de interlocução queirosiana, não menos se infere da maleabilidade inerente à criação dramaturgica em parceria autoral – quer na dramaturgia com Filomena Oliveira (*Os Patriotas*, 2002; *Uma Família Portuguesa*, 2008; *Europa, Europa*, 2016, etc.), quer na novela com Manuel da Silva Ramos (*O Deputado da Nação*, 2016).

Todavia, creio que nesse domínio não se tem atendido cabalmente ao significado da estreia literária do nosso autor e da boa herança, aparentemente suspensa, mas, porventura, sub-repticiamente germinante, que nessa estreia – com um título tão alistado na linhagem pós-pessoana do *detachment* irónico e da correspondente escrita alternativa: *O Outro e o Mesmo* (1980) – Luís Martins lega ao alterónimo Miguel Real ... sem o ritual de sacrifício expiatório e propiciatório de *A Terceira Voz* mediante o qual outro Miguel (Torga) recebera o testemunho e ocupara o lugar de Adolfo Rocha.

No intuito desconcertante dessa primícia de Luís Martins, caldeada na voga metaliterária e experimentalista que a ficção narrativa desde os anos 60



conhecia na literatura portuguesa novecentista, e levada até à vertigem desconstrutivista e à “interrogação nas entrelinhas do que é dito”, latejava a revelação auspiciosa de uma consciência técnico-compositiva e das suas implicações semântico-pragmáticas que haveria de desdobrar-se na obra alteronímica, ainda hoje *in progress*, de Miguel Real.

Melhor atestação deste pressuposto não haverá que a extraordinária construção global de *O Último Minuto na Vida de S.* (2007), num processo de monólogo interior com extensão insólita e tão habilmente subsumido na apelativa peripécia da sua analepse que o leitor quase se esquece desse lance de mestria formal.

### Nota Biobibliográfica

Doutor pelas Universidades de Poitiers (Doctorat du Troisième Cycle, 1983) e de Coimbra (2000), Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e da Universidade Católica Portuguesa, investiga e lecciona nas áreas de Teoria Literária e Literatura Portuguesa Moderna, de Estudos Camonianos e Estudos Pessoaanos. Coordenador científico do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos e director da Casa da Escrita (Coimbra); membro do Conselho Geral da Universidade de Coimbra; foi Vice-Presidente da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa; membro do painel de avaliadores da F.C.T. para as candidaturas a bolsas de investigação para doutoramento e pós-doutoramento, consultor de vários projectos de investigação de Centros da F.C.T. Coordenador executivo do protocolo entre a Universidade de Coimbra e a Universidade Católica Portuguesa, membro eleito do Conselho Científico da Faculdade de Letras de Coimbra e da Comissão Científica do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da FLUC., membro da Comissão de Comemorações do Centenário da FLUC, etc. É membro da Comissão Científica de várias revistas de Estudos Literários (Pessoa Plural, Revisões, Brotéria, Mathesis, Estudos Aquilínianos, etc.). Membro do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, do Conselho Executivo da Fundação Inês de Castro, do Conselho Editorial do grupo Babel, do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira. Preside do Conselho Coordenador da Rota dos Escritores do Século XX da Região Centro; dirigiu o C.A.D.C. (Centro Académico de Democracia Cristã, de Coimbra) e dirige ainda a sua revista Estudos. Foi membro da Comissão para o Estudo da Condição do Professor em Portugal, do Conselho de Acompanhamento da Reforma Curricular e da 7.ª Comissão de Avaliação do Ensino Superior Privado, bem como do Conselho Cultural de Coimbra Capital Nacional da Cultura-2003. Integrou a Comitativa Cultural do Presidente da República na visita oficial ao Brasil em 2008. Preside ao júri

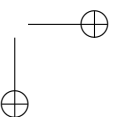
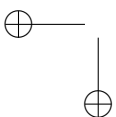


do Prémio Inês de Castro; tem integrado os júris dos principais prémios literários de Portugal e da CPLP, nomeadamente do Prémio Camões, do Grande Prémio Leya, do Grande Prémio da Poesia, do Grande Prémio do Romance e da Novela, do Grande Prémio do Conto e do Grande Prémio de Ensaio da Associação Portuguesa de Escritores, do Grande Prémio Millennium/ Círculo de Leitores, do Prémio Vergílio Ferreira, do Prémio Eduardo Lourenço, do Prémio Trindade Coelho, do Prémio Afonso Duarte, do Prémio António Feijó, do Prémio Vítor Matos e Sá, etc. Obras principais: *Decadentismo e Simbolismo na Poesia Portuguesa* (Coimbra, CER, 1975); *Do Fim-de-Século ao Tempo de Orfeu* (Coimbra, Almedina, 1979); *Autour de la Thématique Politique et de L'Engagement dans la Littérature Portugaise* (Paris, Gullbenkian, 1982); *L'Action Littéraire et l'Oeuvre Poétique de João de Barros* (Poitiers, 1983); *Neo-Romantismo na Poesia Portuguesa* (Coimbra, 1999); vol. VII da *História Crítica da Literatura Portuguesa: Do Fim-De-Século ao Modernismo* (Lisboa, Editorial Verbo, 1995); *António Nobre: Projecto e Destino* (Porto, Edições Caixotim, 2000); *O Essencial sobre António Nobre* (Lisboa, I.N.-C.M., 2001); «Decadence and fin-de-siècle literature in Portugal», in *A Revisionary History of Portuguese Literature* (New York/London, Garland Publishing, 1999); vol. VI – *Do Simbolismo ao Modernismo – da História da Literatura Portuguesa* (Lisboa, Alfa, 2002); colecção de sínteses biobibliográficas *Para Conhecer...* sobre Afonso Lopes Vieira, Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, Carlos de Oliveira, Fernando Namora, Vergílio Ferreira e Eugénio de Andrade (Coimbra, CCRDC, 2003); *Meio Século de Literatura Portuguesa - 1880-1930* (Lisboa, Instituto Camões/ e-learning, 2009); *O tempo republicano da literatura portuguesa* (Lisboa, 2010), *Aquilino – a escrita vital* (Lisboa, 2014), *O Delta Literário de Macau* (2015). Tem também publicado estudos monográficos, edições críticas ou para – críticas de Obras (de Gomes Leal, Raul Brandão, Alberto d'Oliveira, Manuel Laranjeira, Trindade Coelho, Florbela Espanca, etc.), estudos introdutórios a obras de vários autores (v.g. Mário Beirão, Américo Durão, Alberto Osório de Castro, Augusto Casimiro, José Valle de Figueiredo, Vitorino Nemésio, Gomes Leal, Camilo Pessanha e Augusto Gil) e muitos ensaios críticos, sobretudo na área da literatura portuguesa finissecular, neo-romântica e modernista. Tem ainda regido seminários, proferido conferências e apresentado numerosas comunicações em reuniões científicas em Portugal e no estrangeiro (v.g. na Universidade de Santa Barbara/Califórnia; nas Universidades brasileiras do Rio de Janeiro e de São Paulo, de Salvador da Bahia e de Porto Alegre, de João Pessoa e de São Luís do Maranhão; nas Universidades alemãs de Hamburg e Freiburg, de Göttingen, Kiel e Marburg; nas Universidades francesas de Paris-Sorbonne e de Poitiers, de Rennes e de Bordeaux; na Universidade Complutense de Madrid e na Universidade de Salamanca; nas Universidades italianas de Bergamo, Bari e Roma; no King's College de Londres e na Universidade de Leeds, etc.). Tem colaborado abundantemente em enciclopédias e dicionários literários (Verbo, Polis, Biblos, etc.), bem como no jornalismo cultural (Diário de Notícias,



Miguel Real – o Outro e o Mesmo (Proposições Primeiras sobre uma Singular Poligrafia)311

de Lisboa, O Primeiro de Janeiro, do Porto, Estado de São Paulo, do Brasil, Jornal de Letras, Artes e Ideias/JL, de Lisboa, O Tripeiro, do Porto, etc.), em revistas especializadas (Colóquio/Letras, Revista Brasileira de Língua e Literatura Portuguesa, Prelo, Nova Renascença, Humanitas, Mathésis, Ave Azul, etc.) e em revistas de cultura (Brotéria, Estudos, Via Latina, Rua Larga, etc.). Com sua mulher, presidiu ao CPM Portugal e à Fédération Internationale des Centres de Préparation au Mariage. É Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra.







### 2.1.17. *A Morte de Portugal* e o *Último Europeu* de Miguel Real: do Ensaio Escatológico à Ficção Utópica<sup>1</sup>



**José Eduardo REIS**

Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)  
Instituto de Literatura Comparada da Faculdade de Letras do Porto (ILC)

A proposta ensaística de Miguel Real de pensar na sua obra *A Morte de Portugal* (2008) o excuro da narrativa identitária da nação portuguesa oferece-nos uma original reflexão, fundamentada num vasto conhecimento da história cultural do nosso país, sobre a sua ontogenia simbólica, isto é, sobre as origens e transformação, mas também sobre a extinção, de modos recorrentes de auto representação da consciência colectiva da comunidade transhistórica que tem conhecido, comunicado, pensado e agido em língua portuguesa. O sentido apocalíptico do título não postula, todavia, uma certidão de óbito à soberania política de Portugal, antes aponta para a iminente cessação dos “complexos mentais” que, segundo o autor, modularam a sua concepção ao longo dos seus 800 anos de existência. Um dos traços fortes da originalidade deste ensaio decorre de a elaboração teórica do tema nele enunciado se filiar em autores nacionais cuja obra e pensamento são representativos de correntes doutrinárias e posições filosóficas antinómicas, definidoras de uma dualidade recorrente e estruturante na cultura intelectual portuguesa.

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 313-325.



Um pouco à maneira de um quadro célebre do pintor holandês M.C. Esher em que se representam duas mãos que se desenham mutuamente, estas discretas e pertinentes formulações contraditórias sobre o nosso destino colectivo são utilizadas por Miguel Real como os operadores da análise que propõe para a compreensão desse mesmo destino. A ordenação temática que imprime ao seu ensaio é então feita a partir da intersecção daquela dualidade estruturante, como se nele inscrevesse o dinamismo dramático que define a polaridade do nosso sistema cultural. O abrangente espectro de referências que o autor explicita vão desde a reflexão tardo-romântica sobre os fundamentos étnicos do nosso povo proposta por Teixeira de Pascoaes (*Arte de Ser Português*), às incisões do criticismo racional pós-moderno de José Gil (*O Medo de Existir*), passando pelas empolgantes visões místico-libertárias sobre o sentido providencial da nação portuguesa de Agostinho da Silva (*Educação de Portugal*), à sua iconoclasta desconstrução empreendido por Eduardo Lourenço (*Labirinto da Saudade*) – o escrutinador dos impasses e miragens recorrentes da nossa condição mental euro-atlântica – ou ainda pelo enfoque do pensamento sociológico crítico de coloração marxizante de Boaventura Sousa Santos (*Pela mão de Alice*), bem como as interrogações e as propostas derivadas de uma antropologia de matriz cristã do Padre Manuel Antunes (*Repensar Portugal*) e de Guilherme d’Oliveira Martins (*Identidade e Diferença*), respectivamente. Esta assimilação de teses contraditórias como fundamentos subtextuais deste ensaio em que Miguel Real procura pensar o “princípio do fim” e o “fim do princípio” da identidade cultural portuguesa surge subtilmente enunciada no paratexto incluído no final da obra, a primeira parte de a “Chuva Oblíqua”, de Fernando Pessoa. Exemplo maior da estética interseccionista pessoana, inicia-se este poema com o verso “Atravessa esta paisagem o meu sonho dum porto infinito”. Na versão reproduzida, o valor semântico do termo ‘paisagem’ é, porém, explicitamente equiparado ao significado de ‘livro’, o qual surge inserido entre parêntesis a seguir a ‘paisagem’, de maneira a orientar o sentido da leitura do verso e do poema que operam como uma espécie de escólio ao conteúdo interseccionista do ensaio. Torna-se então claro que a inserção no final da obra do poema “Chuva Oblíqua” cumpre uma função metatextual, de alusão poético-simbólica à própria estratégia de composição de *A Morte de Portugal*, exercício hermenêutico que não só “intersecciona” fontes doutrinárias contrárias na análise psicossocial e historicamente fundamentada que empreende da cultura portuguesa, como também parece “interseccionar”





o processo de conhecimento desse exercício com o do auto-conhecimento do próprio sujeito-autor que procede à sua exposição. De algum modo, e parafraseando Camões, podíamos dizer a propósito do ensaio *A Morte de Portugal* que o ensaísta se torna na coisa ensaiada.

A estruturação do argumento segue uma ordem, podíamos dizer, expansiva, iniciando-se, utilizando agora os termos que definem a estrutura de composição da forma musical do *Requiem* ou ofício para os mortos, com um *Introtitus*. Este, em vez de postular uma súplica ao divino para conceder repouso eterno aos defuntos, começa por desenhar “os quatro complexos culturais por que Portugal se foi concebendo ao longo de 800 anos de História”<sup>2</sup>, para seguidamente proferir uma verdadeira impreciação contra uma asfixiante ordem de valores tecnicistas, conduzida pelo primado do económico e privada de uma axiologia humanista e reverberante da matriz cristã da civilização a que pertencemos. É assim que:

o ecrã da televisão permanentemente habitado por um alto grau de violência ou de imbecilidade, fazendo pé de chinelos da inteligência; o privilégio concedido a tudo o que se relaciona com a economia, sacralizando o orçamento de Estado em denegrimiento do bem-estar das populações; [...] a progressiva e aceleradíssima informatização electrónica da sociedade por via de uma ideologia sem rosto nem personalidade, assente exclusivamente no controlo e na segurança; a funda queda demográfica anunciada para meados deste século, provam a existência de uma profundíssima descristianização de Portugal, de efeitos absolutamente imprevisíveis na criação de uma sociedade futura desprovida de éticas espirituais assentes em valores humanistas, porventura obediente a um totalitarismo tecnocrático e informático, no qual os portugueses e os europeus abdicarão da sua liberdade em nome da segurança e da abastança<sup>3</sup>.

A este diagnóstico escuro da situação conjuntural do nosso país e que, sem tibiezas, é dirigido à conduta “sem sublimidade” dos “burocratas”<sup>4</sup> e dos sectores oligárquicos responsáveis pela sua governação, mas também à incultura, ao desleixo, à avidez, ao oportunismo, ao provincianismo, à ostentação,

<sup>2</sup>REAL, Miguel, *A Morte de Portugal*, Porto, Campo de Letras, 2007, p. 12.

<sup>3</sup>*Idem, ibidem*, p. 18.

<sup>4</sup>*Idem, ibidem*, p. 21.



ao individualismo incivil que grassam numa população que tende a alienar-se, embevecida por uma mirífica Europa a que chegou, tardia e inoportunamente, quando esta já dava sinais de num tremor civilizacional; a esta quase angustiada exautoração contra um Portugal sem “o sentido individual e colectivo da Transcendência, [sem] a educação para a partilha e [sem] a espiritualidade”<sup>5</sup>, exibindo-se de modo “desregrado, cheirando alarvemente a dinheiro, os ricos por o terem, os pobres por o desejarem, todos por nas [novas] ‘Índias’ o espreitarem”<sup>6</sup>; a este desencantado cenário do estado da arte de malversar à portuguesa, faz antepor Miguel Real no *Introitus* ao seu *Requiem* por Portugal uma proposta de categorização dos complexos de atitudes que dominaram a história do nosso país até à década de 60 do século XX, e que, a seu ver, estão em vias de soçobrar diante da avassaladora e incontente uniformização tecno-burocrática e anti-humanista que define o modelo de aculturação em curso. São então quatro os complexos que, segundo Miguel Real, se formaram a partir da narração mítico-históriográfica da ideia de Portugal, tal como esta foi sendo figurada, desde a segunda metade do século XVI até 1980, data de pré-adesão à CEE. Três desses complexos são denominadas por via de uma derivação onomástica relativa a personalidades históricas com discretos traços de carácter vinculados a distintos legados simbólicos (viriatino, vieirino, pombalino), sendo que o quarto (canibalista) se reporta a uma atitude comum reproduzida ao longo dos últimos quatrocentos anos. Apesar de a sua respectiva quádrupla genealogia estar originalmente associada a definidos contextos temporais, o que caracteriza a lógica de manifestação ou o mecanismo operatório destes complexos, e aqui reside um dos aspectos originais da taxonomia e da abordagem psicocultural, digamos assim, proposta por Miguel Real, é a trans-historicidade ou recursividade com que podem ser aplicados na explicitação de eventos ou situações paradigmáticas da nossa História. Assim, e sequencialmente, o complexo “viriatino”, tomando como referência a mitificação “concebida por Sá de Miranda e Camões, prolongada heroicamente por Frei Bernardo de Brito e Brás Garcia Mascarenhas”<sup>7</sup> do herói corajoso, virtuoso e impoluto Viriato, é consistente com a ideia da “origem exemplar” da nação portuguesa, cujo destino é discernido no século XVI à luz do seu protagonismo como nação descobridora e missionária. A este complexo segue-se,

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, p. 26.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 28.

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*, p. 12.

segundo Miguel Real o da nação superior, o “vieirino”, que teve a sua génese como reacção contra a súbita perda da independência nacional nos finais do século XVI, quando ainda no início desse mesmo século a monarquia portuguesa tinha adquirido a legitimidade, sacralizada pelo selo papal apostado ao Tratado de Tordesilhas, de governar, literalmente, meio mundo. A formação deste complexo teve como figura tutelar o Padre António Vieira que, entre outros pregadores do século XVII, “resgatando o providencialismo de Ourique e o milenarismo de Bandarra”<sup>8</sup>, promete a inauguração de uma idade de ouro cristianizada para uma humanidade governada sob os auspícios do monarca português, em colaboração com o representante na Terra do monarca do Céu. Complexo de grandeza nacional, sucessivamente revisitado, com as necessárias adaptações doutrinárias, para dar corpo, por exemplo, à ideia poética de Pessoa ou à tese pedagógica de Agostinho da Silva de incitação à transcendência colectiva nacional em vista à plena realização cultural e espiritual da humanidade. O terceiro complexo cultural português inventariado por Miguel Real de sentido dramaticamente oposto ao “vieirino”, é o que nos devolve a imagem da nação inferior e cujo processo de constituição se dá “no final do século XVIII, após 250 anos de domínio exclusivo da Igreja Católica na formação da mentalidade colectiva portuguesa”<sup>9</sup>. A sua emergência derivou da constatação pelos intelectuais iluministas portugueses, a maioria deles emigrados no estrangeiro, da situação de trevas em que o país estava mergulhado nos planos cultural e material. O Marquês de Pombal, neste contexto sócio-económico e cultural do país, confrangedoramente bloqueado por atavismos denunciadores de uma irredimível decadência civilizacional, é quem protagoniza a tentativa política de transformar todos os sectores da sociedade portuguesa, de reformar a mentalidade da população e, sobretudo, das suas elites, “insuflando-lhes um banho de Europa”<sup>10</sup>, com o objectivo ideológico de as elevar a parâmetros de exigência e de responsabilidade cívica adequadas ao seu estatuto social. O complexo “pombalino” configura, pois, segundo Miguel Real, o sentimento de inferioridade nacional perante os padrões culturais e materiais europeus. A sua sintomática manifestação revela-se, desde a revolução liberal, em todos os sobressaltos e programas de modernização, o mais das vezes com efeitos pouco duradouros e nada consistentes na alteração pro-

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 13.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 14.

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*, p. 14.

funda dos padrões de comportamento responsáveis pelos impasses estruturais do país.

Derivado de uma real incapacidade de reconhecer o direito à diferença, e estribado em olhares segregadores e policiais diante da alteridade assumida ou simplesmente reconhecida como uma afirmação divergente da norma ou da ortodoxia dominante, o complexo “canibalista” é o que, segundo o autor, se tem manifestado com maior intensidade e frequência nos últimos quinhentos anos. Miguel Real não se poupa à enumeração das situações, das instituições, dos movimentos ideológicos, das atitudes envolvidas na sua permanente e reiterada aplicação, sendo que, o âmbito de verificação deste complexo define uma atmosfera de “culturofagia”.

O desenvolvimento dos três subseqüentes capítulos do ensaio ou, para manter a afinidade com a terminologia musical a que recorreremos, dos três andamentos derivados deste *Introitus* do *Requiem* pela morte de Portugal, são uma demonstração expandida da operacionalidade deste dispositivo hermenêutico, apoiado num extenso e profundo conhecimento que Miguel Real possui e criativamente exhibe da história da cultura e do pensamento português. Mas, ao mesmo tempo que o valor de explicação desse quádruplo complexo se exauriu – e daí o sentido do título do ensaio – e já não pode ser validamente aplicado a um Portugal cujo estado cultural contemporâneo está, nas palavras do autor, “moribundo, submerso pela avalanche de costumes liberais europeus e americanos, totalmente descristianizados e desumanizados”<sup>11</sup>, a verdade é que é a esse mesmo dispositivo hermenêutico que o autor recorre para elaborar o seu argumento. A atitude “viriatina” e “vieirina”, por exemplo, parecem aflorar no tom de invectivação da passagem supra-citada. E aqui seria interessante considerar até que ponto o diagnóstico de Miguel Real activa, de modo mitigado e com diferentes matizes é certo, a pregnância dos complexos que inventaria.

Numa obra clássica de meados da década de 50 do século passado, *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, o seu autor, o antropólogo Jorge Dias, refere que um dos traços definidores do carácter dos portugueses é o “ostinatismo”, palavra do domínio da estética musical que, segundo Pedro Calafate, enuncia “uma característica das composições musicais que acentuam a dimensão paradoxal do «movimento parado», «um movimento estático», e

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 17.

que, segundo alguns autores, pode se considerar como uma das características da música erudita portuguesa<sup>12</sup>. O ostinatismo é ilustrado por Jorge Dias como o movimento das «ondas a rolar os seixos da praia», isto é, como uma cadência regular em que andamento e imobilidade se conjugam para definir uma dinâmica muito particular do ritmo da vida. Os quatro complexos identificados por Miguel Real são, talvez, uma ilustração dessa dinâmica que tem modulado a singular história psicocultural do nosso país. Uma vez composto e terminado o *Requiem* pela sua longa vida, resta saber que música ainda por ouvir lhe sucederá.

Mas se o ensaio *A Morte de Portugal* se detém a fazer um diagnóstico de teor escatológico da cultura nacional, nele sobressaindo o vezo exegetico e problematizante da atividade intelectual de Miguel Real, o romance *O Último Europeu* dá expressão ao seu talento de efabulação romanesca, neste caso tematizando uma visão apocalíptica da civilização europeia. Num registo alegórico adequado às estratégias narrativas que Miguel Real acolheu neste seu romance, e nas quais se descortinam traços e processos imagéticos e retóricos formalmente devedores de um género literário quase inexistente na tradição literária portuguesa, o da utopia, com os seus sucedâneos e avatares da distopia e da ficção científica, começa-se por se falar na biblioteca e no livro como objeto e espaço extintos, como marcas de um tempo remoto em relação ao tempo em que se situa a acção, o ano da era comum de 2284. Alcançado, cem anos antes, em 2184, um nível de evolução tecnológica que dispensava o recurso àqueles suportes e dispositivos de comunicação, ordenação e socialização do saber científico e humanístico, os “Cidadãos Dourados da Nova Europa” teriam passado a processar o seu pensamento e a sua escrita por via exclusivamente mental, porém mediados e controlados pela intervenção do “Grande Cérebro Electrónico”. Para esse fim, ter-se-ia operado uma transformação biogenética nos humanos “novi europeus”, uma modelização eugénica do seu ADN e uma reorganização da sua estrutura encefálica pela geração de uma nova componente cerebral, o “hipercórtex”, com a função de assegurar a preservação de uma ordem social perfeita e harmoniosa. Dando forma literária à utopia de um estágio de desenvolvimento humano pautado por princípios superiores e benignos de socialização ideal, este romance de Miguel

<sup>12</sup>CALAFATE, Pedro, *Portugal Como Problema. Século XX. Os Dramas da Alternativa*, Lisboa, Fundação Luso-Americana e Público, 2006, p. 362.

Real é assim construído por recurso à alegoria de uma “Grande Ordem Futura Ideal” a partir de referências, marcas, indícios e possibilidades daquela que é a nossa contemporânea e histórica (de)sordem global. Na história do romance, essa “Nova Europa”, narrada por um “reitor”, uma vez ameaçada por inimigos externos, será vencida pela prevalência dos impulsos do cérebro “mamífero e reptilino” da natureza humana bárbara, que é a nossa, privada do “hipercórtex”, porém relativamente autónoma no seu campo de acção, livre das interferências e do comando de uma inteligência artificial moduladora da subjectividade individual. A alegorização de possibilidades sonhadas, desejadas, temidas do *Último Europeu* não é porém concebida maniqueística ou dualisticamente segundo um programa narrativo intencionalmente orientado para a ficcionalização de um conflito metafísico entre as categorias do bem e do mal. É, antes, uma alegorização fluida, líquida – para utilizarmos a expressão de Zygmunt Bauman para caracterizar a nossa modernidade contemporânea – em que até mesmo a ordem superior e ideal da “Nova Europa” surge matizada pela possibilidade de nela se ver representada um distópico mundo novo, destituído – porque condicionado, corrigido e manietado – do exercício fundador da nossa irredutível e frágil condição que nos define como seres humanos, o da liberdade de escolha conscientemente prosseguida.

A construção deste romance, o seu aparato retórico, são assim tributários de uma configuração genológica formalmente instituída por Thomas More nos alvares do renascimento humanista europeu, razão pela qual a evocação da sociedade ideal que nele se representa a situa numa “Europa Humanista, racional, bela, justa, abastada, igualitária, comunitária, onde todos os cidadãos eram felizes e a liberdade absoluta”<sup>13</sup>. Diferentemente, porém, de um outro raro texto pertencente a esta tradição literária escrito em língua portuguesa, *Utopia III*, de Pina Martins, e publicado no fim do século XX, *O Último Europeu* não segue uma estratégia romanescas de reenvios intertextuais e revisitações dialógicas do texto moreano<sup>14</sup>. Se bem que uma breve epígrafe ao romance homenageie o humanista inglês e evoque as cinco centúrias da publi-

<sup>13</sup>REAL, Miguel, *O Último Europeu*, Lisboa, D. Quixote, 2015, p. 18.

<sup>14</sup>O único reenvio explícito que funciona como uma homenagem ao criador do género literário da utopia ocorre a propósito do tópico relativo à organização familiar. Afirma o narrador que: “Os nossos Pais Fundadores inspiraram-se numa frase da *Utopia*, do reverendo e chanceler Thomas More: «Assim, a república utopiana forma como que uma única e mesma família.»” *Idem, ibidem*, p. 61.

cação da sua obra-prima, a aparente linhagem de *O Último Europeu*, indiciada pelo seu subtítulo, 2284 – a data em que decorre a parte final da sua ação –, aponta para um outro texto matriz, 1984, de George Orwell, que dialeticamente conforma e problematiza o género literário inventado por Tomas More. Subtítulo e epígrafe pré anunciam assim, de modo subtil e explícito, ou, se se quiser, intertextual e para textualmente, uma produtiva tensão de possibilidades genológicas, uma quase paradoxal coexistência de significados narrativos antitéticos, um jogo de virtualidades romanescas binárias, que fazem deste romance de Miguel Real um caso singular de reinvenção e reescrita dos códigos literários configuradores de duas formas textuais, a utopia e a distopia, com ressonante e variável expressão de intensidade vernacular na tradição literária do ocidente.

Mais importante do que classificar genologicamente *O Último Europeu* e subsumir a sua análise ao âmbito e funcionalidade dominantes de uma dessas duas formas textuais, cujas definições têm desafiado o rigor hermenêutico e o conhecimento bibliográfico de vários estudiosos da utopia<sup>15</sup>, é proceder a uma leitura que não só realce a originalidade e o engenho narrativo da sua composição, como também tome em linha de conta contributos pertinentes e recentes desenvolvidos no âmbito da teorização do utopismo literário. Esta leitura pode-se processar, quer por via da sua abertura ao posicionamento crítico da estética da recepção (ao realce dado ao papel ativo do leitor na determinação do sentido da narrativa utópica)<sup>16</sup>, quer pela sua convergência com as teses do novo historicismo (opostas às teses formalistas do *new criticism*) na relevância dada ao contexto, à circunscrição histórica, à génese conjunturalmente determinada da produção dos seus discretos avatares. Assim, se o juízo crítico do leitor é determinante para aferir a significação positiva ou negativa do objeto literário utópico, não menos o é a conjuntura temporal que configura a sua

<sup>15</sup>Cf. definições e conceptualizações clássicas, por exemplo de: SUVIN, Darko, “Defining the Literary Genre of Utopia: Some Historical Semantics. Some Genology, Some Proposal and a Plea”, in Jack I. Biles (ed.), *Studies in the Literary Imagination* 6.2., Atlanta, Georgia, Georgia State University, 1973, pp. 121-145; TROUSSON, Raymond, *Voyages aux Pays de Nulle Part*, Bruxelles, Éditions de L’Université de Bruxelles, 1979, p. 28; DAVIS, J.C., *Utopia and Ideal Society. A study of English Utopian Writing 1516-1700*, Cambridge, Cambridge UP, 1983, pp. 58-59; KUMAR, Krishan, *Utopia and Anti-Utopia in Modern Times*, Oxford, Blackwell, 1987, pp. 2-32.

<sup>16</sup>Cf. RUPPERT, Peter, *Reader in a Strange Land. The Activity of Reading Literary Utopias*, London, The University of Georgia Press, 1986, pp. 7-8.



estrutura temática. Prospetivo que é o romance de Miguel Real *O Último Europeu*, incorporando nessa estratégia traços constituintes da ficção científica, nele se divisa também o procedimento formal característico das utopias literárias de aludirem, com ironia ou despeito, a um tempo histórico discernível ao leitor contemporâneo da sua composição, por esse lance crítico evidenciando as insuficiências, as contradições, as injustiças desse mesmo tempo.

A ressonância intertextual do numeral 84, pela frequência com que ocorre e pela função referencial e ordenadora da cronologia estabelecida na “Crónica” elaborada pelo reitor, opera, no entanto, ambivalentemente quanto ao significado, positivo e negativo, dos eventos que lhe estão associados. Essa ambivalência de sentidos é um indício da própria ambivalência da estrutura romanesca de *O Último Europeu* e da sua dual inscrição genológica, oscilante entre a utopia e a distopia.

A criativa originalidade do romance de Miguel Real resulta, assim, não só da imbricada tessitura que narrativamente constrói com níveis (fios) diegéticos que cumprem funções diferentes, de crónica histórica e de diário pessoal, mas também, e sobretudo, do jogo problematizante que faz com as categorias genológicas da utopia e da distopia por forma a deixar ao leitor a tarefa hermenêutica de as convocar como instâncias reguladoras da sua livre interpretação.

O dispositivo retórico concebido por Miguel Real para projetar neste seu romance a mentalidade, a propensão ou o impulso utópico – indissociável, diga-se, dos fundamentos do pensamento ocidental e da sua quádrupla raiz do princípio da razão ideal greco-latina e judaico-cristã – reproduz genologicamente o esquema clássico da crítica à desordem do tempo histórico do mundo seu contemporâneo – narrativamente representada pela crónica dos factos tenebrosos ocorridos até à fundação da “Nova Europa”. Afasta-se, porém, desse dispositivo, ao permitir ao leitor a liberdade de interpretar a futurista ordem novi europeia quer como uma utopia, que se revela em profundidade distópica, quer como uma distopia, que se revela à superfície como utópica, isto é de a interpretar como o efeito de um duplo desenho que, entrelaçando os seus opostos, encerra em cada uma das suas dominantes configurações, à maneira do símbolo taoista do yin e do yang, o gérmen do seu contrário.

Convergindo na sua criativa modelização com a sofisticada teorização contemporânea do utopismo literário, nomeadamente com os contributos da-





dos por autores como Raffaella Baccolini<sup>17</sup> e Tom Moylan<sup>18</sup> para a compreensão da viragem crítica distópica (*dystopian turn*) deste paradigma textual, ocorrida com particular ênfase nos finais do século XX, *O Último Europeu* não só dilui, relativiza, problematiza, reinventa, como chega mesmo a restaurar o modelo crítico de uma comunidade ideal, tal como esta é categorizada na proposta taxinómica por um outro estudioso do utopismo, Lyman Tower Sargent.<sup>19</sup>

Esta imperfeita comunidade utópica é a que será edificada pelos sessenta “Cidadãos Dourados”, escolhidos pelo “Conselho dos Pantocratas” com a missão de perpetuarem num território protegido, a ilha do Pico, nos Açores, e, liderados pelo narrador/reitor, qual novo Utopus legislador, os princípios éticos consignados na “Grande Ordenação” da “Nova Europa”. Assim, se a primeira parte do romance se ocupa, no intricado da sua diegese, a descrever uma utopia distópica, a segunda e alguns capítulos da terceira, dando continuidade à narração diarística do reitor, integram a descrição de uma utopia crítica, a “Novíssima Europa”.

O romance de Miguel Real, não aderindo a um receituário teórico, resgata a ideia da utopia crítica como sucedânea da “desfocada” utopia distópica. A evolução dos conflitos narrados na primeira parte da intriga tem como desfecho temporário a instauração de uma outra ordem social correspondente, na nossa leitura, ao segmento crítico ou núcleo utópico do romance. Este é evidenciado por um retorno a um estado de natureza cooperante, por uma transformação epistémica dos quadros de referência sociais dos novíssimos europeus que, protagonizando um novo êxodo, foram enviados em missão de sobrevivência pelo “Conselho dos Pantocratas” para a ilha quase deserta do Pico, nos Açores, apenas habitada por uma família, a de Jorge Tomás, o seu filho com o seu nome, e sua mulher, Joana. Entregues a si mesmo, deixaram, portanto, os 60 novíssimos europeus de poderem utilizar as possibilidades de

<sup>17</sup>BACCOLINI, Raffaella, “Breaking the Boundaries: Gender, Genre and Dystopia”, in Nadia Minerva (ed.), *Per una definizione dell’utopia. Metodologie e discipline a confront*, Ravenna, Longo, pp. 137-146.

<sup>18</sup>MOYLAN, Tom, *Scraps of Untainted Sky. Science Fiction, Utopia, Dystopia*, Boulder, Colorado, Westview Press, 2000, pp 147-182.

<sup>19</sup>SARGENT, Lyman Tower, “The Three Faces of Utopianism Revisited”, in Lyman Tower Sargent (ed.), *Utopian Studies 5.1.*, St. Louis, University of Missouri-St. Louis, 1994, pp. 1-38. SARGENT, Lyman Tower, *Utopianism. A very short introduction*, Oxford, Oxford University Press, 2010, pp. 10-32.

intelecção estimulada e condicionada pelo “hipercórtex” – nomeadamente a que providenciava a intercomunicação mental telepática mediante a linguagem informática *Universalis* – e de poderem contar com a defesa da “Bolha Hiperatómica de Protecção e Segurança” e o recurso ao “plastifex” – “uma substância duríssima e simultaneamente super-elástica, sólida e flexível que, regenerada, permanecia activa durante séculos”<sup>20</sup>. Escreve o narrador que em “pouco menos de um mês regredíramos, tínhamo-nos tornado apenas humanos”<sup>21</sup>, dando assim conta de uma metamorfose ontológica determinada pelos desafios colocados pelo auto reconhecimento das humanas limitações cognitivas e da vulnerável condição de ser dependente do mundo da natureza. Para o sucesso dessa operação de total renascimento antropológico, que passava pela recuperação da faculdade da fala e pelo sentido da identidade individual, os sessenta (20 homens e 40 mulheres) contaram, em parte, com a ajuda da família nativa Tomás.

Para concluir poder-se-ia então dizer que *O Último Europeu* joga criativamente com as categorias narrativas do utopismo literário. O desfecho deste romance – simultaneamente trágico, devido à extinção da comunidade da “Novíssima Europa” instaurada na ilha Pico, vítima de uma “Solução Final” traiçoeiramente infligida pelos militares americanos, mas também epicamente esperançoso, devido à subtil sugestão de um possível renascimento de uma humaníssima ordem utópica por efeito do conúbio entre a “menina”, primeira novíssima europeia nascida no Pico, e o primogénito de Jorge Tomás – consagra-o literariamente como um exemplo de uma obra aberta. Mas também como uma obra ousadamente original, não só pelo seu engenhoso desenvolvimento narrativo, mas, sobretudo, por ser um caso singular na cultura literária portuguesa pouco dada ao cultivo do modo narrativo da utopia. De certo modo, Miguel Real procurou em *O Último Europeu* operar um esforço de síntese e de compensação, experimentando os limites e as constricções deste género. Algo que, afinal, não surpreende numa produção literária e filosófica como a sua, que tende a pensar o ‘novo’ e a romancear o ‘último’ enquanto indícios de uma vigorosa vontade inquiridora e de um impulso existencial que tem algo da energia do descobridor, no sentido pleno do termo, de alguém que

<sup>20</sup>REAL, Miguel, *O Último Europeu*, Lisboa, D. Quixote, 2015, p. 124.

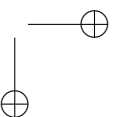
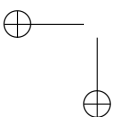
<sup>21</sup>*Idem, ibidem*, p. 139.



não se conforma com os limites acidentais da geografia que já conhece, e que distende o olhar para outros horizontes ainda não pensados e percorridos.

### **Nota Biobibliográfica**

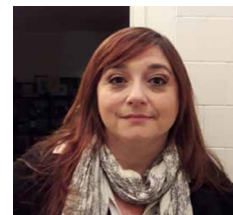
José Eduardo Reis é professor associado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro onde leciona na área dos estudos literários. É investigador integrado do Instituto de Literatura Comparada da Faculdade de Letras do Porto. Tem publicado regularmente na área de estudos literários comparados com particular incidência na temática do utopismo literário. É membro do corpo editorial das revistas académicas *Nova Águia*, *Cultura entre Culturas* e *Atlante*, colaborador regular da revista *Colóquio Letras* e membro do conselho consultivo internacional das *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*. Desde 2004 participa como tradutor convidado nos seminários de tradução *Poetas em Mateus*, promovidos pela Fundação Casa Mateus. Em 2011 lecionou como professor visitante no departamento de estudos românicos e germânicos na Universidade de Nova Delhi, Índia.







## 2.1.18. *A Guerra dos Mascates* de José de Alencar a Miguel Real – Quando a História Parece Escrita para ser Romance<sup>1</sup>



**Luísa Marinho Antunes PAOLINELLI**  
Universidade da Madeira, CLEPUL

À distância de cento e trinta e cinco anos, Miguel Real, lançando a sua “bandeira sentimental contra o malefício da história espelhada”<sup>2</sup>, retoma *A Guerra dos Mascates*, obra de José de Alencar, de 1870, que, a partir de acontecimentos que envolveram os moradores de Olinda e Recife entre 1710 e 1711, retrata em chave romanesca o Brasil colonial do início do século XVIII. Face ao esquadrinhamento dos historiadores que, “desconfiados, picuinhas do quotidiano, desmemoriados da esperança”<sup>3</sup>, colocam em causa o romance alencariano, com páginas de documentação e de verdade comprovada, Miguel Real defende a verdade da ficção, cuja única obrigação é responder à exigência de verosimilhança, e a sua capacidade de criar diferentes visões, iluminando zonas escuras do passado, e, por consequência, do presente, encontrando “um novo sentido para a história”<sup>4</sup>.

Pode parecer uma defesa estranha, quase dois séculos depois das obras de Walter Scott e das discussões genológicas sobre a legitimidade do romance

---

<sup>1</sup> Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup> REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, Lisboa, D. Quixote, 2011, p. 51.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 50.



histórico, quando alguns dos críticos exigiam deste tipo de ficção uma atitude historiográfica, de “história espionhada”, e que procuravam nos textos, como Franklin Távora ou Joaquim Nabuco fizeram com a obra de Alencar, as “falhas” históricas<sup>5</sup>. Miguel Real, no entanto, sente a necessidade de a fazer, não numa advertência ou prólogo, mas através de um esclarecimento na sétima parte do capítulo “O princípio é o caminho do fim”, intitulada precisamente “Esclarecimento do título deste romance”. Está o leitor a seguir Julião, imerso na cor temporal, pelas estradas de Olinda, com o olhar a admirar o Arressife, quando o narrador o prepara para o salto para o presente com “ou no Recife, como hoje dizemos”, começando, a partir desse momento, uma breve digressão sobre a obra de Alencar e o trabalho de alguns historiadores que confundem romance histórico com história, exigindo-lhe o rigor e o verdadeiro.

No fundo, oferece uma brevíssima arte poética do romance histórico, colocando, no interior do texto, como quem enxerta uma árvore de fruto, através da voz determinante do autor, o dispositivo de que vive o género: ontem e hoje, verdadeiro e verdade, dados objetivos e ficção. A presença de “eu, Miguel Real”<sup>6</sup> condiciona a narrativa e coloca o romance no lado do discurso de ficção, distinto do da “história”, porque este relaciona acontecimentos que ocorreram no passado, sem o narrador intervir pessoalmente na narrativa. O historiador nunca faz uso da primeira pessoa do singular, do “aqui” e “agora”, recorre ao pretérito, imperfeito ou mais-que-perfeito, excluindo o presente ou o futuro. Principalmente, comenta, enquanto o romancista narra.

Alexandre Herculano e José de Alencar, os dois grandes nomes do romance histórico de cá e de lá do Atlântico, a que Miguel Real faz referência, lembram o leitor da liberdade do romancista de olhar a História com esperança, aquela que os escritores encontram na alma dos homens que a viveram e não em “espionhados” números, datas, estatísticas.

Se, no século XIX, as respostas da teoria literária ainda pouco sólidas sobre ficção e romance histórico levaram a que o critério dominante na apreciação crítica do romance histórico fosse a presença do historiográfico, do documento e da objectividade, em detrimento do ficcional, da verosimilhança, da leitura imaginativa do documento e da criatividade, hoje há que relativizar as posi-

<sup>5</sup>Cf. PAOLINELLI, Luísa Marinho Antunes, *O Romance Histórico e José de Alencar – Contributo para o Estudo da Lusofonia*, Funchal, CEHA, 2009, pp. 340-341.

<sup>6</sup>REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 51.

ções tomadas pelos críticos e teóricos do tempo. Na realidade, a excessiva preocupação com a verdade histórica, apresentada pelos críticos de Alencar (mas também hoje com muitas das vozes autorizadas que menorizam o romance histórico), alicerçava-se na necessidade de legitimar a ficção através da sua correspondência com a realidade, o que levou os escritores a situações paradoxais como a da explicação da ficção e da certificação da verdade dos factos narrados através das notas de rodapé, por exemplo.

A ideia de que a ficção não deve ser explicada, porque é “discurso” e não “história”, e que a verosimilhança não necessita de comportar justificações, sendo tudo legítimo para a ficção a fim de se obter a verosimilhança que lhe é própria, só seria formulada em tempos modernos. Situação esta bem explicada pela teoria literária, em geral, e por Roland Barthes, em particular, quando estuda as formas de verosimilhança<sup>7</sup>.

O discurso ficcional apresenta liberdades interditas ao discurso histórico, como aponta Genette<sup>8</sup>: a presença de cenas pormenorizadas, a velocidade da narrativa, a existência de diálogos extensos, a recorrência a descrições detalhadas e fruto da atividade percetiva de uma personagem, o recurso à focalização interna pelo acesso à subjetividade das personagens e a presença de signos de indefinição temporal. Nada disso impede, como Miguel Real aponta no caso de Alencar, que se faça emergir da memória do passado “através da sua transparência, que não raro opaca é, um novo sentido para a história”<sup>9</sup>. Além disso, há momentos que estimulam o olhar dos romancistas, como o comprova o título significativo que Alencar escolhe para um dos capítulos de *Guerra dos Mascates*: “Um capítulo de história que parece ter sido escrito para o romance”<sup>10</sup>. A ideia é a de que a história real apresenta uma proximidade estreita com a história ficcional – com a vida a imitar a ficção e *vice-versa* e é nessa proximidade que reside a possibilidade do romance. Confirma-o as palavras com que abre o capítulo:

Por tal forma se travam os negócios da governança com os amores de Vidal Rabelo, que para melhor compreensão desta nossa crónica, vamos

<sup>7</sup>Cf. BARTHES, Roland, “L’effet du réel” in *Communications*, n.º 11, 1968, pp. 84-89.

<sup>8</sup>Cf. GENETTE, Gérard, *Fiction et Diction*, Paris, Éditions du Seuil, 1991.

<sup>9</sup>REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 50.

<sup>10</sup>ALENCAR, José de, *Guerra dos Mascates*, Porto, Lello & Irmão Editores, p. 147.

dar uma resenha do estado das coisas na capitania de Pernambuco pelo correr do ano de 1710<sup>11</sup>.

Deve também ser considerado que a história pode desempenhar diversos papéis no universo dos romances, atuando como presença ativa e definidora. Aliás, o problema fundamental que se coloca em relação ao estudo do romance histórico é o dos vários papéis que a história pode exercer na estrutura dos romances, ou seja, de que forma entra tematicamente na literatura, assumindo-se que pode ter diferentes significados em obras diversas, como afirma Harry Shaw<sup>12</sup>. Quer isto dizer que pode ser razão, motivo, origem, pretexto, matéria ou cenário, radicando-se, justamente, nos diferentes significados que toma a forma como o leitor recebe o romance e o entende.

Carlos Mata Iduraín<sup>13</sup>, em relação ao que se pode considerar vocação do material histórico dentro do romance, distingue cinco tipos de uso do material histórico: como carácter exemplar; como forma de “escapismo” e evasão para um outro lugar e tempo; como pano de fundo de aventuras ou idílios românticos, tendo o romancista o objectivo expresso de *delectare*; como reconstrução de grandes quadros históricos, por vezes com acentuado teor épico, destacando-se o valor histórico-arqueológico; como compromisso com determinados ideais políticos, podendo atuar como instrumento de luta ou como veículo do sentir nacionalista. A proposta de Harry Shaw, mais simples, pode ser, por isso mesmo, mais produtiva. Considerando três grandes tipos – a história como “écran” ideológico, como força dramática ou como sujeito da diegese –, o estudioso faz a diferença entre o uso da história como projeção, clarificação e solução do presente (“history as pastoral”), como fonte de energia dramática que dá vida a uma história ficcional (“history as a source of drama”) e, finalmente, como reflexão sobre eventos passados, constituindo, assim, uma visão e conceção da própria história. Falta, no entanto, um conceito de história, o ligado ao mito e à lenda, que, por exemplo, se encontra presente nos romances históricos das origens, como *Iracema* (1865), de José de Alencar.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>12</sup> Cf. SHAW, Harry, *The Forms of Historical Fiction – Sir Walter Scott and His Successors*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1985, p. 22.

<sup>13</sup> Cf. INDURAÍN, Carlos Mata, “Retrospectiva sobre la evolución de la novela histórica”, in: *La Novela Histórica – Teoría y Comentarios*, Kurt Spang, et alii, Pamplona, EUNSA – Ediciones Universidad de Navarra, S.A., (1995) 1998, pp. 13-63.



Ainda que considerar que a história parece ser um capítulo de romance, como escreve Alencar, ou declarar, como Miguel Real, que a sua obra abre o caminho ao “futuro da fantasia e da beleza”<sup>14</sup> possa indiciar a ideia do uso do passado como inspiração ou mera desculpa para a ficção, há que ter em conta que, à distância de cento e trinta e cinco anos, os dois autores se aproximam numa ironia que exige dos leitores avisados da *Guerra dos Mascates* de 1870 e do seu “renascimento romanceado”<sup>15</sup> de hoje um olhar mais profundo, pouco inocente. É por isso que Alencar abre com uma “Advertência Indispensável contra enredeiros e maldizentes” e Real esclarece o leitor que a sua obra se levanta contra os malefícios da história espiolhada e se coloca do lado da beleza e, por isso, do romance, confessando, além disso, que é de parte e que o sangue, como descendente de mascateiro, clama.

O início da guerra dos mascates que agitou Olinda e o Recife, conflito entre a velha aristocracia portuguesa já nascida no Brasil e os elementos mais recentemente chegados que se dedicavam ao comércio, verdadeira guerra de interesses entre os velhos colonos e os novos migrantes, faz parte de um passado comum a Portugal e ao Brasil. Quando Alencar escolhe esta época e não um episódio mais recente ligado de forma direta ao processo de independência do Brasil e à sua formação política como nação, no qual tinham mesmo estado envolvidas figuras dos seus antepassados, o romancista privilegia momentos mais longínquos de um passado que havia necessidade de esclarecer e de ver sob novas e diferentes perspectivas. Seguiu, no fundo, a lição de Alexandre Herculano que sugeria que os brasileiros abandonassem as ruínas medievais e procurassem no passado as raízes de si próprios.

Este passado comum, vivido no Brasil, constituía a raiz do hoje e a visão a deixar ao futuro, por isso, havia que encontrar nele o que permitisse a identificação do homem contemporâneo, revisitando a realidade legada pelos historiadores com o coração do romancista, habilidoso e competente para ver o que os comentários historiográficos não eram capazes de esquadriñar. Daí que se posicione ora como um narrador típico do romance histórico tradicional, de quem se espera credibilidade e verdade na recriação do passado ou, pelo menos, a ilusão dessa verdade histórica, ora como um narrador que se

<sup>14</sup>REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 52.

<sup>15</sup>*Ibidem*, p. 52.

afasta dessas preocupações, deixando ao leitor o inventar, como se o texto ficasse puramente a cargo da sua imaginação.

É o que se pode constatar a partir da “Advertência”. Prometendo ser fiel a um testemunho que retratava a verdade dos factos (“que o público aí fica munido do documento preciso para julgar da autenticidade desta verídica história.”, p.14), adota logo a seguir uma ironia romântica à Garrett. Se, por um lado, assegura não interferir, aparte “uns cozidos ou remendos de tipo moderno”, por outro lado, ergue-se omnisciente, inventor da história, situando-a no domínio do fantasioso, piscando um olho ao leitor<sup>16</sup>. Se este é avisado, desconfia necessariamente desta inocente “Advertência Indispensável”:

Não faltariam malignos que julgassem ter sido esta crónica inventada à feição dos tempos de agora, como quem enxerta borbulha nova em tronco seco, não quanto à trama de acção, que versa de amores, mas no tocante às coisas da governança da capitania.<sup>17</sup>

O *incipit* introduz o leitor no passado através de “A tarde do dia 1 de Outubro de 1710 não teve coisa de maior. Foi uma tarde como qualquer, em fazendo bom tempo.”, num mundo em o que parece pode não ser. Isto porque a normalidade, aparentemente descontraída, do “não teve coisa de maior” e de “Foi uma tarde como qualquer”, esconde a convocação do leitor para a analogia com a contemporaneidade, usando a sua experiência histórica pessoal para a transportar para o momento histórico de ontem. Imaginar o dia “à sua feição”, à feição do conhecimento que cada um tem dos dias, é colocar o início da história na “história – hoje” do leitor, soma de “histórias de ontem” da experiência pessoal de cada indivíduo. O momento é o “aqui” e “agora” do autor que não conta o que não sabe, porque o não diz a crónica, como se estivesse, de facto, a comportar-se como um historiador escrupuloso, e do leitor que fica encarregado de fazer a ponte para o passado através da sua contemporaneidade.

Dá-se, assim, ao presente a função de atualizar um passado a partir de um espaço e tempo determinados, o do “aqui” e “agora”. Desta forma, o autor cria uma distância móvel com os acontecimentos que vai narrar e com as

<sup>16</sup>Cf., a propósito da ironia romântica Maria de Lourdes Ferraz, *A Ironia Romântica – Estudo de um Processo Comunicativo*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

<sup>17</sup>ALENCAR, José de, *Guerra dos Mascates*, p. 14.

personagens que descreve e coloca em ação: aproximação e afastamento que lhe permitem ser satírico e crítico quando as circunstâncias o exigirem e que, acima de tudo, lhe dão a possibilidade de fazer um paralelo analógico entre o passado e o presente, visível nos tempos gramaticais usados que oscilam entre o passado (indicativo ou condicional) e imperfeito (os tempos narrativos de Weinrich, referentes ao mundo contado) e o presente (tempo comentador, do mundo comentado<sup>18</sup>).

Fica, desta forma, o tempo submetido ao tempo presente contingente, do qual se exibem traços, à urgência de um “agora” que estará presente ao longo do texto, imbuída que estará a História-passado da História-contemporânea, de forma implícita e explícita, apontando para uma História-futuro feita de uma aprendizagem e reflexão sobre História-passado/História-presente.

O que o leitor encontra no *incipit* da obra de Alencar não é precisamente a mais comum das opções, com o título do capítulo “A janelinha rebuçada do sótão da casa nova do Perereca” a lembrar um romance sentimental, preparando-se uma atmosfera romântica através de índices que criam um universo ligado ao despertar do amor (pela fresta da janela “se mostrou a medo a ponta arrebitada do mais lindo narizinho retorcido”), parecendo, assim, o *incipit* apontar para um uso da História como fonte de energia dramática que dará vida e será cenário de uma história ficcional de tipo amoroso e aventureiro.

O único indício de romance histórico encontra-se mais à frente em “não sei eu: que não o diz a crónica” como testemunho da fidelidade aos documentos e, por isso, à verdade histórica. Mas, as preocupações de historiador são traídas porque o que não sabe, “que não o diz a crónica”, deixa à imaginação do leitor, a quem compete “fantasiar”, aconselhando-o a assumir a posição de um leitor de história de carochinha – “Foi um dia...” – o “Era uma vez...” que abre a quem lê o mundo do fantástico, por isso, do não verdadeiro, do não histórico. Falsa liberdade, no entanto, esta a dada ao leitor a quem lhe tinha sido já dito que se estava na “tarde do dia 1 de Outubro”, obrigando-o desde o *incipit* a reelaborar continuamente o seu horizonte de expectativas da memória do género<sup>19</sup>.

<sup>18</sup>WEINRICH, Harald, *Le Temps – Le Récit et le Commentaire*, trad. de l’allemand par Michèle Lacoste, Paris, Éditions du Seuil (1964) 1989, p. 21.

<sup>19</sup>Na realidade, o primeiro sinal de identificação e de reconhecimento que garante a legibilidade de um texto literário é a memória do género, como salienta Marina Polacco, já que se lê

Através deste desconcerto sentido a partir do que deveria ser o início de um romance histórico, usando a ruptura com o cânone para criar um certo desconforto, o que o autor quer é que o leitor experimente o paralelismo entre situações, analise e conclua: o Recife não é, assim, só o lugar a ver, centro topográfico e histórico, mas o lugar “de onde” ver, “para” ver, ponto privilegiado de observação.

É no *explicit*, dominado por tempos narrativos, mas com um verdadeiro poder comentador, que se desfazem dúvidas sobre o carácter da obra. Abandonaram-se os narizinhos atrevidos e as peculiaridades decorativas das casas dos mercadores para se assistir à antecipação dos sucessos que se seguem ao “primeiro e efémero triunfo dos Mascates, e [...] instalação da vila do Recife.”: a partida de Sebastião Castro Caldas. Perdera-se, no entanto, o tom divertido da narrativa para dar lugar à seriedade da história, propondo-se o texto como reflexão do tempo de ontem e do tempo de hoje e lançando uma mensagem sobre a totalidade do desenrolar temporal e histórico.

Alencar aproximar-se-ia, assim, de um bem mais sério Alexandreerculano ou de um irónico Garrett, numa clara preocupação com o presente, analisando e expressando mascaradamente os problemas políticos da época, aliando às preocupações com a construção de um juízo histórico sobre o passado, visíveis pela fusão da verdade histórica com a ficção narrativa típica do romance histórico romântico, uma preocupação com a realidade histórica presente, contemporânea.

Tendo em consideração o *incipit* e o *explicit*, Guerra dos Mascataes pode ser compreendida a partir da presença ativa de um conceito de história como força definidora e que, segundo a proposta de divisão de Harry Shaw, situaria este texto como tendencialmente de tipo pastoral (um écran ideológico no qual as preocupações do presente são projetadas principalmente para a sua clarificação e solução). De facto, a ligação entre o presente e o passado serve os objectivos do narrador que, como o autor da “Advertência”, concebe a história como a repetição das situações, porque os homens são sempre os mesmos, como os homens do poder são sempre iguais:

Se os tempos volvem como as vistas de uma marmota, e as figurinhas cá do presépio da terra entram para saírem com os mesmos engonços e

---

cada obra com referência, ainda que de forma implícita, a um modelo: Cf. POLACCO, Marina, *L'Intertestualità*, Roma-Bari, Editori Laterza, 1998, p. 31.



geringonças, embora metidas em trajes diferentes, disso não tem culpa o cronista. Lá se avenham com o mundo, que é o titereiro-mor de tais bonecos<sup>20</sup>.

O uso do presente é testemunho da eternização de situações. Parte, desta forma, o narrador para uma legítima parodização de comportamentos e pessoas que pertencem à contemporaneidade do leitor. O conflito entre os representantes da aristocracia pernambucana, senhores de engenho, apelidados de *pés rapados*, e os negociantes lusitanos, os *mascates*, inspira Alencar na criação de personagens que se ligam com personalidades da sociedade do romancista. O autor insiste, todavia, na independência dos modelos (“não são mais do que manequins da crônica, semelhantes às figuras de pau e cera em que os alfaiates e cabeleireiros põem à mostra na vidraça roupas e penteados”<sup>21</sup>), criando uma espécie de personagens de caracterização “ideológica”, parte fundamental do procedimento dos gêneros epidícticos, da sátira em particular, acentuando a mera coincidência. Se esta existir, convida o leitor a “enfiar carapuças” como se pode ler na “Nota” final do segundo volume, publicado em 1873:

Se o leitor malicioso quiser divertir-se experimentando carapuças, o autor desde já protesta contra semelhante abuso e pelos prejuízos, perdas e danos que daí possam provir a seu livro, o mais inocente de quantos já foram postos em letra de forma [...].<sup>22</sup>

Araripe Júnior, Capistrano de Abreu, Mário de Alencar, Hélio Viana, R. Magalhães Júnior e Afrânio Peixoto<sup>23</sup> são unânimes em encontrar correspondência entre as personagens e os homens da época de Alencar, o Imperador e

<sup>20</sup> ALENCAR, José de, *Guerra dos Mascates*, p. 14.

<sup>21</sup> *Idem*, “Nota Final” in *Guerra dos Mascates*, vol. II, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1873, p. 183.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>23</sup> Cf. Araripe Júnior, *José de Alencar* incluído in *Obra Crítica de Araripe Júnior*, prefácio de Thiers Martins Moreira, introd. Afrânio Coutinho, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1958 (ed. original *José de Alencar*, Rio de Janeiro, Tip. da Escola Serafim José Alves, 1882); Capistrano de Abreu, *Ensaio e Estudos*, 1.a e 3.a séries, Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu, (1875 e 1880) 1931 e 1938; Mário de Alencar, *op. cit.*; Hélio Viana, “A Guerra dos Mascates – vingança literária de Alencar”, “D. Pedro II na Guerra dos Mascates de Alencar”, “Personagens reais da Guerra dos Mascates de Alencar”, “Guerra dos Mascates, romance ‘de





adversários políticos que o autor quis ridicularizar, talvez consumando, como aponta Afrânio Peixoto, uma vingança inocente. Esta é também uma espécie de radiografia da nação, políptico de um conjunto de personalidades e estruturas que, na opinião do Alencar político, mas também do romancista, não permitem uma verdadeira modernização da nação.

Independentemente da veracidade ou não das ligações encontradas por vários autores ao longo do tempo, a verdade é que em *A Guerra dos Mascates* se pretende fazer o retrato da situação política do presente, parodiando, irônica e burlescamente, as condutas e os homens que faziam o século XIX. Através da deformação da caricatura, do tratamento satírico, algumas vezes agressivo, e desmistificador dos comportamentos, nomeadamente aqueles ligados à política, Alencar consegue um efeito cômico que, muitas vezes é “uma risada à força”, um humor que esconde a crítica desiludida do autor.

O imerecido prestígio de condutas, crenças e valores, que se pautam pela falta de autenticidade, as pessoas, manifestações, problemas e sistemas mais “baixos”, a governação que se afasta dos verdadeiros problemas fazem irrupção na narrativa, com o governador, secretário do governo, primeiro-ajudante-de-ordens, alferes de cavalaria, criados em libré de seda amarela, ocupados com o que o malandro do Nuno andava a fazer à mistura com a Marta e com um ninho de carriça no telhado do Perereca:

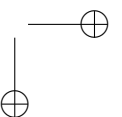
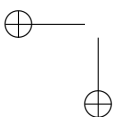
Em verdade era grave o caso: assassinato em massa e invasão na propriedade alheia. Se um rei ou um governador se lembrasse disso para distrair-se, inventando uma guerra ou algum monopólio que dizimasse o povo na vida e na bolsa, avisaria o nosso ajudante a excelência da medida; pois qual é o fim da república senão divertir aos príncipes? Mas quando era um galopim que ousava atacar as telhas e os ninhos!...Oh!...protérvia!...<sup>24</sup>

Que o próprio Castro Caldas (ou o Imperador) preste atenção a tamanha pequenez de acontecimento, ridiculariza todo o sistema governativo.

A sátira de Alencar, ao deformar e destruir, tem um propósito de colocar em discussão, alertar e conquistar uma postura ética para a política, ao

chave’ de Alencar”, in *Jornal do Comércio*, 14-2-64, 28-2-64, 6-3-64, 13-3-64; Afrânio Peixoto, “Conferência”, in *Revista da Academia Brasileira de Letras – Centenário do Nascimento de Alencar*, 1929.

<sup>24</sup> ALENCAR, José de, *Guerra dos Mascates*, p. 36.





mesmo tempo que coloca em primeiro plano a exigência de uma mudança nos comportamentos que, em vez de acompanharem a modernidade, decalcam, perpetuamente, modelos, valores, vícios e defeitos dos séculos anteriores.

A *Guerra dos Mascates* não foca somente a situação política, parodizando também os valores que a modernidade já não comporta. Na sátira, tudo se reduz ao pequeno, tudo se redimensiona e se nivela pelo cotidiano – por isso, os grandes ideais guerreiros esvaziam-se e até as janelas deixam de fazer entrever doces Joaninhas garrettianas para esconder narizes arrebitados ou, quem sabe,

uma velha encarquilhada, descobrindo-se afinal que o nosso narizinho retorcido não passava da ponta fungada do cavalete septuagenário de um respeitável par de óculos de tartaruga<sup>25</sup>.

Através da paródia divertida da parte do texto de *Viagens na minha Terra* que roda à volta da janela, também o narrador fantasia à volta da janela do sótão do Perereca, rodeando-a não de rouxinóis e flora portuguesa, mas de bogarins, goivos, bagos da pimenta, juritis, aproveitando para tecer comentários sobre as mulheres. Desde logo, todavia, sabe o narrador que a janela é uma “sonsa de janelinha” e que os romantismos são de outros tempos e lugares, como se já não tivessem razão hoje na sociedade, nem na literatura.

Como o historiador, o romancista procede pela meditação e pela investigação, mas procura o que considera a única força da história, o coração, porque crê que os eventos se ligem

necessariamente por um fio misterioso a alguma história de amor, ou a algum episódio de vingança. Era justamente essa crônica do coração, esquecida pelos analistas do tempo, que eu pedia àquelas ruínas.<sup>26</sup>

Para Alencar, o romancista é também o único a poder compreender que a história tem muitas verdades escondidas e é feita, a maior parte das vezes, de aparências, do que os homens querem que se saiba no presente e permaneça para o futuro, uma espécie de processo de ficcionalização mascarada da

<sup>25</sup> *Idem*, p. 21.

<sup>26</sup> *A Alma de Lázaro in Alfarrábios. Crônicas dos Tempos Coloniais*, prefácio de Mário Casassanta, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1955, pp. 240-241.





história presente pensando nos juízos da história futuro. É testemunho deste facto a “Advertência”, na qual o autor demonstra que para além da história oficial, existe a história das maquinações dos homens e dos acasos, dos quais raramente se dá conta ou se conhece.

O caso da queda do ministério, que o autor conta, tem como causa não as explicações dadas pública e oficialmente, mas o aproveitamento realizado por um modesto sacristão e um escrivão dos objetos que um defunto vigário tinha colocado numa caixa. Daí à acusação de fraude nas eleições primárias de uma paróquia dos subúrbios do Recife e à demissão do ministro e do seu gabinete vai todo um caminho tortuoso, no qual os homens agem por ambição política ou ingenuidade. Mas, o que fica para os autos é o que se disse nas câmaras, ainda que os homens se apercebam de que não corresponde à verdade dos factos:

Disseram nas câmaras que, tendo-se agravado os incómodos do ministro do Império, este insistira pela demissão, e o gabinete julgando inconveniente uma reorganização, resolvera retirar-se. O público ouviu estas explicações com o mesmo ar de homem de boa sociedade quando o amigo se desculpa de o não ter visitado ainda, por causa de incómodos de saúde. Sabe-se que é uma calva mentira; mas todos a aceitam e agradecem como uma prova de polidez. A verdadeira causa da queda do ministério só muito depois vim eu a sabê-la; e como não me pediram segredo, aí vai sem tirar nem pôr<sup>27</sup>.

Ao romancista Alencar interessa esta história de bastidores, as movimentações e motivações dos homens, por vezes intimamente ligadas às vantagens e desvantagens que as personagens veem em situações particulares, outras vezes, ligadas a puras coincidências e acasos. E se não conhece a verdade tida em segredo, o romancista tem toda a legitimidade de a imaginar, já que há tantos capítulos da história que parecem ter sido escritos para um romance.

O romancista apresenta em relação ao historiador uma outra diferença essencial: a possibilidade de trilhar livremente uma estrada que lhe permita considerar o papel das hoje chamadas minorias no curso da história. É o caso das mulheres, tidas por Alencar, ironicamente, mas também com a consciência

<sup>27</sup> ALENCAR, José de, *Guerra dos Mascates*, p. 10.





de que provavelmente a ironia corresponde à mais pura das verdades, como verdadeiro motor do curso histórico.

Em *A Guerra dos Mascates*, quem desencadeia o conflito são as representantes do sexo feminino, com D. Rufina, “venerável matrona”, a respirar vingança a propósito de uns versos mandados fazer pelas senhoras de Olinda que punham em causa o grau de pelosidade das pernas das damas de Pernambuco<sup>28</sup>. Estas, em “congresso feminino”, resolvem a “guerra a todo o transe” e com D. Rufina à frente, que “tanto fez que terminou por desencadear a guerra dos Mascates, apesar das manhas de D. Sebastião”<sup>29</sup>, mandam dar uns tiros de sal ao governador e dão início a um conflito que os seus maridos não tinham tido a coragem de despoletar. O facto é que elas detêm o papel de sujeito dos episódios históricos, situação ignorada pela história oficial e desdenhada pelos eruditos. O romance alencariano afasta não raras vezes o nosso olhar de grupos dominantes ou preponderantes do ponto de vista sócio-político e cultural para o fixar nos “outros”, da mesma forma que desvia o interesse para os factos tidos de menor importância.

O conhecimento privilegiado que o autor-historiador-romancista tem da história permite-lhe, assim, uma posição crítica e irónica em relação aos tidos como historiadores verdadeiros que fazem da pesquisa historiográfica a sua profissão, mas que têm uma visão limitada e errónea da realidade. Mais preocupada com inutilidades, como em transcrever na íntegra as tenções dos ministros, do que com o real movimento e motivador da História (“Não daremos aqui a íntegra das tenções de cada ministro, como no-la transmitiu a história, pois consumiria muito papel.”<sup>30</sup>), a disciplina esqueceu-se do verdadeiro “santuário da história” que é o povo (como escreve em *Garatuja*<sup>31</sup>), tal como o já tinham afirmado Garrett e Herculano na esteira de Victor Hugo.

Além da imaginação, Alencar convida a usar o espírito crítico em relação à história, com a possibilidade de comentar, criticar, até de forma cáustica,

<sup>28</sup> A guerra começa por ser um conflito em que se usam as armas poéticas. Ao “Todo o mascate é patife/ Labrego, cara de Judas;/ E as mulheres do Recife/ Têm as pernas cabeludas.”, as senhoras do Recife respondem com outros versinhos: “Escorridas como um fuso,/ As damas de Olinda são;/ Por fora aquele esparrame,/ Por dentro é só armação/ De pano, d’osso e arame.”

<sup>29</sup> ALENCAR, José de, *A Guerra dos Mascates*, p. 231.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem*, p. 266.

<sup>31</sup> ALENCAR, José de, *Alfarrábios. Crônicas dos Tempos Coloniais*, prefácio de Mário Cassanta, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1955, p. 130.

comparar, como o tinham feito Garrett ou Manzoni. No entanto, só através dos conhecimentos do historiador pode realizar esse trabalho, mas, também, só como romancista pode atingir a liberdade e credibilidade que lhe permite esse posicionamento.

Miguel Real recupera a ideia de que a “história espionhada” não é a história: o verdadeiro dos factos não é uma procura da verdade do real. O real é feito de amor romântico e ódio coletivo, como é explícito na frase usada na capa da edição, e de grupos marginalizados, excluídos e vítimas de preconceitos, e de homens ambiciosos e de indivíduos generosos.

A obra não tem a “Advertência” como em *Alencar* e não começa pela referência a uma tarde como de um dia qualquer, mas abre com um poema de Teixeira de Pascoaes que Julinho escolheria para “oferecer a Violante Dias após a morte desta e do filho de ambos”, mortos pelos índios. Ora, o poeta só nascerá em 1877. Esta evidente falta de lógica temporal, à sua maneira, realiza o mesmo efeito de aproximação de tempos – passado e presente – que *Alencar* criara no *incipit*. O leitor, que já conhecera Julinho de *A Voz da Terra*, entenece-se, consciente de que os sentimentos ontem são os de hoje e ainda que vá entrar numa viagem ao passado, os homens são, afinal, os mesmos de agora.

“Oh, meu amor” de Vidal Rabelo a Leonor, de nome aristocraticamente longo, parece também indiciar um romance sentimental, de “intimidades de alcova”, mas segue pelos preconceitos das senhoras de Olinda, pela referência às marginalizadas índias e mulatas, aos patriarcas mazombos, aos senhores de engenho e o leitor encontra-se a revisitar o seu passado colonial e as visões que hoje dele tem. Com D. Lourença entram em ato as posições femininas e as suas maquinações, a que *Alencar* deu centralidade no conflito dos mascates, num piscar de olhos ao autor oitocentista. O tom simultaneamente sério e irónico exige desde logo a cooperação do leitor, que desvenda nesta história não-espionhada – neste capítulo de história escrito para romance –, mais do que o uso da história como força dramática e compreende que deve estar atento a uma história que é, afinal, convocação para o repensar de quem somos como povo, das relações multiculturais marcadas não raramente por explorações e violência, e de quem somos como indivíduos. Porque a história, afinal, pode modificar os homens, mas os homens são os primeiros sujeitos da sua história particular e coletiva, a que constrói o futuro.

Também a conclusão do romance pareça terminar como história espiohlhada: destino das várias personagens, com datas e dados, e, no final, reconstituição de “rabiscos soltos”<sup>32</sup> numa “páginas farruscadas, de cantos negros e buracos fuliginosos”, sonho de qualquer historiógrafo. Todavia, não são números ou eventos os que encontra, mas versos da personagem Bernardo Vieira de Mello que declama Pernambuco, a Nobreza filha de Olinda, uma Nova Roma, com o peito inflamado dos escravos “Ante o Sol dessa terra da Cruz!”<sup>33</sup> No fundo, a invocação de uma ordem primitiva que liga os eventos históricos aos sentimentos dos homens e às suas, por vezes, mesquinhas vontades. O que interessa, como escreve com sorriso irónico, é que também os mazombos de Olinda se acalmaram, “Assoberbados com os lucros do açúcar”.

Emanuela Piga Bruni, em *La Lotta e Il Negativo: Sul Romanzo Storico Contemporaneo*<sup>34</sup>, de 2018, defende a existência no panorama literário contemporâneo de dois tipos de romance histórico que se ligam a modalidades diversas de atitude perante a memória histórica: um deles reúne as obras que indagam sobre eventos, grupos, personalidades que foram esquecidos ou apagados da história, colocando em ação os excluídos da história oficial e narrando a sua luta; o outro acomuna as obras que narram o negativo do evento, a falta de reelaboração das experiências traumáticas e as suas consequências nos homens e nas comunidades.

Género amplo e transversal, o romance histórico contemporâneo do primeiro tipo escava na história, nas tradições, nos mitos passados e presentes, confrontando o esquecido com o que se lembra ou representa, descobrindo camadas que permitem uma melhor compreensão da sucessão dos ciclos ou eventos e propondo uma espécie de antídoto contra a visão simplista dos homens, da história e das visões do eu individual e coletivo e dos outros. A este, a teórica italiana aplica o conceito de luta, entendendo que é na particular angulação de confronto, em que predomina a figuração da violência, que se encontra a instância da verdade.

A dimensão polifónica, seguindo o conceito desenvolvido por Bachtin, e de contra-história deste tipo de romance dá relevo ao confronto contínuo entre diversas tradições e modos de entender a representação da história. A ele

<sup>32</sup>REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 454.

<sup>33</sup>*Idem*, p. 455.

<sup>34</sup>BRUNI, Emanuela Pina, *La Lotta e Il Negativo: Sul Romanzo Storico Contemporaneo*, Milano, Mimesis Edizioni, 2018.

pertencem muitos romances pós-coloniais ou pós-traumáticos que colocam a luta, a coragem e a resistência como nucleares, reevocando acontecimentos que foram veiculados de forma enganosa, quer de forma consciente quer inconsciente, pela historiografia dominante.

A *Guerra dos Mascates* de Miguel Real oferece, nas várias histórias que a compõem, múltiplas declinações da luta, desenvolvendo-se em numerosos planos e com diversas vozes, construindo um quadro de micro-histórias épicas das personagens mais marginais. A evocação do período histórico, que é verdadeira reelaboração, recomposição, reescrita, permite questionar a visão do leitor da pátria ou da história imaginada, colocando o autor questões ligadas ao passado colonial e à imagem contemporânea de uma totalidade e unidade histórica que, escrutinada, demonstra um caráter fragmentário, feito de tantas peças e violências<sup>35</sup>. Através de revisitações fragmentadas, lúdicas ou irônicas do passado, ao leitor é proposto pensar uma ideia moderna da lusofonia, no que tem de global e multicultural, seguindo o percurso das figuras de heróis, de potencialidades ucrônicas, exploradas pelo autor, das visões múltiplas e fragmentárias do Outro, de imersões no que está submerso, seguindo uma trama que oscila, e se equilibra, entre memória pública e privada.

Não deixa de haver, no entanto, momentos em que se sente a força definidora da história como origem do negativo, no sentido em que algumas personagens parecem fruto de um inconsciente ligado ao trauma, sendo vítimas do tempo, mas também carrascos, como é o caso dos senhores de engenho ou de frei Diogo das Chagas Purificadas, preso a uma visão que não lhe permite ver mais longe. A sua obsessão, os demónios pessoais não lhes permitem sair de uma zona cinzenta em que o psíquico domina, impedindo que o presente se liberte das condicionantes.

No entanto, o que prevalece é a procura, a pesquisa do subsolo da história animado pela luta coral, pelo social e pela questão da convivência ou verdadeiro confronto multicultural e multiétnico, usando a ironia subterrânea, como em Alencar, para iluminar os grandes ausentes da historiografia, os oprimidos, as mulheres, os índios como povo colonizado, os negros como povo escravizado, os judeus como povo exilado, os pequenos como peões num jogo de grandes. A voz adquirida conta os eventos de um outro ponto de vista, ela-

<sup>35</sup>Cf. MARTINS, Cândido Oliveira, “Miguel Real e as narrativas históricas do ciclo brasileiro: as ficções do Império e as imagens do Brasil colonial”, in *Veredas*, Santiago de Compostela, 2013, n.º 20, pp. 35-54.



borando os acontecimentos, indagando, ao mesmo tempo, a consciência dos indivíduos, já que a história é feita deles, dos seus abismos e desejos intemporais, mas que, em particulares contextos históricos se adaptam, adotando, e mascarando-se, nas linhas caracterizadoras da sua conjuntura:

Bernardo Vieira de Mello fora desde sempre um homem atravessado pelo ódio, atraindo-o e dele se alimentando. Quem odeia, mal quer, e quem deseja o mal alheio, a si próprio o faz, projetando em outro a raiz do mal que é obra sua. Estas eram as duas colunas da existência de Bernardo Vieira de Mello: o mal e o ódio, e ambas se concentravam num irrefragável desejo de posse – posse de terra, posse de gado, posse de homens, posse de poder. Naqueles tempos ásperos e naquelas terras bárbaras, um homem assim, dono e senhor, camuflava o desejo de posse com o sentimento de honra, alegava que, defendendo as conquistas que a posse ambicionava, defendia a honra (p. 276).

A intervenção do narrador (“Quem odeia, mal quer, e quem deseja o mal alheio, a si próprio o faz, projetando em outro a raiz do mal que é obra sua.”) faz uso da digressão para analisar o homem e, de maneira subtil, comunica com o leitor de uma forma quase aforística, procurando, assim, a sua colaboração e, talvez, a sua reelaboração como pessoa. Um pedido de introspeção, talvez, um alerta para nos compreendermos e aos outros, seguramente. Assim, o narrador faz da pesquisa pela memória a expressão de uma preocupação com os homens.

A arte literária dá, desta forma, expressão ao que na memória ficou por dizer ou que é indizível de outra maneira – que a história é feita não só de grandes acontecimentos, mas de pessoas e das suas motivações privadas, sejam elas generosas, mesquinhas ou diabólicas. O romance é, assim, através também da consciência da memória histórica, um instrumento hermenêutico essencial no momento de hoje em que o caos comunicativo parece prender o homem num presente sem a dimensão de passado e, por isso, sem futuro.

O carácter transformativo deste romance atua como mediação entre passado e presente, entre povos, nos homens, antecipando uma visão multicultural de tipo global. Permite, também, ao leitor escapar, pela articulação do passado com o presente, a um futuro predeterminado por narrativas canónicas, espolhadas, que acabam por ser coercivas. O futuro da paz dos mascates



é concebido, com boa dose de esperança, na capacidade do homem de estar aberto à expressão de uma pluralidade de vozes políticas, sociais e culturais, valorizando a diferença na comunhão, não sacrificando a polifonia global pelos interesses de alguns.

A experiência de leitura do romance de Miguel Real, centrado na preocupação com o homem, abre, assim, caminho a entender a literatura de tipo histórico, como já Alencar também a compreendia, como instrumento de conhecimento, passível de questionar pela imaginação as motivações dos homens que condicionam a nossa história, a atual, global.

### Nota Biobibliográfica

Luísa Marinho Antunes Paolinelli é Professora Associada com Agregação na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira, academia na qual é docente desde 1994. Fez o Mestrado em Literatura Portuguesa (Faculdade de Letras, UL, 1995) e o doutoramento em Literatura Comparada – Literatura Portuguesa e Literatura Brasileira (UMadeira, 2004). Leciona nas áreas da Literatura Portuguesa e Brasileira, Estudos Literários e Estudos Interculturais (programas de segundo ciclo-mestrado). Publica na área da Literatura Comparada e Estudos Culturais. Faz parte da Comissão Científica de revistas como *Kamen' – Rivista di Poesia e Filosofia* (Itália) e *Revista Confluências Culturais* (Univille, Brasil). No campo da tradução, é responsável pela tradução de textos científicos e literários, como *La Machina Lirica – Herberto Helder* (Edizione del Leone, 2006), e pela edição e introdução crítica de autores de língua portuguesa para a revista *Kamen'*. É Conselheira Correspondente da Fondazione Nazionale Carlo Collodi (IT), membro da Comissão Científica do Centro Studi Sirio Giannini (IT) e coordenadora do projeto internacional “Estudos do Humor – Perspetiva Multidisciplinar e Multicultural”.



## 2.1.19. Entre o Amor e a Memória. Uma Leitura de *O Último Minuto na Vida de S.*, de Miguel Real<sup>1</sup>



**Manuel Frias MARTINS**  
Universidade de Lisboa

Repartindo erudição, inteligência e talento criativo por géneros tão diferentes quanto o ensaio, a ficção e o teatro, Miguel Real é hoje uma das figuras intelectualmente mais cativantes da cena cultural portuguesa. Atentíssimo ao pormenor factual, minucioso no detalhe bibliográfico, quase obsessivo na qualidade da informação reproduzida, o ensaísta Miguel Real tem sido um acutilante comentador da realidade histórica e cultural portuguesa. Os seus livros são marcos obrigatórios para se compreender algumas das contraditórias pulsões que, ao longo do tempo, foram traçando a fisionomia cultural, as marcas comportamentais, o imaginário genérico e as condições de sobrevivência de um lugar europeu de nome Portugal.

Filósofo por formação, os seus estudos de figuras intelectuais como Eduardo Lourenço e Agostinho da Silva recomendam-se como exemplos de um trabalho metodologicamente rigoroso e intelectualmente profícuo. Crítico literário orientado sobremaneira pelas várias historicidades inscritas nos textos

---

<sup>1</sup>Este ensaio é uma versão revista do que foi publicado em *Itinerarios, Revista de Estudos Linguísticos, literários, históricos y antropológicos* (vol. 11), Instituto de Estudios Ibéricos e Iberoamericanos da Universidade de Varsovia, 2010. REAL, Miguel, *O último minuto na vida de S.*, Lisboa, Quidnovi, 2007. Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



de que se ocupa, Miguel Real tem também contribuído singularmente para uma caracterização inteligente da cena literária contemporânea.

Deslocando as estratégias do impulso filosófico para a área do teatro, Miguel Real também participa (associado sempre à fina sensibilidade de Filomena Oliveira) na construção de textos dramáticos e/ou em adaptações cênicas invariavelmente caracterizados por tematizações históricas fortes e procedimentos comunicativos dinâmicos que sabiamente captam público e atenção crítica.

E por fim a literatura de ficção. Tendo já recebido alguns prestigiados prémios literários, é no universo das livres figurações romanescas que Miguel Real inscreve mais criadoramente o seu conhecimento cultural, o seu talento narrativo e o fulgor de um relacionamento muito rico com a língua portuguesa. Quanto a este relacionamento, aliás, *O último minuto na vida de S.* apresenta, pelo menos, duas qualidades particularmente relevantes. Por um lado, um excelente domínio daquela técnica de construção das sequências discursivas, popularizada sobretudo por José Saramago, em que manchas gráficas compactas correspondem a *blocos narrativos autónomos*, sem partição em períodos nem parágrafos e, portanto, com um encadeamento de frases e ideias que sugerem e/ou convidam a um ritmo de leitura homólogo. Por outro lado, estamos perante um apurado sentido das *possibilidades lúdicas das palavras*, e que leva Miguel Real a introduzir frequentemente na narrativa algo semelhante a momentos de realização da função poética da linguagem, jogando com sonoridades e efeitos semânticos numa pura fruição da instância propriamente linguística da literatura. Por exemplo, logo a abrir o romance deparamos com uma sequência de assonâncias ou apofonias expressivas: "... a teu lado o Almirante insignificante, testa ignorante, nariz petulante, boca rutilante, barriga possante, peito abundante, baixinho, miudinho, sumidinho..."<sup>2</sup>.

Este dispositivo será repetido algumas vezes ao longo do romance, como por exemplo aqui: "... uma criança de boca fechada, travando o pavor, o horror, o temor, o terror, o estupor..."<sup>3</sup>. Do mesmo modo vamos deparando com palavras cuja grafia vai mudando, estabelecendo um jogo de ironia que parece querer reinventar as regras de adequação entre a significância das palavras e a visibilidade das coisas. É o que acontece, por exemplo, com o enquadramento

<sup>2</sup>*Idem, ibidem*, p. 13.

<sup>3</sup>*Idem, ibidem*, p. 27.





interpretativo do *povo* que junto ao mar se despede dos seus filhos-soldados de partida para a guerra colonial, e que surge designado por “povoléu”<sup>4</sup>, “povocéu”<sup>5</sup>, “povojéu”<sup>6</sup> e “povoméu”<sup>7</sup>.

\*

No contexto da diversidade de práticas artísticas e intelectuais de Miguel Real, o romance *O último minuto na vida de S.* é tão-só mais um exemplo da irrecusável qualidade da *mobilidade criativa* deste autor. Leia-se *S.* como a abreviatura do nome Snu Abecassis, a companheira do político Francisco Sá-Carneiro, e o «último minuto» como o momento da morte de ambos, quando a avioneta em que seguiam se despenhou no dia 4 de dezembro de 1980. De nacionalidade sueca, casada com um português, mas dele separada há já algum tempo quando conhece Sá-Carneiro, que por sua vez passava também na altura pela experiência da separação matrimonial, Snu simbolizou em Portugal a força de uma mulher (e de um homem) em busca de uma felicidade afirmada contra a ignorância boçal e preconceitos atávicos. É desta *matriz amorosa* que Miguel Real parte para a ficcionalização da mulher Snu, desde os tempos de juventude até ao momento da sua trágica morte ao lado do homem que amava.

Sendo um romance que gravita em torno de um grande amor, ou do conhecimento que o leitor pode ter da ocorrência desse grande amor, *O último minuto na vida de S.* não é, contudo, um romance de amor. Na verdade, o alcance da configuração ficcional de Snu reside sobretudo na possibilidade de *caracterização de um Portugal salazarista provinciano e inculto*, bem como na reposição e interpretação da *memória portuguesa* dos últimos anos do regime e dos seis primeiros anos da revolução portuguesa.

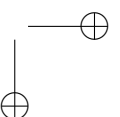
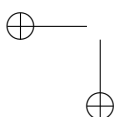
O casamento de Snu com um cidadão português (Hugo), oriundo de uma família rica, poderosa e bem relacionada com a ditadura, e a subsequente vivência em Portugal com os seus três filhos durante os últimos anos da década de sessenta e os primeiros anos da década de setenta, propiciam a reconstrução imaginativa da vida pessoal de Snu no contexto das diferenças culturais e ideológicas do país em que passou a viver. E é com o seu olhar surpreendido

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, p. 21.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, p. 22.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 24.

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*, p. 26.



de mulher sueca e com as suas atitudes nórdicas de não conformismo que o romance nos vai dando acesso à guerra colonial, à censura e ao medo, à teia de cumplicidades entre a ditadura e o poder económico, a um entendimento marialva do papel da mulher na família e na sociedade, ao sufoco de viver num país de costas voltadas à modernidade cultural e intelectual que ia impulsionando o progresso no resto da Europa – “Era aquele o povo do Hugo, o povo mais arcaico da Europa”<sup>8</sup>, será um dos pensamentos colocados pelo autor na voz de Snu.

O fim da ditadura, o 25 de Abril, o primeiro 1º de Maio e os subsequentes processos reivindicativos dos trabalhadores, são momentos eufóricos que Snu festeja em contradição com a preocupada e artilosa reacção de Hugo no mundo dos seus negócios. Seguir-se-á a separação inevitável do casal, e finalmente o encontro com Francisco Sá-Carneiro, o homem ao mesmo tempo sonhador e combativo, o sedutor político democrático –no sentido social da democracia que Snu aprendera na sua Suécia tão distante.

Ficcionalando a mulher Snu (e a sua vida pessoal) a partir de alguns dados biográficos conhecidos, este romance é, no entanto, uma *falsa biografia*. É certo que a narração se centra exclusivamente na figura de Snu, e é sempre exercida na primeira pessoa. Contudo, esta subjetivação deliberada do romance só adquire sentido no desenho ficcional mais amplo do autor/historiador/comentador/intérprete Miguel Real, o qual pretende, acima de tudo, sugerir Snu como uma espécie de *testemunha estratégica* da história portuguesa. A própria «memória» de Snu enquanto esposa e mãe surge tão-só para servir de mediadora entre afectos pessoais e pulsões colectivas. Registe-se este olhar (entre muitos outros possíveis) sobre os portugueses que o autor coloca na pessoa de Snu:

...retrato humano de um povo boçal, crédulo, bárbaro, silvestre, trajado de roupetas arqueológicas, fâcias animais, gordurosos de banhas escorrentes, faces vermelhuscas avinhadas, um povo cego de obediência a Salazar, de fé no assombro<sup>9</sup>.

Esta apropriação da figura da mulher nórdica, a fim de a associar a julgamentos pouco simpáticos dos portugueses, levanta algumas incomodidades

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 24.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

e poderá mesmo ser considerado o núcleo mais controverso deste livro. De facto, ao diluir a fronteira entre a memória de factos pessoais mais ou menos conhecidos acerca de Snu e a antimemória resultante da manipulação interpretativa desses factos por parte do escritor, Miguel Real fabrica um mecanismo de *representação oportunista* da figura de Snu que, para alguns leitores, pode ser considerado muito desagradável. Porém, o que importa lembrar é que Miguel Real está a escrever ficção e, por isso, só tem de prestar contas pela coerência propriamente artística do seu romance, e não por eventuais imprecisões biográficas daquela que se tornou a sua personagem central, bem como (ou sobretudo) pelas conjecturas de Snu que são forjadas pelo autor e projetadas na narrativa. Aliás, para um leitor jovem, ou alheio à história portuguesa recente ou desconhecedor da história pessoal de um político de nome Francisco Sá-Carneiro, ex-primeiro ministro de Portugal, a compreensão do romance está unicamente dependente dos seus próprios enleios narrativos. É que para além da citação muito circunscrita da figura da escritora Natália Correia (e do seu papel angelino na união dos dois amantes), só dois nomes ocorrem: Snu e Hugo (o seu primeiro marido). E estes são dois nomes absolutamente neutros no contexto da *construção ficcional* de um romance intitulado *O último minuto na vida de S.*

Apesar da admiração e empatia que o autor deixa transparecer, a figura histórica de Snu é aqui unicamente personagem de romance. Além disso, e tal como eu já afirmei, este não é um romance de amor (nem mesmo romance de um amor), mas sim uma obra que do princípio ao fim opera uma *leitura crítica de um país* por parte do intelectual multifacetado Miguel Real. Essa é uma leitura muitíssimo contundente, designadamente quanto ao tratamento dado por Portugal aos seus melhores espíritos, desde Damião de Góis a Agostinho da Silva e tantos outros<sup>10</sup>. Essa é uma leitura tremendamente negativa do país do compadrio, das cunhas, das famílias – um país que é “todo igual” a um certo “ministro guarda-livros”, “medroso e servil, mesquinho, subserviente, funcionarozinho escrupuloso, respeitoso de disciplina arcaica, bom aluno de professores obtusos”<sup>11</sup>. Essa é uma leitura tão negativa e, contudo, tão verdadeira – tão negativa e tão verdadeira que quase nos abafa na sua adequação.

<sup>10</sup>*Idem, ibidem*, p. 120.

<sup>11</sup>*Idem, ibidem*, p. 31.

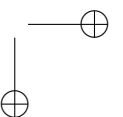
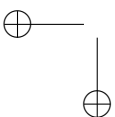
Reafirmando uma perspetiva que importa manter, apesar do julgamento demolidor do modo de ser português que Miguel Real leva a cabo, *O último minuto na vida de S.* constrói-se a partir de uma importante matriz amorosa. E tenho para mim que o que a matriz amorosa deste romance nos conta é talvez que a memória do homem político Sá-Carneiro poderá sobreviver não tanto pela sua eventual condição de sujeito heroico ferido pela História, mas sim pela sua condição de homem salvo pelo coração de uma mulher rara num Portugal desconfortável e agreste. Essa mulher chamava-se Snu.

### Nota Biobibliográfica

Manuel Frias Martins é doutorado em Teoria da Literatura, professor aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e investigador integrado do seu Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL). Entre outros cargos, foi Presidente do Conselho Pedagógico da FLUL e durante muitos anos diretor do seu Programa de Pós-Graduação em Cultura e Comunicação. É crítico literário com inúmeras colaborações em jornais, revistas e programas radiofónicos, sendo atualmente Presidente da Associação Portuguesa dos Críticos Literários. Lecionou cursos de curta duração e proferiu palestras e conferências a convite de instituições académicas da Europa e dos EUA. Para além de ensaios dispersos em volumes coletivos, é autor dos seguintes livros: *Sombras e Transparências da Literatura* (Imprensa Nacional, Lisboa, 1983). *Herberto Helder. Um Silêncio de Bronze* (Livros Horizonte, Lisboa, 1983; 2ª ed. aumentada, Nova Vega, Lisboa, 2018). *10 Anos de Poesia em Portugal: 1974-1984-Leitura de Uma Década* (Editorial Caminho, Lisboa, 1986). *Matéria Negra. Uma Teoria da Literatura e da Crítica Literária* (Edições Cosmos, Lisboa, 1993, 2ª ed. 1995). *As Trevas Inocentes* (Aríon, Lisboa, 2001). *Em Teoria (A Literatura) / In Theory (Literature)*, (Ambar, Porto, 2003). *A Espiritualidade Clandestina de José Saramago* (Fundação José Saramago, Lisboa, 2014; 2ª edição 2020. Tradução italiana, Edizione dell'Orso, 2020). Traduziu e prefaciou várias obras, destacando-se os poemas longos *L'Allegro e Il Penseroso*, de John Milton (Editorial Inquérito, Lisboa, 1987), e *O Cãnone Ocidental*, de Harold Bloom (Círculo de Leitores / Temas e Debates, Lisboa, 1997). Em 1994 recebeu o Prémio Pen Clube de Ensaio pelo seu livro *Matéria Negra*. Em 2015 recebeu o Grande Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores ao seu livro *A Espiritualidade Clandestina de José Saramago* (Fundação José Sara-



mago, Lisboa, 2014; 2ª edição 2020. Tradução italiana, Edizione dell'Orso, 2020). *A Lágrima de Ulisses. Regimes da Cultura Literária* (Editora Exclamação, Porto, 2021). Traduziu e prefaciou várias obras, destacando-se os poemas longos *L' Allegro* e *Il Penseroso*, de John Milton. Não escreve poesia nem romances, mas acredita que o ensaio é um género literário.







## 2.1.20. A “Nova” e a “Velha” Europa: uma Leitura de *O Último Europeu* de Miguel Real<sup>1</sup>



**Maria do Carmo Mendes CARDOSO**  
Universidade do Minho e CLEPUL

1. A homenagem à publicação do quinto centenário de *Utopia* de Thomas More antecipa a dimensão utópica do romance de Miguel Real *O Último Europeu* 2284.

Organizado em três partes, que correspondem à descrição de uma sociedade perfeita e às ameaças que põem a sua permanência em risco (Primeira Parte), à reconstrução, nas ilhas dos Açores, da vida ideal dos Novos Europeus (Segunda Parte) e à tentativa de reconstrução de uma Novíssima Europa, desta vez ameaçada pelo império americano (Terceira Parte), e narrado em primeira pessoa, o romance é protagonizado por um membro superior da direção dos museus da História da Europa que, na qualidade de Reitor, tem a incumbência de conviver com uma memória desaparecida da Nova Europa: a memória de um objeto ausente, o livro, de bibliotecas e de livrarias, num universo onde a escrita em papel deu lugar à escrita mental e todo o pensamento é registado num Grande Cérebro Eletrónico.

A comunicação mental e a leitura em linguagem *Universalis* projetada em ecrãs informáticos substituíram as tradicionais formas de comunicação e permitiram, na visão do Reitor, a construção de um universo profundamente

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



humanista, onde cada um é livre “de pensar, de propor, de criar alternativas de vida, de querer e desejar”,<sup>2</sup> ainda que sempre sob a tutela desse instrumento que acumula 150 anos de sabedoria, o Grande Cérebro Eletrónico.

A Nova Europa, na sua sofisticação tecnológica, corresponde a uma utopia, na medida em que, numa perspetiva utópica, “technology promises the ultimate perfection of the human, integrating technology as part of the self”<sup>3</sup>.

A Nova Europa corresponde a uma sociedade ideal nos termos em que a descreveu o humanista inglês Thomas More (1477-1535). É uma sociedade pacífica, tecnológica e cientificamente perfeita, e ativamente envolvida na promoção do *otium* dos cidadãos que, libertos de atividades manuais, podem dedicar-se inteiramente à atividade intelectual:

Privilegiamos o ócio, o prazer de acordar e estar disponível, nada ter que fazer senão o que se decidir fazer (...). Privilegiar o prazer em detrimento do trabalho, eis uma das nossas divisas, que os Mandarins confucionistas desprezam tanto por desconhcerem a sua excelsa virtude como por incapacidade tecnológica, por atraso científico face à Nova Europa<sup>4</sup>.

O desenvolvimento tecnológico constitui ao mesmo tempo um dos mais relevantes elementos de confronto entre a Nova Europa e a Grande Ásia, e o fator determinante no cultivo de capacidades intelectuais, que libertam do trabalho os Neo-Europeus, contribuindo para a felicidade individual e o acesso a tudo aquilo de que o homem necessita para esse bem-estar.

Esse esforço de construção de uma sociedade feliz resultou da constatação de exaurimento de recursos naturais e de um desenfreado capitalismo.

Para tal empreendimento contribuíram filósofos, cientistas, ambientalistas, engenheiros biológicos e dirigentes políticos, empenhados num esforço comum de construção de “uma nova concepção da História, uma história humana fundada na realização de uma sociedade totalmente comunitária, isto é,

<sup>2</sup>REAL, Miguel, *O Último Europeu 2284*, Lisboa, D. Quixote, 2015, p. 17.

<sup>3</sup>MOHR, Dunja, “Eco-dystopia and biotechnology. Margaret Atwood *Oryx and Crake* (2003), *The Year of the Flood* (2009), and *MaddAddam* (2013), in Eckart Voigts and Alessandra Boller (Eds.), *Dystopia, Science Fiction, Post-Apocalypse*, Wissenschaftlicher Verlag, 2015, p. 285 (pp. 283-301).

<sup>4</sup>REAL, Miguel, *op. Cit.*, pp. 32-33.





igualitária e justa, na qual cada membro contribui para o conjunto com o máximo das suas potencialidades, recebendo em troca a satisfação integral das suas necessidades”<sup>5</sup>.

Trata-se, de facto, de uma sociedade isenta de sofrimento (começando com o próprio padecimento do parto natural, uma vez que a gravidez foi substituída por Criatórios destinados a “recolher e reproduzir as células sexuais femininas e masculinas e criar placentas químicas, substitutas das naturais”),<sup>6</sup> de ambições pessoais (corrigidas por multas comportamentais), de doenças provocadas pelo consumo de carne, de escassez de bens de sobrevivência, de conflitos familiares gerados pela tradicional conceção da família.

Neste sentido, a sociedade utópica da Nova Europa corresponde ao sentido de utopia como conceito que nunca deixou de ser determinado historicamente e cuja construção “corresponde à visão negativa da sociedade de partida”<sup>7</sup>.

A citação de *A Utopia* de Thomas More alicerça esse novo conceito de família derivado da reprodução artificial, controlada laboratorialmente e limitada pelos recursos naturais, pelo espaço disponível e pelas necessidades futuras da população:

‘A república utopiana forma como que uma única e mesma família’.

Lentamente, desde 2184, a família tradicional, assente exclusivamente no sexo e na reprodução, unida pela educação dos filhos, foi desaparecendo. [...]

Família é, na Nova Europa, todo o grupo humano que deseja viver em conjunto e assim o manifesta, registando-se no Grande Cérebro Electrónico sob um nome consensualmente escolhido por todos os seus elementos<sup>8</sup>.

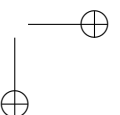
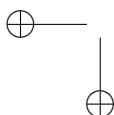
O lema *mens sana in corpore sano* orienta toda a existência dos Neo-Europeus. Curiosamente, essa nova sociedade é formada por seres profundamente associados a elementos naturais e vegetais, desde a escolha dos nomes de famílias revelando opções de animais, árvores e fenómenos atmosféricos.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 41.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 54.

<sup>7</sup> VILAS-BOAS, Gonçalo, “Utopias, distopias e heterotopias na literatura de expressão alemã”, *Cadernos de Literatura Comparada*, 6/7, 2002, p. 96 (pp. 95-118).

<sup>8</sup> REAL, Miguel, *O Último Europeu* 2284, p. 61.



Aqui radica uma das mais assinaláveis diferenças entre a Velha e a Nova Europa: o consumo “feroz e desenfreado” da primeira quebrou a relação harmoniosa com a natureza e ao esgotamento dos seus recursos.

Esta constatação do Reitor permite **uma leitura ecocrítica do romance**, equacionando o relacionamento selvagem do ser humano com a natureza e pondo a obra em evidência uma das mais relevantes questões desta área de estudos: as nefastas consequências de uma excessiva intromissão e de um imenso exaurimento de recursos naturais.

Todavia, este universo de perfeição moral, onde o bem comum se sobrepõe ao narcisismo e à vontade individual, onde a estratificação social é estabelecida pelos graus de conhecimento e de sabedoria, vive atormentado por duas ameaças: a Velha Europa, símbolo de barbaridade e de crueldade, e o Oriente, cujos mandarins projetam a anexação da Nova Europa.

Trata-se, portanto, de uma perspetiva apocalíptica, que transfere para o Reitor e um conjunto de Cidadãos Dourados a missão de revitalização do episódio bíblico da Arca de Noé. Ao mesmo tempo, cumpre ao narrador registar as memórias dessa sociedade perfeita, através da escrita da *Crónica da Criação e Extinção da Nova Europa*: um relato que deixará na memória coletiva a descrição do mundo utópico da Nova Europa e o modo como a Grande Ásia planeia extingui-la:

O antigo Império Chinês, hoje verdadeiro senhor da totalidade da Ásia e da África, designado pomposamente por Grande Ásia, dominado pelo Absolutismo Oriental, firmado na antiga filosofia burocrática e disciplinadora de Confúcio, contraposta à filosofia livre, racional e humanista da Nova Europa e do Império Americano, necessita de territórios para transferir os seus excedentes demográficos (...).

O Conselho Superior de Mandarins (...) decidiu reivindicar o território europeu como continuidade geográfica da Ásia e descarregar neste espaço entre 500 milhões a 1 bilião de chineses, redimensionando-o, passando a designar a Europa por ‘Ásia Ocidental’<sup>9</sup>.

As ilhas dos Açores retomam explicitamente a ilha da Utopia de Thomas More, que o pensador inglês qualificou como “Ótima República”. Nelas, um grupo de cidadãos da Nova Europa procura reconstruir, no Pico, os valores de uma sociedade extinta pelos Mandarins orientais.

---

<sup>9</sup> *Idem*, p. 21 e p. 25.



Extinguida a Nova Europa, um pequeno grupo de sessenta cidadãos, liderado pelo Reitor – agora chefe da Expedição de Sobrevivência – refugia-se na ilha açoriana e, uma vez desligados o Grande Cérebro Eletrónico e o hipercórtex, reaprende todos os comportamentos humanos e realiza um rousseauiano regresso à natureza.

A fuga para o Pico pode ler-se como uma recriação do bíblico Êxodo, ao mesmo tempo que o Reitor é um novo Noé.

Se considerarmos ainda o conceito de heterotopias tal como Michel Foucault o definiu, deveremos concluir que a criação literária da ilha do Pico nos oferece imagens heterotópicas. Segundo Foucault (1990: 39), as heterotopias são:

(...) lugares reais, lugares operantes, que estão inscritos na organização social, por assim dizer anti-espacos ou contrafortes, utopias realizadas verdadeiramente, nas quais os espacos reais dentro das respectivas culturas são simultaneamente representados, contestados ou invertidos, são como espacos fora de todos os espacos, mesmo que possam ser detetados”<sup>10</sup>.

2. Todavia, o futuro plasmado na obra permite também defini-la como uma ficção especulativa distópica, nos termos formulados por Margaret Snyder:

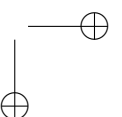
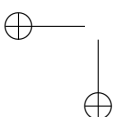
The future as imagined in dystopian speculative fiction must be simultaneously recognizable and unrecognizable, both like and not-like the present. (...) we must see the imagined future in our actual present and also recognize the difference between now and the future as imagined<sup>11</sup>.

De facto, uma ficção especulativa apresenta mundos futuros e contém elementos de ficção científica<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> Apud VILAS-BOAS, *idem*, p. 98.

<sup>11</sup> SNYDER, Katherine, “Time to Go: The Post-apocalyptic and the Post-Traumatic in Margaret Atwood’s *Oryx and Crake*”, *Studies in the Novel*, Vol. 43, Number 4, 2011, p. 470 (pp. 470-489).

<sup>12</sup> HILDEBRAND, Laura, “*Speculated Communities*”: *The Contemporary Canadian Speculative Fictions of Margaret Atwood, Nalo Hopkinson, and Larissa Lai*, MA Thesis, Faculty of Arts, University of Ottawa, 2012, p. 19: “Although speculative fiction is often classified as a



Todavia, essa projeção num futuro imaginário não impede a preocupação e o reconhecimento de traços do presente. Tal acontece porque “the future worlds presented in speculative fictions are invariably the results of extrapolation or accelerations of present social and political trends”<sup>13</sup>.

Em síntese: *O Último Europeu 2284* é a construção de uma sociedade perfeita baseada na organização social, na harmonia de todos os seus habitantes, nas vantagens do desenvolvimento técnico-científico, no respeito pela natureza, no contributo de cada um para o bem comum. Supõe, portanto, um pendor crítico à sociedade atual e propõe caminhos alternativos para o futuro da humanidade. Encara as ameaças do presente – em termos sociais, económicos, políticos e ambientais – não numa perspetiva de catástrofe apocalíptica, mas numa visão de crença na ilimitada capacidade humana de sobrevivência e de contínua aprendizagem.

O romance é simultaneamente uma utopia, uma heterotopia e uma distopia: se as duas primeiras são de modos diferentes “simulações de um desejo de mundo”, a terceira é uma simulação de “receios” desse mesmo mundo. As três são “discursos literários ligados à época em que se inserem, precisamente pelos motivos pelos quais pretendem afastar-se dela”<sup>14</sup>.

### Nota Biobibliográfica

Professora e investigadora do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. É vice-presidente do ILCH e presidente do Conselho Pedagógico do mesmo Instituto. Especialista em Literatura Comparada e em Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea, tem publicado ensaios sobre: escritores de língua portuguesa (Luís de Camões, Padre António Vieira, Camilo Castelo Branco, Guilherme de Azevedo, Eça de Queirós, Camilo Pessanha, Aquilino Ribeiro, Almada Negreiros, Miguel Torga, Agustina Bessa-Luís, Teolinda Gersão, Álvaro Manuel Machado, Almeida Faria, Orlanda Amarílis, Rui Knopfli, Mia Couto, Arménio Vieira e Germano

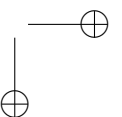
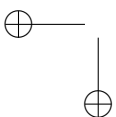
type of science fiction, it is more accurate to describe speculative fiction as containing elements of science fiction as well as elements of various other genres. (...) While the genre of science fiction is limited to texts that contain times, places, or characters that are significantly different from those of mimetic fiction, yet still perceived as being possible, the genre speculative fiction is not limited in the same way”.

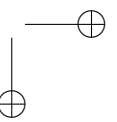
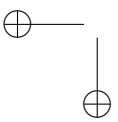
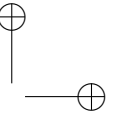
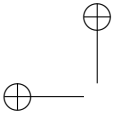
<sup>13</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>14</sup> VILAS-BOAS, *op. Cit.*, p. 117.



Almeida); mito de Don Juan; Ecocrítica; Literatura Fantástica e Policial; influências clássicas na Literatura Portuguesa Contemporânea; Diálogos entre a Literatura Portuguesa e as Literaturas Hispano-Americanas. As suas publicações mais recentes são os livros *Don Juan(ismo): o mito* (2014), *Artes e Ciências em Diálogo* (coordenação com Isabel Ponce de Leão e Sérgio Lira –2015), *Idades da Escrita: estudos sobre a obra de Agustina Bessa-Luís* (2016) e *Humores e Humor na Obra de Agustina Bessa-Luís* (coordenação com Isabel Ponce de Leão – 2017) e *Ecocriticism 2018. Literature, Arts and Ecological*.







## 2.1.21. *O Feitiço da Índia* de Miguel Real: Índia Geográfica, Demanda e Mito<sup>1</sup>



**Maria Luísa de Castro SOARES**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

Miguel Real (pseudónimo literário de Luís Martins), na obra *O feitiço da Índia*, dá ao leitor uma visão da Índia em três épocas marcantes da sua história, facto que fica expresso, desde logo, na “Apresentação”, onde o autor assume que “o *Feitiço da Índia* narra a história de três homens”<sup>2</sup>. Todo um registo histórico que esta obra claramente alberga mostra ao leitor características e factos de três épocas diferentes da História (os Descobrimentos; o período do Estado Novo; e o Pós 25 de Abril) que

vão desde 1498 a 1975 (1498 – chegada da armada de Vasco da Gama à Índia (...) com o degredado José Martins; 18 de dezembro de 1961 – a invasão das tropas da união indiana e, finalmente, 1975 – o restabelecimento entre as relações de Portugal e a União Indiana)<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup>REAL, Miguel, *O feitiço da Índia*, Lisboa/Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2012, p. 13.

<sup>3</sup>LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier Luís, “Língua Portuguesa e Lusofonia em Miguel Real”, in Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório (org.), *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*, Lisboa, Edições Colibri, 2016, pp. 47-82. Cit., p. 60.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 361-375.



Sem desconstruir ou infringir a História canónica, assume-se então o romance como um género “particularmente talhado para modelizar [...] em registo ficcional os conflitos, as tensões e o devir do Homem inscrito na História e na Sociedade”<sup>4</sup>. E, de modo específico, revela-se como uma ficção histórica ou como “romance histórico pós moderno”<sup>5</sup>, focando os conflitos político-sociais e a psicologia do indivíduo, ou seja, o “estudo da alma humana e das relações sociais”<sup>6</sup>. Posto isto, o romance histórico conjuga a ficção, “que é inerente ao romance e uma *certa verdade* que é própria do discurso da História. É, portanto, um *género híbrido*”<sup>7</sup>, em que o conceito de verdade única sobre um determinado acontecimento tende a ser substituído pelo de verdade plural. Segundo José Saramago,

Duas serão as atitudes possíveis do romancista que escolheu, para a sua ficção, os caminhos da História: uma discreta e respeitosa consistirá em reproduzir ponto por ponto os factos conhecidos, sendo a ficção mera servidora duma história que se quer inatacável; a outra, ousada, levá-lo-á a entretecer dados históricos não mais que suficientes num tecido ficcional que se manterá predominante. Porém, estes dois vastos mundos, o mundo das verdades históricas e o mundo das verdades ficcionais, à primeira vista irreconciliáveis, podem vir a ser harmonizados na instância narradora<sup>8</sup>.

No caso de *O Feitiço da Índia* de Miguel Real, a prevalência da ficção não faz da História um mero pretexto para o texto ficcionado. O autor adota a atitude de um certo respeito pelos factos conhecidos ou documentados, tanto mais que ao romancista se aduna o ensaísta, o crítico literário e o filósofo, sendo os seus textos uma tessitura polifónica na qual confluem e se congregam temas e ideias, “faces da mesma moeda que atestam também a coerência e a continuidade do seu pensamento e da sua escrita”<sup>9</sup>.

<sup>4</sup>REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina Macário, *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, p. 356.

<sup>5</sup>MARINHO, Maria de Fátima, *Romance Histórico em Portugal*, Porto, Ed. Campo das Letras, 1999, p. 12.

<sup>6</sup>SILVA, Vítor Manuel Aguiar e, *Teoria da Literatura*, Coimbra, Livraria Almedina, 1992, p. 671.

<sup>7</sup>MARINHO, Maria de Fátima, *Romance Histórico em Portugal*, p. 12.

<sup>8</sup>SARAMAGO, José, *História do Cerco de Lisboa*, Lisboa, Ed. Caminho, 1998, p. 56.

<sup>9</sup>LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier Luís, “Língua Portuguesa e Lusofonia em Miguel Real”,



Na lógica deste contexto, *O Feitiço da Índia* pode ser lido tendo em conta as exegeses ensaísticas de Miguel Real, designadamente, *A morte de Portugal*, ensaio cuja tese nuclear se centra numa abordagem dos quatro complexos culturais (viriatino, vieirino, pombalino e canibalista) que figuram como constantes da mentalidade coletiva portuguesa<sup>10</sup>. Como *eu* enunciador, homem de cultura e participante na sociedade civil, Miguel Real não deixa de interferir por adesão ou oposição à mitografia que analisa. E, se é um opositor da recorrente feição *canibalista* da mitogenia portuguesa, ligada a um instinto ou pulsão de morte – onde se enuncia uma “culturofagia” –, alguma adesão autoral se reconhece ao impulso de vida vieirino. Este (“resgatando o providencialismo de Ourique e o milenarismo de Bandarra”<sup>11</sup> e adaptando-se no tempo pelos diversos doutrinadores<sup>12</sup>) é um complexo que, no dizer do próprio Miguel Real, “nos determina a desejarmos mais do que nos pedem as forças e nos exigem as circunstâncias, pulsão social que orientou as caravelas portuguesas”<sup>13</sup>. A esta pulsão, que António Quadros chamou “mito henriquino”<sup>14</sup> ou da viagem<sup>15</sup>, dá voz Miguel Real, quando postula no referido ensaio:

Eis o Portugal europeu dos finais do século XV, princípios do XVI, ou seja o Portugal que revela à Europa que o homem é feito de muitos homens, muitas raças, muitos cores, credos, hábitos, [...] provocando [...]

in Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório (org.), *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*, p. 51.

<sup>10</sup>Sobre o assunto, cf. REIS, José Eduardo, “Requiem para uma ideia de nação: *A morte de Portugal* de Miguel Real”, in *Revista de Letras*, 2ª Série, nº 8, Vila Real, UTAD-CEL, 2009, pp. 217-227.

<sup>11</sup>REAL, Miguel, *A Morte de Portugal*, Porto, Campo das Letras – Editores S.A., 2007, p. 13.

<sup>12</sup>Algo de Vieirino perpassa, por exemplo, a epopeia de Camões (anterior ao Padre António Vieira), uma das vertentes de Fernando Pessoa (e.g. *Mensagem*) e a filosofia de Agostinho da Silva, que têm em comum, apesar das diferenças, um certo nacionalismo místico ou a ideia de transcendência coletiva nacional.

<sup>13</sup>REAL, Miguel, *A Morte de Portugal*, p. 14.

<sup>14</sup>QUADROS, António, *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista. O Sebastianismo em Portugal e no Brasil*, vol. 1, Lisboa, Guimarães Editores, 1982, p. 129.

<sup>15</sup>SOARES, Maria Luísa de Castro, “O Conto da Ilha Desconhecida de José Saramago e a simbologia da viagem”, in *Humanitas* 70 (2017), Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 109-126. Citação, p. 110. Disponível em <http://impactum-journals.uc.pt/humanitas/article/view/4772/3864> (consultado em 29-07-2019).

um contraponto prático-empírico [...] às visões físicas, matemáticas e astronómicas dos pensadores da Europa Central<sup>16</sup>.

Esta linha mítica do pensamento português, o *mito henriquino*, centrado na figura icónica do Infante de Sagres, podia servir de mote à obra *O Feitiço da Índia* de Miguel Real, se acrescida de dois outros itens também tradutores da unidade onírica que singulariza a cultura portuguesa. Referimo-nos à *sublimação da mulher* e à *supervivência do Amor*<sup>17</sup> recorrentes na história, mas sobretudo, constantes na literatura, simbolicamente adunados *ab initio* e, respetivamente, à dignificação feminina pelo culto mariano medieval e às figuras de Inês de Castro e D. Pedro que simbolizam o culto do Amor além da morte, de certa forma, um feitiço.

Na peugada deste alinhamento amoroso e enquadrado na história, o romance *O Feitiço da Índia* de Miguel Real retrata, com efeito, a vida de três portugueses e todo um percurso que os leva à Índia. José Martins, undécimo avô de Luís Martins<sup>18</sup>, vive em Alfama, contudo, após ser acusado e condenado, vê-se obrigado a partir para a Índia como degredado. Ao longo da obra, não temos grande acesso a outras informações temporais sobre a vida de José Martins. Sabe-se, porém, que este parte para Índia na primeira frota portuguesa a atracar no continente asiático, durante o reinado de D. Manuel, chegando a ser referido na obra como “o primeiro português a tocar solo indiano”<sup>19</sup>.

O relato da vida desta personagem na Índia é feito pelo terceiro português, que é também o narrador. Assim sendo, este (o narrador) quanto à presença ou lugar na ação é, no que diz respeito ao seu relato de vida, autodiegético, pois “narra as suas próprias experiências como personagem central dessa história”<sup>20</sup>, com um discurso que, neste caso, opera em 1ª pessoa, como se verifica na seguinte passagem:

<sup>16</sup>REAL, Miguel, *A Morte de Portugal*, p. 62.

<sup>17</sup>QUADROS, António, *Poesia e Profecia do Mito Sebastianista. D. Sebastião em Portugal e no Brasil*, vol. 1, pp. 129-130. Os mitologemas a que António Quadros faz referência na obra são: a *sublimação da mulher*; a *supervivência do amor*; o *mito henriquino*, o *Providencialismo da História de Portugal* e o *Encoberto*.

<sup>18</sup>REAL, Miguel, *O feitiço da Índia*, p. 38.

<sup>19</sup>*Idem, ibidem*, p. 13.

<sup>20</sup>CEIA, Carlos (coord.): *E-Dicionário dos Termos Literários (EDTL)*, Lisboa, s./e., 2009, s./p., disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/narrador/> (consultado em 25/07/2019).



Desfiz-me da participação nos negócios do Xavier em 2000, chegavam-me os juros do depósito no City Bank e uma ou outra aplicação nas fábricas de papel norueguesas que poluíam a América Latina, sobraria ainda muito dinheiro para alimentar a vida do Arun<sup>21</sup>.

Quanto à focalização, o narrador é onisciente, pois tudo sabe sobre o desenrolar da ação, evidenciando o domínio total dos acontecimentos, sendo também conhecedor das atitudes, características e particularidades das personagens.

No que diz respeito ao espaço, a imagem de Lisboa é descrita ao leitor em três temporalidades: a Lisboa Imperial, a do Estado Novo e a do Pós 25 de Abril. Sobre a Lisboa do dealbar do século XVI, eis um retrato cheio de visualismo e gosto pelo pormenor:

José Martins, o meu undécimo avô, fora barbeiro-cirurgião em Alfama, um montio de casinhotos de taipa e telha amalgamados uns sobre os outros no declive da encosta do Castelo de São Jorge, ruelas da largura de dois braços, por onde passavam burros de carregos e uns charruecos finos e longos pesados de farinha, peixe, carne e carvão que abasteciam o bairro, empurravam-nos ou puxavam-nos escravos pretos de músculos rochosos ou mouros de pele de bronze, peito nu, que enfeitiçavam as mulheres<sup>22</sup>.

Como pode verificar-se, José Martins viveu nos séculos XV-XVI, ou seja, durante o período áureo dos Descobrimentos, enquanto o narrador, seu descendente, é um homem da segunda metade do século XX, pelo que o tempo, nesta obra, é globalmente linear (três épocas, que representam balizas cronológicas), o que não exclui um discurso analéptico, um recurso à pós-memória e à memória, uma vez que os relatos e descrições reenviam, quer para o século XVI, quer para o decurso do século XX.

Sobre a localização da ação ou a geografia física da Índia (espaço maioritariamente representado no romance), o narrador põe enfoque no exotismo e o leitor consegue visualizar mentalmente o espaço pelo qual todas as personagens da obra se encantam e pelo qual todos os portugueses se deixam enfeitiçar, desde 1498 à contemporaneidade:

<sup>21</sup>REAL, Miguel, *O feitiço da Índia*, p. 285.

<sup>22</sup>*Idem, ibidem*, p. 69.



A Índia é uma terra louca, enlouquece-nos, sentia que desde que chegara, nessa manhã, o mundo mudara para si, abria-se de uma beleza e de uma harmonia que nunca tinha conhecido, recordou o colar de cravinas com que as mulheres de Capua lhe adornaram o peito, o toque excitante delas nas suas pernas, os seus vestidos longos coloridos como borboletas de Lisboa na Primavera<sup>23</sup>.

O testemunho do narrador-personagem, no segmento acima citado, evidencia claramente um espaço ou palco de ação concreto, mas parte de referências factuais para percepções sensitivas, que deixam pressupor os dois lados da Índia, sendo configurada a terra na sedução exercida pela mulher indiana. O próprio Miguel Real, em análise ao romance, afirma que o “feitiço da Índia”, que se exerce sobre os três homens, tem como “metáfora a mulher” e vice-versa: “Quando descrevo as formas físicas, corporais, sensuais e até carnavais das indianas é como se estivesse a descrever a Índia”<sup>24</sup>.

Por um lado, é descrita uma Índia real muito diferente da Europa em termos geográficos, civilizacionais e culturais, por outro, a Índia é *o nada que é tudo*, de Fernando Pessoa, uma Índia mítica, que enlouquece o homem, facto que se traduz numa *apetência* que perdurou durante séculos.

A viagem de José Martins na frota de Vasco da Gama, ou a de Augusto Martins – que, em 1953, a mando de Salazar integrou um grupo de “elite de trabalhadores portugueses”<sup>25</sup>, com o fito de “revitalizar a economia goesa”<sup>26</sup> –, ou a viagem de Luís Martins – que, no período da Revolução de Abril, partiu em busca do beijo do Pai –, todas assumem, no seu conjunto, o conhecimento experiencial da Índia, feito de terras, gentes e costumes. Mas, essas viagens são também ícones da *demand*a da Índia como reafirmação cultural do povo português, capaz de ultrapassar o choque civilizacional e de gerar um novo horizonte social pela miscigenação e adesão ao *Outro*. Com a personagem José Martins, a viagem é uma fuga, a princípio para um degredo, que se revelou uma sedução. Com Augusto Martins, a viagem ocorre integrada na faceta da emigração, diáspora característica do período do Estado Novo.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 54.

<sup>24</sup> REAL, Miguel, “Ler Mais, Ler Melhor – *O Feitiço da Índia*, de Miguel Real”, disponível em [www.youtube.com/watch?v=WIGjDibJNdw](http://www.youtube.com/watch?v=WIGjDibJNdw) (consultado em 30-07-2019).

<sup>25</sup> REAL, Miguel, *O feitiço da Índia*, p. 63.

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*, p. 63.



A Índia simboliza aqui historicamente a busca de vida melhor para si, para a Rosa, sua mulher, e para filho Luís deixados em Lisboa. Com um espírito comumente atribuído ao emigrante, a personagem viaja, mas sonha regressar ou, então, melhorar as condições de vida na Índia: “três anos aqui, pensou, e junto dinheiro para abrir uma serralharia em Lisboa, ou em Goa, se me der para isso, a Rosa deixará de lavar escadas e o nosso filho poderá frequentar o liceu”<sup>27</sup>.

Acontece, porém, que – enfeitado por Rhema, filha de um brâmane, por quem Augusto “entontecia de amor, embriagado, endoidado”<sup>28</sup> – se indianiza, simbolizando a sua vida, mais do que um cruzamento, uma síntese das culturas europeia e indiana.

No que se refere à viagem de Luís Martins (o narrador) à Índia, após o reatamento das relações de Portugal com a União Indiana, o que move a personagem é a *busca* de afeto: “Cheguei a Goa em 1975 à procura do Pai com uma irreprimível vontade de o forçar a dar-me um terceiro beijo. Bastar-me-ia o terceiro beijo para o nomear, não Pai, mas meu pai”<sup>29</sup>.

Todas são histórias de uma *busca*, de uma *demanda* que sempre culmina no feitiço do Amor à Índia, à mulher ou a ambas configuradas como *tellus, mulier, mater*.

De par com esta mística feminina, que para os homens é um “feitiço”, ao longo do relato sobre José Martins, localizado no tempo da chegada dos Portugueses à Índia em 1498, o leitor também é empossado de uma focalização histórica, onde ganha relevo uma perspectiva de como era visto o *Outro* no período dos Descobrimentos. Esta perspectiva é real, e comprovada na literatura da época, desde *Os Lusíadas*<sup>30</sup> à *Peregrinação*<sup>31</sup>. Se há uma atração exercida pelos indianos (ou indianas), no caso dos muçulmanos eram alvo de

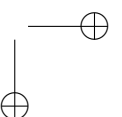
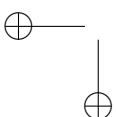
<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 130.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, p. 146.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, p. 16.

<sup>30</sup> Camões, n.º *Os Lusíadas*, canto VII, est. 5 chama ao povo muçulmano o “torpe ismaelita” e, no mesmo canto, est. 9 nomeia os Mouros “cães”. Cf. SOARES, Maria Luísa de Castro Soares, *Profetismo e Espiritualidade de Camões a Pascoaes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007, pp. 29-31.

<sup>31</sup> Na *Peregrinação*, os portugueses referem-se aos muçulmanos como “demónio em carne, caciz da seita *mafométrica*, caciz da maldita seita, perro, cão” e aos turcos como “nossos capitais inimigos” PINTO, Fernão Mendes, *Peregrinação*, vol. I, (edição cotejada com a 1.ª edição de 1614, leitura atualizada, introdução e anotações de Neves Águas), Lisboa, Publicações Europa-



intolerância religiosa, sendo apelidados de “cão islamita”<sup>32</sup> e “perros muçulmanos”<sup>33</sup>. O registo de Miguel Real sobre a Índia deve ser compreendido aqui, sem perder de vista a focalização do homem português dos séculos XV e XVI, europeu e católico. Assim, no romance de feição histórica, encontra-se a tendência cultural desse perfil. Considera-se que bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, dir-se-á que é o ponto de vista que cria o objeto: *esse est percipi*<sup>34</sup>, e Miguel Real – o ensaísta, homem de cultura que não se pode desligar do romancista – procura traduzir o olhar do tempo e revelar a mundividência do período dos Descobrimentos. Se, por um lado, não houve historicamente da parte dos portugueses uma atitude etnocêntrica face à diversidade cultural e étnica<sup>35</sup>, em relação aos muçulmanos/ mouros e à sua religião manifesta-se, no século XVI, um verdadeiro espírito de cruzada e uma intolerância religiosa.

Sobre a diversidade étnica, em relação à mulher, percebe-se até, como já foi dito, um certo apego, uma inclinação sexual pela indiana, sendo esta uma parte integrante do feitiço, que dá o título à obra e é o *leitmotiv* do romance, entendendo-se *feitiço* como encantamento que prende para além da razão.

Em simultâneo com o relato de José Martins, o narrador conta a história do seu pai Augusto Martins, que durante o Estado Novo partiu para a Índia para trabalhar nas minas de ferro em abundância na colónia. Em Lisboa, deixa a mulher e o filho que tinha acabado de nascer (o narrador da obra). Após a sua chegada à Índia, em 1953, Augusto fica, a mando do diretor geral de energia e minas de Goa, responsável de quatro minas de ferro. É devido a este encargo que Augusto conhece Rhema, “filha de brâmane”<sup>36</sup>, ou seja, filha de um membro da casta sacerdotal da religião Hindu (uma das quatro castas), por quem se apaixona e com quem tem uma filha Sumitha.

América, 1996, p. 43. Deve dizer-se, contudo, que a intolerância é mútua, pois, os muçulmanos referem-se aos portugueses como o “cão do outro lado do mundo”. *Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>32</sup>REAL, Miguel, *O feitiço da Índia*, p. 85.

<sup>33</sup>*Idem, ibidem*, p. 85.

<sup>34</sup>Trad. *Ser é ser percebido* [pelo sujeito que vê]. Cf. SAUSSURE, Ferdinand, *Curso de Linguística Geral*, São Paulo, Ed. Cultrix, 1997, p. 15.

<sup>35</sup>Cf. SOARES, Maria Luísa de Castro, “O encontro do Velho Continente com o Novo Mundo na Carta a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil”. In *Génesis e Consolidação da Ideia de Europa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009, pp. 171-191.

<sup>36</sup>REAL, Miguel, *O feitiço da Índia*, p. 13.



Segundo a cultura indiana, era proibida e fortemente criticada a união de duas castas diferentes e, embora Augusto seja português, povo que no geral era bem recebido e aceite pelos autóctones, este foi impossibilitado de casar com Rhema, que já havia sido prometida a um membro da sua casta. Por esse motivo, Augusto, cego de amor e completamente enfeitiçado pela beleza da jovem mulher, decide raptá-la, ficando em Goa, mesmo após a entrega da Índia Portuguesa à União indiana, em 1961.

Quanto ao terceiro português, filho de Augusto Martins e de Rosa, parte para a Índia em 1975. Ao longo do relato da vida desta personagem-narrador, o leitor vai tendo conhecimento de como era viver durante um período ditatorial português, no qual vigorava um clima de medo e desconfiança. Assiste-se igualmente a um desacreditar do regime do Estado Novo, a toda uma resistência por parte da população, facto visível em algumas personagens, com principal destaque para “Isabelinha”, amiga de infância do narrador, ícone representativo do ideário do final dos anos 60 do século XX:

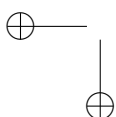
A Isabelinha dava nas vistas, frequentava o café Império em mesas suspeitas, ia à casa de banho, despia a saia bege e vinha de mini-saia, que o pai, o senhor Padeiro, lhe proibira, meia branca até ao joelho, a carne rósea virgem à mostra no principio das coxas, fumava, perna cruzada, a bainha bordada das cuecas à vista, batia os dedos contra o maço de tabaco para destacar o cigarro que iria fumar, forrava os livros de Marx e de Lenine com capas de revistas, a Plateia, a Maria, lia-os à mesa do café<sup>37</sup>.

A passagem supracitada clarifica e comprova que, nos últimos anos do Estado Novo, proliferavam já os ideais marxistas aliados a impulsos feministas. É também por meio da figura de Isabelinha que Miguel Real apresenta factos que aconteceram durante este período, desde a tortura, à repressão, à censura: “Isabelinha protestava, tudo é política, agora mesmo estão homens a ser torturados na prisão de Caxias”<sup>38</sup>.

A segunda metade do século XX corresponde ao tempo da narração, momento da história de vida da instância narradora e personagem central. Após a morte da sua mãe (Rosa), o narrador deixa o país que o viu nascer e crescer

<sup>37</sup> *Idem, ibidem*, p. 57.

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*, p. 57.





e parte para a Índia em busca do pai e do terceiro beijo que este lhe devia, e que seria o completar de um ciclo, a perfeição na simbologia cabalística:

O pai deu-me dois beijos, se me tivesse dado três beijos porventura eu não teria ido para a Índia à sua procura, toda a vida senti a falta desse beijo, como uma promessa nunca cumprida. Cheguei a Goa em 1975 à procura do Pai com uma irremediável vontade de o forçar a dar-me um terceiro beijo<sup>39</sup>.

Na Índia, o narrador com ajuda de Xavier (fiel amigo do seu pai Augusto Martins), encontra Rhema viúva, uma vez que Augusto Martins já tinha falecido, e sua meia-irmã Sumitha. Tal como José Martins e Augusto Martins, também este se deixa enfeitiçar pela Índia. À procura do terceiro beijo, Luís Martins acaba apaixonado pela meia-irmã Sumitha, com quem vem a casar e de quem vem a ter um filho de nome Arun, que nasce com deficiência por causa da consanguinidade.

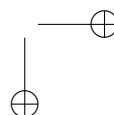
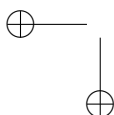
O romance relata fundamentalmente a atração da Índia sobre os portugueses, representados simbolicamente por três homens que, embora por diferentes motivos, todos acabaram enfeitiçados pela terra. É deste modo que se pode falar na Índia como *demanda* em Miguel Real, tendo em conta que o feitiço é sempre algo que determina o comportamento da pessoa, mas está para além dela. A Índia figura assim, desde o título da obra, como uma obsessão, mas não deve ser excluída da exegese deste romance histórico a Índia geográfica dada a vasta quantidade de descrições físicas do espaço:

Vasco da Gama ficara deslumbrado com a maravilhosa cidade de Calcutte, um dos mais importantes portos da costa do Malabar, confundira os minaretes e as altas cúpulas dos palácios régios e dos palacetes dos comandantes militares com as torres das igrejas europeias<sup>40</sup>.

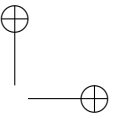
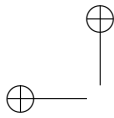
A Índia, *demanda e feitiço*, prende os três homens portugueses a uma terra tão distante da que deixaram para trás, mas a Índia que sonham é bem diferente da que encontram, sem que isso deixe de os enfeitiçar:

<sup>39</sup>*Idem, ibidem*, p. 16.

<sup>40</sup>*Idem, ibidem*, p. 51.







Na minha imaginação, desejava que a Índia cheirasse a raiz de mandrágora, a casca de sândalo ou a perfume de nardo, ou a gengibre moído, tão bela quanto um fragmento translúcido de cânfora, mas não, cheirava a pó denso e ressequido entre o aeroporto e a Marina Drive, um pó sujo, sólido, azedo, húmido e vivo, como a rebentação das águas uterinas da mulher, que se me entranhou até hoje no meu corpo, enfeitando-me<sup>41</sup>.

As razões que explicam este feitiço podem ser confusas e de certo modo estranhas, como se pode verificar na citação acima, porém, é clara a influência que esta terra tem sobre José Martins e os seus descendentes, ideia que se materializa nas personagens femininas.

A questão que se nos coloca, nesta altura, é a de podermos afirmar como a obra de Miguel Real espelha ideologicamente as forças e pulsões míticas, ou seja, até que ponto esta obra está impregnada de mitologemas ou constructos psicológicos e culturais definidores da nossa identidade. Numa perspetiva muito abrangente, alguns estudiosos defendem que todo o nosso devir histórico está impregnado e “é animado por [...] mitos que foram dominantes na crença que os nossos maiores tiveram no País, desde o milagre de Ourique até às profecias do padre António Vieira”<sup>42</sup>, sendo que “os mitos [...], mesmo quando sejam postos em dúvida, constituem o imaginário de um povo”<sup>43</sup>, sustentando a sua existência. Num âmbito direcionado para o *século de ouro* português, escreve Eduardo Lourenço que

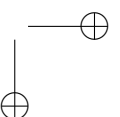
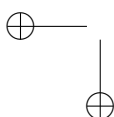
a empresa marítima que para nós serão as Descobertas [sobretudo a chegada à Índia por mar] não é um acontecimento da ordem profana. E nenhuma exegese “racionalista” que não inclua este dado tão simples compreenderá jamais, não o que foram os Descobrimientos como óbvios feitos marítimos de finalidade humana não menos óbvia, mas o que são como acontecimento impondo leitura mítica na sua essência<sup>44</sup>.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p. 17.

<sup>42</sup> SOUSA, Antónia, “Entrevista com António Quadros”, in *António Quadros*, Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1993, p. 75.

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*, p. 76.

<sup>44</sup> LOURENÇO, Eduardo, “As descobertas como mito e o mito das descobertas”, in *A Morte de Colombo (Metamorfose e Fim do Ocidente como Mito)*, 1ª ed., Lisboa, Gradiva, 2005, p. 38.



Sem divergir de todo do estudioso citado e da obra em análise *O Feitiço da Índia* de Miguel Real, António Quadros dá também à viagem um sentido mais amplo, de *demanda* de índole coletiva:

é embarcando ou navegando que pode vencer-se a morte e ultrapassar o pétreo simbolismo do túmulo. Mas barca ou não implicam viagem ou via. [...] Manter vivo o sentido do descobrimento, é manter em nosso espírito a consciência da precariedade do saber e a urgência de constantemente se dobrar um novo cabo, em busca de uma nova Índia<sup>45</sup>.

A este propósito, profetiza Fernando Pessoa: “E a nossa grande Raça partirá em busca de uma Índia nova, que não existe no espaço em naus que são construídas *daquilo de que os sonhos são feitos*. E o seu verdadeiro e supremo destino, de que a obra dos navegadores foi o obscuro e carnal ante-arremedo, realizar-se-á divinamente”<sup>46</sup>. Também Pinharanda Gomes, na obra *Fenomenologia da Cultura Portuguesa*, escreve sobre a “Mitificação e desmitificação da Índia”, encarando-a como aventura para a Nova Índia do espírito, que funciona como “o fim, a finalidade, a esperança”<sup>47</sup>, verdadeiro “mito da apetência portuguesa como Pátria”<sup>48</sup>. O mesmo estudioso afirma que

Descobrir a Índia não constituía uma tarefa histórica, constituía, sim, uma missão intemporal. A missão de desmistificar a geografia terrestre e de, através dessa desmistificação, levar aos homens o que deles era realmente: o direito ao humanismo, a fundamentação dos princípios da sua liberdade!<sup>49</sup>

<sup>45</sup>QUADROS, António, *O Espírito da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Ed. Sociedade de Expansão Cultural, 1967, pp. 77-78.

<sup>46</sup>Cf. Pessoa, Fernando, “A Nova Poesia Portuguesa no seu aspecto Psicológico”, in *Páginas íntimas e de auto-interpretação*. Reproduzido parcialmente in PESSOA, Fernando, *Mensagem e outros poemas afins*, (Introdução, organização e bibliografia de António Quadros), Lisboa, Ed. Europa-América, s./d., p. 173.

<sup>47</sup>GOMES, Pinharanda, “Mitificação e desmitificação da Índia”, in *Fenomenologia da cultura portuguesa*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970, p. 132.

<sup>48</sup>*Idem, ibidem*, p. 131.

<sup>49</sup>*Idem, ibidem*, p. 132.



E o pensador acrescenta: “A Índia era o sonho das gerações portuguesas, destas de agora, como das de outrora. Era a remota possibilidade de purificar a Biologia através da Teologia”<sup>50</sup>.

Eis, pois, que *O Feitiço da Índia* de Miguel Real, sendo um romance histórico, exige *per se* uma análise hermenêutica, mas é além disso integrável na obra de um autor que é também um ensaísta e um filósofo. No romance, os cenários pessoais narrados (de José, de Augusto, de Luís Martins) devem ser compreendidos no enquadramento da demanda da Índia como nova descoberta não só do espírito – como proclamavam os pensadores do século XX – mas também do corpo, na sua mais ampla expressão sensual.

O Oriente – e especificamente a Índia – já no tempo das Descobertas, estava aureolado de sumptuosidade lendária e mítica, sendo que, no presente, “o feitiço da Índia” permanece válido. No dizer de Pinharanda Gomes, “a Índia corre no sangue dos portugueses”<sup>51</sup>.

A ida das três personagens da obra de Miguel Real à Índia, não sendo relatada na sua extensão por mar, pode, contudo, ser encarada como história de uma *busca*, partindo de uma situação de *falta*. E a *busca* é sempre uma *viagem*, vetor que, no caso português, funciona como imagem psicodinâmica. A viagem (descoberta, degredo, emigração, busca, demanda...) é um mitologema que se inclui dentro de um sistema de valores tribal, apontando caminhos para nos tornarmos conscientes de nós mesmos.

*Literatura, Filosofia e Cultura*, palavras que figuram anexadas ao nome de Miguel Real, cumprem-se neste romance que se integra no contexto geral da sua obra e nas linhas míticas do pensamento português, designadamente, na questão da viagem à Índia, entendida como mito, demanda, feitiço, ou deambulação exterior a que o homem se entrega. Mas, mais do que isso, a ida à Índia é, nesta obra (e de modo específico), expressão de uma verdadeira viagem interior, em que é focado “o *sair de si* como forma de encontro do *eu*”<sup>52</sup>. A busca da Índia é a busca do *si-mesmo* ou da *identidade*. Esse encontro da identidade no *lá-fora*, nas duas primeiras personagens – José Martins e Augusto Martins – resolve-se e sublima-se na união amorosa com uma mulher incomum, que é parte do *feitiço*. Porém, no caso do undécimo neto, além da

<sup>50</sup>*Idem, ibidem*, p. 136.

<sup>51</sup>*Idem ibidem*, p. 132.

<sup>52</sup>SOARES, Maria Luísa de Castro, “O Conto da Ilha Desconhecida de José Saramago e a simbologia da viagem”, in *Humanitas* 70, p. 119.



realização amorosa, o narrador-personagem precisaria da figura de identificação parental que não existiu. A atração ou “feitiço da Índia” – que se tornou justificação da viagem – foi a falta do terceiro beijo. A procura do beijo do pai Augusto, que não se efetivou, implica assim a permanência da *demanda* e significa a incompletude do *eu* pela falta do afeto, como pode verificar-se nas últimas linhas da obra: “Posso morrer em paz, não totalmente em paz, sinto falta do terceiro beijo que o pai nunca me deu”<sup>53</sup>.

\*

Depois deste excurso, resta dizer sobre Miguel Real que seria muito mais fácil de analisar, se não fosse tão grande, contemporâneo e próximo de nós. Quanto ao romance *O Feitiço da Índia*, dir-se-á, na pegada de Vincent Jouve<sup>54</sup>, que pode colocar-se no nível mais elevado da obra literária, o nível “brûlant”, porque permite várias interpretações passíveis de serem sustentadas, sendo esta apenas uma delas.

### Nota Biobibliográfica

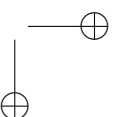
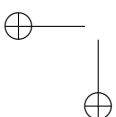
É doutora em Literatura Portuguesa pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e diretora do 3º ciclo – Doutoramento em Estudos Literários. Leciona Literatura Portuguesa Clássica; Cultura Portuguesa: Do Renascimento ao Modernismo e Olhares Literários sobre o século XXI. É Formadora certificada nas áreas de Literatura Portuguesa e Teoria da Literatura. É investigadora no Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – CECH-UC. Tem publicações várias em artigo, em capítulo de livro e em livro, entre outras, *Profetismo e Espiritualidade de Camões a Pascoaes*. Coimbra, Imprensa da Universidade; *Nas encruzilhadas do século XX: António Sardinha e Teixeira de Pascoaes*, Vila Real, UTAD; *Do Classicismo ao Maneirismo e ao Barroco e a sua projecção na Actualidade*. Vol. I (UTAD), vol. II (e-book); *Do Renascimento à sua questionação*, 2 vols, Vila Real, UTAD; *Considerações gerais sobre a Literatura Tradicional de Transmissão Oral: uma proposta de análise à versão portuguesa de «A Gata Borracheira»*, Vila Real, UTAD. É colaboradora estrangeira do Grupo de Estudos em Literaturas de Língua Portuguesa (GELLP),

<sup>53</sup> REAL, Miguel, *O feitiço da Índia*, p. 376.

<sup>54</sup> JOUVE, Vincent, *La Littérature selon Barthes*, Paris, Éditions de Minuit, 1986, p. 53.



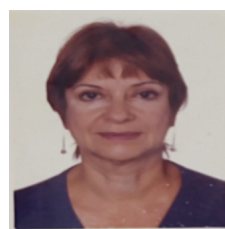
da Universidade Estadual do Piauí – Brasil. É Membro do Conselho de Direção da Nova Águia. Revista de Cultura para o Século XXI, revista onde tem várias publicações, e é sócia honorária do MIL-Movimento Internacional Lusófono (Integrado na PASC – Plataforma Ativa da Sociedade Civil).







## 2.1.22. *A Guerra dos Mascates* ou Quando o Açúcar Salga, Apimenta e faz Rir<sup>1</sup>



**Maria Theresa Abelha ALVES**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Não faltariam malignos que julgassem ter sido esta crônica inventada à feição e sabor dos tempos de agora [...]. Se os tempos volvem como as vistas de uma marmota, e as figurinhas cá do presépio da terra entram para saírem, com os mesmos engonços e geringonças, embora metidas em trajos diferentes, disso não tem culpa o cronista<sup>2</sup>.

Há muitas maneiras de contar uma história: procurar a fidelidade, sempre impossível ao acontecimento, ou preencher os vazios deixados nos registros oficiais com a imaginação; adotar uma aparente, disciplinada ou real seriedade e objetividade; ou utilizar a indisciplina alegre do riso, da ironia e do grotesco (des)construtores. A opção do premiado ensaísta, romancista, teatrólogo e pensador da cultura portuguesa, Miguel Real, em seus romances históricos do ciclo brasileiro, consiste em penetrar nos meandros do passado para neles buscar a compreensão não só do passado mas, sobretudo, do presente, através de uma perspectiva irônica, satírica, dialógica, questionadora que desvela os

---

<sup>1</sup> Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup> ALENCAR, José, Advertência, *A Guerra dos Mascates*, in *Obra Completa*, vol. 3, Rio de Janeiro, Editora José Aguilar, 1958, p. 33 e pp. 25-219.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 377-400.



fatos econômicos subjacentes, que desmonta objetividades, que faz cintilarem as múltiplas respostas culturais dos envolvidos. Se o presente e o passado mantêm espelhamentos entre si, se é possível ao cronista interpretar um em razão do outro, pois as figuras da terra só mudam os trajes, se os olhos do tempo são como os da marmota, “disso não tem culpa o cronista”, mas nisso pode estar os encantos e o interesse do que ele conta e recria para fazer pensar.

Dos cinco romances do ciclo brasileiro, elejo *A Guerra dos Mascates*<sup>3</sup> que se refere a um acontecimento histórico do Brasil Colonial, ocorrido de 1710 a 1711 e que foi marcado por uma série de confrontos entre duas cidades da capitania de Pernambuco: Olinda e Recife, envolvendo ordens religiosas e duas classes sociais: de um lado, a aristocracia açucareira que detinha o poder político, que era proveniente dos primeiros colonos portugueses que chegaram às terras brasileiras com o primeiro donatário da Capitania, classe à beira da ruína, porém orgulhosa de suas origens, de seus privilégios, e de seus engenhos, antes prósperos e, na altura, quase falidos, e de seu passado glorioso confirmado na luta contra os “holandeses infiéis”, e, de outro lado, os comerciantes também portugueses, chegados mais recentemente a Pernambuco e enriquecidos pelo comércio do açúcar e dos escravos e, ainda, pelos empréstimos a juros. Aqueles os mazombos e estes os mascates<sup>4</sup>. A “Guerra dos

<sup>3</sup>REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2011.

<sup>4</sup>Em 1630, os holandeses, que já haviam invadido a Bahia, em 1624 e de lá foram expulsos um ano depois, fizeram nova tentativa para se lançarem no comércio rendoso do açúcar brasileiro e invadiram Pernambuco e, de Recife, conquistaram todo o território litorâneo do Nordeste até o Maranhão. Terminado o domínio espanhol e efetivada a Restauração, D. João IV quis recuperar as terras do Nordeste brasileiro, mas a expulsão dos holandeses só se deu em 1654, com a “Insurreição Pernambucana” patrocinada pelos senhores de engenho de Pernambuco. Expulsos das terras brasileiras, os holandeses passaram a produzir e comercializar açúcar nas Antilhas, fomentando, pela concorrência, a diminuição do preço do produto brasileiro no mercado europeu. Com a destruição dos engenhos pelas guerras, com a fuga das divisas no custeio da “Insurreição”, com a queda do preço do que produziam, os senhores de engenho, os *mazombos* de Olinda, ficaram à beira da falência e tiveram que recorrer aos empréstimos oferecidos pelos comerciantes, os *mascates* de Recife. Embora Recife detivesse o poder econômico, Olinda continuava detendo o poder político como sede da Capitania de Pernambuco. E Recife, que se desenvolvera na época holandesa e continuava a crescer pelo comércio facilitado pelo porto de que dispunha, continuava sob jurisdição olindense. Descontentes com isso, os mascates pediram à Coroa que Recife fosse elevada à vila, com jurisdição própria. Permissão dada pelo Rei em Carta Régia, de 1709 ao então governador da Capitania, Sebastião de Castro Caldas. Tais acontecimentos, incrementados pelos medos de uns, ambições de outros e oportunismos de muitos, serviram de estopim para a “Guerra dos Mascates”.



Mascates” constituiu-se, portanto, como uma disputa que envolveu o poder político, o econômico e o religioso de então<sup>5</sup>.

Sobre a “Guerra dos Mascates” há poucos registros históricos<sup>6</sup>. Por serem escassas, por serem parciais já que todo ponto de vista é sempre relativo, até mesmo o que se diz imparcial<sup>7</sup>, além de pouco material oferecerem sobre a guerra em si, torna-se muito difícil acreditar em tais fontes ou delas não suspeitar<sup>8</sup>. Aos que mais tarde vieram recontar tais enredos restava apenas uma opção: dizer o que não foi dito, preencher as lacunas com a invenção, trabalhar imaginativamente para fazer emergirem do passado as “vozes submersas”<sup>9</sup>, esquecidas pelo tempo ou silenciadas pelos interesses, mas na certeza da falácia da verdade absoluta e de que a História se constrói por muitas histórias que circundam datas e tornam os fatos verossímeis e, por isso mesmo, críveis.

Antes de Miguel Real, dois ficcionistas brasileiros do Romantismo criaram romances tendo a Guerra dos Mascates como pano de fundo: José de Alencar e Franklin Távora. Este escreveu dois romances ambientados num

<sup>5</sup>MELLO, Evaldo Cabral de, *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, 1666-1715*, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Editora 34, 2003. Miguel Real, em seu romance, alude a esta obra. (Cf. Real, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 51).

<sup>6</sup>Ela é focalizada em três histórias sobre a América Portuguesa: a de Rocha Pita, datada de 1730, nitidamente favorável aos mazombos (PITA, Sebastião da Rocha, *História da América portuguesa*, Rio de Janeiro, Garnier, s.d); a do inglês Southey, publicado em Londres, em 1810 (SOUTHEY, Robert, *História do Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1981); a de Varnhagen, publicada em 1854 (VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*, vol. 2, 10.<sup>a</sup> ed, Belo Horizonte/ São Paulo, Edusp/ Itatiaia, 1981) que reduz o conflito à disputa pelo poder municipal. Há ainda artigos publicados na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil que reproduziram as “memórias” de Fernandes Gama, favoráveis à aristocracia de Olinda. Em manuscritos da época dos acontecimentos, inspirou-se Joaquim Dias Martins para seu livro *Os mártires pernambucanos, vítimas da liberdade* que tece a biografia dos nobres envolvidos na guerra e os acontecimentos que a ela se seguiram. Se estas fontes privilegiavam os senhores de engenho, outras há a favor dos mascates, por exemplo, a crônica de Manuel dos Santos, médico que socorreu o governador após o atentado que ele sofrera, intitulada *Narração Histórica das calamidades de Pernambuco* e que também foi publicada pela revista do mesmo Instituto, em 1890.

<sup>7</sup>SHAFF, Adam, *História e verdade*, 5.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Martins Fontes, 1991, p. 105.

<sup>8</sup>Miguel Real alude a Fernandes Gama, a Dias Martins e a Rocha Pita como historiadores da Guerra dos Mascates (Cf. REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 69).

<sup>9</sup>LACAPRA, Dominick, “A História e o Romance”, *RH Revista de história*, Campinas, IFHC/UNICAMP, n.2/3, 1991, p. 139.

engenho do interior<sup>10</sup>: *O Matuto e Lourenço*. Ambos enaltecem a coragem dos matutos e a fidelidade que devotavam aos senhores em cujas terras trabalhavam. Távora louva suas ações no acontecimento histórico, dando a elas um caráter emancipacionista que não tiveram. Miguel Real não se interessou por tais romances, embora também tenha focalizado o contributo dos matutos à campanha de Olinda, porém a imagem que o romance português oferece fica bem distante da oferecida positivamente pelo idealismo do autor brasileiro. Já o romance de José de Alencar, *A Guerra dos Mascates*<sup>11</sup>, pintado como sátira ao poder, interessou a Miguel Real. O romance homônimo do escritor português é dedicado “com um abraço romântico”, ao autor brasileiro. Confessadamente, ele diz ter-se inspirado no romance de Alencar, continuando-o. Não só na dedicatória o escritor português menciona o brasileiro mas também já no interior do romance, quando narra o “acaso feliz” que propiciou o encontro de Julinho, personagem de *A voz da Terra*<sup>12</sup> com Vidal Rabelo, “personagem d’ *A Guerra dos Mascates*, de José de Alencar”, acrescentando que ambos se apresentaram “para desenharem o contorno da história do segundo romance com o mesmo título, *A Guerra dos Mascates* continuação desenvolvida e aporuguesada do primeiro”<sup>13</sup>. É possível que o riso iconoclasta de Alencar tenha sido uma das causas do interesse do escritor português.

A ironia de Alencar começa a partir do próprio título – *A Guerra dos Mascates* – pois ele não focalizou a guerra, terminou o romance quando ela iria começar. O fato em si não o motivou, interessaram-lhe os bastidores do fato, as intrigas, convenientes ou não, reais ou apenas possíveis, que o originaram, moveram-no os pequenos quadros da sociedade do século XVIII que

<sup>10</sup>A família dos matutos, um casal e um filho adotivo que é filho biológico do pároco, vive do que planta no engenho Bujari. O filho adotivo é Lourenço que, romanticamente, passa da rebeldia ao heroísmo, e se constitui como protagonista do segundo romance. Quando a guerra entre mazombos e mascates foi deflagrada, os senhores de engenho do interior de Pernambuco, entre eles o do engenho de Bujari, com todos os seus matutos, entraram na guerra contra os mascates, aliados aos nobres de Olinda. Cf. TÁVORA, Franklin, *O matuto – Crônica pernambucana*, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1878, disponível em [www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01902400#page/5/mode/1up](http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01902400#page/5/mode/1up) (acedido a 19-02-2021). E TÁVORA, Franklin, *Lourenço: crônica pernambucana*, São Paulo/Brasília, Martins / INL, 1972.

<sup>11</sup>ALENCAR, José, *Ob. Cit.*, pp. 25-219.

<sup>12</sup>REAL, Miguel, *A Voz da Terra*, Porto, Quidnovi, 2007.

<sup>13</sup>*Idem*, *A Guerra dos Mascates*, p. 38.



persistiam, com suas mazelas e desconcertos, na sociedade do século XIX. Para tanto sua imaginação completou o incompleto, esclareceu o obscuro, nos percursos de ida e volta de um século ao outro, tornando o passado contemporâneo do presente, tão contemporâneo quanto sobre ele se lançaram questionamentos, tão contemporâneo quanto escrito com a pena da galhofa que torna risível a História e o Poder, retirando-lhes o fechamento e a definição. Preferencialmente, descreveu os costumes e as ações das personagens ficcionais que contracenaram com as históricas, deslocando o interesse devotado a estas por aquelas. Alencar perseguiu a dimensão humana por trás dos condicionamentos sociais e históricos e, assim, desconfiou da verdade absoluta e preferiu as versões, cômico de que a sua verdade seria apenas mais uma. Alencar narrou sua versão mediante cortes de uma intriga para a outra, algumas destas interrupções ocorrem em importantes momentos, aguçando o interesse do leitor. Tudo se estrutura mediante um narrador jocoso, sério por trás da ironia que, simultaneamente, conta o que houve e o que há, criticando figuras e instituições, utilizando a lente de aumento na caracterização das personagens, transformando-as em risíveis caricaturas. O tom cômico e crítico surge desde o início da narrativa, quando se descreve a casa de Simão Ribas, personagem envolvida no que virá a ser a contenda. A atitude viril que se espera de um herói guerreiro é frustrada, pois ele é surpreendido numa cena doméstica, obedecendo aos extravagantes gostos pictóricos da mulher, que mandou que ele pintasse a casa com uma paleta absurda a ponto de a casa ter sido apelidada de “a casa do Perereca”, fornecendo a seu dono um epíteto que lhe derrubou, à partida, qualquer heroísmo<sup>14</sup>. Nada foge aos olhos do narrador, tudo adquire sentido no jogo de escrever o ontem para pensar o hoje. Nada foge às lentes de aumento na caracterização do poder. É o que acontece, por exemplo, com o retrato do governador Sebastião de Castro Caldas, cujo parecer “era nobre e

<sup>14</sup>Uma subordinação dos homens e dos acontecimentos às mulheres era impensável no século XVIII, tempo da história narrada, mas tal subordinação acompanha muitos momentos da narrativa, como se todo o conflito se devesse às mulheres, em virtude de umas trovas jocosas a elas endereçadas e que não lhes agradaram. Embora elas tenham um papel importante e até mesmo protagonizem alguns episódios, são risíveis. D. Severa, por exemplo, denominada “revelhusca”, foi caricaturada de forma ridícula. O adjetivo pejorativo – revelhusca – referia-se à idade e aos hábitos e preconceitos dela, sempre ultrapassados. Muitas ações do romance a ela se devem. Com o jovem Nuno, de senhora ela e ele de pajem, reproduzem cenas quixotescas que despertam o riso.



viril”, porém “em repouso”<sup>15</sup>. Assim as ações do governador são interpretadas como não viris e tampouco nobres. Personagens de uma e de outra facção são ridicularizadas, carnavalizadas numa grande comédia em que o riso funciona como um dos mais eficazes e proveitosos agentes de crítica<sup>16</sup>, para iluminar o que tem sido responsável pelos problemas do país, desde os tempos coloniais: falta de projetos eficazes, autoridades despreparadas, abundância de interesses. A mesma concepção de história e a mesma perspectiva crítico-satírica do romântico brasileiro ecoam no contemporâneo português.

O romance de Miguel Real, homônimo do de José de Alencar, demonstra que, se muitas vezes o açúcar cumpre sua função de adoçar, outras vezes, e não poucas, ele salga, apimenta e faz rir. A obra entrelaça o doce lirismo romântico, que se realiza através de ligações legitimadas, a amores adúlteros que geram morte e acionam vinganças ou aos apimentados amores das senzalas, dos alcouces e até das sacristias, e, entre uns e outros, produtores e comerciantes do açúcar salgam os ânimos e os acontecimentos quer através de mútuas acusações, quer através de obscuras intrigas, quer através de interesses oblíquos, porque é o dinheiro que tudo move e a todos comanda.

Mas, se como nos ensina o narrador de *A Guerra dos Mascates* com o refrão que acompanha seu romance “O princípio é o caminho do fim”<sup>17</sup>, comecemos por onde se deve começar. Num capítulo intitulado “Esclarecimento do título deste romance”, o narrador expõe sua concepção de História, a um só tempo apresentando um tributo a Herculano e a José de Alencar. A este se deveu para a posteridade a designação de “guerra” ao que, nas fontes contemporâneas dos levantes, eram meras “sedições”, “sublevações”, “altercações”, àquele deveu-se ter demonstrado que um personagem como Eurico, presbítero que não existiu, pudesse ser verdadeiro. Assumindo seu nome de escritor, Miguel Real acrescenta que decidiu escrever sua versão para provar que “Alencar, literato e não historiador, possui do coração da gente o senso agudo e iluminante que transforma a matéria-bruta que os historiadores esquadrinham no verdadeiro sentido da história”<sup>18</sup>. Este sentido manifesta-se “na criação de

<sup>15</sup> ALENCAR, José. *Ob. Cit.*, p. 46.

<sup>16</sup> Quando o romance foi publicado, houve os que encontraram no retrato caricatural do governador de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas e no do secretário deste, Barbosa de Lima, respectivamente o imperador D. Pedro II e o Visconde de Rio Branco.

<sup>17</sup> ALENCAR, José. *Ob. Cit.*, p. 13.

<sup>18</sup> REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 51.

símbolos que, na sua simplicidade, mas não menos verdade, arrebatam os povos, forçando-os a excederem-se<sup>19</sup>. É com a mesma concepção de Alexandre Herculano, que advoga o poder das lendas para a verossimilhança histórica<sup>20</sup> que o escritor contemporâneo, dirigindo-se aos leitores que acreditam no futuro da fantasia e da beleza, adverte: “só a lenda habitada no coração da gente vive e se multiplica!”<sup>21</sup>. É com o mesmo “senso agudo e iluminante” de José de Alencar que o escritor português volta-se para o passado colonial brasileiro para focalizar o passado português colonizador.

Temperados pelo ódio, pelo jogo de interesses, pelo gosto do poder, pela ganância e inveja, sentimentos que salgam mesmo em meio à abundância de açúcar e até por causa dela, deu-se a guerra. O romance denota rigorosa pesquisa histórica e os acontecimentos estão nele presentes assim como os agentes reais que os protagonizaram. Datas e documentos se fornecem, aprofundando a veracidade do narrado. Os eventos progridem na ordem e no tempo precisos, obedecendo ao princípio que subordina os fins às causas no encadeamento dos eventos, por fidelidade ao protocolo histórico. Os antecedentes são evidentes: a obediência do governador a uma Carta Régia que concedia autonomia ao Recife. Depois de o Recife festejar sua soberania e do atentado contra o governador Sebastião de Castro Caldas e sua posterior fuga para a Bahia, deu-se o “Levante dos mazombos”<sup>22</sup>. A cidade do Recife foi tomada, o pelourinho foi destruído, as hostes matutas do interior que engrossaram as fileiras olindenses, sob os gritos de ordem “O Recife é nosso! O Recife é nosso!”<sup>23</sup>, saquearam as casas dos mascates mais ricos. Houve reunião da Câmara de Olinda para a escolha de novo governador, e o terror se instaurou em Recife. Os mascates, entretanto, se reorganizaram e foram à desforra, subornando as milícias dos fortes, angariando o contributo dos índios e dos negros, e, atacando em várias frentes, desnortearam as forças olindenses. O Recife se libertara, provocando gritos de vivas. Os mazombos, por sua vez, decidiram vencer Recife pela

<sup>19</sup> ALENCAR, José. *Ob. Cit.*, p. 51.

<sup>20</sup> Alexandre Herculano demonstra a importância de auscultar as lendas e as tradições: “A história conta-nos o fato, a tradição os costumes. A história é verdadeira, a tradição verossímil; e o verossímil é o que importa ao que busca as lendas da pátria”. Cf. HERCULANO, Alexandre “O Bispo Negro”, in HERCULANO, A., *Obras poesia, teatro, ficção*, vol. 1, São Paulo, ed. Saraiva, 1959, p. 818.

<sup>21</sup> ALENCAR, José. *Ob. Cit.*, p. 52.

<sup>22</sup> REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 239.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 248.

fome e fizeram o cerco da cidade que duraria quatro meses. Os mascates contornaram a fome de todos que se agravava por doenças e fantásticas visões, atravessando, às escondidas, o alimento necessário para que a cidade não se rendesse. O governador-geral do Brasil, D. Lourenço de Almada, também mandou víveres para Recife. Do interior, o exército mestiço de Cristóvão Pais Barreto e o exército índio de Sebastião Pinheiro Camarão se uniram e, ajudados pela resistência dos escravos chefiados por Manuel Gonçalves, reinol apelidado de Tundacumbe, impediram os avanços dos mazombos. O novo governador de Pernambuco, Félix José Machado, chegou com uma esquadra, e, em 17 de novembro de 1711, o pelourinho foi reerguido na cidade, foi eleita a nova Câmara do Recife e os mascates voltaram às costumeiras fainas.

Tudo isso é História que o romancista sabe ser necessário lembrar, pois esquecer é negar-se à reflexão acerca do presente e anestesiá-lo da utopia. Mas o romancista sabe também que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi”<sup>24</sup>. Ele tem consciência de que escrever sobre o passado é “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento”<sup>25</sup>, pois só por meio dessa memória que fulgura no hoje se consegue o milagre de devolver ao real o possível que sempre lá esteve. Tal possibilidade só se restitui pela máscara desassossegada da ficção que é capaz de trilhar caminhos de ida e vinda e resgatar a história apagada pelos registros oficiais. Por isso mesmo, antes e depois dos acontecimentos históricos, e mesmo em meio a eles, o romance se faz de muita imaginação, de muitas lendas, de muitos provérbios e muito humor e ironia que complementam as datas e os documentos, dando-lhes vida e ação. Faz-se até de uma voz apreciadora e judicativa que interpreta os agentes da guerra nomeando-os ora por “cobra”, ora por “pomba”, segundo seus desempenhos no desenrolar dos acontecimentos. Há uma aposta na liberdade da literatura, que permite animar o inanimado, conceder brilhante raciocínio ao irracional tornando-os mais humanos que os homens, indo ao encontro de três ipês coloridos e compassivos e de dois gaviões faladores que interpretam e interpelam o tratamento desumano que foi dado aos naufragos judeus. Ao ressuscitar o passado, mostra-se

<sup>24</sup>BENJAMIN, Walter, Sobre o conceito da história, in *Magia e técnica, arte e política, ensaios sobre literatura e história da cultura*, Obras escolhidas, trad., Sérgio Paulo Rouanet, 6.<sup>a</sup> ed, vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1993, p. 224.

<sup>25</sup>*Idem, ibidem.*



que ele pode ainda estar vivo e, assim, servir de lição ao presente, discutindo influências e responsabilidades<sup>26</sup>.

A salutar aposta na ficção se manifesta através de vários procedimentos, um deles consiste no aspecto cinematográfico que se depreende de muitas cenas. As de exterior – levantes, procissões, festejos – são concebidas como grandes panorâmicas que surpreendem o pulsar da vida nos comportamentos igualados. O ponto de vista narrativo se desloca de um grupo para outro, e, às vezes, destaca um figurante, como num close, surpreendendo-o na sua intrasferível singularidade. Exemplar deste procedimento é a narração da procissão de Nossa Senhora Reparadora. Também cinematográfica é a montagem paralela da chegada do novo governador com uma pomposa frota composta de vários galeões, denotando riqueza e poder, singrando o mar em direção ao ancoradouro e, simultaneamente, pelo lado oposto, a multidão de mulheres maltrapilhas com seus filhos que se fingiam famintos, adentrando o mar em direção ao governador para sensibilizá-lo. Como montagem alternada é concebido todo o romance que intercala capítulos líricos, religiosos, épicos e fantásticos, através de cortes de uns para os outros. Os cortes aguçam as perspectivas através do suspense. Nomeadamente nas cenas da guerra, a descrição se faz por meio de muitos verbos de ação que conferem vitalidade e visualidade a elas e dão ao leitor a sensação da presença, de ser contemporâneo e participante do que é narrado. Já nas cenas idílicas, a descrição se faz por meio de adjetivação intensa que lhes confere colorido e plasticidade.

Outro procedimento artístico e não propriamente histórico é o jogo entre texto, intertexto<sup>27</sup> e a intratexto<sup>28</sup>, quer comparando figuras da História

<sup>26</sup> SAID, Edward W., *Cultura e Imperialismo*, trad. Denise Bottman, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 33: “A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas”.

<sup>27</sup> Além da referência a José de Alencar e a Herculano, Miguel Real com Camões compõe Leonor, com Gil Vicente desenha os religiosos libidinosos e os corruptos homens da justiça, com ele aprendeu a chamar os diabos e os que se assemelham a ele de “bufarinheiro” e “cornudo” e os prestamistas de onzeneiros. Alude a Bento Teixeira com a *Prosopopéia*, apresenta o “Ananasário”, de Frei António do Rosário e dá ao encontro de Vidal e Leonor na cerca ares do encontro camiliano de Simão e Teresa, em *amor de perdição*. Desloca versículos bíblicos de seus habituais lugares, faz parábolas que parodiam as bíblicas.

<sup>28</sup> As personagens de Miguel Real migram de um livro para outro. Julinho e Porão Escorço, personagens de *A Guerra dos Mascates* aparecem em *A voz da Terra*. Violante Dias, mulher de



com personagens ficcionais para dar àquelas o estatuto destas, quer fazendo figuras histórias, já transformadas em ficcionais em um romance migrarem para outro, acentuando-lhes o caráter de ficção, comprovando que o passado é textualizado e só assim pode ser pensado, revisto, reescrito. Toma-se, por exemplo, a personagem Leonor cujo perfil se desenha por contraste com uma redondilha camoniana e com traços de heroínas literárias, Isolda e Julieta e de heroínas históricas, Inês e Heloísa, que tais como as ficcionais viveram intensamente o amor-paixão.

Outro procedimento que marca o teor ficcional do relato está na utilização do humor e da ironia que, ao transformar a História em paródia da História, fomenta o distanciamento necessário para questionamentos e categorizações. Usam-se muitos recursos estilísticos para a criação de efeitos cômicos. A repetição constitui um dos mais comuns<sup>29</sup>. Repetem-se palavras, repetem-se rimas, repetem-se prefixos, fornecem-se epítetos, aliterações e anáforas com fins caracterizadores que criam jocosos ecos e servem para fazer rir, para questionar.<sup>30</sup> Outro procedimento de cariz estilístico consiste na gradação amplificadora que rebaixa aquele a quem é atribuída. Outro ainda insiste na seleção de significantes que admitem plurissignificação, perfazendo chistes tendenciosos e equívocos<sup>31</sup> pela interferência de um significado sobre o outro. Outro

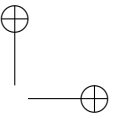
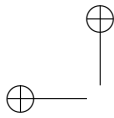
Julinho, descende de Branca Dias, a primeira judia em terras brasileiras, que viera para o Brasil fugindo da Inquisição, cuja história é narrada no primeiro romance do “ciclo brasileiro”, *Memórias de Branca Dias*. O anel desta personagem será encaminhado por Julinho a uma prima de sua mulher, também chamada Violante Dias, em *A voz da Terra*. Padre António Vieira, protagonista de *O Sal da Terra*, é aludido em *A Guerra dos Mascates* pelos pais de Julinho, no Maranhão, por Violante Dias, em Pernambuco, que recordava as palavras respeitadas que seu pai lhe dissera sobre ele “o homem brasílico a quem os judeus mais devem”. (*A Guerra dos Mascates*, p. 181), ela o vira despedir-se de seu pai com um abraço e dela com um afago, e, ainda por Manelinho.

<sup>29</sup>Bergson aponta como um dos artifícios usuais da comédia a repetição de palavras ou de cenas, a simetria de papéis. (Cf. BERGSON, Henri, *Le rire*, PUF., 1969, pp. 27-28).

<sup>30</sup>O procedimento da repetição para efeitos cômicos, acompanha todo o romance desde o primeiro capítulo quando Leonor, por exemplo, é chamada de “recém, recém, recém-esposa” e a cafetina é denominada “Chica Tortuosa, a Dengosa”. A repetição serve para caracterizar humoristicamente os seres e as instituições.

<sup>31</sup>A conversa entabulada entre o pai de Julinho e o bispo a respeito da Igreja de Nossa Senhora de Santa Maria de Sintra torna-se cômica em virtude das aliterações, das rimas e do duplo sentido com que o bispo arrola os motivos pelos quais os padres andam sempre às dúzias “a pitaça do pão, a patena do oleão, o pucarinho do vinho, a picadinha da carminha, o aluguer das mulatas” (*A Guerra dos Mascates*, p. 19). Ao ouvir do religioso as palavras: “pitaça”,





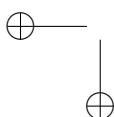
confere, através de uma adjetivação imprevista, atributos jocosos às personagens. O riso e a ironia, com função social e judicativa, lançam-se sobre situações e atitudes, destronando e carnavalizando caracteres e instituições.

O ficcional da narrativa também se constrói por meio de paralelismos e de oposições. A própria ideia de guerra sugere uma oposição de base e a partir daí toda a série de contrastes que a obra apresenta: contrastes socioeconômicos, contrastes culturais e contrastes resultantes do próprio meio natural. Mas há paralelismos também: a magnanimidade de Álvares Fernandes que empenhou uma fortuna para salvar os moradores de São Luís é similar a de seu filho e de D. Violante Dias para salvarem os judeus e os demais moradores do Recife; embora em lados diferentes, as crueldades de Porão Escorço, o Dois-Olhos, são análogas as de Manuel Gonçalves, o Tundacumbe; os requintes sádicos do assassinato de frei Maria do Amor Divino são paralelos aos do assassinato de D. Ana de Faria e Sousa; as ideias de igualdade e liberdade que Lula apresenta se assemelham às de D. Violante Dias; o lúcido discurso do velho mascate Joaquim de Almeida é similar ao do mazombo Domingos Bezerra; os medos dos frades, depois de conhecerem a herética teologia da Bindade, se avizinham daqueles pavores motivados pela fome que acometeram os recifenses, após o cerco; o trânsito de influências e de interesses manifestado por Porão Escorço é similar ao de Manelinho.

Miguel Real trabalha sobre um duplo foco que mistura personagens reais e fictícias através das quais não olvida os agentes anônimos que a história oficial esqueceu. A variedade de personagens pertencentes a grupos, costumes e lugares diferentes – senhores e escravos, urbanos e rurais, cristãos e judeus, ricos e pobres, poderosos e subalternos, fidalgos e plebeus, reinóis bem sucedidos e outros não, surpreendidos na vida diária de faina e sentimentos – fornece um amplo painel da sociedade brasileira do Século XVIII, dando conta não só de sua ampla geografia humana, mas também das paisagens diversas e dos diversos lugares que a abrigam – meio urbano e rural, litoral e mata. Com imaginação criativa, o narrador descreve ora uma casa grande de Olinda ou de um engenho do interior, com as iguarias que lá são servidas em recipientes luxuosos e as senhoras usam roupas leves de panos de Holanda;

---

picadinha”, “carninha” e “mulata”, Álvares Fernandes as decodifica dando-lhes um sentido erótico, o que indigna o bispo. Os vocábulos foram trabalhados como um chiste tendencioso, um “equivoco” (Cf. FREUD, S. *El chiste y su relación con lo inconsciente*, Madrid, Alianza, 1970, p. 33).



ora uma senzala onde negros comem mandioca e batata doce acomodadas em folhas de bananeira; ora um rico palacete de próspero mercador onde o filho legítimo convive com as irmãs mestiças e bastardas; ora o alcouce em que o requebro das mulatas, de nudez mal encoberta, embriaga mais que a cachaça; ora um mosteiro ou igreja em que se cantam rezas e se tecem enredos políticos, falsas acusações e falsos milagres; ora uma casa judaica cujos habitantes acendem velas ao cair das tardes de sexta-feira salmodiando loas a Adonai, manufaturando labores e frequentando a catequese forçada; ora uma cafua de candomblé onde se dança e se canta a convocar os Orixás das práticas nagôs.

O romance traz ao hoje todos os contrastes da estrutura fundiária da Colônia: a civilização do açúcar e a do gado, a proximidade física e, ao mesmo tempo, o distanciamento social entre seus agentes sociais. À ociosidade dos senhores se contrapõe a faina dos escravos, as confecções dos judeus e o comércio dos mascates. Às medicinas dos padres, contrapõe-se a dos judeus. As personagens reais ou ficcionais são surpreendidas em suas moradas (palácio, ou casa grande, ou senzala, ou mocambo ou mosteiro) em meio a suas ocupações e vivências, crenças e paixões, tornando verossímil o narrado, pois a vida cotidiana não está fora da história, mas dentro do acontecer histórico, como vera “essência”.<sup>32</sup> O romance, com muita propriedade, ilumina a diversidade da Colônia marcada por contrastes ou da paisagem natural ou da geografia humana: contrastes políticos, econômicos, culturais, étnicos e religiosos e, liricamente, descreve a “paisagem voluptuosa da cana-de-açúcar, em que tudo é tentação, tentação de vadiar, de dormir, de sonhar, de amar”<sup>33</sup>. Toda a multifacetada teia da cultura brasileira se ergue por meio de figuras poéticas: comparações, metáforas, antíteses e sinestésias: o cheiro da terra, o perfume das frutas, dos incensos, dos corpos, dos dejetos; o som do vento nas matas, das ondas nos recifes, do órgão na igreja, do atabaque no terreiro, das vozes das gentes; o travo da aguardente, o sabor do xinxim, dos mariscos, da maçaroca de farinha e das frutas tropicais. Surpreende-se a originalidade dos costumes, numa contagiante festa dos sentidos com que se recria a atmosfera do tempo e do lugar. Confere-se assim autenticidade ao narrado, tornando-o verdadeiro.

<sup>32</sup>HELLER, Agnes, *O cotidiano e a história*, trad. Carlos Nelson Coutinho, 6.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Paz e Terra, 2000, p. 20.

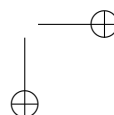
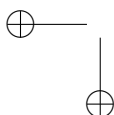
<sup>33</sup>BASTIDE, Roger, *Brasil, terra de contrastes*, trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964, p. 83.



Muitos são os pares amorosos que se abandonam à voluptuosidade das paisagens. A estes a civilização do açúcar adoça. Frustrados pelos interesses familiares opostos surgem Vidal Rabelo, um rico mascate e Leonor Barbalho, herdeira e sobrinha de João Cavalcanti, patriarca dos mazombos. O casamento de ambos fora orquestrado pelo governador Castro Caldas a fim de contornar as animosidades entre as duas classes. Sem que o casal suspeitasse, a união se fez por interesses do senhor de engenho, a fim de a fortuna de Vidal se unir às terras que Leonor haveria de herdar. No comando de tudo ficaria o patriarca, exigindo que para tanto os noivos habitassem em sua casa. Vidal Rabelo não quis se subordinar às exigências e, em vista disso, o casamento não se consumou. Ela, em obediência à família, permaneceu em Olinda e ele, em nome de sua honra, ficou em Recife. O par, embora temperado pelo lirismo amoroso de cariz romântico que entretece lutas familiares com sentimentos de honra e de obediência, já aponta, ao nomear as personagens para a diferença de classes: os muitos sobrenomes dela sugerem linhagem aristocrata, ao passo que o único sobrenome dele aponta sua origem vulgar. Apesar de apaixonados, o casamento de ambos só será consumado no final do romance, quando Vidal, ajudado por Julinho e Lula, rapta a mulher e vai para Lisboa com ela. O idílio do casal é feito de idas e vindas, de bilhetinhos trocados, de breves encontros porque, além dos impedimentos de ordem econômica e classista, Vidal e os Cavalcanti pelejam na guerra em lados opostos e a família dela pedira a anulação do matrimônio. A jovem é denominada no romance jocosamente como “recém, recém, recém-senhora”<sup>34</sup>, e comparada, pelas diferenças, com a Leonor camoniana: não anda livre pela verdura, pois é prisioneira da casa e da estirpe, não precisa ir à fonte, porque tem as escravas para fazerem os serviços. Vidal é um homem de ação, um justo guerreiro, pronto a ajudar seu povo e sua cidade. Nele se encontram conjugados o sentimento amoroso, a valentia, a coragem e a honra dos que, mesmo desprovidos de títulos, são verdadeiros nobres.

Em casa de Vidal vivem também Anélia, Anília, Anólia e Anúlia, filhas de seu pai com a escrava Anália, uma mãe-de-santo, o que salienta o trânsito entre os brancos livres e cristãos e os negros escravos praticantes do candomblé, pois a cama, momentaneamente, eliminava as diferenças, mas mantém “a relação social paternalista que adoça com o açúcar da cana [...] mas não elimina

<sup>34</sup>REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 15.



a enorme distância social”<sup>35</sup>. Apesar de filhas e irmãos dos senhores, elas continuam escravas. Os nomes das cinco mulheres, formam, pela repetição com ligeira modificação, um jogo hilariante, pois a origem e sequência de nascimentos se faz pela ordem vocálica, paródia das genealogias tornando risível os pressupostos em que assentam as titularidades. Quando o velho Rabelo morreu, Julinho e Lula, que se fizeram amigos no convento dos franciscanos, são convidados a trabalharem para Vidal. É quando Anélia e Lula se conheceram e mutuamente se sentiram atraídos na troca de olhares. Sempre que se miravam, desejavam-se. Lula, muito embora não tenha instrução, reconhece os ideais de igualdade e fraternidade e anseia pela libertação dos escravos. A “civilização do açúcar” fez dele um sonhador amoroso, porém sua amada só será livre ao casar-se com ele, alforriada pelo irmão e senhor. Receando que o amado gostasse das diversões proporcionadas por Chica Tortuosa, Anélia confia-se com Mãe Anália e pede-lhe que faça uma amarração, um “coiso-feito” para ela unir-se a Lula. Mãe Anália faz a mandinga e prepara sua filha com uma reclusão ritual para receber Óxum, seu Orixá. Daí em diante o par se torna inseparável. Amor e desejo unem os corpos que os olhos haviam unido. Só se separam, temporária e saudosamente, durante a guerra, pois a lealdade devotada por Lula a Vidal é imperiosa e o faz pelejar ao lado do protetor. Feliz com sua mulher, Lula deseja o mesmo para o patrão e é ele quem arquiteta o rapto de Leonor, transformando em realidade a ação libertadora que ela, há muito, pedira ao marido e este, por estar na frente da guerra, não pudera realizar.

Judeus naufragaram junto a Recife. Algumas famílias foram despachadas para terras do Norte e outras permaneceram na cidade que carecia de artífices e tinha que importar as manufaturas. Como os judeus eram artífices, eram convenientes. Eles receberam um grande terreno para se fixarem e construírem suas moradias, num bairro que, ironicamente, haveria de chamar-se “Bairro de Jesus”. Julinho ficou encarregado de obter a madeira necessária para as casas dos naufragos. Foi busca-la no engenho de Camaragibe de propriedade de D. Violante Dias. Quando ela desce as escadarias da casa grande e Julinho avança em direção a ela, “seus olhos se prendiam, como um laço invisível que para cada um o outro lançasse”<sup>36</sup>. Naquele mesmo dia, Violante e Julinho

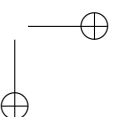
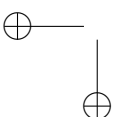
<sup>35</sup>BASTIDE, Roger. *Ob. Cit.*, p. 250.

<sup>36</sup>REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 179.



passaram ao tratamento familiar, deixando de lado as cerimônias convenientes, entre um empregado e uma dama. Ele pretendia conhecer a mata a fim de selecionar a madeira e ela o acompanhou. Não precisavam de mais nada, cada um conhecendo o paraíso nos olhos do outro. Um amor casto, mas intenso, uniu os dois desde o primeiro encontro. O amor de ambos tem a mesma intensidade do amor do casal Anélia e Lula, porém, ao contrário deste, amam-se sem se tocarem, aguardando as núpcias, que se realizariam ao final. Os três pares atualizam os valores positivos de amor e perseverança presentes nos heróis romanescos que superam diferenças de classe, de etnia e de religião. Encarnam, findas as peripécias guerreiras, o amor ditoso, a alegria da paixão, o mel da civilização do açúcar.

Mas o amor pode ser fatal, pode levar à dor e à morte, é quando o açúcar do afeto amarga e sabe a fel e reproduz a tragédia do amor, tal como foi desenhada pela literatura. O senhor de engenho, Bernardo Vieira de Mello, um dos chefes mazombos, tinha dois filhos: Diogo e André. Este era casado com D. Ana de Faria e Souza. Aquele frequentava a casa do patriarca João Cavalcanti fazendo a corte com delicadezas e frutos da terra à D. Leonor, na esperança de casar-se com ela, quando o casamento dela fosse anulado. Encontrando-se com o pai em casa dos Cavalcanti, Diogo confiou-lhe que o irmão suspeitava de que a mulher o traía com João Pais Barreto, primo de Cristóvão Pais Barreto que, apesar de ser senhor de terras, era simpatizante dos mascates. Um possível triângulo amoroso e um possível adultério aguçaram a maldade e o ódio em Bernardo e em sua mulher, D. Catarina Leitão. O ensandecido pai dirigiu-se ao engenho do filho que supostamente fora substituído no leito conjugal. Encontrou-se com a nora, jovem atrevida e desembaraçada, o que não era usual naqueles tempos, e não duvidou de que ela traía seu filho André. A comprovação do delito foi dada pela escrava de quarto de D. Ana, em troca da carta de alforria. A escrava asseverou, inventando ou não, o que o terrível sogro e a malvada sogra desejavam ouvir para vingarem-se. A nora estava em adiantado estado de gravidez e, embora acusada e esbofetada, dissera ser inocente apesar de seu marido fornicar com as escravas e com as vacas do estábulo não a assistindo como mulher. Ansiando por sangue e vingança, Bernardo Vieira de Mello chamara matutos de sua escolta que assassinaram João Pais Barreto em seus próprios domínios. André, depois que a mulher jurara inocência pela Bíblia ficou em dúvida, porém D. Catarina, que se igualava em maldade ao marido, após o nascimento do bebê envenenou a nora, mas ela



não sucumbiu. Ordenou então ao barbeiro que cortasse os pulsos da possível adúltera. Sob ameaça, o barbeiro assim o fez, porém o sangue coagulou e ela não morreu. D. Catarina, não contente com o estado lastimável em que a nora se encontrava, com a toalha do barbeiro, a enforcou. Se os Vieira de Mello acreditavam que só o sangue lhes lavaria a honra que julgavam ultrajada, o mesmo pensava Cristóvão Pais Barreto, que depois de apurar quem mandara assassinar seu primo, devastou o engenho de André e ajudou os mascates na guerra, pretendendo abater Bernardo Vieira de Mello. Desditoso e triste amor que desperta ferocidade e, na paisagem do açúcar, sabe a fel.

A questão amorosa serve também para criticar a sociedade da época, denunciar a hipocrisia nos costumes, tanto no que tange ao poder dos senhores que se satisfaziam no corpo de suas escravas, gerando uma infinidade de bastardinhos que são encaminhados para professarem nos mosteiros, quanto no poder religioso, pois o bispo mantém uma amante, a Sebastiana e muitos frades são frequentados pelas mulatas de Chica. Uma exacerbada e onipresente luxúria percorre espaços interiores e espaços exteriores, de modo explícito ou camuflado, porque frequentemente, o açúcar dos engenhos apimenta os relacionamentos. Direta ou indiretamente, os amores, ditosos ou não, têm participação na guerra, propiciando aliados ou gerando adversários. A guerra também se conta através dos encontros e desencontros dos pares e de suas interações com os demais, pois só através da imaginação do que poderia ter sido sua densidade não fica eclipsada.

Com a mesma pena da galhofa, similar ironia e consciência crítica, e com igual “senso agudo e iluminante” de Alencar, Miguel Real compõe sua versão da Guerra dos Mascates, satirizando o poder religioso, o poder judiciário, o poder político, espreitando uns e outros. Observar o passado colonial brasileiro é também desfazer ou resgatar as malhas tecidas pelo império português, observar com rigor crítico a interdependência de terrenos culturais onde colonizadores e colonizados coexistiram e combateram um ao outro ou um pelo outro. Consciente de que “por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias, quase imóveis ao olhar – histórias com um suave declive: [...] história da rotação das culturas, história do equi-



líbrio obtido pela espécie humana entre a fome e a proliferação<sup>37</sup>, Miguel Real buscou em *A Guerra dos Mascates* tais declives.

Os impérios se constroem por dominação de terras e extermínio de seus naturais. A história da colonização de Pernambuco não foi diferente. Por ordem dos sucessivos governadores, agentes do Império, índios foram escravizados ou mortos. Os senhores de Olinda afidalgaram-se por isso, pois a “sagrada terra que todos ambicionavam possuir fora assenhoreada pelos pais e avós dos actuais mazombos, ganhando sesmarias pelo extermínio dos tapuias”<sup>38</sup>, índios que não se deixavam escravizar. Todo Império se nutre da crença de que uma cultura ou etnia, que se considera civilizada ou superior, deve se impor sobre a outra vista como bárbara e inferior, por esse paradigma preconceituoso, os tapuias foram exterminados, os negros escravizados, os judeus perseguidos.

D. João V soubera das rivalidades entre os mazombos e os mascates que poderia gerar uma guerra, então ordenara Sebastião de Castro Caldas para dirigir-se à Capitania na qualidade de governador. Quando ele recebeu o imperativo régio ficou descontente, pois pensava ir para Paris, e em vez disso “saíra-lhe o Pernambuco, ele, aparisado, homem de maneiras, desterrado na quentura brasílica, caído entre os bárbaros do sertão e os bárbaros do dinheiro”. O preconceito do colonizador de que há uma diferença entre ele e o outro torna-se patente. Porém mais tarde, o governador reconhece a falácia deste constructo cultural, quando, em conversa com Barbosa Lima, iguala-se e iguala os agentes do império aos naturais, dizendo: “hoje todos nós somos ou mascates como Joaquim de Almeida, homem sério, negociante rude que não dá ponto sem nó [...] ou como Porão Escorço, cabra-do-mato, jagunço, e pistoleiro, às ordens de quem mais manda ou mais paga” e, a seguir, reconhece que o que importa é “remeter o quinto real para a garganta de sua majestade, em Lisboa, poço fundo onde toda a riqueza do império entra para se perder”<sup>39</sup>. Através de mordaz sátira, desvela-se o processo de colonização praticado pelos construtores do Império português: corrupção, por exemplo, na fixação e alimentação dos naufragos judeus para o que Porão Escorço, capacho do governador para quaisquer serviços, principalmente os inconfessáveis, exige

<sup>37</sup>FOUCAULT, Michel, *A arqueologia do saber*, trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 7.ª ed, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008, p. 3.

<sup>38</sup>REAL, Miguel, *A Guerra dos Mascates*, p. 56.

<sup>39</sup>*Idem, ibidem*, p. 191.



pagamento; negócios ilícitos, como o contrabando de açúcar e de negros; ex-torsão dos metais e produtos das colônias até exauri-los. Não se poupam os poderes e nem seus aparelhos administrativos, ideológicos ou repressivos.

D. João V, paradigma maior do poder, desenha-se por excesso de amor próprio e cupidez, ele é, como em geral são os reis, um narciso onde “a vaidade, a prosápia, a vanglória, a bazófia, a jactância, a soberba, o panacho, a ufanía, a chibança, a bravata, a belfa, a beijana, a crista, o cachaço, a presunção, a ostentação”<sup>40</sup> constituem os atributos que, em nada positivos, lhe destroem a aura pela reunião jocosa de características psicológicas denotativas do orgulho que ele tem de si mesmo com características físicas de que ele não se orgulharia se tivesse bom senso. Já o governador, Sebastião de Castro Caldas é diminuído a partir de seu nome. Ele é designado ou pela alcunha popular de Bastião, ou por seu nome completo sem a partícula nobiliárquica, vulgarizando-o. É apresentado como “um embusteiro, um trapaceiro, um burleiro, um batoteiro, um oportuneiro, um alda breiro”<sup>41</sup>. A enumeração das qualidades do governador por meio de vocábulos em rima, que semanticamente se reduplicam, tornam-no objeto de riso, ao mesmo tempo que lhe explicam as ações interesseiras, que ora enganavam um, ora outro, pretendendo tirar vantagens pessoais imediatas, ou posteriores prebendas. Sebastião tentara serenar os ânimos dos religiosos e dos produtores e comerciantes do açúcar porque para isso fora enviado, mas não obtivera sucesso. Alegava, para justificar suas ações, estar sempre “onde está el-rei e el-rei está onde está o dinheiro”<sup>42</sup>. Os historiadores do século XIX consideraram-no avaro e imoral, dotado de impiedade incorrigível, inteligente nas matérias e vigilante nos negócios. Volúvel em suas atitudes, ora pendia para o lado dos mazombos, ora para o dos mascates e sempre para o lado das mulatas da Chica Tortuosa, a Dengosa e, com cinismo, dizia que “a Portugal interessa hoje a riqueza, não a nobreza”<sup>43</sup>. O governador seguinte, Félix José Machado não foi diferente do anterior, era apenas mais novo. Não tinha as maneiras afrancesadas de Sebastião Castro Caldas “bastavam-lhe os bens portugueses ditames da ordem

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, p. 119.

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p. 126.

<sup>42</sup> *Idem, ibidem*, p. 125.

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*, p. 419.





impositiva, o prazer de ser obedecido, uma boa carnadura de mulher, umas boas carnes assadas [...] e, claro, a burra cheia quando regressasse ao reino”<sup>44</sup>

A administração colonial não é criticada apenas na figura do governador, porque a corrupção também se instalara entre os magistrados cuja venalidade propiciava trâmites legais com ajudas ilegais e, por dinheiro, certos juízes e conselheiros da época eram capazes de práticas indignas, como José Inácio de Arouche e Luís Valençuela Ortiz que foram banidos de suas funções por “perversão dos cargos a eles atribuídos”<sup>45</sup>. Honrosa exceção é feita a Barbosa Lima. Assim como Félix José Machado demonstrou ser um “Sebastião Castro Caldas mais novo”, os magistrados que substituíram Arouche e Ortiz, o novo ouvidor-mor João Marques Bacalhau e o novo juiz-de-fora Paulo de Carvalho não lhe ficaram atrás, reproduziram os suspeitos métodos daqueles que os precederam, tanto que depois de apenas três meses em Pernambuco, Bacalhau enviou a Portugal uma grande quantia para a parenta que lhe financiara os estudos.

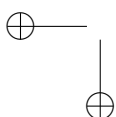
Se, ninguém está fora da geografia, fora da luta pela geografia ninguém está<sup>46</sup>. Para a manutenção da geografia aumentada pelas Colônias, estavam em terras brasileiras um contingente europeu que vinha para o Brasil pelo rei e pela própria bolsa. Fidalgos, magistrados e militares garantiam a manutenção do território e da economia da Coroa, garantindo também a própria economia. Mas o colonialismo português, como qualquer outro, não foi apenas uma prática de acumulação. A luta pela geografia não se fazia apenas por leis e armas, por fidalgos nos postos de comando ou por militares armados nos fortes, fazia pela introjeção do preconceito da superioridade no colonizado. Fazia-se principalmente a partir dos aparelhos ideológicos que controlavam as ideias e as representações, sedimentando as estruturas de sentimento. À igreja competia o controle das gentes através do controle do pensamento pela catequese imposta, punindo a alma com a ameaça do Inferno, punindo o corpo pelas torturas da Inquisição.

Desde o início da narrativa, a igreja, na pessoa de padres e bispos, é considerada. O pai de Julinho estava construindo uma igreja para Nossa Senhora de Santa Maria de Sintra. Álvares Fernandes relutava em concluí-la porque o

<sup>44</sup> *Idem, ibidem*, p. 381.

<sup>45</sup> *Idem, ibidem*, p. 437.

<sup>46</sup> SAID, Edward W, *Cultura e Imperialismo*, trad. Denise Bottman, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 38.



Padre António Vieira já não estava no Maranhão e o bispo considerava inapropriado o nome da santa, queria que a igreja tivesse como patrona Nossa Senhora do Lameirão para favorecer uma ordem religiosa. O pai de Julinho acreditava que a crueldade do bispo fora responsável pelo enforcamento de Thomas Beekmann, e por intolerância não lhe permitia dar à igreja a padroeira para a qual a estava construindo. O bispo a ele dissera: “é herético e diabólico, e contumaz, rapaz, aprecio tua fé, mas o listário canonário do Santo Padrário de Roma não o consente”<sup>47</sup>. Verifica-se, na contraposição do nome das possíveis padroeiras uma incoerência de base, pois se há uma Nossa Senhora para tudo, com títulos de todo lugar, como ao longo do romance se expõe, como ser “herético” o nome escolhido pelo construtor e como não ser “diabólico” todos os demais? Mas na mesma cena, à crueldade, à intolerância, à incoerência, outras características do bispo se alinham: a concessão de benesses em troca de interesses, ele propõe a troca do nome da igreja por “um empurrãozinho do Purgatório para o Céu”, e a existência de uma velada luxúria, já que, nesta mesma cena, surge o chiste em que o vocábulo “mulata” permite a confluência de dois significados, “mula” e “mulher”. Aqui se antecipam as práticas “religiosas” que acompanham o desenrolar da narrativa: crueldade, intolerância, troca de favores, luxúria e a sombra ameaçadora da Inquisição. Tudo se torna cômico pelas palavras, pelos caracteres, pelas situações. Quando se celebram as exéquias dos pais de Julinho, o diácono que preside ao ofício gagueja, porque a falta de três dentes frontais atrapalhava-lhe o latim”<sup>48</sup>.

Ao chegar a Pernambuco, Julinho ouve o concerto dos sinos e carrilhões das igrejas, são as primeiras vozes religiosas que ouve no novo espaço e elas lhe soaram como “pesadelo da razão”. As ações religiosas doravante passam a exemplificar precisamente esse pesadelo, pelo absurdo, pela incoerência e inconsistência, pelo nonsense, em suma, pela irracionalidade. Julinho trazia do Maranhão uma imagem de Santo Antônio, queria guarda-la num lugar seguro, então dirige-se ao Convento de São Francisco onde é recebido por três frades armados que o ameaçam de morte. As três figuras trazem o rosário enrolado no cano da arma e o crucifixo no gatilho. Esclarecem que assim receberam o visitante por julgá-lo emissário do governador e de Frei Diogo das

<sup>47</sup> REAL, Real, *A Guerra dos Mascates*, p. 19.

<sup>48</sup> *Idem, ibidem*, p. 33.

Chagas Purificadas a quem animalizam, mediante epítetos jocosos. A acolhida dos três frades e a maneira como aludem ao confrade Diogo invertem a fraternidade franciscana e a inversão é um recurso cômico comum às sátiras. Julinho fica, assim, sabendo da disputa entre os frades, uns tomando as dores de Frei Maria do Amor Divino e outros a de Frei Diogo das Chagas Purificadas. Este era português e fora enviado do Reino para assumir a reitoria conventual e aquele era brasílico e fora eleito por seus pares para o mesmo cargo de chefia do Convento. Frei Diogo anunciara que sob sua chefia não entrariam mais no Convento frades brasílicos, só os franciscanos reinóis. Os nascidos no Brasil poderiam ficar no convento, mas como frades leigos e pagantes e, os que não tivessem recursos, como servos. Ao anúncio dos novos parâmetros de governo do Convento Frei Maria vociferou desvelando os interesses da confraria: privilégios para os escolhidos, dobrões, servos, posição e vacaturas<sup>49</sup> e perguntou aos frades se eles obedeceriam a Frei Diogo, ao que responderam em coro: “Somos franciscanos do Brasil”. Estava iniciada a disputa religiosa. Frei Maria foi excomungado pelo bispo, os frades mais velhos não tomaram partido e saem com Frei Diogo, indo tomar abrigo no convento de Nossa Senhora do Amparo. A caminhada de um convento para o outro se torna hilariante, pois diante da seriedade da disputa, eles seguem trocando receitas de doces, porque a civilização do açúcar às vezes também aliena.

Frei Maria lança novas regras para os franciscanos brasileiros e uma nova teoria sobre a natureza de Deus: a teoria da Bindade e, ainda, fornece nova explicação sobre a origem do Diabo. A nova teoria é completamente absurda e aponta para o absurdo dos dogmas religiosos e dos teólogos que os legitimaram. A Bindade, do ponto de vista racional é tão absurda como a Trindade. O bispo, entretanto, se preocupa com a divisão dos franciscanos e resolve fazer uma procissão para Nossa Senhora Reparadora. Alguns frades que estavam no lado de Frei Maria resolvem mudar de lado, porque sentiam falta de boa comida e de boas mulatas e combinam com o vigário da diocese, Manelinho, abrirem a porta do portão do convento na hora da procissão. A abertura dos portões surpreendeu à população e foi aproveitado como “Milagre do Bispo”, milagre que foi combinado pelo bispo, D. Álvaro Manuel da Costa e pelo governador, D. Sebastião, com a intermediação de Manelinho e de Chica Tortuosa. Grande ironia: Nossa Senhora Reparadora reparara, propiciara o mila-

<sup>49</sup> *Idem, ibidem*, p. 62.

gre. Há muitas cenas jocosas no desenrolar da procissão que ridicularizam tais práticas por exemplo, os que carregam o andor de Santo Antônio por terem alturas diferentes, fazem a imagem aos solavancos pender de um lado e para o outro, e São Jorge, com dragão mais parece um boneco. Rituais, doutrinas, milagres são ridicularizados destituídos de sacralidade, carnavalizados.

Durante o “Milagre do Bispo”, os frades foram presos, porém Frei Maria do Amor Divino fugira, permanecendo escondido em casa dos Cavalcanti. Se ele fugira, confessara a culpa, é o que pensava o bispo, nem seria necessário o processo inquisitorial, “fechava-se a devassa num instante, basta a conclusão, pela qual se excomunga frei Maria”. A perseguição a frei Maria prossegue e ele é preso. Como o bispo precisava de provas para mandar o excomungado a julgamento em Lisboa, provas de que ele judaizava, elas foram fabricadas por Manelinho e Porão Escorço que tinha sido promovido a familiar do Santo Ofício. Temendo que o bispo descobrisse a falsidade das provas, caso confessasse o réu, com muita crueldade Porão Escorço assassinou o frei com a conivência de Manelinho. Entrementes, os naufragos judeus recém-chegados deveriam ser assimilados, e para tanto a igreja, como aparelho ideológico, deveria presidir o processo de assimilação através da catequese. Reúnem-se o governador Sebastião, frei Diogo e o rabi Simão Mendes para decidirem a sorte dos judeus. As negociações iam sendo intencionalmente postergadas pelas palavras enganosas do governador, mas quando frei Diogo diz que eles teriam que ser batizados adotando nomes cristãos, o rabi não aceita o acordo. D. Sebastião convoca Violante Dias para o convencer, ela que era descendente da primeira judia do Brasil. Quando Violante termina de expor como devia ser um judeu na Colônia: cristão por fora e judeu a portas fechadas, ela convenceu o rabi e D. Sebastião e frei Diogo conseguiram o que almejavam. O governador necessitava de oficiais manufatureiros para livrar a Colônia da importação de produtos e Diogo, alminhas para controlar. A catequese se dá a partir do jogo do ser/parecer. Intrigas, trapaças, jogo sujo e até mesmo crimes hediondos que ocorrem nos bastidores se desvelam, rebaixando a igreja e a Inquisição.

Ironicamente, todo o projeto da igreja e da Inquisição para conseguir a assimilação ou de judeus, ou de negros a partir do preconceito da supremacia cristã, não ocorrera, pois às escondidas uns e outros mantinham suas religiões e práticas “diabélicas” e até a língua “herética” com que recitavam as preces. A religião na Colônia era uma mascarada, uma comédia, como tudo afinal era:

um baile de máscaras irrequietas. Findos o conflito das classes e dos poderes, para apurar responsabilidades procedeu-se à devassa baseada em rumores não comprovados e em depoimentos parciais aos mascates. O Conselho Ultramarino e el-rei D. João V tomaram o partido dos mascates, pois a contribuição deles era noventa por cento superior à dos mazombos. O bispo D. Álvaro merecia ser degredado para o Ceará, mas como delatara os senhores de engenho, teve sua sentença aliviada, ficando na Paraíba, antes de partir deu dinheiro para Sebastiana, compensando-a pelos serviços que durante tantos anos lhe prestara. Os mazombos ou pela morte ou pelo absoluto mutismo saíram de cena e os agentes administrativos condenados foram posteriormente absolvidos e retomaram funções. A primeira parte do romance se intitula “O princípio é o caminho do fim”, sendo este um refrão recitado ao longo do romance várias vezes. A terceira parte e última altera o refrão e se intitula “O fim é o novo princípio”. Tal circularidade demonstra que a história se repete. Tudo ficara igual nos idos de século XVIII, mesmo depois da devassa. O romance fornece uma série de pistas, advérbios e expressões adverbiais de tempo, como “hoje”, “nestes tempos”, ou de lugar, como “aqui”, que acompanham muito do que é narrado e que se referem ao tempo e lugar do enunciado, mas também podem se referir ao tempo e lugar da enunciação, possibilitando ler no passado realidades do presente, ver no outrora o agora. O princípio é o caminho do fim e o fim é o novo princípio e, por isso mesmo, quando se faz a pergunta sobre o que aconteceu no passado, a resposta, consciente ou inconscientemente, só pode refletir a posição de quem pergunta no seu próprio tempo e lugar, e as possíveis respostas refletem uma pergunta mais ampla: que visão se tem da sociedade em que se vive?<sup>50</sup> Estas foram as perguntas feitas por Miguel Real e a que, com muita competência e com a seriedade que o humor possui, ele respondeu em *A Guerra dos Mascates*, comprovando que “os tempos voltam como as vistas de uma marmota”, mas fazem pensar.

### Nota Biobibliográfica

Maria Theresa Abelha Alves é professora de Literatura Portuguesa aposentada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde se graduou em Português-Literaturas,

<sup>50</sup>CARR, Edward Hallet. *Que é História?* 3.<sup>a</sup> ed., trad. de Lúcio Maurício de Alverga, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 12.

fez Mestrado em Literatura Portuguesa e Doutorado em Letras sob a orientação de Cleonice Berardinelli. Fez pesquisa de Especialização em Literatura Portuguesa Medieval e Quinhentista sob a orientação de Luis Filipe Lindley Cintra. Foi durante vários anos pesquisadora do CNPq e, como pesquisadora sênior deste órgão de fomento, fez investigação de pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa, sob orientação de Ana Hatherly, com quem já havia trabalhado no Mestrado sobre o Barroco da mesma instituição, como professora convidada. Depois de aposentada, prestou concurso para Professor Titular de Literatura Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana, com tese sobre Padre António Vieira, aprovada em primeiro lugar. Nas duas universidades brasileiras lecionou Literatura Portuguesa para a Graduação e para a Pós-graduação, orientando monografias de Iniciação Científica e de Trabalho de Conclusão de Curso, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado. Trabalhou como professora convidada em outras instituições brasileiras e europeias. Tem participado de congressos nacionais e internacionais. É membro do polo de pesquisa do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e Conselheira da Cátedra Fidelino de Figueiredo. É membro do Conselho Editorial de muitas revistas literárias e da Editora da Universidade Federal da Bahia. É autora de vários artigos e ensaios publicados em revistas literárias brasileiras e de outros países (Portugal, França, Polónia, Hungria, México) e de capítulos de livros do Brasil e do exterior e autora dos livros: *A dialéctica da Camuflagem nas Obras do Diabinho da Mão Furada* (Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983); *Gil Vicente sob o signo da Derrisão* (Feira de Santana, Editora UEFS, 2002); *O real transfigurado: literatura e cinema* (Belo Horizonte, Veredas & Cenários, 2012) e em parceria com Lélia Parreira Duarte: *Outras margens, estudos da obra de Guimarães Rosa* (Belo Horizonte, Autêntica/PUC-Minas, 2001); *Padre António Vieira – 400 anos depois* (Belo Horizonte, Ed. PUC-Minas, 2009).



### 2.1.23. *A Casa das Mil Portas: Miguel Real e a Filosofia Portuguesa*<sup>1</sup>



**Pedro MARTINS**  
Investigador e Fundador do  
Projecto António Telmo. Vida e Obra

#### **Nota prévia**

O presente texto tem o propósito exclusivo de homenagear o escritor e filósofo Miguel Real. Pede-se de antemão ao leitor o favor de nunca o perder de vista, mesmo quando, pela dialéctica desenvolvida nas suas páginas, o homenageado delas pareça estar momentaneamente distante, ou até ausente. As críticas nele dirigidas a autores notados, laureados e até incensados na ara do reconhecimento público não terão outro propósito senão o de melhor enfatizar, pelo fulgor do contraste, e em termos do maior louvor, a excepcional atitude ética e teórica de Miguel Real perante o segundo azimute do seu subtítulo: quem, despido de preconceitos, e à margem do canibalismo cultural que ele tão bem tem sabido denunciar, quiser entender a essência do movimento da Filosofia Portuguesa, pode começar por ler os livros do autor de *A Morte de Portugal*.

**I.** A atitude lamentável de uma parte significativa da intelectualidade portuguesa perante o movimento da Filosofia Portuguesa – e, mais amplamente,

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 401-419.



em face da *catena aurea* da Escola Portuense em que este se insere – pode ser ilustrada pelo capítulo IV do livro *Uma Admiração Pastoril pelo Diabo (Pessoa e Pascoaes)*, de António M. Feijó, intitulado “Teixeira de Pascoaes”. Nele se surpreende uma ignorância clamorosa do que tal movimento seja, eivada, para mais, de um insofrido acinte. Vale a pena ver de perto, com certa demora, o que o autor ali afirmou, pois que a sua atitude se ache, precisamente, nos antípodas da que depois se encontrará na obra de Miguel Real, num contraste precioso, por iluminante.

Considera Feijó que três factores afectam “a legibilidade da obra de Pascoaes”, visto que esta:

- a) “é ameaçada por uma noção corrente do que é «poético», em que a característica maior do poético é a presença da «metáfora», sendo aqui a metáfora, de modo vago, qualquer figura reconhecível pelo leitor”;
- b) “parece igualmente afetada por uma dicção poética regressiva e pré-moderna que levou Pessoa, não obstante a sua perceção da magnitude de Pascoaes, a descrevê-lo como sofrendo de «pouca arte»”;
- c) e “alguns dos seus textos mais conhecidos” foram “assiduamente glosados por uma série de discípulos menores que neles em parte fundaram a débil construção derivativa apelidada «Filosofia Portuguesa»”<sup>2</sup>.

Não enuncia o autor quais os escritos pascoalinos sobre os quais terá incidido esta contínua glosa; mas, em seguida, depreende-se estarem em causa os “textos exotéricos”, pois que, segundo ele, se constituam estes como “evangelho” dessa “religião inferior” que, a seus olhos, vem a ser a “«filosofia portuguesa»”<sup>3</sup>. Contra semelhante estado de coisas, pernicioso para a “legibilidade” da obra do vate, sugere-se então

uma regra simples: tudo o que Pascoaes escreveu deve ser lido de modo literal, não dissolvido na interpretação, como tropo ou símbolo. A radicalidade conceptual e poética dos seus textos só assim é perceptível. Ler literalmente os seus textos não é incompatível com o reconhecimento

<sup>2</sup>FEIJÓ, António M., *Uma Admiração Pastoril pelo Diabo (Pessoa e Pascoaes)*, Lisboa, INCM, 2015, p. 79.

<sup>3</sup>*Idem, ibidem.*



de um papel decisivo da «imaginação», se o que neles se exprime for, como é o caso, um adquirido cognitivo, uma intuição metafísica do autor. O objeto destas intuições, inesperadas e de uma audácia inigualada por qualquer contemporâneo, é cosmológico e poético. Por exaltante que seja para o leitor, o belo de que é expresso é a beleza de um conteúdo belo, o seu modo de existir, a sua forma de expressão<sup>4</sup>.

Qual seja este conteúdo, parece o ensaísta dizê-lo logo depois, de modo sintético e terminante: “Pascoaes é precisamente um gnóstico. O seu sistema é rigoroso, nada heteróclito. Se considerado de um ponto de vista normativo, o sistema, tal como neste capítulo o descrevo, é um compêndio de heresias”<sup>5</sup>. Importa, contudo, precisar que um tal sistema, na visão do autor, parece emergir exclusivamente das cinco biografias por Pascoaes publicadas entre 1934 e 1945, em que se encontra “disperso”<sup>6</sup>.

Pascoes é efectivamente um gnóstico. Nada que na Filosofia Portuguesa há muito se não saiba. Em apontamento de publicação póstuma, afirma António Telmo, discípulo directo e dilecto de Álvaro Ribeiro:

A genealogia de Pascoaes é como se segue:

<sup>4</sup> *Idem*, pp. 79-80.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 80.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*. Esta proposição de um sistema gnóstico «*rigoroso, nada heteróclito*», disperso nas biografias de Pascoaes é assaz problemática. No estudo de António M. Feijó, nem uma só palavra se encontra sobre o resto da obra pascoalina, corporizada numa multidão de dezenas e dezenas de títulos, jamais renegados pelo poeta, com a única excepção das primícias de *Embryões*. Não que se escamoteie a enorme importância daqueles cinco livros no conjunto dessa obra, mas não nos podemos abstrair de outros tão marcantes como *Marános*, *Regresso ao Paraíso*, *Verbo Escuro*, *Os Poetas Lusíadas* ou *O Homem Universal*, este último uma súpula do seu pensamento, saída a lume já depois de *São Paulo* (ou seja, rigorosamente contemporânea das biografias), em que Pascoaes se declara *um escritor herético para crentes e descrentes e até para ele mesmo...* Esta heresia perante a heresia tanto pode conduzir a uma nova heresia como a um regresso, provisório e pontual que seja, à ortodoxia que a primitiva heresia, agora negada, viera postergar. Parece ser por isso, diante de uma passagem do *São Jerónimo* em que Pascoaes de alguma forma pressupõe ou assume dogmas basilares do cristianismo como o da Trindade e o da Encarnação, que Feijó afirma ser o sistema pascoalino «*simultaneamente rígido e dialéctico*», numa expressão manifestamente contraditória, pois o poeta não se limitou a considerar algumas proposições da ortodoxia cristã, mas fê-las suas, numa atitude que nada tem de *rígida*, e que assim introduz elementos *heteróclitos* no seu pretenso sistema *rigoroso* (Cf. António M. Feijó, *Op. Cit.*, p. 88).



O Canto da Pérola dos Actos de Tomé gerou Prisciliano, este gerou Dinis e Isabel e as festas do Espírito Santo, Dinis e Isabel geraram Luís de Camões e a sua Ilha, Luís de Camões gerou Sampaio Bruno e os Cavaleiros do Amor, Teixeira de Pascoaes é um deles<sup>7</sup>.

Helder Macedo, universitário insuspeito de vinculação, ou sequer proximidade, ao movimento da Filosofia Portuguesa, teve o mérito sage de não dissociar a literatura de um Bernardim Ribeiro do esoterismo, o que lhe veio a propiciar a composição do notável ensaio *Do significado oculto da Menina e Moça*, de tão fecundo diálogo com os estudos de hermenêutica camonina, praticamente coevos, de António Telmo e Fiama Hasse Pais Brandão. Nesse estudo, e no contexto que é o seu, se declara, a dado passo, que “o *Hino da Pérola* deve ser visto como um modelo arquetipal do ensino gnóstico”<sup>8</sup>. *Hino* ou *Canto*, como Telmo de modo diverso traduz, são o mesmo relato, de que Macedo, decisivamente, lançou mão:

A aproximação estilística entre a abertura do *Hino da Pérola* e da *Menina e Moça* já de si sugere a possibilidade de que a novela encerre um significado esotérico semelhante. Porque de que encerra algum significado esotérico não pode haver dúvidas: o próprio Bernardim o indica em vários comentários cuidadosamente integrados na tessitura da história<sup>9</sup>.

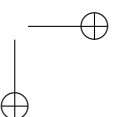
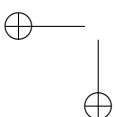
O facto de António Telmo não haver mencionado Bernardim Ribeiro na genealogia de Pascoaes não significa, porém, que dela o tenha excluído: Camões é um marco suficientemente poderoso para nele, como num símbolo, se poder polarizar toda uma época. Mas o que aqui mais importa frisar é precisamente a *tradição* que, como *transmissão* e *recepção* de um conhecimento, se consubstancia na correspondente cadeia.

Na sua obra sobre *A Corrente Idealístico-Gnóstica do Pensamento Português Contemporâneo – Antero, Pascoaes, Pessoa*, Ângelo Alves considera

<sup>7</sup> TELMO, António Telmo, *Capelas Imperfeitas – Dispersos e Inéditos*, Sintra, Zéfiro, 1999, p. 34.

<sup>8</sup> MACEDO, Helder, *Do Significado Oculto da Menina e Moça*, Lisboa, Guimarães, 1999, p. 68.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 63.





sucessivamente o movimento da Renascença Portuguesa, o movimento da “Filosofia Portuguesa” e o Movimento Internacional Lusófono e a *Nova Águia* como os três momentos altos da corrente mencionada no título do livro. À semelhança do que sucederá no estudo de Feijó, o autor de *Santo Agostinho* foi ali objecto, se bem que em moldes diversos, de uma especial atenção, e ainda aqui a par de Pessoa (e de Antero).

A leitura de Ângelo Alves, sobre ter o mérito de relevar a cadeia tradicional que, a partir da *Renascença Portuguesa*, vincula os sucessivos movimentos contemporâneos nela inscritos, não lhe desconhece a antiguidade das suas raízes; e, por isso mesmo, o autor assinala, aborda e caracteriza sumariamente o esoterismo das inúmeras correntes gnósticas, ainda que dele naturalmente se distancie e divirja pelo prisma crítico da ortodoxia católica tradicional.

Um dos erros graves em que António M. Feijó incorre advém precisamente de desconhecer, não compreender ou recusar-se a aceitar que Teixeira de Pascoaes (e o movimento da *Renascença Portuguesa* em que o poeta pontificou), por um lado, e o movimento da Filosofia Portuguesa, por outro, se inscrevem orgânica e essencialmente numa mesma cadeia tradicional, de que constituem sucessivos elos solidários. A *tradicionalidade* dessa cadeia está referida a um conhecimento ou a uma sabedoria que se constitui como objecto da *tradição* (no sentido forte acima proposto), em que avultam, e porventura predominam, referentes matricialmente gnósticos, pese embora o *corpus* transmitido neles se não deva considerar esgotado. Vale a pena considerar o seguinte excerto do livro de Ângelo Alves:

A corrente filosófica dos “metafísicos heterodoxos” da contemporaneidade portuguesa, que qualificámos de idealístico-gnóstica, não se constitui como tal, nem é partilhada em continuidade, senão a partir de 1912, com a fundação do movimento da Renascença Portuguesa. Aí se acumulam as afinidades com o passado, os ideais e propósitos comuns. A sua identificação e auto-reconhecimento acontecem apenas a quando da discussão acerca do problema da “Filosofia Portuguesa”, levantado por Álvaro Ribeiro e pelos discípulos de Leonardo Coimbra da primeira e da segunda geração. Por eles são identificados, como precursores, Antero de Quental e Amorim Viana; como fundador, Sampaio Bruno; como mestres, Leonardo Coimbra, Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes, Teixeira Rego: todos ligados à cidade do Porto, física ou cultural-



mente, dando origem à posterior denominação de “Escola Portuense”, constituída por eles e pelos continuadores, já assinalados, do segundo e do terceiro momento alto da sua história<sup>10</sup>.

Na recensão que na revista *Suroeste* dedicou a *Uma Admiração Pastoril pelo Diabo (Pessoa e Pascoaes)*, António Cândido Franco pôde muito justamente observar que o seu autor nunca leu Álvaro Ribeiro, pois o filósofo de *A Razão Animada* pouca atenção prestou a Teixeira de Pascoaes e seria grave dá-lo como discípulo deste, ao passo que José Marinho, “esse, sim, dedicou-lhe muita leitura, mas sem «capturar», sem se fazer servil, e sempre acima de debilidades”<sup>11</sup>. É deveras certo o modo como Cândido Franco mostra e demonstra o “erro de juízo” do ensaísta. Note-se, aliás, na sua senda, que para a geração dos discípulos de Álvaro e de Marinho, Pascoaes, sendo um poeta e um filósofo admirado e amado, não constitui propriamente uma referência obsidiante. António Telmo elegeu Camões como o poeta de eleição da sua hermenêutica e António Quadros concentrou maiormente a sua atenção em Fernando Pessoa, enquanto Afonso Botelho, Pinharanda Gomes (em colaboração com Dalila Pereira da Costa) e António Braz Teixeira, posto que à Saudade hajam dedicado notáveis estudos, não consagraram de modo autónomo qualquer monografia à vida, à obra e ao pensamento do vate do Marão – à semelhança de um Orlando Vitorino.

Sendo exacto, como António Cândido Franco aduz, que Álvaro Ribeiro pouca atenção (entenda-se: no que deixou escrito) prestou a Teixeira de Pascoaes (por comparação, notadamente, com as páginas mais copiosas que dedicou a Bruno ou a Leonardo), deve-se, todavia, sublinhar que o filósofo, em poucas linhas, declarou com uma enorme lucidez o que de mais essencial e mais importante haveria a dizer:

À Tradição chamou Teixeira de Pascoaes Saudade, e nessa alegorização ou mitificação foi o poeta extremamente feliz. Não só porque encontrou uma palavra inconfundível e intraduzível. Mas também porque a tradição, entre nós, não persiste com aquela modalidade didáctica ou

<sup>10</sup> ALVES, Ângelo, *A Corrente Idealístico-Gnóstica do Pensamento Português Contemporâneo*, s/l, Estratégias Criativas, 2010, p. 46.

<sup>11</sup> FRANCO, António Cândido, “Uma Admiração Pastoril pelo Diabo (Pessoa e Pascoaes) – António M. Feijó”, in *Suroeste*, n.º 6, Badajoz, 2016, p. 207.



eminente que surpreendemos na vida de outros povos, porque se dilui em doutrina esquecida ou perdida, em doutrina remota. Isto explica, aliás, que o Génio Português não se actualize positivamente, não se patenteie, não afirme a sua superioridade na constância de uma vitória que confunda e derrote os descrentes. A saudade é uma tradição, mas uma tradição sem fórmulas que a fixem e transmitam, uma tradição sempre difícil de surpreender e de reconstituir<sup>12</sup>.

Nesta concepção de Álvaro Ribeiro, em que, de algum modo, parecem justamente emergir a *identificação* e o *auto-reconhecimento* da denominada corrente idealístico-gnóstica, divisados por Ângelo Alves no seio da Filosofia Portuguesa, a Saudade de Pascoaes surge como um momento inscrito num *iter*, inserido num movimento, sendo o todo – a Tradição – evidentemente maior do que a parte – a Saudade, tomada como expressão alegórica ou mitificante dessa mesma Tradição. Nada de mais distante da concepção hipertrófica vertida em *Uma Admiração Pastoril pelo Diabo (Pessoa e Pascoaes)*, que, pelo menos em parte, parece fazer depender a doutrinação dos homens da Filosofia Portuguesa de uma suposta cartilha saudosista pascoalina. Álvaro Ribeiro sabia bem que fora em Sampaio Bruno que Pascoaes haurira a sua filosofia da Saudade – o que António Telmo pôde demonstrar nalguns lugares da sua obra<sup>13</sup> – e que ambos se vinculavam, de um certo ponto de vista (como, de resto, Fernando Pessoa), a uma orientação martinezista ou martinista (isto é, derivada do ensino de Pascoal Martins)<sup>14</sup>, o que aliás, ainda e sempre, nos remete para o vasto e multímido domínio do gnosticismo. A Tradição, primordialmente, é uma e é una; mas diversifica-se em ramificações passíveis de adquirirem particulares conotações, de índole nacional ou supra-nacional, consoante as formas tradicionais que em concreto prevaleçam, de um prisma diacrónico, em determinado espaço ou em dada comunidade. A este respeito, deve desde já notar-se que o gnosticismo peculiar da tradição portuguesa é um gnosticismo mitigado, inconformado com a irredimível malignidade da matéria e muito próximo do primitivo judeu-cristianismo ebionita e elcasaíta

<sup>12</sup>RIBEIRO, Álvaro, *Dispersos e Inéditos – Vol. I (1921-1953)*, Lisboa, INCM, 2004, pp. 484-485.

<sup>13</sup>Cf. TELMO, António, *A Aventura Maçónica – Maçonaria, Kabbalah, Martinsimo & Quinto Império*, Sintra, Zéfiro, 2014, pp. 139-141.

<sup>14</sup>Cf. *Idem, ibidem*, pp. 125-128.





(a doutrina da cristo-angelologia e do *Verus Propheta*, que ressoa nitidamente no priscilianismo e no martinismo, será o corolário surpreendente de um livro já tão tardio e definitivo como seja *A Literatura de José Régio*, de Álvaro Ribeiro) e, por esta via, da *Kabbalah* hebraica e do sufismo de matriz persa, para aqui se fazer convergir as três tradições – a rabínica, a patrística e a corânica – que na visão alvarina confluem na formação da filosofia portuguesa. Uma tal confluência, pressupondo a harmonia efectiva e perene de três exoterismos religiosos, não pode deixar de fazer apelo a uma tradição esotérica e iniciática, único plano em que os aparentes antagonismos dos credos e dos cultos se resolvem na superior unidade do Princípio, conforme o ensino de um André Benzimra<sup>15</sup>.

Feijó parece crer que Pascoaes é um gnóstico de geração espontânea ou que se limitou a colher nos livros o correspondente saber. Nada de mais errado, como muito bem sabe quem não ignora o que aqui esteja em causa. O gnosticismo não se confunde com a mística, domínio da passividade e do isolamento: é um esoterismo e uma iniciação, o que pressupõe a transmissão de um conhecimento e, o que é mais, de uma influência espiritual, no seio de uma organização tradicional regular. Pascoaes, como se viu, tem uma *genealogia*, algo que, nas palavras de René Guénon, cuja lição venho seguindo, o místico não tem, dele, sim, se podendo então dizer “que só por uma espécie de geração espontânea é o que é”<sup>16</sup>.

Nesta inconsideração do esoterismo radicam outros erros, como seja, antes de mais, a propugnada leitura literal do *corpus* pascoalino, *não dissolvido na interpretação, como tropo ou símbolo*. Estamos perante uma evidente impossibilidade gnoseológica.

Os escritos de Pascoaes em que Feijó descobre o seu gnosticismo, pois que sejam textos de um gnóstico, serão igualmente os de um iniciado. Revelam, isto é, expressam exotericamente uma experiência, que mostram e voltam a ocultar. *Re-velam*, pois. Se, ao referir-se aos *textos exotéricos* de Pascoaes (com o que possivelmente deseja designar os títulos do ciclo textual cumprido com a *campanha saudosista*), o autor pretende inculcar a ideia de que o vate escreveu outrossim *textos esotéricos*, volta a dar mostras de não fazer a mais pequena ideia daquilo sobre que escreve. A lição é agora de António Telmo:

<sup>15</sup>Cf. BENZIMRA, André, *Contribution Maçonnique au Dialogue Entre Les Religions du Livre*, Paris, Dervy, 2010.

<sup>16</sup>GUÉNON, René, *Aperçus Sur L'Initiation*, Paris, Éditions Traditionnelles, 2000, p. 31.





Esotérico é relativo a exotérico. Não são opostos, como vulgarmente se entende. Estão assim como o interior em relação ao exterior, pois só há exterior por haver interior e só há interior por haver exterior. Exterior não é, porém, o mesmo que exotérico; só é exotérico aquele exterior em que vive o interior e dele recebe a forma. Ou, por outras palavras, só é exotérico o exterior enquanto nele se revela o esotérico. Consiste a revelação em, mostrando, ocultar de novo. Não se deve dizer, pois, que Shakespeare ou Camões escreveram livros esotéricos<sup>17</sup>.

Está bem de ver que esta ocultação na expressão, mais do que de uma necessidade de preservação do iniciado (face a perseguições) ou da doutrina que expressa (perante o perigo da sua desfiguração pelos profanos), resulta da própria natureza das coisas<sup>18</sup>. A iniciação é a experiência de um *mustérion* (mistério), e esta palavra, tal como a palavra *muthus* (mito), deriva da raiz grega *mu*, que se reencontra no latim em *mutus* (mudo) e que representa a boca fechada e, por extensão, o *silêncio*. Este parentesco, esta familiaridade, explicam que o relato mítico, pleno de simbolismo, seja o veículo do mistério, a própria linguagem da iniciação. Sendo o mistério, de seu natural, e no seu sentido mais profundo, o *inexprimível*, aquilo que só em silêncio pode ser contemplado, ou seja, o *incomunicável* – pelo menos directamente e pela linguagem vulgar –,

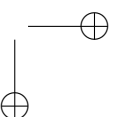
uma das funções gerais do simbolismo é efectivamente a de sugerir o inexprimível, de o fazer pressentir, ou melhor, «assentir», pelas transposições que permite fazer de uma ordem para a outra, do inferior para o superior, do que é mais imediatamente alcançável para aquilo que só mais dificilmente o seja; e tal é precisamente o destino primeiro dos mitos<sup>19</sup>.

A quimera lógica veiculada em *Uma Admiração Pastoril pelo Diabo* (Pessoa e Pascoaes) está em se proclamar a literalidade da leitura dos textos pascoalinos, procurando em simultâneo compatibilizá-la com o *reconhecimento*

<sup>17</sup> TELMO, António, *Viagem a Granada seguida de Poesia*, Sintra, Zéfiro, 2016, p. 169.

<sup>18</sup> GUÉNON, René, *Aperçus Sur l'Ésotérisme Chrétien*, Paris, Éditions Traditionnelles, 2002, pp. 61-62.

<sup>19</sup> GUÉNON, René, *Aperçus Sur L'Initiation*, p. 124.



de um papel decisivo da “imaginação”, se o que neles se exprime for, como é o caso, um adquirido cognitivo, uma intuição metafísica do autor. Na verdade, a interposição da imagem – a mediação reveladora que por ela se opera – é eminentemente simbólica daquela intuição metafísica. O que é intuído, só o é porque é imaginado, na medida em que o é e pelo modo como o é.

A este respeito, a desocultação pioneira que Pedro Sinde empreendeu da poesia pascoalina em *O Velho da Montanha – A Doutrina Iniciática de Teixeira de Pascoaes*, perscrutando nos seus versos a sintomatologia do *mundus imaginalis*, a partir dos ensinamentos de um Henry Corbin sobre a imaginação criadora, mormente na tradição islâmica, e na esteira do que António Telmo já fizera com Camões, oferece formal desmentido ao paralogismo há pouco identificado, na medida em que a reconduz de modo inelutável ao domínio do hermetismo, para a aproximar da tradição martinezista, pelo diálogo quase a final encetado entre o *Regresso ao Paraíso* e o *Tratado da Reintegração dos Seres* de Pascoal Martins<sup>20</sup>.

Ao contrário do que António M. Feijó afirma, as intuições pascoalinas, posto que sejam um caso raro, desde logo no plano da expressão literária, nada terão de *inesperado* do ponto de vista de uma *ciência sagrada* que o autor, manifestamente, ignora ou desconsidera, o que não deixa de ser espantoso em quem pretende reconstituir numa vintena de páginas um sistema de pensamento gnóstico haurido em muitas centenas de laudas. Já o aparente receio que o leva a colocar entre aspas – como quem duvida ou hesita – a palavra *imaginação*, sendo coerente com a recusa da leitura simbólica dos textos de Pascoaes que propugna, não deixará de constituir, da sua parte, uma concessão, porventura indesejada, à natureza das coisas.

No fundo, está aqui em causa a partilha, pelo ensaísta, daquele “critério cheio de severidade para com todas as formas de imaginação que se apresentam, nos poetas e nos prosadores, com a finalidade secreta ou patente de dizerem o mistério”<sup>21</sup> que Telmo considerava ser comum a António de Oliveira Salazar e a António Sérgio. Em pleno século XXI, a anquilose positivista continua a fazer o seu curso na nossa cultura...

<sup>20</sup>Cf. SINDE, Pedro, *O Velho da Montanha – A Doutrina Iniciática de Teixeira de Pascoaes*, Lisboa, Hugin, 2000, pp. 95-106.

<sup>21</sup>TELMO, António, *Luís de Camões e o Segredo d’ Os Lusíadas seguido de Páginas Autobiográficas*, Sintra, Zéfiro, 2015, pp. 61-62.





II. Nessa sua monumental obra de referência que é *O Pensamento Português Contemporâneo – 1890-2010: O Labirinto da Razão e a Fome de Deus*, escreve Miguel Real: “Não interessa quantas pessoas estiveram no funeral de António Telmo, desde que as presentes o tivessem lido e, mesmo não aceitando e até contraditando a sua teoria, tivessem consciência do valor da sua obra”<sup>22</sup>. São palavras que exemplarmente definem quem as firmou como um aristocrata do espírito.

Entre nós, além de ser um dos grandes romancistas do seu tempo, Miguel Real revela-se também um pensador singular, tanto pela valia inquestionável de uma obra ensaística original que marca com argúcia, audácia e acutilância a actualidade do panorama mental português, como pela gesta propedêutica e didáctica que o escritor vem amorosamente dedicando à cultura filosófica, literária e artística da sua Pátria.

É admirável o modo como o faz. A erudição prodigiosa de que sobriamente se prevalece concorre com a maior honestidade intelectual. A limpidez que tem no olhar faz com que nunca perca a capacidade de admirar, reconhecendo e exaltando o que no *outro* – ainda que por caminhos diversos dos seus – é *novo* e – ou – *valoroso*, devendo aqui ser lembrado o muito que as gerações novas lhe devem. Mesmo quando dissente, denuncia ou refuta, é seu o exemplo de uma elegância séria e serena, feita de civismo e cordial civilidade.

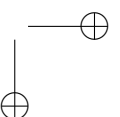
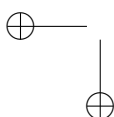
Há nele uma permanente disponibilidade para aquela entrega generosa que é própria dos grandes missionários da cultura. Mas Miguel Real é sobretudo um homem bom: dele são a coragem, o coração, a compreensão.

Gostaria aqui, todavia, de lhe realçar uma outra virtude invulgar: a da *imparcialidade*. Dela ouvi um dia dizer a António Telmo ser qualidade imprescindível a quem queira prosseguir na vocação de pensar.

Quanto lhe deve a Filosofia Portuguesa avalia-se, antes de mais, pelo modo isento, objectivo e esclarecedor como n’*O Pensamento Português Contemporâneo – 1890-2010* soube apresentar a obra e o pensamento de Álvaro Ribeiro, de quem, como “um livro-charneira no pensamento português do século XX”<sup>23</sup>, irá encarecer essa obra seminal que é *O Problema da Filosofia Portuguesa*. Nela aliás entrevê uma “espécie de corolário necessário” da corrente espiritualista em que se inscrevem Sampaio Bruno, Teixeira de Pascoaes

<sup>22</sup>REAL, Miguel, *O Pensamento Português Contemporâneo – 1890-2010: O Labirinto da Razão e a Fome de Deus*, Lisboa, INCM, 2011, p. 800.

<sup>23</sup>*Idem*, p. 446.



e Leonardo Coimbra, “três pensadores portugueses portuenses dos inícios do século XX” exercendo “manifesta influência” na obra de “pensamento original”<sup>24</sup> do autor de *Apologia e Filosofia: Pascoaes* ao enfatizar a especificidade essencial da vinculação inerente à tradição portuguesa e o necessário comércio da filosofia com a filologia; Bruno ao considerar a união substancial entre a filosofia e a teologia; e Leonardo pela assunção de um espiritualismo metafísico de pendor humanista e cristão.

Não se trata aqui, porém, segundo o nosso autor, de influências “de conteúdo, mas de espírito ou de atitude”<sup>25</sup>. Estamos já muito longe da visão assaz ligeira de um António M. Feijó. Miguel Real sabe do que fala: pressupõe a existência de uma cadeia tradicional que não começa em Pascoaes nem termina em Álvaro Ribeiro; e, porque a todos leu, reconhece em cada um dos seus elos aquela originalidade única e irrepetível que a comum origem dos pensadores nunca chega a prejudicar.

Miguel Real não ilude o confronto entre o movimento da Filosofia Portuguesa e a corrente dos pensadores racionalistas em que, aliás de modo muito variado, se inscrevem nomes como António Sérgio, Eduardo Lourenço ou Boaventura Sousa Santos. Sendo conhecida a importância de que para si se reveste, aliás em termos de decisiva influência, o segundo destes autores<sup>26</sup>, não deixa de ser admirável – para alguns, porventura, mesmo surpreendente – o desassombro desenvolvido com que n’*O Pensamento Português Contemporâneo* aponta, em termos manifestamente críticos, “o exagero extremista” – e “fulgurante” – com que Lourenço visou Álvaro Ribeiro<sup>27</sup>. São as páginas, aliás equívocas, de *O Labrinto da Saudade*, que Miguel Real traz à colação, ali onde se menciona Álvaro como o “«guru»” da “«seita»” da Filosofia Portuguesa, grupo cujo pensamento surge referido a uma espécie de motor da “«ideologia cultural de um fascismo lusitano»”<sup>28</sup>. Devo esclarecer que, diferentemente de Miguel Real, não estou seguro de que Eduardo Lourenço tenha

<sup>24</sup> *Idem*, p. 447.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 448.

<sup>26</sup> Não deverá ser fruto do acaso que Eduardo Lourenço, a par de Agostinho da Silva, seja um dos dois filósofos portugueses seus contemporâneos a quem unicamente consagrou monografias autónomas, em que expõe e sintetiza os respectivos pensamentos no contexto panorâmico da cultura portuguesa.

<sup>27</sup> REAL, Miguel, *Op. Cit.*, p. 447.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*.

realmente pensado isto de Álvaro Ribeiro. Quero dizer, por exemplo, que não sei se entre “os olhos dos muitos aos quais a filosofia portuguesa passou por ser essa tal ideologia cultural de um fascismo lusitano”<sup>29</sup> se encontravam os do próprio Lourenço, pois que este, quando não padecia, ele próprio, pelo efeito-ricochete de um irónico *boomerang*, do “estilo peremptório”<sup>30</sup> que atribuiu a Álvaro Ribeiro, ou do “estilo provocatório”<sup>31</sup> por si vislumbrado no Jornal 57, parecia, não raro, mostrar-se exímio em dizer algo ou talvez, afinal, o seu contrário, numa deriva hesitante que quase se diria ser o preço a pagar pela superior expressão literária com que o prosador ensaísta fascinava muitos dos seus leitores, se não houvéssemos de suspeitar que se encontra ainda por fazer a psicanálise mítica da obra de Eduardo Lourenço<sup>32</sup>, em que se presente a

<sup>29</sup> Cf. LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Dom Quixote, 1992, p. 34.

<sup>30</sup> *Idem*, p. 34. Note-se, logo no capítulo inaugural de *O Labirinto da Saudade*, a emergência desse estilo peremptório em afirmações como esta: “Através de mitologias diversas, de historiadores ou poetas, esse acto [o surgimento de Portugal como Estado] sempre apareceu, e com razão, como da ordem do *injustificável*, do *incrível*, do *milagroso* ou num resumo de tudo isso, do *providencial*” (*Idem*, p. 18); ou como esta: “Nunca se meditou a sério em actos tão significativos como os da invenção de falsos documentos pelos monges de Alcobaça para provar a nossa existência legal no passado, assim como, já depois da ressurreição, no labor incrível dos nossos juristas para justificar o nosso direito a um lugar ao sol entre os povos livres” (*Idem*, pp. 22-23). Faço notar que esta minha observação se limita ao plano estilístico; mas dos sublinhados exemplares, e dos advérbios que assim se salientam, o leitor saberá tirar as devidas ilações. Sobretudo, com respeito à primeira citação, se tiver presente a lição de um Jaime Cortesão no volume intitulado *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Onde, porém, o modo terminante de certas asserções de Eduardo Lourenço melhor se evidencia será, talvez, na passagem sobre Camões e *Os Lusíadas* que um outro capítulo de *O Labirinto da Saudade* patenteia: Mas seja qual for a interpretação ideológica de Camões, não é possível, para ninguém, separar o seu canto épico da apologia histórica de um povo enquanto vanguarda de uma Fé ameaçada na Europa do tempo e de um Império igualmente guarda-avançada da expressão comercial e guerreira do Ocidente. É essa “a matéria” textual e moral do Poema. “Não tem outra e é absurdo fingir que possa tê-la” (*Idem*, p. 122).

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*. Não será provocatório o exercício manifesto, mas nem por isso menos deprimente, da ironia por quem, como Eduardo Lourenço, se refere aos “iluminados seguidores (a começar pelo iniciador Álvaro Ribeiro)” (*Idem, ibidem*) do movimento da Filosofia Portuguesa? Esse mesmo Álvaro Ribeiro em cuja “pluma exotérica e brumosa» reconhece afinal, algumas linhas adiante, uma «organicidade potente»” (*Idem*, p. 35)?

<sup>32</sup> Eduardo Lourenço tornou-se inquestionavelmente um mito cultural. Bastará ter presente os encómios, por vezes mirabolantes, que a imprensa portuguesa lhe destinou, antes e depois da sua morte (como esse do *homem que ensina Portugal a pensar*), e o unanimismo que ilegitimamente se pretendeu instituir em torno da sua figura e, porventura, do seu pensamento.

expressão, aliás complexa, de um marranismo cultural, e a este respeito talvez valesse a pena começar por escrutinar quanto nos deixou escrito sobre Pascoaes e Pessoa.

Como quer que seja, tem Miguel Real, na defesa que faz da obra alvarina, o mérito inestimável de desenganar ou desencantar quantos, por descontraídas razões – *à esquerda ou à direita da cruz*, nas palavras de António Telmo –, ansiariam vislumbrar em Álvaro Ribeiro o teórico de serviço do Estado Novo, “como se tivesse sido um «Salazar» da filosofia”<sup>33</sup>. De resto, bastará a leitura de *A Filosofia Política de Álvaro Ribeiro*, de Elísio Gala, que o nosso autor não deixou de considerar, para se compreender, com rigorosa lucidez, o que está realmente em causa<sup>34</sup>.

O nacionalismo alvarino, como Miguel Real bem demonstra n’*O Pensamento Português Contemporâneo*, é histórico e filosófico, com o que participa do seu *Zeitgeist*, mas não é político, e daí que seja “de uma forte injustiça operar uma ligação directa (e mecânica) entre nacionalismo político português entre as décadas de 1930 a 1950 e a obra deste pensador”<sup>35</sup>. E o autor aponta com decisiva argúcia uma sólida evidência: um livro tão focado na Universidade como *O Problema da Filosofia Portuguesa* (escrito e publicado, acrescentarei eu, no apogeu do Estado Novo) não faz “a apologia das novas instituições escolares e da nova filosofia de ensino de Oliveira Salazar”<sup>36</sup>. Pelo contrário, faz “A Crítica ao Existente”, que é o título, revelador e bem significativo, de um dos seus capítulos. Atitude pioneira e exemplar, irá aliás encontrar, logo na década seguinte, um eco prolongado e contundente na acção discipular da primeira geração da Filosofia Portuguesa: em 1955, publica Afonso Botelho, sob a égide da *Cidade Nova*, o livro *O Drama do Universitário*; e no ano imediatamente subsequente será a vez de António Quadros dar à estampa, com a mesma chancela, *A Angústia do Nosso Tempo e a Crise da Universidade*. Sintomaticamente, também os quatro primeiros escritos de imprensa de natureza teórica de António Telmo (um em *A Semana*, em 1952; os outros três em *A Bem da Língua Portuguesa*, em 1953)<sup>37</sup> constituem, do ponto

<sup>33</sup> REAL, Miguel, *Op. Cit.*, p. 453.

<sup>34</sup> Cf. GALA, Elísio, *A Filosofia Política de Álvaro Ribeiro*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1999.

<sup>35</sup> REAL, Miguel, *Op. Cit.*, p. 450.

<sup>36</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>37</sup> Cf. TELMO, António, *História Oculta de Portugal precedida de No Meio do Caminho da Vida e Os Meus Prefácios*, Sintra, Zéfiro, 2018, pp. 25-38.



de vista do jovem filósofo estudante de Filologia Clássica, uma crítica judiciosa ao ensino universitário, dominado por uma mentalidade positivista<sup>38</sup>.

Nem poderia ser de outro modo. A dispensa de uma tão grande atenção ao ensino universitário será a consequência congruente do labor de uma escola de pensamento que da filosofia deduz a educação para, só depois, desta deduzir a política.

Também o pensamento religioso de Álvaro Ribeiro recebe da análise de Miguel Real as precisões necessárias para que se o possa preservar de indesejáveis confusões. O “apelo” que lhe corresponde é

eminentemente ideológico e filosófico, encontra-se totalmente divorciado de pretensões eclesiásticas ou de divulgação evangélica, bem como de apologia doutrinária da velha escolástica senão quando esta, pelas suas obras, contribuiu para o núcleo fundante da identidade cultural portuguesa<sup>39</sup>.

Fazendo notar a “antropologia de forte vínculo cristão”<sup>40</sup> que ressuma de *A Razão Animada* de Álvaro Ribeiro, e a sua tentativa de recriação do aristotelismo, que fora a tradição filosófica portuguesa até ao consulado de Pombal, Miguel Real vê-as, porém, vinculadas “a um espiritualismo cristão não eclesiástico, mas de evidente teor pascoalino, brunino e leonardino”<sup>41</sup>. Poderia ter também concluído: *de fundo martinezista* – pois nem mesmo o criacionismo leonardino se mostra imune aos ensinamentos de Pascoal Martins, conforme a penetrante leitura de António Telmo<sup>42</sup>.

Como quer que seja, não deixa Miguel Real de primar pela exacção quando assina à antropologia alvarina uma “visão cristã (não ortodoxa e muito menos eclesiástica) do mundo”<sup>43</sup>. Este duplo afastamento da Igreja Católica

<sup>38</sup>Convém a propósito recordar que *A Fenomenologia do Mal*, tese apresentada em 1951 por Orlando Vitorino às provas de licenciatura do curso de Ciências Históricas e Filosóficas da Faculdade de Letras de Lisboa foi reprovada por um júri composto por Vieira de Almeida, Délio Santos, Virgínia Rau e Mário de Albuquerque, tendo o seu autor sido excluído da licenciatura.

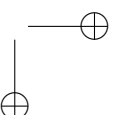
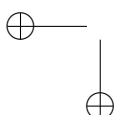
<sup>39</sup>REAL, Miguel, *Op. cit.*, p. 450.

<sup>40</sup>*Idem*, p. 452.

<sup>41</sup>*Idem*, p. 453.

<sup>42</sup>TELMO, António, “A Conversão”, in *Leonardo Coimbra – Filósofo do Ideal e do Real*, Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1985, pp. 203-209.

<sup>43</sup>REAL, Miguel, *Op. Cit.*, p. 460.



e da sua ortodoxia será afinal uma herança coerente com a cristo-angelologia ebionita que define matricialmente o pensamento de Álvaro Ribeiro, e de que o martinismo terá constituído oportuna expressão actualista em pleno século das Luzes.

Um pensamento filosófico tão secretamente singular e profundo como o de Álvaro Ribeiro não poderá deixar de estar votado, no seu tempo como no nosso, à incompreensão da maioria: “acusaram-no de reaccionário, escolástico e ultramontano e assim, o sangue e os nervos presentes na sua obra escrita (...) nunca foram verdadeiramente entendidos, como é habitual em Portugal, falando-se de mais e lendo-se de menos”<sup>44</sup>. Não parece que nada disto, na verdade, tenha mudado. E daí a justa preocupação que Miguel Real revela ao cair do pano sobre o subcapítulo que n’*O Pensamento Português Contemporâneo* dedicou ao filósofo de *A Razão Animada*:

Entretanto, Portugal evoluiu política e historicamente no exacto sentido oposto ao evidenciado pela obra de Álvaro Ribeiro e receamos que o pensamento português do século XXI, recalcando a vertente nacionalista e conservadora do seu passado recente, recalque igualmente a obra de Álvaro Ribeiro, uma das mais originais do século XX em que plenamente se consumou a “fome de Deus”<sup>45</sup>.

**III.** *A Morte de Portugal*, obra emblemática de 2007, toca-nos por vários motivos, e o principal será porventura a sua beleza moral. Essa beleza envolve a justa revolta de Miguel Real diante de uma época crítica, sentimento que, em termos de pura indignação, o parece ter motivado à sua escrita. Livro dialógico e caleidoscópico, como quase sempre o são os ensaios do autor, é fascinante o modo como nele se polarizam oitocentos anos de História pátria em quatro complexos culturais por que Portugal se foi concebendo a si próprio. Talvez possam ser aproximados dos quatro ciclos históricos que António Telmo definiu na sua *História Secreta de Portugal*. Certo que a correspondência resulta imperfeita, pois a sobreposição não será integralmente exacta; mas, a partir do que os dois pensadores deduziram, cronológica e ideologicamente, não parece exagerado associar o *ciclo heróico ou dos reis ao complexo viriatino*; o *ciclo do clero ao complexo vieirino*; e o *ciclo do povo ao complexo*

<sup>44</sup> *Idem*, p. 453.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 462.



*pombalino*. O complexo canibalista, na visão de Real, dura há quatro séculos e, nesse sentido, antecede, em muito, o período da plebe dividido por Telmo. Mas sintetizando este último período, desde a implantação da República até aos nossos dias, as formas degenerescentes da nobreza, do clero e do povo, é inegável que aquele complexo lhe assenta como uma luva.

A própria ideia de uma morte de Portugal está igualmente presente nessa seqüela da *História Secreta* que é o *Horóscopo de Portugal*. Apraz-me notar esta convergência da imaginação dos dois autores, ainda que às imagens confluentes nem sempre corresponda uma mesma ideação. Pouco importa, se o desígnio for afinal, como Agostinho da Silva desejaria, o de uma *vida conversável*.

Enunciando o complexo canibalista, denuncia justamente Miguel Real que “não temos feito história da cultura com o pensamento, mas com o sangue, sustentando-nos antropofagicamente do corpo do adversário”<sup>46</sup>. Em termos mais prosaicos, mas também mais explícitos:

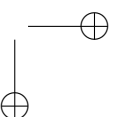
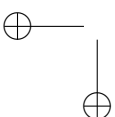
Assim, mais do que filosófica ou reflexiva, a cultura portuguesa tem sido eminentemente ideológica, isto é, enformada ou desenvolvida por um sentido de Estado que lhe guia a orientação político-social, ora entronizando no poder uma(s) doutrina(s), ora excomungando a(s) doutrina(s) contrária(s)<sup>47</sup>.

Aos quatro complexos somam-se, n’*A Morte do Portugal*, os quatro vetores com que o filósofo caracteriza analiticamente o último século e meio da cultura portuguesa. *Espiritualismo, providencialismo, racionalismo e modernismo*, longe de serem compartimentos estanques, como aliás o comprova o facto de certos autores poderem ser incluídos, sincrónica ou diacronicamente, em mais do que uma destas vertentes (ocorrem-me, de imediato, os nomes de Agostinho da Silva e de Fernando Pessoa), deverão doravante procurar evoluir no sentido de um “convívio harmónico”<sup>48</sup>. Naquela que, sob qualquer prisma, será porventura a mais bela das laudas de *A Morte do Portugal*, escreve Miguel Real:

<sup>46</sup> REAL, Miguel, *A Morte do Portugal*, Porto, Campo das Letras, 2007, p. 16.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 97.

<sup>48</sup> *Idem*, p. 113.





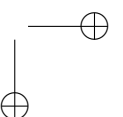
No Portugal do século XXI, no Portugal europeu – desejado e sempre interrompido desde os tempos de Pedro Nunes, de Garcia da Horta, de Sá de Miranda, de Damião de Góis –, o Deus que nos habita é um Deus cuja casa tem muitas moradas, inúmeras moradas; nesta casa de Deus, as portas e as janelas são mil e de cada uma todas espreitam a obra do vizinho, nela se inspirando para criar a sua própria obra sem que daí nasça a guerra de extermínio, como o fez durante mais de um quarto de milénio a Inquisição, como o fez durante trinta anos o Marquês de Pombal, como o fizeram liberais e republicanos durante cerca de um século perseguindo a Igreja Católica, e como o fez o Estado Novo a socialistas e comunistas. A casa das mil portas, mil janelas, mil escadas, mil andares, mil moradas, possui um único telhado que a todas abriga, feita da matéria mais resistente ao tempo, tão resistente ao tempo que, para os homens, se tornou consubstancial à eternidade divina, tornando-se igualmente o novo-velho rosto de Deus na Terra: a matéria da tolerância, noção e sentimento a que mais rigidamente os portugueses têm resistido<sup>49</sup>.

Que Miguel Real leva muito a sério quanto pensa e escreve, realizando-o operativamente, demonstra-o de modo inequívoco *O Pensamento Português Contemporâneo – 1890-2010: O Labirinto da Razão e a Fome de Deus*, essa sua obra monumentalmente enciclopédica em que abre as mil portas da casa do Deus que nos habita a tantos outros autores, representativos das quatro vertentes que erguem a montanha da cultura portuguesa. Que de modo imparcial, empático e compreensivo envolva num abraço quantos, de Sampaio Bruno até aos nossos dias, honraram a Escola Portuense, não será apenas uma vitória para o movimento da Filosofia Portuguesa, mas é já o triunfo da própria filosofia, factor de eticidade.

*Almoinha, Sesimbra,  
às primeiras horas da Primavera de 2021.*

---

<sup>49</sup> *Idem*, pp. 100-101.

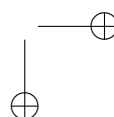
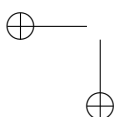






### **Nota Biobibliográfica**

Nasceu em Lisboa, em 1971. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, é advogado. Conviveu com o filósofo António Telmo, de quem é um seguidor. É autor dos livros *O Anjo e a Sombra: Teixeira de Pascoaes e a Filosofia Portuguesa* (2007); *O Céu e o Quadrante: desocultação de Álvaro Ribeiro* (2008); *O Segredo do Grão Vasco: de Coimbra a Viseu, o 515 de Dante* (2011); *Teoria Nova da Saudade* (2013); *Agostinho da Silva em Sesimbra* (em colaboração com António Reis Marques, 2014, segunda edição, revista e muito aumentada, 2017); *Cartas de Agostinho da Silva para António Telmo* (em colaboração com João Ferreira e Rui Lopo, 2014); *Um António Telmo: Marranismo, Kabbalah e Maçonaria* (2015); *António Quadros e António Telmo – Epistolário e Estudos Complementares* (em colaboração com Mafalda Ferro e Rui Lopo, 2015); *A Liberdade Guiando o Povo – Uma Aproximação a Agostinho da Silva* (2016); *Agostinho da Silva – A Última Entrevista de Imprensa* (2016, em colaboração com António Ladeira e José Pedro Guerreiro Xavier); e *Uma Vida de Herói – Morte e Transfiguração de Jaime Cortesão* (2018). Tem colaboração nas revistas *A Ideia*, *Devir*, *Invenire*, *Callipole*, *Cintilações*, *Teoremas de Filosofia*, *Nova Águia* e *Cadernos de Filosofia Extravagante*. Fundador do Projecto *António Telmo. Vida e Obra*, integra a coordenação editorial das Obras Completas de António Telmo e a direcção da *Colecção Thomé Nathanael – Estudos sobre António Telmo*. É membro do Conselho Fiscal do Centro de Estudos Bocageanos e do Conselho Consultivo da Fundação António Quadros. Integrou a Comissão Científica das Comemorações dos 250 anos do nascimento de Bocage. Tem participado, como orador, em encontros científicos internacionais dedicados a figuras como Cervantes, Verney, Bocage, Sampaio Bruno, Teixeira de Pascoaes, Agostinho da Silva e Sebastião da Gama e a temas como a Maçonaria, a Saudade, o Espírito Santo e o Futurismo.







## 2.1.24. O Contributo de Miguel Real para a Periodização do Romance Português Contemporâneo<sup>1</sup>



**Petar PETROV**

Universidade do Algarve / CLEPUL

De entre os ensaios sobre as características e a evolução do romance português desde os anos 50 do século passado, destaca-se o livro *O Romance Português Contemporâneo 1950-2010*, publicado em 2012, da autoria de Miguel Real<sup>2</sup>. Trata-se de um contributo importante, como se verá a seguir, dividido em duas partes: a primeira com o título “Teoria” e a segunda subordinada ao tópico “Historiografia”.

Inicia-se a primeira parte com a distinção de “três características da dinâmica geral do romance português nos últimos 60 anos”<sup>3</sup>, sendo a primeira a “internacionalização” do conteúdo do género. Na perspetiva de Miguel Real, as narrativas romanceadas do início do século XXI, comparadas com as produzidas na década de 50, cujo conteúdo era centrado na realidade social e regional portuguesas, tornaram-se cosmopolitas, explorando temas universais, em

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico de 1990.

<sup>2</sup>REAL, Miguel, *O Romance Português Contemporâneo 1950-2010*, Lisboa, Caminho, 2012.

<sup>3</sup>*Idem, ibidem*, p. 20.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 421-428.



espaços urbanos e em quadrantes geográfico estrangeiros, visando um leitor não exclusivamente português. De um modo geral, “estes últimos 60 anos foram palco de uma profunda transformação do romance português, tanto relativamente aos temas e conteúdos quanto ao estilo e à estrutura, quanto, ainda, ao horizonte semântico lexical”<sup>4</sup>. Refere o ensaísta que esta “nova narrativa”<sup>5</sup> foi cultivada com êxito por escritores como Gonçalo M. Tavares, José Luís Peixoto, João Tordo, Patrícia Portela, Patrícia Reis, Teolinda Gersão, Lúcia Jorge, Ana Teresa Pereira e Mafalda Ivo Cruz, entre outros<sup>6</sup>.

A segunda característica tem a ver com a “alteração do estatuto social do autor”<sup>7</sup>, que se verifica a partir dos anos 80 e, principalmente, com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia. Constata Miguel Real que, a partir dessa altura, o escritor português deixa de fazer parte de círculos estético-ideológicos solidamente definidos, como acontecia com os autores conotados com os movimentos literários entre 1930 e 1970 e rotulados de presencistas, neorealistas, surrealistas e existencialistas. Como assinala o ensaísta: “Com efeito, hoje, século XXI, reflexo de uma sociedade anémica, apática e individualista, pragmática e tecnocrática, a militância literária desapareceu. As tertúlias semanais e os grupos literários unidos por uma ideia estética central desapareceram”<sup>8</sup>.

Mas é devido à emergência de um individualismo feroz que o estatuto social do novo autor sofreu, salvo raras exceções, uma profunda alteração. Assim, alguns escritores passaram a ser encarados como vedetas, tipo estrelas da literatura, profissionais, cuja escrita procura unicamente entreter ou distrair o leitor virtual. É o que acontece com os romances produzidos segundo as regras do mercado, assinalando o ensaísta que “se este género desempenha uma função consolatória e catártica socialmente útil (...), não desempenha uma função esteticamente útil, isto é, em nada contribui para a história da literatura”<sup>9</sup>.

A internacionalização do romance, bem como a sua mercantilização apontam para uma terceira característica da dinâmica geral do romance português.

<sup>4</sup>*Idem, ibidem*, p. 22.

<sup>5</sup>*Idem, ibidem*, p. 29.

<sup>6</sup>*Idem, ibidem*, cf. pp. 23-27.

<sup>7</sup>*Idem, ibidem*, p. 29.

<sup>8</sup>*Idem, ibidem*, p. 33.

<sup>9</sup>*Idem, ibidem*, p. 37.

Trata-se, segundo Miguel Real, de “três momentos da desintelectualização da literatura”<sup>10</sup>, situado o primeiro entre 1986 1992, com a publicação de cinco romances da autoria de Rui Zink, Luísa Costa Gomes, Francisco José Viegas, Inês Pedrosa e Pedro Paixão. As suas narrativas representariam “a *primeira expressão* estético-literária correspondente a um novo leitor saído da escola de massas pós-25 de Abril”<sup>11</sup>. Isto porque os autores referidos resgataram “o antigo padrão literário de historiar peripécias sociais acompanhadas de uma visão narrativa clara”, ou seja, escreveram romances realistas “imunes ao desconstrucionismo e ao esteticismo reinantes entre 60 e 70”<sup>12</sup>. De qualquer modo, a narrativa romanceada cultivada pelos escritores em causa “*não perdeu, no seu todo, qualidade estética*”<sup>13</sup>.

O segundo “deslocamento da configuração literária”<sup>14</sup> ocorre na década de 90, com o surgimento em cena das escritoras Rita Ferro, Rosa Lobato Faria e Margarida Rebelo Pinto, que seguem, segundo Miguel Real, o caminho do realismo, mas “*parasitando-o e desvirtuando-o*, criando uma literatura já *sem mediação estética* entre texto ficcional e realidade descrita”<sup>15</sup>. Acrescenta o ensaísta que o que está na origem desta segunda deslocação é a “intensa democratização da cultura, o vasto império da imprensa cor de rosa, uma escola de massas até ao 12º ano e um vasto engordamento financeiro e consumista da classe média”<sup>16</sup>.

Por fim, o terceiro “deslocamento da configuração literária”<sup>17</sup> tem lugar no início do século XXI, com o surgimento de um conjunto de autores, cujos nomes Miguel Real não refere, que, seguindo o êxito comercial da literatura *light* das romancistas da segunda deslocação, conseguiram “*esvaziar a literatura da própria literatura*”<sup>18</sup>. Trata-se de uma “literatura destinada a consumidores de centros comerciais”, tendo como destinatário “um leitor de novo tipo, não letrado e não intelectualizado, ignorante dos textos clássicos da história da

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*, p. 39.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 42.

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*, p. 42.

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*, p. 39.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

civilização e do pensamento ocidentais”<sup>19</sup>. Este novo estilo realista terá dois momentos, “um perfeitamente espontâneo” e outro “presumivelmente calculado”<sup>20</sup>. O primeiro caracteriza-se pela “simplificação de todos os processos literários, como se se tratasse *de um estilo sem estilo*”<sup>21</sup>, ou seja, ativa “um estilo transparente”<sup>22</sup>. A segunda característica, presumivelmente refletida, é a chamada *substantivação*, que se resume à exploração de “um discurso de frase curta ou longa rodeando um substantivo vulgar”<sup>23</sup>.

Em seguida, Miguel Real desenvolve algumas ideias relacionadas com o tópico “em demanda de um novo cânone”<sup>24</sup>, que ocorreu entre as décadas de 60 e 80. Na sua perspetiva, professores universitários, defensores de teorias estéticas de análise textual, como Eduardo Lourenço, Eduardo Prado Coelho, Maria Alzira Seixo, Carlos Reis, Óscar Lopes, Isabel Pires de Lima, Fátima Marinho, Nuno Júdice, Manuel Frias Martins, etc., conseguiram impor um novo cânone de autores. De facto, nas antologias de textos literários e nos manuais escolares, aprovados pelo Ministério de Educação nos anos 80, desapareceram escritores cuja obra evidenciava um “carater nacionalista, tradicionalista (...), rural”, e estes foram substituídos por escritores na sua maioria “opositores ao regime deposto”<sup>25</sup>. Assim, o que houve foi “uma abertura cultural para a predominância de uma literatura europeia, modernista, cosmopolita, de caráter lúdico, realizada plenamente através dos novos autores emergidos nas décadas de 80 e 90”<sup>26</sup>. Face ao exposto, conclui Miguel Real que “o romance português é hoje dominado pela multiplicidade de estilos, de temas, de conteúdos e de estruturas narrativas (...)”<sup>27</sup>.

Retomando algumas ideias desenvolvidas nos capítulos examinados, finaliza a primeira parte do livro com um breve capítulo com referência a “três tensões estéticas” que acompanharam o romance português nos últimos 60 anos, a saber: 1. identidade nacional *versus* cosmopolitismo; 2. classicismo

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*, p. 47.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*, p. 47.

<sup>22</sup> *Idem, ibidem*, p. 48.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 48.

<sup>24</sup> *Idem, ibidem*, p. 49.

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*, p. 50.

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*, p. 50.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 55.

*versus* contemporaneidade; 3. realismo *versus* psicologismo<sup>28</sup>. Cada par dicotómico é teorizado e exemplificado com títulos de narrativas romanceadas, e respetivas autorias, publicadas entre 1950 e 2010.

Na segunda parte do seu estudo, intitulada “Historiografia”, Miguel Real procura acompanhar o processo de transformação do género do romance. O primeiro capítulo da segunda parte é dedicado à produção romanesca da década de 50, assinalando o ensaísta que, nos anos 1953 e 1954, “pode dar-se por encerrado o ciclo do realismo queirosiano”<sup>29</sup>, com a publicação de *Uma Abelha na Chuva*, de Carlos de Oliveira, *O Trigo e o Joio*, de Fernando Namora, e *A Sibila*, de Agustina Bessa-Luís. É neste decénio que as categorias narrativas começam a sofrer a sua primeira desconstrução, a unidade coerente e coesa cede lugar a uma ordem não linear, labiríntica e incoerente. Emergem novos prosadores, que não se identificam “já nem com o presencismo nem com o neorealismo”<sup>30</sup>, como Urbano Tavares Rodrigues, Fernanda Botelho, Augusto Abelaira, David-Mourão Ferreira, Natália Correia, Maria Judite de Carvalho e Isabel da Nóbrega, entre outros. No capítulo seguinte, é anunciado o surgimento de “um novo romance esteticista e desconstrucionista”<sup>31</sup>, que terá o seu desenvolvimento nos anos 60 e 70. Os autores que inauguram esta nova fase são Maria Gabriela Llansol, Almeida Faria, Herberto Helder, Rubem A. e Ana Hatherly, cuja prosa abandona “a pretensão a uma referencialidade semântica direta (o realismo), contestando o postulado de uma inviolável e permanente unidade da consciência do narrador / autor e desconstruindo / reconstruindo as categorias clássicas do romance”<sup>32</sup>. A afirmação desta vertente romanesca verifica-se também com a publicação de obras da autoria de José Cardoso Pires, Maria Velho da Costa, Nuno Bragança, Fernanda Botelho, Rui Nunes, Mário Cláudio, Dinis Machado, Eduarda Dionísio, bem como dos romances *Manual de Pintura e Caligrafia*, de José Saramago e *Finisterra*, de Carlos de Oliveira. Por seu lado, os romances produzidos nas décadas de 80 e 90, entendidos como predominantemente realistas, são objeto de atenção de Miguel Real no terceiro capítulo e as suas particularidades obrigam o ensaísta a distribuí-los em três tipos: 1. “um realismo de novo tipo que

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, cf. pp. 60-68.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, p. 71.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem*, p. 85.

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*, p. 95.

<sup>32</sup> *Idem, ibidem*, p. 95.

reinstaura as grandes narrativas segundo um novo modelo desconstrucionista metahistórico (...) possuindo legitimidade estética própria o cruzamento de fases, estádios, civilizações, épocas, momentos e costumes temporais diferentes em cada romance”<sup>33</sup>. Destacam-se, neste domínio, as narrativas de José Saramago, António Lobo Antunes, Mário Cláudio, Fiamma Hais Pais Brandão, Agustina Bessa-Luís, Augusto Abelaira e João de Melo; 2. “o realismo urbano, um realismo feito da realidade social imediata, reabilitando a narração de uma história com princípio, meio e fim, cruzando argumentos de caráter televisivo com técnicas de construção de CD-Roms, aliando o objetivismo mais chão ao subjetivismo mais delirante”<sup>34</sup>, visível na prosa de Francisco José Viegas, Inês Pedrosa, Rui Zink, Possidónio Cachapa, Jacinto Lucas Pires, Pedro Paixão e Luísa Costa Gomes, para citar os mais conhecidos; 3. “um *realismo de tipo jornalístico*, centrado numa história relativamente simples, por vezes excessivamente sentimental, ressuscitando memórias românticas do século XIX, desenvolvido num léxico transparente, não raro superficial (...), designado por «romance de mercado» (...) ou «light»”<sup>35</sup>, que é cultivado por autores como Margarida Rebelo Pinto, José Rodrigues dos Santos, Maria Roma e Maria João Lopo de Carvalho, entre outros, e cuja fortuna se prolonga no século XXI. Por fim, Miguel Real dedica um capítulo à parte ao “romance histórico”, assinalando que o género “ressurgiu com fortíssima pujança desde 1984, após a utilização propagandística do romance histórico por via de uma atmosfera ideológica de exaltação nacionalista durante o Estado Novo”<sup>36</sup>. Os romancistas que se notabilizaram numa primeira fase foram João Aguiar, Fernando Campos, Mário de Carvalho e Mário Cláudio e, no século XXI, novos representantes desta modalidade representativa têm vindo a afirmar-se, como Hélia Correia, Sérgio Luís de Carvalho, Pedro Almeida Vieira, Paulo Moreiras, António Cândido Franco e João Paulo Oliveira e Costa.

Como se pode inferir do teor de todos os capítulos de Miguel Real, o fio condutor da sua exposição tem a ver com a distinção de momentos fulcrais na evolução do romance português, desde os anos 50 até ao final do primeiro decénio do século XXI. Assim, o interesse do estudo relaciona-se com a questão da periodização da novelística portuguesa do fim da Segunda Guerra Mun-

<sup>33</sup> *Idem, ibidem*, p. 111.

<sup>34</sup> *Idem, ibidem*, p. 112.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, p. 115.

<sup>36</sup> *Idem, ibidem*, p. 199.



dial à atualidade, lapso de tempo durante o qual se desenvolve o chamado código literário do pós-modernismo. Alguns teóricos, por exemplo, distinguem duas fases da estética pós-moderna da narrativa portuguesa: a primeira situada entre inícios dos anos 60 e finais de 70, e a segunda que se desenvolve nos anos 80 do século passado<sup>37</sup>. A primeira fase é identificada como experimentalista, devendo muito às vanguardas do início do século XX do período modernista; na segunda verifica-se um desgaste do experimentalismo, com o regresso a formas definidas predominantemente realistas. Assim, observando as etapas da historiografia de Miguel Real, a produção romanesca dos anos 60 e 70 é facilmente catalogável como representativa da primeira fase do pós-modernismo, uma vez que se trata de narrativas de índole vanguardista. Quanto aos romances dos anos 80 e 90, o realismo das suas três modalidades é exemplificativo do pendor narrativizante da segunda fase do pós-modernismo, o mesmo acontecendo com os romances de temática histórica do século XXI, quando reescrevem criticamente episódios do passado na perspetiva do presente.

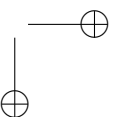
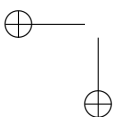
### Nota Biobibliográfica

Petar Petrov é aposentado com a categoria de Professor Associado com Agregação da Universidade do Algarve, onde leccionou as disciplinas de Literatura Portuguesa, Literaturas Estrangeiras de Língua Portuguesa (Brasileira e Africanas) e Literatura Comparada. Presentemente é co-coordenador da linha 5 do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL). Publicou os seguintes livros: *O Realismo na Ficção de José Cardoso*

<sup>37</sup>Cf. PETROV, Petar, *O Realismo na ficção de José Cardoso Pires e de Rubem Fonseca*, Lisboa, Difel, 2000, em especial as “Considerações finais: um realismo pós-moderno?” e PETROV, Petar, “O legado das vanguardas históricas no romance português pós-modernista”, in Dionísio Vila Maior e Annabela Rita (org.), *100 Futurismo*, Lisboa, Edições Esgotadas, 2018, pp. 519-528; OLIVEIRA, Marcelo G., *Modernismo tardio: os romances de José Cardoso Pires, Fernanda Botelho e Augusto Abelaira*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, OLIVEIRA, Marcelo G., “A periodização do pós-modernismo literário português”, in E.J.T. Feijó et al (Eds.), *Estudos da Associação Internacional de Lusitanistas em Teoria e Metodologia - Relacionamento nas Lusofonias II*, Santiago de Compostela/Coimbra, AIL, 2015, pp. 33-38 e OLIVEIRA, Marcelo G., “O tempo líquido: 45 anos de ficção (1974-2019)”, in A. Cunha (Ed.), *Portugal, 45 anos de democracia*, Coimbra, Almedina, 2019, pp. 215-238.



*Pires e de Rubem Fonseca*, Lisboa, Difel, 2000, que ganhou o Prémio Revelação da Associação Portuguesa de Escritores, *Aspectos de Literatura Brasileira. Estudos e Antologia e Comparatismo e Literaturas de Língua Portuguesa*, Sófia, Five Plus, 2006 e 2007, *Ficção em Língua Portuguesa. Ensaios*, Lisboa, Roma Editora, 2010, *O Projecto Literário de Mia Couto*, Lisboa, Esfera do Caos, 2016 e *As Literaturas Portuguesa e Búlgara numa Perspectiva Comparatista e Outros Estudos*, Lisboa, CLEPUL, 2019.





## 2.1.25. A Visão de Miguel Real sobre Portugal e a Lusofonia<sup>1</sup>



**Renato EPIFÂNIO**  
MIL, Revista Nova Águia,  
Instituto de Filosofia da Universidade do Porto

Na esteira de mais de uma dúzia de obras publicadas em mais de duas décadas sobre Portugal e a sua tradição cultural e filosófica, ora em geral ora sobre alguns autores em particular, série iniciada, auspiciosamente, com o premiado ensaio *Portugal. Ser e Representação*, de 1995, ofereceu-nos, Miguel Real, em 2012, mais uma obra com o sugestivo título de *A Vocação Histórica de Portugal*<sup>2</sup>. Desde logo pelo título mas, sobretudo, pelo conteúdo, esta obra retoma uma outra que, nas páginas da Revista Nova Águia, no seu primeiro número, destacámos<sup>3</sup>. Referimo-nos à obra *A Morte de Portugal*, de 2007.

Nesta, diagnosticava o autor “os quatro complexos culturais por que Portugal se foi concebendo a si próprio ao longo de 800 anos de História”. O primeiro designa-o como o “complexo viriático” – por ele se denota a alegada

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup>Prefácio de José Eduardo Franco, Lisboa, Esfera do Caos, 2012, 147 pp.

<sup>3</sup>“Miguel Real: uma obra em três livros”, in *NOVA ÁGUIA: Revista de Cultura para o século XXI*, n.º 1, 1º Semestre de 2008, pp. 95-98.



“origem exemplar de Portugal”<sup>4</sup>. O segundo é o “complexo vieirino” – por ele se denota o alegado estatuto de Portugal como “nação superior”<sup>5</sup>. Contrapolar a este é o terceiro complexo, que designa como o “complexo pombalino” – por ele, ao invés, se denota o alegado estatuto de Portugal como “nação inferior”<sup>6</sup>. Resultante da contrapolaridade destes dois últimos, mas ainda em referência ao primeiro, indica o autor um quarto, que designa como o “complexo canibalista”<sup>7</sup>. Por este, “não temos feito história da cultura com o pensamento, mas com o sangue, sustentando-nos antropofagicamente do corpo do adversário”.

Daí, enfim, o impiedoso retrato que Miguel Real fez, nessa obra, do Portugal de hoje: “O Portugal desenhado pelos quatro complexos acima enunciados encontra-se moribundo, submerso pela avalanche de costumes liberais e americanos (...)”; “Mistura de complexo pombalino com um arreigado indi-

<sup>4</sup>Figuração que, como refere, “emerge na segunda metade do século XVI através da imagem de Viriato, herói impoluto, puro, virtuoso, soldado modelo, chefe guerreiro íntegro, homem simples, pastor humilde que se revolta contra a prepotência do ocupante estrangeiro, conduzindo os lusitanos a vitórias sucessivas – povo singelo e singular que, não obstante a sua fragilidade militar, é vencedor das legiões do império romano”.

<sup>5</sup>Daí a referência a Vieira: “...da decadência do Império a partir de D. João III, do fracasso de Alcácer Quibir e da perda da independência nasce o assombro de nos sentirmos insignificantes depois de nos termos sabido gigantes na descoberta da totalidade do mundo. Padre António Vieira, resgatando o providencialismo de Ourique e o milenarismo judaico de Bandarra, deu voz majestática a este cruzado sentimento de grandeza e pequenez, recusando testemunhar a nossa real insignificância europeia, dourando-nos o futuro com o regresso anunciado às glórias do passado, agora sob o nome de Quinto Império.”

<sup>6</sup>Ainda nas palavras de Miguel Real: “Desde a revolução liberal de 1820, todos os ímpetos modernistas portugueses têm nascido deste complexo cultural que eleva a Europa a destino e sentido de Portugal – o complexo pombalino, hoje acefalamente política dominante do Estado português que, como ‘bom aluno’, se põe nas filas das estatísticas, subordinando a sua imensa valia cultural à mera e exclusiva valia dos indicadores económicos, gerando um notório sentimento de mal-estar e de inferioridade entre as actuais elites portuguesas, envergonhadas do povo rústico, bruto e arcaico que comandam (...)”.

<sup>7</sup>Como escreveu: “...em função dos três complexos referidos, idiossincraticamente portugueses, se quiséssemos definir o tempo moderno e contemporâneo da cultura portuguesa entre 1580 – data da perda da independência – e 1980 – data do acordo de pré-adesão à Comunidade Económica Europeia –, passando simbolicamente pelo ano de 1890 – data do *Ultimatum* britânico a Portugal –, atravessando 400 anos de história pátria, defini-lo-famos como o tempo de canibalismo, o tempo da culturofagia, o tempo em que os portugueses se foram pesadamente devorando uns aos outros, cada nova doutrina emergente destruindo e esmagando a(s) anterior(es), estatuídas estas como inimigas de vida e de morte, alvos a abater, e as suas obras como negras peçonhas a fazer desaparecer.”.



vidualismo americano, o projecto político português caracteriza-se hoje, nos comecinhos do século XXI, pela exaltação unidimensional do homem técnico, o homem-eficiente, o homem-contabilista, o homem-robótico, desprovido de consciência histórica global (...).”; “É um novo Portugal que está nascendo, sem sublimidade, sem espiritualidade, sem projecto superior às suas forças e à sua dimensão (...), o Portugal dos pequeninos (...)”<sup>8</sup>. Em suma, somos hoje, como conclui, uma “canina imitação do pior da Europa”.

\*

Nesta obra, *A Vocação Histórica de Portugal*, esse diagnóstico não se alterou propriamente. Mas, se na obra *A Morte de Portugal* esse era ou pelo menos parecia ser um diagnóstico sem esperança, aqui, ao invés, há um Horizonte que se abre, um “novo espaço histórico a criar” – como escreve Miguel Real, logo na apresentação da obra:

Assim, contra a tese de Jorge Borges de Macedo (...), considera-se não existir um *destino histórico* para Portugal, antes uma *vocação histórica* segundo a vontade das suas elites e a tendência conjuntural europeia e internacional. A vocação histórica de Portugal, hoje, à entrada do século XXI, é, incontestavelmente, a de cruzar a nova experiência europeia com a antiga provação imperial, gerando um novo e exemplar espaço político internacional de igualdade e prosperidade – a Lusofonia. Este novo espaço é, hoje, para o futuro de Portugal, mais importante do que o espaço europeu.

Eis, em suma, a tese que desenvolve ao longo de três capítulos.

No primeiro deles, intitulado “O Espírito da Europa”, faz, Miguel Real, um tão grande quanto justo elogio ao espírito europeu, o que em nada colide com a posição de princípio pró-lusófona. É, de resto, um elogio pertinente, tanto mais porque é contra-corrente, podendo até ser, pelo menos em parte, ser visto como “politicamente incorrecto”. Com efeito, Miguel Real defende, expressamente, que “outro continente não existe com tão grandiloquente e

<sup>8</sup>Como escreve ainda Miguel Real nesta passagem, “com estes homens, no século XV, nem a Madeira teríamos descoberto, nem Ceuta teríamos conquistado – os custos eram então, de longe, superiores aos benefícios imediatos, desconhecendo-se totalmente os benefícios futuros, a existirem”.



realizador passado” – por isso, “deve a Europa respeitar e orgulhar-se dos seus feitos passados”. Como concretiza, “nenhum outro continente teve Platão e Galileu, Aristóteles e Copérnico, Leibniz e Newton, Kant e Einstein”. E daí “a grande, grande diferença entre a Europa e os restantes continentes”: “*a Europa é o continente da cultura*”, “*o continente que transformou o animal homem no homem humano*”. Como escreveu ainda Miguel Real, a fechar o ensaio inicial do primeiro capítulo: “nunca a humanidade do homem tão alto se elevou quanto na Europa, o genuíno e autêntico continente da única *forma mentis* que abarca a totalidade da humanidade”.

Isso deve-se, desde logo, como refere a abrir o ensaio seguinte “O decálogo civilizacional da Europa”, a quatro primados: “o primado da Cidade (*Polis*) sobre a Horda e a Tribo”, “o primado do Direito (*Jus*) sobre a Tradição”, “o primado da Ética (*Ethos*) sobre o Interesse” e, finalmente, “o primado da Razão sobre o Mito e a Magia”. Por via desses quatro primados e de outros factores – como, em particular, “a separação entre o Estado e a Religião”, “a criação do Sistema Democrático” e a “industrialização do mundo” –, conclui Miguel Real: “Nenhum outro continente pode apresentar tão alto sistema de valores e realizações operados para o bem e o progresso humanístico da humanidade no seu conjunto. Os valores culturais asiáticos e árabes, centrados na religião, e africanos e sul-americanos, centrados no tribalismo, estatuem-se como menores (e, até, por vezes insignificantes) para a totalidade do mundo se comparados com a criação política, filosófica, religiosa, estética, científica, social e económica europeia”.

Contudo, como defende no ensaio seguinte, com o título de “A Decadência da Europa”: “pela primeira vez em três mil anos, a Europa habita o panteão dos povos e territórios que não fazem História, antes a contemplam, vendo-a passar ao longe, a Oeste e a Este”; “tecnologicamente (que é o actual padrão de medida do progresso), a Europa parou na II Guerra Mundial”, passando a ser “internamente vista como um apêndice dos Estados Unidos da América”. Por tudo isso, como conclui Miguel Real:

*o europeu de hoje é um cidadão conformista, acrítico, por vezes mesmo acéfalo, pasto de programas imbecis de televisão, de revistas fúteis, de campeonatos nacionalistas de futebol, adorador dos mais medíocres bezerros de ouro (políticos, futebolistas...), um cidadão movido pelo interesse, desprovido de sonho e transcendência. A Europa é hoje um*



*continente cego guiado por políticos cegos./ Assim, nenhuma forma de vida é criticada ou asperamente excluída da cidade. Na Europa, hoje, o espírito nómada da aventura e da viagem tornou-se um modismo experimental, uma ânsia da novidade, do exótico, do insólito, do selvagem, do fantástico, num imoral cruzamento entre pornografia e misticismo, como a arte e, dentro desta, a literatura de mercado bem revela.*

Não obstante este diagnóstico, que o próprio assume como “muito cruel”, Miguel Real defende no ensaio que se segue e que encerra o primeiro capítulo, intitulado “Esperança na ressurreição da Europa”, que, precisamente, “a esperança na possibilidade de uma futura ressurreição europeia não deve ser abandonada”. E aqui assumimos a divergência maior relativamente a Miguel Real. Ao contrário dele, nós não temos a menor “esperança na ressurreição da Europa”. Falamos, em particular, da União Europeia, enquanto alegada consagração política deste continente. Com efeito, ainda que hoje isso pareça fazer parte de uma história hoje já muito distante, o grande “cimento” da construção da União Europeia foi a ameaça que o bloco soviético, que, como sabemos, se estendeu a toda a Europa de Leste, constituiu, durante quase meio século, para a Europa ocidental. Isso e a posição subalterna que a Alemanha aceitou, como expiação da sua culpa pela II Guerra Mundial – a Alemanha (falamos, obviamente, antes da reunificação, da Alemanha ocidental) não poderia afirmar-se politicamente, apenas financiar todo o projecto político da construção europeia. E deveria até mostrar entusiasmo por isso.

Com o fim da ameaça soviética e com a reunificação alemã, era inevitável que também essa derradeira máscara caísse. A Alemanha reunificada voltou a ser, naturalmente, um país como os outros – não mais do que os outros, mas também não menos. Para mais, acedeu ao poder uma geração que já não carregava sobre os seus ombros esse peso histórico da “culpa alemã”. O que a Alemanha tinha a pagar, já o havia feito. Agora, defenderia simplesmente os seus interesses, tal como todos os outros países europeus. Quem a poderia impedir? E eis como inevitavelmente se encerrou o último acto da farsa da “solidariedade europeia”. Chegados aqui, e concordado de novo com Miguel Real:

existe hoje, em Portugal, uma alternativa à Europa sem que desta nos tenhamos necessariamente de desvincular, uma alternativa de futuro aos



actuais valores europeus (que, verdadeiramente, já são mais os valores americanos que europeus) sem o corte radical com a Europa – o retorno à antiga comunidade de língua portuguesa: a lusofonia./ De facto, existe uma nova geração que, desejando um futuro diferente para Portugal, assume sem complexos neo-colonialistas a existência passada do Império, projectando-o no futuro da língua comum. O que tem esta nova geração para dar? Nada, a não ser a vontade e o entusiasmo de transformar o passado *comum* num futuro *comum* assente numa língua *comum* e num espírito *comum*.

Como escreve ainda Miguel Real, a finalizar o penúltimo ensaio do terceiro capítulo, sugestivamente intitulado “Morte e ressurreição de Portugal”<sup>9</sup>:

“Se, para Portugal, entre 1975 e 2010, a Europa esteve sempre primeiro, é hora de nos centrarmos nas infinitas possibilidades virtuais presentes na Lusofonia, tanto do ponto de vista económico como diplomático, como, sobretudo, do ponto de vista cultural e tecnológico, criando entre os seus países constituintes uma comunidade semelhante à Europeia.”

Semelhante?! O próprio Miguel Real, já no último ensaio, intitulado *O Futuro da Lusofonia*, se corrige – “A Lusofonia deve criar uma *paisagem política nova*” –, dado que, ainda nas palavras do autor:

“Diferentemente, a Lusofonia corresponde a um genuíno programa civilizacional de fundo, unindo num vínculo único povos que a História fez encontrar e desencontrar. A Lusofonia não é uma ilusão política porque se fundamenta na história dos encontros/desencontros dos seus povos constituintes unidos actualmente por um falar comum”.

Eis, em suma, o Horizonte que Miguel Real nos abre como via de superação da “morte de Portugal” que ele próprio, como referimos, havia diagnosticado. Horizonte que, entre nós, tem sido defendido sobretudo pelo MIL: Movimento Internacional Lusófono<sup>10</sup>, que tem dado voz a essa “nova geração”.

<sup>9</sup>Não aludimos aqui ao segundo capítulo da obra, “O Fracasso Histórico de Portugal”, onde o autor retoma e desenvolve o diagnóstico feito n’*A Morte de Portugal*.

<sup>10</sup>Os Princípios e Posições do MIL podem encontrar-se na obra *Convergência Lusófona* (Zéfiro, Colecção NOVA ÁGUIA, 2016, 3ª edição).





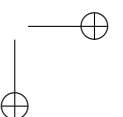
\*

Mais recentemente, em 2017 – sem escamotear outros títulos relevantes, como, nomeadamente, *Portugal, um país parado a meio do caminho* (2015) –, Miguel Real presenteou-nos com mais uma obra de fôlego: *Traços fundamentais da cultura portuguesa* (Planeta Ed). Sem que isso denote uma qualquer obsessão, em todas estas obras Miguel Real tem desenvolvido uma visão cada vez mais sólida sobre a nossa situação histórico-cultural. Não temos a menor dúvida, tanto quanto é possível não ter dúvidas neste plano, que, no futuro, quem quiser compreender como era a nossa situação histórico-cultural, terá, nesta série de obras de Miguel Real, um olhar de referência, que não pode, de todo, ser ignorado, por mais que, naturalmente, possamos discordar de algumas das suas teses, algumas das quais assumidamente polémicas.

A capa do livro é, desde logo, particularmente sugestiva e informativa – para além, naturalmente, do título e do nome do autor, ela traz uma série de palavras-chave que dão bem conta do teor da obra – por ordem (sendo que aqui a ordem nos parece aleatória): Saudade, Viriato, Decadência, Padre António Vieira, Lusofonia, Europa, Marranismo, Fernando Pessoa, História Mítica, Canibalismo Cultural, Estrangeirados. Sendo que a série se estende ainda à contra-capa: Quinto Império, Agostinho da Silva, Jesuítas, Declínio, Antero de Quental, Esfera Armilar, António Quadros, Eduardo Lourenço, Estado Novo, Alexandre Herculano, António José Saraiva, Sebastianismo, Marquês de Pombal, Manuel Laranjeira, Sá de Miranda. Seria, com efeito, difícil escolher uma melhor série de palavras-chave.

Não sabemos se foi por acaso, mas não podemos deixar de realçar que o termo que aparece mais próximo do nome do autor é o de “Lusofonia”, a respeito da qual começa Miguel Real por escrever o seguinte, no item “Lusofonia – história aberta do futuro da língua portuguesa”:

“No século XXI nasceu uma nova teoria da cultura portuguesa derivada da queda do Império e da proposta do estabelecimento de um possível vínculo histórico com as ex-colónias, operando uma continuidade cultural sob e sobre a descontinuidade política. Trata-se da teoria da Lusofonia, cada vez mais defendida por diversas organizações institucionais da sociedade portuguesa e já provida de uma longa bibliografia





de natureza positiva depois de, nos idos de 80, ter sido acusada de neo-colonialista”<sup>11</sup>.

Só este parágrafo dá bem conta da actualidade do olhar de Miguel Real: muito longe de ser uma excrescência do passado, como alguns insistem, a Lusofonia é, realmente, a (maior) palavra-chave do nosso futuro.

### Nota Biobibliográfica

Professor Universitário; Membro do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, da Direcção do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, da Sociedade da Língua Portuguesa e da Associação Agostinho da Silva; investigador na área da “Filosofia em Portugal”, com dezenas de estudos publicados, desenvolveu um projecto de pós-doutoramento sobre o pensamento de Agostinho da Silva, com o apoio da FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para além de ser responsável pelo *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa*: [www.bibliografiafilosofica.webnode.com](http://www.bibliografiafilosofica.webnode.com); Licenciatura e Mestrado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; doutorou-se, na mesma Faculdade, no dia 14 de Dezembro de 2004, com a dissertação *Fundamentos e Firmamentos do pensamento português contemporâneo: uma perspectiva a partir da visão de José Marinho*; autor das obras *Visões de Agostinho da Silva* (2006), *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa* (2007), *Perspectivas sobre Agostinho da Silva* (2008), *Via aberta: de Marinho a Pessoa, da Finisterra ao Oriente* (2009), *A Via Lusófona: um novo horizonte para Portugal* (2010), *Convergência Lusófona* (2012/ 2014/ 2016), *A Via Lusófona II* (2015) e *A Via Lusófona III* (2017). Dirige a NOVA ÁGUIA: Revista de Cultura para o Século XXI e a Colecção de livros com o mesmo nome (Zéfiro). Preside ao MIL: Movimento Internacional Lusófono desde a sua formalização jurídica (2010).

---

<sup>11</sup>REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta, 2017, p. 189.





## 2.1.26. No Fim, a Distopia: Cartografar o Espaço Físico no Romance *O Último Europeu. 2284*, de Miguel Real<sup>1</sup>



**Teresa BAGÃO**

Doutoranda da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

### 1. Introdução

O breve estudo do romance *O Último Europeu. 2284*, do escritor Miguel Real, integra-se no contexto da investigação encetada no programa doutoral DELCI – Doutoramento em Estudos Literários, Culturais e Interartísticos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

As questões investigativas colocadas no projeto de tese defendido situam-se na confluência de três áreas-chave, do âmbito dos estudos literários: a distopia, as cartografias literárias e o romance português dos séculos XX (décadas de 80-90) e XXI que se centra essencialmente em Portugal e na Europa, com base no qual se definiu um *corpus* literário.

Vivemos no tempo, só que este tempo atualiza-se sobretudo no espaço físico, nos lugares onde o ser humano existe – por outras palavras, nos lugares em que habita a existência. Na literatura, como na vida, sobretudo nos

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.





gêneros dos modos narrativo e dramático, a categoria “espaço” assume particular relevo. Nesse sentido, nos estudos literários, a designada *spatial turn* elege o romance como o gênero literário que permite um estudo mais cabal do espaço ficcional (cf. Bertrand Westphal, Franco Moretti, Tally, Collot, Brooker, Brosseau). A esta viragem em direção ao espaço e às geografias literárias associa-se uma outra, a das cartografias e dos mapas literários, dos quais Franco Moretti foi protagonista controverso<sup>2</sup>, e que têm conhecido ampla fortuna junto de investigadores como Barbara Piatti (“Ein Literarischer Atlas Europas”<sup>3</sup>), Sébastien Caquard ou Peter Turchi, para apenas mencionar alguns. A estes nomes podemos acrescentar o de Eric Prieto que menciona quais as metodologias que têm orientado a perceção e o estudo do espaço, notando de forma pertinente a sua significação para os estudos literários e para as humanidades:

I believe that this approach to the study of literature and place is of value to anyone interested in building bridges between the humanities and sciences, both social and natural. And in a historical moment marked by declining public confidence in (and respect for) the humanities, the ability to demonstrate such links is of the utmost importance—if, that is, the humanities is not to disappear from the consilient equation.<sup>4</sup>

O investigador esclarece, ainda, aspetos relativos a metodologias que dão corpo à *spatial turn*<sup>5</sup>, dos quais podemos destacar a segunda:

<sup>2</sup>Não obstante estas controvérsias (o epíteto de “iconoclasta da literatura”, na expressão utilizada pelo crítico John Sutherland, no *The Guardian*; as “Critical responses” editadas por Jonathan Goodwin e John Holbo), é certo que o Literary Lab da Universidade de Stanford prossegue a sua investigação na área das Humanidades Digitais, aplicando princípios computacionais ao estudo da literatura.

<sup>3</sup>PIATTI, Barbara, REUSCHEL, A.-K., BÄR, H. R., CARTWRIGHT, W. & HURNI, L., “Mapping Literature. Towards a Geography of Fiction”, CARTWRIGHT, W. *et al.* (eds.), *Cartography and Art*, Wiesbaden, 2009, pp. 177-192.

<sup>4</sup>PRIETO, Eric, *Literature, Geography, and the Postmodern Poetics of Place*, London-New York, Palgrave Macmillan Prieto, 2013, p. 199.

<sup>5</sup>“there are, broadly speaking, two dominant methodological approaches to the study of place: from the inside and from the outside. The first approach is subjectivist or phenomenological in orientation; it is interested in place as an enviroing milieu—something experienced from within. The second approach is more properly objectivist and could be called scientific or cartographic; it emphasizes those aspects of place that can be extracted from phenomono-





The second approach relies on the analytic abstraction and decentered perspective associated with maps; it appeals to the impersonal authority of science and emphasizes the search for structural regularities, quantifiable relationships, and other measurable characteristics, which can be represented in schematic or diagrammatic form – that is, as information.

(...)

It has become increasingly clear that one of the major methodological challenges facing any comprehensive theory of place is to bridge the gap between these two visions, bringing them together in a way that makes it possible to hold both perspectives in mind at the same time (...). Without the effort to reconcile these two apparently opposed perspectives, we run the risk of ending up with either unsubstantiated impressions or empty abstractions.<sup>6</sup>

Tendo em conta o romance *O Último Europeu. 2284*, de Miguel Real, coloco as seguintes questões, relativas ao espaço e à geografia ficcionadas, na sua relação com a distopia: Que padrões definem a geografia do romance, na sua visão utópica e distópica? Quais são, como se organizam e se interrelacionam os espaços de restrição e de liberdade? Qual o padrão de movimentos do protagonista (ou de personagens), que razões justificam a(s) deslocação/ções no espaço, e de que modo contribui para a economia do universo ficcionado? Que questões metodológicas surgem e como podem ser resolvidas na construção de mapas da geografia literária?

Pretende-se perceber até que ponto esta metodologia de leitura é produtiva nesta narrativa, que recria um mundo europeu e global futurante, de ambiente distópico. Ancorando os referentes espaciais do romance em mapas, de modo a que obtenham visibilidade gráfica, procurar-se-á detetar os seus significados.

logical experience and considered in its absence. The first approach gives precedence to the density, complexity, and qualitative aspects of place experience and is associated with genres like landscape painting and first-person narrative.” (*Idem, ibidem*, p.187)

<sup>6</sup>*Idem, ibidem*, pp. 187-188.





## 2. A utopia importa – mas a distopia, ainda mais

Quase duas décadas do século XXI volvidas, voltamos a repetir a pergunta: a utopia e a distopia importam? A distopia será, agora, mais importante?<sup>7</sup>

Para Lyman Tower Sargent, em resposta à pergunta “Do Dystopias matter?”, não obstante o elemento negativo associado ao termo, a distopia tem uma mensagem positiva, mesmo que obrigue o leitor a ver uma realidade que muitas vezes se quer evitar<sup>8</sup>, daí o autor lançar a pergunta “given our world, who needs dystopias?”<sup>9</sup>. Por outro lado, note-se a clarividência deste investigador ao dar a resposta à pergunta que efetuou, quando afirma:

the twentieth century has quite correctly been called the dystopian century, and the twenty-first century does not look much better (...). What can dystopia contribute? (...) We need the dystopia to remind us that our dystopia could get worse, but we need the eutopia even more to remind us that better, while difficult, is possible.<sup>10</sup>

Também se torna urgente reiterar as palavras de Lucy Sargisson, no mesmo volume de estudos sobre a distopia:

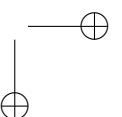
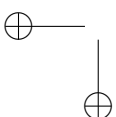
Dystopias matter because they make us think. They help us to imagine and envisage how the present can change into something very nasty. They tell us what’s wrong with the now and imagine how things could (easily) become much worse. Dystopias identify key themes, trends or issues in the present and extrapolate these, stretching them (sometimes to extremes), before placing them into less familiar contexts of our

<sup>7</sup>Utilizo, aqui, ambos os títulos dos volumes *Utopian Matters* (2005) e *Dystopia(n) Matters* (2013). A segunda obra está dividida em duas partes: “Dystopia matters” e “Dystopian matters”, com o duplo sentido de matéria-conteúdo e ser importante-ter relevância. Oito anos antes, as questões direcionavam-se para a utopia. Em 2013, a professora responsável pela edição, Fátima Vieira, perceciona a importância de reunir reflexões de investigadores que motivassem (e se motivassem para) os estudos da distopia, das matérias distópicas na literatura, essencialmente, atualizando as abordagens do tema.

<sup>8</sup>SARGENT, Lyman Tower, “Do Dystopias Matter?”, in Fátima Vieira (ed.), *Dystopia(n) Matters: on the page, on screen, on stage*. Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, 2013, p. 12 (pp. 10-13).

<sup>9</sup>*Idem, ibidem*, p. 10.

<sup>10</sup>*Idem, ibidem*, p. 10-12.





examination. These are sometimes temporarily different, sometimes spatially different, from the author's present. (...) Dystopias thus interrogate the now and offer warnings and sometimes prophecies about the future (...). But sometimes they offer glimmers of hope.<sup>11</sup>

Ou de Aline Ferreira, que desenvolve o tema da falta de ética na utilização das biotecnologias:

Ours are clearly dystopian times, characterised by the conspicuous presence of prophecies of doom. (...) there has been a major predominance of dystopian works, both fictional and visual, often grounded in serious scientific research models.<sup>12</sup>

Mesmo perante as dificuldades que Trousson<sup>13</sup> encontra na distopia, no sentido de se renovar, o género manteve-se atuante, por exemplo, via cinematográfica.

De facto, no romance de Miguel Real, o autor diz-nos precisamente isto – e assusta-nos, deixa-nos apreensivos, enquanto leitores, faz-nos pensar – inevitavelmente – de que lado gostaríamos de estar, nesse mundo futuro do século XXIII. Se pensarmos bem, a narrativa aciona muitos padrões e questões prementes do nosso século XXI. Nesta distopia da literatura portuguesa, somos levados a descortinar se há – e qual será, nesse caso – esse “glimmer of hope” que as obras integradas no subgénero normalmente encerram.

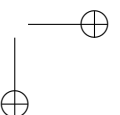
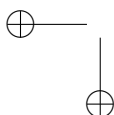
Utopia e distopia aludem, respetivamente, a bons e a maus lugares sem existência real, portanto, ambas correspondem a “não-lugares”. Por um lado, na base da palavra “utopia”, criada por Thomas More para identificar a ilha

<sup>11</sup>SARGISSON, Lucy, “Dystopias do Matter”, in Fátima Vieira (ed.), *Dystopia(n) Matters: on the page, on screen, on stage*. Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, 2013, p. 40 (pp. 40-41).

<sup>12</sup>FERREIRA, Aline, “Bioystopias Matter: Signposts of Future Evolution”, in Fátima Vieira (ed.), *Dystopia(n) Matters: on the page, on screen, on stage*. Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, 2013, p. 49 (pp. 49-53).

<sup>13</sup>TROUSSON, Raymon, FORTUNATI, Vita (ed.), *Dictionary of Literary Uopias*, Paris, Honoré Champion, 2000, p. 184.

“Dystopia found the same difficulties of bringing itself up to date after Zamyatin, Huxley and Orwell had defined its paradigm”. Nos anos 70, “this literary genre tended to describe the most miserable catastrophic aspects of the obsessions of the modern world” (*idem, ibidem*, pp. 184-185).



visitada por Rafael Hitlodeu, e que surge como título da sua *Utopia* (1516), encontramos o prefixo de origem grega *u-* “não” e *topos* “lugar”. Por outro lado, o termo “distopia” foi cunhado trezentos e cinquenta anos mais tarde, também em Inglaterra, num contexto de oratória parlamentar, por John Stuart Mill, explicitando a ideia de algo mau e desagradável, nos antípodas da utopia<sup>14</sup>. Além destes dois conceitos, a designação do “lugar de felicidade” enuncia-se efetivamente no termo “eutopia”<sup>15</sup> (do grego *eu*, significando bom, bem, e *topos*), se bem que este lugar tenha existência concreta, ao passo que utopia e distopia mantêm a sua característica de não-lugares.

A utopia exprime o desejo da construção de um lugar melhor e, se o objeto deste mundo é a felicidade, lícitamente a literatura procurará dar-lhe uma forma, anotando também o seu duplo negativo, muitas vezes enunciado em potência no âmago da própria utopia<sup>16</sup>. A distinção entre ambas torna-se complexa porque, dependendo do ponto de vista, o que é tido como bom para uns pode ser considerado mau para outros, ao afetá-los negativamente<sup>17</sup>.

<sup>14</sup>Segundo Fátima Vieira, a origem de ambos os neologismos enuncia-se deste modo: “two Greek words – *ouk* (that means not and was reduced to *u*) and *topos* (place), to which he [Thomas More] added the suffix *ia*, indicating a place. Etymologically, utopia is thus a place which is a non-place, simultaneously constituted by a movement of affirmation and denial. (...) The first recorded use of dystopia (which is another derivation neologism) dates back to 1868, and is to be found in a parliamentary speech in which John Stuart Mill tried to find a name for a perspective which was opposite to that of utopia (...), then dystopia was ‘too bad to be practicable’. (...) *dys* comes from the Greek *dus*, and means bad, abnormal, diseased” (VIEIRA, Fátima, “Introduction”, in Fátima Vieira (ed.), *Dystopia(n) Matters: on the page, on screen, on stage*. Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, 2013, p. 4 e 6 (pp. 1-7)).

<sup>15</sup>Note-se, na língua inglesa, a homofonia do fonema inicial das duas palavras “utopia” e “eutopia”. Neste caso, a pronúncia exatamente igual permite uma série de reflexões concretas sobre o valor simbólico de ambos os termos.

<sup>16</sup>“Anyone who is capable of love must at some time have wanted the world to be a better place. (...) Those who construct utopias build on that universal human longing. What they build may, however, carry within it its own potential for crushing or limiting human life. (...) how and what to change is endlessly controversial” (CAREY, John, *The Faber Book of Utopias*, London, Faber and Faber, 1999, p. xi). O autor refere-se à literatura utópica, se bem que a sua reflexão seja pertinente em relação ao pensamento utópico patente em diferentes áreas, por exemplo, na arquitetura e no planeamento do espaço urbano.

<sup>17</sup>Muitas são as narrativas de ficção que enunciam essa contrapartida (de Ursula Le Guin *The ones who walk away from Omelas*, de Margaret Atwood *The Handmaid's Tale*, ou de George Orwell *Animal Farm*, para apenas indicar alguns). Em português, anoto o conto de Rui Zink “Amanhã chegam as águas”, de José Saramago *A Jangada de Pedra* e *A Caverna*, de João Aguiar *O Jardim das Delícias*, bem como o romance de Miguel Real em apreço.





E se a utopia, em termos de processo narrativo, é um lugar que se encontra, que se descobre, no decurso de uma viagem, a distopia não implica a viagem, antes começa no meio do acontecimento narrado, já com a situação (vivida pelo herói) começada, em pleno progresso.

### 2.1. Há utopias na literatura portuguesa. E distopias?

paradigms function as general-purpose roadmaps of the world ahead, describing what the societal terminus will be, along with the underlying forces that are driving toward that outcome<sup>18</sup>

Em 1979, João Medina afirmava que “não há utopias portuguesas”, justificando com o facto de os Descobrimentos e o acesso aos Novos Mundos não terem engendrado “utopismos”, mas tão somente destacado o exótico e o pitoresco<sup>19</sup>. Para Medina, o nosso único utopista é, então, a personagem de ficção Rafael Hithlodeu<sup>20</sup>.

Nos anos 90, e sobretudo na viragem do século, foram-se acumulando razões para percebermos de que modo esta afirmação poderia ser negada, com base em trabalhos académicos e na edição de diversas obras. Em 2004, Maria Luísa Borralho questionava, no seu artigo “Não há utopias portuguesas?” a afirmação de João Medina e respondia afirmativamente à questão. A sucessão de títulos das coleções Biblioteca das Utopias (com oito volumes publicados) e Nova Biblioteca das Utopias (com cinco volumes) veio revelar um panorama capaz de reiterar a existência de distintos e firmados impulsos utópicos e de utopias na literatura portuguesa<sup>21</sup>. Também não são despidiendos os diversos estudos sobre o tema.

Quero, aqui, retomar a pergunta, tendo agora em conta um outro (sub)género<sup>22</sup>: há distopias na literatura portuguesa? Refinemos o horizonte inquisitivo: há obras literárias que confinam cenários e espaços de distopia? Até ao

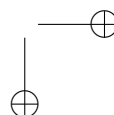
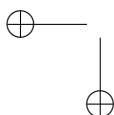
<sup>18</sup>CLARDY, Alan, “Six Worlds of Tomorrow. Representing the Future to Popular Culture”, in *World Future Review*, Vol. 3, Issue 2, 2011, p. 38 (pp. 37-48).

<sup>19</sup>MEDINA, João, “Não há utopias portuguesas”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. II, 1979, p. 166-167 (pp. 163-170). [www.uc.pt/fluc/ihti/rhi/vol2/pdfs/04\\_jmedina.pdf](http://www.uc.pt/fluc/ihti/rhi/vol2/pdfs/04_jmedina.pdf).

<sup>20</sup>*Ibidem, idem*, p. 169.

<sup>21</sup>Ver Anexo 1.

<sup>22</sup>Não sendo a classificação genológica e as suas implicações assunto a debelar, neste estudo, refiro a distopia como subgénero. Para Tom Moylan, que convoca outros estudiosos do tema, “the typical narrative structure of the dystopia (with its presentation of an alienated character’s



momento, as pesquisas encetadas e as leituras efetuadas levam-me a afirmar que sim<sup>23</sup>. Na verdade, as obras compulsadas formam um quadro curioso, a ser mais bem estudado, um quadro encorajador dos estudos da distopia na literatura portuguesa<sup>24</sup>. De facto, o impulso distópico na literatura moderna, a que aludia M. Keith Booker há 24 anos<sup>25</sup>, mantém-se atual e atuante na literatura portuguesa deste século XXI.<sup>26</sup>

Esta pesquisa, ainda numa fase inicial, necessitará de redobrada atenção, a fim de se poder validar estes títulos e, garantidamente, incluir outros.

Sobre este tema, convoco igualmente a resposta do próprio Miguel Real, relativamente à questão da existência, na literatura portuguesa, de “uma tradição de literatura distópica e de possíveis autores e obras que a representa”<sup>27</sup>:

Para quem vive em tão alta quanta inconsciente sublimidade mítica, é

refusal of the dominant society) facilitates this politically and formally flexible stance. (...) a hybrid genre, what Rafaella Baccolini calls ‘genre blurring’.” (MOYLAN, Tom, *Scraps of Untainted Sky – Science Fiction, Utopia, Dystopia*, Colorado-Oxford, Westview Press, 2000, pp. 147-148).

<sup>23</sup>De tal forma que não seria de todo despendioso organizar um guia semelhante ao de M. Keith Booker, o seu *Dystopian Literature. A Theory and Research Guide*.

<sup>24</sup>Ver Anexo 2.

<sup>25</sup>Refiro-me concretamente ao título *The Dystopian Impulse in Modern Literature: Fiction as Social Criticism (Contributions to the Study of Science Fiction and Fantasy)*, de 1994 (Westport-London: Greenwood Press). Para o autor, “Together, these three novels [*We, Brave New World e 1984*] are the great defining texts of the genre of dystopian fiction, both in the vividness of their engagement with real-world social and political issues, and in the scope of their critique of the societies on which they focus. The issues explored by these three texts can be grouped roughly under the six rubrics of science and technology, religion, sexuality, literature and culture, language, and history.” (BOOKER, M. Keith, *Dystopian Literature, a Theory and Research Guide*, Westport & London, Greenwood Press, 1994a, pp. 27-28). O romance de Miguel Real inclui todas as premissas lançadas por Booker.

<sup>26</sup>Na literatura portuguesa, só neste século esta tendência começa a ser firmada, havendo um evidente desfasamento em relação à produtividade da distopia noutros países: “But if there has been a general drift toward emphasis on the dystopian pole in recent theory and criticism, such a trend seems even more clear in twentieth-century fictional depictions of alternative societies. Thus, in a study first published in 1962, Chad Walsh notes, ‘The reader looking for current utopias is likely to find them bumbling and unconvincing. But if he wants expertly-presented nightmares, he can choose among a greater variety of horrors than Dante on his pilgrimage through the nine circles of hell’” (BOOKER, M. Keith, *The Dystopian Impulse in Modern Literature – Fiction as Social Criticism*, Westport & London, Greenwood Press, Booker 1994b, pp. 16-17).

<sup>27</sup>Entrevista transcrita no Anexo 4.



difícil pensar a distopia. A utopia não é pensada ou representada porque vivida, e a distopia, tão distante da perfeição harmoniosa daquela, da Verdade e do Supremo Bem que aquela por si encerra, torna-se impensável – pensar o Mal é atraí-lo. Penso que o grande romance distópico português é *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), de Saramago. Numa nova geração, em que a Europa matou o sonho sebastianista e o Quinto Império se identifica com o Porto ou o Benfica vitorioso, a distopia fez o seu aparecimento este século: sublinharia os romances recentes de Sandro William Junqueiro: *O Caderno do Algoz* (preparação para uma distopia, 2009), mas sobretudo *Um Piano Para Cavalos Altos* (2012) e *No Céu não há Limões* (2104); *Ecologia* (2018), de Joana Bértholo, sobre um mundo futuro em que é necessário pagar por cada palavra, a linguagem virou uma mercadoria; e *A Terra de Naumã* (2018), de H. G. Cancela, uma distopia passada há 65 milhões de anos entre os sáurios, uma alegoria, prenúncio do que se pode passar com a humanidade do Antropoceno.

Concretamente em relação ao romance de Miguel Real *O Último Europeu. 2284*, pretendo especificar quais os elementos do espaço físico que o aproximam das distopias. Anotando os referentes textuais, é possível delinear os territórios utópicos/distópicos do mundo nesse final do século XXIII.

Com base no registo dos referentes geoespaciais que a narrativa disponibiliza, proponho uma cartografia dos espaços ficcionados, elaborada pelo geógrafo Miguel Nogueira, responsável pela secção de Infografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O que apresento, aqui, deve ser entendido como uma fase preliminar do estudo do espaço no romance. Ainda em fase inicial estão a recolha e o tratamento de dados efetuados com uma metodologia capaz de firmar novas cartografias e novos parâmetros interpretativos, com base nos referentes geográficos da obra, metodologia essa a alargar a um *corpus* de romances portugueses contemporâneos que atualizam espaços de distopia.

O paradigma que define a distopia encontra expressão no romance de Miguel Real, cujos elementos definidores do género específico esquematicamente:



NAS DISTOPIAS	<i>EM O ÚLTIMO EUROPEU. 2284</i>
<b>início da ação narrativa a meio do acontecimento, em pleno progresso</b>	os Conglomerados que formam a Nova Europa foram constituídos há mais de 100 anos como comunidades intencionais, em processo de seceção, e no início da narrativa estão, indefesos, em pleno processo de destruição, ao atravessar a primeira etapa de derrocada
<b>um herói solitário, que assume a realidade grotesca e violenta tal como ela se lhe apresenta, no presente da ação</b>	um herói com 90 anos de idade é surpreendido no vórtice do conflito, na missão de que é incumbido e nas decisões a acompanhar e a tomar para a sobrevivência de uma civilização em vias de ser aniquilada
<b>um herói em confinamento espacial</b>	na torre e no terraço do edifício da reitoria do seu Conglomerado e, em escala geográfica, na Nova Europa; posteriormente, o herói (outras personagens) fica confinado à ilha do Pico e, no fim, à sua casa
<b>engenharia genética</b>	fundamental na construção da Nova Europa, é com o Reitor que conhecemos o que eram os criatórios, o processo de desativação de algumas funções biológicas, o hipercórtex cerebral, a comunicação e escrita mentais do <i>Homo Humanus</i> , os eletro-humanos
<b>catástrofes climáticas e ecológicas, colapso global e devastação, mais concretamente, um facto histórico apocalíptico que dá lugar à distopia</b>	a origem da Grande Fome e as consequências desta, sobretudo no continente europeu; descrição de espaços físicos degradados, tóxicos e devastados em todos os continentes, exceto no espaço utópico confinado da Nova Europa, que está em vias de ser arrasada e sê-lo-á no decurso da ação
<b>governo tirânico, sistema tentacular disciplinador, autoritário e opressivo, ser humano sujeito a vigilância e controle</b>	nos impérios americano e asiático, um pouco por todos os continentes, nos seus diversos sistemas sociais, em 2284



<b>rígida estratificação social</b>	na Nova Europa, apresentada como salutar, humanizadora e aceite por todos; nos outros espaços, como aniquiladora do humano
<b>sociedade brutal, dura, por vezes com escravização de humanos (sendo que tal se deve ao que os humanos infligem aos outros humanos)</b>	Grande Ásia, América do Sul, Velha Europa/Baldios
<b>totalitarismo tecnológico, na era da informática</b>	Nova Europa governada pelo Grande Cérebro Eletrónico; América do Norte
<b>conflito endémico</b>	no passado evocado e no presente da narrativa, o que esteve na origem da criação da defesa impenetrável da Nova Europa

No que diz respeito à atenção dada ao espaço geográfico do romance, na esteira da *spatial turn*, a análise encetada nos capítulos seguintes deste breve estudo pretende seguir o desafio enunciado por Piatti:

The distinctive tools of literary writing include, to name just one option, the ability to destabilize taken-for-granted geographies. It belongs to the ambitious goals of literary geography to find out more about those rules and to demonstrate that the spatial dimension of fictional accounts can actually be one key to the understanding of the whole plot. (...) spatial elements of fictional texts are translated into cartographic symbols, which allows new ways in exploring and analysing the particular geography of literature.<sup>28</sup>

### 3. *O Último Europeu. 2284: uma crónica para o futuro*

O que por todos os pensadores fora considerado utópico foi por nós realizado na perfeição com o prestimoso auxílio da Ciência. (...) tinham

<sup>28</sup>PIATTI, Barbara, HURNI, Lorenz, “Editorial. Cartographies of Fictional Worlds”, in *The Cartographic Journal*, vol. 48 No. 4, Cartographies of Fictional Worlds – Special Issue, November 2011, p. 218 (pp. 218-223).





sabido criar futuro onde o presente declinava (...).<sup>29</sup>  
le present est gros de l'avenir, le futur se pourroit lire dans le passé,  
l'éloigné est exprimé dans le prochain. (Leibniz 1714, *Principes de la  
nature et de la grâce fondés en raison*)

Um edifício alto, sólido, inexpugnável. Um homem venerável, um sábio com 90 anos. A narrativa abre com a referência central a uma construção icônica, um edifício-torre de plastifex negro, isolado, seguro, deserto. No terraço do topo do edifício<sup>30</sup>, observa o cenário de destruição – inimaginável – dos seus concidadãos e do seu Conglomerado, tal como vai ocorrendo nas ruas e na praça. No gabinete, escreve o relato que lhe fora confiado. A escrita é difícil, ainda mais difícil, gerir as emoções e perseverar na sua missão. Há muitas décadas que, na Nova Europa, não se escreve, não se fala, não se sente, não se vive sem o hipercórtex nem sem a conexão de todos os neo-europeus ao Grande Cérebro Eletrónico.

O mais elevado nível de civilização e de desenvolvimento humanos alguma vez alcançado – o “Homo Humanus” – parece irremediavelmente condenado. Simbolizando exatamente essa elevação, este não é o edifício-torre de vigia dos espaços urbanos das distopias, panóptico tirânico omnipresente; em contraposição, esta é a torre-centro do paraíso, elevação do espírito humano, representada no seu atual único habitante, o Reitor, espectador do cenário de caos e ruína que assola o Conglomerado – o edifício da reitoria mostra-se como edifício sagrado, indestrutível, que irá sobreviver aos ocupantes:

(...) windows at the topmost level, almost always large in size, correspond to the eyes and the mind of man.<sup>31</sup>

<sup>29</sup>REAL, Miguel, *O Último Europeu*, pp. 37 e 133.

<sup>30</sup>A torre, símbolo de castidade, protege, isola do alcance das forças do mal, inferiores. é também o elemento que participa na união de três mundos: “ciel, terre, monde souterrain. (...) Le centre d'une sorte de paradis terrestre – rôle axial. (...) symbole de vigilance et d'ascension (CHEVALIER, Alain, GHEERBRANT, Jean, *Dictionnaire des Symboles. Mythes, Reves, Coutumes, Gestes, Formes, Figures, Couleurs, Nombres*, Paris, Éditions Robert Laffont-Jupiter, 1982, pp. 959-960). Por outro lado, em relação à sua verticalidade, “Since all symbolism is, in essence, dynamic, the idea of verticality is closely related to upward movement, which, by analogy with the symbolism of space and with moral concepts, corresponds symbolically to the tendency towards spiritualization (...). Bachelard corroborates this and even goes so far as to say that ‘it is impossible to ignore the vertical axis in expressing moral values’ (CIRLOT, J. E., *A Dictionary of Symbols*, London, Routledge, 1990, p. 360).

<sup>31</sup>*Idem, ibidem*, p. 345.





As its most striking feature at a distance, a tower often stands as a synecdoche for a great city (...). As a human structure striving towards heaven, and as a dwelling for noble lords, a tower might mean pride or hubris, marked for destruction, like the Tower of Babel.<sup>32</sup>

O *incipit* do romance de Miguel Real, *O Último Europeu O Último Europeu*. 2284 (D. Quixote, 2015), é marcado pela presença de um narrador autodiegético que especifica a sua função de Reitor (dos museus do Conglomerado e de Reitor-Geral dos museus da Pré-História da Nova Europa) e a sua estranheza em relação ao objeto livro, “uma das preciosidades provinidas de um tempo europeu incógnito”, dispensável e desconhecido da maioria dos neo-europeus nesta narrativa de um futuro “dominado pela comunicação mental” (Real 2015, 15) no espaço da Nova Europa. Afastando-se da estratégia narrativa do romance utópico, que assenta no diálogo entre o visitante e os naturais, o autor concebe uma narrativa monologal, na primeira parte do romance, sendo os leitores do futuro o seu destinatário explícito, narratário este que se mantém também na segunda e terceira partes. Começa, assim, a viagem do leitor-visitante, pela mão do reitor, por um mundo que é (será) desconhecido para ele.

Deste modo, fica de imediato estabelecido – aliás, logo no título – com o leitor um protocolo de leitura: a ação narrativa decorre no século XXIII, pelo que terá de se preparar para conhecer um mundo futuro, que de facto não existe, mas com o qual estabelece evidentes pontos de referência<sup>33</sup>, não só ao nível da geografia, como do pensamento filosófico ou de dicotomias que marcam o mundo atual. Relembrando a questão do protocolo de leitura que a narrativa de ficção estabelece com o leitor, a propósito do romance utópico, Fátima Vieira esclarece que

<sup>32</sup>FERBER, Michael, *A Dictionary of Literary Symbols*, Cambridge University Press, 2007, p. 219.

<sup>33</sup>Segundo James Gunn, no que diz respeito ao género ficção científica – com o qual o romance de Miguel Real também estabelece evidentes relações –, em que é especialista, “the reader would miss the most important aspect of hard SF, the fact that it creates a functional world that is different from but consistent with the world in which the reader lives. (...) Moreover, one of the principles of my SF class is that the uninspected opinion is not worth holding and the uninspected reading process may represent more pure, naive reading pleasure, but sophisticated reading has its own (and maybe superior) joys.” (GUNN, James, “The Protocols of Science Fiction”, Gunn Center for the Study of Science Fiction at the University of Kansas – [www.sfccenter.ku.edu/protocol.htm](http://www.sfccenter.ku.edu/protocol.htm)).



Utopia is, in fact, a game, and implies the celebration of a kind of pact between the utopist and the reader: the utopist addresses the reader to tell him about a society that does not exist, and the reader acts as if he believes the author, even if he is aware of the non-existence of such a society. Still, the reader's notion of reality cannot be pushed too far as otherwise he will refuse to act as if he believed the author.<sup>34</sup>

Miguel Real coloca o narrador no centro de um espaço de distopia, vivendo os momentos agudizantes do fim gradual – mas que será muito rápido, numa questão de meses – da utopia concretizada:

Again and again, the dystopian text opens in the midst of a social 'elsewhere' that appears to be far worse than any in the 'real' world. As the mise-en-scene is established in an exponential presentation of the society's structure and operation, the narrative zooms in on one of the subjects of the terrible place.<sup>35</sup>

Do alto do edifício da Reitoria, em sucessivas idas ao terraço, assiste impotente ao desmoronar da civilização humana mais avançada e mais perfeita alguma vez alcançada.

Não é por acaso que o protagonista faz parte dos cidadãos neo-europeus Reitores, pois estes são especialistas em História, ou melhor, no passado, “mantendo viva a memória de antigas civilizações (...), interpretam e esclarecem o espólio dos museus relativos aos tempos grosseiros do passado”<sup>36</sup>. Face à destruição iminente deste espaço de utopia, a história da Nova Europa tem de ser urgentemente registada sem o auxílio de quaisquer meios eletrónicos, através do antigo processo de escrita com caneta e papel, por alguém que ainda domine esta técnica manual: o reitor está incumbido da “missão mecânica e artesanal de assentamento dos últimos dias da nossa civilização”<sup>37</sup>. É um relato escrito efetuado num ambiente de grande pressão emocional e vivencial, com os inimigos rodeando o seu Conglomerado pelo ar (as naves do

<sup>34</sup>VIEIRA, Fátima, “The concept of utopia”, in Gregory Clayes (ed.), *The Cambridge companion to utopian literature*, Cambridge University Press, 2011, p. 8 (pp. 3-27).

<sup>35</sup>Moylan, Tom, *Scraps of Untainted Sky – Science Fiction, Utopia, Dystopia*, p. xiii.

<sup>36</sup>REAL, Miguel, *O Último Europeu*, 2284, Lisboa, D. Quixote, 2015, pp. 16-17.

<sup>37</sup>*Idem, ibidem*, p. 18.



Império Asiático<sup>38</sup>) e por terra (os Bárbaros dos Baldios<sup>39</sup>). Por outro lado, o cunho de subjetividade advém da referência a circunstâncias autobiográficas, integradas no relato. A redação do documento continuará no espaço de exílio dos Açores, na ilha do Pico<sup>40</sup>.

Assim, é logo nos primeiros parágrafos que o narrador integra as referências à geografia do romance, a dois territórios completamente separados em termos de fronteiras físicas e de modos de vida: a Nova Europa, organizada em Conglomerados (sem referência toponímica), e a Velha Europa, os Baldios. Mais ainda, como veremos adiante, é pela crónica do narrador que, aos olhos do leitor, paulatinamente se vai desenhando o mapa-múndi deste futuro ano de 2284. Logo no segundo capítulo da primeira parte do romance, enuncia-se o elemento disruptivo, a ameaça real que se concentra nas zonas de fronteira dos conglomerados, naquele ano: a desativação do Cordão Verde de Segurança, a entrada dos Bárbaros e a Invasão Oriental.

Esta é, na verdade, uma viagem marcada pelo registo de 1.<sup>a</sup> pessoa, na voz do Reitor, uma voz sábia, experiente, de autoridade dentro da organização

<sup>38</sup>Criando um cenário de ficção científica, o autor tomou a decisão de não fazer aterrar os invasores do Império Asiático imediatamente, visto que primeiro utilizam as armas das naves para destruir os Bárbaros, enquanto mantêm negociações com o Conselho dos Pantocratas da Nova Europa. Estão já os sessenta neo-europeus nos Açores quando os sincretistas, lendo *online* os comunicados dos Mandarins de Xangai, dizem ao Reitor que “A Nova Europa acabara de ser oficialmente invadida pela Grande Ásia” (*Idem, ibidem*, p. 146). Segue-se a descrição do destino a que os neo-europeus sobreviventes estarão condenados (*Idem, ibidem*, p. 146-47).

<sup>39</sup>Curiosamente, Jaime de Oliveira Pinto, no seu recente ensaio *Bárbaros e Iluminados. Populismo e Utopia no Século XXI* (2017), utiliza também esta designação de “bárbaros”. Tal como com Miguel Real, é um termo que assume evidente dimensão metafórica e simbólica, mais ainda no contexto da referência à utopia: “Os bárbaros são hoje os que resistem à utopia, a novas utopias. (...) Bom, os bárbaros estavam fora do limite do Império e não falavam latim. Os bárbaros de hoje, curiosamente, estão bem dentro do Império. (...) estão dentro das cidades e a sua fúria vem de uma percepção de decadência que os atinge”, segundo Jaime de Oliveira Pinto, em entrevista ao *JL* (ano XXXVIII, n.º 1238, 14 a 18 de fevereiro de 2018, p. 30). Miguel Real situa os Bárbaros fora do limite geográfico da Nova Europa.

<sup>40</sup>O que o Reitor está a escrever, e que constitui a grande parte do romance, em si, é um rascunho da “Crónica da Criação e Extinção da Nova Europa” (*Idem, ibidem*, p. 184), que passa para uma versão definitiva, cujo título virá a ser, de acordo com o seu autor, “Crónica da Nova Europa” (*Idem, ibidem*, p. 196). A autorreferência ao processo de escrita fica registada em diversos momentos da narrativa-crónica, como por exemplo, no final: “estas duzentas e muitas páginas manuscritas, aquelas que considero definitivas, mais o manuscrito da *Crónica da Nova Europa*”, ainda em rascunho, portanto, decide o narrador que “Deixá-los-ei, aos dois livros, à menina, será ela a guardiã da história da Nova Europa” (*Idem, ibidem*, p. 274).



social da Nova Europa, conhecedor da sua história, antiga e recente. Este é um percurso – através da escrita monológica – pelas instituições, pela sociedade e pelos avanços científicos e tecnológicos alcançados na Nova Europa, mas também pelo mundo no ano de 2284, o que justifica o efetivo detalhe do relato. A viagem inicia-se num momento disruptivo, acompanha o processo de eliminação da presença humana no território europeu e prossegue até ao ano de 2299, em 15 anos de recomeço de uma nova vida em território insular. Repare-se que o Reitor, à semelhança dos protagonistas das distopias na ficção científica<sup>41</sup>, é um homem só – solidão existencial que fica vincada no desenlace do romance, prevista já no adjetivo do título<sup>42</sup>. Sem dúvida que não é um herói cujo potencial humano represente a possibilidade de salvação, visto que o inimigo é um sistema – uma ordem mundial – que o suplanta e à sua Nova Europa.

#### 4. Espaço e fronteiras, entre 2284 e 2299

It all starts with the supposedly simple questions: Where is literature set and why there? <sup>43</sup>

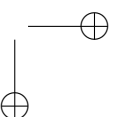
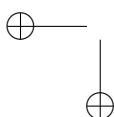
Na definição do espaço geográfico e de fronteiras no futuro, em *O Último Europeu. 2284*, reconhece-se o desejo utópico de consignar um único espaço onde a felicidade é possível, bem como na perceção subsequente de um futuro negro como única possibilidade:

The projection of the utopian wishes into the future implied a change in the very nature of utopia – and thus a derivation neologism was born. From eu/utopia, the good/non-place, we move to euchronia, the good

<sup>41</sup>“Science has played a major role in the history of utopian thinking and in the modern turn from utopia to dystopia.” (BOOKER, M. Keith, *The Dystopian Impulse in Modern Literature – Fiction as Social Criticism*, p. 5).

<sup>42</sup>Para além de títulos do século XIX (da autoria de Mary Shelley ou de Jean-Baptiste Cousin de Grainville), que enunciam esse “último homem”, recorro o título do filme *The last man on Earth* (1964), numa adaptação do romance *I am legend*, de Richard Matheson (1954), ou a situação do protagonista (o último homem na Terra) do romance *Childhood’s End* (1953) de Arthur C. Clarke. No século XXI, *Y: The Last Man*, banda desenhada de Brian K. Vaughan e Pia Guerra (2002-2008).

<sup>43</sup>PIATTI, Barbara, HURNI, Lorenz, “Editorial. Cartographies of fictional worlds”, p. 218.

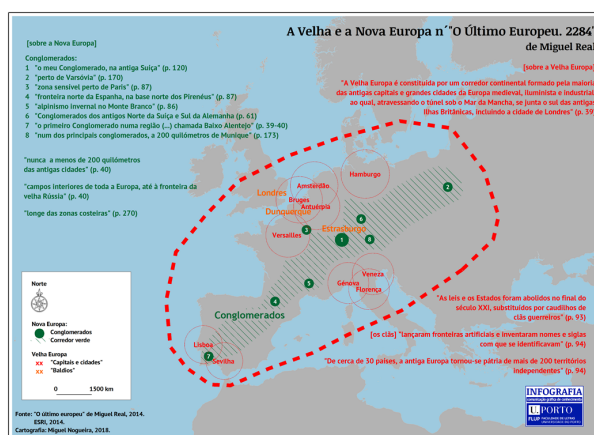


place in the future. The birth of euchronia was due to change of mentality, presided over by the optimistic worldview that prevailed in Europe in the Enlightenment. (...) man discovered that reason could enable him not only to have a happy life, but also to reach human perfection. (Vieira 2011, 9)

When the ideia of euchronia came to be systematically promoted (i.e., when utopian thought turned towards the future), it was inevitably accompanied by the imagination of darker times. The ideia of ‘utopia gone wrong’ was not naturally born then, though: from time immemorial people thought about the possibility of the construction of a better world, but they have also been aware of the likelihood of a future which might be worse than the present. (...)

Literary dystopias utilize the narrative devices of literary utopia, incorporating into its logic the principle of euchronia (...), but predicts that things will turn out badly; it is thus essentially pessimistic in its presentation of projective images.<sup>44</sup>

Analisemos, agora, essas “imagens projetivas” em termos de definição dos espaços que configuram o romance em apreço (Mapa 1).



Mapa 1. A Velha e a Nova Europa n' O Último Europeu. 2284.

<sup>44</sup> Vieira, Fátima, "The concept of utopia", pp. 16-17.



Miguel Real propõe a coexistência de espaços de utopia e de distopia, o que confere verosimilhança a este território europeu do futuro. De facto, se atualmente percebemos as fronteiras físicas da União Europeia de acordo com os países que a integram, o escritor redesenha o mapa, reduzindo a área dos núcleos de progresso civilizacional a uma diminuta faixa em linha reta entre o Baixo Alentejo e a antiga Polónia, distante dos grandes centros citadinos do passado e longe da orla marítima. Continua a haver uma fronteira artificial – e a consequente separação do resto do continente – imposta entre dois espaços inconciliáveis, estanques, separados. Por conseguinte, a utopia que é a Nova Europa fechou-se e protege os seus 100 milhões de neo-europeus dentro de sofisticados “muros” e cúpulas eletrónicas altamente avançados. É um território intransponível, além de ser autossuficiente em tudo: há 150 anos que dispensa relações de dependência com o resto do mundo, para além de pontuais relações comerciais. Utopia e distopia, ordem e caos, abundância e carência, progresso e retrocesso civilizacionais, em simultâneo neste mapa do mundo, que podem ser interpretados, segundo Greven-Borde,

in terms of transgression or escape (from objective reality) inspired by disagreement with the Western model [of society] and dependent on a *desire to make proposals for an improved system*. The fact of illustrating this transgression by establishing physical or temporal distance (...) can allow for an escape into the pleasurable sphere of a better world, as counterbalanced by *the assessment of a disappointing present or the nightmarish contemplation of a frightening future*. (destaques próprios)<sup>45</sup>

Na construção dos mapas que apresento, de acordo com Miguel Nogueira, que trabalhou com os referentes geoespaciais do romance e concebeu os mapas, as zonas assinaladas com tracejado são um compromisso entre o rigor da Geografia como disciplina e as inexatidões que caracterizam a narrativa, portanto, são uma opção que tem em conta o facto de o romance não dar conhecimento detalhado das fronteiras das partes do mundo futuro, havendo

<sup>45</sup> GREVEN-BORDE, Héléne, “The dynamics of space in the 20<sup>th</sup> century utopian/dystopian fiction”, in Fátima Vieira e Marinela Freitas (eds.), *Utopia Matters. Theory, Politics, Literature and The Arts*, Perspective Series, Porto, Editora da Universidade do Porto, 2005, p. 205 (pp. 199-217).





partes do globo que não sabemos onde incluir. O tracejado traduz, assim, o menor compromisso com uma fronteira definida, diluindo-a, num zonamento geral na afetação do espaço.

Nos três mapas apresentados, as grandes regiões e impérios são assinaladas com tracejado vermelho. No mapa 1, a cor de laranja são as cidades da Velha Europa. O verde marca a Nova Europa, de modo a ir ao encontro da referência ao “Cordão Verde de Segurança” que a separa dos Baldios. O traçado tosco a verde traduz graficamente a inexatidão do espaço global da Nova Europa; assinala o “corredor verde” onde se instalaram os Conglomerados, representados com círculos verdes que não reproduzem a sua área efetiva, por não haver informação sobre isso; apenas se optou por uma proporção maior do Conglomerado 1 por ser aquele onde se encontra o narrador, o local onde a ação se centra, na primeira parte do romance. Os elementos do texto fixados como legenda (de 1 a 8) comprovam a dificuldade em delinear o mapa do território ficcional.

Ainda neste mapa 1, contemplamos igualmente marcos geodésicos europeus a que o narrador alude: os nomes de cidades integrados em círculos de fino traço vermelho, que foram calculados com base na referência das páginas 39 e 40, representam a “maioria das antigas capitais e grandes cidades da Europa medieval, iluminista e industrial” e a localização dos conglomerados “nunca a menos de 200 quilómetros das antigas cidades” (a perfeição do círculo traduz a exatidão desta referência do autor). A identificação dessas “antigas capitais e grandes cidades” foi interpretada e efetuada com a ajuda de uma docente de História.

No mapa 2, os países são assinalados com cor de laranja e as cidades com amarelo, como veremos adiante.

Importa, pois, reiterar, que o romance de Miguel Real constitui essa “contemplação de pesadelo de um futuro assustador”, aterrador na impossibilidade de sobrevivência de uma civilização que representa o epítome da felicidade e bem-estar humanos. Ao contrário das utopias clássicas modernas, nesta em particular o autor faz um hábil exercício ficcional no sentido de dissipar os traços de eventuais energias distópicas no seio da Nova Europa, devido ao avanço biotecnológico, o único capaz de conduzir à elevação do ser humano em termos físicos (genéticos), sociais e civilizacionais<sup>46</sup>.

<sup>46</sup>A regulação digital do Grande Cérebro Eletrónico não elimina a dissensão tipicamente





Os Conglomerados formam ilhas, não rodeadas por mar, como a ilha Utopia, mas rodeadas pelos Baldios, espaços de distopia, de degradação da condição humana, de cenários marcados pela decadência, contaminação e destruição das cidades, uma das consequências da Grande Fome de 2084; portanto, um cenário de regressão à barbárie. Se os percebermos como “ilhas”, zonas protegidas onde não se pode entrar, podemos associá-los à simbologia deste espaço proposta por Gheerbrant e Chevalier:

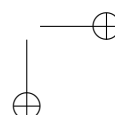
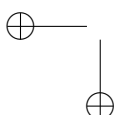
traditionnellement l'enceinte protectrice qui clôt un monde et évite qu'y pénétrant les influences néfastes d'origine inférieure. Elle a l'inconvénient de limiter le domaine qu'elle enclôt, mais l'avantage d'assurer sa *défense*, en laissant d'ailleurs la voie ouverte à la réception de l'influence céleste. (...) sécurité, étouffement; défense, mais prison.<sup>47</sup>

Contudo, a Velha Europa não se institui, ficcionalmente, como uma ameaça aos Conglomerados, não há grupos dissidentes ou episódios de tentativas de invasão das suas fronteiras contados pelo Reitor. Por seu turno, a Nova Europa também não constitui um “estado” belicista nem imperialista, pois não necessita de se impor aos neo-europeus, entre os quais não existe pensamento divergente com intenções libertárias. O perigo invasor, para ambas as Europas, vem da Ásia e parece ser invencível.

Individualmente, os Conglomerados partilham a tecnologia que lhes permite manter as suas fronteiras terrestres protegidas, bem como o espaço aéreo, respetivamente, com o Cordão Verde de Segurança (primeiro, foi constituído

humana, antes a reconhece e integra na educação e formação dos neo-europeus, ao contrário das utopias que impõem uma ordem, de modo a “keep choices out of the mind of individuals, leaving instead to the State to decide what is best for the citizens. This takes power from the people, which is exactly what must happen if the State is to maintain control” (Harley Ferris s/d, 6). Além disso, a designação do sistema não assume o tradicional nome familiar-parental, antes aponta para a racionalidade, ponderação e avanço da inteligência artificial, baseada nos princípios da capacidade cognitiva humana e na possibilidade de a impulsionar. Por essa razão, não subscrevo alguns aspetos da interpretação de Anna Kalewska (2017, em *Utopia(s) – Worlds and Frontiers of the Imaginary*). Contudo, os Criatórios do romance não deixam de ativar imagens de desumanização distópica de alguns exemplos de ficção científica, muitos dos quais atualizados no cinema (*Matrix*, *Oblivion*, *Island*, *Aeon Flux*, *Equilibrium*, entre outros), se bem que aí a manipulação genética configure finalidades perversas porque contrárias à preservação da espécie ou à equidade nos benefícios.

<sup>47</sup> *Idem, ibidem*, pp. 653-654.



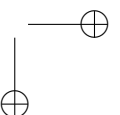
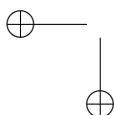


por um cordão de robôs armados, depois substituído por um sistema de raios fotônicos) e com a Bolha Hiperatómica de Proteção e Segurança (que dá uma tonalidade esbranquiçada ao firmamento observado). Explorando as fontes de energia geotérmica de zonas profundas do centro terrestre, a Nova Europa conseguiu tornar-se autônoma do resto do mundo em tudo – e a ele fechada, hermeticamente fechada. O seu sofisticado sistema de defesa dispensa a organização de forças de segurança humanas, portanto, não existe exército: “Há menos de um século, o Conselho de Pantocratas tinha considerado a Nova Europa absolutamente invencível por mar, terra e ar”<sup>48</sup>. No centro de tudo, estão as sofisticadas extrações de fontes de energia geotérmica, uma sociedade superintendida por um megacomputador, o Grande Cérebro Eletrónico<sup>49</sup>, constantes avanços e aperfeiçoamentos de ponta técnicos e científicos<sup>50</sup>.

<sup>48</sup>REAL, Miguel, *O Último Europeu*, 2284, p. 31.

<sup>49</sup>Na intriga romanesca, este é um futuro da humanidade sem Deus, sem as grandes religiões da atualidade. Concretamente na Nova Europa, deixou de haver lugar para religião e fé, muito devido à inteligência artificial e ao hipercórtex cerebral conseguido através de manipulação genética. O Grande Cérebro Eletrónico faz lembrar as palavras de Eduardo Lourenço, quando recorda uma “terrífica anedota que me contou em tempos Eugénio Lisboa. Durante anos, os conceptores e engenheiros da mais avançada fábrica de computadores, de cada vez que saía uma nova série, cada vez mais perfeita, perguntavam-lhe sistematicamente: ‘Deus existe?’ Não menos sistematicamente a nova maravilha não dava resposta. Um cientista digno desse nome nunca desiste. Mas um computador perfeito também não. Chegou o dia em que os homens da IBM ideal tornaram a perguntar ao último modelo: ‘Deus existe?’ E a ‘coisa’ então respondeu: ‘Agora sim’ ”. (LOURENÇO, Eduardo, *A Europa Desencantada. Para uma Mitologia Europeia*, Lisboa, Gradiva, 2001, p. 202).

<sup>50</sup>A criação da utópica Nova Europa concilia ciência e tecnologia para representar um lugar melhor, tal como confirma Lyman Tower Sargent, que analisa o tema em utopias representativas dos séculos XVII a XX: “many utopias have presented science and technology, properly used, as one of the major mechanisms for bringing about and sustaining the desired better society” (SARGENT, Lyman Tower, “Eutopias and dystopias of science”, in Millner, Andrew, Ryan, Matthew, Savage, Robert (eds.), *Imagining the Future. Utopia and Dystopi*, Arena Journal New Series, no. 25/26, 2006, p. 358 (pp. 357-371). Muito semelhante ao “plugged in” do ser humano no romance *Neuromancer*, de William Gibson (1984), ou na trilogia cinematográfica *Matrix*, no romance de Miguel Real deteta-se um passo em frente, pois não existem quaisquer cabos ou portas, mas sim implantes neuronais. A Nova Europa enuncia uma situação privilegiada, porque confortável e segura, embora seja efetivamente uma mentira em relação ao resto do mundo, que redundava numa situação de fragilidade e de dependência; quando desconectados do Grande Cérebro Eletrónico, os neo-europeus não têm defesas, por falta de energia, de alimento e de recursos físicos. Os sessenta que se exilam no Pico são obrigados a viver no mundo real, difícil, sujeito às intempéries e ao trabalho duro para obter alimentos.



Cento e cinquenta anos antes, alguns europeus viram-se forçados a sair das zonas urbanas, a percorrer o que restaria dos seus países em busca de um espaço que possibilitasse um recomeço, longe das grandes cidades do passado, então em desordem e no caos social. Começou com um grupo de portugueses, que encontrou no interior do Baixo Alentejo um território apto para uma reconstrução humana. Foi nesse ano de 2084 (e até 2100) que começaram a ser dados esses simbólicos “dez passos”<sup>51</sup> em direção à utopia, que iriam multiplicar-se em milhares de passos. A construção dos conglomerados e da Nova Europa atualiza a visão progressiva do utopia: “in rejecting the myth’s passivity, it aimed to intervene in history to change its course and make up for the story of the fall and the consequent inevitable decline”<sup>52</sup>.

Penso poder afirmar que Miguel Real vai mais longe em relação ao modelo clássico da utopia e das distopias, embora mantenha pontos de contacto com ambas, na medida em que apresenta todos os cenários que definem, em 2284, um mundo dividido entre um único espaço ideal e outros não ideais: a utopia da Nova Europa<sup>53</sup>, rodeada pela distopia dos Baldios (Velha Europa) e uma série de impérios e regiões muito distintos do nível civilizacional de progresso, bem-estar e qualidade de vida da Nova Europa, do avanço científico, tecnológico e aperfeiçoamento genético aí conquistados.

Recordo que o romance projeta um futuro negro como consequência da ação imperialista da Grande Ásia, que invade a Nova Europa e extermina todos os Bárbaros dos Baldios pela necessidade do território. Por razões demográficas de sobrepopulação, o território que ocupava era insuficiente.

Creio poder assegurar que estamos na presença de um romance inaugural na literatura portuguesa: um futuro europeu gerado em Portugal, no primeiro

<sup>51</sup> Expressão utilizada por Eduardo Galeano, que num programa de televisão cita a resposta do seu amigo Fernando Birri, realizador argentino, à pergunta “Para que serve a utopia?”: “A utopia está lá no horizonte. Sei muito bem que nunca a alcançarei. Se caminho dez passos, ela afastar-se-á dez passos. Quando mais a procuro, menos a encontrarei (...). Pois a utopia serve para isso: para caminhar.” (tradução própria) ([www.portalraizes.com/para-que-serve-a-utopia-por-eduardo-galeano-2/](http://www.portalraizes.com/para-que-serve-a-utopia-por-eduardo-galeano-2/)).

<sup>52</sup> TROUSSON, Raymon, FORTUNATI, Vita (ed.), *Dictionary of Literary Utopias*, p. 631.

<sup>53</sup> Em entrevista, o autor esclarece a razão de ser desta opção: “O que me interessava era a Europa, o futuro da Europa. É uma Europa dividida, só 100 milhões é que podem ser felizes! (...) O que queria dizer é que em qualquer país da Europa se pode ser feliz, é uma metáfora, mas a sociedade, tal como está a caminhar, não pode dar felicidade aos atuais cerca de 500 milhões de habitantes.” (Anexo 3)





movimento para a construção de uma sociedade alternativa, um futuro de pesadelo, um êxodo para uma ilha dos Açores, espaço de renovada esperança e renascimento, uma Novíssima Europa que sucumbe a uma “Tecnocracia Democrática”, que mais parece uma ‘Ditadura Tecnocrática’ ”<sup>54</sup>, sem esperança para o Reitor.

Verosimilhança? Estranhamento? A percepção da realidade é efetuada sobretudo através desse processo de estranhamento:

This ability of literature to renew and enrich our perceptions of reality is obviously central to the *utopian* project, but defamiliarization is clearly the principal *dystopian* technique as well.

In this sense, dystopian fiction recalls Darko Suvin’s identification of ‘cognitive estrangement’ as the central technique of science fiction (...). Dystopian fiction, then, with its defamiliarizing strategy of revealing evils in society through shocks of recognition in a different context has much in common with a number of modern literary movements. (...) [I]t is also true that the unfamiliar perspectives on familiar issues provided by dystopian fiction clearly make a new and energizing contribution that might not be available from any kind of nonfiction discourse.<sup>55</sup>

Booker refere, de facto, as “polyphonic confrontations” da narrativa distópica, que *O Último Europeu* também atualiza.

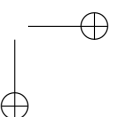
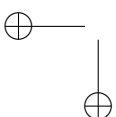
Ou, nas palavras de Carlos Berriel, “(...) dystopia attempts to be in continuity with the historical process, by enlarging and formalizing the negative tendencies which are active in the present and may conduct, almost inevitably, if they are not obstructed, to the perverse societies (dystopia itself)”.<sup>56</sup>

A Europa é este mapa de duas dicotomias geográficas. Nos Conglomerados da Nova Europa, porém, não há centro/periferia, norte/sul, as assimetrias estão excluídas, todos têm acesso a tudo. Por essa razão, dentro dos territórios protegidos pelo Cordão Verde de Segurança não há desmobilização social por imposição acrítica de um modo de vida nem há formas de anomia.

<sup>54</sup> REAL, Miguel, *O Último Europeu*, 2284, p. 220.

<sup>55</sup> BOOKER, M. Keith, *Dystopian Literature, a Theory and Research Guide*, Westport & London, Greenwood Press, 1994, pp. 175-176.

<sup>56</sup> BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, in “Brief notes on utopia, dystopia and history”, Fátima Vieira, Marinella Freitas (eds.), *Utopia Matters: Theory, Politics, Literature and the Arts*, Porto, Universidade do Porto, 2005, pp. 102-103 (pp. 102-103).



Só com esta fortaleza é possível, dentro do território dos Conglomerados, efetivar a reconstrução humanista do humano. Assim, nesse primeiro momento de movimento impulsionador de exílio-separação, estes europeus procuraram o espaço, o território, que se adequaria à criação de uma utopia, numa Europa de distopia e de negação do humano:

utopian visions of ideal alternatives have long formed an important part of criticisms of contemporary society. In an influential study Karl Mannheim considers "utopia" precisely that complex of energies that work for change in society, as opposed to "ideology," which he considers (following the Marxist tradition of ideology as false consciousness) as the complex of energies acting to preserve and support the existing order of things. And later Marxist critics like Fredric Jameson still maintain that a utopian notion of a desirable alternative future is necessary to empower meaningful political action in the present.<sup>57</sup>

Deste modo, a construção de uma sociedade mais perfeita implicou esta reconfiguração do mapa europeu. Face ao ambiente antagónico, essa construção humanista implicaria erguer muros, separar e resguardar fisicamente o espaço da presença de outros não compatíveis com o ideal procurado, criando uma nova História<sup>58</sup>. Os Conglomerados formam ilhas, ao longo de uma faixa em linha reta, no interior do continente. Territórios protegidos por um Cordão Verde de Segurança, podemos encontrar no verde uma simbologia positiva, a qual naturalmente remete para um jardim, um paraíso terrestre, secular, ou mesmo para aqueles Campos Elíseos e *eterna primavera homéricos* (na expressão de Trousson<sup>59</sup>). Ironicamente, este verde é sinal de perigo, pelo facto de matar aqueles que, do lado de fora, se aproximam da fronteira.

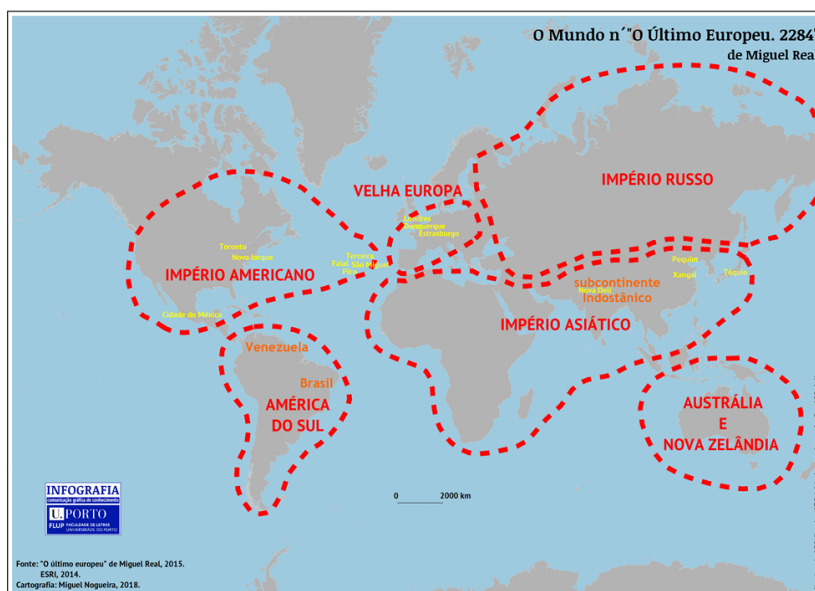
Não obstante serem estes os dois espaços nucleares do romance, a descrição dos impérios e regiões mundiais surge naturalmente integrada na redação da crónica do reitor, para compreendermos melhor o seu mundo.

Através dos referentes geográficos da obra, construiu-se este mapa-múndi (Mapa 2):

<sup>57</sup>BOOKER, M. Keith, *Dystopian Literature, a Theory and Research Guide*, p. 3.

<sup>58</sup>“As Gary Saul Morson puts it, ‘Whereas utopias describe an escape *from* history, these anti-utopias describe an escape, or attempted escape, *to* history, which is to say, to the world of contingency, conflict, and uncertainty’” (*Idem, ibidem*, p. 4).

<sup>59</sup>TROUSSON, Raymon, FORTUNATI, Vita (ed.), *Dictionary of Literary Utopias*, p. 631.

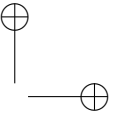


Mapa 2. O mundo n' *O Último Europeu*. 2284.

Assim, o território ocupado pelo Grande Império Asiático inclui a África e o subcontinente indostânico. O Império Americano engloba uma parte considerável do oceano Atlântico, incluindo as ilhas que restam do arquipélago dos Açores. Todos os territórios que é possível referenciar, pela sua visível dimensão cartográfica, revelam um cenário nitidamente hostil à sobrevivência da Nova Europa, espaço diminuto nesta representação do mundo.

#### 4.1. De novo, a ilha – utópica?

Ascensão, queda, ascensão. Progresso, declínio, recuperação. Como ficou patente anteriormente, a ascensão e o progresso associam-se a um isolamento espaço-geográfico, a um espaço de fronteiras bem definidas. Primeiro, as de carácter tecnológico (Bolha, Cordão), no continente europeu, depois, as de carácter natural (mar), na ilha do Pico. Partiu-se da ordem e mergulhou-se no caos, procedendo, em seguida, deste para reencontrar a ordem. Ameaçada, a utopia sucumbiu.



Na segunda parte do romance, o Reitor e os 59 neo-europeus formam um grupo de refugiados, de estrangeiros, deslocados em território outrora português, que agora integra o Império Americano<sup>60</sup>: a ilha do Pico, nos Açores, no Mar Americano. Não vão descobrir um “novo mundo”, vão recriá-lo à luz dos princípios da “Grande Ordenação”, o texto maior da organização e pensamento políticos da Nova Europa.

Transportados por uma nave fretada ao chefe de um clã de Bárbaros, partem de Dunquerque, de um velho aeroporto desativado, para aterrar no Pico, numa circunstância que encontra evidente paralelismo no episódio da II Guerra Mundial, quando, em 1940, as forças da resistência aos avanços nazis se viram encurraladas neste mesmo território, sendo daí evacuadas por mar. Portanto, em clara analogia com o resgate destas forças (de cerca de 400 mil militares ingleses), em 2284 é o resgate de 60 neo-europeu desarmados, fragilizados e amedrontados, impedidos de voltar para os seus Conglomerados.

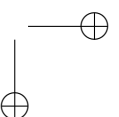
O território insular, praticamente desconhecido, assume manifesta simbologia de esperança e recomeço, ilha refúgio e esconderijo que permita a sobrevivência.

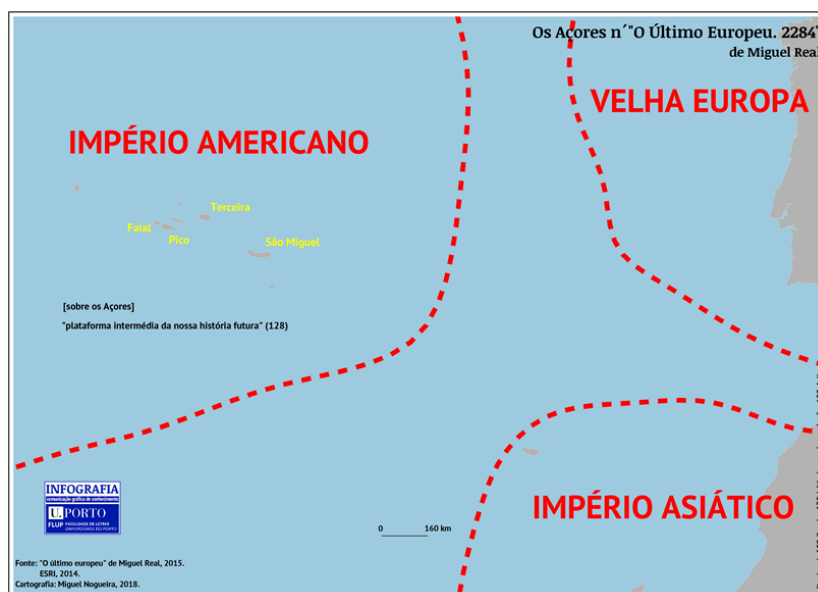
O Pico apresenta-se como uma terra de ninguém, desprovida de qualquer tipo de intervenção ou construção humanas, assumindo-se como espaço de desenraizamento que obriga a um retorno às origens do ser humano, em sintonia com o desejo de recriação da Nova Europa – curiosamente, em ex-território português, num círculo que se completa, se recordarmos que os primeiros movimentos de exílio haviam decorrido há 150 anos no Baixo Alentejo. Miguel Real indicia, pois, a centralidade de Portugal nos destinos da Nova Europa.

Através do desenho do anterior mapa 2, ampliado no mapa 3, note-se a desproporção da dimensão territorial em foco, para perceber a exiguidade espacial do reduto utópico dos neo-europeus, num afunilamento confinador, que pode ser lido como prenúncio de aniquilamento.

---

<sup>60</sup>Em 2134, Portugal fora integrado no clã andaluz de Pablo Hernández, *El Matador*. As fronteiras desintegraram-se, bem como os territórios insulares, agora pertença do Império Americano.





Mapa 3. Os Açores, “Terras Trementes” n’*O Último Europeu.2284*.

Na segunda e terceira partes do romance, a narrativa adquire um ritmo muito distinto do da primeira parte, por se tratar de um recomeço civilizacional a obrigar a uma ação permanente, correspondendo a crónica a um período de quinze anos.

Neste recomeço, estão envolvidos o Reitor, Jorge Tomás, o único ocupante ocasional do Pico, os cinquenta e nove neo-europeus e as crianças que vão nascendo ao longo desses anos. Enquanto leitores, é difícil não desejarmos uma – ficarmos mesmo confiantes numa – *eucatastrophe*<sup>61</sup> para esta comunidade de refugiados, nesta ilha rodeada por um mundo hostil e indiferente ao destino dos últimos habitantes da Nova Europa.

<sup>61</sup>O termo “eucatastrophic” foi cunhado pelo escritor J.R.R. Tolkien para representar, na economia da narrativa fantástica, a consolidação de um final feliz. “Pour qu’il y ait eucatastrophe, il faut d’abord une situation désespérée (...) au point d’aller jusqu’a parler de monde ‘cacocatastrophique’ (...) la valeur d’une résistance vouée à la défaite” (SALLERON, Estelle, “Eucatastrophe”, in Vicent Ferré (dir.), *Dictionnaire Tolkien*, Paris, CNRS Editions, 2013, p. 196-198).

A ilha readquire a sua significação, enquanto espaço geográfico metafórico de proteção, defesa, isolamento e segurança.<sup>62</sup>

Por outro lado, também é revelador o movimento descendente associado ao desembarque dos exilados, transportados na nave: os neo-europeus vêm do céu, quais sementes de esperança lançadas nas “Terras Tremeças”.

O espaço do Pico, pela sua solidão, afastamento e exiguidade, adquire um forte cunho de “marginalidade”, esse antiquíssimo “*relegatio in insulam*”<sup>63</sup>, em relação ao legado da Nova Europa e, grosso modo, da civilização humanista do continente: “a ilha pode ser, portanto, sonho idílico ou prisão” (idem), desterro ou possibilidade de retomar a utopia interrompida/destruída.

A hostilidade acaba por derrotar este projeto utópico – e de sobrevivência –, pois os interesses materiais da grande potência norte-americana não têm qualquer complacência em relação a esta comunidade. Além disso, intolerantes perante adultos com mentalidade e cultura diferentes, eliminam-nos por estarem no caminho, mantendo vivas apenas “as crianças até 10 anos”, numa operação designada por “Solução Final”<sup>64</sup>.

Gorando as expectativas *eucatastróficas* do leitor, o desenlace da narrativa vai-se encaminhando para a catástrofe. São diversas as pistas que o antecipam, facultadas pelo protagonista.

Na verdade, recordemos o facto curioso de o romance nascer da escrita do ensaio *Nova teoria do mal*<sup>65</sup>, tal como o próprio Miguel Real esclarece (Anexo 3), ajudando a compreender esta opção por um desenlace cruel, devastador dos pacíficos conseguimentos humanos dos neo-neo-europeus e da sua crença inocente na falsa boa-vontade dos americanos:

Ao mesmo tempo que escrevi o romance, estava a escrever o ensaio *Nova teoria do mal*, onde mostro que o Mal é constitutivo do homem.

<sup>62</sup>CHEVALIER, Alain, GHEERBRANT, Jean, *Dictionnaire des symboles. Mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres*, pp. 653-654.

<sup>63</sup>GIL, Juan, “As ilhas imaginárias”, in *Oceanos*, n.º 46 – abril/junho 2001, p. 12 (pp. 11-23).

<sup>64</sup>A reflexão é do próprio Reitor: “Os técnicos superiores tinham concluído que a maioria dos neo-europeus adultos e adolescentes nunca se integrariam no Império Americano ... Eram, seriam, um problema para o Império. ... Como foram mortos, não sei.” (Real, 2015, pp. 275-276).

<sup>65</sup>Mas o cotejo de ambas as obras, romance de ficção e ensaio, daria lugar a outra comunicação! E, tratando-se da felicidade dos neo-europeus, face ao resto do mundo, por que não triangular estes dois títulos com a *Nova teoria da felicidade*?



Eu tenho o hábito (que os editores e amigos meus dizem que não é bom) – e isto que lhe estou a dizer é absolutamente inédito – de escrever um ensaio e dos restos do ensaio escrevo um romance, ou o contrário, em simultâneo. É difícil separar. (...)

A ideia é “todo o homem é mau”, só que a Nova Europa apaga a maldade. Os neo-europeus, dependentes do Grande Cérebro Eletrónico, são felizes e são ignorantes, nesta utopia digital, eletrónica, digamos assim. O mal continua presente! Está em todas as páginas, domina o homem. No fim, são os americanos que destroem a Novíssima Europa. O mal há de sempre vencer. Aliás, fui alcunhado de “super-pessimista”!

Consubstanciando a distopia de George Orwell *1984*, no ano mencionado no título (2284), o romance de Miguel Real empreende uma visão do futuro volvidos 300 anos, em homenagem expressa ao escritor inglês, e volta a dar-lhe tonalidades negras. Como se esta perspetiva não bastasse, note-se a consonância entre a intriga ficcional, que enuncia a distopia como única realidade global, e a recente reflexão de José Gil, em *Caos e ritmo*:

é também possível aceitar que, face ao crescimento exponencial dos movimentos populistas na Europa, e ao descalabro político em que se encontra a União Europeia, seja provável que as narrativas utópicas conhecidas não passem de sonhos irrealistas e inúteis, quando não nefastos. (...) dois factores modificaram radicalmente os contextos sociais em que se elaboraram as utopias, o perigo real que a ecologia planetária representa para a humanidade (...)

A Europa ideal, justa, solidária e igualitária, defensora intransigente dos direitos humanos – que circula nas diversas narrativas utópicas – não existe. (...) Por isso, a distopia está mais próxima da história real e aponta, muitas vezes para um final apocalíptico.<sup>66</sup>

## 5. Conclusão

In our time the utopian impulse has been largely replaced by dystopian projections of disastrous current trends. (Scholes and Rabkin)

<sup>66</sup>GIL, José, *Caos e ritmo*, Lisboa, Relógio d'Água, 2018.





Na perspetiva deste breve estudo, as conclusões deverão contemplar dois aspetos distintos, não só relacionados com as questões inicialmente colocadas e as respostas conseguidas, mas também com as particularidades inerentes à representação cartográfica do espaço ficcional deste romance.

Começo por uma reflexão em relação à construção dos mapas. De acordo com a dimensão do romance, que mereceu várias leituras, verifiquei a necessidade de questionar e discutir os dados recolhidos de diversas perspetivas, à medida que o mapa ia sendo construído, para que o desenho que ia surgindo correspondesse com exatidão às palavras do autor. Algumas das questões que emergiram terão de ser trabalhadas em fases posteriores do projeto encetado. Por exemplo, não foram incluídas nem mapeadas as (difusas) referências espaciais relativas à Europa após a invasão e ocupação pela Grande Ásia, que ali despejou 1000 milhões de pessoas.

O propósito investigativo de mapeamento dos territórios de ficção conta, de facto, com dificuldades, cuja superação será paulatina. As ambiguidades e incertezas explicitadas por Barbara Piatti e Lorenz Hurni, em relação ao Atlas Literário da Europa, a forma mais adequada de conceber ferramentas informáticas que fixem a geografia literária, repetiram-se nesta abordagem. Por exemplo, na gestão da representação dos macroespaços do romance<sup>67</sup>.

Por conseguinte, é um trabalho que precisa de continuação e aprofundamento através do levantamento de outros referentes espaciais e de um tratamento informático que permita gerar mais mapas, de acordo com linhas de leitura pertinentes e capazes de iluminar e renovar a interpretação das obras. A geografia e a cartografia literárias são isso mesmo – um desafio:

For the cartographers, it means dealing with new challenges, with a number of uncertainties and even with the unmappable as described above. For the literary scholars, it means abandoning – at least to a certain extent – their autonomy. Due to the change of media, from written comments to maps, they enter a territory of rules made by others, rules

<sup>67</sup>“the toggling between micro- and macro-cartographies (the perspective of story-telling can quickly change from an almost microscopic, at least local view to an international level)” PIATTI, Barbara, HURNI, Lorenz, “Cartographies of fictional worlds”, in *The Cartographic Journal*, p. 221 (pp. 218-223).







which enable a spatial analysis of fiction. For both disciplines, it is a highly demanding task.<sup>68</sup>

Consideremos, agora, as reflexões finais que configuram os elementos interpretativos questionados na introdução.

Com base nos referentes geográficos compulsados, na construção dos mapas que dão visibilidade cartográfica ao espaço narratológico e nas interpretações sugeridas, foram-se tornando evidentes as representações (1) acerca dos padrões que definem a geografia do romance, na sua visão utópica e distópica; (2) sobre quais são, como se organizam e se interrelacionam, bem como a representatividade que adquirem os espaços de restrição e de liberdade; (3) acerca do padrão de movimento do protagonista (e de personagens) na Europa e no mundo, no ano de 2284, as razões que justificam as deslocações no espaço e o modo como contribuem para a economia do universo ficcionado.

Creio poder afirmar que o espaço ficcional do romance de Miguel Real se assume, notoriamente, como espaço de distopia. O mundo desse final do século XXIII representa, metaforicamente, o lado mais negro da humanidade. Os atuais sonhos, pesadelos e angústias são atualizados numa Nova Europa futura absolutamente tecnológica e computadorizada, que partilha o Velho Continente com o seu oposto arcaico e regressista, participando de um mundo dividido em zonas ou impérios, todos eles geograficamente avassaladores e socialmente adversos, na sua oposição ao avanço científico e civilizacional dos Conglomerados.

Nesta distopia, que – não subsistam dúvidas – marca a literatura portuguesa contemporânea, o autor combina-a sabiamente com as características da utopia, ao narrar um mundo e um tempo que conciliam uma memória da utopia (em vias de extermínio), a distopia e o projeto de reconstrução da utopia<sup>69</sup>.

<sup>68</sup> *Idem, ibidem*, p. 222.

<sup>69</sup> Curiosamente, note-se a proximidade do romance em estudo a esta afirmação de Maria Luísa Borralho, sobretudo na parte final da citação: “A utopia é um género que filosofa, não necessariamente porque tem como personagens os filósofos, mas porque é um exercício do pensamento, uma manifestação do *logos* (concebido como *logos*/palavra e *logos*/Razão). (...) O Filósofo da *Utopia*, tal como o filósofo do mito das cavernas de Platão, não pode ficar entre os seres que lhe são em quase tudo semelhantes. O desejo de tudo compreender e apreender leva-o a sair da caverna e a ver a luz. Mas depois, não lhe basta ter visto a luz. Impõe-se a si próprio a espinhosa missão de regressar à caverna, deixar a perfeição, para contar aos outros o que ex-



A imaginação do autor acerca de um futuro melhor segue em paralelo com a conceção de um futuro mais negro do que o presente, pelo que “a contemplação de um futuro pior também afetou a utopia como género literário (...). [A distopia literária] prediz que algo vai correr mal; assim, é essencialmente pessimista na sua representação de imagens prospetivas”<sup>70</sup>. Contudo, esta projeção negativa, tão somente uma possibilidade ficcional, pretende interpelar o leitor e a sociedade, fazendo-lhes notar que somos civicamente responsáveis pelo que vier a acontecer de errado ou mau, com cenários que é preciso evitar que aconteçam<sup>71</sup>. Fátima Vieira reitera uma marca fundamental da narrativa distópica, que serve de orientação de leitura:

Dystopias that leave no room for hope do in fact fail their mission. (...) The writers of dystopias that have been published in the last three decades, in particular, have tried to make it very clear to their readers that there is still a chance for humanity to escape, normally offering a *glimmer of hope at the very end of the narratives*.<sup>72</sup> (destaque próprio)

E onde se vê essa réstia, essa centelha de esperança, n’ *O Último Europeu*? Exatamente numa das últimas páginas, associada à crónica do Reitor e a uma menina nascida no Pico, que aí ficará:

Resisto à pressão dos três Coordenadores – ambicionavam levar consigo estas duzentas e muitas páginas manuscritas, aquelas que considero definitivas, mais o manuscrito da *Crónica da Nova Europa*.

Não deixei, não deixei com toda a força.

Precisava de acrescentar estas últimas páginas.

Deixá-los-ei, aos dois livros, à menina, será ela a guardiã da história da Nova Europa. (...)

Em casa de Jorge Tomás, ficou a menina, que, no entanto, mais se demorava na minha, cuidando do meu corpo.

perimentou sozinho.” BORRALHO, Maria Luísa Malato, “Não há utopias portuguesas?” in *Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*. 1, 2004. [www.letras.up.pt/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm](http://www.letras.up.pt/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm) (9 páginas).

<sup>70</sup>VIEIRA, Fátima, “The concept of utopia”, p. 17.

<sup>71</sup>*Idem, ibidem*, p. 17.

<sup>72</sup>*Idem, ibidem*, p. 17.

No dia da partida da comunidade, casar-se-ia ao modo americano com o primogénito de Jorge Tomás.

Pelo seu olhar tão belo e esperançoso, presumo que esteja grávida.<sup>73</sup>

Penso que é importante reiterar que a distopia, mais do que predizer o nosso futuro, é uma projeção sobre a escolha, sobre aquilo por que se opta para esse futuro. Em tempos de crise no seio do Projeto Europeu, mas também globalmente em nações que têm um papel geoestratégico relevante, é precisamente a escuridão e o medo que as distopias enfatizam, conquanto algum alento se divise na fímbria de esperança no desenlace narrativo.<sup>74</sup>

Falar de utopia em tempos de crise poderá ser animador e mobilizador de ações concretas para superar os riscos: “o caminho que nos levará para longe da crise só poderá ser percecionado se utilizarmos estratégias que nos ‘treinem o olhar’, que nos façam conseguir ver pelo canto do olho” (Vieira 2012, 8). Mas falar de distopia nestes mesmos tempos conturbados poderá ter redobrado impacto como alerta para as potenciais consequências de determinado rumo político, social, ambiental (ou da cristalização de condições sociais, políticas, económicas desfavoráveis existentes). A distopia permite questionar e denunciar o que pode correr mal, e, nessa medida, também desempenha um papel fundamental nesse “treino do olhar”<sup>75</sup>.

No que diz respeito à literatura portuguesa do século XXI (e de finais do século XX), há obras que, manifestamente, não deixam de intimar o leitor para os tempos de crise que afetam a sociedade. Trata-se de um número significativo de títulos que enunciam o futuro da sociedade, por vezes, de modo concreto, o futuro de Portugal e da Europa.

Como esclarece Fátima Vieira, a intensidade do pensamento prospetivo, as visões do futuro que a literatura explora, têm como intencionalidade antecipar

<sup>73</sup> REAL, Miguel, *O Último Europeu*. 2284, p. 274.

<sup>74</sup> A edição do volume *Dystopia(n) matters: on the page, on screen, on stage*, em 2013, valida a forte impressão e o alcance que a distopia continua a assegurar, na literatura.

<sup>75</sup> Creio que é pertinente associar, aqui, a reflexão de Fátima Vieira sobre “utopia em tempos de crise” com distopia também em época de crise, parecendo que os objetivos de ambas acabam por se interligar. (VIEIRA, Fátima, “Falar de utopia em tempos de crise”, *Via Panorâmica: Revista Electrónica de Estudos Anglo-Americanos* – Número Especial, 2012, pp. 6-9. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11646.pdf>).



o que poderá vir a acontecer<sup>76</sup>. O mesmo reitera Booker (citando Andrew Ross), em relação às visões do futuro:

utopianism is based on a critique of the “deficiencies of the present”, while dystopian thinking relies on a critique of perceived “deficiencies in the future”. Indeed, dystopian fictions are typically set in places or times far distant from the author’s own, but it is usually clear that the real referents of dystopian fictions are generally quite concrete and near-at-hand.<sup>77</sup>

Convivemos diariamente, de forma direta ou indireta, com espaços de utopia e de distopia: vemo-los ou não os vemos? Mas também vivemos num mundo em que a utopia continua a dar passos importantes: preservamo-lo – e perseveramos nessa direção – ou não?

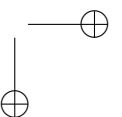
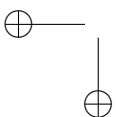
O desafio último do texto literário será este: pode um livro fazer-nos encontrar com quem (nunca) seremos?

#### **ANEXO 1 – HÁ UTOPIAS NA LITERATURA PORTUGUESA**

Os estudos que colocam em evidência distintos géneros narrativos de feição utopista, na literatura portuguesa, bem como os textos integrais e os seus autores, têm conhecido especial fortuna através de duas coleções: a Biblioteca das Utopias (com oito volumes publicados) e a Nova Biblioteca das utopias (com cinco volumes). Contudo, podemos identificar dois desses títulos com edição anterior a ambas as coleções, em 1926 e em 1998. Apresenta-se, aqui, uma possível sistematização das obras em destaque.

<sup>76</sup>VIEIRA, Fátima, “The four modes of thinking framed by utopian discursivity. Or why we need Utopia”, in Maria do Rosário Monteiro, Mário S. Ming Kong, Maria João Pereira Neto (eds.), *Utopia(s): worlds and frontiers of the imaginary – Proceedings of the 2nd International Multidisciplinary Congress*, October 20-22 – Lisbon, Portugal, London, CRC Press, p. 20 (pp. 19-24).

<sup>77</sup>BOOKER, M. Keith, *Dystopian literature, a theory and research guide*, p. 19.



<b>BIBLIOTECA DAS UTOPIAS – Quasi e Edições Afrontamento</b>				
<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>DATA</b>	<b>ESTUDO/ EDIÇÃO/ORG.</b>	<b>DATA EDIÇÃO</b>
VV.AA.	<i>Utopias de cordel e textos afins: uma antologia</i>		Jorge Miguel Bastos da Silva	2004
VV.AA	<i>Estilhaços de sonho; espaços de utopia</i>		Fátima Vieira e Maria Teresa Castilho	2004
<b>Ângelo Jorge</b>	<i>Irmânia: Novela naturista</i>	1912	José Eduardo Reis	2004
<b>Joaquim Maria da Silva</b>	<i>Felizes os que então viverem!: Estados Unidos da Ibéria, uma eucronia federativa de Joaquim Maria da Silva</i>	1854 ( <i>Federação ibérica, ou ideias gerais sobre o que convém ao futuro da península</i> )	Maria da Conceição Meireles Pereira	2006
---	<i>Brasil, terra de esperanças: utopia e realidade na emigração portuguesa</i>		Jorge Fernandes Alves	2007
<b>Sebastião José Ribeiro de Sá</b>	<i>O que há-de ser o mundo no ano três mil. Émile Souvestre acomodado ao gosto português por Sebastião José Ribeiro de Sá</i>	1859	Fátima Vieira	2006
	<i>A utopia do Quinto Império e os pregadores da Restauração</i>		João Francisco Marques	2007

NOVA BIBLIOTECA DAS UTOPIAS – Edições Afrontamento				
AUTOR	TÍTULO	DATA	ESTUDO/ EDIÇÃO/ORG.	DATA EDIÇÃO
Vasco José de Aguiar	<i>Vasco José de Aguiar, utopista português do século XIX (edição antológica)</i>		Jorge Bastos da Silva	2010
Jorge Telles de Menezes	<i>Novelos de Sintra</i>	2010	posfácio Fátima Vieira	2010
Pedro Henequim	<i>Pedro Henequim, proto-mártir da separação (1744): o Brasil e a sua coroa imperial na "Teologia da História" de um visionário.</i>		Pedro Vilas-Boas Tavares	2011
Amílcar de Sousa	<i>Redenção. Novela naturista de Amílcar de Sousa.</i>	1923	José Eduardo Reis	2011
José Manuel Sarmiento de Beires	<i>A cidade do sol</i>	1926	Isabel Morujão e Jorge Bastos da Silva	2011

#### OUTROS

Pedro José Supico de Morais	<i>O mundo no ano 3000</i>	1895		
José Manuel Sarmiento de Beires	<i>A cidade do sol</i>	1926	Livraria Clássica Editora	
Miguel Mark Hytlodeu e José V. de Pina Martins (co-autor)	<i>Utopia III: relato em diálogo sobre o modo de vida, educação, usos, costumes em finais do século XX do povo cujas leis e civilização descreveu fielmente nos inícios do século XVI o insigne Thomas More <sup>(a)</sup></i>	1998 2005	Fátima Vieira	2007

<sup>(a)</sup> duas edições: Lisboa: Verbo – 1998; Braga: APPCDM – 2005: edição de 333 exemplares numerados; com ilustrações de Pedro Girão.

**ANEXO 2 – HÁ DISTOPIAS NA LITERATURA PORTUGUESA – TEXTOS LITERÁRIOS QUE CONVOCAM ESPAÇOS OU IMPULSOS DISTÓPICOS**

AUTOR/ A	TÍTULO	DATA	GÉNERO	EDITORIA	ESTUDOS, síntese, outros
<b>Manuel S. Teixeira</b>	<i>Viagem ao Século XXX. Novela</i>	1945	novela	Editorial Natura	
<b>Augusto Cunha</b>	<i>O homem que salvou o mundo</i>	1946	romance	Lisboa: Parceria A. M. Pereira	
<b>Ruben A</b>	“Verde” <i>Cores</i>	1960 1989	conto	Assírio & Alvim, abril de 1989	
<b>Natália Correia</b>	<i>O homínculo. Tragédia jocosa com quatro ilustrações da autora</i>	1965	tragédia	Contraponto Teatro Estúdio Fontenova. Redil.	Armando Nascimento Rosa (2007) - revista <i>Forma Breve-Teatro Mínimo</i>
	<i>O homínculo</i>	2015			
<b>José Saramago</b>	<i>O ano de 1993</i>	1975	poesia	Caminho	Maria Alzira Seixo (1999) Horácio Costa
<b>Luis Galvão Teles</b>	<i>A Confederação – o povo é que faz a História</i>	1977	longa-metragem		
<b>Amadeu Lopes Sabino e Luis Galvão Teles</b>	<i>A Confederação</i> <sup>1</sup>	1978	teatro	Coleção “Cinema” Centelha	Estudo introdutório de Eduardo Prado Coelho
<b>José Saramago</b>	“Coisas” <i>Objecto quase</i>	1978	conto	Caminho	Maria Alzira Seixo (1999) <sup>2</sup> Maria Paula Pires Santos (2006) – resistência e recomeço na “distopia moderna”
<b>José Saramago</b>	<i>A jangada de pedra</i>	1986	romance	Caminho	Maria Alzira Seixo (1999)
<b>José Saramago</b>	<i>Ensaio sobre a cegueira</i>	1995	romance	Caminho	Maria Alzira Seixo (1999); Miguel Real (2018)
<b>Miguel Vale de Almeida</b>	<i>EuroNovela</i>	1997	romance	Caminho Ficção científica n.º 183	

<b>Alexandre Pinheiro Torres</b>	<i>O meu anjo Catarina</i>	1998	romance	Caminho	
<b>Luís Richheimer de Sequeira</b>	“Terra Lusa” <sup>3</sup> <i>Quatro Andamentos</i>	2000	Conto-novela	Caminho	
<b>José Saramago</b>	<i>A caverna</i>	2000	romance	Caminho	Maria Helena Silva
<b>João Aguiar</b>	<i>Diálogo das compensadas</i>	2001	romance	Edições ASA	[Eurolândia – início do século XXI e desmembramento da UE; cidades-estado]
<b>Luísa Marques da Silva</b>	“Lisboa 2050” <i>Sete histórias por acontecer</i>	2001	conto	Coleção Bibliotheca Phantastica - Hugin	
<b>José Saramago</b>	<i>Ensaio sobre a lucidez</i>	2004	romance	Caminho	
<b>João Aguiar</b>	<i>O jardim das delícias</i>	2005	romance	ASA	
<b>Rui Zink</b>	“Amanhã chegam as águas” <i>Onde a Terra Acaba: Colectânea de Contos Portugueses</i>	2006	conto	coedição CEAUL Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa - 101 Noites - Criação de Produtos Culturais, Lda.	
<b>Sandro William Junqueira</b>	<i>Um piano para cavalos altos</i>	2011	romance	Caminho	
<b>Patricia Reis</b>	<i>Por este mundo acima</i>	2011	romance	D. Quixote	
<b>Luísa Ducla Soares</b>	<i>Três histórias do futuro</i>	2007 2015	conto infanto-juvenil	Civilização	Século XXVIII – cidade de Alcochete
<b>Rui Zink</b>	<i>A instalação do medo</i>	out. 2012	novela <sup>4</sup>	Teodolito	Filme de Ricardo Leite (2017) – Festival Internacional de Curtas-metragens do Porto Teresa Bagão (2014)



<b>Pedro Sena-Lino</b>	<i>Depois - Como suicidar um país</i>	2013	romance	Porto Editora	Teresa Bagão (2014)
<b>José Eduardo Agualusa</b>	<i>A vida no céu</i>	2013	romance	Quetzal	Teresa Bagão (2020)
<b>Nuno Júdice</b>	<i>A implosão</i>	2013	novela	Dom Quixote	Teresa Bagão (2014)
<b>Sandro William Junqueira</b>	<i>No céu não há limões</i>	2014	romance	Caminho	
<b>Raquel Freire</b>	“Ulisseia” [Azul-escuro] <i>Do branco ao negro – coletânea</i>	2014	conto	Sextante Editora	
<b>Gonçalo Waddington</b> <sup>5</sup>	<i>O nosso desporto preferido – Presente</i> <sup>6</sup> <i>O nosso desporto preferido – Futuro distante</i> <sup>7</sup>	2014 [2016] 2016	teatro – tetralogia		2018 “Futuro Próximo”; 2019 “Génese”.
<b>Sandro William Junqueira</b>	<i>Os anjos tosse assim</i>	2014	teatro	Fundação CGD - Culturgest	texto original para <i>Panos – Palcos Novos, Palavras Novas-Culturgest</i> <sup>8</sup>
<b>Gonçalo M. Tavares</b>	<i>O hotel</i>	2014	teatro <sup>9</sup>	Fundação CGD - Culturgest	texto original para <i>Panos – Palcos Novos, Palavras Novas-Culturgest</i>
<b>Miguel Real</b>	<i>O último europeu. 2284.</i>	2015	romance	Dom Quixote	Anna Kalewska (2017)
<b>Rui Zink</b>	<i>O destino turístico</i>	maio 2015 [2008]	novela	Teodolito	
<b>Samuel Pimenta</b>	<i>Os números que venceram os nomes</i>	set. 2015	romance	Marcador	
<b>Afonso Cruz</b>	<i>Vamos comprar um poeta</i>	abril 2016	novela - juvenil	Caminho	
<b>Gaspar Trevo</b>	<i>Segunda vez: uma distopia lisboeta</i>	2017	Série literária juvenil online de 13 episódios ilustrações de Rui Lacas <sup>10</sup> <a href="http://segundavez.pt">http://segundavez.pt</a>		

<b>Paulo Varela Gomes</b>	<i>A guerra de Samuel e outros contos</i>	abril 2017	uma novela (2016) e sete contos (2014, 2015)	Tinta da China	Conto “Até ao fim”- Açores como reduto final de salvação de um apocalipse mundial
<b>Nuno Gomes Garcia</b>	<i>O homem domesticado</i>	maio 2017	romance	Casa das Letras	
<b>João Céu e Silva</b>	<i>A hora da ilusão</i>	julho 2017	romance	Gradiva	
<b>Sandro William Junqueira</b>	<i>Quando as girafas baixam o pescoço</i>	out. 2017	romance	Caminho	
<b>Joana Bértholo</b>	<i>Ecologia</i>	maio 2018	romance	Caminho	
Vários autores	<i>Especulatório</i>	set. 2016	X - “Especulando em Português” – junho 2107 XI - “Mundos Distópicos”		Revista online mensal <a href="http://especulatorio.weebly.com">http://especulatorio.weebly.com</a>

A **Editorial Divergência** (fundada em 2013) concede especial lugar, no seu catálogo, à publicação de ficção especulativa. Entramos cinco contos distópicos no volume *Por mundos divergentes. Uma antologia* (2014), dos quais destacaria aqueles cuja ação decorre em espaços nacionais, “Asas vermelhas” e “Arrábida 8”.

<sup>(1)</sup> Original datado de 1973, escrito entre 1973 e 1976, e incluído no volume *Após Aljubarrota – Narrativas históricas*, Amadeu Lopes Sabino (Centelha, Coimbra [1978]).

<sup>(2)</sup> Maria Alzira Seixo analisa os elementos de distopia em toda a obra de José Saramago, romance e conto (*Jangada, Ensaio, Todos os nomes, Embrago, Refluxo, Coisas*).

<sup>(3)</sup> “talvez o primeiro texto na FC portuguesa a reaproveitar algo do passado colonial do país para o projectar no futuro ou, até, para construir uma ficção científica em torno dele.”

<sup>(4)</sup> Tetralogia: *Metamorfozes e outras formosas morfozes* (fev. 2014); *Oso* (set. 2015).

<sup>(5)</sup> “A escala de Kardashev foi cunhada por ele com três civilizações. Uma civilização do Tipo 1 já não usa combustíveis fósseis, vai buscar a energia diretamente à estrela, a de Tipo 2 é interplanetária e do tipo 3 já é intergaláctica, consegue drenar a energia de uma galáxia.”; “Civilização tipo I O Presente em que se encontram estes últimos humanos é o tempo em que se transita para a civilização tipo I, de acordo com a escala estabelecida pelo astrofísico russo Nikolai Kardashev. “Uma civilização tipo I é uma civilização que deixa de extrair energia dos combustíveis fósseis, uma civilização que consegue prever e alterar, proteger-se, no

fundo, dos os fenómenos meteorológicos, uma civilização que tem uma língua comum apesar de continuarem a existir as línguas de todos os países. Se repararmos, por este tipo de descrição estamos a entrar nesta fase. Se alguém nos viesse visitar à Terra saberia ‘há uma língua comum que eles falam todos’ e depois os ditos regionalismos: o português e o chinês, tendo em conta o tamanho do cosmos”, explica Gonçalo Waddington sobre o que esteve no princípio de *O Nosso Desporto Preferido*, no Teatro Nacional D. Maria II até sábado e a 17 de junho no Rivoli, no Porto. “Agora estamos na fase mais complicada de todas, que é a transição do tipo zero para o tipo I. Nós nem I somos. E há indícios, mas às vezes vemos reuços, como por exemplo esta história de quererem fazer perfurações petrolíferas no Algarve.” (<https://jpn.up.pt/2017/05/19/joga-desporto-preferido-vive-numa-eterna-melancolia/>).

<sup>(6)</sup> “Publicado – *Abysmo*, novembro de 2016 – SINOPSE – *O Nosso Desporto Preferido* é uma tetralogia escrita e encenada por Gonçalo Waddington, em que o autor propõe uma reflexão sobre a nossa evolução como espécie universal. A primeira parte da obra, com o subtítulo Presente, será composta por um elenco de cinco atores, encabeçado por um cientista misantropo que sonha com a criação de uma espécie humana livre das necessidades básicas como a alimentação, digestão e, talvez a característica mais importante para a peça, a reprodução - tornando-se assim uma espécie exclusivamente dedicada ao hedonismo e à abstração, seguindo, de acordo com a sua visão, o caminho da evolução natural da nossa civilização tipo 0 para tipo 1, em que seremos finalmente uma sociedade global, multicultural, multiétnica e científica.” (<http://gwaddington.com/pt/projectos/teatro/o-nosso-desporto-preferido>).

<sup>(7)</sup> “o que serão, daqui a cem mil anos, os Homo Sapiens Sapiens Sapiens Sapiens Sapiens Sapiens de uma Civilização Tipo 3, de acordo com a escala de Kardashev, o astrofísico russo que se propôs medir a evolução tecnológica de uma civilização. Em palco, seis atores dedicam-se apenas a esperar pela morte: consumidos pelo tédio, uma vez que os seus corpos têm uma durabilidade cem vezes maior do que a dos seus antepassados, procuram compreender a razão de tal desvio evolutivo que levou à espécie humana a que agora pertencem. Tentam, em vão, emitir uma mensagem que atravesse o espaço-tempo e alerte os seus criadores para a tragédia que eles irão desencadear com as suas experiências...”.

<sup>(8)</sup> História de um grupo de jovens adolescentes a viver em situação de repressão política. “Os PANOS juntam a nova escrita para teatro ao teatro que é feito nas escolas ou por grupos juvenis. Pela nona vez, mais de trinta grupos de todo o país encenam uma das três peças oferecidas (escritas de propósito para serem representadas por adolescentes): dois originais portugueses e um texto traduzido do Connections, programa do National Theatre de Londres em que os PANOS se inspiram.

*Os Anjos Tossem Assim*, de Sandro William Junqueira, tem lugar num país onde ocorreu um golpe de estado. Um grupo de adolescentes encontra-se diariamente no terraço de um prédio. Há militares nas ruas, zonas barricadas, racionamento alimentar, recolher obrigatório, caça ao homem. Como viver estes dias de cerco? Porque é de sobrevivência que se trata: será o instinto que os salva? Ou é possível, ainda, alguém fazer alguma coisa?” ([www.culturgest.pt/arquivo/2014/05/panos.html](http://www.culturgest.pt/arquivo/2014/05/panos.html)).

Integra três textos de autores contemporâneos: *Os anjos tossem assim*, Sandro William Junqueira; *Eles são mesmo assim*, Lucinda Coxon (tradução de Patrícia Portela); *O hotel*, Gonçalo M. Tavares.

<sup>(9)</sup> “Em *O Hotel*, Gonçalo M. Tavares desenha com precisão geométrica um mundo opres-



sivo com regras e costumes feitos de bocados do nosso mundo e da sua História. Há meninos que fazem de cães, lutas entre cegos, loucura e desemprego, tratamentos médicos que travam e aceleram. E no centro de tudo um hotel que, como o próprio texto, tem várias salas, entradas e buracos.” ([www.culturgest.pt/arquivo/2014/05/panos.html](http://www.culturgest.pt/arquivo/2014/05/panos.html)).

<sup>(10)</sup> “Meio século depois da catástrofe, ainda há uma Lisboa de ruelas e escadinhas que apodrece ao sol, mas a vida reorganiza-se nos bairros novos, entre muros. No Verão, sob a cobertura de vidro chinês, a cidade é um forno. Se aquele rio estivesse à vista, seria impossível trabalhar seis dias por semana. Mas quem se lembraria de procurar uma janela no topo dos edifícios mais altos? À noite, cumprida a atribuição, se alguém quiser dar umas braçadas pode ligar-se ao módulo. No melhor dos mundos, o mar não é tóxico.

Cumprir 17 anos dá acesso a essa realidade; ou, melhor, é a idade em que se recebe a atribuição, o trabalho imposto em função do bem comum: mas uma coisa implica a outra. Ninguém quer continuar a estudar quando, finalmente, há um mundo de experiências ao alcance no Rest.

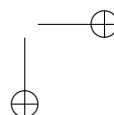
O Rest satisfaz o desejo colectivo de reparar o irreparável. Muitos não sabem, mas o nome ainda vem do latim *restauratio*, o planeta restaurado, novamente habitável por intermédio de um fantasma virtual. Não é a mesma coisa, dizem alguns. Mas é claro que nenhum jovem conheceu o original. Cada vez mais, o modelo constitui um mundo em si, sem ponto de comparação.

No paraíso privado, o mundo recria-se à medida do próprio desejo. Mas agora isso pode mudar: a agência Bóreas, que gere o acesso ao mundo virtual nos países do Bloco sino-europeu, está a trabalhar secretamente num novo protótipo. O Rest.2 abre portas, permite a interacção, dá lugar ao imprevisto.” (<http://segundavez.pt>).

### ANEXO 3 – ENTREVISTA EM BRAGA – JULHO DE 2017 – excertos

*A questão da vigilância confina com a construção ficcional da Nova Europa, ao nível da total gestão da vida humana por um computador, o Grande Cérebro Eletrónico, a que todos os neo-europeus estão ligados, dependendo as suas vidas dessa conexão digital. Na sua ausência, aquando da invasão do Império Asiático, que acede ao computador central e corta as ligações, o neo-europeu não consegue ser autónomo nem reagir em autodefesa. Como justifica estas circunstâncias, a partir do nosso presente?*

Desde o século XIX que o homem vive dependente da máquina. Os produtos informáticos evoluem numa proporção não geométrica, calma e lenta, mas algébrica. Por vezes, num ano é como se somássemos quase 10, 15, 20 anos. A velocidade com que a tecnologia tomou conta da sociedade transforma essa tecnologia numa tecnocracia. Hoje ainda temos o fantasma da máquina, mas o que nos orienta hoje são cérebros eletrónicos, relativamente de pouca dimen-



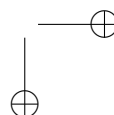
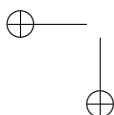


são (os computadores).” Hoje o nosso quotidiano é vigiado eletronicamente, quase na totalidade. “Isto quer dizer o quê? Que, dentro de 150-200 anos, o mundo humano não só está rodeado, como está inclusive no seu corpo. Ou seja, não há um dispositivo material, talvez um *chip* incorporado no corpo. O Grande Cérebro Eletrónico não é um *Big Brother* irreal de Orwell, mas foi baseado na evolução da sociedade, desde a Revolução Industrial até à Revolução Eletrónica, que nós os dois já vivemos. Por detrás de tudo o que estou a dizer está a Inteligência Artificial. (...)

A minha esperança é que este Cérebro Eletrónico esteja fora do domínio e de dominar os homens. Gostaria de dizer que quem criou este Cérebro Eletrónico foram os homens, que não confiavam na bondade humana, que os homens fizessem bem uns aos outros, que dessem prazer, felicidade, harmonia à sociedade. Portanto, a visão de Jean-Jacques Rousseau está totalmente fora deste livro.

*O Miguel Real coloca o elevado nível tecnológico e o maior avanço científico, ao nível da inteligência artificial e do computador, na Europa, não nos Estados Unidos, como atualmente. Isso permite que a Nova Europa se feche, protegida pela Bolha Hiperatómica de Proteção e Segurança.*

Sim, nos Estados Unidos, na Coreia do Sul... O que me interessava era a Europa, o futuro da Europa. É uma Europa dividida, só 100 milhões é que podem ser felizes! É o problema da migração do mundo inteiro para a Europa, que, se fosse feliz e aberta, exatamente como hoje, a maior parte dos africanos, de alguns asiáticos, dos americanos da América Latina, emigravam para a Europa, não para a Velha Europa, mas tentavam atingir a Nova. Então, imaginei a Bolha de Segurança, mas antes havia um cordão de robôs à volta de todos os Conglomerados, zonas isoladas, circulares, numa linha reta que atravessa a Europa, a união de todos os Conglomerados: passa por Portugal, Andaluzia, Castela, Barcelona, Catalunha, Sul de França, vai até à Polónia, possivelmente a Rússia. Mas não haveria uma bolha a tapar essa linha toda, cada Conglomerado seria uma ilha isolada. O que queria dizer é que em qualquer país da Europa se pode ser feliz, é uma metáfora, mas a sociedade, tal como está a caminhar, não pode dar felicidade aos atuais cerca de 500 milhões de habitantes.





*E o Cordão de Segurança é verde! Deve ser bonito para quem está dentro da Nova Europa, para quem o vê desse lado, essa cor da esperança.*

Faz parte da metáfora filosófica, de Epicuro: “Eu só consigo ser feliz no meu jardim”. Então, mandou fazer um muro. Sendo hedonista, não conseguia ter prazer a falar com todos, com o proletariado e os escravos gregos, que invadiam as casas, ocupavam as hortas... Um muro altíssimo, guardado pelos seus escravos. E então conseguiu ser feliz, com a família, os amigos, as suas hortas e jardins. Como não queria atacar nem violentar os outros, como não se importava com o que o seu vizinho estivesse a fazer, não precisaria de fazer o muro, mas sendo os homens maus por natureza, isso foi necessário.

Ao mesmo tempo que escrevi o romance, estava a escrever o ensaio *Nova teoria do mal*, onde mostro que o Mal é constitutivo do homem. Eu tenho que hábito (que os editores e amigos meus dizem que não é bom) – e isto que lhe estou a dizer é absolutamente inédito – de escrever um ensaio e dos restos do ensaio escrevo um romance, ou o contrário, em simultâneo. É difícil separar.

A ideia é “todo o homem é mau”, só que a Nova Europa apaga a maldade. Os neo-europeus, dependentes do Grande Cérebro Electrónico, são felizes e são ignorantes, nesta utopia digital, eletrónica, digamos assim.

Esta ideia também se relaciona com uma frase de Raul Brandão\*, de que a felicidade é a normalidade, é a banalidade, a maior rotina do dia a dia, em que as pessoas se preocupam e se ocupam com problemas banais, o que as deixa adormecer descansadas. Fazer aquilo de que gostamos todos os dias e não ter ambições que mudem a vida normal.

Em conclusão, quis dar àqueles 100 milhões de pessoas aquilo que os habitantes da Velha Europa não têm: a regularidade, a normalidade. Como ia fazer isso? Podia ser através de uma ditadura, obrigar todos a obedecerem a uma instituição ou a um homem? Não, com o Cérebro Electrónico, a quem obedecem, mas participando, protestando, podem pedir para ser outra coisa.

Tenha isto em conta: é muito difícil construir uma utopia ou uma distopia, principalmente do futuro, tem que se pensar em tudo o que não existe neste momento. Preveni as quezílias que hoje existem, na Velha Europa os senhores da guerra, escravocrata, que retrocede à Idade Média. É um retrocesso civilizacional.





Na Velha Europa e na Nova Europa não existe religião. Nesta, a religião é substituída pelo Cérebro Eletrónico, que fala na minha cabeça. Naquela, há um retrocesso, as pessoas abandonam a Igreja Católica, que desaparece.

Não imagina como foi difícil definir quem vinha destruir isto!

*É uma destruição em várias frentes, ar, terra e subterrânea, no centro da terra.*

O mal continua presente! Está em todas as páginas, domina o homem. No fim, são os americanos que destroem a Novíssima Europa. O mal há de sempre vencer. Aliás, fui alcunhado de “super-pessimista”!

*Mesmo quando o leitor pensa que na Ilha do Pico haverá lugar para a esperança renascer e sobreviver...*

Sim, a esperança... Mas lembre-se daquela mulher que se levantou e exigiu um só homem. “Aquele homem é só meu!” \*\*

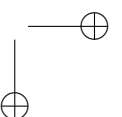
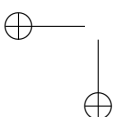
*Como e por que razão chegou a este espaço insular que fora território português?*

Onde é que eu ia pôr estes sessenta, que fogem da Europa? No princípio, pensei nos Alpes, muito isolados, pensei em zonas de castros elevadas, de onde os iberos viam tudo e onde se refugiavam quando vinham as grandesavas civilizacionais, celtas, romanos, etc., esses castros primitivos, anteriores aos lusitanos. Depois, ficou o Pico.

NOTAS:

(\*) “A felicidade na vida é não acontecer nada” (fala de Gebo, em *O Gebo e a Sombra*).

(\*\*) “Escreveu o nome dele, garantiu que o amava e que só queria ter filhos dele. Constituiu a subversão total dos nossos costumes. (...) Nos Açores, libertos da estrita racionalidade, o amor fazia assim a sua solene entrada, lançando a discórdia entre a comunidade. (...) o amor, no entanto, em situações de sobrevivência, só atrapalhava, provocando o dissídio e, quem sabe, a violência.” (*O Último Europeu*. 2284, pp. 157-158).



**ANEXO 4 – ENTREVISTA POR E-MAIL – AGOSTO DE 2018**

ASSUNTO – “QUESTÕES POSTAS POR TERESA BAGÃO”

1. *Que romances distópicos (ou utópicos) o inspiraram ou influenciaram na escrita de “O Último Europeu”?*

RESPOSTA – Os mais conhecidos na história da utopia, *República*, de Platão, *Utopia*, de Thomas More, *A Cidade do Sol*, de Campanella, *Nova Atlântida*, de Francis Bacon, *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, 1984, de George Orwell, *Irmânia*, de Ângelo Jorge (ed. de José Eduardo Reis). Não foram muitos – a partir de um certo momento repetem-se na questão da gênese do Poder e na Organização Social: mundo perfeito, harmonia plena, solidariedade universal, homogeneização de comportamentos, suspensão do movimento da história. Não li os mais recentes, sobre sociedades de natureza tecnológica, para não ser influenciado na escrita de *O Último Europeu*.

2. *Quais são, na sua opinião, os contributos dessas obras para a literatura portuguesa?*

RESPOSTA – Poucos, talvez mesmo nenhuns. O português não pensa filosoficamente e não pratica esteticamente o género utópico, entendido de um modo clássico, porque vive num país cuja existência se encontra imersa numa visão utópica da histórica – desde a suprema utopia da visão hierofântica de D. Afonso Henriques em 1139, nas vésperas da Batalha de São Mamede, até às bênçãos da Nossa Senhora de Fátima aos portugueses em 1917, passando pelo Sebastianismo (adorando e “esperando” um rei morto há 400 anos), pelo Quinto Império de Padre António Vieira e Fernando Pessoa e pelo paracletianismo da III Idade do Mundo de Raul Leal e Agostinho da Silva. Como Eduardo Lourenço refere no seu livro maior, sempre “a mão de Deus” ou de Nossa Senhora nos ampara. Em 2018, 8 milhões de peregrinos rezaram em Fátima, vivendo nesse instante o sentimento de se considerarem habitados pelo desejo utópico de viver em harmonia com Deus, ou seja, em harmonia com a Natureza, o Universo, a Humanidade. Tal como não há romances sobre o ar que respiramos, porque nele e dele somos pertença, assim o português não pensa a utopia porque nela vive.



3. *Na literatura portuguesa, existe uma tradição de literatura distópica? Que autores e obras a representam?*

RESPOSTA – Para quem vive em tão alta quanta inconsciente sublimidade mítica, é difícil pensar a distopia. A utopia não é pensada ou representada porque vivida, e a distopia, tão distante da perfeição harmoniosa daquela, da Verdade e do Supremo Bem que aquela por si encerra, torna-se impensável – pensar o Mal é atraí-lo. Penso que o grande romance distópico português é *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), de Saramago. Numa nova geração, em que a Europa matou o sonho sebastianista e o Quinto Império se identifica com o Porto ou o Benfica vitorioso, a distopia fez o seu aparecimento este século: sublinharia os romances recentes de Sandro William Junqueiro: *O Caderno do Algoz* (preparação para uma distopia, 2009), mas sobretudo *Um Piano Para Cavalos Altos* (2012) e *No Céu não há Limões* (2104); *Ecologia* (2018), de Joana Bértholo, sobre um mundo futuro em que é necessário pagar por cada palavra, a linguagem virou uma mercadoria; e *A Terra de Naumã* (2018), de H. G. Cancela, uma distopia passada há 65 milhões de anos entre os sáurios, uma alegoria prenúncio do que se pode passar com a humanidade do Antropoceno.

4. *Na Europa atual, e concretamente em Portugal, que cenários territoriais e políticos prefiguram a imaginação distópica?*

RESPOSTA – Na Europa, a insensibilidade fria da tecnocracia, tudo vigiando e dominando, que assassina o sentimento e irmana o sonho utópico a uma viagem de férias às Caraíbas. Na Europa, a normalização de todos os comportamentos sociais, que tudo rege e regulariza, identificando a Aventura, matéria do sonho, com comportamentos socialmente exóticos, insólitos; na Europa, ainda, o domínio invisível e insensível das tecnologias da informação e da crescente subida avassaladora do digital, designada por 4D, acompanhadas da predisposição popular para fazer da liberdade uma mercadoria transaccionável por segurança (os Populismos actuais).

Em Portugal, a extrema desigualdade social que a Europa nos trouxe, que conduz à impotência e à resignação na prática e raiva e à revolta na consciência. Antes de nos tornarmos um protectorado europeu, no tempo do Império e dos alvares da Democracia, ficcionávamos uma sociedade perfeita, de que a Europa era exemplo; hoje, desolados, sabemos que a Europa não é já solução



– só nos resta construir distopias. Vão irromper como cogumelos na literatura portuguesa do século XXI.

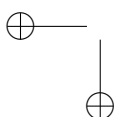
*5. A configuração do espaço pode associar-se à noção de que são cada vez mais os espaços de confinamento/reclusão/segregação no mundo contemporâneo? De que modo?*

RESPOSTA – O “confinamento”, a “reclusão/segregação” estão por todo o lado, criando uma sociedade que, ainda que subtilmente, possui tantos poderes de exclusão quanto a medieval. A privatização das funções e espaços públicos segrega o cidadão comum de as exercer ou utilizar, criando fortes assimetrias na sociedade que geram na mente dos assim excluídos a resignação passiva ou a revolta activa. O espaço hoje, vigiado electronicamente, universalizou-se por via do controle informático. (a)

A antiga utopia exige espaços clássicos, simétricos, ordenados e harmónicos entre si – espaço da vida, espaço da morte; espaço de trabalho, espaço de lazer; espaços simbólicos da mulher, outros do homem... Hoje, esbatem-se as diferenças de género, de classe, levantam-se novas: as etárias, jovens versus idosos; esbate-se a verticalidade do Poder, todos nele participam (orçamentos participativos; crowdfunding...), simultaneamente decide-se contra os mais pobres... Em conclusão, o antigo espaço era geometricamente euclidiano, hoje subordina-se à relatividade do tempo, evidenciando que segundo o momento, assim temos o espaço, que perdeu a sua natureza de absoluto. Relativo, o espaço é apenas mais uma característica da realidade, que pode ser multiplamente perspectivada segundo ângulo físico e a mente do observador. Daquele espaço euclidiano, criavam-se as utopias, deste espaço einsteiniano, as distopias.

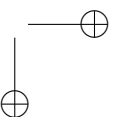
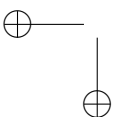
### **Nota Biobibliográfica**

É professora de Português. Licenciada em Ensino de Português/Inglês pela Universidade de Aveiro (1985-1990), mestre em Estudos Portugueses pela Universidade de Aveiro (2003-2006) e mestre em ensino de Português Língua Estrangeira/Língua Segunda pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2012-2014). Iniciou o 3.º Ciclo de Estudos em Estudos Literários, Culturais e Interartísticos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2016, tendo apresentado um projeto





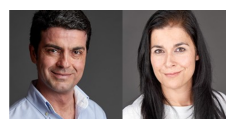
de tese sobre o tema das cartografias dos lugares de distopia no romance português contemporâneo. O seu interesse pela língua e literatura portuguesas, bem como por questões didáticas, tem-se refletido na publicação de artigos em revistas da especialidade. Também se interessa por temas de história local e regional. Tem participado em congressos internacionais, com artigos sobre temas de literatura, de língua e de cultura portuguesas. Em termos profissionais, tem exercido funções de coordenação de projetos escolares (jornal, revista, concurso literário e programas de rádio).







## 2.1.27. É a Identidade o “Lugar Natural” da Cultura? Um Debate a partir de *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* de Miguel Real<sup>1</sup>



**Urbano SIDONCHA & Idalina SIDONCHA**  
Universidade da Beira Interior  
PRAXIS – Centro de Filosofia, Política e Cultura

### 1. Antecedentes

Há uma razão de prudência que prescreve a necessidade de circunscrevermos um tema a partir do qual será exequível e sensato esgrimir o propósito de debater com/ a partir do trabalho de Miguel Real. O título deste escrito fá-lo, aliás, com pretendida sobriedade, ao eleger uma questão – a de uma hipotética identidade da cultura portuguesa – que pode mais facilmente ser mapeada enquanto constitui tema a que Miguel Real vem dispensando uma atenção contínua em muitos dos seus trabalhos há pelo menos duas décadas. Apesar disso, esta discussão, pensada no seu registo angular e tomada na sua expressão mais sistematizada, reivindica uma justa centralidade no seu *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, publicado em 2017 pela Editorial Planeta, razão pela qual dedicaremos a este trabalho o essencial do nosso esforço de análise.

### 2. “Culturas nacionais”, (des)naturalizando a ideia

O próprio título do volume, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, parece, mais do que simplesmente sugerir, sinalizar explicitamente a ideia

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.





de uma “essência” da cultura portuguesa, vertida numa identidade suficientemente burilada a dirimir no horizonte de um processo lógico tomado às disciplinas científico-naturais, o mesmo que reúne com uma coerência sem quebras as determinações essenciais (os “traços identitários”, diríamos) que sentenciam ao degredo da irrelevância todos aqueles outros traços que não cabem nesse repositório comum de qualidades essenciais apodado de “cultura portuguesa”.

Entretanto, gostaríamos de ensaiar uma primeira aproximação que promete oferecer-nos um ponto de partida sólido e seguro para a nossa incursão neste terreno sinuoso da identidade cultural portuguesa, pensando-a a partir de um duplo ponto de vista:

a) Um primeiro está incrustado na nossa experiência comum, familiar, deste problema das identidades culturais e na forma como a perspetivamos no horizonte de uma *atitude natural*, geradora de evidências espontâneas a partir das quais se criaria um “sistema de perceções concordantes” – vícios de linguagem que nos chegam de uma ligação mais demorada com a filosofia fenomenológica – totalmente eficaz na construção de uma relação *prática* com o mundo;

b) O segundo ponto de vista, mais burilado, de pendor ensaístico e já de base científica, é aquele em que a experiência familiar é substituída pela majoração racional e pela motricidade fina do olhar, que já não se passeia em superfície, mas em profundidade.

O primeiro torna tangível a ideia de uma identidade cultural como expressão idiossincrática de um povo, o que é, nos dias que correm, aparentemente insuscetível de ferir a mais reativa das sensibilidades. Com efeito, naturalizá-mos essa ideia e parece atualmente evidente que há um modo de ser português, alemão, espanhol, estado-unidense *et al* que não é diretamente replicável, justamente por ser único, noutras latitudes. Essa mesma ideia concede-nos, de resto, “um certo ar de família”, que se projeta no reconhecimento do outro como *o mesmo*. O segundo ponto de vista, sobreveniente nesse olhar em profundidade, encontramos-lo em autores como Eduardo Lourenço, que reconhece no tema da identidade cultural portuguesa um único problema: o do excesso, o mesmo que nos permite falar, na esteira do próprio Lourenço, não de uma identidade, mas de uma “hiperidentidade”.

Os dois exemplos ou pontos de vista, que são simples formas de perspetivar o mesmo problema, tornando-o imediatamente produtivo, quer dizer,





capaz de mobilizar os recursos do pensamento em busca de alguma forma de síntese, pretendem sinalizar tão-só que há um certo consenso que vem sendo urdido paulatinamente em torno da ideia de que *há* uma cultura portuguesa e de que ela goza da estabilidade e da perenidade que lhes chega pelo lado da “identidade”.

Não tombámos, é bom de ver, na fantasia de considerar que esta é uma conjectura que não admite contraditório. Limitámo-nos a assinalar que este consenso que há pouco se assinalava parte precisamente do lado da sua “naturalização”, justificando-lhe simultaneamente a força e um certo fascínio encantatório. A ser procedente esta leitura, conclui-se rapidamente que os paladinos da falência das leituras identitárias da cultura portuguesa inaugurariam, à revelia ou a expensas deste processo de naturalização, uma certa linhagem *heterodoxa* que postularia um mundo caótico e em ebulição, em que se achariam irremediavelmente esbatidas as categorias clássicas sem que tivessem sido discutidas e sinalizadas em tempo útil as necessárias alternativas.

### 3. Dificuldades e obscuridades da ‘hermenêutica identitarista’

Ora, a hermenêutica identitarista preserva, em nosso entender, algumas indecisões internas e ambiguidades larvares, as quais, por não terem sido dirimidas em tempo útil e de um modo suficientemente seguro, projetaram diante de si a mesma perplexidade que a montante a nutre, originando, portanto, mais incertezas do que segurança nas pretensas respostas que seria chamada a dar.

Renunciando à intenção de traçar um quadro exaustivo, permitimo-nos sublinhar, todavia, algumas dessas ambiguidades.

*i)* Uma delas – e nela se centrará o essencial deste trabalho – seria justamente a de considerar que a identidade é o lugar *natural* da cultura, quer dizer, aquele para o qual ela sempre tende e onde residiria ultimamente a sua autêntica vocação;

*ii)* Uma segunda causa de embaraços viria da possibilidade de diluição da lógica tensional e da produção de sentido nela sobreveniente entre uma cultura *global* ou *universal* e a ideia de “territórios culturais” demarcados por um conjunto de indicadores (políticos, jurídicos, geográficos, psicológicos, comportamentais) que não seriam, em sentido próprio e na sua origem, “culturais”;



iii) Depois, a crença de que esta visão sincrónica, de corte, que segmenta, cerceia e «fixa» os traços duradouros de uma cultura portuguesa será via única para uma discussão coerente e produtiva sobre o problema de uma pretensa identidade própria, que assim se esboroaria irremediavelmente caso fosse pensada no horizonte indeterminado de uma cultura “global”;

iv) Finalmente, a própria *eficácia* da hermenêutica identitarista, num quadro fortemente marcado por fenómenos como a globalização, a profusão de movimentos migratórios, a intensa e omnipresente mediação do digital, a esquizofrénica ubiquidade dos meios ou a importância crescente do debate em torno da diversidade cultural, em que a questão homogeneizante da identidade se subalterniza ante a emergência de uma discussão mais funda sobre as diferenças, os contrastes, a multiplicidade de fluxos disjuntivos, o mesmo é dizer, do registo da heterogeneidade em sentido próprio.

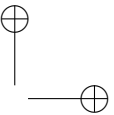
Olhemos mais de perto algumas destas dificuldades. Com efeito, só traçando um quadro global das tensões que pontuam o debate em torno da questão da identidade da cultura portuguesa será atendível a intenção de apurar a singularidade da luz hermenêutica que irradia do olhar que Miguel Real soube dirigir a estas questões.

#### 4. É a identidade o lugar natural da cultura?

Ocupemo-nos da primeira, em que nos perguntávamos se será a identidade o ponto de vista certo, a perspetiva apropriada ou o ângulo adequado para pensar o *lugar* da cultura. A este propósito, o próprio Miguel Real parece não ter dúvidas: numa entrevista concedida a Isabel Castro, em abril de 2011, o ensaísta parece fazer sua a convicção de que os conceitos de “cultura” e “identidade” se solicitam reciprocamente. Na supramencionada entrevista, Miguel Real assevera: “todos os meus ensaios se prendem com a cultura portuguesa no sentido de lhe *demarcar* as características constantes que a *individualizam* faces às restantes culturas europeias”<sup>2</sup>. Quer isto dizer que a cultura portuguesa tem efetivamente uma expressão concreta, tangível, construída *por sobre* e a partir da constância dos seus traços, expressão que pode, precisamente,

<sup>2</sup>REAL, Miguel, in CASTRO, Isabel, Entrevista a Miguel Real, “A lusofonia deveria ser levada mais a sério”, Ponto Final, abril 19, 2011. Disponível em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2011/04/19/%E2%80%9Ca-lusofonia-deveria-ser-levada-mais-a-serio%E2%80%9D/> (acedido em 24-01-2019). Itálicos nossos.





ser destacada, isolada no horizonte de uma lógica disjuntiva, aqui entendida como correlato do processo de cerceamento de identidades. Como dirá ainda em *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*,

“[...] um produto histórico nascido do caldeamento dos costumes e dos cultos dos povos anteriores ao português [...] e da longa história dos portugueses, na qual tem papel de relevo a criação de um Império e, como consequência, a criação de sentimentos íntimos de distância, longjura e solidão”.<sup>3</sup>

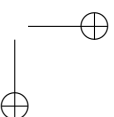
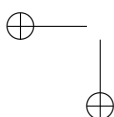
Avaliar a fecundidade desta tese obriga-nos, antes de qualquer outra coisa, a precisar o próprio conceito de “cultura” que nos servirá de referência habilitante. Essa tarefa será, portanto, primeira na ordem genética das razões. Não por acaso, Miguel Real dedica-lhe as primeiras linhas do seu *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*: “seguimos uma definição tradicional de cultura, presente nos dicionários e enciclopédias.”<sup>4</sup> As referências que traz à colação (Taylor, Eduardo Lourenço, mas também Fidelino de Figueiredo) permitem definir claramente o escopo da escolha: a possibilidade de circular, como refere o próprio, num sentido “amplíssimo”, capaz de congregiar todas as vertentes relevantes, fazendo com que a solicitação do conceito irrompa jungida à promessa de reunião, de agregação, de acumulação, diríamos, e nunca, mas nunca, de exclusão ou de perda.

Ora, este mesmo conceito de cultura, que ganhara expressão programática concreta em 1982, quando foi adotado pela UNESCO precisamente dada a largueza ou amplitude do seu sentido<sup>5</sup>, e olhando apenas para o seu valor facial, parece pouco favorável a discursos de natureza essencialista sobre a cultura, e, por maioria de razão, a discursos congêneres sobre a cultura portuguesa.

<sup>3</sup>REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Ed. Planeta, 2017, p. 96.

<sup>4</sup>*Idem, ibidem*, p.19.

<sup>5</sup>“Em seu sentido mais amplo, a cultura pode, hoje, ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. UNESCO. *Declaração do México*, 1982, pp. 1-2, disponível em [www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-Confer%C3%A2ncia-Mundial-sobre-Pol%C3%ADticas-Culturais-Mondiacult-M%C3%A9xico-1982.pdf](http://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-Confer%C3%A2ncia-Mundial-sobre-Pol%C3%ADticas-Culturais-Mondiacult-M%C3%A9xico-1982.pdf) (acedido em 17-05-2018).



Com efeito, nada parece ser mais contrário à ideia de cultura do que falar de *uma* cultura confinada a um espaço físico, geográfico e mental. Quer dizer, uma cultura alemã, francesa ou também ainda portuguesa. Justamente, não vem a semântica diretamente adstrita a este conceito em amparo da ideia de uma cultura que se desenvolve no elemento da mais estrita universalidade e decididamente afastada, portanto, de qualquer guisa de particularismo? E, se for assim, se aí houver lugar para uma referência essencial à facticidade da história na própria ideia de cultura – um debate outro que não poderemos iniciar aqui –, não será apenas para assinalar o lugar de emergência e efetivação dessa mesma ideia de cultura? A ser procedente esta leitura, não será a cultura que é portuguesa: Portugal é que é cultural, enquanto pertence à ideia de cultura que aí irrompe e que a si mesma se compreende nesse horizonte de sentido. Uma ideia similar de cultura parecia estar nas cogitações de Edmund Husserl em 1935 quando, em Viena, aborda o tema da crise da humanidade europeia com o fito de exaltar uma cultura da razão, surgida não como expressão do projeto de um povo europeu, na finitude das suas formas de cultura, mas como fenómeno da ideia infinita de uma cultura racional que pretende tornar-se cultura de uma humanidade universal<sup>6</sup>.

Num texto com a sugestiva epígrafe “O lugar da cultura”, publicado no *Jornal de Letras* em junho de 2015, Guilherme d’Oliveira Martins sublinha com sagacidade que “o lugar da cultura não é o da identidade, mas o da compreensão universalista das raízes e da vida, que, não esquecendo o que nos diferencia, procura um sábio equilíbrio entre a proximidade e uma visão humanista de conjunto.”<sup>7</sup> Significa isto que o lugar da cultura é, paradoxalmente, o *não ter lugar*, não por ser desenraizada, isto é, por defeito ou minguia de lugar, mas justamente por excesso, por transbordamento. No mesmo sentido escreve João Maria André, num trabalho de 2012 com o título *Multiculturalidade: identidades e mestiçagem*: “O que está aqui em causa é o contraponto entre uma conceção fixista e uma conceção acontecimental, entre uma conceção estrutural e uma conceção diacrónica, entre uma conceção monolítica e

<sup>6</sup>Cf. HUSSERL, Edmund, *Europa: Crise e Renovação*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2006.

<sup>7</sup>MARTINS, Guilherme d’Oliveira, “O lugar da cultura”, in *Jornal de Letras*, 01 de junho de 2015, disponível em <http://visao.sapo.pt/jornaldeletras/o-lugar-da-cultura=f820980> (acedido em 03-07-2015).



uma conceção dialogante, das nossas definições culturais”<sup>8</sup>, para logo subcrever a conceção do antropólogo indiano Appadurai. Referindo-se ao seu conhecido livro *Dimensões Culturais da Globalização*<sup>9</sup>, Maria André enfatiza:

“aí, depois de denunciar a ilusão que a substantivação da cultura pode comportar, afirma a sua predileção pelo seu carácter adjectivante (“se cultura, como substantivo”, diz, “parece suscitar a associação com uma qualquer substância de um modo que esconde mais do que revela, cultural, o adjectivo, transporta-nos para um reino de diferenças, contrastes e comparações bem mais útil”).”<sup>10</sup>

Estes exemplos não pretendem ter força probatória, naturalmente, mas intentam sinalizar tão-só o autêntico campo minado que Miguel Real soube enfrentar com prudente equilíbrio quando se propôs individualizar a cultura portuguesa face às demais culturas europeias, definindo-lhe um rosto, uma identidade. Um problema que Miguel Real procurou identificar nas suas várias dimensões. Primeiro mostrando-se atento a esta circulação de sentido entre a *parte* e o *todo* no horizonte do processo de criação de uma identidade cultural, assinalando que dele não deve resultar a definição de um espaço *liso*, contíguo e homogéneo, antes a indispensável preservação dos mais irreduzíveis elementos de heterogeneidade. Nas suas palavras:

“na cultura portuguesa, a história sobreleva a geografia, o todo as partes e a unidade a multiplicidade de impulsos regionais [...]. Se assim é, se a história o prova, criando uma identidade única, e a existência da Língua Portuguesa o demonstra, não se deve, no entanto, minimizar as diferenças constitutivas das «partes» regionais e a heterogeneidade cultural do país, abafando ou anulando a multiplicidade em nome de uma centralidade exclusiva.”<sup>11</sup>

<sup>8</sup> ANDRÉ, João Maria, *Multiculturalidade: identidades e mestiçagem*, Coimbra, Ed. Palimage, 2012, p. 41.

<sup>9</sup> Cf. APPADURAI, Arjun, *Dimensões culturais da globalização – A modernidade sem peias*, Lisboa, Ed. Teorema, 2004.

<sup>10</sup> ANDRÉ, João Maria, *Multiculturalidade: identidades e mestiçagem*, Coimbra, Ed. Palimage, 2012, pp. 42-43.

<sup>11</sup> REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Ed. Planeta, 2017, p. 96.



Depois, identificando algumas das referências maiores da tese segundo a qual a cultura seria uma espécie de manto de arlequim, assim relativizando a importância das identidades culturais, mesmo quando urdidas no fundo do seu caráter nacional. Autores como António Sérgio e, por razões diversas, Onésimo Teotónio Almeida, apontariam, assim, para a ideia de «desterritorialização» das identidades culturais, que estaria aparentemente nos antípodas do propósito que move o próprio Miguel Real, o qual, recordemo-lo uma vez mais, seria o de definir e circunscrever os traços perenes de uma cultura especificamente portuguesa.

Ainda, ao mostrar-se ciente das dificuldades que resultam para os paradigmas identitários da situação de descontinuidade cultural entre passado e futuro, hiato civilizacional em que nos cabe viver, complexificando extraordinariamente uma tarefa já de si espinhosa que o ensaísta identifica em *Metamorfoses da Cultura*, no Prefácio de sua autoria, como “o grande problema filosófico do nosso tempo”, a saber,

“a criação de um sentido que subsuma um conjunto diversificadíssimo de realidades emergentes na passagem do século *xx* para o *xxi*. Criar um *sentido novo* que resuma dois mil anos de civilização cristã sem a exclusão de meio milénio europeu de muçulmanismo, que integre a preponderância moderna e contemporânea do racionalismo, do iluminismo e do positivismo científicos, sentido novo tão grávido de futuro que inclua a previsível era do domínio da eletrónica, da informática, da medicina biogenética, da nova astrofísica e descoberta espacial...”<sup>12</sup>.

Como se percebe, a impossibilidade de estabelecer essa textura semântica, que é, no fundo, o pulsar vital da cultura entendida como processo de “instauração de sentido”, compromete a possibilidade de operacionalizar o conceito, agrilhoando nessa dificuldade a própria faculdade de definir uma cultura especificamente portuguesa, a mesmíssima dificuldade que, de permeio, parece comprometer ainda a definição de uma cultura europeia. Como facilmente se percebe, a posição de Miguel Real sobre a questão de uma putativa identidade cultural portuguesa estará mais próxima da virtuosa ideia de síntese *tensional*,

<sup>12</sup>REAL, Miguel, “A Cultura como Instauração de um Sentido”, in SIDONCHA, Urbano (Apresentação e Org.) & MOURA, Catarina (Org.), *Metamorfoses da Cultura*, Ed. Nova Vega, Lisboa, 2017, p. 14 (pp. 13-16).



aquela que de entrada escapa ao jogo fácil das dicotomias, posicionando-se como correlato distante de uma dialética já muito diversa da matriz que nos fora deixada em herança por Hegel ou Marx<sup>13</sup>.

Com efeito, se perguntássemos, como fez Antero de Quental para a relação entre filosofia e verdade<sup>14</sup>, se se enganam aqueles que procuram em Miguel Real os traços firmes de uma cultura especificamente portuguesa, responderíamos, como fez ainda o mesmo Antero, com um ambíguo “sim” e “não”. *Sim* se o que se procura é um discurso essencialista sobre a cultura portuguesa, que assim seria o rosto de uma cultura irremediavelmente polarizada, desintegrada e fraturada, isto é, uma identidade cultural única e exclusiva, de pendor essencialista e usada como metáfora ontológica para classificar vertical e longitudinalmente a condição de «ser português». Como escreve o próprio Miguel Real em *Traços*

“[...] não existe uma essência universal do homem português, ao modo de uma espécie no interior do género «homem», ou uma entidade metafísica ou espiritual presente em todos os tempos, desde a fundação de Portugal à atualidade, como se se tratasse de uma etiqueta aposta a cada habitante do território europeu designado por Portugal, que, por si, definisse cada ser humano aqui nascido como «Homem Português»”<sup>15</sup>.

<sup>13</sup>Sobre a necessidade desta síntese tensional para pensar o campo semântico diretamente adstrito à discussão sobre cultura noutra trabalho, *vide* SIDONCHA, Urbano, “Que «coisa» é a cultura? Algumas notas sobre a relação entre cultura e património”, in *Cultura, Património e Turismo na Sociedade Digital: Diálogos Interdisciplinares*, (vol. 2), PINEIRO-NAVAL, Valeriano & SERRA, Paulo (Eds.), Covilhã, Ed. LabCom.IFP / Coleção Livros de Comunicação, 2019, pp. 83-105.

<sup>14</sup>A forma interrogativa que Antero empresta a esta sua célebre formulação exprime-se nestas palavras: “Iludem-se então os que procuram a verdade na filosofia? Sim e não. Iludem-se, por certo, se procuram na filosofia a verdade total e definitiva, a fórmula completa, nítida e alterável da lei suprema das cousas, esse segredo transcendental, que, uma vez conhecido, se isso fosse possível, os tornaria deuses, segundo a expressão bíblica, ou, segundo o nosso modo de ver, os tornaria inertes, ininteligentes, moralmente decrépitos, adormecidos beatificamente à sombra da árvore da ciência.” QUENTAL, Antero de, Antero de QUENTAL, “Tendências Gerais da Filosofia na segunda metade do século XIX”, in SERRÃO, Joel (organização, introdução e notas), *Filosofia*, Ponta Delgada/Lisboa, Universidade dos Açores, Ed. Comunicação, 1989, p. 117.

<sup>15</sup>REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Ed. Planeta, 2017, p. 24.





Não se o que se tem em vista é antes a sinalização de algumas das feições que, longe de definirem uma identidade única e exclusiva, permitem a inserção da cultura na sua perspetiva angular e universalizante, “o local sem paredes”, na expressão do célebre aforismo de Miguel Torga<sup>16</sup>, que é paradoxalmente o “lugar” onde se avaliará em sentido pleno a “marca”, o traço, o génio, o espírito e o sentido de uma cultura que, sendo especificamente portuguesa, não se separa do horizonte global que lhe dá sentido e em que ela inteiramente se determina. No dizer de Miguel Real,

“o homem português é o homem europeu, seja na sua origem [...] seja no seu percurso histórico [...]. Nada na cultura portuguesa e no homem português os identifica como entidades exclusivas, excecionais e extraordinárias, subsistindo totalmente à parte da civilização e da cultura europeias, a não ser o que conjuntural e circunstancialmente emerge como produto da dialética da história entre o agir, o fazer e o pensar coletivos, que tanto nos individualiza como a cada um dos múltiplos povos europeus e cultura afins”<sup>17</sup>.

Noutra sugestiva passagem e em amparo dessa ideia, o ensaísta destacará que a originalidade dos nossos traços são “[...] elemento integrador da cultura portuguesa na cultura europeia e contributo específico para a nossa identidade continental”<sup>18</sup>.

## 5. Nota (in)conclusiva

Neste diálogo que quisemos iniciar *com e a pretexto* de Miguel Real, vale destacar o seguinte: a intenção de sinalizar a originalidade dos traços da cultura portuguesa, no sentido de lhe demarcar as características constantes que a individualizam faces às restantes culturas europeias, constitui, como foi dito, uma tarefa de grande exigência, que enfrenta, dada a sua complexidade, dificuldades de toda a sorte. Mas Miguel Real não se limitou a encontrar, neste

<sup>16</sup> Cf. Torga, Miguel, *Traço de união* (2ª ed. revista), Coimbra, Ed. do Autor, 1969.

<sup>17</sup> REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Ed. Planeta, 2017, pp. 24-25.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.





contexto desafiante, o sábio equilíbrio a que aludia Guilherme d’Oliveira Martins e que, neste contexto, parecia irremediavelmente distante: conciliar a originalidade dos nossos traços e, a partir deles, de uma cultura adjetivada, sem complexos, de “portuguesa”, não apenas sem comprometer a nossa participação nos valores de aplicação universal, como, ao arrepio desse risco, vendo nessa singularidade entretanto destacada a própria condição de possibilidade de ser aí lavrado o contributo específico para a nossa identidade europeia.

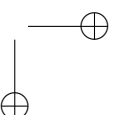
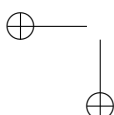
Quer isto dizer ainda, se bem interpretamos o sentido dos textos de Miguel Real, que a aparente concessão aos detratores das culturas nacionais feita pela recusa de uma “essência do homem português” não significou, em momento algum, uma defesa mais frouxa da identidade cultural portuguesa, antes o seu mais alto patrocínio, feito agora num patamar superior, universalista, em que a potência da vivacidade dos traços da cultura portuguesa casa com o enérgico ato da sua projeção num horizonte de vigência verdadeiramente universal, independentemente da substância dos homens e da facticidade das suas ações.

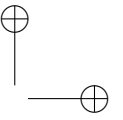
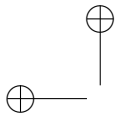
### Nota Biobibliográfica

Urbano SIDONCHA é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutorado em Filosofia Contemporânea pela mesma Universidade. Professor auxiliar da Faculdade de Artes e Letras da UBI, foi o primeiro Diretor do Curso de Ciências da Cultura da UBI, cargo que exerceu entre 2013 e 2015, e Diretor do Curso de Filosofia entre 2009 a 2016. É atualmente Diretor do Mestrado em Estudos de Cultura. Investigador integrado do PRAXIS, é autor de diversos trabalhos científicos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. É autor do livro *Do Empírico ao Transcendental – A Consciência e o Problema Mente/Corpo entre o Materialismo Reducionista e a Fenomenologia de Husserl*, FCG/FCT, 2011 e editor do *Metamorfozes da Cultura*, Nova Vega, 2017.

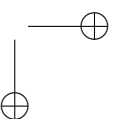
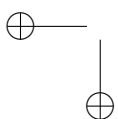
### Nota Biobibliográfica

Idalina SIDONCHA é licenciada e mestre em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutorada em História da Filosofia e da Cultura Portuguesa pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Atu-

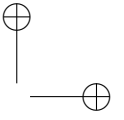
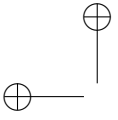




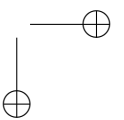
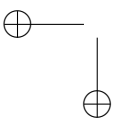
almente, é investigadora do *praxis* e professora auxiliar convidada no Departamento de Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior. Leciona unidades curriculares afetas a várias áreas científicas e em diferentes graus de ensino e tem dedicado a sua investigação aos temas da Estética, Filosofia da Arte, Filosofia do Conhecimento e Epistemologia das Ciências da Cultura. É autora do livro *O Problema do Conhecimento em Francisco Sanches*, editado em julho de 2013 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.







## 2.2. DEPOIMENTOS







### 2.2.1. Sonhadores Angustiados da Pátria<sup>1</sup>



**Amadeu Prado de LACERDA**  
Médico

Manhã lavada de domingo de Agosto em Lisboa.  
O dia nascera quente, adivinhando uma canícula intensa.  
Os olhos perdiam-se no céu de Lisboa de um azul imaculado de rara beleza, mais cintilante que cristal. Cidade incendiada de luz e vazia de alfaiatas.  
Com o passar das horas, o azul foi-se toldando com a força do calor, passando a uma cor desmaiada, levemente opaca e baça.  
Entre um bom mergulho em praias transformadas em pastagens marítimas, onde se chega ao fim de tempo indeterminado, passado em filas intermináveis que se aguentam por obrigação, mas não por devoção, decidi ficar com o intuito de deambular por Lisboa de outros tempos, vividos no presente num misto de memória e saudade.  
Ruas, vielas e becos com as suas janelas e varandas emolduradas com camisolas interiores, percussoras das universais *T-shirt*, e lençóis desfraldados ao vento como bandeiras.

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



Neste deambular vadio sem eira nem beira, acabo numa zona da cidade onde passei parte importante da minha meninice como estudante.

Zona nova de há sessenta anos. Ruas largas e de traçado retilíneo, definindo no seu enquadramento amplos espaços interiores delimitados pelos edifícios, propiciando um remanso convidativo da atividade ao ar livre.

Foi num desses espaços, em regra deserto, onde se efetuavam apaixonados jogos de futebol que a rapaziada o elegeu como seu “estádio”. Pela natureza do seu pavimento, constituído por minúsculas pedrinhas, ficou conhecido pela “pedrinha”.

Para ela corríamos desenfreadamente mal tocasse a campainha que anunciava o fim das aulas, enchendo-a a breve trecho de vida e agitação em contrapartida com o silêncio de hoje, vazio de crianças, que pouco brincam nos espaços livres e arejados, entretidos que estão nos sedentários jogos de computador.

O bulício de outros tempos foi substituído por um silêncio de conversas sussurradas e pela leitura dos idosos – quem sabe se crianças das futeboladas, desse tempo distante –, sentados em volta de um quiosque vermelho.

Recordo e revejo-me, menino pequeno e gordo, carregado de livros, a “bufar” em correria desordenada, pingando suor, para conseguir chegar a tempo.

Filhos de um país pobre, fechado, com a liberdade encarcerada, o conhecimento aprisionado, os meios de comunicação monocórdicos, falando a uma só voz, em conformidade com os ditames da política e da moral, a jogatana era um momento de liberdade e companheirismo.

Pese o entusiasmo pelo futebol, a minha inépcia desportiva contrastava com a habilidade da maioria, alguns deles verdadeiros craques juvenis.

Tolerantes, foram-me experimentando nas diversas posições.

Como avançado, para além da escassa habilidade, era pesado e lento, sem gana, pelo que as defesas contrários, “comiam-me” a brincar. No meio campo, faltava-me a visão e inteligência de jogo, capaz de prever a manobra do adversário e antecipar os movimentos que obstruíssem a sua jogada. À defesa, passava-se o contrário da posição de avançado. Aqui, eram os adversários que levavam a melhor. Restava experimentarem-me na posição mais difícil de todas, o último obstáculo a transpor: o de guarda redes.

Um desastre!

O que se pode chamar um verdadeiro nabo!



Mal-grado todos os constrangimentos da época, limitativo do desenvolvimento, face aos tempos de hoje, havia sempre quem, que por qualidades naturais ou por circunstâncias da vida, que não se compadeciam com inocências, não pediam meças aos da idade digital.

Alberto era um deles. Pouco dado aos estudos, não que não tivesse capacidade, mas entretendo-se noutras artes, era um chefe natural. Voluntarioso a jogar, autoritário a capitanear a equipa e a impor regras, fazia-se respeitar por todos.

Rápido no raciocínio e firme na ação, decidiu.

– Eh, rapaziada!

O Amadeu, para além de nosso colega e amigo, é um entusiasta da bola e podemos aproveitá-lo noutra função, o que nos seria muito útil.

– Estamos fartos de ser surpreendidos pela polícia, e quando, por sorte, nos livramos de uma cacetada, o que já é bem bom, ficamos sem a bola comunitária, que tanto nos custa!

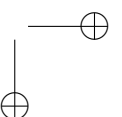
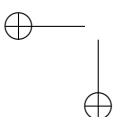
Para tentar resolver este problema, vamos aproveitá-lo como nosso vigilante.

Discretamente postado debaixo do arco que dá acesso à praceta do “estádio”, em posição privilegiada, olhos feitos radar, varrendo a confluência das três ruas de onde poderiam surgir os “creme nívea” (nome por que, à época, eram conhecidos os carros da polícia, pintados de azul, idêntico às embalagens do referido creme), garantia a segurança da rapaziada.

Para além da função de olheiro encarregue da segurança dos atletas, entregues ao calor do jogo, tinha que garantir que o corredor do prédio que faz a ligação entre a praceta e a rua, estava aberto e livre, de forma a assegurar, se necessário, a fuga de um bando de galfarros autêntica cavalaria rusticana. Ruborizados e a pingar suor, faziam o impossível para aflorar a rua com o ar dos mais inocentes estudantes deste mundo, o que diga-se de boa verdade, não enganava ninguém – compreensivos e indiferentes – com o inocente arrobo juvenil.

Todo este arrazoado pode parecer mentira, confabulação ou ficção literária, mas não é!

Passou-se num Portugal, já defunto, da segunda metade do século XX, com uma geração a quem tudo foi perdido e exigido, até a guerra, e que deu um Presidente da República, um Secretário-geral das Nações Unidas, ministros, economistas ilustres, embaixadores, professores universitários, homens





de ciência e uma plêiade de gente anónima que ajudou a construir e a reconstruir um país novo.

Quando relato aos jovens de hoje estas peripécias que parecem pertença de um tempo histórico longínquo, olham-me com um sorriso condescendente, e adivinho que na sua mente perpassa qualquer coisa como: “O velho está tró-la-ró!...”.

Mas não está!

Passou-se num Portugal imperial moribundo. Ponto final, parágrafo!

Ressurgido numa flor primaveril de uma manhã de Abril!

Qual Hidra de sete cabeças, Fénix das cinzas renascida, como Noah, petiz de dois anos, fruto generoso viçoso e destemido da terra, perdido durante trinta e seis horas, resistente à bruma fria da noite, à fome e à sede, mas renascido para a vida!

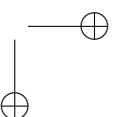
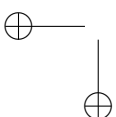
Vós, generosos sonhadores angustiados da Pátria, de Camões a Vieira, a Antero, a Pessoa, a Agostinho da Silva e a Miguel Real, alguns imolados em desespero do seu sonho pátrio.

Não temais!

Renascemos em cada tempo da história, inconcebíveis, mas possíveis com um sonho sempre por cumprir!

### **Nota Biobibliográfica**

Amadeu Francisco de Magalhães Ferraz Prado de Lacerda nasceu a 5 de julho de 1949 em Nampula, Moçambique. Licenciou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Foi Diretor do Serviço de Medicina Interna do Centro Hospitalar de Setúbal, tendo exercido ainda a atividade de Clínica na área de Hemodiálise. Atualmente, encontra-se aposentado da função pública. Outras áreas de interesse: Literatura e História.





## 2.2.2. Minha Homenagem a Miguel Real<sup>1</sup>



**Angelino PEREIRA**  
Professor Universitário,  
escritor, colunista

Num universo literário onde existe o bom, o mau, o medíocre, ou o nada, encontramos escritores que vão além dos tempos e da sua imortalidade que fazem a riqueza da literatura nessa grande arte de escrever. Em tempos dos nossos clássicos a obra afirma-se por si mesma e marca o nome do seu autor no futuro. Hoje o nome do autor pode fazer a obra num mundo de «mediatismo» sistemático sustentado pela comunicação de imagem que mostra insistentemente o que o consumidor deve comprar, perdendo-se tanta vez a qualidade do escrito pela troca de menor valor cultural que sustenta a máquina que faz moda, e tanta vez, o faz de conta, mas que gera muita audiência, ou/e muito dinheiro. Todavia a literatura constrói e faz parte da cultura de um Povo, de uma Nação e do Mundo, e o livro, sendo um direito de Todos, não serve apenas um negócio, pervertendo ou defraudando a nossa língua.

Não conheço toda a obra de Miguel Real, mas reconheço a sua capacidade multifacetada de escrever numa vasta panóplia de temas em várias áreas do saber onde o leitor pode procurar o que mais o apaixona. Ler é uma constante aprendizagem cultural, e que ninguém diga. «Eu não gosto de ler», ou, «Não tenho tempo para ler», porque o tempo será sempre o tempo de cada um e

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



na leitura podemos aprender a fazer gestão desse tempo que pode fazer os homens (digo também mulheres) mais dignos e mais cultos. Quanto menos tempo dedicarmos ao livro, mais facilmente seremos dependentes de tudo, perdendo-se a oportunidade de criarmos sentido crítico e construtivo para uma sociedade mais justa e solidária.

Quando um escritor chega a esta idade e mostra tão elevado trabalho, merece o respeito e o reconhecimento da vasta obra realizada e grande mérito de excelente criador.

Minha homenagem sincera ao Homem, ao Escritor, ao Criador e que a sua vida seja longa, fértil e sempre grávida de felicidade e esperança; e que o amor dado à obra realizada germine nos seus leitores mais saber e mais prosperidade.

Um grande abraço  
Angelino  
10maio2021  
[www.angelinopereira.pt](http://www.angelinopereira.pt)

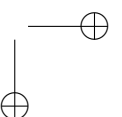
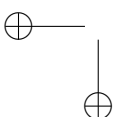
### **Nota Biobibliográfica**

Professor no ensino superior, com vários estudos publicados em revistas da especialidade, mas a sua grande paixão pelas Letras e sentido humanista, preenche-lhe muito do tempo, a leitura e a escrita pela causa social. Grande parte da sua obra tem sido doada em benefício de projetos comunitários. Colaborador em vários jornais, tem também participado em palestras e tertúlias prosaicas e poéticas. Muitas são também as suas participações em coletâneas e antologias entre as quais: *Asas Vivas*; *Mãos Dadas*, volumes I, II, e III; *Antologia Poética de Autores Vimaranenses*; *Poesis I, II, XI e XII*; *(De) Corrente*, *Poesia a Onze*; *Os 30 autores do CD “Assim Se Diz”*; coautor da *Coletânea Poesia a doze “Resist (ir) Assim”*, da coletânea de contos “conta-me estórias”; *Tempera (Mental)*, *Poesia a dezasseis e VERBUM*, conto & poesia. Participou também nas 10 *Antologias poéticas “Poetas de Sempre”*, publicações entre 2000 e 2009. É autor de 15 livros “*No Conto do Meu Poema*”, editado em 1995; “*Mensagem no Tempo*”, editado em 1997; “*Nostalgia entre Angola e o “Puto”*”, editado de 2000, “*O Problema da Gente São as Pessoas*”, publicado em 2004; “*Renascer*”, 2006; “*O Preço da Vitória*”, um romance com sucesso, em 2.ª edição; “*Encontros*





de Vidas”, um romance na Capital Europeia da Cultura, 2012; seguiram-se 4 livros com apresentação na Bienal. Feira internacional do livro, em São Paulo. Na edição de 2014: “O Enviado”, em 3.a edição, publicado no Brasil, em 2013; e «Caminhando com ela», editado em São Paulo, Brasil, em 2014; «Na guerra se fez amor, editado em 2015, Brasil e «Amor de mim», editado em 2016, também em São Paulo. De volta a Portugal, publica em 2018, «Amar até morrer», em 2019 «Emprenhar d’amor» e reedita também nesse ano «Caminhando com ela», em 2.ª Edição; «AMORES (Des) PROIBIDOS» em 2020; e em 2022 apresenta a sua mais recente obra “O que nos faz caminhar”; É membro N.º 905 da Associação Portuguesa de Escritores e Beneficiário N.º 16251 da Sociedade Portuguesa de Escritores. E tem merecido alguns prémios e distinções desde Março de 1985 quando recebeu uma Menção Honrosa da Câmara Municipal de Guimarães por um trabalho de pesquisa histórica sobre a nacionalidade portuguesa, com título “24 de Junho Dia 1 de Portugal”. Voltou a ser galardoado em 22 de Junho de 1985 pela escola Secundária Francisco de Holanda em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães com o 1.º prémio em Poesia. Pertencem-lhe 4 primeiros prémios, 3 segundos, 3 terceiros, 2 quartos e 1 quinto, nas Competições Culturais do Clube de Pessoal da EDP, entre várias menções honrosas; 1.º prémio em poesia do Instituto Superior do 1.º Prémio, em quadras populares no 1.º Encontro Nacional de Poetas, em Guimarães, em 2001, entre várias Menções Honrosas em anos seguintes, na modalidade de quadras populares, alusivas ao Gerês, entre outros... Mas a sua atual paixão é o Romance, para onde pretende transportar as emoções dos seus leitores ([www.angelinopereira.pt](http://www.angelinopereira.pt)).





### 2.2.3. Miguel Real<sup>1</sup>



**António Cândido FRANCO**  
Universidade de Évora

Admiro em Miguel Real a sua extraordinária capacidade de trabalho, que o leva a desdobrar-se em múltiplas actividades escritas e intervenções públicas, os seus dotes de ficcionista e de dramaturgo, o seu alcance crítico, a sua individualidade de ensaísta e de pensador. Em nada disto ele faz vista curta. Pode voluntariamente apagar-se como é seu timbre, pode até mostrar-se duma modéstia que desarma o mais prevenido dos críticos, pode não querer de modo nenhum sobressair, mas nunca a sua palavra escrita ou dita deixa de ter um rasgo de originalidade só seu. É um escritor autêntico, que nada tem de literato venal. Construiu desde 1980, ano em que publicou o seu primeiro livro, *O outro e o mesmo*, título tão regiano, uma obra com a mesma verdade das árvores, das pedras e das ondas do mar. Sem ela, ele não seria ele.

Associo-me sem qualquer hesitação e com o maior gosto a esta homenagem ao escritor proficiente e ao homem bom que tanto tem feito na promoção, na divulgação e na generosa leitura dos seus contemporâneos.

A. Cândido Franco  
16-8-2020

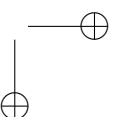
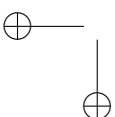
---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



### **Nota Biobibliográfica**

(Lisboa, 1956). Dedicou-se ao estudo dos autores que deram corpo ao movimento da Renascença Portuguesa (1912-1932). Na sequência fez um doutoramento em literatura portuguesa sobre Teixeira de Pascoaes na Universidade de Évora (1997) e escreveu uma biografia de Agostinho da Silva (2015). Nesse percurso encontrou Mário Cesariny e o surrealismo em Portugal. No rescaldo, escreveu e publicou uma biografia de Mário Cesariny (2019). Escreveu ainda alguns romances históricos sobre as figuras trágicas da cultura portuguesa (Isabel de Aragão, Inês de Castro, Leonor Telles, D. Sebastião e Carlos de Bragança). Colabora desde 1979 na revista *A Ideia*, que passou a coordenar em 2012. Responsabilizou-se ainda pela edição de Fialho de Almeida, Teixeira de Pascoaes, Mário Beirão, Jaime Cortesão, João Lúcio, Américo Durão, Domingos Monteiro, Cruzeiro Seixas, Mário Cesariny e Luiz Pacheco.





## 2.2.4. Vitalidade e Rigor – Alguns Aspectos sobre a Obra de Miguel Real<sup>1</sup>



António José BORGES  
CLEPUL

### *Quando é difícil é engraçado* **Marie Curie**

Na impossibilidade de, fisicamente, marcar presença aqui hoje convosco, venho por este meio prestar um depoimento, difícil, é certo, mas por isso mesmo engraçado, querendo vincar dois traços distintivos da obra de Miguel Real, autor que tanto e profundamente admiro e amigo que francamente muito estimo, e sobre os quais já me debrucei e continuo a debruçar.

Todos nós reconhecemos a relevância do romance histórico na produção do autor de *A voz da Terra*, *As memórias secretas da rainha Dona Amélia*, *A guerra dos mascates*, *O feitiço da Índia ou Cadáveres às costas*, entre outros, mas pretendo reafirmar, por outro lado, a sua relativamente recente vitalidade na ficção especulativa, científica, distópica ou de antecipação, como queiramos olhar para ela, em concreto no romance *O último Europeu* (já traduzido

---

<sup>1</sup>Depoimento enviado por ocasião do Colóquio *O Romance Histórico no Século XXI*, realizado na cidade da Guarda, BMEL. Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 511-515.



em italiano), obra sobre a qual já tive a oportunidade e o privilégio de falar e de escrever; e o rigor ensaístico do autor de *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* e *Introdução à Cultura Portuguesa*, este último um voo detido pelos pilares da cultura nacional desde as pré-origens da nossa nacionalidade, e mais concentradamente a partir do século XII até ao século XIX, onde deixa bem claro o seu carácter de ensaísta historicista e não ideológico, o que não é inconciliável com a sua habitual atitude de intervenção no mundo da cultura, preferindo “errar tomando posição e apresentando as razões desta do que não errar nem acertar por excesso de prudência e omissão de intervenção”<sup>2</sup>.

Sim, Miguel Real, obrigado, continua a usar a semente mesmo quando não conseguires encontrar a árvore. E reafirmas esta mesma postura numa perspetiva histórico-literária naquela já enaltecida obra sobre a nossa cultura nacional, especificamente na secção dedicada ao século XVII, o da “hegemonia do messianismo providencialista e do espiritualismo religioso” (excerto do título da secção), quando não te furtas a deixar a tua opinião fundamentada sobre a autoria da *Arte de Furtar*, convictamente confirmando que “Pela nossa parte, estamos absolutamente convencidos de que não é [padre António Vieira]” (p. 194).

Miguel Real compromete-se, assim, no sentido de não se limitar a ser um espectador do teatro do mundo, não se resignando a que o mundo continue como se ele não tivesse vivido e intervindo.

Estes dois traços, o da vitalidade da sua ficção e o do rigor do seu ensaísmo, que me parecem valiosos na sua obra, conciliam-se na medida em que vincam o Miguel Real trabalhador consciente do seu papel ao serviço da literatura, sendo que é, renovamos, através dela que intervém. Sei que prefere escrever a falar. É, por isso, um, escritor nato. Mas também sei que para ele a inspiração encontra-o sempre a trabalhar, como dizia de si próprio Bach, o compositor. E também sei que a escrita é para o nosso autor um ato difícilimo e uma responsabilidade das maiores, uma forma estética, social, de intervenção cívica; uma forma de ser e de estar; um serviço, uma arte, sendo que a arte é a construção de um edifício, como o foi para Eça de Queirós; e também sei que é um pensador, um escritor, um homem, na linha de Padre António Vieira, que se preocupa em edificar um conjunto de ideias solidamente argumentadas

<sup>2</sup>REAL, Miguel, *Introdução à Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta, 2010, p. 188.



em pensamentos e reflexões construídas de um modo bem ponderado e com um suporte de investigação absolutamente incansável.

Sinto algum embaraço em separar o escritor do homem. É um debate infundável sobre a importância de o fazer, contudo, quando a proximidade é tão fecunda e o encanto se prolonga de um para o outro é difícil não receber de braços abertos e com a razão na beleza de podermos ser contemporâneos de um homem tão disponível para a amizade e de um autor tão dedicado e determinado no serviço à literatura e à cultura, em busca de um contínuo rigor, sempre consciente de que somos seres efêmeros numa construção perene da cultura humana.

Dedicação, determinação e rigor são princípios que regem a obra de Miguel Real. E **Livro** é a primeira palavra para festejar Miguel Real, ora, a título de exemplo, através da personagem do Reitor em *O último Europeu*, ora recuperando, no seu ensaísmo, a voz de autores pouco reconhecidos e importantes na cultura portuguesa. Os seus percursos como ensaísta são sempre da nascente à foz, não deixando de lado os afluentes da nossa cultura. Vitalidade e rigor são, então, pormenores que reassumem o roteiro da sua obra de sempre e de agora.

Não pretendi fazer uma análise que estarão e irão fazer da tua obra aqui hoje e tão bem, certamente. Quis deixar isso por dizer a quem está presente. Meu bom Miguel Real, é na partilha que nos tornamos imortais e onde quer que esteja estou aqui hoje, felicitando-te incansavelmente pelos 40 anos de vida literária e franco e grato pelo que sou, que é também graças a ti e à tua entrega à cultura, à literatura e à amizade, todas em harmonia, vitalidade e rigor, cumprimentando-te com um bem-haja, o cumprimento dos homens realmente livres.

Miguel Real, sei que valorizas a importância da poesia e que tens uma história mais próxima com ela no passado. . . (conquanto recentemente tenhas também comentado a *Mensagem* que Pessoa nos legou); que prezas imenso a criatividade, o que se nota também na vitalidade da tua ficção; que reconheces na cultura uma relevância nas nossas vidas; e te dedicas a uma obra que harmoniza o rigor com a celebração da beleza das ideias e das ações desinteressadas.

De igual modo, sinto que não te levas, a ti próprio, demasiado a sério, reconhecendo a condição humana e a dos autores, mas importa para ti, isso sim, o que fazes, onde depositas toda a vitalidade e rigor. Por tudo isto e o que





significas para a nossa cultura e para mim, escrevi no passado fim-de-semana este pequeno poema que o levo até ti, ainda cândido e sem a intervenção que pode sofrer, o qual te dedico e com que termino este humilde périplo pelas veredas da tua obra:

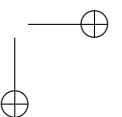
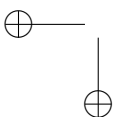
### **Viagem**

Tudo é um.  
E apenas o um existe.  
A vida é uma ponte.  
Não construas casas nela.  
É um rio,  
Mas não te agarres às margens.  
Estamos numa viagem.

António José Borges  
Lisboa, 27 de novembro de 2019

### **Nota Biobibliográfica**

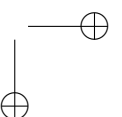
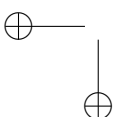
António José Borges, licenciado em Ensino de Português e Alemão, Mestre em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas e Doutorando em Estudos Portugueses, tem lecionado no ensino público e privado, é investigador no CLEPUL da Universidade de Lisboa, onde coordenou ciclos de conferências e dirige o “Dossier Escritor” da revista *Letras Com Vida*. Lecionou Literatura Portuguesa Contemporânea e Teoria da Literatura na Universidade Nacional Timor Lorosa’e. Integra o Conselho de Direção da Revista “Nova Águia”. Foi cronista permanente na revista *Tribuna Douro* e contista no jornal timorense *Semanário* e tem colaborado em revistas nacionais e estrangeiras, entre as quais: *Navegações* (Brasil); *Espacio/Espaço Escrito – Revista de literatura en dos lenguas* (Galiza); *O Escritor* (APE); *Mealibra* (Círculo Cultural do Alto Minho); *Humanitas* (Universidade de Coimbra); *Douro – Estudos e Documentos* (Faculdade de Letras da Universidade do Porto); *Terra Feita Voz* (Círculo Cultural Miguel Torga); *Geia* (Revista da Tertúlia de João de Araújo Correia); *DiVersos*; *Letras Com Vida* (CLEPUL), *Revista de Letras* (UTAD), *Foro das Letras*, *Submarino* (Univ. de Turim, Itália) e *Ecos do Oriente*, entre outras publicações de poesia e conto





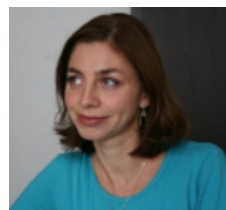


em antologias portuguesas, de crónica em Goa e ensaio em Itália e no Brasil. Além do Português, está publicado em Tétum, Inglês e Italiano. Atualmente, é contista e ensaísta permanente no jornal *As Artes entre as Letras* e crítico literário residente na revista de poesia e ensaio *Cintilações* e na revista digital *Oresteia*. Foi Membro do Júri do *Prémio de Literatura* (modalidade de ficção) *Cidade de Almada* (2010) e do *Prémio de Poesia do Festival de Literatura e Filosofia de Fátima: Tábula Rasa* (2015, 2017 e 2019). É autor dos livros: *Timor – As Rugas da beleza* (crónicas, 2006); *de olhos lavados / ho matan moos* (poesia – edição bilingue, com tradução para Tétum de Abé Barreto Soares, e ilustrações de Piera Zurchter, 2009); *José Saramago – da Cegueira à Lucidez* (ensaio, com prefácio de Miguel Real, 2010), *Fármaco* (poesia, 2012), *Agulhas de Água* (poesia, 2016), *Peito à janela sem coração ao largo* (crónicas, 2019) e *Diacrónicas* (crónicas, 2020). Tem no prelo *E se tudo o que converge deve subir* (contos, 2022).





### 2.2.5. Miguel Real<sup>1</sup>



**Barbara Jursic LIUBLIANA**  
Universidade de Ljubljana – Eslovénia

Após longos sete anos de convívio, tenho a oportunidade de escrever este depoimento sobre o professor, o ensaísta, o escritor e, sobretudo, sobre o grande Homem que é Miguel Real. Foi no dia 5-10-2012, aquando dos *Dias da lusofonia* que tiveram lugar na Eslovénia, que conheci Miguel Real (acompanhado da sua esposa Filomena Oliveira), que fora convidado para proferir uma conferência sobre José Saramago.

A minha paixão pela obra de Saramago já era muito viva naquela época e a conferência proferida por Miguel Real ainda veio avivá-la mais. Naquela altura em que a literatura portuguesa ainda não era muito conhecida na Eslovénia, (agora podemos notar uma ligeira aproximação das nossas duas culturas) ele soube encantar o público com a essência não só do humanismo saramaguiano, mas também das características típicas da literatura portuguesa, e lusófona em geral, impregnada da alma portuguesa, tão melancólica, às vezes, hesitante e incerta como a nossa, a eslovena. Mais tarde, depois de ler alguns dos livros da sua autoria, apercebi-me de que o retrato de Portugal que vem traçando, oscila entre o olhar lúcido e também satírico. É visível o seu profundo amor pelo homem português e por tudo o que representa. Passaram mais alguns anos e eis que num jantar organizado pelo CLEPUL, para o qual fui

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

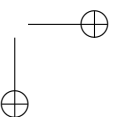
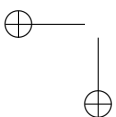


convidada pela minha querida e inigualável Professora Annabela Rita, Miguel Real apareceu-me outra vez, como a d. Consolação do seu romance *Cadáveres às costas*, que foi visitada pela aparição da irmã Lúcia, mas, nesse caso, a miraculada e a admirada era eu, porque me apareceu uma aparição real, Real sem dúvida alguma! Um conversador versátil apaixonante que sabe muito sobre mil coisas dos quatro cantos do globo. Cheio de humor, mas também de crítica, deixa transparecer na conversa e na sua escrita uma curiosidade viva pelo homem, uma esperança da liberdade como supremo direito humano. A esperança de um mundo e de um país (Portugal) com futuro. A esperança de um futuro coletivo, enquanto comunidade de pessoas que se sentem como tal, que se sentem verdadeiramente humanistas e é assim que o sentimos a ele, Miguel Real, como um ser profundamente humanista. Ele é um observador atento e incrivelmente perspicaz desta nossa condição humana. Pintor de um retrato cru e triste de Portugal, do mundo, pintado magnificamente, mas, ao mesmo tempo, um espelho que nos espanta por ser tão... Real.

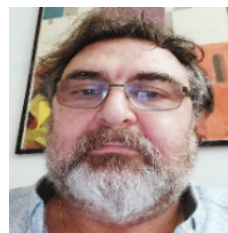
Ainda bem que “O passado demora uma eternidade a morrer.” E que é, às vezes, é possível torná-lo presente.

### **Nota Biobibliográfica**

Nasceu a 20 de Junho de 1971, Liubliana, Eslovénia. É mestre em Literatura portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tradutora literária (traduziu Saramago, Lobo Antunes, Pessoa, Sá-Carneiro, Couto, M. Tavares, Sophia, Nuno Júdice, e outros), escreve artigos para revistas e jornais eslovenos e portugueses sobre autores lusófonos e eslovenos, cultura eslovena e portuguesa, temas actuais, faz programas para a Rádio e TV nacional, escreve textos críticos e prefácios para obras literárias, é intérprete (esloveno, português, francês e espanhol) e vice-presidente e responsável pelas relações internacionais da Associação eslovena de tradutores literários, membro do Comité organizativo para Liubliana, capital do livro mundial (2010-11), em 2005 foi condecorada com o Prémio Nacional de Melhor Tradutor Jovem.



## 2.2.6. Homenagem a Miguel Real<sup>1</sup>



**Belarmino A. SALVADO-BARATA**  
Químico BioInorgânico e Espectroscopista

“...estes excêntricos são ajustáveis”,  
manual de mecânica,  
citado por Boris Vian.

### **Fragmento de Miguel Real e o Jovem Leitor**

*«Dito de um modo muito claro: o lugar de António Telmo na cultura portuguesa releva-se por ter sido o grande pensador da segunda metade do século XX, na esteira de Sampaio Bruno e Fernando Pessoa, a teorizar o esoterismo, atribuindo-lhe um estatuto de testemunho e prova tão positivo quanto a prova factual mais concreta, furtando estes estudos à parafernália de seitas e grupúsculos marginais ao saber instituído.»*

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 519-522.

### Miguel Real

Para quem tinha sede de saberes ou de saber, então subjugado à exclusividade da razão ou na ordem racional das coisas, a leitura acidental deste fragmento e a validação de Miguel Real sobre este autor (AT), pareceu excêntrica. E nesta excêntrica, sancionava-se, não apenas a invocação da inovadora palavra esoterismo, mas também, no tempo em que foi produzida, a ousadia da “História Secreta de Portugal”, a sua abordagem e publicação, em si já excêntricas às canónicas teorias “técnico/científicas” da análise literária ou da História.

Retrospectivamente, mais do que a própria referência ao alinhamento dos autores aí invocados, Telmo, Bruno, Pessoa, foi esta palavra-revelada de MR, aquela que andava “furtada” ao nosso entendimento, agora útil, mas para o tal outro caminho sobre a origem, o desenvolvimento e o desenlace, para a própria racionalidade, de uma análise literária ou de uma interpretação histórica, que surpreendeu, então, o mais inexperiente e jovem leitor.

Mas não só; hoje, quem está atento e lentamente habituado a estas coisas, sabe apreciar como poderá ser generoso o método de expandir a formulação de um problema particular, tentando resolver, agora neste “turf”, o sentido, a factualidade e as implicações “do conjuntural mundo real e dos dados objetivos”. A ideia da “continuação analítica” num plano mais complexo, encerra os tesouros e as ideias mais enamoradas com o destino que se quer sempre adivinhar. “Teorizar o esoterismo”, como prolongamento analítico da nossa leitura.

Afirmar “*lhe um estatuto de testemunho e prova tão positivo quanto a prova factual*” foi a proposta de uma nova espécie de Pedra de Roseta, estabelecendo outras possibilidades no nexo de um devir de elos escondidos, alguns até expostos na moderna análise literária, ou de um “Telos” que una as artes, as letras e a filosofia dos portugueses; uma mágica chave interpretativa sobre as “razões” de uma pequena comunidade histórica e geográfica, Portugal.

“*Teorizar o esoterismo. . . tão positivo quanto...*” foi, afinal, a “devolução” e não “furto” ao entendimento do autor e do texto em causa e que o Miguel Real, naquele ano e naquele fragmento, valorizou como hipótese de trabalho, alertando-nos e incorporando-o! Desafiante, provocador explícito, à nossa preguiçosa, revisionista, compreensão!

Alguém saberá se, contudo e ainda hoje, o MR manterá, como utensílio, neste recurso ao esoterismo, como explicação ou romance histórico para um



Portugal no Mundo, na trama política- literária e artística que nos definiu, porque nossa?

Ao que parece, os escritores Românticos Ingleses do Século XIX também a ele terão recorrido, ou preferiram o ópio, para o facto estético.

Belarmino A. Salvado-Barata

### Nota Biobibliográfica

BAS-B, surgiu Macaco e último Carneiro com a invenção das cerejas do Fundão e, no seu Jornal ou no Diário de Lisboa, começou a entender qualquer coisa; mas foi no Ch. Lepierre que aprendeu a ler. Primeiras Amizades, a aprendizagem das Paixões, a Mulher, a Ciência, no L. Camões e no IST. Químico BioInorgânico e Espectroscopista; interessa-se pelo Efeito Zeeman anómalo em metaloproteínas; Extremofilia, BioEnergética e "Folding". Entretanto, bolsheiro das F. Gulbenkian, F. Luso-Americana para o Desenvolvimento, British Council, I. Franco-Português, INVOTAN, e do Human Capital and Mobility (UE); estudou nas Unv. de Sussex (Brighton), East Anglia (Norwich), Sorbonne (Jussieu), Emory e Birmingham (USA). Epicurista na permacultura e da Paz; noutras vias, Judo e Aikido, combate todas as formas de Reduccionismo da Química e da Biologia. Professor e Cientista no DQB, CQE@Ciências-IMS, CFCUL da FCUL; participa, agora, nos Projectos ERIC, da EMSO e do EMSO-PT, representante no INPEC e na OIV no IVV. "Les quatre nuits dun rêveur", também não foi por ele "*que desfalecia Matilde Urbach*"; ficaram Bresson e Borges. A Briosa e os Beatles, Brel e Brassens, depois Berio (Sinfonia, "keep going!"), Walkabouts, Tindersticks (Seaweed), antes Zeca Afonso, o precursor dos GNR. Cinema muito, depois bailado, teatro; a rádio, o Jazz, ainda antes de Hammett, Gores ou Vian ("*pour entendre le climat...*" F. Raubert); os textos densos nos balões em Blake & Mortimer, os risíveis gauleses e romanos, todos como nós, "astérixes"; a forma difícil da "Linha Clara" no Tintin. Privilégio de falar francês. Modelos de Linguagem, Marsupilami e Literatura. Jurou Bandeira sem ler a "*alocução do Sr. Aspirante Vitorino*". Da tauromaquia, sempre gostou do Vermelho no Touro Cinzento de Pomar. Paisagens marítimas na Leirosa de Rui Filipe, improvavelmente violácea, e nas linhas de água de Mares azuis-verde-garrafa de Cezaryny; reverberações, vagas, horizontes deslocados bem definidos. Mais Cores e Liberdade, meditadas todas as Pedras, na casa de Sta. Catarina, em Lisboa, no Jardim em Quioto, degraus no Epidauro, da moreia no glaciador em Les Houches, Chamonix ou, na Portela da Gardunha, atravessando a Méditerranée, o Painted Desert ou a Campina da Idanha. E em Roma. De Sadi Carnot, Darwin, Boltzmann, Dirac, Einstein, Nash, Shanon, Pauling, Mandelbrot, Ideias que revolucionaram a Técnica; e as Artes; "*Yeah, Brooklyn Bridge... It's something,*



*that!*” (Mayakovski). Uma lenta apreensão da Entropia: construção, constrição ou consciência? O método mais fecundo estará na Teoria de Galois e, sempre, a partir do “theoretical minimum” de Landau! Livros de cabeceira: “Conversações com Dimitri e outras Fantasias”, Agustina, “Thermodynamics”, Callen: “*que no es lo mismo... pero es igual*”. Ensaio que gostaria de ter escrito: “Uma admiração pastoril pelo diabo”, AM. Feijó. Errático com o novo acordo ortográfico; vai pecador, consumidor, à Missa; aliás, décadas de DECO, ACP e ADSE. Associado na ADACB e na Confraria Marítima – Liga Naval Portuguesa. Irmão da Santa Casa. Jovem, em férias excessivas e dispersadas urgências, começou, finalmente, a revelar-se-lhe (allô! Marguerite Y.) a secreta, imperativa, imperial e imperiosa companhia: J. Campos Ferreira (Antero, cujos sonetos sabia de cor, Teoria das Distribuições e Análise Matemática, Tabacaria, o Inteligentíssimo Professor); de Egídio Namorado (Hermes Trismegisto, Esmeraldo de Situ Orbis e Duarte Pacheco Pereira, a sua Camoniana, a crítica à Escola de Viena, o Modelo de Gota do átomo, o Hetero(orto)doxo rigoroso e confiante “*malgrés lui!*”) e de J.J. Cochofel (Príncipe-Verdadeiro-Poeta, o que Sempre o soube e Ser e, assim, viveu generosamente, governando todos os tritões, bispos de pedra, amores-perfeitos, o Bem e o Belo, hélas!, acima e apesar de todos nós!). De resto, perseverou nas Amizades, não as levando a mal, mesmo quando trocavam as promessas da sua juventude, por um constatado conservadorismo; da Família, tentou primeiro tudo apreender: com o Pai, na sensibilidade que tanto adorava, a varanda “com o adro ao fundo” do nosso Japão Português, como o “Meigo Mar do Sul” (João Lúcio) no reino da minha Mãe. Prioridades, agora, são para os Filhos na Arquitectura do Futuro Mundo que espera políticas, mas já prospectivado por “jules vernes” ante e pós-modernos: Colin Moorcraft, Sebastien Marot, David Holmgren, Carolyn Steel, David Fleming. Para todos e cada um dos meus Alunos (“*...e vai ver as cidades do Egipto, para aprenderes com os que sabem muito!*”, Kaváfis)

**Palavras Chave/Keywords:** teorema, corolário e lema: “First, we take Manhattan...”, L. Cohen; “Keep going!”, L. Berio; “...havia uma Beleza sem finalidade artística!”, L. Brancovitz (Phoenix). “L’Avenir a une Excellente Mémoire” (mai 68).



## 2.2.7. Depoimento<sup>1</sup>



**Carlos FIOLHAIS**  
Universidade de Coimbra,  
Diretor do Rómulo CCVUC

Mensagem (transcrição de vídeo enviado)

O escritor Miguel Real, que agora celebra 40 anos de vida literária, tem uma obra longa, vasta e diversificada. Ele, além de romancista, dramaturgo, crítico literário, com presença no *Jornal de Letras* desde há muitos anos, tem uma faceta que gostaria sobretudo de salientar; que é a de, vou chamar-lhe assim, pensador sobre Portugal. Ele é das pessoas que entre nós melhor conhece a Cultura Portuguesa. Começou cedo a estudá-la, designadamente quando fez a sua tese de mestrado sobre Eduardo Lourenço, que é o Pensador do Século XX de Portugal. E, na senda de Eduardo Lourenço, Miguel Real escreveu, tem escrito e continua a escrever uma série de livros sobre esse complexo fenómeno que é Portugal. Gostaria de destacar três das suas numerosas obras:

– *Portugal Ser e Representação*, na Difel, que foi justamente distinguido com o prémio Revelação da Associação Portuguesa de Escritores (de 1995), um breve ensaio que contém o essencial sobre o que é a Portugalidade.

– *Introdução à Cultura Portuguesa*, na Planeta, que é, de certo modo, é a continuação do livro anterior, com prefácio de Guilherme de Oliveira Martins.

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

– *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, também na Planeta.

Nestes livros Miguel Real aborda os grandes temas: a saudade, a decadência, os mitos do nosso país (temos uma história real e uma história mítica), os nossos grandes autores, como Luís de Camões, Padre António Vieira, Fernando Pessoa, etc.

As raízes fundas da cultura portuguesa estão condensadas nestes três volumes, que não passam de uma pequena amostra da obra de um autor que eu muito estimo e que consegue, de modo muito claro, reflectir sobre o povo que somos, expondo de onde vimos. Conhecer as origens é indispensável para saber para onde vamos e, com a leitura dos livros de Miguel Real, percebemos melhor as nossas origens e, por isso, podemos encarar o futuro com mais esperança.

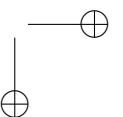
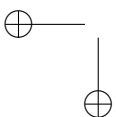
### Nota Biobibliográfica

Nascido em Lisboa em 1956, é Professor Catedrático de Física (aposentado) na Universidade de Coimbra, após o curso em Coimbra e o doutoramento em Frankfurt, Alemanha. Investiga Física da Matéria Condensada e História das Ciências. Fundou o Centro de Física Computacional daquela Universidade, onde instalou o maior computador português. Criou e dirigiu o Centro Ciência Viva Rómulo de Carvalho. Foi Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e do Serviço Integrado de Bibliotecas dessa Universidade, que criou. Dirigiu a revista *Gazeta de Física* da Sociedade Portuguesa de Física e integra comissões de revistas internacionais. É autor de numerosos artigos científicos (um dos quais com mais de 20000 citações, o artigo mais citado de um autor numa instituição nacional) e editor de várias obras científicas. Publicou mais de 60 livros, entre os quais *Física Divertida*, *Nova Física Divertida*, *Darwin aos Tiros e Outras Histórias de Ciência* (Gradiva); *História da Ciência em Portugal*, na Arranha-Céus; *Ciência em Portugal*, na Fundação Francisco Manuel dos Santos; *Ciência a Brincar*, na Bizâncio; manuais escolares na Texto Editores; e *Fundamentos de Termodinâmica do Equilíbrio*, na Gulbenkian. Codirigiu as *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa* e a *História Global de Portugal*, no Círculo de Leitores. Dirigiu os programas de Educação e de Ciência da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Foi cronista dos jornais *Público* e *Sol* e é cronista dos *Correio da Manhã* e *JL*, além de participar em programas da SIC e Rádio Observador. Ganhou vários prémios: União Latina e da tradução científica, Globo de Ouro em Ciência da



---

SIC, Inovação do Forum III Milénio, Rómulo de Carvalho da Universidade de Évora, BBVA para o melhor artigo pedagógico na área da Física no espaço ibero-americano, Grande Prémio Ciência Viva/Montepio e José Mariano Gago da SPA. Foi distinguido com a Ordem do Infante D. Henrique em 2005.





## 2.2.8. Com Miguel Real<sup>1</sup>



**Carlos LEONE**  
Universidade Aberta

Em 1998, nos últimos tempos da minha colaboração com o *Expresso*, chegou-me por correio um ensaio acompanhado por uma breve carta de um autor desconhecido para mim: Miguel Real. A carta não correspondia aos dois modelos habituais, o da circular da editora ou o ditirambo ao crítico pelo autor. Bem pelo contrário, era também uma missiva crítica – para um crítico que lia apesar de por vezes discordar. Isto bastaria para chamar a atenção. E o mesmo valia para o título do livro: *Portugal – Ser e Representação*.

Ter conhecido assim o Miguel Real foi uma dupla fortuna. Primeiro, dificilmente aquele título com o seu tom quase escolástico teria captado a atenção de um jovem crítico desmesuradamente confiante e além disso avesso a referências ao ‘Ser’ (ainda hoje, ida a juventude). Depois, por a carta dar a justa e instantânea medida do autor – claro, sincero, equilibrado.

A crítica ao livro surgiu depois, salvo erro no *Ciberkiosk*, mas os encómios de que foi objecto eram já o menos. O principal – para mim – tinha passado a ser o autor. Não diminuí em nada o que aprendi com o ensaio, e com tantos outros textos que se lhe seguiram, apenas confirmou a impressão que a carta causara.

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

\*

A partir de final de 1998 e até cerca de 2012, o Miguel Real foi a mais constante e relevante influência no meu trabalho, sem qualquer ansiedade. Houve outras, muito distintas: algumas em comum, como António Braz Teixeira, outra apenas minhas, como Hermínio Martins. Mas, naquela década e meia, para mim decisiva (ensino, doutoramento, *Prelo*) foi uma felicidade única poder sempre contar com a disponibilidade, o interesse e o entusiasmo do autor que entretanto vim a conhecer e com quem cheguei a trabalhar.

Sem o Miguel Real, o doutoramento que completei em 2004 teria sido bem diferente – e certamente pior do que o que fiz, seguindo atentamente as pistas que o Miguel Real escreveu numa folha como esta em que agora escrevo, durante um almoço na Biblioteca Nacional. Na preparação desse doutoramento e em trabalhos conjuntos que o acompanharam (sobre António Sérgio, p. ex.) nada teria disso possível sem Miguel Real. Mais do que os trabalhos específicos, foi o contacto regular que fez a diferença na minha perspectiva de conjunto do pensamento português contemporâneo. Como é natural, nunca houve uma sintonia de interesses, pontos de vista ou hierarquias entre os dois. Em vários casos, até eram fáceis de encontrar divergências radicais. Nem isso era problemático. O interesse do Miguel Real na Obra de Eduardo Lourenço, além de me fazer aprender, não impedia o meu interesse na Obra do Miguel Real como o primeiro crítico pós-Eduardo Lourenço. Foi, creio, o precursor daquilo que ele próprio veio a designar Geração de 90 – embora esta antecedência não seja parentalidade (e, suspeito, esta interpretação não ter o seu assentimento).

Com o passar dos anos, fui conhecendo o Miguel Real também enquanto pessoa – o Luís. E a sua mulher, a sua família... O Luís revelou-se bem próximo do Miguel Real: talvez nunca tenha deparado com um autor tão próximo da sua pessoa civil, em rigor. Fosse sempre assim e muitos mais seria os autores que frequentaria.

\*

Tudo isto se manteve enquanto (a partir de 2000, suponho) o Autor começou a adquirir uma notoriedade que até aí não tinha. Sem paternalismos descabidos de crítico que o descobrira antes de outros e sem mágoas de partilha de um segredo, essa ascensão não foi surpreendente – foi devida sobretudo



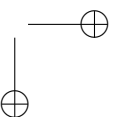
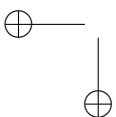
à sua obra na Ficção, sobretudo no Romance (no Teatro não domina tão integralmente o processo criativo, o Romance é o seu campo de eleição). Por isso, o Miguel Real tornou-se numa figura rara – única? – no panorama das Letras portuguesas: a articulação entre criação (ficção), crítica (no *JL*) e investigação (Lourenço, mas muito mais) é no mínimo invulgar. E ainda mais invulgar é a recepção pública que obteve. Em parte isso deve-se a uma gestão editorial muito profissional, que se evidenciava no lançamento coordenado de romances e ensaios. Mas, sem dúvida, é algo que se deve primordialmente à capacidade incansável de Miguel Real ao longo de anos sucessivos de trabalho incessante.

O sucesso na criação e público, por um lado, e a cuidada liberdade e equilíbrios postos por Miguel Real naquilo que publica (e até numa simples carta a um crítico), não costumam propiciar favores junto da crítica especializada. Mas desses favores não precisava o Miguel nem a sua Obra, nem mesmo o Luís (ao contrário de tantos autores que se deixam corroer pela falta de reconhecimento). Este volume dirá decerto o suficiente sobre isso – o necessário já é evidente há muito tempo.

Recordo-me, ao escrever, que pela minha parte tive ocasião de o dizer de viva voz, e na sua presença, durante um colóquio que organizei na Universidade de Aveiro (em 2001, talvez) – o maior crítico português actual (um género de afirmação que não me é comum, *et pour cause*).

\*

Como a afirmação de Miguel Real como Autor está ligada à criação – facto que lhe agrada – a minha leitura sobretudo crítico-ensaística do seu trabalho e mesmo a nossa relação diminuíram na última década – prejuízo meu. Ainda assim, nestes últimos dez anos, tive o privilégio de ter um prefácio seu a um texto que perpetrei a pedido de um editor e a oportunidade de aceitar um convite para ser o apresentador na Feira do Livro de Lisboa de um ensaio seu (que a chuva tratou de cancelar). Este sinal dos céus em 2012 eximiu-me de falar de um livro com o qual discordava quase por completo (tencionava falar do Autor, aliás, não tanto do livro) e marca na minha memória o momento de distanciamento mais nítido entre nós, reforçado por eu ver esse livro em concreto como um efeito da procura editorial do autor e não tanto da sua «forma mentis» própria.





Mesmo nesses últimos anos de contacto regular, o Miguel Real nunca me desistiu de me agregar (apesar das minhas resistências despropositadas) a sucessivos projectos que se geravam no CLEPUL. Por isso, foi também graças à sua intervenção que estabeleci contacto, até hoje, com o José Eduardo Franco e a Anabel Ritta, entre outros, primeiro na *Letras ConVida* e depois em outras iniciativas. Sem o Miguel Real não estaria hoje sob a alçada do José Eduardo Franco na Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta, nem colaboraria aqui sob a tutela da Annabela Rita, no meio de tantos desdobramentos ao longo destes anos na escrita, no ensino, em actividades públicas.

Por tudo isto, e de um modo realmente excepcional, mesmo distanciados pelas derivas naturais que nos separam daqueles que nos são próximos (colegas, professores, alunos), pelo menos em parte passei esta última década também com o Miguel Real, graças a todos os que conheci através dele.

\*

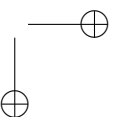
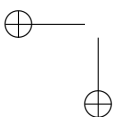
À Annabela Rita devo agradecer este convite e a tolerância com a minha dificuldade em corresponder em tempo. Ao Miguel Real agradeço o resto, o que ficou aqui descrito e ainda a paciência com que aturou humores meus, a jovialidade com que me impulsionou através de áreas que eu menosprezava por simples ignorância, o exemplo do que pode, deve e por vezes chega a ser um intelectual. Nunca seria coisa pouca, sobretudo em Portugal (este ‘sobretudo’ ele dificilmente subscreveria – nem o Miguel Real nem o Luís, aliás).

Tal como sucede nesta Homenagem, também aos leitores futuros da sua Obra não irá escapar a amplitude, a diversidade e a seriedade do seu legado enquanto pensador da cultura portuguesa. Esses leitores futuros ainda assim serão privados, na sua esmagadora maioria, da felicidade e proveito de discutirem com ele, trabalharem com ele, conviverem com ele. Miguel Real é autor de tanto de melhor do que se pode ler sobre Portugal e a sua cultura ao longo das últimas três décadas, tal como o seu *Outro*, o Luís, é sempre, com discrição, muito mais do que isso – para nós, os que o conhecemos.

É por isso de uma Justiça excepcional que tivesse quem o lesse no tempo certo. Dificilmente poderia acontecer a quem mais o merecesse.

Lisboa, Junho de 2021

Carlos Leone

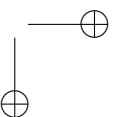
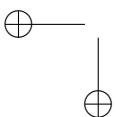






### **Nota Biobibliográfica**

Carlos Leone (n. 1973), investigador da Cadeira de Estudos Globais (Universidade Aberta), é autor de numerosos trabalhos sobre Cultura Portuguesa, alguns dos quais em colaboração com Miguel Real. Colabora regularmente na Imprensa e foi director da revista Prelo (INCM, 3a série).





## 2.2.9. Homenagem a Miguel Real<sup>1</sup>



**Carlos QUIROGA**

Universidade de Santiago de Compostela

Bom dia, saravá... Todo o mundo sabe quem é Miguel, ou Luís... Em todo o caso, ele é *Irreal*, não é *Real*. Não conheço ninguém que tenha escrito tanto, tão bem, com tanta profundidade, ao mesmo tempo de maneira exequível, divulgativa – aquilo de que dava vontade de bater-lhe iria bem com ele...! – e ao mesmo tempo que tem um perfil humano incrível, de abraçar. Portanto é uma sorte que esteja aí, que exista, e todas as homenagens no mundo serão merecidas para este tipo. Parabéns, grande abraço galego.

### Nota Biobibliográfica

Carlos Quiroga é professor na Universidade de Santiago de Compostela. Fundou e dirigiu várias revistas, como *O Mono da Tinta*, e foi Bolseiro de investigação da Gulbenkian (1991-92), do ICALP (1992-93) e da *Università Italiana per Stranieri* (1983). Doutorado com distinção e louvor, para além da atividade académica tem publicação dispersa de textos e fotografias em revistas e jornais de Portugal, Galiza, Brasil, Espanha e Alemanha, colaborando na intervenção de artistas plásticos, em

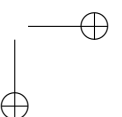
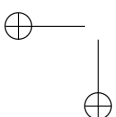
---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 533-534.



antologias, livros colectivos, etc. Publicou em livro *G.O.N.G.* – mais de vinte poemas globais e um prefácio esperançado (1999); *Periferias* (1999, Prémio Carvalho Calero de narrativa, publicado no Brasil em 2006); *A Espera Crepuscular* (2002, primeira parte da trilogia *Viagem ao Cabo Nom*, que reúne poesia, fotografia e narrativa); *Il castello nello stagno di Antela/ O castelo da lagoa de Antela* (2004, prémio de Teatro infantil na Mostra de Ferrol-terra em 1988, publicado na Itália em galego e italiano pela Collana editoriale); *O Regresso a Arder* (2005, terceira parte da *Viagem ao Cabo Nom*); *Venezianas* (2007). Inxalá foi já prémio Carvalho Calero de narrativa e editado na Galiza em 2006.



## 2.2.10. A Sacralização da Cultura<sup>1</sup>



**Daniel PIRES**  
Investigador

*Prefiro livros que escandalizem*  
Miguel Real

Fui convidado para fazer um depoimento sobre Miguel Real. O convite continha uma advertência: urgia entregá-lo. Por se tratar de uma personalidade notável da cultura portuguesa, anuí de imediato. Recorri à Porbase, em busca de uma bússola norteadora: os 40 anos de escrita têm como corolário 162 menções no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal. Uma obra seminal, em suma. Percorro-as: ensaio filosófico – discussão, entre outras, das obras de Sócrates, Descartes, Leibniz, Parménides, Agostinho da Silva, Padre Manuel Antunes, Eduardo Lourenço –, crítica literária, análise política e sociológica, drama, ficção, tradução, manifestos, antologias pedagógicas direccionadas para o ensino secundário, textos de divulgação filosófica para crianças (um deles dedicado ao filho, David) passaram pelo seu crivo rigoroso. Como ler – ponderando, e interiorizando – uma obra tão vasta e multimoda? Estrategicamente, mudei o azimute: decidi evocar as várias ocasiões em que confraternizámos. A memória traiçoa-me, mas fixa-se principalmente num jantar em casa de dois amigos dilectos, Risoleta Pinto Pedro e Pedro Martins. A conversa saltava de tema para tema, vadiava amenamente pelos escaninhos

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 535-537.

do quotidiano, tantas vezes marcado pela adversidade e pela irracionalidade, resvalava para a literatura, a história.

A primeira reminiscência prende-se com a sobriedade e a maturidade de Miguel Real. Ouve muito mais do que fala, em sintonia com o princípio oriental de que a natureza bafejou o ser humano com dois olhos, dois ouvidos, mas apenas uma boca, e com um outro lapidar: «a prudência é a mãe da virtude». Impressionou-me, por outro lado, a sua dialéctica, abarcando as múltiplas áreas do saber, estabelecendo ligações entre factos que, aparentemente, não se relacionavam, emitindo opiniões alicerçadas em leituras circunstanciadas, não «tocando de ouvido, mas sempre com uma partitura à frente». Compreendo agora melhor por que razão frequente, dia após dia, embora resida em Sintra, a Biblioteca Nacional de Portugal, *alma mater* de tantos intelectuais. Não menos impressiva é a sua consciência social, defendendo pontos de vista inerentes à justiça, ao humanismo, à solidariedade, fazendo questão de intervir em temas fracturantes – por exemplo, no *Manifesto em Defesa de uma Morte Livre* –, tantas vezes contra a corrente, criticando o dogmatismo, a corrupção, o preconceito, o fanatismo, a indiferença, a ignorância de alguns membros da classe política e o materialismo. Uma curiosidade extrema por tudo o que, na feliz expressão cunhada por Nietzsche, é “humano, demasiado humano”, conduz Miguel Real à problematização, a equacionar, a pôr (-se) em causa, constituindo a sua obra uma peregrinação interior, uma catarse dolorosa recorrente desde a primeira, *O Outro e o Mesmo* (1980).

Intervir é um imperativo categórico para Miguel Real, tal como foi, a título de exemplo, para Alexandre Herculano, António Sérgio ou Raul Proença. Recordo-me que, em 2018, nos encontramos, a meio da tarde, numa pausa de um congresso, realizado em Setúbal, sobre o infausto Sebastião da Gama; disse-me então que estava pressionado porque tinha de estar, às 21 horas, em Castelo Branco, onde iria assegurar uma comunicação sobre um escritor local. Na realidade, nunca recusou convites para estar presente em conferências, colóquios, comunicações, moderações de debates, organizados por bibliotecas, escolas, politécnicos, universidades, associações culturais e outras instituições, tendo ainda prefaciado obras de autores que apreciava e avaliado criticamente inúmeros livros em publicações periódicas, com particular incidência no *J.L.* Tal idealismo reflectiu-se também, em 1977, na sua ida para a Guiné, onde esteve como professor cooperante.



Uma parte dos intelectuais está encerrada numa torre de marfim. Habitada à solidão, vital para esgrimir argumentos no ginásio da razão, enfrenta, não raramente, dificuldades no domínio da comunicação. Miguel Real está nos antípodas: manifesta o seu calor humano, sabendo ouvir, procurando pontes, criando condições para uma interacção fluida e frutífera, indo ao encontro de consensos, sublinhando afinidades.

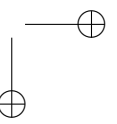
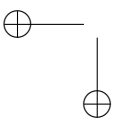
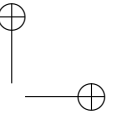
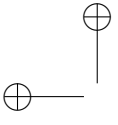
Um outro aspecto da obra de Miguel Real parece-nos relevante, considerando a sua peculiaridade: algumas personalidades históricas perspectivadas em ensaios foram, posteriormente, em parceria com Filomena Oliveira, encenadas. É o caso do padre António Vieira e do Marquês de Pombal.

A “efervescência dos espíritos” foi a expressão cunhada por d’Alembert para se referir à actividade intensa e esclarecida de escritores do Iluminismo. Aplica-se, igualmente, com propriedade, a Miguel Real.

### Nota Biobibliográfica

Daniel Pires é licenciado em Filologia Germânica e doutorado em Cultura Portuguesa, para o qual escreveu uma dissertação sobre o poeta português Bocage. Lecionou a língua e cultura portuguesas nas universidades de Glasgow, Macau, Cantão e Goa, e leccionou em São Tomé e Príncipe e em Moçambique. Foi cofundador do Centro de Estudos Bocageanos em 1999 e desde então é seu diretor. Os seus ensaios incluem *O Padre Malagrida*, *o Último Condenado ao Fogo da Inquisição* e *O Marquês de Pombal*, *o Terramoto de 1755 em Setúbal* e *o Padre Malagrida*. Tem um interesse particular pela cultura da cidade portuguesa de Setúbal. Escreveu extensivamente sobre as obras e biografias de Bocage e falou sobre o assunto em várias instituições. Publicou, em 3 volumes, o *Dicionário de Imprensa Periódica Literária do Século XX*, a *Obra Completa de Bocage*, *Bocage: a Imagem e o Verbo* e *Bocage ou o Elogio da Inquietude*.









## 2.2.11. Miguel Real: La Scrittura come Costruzione dell'Utopia<sup>1</sup>



**Daniela MARCHESCHI**

Docente e critico di Letteratura e di Antropologia delle Arti

Ho di Miguel Real, scrittore, critico, studioso della letteratura, storico e filosofo, una stima altissima. Lo reputo uno dei non molti autori europei contemporanei che, con lucidità e solidità di argomentazione, ha saputo ripensare originalmente la questione cruciale del realismo nel romanzo e dei suoi nessi con la Storia.

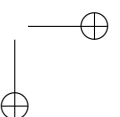
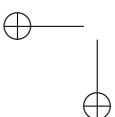
Ciò a partire dalla necessità di uscire dalla posizione di minorità del soggetto e dalla condizione epigonale in cui tanta letteratura internazionale è oggi sospinta dalle costrizioni del mercato (e con la complicità stessa di molti autori e intellettuali), e di rivedere le modalità in cui quei nessi fra realismo e Storia erano stati affrontati in età romantica per rilanciarli in termini critici nuovi, adeguati alla sfida culturale del nostro tempo.

Le poetiche del Naturalismo francese – anche nelle declinazioni italiane del Verismo (nel tardo XIX sec.) e del Neorealismo all'incirca nelle decadi 1940-1960 – hanno generato una sorta onda lunga o di cerchi concentrici, capaci di espandersi, con adeguamenti non sostanziali, fino ai giorni nostri. Questo a causa dei rapporti della letteratura con certo cinema commerciale e i

---

<sup>1</sup> Este texto foi escrito na língua original da autora.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 539-542.



mezzi di comunicazione di massa vecchi e nuovi, dalla televisione a internet. Spesso, non a caso, la *fiction* televisiva è scambiata per la realtà in quanto tale.

In ogni caso, si tratta di rapporti sempre più opachi, perché vi prevale generalmente l'idea denotativa del romanzo come rappresentazione oggettiva delle cose (ma è possibile escludere dalla realtà il soggetto?) o come racconto della "realtà", intesa principalmente nei suoi aspetti socio-economici o, comunque, delle mere apparenze.

In tal modo, però, si propone una rappresentazione dimidiata del reale, perché non si considera che *realismo* significa anche reinvenzione fantastica e approfondimento speculativo. Proprio perché la realtà non è solamente quella sociale ed economica, nel romanzo si dovrebbe mettere in campo una idea di mondo o, meglio, di un suo destino d'attuazione rappresentato attraverso i personaggi con i loro differenti caratteri e le loro varie vicende.

Insomma, la realtà *non è* le cose o gli oggetti percepiti (come riteneva invece Roman Jakobson)<sup>2</sup>, bensì una visione complessiva degli eventi e dei rapporti significativi che intercorrono fra di essi. E più la letteratura sa dar conto di una simile complessità, più raggiunge i suoi scopi di espressione e conoscenza.

Il romanzo che prevale oggi sul mercato europeo, e non solo, è una sorta di ricetta commerciale. Certo, inteso come denotazione basata sulla pura convenzione del linguaggio e sulla realtà delle cose limitate alle apparenze, un simile realismo può sfociare nella rappresentazione cinica della realtà e nel nichilismo. Come notava Lionel Trilling, nel suo ancora vitale saggio *The Liberal Imagination. Essays on Literature and Society*<sup>3</sup>, la mente che non fa progetti finisce con l'identificarsi con la cosa stessa: è stato l'errore contenutistico anche di tanto sperimentalismo francese (*École du regard*) e italiano (Neoavanguardia). Esso mirava a dimostrare il non-senso del reale, esprimere la disperazione dell'individuo alienato, riprodurre l'impossibilità di conoscere e fare il romanzo, nell'annuncio di una presunta morte di questo genere letterario. E si riduceva di conseguenza alla cronaca: privata, familiare, psichica e simili.

Miguel Real si è posto invece in modo inconsueto il problema del nesso radicale fra realtà-realismo-Storia-lingua, dal momento che la Storia non solo

<sup>2</sup>*Il realismo nell'arte*, in TODOROV, Tzvetan (a cura di), *I formalisti russi Teoria della letteratura e metodo critico*, Torino, Einaudi, 1968, pp. 95-107.

<sup>3</sup>New York, Viking Press, 1950.



ingloba la cronaca (il succedersi lineare di attimi o giorni di vita) trascendendola, ma si situa anche in una tensione interpretativa con quanto via via accade, ne cerca un significato ampliando lo sguardo al passato e proiettandolo pure verso il futuro, per costruirne uno migliore. In tutto questo, *mutatis mutandis*, Real ha qualche affinità con la tedesca Elisabeth Plessen, autrice di *Kohlhaas*<sup>4</sup>, che – nell'urgenza di una verifica e di un ripensamento della questione realismo-Storia – proprio dopo il suo romanzo ha scritto un saggio «sulla difficoltà di scrivere un romanzo storico»<sup>5</sup>.

In una realtà culturale e linguistica dinamica come quella portoghese e lusofona in generale, Real si pone anche il problema della scrittura nel contesto di una lingua rinnovata, ricca di fermenti vari, e di sicuro non asetticamente descrittiva.

Un linguaggio per l'utopia: perché affrontare la realtà, la Storia, significa doversi scontrare inevitabilmente con il problema del Male: ossia con la questione inderogabile della scelta e di dover fare i conti con la condizione dell'*umanesimo antropologico*, da cui l'essere umano non può prescindere. Tale condizione, infatti, è insita nella sua specifica natura biologica. Insomma, si tratta del problema fondamentale della responsabilità del soggetto.

Ciò è tanto più urgente, quanto più viviamo in un mondo tecnologizzato, che mira ad avvolgerci in una grande impostura: l'abbandono dell'etica, che è invece il fondamento del segno umano e della stessa cultura della nostra specie<sup>6</sup>.

Miguel Real pone così alla nostra coscienza di intellettuali europei il bisogno di riaffermare che la scrittura letteraria e la filosofia tengono alta la fiamma di una conoscenza e di un sapere diversi da quelli scientifici, ma non meno indispensabili all'essere umano di oggi e di domani.

<sup>4</sup> *Kohlhaas*, Zürich-Berlin, Benziger Verlag, 1979 e Frankfurt am Main, Fischer, 1997.

<sup>5</sup> *Über die Schwierigkeiten, einen historischen Roman zu schreiben*, Berlin, Benziger Verlag, 1979.

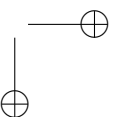
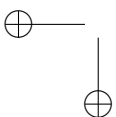
<sup>6</sup> Cfr. MARCHESCHI, Daniela, *Prismas e poliedros. Escritos de Crítica e Antropologia das Artes*, Prefação, Tradução e notas de Luísa Marinho Antunes e Fernando Figueiredo, Funchal, Atlantida, 2004, cap. 2.





### Nota Biobibliográfica

Daniela Marcheschi è nata a Lucca, dove vive d'abitudine. Presidente dell'Edizione Nazionale delle *Opere* di Carlo Lorenzini e del Comitato Nazionale per le Celebrazioni del Tricentenario della Nascita di Giuseppe Baretta, è stata docente e critico di Letteratura e di Antropologia delle Arti. Dagli orizzonti interdisciplinari e di fama internazionale, ha insegnato in atenei italiani e stranieri (Uppsala, Salamanca, Firenze ecc.), ed è ora in forza al CLEPUL e alla Universidade Aberta (Lisbona). Ha promosso la riscoperta delle opere di Collodi per gli adulti e curato il Meridiano Mondadori delle *Opere* (1995). Oltre a numerosi scritti tradotti in diversi paesi, ha poi curato i meridiani di Giuseppe Pontiggia (2004) e di Gianni Rodari (2020); e nuove edizioni Oscar Mondadori di C. Collodi, A. Fogazzaro, L. Pirandello. I suoi maggiori saggi di critica e teoria della letteratura sono raccolti nel volume *Il sogno della letteratura. Luoghi, maestri, tradizioni* (2012). Nel 1996 ha avuto un Rockefeller Award per la Letteratura e nel 2006 il Tolkningspris dell'Accademia di Svezia.





## 2.2.12. Alguns Encontros Galego-Portugueses com Miguel Real<sup>1</sup>



**Isabel Moran CABANAS**  
Universidade de Santiago de Compostela

Saudações e felicitações!

É para mim um prazer e uma honra poder participar neste colóquio-homenagem a Miguel Real, pelo que muito devo agradecer à Comissão Organizadora da Universidade da Beira Interior (e, em particular, à professora Carla Luís) que se tenha lembrado de mim e me tenha convidado a deixar aqui constância do meu respeito e admiração. Não podendo deslocar-me na altura do mencionado evento à Covilhã, quis gravar estas palavras a modo de um breve *memorandum* de encontros galego-portugueses em formato de vídeo na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela.

A figura hoje homenageada visitou esta instituição no ano de 2008 e foi então quando o conheci pessoalmente através dos colegas e amigos José Eduardo Franco (naquela altura, no CLEPUL e hoje no Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta) e Carlos Quiroga (Universidade de Santiago de Compostela). Os quatro partilhamos no nosso Salão de Atos um agradável momento de intercâmbio literário e cultural, sobretudo à volta de três livros que tinham vindo a lume precisamente nessas datas. Foi um deles *A Morte de*

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



*Portugal*, em que Miguel Real desenha os complexos culturais por que o país se foi concebendo a si próprio através dos séculos. Outro foi o *Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa*, em que o mesmo ensaísta passa em revista, sob uma perspectiva comparatista e crítica, as teses do Vieira sacerdote, pregador e missionário; do nacionalista empenhado e estrénuo; do teorizador e profeta de um Quinto Império; e o do apologista do domínio pleno do mundo por um Cristo à medida de Roma.

E foi *O Padre António Vieira e as Mulheres*, da autoria de José Eduardo Franco e da minha própria, que estuda as representações do mito feminino no barroco ibérico e nos sermões vieirenses, o terceiro ali tratado. Num clima de cordialidade e curiosidade, alunos e professores da citada Faculdade ouvimos as reflexões de Miguel Real com atenção e interesse e posso abertamente confirmar que estas nos ajudaram com eficiência a descobrir novas possibilidades de olhares e interpretações. Já em Portugal, Lisboa tornou-se centro dos seguintes encontros que, embora não tenham sido muitos, permanecerão sempre, com certeza, vivos na memória e à espera dos próximos pela aprendizagem intelectual e humana que sempre recebemos do escritor e filósofo. Lembro, por exemplo, o Congresso Internacional do Triénio Pascoalino (2014-2017) que teve lugar na Biblioteca Nacional ou outro Luso-Brasileiro organizado pela nossa amiga comum Annabela Rita. Cada um deles constitui um desses momentos agradáveis de que a Sorte e a vocação nos permitem desfrutar.

Enfim, que a Literatura, a Filosofia e a Cultura (três vocábulos mencionados no título do colóquio-homenagem) continuem a florescer na escrita e na oratória do Miguel Real e que tenhamos sempre outras oportunidades de partilhas e celebrações. Foi com grande gosto que fiz a gravação do vídeo e com o mesmo gosto transcrevo agora as suas palavras.

Um abraço muito cordial e cheio dos melhores votos desde Santiago de Compostela, Miguel!

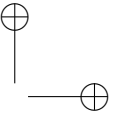
### **Nota Biobibliográfica**

M. Isabel Morán Cabanas é atualmente Professora Titular de Literatura Portuguesa na Área de Filologia Galega e Portuguesa da Universidade de Santiago de Compostela. Fez as suas teses de Mestrado e Doutoramento sobre o *Cancioneiro Geral de*

*Garcia de Resende*, acerca do qual tem publicado os livros *Traje, Gentileza e Poesia*. Moda e da vestimenta no *Cancioneiro Geral* (2001) e *Festa, teatralidade e escrita*. Esboços teatrais no *Cancioneiro Geral* (2003), assim como múltiplos estudos em volumes coletivos e revistas. Entre os mais recentes destes últimos, sobressai, de facto, “Las calzas de Sevilla y la rivalidad luso-castellana acerca de la moda en el *Cancioneiro Geral*” (*Bulletin Hispanique*, 2022, n. 124-1). Em coautoria com José Eduardo Franco tem publicado livros como *O Padre António Vieira e as Mulheres*. O mito barroco do universo feminino (2008) ou *É perigoso sintetizar a Idade Média*. Interfaces europeias na obra de Mário Martins (2015). Aliás, junto com Y. Frateschi Vieira e J. A. Souto Cabo, publicou, também entre outras obras, *O Amor que eu levei de Santiago*. Roteiro da lírica medieval (2012) e *O caminho poético de Santiago* (2015), as quais deram lugar a um amplo leque de atividades didático-turísticas solicitadas por diversas instituições e nasceu o projeto *O Roteiro Virtual da Lírica Galego-Portuguesa*, disponível on line em <https://roteiroliricamedieval.gal/>. Igualmente, em parceria com Ulisses Infante, é a responsável pela reedição comentada com notas e um amplo estudo introdutório do volume *O Meu Portugal. Crônicas de um desterro*, do brasileiro Guilherme de Almeida. Destaca-se, a modo ilustrativo, a publicação de artigos como “O médico na berlinda: transmissão do novo diálogo castelhano-português do Doutor Miranda (Lisboa, 1562)”, na revista *Colóquio Letras* (2021, n. 206), em que anuncia a próxima vinda a lume da edição bilingue e amplo estudo do diálogo referido no título. E cumpre sublinhar a realização do projeto *Peregrinação a Compostela na origem do teatro português* (2022), subsidiado pela *Cátedra Institucional do Camiño de Santiago e as Peregrinacións* da Universidade de Santiago de Compostela ([www.youtube.com/watch?v=9TzliMESqIY&t=6s.galego/inglês](http://www.youtube.com/watch?v=9TzliMESqIY&t=6s.galego/inglês)), cujos resultados aparecem em breve desenvolvidos numa monografia internacional.







### 2.2.13. *Ex Corde*<sup>1</sup>



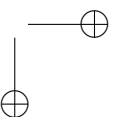
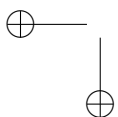
**Isabel PONCE DE LEÃO**  
CLEPUL

Miguel, sabes, já to referi, que sou uma leitora compulsiva da tua ficção. Sou-o porque, e alijo preconceitos, o estreito vínculo que estabelecetes entre literatura e sociedade, na senda de Hauser, consagra o movimento dialéctico que as engloba num amplo sistema solidário de influências alternativas em que a reciprocidade é manifesta. Sabendo como te deves respeitar e às tuas condições de produção, não pospões o influxo dos valores sociais, ideológicos, históricos e comunicacionais; do mesmo modo, não desistes do eventual ledor e reputas as diversas enciclopédias culturais na relação obra-leitor-público que configuras numa arrumação alegórica de comunicação inter-humana, pressupondo um estável jogo entre essa tríade indissociável.

Na senda de Baktine, respeitas o auditório social onde os mundos interiores e o reflexivo travam batalhas, por vezes sangrentas, para atingirem um fim. Pensas em eventuais alterações comportamentais e investes-te de um espírito de missão. Por isso, o caudal narrativo e o ritmo por vezes apoquentador e acirrado desnudam enigmas meramente implícitos. Ficção e realidade fundem-se e confundem-se na arquitectura da obra de arte que é, *eg.*, *Cadáveres às Costas* (2018).

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



Mas eu não quero apenas referir-me à tua ficção e à forma como configuras fragilidades e virtuosismos do ser humano que perscrutas e optas, quase sempre, por personificar, recorrendo a práticas intertextuais, sobretudo implícitas, e a figuras carismáticas do património social português que irónica, metafórica, polifónica e satiricamente propagandeias sem nunca pospor a tua consabida validade estético-literário.

Não, hoje quero mais, quero a homenagem à tua corajosa, criteriosa e minuciosa competência de ensaísta cuja exegese, em atinência ao já referido leitor, moldas, simplificas e exploras sem banalizares. Pego em *Romance Português Contemporâneo* (2012) – sim eu sei que decorreram 7 anos sobre a sua publicação – onde consideras a cultura portuguesa “fundamento ontológico da literatura de origem nacional” e leio-te: 1. “Ainda que autónoma esteticamente, nenhuma obra se basta a si própria, integrando-se de facto e de direito no húmus social e cultural donde proveio e de que é representação literária”; 2. “Nenhum autor se basta a si próprio, evidenciando-se como parte de um todo estético, iniciado na década de 50”.

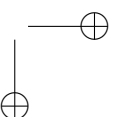
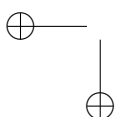
Leio-te e vejo a tua coerência entre teoria e prática. Vejo-te um perspicaz humanista atento aos movimentos sociais que a arte – e não só a literatura – provoca, e aos movimentos artísticos que a sociedade requer. Tudo cristalino e transparente. O espelho reflecte a imagem para que, cautamente, reivindicas um olhar subjectivo e crítico, mas profundamente inclusivo. Não há mais nem menos. Há ou não há. Não quero a vulgaridade de tecer loas ao teu olhar para a cultura e a arte portuguesas nem ao teu saber fazer; defeitos tê-los-ás, pois são inerentes aos terráqueos; mas tenho e quero dizer que, através da tua produção ficcional e ensaística, há a reinvenção de um cânone profundamente humanista; quero também dizer da tua humildade, só aos grandes acessível e ainda do conciliábulo ética / estética que paradigmatisas; assim digo, enfim, de como é feito um grande escritor. *Ex corde!*

### Nota Biobibliográfica

É licenciada em Filologia Românica pela Universidade de Coimbra (1977); fez o 3.º ciclo em Literatura Comparada na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela (1993), onde também se doutorou em Literaturas Hispânicas (1996) (Doutoramento reconhecido pela Universidade de Coimbra). É professora Ca-



tetrática da Universidade Fernando Pessoa no Porto, onde desenvolve grande parte da sua investigação. É membro integrado do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL), sócia fundadora do Círculo de Estudos do Centralismo, vice-presidente da direcção do Centro de Estudos Regianos (CER), elemento do Conselho de Administração da Cooperativa Árvore, membro da Academia Lusófona Luís de Camões e do Instituto Fernando Pessoa. Como docente e investigadora tem colaborado com outras instituições de ensino superior, em Portugal, Brasil, e vários países Europeus. Coopera com várias Câmaras Municipais, particularmente com a do Porto, onde é Deputada Municipal e Presidente da Comissão de Toponímia. Faz parte do Conselho Editorial e / ou Científico de várias revistas, jornais e outras publicações e integra comissões científicas de colóquios, congressos e outros eventos realizados em Portugal e no estrangeiro. É responsável pela área da Literatura do *Grande Dicionário de Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa que se encontra em preparação. As suas áreas de investigação privilegiadas são a Literatura Portuguesa Contemporânea bem como as relações que esta estabelece com as artes plásticas, a 7.<sup>a</sup> arte (interartes) e as ciências, e o jornalismo cultural. Nas suas publicações inscrevem-se cerca de 50 livros e mais de 300 artigos resultantes da investigação científica nas áreas acima referidas. Dedicar-se ainda à crítica de arte colaborando com artistas plásticos.







## 2.2.14. Acto de Admiração a Miguel Real<sup>1</sup>



**Jesué Pinharanda GOMES**

Historiador, Filósofo e especialista em Cultura Portuguesa

Se não fosse o risco de passar pelo delíto do egoísmo, e atentas as vezes em que Miguel Real abriu os lábios para, em público (por via de regra em colóquios ou reuniões) fazer da obra do subscritor destas linhas o tema de estudo ou de exposição, poderia ter, aqui, relatado a sequência das suas amáveis intervenções. Seria possível, mas pouco oportuno, uma vez que estamos em homenagem à obra de Miguel Real e não à de outro.

Informado do Colóquio que a UBI levou a efeito acerca da vida e obra de Miguel Real, e só dele tendo conhecimento fora de tempo útil, a senhora D. Carla Sofia Luís teve a gentileza de entreabrir as portas para, querendo, permitir a entrada no espaço que, em livro, incorporará os frutos vivos daquele Colóquio. E agradecemos.

Salvo temários que em geral se situam fora do nosso alcance, parece-nos que, em um que outro, existe uma coincidência de interesses, bastando-nos mencionar os temas da alma portuguesa, da portugalidade, da religião e da ética, ou antropologia/teologia moral, e do pensamento filosófico português. Desde pelo menos 1985 – ano do ensaio intitulado *A Situação Actual da Filosofia em Portugal*, ainda assinado por Luís Martins, que temos acompanhado, decerto com muitos lapsos, a obra que, assinada Miguel Real, temos o agradável e útil ensejo de conhecer.

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 551-558.



Das obras que conhecemos, prestámos atenção às *teorias*: *Nova Teoria do Mal* (2012), *Nova Teoria da Felicidade* (2013), *Nova Teoria do Sebastianismo* (2014) e *Nova Teoria do Pecado* (2017). Acerca de um que outro título de cuja leitura informámos o autor, por carta (caso de *Fátima e a Cultura Portuguesa*, 2018) os demais, objecto de esvoaçante leitura, mantemo-los diante dos olhos, sob o venerável respeito de quem deveras estimaria acerca deles meditar por escrito, não fosse o temor de subir ao púlpito, quando, na matéria de Teologia Moral, é complexo aceder à interpretação do pecado, origem do mal, e da graça, vera origem da felicidade.

Dava-se também o caso de estar em débito com uma notável obra, recebida na Primavera de 2011 – *O Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010*, fundado na aporética dialogia epigráfica – “O Labirinto da Razão e a Fome de Deus”<sup>2</sup>, do ponto de vista temporal abrangendo doze decénios (120 anos). As datas inicial e terminal são as dos anos com que Miguel Real, mediante o *Ultimato* fecha o nosso século XIX, então se iniciando a decadência inevitável da Monarquia, em que o País sobreviveu em uma espécie de álgido interregno, perturbado por vários outros acontecimentos decadentistas e letais, em que avulta o Regicídio (1908), enquanto se erguem várias opções de reformulação do Estado, alfim reconstituído na proclamação da República, levada a efeito por uma minoria perante uma maioria, ou incapaz, ou descrente, ou demitida, ou indiferente, fenómeno ainda em nossos dias, ao que parece, abundante e preferido. Os acontecimentos avocados por Miguel Real são balizados por escritores de ideias, de prosadores e de poetas celebrados. Terminal, a adesão (?) à Europa.

Em seguros painéis construídos, o autor descreve os corpos físico e mental destes doze decénios: a predominância do racionalismo (por vezes impurificado pelo positivismo, e por este de alguns modos fragilizado como real instituto da razão); a dominação providencialista (também assomando nas formas de absolutismo, de autocracia e de equivocados messianismos, umas vezes temporalista, outras embebido em uma não demonstrada religiosidade escatológica); a ascensão das vertentes modernistas e, enfim, “a permanência funda, vital e vibrante do providencialismo e do espiritualismo portugueses no decurso do tempo em vista, com balizas em a *Ideia de Deus* (1902) de Sampaio Bruno e entre outros, *Portugal Razão e Mistério* (1986-1987) de

<sup>2</sup>Lx<sup>a</sup>., INCM, 2011.



António Quadros<sup>3</sup>. Mediante estes pressupostos, o autor define os três períodos históricos que nos desafia a contemplar – os triunfos do racionalismo (1890-1930), do providencialismo (1930-1974) e ainda agora, em estes mesmos nossos dias, e do débil apelativismo em dístico poético-honórico – “Europa connosco” (1974-2010).

Pontos de partida espirituais:

“A fome de Deus”. Repetindo o nome definido em muitos pensadores (identificados) pelas palavras e pelas obras, “coexiste uma fome de absoluto e de verdade de sentido religioso ou cultural, apenas remissível no seio da filosofia perene, isto é, apenas serenada quando, enfim, repousada na anteriana “mão de Deus”<sup>4</sup> – outros preferindo a fórmula da peregrinação, ou da vida mendicante, no exercício de bater à porta, até que ela se abra.

Porém, essa fome de Deus distingue-se nas sequências expressas – uma dinâmica heterodoxa, de há séculos vigente, coexistindo com a hereditária e tradicional herança dos nossos maiores, a ortodoxia ou ortodoxias eclesiais (e não apenas de uma *eclesia* predominante, mas de todas as demais, mesquitas, templos, sinagogas...).

Nestas também se geram heterodoxias, causas de cismas e de separatismos, como efeitos de inadequadas relações entre a docência magistral ou por intromissões alógenas que dificultam o fruto da magistralidade deficientemente entendida<sup>5</sup>.

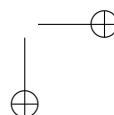
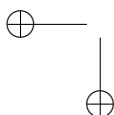
Tanto quanto à opinião comum, Portugal tem produzido indiferentismos, heterodoxias e heterodoxos (também por via da importação), mas idêntico juízo, salvo erro e omissão, não se identificam casos de heresias e de here-siarcas dos nossos naturais. O hábito de faltar ao respeito ao nome de Deus com expressões, algumas grosseiras, como ocorre em Espanha, julgamo-lo sem voz portuguesa, embora tenhamos de reconhecer que todos, de um modo ou de outro, infligimos o segundo preceito legal, invocando o nome divino em vão, mesmo em situações insólitas.

A modo de comparação, se o comum português não atende a filosofia,

<sup>3</sup>REAL, Miguel, *O Pensamento Contemporâneo 1890-2010 – O Labirinto da Razão e a Fome de Deus*, Lisboa, IN-CM, 2011, p. 25.

<sup>4</sup>*Idem, ibidem*, p. 26.

<sup>5</sup>Ignoramos quantos casos em que as heterodoxias parecem basear-se em factores afectivos, ou de falta de diálogo oportuno, mesmo em emergente desafecto pela catequese, a começar pela catequese (em profunda crise) familiar, seja religiosa, seja neutra.



também parece não atender a religião, como se fossemos por natureza laicos para aquela e leigos para esta.

O mote da gesta é constituído pela coordenativa “O Labirinto da Razão e a Fome de Deus”. Que significa “fome de Deus”? Segundo Miguel Real, “constitui a expressão sintética que define uma forte corrente espiritualista e providencialista do pensamento português contemporâneo”, em evolução de década para década”<sup>6</sup>.

Este pensativo pensamento visa “restaurar o vínculo substancial da unidade perdida da cultura e do povo portugueses [...], retomando o fio histórico de continuidade de cuja vibração constituiria o coração de Portugal”<sup>7</sup>. O Marquês de Pombal, nestes estilhaços, significa mais o nome de uma atmosfera político-social-filosófica e religiosa, do que o nome de um poderoso fidalgo.

Por “labirinto da razão” o autor entende “a expressão sintética da aspiração de inúmeros pensadores portugueses contemporâneos no sentido de estatuírem a razão como modalidade (ou via?) solidamente privilegiada do conhecimento e da acção”<sup>8</sup>.

O labirinto não é redutor. Nos exemplos aduzidos há lugar para casos da razão forte e razão fraca, ou cumprindo alianças com o humanismo (sobretudo o cristão, que assume a razão como dom), a ética laical e, até, a que ora se designa por “razão ecológica”.

O labirinto é motivo lúdico. Na sua forma arcaico-mítica, o tema requer essa origem mítica, no início envolvendo as ideias de temor e de tremor, desafios à heroicidade e às capacidades de construção e de desconstrução dos vários caminhos, apostos e/ou opostos, dificultando o achamento da via para a iniludível porta de saída (ou de entrada), pois no labirinto a razão fica prisioneira, ou, qual água corrente no leito da ribeira, impedida de correr pela construção de um açude. Ou o labirinto é a teia que ele mesmo tece para si e de que, então, anseia por libertar-se.

Em marginal glosa dir-se-á que assumida como factor absoluto, a razão fecha ou suspende a corrente de pensamento – talvez mais o especulativo do que o contemplativo – e do conhecimento (tanto do indutivo como do dedutivo?) estagnando ou não cedendo a outras adições e outros apelos, pelo que ela tende

<sup>6</sup>REAL, Miguel, *O Pensamento Português Contemporâneo*, ed. cit., p. 25.

<sup>7</sup>*Idem, ibidem*, p. 26.

<sup>8</sup>*Idem, ibidem*, p. 27.





a tornar-se factor de inquietude e também de im(paciência) metodológica. A dúvida surge aqui, como suspensão da fluência discursivo-gnoseológica, havendo motivo porventura charadístico para comparar *dúvida* e *dívida* – um obstáculo ou exigência que tende a enredar-nos, procurando solver a dívida, sem que necessariamente a solva ou dissolva, o que também pode ocorrer no teatro, em que o drama da *dúvida* se enrola, ou alguma vez se não desenrola. A página dedicada por Miguel Real à ideia (imagem) do labirinto, é excelente. Por vezes, o filósofo tem necessidade de dominar a arte dramática.

No caso da díade “labirinto da razão” – “fome de Deus”, avulta, sem que necessite de pleonástica oposição, um factor que importa, para além da díade, à tríade, o homem, a condição humana, aliás suposta em tudo quanto se acha expandido ou leccionado. Tem essa condição apenas a saga do labirinto da razão, e da fome de Deus, ou, por via desta e daquele, uma outra carência ou aporia? A sede de ser homem, ou mulher, a sede de se saber o que se é (para si mesmo e para todo o outro, seja este outro qual for), incluindo o mundo, o ser enquanto tal, o ser do homem no mundo ou, ainda além, na ideia divina.

Partindo destes motes, o autor abordará, num quadro geral (em boa verdade geralíssimo) os vectores do pensamento (geral e especial) no quadro temporal definido – vectores espiritualista, providencialista, racionalista, modernista, encerrando o excuro com um quadro configurador que permite, a um simples olhar, identificar a situação dos pensamentos e dos seus representantes no tempo, no seu vector e na relação com os demais. O resultado desta configuração demonstra, sem mais exigência, como o autor construiu uma adequada metodologia e veio a culminá-la em uma necessária e hermenêutica bibliografia.

O elenco dos autores próprios do pensamento português, que tende a abranger o pensamento para além do razoamento teórico, o prático e o filosófico, inclui dezenas de autorias ou de autonomias pensantes, apresentadas em um panorama incluyente, conseguindo uma abrangência universal, embora humanamente dizendo, cada leitor possa estender a existência de omissões, aliás inevitáveis ainda nos mais exaustivos elencos ou inventários, de onde haver lugar para achar omissão ou omissões, de onde a importância da prévia existência de inventários bibliográficos que, disponíveis, libertem o pensador de morosos tempos de pesquisa.

Testemunhámos pessoalmente, em inúmeras manhãs na sala de leitura da Biblioteca Nacional, a imersão de Miguel nas pesquisas que lhe proporcio-



naram a obra que temos em vista, omitindo a qualificação da essência, (por exemplo: filosófico, propondo a situação da categoria de tempo (contemporâneo). A omissão do qualificativo de essência permite viajar em toda a bibliografia, atinente a múltiplas disciplinas, constituindo um aglomerado de culto e de cultura, de cultuado e de aculturado, nesse aglomerado correndo, se não vimos mal, o filão discreto que se chama “filosofia”, tanto em género como em espécie.

As mentalidades agregadas nas cinco grandes capitulares coabitam e coexistem, tanto em seus próprios como em virtude das diferenças, pelo que a sinfonia não se desenvolve em clave monocórdica, mas polifónica. Há analogias e aproximações mesmo entre pensamentos que por vezes supomos estarem uns contra os outros, pois uma simples variação terminológica pode facilitar distanciação ou extremamento. Nem sempre a filosofia está desperta para a filologia, e vice-versa, para esse despertar tendo nós recebido as lições, orais e escritas do trilátero filologia, filosofia e teologia (sendo, esta, se concludente e demonstrável, ou afirmativa ou negativa ou duvidante, mas não esquecida enquanto problema da filosofia).

Entre tantos frutos de bem que todos devemos a Miguel Real, este que temos vindo a considerar constitui um mundo de gente viva e interveniente, perante a qual o autor, com método de transparência, nos convida a contemplar, como angélico mensageiro, autónomo e independente, a paisagem mental de um ciclo de tantos anos e de tantos pluralismos de ideias e de ideais. Longe ficam os tempos da medievalidade e das três tradições conviventes, mas disputantes. Agora, aberto o mundo, as tradições serão mais do que as três, e considerando a mais que possível aliança pensamento/religião, haverá necessidade de se pluralizar e de evitar o unicismo comum e corrente de *igreja*, no caso em que estejam em aula, não uma, mas as igrejas com seus próprios e, portanto, diferenças.

A profecia da Justiça/Liberdade/Bem ético, entrevista por Antero de Quental, serve muito bem de chave ao solene sermão do pregador. Seja-nos lícito julgar que o livro acerca do qual temos vindo a discorrer, torna efectivo o precónio já entoado por Miguel Real, nesse outro livro que consideramos qual prolegómeno ou litúrgica iniciação à ideia e ao ser de Portugal (*Portugal Ser e Representação*, 1998).

Usamos o substantivo precónio, porque a palavra envolve a celebração da alegria de que nada se perdeu e de que viveremos a exaltação do saber quando



o acharmos, sem pressa. Um escritor que gera e cria um texto como o citado, apresenta-se como um verdadeiro filósofo, na amplidão da secura que tantas vezes tornamos adjectivo de qualificação de “filosofia”. Não temos pressa.

Um certo dia de há muitos anos, aparecendo na tertúlia alvarinha e marinha, alguém instruído que, súbito, sem prólogo, afirmou aos circunstantes que não havia filósofos portugueses, a sagacidade de Marinho glosou: estranha coisa, o seres português e já estares a filosofar. . .

A presente empreitada de Miguel parece implicar a vantagem de continuar, respeitando análogo registo do tempo e dos modos, pelo que, havendo saúde e bom tempo, seria obra iniciática, proceder à reconstrução dos 120 anos anteriores a 1890, desse modo apanhando o ano de 1770. Considerando os prólogos e os adereços, a reconstrução abrangeria tanto a expulsão de Aristóteles, como a dos Jesuítas, como a da “reforma” da Universidade (1772), o terramoto, a ruína do mundo velho, e a inócua introdução da por vezes chamada “escolástica pombalina”, cujo mestre foi António de Génova, mestre escola de lógica e de metafísica, cujo nome passa como se não existisse e, todavia, segundo Ricardo Jorge, contribuiu para o embrutecimento de sucessivas gerações. A retrospectiva teria ainda a vantagem de, com um pouco de elasticidade, podermos compreender a natureza das ideias de Verney e, portanto, do ciclo que, grosso modo, se abre por volta de 1750.

Aclamemos, então, Miguel.

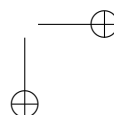
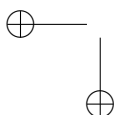
No hebraico Michael, a sílaba final, *el* remete para o nome divino. Estamos perante um nome angélico, um ser que tanto sobe para colher, como desce para depois distribuir. Nome interrogativo e questionante que, em coro com Gabriel e Rafael, compõe a angelológica septíada que assiste diante do trono “e que apresentam as orações dos justos” (Tob. 12, 15).

Nome régio, cognominado real, Miguel: *quis ut Deus?*

Graças damos a um e a outro, pelos benefícios colhidos nos simpósios que nos têm permitido partilhar. Bem-Haja, *ad multos annos*. [P. G.]

### Nota Biobibliográfica

Jesué Pinharanda Gomes nasceu no dia 7 de outubro de 1939, nos Quadrazais, freguesia do Conselho do Sabugal. Mau grado as dificuldades materiais e os sacrifícios vários que, por força das circunstâncias, teve de vencer, num percurso que o leva



do Sabugal à Guarda, daqui para o Fundão e depois para Lisboa, jamais desistiu. O genuíno amor ao saber, que desde cedo se manifestou, materializou-se na sua dedicação incondicional ao estudo e à escrita que não deixa de cultivar durante toda a sua vida, aliás, exemplarmente sintetizado na expressão: a sua biografia é a sua bibliografia. Jesué Pinharanda Gomes é, no sentido pleno da palavra, um autodidata. E se o convívio com o chamado «Grupo da Filosofia Portuguesa», concretamente com os mestres-discípulos de Leonardo Coimbra, de onde se destacam Álvaro Ribeiro, José Marinho e, mais tarde, Afonso Botelho, Cunha Leão, Orlando Vitorino, António Telmo e António Quadros..., foi muito importante na sua evolução intelectual, outro tanto se poderá dizer acerca dos bancos da Biblioteca Nacional, primeiro no Chiado e depois no Campo Grande, que foram, ao longo de muitos anos, os assentos, nas várias aceções da palavra, da sua Universidade. Foi neles que as múltiplas facetas de ensaísta, de pensador, de historiador da filosofia e da cultura, de escritor e de investigador da Cultura Portuguesa nasceram, floresceram e, finalmente, já na sua maturidade, vieram a lume, plasmadas numa vasta obra escrita que merece ser continuamente lida e estudada. Com efeito, na sequência da concessão do Doutoramento Honoris Causa a Jesué Pinharanda Gomes, pela Universidade da Beira Interior, no dia 20 de março de 2018, e por ocasião do 6.º aniversário da criação do homónimo Centro de Estudos Jesué Pinharanda Gomes<sup>11</sup> – Sabugal, que se celebra no dia 9 de junho do mesmo ano, a Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior, por iniciativa das comissões científicas dos cursos de Licenciatura e de Mestrado em Ciências da Cultura, e a Câmara Municipal do Sabugal, associada ao mencionado Centro de Estudos, decidiram organizar um Colóquio de estudo e de Homenagem a esta relevante figura da Cultura Portuguesa. Este Evento, subordinado ao tema «Celebrar o Saber Amigo», que terá lugar nos dias 8 e 9 de junho de 2018 (dia 8 na Covilhã, UBI, Anfiteatro da Parada, Polo I; dia 9 no Sabugal, CEPG), reunirá alguns especialistas que, sob diversas perspetivas e abordagens, se debruçarão sobre a obra do autor homenageado, não deixando, naturalmente, de destacar algumas passagens marcantes da sua vida.



## 2.2.15. Miguel Real, um dos Últimos Intelectuais<sup>1</sup>



**João Maurício BRÁS**  
CLEPUL

Agradecer o convite, Miguel Real merece como poucos em Portugal ser homenageado e estudado. Por questões profissionais não estou fisicamente presente, o professor José Eduardo Franco terá a bondade de ler este testemunho. Tudo o que aqui vai escrito vincula-me apenas a mim.

Uma declaração de interesses, tenho uma profunda amizade e admiração pelo Miguel Real. Sei que há quem goste e quem não goste do Miguel. Ele de facto tem poucas qualidades. Estou a ser irónico. É inteligente, é um homem bom, tem uma obra como poucos (em qualidade, quantidade e diversidade), é dos pensadores mais fecundos e incontornáveis do presente, é também um escritor de mão cheia e tem divulgado, mais que ninguém, muito boa gente. O pensamento em Português e sobre Portugal não se faz sem termos Miguel Real como referência. Outro pormenor relevante. Não pertence a capelinhas, nem a seitas. Construiu a sua carreira pelo seu pulso, não adorou nenhum ídolo da tribo, nem foi pajem de alguém dessas áreas por vezes nebulosas, no nosso meio e não só como a “cultura”, a “literatura”, ou um certo “conhecimento”. Constrói por si a sua obra e o seu trabalho, não é nenhum anão de saltos altos a tentar colocar-se em bicos de pés, nem nenhuma figura intocável ou de

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 559-566.





qualidade duvidosa, nem um especialista na arte lusa de quem estás sedento de elogios e prémios, não sabemos também quem é o seu pai, mãe ou padrinhos. O Miguel é um dos últimos grandes intelectuais a sério que temos. O que torna este colóquio um ato de coragem e independência admiráveis.

Seria bom estar na UBI por vários motivos, estão cá alguns antigos colegas que foram modelos e inspiração do que eu hoje devia de ter sido com estudante. Alunos extraordinários com os quais muitos aprendíamos, falo do professor António Amaral e José Rosa. Não esqueço também as aulas com o Professor António Fidalgo e o incontornável Feliz Grayeff, *Exposição e Interpretação da Filosofia Teórica de Kant*. Estes alunos estão em boas mãos, uma boa notícia, portanto, nos tempos que correm nas ciências sociais e humanas.

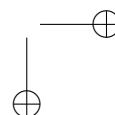
Algumas universidades com ciências sociais e humanas vivem um tempo dramático, falta-lhes Migueis Reais. No presente, as ciências sociais e humanas e não quero cometer o erro da generalização, atravessam tempos complicados, basta ler teses e trabalhos, muitos incompreensíveis ou meros trabalhos ideológicos disfarçados de conhecimento, centros de treino de justiceiros sociais e de funcionários das agendas progressistas. As humanidades, em Portugal para variar, ainda estão no início de algo que já está avançando em outras paragens, por vezes o atraso tem vantagens estão cada vez mais transformadas numa espécie de cursos culturalistas.

Uma distinção importante, Miguel Real é um filósofo da cultura não é um culturalista, no sentido que o culturalismo tem hoje. Chris Baker ajuda-nos a perceber as minhas palavras:

Os estudos culturais constituem um corpo de teoria construída por investigadores que olham a produção de conhecimento teórico como uma prática política. Aqui, o conhecimento não é nunca neutral ou um mero fenómeno objetivo, mas é questão de posicionamento, quer dizer, do lugar a partir do qual cada um fala, para quem fala e com que objetivos fala<sup>2</sup>.

Muitos departamentos, como início no universo anglo-saxónico degradaram-se num ativismo falacioso, superficial e reativo e com um determinado tipo de jargão demencial. Há um mês um aluno de uma faculdade de Filosofia

<sup>2</sup>BARKER, Chris, *Cultural Studies – Theory and Practice*, Los Angeles/London, Sage, 3rd, 2008, p. 23.





falava comigo sobre autores para fazer um trabalho de Antropologia filosófica, o docente propunha Judith Butler. Nesses cursos, particularmente nas literaturas, como nas artes, e mesmo na História, na Sociologia, na Psicologia do papel e caneta, aprendemos que os contos de fadas são machistas, que vivemos numa sociedade patriarcal, heteronormativa, egofalocêntrica, que só os brancos são racistas, que a cultura ocidental é opressiva e colonialista, que por exemplo, mais importante que a boa literatura, é a literatura gay, feminina, isto e aquilo. Que os conteúdos da literatura ou da sociologia são anti-Bolsonaro e anti-Trump, (o que nem é a pior das opções) que fazer História é desconstruir passados diabólicos. Percorrer os temas de alguns seminários e conferências é perceber como se estão a tornar em comícios e exorcismos políticos. Dirão alguns, são exceções, sim, mas quando as exceções são superiores à regra, algo se passa. É difícil navegar nestas águas, mantendo a lucidez e a autonomia.

Penosamente, muitos colóquios e cursos estão peçados de ideologia de género, pós-colonialismos, teorias críticas disto e daquilo, estudos queers, estudos pós-coloniais, estudos do género, etc.. Por cá, ainda faltará algum tempo para se generalizar, chegará ou não? Depende de todos. Mas estamos aqui por outro motivo, por um motivo que vale a pena, falar e pensar: a obra e a pessoa de Miguel Real.

Uma universidade interessar-se por um autor vivo, um português, um pensador, ensaísta, crítico e escritor, tem um valor incalculável nos tempos de hoje. Há uma crítica do senso comum a fazer, a universidade portuguesa vive fechada dentro de si própria, ora este encontro é uma prova que essa abertura ao pensamento dentro e fora de portas é fundamental.

Miguel Real é, queira-se ou não, uma das figuras maiores do pensamento em Portugal. Não só pela que tem de produção original, mas pelo seu trabalho crítico e de divulgação.

Não menos importante, e aqui teríamos novamente que falar do carácter, quem hoje em dia tem tempo para os trabalhos, os livros e as ideias dos outros como é o caso de Miguel Real? O seu trabalho de recensão e divulgação dos autores portugueses é único. Esse trabalho torna Miguel Real uma instituição, digo-o sem ironia. Em Portugal vive-se em pequenas capelinhas, amiguismos, favores, onde atribuímos prémios uns aos outros nessa morgue que é muitas vezes o ambiente ensaístico e cultural, pois sem pessoas como Real seria um deserto absoluto. Quantas revistas, publicações, divulgação do pensamento



em Portugal existem e para quem? Que apoios têm quem quer verdadeiramente trabalhar, dinamizar a investigação, o ensino e a publicação?

Até neste aspeto, o nosso autor é distinto.

Miguel Real é de facto uma figura ímpar e incontornável. Felizmente, ainda vamos tendo gente que pensa de modo livre e com percursos singulares relevantes. Lembro-me, por exemplo, de Eduardo Lourenço ou do bem mais jovem Onésimo Almeida ou mesmo da pessoa a quem pedi para me fazer o favor de ler estas linhas: José Eduardo Franco.

O conceito “intelectual” na sua aceção mais nobre surge-me sempre que penso sobre a obra e o trabalho do nosso autor. Conheço a história do conceito e as suas radicações, opto por uma leitura mais livre.

A figura do intelectual e do pensador é um dos pilares da cultura Ocidental e do que esta cultura imprimiu na história da humanidade e nada tem a ver com o estado do presente. O intelectual clássico é uma figura em extinção, tal como se extinguiu, salvo honrosas exceções, algumas certamente presentes, o jornalista, que eram pilares da civilização Ocidental.

O saber enciclopédico, a intervenção no plano intelectual e cívico, um saber teórico, mas inseparável de uma dimensão prática, eram uma constante neste tipo de figuras, substituído no presente pela figura do especialista em generalidades, o tudólogo ou, num plano mais sério, pelo especialista numa especialização que apenas é audível para si mesmo ou para algum iniciado. Sim, este último é, em muitos casos, o académico que, especialmente por cá, se fecha no seu mundo e deixa de sair e intervir na cidade, de tomar a palavra.

Temos medo de falar de decadência, tudo hoje em dia é mudança, a decadência é um conceito antiquado, mas vivemos tempos de decadência, da democracia, mas também do ensino e das ideias; não em todas as áreas, as ciências duras não param e tem mais autodefesas perante as ideologias.

A extinção do intelectual é um dos fatores dessa decadência. Mas esta figura é cada vez mais necessária. Pensar, exercitar a crítica e a análise, pensar como tempo e cuidado é a atividade do nosso autor que só se pode sentir deslocado num mundo deliberadamente repleto de ruído, reatividade e superficialidade, bombardeados que estamos por um excesso de informação, para que nada seja pensado com tempo e distanciamento.

Este é o tempo dos média, das redes sociais e da ignorância e manipulação despótica dos especialistas em generalidades e das máquinas de produzir uniformidade. Os que substituíram os intelectuais, uma nova elite mediática





está inquieta, fenómenos políticos recentes e preocupantes colocam o seu poder em causa, e deixaram de criar a realidade e simultaneamente a interpretar para as massas que reproduziam passivamente no nosso conforto Ocidental. Esta elite matou o intelectual assim como é responsável pela destruição da democracia e o triunfo da política dos oportunistas e cínicos, novas oligarquias de interesses e do poder pelo poder.

O intelectual clássico no sentido mais nobre do termo, não estava isolado da vida da comunidade, da situação política do país e do mundo. Miguel, embora como anunciou já em livro, está cada vez mais recolhido na sua Sintra e nos seus trabalhos, mas tem sempre dados provas do seu comprometimento com a realidade. Por exemplo, recorde apenas as primeiras páginas da *Nova Teoria do Mal*, e as intervenções de Miguel Real após a crise de 2012 são invulgares pela independência e frontalidade. Outros textos como *A Ministra* (Quidnovi, 2009), *O Deputado da Nação* escrito com Manuel da Silva Ramos e *O Último Europeu: 2284* são obras, embora distintas, de intervenção cívica e que interpelam o nosso presente.

Alguns aspetos decisivos da sua obra.

Nas suas intervenções e textos é mais que evidente que não é um pós-moderno ou a figura do novo liberal que julga o passado a partir do presente (o velho anacronismo) e quer rever a história a partir da sua ideologia salvífica. O intelectual clássico julga e analisa o presente a partir do passado. A ideia de que o presente é sempre melhor que o passado, e o futuro que o presente, é falaciosa e sinistra. As procuras dos fundamentos, da filiação, da ancoragem, das estruturas de fundo de uma cultura estão bem presentes nos ensaios do nosso autor sobre Portugal e até nos seus romances.

Miguel Real é um bom antídoto contra o novo pensamento do presente repleto de chavões e os slogans que se limitam a incidir sobre os efeitos e as consequências, como se fossem as causas e os fatores. Também não é um *Pangloss* (há os ingénuos e os tacitistas) que acredita que o progresso é inelutável e que vivemos no melhor dos mundos.

Não é um relativista nem um culturalista disfarçado de uma espécie de liberal ironista Rortyano, para quem um tratado e um sermão, ou um jornal e uma novela, são a mesma coisa, ou que tudo é texto, linguagem e perspetiva, e para o qual a cultura é uma conversa mais ou menos indiferenciada sobre o mundo.



Não encontramos nas suas obras apenas umas pinceladas sociológicas e jornalísticas (sem desprimor para a boa sociologia) ou um conjunto de informações, nem tão pouco enfermam do defeito daqueles que fazem da filosofia, cada vez mais moribunda, os discursos ilegíveis ou patéticos como os Zizeks do presente. Também não encontramos um ativismo delirante, tão comum em tantos trabalhos, onde o conhecimento se transforma em ideologia.

Um intelectual clássico oferece-nos um conhecimento proveniente de uma especialização autêntica de primeira ordem sobre temas determinados, constitui-se como uma referência nas suas áreas dos conhecimentos e usa o direito e dever de se mobilizar em defesa de valores importantes quando estes não lhes parecessem adequadamente protegidos ou estão em risco. E a legitimidade advém do seu trabalho e pode mesmo contrapor-se a uma ordem política, académica, etc.. Ora, como já vimos estes intelectuais em tempo de simplificadores, estão em extinção.

Jurgen Habermas, numa entrevista de 2018 ao *El Pais* sobre o fim dos intelectuais, lançava uma séria advertência: “Eles não podem existir se já não há mais leitores aos quais continuar a alcançar com os seus argumentos”. A falta de uma consciência crítica que nos interpele e não apenas a do novo intelectual, o jornalista opinativo que nos lança uns chavões publicitários para repetirmos, é um fator de decadência civilizacional. Temos que voltar a ler e a debater argumentos que não pertencem ao tempo rápido, emotivo e superficial, ou seja, temos que ler Miguel Real.

Sobre a obra do nosso autor destacar apenas algumas ideias. Interessa-me particularmente os textos de cariz filosófico, os livros sobre ética e sobre a filosofia portuguesa e em Portugal a que a seu tempo terão o seu merecido ensaio.

A cultura, particularmente a cultura portuguesa, a religião ou o ajuste de contas com esta, a ética e a moral são traves das suas reflexões filosóficas.

A ficção é também uma vertente do seu trabalho que ganhou progressivamente dimensão ao longo dos anos, particularmente o romance, mas também o teatro, onde se destaca a colaboração da sua mulher Filomena Oliveira.

Do ensaio filosófico destaco as obras: *Nova Teoria do Mal: Ensaio de Biopolítica*, 2012, *Nova Teoria da Felicidade*, 2013, *A nova teoria do Pecado*, 2017, *O futuro da religião*, 2014, *Nova Teoria do Sebastianismo*, 2014. *Manifesto em defesa de uma morte livre*, 2015, *O Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010 – O Labirinto da Razão e a Fome de Deus*, 2011. Este



último, é um bom exemplo, do método de Miguel Real. Ao historiar um tema, as suas opções de autores fornecem-nos informações importantes sobre o seu pensamento. Diria mesmo que nesta obra monumental encontramos também uma chave para compreendermos o seu pensamento. A produção filosófica prolifera nesses anos de 2012 a 2017, retomam, de certo modo, com uma outra amplitude, a vocação filosófica quem vem dos anos oitenta, especialmente ligado ao ensino como traduções e obras sobre Leibniz, Sócrates, Filosofia e ética, etc.

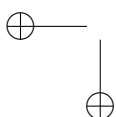
Acredito que há uma luta permanente entre o romancista e o filósofo, espero que nunca um deles ganhe. O cruzamento entre a questão de Portugal no plano cultura, das ideias e dos comportamentos cruza com a ficção, ou seja, da literatura e está patente, não só nos ensaios, mas na sua vasta obra literária.

A sua investigação sobre o que é Portugal, o que podia ser, o que é ser Português e quem são afinal os portugueses e como se percebem, é das mais importantes nessa longa tradição de portugueses a pensar Portugal. Saber o que somos é pensar porque somos o que somos, mas também o que podemos ser.

Não me vou deter em especificidades, mas nada fica a dever a Antero, Eduardo Lourenço ou Onésimo Almeida. Acresce que a sua interrogação sobre Portugal vem até ao presente, e é uma das vozes mais lucida na atualidade sobre o nosso século XXI e os seus embustes, numa visão que não é partidária. Claro que podemos discutir as suas análises e teses, mas devemos passar por elas, confrontar-nos com elas.

Destaco especificamente estes trabalhos: *Portugal: Ser e Representação*, 1998, *A Morte de Portugal*, 2007, *Introdução à cultura portuguesa: Séculos XIII a XIX*, 2011, *Portugal: Um País Parado no meio do Caminho (2000-2015)*, 2015, *Traços fundamentais da cultura portuguesa*, 2017. Assim como o estudo de figuras chave da cultura portuguesa como *Marquês de Pombal*, *Eça de Queiroz*, *José Saramago*, *Agostinho da Silva*, *Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa* e com especial importância, *Eduardo Lourenço*.

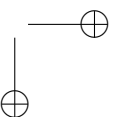
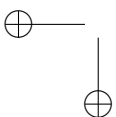
Assim termino, felicitando a organização do colóquio e deixando uma sugestão, que esta ideia continue e, para o ano, pensemos e conversemos sobre a obra de outro autor Português fundamental: Onésimo Almeida.





### Nota Biobibliográfica

Nasceu em Sines em 1968, doutorado em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa. Professor de Filosofia, publicou nessa área os seguintes livros: *O Mundo às Avessas – O Manicómio Contemporâneo* (Opera Omnia, 2018), *O Negativo. A importância do conceito na cultura e na história* (Theya Editores, 2018), *Identidade, Valores e Modernidade, O Pensamento de Onésimo Teotónio de Almeida* (Gradiva, 2015). Co-autor, com Onésimo Almeida, *Utopias em Dói Menor* (Gradiva, 2012), *A importância de desconfiar* (Nova Veja, Lisboa, 2010), *O pensamento insuportável de Emile Cioran – Um itinerário do desespero à lucidez* (Campo das Letras, Porto, 2006).





## 2.2.16. O Salmão e o Encanto de Luís Martins<sup>1</sup>



**João MORGADO**  
Escritor

Como sabem, Luís Martins é o *pseudónimo humano* com que assina na vida o autor chamado ‘Miguel Real’. É o homem que está por detrás de tudo, das máscaras de romancista, ensaísta, pedagogo, filósofo... é a ‘casa-mãe’ de tudo o que nos habituamos a admirar. Entre tantos que estudam, e se aprofundam na sua vasta obra, permitam-me aqui o meu testemunho pessoal para assinalar o seu lado humano. Não serei a melhor pessoa para falar dele, não sou visita da casa, não sou familiar, não sou companheiro de trabalho... mas sou um sincero admirador e amigo. Não aquele que telefona todos os dias, mas aquele que não tem dúvidas da sua genuína amizade, que sente uma alegria sã quando o encontra e a vontade de um abraço seu.

A primeira vez que o encontrei senti que já há muito era amigo dele, que só estávamos atrasados no encontro. Mas a vida é como o serviço de finanças, encontra sempre forma de nos pôr em contacto... só que neste caso, a nossa relação não é de cobranças, mas de dádivas. E quem o conhece, sabe que sempre teremos a balança a nosso favor, tal é o humanismo e a entrega de Luís Martins aos projectos e aos amigos.

Eu lancei o meu primeiro romance em 2010, *Diário dos Infiéis*, na Oficina do Livro. Em 2012, escrevi o *Diário dos Imperfeitos*, mas a editora não lhe

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



pegou. Acabaria por ganhar o prémio Literário Vergílio Ferreira e ter uma edição de autor. Resumindo, um escritor entre tantos. Apenas mais um.

Quando lancei o livro em Sintra, uma amiga comum, disse-me que ‘Miguel Real’ poderia apresentar o livro. Respondi que seria uma honra, mas que tal me parecia impossível. Mas assim aconteceu! Sem nunca ter falado comigo, o Luís Martins deu-se ao trabalho de ler os meus dois livros, de os anotar, de os apresentar, de escrever sobre eles. Recordo bem essa sessão. Uma noite inesquecível! A noite em que, pela primeira vez, apresentou um livro meu; a noite em que jantamos juntos e conheci a sua inestimável companheira de vida, Filomena; a noite em que o Kelvin, do F. C. do Porto, marcou um golo ao Benfica, aos 92 minutos, e perdemos o campeonato... (Quem gosta de futebol, sabe do que estou a falar!) Realmente, há noites que não se esquecem...

Com este pequeno exemplo, quero sublinhar uma faceta importante de Luís Martins – a sua enorme disposição para colaborar com toda a gente. Para ler um livro, para apresentar a obra de alguém, para corrigir um texto, para escrever um artigo, para marcar presença num evento, para dar bibliografia a outro autor... Eu tenho recebido essa sua atenção e sou-lhe eternamente grato, porque sei que é uma disponibilidade que não se pode inscrever apenas no campo da simpatia e amizade pessoal. É algo bem mais profundo – é um despende de tempo, um dispêndio de atenções, um desgaste de energia pessoal.

E esta altruísta entrega de Luís Martins aos seus amigos e à literatura – que pode ser testemunhada por imensa gente –, representa um sacrifício pessoal, que lhe retira a concentração no seu próprio trabalho. Diria mesmo, que prejudica o ‘Miguel Real’ que há em si, ao retirar-lhe o foco no engrandecimento da sua obra vasta, polifacetada e complexa.

O dramaturgo Jules Renard dizia que “é uma hipocrisia esforçarmo-nos para ser bons; temos de nascer bons ou então não vale a pena metermo-nos nisso.” Acredito que o Luís Martins nasceu bom, porque faz tudo isto sem esforço, com a maior das naturalidades. É a sua amizade activa, a sua forma altruísta de se relacionar, é a sua forma de estar e de viver... e importa sublinhar, que esta sua dedicação permanente às pessoas, esta incapacidade de dizer *não*, esta entrega aos outros, efectiva e afectiva, real e palpável, muitas vezes o desgasta fisicamente, o prejudica na saúde, e no tempo que devia dedicar ao seu pensamento, ao desenvolver da sua própria obra.



Já comentei isto com ele. Mas onde, por amizade e sentido de protecção, eu vejo o copo meio-vazio... ele responde com bonomia, que está meio-cheio. Diz que ao ler os livros dos outros está a alargar os seus conhecimentos e a sair, tanta vez, da sua *zona de conforto*, que ao colaborar com os outros está, também, a reflectir e a aprender, que ao dedicar-se a quem gosta, tem mais a ganhar que a perder. Esta postura não é hipocrisia, não é tacticismo para algum fim, é generosidade desmedida e pura. Luís Martins é mesmo assim, e o ‘Miguel Real’ acompanha-o sem protestar...

Como amigo, como autor, eu agradeço. A literatura agradece. O ensino agradece. A Cultura portuguesa agradece.

E se aqui me permito destacar esta faceta mais humana, é porque, infelizmente, esta não é a regra, é a excepção. Nas vaidades da literatura e do mundo académico há sempre um olhar por cima do ombro, uma concorrência aguerrida, uma inveja mal disfarçada, um “bota-abaixo constante”... e encontrar um salmão que sobe o rio contrariando a corrente dominante, deve merecer o nosso destaque, o nosso reconhecimento público, o nosso aplauso mais sentido.

“É absurdo dividir as pessoas em boas e más” – dizia Oscar Wilde. – “As pessoas ou são encantadoras ou são aborrecidas.”

Resta-me acrescentar apenas que, de aborrecido não tem nada. Para mim... Luís Martins é uma pessoa encantadora.

João Morgado [www.joaomorgado.net](http://www.joaomorgado.net)

### Nota Biobibliográfica

Nasceu em 1965, em Aldeia do Carvalho, Covilhã. Poeta e romancista, é formado em Comunicação pela Universidade da Beira Interior e tem um mestrado em Estudos Europeus na Universidade de Salamanca, Espanha, e uma pós-graduação em Marketing Político pela Universidade Independente/Universidade de Madrid. Trabalhou como jornalista e, para além da imprensa regional, escreveu no diário “Público” e semanário “Sol”. Actualmente, é consultor de comunicação nos meios empresariais e políticos. Assumiu o cargo de Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara de Belmonte. Na literatura, afirmou-se com dois romances: *Diário dos Infiéis*, 2010, e *Diário dos Imperfeitos*, 2012. Estas duas obras foram posteriormente adaptadas ao teatro pela ASTA



– Associação de Teatro e outras Artes. Lançou recentemente a obra *Vera Cruz* sobre a vida desconhecida de Pedro Álvares Cabral. É coordenador do Festival Literário de Belmonte – Diáspora. Recebeu os seguintes prémios: Prémio Nacional de Literatura Lions 2015, Prémio de Poesia Manuel Neto dos Santos 2015, Prémio Literário Fundação Dr. Luís Rainha Correntes d’Escritas 2015, Prémio Literário Alçada Baptista 2014, 2.º Prémio Concurso Literário Dr. João Isabel, 2013, Prémio Literário Vergílio Ferreira 2012. Livros escritos por João Morgado – Romance: *Vera Cruz*, Biografia de Pedro Álvares Cabral, Clube do Autor, 2015; *Diário dos Imperfeitos* (Prémio Literário Vergílio Ferreira 2012), Editora: Kreamus –2012; *Diário dos Infieis*, Editora Oficina do Livro (Leya) – 2010. Contos: *O Pássaro dos Segredos, Conto Ilustrado*, Editora Kreamus, 2014; *Meio-Rico* – Contos, Editora Kreamus – 2011; *Falstaffe o Vinho de Roda* – Conto, In: *Contos com Vinho da Madeira*, Edição Instituto do Vinho da Madeira (Colectânea) – 2009. Poesia: *Para Ti*, Editora Kreamus, 2014. Colectâneas de Poesia: *Poesia Arte*, Edições Oz, 2015; *Marginália*, ed. Edita-me, 2015; *Água de Doze Rios*, ed. Coisas de Ler, 2012; *Colectânea de Poesia Contemporânea da Beira Interior*, Coordenador e Co-autor, Editora: Kreamus – 2000. Fotografia: *Covilhã e a Estrela*, Coautor (Texto) Fernando Chaves (Fotografia), Editora Kreamus – 2001. Estudo: *Covilhã e a Imprensa – Memórias de um século: 1864/1964*, Editora, Associação Nacional de Imprensa Diária e Não Diária – 1998.





## 2.2.17. O Livro é o Mais Perfeito Retrato do Homem<sup>1</sup>



**José ANTUNES**  
Escola Sec. Matias Aires

É esta, a majestática afirmação com que são agraciados os leitores, à entrada de uma livraria do Concelho de Sintra, propriedade de uma das maiores redes de livrarias do nosso País (provavelmente o nome mais antigo no âmbito da atividade livreira ainda em atividade). Apesar de desconhecer se a asserção foi concebida, especificamente, para este escaparate ou se decorre do texto de alguma das suas obras, mesmo para quem não o conhecesse jamais ficaria indiferente ao nome que assina a sua autoria, Miguel Real.

Considerando mais esta feliz iniciativa de reconhecimento do trabalho de um dos grandes nomes do atual pensamento português, que não posso deixar de felicitar, gostaria de expressar o meu singelo depoimento sobre este sintense (por opção), que há muito vem projetando ‘Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa’, título de uma das suas obras, publicada em março de 2017. O meu relacionamento com Miguel Real é o de um comum leitor que, apesar de colega de profissão, se cruzou com ele apenas duas ou três vezes. Uma dessas vezes, a segunda, ocorreu, precisamente em março de 2017, na Casa da Cultura Lívio de Moraes - Mira Sintra, em Agualva-Cacém. Por essa altura, a Escola Secundária Matias Aires assinalava o tricentenário da chegada do seu patrono, Matias Aires a Lisboa, vindo de S. Paulo (em 1716),

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



organizando o colóquio ‘Matias Aires – O Homem, a vida e a obra, 300 anos depois’.

No painel que tive oportunidade de moderar, para além do antropólogo Rui Oliveira e do historiador, Jorge Trigo, participava o pensador Miguel Real. Apesar de afirmar não se identificar muito com a designação de filósofo protagonizou, perante uma plateia de professores, alunos e representantes de outras entidades do Concelho, mais um contributo marcante para a divulgação da obra, pouco conhecida, de Matias Aires Ramos da Silva de Eça, a propósito de quem havia publicado um ensaio, em abril de 2008, denominado ‘Matias Aires – As Máscaras da Vaidade’. A despeito do rigor das restantes participações, a intervenção de Miguel Real acentuou-se pela segurança com que interagiu e presentificou o pensamento deste *sui generis* filósofo, do século XVIII.

Anteriormente, e por coincidência, no mês de abril de 2008, ano em que a Escola Secundária Matias Aires assinalava o seu vigésimo aniversário, e por altura da publicação do seu ensaio sobre Matias Aires, tive igualmente o privilégio de poder participar, conjuntamente com uma turma do Curso Profissional de Animador Sociocultural, na sessão organizada pela Biblioteca da escola, onde Miguel Real discorreu exemplarmente sobre a obra matiana que, nas suas palavras, “(se) estatui genuinamente como uma ilha intelectual no panorama da cultura portuguesa da segunda metade do século XVIII”<sup>2</sup>.

Apesar de nunca ter sido esta a sua escola, o filósofo, professor de filosofia, Miguel Real não deixou nunca de colaborar com professores e alunos da Escola Secundária Matias Aires, sempre que lhe foi solicitado. Sobre a amplitude e profundidade da sua obra enquanto pensador português, que pensa e reflete sobre o pensamento do seu país, muitos possuirão autoridade bastante para lhe reconhecer o seu contributo. Pela minha parte, na qualidade de professor, gostaria apenas de registar aqui o agradecimento de quem se entusiasmou, a ponto de iniciar uma pesquisa apaixonada sobre o pensamento matiano, que ainda hoje se mantém. Para terminar, e voltando aos livros tal como no início desta brevíssima nota, apetece-me recordar a afirmação de Jorge Luis Borges “Sempre imaginei que o paraíso fosse uma espécie de bi-

<sup>2</sup>REAL, Miguel, *Matias Aires – As Máscaras da Vaidade*, Lisboa, Setecaminhos, 2008, p. 13.



biblioteca”<sup>3</sup>, para, humildemente, lhe acrescentar que o meu maior desejo é que lá possamos também encontrar obras de Miguel Real.

José Antunes – professor de filosofia da Escola Secundária Matias Aires

### **Nota Biobibliográfica**

José Antunes, nasceu em Lisboa, 62 anos, Professor do Grupo 410 da Escola Secundária Matias Aires/Agrupamento Agualva Mira Sintra; licenciado em Filosofia – Universidade de Lisboa e Mestre em Filosofia da Educação – Universidade Nova de Lisboa.

---

<sup>3</sup><https://bsf.org.br/2014/02/04/bibliotecas-paraiso-borges/> (Consultado em 31-05-2021).





## 2.2.18. Miguel Real<sup>1</sup>



**José Manuel MENDES**  
Associação Portuguesa de Escritores

### Meus Amigos

Na impossibilidade de outra solução, torno-me presente através deste pombo-correio que as palavras também são. Apraz-me a iniciativa de homenagear Miguel Real, num tempo próprio e segundo critério que se revela judicioso.

Ele é, pela obra construída ao longo dos anos, poligenérica e interferente, um Autor que nos implica – nas tramas ficcionais e na crítica de jornal, no ensaísmo como na reflexão histórica e filosófica, através da produção dramática ou, em síntese e sobretudo, no modo de pensar-nos, entes frágeis num quotidiano de erosão e utopia, derrota e temeridade, medos e insubordinações. No modo de pensar-nos enquanto comunidade, povo, país, um país com nome de lonjura e devir. Docente, figura pública a promover aberturas para a mediação cultural (sociopolítica e cultural, se preferirmos) que urge nas relações da cidadania com o Estado, burocrático e rebelde a questionamentos fundamentais, o Miguel, cujo molde afectivo apenas acentua a seriedade e o peculiarismo de um labor infatigável, é alguém que, no espaço público, se bate contra a indiferença, a letargia e as liturgias mediáticas do vácuo, as ego-epifanias que conspurcam, tanto como as práticas venais, os rios solidários. E

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

fá-lo disponível para uma relação dialógica, até com os detractores obstinados. Quem os não tem? Saúdo-o, pois. E abraço-o com apreço e amizade, desde longe querendo-me perto, na sessão que aí decorre.

Boa jornada a todos.  
O meu obrigado.  
José Manuel Mendes

### **Nota Biobibliográfica**

José Manuel Mendes nasceu a 9 de Setembro de 1948 e licenciou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1978. Escritor e professor da Universidade do Minho, é detentor de um vasto currículo profissional. Desde 1992 é presidente da direcção da Associação Portuguesa de Escritores, tendo sido membro da Alta Autoridade para a Comunicação Social (01/06). Foi, também, presidente do Conselho de Opinião da RDP (95/01), co-fundador e dirigente da Associação Portuguesa de Escritores Juristas. Preside ao Conselho Fiscal da Associação de Amigos do Monde Diplomatique e é membro do Conselho Cultural e Geral da Fundação Carlos Loyd Braga. Conferencista e comentador é, ainda, membro do Conselho Directivo da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva e director da Revista *O Escritor* desde o seu lançamento (1993). Pelo seu empenho e profissionalismo, foi condecorado por diversas vezes: Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique (2006), Grande Oficial da Ordem do Mérito (1995), Medalha de Mérito Cultural (2004), Commandeur du Ouissan Alaoui (Marrocos 1990). Escritor aos 15 anos é detentor de várias publicações, prefácios e posfácios, tendo vindo a colaborar com numerosas revistas e jornais. Na rádio, foi co-autor de vários programas radiofónicos, tendo sido, ainda, comentador do programa? Choque Ideológico? da RTPN. Integrou, como membro do júri, várias iniciativas, sendo ainda o criador do Programa Cultural de dezoito edições da Feira do Livro de Braga antes do actual modelo. Foi ainda professor do ensino secundário e deputado municipal e deputado à Assembleia da República. (“Galardões à nossa Terra”. Disponível em <http://galardoesanossaterra.direnor.pt/nomeados/edicao/14/716>, acedido a 16-10- 2018).



## 2.2.19. Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa<sup>1</sup>



**Manuel SÉRGIO**

Professor catedrático aposentado da FMH/UL

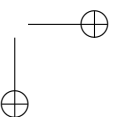
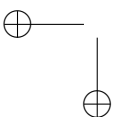
Tenho a honra de ser amigo e, portanto, de beneficiar do convívio de dois dos mais penetrantes filósofos da cultura que me é dado conhecer, em língua portuguesa: Miguel Real e José Eduardo Franco. Hoje, quedo-me diante do livro de Miguel Real, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*<sup>2</sup>. Não é frequente, entre nós, uma fidelidade racionalista e agnóstica, ao jeito dos iluministas franceses, coabitar com uma procura (racionalista ainda) da “essência identitária de Portugal”, já que o individual e o coletivo, o abstrato e o concreto emergem sempre de um todo, de um país, de um povo e exprimem-se numa determinada língua. E, assim, na cultura portuguesa, são diversas as facetas que lhe dão uma amplitude que está bem longe de poder reduzi-la à inteligência ou à fé, ao sentimento ou à razão, à religião ou à filosofia. Relembro, neste passo, o ensaio magistral (parece-me a palavra certa, para classificá-lo) de Miguel Real, *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*<sup>3</sup>. Li este livro, com grande proveito e imenso deleite e nele colhi o seguinte:

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup>REAL, Miguel, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Planeta, Lisboa, 2017.

<sup>3</sup>*Idem*, *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*, Lisboa, Quidnovi, 2008.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 577-583.



[...] segundo Eduardo Lourenço, para que a cultura portuguesa conte no palco europeu tornava-se necessário ultrapassar o folclorismo e o exotismo dos nossos costumes e elevar os nossos olhos culturais a um nível universal, entendível por todos os povos. Para tal, uma absoluta condição é necessária – o diálogo com a Europa, esse diálogo que a nós e à Espanha vem faltando desde a instauração da Inquisição, na primeira metade do século XVI<sup>4</sup>.

Até que “a elevação do nível de vida das populações ao longo do século XX, a instauração de uma democracia europeia em 1974 e a participação de Portugal na Comunidade Europeia, a partir de 1980-1986 provaram que o que aparentemente se evidenciava como uma diferença de natureza cultural entre Portugal e a Europa Central constituía, afinal, uma mera diferença de grau evolutivo”<sup>5</sup>.

Do que venho de citar se infere que

se pela integração europeia Portugal cumpre o seu sonho político e cultural de 300 anos, desde o Marquês de Pombal, e se pela integração lusófona presta continuidade à sua história imperial, não agora como potência dominadora, apenas como par entre pares, é pela última vertente cultural, a da globalização informática, a da ciberdemocracia, a do aprofundamento e transparência das relações entre os cidadãos e entre estes e as instituições sociais, mormente o Estado, por via da comunicação eletrónica, que Portugal coabita verdadeiramente com a substância viva e cultural do presente, preparando o futuro de um modo mais aberto e tolerante. Se estas três vertentes se cumprirem em perfeição ao longo da primeira metade deste século, Portugal deixará de ser um país suspenso no tempo<sup>6</sup>.

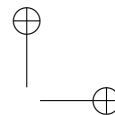
A propósito de “país suspenso no tempo”, Miguel Real adianta um texto seminal: “Um país suspenso no tempo é um país que não se realiza, habitando uma excitação mental vazia de estímulos de orgulho, para a qual um pequeno feito (a vitória num campeonato internacional de futebol, por exemplo) sabe a

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, p. 23.

<sup>5</sup> *Idem, Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, p. 48.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 57.

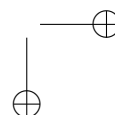
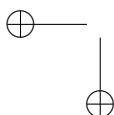




triunfo imorredoiro”. O que se passou, com os Mundiais de Hóquei em Patins, nas décadas de 40 e 50, em Portugal, ilustra bem o que o Miguel Real pretende dizer de um país norteado por catecismos inoperantes, porque dogmáticos, e portanto incapazes da criação de liberdade e democracia, de um diálogo estimulante e retificante – e até daquelas “contradições” que permitem, como “conditio sine qua non”, o desenvolvimento. Voltemos a Miguel Real: são três os absolutos culturais, que “suspendem Portugal no tempo, furtando-o à contingência da história”: proselitismo ortodoxo, à luz das valências teológicas do Concílio de Trento e dos imperativos da Inquisição; sebastianismo que afinal “consiste na criação, consolidação e cristalização mental de uma alucinação fantasmática primordial”, como Miguel Real o define, noutra obra sua, também emblemática, *Nova Teoria do Sebastianismo*); e quinto-imperialismo do Padre António Vieira, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva.

Pede-se, hoje, à Filosofia, para que não pareça um sistema fechado e terminal, que prossiga no caminho da desconstrução, iniciado por Marx, Nietzsche e Freud. Os nossos absolutos culturais, verdadeira autobiografia da alma nacional, criam e sustentam as nossas quatro constantes culturais, que “não vivem umas sem as outras e complexificam-se na mente, na ação e no comportamento dos portugueses, sendo de grande dificuldade destrinchá-las e isolá-las, caracterizando cada uma por si”<sup>7</sup>. São estas, no entender de Miguel Real (um autor de grande rigor hermenêutico) as quatro constantes culturais: origem exemplar, corporizada por Viriato, um herói sem mácula, líder de um “povo singelo e singular que, não obstante a sua fragilidade militar, se torna vencedor das legiões do Império Romano”; a convicção de que, embora a nossa real e reconhecida insignificância, fomos uma “nação superior”, ao alargarmos a fé e o império e... podemos ser grandes de novo, se corporizarmos o “complexo vieirino, que nos determina a desejarmos mais do que nos pedem as forças e nos exigem as circunstâncias, pulsão social que orientou as caravelas portuguesas e enobrece liricamente o nosso estado de país fora da história real, suspenso no tempo”; a convicção de que somos também uma “nação inferior”, que deixou fundas sequelas que o Marquês de Pombal tentou erradicar (“desde a revolução liberal de 1820, todos os ímpetus modernistas portugueses têm nascido deste complexo cultural que eleva a Europa a destino e sentido de Portugal”); e, por fim, desde 1580 (data da perda da independên-

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*, p. 102.



cia) até 1980 (data do acordo de pré-adesão à Comunidade Económica Europeia, passando simbolicamente pelo ano de 1890, data do *Ultimatum* britânico a Portugal) – desde 1580, irrompe um verdadeiro “canibalismo cultural”, 400 anos em que os portugueses, esquecendo o que de exaltante pode haver nas ideias alheias, descambaram em acerbas denúncias a qualquer nova doutrina emergente. Como no piroso e na estultícia salazaristas, para existir basta ter história.

E aconteceu mesmo a desconstrução, propugnada por Marx, Nietzsche e Freud, os “mestres da suspeita” e os seus inúmeros discípulos: Althusser, Foucault, Lacan, Derrida, Deleuze, etc., através de quatro visões políticas fundamentais: o mito europeu do progresso infinito; o mito do Portugal Imperial e da Lusofonia; o mito da estabilização das instituições permanentes da sociedade portuguesa; o mito da identidade histórica de Portugal. E o sonho da modernização europeia de Portugal, mais civilizacional que cultural, mais técnica (ao jeito de Nietzsche, o “pensador da técnica” segundo Heidegger) do que humanista, revela-se muito distante das utopias iniciais. E a Lusofonia, “como substituto do antigo mito heróico e glorioso dos Descobrimentos”; e as Forças Armadas profissionalizadas, abandonando a vinculação obrigatória dos jovens e aceitando o concurso das mulheres, nos seus quadros permanentes; e a Família, sujeita “a uma profunda subversão, perdendo o seu modelo masculino e patriarcal unicitarista, de autoridade vertical, abrindo-se a novas modalidades horizontais de composição” – manifestam isso mesmo. E Miguel Real acrescenta, para não nos deixarmos ficar no vago e no equívoco do “prima facie”. Diz ele:

Vivemos hoje no momento (dramático) da passagem de uma língua imperial, de codificação coimbrã, uma família tradicional e umas forças armadas populares (...) para uma língua lusófona que, como Eduardo Lourenço não se cansa de sublinhar, não é já só nossa, uma concepção plural da família e umas forças armadas profissionais e internacionais<sup>8</sup>.

A desconstrução fez-se e o sonho pombalino, iluminista cumpriu-se, na escolarização maciça, na consolidação demográfica em cidades litorâneas, em serviços de electricidade, água e esgotos, na imensa rede de auto-estradas e estradas nacionais, na atribuição do 13º e 14º meses, como subsídios de férias

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 116.



e de Natal, com um serviço nacional de saúde – enfim, com as condições necessárias e suficientes ao surgimento de uma sólida e ridente classe média.

“Tudo parecia estar bem, na economia, no Estado, na escola, na família... mas não estava”<sup>9</sup>. Portugal sabe, hoje, donde vem: da modernidade racional, isto é, do iluminismo, do positivismo, do cientismo, mas não sabe, nem descortina qual o seu futuro. Como a Europa, Portugal atravessa um “intervalo civilizacional”<sup>10</sup>. E Miguel Real, mais adiante, com o máximo de lucidez e de consciência, escreve:

o intervalo civilizacional que Portugal está a viver, neste princípio do século XXI, parece possuir três vertentes culturais do cruzamento das quais se tecerá o seu futuro: o aprofundamento da integração europeia a todos os níveis; o aprofundamento da integração lusófona a todos os níveis; o aprofundamento da integração na globalização informática<sup>11</sup>.

Tudo isto temperado afoitamente, pelo complexo vieirino, num júbilo desbordante de si; pelo complexo pombalino, ou seja, num fundo sentimento de capacidade e impotência; pelo complexo viriatino, num desejo imparável de exemplaridade ética; pelo canibalismo cultural português, bem expresso na onda de denegrimiento, inveja e humilhação do outro. E Miguel Real termina, assim, este livro admirável e único, que aborda problemas básicos à compreensão, como José Eduardo Franco, o sábio prefaciador o refere, do sentido do presente e do passado de Portugal: “Continuará Portugal um país culturalmente suspenso no tempo? Bastará a arquitectura de um Siza Vieira, o novo chip de uma Elvira Fortunato, um centro comercial, um CR7, para fazer um país novo? Ou existirão apenas para contentamento de uma elite política que assim se presume europeia?”<sup>12</sup>. No meu modesto entender, vivemos uma hora crepuscular, bem apetrechados de meios, mas estranhos à teorização e criação dos fins. Depois da morte de Deus e do Homem – onde estamos? Como o Judeu Errante, de novo condenados à Diáspora? O silêncio de Miguel Real (e é preciso saber ouvir o não-dito) convida-nos a mais uma aventura do pensamento.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 117.

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*, p. 118.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 130.

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*, p. 236.



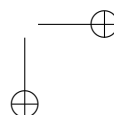
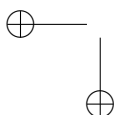
O filósofo Miguel Real não dispensa nunca, nos seus escritos, a filosofia e com esta nota fundamental - tudo é história. Repito-me: tudo é história, dialeticamente, ou seja, nada permanece como foi. Desde as sociedades humanas até aos fenómenos naturais. Resta-nos mais uma desconstrução, rumo à transcendência, pois que há em nós um **excesso de ser** que nos segreda: “em todas as circunstâncias, és uma tarefa a realizar. Em todas as circunstâncias, podes ser sujeito e não objeto da história”. Por isso, parece-me oportuno (oportuniíssimo) chamar à responsabilidade intelectuais e políticos, para que imitem gerações sucessivas de antepassados nossos, como a geração do liberalismo (ocorre-me, imediatamente, Garrett), ou a de 1870 (com os “vencidos da vida”) ou a de 1890 (onde pontificaram Jaime Cortesão, Raúl Proença, António Sérgio, Vieira de Almeida, Basílio Teles, Sampaio Bruno). É evidente que, durante o século XX, se encontram também figuras notáveis de pensadores, desde Joaquim de Carvalho, Vasco de Magalhães-Vilhena, Leonardo Coimbra, Álvaro Ribeiro e José Marinho, até Fernando Gil, Eduardo Lourenço, Manuel Antunes, Miguel Real e José Barata-Moura, passando por Delfim Santos, Agostinho da Silva, José Enes e Afonso Botelho. Enfim, todos eles pessoas de inapagável empenho interventor, de veemente atenção ao concreto. Outro tanto se exige das “consciências vigilantes” do nosso tempo: que transcendam, em boa parte, o legado recebido e, com a lógica possível e até com saudável irreverência, se empenhem na criação de um novo humanismo, que se entenda como o radical fundante de um mundo melhor, quero eu dizer: mais fraterno, mais justo e sem deixar nunca de pleitear, na vida pública, em favor da secularização da mensagem cristã. Num mundo que não cuida de saber o que uma pessoa **é**, mas o que **tem**, o livro de Miguel Real, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (como afinal todos os seus livros) desperta em nós uma **aptidão** ao “mais humano” que, ao longo da sua leitura, se vai transformando em **vocação**. “Obrigado, Miguel Real!”. Digo eu, seu discípulo grato. E digo mais: “O meu Amigo, se vale pelo muito que escreve, não vale menos pelo que significa”.

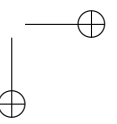
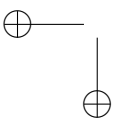
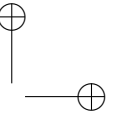
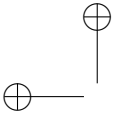
### Nota Biobibliográfica

Manuel Sérgio Vieira e Cunha nasceu em Lisboa, no dia 20 de Abril de 1933. É licenciado em Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa e Doutor e Professor pela Fa-



culdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa. Aposentou-se como Professor Catedrático Convidado desta mesma Faculdade. Foi ainda Professor Catedrático convidado nas Faculdades de Educação Física e de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp- Brasil). Ao longo da sua profícua carreira universitária foi distinguido com várias homenagens e condecorações. No Brasil, em 1990, foi-lhe atribuída “Medalha de Mérito Desportivo”, do Governo brasileiro, distinção que voltaria a receber em 2012, desta feita em nome das Forças Armadas Brasileiras. Em Portugal, no ano 2007, foi distinguido com a “Honra ao Mérito Desportivo”, do Governo português. No mesmo ano, a Câmara Municipal de Almada atribuiu-lhe a “Medalha de Ouro”. Mais recentemente, em 2017, foi homenageado no “Colóquio Internacional Professor Manuel Sérgio” que culminou com a atribuição do “Colar de Honra ao Mérito Desportivo”, do Governo português. A Presidência da República distinguiu-o também com a “Comenda da Instrução Pública”. É Patrono da Escola do Ensino Básico “Prof. Manuel Sérgio”, em Lisboa, “Sócio de Mérito” do C.F. “Os Belenenses”, “Sócio de Honra” do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e “Sócio de Mérito” da Associação do Futebol do Porto. A sua vasta obra literária é constituída por dezenas de livros e inúmeros artigos, publicados em revistas nacionais e estrangeiras.





## 2.2.20. Depoimento<sup>1</sup>



**Marco Americo LUCCHESI**  
Ex-Presidente da Academia Brasileira de Letras

Mensagem (transcrição de vídeo enviado)

Quero-me associar aos 40 de vida literária do Escritor Miguel Real. Miguel Real tem um amplo leque de interesses, todos eles marcados por uma perspectiva literária e filosófica; não é “e”, mas é um “hífen”, em que a literatura e a filosofia não são inimigas, mas compartilham de um mesmo argumento, de um mesmo espaço, agónico, muitas vezes, de complementação de fricção, mas não estão indiferentes umas às outras. O Miguel começa numa reflexão muito importante sobre o pensamento de Eduardo Lourenço e tudo aquilo que Eduardo Lourenço trouxe como renovação do Pensamento Português e da História de Portugal. Por isso mesmo, também vemos, e isso me agrada muitíssimo na obra de Miguel Real, uma intimidade com a obra de Padre António Vieira. Padre António Vieira é sempre uma luz absolutamente fascinante que explica muito de uma ideia de futuro, não apenas pela história do futuro, mas por uma ideia de diálogo totalmente extraordinária sobre múltiplos aspetos. E essa grande máquina de pensamento, que também está presente na obra de Saramago, também é revisitada por Miguel Real. Portanto,

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 585-588.

uma das linhas de aproximação que muito me interessa na obra de Miguel Real é justamente esse aprofundamento Ibérico, essa consciência profundamente ligada a um território, mas sem desterritorializar, sem muito menos buscar um exílio que não existe. Miguel Real é também íntimo de Descartes de Leibniz. Em poucas palavras: o que vejo na obra de Miguel Real, nas suas peças e seus romances utópicos e distópicos, aquela ideia de uma Europa fascinante, complexa e aterradora ao mesmo tempo, o que eu vejo, de facto, na obra é um convite para o diálogo franco, aberto, profundo, de uma erudição, de um lastro muito importante que não se deixa senão atravessar por uma luz, a luz da criatividade, a luz de um rearranjo sintático que dá à sua obra não apenas o peso da erudição, mas o leve peso de uma luz que conclama filologia e filosofia, literatura e pensamento. E é por isso que eu também, de novo, mais uma vez, com os colegas de Portugal, e não apenas, me associo aos 40 anos de uma vida intensa dedicada ao pensamento de Miguel Real. Parabéns!

### Nota Biobibliográfica

Marco Americo Lucchesi é o sétimo ocupante da cadeira nº 15, eleito em 3 de março de 2011, na sucessão de Pe. Fernando Bastos de Ávila, foi recebido em 20 de maio de 2011 pelo Acadêmico Tarcísio Padilha. Foi eleito Presidente da ABL para o exercício de 2018. Nasceu em 9 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro. Filho de Elena Dati e Egidio Lucchesi. A partir de oito anos de idade mora em Niterói, matriculando-se no colégio Salesianos de Santa Rosa. Estudou piano até os vinte anos com a professora Carmela Musmano e canto com o professor Domenico Silvestro. Poeta, romancista, memorialista, ensaísta, tradutor e editor, em sua ampla produção, contemplada por diversos prêmios, destacam-se: *Sphera*, *Meridiano Celeste* e *Bestiário e Clio* (poesia); *O Dom do Crime* e *O Bibliotecário do Imperador* (romances); *Saudades do Paraíso* e *Os Olhos do Deserto* (memória); *A Memória de Ulisses* e *O Carteiro Imaterial* (ensaios). Traduziu diversos autores, dentre os quais, publicados em livro, dois romances de Umberto Eco, *a Ciência Nova*, de Vico, os poemas do romance *Doutor Jivago*, obras de Guillevic, Primo Levi, Rumi, Hölderlin, Khlebnikov, Trakl, Juan de la Cruz, Francisco Quevedo, Angelus Silesius. E graças ao amplo conhecimento de mais de vinte idiomas, criou inclusive uma língua artificial denominada “laputar”. Professor titular de Literatura Comparada na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Formou-se em História pela Universidade Federal



Fluminense (UFF) e recebeu os títulos de Mestre e Doutor em Ciência da Literatura, pela UFRJ, e de Pós-Doutor em Filosofia da Renascença pela Universidade de Colônia, na Alemanha. É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi professor-visitante da Fiocruz, das universidades de Roma II, Tor Vergata, de Craiova, na Romênia, de Concepción no Chile. Em 2016, recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Tibiscus, de Timisoara. Seus livros foram traduzidos para o árabe, romeno, italiano, inglês, francês, alemão, espanhol, persa, russo, turco, polonês, hindi, sueco, húngaro, urdu, bangla e latim. Deu palestras pelo Brasil e em diversas universidades no mundo: Sorbonne-Paris III, Orientale di Napoli, Universidade de Salamanca, La Sapienza (Roma), Universidade Jagelônica de Cracóvia, Universidade de Colônia, PUC de Santiago, Universidade da Malásia, Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Buenos Aires, Universidade de Los Andes (Mérida, Venezuela), Tufts (Tóquio), Universidade Islâmica de Delhi, além de um sem-número de seminários, feiras de livro e encontros literários, na Bolívia, Paraguai, Sérvia, México, Peru, Colômbia, Itália, Suécia, Líbano, Arábia Saudita, Índia e Oman. Foi editor das revistas Poesia Sempre, Tempo Brasileiro (de 2007 a 2015 – vol. 171 a 203) e Mosaico Italiano (de 2005 a 2008 – ed. 21 a 52). Entre 2012 e 2017 foi diretor da fase VIII da Revista Brasileira da ABL, tendo coordenado a publicação dos números 70 a 93. É membro do conselho da Editora da UFJR (2016-2020), assim como de várias revistas científicas e literárias no Brasil, na América Latina e na Europa. Tem sido consultor e preparou originais para as editoras, Record, Nova Fronteira, Nova Aguilar, José Olympio, Civilização Brasileira e Bem-Te-Vi. Notabilizou-se também dentro do setor de Coordenação Geral de Pesquisa e Editoração da Biblioteca Nacional, responsável pela edição de catálogos e fac-símiles no período entre 2006 e 2011. É membro do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura (2015-2017). Editor das coleções “Espelho do Mundo” e “Memórias do Futuro”, pela editora Rocco. Para além de sua atividade artística, sobretudo na poesia e na ficção, sua pesquisa se baseia numa atitude multidisciplinar, que abrange a filosofia, a literatura, a música, a filosofia da matemática, a teologia, a astronomia e as artes em geral. Foi colunista mensal em O Globo de 2010 a 2018, e colaborou também para outros importantes jornais; foi dramaturgista em montagens teatrais cariocas; organizou seminários para o Centro Cultural Banco do Brasil e a Funiarte, além ter feito a curadoria de exposições da Biblioteca Nacional, como as que celebraram os cem anos da morte de dois escritores brasileiros: “Machado de Assis, cem anos de uma cartografia inacabada”(2008), e “Uma poética do espaço brasileiro”, sobre Euclides da Cunha (2009). Em 2010, foi o responsável pela grande

exposição do bicentenário daquela Casa: “Biblioteca Nacional 200 anos: uma defesa do infinito” e em 2015 dos festejos dos 450 anos do Rio com a exposição: “Rio de Janeiro 450 anos, uma História do Futuro”. Desde 2014 é responsável pelo programa Música de Câmara na Academia Brasileira de Letras. Notória a sua atuação em defesa dos direitos humanos, como sua constante presença em comunidades e prisões cariocas, mediante projetos literários e educativos. Por conta das atividades que desenvolve, em 2017 foi homenageado com o nome de duas bibliotecas: a biblioteca da Escola Estadual Profa. Sonia Maria e a biblioteca da Escola Estadual Angenor de Oliveira Cartola, ambas no Complexo Penitenciário de Bangu 4, Rio de Janeiro. Em 2018 recebeu também em reconhecimento o nome da biblioteca do Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói, Rio de Janeiro, onde foi aluno no Ensino Médio. Pertence a diversas instituições, dentre as quais se destacam a Academia das Ciências de Lisboa (sócio correspondente); Accademia Lucchese di Scienze, Lettere e Arti (sócio correspondente); Academia Paraguaya de la Lengua Española (sócio correspondente); Sociedade Brasileira de Geografia; Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente; Movimento Humanos Direitos; Pen Clube do Brasil; Academia Fluminense de Letras; Academia Norte-Riograndense de Letras (sócio correspondente); Academia Espírito-santense de Letras; Academia de Letras de Aracaju (sócio correspondente); Academia Niteroiense de Letras; Instituto Histórico e Geográfico de Niterói; Cenáculo de História e Letras de Niterói. Além de exercer a presidência da ABL na gestão 2018, é também Presidente da Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente.

## 2.2.21. Homenagem a Miguel Real<sup>1</sup>



**Maria das Graças do NASCIMENTO**  
Universidade de Coimbra – CEIS20

Bem-haja, Miguel Real!

Prima facie compete-me dizer da honra e do privilégio de poder participar de uma homenagem desta magnitude ao tão brilhante autor. Confesso que sou leitora assídua de Miguel Real, porém uma de suas obras que mais me encanta é sua narrativa em *A Guerra dos Mascates*.

Em *A Guerra dos Mascates* Miguel Real transcreve o nordeste brasileiro, região da qual me orgulho de fazer parte. É minha terra natal. E agora, relendo suas obras me vem lembranças de tempos que pareciam tão distantes, mas que ainda permanecem e mantem-se com os mesmos comportamentos.

*A Guerra dos Mascates* traz a narrativa de um confronto entre pequenos comerciantes e aristocratas que mobilizou a totalidade da população das cidades de Recife e Olinda no século XVIII, conforme escreve Real, entretanto, em visita esporádica que lá faço, percebe-se que aquela região continua sob a égide dos senhores todo-poderosos do Pernambuco. No passado, eram estes os senhores proprietários de engenhos de açúcar e herdeiros da elite que expulsou os Holandeses daquele território, hoje permanece instalado o poderio político que se mantem no topo da coordenação da região nordestina. Neste

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

sentido, se houve mudança terá sido muito pouca. Me lembro bem das disputas pelo poder mediante confronto político, no início da segunda metade do século XX, pelo idos dos anos 60, entre as famílias tradicionais, e, quando ele faz referência à família Bezerra Cavalcanti, é como se eu tivesse vivido à época de sua narrativa, uma vez que a cidade nordestina onde nasci, no interior do Estado da Paraíba e vizinha ali de Pernambuco, era comandada pelos Bezerra Cavalcanti por sua descendência, o que continua a ocorrer nos dias de hoje, pela aquela região afora.

Também não poderia deixar de exaltar os versos iniciais do poema que ele escreve nas últimas páginas de sua obra, e aqui os transcrevo:

Coração do Brasil! em teu seio  
Corre sangue de heróis – rubro veio  
Que há-de sempre o valor traduzir  
És a fonte da vida e da história  
Desse povo coberto de glória,  
O primeiro, talvez, no porvir.

Isto para dizer que está certíssimo Miguel Real, ao afirmar em seus versos que no “seio do Brasil corre sangue de heróis”. Sim, é fato. São heróis de várias raças, credos e etnias. Corre sangue do índio guerreiro, corre o sangue do forte escravo, corre o sangue do herói libertador, mas acima de tudo corre o sangue do bravo nordestino, como define Euclides da Cunha, em sua obra *Os Sertões*, “o Nordeste é, antes de tudo, um forte”.

É mesmo fascinante observar o olhar de um estrangeiro a debruçar-se sobre um território distante e extrair uma realidade como se ali tivesse nascido e crescido. Todavia, nas suas andanças, teria Miguel Real assumido um interesse tão intenso pela aquela região e suas histórias que talvez tenha feito de Pernambuco e suas peculiaridades históricas, um contributo para novo começo.

De todo parecer, desconheço a razão que levou Luís Martins adotar o pseudônimo literário de Miguel Real<sup>2</sup>, mas percebo a simbiose que este autor demonstra em suas narrativas entre a realidade sentida e transliteração que expõe

<sup>2</sup>[www.portaldaliteratura.com/atores.php?autor=466](http://www.portaldaliteratura.com/atores.php?autor=466) – Miguel Real é o pseudônimo literário de Luís Martins Escritor, ensaísta e professor de filosofia. Recebeu o Prémio Revelação de Ficção da APE/IPLB, em 1979, com *O Outro e o Mesmo*. Em 2006, conquistou o Prémio Literário Fernando Namora com o romance *A Voz da Terra*.

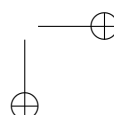
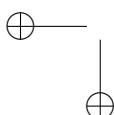


em seus textos e nesse sentido penso que seu pseudônimo funde-se bem com o real Luís Martins e o nominado Miguel Real.

Bem-haja, Miguel Real!

### **Nota Bibliográfica**

Maria das Graças do Nascimento (1957). Doutoranda em Estudos Contemporâneos (CEIS20 UC-PT); Pós-Graduada em Direito Europeu (AEEC UC-PT); Graduada do Curso de Medicina (FIP-Guanambi-BA); Mestre em Filosofia (PUCSP); Pós-Graduada em Direito Tributário e Processual Tributário (EPD-SP); Pós-Graduada em Ciências Sociais e Humanas (EDUWELL-UNESCO) Professora Licenciada em Filosofia pela Faculdade de São Bento de São Paulo (FSBSP); Bacharel em Direito – IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia da Educação, Redação de Textos Filosóficos; Pós-Graduada em Psicogerontologia (UNIP-SP); Formação em Contabilidade; Administração de Empresas; Psicanálise e Logoterapia. Gestora Patrimonial especializada em gestão financeira físico-jurídico. Diretora da G. Nascimento-NUBESPI – Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares; Membro do Conselho da Fundação Inez de Castro – Coimbra – PT. Membro associada da Associação Portuguesa de Psicogerontologia – Lisboa – PT. Diretora de Comunicação da Rede VCC – Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade – Coimbra-PT.





## 2.2.22. “Antes dos Livros”<sup>1</sup>



**Maria do Rosário PEDREIRA**  
Editora Leya

Como, num contexto desta natureza (um encontro mais académico), a maioria dos que são chamados a expressar a sua opinião falarão por certo da obra, e não do homem, prefiro dedicar-me à pessoa de Miguel Real, pois é nela sobretudo que, para mim, reside a excepcionalidade.

Tendo os artistas em geral, e os autores em particular, egos proverbiais, Miguel Real – e já lá vão muitos anos desde que nos conhecemos – foi sempre pessoa antes de ser escritor. Já premiado, chegou com a mesma timidez dos inexperientes, pronto para escutar em vez de querer dizer; e nunca se pôs em bicos de pés para nada, avisando logo que baixássemos as expectativas, porque nunca seria um grande escritor. Teve um contentamento bonito, de surpresa verdadeira, quando lhe disse que sim ao primeiro livro que me mandou, como se, honestamente, não soubesse o valor do que fizera. E, desde então, vem pé ante pé com cada novo livro, igualmente desconfiado do que fez – e estou a falar de um livro que chega depois de muitíssimos livros.

Sabe ouvir uma crítica, mesmo das difíceis, qualidade rara nos escritores, e por vezes até dá razão ao outro antes de este ter acabado de falar. Mas deixa

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



a contra-argumentação para mais tarde, porque é ponderado e nunca se exalta nem precipita, o que ajuda muito na edição dos livros.

É também incrivelmente afectuoso com quem trabalha na editora e – o que é mais importante – em qualquer ponto da “linha de montagem”. Quando lhe enviamos uma capa, por exemplo (e pode ser a capa de um ensaio toda de uma cor com letras brancas), para ele o vermelho que escolhemos é belíssimo, sabe a morango ou é feliz como uma rosa, e, portanto, é preciso transmitir os seus agradecimentos a quem teve a ideia. Todos partilhamos uns com os outros as suas mensagens elogiosas e simpáticas; até porque o elogio parece ter caído em desuso e já não se fazem autores assim.

Tem ainda a rara virtude de nunca dizer mal de ninguém – e muito menos de outros escritores. E ou gosta de quase tudo o que lê, ou guarda sempre o pouco espaço que lhe dão no jornal para louvar, quiçá acreditando que não se deve esbanjar linhas com má-língua. E faz muito bem.

Por fim, tem uma maneira de aproveitar o tempo que eu invejo, porque lhe chega para tudo. No início, como entregava livros todos os anos – de ensaio ou ficção e às vezes das duas coisas –, perguntei à Filomena, sua mulher, se ele dormia bem (podiam ser insónias, sei lá). Ela respondeu que sim, umas oito horas por noite, mas explicou-me que ele não ia ao cinema, não via televisão, escrevia em toda a parte (incluindo o parque estacionamento do supermercado) e não se deixava afectar por coisas que roubam tempo (como as redes sociais), o que facilitava uma boa produção. Ainda assim, não sei como consegue ler tanta coisa; é que, se alguém lhe pergunta sobre um desses escritores de décima linha que ninguém conhece, Miguel Real leu-o de certeza ... e mais: tem opinião.

Enfim, ter um autor assim numa editora é uma bênção. Às vezes pedem-no-lo emprestado – e deixamo-lo ir; mas é por um bocadinho, até porque estamos sempre desejosos de que regresse.

### Nota Biobibliográfica

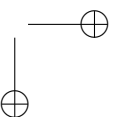
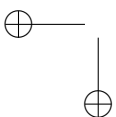
Maria do Rosário Pedreira nasceu em Lisboa, em 1959. Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas, na variante de Estudos Franceses e Ingleses, pela Universidade Clássica de Lisboa (1981). Possui ainda o curso de Língua e Cultura do Instituto Italiano de Cultura em Portugal, tendo sido bolseira do governo italiano e frequen-







tado um curso de verão na Universidade de Perugia. Frequentou durante quatro anos o Goethe Institut, foi professora do Ensino Básico, fez algumas traduções, proferiu conferências, etc. Foi directora de publicações da Sociedade Portugal-Frankfurt 97 e editora dos catálogos dos pavilhões oficiais temáticos da Expo-98, tal como redactora das publicações inerentes aos Festivais dos 100 Dias e Mergulho no Futuro, promovidos durante a Expo-98. É editora na Leya. Como escritora, tem já publicados vários trabalhos de ficção, poesia, ensaio, crónicas e literatura juvenil.





### 2.2.23. Funâmbulo do Tempo<sup>1</sup>



**Mário CLAUDIO**  
Escritor, Professor do Ensino Superior

A presença de Miguel Real nas nossas letras de hoje, e afortunadamente não tanto na vida literária contemporânea, recorta uma dimensão que a todo o momento se refresca, e que de forma saudável convive com a inevitabilidade das contínuas entradas em cena, e das correspondentes rendições da guarda. Participando no natural fluir da literatura, amiúde estribado nos factos, mas vocacionado também para a auscultação dos mitos, o romancista destaca-se como testemunha *a contrario sensu* de algumas ficções que não conseguem erguer o passado aquém do telão de cartolina, e que asfixiam as atmosferas na recapitulação da aula do mestre-escola.

Miguel Real desempenha-se da sua exemplar função através de uma prosa exímia, e ao inventar o que necessariamente inventa, despoja-se da fantasia carnavalesca em que os comuns se precipitam pela mania do rigor. Se a isto acrescentarmos a tentação biográfica, em boa hora destrinchada da visitação das existências à mercê da cronologia, teremos caracterizado um expoente de perícia, bom gosto e originalidade.

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



\*

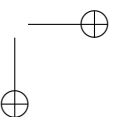
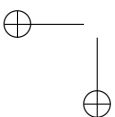
Habitados a lê-lo como cronista de obras que umas vezes permanecem na memória, mas outras se esgotam na imediatez, não poderemos impedir-nos de o festejar naquilo em que ele visivelmente acredita, ou seja, nos dias contados do recenseador arvorado em árbitro das elegâncias, personagem dominante da geração que o precedeu. Por idêntico figurino se pauta o historiador de quanto extravasa do *fait-divers*, e aí Miguel Real inculca uma lição não menos proveitosa de independência de critério, e de robustez de carácter.

Aderindo ao princípio de que o modelo a seguir se situa por regra nas paisagens que menos nos chamam a atenção, ele acaba por valorizar a diversidade das opções estéticas, quase sempre desagradável aos mais jovens, e termina por nos oferecer o completo quadro da Criação. Daí que nunca o surpreendamos apostado em pugnas, as quais, e à força de se pretenderem actualizantes, fatalmente resvalam para uma espécie de museu de cristalografia, contíguo à galeria de retratos dos académicos, e justamente dos escolhidos para serem apeados.

\*

A pena de Miguel Real rejeita a metodologia que consiste em convertê-la em bisturi, e se num ou noutro caso se engana, o que sucede a *tutti quanti*, fá-lo de consciência tranquila, e eximindo-se à sanção a que se sujeitam os ultra-selectivos, e, portanto, ultra-efémeros. Não pagam estes com as faces ruborizadas de vergonha a falha de não haverem reparado no que releva agora, liquidando-se assim na reverência do que entretanto se evaporou?

Observador com pátria, o que não o confunde com os sectários da detecção da identidade, o narrador de *A Voz da Terra* galga as fronteiras entre história, filosofia e antropologia, com o que no seu território se insere de psicanálise larvar. Converte, pois, a ensaística num poliedro de cromatismo fecundante, capaz de operar o transporte a múltiplas dimensões do ser.





\*

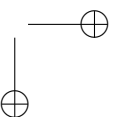
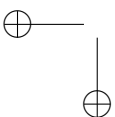
Faltará ajuntar a estas verificações, mais ou menos ditadas pela pura sensatez, uma imprudência que a senectude nos dispensa de justificar. Refiro-me a um biótipo interessantíssimo, e que Miguel Real incorpora, de perscrutador de enigmas, que o fixa naquela aparência do sábio gnomo, de cabeleira florestal, a denotar o demiurgo propenso à traquinice, e seguro de que não se engendra a Natureza pela mecânica da razão, nem se respira a Aventura na perfeição do silogismo.

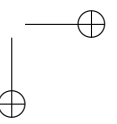
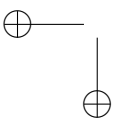
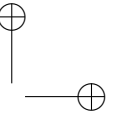
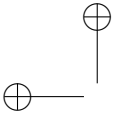
\*

Funâmbulo do tempo, com suma elegância trilha Miguel Real o arame do percurso inquietante, suspenso da filigrana dos seus movimentos. E atingido o termo da caminhada, retoma os passos dados, inaugurando novos passos, na demonstração do seu equilíbrio admirável.

### Nota Biobibliográfica

Pseudónimo de Rui Manuel Pinto Barbot Costa. Nasceu no Porto, a 6 de novembro de 1941. Foi nesta cidade que efetuou os estudos secundários. É licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra e veio, mais tarde, a diplomar-se com o Curso de Bibliotecário Arquivista, pela Faculdade de Letras da mesma Universidade. Pós-graduou-se como *Master of Arts in Library and Information Studies*. É professor do Ensino Superior. Tem vindo a publicar várias obras, de entre as quais se destacam: (1974) *Um Verão Assim*, Lisboa, Quetzal; (1988) *Rosa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda; (1992) *Tocata para Dois Clarins*, Lisboa, Dom Quixote; (1998) *Peregrinação de Barnabé das Índias*, Lisboa, Dom Quixote (nova edição de 2017, Dom Quixote); (2000) *Ursamaior*, Lisboa, Dom Quixote; (2003) *Orion*, Lisboa, Dom Quixote; (2004) *Gêmeos*, Lisboa, Dom Quixote; (2006) *Camilo Broca*, Lisboa, Dom Quixote. (2008) *Boa Noite, Senhor Soares*, Lisboa, Dom Quixote; (2011) *Tiago Veiga: uma Biografia*, Lisboa, Dom Quixote; (2014) *Retrato de Rapaz*, Alfragide, Dom Quixote; (2015) *O Fotógrafo e a Rapariga*, Alfragide, Dom Quixote; (2017) *Os Naufrágios de Camões*, Alfragide, Dom Quixote; (2018) *Memórias Secretas*, Alfragide, Dom Quixote.





## 2.2.24. Uma Obra Necessária<sup>1</sup>



**Nuno JÚDICE**  
Ensaísta, Poeta, Ficcionista,  
Professor Universitário

Não é fácil falar de um autor que tem uma obra que já ganhou um estatuto sólido na nossa cultura nos planos do pensamento, da crítica literária, da filosofia, do ensaio, da criação romanesca; e em qualquer destes campos se manifesta um conhecimento em permanente actualização. Há, inquestionavelmente, um leitor atento e incansável por trás desta permanente atenção ao mundo português, e podemos falar de uma análise em que nada é deixado de fora dessa inclusão perspectivada por um tempo e por um espaço em que nada é estranho a Miguel Real. Podíamos falar de um gosto pelo risco, de uma coragem que o faz entrar em domínios que poderiam levantar problemas por não haver ainda o suporte bibliográfico que pudesse conceder um apoio à sua proposta. É isto, no entanto, o que distingue o criador do académico, e é nesse primeiro plano que ele se situa, na linha de personalidades que poderíamos apontar como modelos deste tipo de aproximação, de um Agostinho da Silva a um Eduardo Lourenço.

Sabemos que o aspecto pluridisciplinar tem perdido adeptos num mundo cada vez mais enfeudado a visões parciais e, no pior dos casos, sectárias. Diz-se que passou o tempo dos intelectuais; mas Miguel Real é alguém que assume essa tradição e prossegue um caminho que, apesar de visões que podem

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



suscitar a polémica, e é por isso de saudar a busca permanente desse questionamento da nossa realidade que nos permite encontrar o retrato preciso da permanência e da transformação daquilo que pode conduzir a um cânone literário; e se refiro a literatura é por ser o aspecto que mais me solicita na sua obra, mas também se poderá falar de filosofia e de cultura no já vasto campo dos seus estudos. A isto se deverá somar o ficcionista que, num conjunto já significativo de obras, nos tem dado um prolongamento da sua visão da História em romances que tratam não apenas o passado, mas também o presente do país. Poderia dizer-se que encontramos aí um prolongamento criativo da sua visão cultural do que somos, não apenas na Europa, mas no mundo.

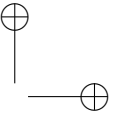
Ler Miguel Real, para concluir este breve depoimento, é debruçarmo-nos sobre um ser português que não devemos confundir com identidade, mas com pluralidade; e será difícil ignorá-lo se quisermos ter a percepção deste processo de procura de uma representação total dessa cultura portuguesa que, através do seu pensamento, ganha uma dimensão mais próxima e visível.

### **Nota Biobibliográfica**

Licenciou-se em Filologia Românica pela Universidade de Lisboa e obteve o grau de Doutor pela Universidade Nova, onde é Professor Associado aposentado, apresentando, em 1989, uma dissertação sobre Literatura Medieval. Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal e Director do Instituto Camões em Paris, publicou antologias, edições de crítica literária, estudos sobre Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa e mantém uma colaboração regular na imprensa. Divulgador da literatura portuguesa do século XX, lançou, em 1993, *Voyage dans un siècle de Littérature Portugaise*. Organizou a Semana Europeia da Poesia, no âmbito da Lisboa '94 – Capital Europeia da Cultura. Poeta e ficcionista, a sua estreia literária deu-se com *A Noção de Poema* (1972). Em 1985, receberia o Prémio Pen Clube, o Prémio D. Dinis da Casa de Mateus, em 1990. Em 1994, a Associação Portuguesa de Escritores, distinguiu-o pela publicação de *Meditação sobre Ruínas*, finalista do Prémio Europeu de Literatura Aristeion. Assinou ainda obras para teatro e traduziu autores como Corneille e Emily Dickinson. Foi Director da revista literária *Tabacaria*, editada pela Casa Fernando Pessoa e Comissário para a área da Literatura da representação portuguesa à 49ª Feira do Livro de Frankfurt. Tem obras traduzidas em Espanha, Itália, Venezuela, Inglaterra e França.







## 2.2.25. Ler Tudo para Tudo Entender<sup>1</sup>



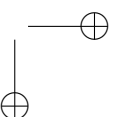
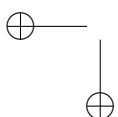
**Onésimo Teotónio de ALMEIDA**  
Universidade de Brown (EUA)

Na Universidade da Beira Interior teve lugar nos dias 7 e 8 do corrente mês de novembro um colóquio internacional sob o título genérico de “Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura”. O *Jornal de Letras* pediu-me um registo sobre o evento, mas vejo-me em situação idêntica àquela em que me senti quando fui convidado a participar no dito colóquio: não poder de modo nenhum recusar o convite e não saber como inventar tempo para cumpri-lo. A minha participação no encontro só pôde concretizar-se apertando entre aulas mais uma viagem sobre o rio Atlântico (que só é rio quando o atravessamos mentalmente). Neste segundo caso, espremo uma horita entre as sessões de mais um congresso, desta vez a meio do Atlântico, nos meus Açores. Ocorreu-me, porém, uma maneira relativamente airosa de resolver esta quase impossibilidade: em lugar de narrar o ocorrido naqueles dois verdadeiramente gostosos dias na serenidade de uma universidade do interior, na Covilhã, por sinal dotada de excelentes infraestruturas e proporcionando acolhedores ambientes de trabalho (há dois anos, com orgulho o Reitor António Fidalgo mostrou-me a biblioteca cheia de alunos quando já ia alta a noite), vou reciclar parte da minha comunicação. Ocupei-me de quatro livros do autor sobre Portugal e a Cultura Portuguesa, num texto que abri assim:

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 603-606.



Miguel Real é um leitor omnívoro, espantosamente atento a tudo o que se vai publicando no país. Não conheço ninguém – repito e friso em negro – **não conheço ninguém** no Portugal de hoje (há cem anos houve alguém parecido, o meu patrício Teófilo Braga) que tenha conseguido ler tanto do que no país se publica. (Com a diferença fundamental de que Miguel Real teve mais um século de livros para ler do que Teófilo – e não foram poucos os publicados no século XX; além disso, atirou-se para outras dimensões que faltaram a Teófilo). Mas disso falaremos adiante. Fernando Pessoa criou heterónimos, todavia foi ele quem escreveu toda a obra deles. Miguel Real, pelo contrário, aposto que clonou de si mesmo uma equipa de autores que lhe escrevem livros, todos disfarçados com o nome de Miguel Real na capa, pois parece humanamente impossível que um homem só consiga escrever tanto.

Seria veleidade da minha parte tentar referir-me ao conjunto da sua obra. Assim, deixarei de parte a sua ficção, remetendo-a para os críticos que nesse domínio se movem melhor do que eu. Nestes meus comentários, limitar-me-ei à sua escrita ensaística. E, mesmo aí, irei circunscrever-me aos seus ensaios sobre Portugal e a cultura Portuguesa. Merecem um estudo à parte os livros que apodaria de criação filosófica, como são as obras *Uma Nova Teoria do Mal* (2011), *Nova Teoria da Felicidade* (2013), *Nova Teoria do Pecado* (2017). Aliás, cada um destes últimos merece um estudo de per si. Para qualquer leitor atento, fica óbvio que a sua escrita ensaística não pode de modo algum ser tratada numa análise global. Por isso me restrinjo a um núcleo muito específico do ensaio sobre a pátria, resultante dos seus mergulhos no passado, através da revisitação das obras dos nossos clássicos. Acrescente-se, aliás, que esse tipo de ensaio não se debruça apenas sobre o nosso passado histórico, pois também se ocupa do futuro, na medida em que Miguel Real procura vislumbrar saídas e rasgar portas para a nossa caminhada colectiva. Assim mesmo, terei de admitir tratar-se de uma *tall order*. São já tantos os seus livros sobre esta temática que não deveria sequer atrever-me a tamanho empreendimento. Por isso julgo sensato limitar-me a cinco: *A Morte de Portugal* (2007), *Um País parado no meio do caminho, 2000-2015* (2015), *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017), *Fátima e a Cultura Portuguesa* (2018) e *Nova Teoria do Sebastianismo* (20??), possivelmente com leves referências a outras obras como *O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa* (2005) e *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa* (2007).



\*

Posto este preâmbulo, como creio que um colóquio sobre a obra de uma pessoa viva deve constituir sobretudo uma excelente oportunidade para entabularmos diálogo com ela, em vez de nos limitarmos a aspergi-la de adjetivos – e foram abundantes e deveras merecidos os elogios lançados sobre Miguel Real – aproveitei para levantar algumas questões, com a intenção sobretudo de levar o intelectual de gabarito que ele é a, nos seus próximos livros, explicitar e/ou desenvolver alguns dos seus pontos de vista, respondendo a algumas perguntas específicas provocadas pela leitura dos seus estimulantes escritos. Terminei essa conversa em diálogo com Miguel Real voltando-me não mais para a obra mas para o autor incarnado que, na verdade, é Luís Martins de nome, embora na prática seja hoje como se tivesse nascido Miguel Real. Por isso me refiro sempre a Miguel Real, já que é essa a pessoa que conheço e com quem tenho tido várias oportunidades de conviver:

Qualquer diferença intelectual e / ou ideológica entre nós é aqui totalmente irrelevante. Neste encontro homenageamos uma grande figura do pensamento português do nosso tempo e eu aceitei vir à UBI por ser um seu grande admirador. Ele sabe disso.

É enorme o apreço que tenho pelo seu denodado esforço de entender Portugal, de ler tudo o que sobre Portugal tem sido escrito ao longo dos séculos, e ainda pelo seu comportamento invulgar (até Camões falou na nossa antiga inveja!), tão generoso, atento, compreensivo e positivo, tudo valores que nós apregoamos como fazendo parte da nossa suposta “alma nacional”, embora raramente o assumamos. A minha experiência mostra - e os meus amigos que conhecem Miguel Real confirmam – ele é um santo, como Eça dizia de Antero. Não, não é nada vulgar encontrarmos num intelectual de alto gabarito a prática de uma ética irrepreensível. Não sei se terá sido essa afinidade que o levou a escrever um livro sobre um outro intelectual que com ele partilha tal atributo – o filósofo José Enes – para mim uma figura ímpar e tutelar. Miguel Real reúne um consenso: nenhum crítico é tão generoso como ele. Primeiro, porque se sujeita a ler atentamente livro atrás de livro, e depois a falar deles rebuscando o que de mais positivo têm. Além disso, o seu trato pessoal é impecável, sem revelar qualquer traço de afectação, tão genuíno ele é. Miguel Real extravasa candura, doçura e simplicidade capazes de inspirar ternura.





O colóquio foi de tudo isso confirmação. Se os portugueses fossem todos feitos da argamassa que forjou Miguel Real, não estaríamos aqui com Portugal na mesa das operações cirúrgicas. Teríamos Portugal num altar – em Fátima ou noutro lugar qualquer – e prostrar-nos-íamos de joelhos a venerá-lo.

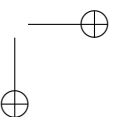
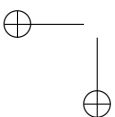
Mas infelizmente não estamos. Porque Miguel Real é, de facto, real, todavia o Portugal real infelizmente não se compõe de 10 milhões de Miguéis Reais. O que, não deixando de ser uma enormíssima pena, faz do nosso país um igual aos outros. Com meia dúzia de heróis e uma cauda imensa de seguidores, de entre os quais um punhado de admiradores como o grupo que fez questão de aqui vir. Para mim, pelo menos, foi ponto de honra comparecer. E paguei a minha passagem aérea por alguma razão. Como dizem os norte-americanos, pus o meu dinheiro onde tenho a boca. Porque, como Miguel Real, acho que falar-se de valores e de ética sem uma praxis condicente será mera conversa fiada sem qualquer valor ou utilidade.

Com Miguel Real, a palavra e o acto casam na perfeição. É por isso que estou aqui, espremendo viagens transatlânticas na agenda por não querer faltar nesta homenagem.

Onésimo Teotónio Almeida

### **Nota Biobibliográfica**

Professor Catedrático no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros, no Wayland Collegium for Liberal Learning e Renaissance and Early Modern Studies Program da Universidade de Brown (EUA). Doutorada em Filosofia pela mesma universidade, co-dirige as revistas e *Journal of Portuguese History* e *Pessoa Plural*. Os seus mais recentes livros são *O Século dos Prodígios. A ciência no Portugal da Expansão* (Quetzal, 2018), *A Obsessão da Portugalidade* (Quetzal, 2017), *Despenteando Parágrafos* (Quetzal, 2015) e *Pessoa, Portugal e o Futuro* (Gradiva, 2014). É membro da Academia de Marinha, da Academia Internacional de Cultura Portuguesa e da Academia das Ciências. É doutor Honoris Causa pela Universidade de Aveiro e pela Universidade Lusófona.





## 2.2.26. A Chegada do Medo ao Quadro Interpretativo do Humano: Miguel Real no Cruzamento com a Ciência das Religiões<sup>1</sup>



**Paulo Mendes PINTO**  
Universidade Lusófona

*In the United States alone, 7 in 10 people believe in hell, according to a 2007 Gallup poll. Today's psychological scientists seek to explain the evolutionary origins of this pattern with the only clues available: a limited understanding of history and the behavioral characteristics of modern humans<sup>2</sup>.*

Desde a viragem de século que a psicologia viu no objeto religioso um importante campo e estudos. Os atentados terroristas, especialmente após o 11 de setembro de 2001, e o reequacionar o fundamentalismo islâmico, mas, sobretudo, os crescentes fundamentalismos cristãos e as suas ligações políticas nos EUA foram a principal ignição das novas abordagens. Mais recentemente, o conceito de Populismo Religioso viria a dar um quadro epistemológico à abordagem, num cruzamento com a laicidade e a secularização, mostrando-nos como se abrem cominhos preocupantes de regresso a narrativas teocêntricas

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup>Sarah Schroeder, "Faith or Fear?", *Observer*, January 30, 2015: [www.psychologicalscience.org/observer/faith-or-fear](http://www.psychologicalscience.org/observer/faith-or-fear).

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 607-611.



destruidoras do caminho de separação de poderes que marca a modernidade e o Estado Moderno<sup>3</sup>.

Numa abordagem tantas vezes radicalizada, tal como o é o próprio objeto, uma das grandes questões que se regularmente se colocam, remete-nos para o mundo do tudo ou nada: “O que mudou após o 11 de Setembro?”, perguntamos nós como se a data fosse um momento axial em torno da qual tudo gira.

Deu-se uma significativa alteração com esse momento que é quase genésico numa nova visão do Eu e do Nós. E essa alteração não nos remete apenas para os dados diretamente relacionados com o 11 de Setembro e com a Al-Qaeda. É no campo construção da própria imagem que tudo se dá na Europa e nos EUA: o que é o “Ocidente”? O que o marca e o que o caracteriza? É libertador, emancipador, positivo, ou não?

Essa grande alteração dá-se exatamente no momento em que ainda se digeria a saída da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim. O “Ocidente” vira-se catapultado, e gostava dessa distinção, para o único modelo a sobreviver, a sociedade vencedora que seria imitada unanimemente; bastaria o tempo para que essa verdade se afirmasse incontestavelmente. A perfeição era óbvia com a queda dos regimes da última grande utopia, o socialismo soviético.

O dia 11 de Setembro de 2001 vem destruir de forma rude e violenta essa verdade que até ao minuto anterior era uma verdade absoluta: o modelo ocidental não era assim tão desejado por todos. . . O que nasce com os atentados não é, simplesmente, um clima de guerra, por mais estranha e diferente que ela seja, fora dos parâmetros clássicos. O que nasce aqui é um desgaste, uma erosão do ego de toda uma civilização. O resultado foi simples: de uma sociedade que se olhava como “o fim da História”, seguindo Fukuyama, passámos a uma sociedade que se olha através de uma série de lentes de medo. Mais que procurar segurança, o inimigo pode ser qualquer um de nós.

Deixámos de ser a sociedade da confiança, para sermos a turba dos desconfiados. Remetidos para sistemas de vigilância, os principais alicerces da ideia de Democracia, foram sendo “limados”, adaptados e revistos. Todos somos possíveis acusados de tudo e de mais alguma coisa. No mínimo, hoje somos todos acusados de ter vivido acima das nossas posses.

<sup>3</sup>Veja-se, a este propósito: José Brissos-Lino e Jorge Botelho Moniz, *Populismo Religioso e Secularização*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2021.



Em dez anos, a Liberdade já nada tem a ver com o que era em 2001: somos vigiados constantemente e os nossos dados são recolhidos regularmente pelas mais variadas instituições. Até criámos formas de autorregulação e de autocensura, como se pode ver nas polémicas em torno das caricaturas de Maomé.

O medo é uma categoria que se espalha pela nossa sociedade exatamente na proporção oposta à perceção de segurança. Quanto mais inseguros nos sentimos, mais medo temos. O único problema, na aplicação prática à nossa sociedade, é que temos uma perceção completamente oposta à realidade: sentimos uma sociedade violenta quando temos um dos níveis mais baixos de violência de todo o globo.

As liberdades individuais há algum tempo que foram sacrificadas em nome da suposta segurança. Vemos bairros inteiros a pedir aos municípios a instalação de videovigilância, pululam as *apps* que vivem da georreferenciação como uma das faces mais importantes do produto que vendem. No final, quase todos temos telemóveis que permitem uma total radiografia ao que fazemos e que reúnem dados para um retrato de hábitos de consumo, de comportamentos, etc.

Não seria de estranhar o passo que hoje temos à nossa frente. Se na Idade Média os leprosos tinham de se fazer anunciar por um sino que permitia que todos se afastassem, hoje queremos saber quem está infetado para nos “protegermos”. Nada melhor que uma *app* nos telemóveis, dando-nos, em tempo real, a aproximação de algum infetado. Tudo em nome da segurança de cada um de nós e do coletivo.

Mas há quem pense mais à frente e avance com propostas caninas, dizendo que poderíamos, até, usar um pequeno chip como os animais domésticos que desse às autoridades a capacidade de ver se os infetados quebram as medidas de confinamento. Nada mais acertado! Orwell coraria na sua imaginação perante a nossa realidade!

De situações de exceção, passámos a uma normalidade onde o medo é brutalmente constitutivo na forma como nos relacionamos. Miguel Real, no seu amplo campo de pensamento, trouxe-nos uma profunda e reflexão sobre o medo, sobre as suas formas e expressões culturais, mas também na sua dimensão evolutiva.





Na definição de novas e atrativas linhas de investigação, o pensamento de Miguel Real mostrou-nos como que a inevitabilidade de um medo que é, assim, alvo de uma Antropologia.

Sempre disponível, o pensador Miguel Real tem sido uma pessoa sempre presente quando a Universidade Lusófona o desafia para pensar com os nossos alunos estas temáticas de rutura na abordagem ao religioso. Saindo de uma abordagem puramente histórica, a possibilidade de ter o Miguel Real por perto sempre nos ajudou a abrir novas perspetivas e a formular novas questões.

Sem uma abordagem ao medo, por exemplo, seria impensável hoje uma fenomenologia do religioso verdadeiramente hodierna, com respostas às mais lancinantes interrogações que se nos colocam.

Ao Miguel Real o nosso reconhecido agradecimento neste longo e sólido caminho de pensamento, devedores da vertigem de pensamento que nos incute e para as temáticas que nos desperta.

### **Nota Biobibliográfica**

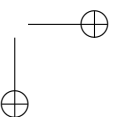
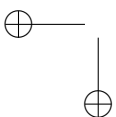
Paulo Mendes Pinto é o Coordenador da área de Ciência das Religiões na Un. Lusófona, onde é o responsável pelo projecto REC-XXI – Religiões, Educação e Cidadania (desde 2018) e onde dirigiu o Mestrado (2007-2011) e a Licenciatura em Ciência das Religiões (2007-2017). É assessor da administração da Un. Lusófona e Director-Geral do Secretariado Executivo do Conselho Superior Académico do Grupo Lusófona. Dedica parte dos seus trabalhos a questões relacionadas com a relação entre o Estado e as religiões e ao diálogo com e entre as Religiões (coordenou projectos, entre outras, com o Museu da Presidência da República, a Presidência do Conselho de Ministros, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade). Foi Embaixador do Parlamento Mundial das Religiões (2015-18) e fundador da European Academy for Religions (2017). No campo dos Estudos Judaicos, foi o comissário da exposição «Heranças e vivências judaicas em Portugal», na Torre do Tombo (Março e Abril de 2017), com versão em inglês em Oslo, no HLS-ENTERET, “The Jewish Experiences and Legacies in Portugal” (30. mars 2017 - 1. apr. 2018). Foi o responsável pelo projecto de catalogação dos manuscritos portugueses da Biblioteca Ets-Haim / Montesinos da Sinagoga Portuguesa de Amesterdão, apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (2013-14). Coordenou os projectos FCT «Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses. Mercadores e gente de trato» e







«Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses. Homens de cultura e de ciência». Participou na concepção e dos espaços interpretativos: Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano, Memorial Sefardita, ambos em Bragança, Centro de Interpretação da Comunidade Judaica de Torres Vedras e Centro de Diálogo Intercultural de Leiria.







## 2.2.27. Navegando com Miguel Real pelos Mares Geográficos e Literários<sup>1</sup>



**Silvie ŠPÁNKOVÁ**

Universidade Masaryk de Brno, República Checa

Não só no seu país natal, Miguel Real é já há muitos anos um nome incontornável para quem estude cultura, história, filosofia e literatura portuguesa. Posso falar disso, pelo menos, do meu ponto de vista de lusitanista estrangeira, vinda de um lugar que, embora geograficamente centro-europeu, constitui também um canto dir-se-ia culturalmente “periférico”, semelhante àquele de *finis terrae* atlântico, em relação àquela Europa-élite, paradigma de poder e de um certo ideário que, como Miguel Real assinala, nem sempre se ajusta à mentalidade de todas as nações que formam o nosso continente. Mas enquanto a língua portuguesa ultrapassou as fronteiras nacionais e continentais, facto que Miguel Real acentua ao discutir a questão de um outro ideário, o da lusofonia, a língua checa, que é a minha, ficou limitada ao seu solo matricial. Apesar disso, pelo que posso testemunhar, o povo deste meu pequeno país centro-europeu que é a República Checa, comparável a Portugal pela extensão e número de habitantes, adere com muitas simpatias não só à cultura portuguesa, mas também às outras culturas, cujo denominador comum é a

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 613-616.



língua portuguesa, porque apesar da existência de muitas línguas autóctones em África e no Brasil, o português abre, para nós, estrangeiros, a possibilidade de se familiarizar, por mais superficialmente que seja, com culturas que de outro modo ficariam, para nós, desconhecidas. Posso falar de tudo isso, pelo menos, em nome de alunos que anualmente, às dezenas, entram nos cursos de língua portuguesa e literaturas em língua portuguesa, fascinados como eu própria com as experiências sempre novas e inesperadas que esse grande potencial cultural e humano, simbolicamente ligado à língua portuguesa, nos proporciona.

Miguel Real consegue ser crítico, provocador e inconformista. Repare-se, por exemplo, nas suas interpretações da sociedade, cultura e “vocaçãõ histórica” de Portugal que, na sua perspetivaçãõ da contemporaneidade portuguesa “sonâmbula”, coincidem com certas ideias de José Gil (*Portugal, Hoje: O Medo de Existir*, 2004). Mas a crítica não só é saudável como necessária, tal como a navegaçãõ. *Navigare necesse est*, disse Gnaeus Pompeius, precisamente, ao lançar-se com os seus homens ao mar em condições perigosas. Por isso, costumamos navegar com Miguel Real, não só nas aulas de literatura portuguesa, pelos mares ainda inexplorados da contemporaneidade portuguesa. Neste sentido, Miguel Real continua a tradiçãõ dos descobrimentos, desta vez no domínio da ficçãõ portuguesa, ao debruçar-se sobre novos textos que vãõ sendo publicados em Portugal. Releve-se, a este respeito, o magnífico estudo *Romance Português Contemporâneo (1950-2010)*, publicado em 2012, que apresenta uma abordagem de seis décadas da produçãõ literária romanescã em Portugal e que surpreende, entre outros, pela sua engenhosa estruturaçãõ, revelaçãõ de ideias originais e extensãõ invejável do material trabalhado. Pessoalmente, gosto também do trabalho *Geraçãõ de 90. Romance e Sociedade no Portugal Contemporâneo* (2001) que justapõe duas eras tão diferentes entre si quanto semelhantes pelo seu espírito epocal de declínio, crepuscular. Talvez valha a pena ver se não haveriam também afinidades entre os inícios dos séculos XX e XXI. Pelo que posso presenciar atualmente, há uma grande vontade de evocar e homenagear, vários autores e obras desse início do século XX, tornando-o, assim, parte da nossa própria contemporaneidade. O espírito de Pessoa, Sá-Carneiro, Aquilino e muitos outros, está sempre connosco e os novos autores, queiram ou não, têm que lutar com eles como Jacob com o Anjo. Mas não se trata só de uma presença assombrosa, fantasmática, dos autores antigos que sãõ simbolicamente devorados pelos Édipos-autores novíssimos,



trata-se também de uma seiva e de um estímulo sempre renovado. Com estas divagações quero homenagear, também, mais uma vertente da atividade de Miguel Real enquanto pensador e crítico literário, essa que se relaciona com o seu trabalho assíduo de ponderada análise de novidades literárias, examinadas sobretudo nas páginas de *Jornal de Letras*. Neste trabalho de seguir continuamente e sem descanso a produção literária portuguesa, é preciso sublinhar três atributos de grande impacto:

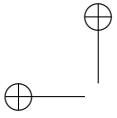
- a) descoberta de novas obras de relevo e a conseqüente atualização da cena romanesca, discutindo e (re)elaborando permanentemente o cânone português;
- b) capacidade de “ouvir” os jovens autores, muitas vezes estreados, e de estabelecer um diálogo intergeracional, de uma grande empatia e compreensão;
- c) apresentação de uns recantos do romance português contemporâneo que de outra maneira ficariam por descobrir, sobretudo quando a distância entre o recetor e o mercado é grande, como no nosso caso, professores e investigadores estrangeiros, dependentes de notícias impressas ou mediadas.

Como se não fosse suficiente todo este trabalho, a atividade ensaística, crítica e filosófica de Miguel Real é ainda acompanhada pela criação literária original, romanesca que, entre outros assuntos, recupera vários capítulos da história de Portugal, entrelaçada, como a fazer jus ao ideário do autor, com a história de outros países de língua portuguesa. Também esta faceta deve ser enfatizada. Portanto, devido a toda esta riqueza intelectual e criativa, Miguel Real é sem dúvida uma das grandes personalidades que representa a cultura contemporânea, em Portugal e no estrangeiro.

### **Nota Bibliográfica**

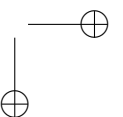
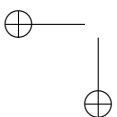
Silvie Špánková é professora de Literatura Portuguesa na Universidade Masaryk de Brno, República Checa; doutorada pela Universidade Carolina de Praga com a tese sobre os romances de António Lobo Antunes; autora de vários ensaios sobre a ficção





---

portuguesa dos séculos XIX e XX. Atualmente, dedica-se ao estudo da narrativa breve portuguesa e à pesquisa do imaginário urbano, sobretudo lisboeta.



## 2.2.28. Depoimento<sup>1</sup>



**Teolinda GERSÃO**  
Escritora/ Professora Universitária

Numa época superficial e distraída, em que os jornais dão cada vez menos espaço aos livros, e menos ainda à literatura, é duplamente grato saudar intelectuais de cultura sólida e vasta, como Miguel Real, que lêem e escrevem por interesse e paixão, e não por salário nem dever de ofício. Ao longo de décadas, além de escrever os seus próprios romances, porque ele próprio é produtor de literatura, Miguel Real, que vem do mundo da filosofia e do ensaio, tem-se ampla e generosamente debruçado sobre os livros dos outros, quer em resenhas em jornais, quer no contexto mais vasto de trabalhos de investigação, posteriormente compilados, sobre épocas, correntes, tendências, numa perspectiva temporal alargada, que abrange sobretudo os séculos XX e XXI – sem esquecer, no entanto, o seu interesse pela Antiguidade Clássica e a raiz filosófica da sua formação, patente noutros ensaios, nem outras épocas históricas, que surgem com vigor em algumas das suas obras de ficção.

No tempo que atravessamos, em que os críticos e os ensaístas são tão raros, Miguel Real é uma voz a festejar, aplaudir, e a não perder.

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

\*

Creio que, quando o conheci, Miguel Real ainda não ocupava por completo o lugar de Luís Martins, que iria depois fazer desaparecer.

Se começo por mencionar Luís Martins é porque tenho para com ele uma dívida antiga: Disse-lhe uma vez em conversa que, como escritora, nunca tinha ido a uma escola, exceptuando uma visita remota, partilhada com Matilde Rosa Araújo.

A sua enorme surpresa traduziu-se numa resposta imediata: Não???? Então para a semana vai à minha.

Testemunhei nessa altura o seu talento didáctico e a enorme cultura que transmitia admiravelmente em palavras simples, que iam ao encontro dos alunos e os cativavam. Foi uma das sessões mais interessantes em que alguma vez participei numa escola.

Para lá deste pequeno *fait divers*, que só refiro pela importância que teve para mim nessa época, acompanhei sempre com interesse o seu percurso inulgar:

Miguel Real assinou nos anos 80 como Luís Martins livros didácticos de filosofia – a sua formação de base – prefaciou, traduziu, anotou, autores como Sócrates, Leibnitz ou Descartes, e publicou um ensaio sobre Eduardo Lourenço, a sua tese de mestrado, mais tarde republicada, com o título *Eduardo Lourenço – Os Anos da Formação 1945-1958* (2003).

Mas a escrita ficcional é, desde o início, um dos seus caminhos de eleição, julgo mesmo que cronologicamente o primeiro: em 1979 receberia o prémio Revelação de Ficção da APE, com o romance *O Outro e o Mesmo*, e novos romances, igualmente premiados, permanecerão, ao longo da sua vida, uma forma privilegiada de comunicar aquilo que o fascina, preocupa, provoca, ou pretende esclarecer através de pesquisas e reflexões.

Também o ensaio, com raízes na História, na Filosofia e na paixão pelo pensamento crítico, disputa com o romance um lugar cimeiro na obra de Miguel Real.

Estamos, portanto, perante um autor polifacetado, não raro surpreendente, cujo saber e interesses se alargam por vários campos (incluindo o teatro, em colaboração com Filomena Oliveira) e, de certo modo, o colocam em luta consigo próprio, porque o que tem para dizer é sempre demasiado para caber num género, ou num livro. Por consequência, cada obra tende a desdobrar-se



noutras, e todos os géneros que cultiva se interpelam e complementam reciprocamente.

Não é assim por acaso que às suas publicações sobre Sócrates filósofo se venha juntar, ainda nos anos 80, um livro de ficção, *Carta de Sócrates a Alcibíades, seu Vergonhoso Amante*, e no romance *A Verdadeira Apologia de Sócrates*, Platão, próximo da morte, confessa que ele próprio é o autor da obra atribuída a Sócrates, pois este nunca existiu, é uma personagem da sua invenção. O bem, a verdade e a natureza humana são encaradas no romance com cepticismo, e a morte de Sócrates pode ser interpretada como ameaça da morte do pensamento livre, às mãos do pensamento dominante.

Os romances de Miguel Real partem de uma base histórica, a partir da qual nasce a efabulação. Há na sua ficção o que poderemos chamar “ciclo colonial”, em torno do fim do império e do colonialismo, abrangendo personagens de diversas épocas, lugares e circunstâncias: *Memórias de Branca Dias*, *O Último Negreiro*, *A Guerra dos Mascates*, *O Feitiço da Índia*, *A Cidade do Fim*, livros que captam o interesse e a curiosidade do leitor pelas histórias aventurosas das personagens, pelos ambientes muito diferentes, recriados com abundância de pormenores inesperados, e pelas nuances da linguagem, que com frequência ressuscita termos e expressões das épocas e lugares que evoca.

Mas também temas da nossa história recente surgem em romances como *Cadáveres às Costas*, passado em 2017, *O Último Minuto da Vida de S.*, em que a personagem é Snu Abecassis, ou *As Memórias Secretas da Rainha Dona Amélia*, texto imaginário, crítico de Portugal e dos portugueses, que, furtado do espólio de Salazar no dia 25/4/74, Miguel Real teria recuperado em Sófia, na Bulgária, e sido incumbido da missão, que escrupulosamente cumpriu, de o depositar na Torre do Tombo.

Em todos os seus livros, seja qual for o género, Portugal é o grande objecto da atenção do autor, mas também da sua inquietação, e frequentemente do seu mal estar.

A crítica social, económica, cultural e política nunca está dissociada (como poderia estar?) da sua escrita. A ironia, por vezes acutilante e até agressiva, dos seus livros, é também lamento e indignação. Disso são exemplos: *Um País Parado no Meio do Caminho*, *A Morte de Portugal*, ou a sátira escrita a quatro mãos com Manuel da Silva Ramos, *O Senhor Deputado*.

A literatura é naturalmente um tema sob escrutínio continuado. Com notável poder de síntese, analisa longos espaços temporais, como por ex. na *Introdução à Cultura Portuguesa: Séculos XIII a XIX*, ou *O Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010*.

Também propostas de visão global, de síntese das nossas características, surgem criticamente em livros como *Portugal, Ser e Representação*, ou *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*.

Se os clássicos e o passado estão presentes e são várias vezes revisitados (*A Visão de Tândalo por Eça de Queirós*, se a figura do *Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa* surge em ensaios, e o romance *A Voz da Terra*, se constrói em torno do terramoto de 1755), também os modernos merecem o seu interesse: *Narração, Maravilhoso, Trágico e Sagrado em Memorial do Convento*, de José Saramago, ou *O Romance Português Contemporâneo: 1950-2010* (2012).

Recentemente, o autor declarou numa entrevista que, do que mais se orgulha, é do papel de crítico literário no JL, lendo e dando a conhecer o que vai sendo publicado. É de louvar essa atitude generosa, numa época em que a literatura (a arte) não está no mapa das prioridades económicas nem políticas, e até os jornais sobrevivem com dificuldade.

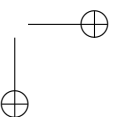
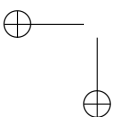
Depois de se ter debruçado criticamente ao longo da vida sobre uma certa “mitologia” portuguesa, que vai dos mitos fundadores aos seus posteriores labirintos ( saudade, sebastianismos, quintos impérios... ), de que se ocuparam grandes autores a que tem regressado com frequência, como Vieira, Pascoaes, Pessoa, Agostinho da Silva, Eduardo Lourenço e outros, é a vertente “**aqui e agora**” de Miguel Real que sobretudo me interessa, porque com ela me identifico: A distopia que estamos a viver já hoje, as ameaças que pairam no horizonte (e que ele projecta no romance *O Último Europeu*), as grandes questões como os valores éticos e a “fome de Deus”, ou pelo menos a aceitação de que, com qualquer nome, a transcendência é uma dimensão necessária à nossa espécie, porque sem ela deixamos de ser humanos.

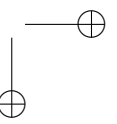
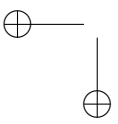
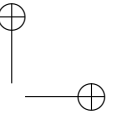
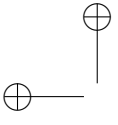
É, portanto, para o presente e o futuro que o olhar de Miguel Real está lucidamente voltado, com a coragem de não ter ilusões, mas sem, no entanto, renunciar à esperança.

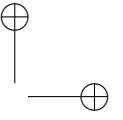
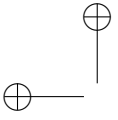


### Nota Biobibliográfica

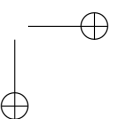
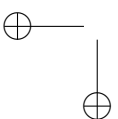
Teolinda Gersão nasceu em Coimbra. Estudou Germanística, Romanística e Anglística nas Universidades de Coimbra, Tübingen e Berlim. Foi Leitora de Português na Universidade Técnica de Berlim, assistente na Faculdade de Letras de Lisboa e depois de provas académicas professora catedrática da Universidade Nova de Lisboa, onde ensinou Literatura Alemã e Literatura Comparada. Além da permanência de três anos na Alemanha, viveu dois anos em São Paulo, Brasil, e conheceu Moçambique, onde decorre o romance de 1997 *A Árvore das Palavras*. Autora sobretudo de romances, publicou até agora duas novelas (*Os Teclados* e *Os Anjos*) e duas colectâneas de contos (*Histórias de Ver e Andar* e *A Mulher que prendeu a Chuva*). Quatro dos seus livros foram adaptados ao teatro e encenados em Portugal, Alemanha e Roménia. Dois dos contos deram origem a curtas metragens e está a ser feita uma longa metragem.

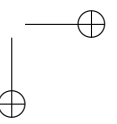
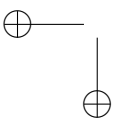
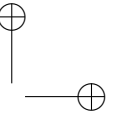
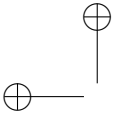






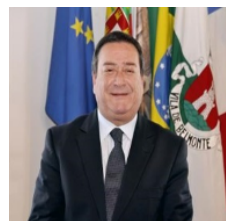
## 2.3. SAUDAÇÕES







### 2.3.1. Saudação<sup>1</sup>



**António ROCHA**  
Presidente da Câmara Municipal de Belmonte

A Câmara Municipal de Belmonte valoriza a cultura e os homens que são agentes dinamizadores e nos enriquecem - é o caso de Miguel Real. Somos cientes do seu valor intelectual e humano, do peso da sua obra literária e filosófica, da profundidade do seu olhar, quer sobre a história que nos marcou, quer sobre o mundo actual. É por isso que Belmonte se associa à divulgação da sua obra, se associa aos eventos que possam dar a conhecer a dimensão intelectual de Miguel Real e a sua importância para o pensamento português. É uma honra.

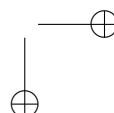
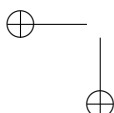
#### **Nota Biobibliográfica**

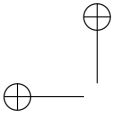
António Dias Rocha é Presidente da Câmara Municipal da Câmara Municipal de Belmonte. Licenciado em Medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Após a licenciatura, na área da saúde exerceu vários cargos, desde Clínico Geral, Assistente Graduado de Clínica Geral, Director do Centro de Saúde de Belmonte e de Autoridade Sanitária Efectiva do Concelho de Belmonte, entre 1982 e 1994. Exerceu outros cargos como Presidente do Conselho de Administração da

---

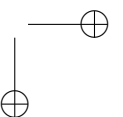
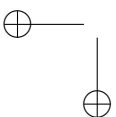
<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 625-626.





Associação de Municípios da Cova da Beira, de 2000 a 2003 foi Gestor na empresa A.D.P. – Águas de Portugal, SGPS, SA e Presidente do Conselho de Administração da empresa Águas do Zêzere e Côa, SA. Na política, entre 1994 e 2000, foi Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, de 2005 e 2009 foi Vereador da Câmara Municipal de Belmonte e é desde 2013, novamente Presidente da Câmara Municipal de Belmonte.







### 2.3.2. Saudação da Câmara Municipal da Guarda a Miguel Real<sup>1</sup>



**Carlos Chaves MONTEIRO**  
Presidente da Câmara Municipal da Guarda

Miguel Real possui uma vasta obra literária e ensaística, tendo sido agraciado com vários prémios, como o Prémio de Revelação nas áreas da Ficção e do Ensaio Literário da Associação Portuguesa de Escritores, o Prémio Ler/Círculo de Leitores, o Prémio da Associação dos Críticos Literários e o Prémio Literário Fernando Namora. As quatro décadas dedicadas a uma ativa reflexão e à escrita de obras de reconhecida qualidade científica e estética foram a razão para a UBI organizar o *Colóquio Internacional Miguel Real: Literatura, Filosofia, Cultura*. Quando o Município da Guarda foi convidado, pela UBI, para se associar ao ciclo de homenagem a Miguel Real pelos seus 40 anos de Vida Literária (1979-2019), prontamente nos dispusemos a colaborar nessa comemoração, não só porque se trata de um afamado ensaísta, romancista, crítico literário, conferencista, professor, dramaturgo, mas também porque estamos na presença de um leitor assíduo de Eduardo Lourenço, insigne figura da nossa terra, a quem dedicou as três premiadas obras intituladas *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*, *O Essencial Sobre Eduardo Lourenço* e *Eduardo Lourenço – Os Anos da Formação 1945-1958*.

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



Posto isto, foi com elevada satisfação que nos associamos a tão justa homenagem, sendo que tivemos a honra de participar na Sessão de Abertura do *Colóquio Internacional Miguel Real: Literatura, Filosofia, Cultura* que decorreu na UBI, nos dias 7 e 8 de novembro de 2018, na Universidade da Beira Interior.

No ano seguinte, dando continuidade ao ciclo de homenagem em torno deste vulto da Cultura Portuguesa, o município da Guarda em parceria com a Faculdade de Artes e Letras e os Centros de Investigação Labcom e Praxis da Universidade da Beira Interior, bem como com o Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa e o Instituto Politécnico da Guarda, organizou uma exposição que esteve patente na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço (BMEL), entre outubro e dezembro de 2019, bem como três eventos que decorreram no referido espaço e no Teatro Municipal da Guarda.

Estes três colóquios procuraram abarcar as diferentes dimensões da obra de Miguel Real, como o Ensaio (Filosofia e Cultura portuguesa) e a Ficção (Teatro e Romance, sobretudo histórico). O colóquio *Miguel Real – 40 anos de escrita: ensaio, ficção, &tc.* decorreu no dia 4 de outubro de 2019, na sala de Tempo e Poesia da BMEL, e contou com a presença dos oradores Anabela Rita, Carla Sofia Luís, José Carlos Seabra Pereira, Renato Epifânio e Urbano Sindocha, tendo sido dedicado às dimensões ensaística e ficcional do escritor. No mesmo dia, foi inaugurada a exposição biobibliográfica sobre o autor, justamente intitulada *Miguel Real – 40 anos de vida literária*. O terceiro colóquio *Miguel Real – 40 anos de escrita: o romance histórico no século XXI* teve lugar na BMEL, no dia 6 de dezembro de 2019, tendo-se encerrado com chave de ouro este conjunto de iniciativas promovidas na cidade da Guarda ao longo de dois meses (entre outubro e dezembro de 2019). Este derradeiro colóquio contou, igualmente, com escritores e ensaístas de renome nacional e internacional. Além do homenageado, estiveram presentes Alexandre Luís, Álvaro Manuel Machado, António José Borges (enviou texto), Carla Sofia Luís, Carlos Fiolhais (enviou depoimento), Daniel Henri-Pageaux, Gabriel Magalhães, João Morgado, Luísa Maria Soeiro Marinho e Nuno Júdice (enviou texto), Onésimo Teotónio d’Almeida (enviou depoimento).

Complementando estes eventos, o Teatro Municipal da Guarda acolheu, no dia 6 de novembro, a peça de teatro *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, de autoria de José Saramago e adaptação dramaturgica de Miguel Real e Filomena



Oliveira, destinada aos alunos do ensino secundário. Pretendeu-se, também, evidenciar a parceria de Miguel Real com Filomena de Oliveira (Éter) empreendida no campo da redação de textos dramáticos originais ou na adaptação de romances de autores relevantes no âmbito da Cultura Portuguesa.

Perante o exposto, e tendo em conta a relevância de Miguel Real no seio da Cultura Portuguesa, mas também como leitor assíduo de Eduardo Lourenço, afamado intelectual do distrito da Guarda, foi com redobrado prazer que a Câmara Municipal da Guarda se associou a este Ciclo de Homenagem. Sentimo-nos verdadeiramente honrados por acolhermos estes eventos absolutamente enriquecedores quer do ponto de vista científico quer do ponto de vista humano. Uma última nota e com ela terminamos; ficámos muito sensibilizados pelo facto de Miguel Real ter prontamente apadrinhado a candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura 2027. É um privilégio.

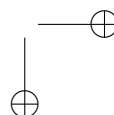
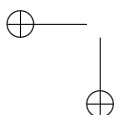
#### **Nota Biobibliográfica**

Carlos Alberto Chaves Monteiro nasceu na cidade da Guarda a 24 de novembro de 1968. Frequentou a Escola Secundária da Sé e a Escola Secundária Afonso de Albuquerque, na Guarda. Licenciou-se em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa, tendo exercido advocacia na cidade da Guarda durante os anos de 1995 a 2013. Foi formador, durante os anos de 1999 a 2010, em Direito de Trabalho, Cidadania, Direitos, Liberdades e Garantias; Higiene e Segurança no Trabalho; Empreendedorismo, Aspectos Legais de Acesso à Atividade Económica; Procedimento Administrativo; Sistema de Avaliação de Desempenho na Administração Pública; A Empresa Verde e a Eco Empresa; Problemática para a Igualdade; O Cidadão e Lei; Lei das Faltas, Férias e Licenças; Contrato de Trabalho na Administração Pública; Regime Jurídico da Edificação e Urbanismo; Relações Interpessoais e Direitos e Deveres do Cidadão; Direito Civil; Direito Comunitário, entre outros. Exerceu cargo de Presidente da Direção da Associação Desportiva Futebol Clube, entre os anos de 2007 a 2013. Desde o ano de 2011 até ao ano 2013, foi Vice-Presidente da Direção Guarda Unida Desportiva. Integra a Direção da Liga dos Amigos do Hospital Sousa Martins desde 2011. Desde 2003 até ao ano 2007, foi assessor jurídico da Delegação da Guarda do Instituto da Juventude, no âmbito de um protocolo estabelecido entre aquela Instituição e a Associação Nacional dos Jovens Advogados. Sócio fundador de uma sociedade de prestação de serviços em 1999. A 29 de setembro de 2013 foi eleito





Vice-Presidente da Câmara Municipal da Guarda, tendo tomado posse a 19 de outubro de 2013. Presidente do Conselho Fiscal do Centro de Estudos Ibéricos (CEI) NOTA BIOGRÁFICA Carlos Alberto Chaves Monteiro. Representante da Comissão de Autorização Comercial (COMAC). Presidente da Assembleia Geral da Guarda Cidade Desporto, EM. Presidente, com competências delegadas, da Assembleia Geral da Agência de Desenvolvimento para a Sociedade da Informação e do Conhecimento (ADSI). Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial (PLIE). Presidente do Conselho de Administração da Sociedade IMOGUARDA, S.A. A 1 de outubro foi reeleito vereador da Câmara Municipal da Guarda, tendo tomado posse a 19 de outubro de 2017 e tendo sido nomeado vice-presidente. É presidente da Câmara da Guarda desde 11 de abril de 2019.



### 2.3.3. Homenagem a Miguel Real<sup>1</sup>



**Catarina Vaz PINTO**

Vereadora da Cultura da Câmara Municipal da Câmara de Lisboa

Miguel Real é uma personalidade da maior relevância da Cultura portuguesa do nosso tempo, destacando-se pela diversidade nas suas abordagens, quer enquanto romancista, ensaísta, filósofo, pensador ou criador.

A sua obra revela grande profundidade e inteligência na análise da ação e pensamento de diferentes atores do panorama cultural, político e social português. Neste sentido, saliente-se a capacidade de dar a conhecer e iluminar os traços distintivos daquelas personagens cujo legado se crê fundamental para a criação, consolidação e compreensão da história e mentalidades em Portugal.

Também bebe daquilo que outros criaram, analisando-os com uma capacidade ímpar, refletindo na evolução de conceitos de áreas maiores, de modo destacado nos domínios do teatro, da ficção e filosofia, sendo a reflexão Ética relativa aos valores transversais a todo o seu pensamento e escrita, não se limitando a pensar sobre o feito, mas também contribuindo pessoalmente com obras nesses mesmos âmbitos.

Em boa hora a Universidade da Beira Interior, por iniciativa Faculdade de Artes e Letras e respetivos Departamentos (Letras e Comunicação e Artes) e do LabCom.IFP – Comunicação, Filosofia e Humanidades, resolveu promover esta justa homenagem em forma de colóquio dedicado à análise do papel de

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

Miguel Real na literatura, Filosofia e Cultura portuguesa, à qual de imediato se associaram outras instituições de renome, neste que é o quadragésimo aniversário da atribuição do Prémio Revelação e Ficção da APE/IPLB à obra *O Outro e o Mesmo*, a sua primeira criação no campo da ficção.

Também a Câmara Municipal de Lisboa se associou ao Colóquio, e foi com a maior satisfação que aceitei o convite para integrar a Comissão de Honra do mesmo.

Não podemos deixar de lembrar que, antes de assumir a sua identidade intelectual e literária como Miguel Real, Luís Martins nasceu em Lisboa, cresceu no Bairro dos Atores e aqui desenvolveu o seu percurso académico, passando pela Escola Preparatória Nuno Gonçalves e posteriormente pela Faculdade de Letras, onde iniciou a atividade de escrita e investigação.

Tendo-se sempre mostrado cooperante com o desenvolvimento cultural de Lisboa, é de realçar uma recente e continuada colaboração enquanto comissário do projeto intermunicipal Rota “Memorial do Convento”, a decorrer desde 2014 e até 2020, que reúne as autarquias de Lisboa, Loures e Mafra, na construção de um itinerário literário, quer físico quer virtual, pelos locais por onde se desenrola a obra homónima de José Saramago e que se estende às áreas do património, da história e do turismo, bem como prevê a realização de uma conferência internacional.

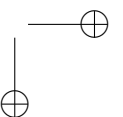
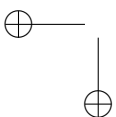
Felicitemos assim a Universidade da Beira Interior por acolher e promover esta iniciativa e associamo-nos à Homenagem à personalidade e obra de Miguel Real, que esperamos se mantenha como contributo inestimável nos campos da reflexão e criação portuguesas contemporâneas.

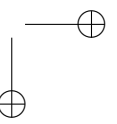
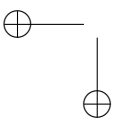
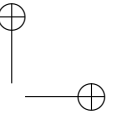
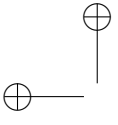
### **Nota Biobibliográfica**

Catarina Vaz Pinto é licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (UCP), Lisboa. Pós-graduada em Estudos Europeus, Colégio da Europa, Bruges. Vereadora da Cultura/Câmara Municipal de Lisboa (desde Novembro 2009), Gestora cultural. Consultora independente na área das políticas e do desenvolvimento cultural, formação cultural e artística. Coordenadora Executiva do Programa Gulbenkian Criatividade e Criação Artística/Fundação Calouste Gulbenkian (2003- 2007). Consultora da Quaternaire Portugal, SA, na área de projectos e políticas culturais (2001-2005). Neste âmbito, co-responsável pela conceção e implementação do projecto



Artemrede-Teatros Associados. Directora-executiva e docente da Pós-graduação em “Gestão Cultural nas Cidades” do Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial – INDEG/ISCTE (2001-2004). Secretária de Estado da Cultura (1997-2000). Adjunta do Ministro da Cultura (1995-1997). Co-fundadora da Associação Cultural Fórum Dança, da qual foi Directora-executiva (1991-1995).







### 2.3.4. Saudação da Academia de Marinha a Miguel Real<sup>1</sup>



**Francisco Vidal ABREU**  
Almirante e Presidente da Academia

Excelentíssimos Senhores

Honrado pelo convite para integrar a Comissão de Honra que vem homenagear Miguel Real e na impossibilidade de estar presente, pede-me o Presidente da Academia de Marinha, Almirante Francisco Vidal Abreu, para vos ler, em seu nome, as seguintes palavras.<sup>2</sup>

A Academia de Marinha vem saudar Miguel Real, autor de uma vasta obra na cultura Portuguesa em áreas tão vastas como História da Cultura, Literatura, Filosofia da Política, Mentalidades e Língua.

Autor premiado, as suas obras surgem normalmente sob a forma de ensaio, ficção e drama. É colaborador permanente do *Jornal de Letras*.

Investigador, tem vindo a contribuir para o conhecimento aprofundado de Portugal e do modo de estar e de ser do português, desde os séculos XV e XVI até à actualidade.

Os seus ensaios tentam expressar, de uma forma clara, a demarcação da cultura portuguesa face às restantes culturas europeias, nomeadamente no contexto histórico, social, cultural, relacional e político.

Aborda a identidade nacional e o homem português.

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup>Texto lido pelo Secretário-Geral, Comandante Herlander Valente Zambujo.



Insiste em que a cultura portuguesa possui hoje dois grandes valores que perfazem a sua identidade:

- No passado, a epopeia dos Descobrimentos e da Expansão. Independentemente do que hoje pensamos sobre os séculos XV e XVI, eles constituíram marcos na história mundial.
- No que diz respeito ao presente, a cultura portuguesa é absolutamente dominada pelo uso da língua portuguesa. É ela o grande traço de união entre povos espalhados pelo mundo, perfazendo mais de 200 milhões de falantes.

A Academia de Marinha tem por missão promover e desenvolver os estudos e divulgar os conhecimentos relacionados com a história, as ciências, as letras e as artes e tudo o mais que diga respeito ao mar e às actividades marítimas.

E é neste sentido que espera que Miguel Real possa continuar a contribuir com os seus amplos conhecimentos para o aprofundamento da cultura portuguesa, muito especialmente em tudo o que esteja relacionado com o mar, área específica em que a colaboração com a Academia seria não só enquadrável, mas claramente desejável.

### **Nota Bibliográfica**

Almirante Francisco Vidal Abreu possui um MSc. em Oceanografia pela Naval Postgraduate School – Monterey, Cal., e é Engenheiro Hidrógrafo. Terminou a sua carreira naval no exercício do cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada (2002-2005). Em 17 de Novembro de 2015 foi eleito Presidente do Conselho Académico da Academia de Marinha para o triénio 2016-2018, tendo sido empossado no cargo em 08 de Janeiro de 2016. Teve o seu mandato sucessivamente renovado em Novembro de 2018 e Novembro de 2021, encontrando-se a exercer o seu terceiro mandato.





### 2.3.5. Saudação da Câmara Municipal da Covilhã a Miguel Real<sup>1</sup>



**Vítor PEREIRA**

Presidente da Câmara Municipal da Covilhã

O Colóquio Internacional Miguel Real – Literatura, Filosofia e Cultura, realizado na Covilhã nos dias 7 e 8 de novembro de 2018, promovido pela Universidade da Beira Interior (Faculdade de Artes e Letras, Departamentos de Letras e de Comunicação e Artes e LabCom.IFP – Comunicação, Filosofia e Humanidades), permitiu concretizar uma justa homenagem a uma figura ímpar e incontornável da cultura nacional e internacional. A Câmara Municipal da Covilhã associou-se com regozijo à iniciativa, agora plasmada nesta importante obra coletiva que conta com os contributos e reflexões de todos os oradores do Colóquio.

Miguel Real, pseudónimo literário de Luís Martins, é um escritor, ensaísta e professor de filosofia com vasta e multifacetada obra publicada. Eterno curioso sobre a história, a identidade e a cultura portuguesa, escalpelizou com precisão cirúrgica a vida e a obra das mais importantes figuras da história de Portugal. O metódico e aprofundado trabalho de investigação e posterior reflexão de Miguel Real constituem-se como contributo essencial para conhecermos melhor a cultura da lusofonia. Quarenta anos a estudar, a pensar e a

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



escrever sobre as venturas e desventuras que a sociedade portuguesa tem sofrido desde os séculos XV e XVI, deram origem a uma obra literária estética e cientificamente extraordinária.

Do ensaio à ficção, da escrita de teatro ao romance histórico, da novela aos contos, Miguel Real construiu um acervo único e inestimável no panorama literário português e mundial. Tudo isto sem deixar de nos transmitir, de quinze em quinze dias, no “Jornal de Letras”, a sua muito peculiar visão sobre o estado da ficção e do romance em Portugal.

O Município da Covilhã patrocinou o momento cultural afeto ao evento científico: a peça de teatro “O Ano da Morte de Ricardo Reis”, uma adaptação dramática de Miguel Real e Filomena Oliveira, edificada com base na homónima obra de José Saramago. A peça comprovou que há uma constante na obra tão multifacetada e multipremiada de Miguel Real: a qualidade.

Quem conhece bem o autor, diz que tem uma forma peculiar de ser, “tão bondosa como erudita”<sup>2</sup>. Numa entrevista concedida em 2013, a uma pergunta sobre o que sentia face ao reconhecimento e aos prémios alcançados, Miguel Real impressionou-me com a sua resposta:

Sinceramente, tanto como professor quanto como escritor, sinto-me reconhecido o suficiente para não me queixar. Sinto que valeram a pena as milhares de aulas lecionadas e os inúmeros livros escritos. Ambas as vertentes trouxeram-me algum reconhecimento por parte dos meus pares, o que me honra. Tomara que todos os portugueses pudessem dizer o mesmo no campo da realização pessoal. Seríamos um povo feliz!

Somos, sem dúvida, um povo e um país mais feliz por contarmos com vultos da envergadura intelectual e artística de Miguel Real.

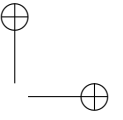
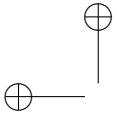
---

<sup>2</sup>LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier (2018), “Para uma Leitura de Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa de Miguel Real”, página do *Colóquio Internacional – Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura* (7 e 8 de novembro de 2018), *Revista Triplo V, Série Gótica*, Primavera de 2019, p. 3, disponível em <https://triplov.com/revistaTriplov/category/paginainicial/autores/carla-sofia-gomes-xavier-luis/>. Disponível ainda em [www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcolquio/](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcolquio/) (acedido a 1/04/2021).

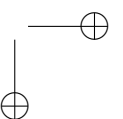
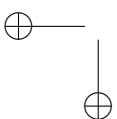
### **Nota Biobibliográfica**

Fez o ensino secundário na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, onde foi membro do Conselho Diretivo. Foi um dos fundadores do jornal “Chama”, desse mesmo estabelecimento de ensino. Foi membro da Associação Académica da Universidade de Coimbra e do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da mesma instituição. Licenciou-se em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e é Advogado. Frequentou Pós-Graduação em Direito Empresarial. Foi membro da Assembleia de Freguesia do Teixoso e da Assembleia Municipal da Covilhã. Foi Vereador na Câmara Municipal da Covilhã de 2005 a 2013. Foi Deputado na Assembleia da República na X Legislatura, onde integrou a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e a Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território. Tendo também integrado a Comissão de Ética e a Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Foi coordenador dos deputados do Partido Socialista eleitos pelo círculo de Castelo Branco. Foi Subdelegado da Região Centro do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), entre 2010 e 2012. Foi Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela em 2014 e 2015. Foi Presidente da Comissão Política Concelhia do PS da Covilhã e Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Militantes da Secção da Covilhã, foi Membro do Secretariado e da Comissão Política da Federação Distrital de Castelo Branco do PS e foi Membro da Comissão Nacional de Jurisdição do PS desde 2004 a 2018. É Membro da Comissão Nacional do Partido Socialista desde 2018. É Presidente da Federação Distrital de Castelo Branco do Partido Socialista desde julho de 2020. É Vice-Presidente da Mesa do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e Vice-Presidente da Mesa do Conselho Geral da mesma Associação. É Presidente da Câmara Municipal da Covilhã desde 2013.





## **2.4. ESCREVER A DUAS MÃOS COM MIGUEL REAL**









### 2.4.1. Ensaio – Miguel Real: o Verbo *Imaginante*<sup>1</sup>



**Annabela RITA**  
UL-FL-CLEPUL

Édipo diante da Esfinge é uma equação que desdobra no par pergunta-resposta o enigma existencial. O enigma consubstancia-se nesse corpo questionador de natureza indefinida, híbrido, compósito, inclassificável, misto de réptil, leão, ave, homem... em finisterra europeia e na sua homóloga africana.

Nesse episódio, temos a conjugação do *tempo longo* da *hominização* e do *tempo curto* da vida de *cada homem*, mas também a da relação entre eles e das diversas naturezas do híbrido. Uma Quimera. Como, de certa forma, aquele que nela se observa ou em que ela se observa: Édipo, também ele híbrido de 2 genealogias reais e suas circunstâncias, entre o destino e o desejo de o contrariar. Nessa especularidade, a cultura é o conjunto metamórfico dos pares pergunta/resposta em auto-reconhecimento: cada comunidade define a seu modo o que é, a natureza humana, as leis da vida e do universo. E é possível observar essa variação numa galeria sinalizadora da hermenêutica dos ciclos da história europeia: Prometeu (a hominização, o ser, o conhecimento),

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990. Ciclo de Homenagem a Miguel Real, Colóquio *Miguel Real – 40 anos de escrita: ensaio, ficção, &c.* Guarda, 4 de outubro de 2019, 14:30, sala de Tempo e Poesia da Biblioteca Eduardo Lourenço, [www.labcom-ifp.ubi.pt/ciclodohomenagemMiguelReal/](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ciclodohomenagemMiguelReal/).



Ulisses (a aventura, o fazer, o encontro com a alteridade), Fausto (o desejo, o pensar, o sonho de utópica distopia)<sup>2</sup>...

Ora, nessa imensa tessitura que é a cultura, Miguel Real é, para mim, um grande protagonista desse par de perguntas e respostas que nos definem. Não já apenas Édipo e a Esfinge, mas também, percorrendo as outras configurações, Eros e Psique, encenando o auto-reconhecimento nesse *Portugal – Ser e Representação* (1998) (“E vê que ele mesmo era/ A Princesa que dormia”<sup>3</sup>).

Na cena cultural, o ensaio *A Morte de Portugal* (2008) e o romance *O Último Europeu* (2015) insinuam uma espectralização da nação e da Europa numa mesma tragédia, envolvendo o par no *sudário* do verbo. E parece ser esse sentimento de iminência embebido de urgência afectuosa que move Miguel Real à realização do monumento para memória futura: a representação dessa comunidade (portuguesa) noutra inscrita (europeia), ambas varridas pelos ventos da globalização que lhes esfumam os contornos dos rostos e dos retratos tradicionais...

Inscrevendo Portugal na Europa e observando-lhes os imaginários, onde a noite progride, numa cedência do *élan* construtivo, empreendedor e luminoso ao entristecido, enlutado e desanimado sentimento que Albrecht Dürer configurou em *Melancholia I* (1514), de uma série crepuscular com *O Cavaleiro, a Morte e o Diabo* (1513) e *São Jerónimo no seu Gabinete* (1514). Um Anjo rodeado das insígnias do conhecimento e da técnica, desalentado de impotência, com um monstro alado ao fundo, desdobrando o título da gravura contra uma alvorada de utopia, quiçá, sinalizando algumas das ideias da *De Occulta Philosophia*, de Heinrich Cornelius Agrippa. Gravura da memória, da reflexão e do sentimento europeus. Apesar d’ *O Princípio Esperança* (1954-59) de que o futuro será eticamente superior ao passado (Ernst Bloch)<sup>4</sup>, “espécie

<sup>2</sup>Cf., dentre outros, *A Identidade Cultural Europeia* (2013), de Vasco Graça Moura.

<sup>3</sup>PESSOA, Fernando, V, in *Arquivo Pessoa*, disponível em <http://arquivopessoa.net/textos/4265> (acedido a 1-4-2021).

<sup>4</sup>Sobre esta obra, disse Michael Löwy:

“Ninguém jamais escreveu um livro como este, fundindo em um mesmo sopro visionário os pré-socráticos e Hegel, a alquimia e os contos de Hoffmann, a heresia ofita e o messianismo da Shabbatai Tsevi, a filosofia da arte de Schelling e o materialismo marxista, as óperas de Mozart e as utopias de Fourier. Abramos uma página ao acaso: trata-se do homem da Renascença, do conceito de matéria em Paracelso e Jakob Böhme, da Sagrada Família de Marx, da doutrina do conhecimento em Giordano Bruno e do livro sobre a reforma do entendimento de Espinoza. A erudição de Bloch é de tal modo enciclopédica que raros são os leitores ca-

de santidade laica ao modo de Antero de Quental”<sup>5</sup>. Nesse Anjo, podemos vislumbrar uma das faces de Miguel Real pensador e esteta...

Na *representação*, eis que vemos o discurso entretecendo o complexo. Cartografia e geometria informam o levantamento sistemático da tónica da nossa identidade cultural: os temas são identificados, descritos e organizados em constelações. A arqueologia embebe o histórico de cada um e a prospectiva antecipa desenvolvimentos de cada um e das suas relações. A perspectiva torna reconhecível o *lugar de observação*, o de Miguel Real, confere reconhecibilidade à sua *impressão digital*.

Tudo isto explica o gesto autoral em que confluem, fusionalmente, o projecto histórico, o ensaístico e o literário, numa gemelaridade dominada pela *hermenêutica do outragora* que nos constitui. E tudo isso explica que o próprio historiador se constitua como ensaísta para *compreender e fazer compreender* a complexidade do real e como romancista para defender com as malhas da imaginação o que não pode afirmar nos/sobre os vazios ou enigmas da História, motivação por muitos assumida. Ensaísta que não hesita em assumir a sua emoção, como quando opta por lançar a obra *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa (1949-1997)* (2008) no dia de anos do autor de *Labirinto da Saudade* e de *Portugal como Destino*, gesto de homenagem afectiva<sup>6</sup>.

Se elaborássemos o retrato de Miguel Real, teríamos de o decompor numa *côterie* evocadora da pessoana ou de quadros como o de Richelieu (c. 1640), por Philippe de Champaigne, que o mostra de frente, ladeado pelos 2 perfis<sup>7</sup>,

pazes de julgar, com conhecimento de causa, cada assunto desenvolvido nos três volumes do livro.” (Michael Löwy. «Le ‘Principe Esperance’ D’Ernst Bloch Face au ‘Principe Responsabilité’» (PDF). *Revue Electronique Hypotheses*, disponível em [https://f.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/203/files/2013/01/LOWY\\_Bloch.Jonas\\_.pdf](https://f.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/203/files/2013/01/LOWY_Bloch.Jonas_.pdf) (acedido a 1-4-2021).

<sup>5</sup>Entrevista a Miguel Real por João Céu e Silva, “Miguel Real: a nossa História é um Sugadouro de Mitos”, in *Diário de Notícias*, 07 de maio de 2017, disponível em [www.dn.pt/artes/interior/miguel-real-a-nossa-historia-e-um-sugadouro-de-mitos-7582438.html](http://www.dn.pt/artes/interior/miguel-real-a-nossa-historia-e-um-sugadouro-de-mitos-7582438.html) (acedido a 1-4-2021).

<sup>6</sup>“A Vida dos Livros”, in *Centro Nacional de Cultura*, disponível em [www.cnc.pt/a-vidas-dos-livros-31/](http://www.cnc.pt/a-vidas-dos-livros-31/) (acedido a 1-4-2021).

<sup>7</sup>“Fichier: Philippe de Champaigne – Triple Portrait of Richelieu – WGA4724.jpg”, in *Wikipédia*, disponível em [https://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Philippe\\_de\\_Champaigne\\_-\\_Triple\\_Portrait\\_of\\_Richelieu\\_-\\_WGA4724.jpg](https://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Philippe_de_Champaigne_-_Triple_Portrait_of_Richelieu_-_WGA4724.jpg) (acedido a 1-4-2021).

ou o de Charles I (1635-36)<sup>8</sup>, por Van Dyck, ou o de Goldsmith (c. 1530)<sup>9</sup>, por Lorenzo Lotto, o do misterioso pintor barroco Johannes Gump (1646) ao espelho e a pintar-se<sup>10</sup> e tantos outros. Melhor ainda, ocorre-me essa espantosa *Alegoria da Prudência* (1565-70)<sup>11</sup> que Ticiano encimou com a frase *Ex Praeterito / Praesens Prvdenter Agit / Ni Fvtvra(m) Actione(m) Detvrpet (Sulla base del passato / il presente prudentemente agisce / per non guastare l'azione futura)*, associando as três idades do homem (juventude, maturidade e velhice) e a sua própria identidade familiar (Ticiano velho; seu filho Horácio, morto pela peste no mesmo ano que Ticiano; o primo e herdeiro Marco Vecellio) e a simbólica heráldica tricéfala da Prudência (lobo, leão e cachorro).

Mas... tenta-me, também, a aproximação a um dos mais famosos autorretratos da pintura americana: o de Norman Rockwel, de 1960<sup>12</sup>, que se representa num “Auto-retrato triplo” no Norman Rockwell Museum. Não é apenas a perspectiva que diverge, não é a idade, mas os pormenores: no espelho, tem óculos enevoados para, alegadamente não se ver bem e manter o bom humor... no quadro que pinta, e onde está sem óculos, pregou, no canto superior direito, autorretratos de mestres (Albrecht Durer, Rembrandt van Rijn, Vincent Van Gogh e um Pablo Picasso), suas referências na Pintura, no canto superior esquerdo, uma folha com diferentes esboços de autorretratos concep-

<sup>8</sup>“Charles I in Three Positions”, in *Wikipédia*, disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Charles\\_I\\_in\\_Three\\_Positions](https://en.wikipedia.org/wiki/Charles_I_in_Three_Positions) (acedido a 1-4-2021).

<sup>9</sup>“Triple Portrait of a Goldsmith”, in *Wikipédia*, disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Triple\\_Portrait\\_of\\_a\\_Goldsmith](https://en.wikipedia.org/wiki/Triple_Portrait_of_a_Goldsmith) (acedido a 1-4-2021).

<sup>10</sup>“Mysterious baroque painter Johannes Gump”, in *Wikipédia*, disponível em <http://altwe.et.com/til-that-the-mysterious-baroque-painter-johannes-gump-is-known-to-have-painted-only-one-self-portrait-which-also-happens-to-be-a-triple-self-portrait-in-which-he-appears-from-behind-painting-his-own/>; “File: Self-Portrait by Johannes Gump. Jpg”, in *Wikimedia Commons*, disponível em [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Self-portrait\\_by\\_Johannes\\_Gump.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Self-portrait_by_Johannes_Gump.jpg) (acedidos a 1-4-2021).

<sup>11</sup>“File: Self-Titan – Allegorie der Zeit.jpg”, in *Wikimedia Commons*, disponível em [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Titian\\_-\\_Allegorie\\_der\\_Zeit.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Titian_-_Allegorie_der_Zeit.jpg) (acedido a 1-4-2021).

<sup>12</sup>“Rockwell Video Minute: Triple Self-Portrait”, vídeo disponível em [www.youtube.com/watch?v=ZeSxJNU27c](http://www.youtube.com/watch?v=ZeSxJNU27c) (acedido a 1-4-2021).



tuais previamente partilhados com editores seus<sup>13</sup>. A variante é a versão em que se vê diferente e se pinta outro<sup>14</sup>.

Enfim, no caso de Miguel Real, eu diria que a *apresentação* da sua *representação* da cultura nacional deixa perceber, ofelicemente dissimulado, o seu próprio *rosto* (auto-representação), identidade inequívoca.

No seu trabalho, a investigação condu-lo a uma apresentação hierática, sistémica e sistemática, num esquema analítico que tipologiza, enumera, cronogramatiza, historiciza e descreve. A ambição é totalizadora, de exaustividade e classificação, como é visível, p. ex., nos *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017) ou no *Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010* (2011). As listas da sua classificação demonstram-no.

Ao erguer esse edifício, Miguel Real aspira a um *além* e *aquém* dele: à vibração humana e especulativa, à *imaginação do real*.

No segundo caso (aspiração especulativa), o verbo ensaístico ergue-se numa perspetivação aérea que re-apresenta, sistematicamente, o panorama do ponto de vista de um longo curso que o excede e de uma semantização que o torna compreensivo. São as grandes sínteses e são as *Novas Teorias (do Mal, 2012, da Felicidade, 2013, do Sebastianismo, 2014, do Pecado, 2017)* revisitando *lugares* da nossa tópica cultural, o nosso “Palácio da Memória”, reequacionando-os e promovendo uma revisão cartográfica e arquitectónica (*O Futuro da Religião, 2014*), quiçá em direcção a uma Nova Europa, onde a disforia dos “Cidadãos Dourados” espreita em 2284 em catastrófica disforia (*O Último Europeu, 2015*).

Nessa tapeçaria imensa, temos os pontos de partida e os de chegada, num vai-e-vem de hipertextualidade permanentemente reenviado de grande angular (*Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa, 2017*) para panorama (*Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010, 2011*) ou grande plano (com o Pe António Vieira ou Eduardo Lourenço) ou *zoom* (muitas vezes ilusório,

<sup>13</sup>“Heritage Auctions - America’s Auction House”, disponível em <https://fineart.ha.com/itm/works-on-paper/norman-rockwell-american-1894-1978-study-for-triple-self-portrait-1960-oil-on-photographic-paper-laid-on/a/5286-68139.s>; “Rockwell – O Cinismo Daquele Autorretrato Triplo”, in *Botocuds Reviu*, 31 de maio de 2016, disponível em <https://botocudoreviu.wordpress.com/2016/05/31/rockwell-o-cinismo-daquela-autorretrato-triplo/> (acedido a 1-4-2021).

<sup>14</sup>Imagem disponível em [www.artnet.com/WebServices/images/110022911d8BuEFgneECfDrCWvaHBOccSEPTEMBERcc/norman-rockwell-study-for-triple-self-portrait.jpg](http://www.artnet.com/WebServices/images/110022911d8BuEFgneECfDrCWvaHBOccSEPTEMBERcc/norman-rockwell-study-for-triple-self-portrait.jpg) (acedido a 1-4-2021).



como *O último minuto na vida de S.*, 2004). E podemos pressentir um *noturno* ritmando um ciclo de enlutado dramatismo concluindo em jogo de espelhos do seu verbo sobre contemporaneidade: d' *A Morte de Portugal* (2008) e d' *O Último Europeu* (2015) ao *thriller* de amor & morte em convulsionado *último minuto de S.* (2007), signo-sinal de um *fim da história* nacional onde ecoam outros (*O Fim da História e o Último Homem*, 1992, de Francis Fukuyama, é evocação inevitável).

No primeiro caso (aspiração humanista), o verbo *humanizador* ergue a ficção no cenário do *Romance Português Contemporâneo* (2012), elaborando os dados numa nova, vívida, vibrante e casuística realidade, a romanesca: o Pe. António Vieira emerge feito pel' *O Sal da Terra* (2008), como o génio da lâmpada da letra que o historiou (*Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa*, 2008), da mesma forma que *O Deputado da Nação* (2016) se gera nas dobras de *Portugal: Um País Parado no Meio do Caminho 2000-2015* (2015) e o *Cadáveres às Costas* (2018) floresce da letra de *Fátima e a Cultura Portuguesa* (2018), para não mencionar outros. A rigidez de um pilar historicizante, *esfumado* (Leonardo da Vinci) pela deriva ensaística, ambos embebendo as águas caudalosas do rio e dos afluentes da efabulação...

Em busca d' *A Vocação Histórica de Portugal* (2012), o nosso autor oferece novas páginas ao que cartografa no seu *Romance Português Contemporâneo* (2012): do passado ao presente europeu (*Carta de Sócrates a Alcibíades Seu Vergonhoso Amante*, 2010) e nacional (*As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*, 2019, *A Ministra*, 2009, *O Deputado da Nação*, 2016, *Cadáveres às Costas*, 2018) e ao itinerário lusófono além-mar até ao oriente (dos Brasis de *O Sal da Terra*, 2008, *Memórias de Branca Dias*, 2009, *A Guerra dos Mascates*, 2011, *A Voz da Terra*, 2012, até ao oriente d' *A Cidade do Fim*, 2013, e d' *O Feitiço da Índia*, 2016).

Miguel Real ensaia, assim, uma *nova demanda*, não já a do mítico Pres-tes João de outrora, mas a sua, de *um Portugal para além de si* (*Portugal – Ser e Representação*, 1998) e da sua morte (*A Morte de Portugal*, 2008), (cor)respondendo a um *país suspenso* (*Portugal: Um País Parado no Meio do Caminho 2000-2015*, 2015) e em auto-questionamento (*Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010*, 2011). *Demanda* de um *insight* do que, nas suas palavras,



Não direi pessimismo, direi inquietude, alguma ansiedade e uma instintiva desconfiança do poder não escrutinado das nossas elites, mais desejosas de auto-enriquecimento do que do bem comum. A nossa história tem sido excessivamente singular, tecida de heroicas proezas e horrendas misérias, e a nossa mentalidade não se consegue fixar num fio condutor da história que só nos orgulhe ou nos torne indiferentes ao passado. A história de Portugal é um sugadouro de mitos que nos embevecem – veja-se Fátima, com Nossa Senhora a privilegiar-nos como povo – ou nos horrorizam – o que estava escondido atrás dos “brandos costumes” de António Ferro – e a história escandalosa da nossa participação na mercantilização da escravatura. Não podemos cair só para um lado. Para um Camões, há sempre muitos Pêro de Andrade Caminha; para um Bocage, há sempre inúmeras “moscas” que o denunciam a Pina Manique; para alguém curioso, havia inúmeros “familiares” do Santo Ofício; para alguém que se destaque no país, há sempre uma multidão de cidadãos resignados que o invejam...<sup>15</sup>

O princípio sistémico também tece de *metonímia particularizadora* o trabalho de escrita do nosso autor: a ensaística opera por *tempo longo* (as grandes sínteses como *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, 2017) e *tempo mais restrito* e, dentro deste, recorrendo a protagonistas que constituem a galeria das nossas referências (*Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa*, 2008, p. ex.)<sup>16</sup> ou a momentos especialmente significativos (*O último minuto na vida de S.*, 2004). Acresce que certos modelos também embebem a sua obra: a *lusofonia* é ficcionalmente elaborada num roteiro que Carla Luís tem perseguido tão bem, mas que outros também têm abordado.

O *verbo* aspira a re(a)presentar-se, a “engravidar” (expressão de Miguel Real em prefácio ao meu *Do que não existe. Repensando o Cânone Literário*, 2018) de *imaginação*, rompendo a pose hierática da História...

O Romance Histórico vive o drama da vida e morte do original e da imagem, gera-se no luto dos desaparecidos, recusando a frieza da História e bus-

<sup>15</sup>Entrevista a Miguel Real por João Céu e Silva, “Miguel Real: a nossa História é um Sugadouro de Mitos”, disponível em [www.dn.pt/artes/interior/miguel-real-a-nossa-historia-e-um-sugadouro-de-mitos-7582438.html](http://www.dn.pt/artes/interior/miguel-real-a-nossa-historia-e-um-sugadouro-de-mitos-7582438.html) (acedido a 1-4-2021).

<sup>16</sup>Dos quais, os mais relevantes serão: Marquês de Pombal (2005); Eça de Queirós (2006); Agostinho da Silva (2007); Eduardo Lourenço (2008); Padre António Vieira (2008); Matias Aires (2008); José Enes (2009).



cando a humana emoção nos interstícios desta e no sombreado que a acompanha. Vibra de ficção afectuosa, explorando a psicologia, adensando factos, subtilizando e intensificando sentimentos, complexificando situações, dotando de “carne” os “esqueletos” de histórias (para usar uma expressão camiliana<sup>17</sup>). Espécie de trepadeira que, enroscando-se nas varetas da História, floresce, metamorfoseando irremediavelmente retrato e memória do original.

Plínio, o Velho, conta<sup>18</sup> que Cora, filha do oleiro Butades de Sicião, esboçou numa parede o contorno da sombra projetada pelo rosto do seu amado, que partia para longe, procurando, desse modo, manter a sua presença-memória. *Opus affettuoso*, mas este é ainda e só o domínio da *silhueta*<sup>19</sup>. A seguir, a história continua, desliza para a Arte da Modelagem, no capítulo “Os inventores da arte de modelar”<sup>20</sup>: Butade teria preenchido o contorno com barro, que cozeu, e este teria sido o modelo conservado durante séculos no Santuário das Ninfas, em Corinto, até à destruição da cidade por Lúcio Múmio (séc. II a.C.). A *silhueta* volumetizou-se, *corporificou-se*, mas ainda permanece imóvel, petrificada em pose de um instantâneo desvitalizado.

Pairando e embebendo a História e a sua matéria, está o já evocado Anjo da História (Walter Benjamin, 1992), que António Cândido Franco concebe como espírito com vocalizações transversais à sua ficção, e que é reconhecido por Benjamin no *Angelus Novus* (1920), de Paul Klee<sup>21</sup>, como estarecido com trágico passado.

Fascinado, positiva ou negativamente, pela matéria que ficcionaliza, o discurso do romance histórico vibra do luto do real, da aspiração à hipótese que ele favorece sem confirmar e da consciência da sua própria dimensão de delírio racionalizado. Luto, desejo e consciência confundidos na letra fascinada e ficcionalizadora. E Miguel Real torna-se a nossa Cora...

<sup>17</sup> CASTELO BRANCO, Camilo, *Vinte Horas de Liteira*, Lisboa, Ulmeiro, 1997.

<sup>18</sup> Na sua *História Natural* (capítulo 12 do livro XXXV, pp. 77-79). Cf., “O Motivo da Sombra como Origem do Desenho”, disponível em <http://lindgaard.blogspot.com/2015/02/o-motivo-da-sombra-como-origem-do.html> (acedido a 1-4-2021).

<sup>19</sup> Cf., *idem, ibidem*.

<sup>20</sup> “The Inventors of the Art of Modelling”, in *Pliny the Elder, The Natural History* John Bostock, M.D., F.R.S., H.T. Riley, Esq., B.A., Ed., Chap. 43. (12.), disponível em [www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137%3Abook%3D35%3Achapter%3D43](http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137%3Abook%3D35%3Achapter%3D43) (acedido a 1-4-2021).

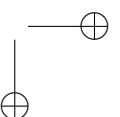
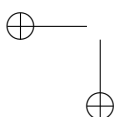
<sup>21</sup> Walter Benjamin, “Sobre o Conceito de História” (1940), in *Obras Escolhidas*, vol. I, *Magia e Técnica, Arte e Política*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 226.





O exemplo mais acabado desse voo imaginativo é *O último minuto na vida de S.* (2007), de múltipla vibração, que inscreve num sincopado e trágico minuto a tragédia de um amor e de um país, desaguar do ciclo de amor & morte que atravessa a nossa cultura, reiterando-se nela: desde D. Pedro e Inês de Castro, passando pela *Menina e Moça* (1554) à beira-mágoa do tempo, chorando o rouxinol em queda, e pela sua homóloga garrettiana Joanhinha (*Viagens na Minha Terra*, 1846), de verdes olhos e desvairado amor, perdida na loucura do tempo até que Junqueiro a reequaciona nesse Doido de uma *Pátria* (1896) alienada que crucifica em cena sinalizando a 3.<sup>a</sup> Idade, do Espírito Santo, arturiana, sebástica... trauma abalando um país em ciclo pós-revolução dos cravos (Eduardo Lourenço, mestre e dedicatário de Miguel Real, menciona 3 grandes traumas na cultura portuguesa: a fundação, Alcácer-Quibir e a descolonização), elevado a símbolo e indicador de uma sociedade onde a integridade nacional é ceifada pela corrupção (inter)nacional, nele cintilando as estrelas de 2 amantes: Snu Abecassis, ‘Princesa da Dinamarca’ e personalidade da cultura, e Francisco Sá Carneiro, ‘Príncipe’ português e primeiro-ministro do país. *O último minuto* impõe-se numa tensão oximorística entre o tempo longo, o médio, o breve e o brevíssimo, suspendendo o *processo trágico* entre a miniaturização (o minuto), a brevidade (tempo da história amorosa), algum alongamento (ciclo da República) e o longo curso (ciclo da nacionalidade): os diversos pontos de vista implicados nessas diferentes distâncias e velocidades fazem o verbo oscilar, *imaginantemente*, entre a *síntese* e a *amplificação*, na vertigem da *mise-en-abîme* que os relaciona. A *tragédia* é, pois, o *fantasma* embebendo a hermenêutica do caso, inscrita em qualquer dos pontos de vista (distâncias de observação), fundindo-os num mesmo pela *redundância*. Esse *ser* ou *vocação* (*Portugal – Ser e Representação*, 1998, *A Vocação Histórica de Portugal*, 2012) perscrutados, perseguidos pelo discurso de Miguel Real, é eminentemente trágico.

Na *máquina do mundo* de Miguel Real, a *gramática* de funcionamento é, pois, marcada por uma *sintaxe* que conjuga a *continuidade* (*metonímia*) da *enumeração* com o movimento *lateralizante* cindindo essa *linearidade*: a *particularização* (*sinedóquica* ou *simbólica*) e a *amplificação* ficcionalizadora. Entre ambos, o *voo da imaginação* oscila entre a elaboração ensaística e a efabulatória, mas sempre reforçando uma hermenêutica coesa da nossa nacionalidade. De acordo com as leis da Física quântica: numa permanente reversibilidade, mas eminentemente compreensiva, onde a reflexividade é esclarecedora





na representação das diversas faces do tema/problema/facto/personalidade. E tudo evolui para uma cúpula aberta, como nas grandes obras arquitectónicas, anelantes de infinito, circunscrevendo e ordenando nelas o finito.

Sarduy assinala 3 modalidades da *simulação* do real que o verbo persegue: a cópia, a anamorfose e o *trompe l'oeil*. A imitação aspirando ao rigor, a que inscreve o sujeito e o sinal de algo que excede a apresentação. E é na *consciência dessa simulação* que se insinua o vazio e a morte, coincidência especular do ponto de fuga com o ponto de vista, bem mais fortes no caso do *trompe l'oeil* com um ponto de fuga, um eco virtual, através do qual se presente a tragédia do real:

La mariposa convertida en hoje, el hombre convertido en mujer, pero también la anamorfosis, y el *trompe-l'oeil*, no copian, no se definen y justifican a partir de las proporciones verdaderas, sino que producen, utilizando la posición del observador, incluyéndolo en la impostura, la verosimilitud del modelo, se incorporan, como en un acto de depredación, su apariencia, lo simulan.<sup>22</sup>

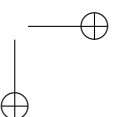
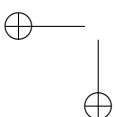
Recordo e concluo com o eco do poema “O que tinha de ser” de Vinicius de Moraes, manuscrito “em papel de pétala de rosa” e encontrado no bolsilho interior da carteira chamuscada de Snu, impondo, em ponto de fuga, o *lamento* de ocidental tradição, o *réquiem* por um país em *último minuto*<sup>23</sup>...

[Elis Regina: [www.youtube.com/watch?v=CEUCAroeyi4](http://www.youtube.com/watch?v=CEUCAroeyi4)]

“*O Último Minuto na Vida de S.*  
é um texto de ficção com três ou quatro  
pontos de apoio na realidade portuguesa  
das décadas de 1960 e 1970.”

<sup>22</sup>Sarduy, *Obra Completa*, vol. 2, Paris, Unesco, 1999/ *La Simulación*, p. 1271.

<sup>23</sup>“*O Último Minuto na Vida de S.* é um texto de ficção com três ou quatro pontos de apoio na realidade portuguesa das décadas de 1960 e 1970.” (Miguel Real, *O Último Minuto na Vida de S.*, Lisboa, D. Quixote, 2007, p. 7).



### Nota Biobibliográfica

Doutorada, com Agregação e dois pós-doutoramentos em Literatura, é professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Coordenadora no CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (que dirigiu entre 2002 e 2012). Presidente da Academia Lusófona Luís de Camões-SHIP, do Instituto Fernando Pessoa-SHIP e da Assembleia Geral da COMPARES-International Society for Iberian-Slavonic Studies, Directora da Associação Portuguesa de Escritores e do Observatório da Língua Portuguesa. Membro de instituições científicas e culturais nacionais (Academia Portuguesa de História, Grémio Literário, CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, Sociedade de Geografia de Lisboa, Conselho Supremo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Concílio de Honra da Matriz Portuguesa, etc.) e estrangeiras (CIMEEP – Centro Internacional e Multidisciplinar de Estudos Épicos da Universidade Federal de Sergipe, CIRCgE – Centro Interdisciplinare di Ricerca sulla Cultura di Genere da UNINT – Università degli studi Internazionali di Roma, Centre de Recherche Interdisciplinaire sur les Langues, les Littératures, les Arts et les Cultures Centre de Recherche Interdisciplinaire sur les Langues, les Littératures, les Arts et les Cultures (CREILAC) da Université Assane Seck de Ziguinchor (UASZ) do Senegal e outros), integrando diversos Conselhos Científicos de revistas e de projectos.

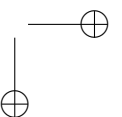
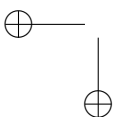
**Obras principais:** *Eça de Queirós Cronista* (1998; 2017); *Labirinto Sensível* (2003-04); *No Fundo dos Espelhos* (2003-2007); *Emergências Estéticas* (2006); *Itinerário* (2009); *Cartografias Literárias* (2010; 2012); *Paisagem & Figuras* (2011); *Focais Literárias* (2012); *Luz e Sombras no Cânone Literário* (2014); *Do que não existe. Repensando o Cânone Literário* (2018); *Novas Breves & Longas no País das Maravilhas* (2018); *Última vontade régia incumprida* (2018); *No Fundo dos Espelhos. Em Visita* (2018); *Perfis & Molduras no Cânone Literário* (2018); *Sfumato. Figurações in hoc signo. Na senda da identidade nacional* (2019); *Teolinda Gersão: encenações* (2020); *Da Língua Portuguesa vêem-se galáxias* (2020); *COMVID 19 em 2020: na 'dança' das representações* (2020); (org); *Sfumato & Cânone. Na senda da identidade nacional* (2021); *O Essencial sobre Teolinda Gersão* (2021).

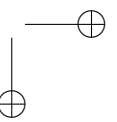
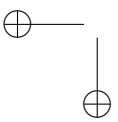
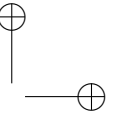
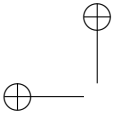
**Obras coordenadas mais relevantes:** *Do Ultimato à(s) República(s)* (2012), *Entre Molduras. A Metamorfose nas Artes, nas Letras e nas Ciências* (2016), *100/Orpheu* (2016); *Fabricar a Inovação. O Processo Criativo em questão nas Ciências, nas Artes e nas Letras* (2017); *Teixeira de Pascoaes* (2017, 3 vols); *Repensar o Feminino em Contexto Lusófono e Italiano / Ripensare il femminile in ambito lusofono e italiano* (2017, 2018, 2019); *Perigoso é...* (2018); *Literatura & Sociedade* (2018); *100 Futurismo* (2018); *Cervantes & Shakespeare: 400 Anos no Diálogo das Artes* (2019); *Perigoso é...* (vol. II) (2020); *'Aproxima-te um pouco de nós, e vê.'* – *Eça em cena 120 anos depois* (2021).

**Prémios & Distinções:** Diploma de Mérito Cultural (2007) pela Academia Brasileira de Filologia e pela Faculdade CCAA (Rio de Janeiro); Medalha Municipal de Mérito – Grau Ouro (2010) pela Câmara Municipal de Oeiras; Medalha de Mérito Cultural do CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (2012); Embaixadora da Meeting Industry e da Economia do Conhecimento e Membro do Clube de Embaixadores de Cascais e da Costa do Estoril (2013); Certificado de Mérito da World Communication Association (2015-17); Membro Honorário do Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora (2016); “Homenagem e agradecimento” (2017) no Colóquio Internacional Professor Manuel Sérgio; “Mérito Cultural” (2017) & Categoria “Autoridade Cultural” (2017) pelas Rede Mídia de Comunicação & Editora Sem Fronteiras; Distinção cultural e agradecimento (20º aniversário do Centro de Estudos Regianos, 2017); Membro Correspondente do Instituto Balear de la Historia (2017); Medalha das XIV Jornadas Histórico-Culturais / Junta de Freguesia do Lumiar (2017); “Reconocimiento a la Promoción de la Cultura Ibérica” (2018) da Universidad Libre de Infantes Santo Tomás de Villanueva; Prémio Pró-Autor 2019 da Sociedade Portuguesa de Autores pelo seu relevante trabalho “em prol dos Autores e da Cultura” (2019); Homenagem da Câmara Municipal de Oeiras no âmbito das Comemorações dos seus 250 anos (2019); Membro da Comissão de Honra do Programa Comemorativo do 20º Aniversário da Faculdade de Arte e Letras da Universidade da Beira Interior (2019-20); Integração do painel de avaliação 2020 QS Global Academic Survey / Higher Education Rankings (2020 e 2021); Recepção como Académica Honorária na Academia Portuguesa da História (2020); Conselheira efectiva (Cadeira nº 22) do Conselho Supremo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (2021); Comenda Dom Afonso Henriques (2021) do NALAP e da LITERARTE (Brasil-Portugal); Comenda Machado de Assis (2021) da Academia de Letras e Artes de Goiás Velho – ALG; Comenda Pablo Neruda (2021) da Academia de Letras Y Artes de Valparaiso – CHILE; Galardão Especial Lusofonia (2021) do Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora (CEMD); Prix Littéraire Jules Verne (Nantes, 2022) da Académie Luminescence de Dévotion aux Arts; “Certificación de Homenaje, Honor, Merito y Valor” (2022) do Círculo de Escritores da Galicia; Prémio LITERARTE 2022 & Medalha de Destaque Literário 2022 com “certificado de Homenagem, Honra, Mérito e Valor” da Associação Internacional de Escritores e Artistas – LITERARTE (Brasil, 2022); “DIAMANT Der Kuntle and Bildung Austria” (Prémio *Diamonds* de Artes e Educação – Áustria) de Austria Culture Brasilien-Haus in Österreich & Europäische Gesellschaft Der Schönen Kunste (Viena, 2022); Correspondente Internacional da Academia de Letras e Artes de Fortaleza (ALAF) (For-



taleza/Brasil, 2022); Prix Littéraire “Personnalité de l’Année” – 2022 (Louvre/Paris, 2022), atribuído por Académie LUMINESCENCE (França), Association Internationale des Écrivains et Artistes du Brésil e ArtCom (Noruega). Homenagem 2022: *Tributo a Annabela Rita* (número especial da Série *Viridae* do *Triplov* com uma selecção de textos e de fragmentos de Annabela Rita e de outros autores sobre a sua obra) epigrafado sob o signo do que Miguel Real designou por “a revolução operada por Annabela Rita”.







## 2.4.2. Ficção – A Minha Parceria Literária com Miguel Real em *O Deputado da Nação*<sup>1</sup>



**Manuel da Silva RAMOS**  
Escritor

Conheci pessoalmente o Miguel Real em 2006 no Café Nicola em Lisboa. Eu telefonei-lhe e ele rapidamente veio ao meu encontro. Logo vi que estava diante de um espírito superior. O tempo deu-me razão e no espaço de quase quinze anos ele construiu uma obra invulgar e notável em vários domínios. Hoje, o Miguel Real é um dos maiores vultos da cultura portuguesa. Ele tanto está à vontade na crítica literária, como no ensaísmo, na filosofia, no teatro, e, claro, na literatura. É precisamente aqui que os nossos caminhos se cruzaram. Fizemos um romance juntos e é dessa experiência que vou falar. Mas antes quero assinalar alguns traços da sua personalidade única que definem imediatamente o homem. Vindo de uma família humilde (o seu pai teve um café na rua Passos Manuel e depois no Bairro dos Actores), ele nunca deixou de ser modesto, afável, disponível, generoso e atento aos outros, coisa muito insólita neste país de remendos e de poucos rigores. Foi precisamente essa modéstia e também essa abertura aos outros que encaixaram no meu espírito livre com iguais atributos de família beirão. A minha admiração pelo Miguel Real sempre foi sem limites e isso facilitou as coisas. Por outro lado, a sua constante crença atenciosa na minha criação literária também aplanou tudo. Estávamos feitos para nos entendermos. E foi o que aconteceu. Começámos por um almoço promovido pelo nosso editor Marcelo Teixeira no restaurante O Pião. E

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 657-659.



a partir daí tudo girou maravilhosamente. Nesse mesmo dia me pus a escrever. A partir de um *canevas* simples que cada um levou para casa. Cada um de nós devia escrever um capítulo e enviá-lo ao outro imediatamente. Fatalmente isso terminaria num romance já que a frase *leit-motiv* do livro era: “a minha vida dava um romance”. O Miguel Real, como eu supunha, estava entusiasmado com a liberdade que usávamos. Eu, igualmente. E tudo correu pelo melhor. Lembro-me que as raras vezes que nos encontrámos, foi em pleno passeio. Parados, de um instante para o outro, em poucos minutos, decidíamos os dois a sorte a dar ao Umbelino Damião, o deputado da Nação que tínhamos criado ou o rumo a dar a outro qualquer personagem. Tudo com uma liberdade impressionante. Acho que isso se vê no livro. Um dia, recebi do Miguel o capítulo 11, intitulado “O Jantar”. E exultei porque era uma extraordinária peça literária. É aqui que o meu comparsa introduz a figura do padre Formigão, um pitoresco personagem de atrevidote sexual e de conservador reaccionário. E rapidamente o romance se concluiu, quase sem darmos por isso. De todo este tempo de criação literária a dois, ressalta a confiança literária que tínhamos um no outro e no trabalho puro e duro que fornecemos. Também é de assinalar a modéstia, que foi o guarda-sol em que nos abrigámos. Este romance que é uma das maiores críticas que um dia se fizeram à classe política portuguesa, à Assembleia da República, e às negociatas dos eleitos parlamentares, teve a má sina de sair em Portugal. Se fosse em França, Espanha ou num país de língua inglesa, esta obra seria incensada, considerada como livro marcante. Aqui passou quase despercebido, porém o arguto crítico literário João Moraes, numa pequena apreciação na Time Out, deu-lhe seis estrelas. A liberdade de escrita foi tal que muitos amigos meus ao lerem o livro pensaram que todas as cenas sexuais nele contidas tinham sido escritas por mim quando na realidade foi o Miguel que escreveu algumas e das mais ousadas. Ainda hoje rio disso. E ainda hoje agradeço também ao Miguel de ter colocado logo no princípio do livro o vertiginoso capítulo que escrevi sobre o deputado Umbelino, procurando de carro por toda a Lisboa a pretazinha Afília que conhecera na Ilha de Moçambique. Só alguém com uma grande argúcia literária podia ter feito essa proeza. O leitor rende-se logo ao poder da palavra, fica subjugado e vai até ao fim. Hoje quando penso no livro *O Deputado da Nação*, nessa sátira política delirante e demencial, fico imediatamente feliz porque o escrevi em parceria com um grande escritor que, como eu, acolheu nas suas mãos a amizade e a querida liberdade. Palavra essencial na literatura, confirmada





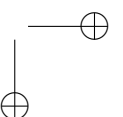
por Maurice Blanchot: “É preciso dizer tudo. A primeira das liberdades é a liberdade de dizer tudo”.

### **Nota Biobibliográfica**

Manuel da Silva Ramos nasceu na Covilhã, em 1947. Estudou Direito em Lisboa, mas por causa do fascismo exilou-se em França. Aos 21 anos ganha o Prémio de Novelistica Almeida Garrett, com *Os Três Seios de Novélia*. Publica em parceria com Alface: *Os Lusíadas*; *As Noites Brancas do Papa Negro*; e *Beijinhos*. Regressa a Portugal em 1997. É ainda autor de *Portugal, e o Futuro?*; *O Tanatoperador*; *Adeusamália*; *Coisas do Vinho*; *Viagem com Branco no Bolso*; *Jesus, The Last Adventure of Franz Kafka*; *Café Montalto*; *Ambulância*; *O Sol da Meia-Noite*; *A Ponte Submersa*; *Três Vidas ao Espelho*; *Pai, Levanta-te, Vem Fazer-me um Fato de Canela!*; *Perfumes Eróticos em Tempo de Vacas Magras*; *Impunidade das Trevas*; *O Deputado da Nação*, em parceria com Miguel Real; *Moçalambique*; *Contos de Mim e Um Desaire*; *Manual do Silva Ramos*.

### **Nota sobre o Colóquio Internacional de Homenagem a Miguel Real**

Foi no dia 8 de Novembro de 2018, na mesa redonda final, que houve um momento inusitado no anfiteatro da UBI. O autor desta comunicação mais os outros participantes Rui Lopo, Pedro Martins, Filomena Oliveira e João Morgado chamaram Miguel Real para o palco e homenagearam-no à sua maneira com vinho beirão oferecido pela Câmara do Fundão. E todos brindámos ao valor do amigo comum. Foi bonito.







### 2.4.3. Teatro – Escrever para Teatro a duas mãos com Miguel Real<sup>1</sup>



**Filomena OLIVEIRA**  
Éter – Produção Cultural  
Direção Artística e Encenação

#### Introdução

Os livros de Miguel Real adaptados para teatro comprovam o potencial dramático da sua escrita, que nos permite visualizar ambientes, personagens, tensões dramáticas e uma forte pulsão para se atualizarem e tornarem presentes e vivas num espetáculo teatral. Assim aconteceu com os romances *Memórias de Branca Dias*, *O Último Minuto na vida de S.* ou *Vieira*, *O Sal da Terra*, que inspirou a peça e o espetáculo *Vieira – O Céu na Terra*, ou ainda o romance *A Voz da Terra* que está na base da peça de teatro e do espetáculo *1755 – o Grande Terramoto*.

Outros livros aguardam ainda a sua transposição para o teatro e também para o cinema. Muitas são as passagens de grande intensidade dramática e potencial cinematográfico de vários dos seus livros como, por exemplo, *As*

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



*Memórias Secretas da Rainha d. Amélia, O Último Europeu ou O Último Negroiro.*

Escrever para teatro com o Miguel Real tem sido uma aventureira caminhada que decorre há mais de duas décadas; duas décadas de criação de textos dramáticos originais e de adaptações dramatúrgicas de obras literárias. O primeiro trabalho a 2 mãos foi a adaptação de *Memorial do Convento* de José Saramago, ao longo do ano de 1997/8 (para o espetáculo estreado no Teatro da Trindade, com encenação de Joaquim Benite). Não podíamos então imaginar que esse texto continuaria vivo até hoje, tendo dado origem à *ÉTER-Produção Cultural*, que nasce em 2008, com uma nova versão no Palácio Nacional de Mafra, onde permaneceu em cena ininterruptamente (com mais de 2000 sessões e cerca de 300 000 espectadores de todo o país e também público internacional) até março de 2020, altura em que foi interrompido pela pandemia mundial. As apresentações deste espetáculo foram retomadas em novembro de 2021. Durante 5 anos apresentámos o espetáculo na Fundação José Saramago, parceira fundamental da Éter, no claustro da Universidade de Évora, na *Escritaria* dedicada a Saramago, em Penafiel, no Teatro Circo de Braga, no Centro Cultural Olga Cadaval, em Sintra, entre muitos outros palcos. Dezenas de atores, técnicos, músico, artistas multimédia, produtores, passaram pela Éter e, juntos, criámos tantos outros projetos, mas todos eles nasceram com o trabalho de escrita partilhada com o Miguel Real. Em todos os processos de criação cénica a partir dos textos dramáticos aqui apresentados, devo referir a importância de todos os intervenientes, destacando o papel fundamental de David Martins, autor da música e orgânica sonora, dos conteúdos multimédia, diretor de produção da Éter, pelo seu entusiasmo, criatividade e profissionalismo determinantes em todos os projetos realizados. A música e orgânicas sonoras da sua autoria constituem-se não só como criadoras dos ambientes dramáticos, mas também como personagem essencial de contracena, de criação de ambientes e, acima de tudo, são expressão da essência poética e dramática dos espetáculos.

Depois da apresentação do espetáculo *Liberdade, liberdade!* na Guiné-Bissau com atores portugueses e guineenses e conferências do Miguel Real no Fórum da Escravatura em Cacheu e em Bissau, em 2013, nasce, em 2014, a ONG ÚNICA – MIXING CULTURES, diálogo de culturas para o desenvolvimento.



Fig. 1. Miguel Real e Filomena Oliveira, em Bissau, no *Forum da Escravatura*, 2013.

A relação entre a Éter e a Única desenvolve-se até ao presente (com ações também em S. Tomé e no Perú e parceiros na Bélgica e em Inglaterra), ligando a arte ao desenvolvimento, contribuindo para a sensibilização de milhares de jovens estudantes portugueses sobre a riqueza cultural e a situação de pobreza em países como a Guiné-Bissau e a urgência de ações que contribuam para um mundo melhor: divulgando objetivos da ONU, programas de voluntariado no mundo, recebendo das escolas portuguesas a participação em campanhas da Única (com destaque para a capacitação de dezenas de jardins de infância e escolas primárias na Guiné Bissau com paracetamol, materiais e equipamentos escolares e formação).

Além do método rigoroso, impulsionado por ideias, temas, propostas, entusiasmos do nosso trabalho conjunto, salientam-se mais alguns aspetos, a saber: o debate de ideias, a escolha de um tema principal, das personagens, dos ambientes, do desenvolvimento da ação, do início e do final do texto a criar; a divisão entre nós dois de partes, cenas, personagens, que cada um escreve sozinho; a troca dos textos que cada um escreveu para os alterarmos, desenvolvermos, cortarmos, ajustarmos, repetindo este processo até chegarmos a acordo sobre o texto final. Criticamo-nos e inspiramo-nos um ao outro, surgindo novas pistas e novas ideias ao longo deste processo, por vezes distantes das ideias iniciais.

As adaptações dramáticas, sem alterar as palavras do autor das obras literárias, assentam num trabalho de reescrita, seleção dos excertos significativos, criação de diálogos implícitos nos textos literários, definição de tempo e espaço dramáticos, em suma, numa reescrita que traduz uma concentração



da narrativa e das personagens e uma condensação do espaço, do tempo e da linguagem literária. As adaptações dramáticas são, por conseguinte, textos que realizam a potencialidade dramática da poética essencial dos textos literários como *Memorial do Convento* e *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, de José Saramago, ou *Os Maias*, de Eça de Queirós.

Dito isto, partilhamos, em seguida, uma descrição dos principais textos teatrais que escrevemos em conjunto, originais e adaptações dramáticas, seguido do ano das estreias teatrais, dos locais de apresentação dos espetáculos a que os referidos textos deram origem e algumas fichas artísticas e técnicas. Apresenta-se o texto introdutório do livro *Vodka e Cachupa Uma Família Portuguesa | Viúva Recente – Teatro Atual*. Referem-se as edições das peças teatrais e do ensaio *O Teatro na Cultura Portuguesa do séc. XX* e, por último, transcreve-se o texto que escrevemos para o dia mundial do teatro de 2010, que consideramos continuar atual.

De mim, penso que pouco teria feito, não conseguindo imaginar nada de entusiasmante, de valioso, no meu trabalho teatral, sem o saber esclarecido e lúcido, sem a qualidade do labor incansável e sempre generoso, sem o espírito crítico, inspirado e criativo, sem o amor de Miguel Real.

## 1. Descrição dos principais textos teatrais

- *Memorial do Convento*, de José Saramago, adaptação dramática do romance, 2007 a 2020, Palácio Nacional de Mafra, Fundação José Saramago, vários locais do país.

### Sinopse

Ansiando por um filho que tarda, o rei D. João V é avisado por frei António de S. José: “Mande V. Majestade fazer um convento de franciscanos em Mafra e Deus vos dará descendência”. O desejo real desencadeará uma epopeia de homens, um esforço hercúleo de milhares de trabalhadores arregimentados em todos o país, de arquitetos, engenheiros e materiais vindos do estrangeiro e pagos a peso de ouro do Brasil, esgotando-o. Unidos por um amor natural, Blimunda e Baltasar reúnem-se ao padre Bartolomeu de Gusmão e ao seu sonho de voar. A passarola, máquina voadora, misto de barco e de pássaro, nasce do saber científico de Bartolomeu, da força de trabalho



de Baltasar e dos poderes de Blimunda, recolhendo as vontades humanas (as nuvens fechadas), que alimentarão a máquina e a farão voar. Sobre as obras do Convento de Mafra terá passado o Espírito Santo, dizem os padres e acredita o povo. Voar, nesse tempo, não sendo obra de Deus, só poderia sê-lo do demónio, e assim se anuncia o fim trágico das três personagens maravilhosas. Três atores interpretam as personagens: Blimunda, Baltasar e Padre Bartolomeu de Gusmão. Dois atores interpretam as personagens: Camareiros do rei e da rainha, D. João V, frei António de S. José, João Francisco, Álvaro Diogo, Arquitecto Ludovice, José Pequeno, Manuel Milho, Domenico Scarlatti, Almojarife, frade dominicano, um homem.



Fig. 2. *Memorial do Convento*, Palácio Nacional de Mafra

- *Os Patriotas* (2001)

Crise da geração de 70 do séc. XIX em visita à Quinta da Regaleira de Augusto Carvalho Monteiro, Quinta da Regaleira, Sintra. Outro dos trabalhos inaugurais marcantes, que escrevemos e encenei, em 2000/2001, para a Quinta da Regaleira, em Sintra. Desde então, não mais deixou de haver espetáculos de teatro de tantas companhias e grupos naquele espaço patrimonial da bela vila de Sintra.

### Apresentação

*Os Patriotas*, peça em três atos e 24 cenas, com 16 personagens, pretende transmitir ao espectador a atmosfera social e cultural de Portugal do fim do século XIX. Centrando-se no acontecimento histórico do *Ultimatum*, de 1890, *Os Patriotas*, porém, entrecruza sinteticamente factos históricos, factos biográficos e textos da cultura portuguesa emergidos entre 1865 (“Questão do Bom Senso e do Bom Gosto”) e 1910 (proclamação da República), inspirando-se nas obras escritas de Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Antero de Quental e Madame Rattazi, nas intervenções políticas revolucionárias de José Fontana, na música de Alfredo Keil e na obra arquitetónica de Carvalho Monteiro, proprietário da Quinta da Regaleira e então considerado um dos 8 homens mais ricos de Portugal.

### Ficha Artística e Técnica

Autores: Filomena Oliveira e Miguel Real | Espaço cenográfico: Terraço dos Mundos Celestes criado por Luigi Manini, e jardins da Regaleira | Música: Alfredo Keil, interpretado por Ana Ferraz e Gabriela Canavilhas (*Songs and Piano Pieces*) | Conselheiro de arte: Eduardo Geada

Personagens – Atores Carvalho Monteiro: Augusto Portela | Margot: Maria José Pascoal | Guerra Junqueiro: Jorge Sequerra | Eça de Queirós: Rogério Jacques | Antero de Quental: Paulo Campos dos Reis | D<sup>a</sup> Perpétua Carvalho Monteiro: Ana Thémes | Padre Maurício: João Mais | Governanta Mariana: Cláudia Faria | Ramalho Ortigão: Pedro Alves | Criada Inês: Maria Barracosa | Criada Albertina: Joana Clemente | José Fontana: João Pedro Frazão | Polícia Municipal 1: Filipe Araújo | Polícia Municipal 2: Pedro Alves | Lorenzo (revolucionário espanhol): David Martins Rossío (revolucionária espanhola): Maria Barracosa

Figurinos: Carlos Coxo | Som: David Martins | Produção: Júlia Domingos | Fotografia: Nuno Antunes | Encenação: Filomena Oliveira.

- *O Umbigo de Régio* (2003)

Espectáculo estreado em outubro de 2003, no Teatro da Trindade, e, em seguida, no Cinearte, com o apoio do Ministério da Cultura/Instituto das Artes, percorreu o país durante os anos seguintes.





### Apresentação

Foi o sentido plural, multifacetado, permanentemente aberto, interrogativo e crítico da obra de Régio, evidenciado em carne sofredora no seu diário, que nos apaixonou e nos determinou a escrever algo sobre Régio. Saiu um monólogo teatral por causa do nosso amigo Jorge Sequerra. Não fosse por ele, que faz do palco a sua vida, poderia ter sido um artigo teórico ou uma novela. Porém, é importantíssimo realçar que *O Umbigo de Régio* não retrata a obra de José Régio – é apenas uma introdução ao seu espírito e um apelo à sua leitura. Se nos perguntassem do que trata de verdade *O Umbigo de Régio*, nós não hesitaríamos em declarar que é uma declaração de amor por Régio em forma de monólogo teatral. Inspirado na vida de José Régio e em fragmentos da sua obra, *O Umbigo de Régio* é um texto cuja estrutura dramática condensa, de um modo fragmentário e caleidoscópico, a diversidade dos locais, dos temas, dos desejos, das angústias, das interrogações e das paixões que se entrecruzam ao longo da vida e da obra deste autor. Privilegiámos o monólogo de modo a que um só ator, desmultiplicando-se em várias personagens, ora assumindo-lhes o papel, ora contracenando com elas, pudesse ser a síntese unitária de todo o texto. Assim, um só ator, desdobrando-se em múltiplos outros, percorre as 33 cenas que se relacionam em forma de mosaico, isto é, obedecendo não a uma lógica espacial ou cronológica, mas sim a uma lógica emotiva, estética e dramática. A interação dramática entre o ator e variadas técnicas e linguagens, como marionetas, máscaras, sombra chinesa, música, vídeo e áudio; o cruzamento de espaços que simbolizam os quatro centros da vida e obra de José Régio: a Casa (Vila do Conde e Portalegre), a Escola (O Colégio Familiar do Porto, o Liceu de Portalegre), os Cafés (das cidades por onde passou) e a Cidade (Porto, Coimbra, Lisboa); e a conjugação das dimensões documental, ficcional, artística e filosófica e a constante alteração de registo, conferem ao espetáculo uma dinâmica invulgar. Porém, o verdadeiro e único centro da sua vida e obra é irrepresentável – o seu espírito inquietíssimo e angustia(n)do(te). A este, não figurando, desejámos que a peça se mantivesse fiel. Tê-lo-emos conseguido?

- *Liberdade, liberdade!* (2004)

Novas versões em 2007, 2011, 2013, 2014, 2015.

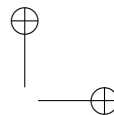


### Apresentação

*Liberdade, Liberdade!* constitui uma homenagem a todos os presos políticos perseguidos e torturados ao longo do regime do Estado Novo, entre 1926 e 1974. *Liberdade, liberdade!* intenta refletir a realidade portuguesa entre os anos 40 e 60 do século XX, o país político do Estado Novo salazarista. *Liberdade, liberdade!* é um hino de homenagem a todos os homens e mulheres que lutaram, morreram, foram presos e torturados para que Portugal pudesse ser livre. Porque a Liberdade vive da luta de homens concretos, dedicamo-la a todos os presos políticos encarcerados durante o Estado Novo em Portugal. Com o apoio do Ministério da Cultura/Instituto das Artes e da Câmara Municipal de Sintra, *Liberdade, Liberdade!* foi representada pelo Grupo de Teatro Tapa Furos nos jardins do Palácio Mantero/Biblioteca Municipal de Sintra entre 21 de outubro e 28 de novembro de 2004, atingindo cerca de 1 000 espectadores da região de Sintra. Em maio de 2007 foi adaptada e reposta no bar do Teatro da Trindade. Em 2011, apresenta-se em Macau, no Teatro D. Pedro V, nas celebrações do 25 de Abril. Em 2013, uma nova versão foi levada à cena na Guiné-Bissau, no âmbito da internacionalização da ÉTER, com o apoio da Dgates, integrando atores e músicos guineenses do grupo de teatro Os Fidalgos, tendo sido apresentado em Bissau e no Festival Kilombola – Primeiro Encontro sobre a Escravatura em Cachéu. Passados 10 anos da sua estreia e nos 40 anos do 25 de Abril, apresenta-se na Fundação José Saramago, Lisboa e em 2015 apresenta-se no Palácio Nacional de Mafra.

### Sinopse

*Liberdade, Liberdade!*, entrecruza três dimensões dramáticas: – uma dimensão satírico-burlesca, como forma de espelhar o país político do Estado Novo salazarista; – uma dimensão realista no modo de retratar as prisões políticas e as tensões e conflitos entre presos, guardas e familiares; – uma dimensão documental através das imagens projetadas em tela ou ecrã. Assim, num espaço cénico elevado, superior (o nível simbólico do poder), Salazar – ladeado por Maria de Jesus e o cardeal Cerejeira, secundado por um coro que o incita, o interpela, o aclama – exerce os meandros do poder. Salazar recebe as visitas de um general, um ministro, uma condessa e uma astróloga e, encharcado em chás milagrosos, debate-se entre medos, pressões, indecisões e visões, até à fatal queda de uma cadeira. Num segundo nível cénico, na



mesma cela de prisão, três homens: um militante comunista, um católico e um operário. No meio das diversas pressões e ajudas de familiares, das tensões com os guardas prisionais e dos conflitos entre os três presos, prepara-se uma fuga da cadeia, que terminará com a morte de dois dos presos e a libertação do terceiro.

### Ficha artística e técnica

Autoria: Miguel Real e Filomena Oliveira | Encenação: Filomena Oliveira | Música original e Orgânica sonora: David Martins | Imagem: Edgar Oliveira | Interpretação: Cláudia Faria, Filipe Araújo, João Mais, João Braz, Paulo C. Reis, Pedro Mendes, Sérgio Moura Afonso (Em Lisboa e Macau) e Jorge Biague e Iano (na Guiné-Bissau).



Fig. 3. *Liberdade, Liberdade!*

- *1755 O Grande Terramoto* (2006)

De 19 abril 2006 a 29 de julho, Teatro da Trindade, Lisboa.



### Apresentação

Em Lisboa, antes, durante e depois do terramoto, reside o contexto de toda a ação dramática. Se antes do terramoto se esboçam já os conflitos entre personagens e grupos sociais (os políticos, os nobres, os religiosos, os embaixadores, as prostitutas do Botequim da Rosa, o povo das ruas de Lisboa) na luta por privilégios, influências, interesses e poder, é o terramoto que, tudo tendo destruído, revelará, pelo poder do Marquês de Pombal e do rei D. José I, não só uma cidade nova como igualmente uma nova mentalidade e um novo Portugal. Nos escombros do velho Portugal, supersticioso e decadente, de nobreza falida, dominado por uma mentalidade eclesiástica, nasce a ferro e fogo uma cidade nova, geométrica, e um país moderno, burguês, sem escravos, nem cristão-novos, com escolas públicas e comércio intenso. Dois eixos dramáticos unificam o todo da peça: a história de Mariana e do seu presumível incesto com o conde de Unhão, que se inscreve na Lisboa popular, e a história da ascensão ao poder do Marquês de Pombal, como ministro do reino e construtor do Estado português atual. O registo dramático assenta na existência de espaços simultâneos, onde se desenrolam as diferentes cenas que se vão entrecruzando, ora revelando conflitos internos aos grupos sociais representados (os nobres, os políticos, os religiosos, as prostitutas, o povo), ora desenvolvendo conflitos entre as personagens individuais, ora reunindo todas as personagens nas cenas coletivas (a missa, o baile de máscaras, o terramoto, a inauguração da estátua equestre). Se cada cena possui uma unidade e um sentido próprios, é o jogo de entrecruzamentos e a sucessão de “flashes” das várias cenas, espaços, personagens, ações, que nos revelam o pulsar dramático crescente que a todos envolve. A ação divide-se em três momentos principais: o antes, o durante e o depois do terramoto que atingiu Lisboa a 1 de novembro de 1755, e que destruiu quase completamente a capital, fazendo mais de 100 mil mortos e obrigando a uma reestruturação da cidade. Uma das características do texto é o cruzamento entre personagens reais e ficcionais, juntando figuras como o Rei D. José I, o Marquês de Pombal, os marqueses de Távoras, condes de Unhão, e ainda figuras do clero, como o padre Malagrida ou o provincial dos jesuítas, com personagens inventadas cujas histórias se cruzam, criando uma teia de acontecimentos entre a Lisboa popular e a Lisboa nobre. A peça, que parte de figuras e acontecimentos reais, retrata a Lisboa do século



XVIII e revela os vários conflitos entre personagens e grupos sociais na luta por influências, interesses, privilégios e poder.

### Ficha artística e técnica

Com autoria de Filomena Oliveira e Miguel Real, encenação de Jorge Fraga e música original e banda sonora de Luís Cília, *1755 – o Grande Teramoto* consiste numa grande produção, com 36 atores em palco e vários cenários multimédia, figurinos de Cristina Novo, desenho de luz de Vítor Correia e conceção e direção videográfica de António Jorge Gonçalves. Atores: Adriano Carvalho, Alberto Villar, Alda Gomes, Ana Bustorff, André Albuquerque, Ângela Pinto, Augusto Portela, Benedita Pereira, Carmen Santos, Catarina Fraga, Cláudia Faria, David Martins, Eufrosina Santos, Frederico Amaral, Henrique Viana, Herberto Lima, Hugo Carøça, João Didelet, João Lagarto, José Fidalgo, Leonor Seixas, Lucinda Loureiro, Mariana Coelho, Mário Rui, Marco Costa, Miguel Freire, Mónica Garcez, Nuno Mello, Paula Coelho, Paulo Oom, Ramon Martinez, Rita Miranda, Rita Rodrigues, Rui Quintas, Tiago Aldeia, Teresa Mónica.

- **Memórias de Branca Dias** (2008)

Estreado no Teatro Garcia de Resende, Évora, Teatro da Comuna, Lisboa, e circulação nacional ao longo de 2009 e 2010, tendo participado em vários festivais de teatro no país.

### Apresentação

A adaptação dramaturgica do romance de Miguel Real *Memórias de Branca Dias* é um monólogo interpretado pela atriz Rosário Gonzaga. Considerada uma das matriarcas do Pernambuco, Branca Dias é, no século XVI, no Brasil, símbolo do povo miúdo português no Novo Mundo, evidenciando o lado popular do heroísmo quotidiano, exultante e aziago, miscigenador e dizimador, generoso e rapace dos primeiros colonos portugueses no Brasil. Denunciada pela própria mãe e pela irmã, é presa pela Inquisição em Lisboa, de onde parte clandestinamente com sete filhos, para o Pernambuco. Com Diogo Fernandes, seu marido, constrói Camaragibe, um dos primeiros engenhos de açúcar do Pernambuco, onde cria os seus onze filhos e onde permanecerá dez anos





depois da morte do marido como a primeira senhora de engenho do Brasil. Vende Camaragibe para se instalar em Olinda, onde se torna mestra de meninas, criando a primeira escola de costura e de cozinha. Esta peça pretende homenagear uma grande mulher portuguesa que, estando do lado dos vencidos, a História, sempre feita pelos vencedores, tem esquecido.



Fig. 4. *Memórias de Branca Dias*, 2008.

### Sinopse

Uma ação inicial, como pôr a mesa para a refeição de sábado, é interrompida pelas memórias que irão suceder-se como flashes, obedecendo não a uma lógica cronológica, mas sim a uma lógica emocional e afetiva. Assim, ao longo do espetáculo, Branca Dias transfigura-se, não só nas diferentes personagens com quem imaginariamente contracenava, como se transfigura em si mesma. Pensamentos, emoções e sensações remetem Branca Dias para o passado: a água que escorre pelo seu peito acorda-lhe a memória do corpo quando foi amada pela primeira vez e as roupas que arruma na arca despertam-lhe a memória da cama em que morreu o seu marido. É sábado. Estamos em Olinda, no Pernambuco brasileiro do séc XVI, em casa de Branca Dias, portuguesa cristã-nova de Viana da Foz do Lima. Denunciada pela própria mãe e





pela irmã, é presa pela Inquisição em Lisboa, de onde parte clandestinamente com sete filhos, para o Pernambuco. Com Diogo Fernandes, seu marido, constrói Camaragibe, um dos primeiros engenhos de açúcar do Pernambuco, onde cria os seus onze filhos, e onde permanecerá dez anos depois da morte do marido como a primeira senhora de engenho do Brasil. Vende Camaragibe para se instalar em Olinda, onde se torna mestra de meninas, criando a primeira escola de costura e de cozinha. Branca Dias celebra mais um sabbath. Entre as três orações do dia, Branca Dias recorda e revive os principais momentos e pessoas da sua vida. Roupa lavada, casa varrida, comida feita na véspera. Está muito calor.

### Ficha artística e técnica

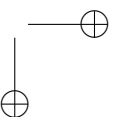
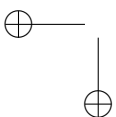
Autoria: Miguel Real | adaptação dramaturgica e encenação: Filomena Oliveira | interpretação: Rosário Gonzaga | orgânica sonora e música original: David Martins | arranjos para voz: Andreia Lopes | conceção cenográfica: Ricardo Assis Rosa | desenho de luz: Paulo Cunha | pesquisa e desenho de figurino: Ana Bruno.

- *Vieira – o Céu na Terra* (2008)

Ruínas do Carmo.

### Historial

A partir do romance de Miguel Real *Vieira, o Sal da Terra* e comemorando os 400 anos do seu nascimento, *Vieira – O Céu na Terra* é uma peça de teatro que retrata o tempo e a figura do Padre António Vieira. A estreia deste espetáculo nas Ruínas do Carmo oferece ao espetador uma viagem pelos veios nervosos da sociedade e da cultura portuguesa do século XVII. A figura de Padre António Vieira emerge deste ambiente histórico evidenciando uma fabulosa singularidade. O Padre António Vieira morreu na Bahia, em 18 de julho de 1697, com 89 anos, e justamente em 18 de julho de 2008 estreia-se *Vieira – O Céu na Terra*. Entre 2009 e 2018, numa versão para 3 atores, *Vieira – O Céu na Terra* teve a sua continuação no Museu Nacional do Teatro e da Dança, com produção da Éter – produções culturais, tendo sido apresentada a milhares de estudantes do ensino secundário e público em geral. Em 2015, produzido pela Éter – produções culturais, na versão original



e com novas cenas referentes a Belém do Pará e à Guiné-Bissau, *Vieira – O Céu na Terra* foi apoiado pelo programa de Internacionalização da Direção Geral das Artes, reunindo atores e músicos portugueses, guineenses do grupo *Os Fidalgos* e brasileiros de Belém do Pará. Apresentou-se em Bissau e no Festival dos Quilombolas, em Cacheu, e no Teatro Universitário Cláudio Baradas, em Belém do Pará. O projeto integrou a instalação multimédia *O Sal da Terra*, igualmente baseada no referido romance de Miguel Real, proporcionando ao público interagir com sons e imagens de etnias guineenses e de índios da Amazónia e ainda com conferências proferidas por Miguel Real, em Belém do Pará e em Bissau, sobre a vida e obra de Padre António Vieira.

### Sinopse

*Vieira – O Céu na Terra* trata os momentos mais importantes da vida do Padre António Vieira, o mais famoso pregador religioso português, nascido em Lisboa, em 1608, e falecido em 1697, em São Salvador da Bahia, para onde partira aos seis anos com a família. Em Lisboa, na corte de D. João IV, no Brasil entre os colonos ou entre os índios do sertão, revela-se o homem de plurais atividades – missionário, diplomata, político, orador, profeta, escritor, nacionalista. *Vieira – O Céu na Terra* evidencia a atividade profética de Padre António Vieira e a sua intransigente defesa do Quinto Império como união de todos os povos num reino cristão de justiça, amor e abundância; a atividade de pregador, como o mais insigne orador português, bem como o seu afã de justiça social, corroborado na denúncia contra o tratamento dos escravos, tratados como animais de carga, exigindo dos donos das canavieiras de açúcar um tratamento humano para os negros; na denúncia contra a exploração e escravização dos índios do Brasil promovida abundantemente pelos colonos brancos, e a sua defesa do judeu e cristão-novo. Esta última atividade tornou-o suspeito da Inquisição, tendo sido preso e condenado por este Tribunal. Nas diferentes cenas, as personagens, a música e as imagens revelam momentos da vida de Padre António Vieira, integrando cenas passadas em Belém do Pará e em Cacheu (porto africano de transporte de escravos para o Brasil). Um espetáculo de teatro em que os atores, a música e as imagens nos transportam aos ambientes da Amazónia, do Maranhão, da Corte de D. João IV, da Inquisição e cuja intensidade dramática se revela através das personagens de P. António Vieira, Nestor, escravo liberto e companheiro de Vieira, D. João IV, o índio





tupinambá, o Inquisidor, o Governador, D. Marcos Teixeira, bispo do Maranhão e Padre Fernão Cardim, colonos do Maranhão, índios da Amazônia e escravos negros africanos.

#### **Ficha artística e técnica** (Ruínas do Carmo, 2008)

Texto: Miguel Real e Filomena Oliveira | Encenação: Filomena Oliveira | Espaço cénico e imagem: Andrzej Kowalski | música original e orgânica sonora David Martins desenho de luz: Orlando Worm | figurinos: Esmeralda Bisnoca | operação e espacialização de som: Bruno Oliveira | arranjos para voz: Andreia Lopes | Com: António Banha, Bruno Schiappa, Carmen Santos, Cláudia Faria, Félix Fontoura, João Brás, João Lagarto, José Henrique Neto, Júlio Martin, Marques D’Arede, Maurício Vitória e Flávio Tomé, João Mais, Paula Coelho, Paulo Campos dos Reis | Produção: Teatro Nacional D. Maria II.

#### **Ficha artística e técnica** (Brasil e Guiné-Bissau, 2015)

Texto: Miguel Real e Filomena Oliveira | Encenação: Filomena Oliveira | Espaço cénico e imagem: Andrzej Kowalski | música original e orgânica sonora David Martins | Voz: Ilesa Martins e Andreia João | Atores: António Mortágua, Cláudia faria, Jorge Biaque, Filipe Araújo, Paulo C. Reis, Wilian Pereira e alunos da Escola de Teatro e Dança UFPA (Brasil); Os Fidalgos (Guiné-Bissau) | Instalação Multimédia: David Martins e José Ricardo | Produção: Magda Pinto Bull | Design: Filipa Vieira.



Fig. 5. *Vieira – O Céu na Terra*, 2015.



- *Os Maias*, de Eça de Queirós (2010 a março de 2020).

### Historial – 10 anos em cena

Desde a sua estreia em 2010 no Centro Cultural Olga Cadaval, em Sintra, o espetáculo *Os Maias* recebeu cerca de 40 mil espectadores, entre estudantes, professores e público geral (apresentou-se no Theatro Circo de Braga, 2015 e no Teatro José Lúcio da Silva, Leiria, 2019). O programa TPS 2019, teatro e património em Sintra, sob o tema Sintra Romântica, criado pela Éter, reúne vários espetáculos: *Os Maias* inaugurando o teatro na Quinta Mont Fleuri, com um jantar queirosiano seguido do espetáculo na sua versão original e adaptações a outros espaços, focando situações específicas da obra: “O Serão dos Gouvarinho” (teatro e multimédia, Quinta da Ribafria), “Baile de Máscaras” (Teatro e dança, em parceria com Danças com História, Palácio Nacional de Sintra) e “O Chalet da Condessa” (teatro e multimédia, Jardins da Pena).

### Uma versão dramatúrgica

Escrevendo *Os Maias*, Eça problematiza setenta anos de liberalismo constitucional, evidenciando, a partir de um olhar francês, tanto o progresso civilizacional existente em Portugal quanto a vacuidade das elites políticas e intelectuais. Neste sentido, sob a história de amor incestuosa entre Carlos e Maria Eduarda, a maioria dos capítulos d’*Os Maias* e a maioria das personagens encerram uma lição sobre os momentos da história contemporânea de Portugal, mas em nenhum capítulo, como em nenhuma personagem, Eça propõe uma lição dogmática, definitiva ou exclusiva sobre o futuro de Portugal – é esta a lição do novo humanismo crítico de Eça, a certeza de que Portugal, monárquico ou republicano, pobre ou rico, moderno ou arcaico, dura (como escreve em 1890). A presente versão dramatúrgica d’*Os Maias*, de Eça de Queirós, consiste na condensação dramática dos principais momentos, dos conflitos essenciais e das personagens e acontecimentos centrais da obra, captando a sua essência estruturante como obra literária, traduzida para a linguagem dramática e cénica num espetáculo que unifica e harmoniza três dimensões estéticas diferentes: a representação dos atores em palco, a representação dos atores em filme-vídeo e a música, elemento essencial para a totalidade do espetáculo. Nesta adaptação dramatúrgica para cinco atores em palco e nove em filme, salienta-se uma visão realista da obra e exploram-se, em representação

vídeo, os ambientes românticos da Serra louvados pelo maestro Cruges e o poeta romântico Tomás de Alencar, as estadias de Maria Eduarda no Hotel Lawrence e o encontro de Carlos Eduardo no Hotel Nunes com o raquítico Eusébiozinho e com o devasso jornalista Palma Cavalão e as suas espanholas. No interior de uma visão realista da obra destacam-se os figurinos da época, o constante humor que atravessa a representação dos atores, nomeadamente da personagem Dâmaso Salcede (“Chique a valer!”), e a ironia presente na representação de João da Ega (“A única ocupação dos ministros” é “cobrar o imposto” e “fazer o empréstimo”). No início da peça, o humor e a ironia são minimizados face ao elemento dramático do suicídio de Pedro da Maia e da dignidade e nobreza humanística de Afonso da Maia; no final, pelo elemento trágico dos amores incestuosos de Carlos da Maia e Maria Eduarda. Cético, o final da peça, como o final do romance, Ega confessa pertencer a uma geração que falhou a vida, adiantando, budisticamente, que “não vale a pena correr com ânsia para nada, nem para o amor, nem para a glória, nem para o dinheiro, nem para o poder...”. Assim termina *Os Maias*, com Ega e Carlos Eduardo a correrem para o jantar no Hotel Bragança: “Lá vem um americano, ainda o apanhamos!”. Não correm pela vida, correm por uma refeição. Destino trágico dos portugueses!

### Ficha artística e técnica

Texto: Eça de Queirós | Adaptação dramaturgica: Miguel Real e Filomena Oliveira | Encenação: Filomena Oliveira | Música original e Orgânica sonora: David Martins | Voz: Ilesa da Costa Martins | Interpretação: Cláudia Faria, Paulo Cintrão, Pedro Oliveira, Rita Fernandes, Sérgio Moura Afonso | Vídeo: Nuno Duarte | Conceção cenográfica: Ricardo Assis Rosa.



Fig. 6. *Os Maias*, 2019.

• *Navegar – Camões, Pessoa e o V Império* (2012 a 2018)

Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa. Teatro Municipal de Alcobça (Festival Books and Moovies), 2016. Palácio Nacional de Sintra, 2018.

### Sinopse

*Navegar* é um texto e um espetáculo criados a partir de *Os Lusíadas* de Camões, cantando a glória dos portugueses no auge do império, e de *Mensagem*, de Pessoa, revelando a decadência de Portugal face às glórias passadas, ambos tematizando o V Império. Encontro duplo: Camões e Pessoa, *Os Lusíadas* e *Mensagem*. Pessoa revela-se como triplo (Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro Campos). Camões como autor de poesia apaixonada (lirismo) e de poesia gloriosa (épica). Pessoa revolucionando a totalidade da poesia portuguesa. Entrecruzam as suas vidas: Camões viajando no Império, compondo *Os Lusíadas*, Pessoa viajando pela Baixa de Lisboa, desencantado da vida, iniciando o modernismo. Três tempos: século XVI (Camões); século XX (Pessoa); século XXI (a linguagem e a forma). O século XVI de Camões e o século XX de Pessoa fundem-se na linguagem estética e dramática do século XXI. Subvertendo o tempo cronológico, numa transtemporalidade cénica, cruzam-se e encontram-se Camões e Pessoa. Com eles estão Sebastião e Inês (um homem e uma mulher do povo, intemporais ou de todos os tempos); ele, Sebastião, acompanha Camões como companheiro de brigas e de viagens; acompanha Pessoa como empregado de café, amigo e confidente. É ainda o símbolo do rei amado por Camões e desejado por Pessoa. Ela, Inês, é a mulher de todas as épocas: é Lianor e as mulheres do Malcozinhado, as nobres D. Francisca, D. Catarina, D. Guiomar, todas amadas por Camões; mas também a Ophélia de Pessoa e a Lídia de Ricardo Reis. O V Império é substanciado na ilha dos amores de Camões e nas ilhas afortunadas de Pessoa. A contracena harmoniosa entre os atores, a música e a projeção de imagens e texto inscrevem-se no magnífico espaço cuja força simbólica nos transporta para o imaginário poético de Camões e de Pessoa.

### Personagens

Luís Vaz de Camões | Fernando Pessoa | Sebastião | Inês | D. Francisca de Aragão | D. Catarina de Ataíde | Leonor | D. Guiomar | Ophélia | Alberto



Caeiro | Ricardo Reis | Álvaro Campos | Gonçalo Borges | Garcia da Orta | Nobre (quatro atores assumem as quatro personagens permanentes e representam as restantes; os mesmos encontram-se em filme com 5 atrizes, as musas e as ninfas da Ilha dos Amores).

### Ficha artística e técnica

Texto: Filomena Oliveira e Miguel Real | Encenação: Filomena Oliveiral  
Música Original e Orgânica Sonora: David Martins | Voz: Andreia João, Barnabé Freakshow, Ilesa da Costa Martins e Tito Ribeiro | Interpretação: Filipe Araújo, Hugo Bettencourt, Rogério Jacques e Suzana Branco | Atrizes em filme: Inês Oliveira Martins, Vera de Almeida Ribeiro, Inês Worm, Mafalda Veiga e Moura e Irina Apolinário.

- *Europa, Europa!* – 2016 e 2017

Teatro na Quinta da Ribafria, Sintra (2016). Palácio Nacional de Sintra (2017).

### Sinopse

Onde vais? Quem és tu? Que futuro, Europa? Um casal com um bebé, vindo de um país em guerra, viaja num barco pneumático rumo à Europa. Em simultâneo vivem-se situações reveladores do estado atual da sociedade europeia. Inspirado nos 12 trabalhos de Hércules, 12 são os desafios que se colocam hoje à Europa para sobreviver como civilização (riqueza financeira especulativa, perversão ambiental, violência urbana de origem étnica ou religiosa, individualismo feroz, consumismo, ausência de valores éticos firmes, tecnocracia impiedosa ou domínio desumano da tecnologia, desigualdades sociais, ausência de recursos naturais, nacionalismos serôdios, hedonismo narcisista, individualismo exacerbado). Uma nova Europa segundo o horizonte de uma sociedade assente nos direitos humanos, nos direitos ambientais e na dignidade da pessoa humana e, à semelhança do passado, uma Europa como o grande continente da inquietação filosófica, da investigação científica e da criação estética. Atores, imagens, vídeo, música, orgânica sonora e luz criam, numa quinta renascentista do século XVI, uma visão da Europa no tempo presente. *Europa, Europa!* realiza a dimensão da identidade europeia do projeto cultural da ÉTER.



### Ficha artística e técnica

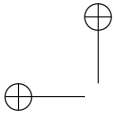
Texto: Miguel Real e Filomena Oliveira | Encenação: Filomena Oliveira | Música Original e Orgânica Sonora e direção multimédia: David Martins | Voz: Andreia João, Barnabé Freakshow, Ilesa da Costa Martins e Tito Ribeiro | Interpretação: Carlos Medeiros, Cláudia Faria, Filipe Araújo, Hugo Bettencourt, Sara Rio Frio | Arranjos para voz e interpretação: Ilesa Costa (Projeto UNO) | Operação de vídeo: José Ricardo | Operação de luz: Nuno Gomes | Tradução e legendagem: Mauro Matias | Cenografia: Ricardo Assis Rosa | Fotografia: João Mota | Produção executiva: Maria Barracosa.



Fig. 7. *Europa, Europa!*, Palácio Nacional de Sintra, 2017.



Fig. 8. *Europa, Europa!*, Palácio Nacional de Sintra, 2017.



- ***O Ano da Morte de Ricardo Reis***, de José Saramago – (2016 a junho de 2022)

### Historial

Espectáculo apresentado em: Palácio Nacional de Mafra, Fundação José Saramago – Casa dos Bicos, Cinema S. Jorge, Lisboa, Centro de Artes dos Espectáculos de Portalegre, Centro Cultural Olga Cadaval, Sintra, Convento de S. Francisco, Coimbra, UBI – Universidade da Beira Interior, Covilhã, Teatro Municipal da Guarda, Teatro José Lúcio da Silva, Leiria.

### Sinopse

No espetáculo *O Ano da Morte de Ricardo Reis* tem lugar de destaque a personagem Saramago, ora como autor, ora como narrador. Neste sentido, evidencia-se como ficção sobre ficção sobre ficção: ficção de Saramago sobre Ricardo Reis, este por sua vez um ser de ficção construído por Pessoa. O que pensará Saramago sobre Ricardo Reis? Um labirinto de palavras, imagens e representações que espelham Portugal entre a primeira e a segunda guerras mundiais, bem como a visão de José Saramago sobre Ricardo Reis.

### Ficha artística e técnica

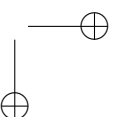
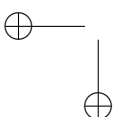
Autor: José Saramago | Adaptação: Miguel Real e Filomena Oliveira | Encenação: Filomena Oliveira | Música, Orgânica sonora e Multimédia: David Martins | Elenco: Hugo Bettencourt (José Saramago) | Leonor Cabral (Lídia) | Miguel Mendes (Fernando Pessoa) | Rogério Jacques (Ricardo Reis) | Sara Rio Frio (Marcenda).

- ***As Máscaras de Pessoa*** (2017 a março de 2020).

Espectáculo apresentado em: Mosteiro dos Jerónimos, Museu Nacional de Etnologia, Vila Alda, Sintra.

### Sinopse

No espetáculo *As Máscaras de Pessoa* dialogam e confrontam-se os três heterónimos poetas (Alberto Caeiro, Álvaro de Campos e Ricardo Reis) e



o semi-heterónimo Bernardo Soares em torno da existência e da realidade presentes na vida de seu autor, Fernando Pessoa. Este, morto, convoca, em 13 de junho de 1936, as quatro “personalidades fictícias” de que é autor para a comemoração dos seus 48 anos. Eles, conversando sobre si e sobre a relação com o seu “Pai”, aguardam que Pessoa se lhes junte... Virá Pessoa?

### Ficha artística e técnica

Texto e dramaturgia: Miguel Real e Filomena Oliveira | Encenação: Filomena Oliveira | Música e Orgânica sonora: David Martins | Elenco: Hugo Bettencourt (Álvaro de Campos) | João Cabral (Bernardo Soares) | Miguel Mendes (Alberto Caeiro) | Rogério Jacques (Ricardo Reis).



Fig. 9. *As Máscaras de Pessoa*, Sintra, 2019.



Fig. 10. *As Máscaras de Pessoa*, Mosteiro dos Jerónimos, 2018.



- ***O Último Minuto na Vida de S.*** (2010)

Adaptado para teatro por Maria João Rocha que também encenou, com interpretação de Silvy Rocha, apresentado no Cinema S. Jorge e no Teatro da Trindade, 2010.

### Sinopse

“O Último Minuto na Vida de S.” é um espetáculo que conta a história do último grande amor português, apoiando-se na realidade portuguesa entre as décadas de 60 e 70 e em três ou quatro factos verdadeiros para retratar um Portugal que já não existe. A história é contada na primeira pessoa por Snu Abecassis, interpretada por Sylvie Rocha, que relembra, no momento em que percebe que vai morrer, o seu percurso ao lado de Francisco Sá Carneiro e os quase vinte anos vividos num país que os seus olhos observaram e que a sua inteligência analisa. Por este último longo minuto na vida de Snu perpassa não só um país perdido entre uma guerra em África e a devoção em Fátima, mas também um poema a um amor que quebrou barreiras e preconceitos.



Fig. 11. *O Último Minuto da Vida de S.*

- ***Uma Família Portuguesa*** (2010)

### **Apresentação**

Peça galardoada no ano de 2008 com o Grande Prémio de Teatro Português promovido pela SPA e pelo Teatro Aberto, levada à cena no Teatro Aberto, com encenação de Cristina Carvalhal, estreada em abril de 2010; espetáculo selecionado para o Festival de Teatro de Almada, nomeada como uma das 4 melhores peças do ano (Globos de Ouro) e apresentada no Festival de Teatro na Finlândia, no âmbito da Capital Europeia da Cultura.

### **Sinopse**

A peça apresenta-nos uma família portuguesa composta por três gerações. A casa onde habitam era propriedade do falecido patriarca de cuja presença não se conseguem libertar. Integrandos referências musicais, literárias e plásticas da segunda metade do século XX, a encenação de Cristina Carvalhal convida um imaginário com o qual todos os portugueses se poderão identificar. *Uma Família Portuguesa* é um espetáculo que evoca temas como a ditadura, a guerra colonial ou a devoção a Nossa Senhora de Fátima, tão presentes ainda na nossa memória.

### **Ficha artística e técnica**

Texto: Miguel Real e Filomena Oliveira | Encenação: Cristina Carvalhal | Música: João Gil | Cenário: Ana Vaz | Figurinos: Maria Gonzaga | Atores: Bruno Simões, Carlos Malvarez, João Maria Pinto, Luísa Salgueiro e Teresa Faria.



Fig. 12. *Uma Família Portuguesa*, 2010.



- ***O Inferno de D. Maria I*** (2018)

Palácio Nacional de Queluz.

### **Apresentação**

Retrata-se o ambiente cortesão de D. Maria I, em Queluz, e os seus constantes e graves temores religiosos, receando que a alma do pai tenha ido para o inferno, por ter seguido a política do marquês de Pombal e, no futuro, sofrer ela própria do mesmo tormento eterno. D. Maria I procura, assim, reinar com equilíbrio e justiça num tempo histórico carregado de tensões entre uma visão regalista do poder e uma visão absolutista de D. João V, seu avô, que concedia altos favores à igreja.

### **Ficha artística e técnica**

Autores: Miguel Real e Filomena Oliveira | Encenação: Filomena Oliveira | Orgânica sonora: David Martins | Música: Corelli (La Folia) | por David Martins | Elenco: Carlos medeiros, Cláudia Faria, Lúcia Muñoz, Maria Barracosa, Miguel Simões, Pedro Oliveira e Rita Fernandes.

- ***O Julgamento de Sócrates*** (2006)

Menção honrosa no concurso de Teatro do Inatel/teatro da Trindade.

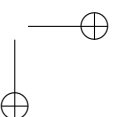
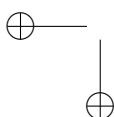
- ***Vodka e Cachupa*** (2009)

Menção honrosa no Prémio de Teatro Bernardo Santareno.

### **3. Texto introdutório do livro “*Vodka e Cachupa | Uma Família Portuguesa | Viúva Recente – Teatro Atual*”**

Cada um por si ou os dois em conjunto; temos escrito teatro de temática histórica e de resgate de momentos culturais importantes na história da cultura portuguesa. Ao mesmo tempo, escrevemos peças que possuem uma outra dimensão – são peças de atualidade e de intervenção social –, como *Europa*, *Europa!*, uma peça sobre os imigrantes e refugiados chegados à Europa.

Não é fácil escrever teatro. Como a escrita do conto, é mesmo bastante difícil escrever uma peça de teatro. Por isso, há muitos romancistas, poucos





contistas e pouquíssimos dramaturgos. Para cem grandes romancistas do século XX, haverá, porventura, dez dramaturgos. Esta desproporção não reside na categoria esteticamente inferior do teatro, gênero que seria pouco procurado pelos escritores, mas no domínio da arte de escrever para de imediato “dar a ver”, isto é, na capacidade de escrever para ser cenicamente representado. A mestria na capacidade de representabilidade das palavras evidencia-se como a maior dificuldade para os escritores de teatro. No romance, narrativa de palavras para serem lidas, uma palavra a mais ou a menos não exalta nem condena o texto. No teatro, narrativa de palavras para serem representadas, uma palavra a mais ou a menos pode ferir de morte o diálogo, ou o monólogo, condenando a peça. No teatro, a narração e a descrição são reduzidas e subsumidas pelo diálogo. Assim, não existem as muletas romanescas da deambulação narrativa sobre a paisagem, da descrição dos edifícios, das circunvoluções em torno da personalidade das personagens, não existem comentários sociais, culturais ou psicológicos do narrador – toda esta utensilagem estética fica reduzida ao “osso” do diálogo” (ou do monólogo). Escreve-se uma situação, uma ação, uma reflexão para de imediato “ser vivida” enquanto representação – aqui reside a suprema dificuldade do teatro. Tudo tem de passar pelo diálogo: a paisagem, a descrição, o comentário, a reflexão. No diálogo está o mundo do teatro e pelo diálogo o teatro sugere o mundo. E as palavras encarnam diretamente em atores. Eis a suprema dificuldade de escrever uma peça de teatro.

#### 4. 10 pontos sobre o teatro atual

Em 2010, a pedido da Sociedade Portuguesa de Autores, para as comemorações do Dia Mundial do Teatro, escrevemos estes 10 pontos que consideramos atuais. Vejamos o texto a isso atinente:

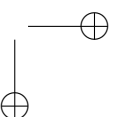
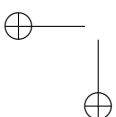
“Caros companheiros,

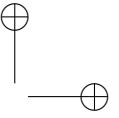
1. Neste dia Mundial do Teatro, em plena crise de um sistema global profundamente injusto e alienante, porventura prenúncio de uma nova era civilizacional, o teatro deve assumir a sua eterna função de iluminação cultural da sociedade, criando uma realidade estética que desmascare tanto o terrorismo dos poderosos quanto o estado de ignorância dos povos;





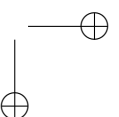
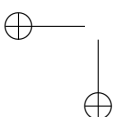
2. Nunca o teatro foi neutro e, hoje, mais do que nunca, numa sociedade técnico-científica dominada pela onipotência do dinheiro e a idolatria do poder, deve lutar contra o indiferentismo social, a política dos campos de futebol e dos serões televisivos contaminados pela imbecilidade, afirmar-se contra o populismo que nivela a arte pelos instintos bárbaros das multidões, rebaixando-a a uma mera mercadoria para consumo acéfalo, uma arte medíocre, sem exigência da crítica reflexiva que torna o homem verdadeiramente humano;
3. O teatro, sabemo-lo de há muito, não salva o mundo, mas sem o teatro, os atores, os encenadores, os autores, os dramaturgos, os técnicos de cena, os espectadores, o mundo não se salvará. A responsabilidade que cai hoje sobre a arte teatral não é maior do que a de outros tempos, os tempos do analfabetismo cultural, da censura e da prisão política. Mas é diferente. Hoje luta-se contra a imbecilização geral da sociedade e a violência dos quadros legais que servem os interesses do Estado em nítido desprezo pelo sector cultural. Hoje, encontrar um político culto, que encare a arte como uma respiração vital da sociedade, é uma raridade. A sociedade atual, na qual escrevemos, representamos e encenamos, arrancou a alma ao homem, desespirtualizou-o, fez do homem um consumidor eufórico, asfixiado em objetos que o não deixam respirar, isto é, não o deixam ver-se nu ao espelho;
4. É esta hoje a grande tarefa do teatro: pôr o homem nu ao espelho, evidenciar o monstro em que se tornou e, como remédio, desafiá-lo a regressar à sua humanidade;
5. O teatro hoje deve desmistificar criticamente os bezerros de ouro da nossa sociedade: o dinheiro e o poder; a fatuidade das elites e o seu desprezo pela população carecida; a arrogância das cidades fomentando a desertificação do interior; a soberba dos instalados contra os excluídos e das mentes nacionalistas cristalizadas contra a miscigenação das culturas; a vaidade e a avareza dos egos iluminados contra a partilha do conhecimento;
6. O teatro hoje não deve ser elitista, reduzido a minorias esclarecidas, nem demagogo, obediente a cartilhas consumistas de multidões acríticas; deve ambicionar fazer parte da imensa minoria que, mesmo não





sabendo para onde ruma o século XXI, possui a lúcida certeza de que o caminho encetado não é o melhor e muito menos o desejado;

7. Montar um espetáculo, hoje, é desafiar o futuro, inventar um futuro apetecido, apontar um caminho que, mais do que uma reta, se constitui como um labirinto. É preciso lutar para que essa sociedade desejada que cada espetáculo evidencia, desmontando as deformidades do presente, combata e evite uma previsível sociedade securitária para que os atuais rumos da Europa apontam, na qual o cidadão, ameaçado e amedrontado pela escassez de recursos naturais, troque a liberdade e a criatividade, fundamentos da arte, pelo conforto e pela segurança;
8. O Teatro, por si, isolado, não corrige o mundo, mas sem ele o mundo não será corrigido do bando de malfetorias que o têm desvirtuado – a violência impune contra os mais fracos; a injustiça contra os humildes; a criação de máquinas de propaganda que, passando por espetáculos, visam a imbecilização coletiva; o culto dos deuses da ignorância e do idiotismo; a degeneração dos costumes tradicionais dos povos, submersos num mundo racional e frio, tão gelado como um iceberg, mas sem a bela alvura deste; a leitura do passado às avessas, de modo a legitimar forças pífidas do presente, transformando o homem num exclusivo funcionário nascido, vivido e falecido entre um universo técnico que lhe asfixia a criatividade, identificada com exotismo individual;
9. O Teatro, para o ser e realizar-se, deve retomar a sua pulsão originária, assumindo a audácia de se levantar contra as vaidades enfatuadas, a ousadia de dizer não aos vendilhões da banha da cobra dos espetáculos ociosos, que fazem cócegas na alma, consolam o espectador, mas não lhe revitalizam o espírito crítico reflexivo;
10. Aprendamos com os grandes vultos do teatro português e universal de ontem e de hoje, assumindo que o teatro ou é agitação de consciências e aguilhão contra a estupidez e a malevolência, ou não é arte; será show, espetáculo, será drama, comédia, tragédia, mas falho de sentido cultural ou social”.





### **5. O Teatro na Cultura Portuguesa do Século XX – ensaio**

O ensaio aborda 40 autores, explora as relações entre os textos de teatro e a dinâmica intrínseca à cultura portuguesa, dando como princípio hermenêutico que toda a peça e todo o espetáculo interpelam a realidade conjuntural (social, política, religiosa, cultural) donde tiveram origem, da qual são testemunhas e para a qual, direta ou indiretamente, se destinam. Atravessando dez décadas da história de Portugal, nele vamos encontrar grandes nomes da nossa literatura que ao teatro deram também o seu precioso contributo. Recordo o seguinte trecho que escrevemos na mencionada obra e com ele terminamos.

[...] dividimos o ensaio por décadas, registando a singularidade cultural de cada uma e estabelecendo relações entre esta e as peças de teatro, escolhendo 3 ou 4 peças por cada década, considerando-as representativas do seu tempo, o que não significa que sejam as de superior qualidade, mas as que simbolicamente, constituem uma figuração teatral da década<sup>2</sup>.

Escrever para teatro com o Miguel Real tem sido uma aventureira caminhada que decorre há mais de duas décadas; duas décadas de criação de textos dramáticos originais e de adaptações dramatúrgicas de obras literárias. Em suma, chegados a este momento cumpre-nos reafirmar o que já havia dito: penso que pouco teria feito, não conseguindo imaginar nada de entusiasmante, de valioso, no meu trabalho teatral, sem o saber esclarecido e lúcido, sem a qualidade do labor incansável e sempre generoso, sem o espírito crítico, inspirado e criativo, sem o amor de Miguel Real. Tem sido um privilégio, uma felicidade, fazermos esta caminhada juntos.

### **6. Edições**

#### **Peças de teatro**

REAL, Miguel e OLIVEIRA, Filomena, *Os Patriotas*, Europress, 2002.

REAL, Miguel e OLIVEIRA, Filomena, *1755 – O Grande Terramoto*, Lisboa, Europress, 2007.

---

<sup>2</sup>Filomena Oliveira e Miguel Real, *O Teatro na Cultura Portuguesa do Século XX*, Lisboa, Ed. Vega, 2016, p. 14.



REAL, Miguel e OLIVEIRA, Filomena, *Uma Família Portuguesa | Vodka e Cachupa | Viúva Recente – Teatro Atual*, Lisboa, Edições Fonte da Palavra, 2010.

REAL, Miguel e OLIVEIRA, Filomena, *Liberdade, liberdade!*, Lisboa, Edições Fonte da Palavra, 2013.

REAL, Miguel e OLIVEIRA, Filomena, *Vieira – O Céu na Terra*, Lisboa, Edições Fénix, 2015.

REAL, Miguel e OLIVEIRA, Filomena, *Europa, Europa!*, Edições Vega, Lisboa, 2016.

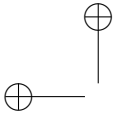
### Ensaio

REAL, Miguel e OLIVEIRA, Filomena, *O Teatro na Cultura Portuguesa do Século XX*, Lisboa, Edições Vega, 2016.

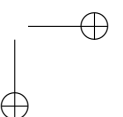
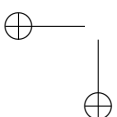
### Nota Bibliográfica

Direção artística da ÉTER – Produção cultural. Encenou em Portugal vários espetáculos de teatro (alguns com adaptações em Bissau, Macau, Belém do Pará), entre os quais se destacam: *Memorial do Convento*, de J. Saramago, *Os Patriotas*, Sintra, 2001; *Memórias de Branca Dias*, de Miguel Real, Évora, 2008; *O Umbigo de Régio T. Trindade*, 2003; *Liberdade, liberdade!*, Lisboa, Macau, 2011, Bissau, 2013; *Vieira – O Céu na Terra*, Convento do Carmo, 2008; Museu do Teatro, 2009, Belém do Pará e Bissau, 2015; *Os Maias*, Sintra, 2010; *Navegar, Camões e Pessoa* Jerónimos, 2012, *Frei Luís de Sousa*, Panteão Nacional, 2013; *Europa, Europa!*, Sintra, 2016/17; *As Máscaras de Pessoa*, Lisboa, 2017/19; *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, Lisboa, 2018/19, *O Chalet da Condessa*, Sintra, 2019; *O Inferno de D. Maria I*, Palácio de Queluz, 2018. Almada, o Iconoclasta, teatro digital, 2021/22. Co-autora com Miguel Real de *Uma Família Portuguesa*, grande prémio de teatro SPA/Teatro Aberto (2008), *Vodka e Cachupa*, menção honrosa no Prémio de Teatro Bernardo Santareno, 2009 e *O Julgamento de Sócrates*, menção honrosa no Prémio de Teatro Inatel/Teatro da Trindade. Autora de *Tomai lá do O'Neill* (Sintra, 1999; Benfica, 2008; Coimbra, 2011), da adaptação de *A Relíquia*, de Eça de Queirós (Teatro Ibérico, 2010). Direção

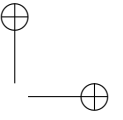
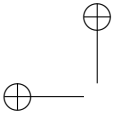




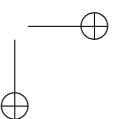
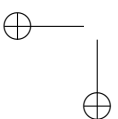
dos programas de formação da ONGD Única – Mixing cultures para educadores de infância e professores primários, nas áreas artísticas (Guiné-Bissau, desde 2016 e S. Tomé e Príncipe, 2019) e formação de formadores na área de Expressão dramática, Bissau, 2017.



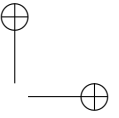




## **2.5. MIGUEL REAL FICCIONADO**







### 2.5.1. Conto para Miguel Real<sup>1</sup>



**Alexandre HONRADO**  
Escritor, Professor e Investigador

Uma tarde de verão que parecia uma ideia anarquista profética adotada por Tolstoi. Lisboa vazia, por causa de um efeito pandémico qualquer, talvez o calor que nos detinha.

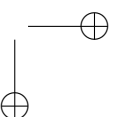
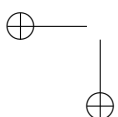
Um daqueles bancos de jardim de madeira em suporte de ferro parecia esperar alguém. Sentei-me exatamente ao centro, fiel de uma balança imaginária, talvez algum filósofo me encontrasse.

Lembrei-me, como tantas vezes o faço, de Gregor Samsa e da perversidade de Kafka ao paralisá-lo na sorte, circunscrevendo-o a uma cama e às convulsões de uma metamorfose. Não! Eu não sairia do banco, de Lisboa, da tarde anarquista ao jeito de Tolstoi, transformado num inseto. A minha ambição transcendia as luas, os buracos negros, as galáxias distantes. Conseguimos ver tudo quando nos olhamos por dentro. Tudo ou quase nada. As respostas estão dentro de nós e por isso tão absurdamente distantes.

Vi então chegar dois homens. Um deles jovem, o outro mais vivido. Traziam resmas de papel debaixo dos braços e todos os seus gestos se copiavam no mais perfeito mimetismo. Não podiam ser gémeos, a idade separava-os com aquele castigo que o tempo impõe a todos os corpos. Talvez fossem pai e filho, estranhamente iguais na aparência. Não pareciam conhecer-se.

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.





Com bons modos e daqueles gestos comuns a quem sabe o que é respeitar o próximo, pediram, em coro, para sentar-se ao pé de mim. Acedi. Um ficou ao meu lado direito, o outro ao meu lado esquerdo.

Temí não ter estrutura para ser o fiel da balança que necessitavam.

Ficámos em silêncio e a olhar em frente. É uma coragem, um desafio, isso do olhar em frente.

Há sempre à nossa frente um jardim de veredas que se bifurcam – tive a oportunidade de aprender isso muito cedo. Não há melhor conjugação do que a de um espelho e uma enciclopédia. Devo-lhes muito.

Uso o nome de Miguel Real, disse o homem mais novo, à minha esquerda. Chamam-me e assino Miguel Real, disse o homem mais velho, à minha direita. Todos vivemos atrás dos nomes que nos dão, que escolhemos, que usamos. Talvez seja isso o que chamamos identidade, uma expressão infeliz e quase maldita por extorquir de nós o melhor de tudo o que podemos ter, que expurga o lado cultural que existe nos nossos universos – foi o que eu quis responder, mas as palavras não saíram.

*O tema é sempre o tempo. Séculos de séculos e apenas no presente ocorrem os factos; inumeráveis homens no ar, na terra e no mar, e tudo o que realmente acontece, acontece-me...*

O que me acontecia era o Miguel Real, de um lado e inesperadamente o Miguel Real, do outro. Ambos unidos por uma generosidade que sempre agradei.

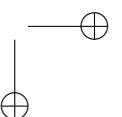
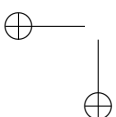
Somos sempre secretos, atarefados e multiformes noutras dimensões de tempo – citei eu, procurando parecer elevado e culto. Afinal éramos um trio, um grupo – os grupos não têm acesso aos meios de produção da cultura, mas com um simples canivete podíamos gravar uma epígrafe, uma obra-prima, nas costas daquele banco de jardim. A escrita subordina-se aos gumes afiados que lhe impomos.

Precisamos de uma nova teoria do mal, ou de aprender a escutar a voz da terra.

O ar cheirava agora a qualquer infinito feitiço da Índia.

Somos portugueses e o pensamento português contemporâneo é a chegada a um patamar assente nos degraus de uma violenta e dócil diáspora.

Espiritualismo, racionalismo, providencialismo, modernismo, a escada é sempre frágil, porque enferma das sombras produzidas para a luz de cada época.





Acaloravam-se os dois na discussão. Elevando a voz, diziam os dois o mesmo: durante várias décadas não existiram condições favoráveis à receção, divulgação e circulação de ideias!

Eu não sabia que, sentado naquele banco, não estava prisioneiro, mas que me libertava.

Passou por nós uma mulher, andrajosa e desgrenhada, com *cadáveres às costas*, uma mulher com as suas *memórias secretas* que empurrava um carrinho de compras cheio de lixo. Via-se uma estátua de António Vieira vandalizada por cima de trapos velhos e os restos de um computador irremediável.

Vamos à procura de Uqbar e falamos de Borges, propus eu. Ou simplesmente homenageamos o Miguel Real, o de ontem e o de hoje.

Se eu fosse Unamuno estaria agora com fome de imortalidade, disse o Miguel Real mais novo. Ou fome de Deus, disse o mais velho. Pragmático, eu estava só com fome.

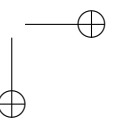
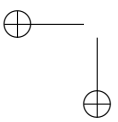
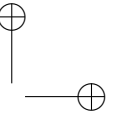
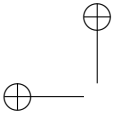
Somos mosaicos de diferenças, disse Jorge Luís Borges, que também passou por ali, à mesma indecifrável hora, tateando a tarde de verão, onde por entre folhas de árvore se ouvia Tolstoi a resmungar que a lei é falha e sujeita a erros, por ser elaborada pelo ser humano, que carece de perfeição.

O que há de mais fascinante nos labirintos da razão é terem uma saída oculta (disseram os dois, Miguel Real e Miguel Real, em coro. Ou talvez não.)

### **Nota Biobibliográfica**

Escritor, professor e investigador (ensino superior privado e oficial). Amigo e discípulo de Miguel Real.









## 2.5.2. Carta de Ana Paula Guimarães a Filomena Oliveira/ Luís Martins/Miguel Real<sup>1</sup>



**Ana Paula GUIMARÃES**  
UNL, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

De: Ana Paula Guimarães

Para: Filomena Oliveira,  
Luís Martins/Miguel Real

Querida Mena,

Escrevo-te para te dizer que ainda estou aqui. Primeiro Carcavelos, depois Parede. Contigo Oeiras. Liceu, mesma turma, fila ao lado.

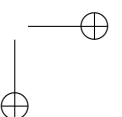
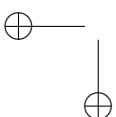
(Re)encontrámo-nos há muitos anos no Círculo de Leitores aquando da atribuição de um majestoso prémio ao teu marido que eu desconhecia e me surpreendeu quando percebi a vossa relação! Eu já o tinha visto? Não. Obviamente – senão eu seria suspeita enquanto elemento do júri.

Depois... foi tudo (es)correndo pelos dias como água pelas mãos com a torneira aberta: romances, ensaios, peças de teatro, prémios e mais prémios. Livros.

Sempre e sempre: honestidade, simplicidade, delicadeza. Raras virtudes? Decerto.

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



Referia-me a Luís/Miguel mas tu também estás aí. Juntos.

Juntei-me a meu amor, Carlos, e escrevi-te para te falar/escrever/dizer, mais uma vez, quanto nós vos admiramos. Vemo-nos ao longe – de varanda em Parede até Sintra. Pedras ao lado, linhas paralelas.

Soube desta tarefa – homenagear Miguel Real – tarde demais. Por isso, te escrevi a ti, querida Mena, e te peço para lhe dares este recado. Implícito.

Já sabias. Nada é novidade.

Beijos para vós, os dois (um abraço de Carlos)

Sempre convosco, lendo, ouvindo/escutando, assistindo...

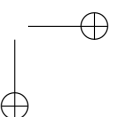
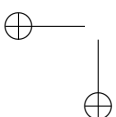
Ana Paula Guimarães

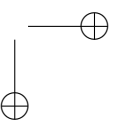
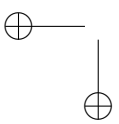
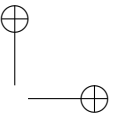
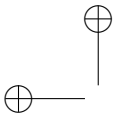
### Nota Biobibliográfica

*Olhos, Coração e Mãos no Cancioneiro Popular Português*, prefácio de José Matoso. Lisboa, Círculo de Leitores, Janeiro 1992 (esgotado desde 1992). *Abecedaria do Coração – Arte de Bem Viver no Cancioneiro Popular Português* (com António Goetze Piano, caligrafias Li Nai Guang, desenhos Carlos Augusto Ribeiro, prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa). Lisboa, Vega, 1994. *Nós de Vozes – Acerca da Tradição Popular Portuguesa* (prefácio de Teresa Rita Lopes). Lisboa, Colibri, 2000 (esgotado); 2ª ed. 2007. “Ao volante: ficcionar veículo, coração e corpo” (com Carlos Augusto Ribeiro e Carlos Oliveira Santos). *Revista de Comunicação e Linguagens, Ficções* (dir. Paulo Filipe Monteiro). Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2003. *Cuidar da Criação – Galinhas, galos, frangos e pintos da tradição popular portuguesa* (prefácio de José Augusto Mourão; um ensaio de Carlos Augusto Ribeiro sobre criação artística “Criações e voltas das galinhas” Lisboa, Apenas Livros, 2002. Menção honrosa pelas Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, em 2001. Reedição Círculo de Leitores, 2005. *As Estrelas Acessíveis – José de Almada-Negreiros: o corpo em palestra* (com Carlos Augusto Ribeiro: “O que vai adiante Aqui Cáucaso”). Lisboa, Apenas Livros/IELT, 2004. *Falas da Terra – Natureza e Ambiente na Tradição Popular Portuguesa* (com João Barbosa e Luís Cancela da Fonseca). Lisboa, Colibri/ Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, 2004. Carlos Augusto Ribeiro e Ana Paula Guimarães “Corazones, árboles, historias de amor – Arte y Literatura (Oral)” in *Cuerpos y Folklore(s) – Herencias, Construcciones y Performancias*,



III Simposio Internacional de Corpus, Lima 21-23 Octubre del 2010. *Artes de Cura e Espanta-Males – Espólio de medicina popular recolhido por Michel Giacometti* (org. Ana Gomes de Almeida, Ana Paula Guimarães e Miguel Magalhães). Lisboa, Gradiva, 2009; 2ª ed Lisboa, Gradiva, 2011. “Enchanted Webs of Ants and Beetles in Oral Stories” (com Carlos Augusto Ribeiro), *Insects and Texts: Spinning Webs of Wonder*. Actes du Colloque International EXPLORA 2010, Muséum d’ Histoire Naturelle de Toulouse, 2011. “Ser – dantes e ainda hoje – discretamente verde”, *Falas da Terra do século XXI – What do we see green?* (coord. Ana Isabel Queiroz, Inês de Ornellas e Castro) Lisboa, Esfera do Caos, 2011. *Contas x Contos x Cantos e Que + (Cumplicidades entre Literatura e Matemática)* (colaboração de Adérito Araújo), Gradiva / IELT, 2012. Carlos Augusto Ribeiro, Ana Paula Guimarães, “Humanização do motor, corpo motorizado” *TEJIENDO LA PIRKA* Volumen 8. Grupo de Investigación Interinstitucional PIRKA Políticas, Culturas y Artes de hacer Diciembre de 2016. Ana Paula Guimarães e Joana Gaspar de Freitas, “Lavrar/ navegar – o mar na tradição popular portuguesa” in *Imaginários do Mar – uma antologia crítica* (Carlos Clamote Carreto, Joana Gaspar de Freitas, Clara Sarmiento, Luís Sousa Martins, ed.) vol I. IELT, 2020. “O reles e o sublime” (com Carlos Augusto Ribeiro), *Aqui não temos Wi-fi. Conversas sobre Literatura Oral* (org. Maria da Conceição Ruivo e Graça Capinha. Porto, Edições Afrontamento, 2020. DIRECÇÃO de COLECÇÕES: Folhetos de cordel: Colecção “à mão de respigar” – “folhetos à maneira de quem pendurava a vida a cavalo num barbante” Colecção “Bilhetes de Identidade” – “emitidos por quem os conhece de ginjeira, os B.I. dos Bichos e Quejandos revelam-nos quem somos e ao que andamos” Livros (para todas as idades), CDs: Colecção “a IELTSar se vai ao longe”. Lisboa, Colibri/ Porto Edições Éterogémeas. (40 volumes)







### 2.5.3. Memórias Secretas de Luís Martins no Reino da Lusotopia<sup>1</sup>



**Deana BARROQUEIRO**  
Escritora/Professora

Se a sua nação fosse outra, que não esta da Lusotopia, o eminente filósofo iluminista Luís Martins não teria tido necessidade de se transmutar num fictício Miguel Real para poder escrever as suas obras, sem temor de ser apedrejado pelos seus pares na picota da praça pública, ou acabar nas garras do Tribunal do Santo Ofício, para ser queimado vivo num auto-de-fé, como herege, contumaz e relapso, junto com os seus livros malditos.

Marido, pai e professor, Luís Martins fora estimado por todos, como um cidadão exemplar, enquanto se limitara a escrever cartas, crónicas e epanáforas sobre filósofos da Antiguidade, fazendo a apologia de Sócrates e também de alguns dos seus confrades da Europália, quer dando a conhecer o discurso do método do francês René Descartes, quer discorrendo sobre o paradoxo e a maravilha dos princípios da filosofia ou monadologia do optimista Gottfried Wilhelm Leibniz do Sacro Império.

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



Um dia, porém, Luís Martins atreveu-se a questionar os domínios da narração do maravilhoso, do trágico e do sagrado num memorial de um Convento e ousou revelar uma carta de Sócrates a Alcibíades, o seu vergonhoso amante, e a Santa Inquisição, enquanto guardião do Ser e Representação do bom e católico reino da Lusotopia, chamou-o à Mesa da Censura e fez-lhe uma séria advertência e uma longa exortação ao arrependimento, proibindo-o de escrever textos iníquos, heréticos ou blasfemos.

Nesse dia, achando que não era suficiente ser como todos são, Luís Martins zangou-se consigo mesmo e, num acto de rebeldia, fez nascer Miguel Real, o crítico acerbo do estado do reino, da governação incompetente e corrupta, das elites arrogantes e gananciosas, do povo adormecido e ignorante que apenas exige pão e circo para ser contente.

O filósofo era agora o outro e o mesmo, uma dualidade de que os censores pouco letrados dificilmente se aperceberiam. Na pele de Miguel Real, sentia-se livre, nos seus escritos, para denunciar o *status quo* e despertar as consciências para o papel das ordens religiosas na formação dos fundamentos da cultura lusa, da lenda negra dos jesuítas, do papel dos estrangeirados, da nova cultura da *polis*, da razão do pessimismo nacional, da decadência ou declínio da nação, da saudade, da lusofonia e do marranismo, das boas e más influências multiculturais nos costumes e de tudo o mais que viesse a talhe de foice da sua pena justiceira, lúcida e mordaz.

Miguel Real escreveu que a sua amada Lusotopia era um país parado no meio do caminho, que não acompanhara a evolução das nações suas rivais e, se nada fosse feito, em breve chegaria a morte a essa pátria com muitos séculos de História, gerada no mais remoto dos tempos e contra as mais difíceis circunstâncias por Viriato; que, durante os Descobrimentos, fora superior às demais e que o jesuíta António Vieira (a contas com a Inquisição) esperava ver, a seu tempo, renascer como o Quinto Império, mas que, contrariamente a toda a esperança, se mostrava cada vez mais um país fracassado e humilhado, a lamuriar-se e a penitenciar-se de ser inferior, mesquinho, venenoso e bárbaro, onde cada corrente política e intelectual sobrevivia devorando as correntes adversárias, negando-as e humilhando-as.

Para que as suas ideias chegassem mais facilmente a mais gente, o Grande Pensador escreveu crónicas sobre homens e mulheres, gente comum e aventureira que partia para as terras de além-mar, em vez de tratar dos grandes heróis como desejavam as instâncias do Poder. Contar a história de uma Branca Dias



que, no Novo Mundo, ousara ser a primeira mulher da Lusotopia a praticar «esnoga», a primeira mestra laica de meninas e uma das primeiras senhoras de engenho, para a Santa Inquisição, era um manancial de maus exemplos às mulheres recatadas e obedientes.

Temiam que a Lusotopia fosse alvo do escárnio e censura das outras nações, se lessem a denúncia, feita pelo escritor réprobo e contumaz, das viagens dos escravos, dos negócios do último negreiro financiados por banqueiros, das revoltas nas terras do pau-brasil ou de uma futura guerra dos mascates (como se já não bastassem para o desassossego social, as pregações e profecias do Padre António Vieira). E, para cúmulo, defendia e elogiava o feitiço da Índia, com os seus templos de falsos deuses, os seus brâmanes e ascetas nus, as suas mulheres pagãs e devassas que perdiam os homens. E nem a China escapou à sua pena, exalçando as misteriosas flores de lótus e as paixões proibidas da Cidade do Fim, a acirrar desejos nos homens e inveja e maus pensamentos nas honestas mulheres da católica e apostólica Lusotopia.

A censura inquisitorial, avessa à circulação de ideias, proibia a publicação e importação de livros que permitissem pensar, questionar e duvidar. As instituições com poder político, cultural e científico, não sendo capazes de promover ideias e obras, tinham dado azo às perseguições, exílio e prisões de muitos pensadores, artistas e cientistas, amordaçando e empobrecendo a nação: feridas do passado ou cadáveres que ela transportava às costas para o futuro e de que dificilmente se libertaria.

Miguel Real pusera os perdigueiros da polícia secreta na sua pegada, quando escrevera, com a cumplicidade de Manuel da Silva Ramos (outro escritor proscrito), uma diatribe satírica contra os deputados da nação, a classe dos governantes e os que gravitam à sua volta – tratantes de grosso comércio, agiotas prestamistas, banqueiros e construtores urbanos, vulgo patos bravos –, gente baixa muito mais interessada em benefícios pessoais e no seu próprio enriquecimento do que no bem comum, levando a nação à ruína com as suas depredações.

Seguidores das ideias do Mestre, uns certos Patriotas reuniram-se em Sintra para as debater, divididos entre os ideários da Monarquia e da República, entre a constatação de séculos de decadência nacional e o desejo de modernização comercial e industrial do país, entre os dogmas da coroa e do altar. Acusados pelo Poder de conspirarem contra a nação, gritando “Liberdade!



Liberdade!”, um militante comunista, um estudante católico e um operário ingénuo, entre outros, foram presos, deportados ou mortos.

Não contente com o ódio que provocara nas instâncias do Poder, com os estados da nobreza e do clero a sentirem-se humilhados e ofendidos, o clarividente estrangeirado, para levar mais longe e educação dos seus concidadãos, afoitou-se a reflectir sobre o futuro da religião, com temas tão perigosos como o labirinto da Razão e a fome de Deus, questionando os inquestionáveis milagres da Fé, sobretudo (a pior das blasfémias!) o do lugar mouro de Fátima, na freguesia da Serra, no condado de Ourém, assim chamado em honra da filha de Maomé, mas que se fizera cristão, sendo terra tão sagrada que Nossa Senhora ali aparecera a três inocentes criancinhas, continuando a fazer milagres a todos os crentes que visitavam a sua ermida.

Miguel Real atreveu-se ainda a afirmar que, enquanto a humanidade persistisse, a religião persistiria, não por ser verdadeira, mas por dar resposta humana à abertura, à transcendência da Presença íntima sentida pelo homem. A Senhora, Aquela por quem o povo sempre espera e que o ampara nas horas difíceis, veio substituir, na imaginação colectiva, o regresso ansiado de D. Sebastião, o rei que faria da Lusotopia um reino de justiça e abundância. Sendo a imaginação do povo e um mito, a realidade era, porém, mais enganadora e perniciososa.

A Santa Inquisição não podia permitir tamanhas heresias nem deixar o seu autor em liberdade para as espalhar, criando grande perigo e alarme social. Porém, apanhá-lo não era tarefa fácil, nem para a polícia do Estado, nem para os familiares e esbirros do Tribunal do Santo Ofício. Miguel Real parecia mais um fantasma do que um ser de carne e osso, não tinha registos de nascimento, de baptismo, de casamento, de bens de raiz, de dívidas... nada. Uma denúncia levava-os a Sintra, mas fora rebate falso, porque, na casa devassada, vivia apenas um tal Luís Martins, professor de meninos que, há muito, deixara de publicar os seus papéis volantes por ordem da Mesa da Censura.

O grande humanista espetara a sua acutilante pena num vespeiro, ao denunciar que o sebastianismo condenado pelo Santo Ofício já não era a esperança no regresso de D. Sebastião, como o Messias regenerador da sociedade, mas a consciência de que, neste país de brandos costumes, o cidadão só podia aspirar a alguma prosperidade se tivesse o apadrinhamento ou ajuda de uma qualquer instituição ou de alguém com poder para, por meios extraordinários, o retirar da pobreza. Assim imperava a subserviência rastejante ao Partido,





a cunha do «Senhor Doutor», a crença nas apostas, na lotaria, na promessa a Nossa Senhora de Fátima... Sem esse favor, restava-lhe o recurso a emigração, indo buscar no estrangeiro o que, devido ao autofavorecimento e compadrio das elites, lhe era negado na terra natal.

O Padre António Vieira, esse sal da terra, visionário e defensor do índio brasileiro, mas também dos pobres e explorados por um punhado de ricos. O jesuíta chegara aos cumes da fama, enquanto gozara do favor de D. João IV, mas, mal o rei morreu, a Inquisição que não ousara tocar-lhe, então, deitou-lhe logo as garras e meteu-o na prisão do Santo Ofício, fazendo com que, uma vez liberto, se exilasse entre os índios do Novo Mundo.

Pior do que as profecias do Bandarra e as de António Vieira, eram as de Miguel Real a anunciar um grande terramoto que haveria de destruir a capital da Lusotopia, como um protesto da Voz da Terra contra a Voz do Céu, para dar lugar a uma nova cidade, racional e livre de superstições, sob a regência de um grande Ministro do Reino. Porque, se não houvesse mudança no presente, a Europália, dentro de alguns séculos, deixaria de existir, quando o último europeu morresse, não no ano de 1666 de Vieira, mas em 2284, no fatídico ano da Besta.

Revoltado, o emérito filósofo, com uma versatilidade que espantava os académicos e os leitores ávidos de conhecimento, apresentou umas Novas Teorias do Pecado, do Mal e da Felicidade que, pela sua novidade e ousadia, escandalizaram os meios universitários mais conservadores e os poderes instituídos. Dizer que a Europália cristã erguera a sua civilização com base na categoria religiosa do Pecado, no modo singular de viver com a emoção primária do Medo e com o sentimento da Culpa, fazia estremecer os fundamentos da Religião e da Igreja e desesperar os poderes censórios tanto religiosos como seculares.

Para mais, ao discorrer sobre a origem e as consequências do Mal, tratava de explicar por que razão a acção de um homem com poder que humilha outro, retirando-lhe direitos, confere prazer interior a esse homem, acrescentando: «Hoje, sempre que vos apareça um economista com funções governamentais – não duvideis: eis a face explícita do mal, aquele que levou a Europália à decadência e se prepara para, alegremente, destruir o planeta.».

E, em contraponto, ao expor a sua nova teoria da Felicidade ou ausência dela, exortava o leitor a meditar sobre a sua vida pessoal e o que é ser feliz: se tinha uma vida satisfeita e realizada ou, simplesmente, uma vida frustrada.





Pensamentos insidiosos, capazes de despertar revoltas, que os poderes instituídos não podiam permitir. A caça ao homem, vivo ou morto, tornou-se nacional, implacável e premiada.

O desfecho por pouco não foi fatal, naquela noite de Novembro, três anos antes da terrível peste que, como um castigo aos pecadores que nós somos, se abateu sobre a Humanidade. Uma autora de livros, também ela proscrita mas vivendo isolada do mundo como uma cartuxa, para se preservar, teve a suma felicidade de ver uma obra sua apresentada e elogiada pelo Grande Mestre, perante uma nobre assembleia, no belo palácio das Galveias. Um privilégio sem preço, porque ouvi-lo falar sobre a sua obra era o sonho de qualquer escrevinhador de histórias, embora poucos lograssem ser bafejados pela sua atenção e apreço.

Terminado o cerimonial da apresentação, a feliz autora, com um restrito e secreto grupo de amigos, para não levantar suspeitas, levou Miguel Real com Filomena Oliveira (a esposa de Luís Martins) a ceiar a uma discreta estalagem, crendo-o ao abrigo da matilha dos seus perseguidores. À mesa, prosseguiu a animada discussão de ideias, com os convivas tão encantados a ouvi-lo, que ninguém prestou atenção ao homem que tropeçara na cadeira do Mestre e quase lhe entornara o copo, saindo à pressa da hospedaria.

Instantes depois de ter levado o copo à boca e bebido um trago, Miguel Real sentiu-se mal, caindo desacordado, pálido como um morto. O dono da estalagem, que despedia os últimos hóspedes, cerrou as portas e chamou um doutor marrano, capaz de guardar segredo sobre a identidade do enfermo. O Mestre fora envenenado, contudo a quantidade de bebida não chegara a ser mortal e, antes que os esbirros aparecessem no local, chamados decerto pelo envenenador, o físico ministrou-lhe um vomitório e dali foi levado para um novo esconderijo, onde recuperou para grande prazer dos seus admiradores e desprazer e ódio dos seus perseguidores.

*Nota de Deana Barroqueiro:*

*Qualquer semelhança desta história com a nossa realidade não é pura coincidência, embora se passe num universo paralelo, no continente Europália, no reino da Lusotopia.*



### Nota Biobibliográfica

Deana Barroqueiro nasceu nos Estados Unidos da América, em 1945, e emigrou para Portugal aos dois anos. Licenciou-se em Filologia Românica, na Faculdade de Letras de Lisboa, a que se seguiram 35 anos de professora de Língua e Literatura Portuguesa e Francesa, e muitos projectos de Teatro e de Escrita Criativa, com várias obras publicadas. Dotada de uma invulgar capacidade de comunicação, tem um longo currículo de palestras em escolas, universidades, bibliotecas e outros espaços culturais, assim como artigos sobre História e Cultura Portuguesa do Século XV ao XVIII, que estuda há décadas. Publicou uma colecção de sete romances de viagens e aventuras, *Cruzeiro do Sul*; os *Contos Eróticos* e os *Novos Contos Eróticos do Velho Testamento*, traduzido em Espanha, Itália e Brasil; os romances *D. Sebastião e o Vidente*, que recebeu o *Prémio Máxima de Literatura 2007 – Prémio Especial do Júri*, e 1640, sobre a Restauração da Monarquia Portuguesa; a trilogia sobre os Descobrimentos – *O Navegador da Passagem*, *O Espião de D. João II* e *O Corsário dos Sete Mares – Fernão Mendes Pinto*, que foi adaptado, por João Botelho, no filme *Peregrinação* (2017). Deana Barroqueiro foi galardoada com o Prémio Femina 2021 pelo Estudo e divulgação da Cultura, História e Sociedade de Matriz Portuguesa no estrangeiro e na Lusofonia. E, em 2022, recebeu o Grito de Mujer, pelo seu papel de divulgação dos valores da Cultura Portuguesa na Lusofonia. A sua obra mais recente, uma História dos Paladares em 3 volumes: I – *Sedução*, que foi galardoado com o Prix International de la Littérature Gastronomique 2021, pela Académie Internationale de la Gastronomie (Paris), II – *Perdição* e III – *Redenção*. Os 2 primeiros volumes da História dos Paladares receberam também, em 2022, os mais importantes galardões da Gastronomia Mundial: – Os Gourmand World Cookbook Awards para Países e Regiões, nas categorias de História da Culinária e de Séries, entre 227 países 1.558 livros; – Da selecção de 62 países, da última fase deste Concurso, os livros arrebataram o ambicionadíssimo prémio mundial GOURMAND BEST IN THE WORLD 2022 – SERIES, vencendo 10 concorrentes nessa categoria. A cerimónia da entrega dos prémios decorreu em Umeå (Suécia), em 4 de Junho 2022, durante um Simpósio Internacional sobre Alimentação e Sustentabilidade.



## 2.5.4. A Cidade de Santo António<sup>1</sup>



**Filomena Marona BEJA**  
Escritora

Lisboa!  
Que bela é Lisboa!  
Uma cidade que liberta, como todas as cidades que o são. Sim Miguel,  
libertam.

E são tantos, tantos, os escravos que vêm do passado para o recordar. Os  
negros, mouros, índios trazidos de todo o Império iguais a saguins, rinoceron-  
tes, pangolins e sabemos lá que mais.

Lisboa sempre foi bela. Foi, mesmo no tempo em que existia embiocada  
pelas superstições. Pela Inquisição.

Nisto, tremeu.

Foi abaixo. Renasceu pela vontade de Sebastião José, pelo risco de Ma-  
nuel da Maia e Eugénio dos Santos.

Foram-se os Távoras, os Aveiro, Palmelas e outros.

Acenderam-se novas luzes, aceitaram-se os novos saberes. E os novos  
costumes.

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



Continuaram, porém, as touradas pelo Santo António. Lides de fidalgos, cavalos e toiros no mesmo sítio, embora renovado, a que Pombal queria chamar Praça do Comércio. Pombal queria, os alfacinhas não.

E um tal Cónego Formigão continuou a vir da Sé para cobrar (aos mais pobres) as entradas na praça que lá se montava.

Sim, um membro do cabido ávido de influências e de prazeres. E que fazia por manter Lisboa a “Cidade de Santo António”. A cidade que sempre fora.

Mas... Cónego Formigão?

Miguel, ou seja – Luís, este Cónego não é o mesmo que depois veio a rebentar ali para a Serra de Aire?

Sim, um dos que lá foi mandado por um arcebispo qualquer a confirmar o que diziam três garotos.

O quê?

Que tinham visto qualquer coisa a brilhar. Uma luz por cima de uma azinheira.

Não! Não se tratava da tal azinheira que já não sabia a idade. Essa viria a medrar depois, em Grândola!

A do Cónego Formigão em breve seria arrancada. Levada, de galera, da serra de Aire para um largo em Santarém. Ali feita num monte de carvão de azinho por um republicano, radical. Cidadão Joaquim Martinho do Rosário.

Mas,

Miguel? Luís?

Que coincidência foi esta do Cónego de *A Voz da Terra* se ter chamado Formigão?

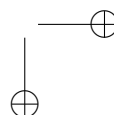
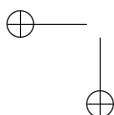
Coincidência ou não, e sem esquecer São Vicente, Lisboa continua sendo a Cidade de Santo António.

Continua iluminada e luminosa. Bela.

Continua!

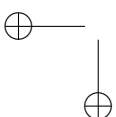
### Nota Biobibliográfica

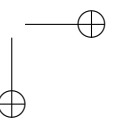
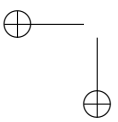
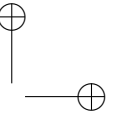
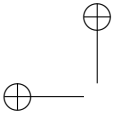
Filomena Marona Beja nasceu em Lisboa, 9 de junho de 1944. É escritora, profissional da área da documentação técnico-científica. Estreou-se no romance com *As Cidadãs* (1998). Publicou também *Betânia* (2000), *A Sopa* (2004) – com o qual ganhou o Grande Prémio de Literatura DST em 2006 –, *A Duração dos Crepúsculos*





(2006), *A Cova do Lagarto* (2007) — galardoado com o Grande Prémio de Romance e Novela APE/DGLB<sup>[3]</sup> –, *Bute Daí Zé* (2010), “Eléctrico 16” (2013), *Um Rasto de Alfazema* (2015) e *Avenida do Príncipe Perfeito* (2016). Em 2011, editou o seu primeiro livro de contos, *Histórias Vindas a Conto*, colectânea ilustrada com fotografias de André Beja. Em abril de 2018, é editado *De Volta (aos contos)*. Em 2014 editou *Franceses Marinheiros e Republicanos* (2014), conjunto de novelas ilustrado pela artista plástica Maria José Ferreira.









### 2.5.5. Uma Tarde em Ovar com Miguel Real<sup>1</sup>



**Manuel da Silva RAMOS**  
Escritor

Logo que Miguel Real entrou no pequeno museu consagrado a Júlio Dinis dirigiu-se para a pequena mesa onde estavam à venda os livros editados pela Câmara Municipal ou por historiadores locais. Geralmente eram monografias sobre alguma aldeia remota e o coração do escritor batia logo porque era fã de história local considerando-a de grande crédito para a História nacional. Estes livrinhos com edições reduzidas e de impressão sofrível continham muitos pormenores que interessavam o grande autor de “A Voz da Terra” porque era precisamente com tais importantes minudências históricas que se engrandeciam as narrativas cheias de pormenores capitais para um romancista de longo fôlego. De repente, levantou um livrinho e voltou-se para mim e para o nosso editor Marcelo Teixeira:

– Vejam! Que nome esquisito! Santa Camarão!

O nosso editor já tinha ouvido falar, já tinha vindo aqui e chegou-se perto do romancista de “A Guerra dos Mascates” para o apaziguar.

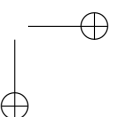
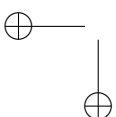
– Ó Miguel, o Santa Camarão foi um grande campeão de boxe e é glória local!

– Nunca ouvi falar. Claro, o boxe não é a minha especialidade, ripostou Real.

Entretanto eu pegara no mesmo opúsculo sobre o pugilista e ia-o folheando com especial interesse. Também eu ficara surpreendido. Já escrevera

---

<sup>1</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



um livro sobre as aventuras do Gigante de Manjacaze e do anão de Arcozelo e tudo o que era raro no nosso país me interessava.

– Depois de terdes trabalhado o palco da Assembleia da República com o deputado corrupto Umbelino Damião, porque não escreverdes sobre um ringue de boxe? lançou com convicção o nosso editor.

– Porque não? – respondi eu de chofre –. Diz aqui que o Santa Camarão andou pelas Américas. Deve ter tido uma vida bem preenchida...

O Miguel não dizia nada. Folheava o livrinho como se tivesse já encontrado nele um vade-mécum de vida.

– Vou comprá-lo, disse.

Pagou e eu fiz o mesmo. E fomos visitar a casa do escritor, propriedade de uma tia. Ele viera para Ovar para apanhar a brisa marítima que o curasse de uma hemoptise. Vimos no quarto a cama rústica onde dormia o autor de “As Pupilas do Senhor Reitor” e as janelas por onde ele ouvia as vozes das pessoas necessárias à sua prosa. Na sala, mais burguesa, ele recebia as visitas e notámos que a cozinha era a fonte natural da casa. Não ficámos muito tempo porque o recheio era escasso e exíguo o material relacionado com actividade do escritor. O ar era espartano e decepcionados saímos. Depois de termos ultrapassado o busto do autor de “Uma Família Inglesa”, o livro que me tinha feito escritor depois de o ter lido no dia do aniversário dos meus onze anos, dirigimo-nos para um café. O nosso editor convidava para degustar o pão-de-ló. Já sentados, voltou-se o Marcelo Teixeira para os dois autores que tinham escrito “O Deputado da Nação”:

– Então, sempre vão escrever o livro sobre o Santa Camarão?

– Eu trato do latagão e o Miguel das luvas! disse eu.

O Miguel estava absorto. Pensaria ele na grande vitalidade do escritor que ao morrer de tuberculose, com apenas trinta e um anos, conseguira publicar quatro grandes romances? Mas já ele voltava à vida:

– Seja. Vamos a isso. Viva o Santa Camarão!

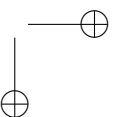
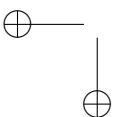
Não tardámos a brindar com vinho do Porto à saúde da literatura depois de termos comido a guloseima local. Já de regresso a Lisboa, no carro, o nosso editor, sempre fã de efemérides, propôs uma data para a publicação do livro. Em 2022, passados cento e vinte anos do nascimento do pugilista. O Miguel Real estava contente e quando passámos em Estarreja já estava a falar de Egas Moniz, que tinha nascido aqui, e que fizera um notável livro de crítica literária intitulado “Júlio Dinis e a sua obra”. E quando chegámos a alturas de



Albergaria-a-Velha, prometemos todos ir visitar o museu do Prémio Nobel de Medicina que tinha posto o Fernando Pessoa a fazer ginástica.

### **Nota Bibliográfica**

Manuel da Silva Ramos nasceu na Covilhã, em 1947. Estudou Direito em Lisboa, mas por causa do fascismo exilou-se em França. Aos 21 anos ganha o Prémio de Novélica Almeida Garrett, com *Os Três Seios de Novélia*. Publica em parceria com Alface: *Os Lusíadas*; *As Noites Brancas do Papa Negro*; e *Beijinhos*. Regressa a Portugal em 1997. É ainda autor de *Portugal, e o Futuro?*; *O Tanatoperador*; *Adeusamália*; *Coisas do Vinho*; *Viagem com Branco no Bolso*; *Jesus, The Last Adventure of Franz Kafka*; *Café Montalto*; *Ambulância*; *O Sol da Meia-Noite*; *A Ponte Submersa*; *Três Vidas ao Espelho*; *Pai, Levanta-te, Vem Fazer-me um Fato de Canela!*; *Perfumes Eróticos em Tempo de Vacas Magras*; *Impunidade das Trevas*; *O Deputado da Nação*, em parceria com Miguel Real; *Moçalambique*; *Contos de Mim e Um Desaire*; *Manual do Silva Ramos*.





## 2.5.6. O Teu Nome<sup>1</sup>



**Medina de GOUVEIA**  
(pseudónimo literário)

**Ao Miguel Real**

O teu nome é mistério  
E veste-se de gala  
Com as cores do inominado  
De letras feito  
Despe-se nos dias tristes do desalento  
Alado  
Mas para voltar a vesti-lo  
O pensamento  
Com o sabor  
Das amarguras da história  
Que assaltam  
A cada momento.

O teu nome  
Tem luz  
De amigo  
A tua pena

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.

*Miguel Real – 40 anos de Escrita*, pp. 719-721.

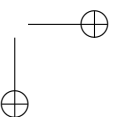
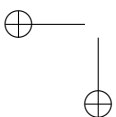


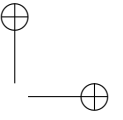
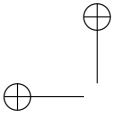
É domadora de angústias  
A tua palavra  
Como um fogo antigo  
É cortante  
Separa  
A justiça  
Da injustiça  
Militante.

Nas tardes  
Solenes de agosto  
Descansa  
À sombra de livros imaginários  
Em eterna construção  
Exorcizando todos  
Os velhos bestiários  
Que ainda surpreendem  
Nos dias de solidão  
O teu nome  
Mestre da palavra  
E seu supremo artesanão.

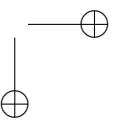
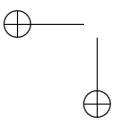
De Portugal  
Escrutinador é  
O teu nome  
Dos Arquimedes  
De impossíveis sonhos  
Que nem Camões cantou  
Em alguma órfica epopeia.  
Vergasta com pena impiedosa  
Os calandros da enganosa panaceia  
Dos que vendem futuros risonhos  
Com passados  
De vozes de sereia.

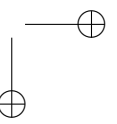
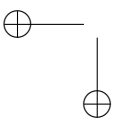
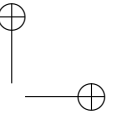
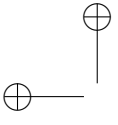
Os malabriosos  
São os teus lígures





Antigos  
Hoje desmascarados  
Ninguém resiste à tua visão excêntrica  
Que corta como Circe  
O belo do horrível  
A noite da vida luminosa  
O teu nome  
Tece os fios  
De uma sociedade autêntica  
Que seja um dia mais briosa!







### 2.5.7. A Última Entrevista<sup>1</sup>



**Natália CONSTÂNCIO**  
IELT-NOVA-FCSH

Em Sintra, o dia 1 de março raiava sonolento e estremunhado, cobiçando o esplendoroso manto de açafão com que a aurora gosta de se cobrir. Não estava frio, muito embora, nesta altura do ano, as manhãs tenham por hábito acordar frescas, polvilhadas de gotinhas de orvalho. O escritor Miguel Real despertara involuntariamente cedo. Sentado na poltrona que seu pai lhe oferecera havia muitos anos, escreveu um texto, que atirou, horas depois, para o caixote do lixo, porque o aroma adocicado e intenso das guloseimas e a ansiedade não o deixavam concentrar-se. Naquela data tão especial, todos andavam numa grande e ruidosa azáfama, quais formigas incansáveis, para embelezar os recantos da casa e preparar iguarias suculentas para o jantar.

Ao final da manhã, engoliu uma sandes, abotoou a camisa de quadradinhos azuis, sobre a qual envergou o *blazer* de veludo azul-escuro que sempre usava em dias festivos, porque lhe conferia um ar muito distinto. Saiu de casa e encaminhou-se para a estação ferroviária. Faltavam cinco minutos para o meio-dia daquele pacato domingo. Antes de subir para o comboio, o escritor

---

<sup>1</sup> Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990. A construção desta pequena narrativa tem por base a entrevista que as Professoras Doutoras Annabela Rita e Carla Luís realizaram ao escritor homenageado, Miguel Real, publicada em dezembro de 2020.



passou o cartão pela máquina de leitura. Como ia distraído das coisas, com o pensamento focado na entrevista que o esperava, não se apercebeu do degrau, apesar daquela voz feminina, maquinal, que repetia sem cessar: “Atenção ao degrau. Senhores passageiros, cuidado com o degrau.” – Diabo! – sussurrou, irritado, agarrando-se a uma das portas – começamos bem! – Mas foi o beijo suave e aveludado da Filomena, que ainda pulsava nos seus lábios, que o fez sorrir do episódio, tão insignificante.

O comboio não tardou a iniciar a marcha e o passageiro ocupou o lugar mais resguardado, que sempre o acolhia, quando utilizava aquele meio de transporte. Ficava no último corredor e separava a carruagem da outra. Miguel Real tencionava observar o quadro que se lhe oferecia pela janela, mas embrenhou-se nos seus pensamentos. Viu e reviu o assunto da entrevista, por isso, a paisagem obnubilou-se-lhe dos olhos e da mente. Quando despertou daquela espécie de transe que o atingira, estava já no Rossio. Abandonou a estação com vagareza, contemplando os painéis de Lima de Freitas que emolduravam a parede. Distraído, caminhou pelo túnel que o conduzia até à estação do metro, nos Restauradores. Mas, ao deparar-se com o fundador da ínclita Ulisseia, diariamente observado com igual admiração por viajantes e mendigos, apercebeu-se da distração e voltou para trás.

À saída da estação do Rossio, lançou o olhar para o nicho outrora ocupado pela estátua imberbe e pueril de el-rei Dom Sebastião, agora vazio, pela obstinada apetência dos humanos pelas *selfies*. – Que desgraçado país, este! Agora, sim, estilhaçaram rei e nação – praguejou, entre dentes. Com um gesto enérgico, atirou a mão esquerda e oscilou a cabeça, numa negativa muda, evidenciando descontentamento e, sobretudo, inquietude. Ao abandonar aquele espaço quase feérico, saudado por um sol luminoso que entrelaçava o azul do céu com os seus raios, foi seguindo a beleza dos edifícios que abrangiam a praça, àquela hora abraçada por um misterioso e invulgar emudecimento. Também ao longe, nos Restauradores, silenciosamente, a fonte aspergia o ar de gotículas. Só o arrulhar das pombas, que, em bando, petiscavam as migalhas de pão semeadas pela calçada, quebrava o mutismo circundante.

O escritor foi caminhando, num passo estugado, até aos Armazéns do Chiado, deixando para trás inúmeras lojas, a emblemática Livraria Bertrand, e a Basílica de Nossa Senhora dos Mártires, de estilo barroco tardio e neoclássico. Ao abeirar-se da esplanada do café, foi surpreendido por um cachorro magro, muito magro, com o mesmo porte altivo do dono, que abanava o rabo,



expectante e ao mesmo tempo nervoso. Também o escritor dissimulava o desassossego que antecipadamente lhe provocava o encontro, pois que sempre as entrevistas dissecam os olhos e a alma dos entrevistados. Secundou o animal uma menina, que devia ter uns sete anos, igualmente magra e pobremente vestida, mas impecavelmente asseada. O escritor afagou-lhe o rosto e acariciou o pelo caliginoso e brilhante do cão.

Acenando, num cumprimento retraído, Miguel Real dirigiu-se às professoras entrevistadoras, que tinham chegado antes da hora acordada, e conversavam com um velho amigo, num círculo a que agora se juntava.

– Cheguei! – declarou, saudando o companheiro de *métier* e o filósofo, Eduardo Lourenço.

– Que pontualidade britânica, Senhor Miguel Real! Não é frequente, entre nós! – exclamou Fernando Pessoa, que se havia sentado na cadeira apensa à estátua de... Fernando Pessoa.

O autor das *dramatis personae*, as setenta e duas personalidades literárias, explicou que acabara de realizar o seu maior sonho: ter como companheiros um cão e uma criança abandonada, encontrada na rua. Logo o cãozinho se aninhou a seus pés. A pequenita, essa sentou-se ao colo da senhora loira, A.R., que lhe estendeu a mão, envolvendo-a no abraço aconchegante de mãe que a vida cedo lhe havia pavorosamente roubado à meninice. Naquele momento, Fernando Pessoa observou atentamente o crachá que ambas exibiam no lado esquerdo do peito. Não conseguiu ler o nome da revista, nem o das professoras. Apenas reteve as iniciais: A.R. e C.L. – e isso bastava-lhe.

A esplanada, que abarcava os números 25 do Chiado e 120-122 da Rua Garrett, fora ocupada pelos três homens, as duas senhoras, a menina e o cão. O espaço circundante revelava-se estranhamente sossegado e vazio. Não era habitual. Mas, por vezes, acontecia. O empregado de mesa aproximou-se, carregando nas mãos, com grande destreza e garbo, uma fina salva, oval e prateada.

– O seu arroz-doce – anunciou, ao entregar a taça. – Hum! Coma, menina, coma! É muito nutritivo e bem cremoso.

A canela delineava, com minúcia precisa, o chapéu, o rosto e os óculos de Fernando Pessoa. A criança contornou a imagem com o dedo indicador esquerdo e levou-o à boca, tisonando os dentinhos.

– Para o *Desejado*, umas asas de frango que sobraram do almoço. Toma!



– atirou, fazendo-o espevitar. O cão cheirou o generoso petisco e demorou-se a saboreá-lo.

Depois de ter servido a pequenita e o cachorro, retirou da bandeja cinco bicas – como gostava de dizer Pessoa – servidas em chávenas cuja inscrição – *O Melhor Café é o d'A Brasileira* – emoldurava a figura castiça do homem que sorria, deliciado, a degustar o café. No rebordo dos pires, a habitual miniatura de chocolate. Pessoa declinou a guloseima, pois almoçara com invulgar apetite: bife à Brasileira, com batatas fritas e ovo a cavalo.

– Ora, aqui está a sua bica, Senhor Pessoa! – Pela amizade que haviam construído ao longo dos anos, atreveu-se a comentar: – Sei que preferia uma bebida, digamos... Que o aconchegasse mais... – E, curvando-se ligeiramente, sussurrou: – Não massacre o fígado. Nem os pulmões. Não fume mais.

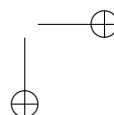
Pessoa compreendeu a sutileza: a sua chávena continha aguardente.

– Pois sim. O Dr. Ricardo Reis prescreveu-me umas drogas modernas, para apaziguar a crise hepática. Mas não falemos disso, caro amigo. Deixemos a conversa de desgraças e enfermidades incuráveis para os moribundos. Aproveitemos o café.

O poeta frequentava – silenciosamente – o estabelecimento, passando horas esquecido no interior, onde se sentia abrigado, fumando ininterruptamente, e compondo à luz esbranquiçada dos lustres que pendiam do teto. A estrutura de ferro verde que encaixilhava a fachada daquele edifício evocava a Pessoa o portão verde do jardim de Pedrouços. Na casa das tias-avós, por entre as trepadeiras, o musgo das pedras e a sombra da figueira que a tia Anica mandara plantar, reencontrara o Éden. Ali se sentira livre, como uma flor olorosa, plantada entre as mais belas flores. O passado, boneco da infância outrora despedaçado com a partida para Durban, fora, então, pretensamente consertado. Ou remendado. Outra vez, revia Pessoa a maravilhosa experiência de ser criança, esse tempo mítico em que, mesmo quando se sente tristeza, apenas está tristeza, que não se está triste.

Embalada pela conversa, a pequena Lisbella, a quem Pessoa batizara com o nome da tia favorita, adormeceu, acariciada pela brisa e pelo aconchego da senhora A.R.

Depois de ingerirem o café e de saborearem o quadrado de chocolate que lhe acentuava o sabor, as professoras e Eduardo Lourenço deram início à entrevista.



– Diga-me, Senhor Pessoa – questionou-o o filósofo – continua a defender a ideia de que o artista é a forma mais alta do homem superior? – E logo atirou uma segunda pergunta, sem o deixar responder. – Se o artista se equipara aos deuses, pelo mister da criação, crê-se um deus?

O poeta notou alguma ironia na pergunta, mas respondeu com a impavidez e a naturalidade que lhe eram intrínsecas:

– Caro amigo, devo dizer-lhe que a superioridade nunca se mascara. Não sou palhaço. Nunca o serei. Não vivo com as mãos inertes, escondidas nos bolsos rasgados das calças.

O tom, sereno e isento de soberba, deixou Eduardo Lourenço ainda mais maravilhado com a personalidade do rei da nossa Baviera. O ensaísta arriscou:

– Mas como consegue alcançar o que julga ser a perfeição? Considera-se um homem superiormente dotado? E a quem atribui o galardão do mais insigne criador em língua portuguesa?

– É António Vieira o maior artista que a língua portuguesa conhece, e os mestres, Antero de Quental, Cesário Verde e Camilo Pessanha, seus congéneres, destacam-se na poesia. E também el-rei Dom Dinis, o semeador de cantigas e de sonhos de descobertas a haver. Mas o maior e mais sublime dos mestres, o espírito humano da terra materna que ensinou ao Álvaro de Campos a serenidade, e a quem Ricardo Reis apelida de bálsamo, aparecendo-lhe como um refúgio e uma libertação, tal como a mim, é o Alberto Caeiro. Quanto à minha pessoa... Cheguei àquela idade em que, como artista, atingi o pleno domínio das minhas qualidades, e a minha inteligência atingiu a força e a destreza que dificilmente se alcança.

– Considera-se, portanto, um artista superior – repetiu Eduardo Lourenço. Instintivamente, a professora A.R. questionou o outro convidado:

– E o Miguel Real, considera-se um génio?

Prontamente lhe respondeu, fitando Pessoa:

– Eu... Eu não sou um escritor submerso na sua própria genialidade, mas não sou um escritor marginal. Nem marginalizado. Não cobiço nem invejo a arte de ninguém, nem tão pouco me sinto invejado. Pelo menos, assim o julgo.

Num tom que a outro homem denotaria altivez e presunção, mas que era espontâneo em Pessoa, este acrescentou:

– Sou lídimo na superioridade do espírito. A arte da escrita é a minha missão. Traguei esta ideia, sofregamente, de Milton. Imponho-me uma grande

disciplina, rigorosa, um trabalho muito complexo. Numa segunda categoria, imito Verlaine, Baudelaire e Maupassant, quando abraço a arte como um refúgio, como meio de obnubilar a tristeza, ou como panaceia que me permita esquecer as dores da vida...

– É óbvio que a perfeição exige um labor intenso e cuidado – aditou Miguel Real. – O Senhor Fernando Pessoa é metucioso e trabalha arduamente. As horas brindam-no com grandes pensamentos... Geniais... – Com alguma moderação, atreveu-se a confessar o que realmente lhe ia na alma. E questionou-o: – São as brilhantes ideias que pululam no seu cérebro um antídoto para a solidão?

Não o ouviu o poeta, porque, entretanto, repicaram nas alturas três badaladas do sino da Basílica, o sino da sua aldeia, dobrando-se, em eco. Eduardo Lourenço cortou a palavra a Miguel Real e persistiu:

– Considera-se um génio?

Pessoa respondeu:

– Caro amigo, bem sabe que não sou um sujeito banal. Mas, devido à estultícia dos humanos, por ignorância, ou porque assim o predestinaram os Fados, a celebridade raramente acolhe os génios em vida.

– Muitos o qualificam de excêntrico... Dizem-no um nefelibata. Um alheado.

– Magoa-me a ignorância. Muitos não sabem distinguir a originalidade da excentricidade – retorquiu Pessoa. – A primeira é característica do génio; a segunda, anuncia o louco.

– Crê-se um, entre muitos deuses? – atalhou o filósofo.

– Sou um êxul. Pesa-me a angústia de me sentir par dos deuses, sendo homem, e par dos homens, sendo deus. Cada um de nós é uma frase escrita no livro oculto que é o universo...

– Mas tem o amigo noção de que o homem jamais se igualará aos deuses? Separou-os o destino... – hesitou Miguel Real.

Fernando Pessoa era, agora, um homem muito magro e envelhecido: as maçãs do rosto descaídas, a calvície acentuada, os olhos sonhadores, mas amplamente tristes. Tossiu duas ou três vezes seguidas e o *Desejado* rosnou, inquieto. Logo apagou o cigarro e balanceou o nó da gravata preta, para melhor respirar. Abanou-se com o chapéu, provocando no rosto uma aragem suave e limpa. Depois, passou a mão pelo dorso do cachorro, para o tranquilizar.



– Tenho corpo e alma de homem. No meu âmago pulsam, contudo, os anseios e as ambições dos deuses...

– E desse desejo pelo eterno deriva a sua angústia... – interveio, maqui-nalmente, o escritor.

– Desvende-nos os segredos do seu laboratório de escrita, o lugar onde opera a alquimia das palavras – acrescentou Eduardo Lourenço. – Nada sei sobre si. É um perfeito desconhecido para mim. Preciso de o ouvir responder a esta pergunta, antes de partir.

Ainda sem ter terminado a questão, foi interrompido pela professora A.R., que tinha a criança adormecida ao colo:

– Permita-me... Não encubra a vasta erudição que o sustenta. O país inteiro venera-o como o maior estudioso de Fernando Pessoa. Olhe – e, sorrindo, exibiu *O Labirinto da Saudade*, livro que estava sobreposto a outro, de Miguel Real, *Portugal. Um país parado no meio do caminho*, que tinha colocado sobre a mesita da esplanada.

– Ah!, prezada amiga, quando as Parcas traçaram o seu destino, dotaram-na de igual inteligência e delicadeza – respondeu Eduardo Lourenço.

Pessoa aproveitou a ocasião, que era agora mais informal, e interveio:

– Concordo com o que diz. – Tirando os óculos, já foscos e riscados pelo tempo, colocou-os em cima da mesa e, alheio à sua timidez, declarou:

– Não seja modesta, professora A.R., que a sua obra também a precede. Que admirável é o seu itinerário. Que belas as paisagens que deslinda nas telas que são os livros, quando discorre sobre esse metamórfico mapa do continente em mutação que é a literatura.

A professora baixou os olhos, acariciando os braços da menina, talvez para ocultar as faces, que logo se lhe iluminaram, surripiando a cor aos gomos da romã.

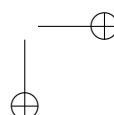
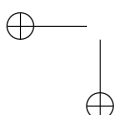
Miguel Real, dirigindo a palavra à professora C.L., elogiou o trabalho que esta vinha desenvolvendo:

– Tenho lido *Algumas páginas sobre língua, cultura e história portuguesas*, que nunca é excessivo incidir o olhar sobre a nossa identidade.

A interlocutora agradeceu e o escritor perguntou a Fernando Pessoa:

– Como consegue viver assim, tão sozinho, tão solitário, tão sem alento?

Fernando Pessoa sentiu o peito agrilhado com as amarras do vazio. Inspirou profundamente e respondeu:





– No mais fundo de nós... No mais fundo... Há sempre uma réstia de esperança. Quando termina o dia, não é o fim absoluto, que a noite fria e escura como breu é igualmente maravilhosa e sedutora. E dela desabrocha, resplandecente, a manhã. O sossego e o isolamento são a ambrósia que mantém viva a minha inspiração. Não faço visitas, nem ando em sociedade alguma. Vivo e convivo comigo e com as minhas dores: as que sinto, as que finjo, e as que imagino...

A professora A.R. quis aprofundar a questão e interrompeu-o:

– Mas o que lhe pesa verdadeiramente nas relações interpessoais?

– O convívio fracionaria a minha unidade interior, que não sacrifico a conversas inúteis. Os meus sonhos são mais belos e mais sublimes que as conversas. E hoje estou aqui para dialogar consigo – atestou, interpelando Miguel Real, cujo semblante, aparentemente sereno, ocultava o nervosismo que aquele encontro lhe causava. – Não foi para isso que estas senhoras o convidaram e me invocaram? – Olhando fixamente para a senhora A.R., Fernando Pessoa sustentou: – Não tenho tempo para grandes prosápias. Para os outros, tempo é dinheiro, para mim, é criação. O pensamento é um ato íntimo, que não se socializa. Não sei mais que ler e escrever. Adormeço com palavras soltas e aladas, adejando sobre o leito de rei que na imaginação me acolhe, e desperto mergulhado em ideias e sonhos.

Atrapalhada, a professora C.L. tirou da mala uma esferográfica e um conjunto de folhas, dobradas. Os seus olhos, brilhantes, eram contornados por um azul-turquesa exuberante, que combinava com o tom da camisa. Arredou uma madeixa acobreada de cabelo, no lado esquerdo da cabeça, passando-a para trás da orelha. Depois, fez sinal à amiga, porque Eduardo Lourenço tinha um encontro marcado no Grémio Literário.

O filósofo ergueu-se da cadeira com vagareza e, despedindo-se, numa saudação esotérica, levantou a mão direita, fazendo um gesto triplo, que fez acompanhar de umas palavras impercetíveis. O poeta retribuiu o cumprimento, também num murmúrio. E foi o ancião caminhando, lentamente. Dobrou a esquina e meteu-se para a Rua Ivens. – Que sorte, a minha! – exclamou, retendo na memória o olhar triste de Pessoa. – Ainda bem que não me apareceu o David Merrick, nem o Alexander Search, nem o Diniz da Silva, nem o Bernardo Soares, nem, sobretudo, o Álvaro de Campos. Tenho dificuldade em conviver harmoniosamente com ele. Já com o Íbis, com o latinista pagão, ou o Caeiro, as conversas sempre se revelam profícuas...







Apoiando com firmeza a criança que, entretanto, acordara, a professora A.R. levantou-se e sentou Lisbella numa mesa disposta entre a sua e a cadeira de Fernando Pessoa. Revolveu a mala e de lá tirou uma daquelas esferográficas com molinhas que incorporam cargas azuis, pretas, verdes e vermelhas, e uma folha de papel branco, para que a criança se entretivesse a pintar, ao invés de saltitar por entre as mesas. Depois, virando-se para a amiga, com um olhar cúmplice, lembrou-lhe que redigisse fielmente as respostas. Ainda que lhe parecessem estranhas ou aparentemente absurdas.

– Se não se importa, Senhor Fernando Pessoa, retornamos a si – declarou a professora A.R., com afabilidade.

Com um meneio da cabeça, acolhendo a limpidez daquela tarde quase primaveril, o poeta anuiu, laconicamente. Imitou-o o seu homólogo.

– Está convicto de que somos, de facto, um grande povo... de heróis aditados? – prosseguiu.

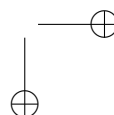
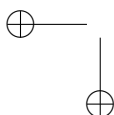
– Somos, antes, um pingo de tinta seca dessa mão engenhosa que escreveu o Império da esquerda à direita, nas páginas universais da geografia. Somos nada...

Denotando algum embaraço com a pergunta, ou melhor, com a resposta seca que aquela questão o obrigou a dar, apontou para Miguel Real. Este, movendo a perna direita com agitação, com alguma ansiedade, respondeu:

– Partilho da sua ideia. Do passado glorioso ficaram-nos, apenas, cicatrizes... Afundou-se o sonho e o Império com ele, e nada conseguimos resgatar. Ou resgatámos muito pouco... Vivemos num intervalo civilizacional: não somos o que fomos, nem sabemos o que doravante seremos. Mas o nosso maior drama, enquanto povo, é que a seiva audaciosa e tenaz que outrora nos corria nas veias se extinguiu com o sopro do vento e fez obnubilar Camões: não sabemos o que somos. Tivemos o mar como destino e hoje vemo-nos de bolsos rotos e esvaziados. Exaltámos o povo e o Império... E, para nosso orgulhoso bem e para nosso presunçoso mal, nada resta, que tudo se mostra um parda-cento e intangível delírio...

Os olhos de Fernando Pessoa reluziram. Aquele parecer sancionava as suas convicções: um dia, qual Fénix, o país haveria de se reerguer culturalmente das cinzas.

Miguel Real notou-lhe a emoção. Circunvagando o olhar pela esplanada, declarou:



– Escrevi um livro, intitulado *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, em que abordo a nossa identidade, pela análise dos nossos mais insígnies protagonistas. Falo do Marquês de Pombal, do Eça e, obviamente – apontando para Pessoa – do nosso querido poeta. O tempo mítico há muito substituiu o tempo histórico cronológico... Com Dom Sebastião se afundou o Império e o orgulho de ser português. Vivemos em decadência, desde a jornada infeliz de Alcácer-Quibir.

– Pois, mas também pela desnacionalização, a corrupção de políticos e administrativos e a entrada do sistema monárquico estrangeiro em Portugal, que se foi arrastando... E emergiu, profusamente, com a implantação da República... Lamento que o Senhor Thomas Crosse não tivesse sido convidado para a entrevista – atalhou Pessoa, demonstrando um laivo de indignação.

Ao contrário da professora A.R., que se mantinha serena, sob a luz que coava a tarde, C.L. quase se sepultou na cadeira, de atrapalhão. Arriscou:

– Quem é, afinal, esse senhor Thomas Crosse?

Fernando Pessoa suspirou, impressionado com tal desconhecimento, e respondeu como se fosse Thomas Crosse uma insigne e eminente autoridade. Sabia-se lá de quê. Explicou:

– É um inglês épico-ocultista, um estudioso e grande divulgador da cultura portuguesa.

A professora A.R. interveio:

– O Miguel Real também se dedica ao estudo do mito sebastianista, que o Senhor Pessoa há muito cultiva. O que o inquieta, afinal? O que o leva a escrever sobre o assunto?

Enquanto o escritor expunha as suas ideias, Pessoa olhava para aqueles três seres e distinguiu-lhes a aura que os circundava. Não teceu comentários, pois que era um assunto delicado. Regozijava-se por constatar que as emanações que deles se desprendiam não lhe profanavam o ser.

– É verdade. Nos meus livros *Comentário a Mensagem de Fernando Pessoa* e *Sebastianismo*, analiso de que forma o meu interlocutor destaca a ruína cultural que assola o país. O Sebastianismo... Uns consideram-no mera superstição, outros tomam-no como um devaneio imperialista...

Lisonjeando o poeta, Miguel Real ilustrou uma particularidade que descobrira na investigação que realizara para dissecar *Mensagem*. Obviamente, as suas colegas desconheciam tal facto, mas *Portugal*, o título primeiro do livro, não vingara por causa de um velho amigo de Pessoa. Cunha Dias fizera-

-lhe notar que tal rótulo, patriótico, era igualmente publicitário. As senhoras entreolharam-se, com um sorriso condescendente, afetando ignorância, para o deixar brilhar. Que era uma bela informação para constar na entrevista, confirmaram. E Pessoa esclareceu:

– Concordei e cedi, como faço quando me apresentam argumentos válidos e pertinentes, que não considero vãs palavras, ocas e vazias de pensamento e de sentido. E porque não atiro palavras ao vento.

O que o poeta do *Orpheu* e da *Águia* não revelou – mas que Miguel Real fez questão de divulgar – foi que *Mensagem* não fora acolhido pelos vultos mais proeminentes da esfera cultural e pensante da época. Nem por Adolfo Casais Monteiro, seu grande amigo, por nele se confessar Fernando Pessoa sebastianista racional, adepto de uma filosofia providencialista.

– Em resposta ao inquérito que Augusto da Costa lhe apresentou, garantia que o futuro de Portugal está escrito nas trovas do Bandarra e nas quadras de Nostradamus. E que não temos precisão de idealizar ou conceber um mito, mas que o renovar. Falava, portanto, do Quinto Império. Quer esclarecer-nos? – propôs a professora A.R., enquanto olhava para o traço impressionante que o desenho da menina revelava.

– Os antigos gregos acreditavam na imortalidade da alma: na reencarnação e na metempsicose. O último dos conceitos preconiza a reaparição da forma, quando evocada. Com Dom Sebastião se extinguiu a sublimidade da Pátria, que de novo brotará, *ipso facto*, quando o soberano retornar.

– O que o amigo cauciona é que a alma de uma nação é extensa como as areias do Tejo, que Ovídio dizia auríficas. Defende que surgirá um Mundo Novo, um novo ciclo de Descobertas... O Quinto Império... Quando tiver regressado el-Rei Dom Sebastião... É isso? – retorquiu Miguel Real, com uma expressão de assombro, que o poeta interpretou como uma tirada irónica, rasando o escárnio.

– Não acredita? – perguntou Pessoa, indignado. – *O Sal da Terra*, livro que o amigo escreveu, realça a esperança oculta de António Vieira no advento do Quinto Império... Não compreendo... Não estudou os livros de António Quadros? E de José Augusto Seabra? E de José Eduardo Franco? E de Dionísio Vila Maior? E de Jacinto do Prado Coelho? E de Annabela Rita? E de Teresa Rita Lopes? E muitos mais haveria para citar... Não aprendeu nada com eles?

Os risos e o burburinho dos transeuntes que passavam naquele momento importunavam-no. Ao vê-lo enrubescer e titubeante, por forma a evitar alterações, a professora A.R. procurou dar outro rumo à conversa, mas não o consentiu o poeta.

– Eu e os meus amigos e compatriotas não falamos uma linguagem comum. Para o Raphael Baldaya, o Quinto Império será o do verbo português.

Pessoa aproveitou para explicar o assunto: o Baldaya estivera para publicar um livro intitulado *Trovas de Bandarra*. No entanto, Láquesis empurrara-o para a astrologia. Ainda assim, acabou a fazer horóscopos, que enviava pelo correio. Já o Álvaro de Campos proclamava, no seu *Ultimatum*, que o Quinto Império não seria o da língua, mas o da ciência. Sendo engenheiro naval, formado por Glasgow, encarava-a como a única panaceia que pode extinguir a incultura e a estupidez.

Entretanto, a professora C.L. cansara-se de escrever. Retirou o telemóvel da bolsa e começou a gravar a entrevista. Fernando Pessoa ignorou o ato, tal como ignorava o objeto. A professora A.R. interpelou o escritor:

– Diz, em distintas entrevistas, que lê e escreve compulsivamente. Um dia, a sua companheira de vida, Filomena Oliveira, confidenciou-nos que escrever, para si, é como respirar. Que é como quem diz que a escrita é uma segunda pele. Que é como quem diz o sopro que lhe alimenta o pensamento e o espírito crítico.

Embaraçado, com o olhar franzido, Miguel Real respondeu:

– Trabalho com disciplina e persistência. Leio muito. Escrevo muito. É assim que nascem os ensaios. São um *puzzle* entrelaçado dos apontamentos que sobejam da investigação para os romances. Ou inverteo o processo, aproveitando informação dos romances para os ensaios.

– Assim o conhecemos – anuncia, numa copiosa enumeração, a entrevistadora C.L.: – professor, filósofo, ensaísta, crítico literário, romancista. Não gastou o seu óleo, nem o seu tempo. António Vieira, Camões, Matias Aires, Leibniz, Nietzsche, Raul Brandão, Agostinho da Silva, José Saramago, Eduardo Lourenço, Fernando Pessoa... Muitos são os que o inspiram, e a cujo pensamento recorrentemente traz à colação, nas suas obras. Seja, embora, dramaturgo, José Eduardo Franco apelida-o de *duplo mestre*: do ensaio e do romance. Só para citar uns exemplos: *Nova Teoria do Sebastianismo*, *Nova Teoria do Pecado*, *Fátima e a Cultura Portuguesa*...

– Miguel Real, o do verbo imaginante... – entusiasmou-se a professora A.R. – *Voz da Terra, O Feitiço da Índia, A Cidade do Fim, O Último Europeu, Carta de Sócrates a Alcibíades, seu vergonhoso amante...* Quantos se sente, afinal? Considera a criação artística um ato alquímico?

Qual *flâneur* incauto que se põe a admirar os monumentos de Lisboa e que, por descuido, escorrega na calçada portuguesa, assim se sentiu resvalar na cadeira o escritor e ensaísta, olhando, instintivamente, para o poeta. Não sabia muito bem que palavras escolher para verbalizar o que lhe ia na alma. Qualquer que fosse a resposta, deixá-lo-ia numa posição um tanto delicada, face ao génio de Pessoa. Mas, ante a sua estupefação, tranquilizando-o, declarou o poeta:

– Não se embarace! Eu vagabundeio dentro de mim próprio, num caleidoscópio de seres. Sou um transeunte de mim para comigo e dos comigo de mim. Embora seja um só, sou habitado por muitos. Multipliquei-me, para me sentir muitos. Ao contrário do Álvaro de Campos, considero que a vida é melhor com máscara. Não a do ser, mas a do parecer. Só deste modo desvanecerá, porventura, no meu íntimo, a profunda solidão que erra dentro do que em mim é aleijado de beleza e bastardo de afeto. Criei a Maria José, essa alma triste à janela, desgostosa, amargurada... E feia... como eu. Eu sou muitos: psiquiatricamente, assumo-me como histero-neurasténico; como poeta, sinto; como poeta dramático, despego-me de mim; como dramático, transmudo automaticamente o que sinto para uma expressão alheia ao que senti... E o Senhor Miguel Real? É o outro e o mesmo? Ou é outros?

O cão e a menina brincavam, indiferentes aos rumores e ao odor pestilento dos cigarros que, na esplanada do Havaneza, se fumavam. Boquiabertas, as entrevistadoras olhavam, ora para um, ora para o outro. Dir-se-ia que, naquele momento, eram ambas invisíveis, tocadas por uma qualquer nebulosa aragem que as toldava, pois que, de súbito, ambos os interlocutores as haviam relegado.

– O Miguel é como o rei Midas. Mas ao contrário. Faz reluzir o intelecto de quem lê as palavras que forja na sua oficina de metamorfoses: arquiteta letras com vida – declarou Pessoa, esboçando um sorriso contagiante e sincero, o que nele era raro.

O escritor absorveu aquelas palavras como se flutuasse, porque Fernando Pessoa não mentia. Fingia nos textos, contornava a dor, cinzelando-a em fili-



grana de angústia sincera e rendilhados de sonho. Mas não mentia. Respondeu, seguidamente, com o peito ornado de gratidão:

– Aproprio-me das palavras do senhor Marcos Alves: “Só me sinto um ao atentar que sou, pelo menos, dois”. O Miguel Real substituiu-se ao Luís Martins. Tem sido uma aventura incrível: no Miguel Real projetei as inquietações do Luís. O coração do Miguel parece as máquinas aceleradas que o futurista Álvaro de Campos canta, nas suas odes. Já o do Luís, é tranquilo e sereno como o de um pastor que, numa bela tarde de sol, num campo marchetado de papoilas e de searas, apascenta as ovelhas... É como o Caeiro. Mas sem mestre...

Aquele reparo inundou Pessoa da mesma tranquilidade que só experimentava pela leitura dos versos do cantor da natureza. Miguel Real continuou:

– Eu também me sonho outros: na arte, na investigação e na filosofia. Escrevo sempre dois livros ao mesmo tempo: de manhã, um; à tarde, outro. Uma semana, um. Outra semana, outro. Faz parte da minha esquizofrenia normalizada.

– É trabalho que realiza no recato, longe das pessoas, no baú da imaginação, portanto...

O escritor esboçou um sorriso, pois apreendera a observação tácita.

– Isolo-me, desde que me levanto, até à hora do jantar. Evito compromissos sociais que sejam... digamos... desnecessários. A não ser que se trate de estar com amigos.

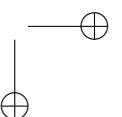
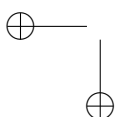
– Quantos seres pululam dentro de si? E quantas vezes sustenta a sua? – Pessoa calou-se. Reformulou a questão: – Dentro de quantos brota o ser do Miguel Real? E quantas vezes o sustentam? Consegue desdobrar-se?

Pareceu-lhe, aquela, uma pergunta de complicada resposta. Mas aventurou-se:

– Sou o eco de múltiplas vozes: a do ensaísta. A do desdobramento feminino, enquanto Branca Dias ou a rainha Dona Amélia... Sou a voz do jovem que anseia por escrever um romance histórico. E a voz do Eça, em *A Visão de Tândalo*. E a do Padre António Vieira, em *O Sal da Terra*...

A tarde declinava. Num bocejo risonho, o sol projetava sombras iridescentes na paisagem. Mostrando alguma agitação, o escritor olhou para o relógio:

– Tenho a família à espera, senhores... Hoje é um dia especial. Prometi à minha mulher, aos meus filhos, Inês e David, e aos meus netos, que estaria em



casa a horas de jantar. Sem atrasos. A minha casa é o meu aconchego, como este cãozinho e a Lisbella são o seu, Senhor Fernando Pessoa.

Ao ouvi-lo, meditando, o poeta fixou os olhos cintilantes e afortunados de Miguel Real e disse, para consigo, num recatado silêncio interior, que para o frio da alma não havia manto nem capa. Tinha a alma só, pobre e esmaecida, como as longas e caliginosas noites de inverno, desde que Ophelina deixara de percorrer, a seu lado, o mais-que-breve curso da existência. – Nunca alcançarão o meu pensar, quanto mais o meu sentir. Por mais entrevistas que dê! Sou o disfarçado, a máscara insuspeita. Sou um incompetente da vida, pois que enterrei o meu sonho... Sou, afinal, a grande personagem dos meus dramas...

Num tom cavo e amaro, qual pesaroso Adamastor ante a rejeição de Thétis, declarou, numa voz sumida e flébil:

– Também eu excedi o Tempo, senhoras... É a Hora...

Para se despedir de Miguel Real, que, entretanto, se postava à sua ilharga, Fernando Pessoa levantou-se, vagarosamente, indolentemente, pesarosamente, com o ânimo lúgubre e sombrio. Foi lacónico. O escritor observou-o, num discreto relance. Pessoa estava magro, muito magro. O fato escuro tornava-o ilusoriamente mais alto e mais esguio. Afigurava-se, já, um fantasma. Atirou-lhe um adeus silente com o chapéu, que Miguel Real agradeceu, dobrando a cabeça até ao peito, numa reverência emocionada. Seguiu em frente, até à entrada que dava acesso ao metro, onde se deteve, por instantes. À sua esquerda, o génio de António Ribeiro, o de alcunha *Chiado*, fitava os humanos, com um sorriso faceiro e um olhar provocador. Destoando, o olhar mudo e inquieto da estátua de Pessoa, que se quedava em frente, agora ainda mais sozinha e mais amargurada. Naquele amplo espaço coexistiriam, pela eternidade, dois seres recebendo a mesma fresca chuva que beija a terra e o mesmo sol que ilumina o éter. Duas auras ocultas e singulares.

Miguel Real desceu a escadaria, num passo lento e carregado: – Fartei-me de entrevistas – sublinhou – fico-me por aqui. – Depois, esboçou um sorriso, ingressando no túnel que o levaria à gruta cintilante e copiosa de Ali Baba, que eram as correntes invisíveis do afeto que em casa o aguardavam.

O poeta ainda ficou por algum tempo com as entrevistadoras, para se certificar de que eram exatamente aquelas as palavras que havia proferido. Quando concluíram a tarefa, todos se levantaram da cadeira. A professora C.L. acariciou o rosto da criança e passou as mãos pelo dorso do *Desejado*. Lisbella

agarrou-se às pernas da professora A.R. e entregou-lhe a esferográfica e o desenho. Era um magnífico navio, encimado por uma epígrafe que, entretanto, Pessoa lhe acrescentara: *O tempo passou como o fumo dum vapor no mar alto...* Ao examinar a folha, a professora A.R. engoliu um soluço. Debalde. Não foi capaz de reter as lágrimas. Limpou os olhos e baixou-se para dar um beijo à menina. Agora, tudo fazia sentido. Lisbela, Lisbella, Lisboa: tal como no romance de Tebas, do escritor Mário de Carvalho... A cidade intangível, da memória e dos afetos...

Despedindo-se das senhoras, e agradecendo a gentileza, Fernando Pessoa curvou-se, para distinguir o nome inscrito nos crachás: *Revista Metalingua-gens*: Annabela Rita e Carla Luís. Não que tal facto lhe estimulasse a curiosidade, mas por delicadeza, pois que nada o prendia a nada. Só as mesquinhas dores da alma o prendiam ao corpo, efêmero como o minuto – diziam-no o Ricardo Reis e o Álvaro de Campos –, o minuto: essa rápida coisa cobrindo o homem que passa. Como tudo, na vida.

Foram ambas caminhando em silêncio, também em direção ao metro. O pôr-do-sol esparzia-se, pelos confins da linha do horizonte, reclinando os finos raios de Apolo, que acariciavam o entardecer.

– Ah! – exclamou Fernando Pessoa, fazendo sinal ao *Desejado* e à pequena Lisbella, para que o acompanhassem – quantas encruzilhadas tem o meu vasto ser... Foi a minha última entrevista.

Baixinho, numa espécie de confissão, balbuciou:

– Aproxima-se a hora da viagem derradeira, aquela que não queria fazer, mas que me nimbará dos teus odores na alma, perpetuamente, Ophelia. Agora... Agora penso em ti, e dentro de mim estou incompleto. De novo me vejo como era antes de entrares na minha vida e depois de te partires: sozinho, num extenso campo, não por florir, mas estéril.

Quando Miguel Real chegou a Sintra, desceu, cautelosamente, o degrau da carruagem, e foi cingido pelo abraço da Filomena, que o saudava, cantarolando baixinho: “Parabéns a você...”

### Bibliografia

CAMPOS, Álvaro de (1997), *Notas para a Recordação do meu Mestre Caeiro*, Lisboa, Editorial Estampa [Textos fixados, organizados e apresentados por Teresa Rita Lopes].

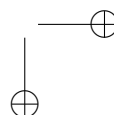
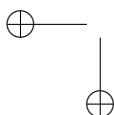


- CARVALHO, Mário de Carvalho (1996 [1982]), *O Livro Grande de Tebas, Navio e Mariana*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho.
- LOPES, Teresa Rita (1990), *Pessoa por conhecer. Roteiro para uma expedição*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa.
- LOPES, Teresa Rita (1990), *Pessoa por conhecer*, Textos para um novo mapa, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa.
- PESSOA, Fernando (1986), *Obra Poética e em Prosa*, vol. III, Porto, Lello & Irmão Editores [Introdução, organização, bibliografia e notas de António Quadros].
- REAL, Miguel (2013), *Mensagem de Fernando Pessoa*, Lisboa, Parsifal.
- REAL, Miguel (2018), *Cadáveres às costas*, Lisboa, Dom Quixote.
- REAL, Miguel (2008), *O Sal da Terra*, Lisboa, Quidnovi.
- RITA, Annabela, e LUÍS, Carla Sofia Xavier (entrevista por), “Traços fundamentais da vida e obra de Miguel Real”, in *Revista Metalinguagens*, vol. 7, n. 3 (2020), ISSN 2358-2790.
- “Miguel Real. Muitos em um...”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias* – jornal-deletras.sapo.pt. – 14 a 27 de março de 2018, páginas 9-13, disponível em [https://labcom.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/assets/images/Jornal\\_Letras.pdf](https://labcom.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/assets/images/Jornal_Letras.pdf) (Consultado a 26-05-2021).
- Miguel Real. 40 anos de vida literária. 4 de outubro a 6 de dezembro de 2019. Ciclo de Homenagem*, disponível em [homenagem-miguel-real.pdf](https://labcom.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/assets/images/homenagem-miguel-real.pdf) (Consultado a 26-05-2021).
- Colóquio Internacional Miguel Real. Literatura, Filosofia, Cultura, disponível em <https://labcom.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/> (Consultado a 26-05-2021).



### Nota Biobibliográfica

Natália Constâncio é investigadora Integrada do IELT (NOVA-FCSH). Doutorada em Estudos Portugueses, é autora de *A Ironia e a Paródia como Mecanismos de Subversão na Obra de Mário de Carvalho* (2017), entre muitos outros trabalhos dedicados ao autor citado. Participou no 1º volume da revista *A Morte do Artista* (2017). Publicou recentemente o livro Romance de *Dom Dinis. El-Rey que (nom) fez tudo quanto quis* (2022). Tem publicado folhetos de cordel na editora Apenas Livros. É autora do romance *O Homem que Vivia Dentro dos Sonhos* (2016 – PNL – LER+). Com o pseudónimo Dulcineia, assina *A Súplica de D. Pedro* (2014), o livro infantil *Inês, a Fada-Boneca – O Roubo das Letras e das Cores do Arco-Íris* (2015), e poesia, publicada em antologias literárias. É colaboradora do LIT&TOUR (UAlg.), do projeto Ciclo da presença no Alto Alentejo, e integra o *Writing Urban Places WG3*. Coordena, com o Historiador Daniel Alves (IHC-NOVA-FCSH), o projeto *Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental*.



## 2.5.8. Aqui na Fronteira...<sup>1</sup>



**Sérgio Luís de CARVALHO**  
Escritor

### 1

Quando me solicitaram um texto de homenagem ao Miguel Real fiquei, ao mesmo tempo, orgulhoso e preocupado. Orgulhoso, por ser motivo de orgulho poder prestar uma homenagem a uma das mais importantes figuras da Cultura portuguesa. Preocupado, porque uma profunda amizade de mais de 30 anos não encontra, amiúde, palavras para exprimir bem o que lhe vai na alma. É sabido que, por vezes, as velhas amizades se escoram mais na partilha do silêncio do que na espuma das palavras, por muito que as palavras partilhadas sejam também -e sempre- fruto de prazer e de contentamento.

Mas o que se diz de um velho amigo com quem se partilharam já muitas e longas viagens, estadias em terras forasteiras e inúmeros projetos e eventos literários? O que se pode dizer dele que não soe a vão, a escasso, a “mais do mesmo”?

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990.



## 2

Nos dias seguintes ao convite, pensei, então, o que poderia dizer sobre o Miguel e sobre a admiração e amizade que lhe tenho. Mas nada me enchia as medidas. Contudo, sempre que matutava no que diria, ocorria-me -sem saber porquê- uma velha história que o meu pai me contava em miúdo. A história é esta...

Uma noite, um polícia percebe o vulto de um homem, ajoelhado, escoldrinhando o chão de uma rua sob um candeeiro aceso. Decide interpellá-lo.

«Boa noite. O senhor sente-se mal?»

«Ah, senhor agente, boa noite... Não, não me sinto mal. Nada disso. Bem vê, isto é uma grande chatice e nem sei o que lhe diga. Vinha do trabalho para casa e, quando dei por mim, tinha perdido um anel que a minha mulher me deu. Uma grande chatice mesmo... Se eu chego a casa sem o anel, ela azucrina-me o juízo até dizer chega. Quem é que a convence que estive a fazer horas extra pela noite dentro? Ainda me acusa de ter andado na farra, é o que é... Ainda me diz que deixei o anel com alguma fedúncia, ou coisa parecida...»

«Compreendo. O senhor quer ajuda?»

«Senhor agente, sim... Agradeço imenso.»

E assim, lá ficam os dois de gatas, debaixo de um candeeiro aceso, em plena noite, vasculhando o chão sujo de uma rua da cidade. Passam-me uns bons trinta minutos até que o polícia, cansado já de ser solidário, pergunta:

«E tem a certeza que foi mesmo aqui que deixou cair o seu anel?»

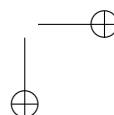
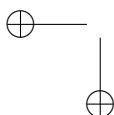
«Ah, não. A bem dizer eu deixei-o cair ali em baixo, mesmo no começo da rua. Ali, está a ver, a uns bons cem metros daqui...»

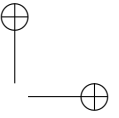
O polícia põe-se de pé num salto.

«Homem, então porque raio é que procura o anel aqui, se foi lá em baixo que o perdeu?»

«O que é que quer, senhor agente? Só aqui é que há luz; lá em baixo está uma escuridão que não se vê nadinha...»

Não faço ideia porque nunca esqueci esta história de entre muitas outras que o meu pai me contava. Parte de mim gosta de pensar que é porque, de um ponto de vista filosófico, esta pequena história pode ser uma alegoria sobre o sentido da vida, e que eu a retenho por ser, desde cedo, propenso ao pen-





samento elevado. Mas não é verdade. Recordo-a, porque sim. A memória é tramada.

Todavia, penso que, de facto, esta história pode mesmo ser uma alegoria sobre o sentido da vida. Senão vejam-se as lições que daqui se podem extrair:

1- Passamos o tempo à procura do que é importante nos locais errados;

*(Variante de 1: passamos o tempo à procura do que é importante nos locais errados para onde somos impelidos a procurar)*

2- O que é importante na vida está em local diferente daquele onde procuramos;

*(Variante de 2: O que é importante na vida está em local diferente daquele para onde somos impelidos a procurar)*

3- O que é importante na vida está em locais mais difíceis e menos evidentes do que aqueles onde procuramos;

*(Variante de 3: O que é importante na vida está em locais mais difíceis e menos evidentes do que aqueles para onde somos impelidos a procurar)*

4- Temos amiúde consciência da inutilidade da nossa busca, porque sabemos, no fundo, que procuramos o que é importante nos locais errados. Mas continuamos a procurar porque somos apanhados num mecanismo do qual temos dificuldade em sair;

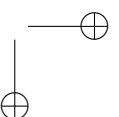
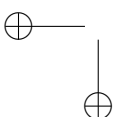
5- Temos dificuldade em sair desse mecanismo porque somos vítimas do nosso comodismo e das engrenagens em que nos envolvemos. Assim procuramos o que é importante não tanto em locais onde pensamos que está (na verdade, sabemos que, no fundo, o que é importante não está onde procuramos, como vimos em 4), mas porque aí é mais fácil e porque todos o fazem;

6- Somos impelidos a procurar o que é importante nos locais errados porque há sempre alguém (que não nós) que lucra com isso.

### 3

Voltemos ao Miguel Real...

Demorei a perceber a razão pela qual esta história me vinha sempre à mente quando pensava no que diria sobre ele. Talvez essa demora se relacionasse com o facto de nada ter a ver uma coisa com a outra... De qualquer forma, com o passar dos dias, creio que vislumbrei a associação. É que, quem o conhece, sabe que o Miguel Real é o paradigma do homem que procura o essencial longe do sítio para o qual somos impelidos a olhar. E fá-lo porque,





ao contrário da personagem da história, o Miguel sabe que o essencial não está sob “a luz do candeeiro”, mas para além dessas luzes. Quantas pessoas conhecemos como ele?

O caminho percorrido pelo Miguel Real é o caminho de um homem culto, que sabe onde está o que é importante; é o caminho de um homem sábio, que sabe a inutilidade de procurar nos sítios para onde os holofotes apontam; é, sobretudo, o caminho de um homem bom, de um homem intrinsecamente bom, um homem que tem a humanidade de partilhar connosco aquilo que encontra longe do ruído da multidão.

Destas qualidades do Miguel -cultura, sabedoria e bondade- permitam-me que destaque sobretudo esta última. Das duas primeiras, outros falarão melhor que eu; desta derradeira -a bondade- posso falar com convicção, porque tenho a honra de o conhecer há mais de 30 anos. O que, no fundo, pretendo aqui enfatizar é, sobretudo, isto: o Miguel Real é um homem bom, um homem cuja bondade toca todos os que com ele convivem.

#### 4

E pronto. Eis o que queria referir sobre o Miguel Real, ficando, no fim, com a sensação de que não disse tudo o que podia e, sobretudo, de que disse ainda menos do que ele merece. Enfim, para me redimir e para suprir as lacunas destas linhas, aqui te deixo, Miguel, um velho poema chinês do século IX (dinastia T'Ang, parece), de que eu gosto particularmente e que cai aqui muito bem:

*Aqui, na fronteira, há folhas a cair  
Embora os meus vizinhos sejam todos bárbaros  
E tu estejas longe de mim,  
Há sempre dois copos na minha mesa.*

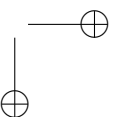
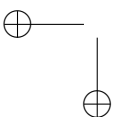
Conheço este poema há muitos anos e creio-o muito apropriado. Afinal, ambos moramos perto do ponto mais ocidental da Europa (a fronteira). É verdade que os meus vizinhos não são bárbaros, nem é verdade que tu estejas longe de mim; mas é, sobretudo, verdade que, alegoricamente (cá voltamos às alegorias), sabes bem que podes sempre contar com dois copos à minha mesa.

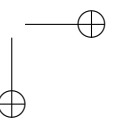
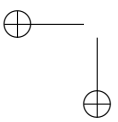
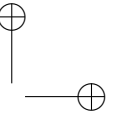
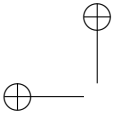




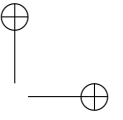
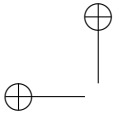
### **Nota Biobibliográfica**

Sérgio Luís de Carvalho (Lisboa, 1959) tem até ao presente 13 romances publicados em Portugal. Para além de romancista, tem ainda 23 títulos de investigação histórica e 21 títulos de literatura infantojuvenil sobre temas igualmente históricos. Muitas das suas obras nestas três vertentes -romance, História e infantojuvenil- foram alvo de várias reedições. Está representado em várias coletâneas literárias em Portugal e no estrangeiro. O autor recebeu o Prémio Literário Ferreira de Castro (Sintra – 1990) e foi finalista ao Prémio Jean Monet de Literatura Europeia (Cognac, França – 2004) e ao Prémio Amphi de Literatura Europeia (Lille, França – 2005). Algumas das seus obras estão traduzidas e publicadas em França, na Itália, nos Estados Unidos e em Espanha (em castelhano e em galego). [www.sergioluisdecarvalho.com](http://www.sergioluisdecarvalho.com).

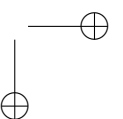
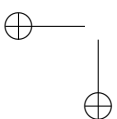




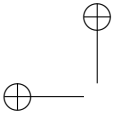




### **III. A PALAVRA A MIGUEL REAL**





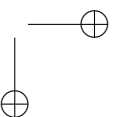
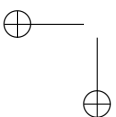


### 3.1. AUTOBIOGRAFIA IMPERFEITA<sup>2</sup>



---

<sup>2</sup>Este texto não foi escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico de 1990. Texto escrito para a *Revista Vaca Malhada* (Miguel Real, “Autobiografia Imperfeita”, *Vaca Malhada – Revista de Filosofia dos Estudantes da Universidade do Minho.*) POR MIGUEL REAL



“Miguel Real” nasceu no dia em que o Luís Martins se zangou consigo mesmo, dando conta disso em *Carta de Sócrates a Alcibíades, seu vergonhoso amante* (1987), seu primeiro livro. O Luís Martins era marido, pai e professor de filosofia no ensino secundário. O Miguel Real separou-se do Luís Martins, achou que não era suficiente ser como todos são, e, aos 34 anos, começou a escrever segundo três dimensões – a da ficção, que iniciara ainda como aluno da Faculdade de Letras de Lisboa, a da investigação sobre a cultura portuguesa e a da filosofia.

Não houve um plano, houve uma determinação, um acto originário da consciência, e os livros foram-se sucedendo um pouco circunstancialmente, ao abrigo de convites para participação em congressos académicos, em viagens culturais a África, à América Latina, à Índia, mas hoje, olhando para trás, percebe-se terem sido constantes (i) a exploração de temas ligados à filosofia, (ii) uma escrita de natureza estético-ficcional e, ainda, (iii) sobre questões vinculadas à identidade nacional.

Sobre esta última temática, devo salientar que me foi estimulada, e bastante, por um aluno do 12.º ano, o Rui Lopo, hoje doutorando em Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa. Interrompia-me as aulas falando sobre o pensamento de Agostinho da Silva, relacionando-o com a matéria leccionada nas aulas. Eu nada sabia sobre a filosofia em Portugal e via-me constrangido a confessá-lo. Para ultrapassar este meu defeito cultural (no tempo do meu curso, finais da década de 1970, não existia a cadeira de Filosofia em Portugal no currículo universitário), comecei a estudar este tema de um modo autodidático. E, lentamente, fui-me apaixonando por ele. Devo ao Rui Lopo uma parte da minha vida intelectual.

Porquê três dimensões e não uma só? Não sei. Não tinha editora e concorri aos Prémios Revelação da Associação Portuguesa de Escritores, ao de Ficção (*O Outro e o Mesmo*, 1980, ainda com o meu nome verdadeiro), e ganhei, consolidando em mim a necessidade de uma satisfação estética da sensibilidade, e ao de Ensaio, e ganhei de novo (*Portugal – Ser e Representação*, 1998), consolidando em mim a necessidade de uma exploração do universo ligado ao raciocínio analítico, a temas da História e da Filosofia. Ficção para satisfação da sensibilidade, reflexão filosófica e relativa à cultura portuguesa para satisfação do entendimento. Estávamos ainda no século XX. Desde então saiu em média um livro por ano. Por vezes, dois. Estes dois prémios “Re-

velação” foram-me muito, muito estimulantes: ganhei o gosto da escrita, da disciplina do pensamento e da indisciplina da imaginação.

Desde o princípio deste século, tenho acompanhado quinzenalmente, no “Jornal de Letras, Artes e Ideias”, sob a direcção de José Carlos de Vasconcelos, a evolução do romance português e a irrupção de uma novíssima geração no campo da ficção. Disso dei conta em *Romance Português Contemporâneo – 1950 – 2010* (2011), um ensaio polémico, cujas teses, aceites por uns, contestadas por outros, se tornaram uma referência de consulta obrigatória na actual historiografia literária. Prova: as duas edições esgotadas em Portugal e as anunciadas traduções para o Brasil e a França este ano de 2018.

De *Portugal – Ser e Representação* (1998, Prémio Revelação Ensaio da Associação Portuguesa de Escritores) a *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017), fui percorrendo um itinerário inquiridor sobre a identidade histórica de Portugal, através da análise da obra dos seus importantes protagonistas: *Marquês de Pombal*, 2005; *Eça de Queirós*, 2006; *Agostinho da Silva*, 2007; *Eduardo Lourenço*, 2008 – Prémio Jacinto do Prado Coelho da Associação Portuguesa de Críticos Literários; *padre António Vieira*, 2008; *Matias Aires*, 2008; *José Enes*, 2009; *Comentário a Mensagem de Fernando Pessoa*, 2013; *Sebastianismo* em 2014, e, finalmente, em colaboração com Filomena Oliveira, minha mulher, publiquei, em 2016, *O Teatro na Cultura Portuguesa do Século XX*.

Foi a totalidade destes ensaios, a que se deve acrescentar *Fátima e a Cultura Portuguesa* (2018), bem como a participação em inúmeros congressos sobre a realidade histórica, social e cultural de Portugal, que prepararam a publicação de *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017), que – devo confessá-lo – considero um dos livros mais bem conseguidos dentro da qualidade mediana da minha escrita.

Devido à integração europeia e à globalização, a cultura portuguesa tem sofrido uma mutação fundamental. De paroquial em grande parte do século XX, tornou-se cosmopolita, hedonista e relativista. Era necessário demarcar estas novas qualidades, bem como evidenciar os aspectos multiculturais sofridos no campo sociológico dos costumes.

Abordam-se, assim, o importantíssimo papel das Ordens Religiosas na formação dos traços fundamentais da cultura portuguesa, a viragem hermenêutica operada no final do século passado sobre a “lenda negra” dos Jesuítas (José Eduardo Franco), o debate sobre o papel dos “estrangeirados” (António

Pinto Ribeiro), a nova cultura urbana, a questão do pessimismo nacional, a questão anterior da Decadência ou do Declínio, a abertura multicultural de Guilherme d'Oliveira Martins, as novas e importantes propostas culturais de Bragança de Miranda e Moisés Lemos Martins, o neo-criticismo de Boaventura de Sousa Santos, a saudade, a lusofonia, o marranismo...

Defende-se ser o actual momento da cultura portuguesa o de um “intervalo civilizacional”, pois já não somos o que fomos, mas ainda não sabemos o que actualmente somos, condicionante do que doravante seremos. Possuímos hoje uma forte cultura científica, mas milhões de nós fomos a Fátima em Maio; pela primeira vez, tínhamos deixado de ser emigrantes, constante cultural portuguesa desde os séculos XVI/XVII, passámos a ser terra de acolhimento de imigrantes; porém, na última década a emigração retornou em força; éramos um povo lento e passivo, com pouquíssima participação cívica – continuamo-lo a ser? As elites, continuam a ser autistas, poderosas e a desprezar a população? Quais os efeitos na mente dos portugueses da perda do Império: uma genuína amputação histórica ou o desembaraço de algo que nos pesava? Instituições tradicionais vão fenecendo a nosso lado: o modelo clássico da família, as Forças Armadas como povo em armas, a escola como modelo do saber... Não há respostas unívocas e definitivas para estas questões, mas do seu desenvolvimento actual e futuro dependerá em grande parte a nossa história até ao final deste século.

O campo do ensaio reflexivo levou-me à escrita de três livros sobre a Ética (*Nova Teoria do Mal*, 2012: o Mal como valor absoluto, real, não metafísico nem teodiceico, uma espécie de teoria naturalista do mal; *Nova Teoria da Felicidade*, 2013: a felicidade como valor superior da ética, e *Nova Teoria do Pecado*, 2017: o pecado, o medo e a culpa como sustentáculos da civilização ocidental), bem como à reflexão sobre a história e a teoria do corpo em *Manifesto em Defesa de uma Morte Livre* (2015), sobre a religião em *O Futuro da Religião* (2014) e sobre a situação histórica e política de Portugal em *Portugal – Um país parado no meio do caminho – 2000 – 2015* (2015). São livros em que tento pensar com alguma originalidade, sem copiar teses alheias, ainda que, não raro, me inspire em autores nacionais ou estrangeiros. Porventura, o melhor livro desta série será *O Pensamento Português Contemporâneo. O Labirinto da Razão e a Fome de Deus. 1890 – 2010* (2011), no qual, ainda que imperfeita, tentei esboçar uma nova perspectiva da história da filosofia em Portugal.

No campo da narrativa ficcional, tenho escrito teatro com Filomena Oliveira. Entre várias peças, *Uma Família Portuguesa*, 2008 – Grande Prémio de Teatro Sociedade Portuguesa de Autores/Teatro Aberto; *Vieira – O Céu na Terra*, representado em Portugal, no Brasil e na Guiné-Bissau; *Europa, Europa*, 2016, representado no mesmo ano pela companhia de teatro Éter na Quinta da Riba Fria, um palácio renascentista em Sintra, e *As Máscaras de Pessoa*, 2018, sobre o labirinto mental da heteronomia pessoal. Fizemos igualmente a adaptação dramática dos romances de José Saramago, *Memorial do Convento* e *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, representadas pela Éter no Convento de Mafra e na Fundação José Saramago.

No campo do romance histórico, dediquei-me em grande parte à presença portuguesa no Brasil ao longo de 400 anos: *Memórias de Branca Dias* (a primeira judia no Pernambuco/Brasil, 2003), *A Voz da Terra* (sobre o Terramoto de 1755, com personagens brasileiros, 2005: Prémio Ficção Fernando Namora 2006), *O Último Negro* (sobre Francisco Félix de Sousa, o último grande negro de Ajudá no Dahomé/Benim, 2006), *O Sal da Terra* (a vida de Pe. António Vieira, 2008), e *A Guerra dos Mascates* (a guerra entre Olinda e o Recife em 1710, 2011). Constituiu expressão de uma fase brasileira na minha vida, todos os anos ia ao Brasil e durante cinco meses, com uma bolsa do Centro Nacional de Cultura, percorri todas as cidades onde Pe. António Vieira viveu e pregou. Esta paixão pela cultura brasileira entre 2001 e 2010 prolongou-se na escrita de dois álbuns: um, *Atlântico. A Viagem e os Escravos* (2005), sobre o fluxo dos escravos africanos para o Brasil, com desenhos de Adriana Molder e fotografias de Noé Sendas; outro, *As Missões. Bandeirantes, Jesuítas e Guaranis* (2009), com imagens de Graça Morais. A partir de 2011, ganhei nova paixão, sobre o Oriente – encetei viagens na Índia e em Macau, descritas em dois romances.

No campo do romance, publiquei ainda *O Último Minuto na Vida de S.* (sobre a relação amorosa entre Snu Abecassis e Francisco Sá-Carneiro 2007), *O A Ministra* (2009), *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia* (2010), *O Feitiço da Índia* (sobre a colonização portuguesa de Goa, 2012), *A Cidade do Fim* (sobre a presença portuguesa Macau, 2014) e *O Último Europeu* (uma utopia/distopia projectada para 2284, 2015). Em 2016, escrevi a quatro mãos, com Manuel da Silva Ramos, num estilo satírico e surrealista, a novela *O Deputado da Nação*.

Pessoalmente, considero *A Visão de Tândalo por Eça de Queirós*, a revela-

ção de um manuscrito inédito (falso) deste autor, publicado em 2000, Prémio Ler/Círculo de Leitores, um dos meus romances mais bem conseguidos.

Porque “Vaca Malhada” é uma revista de Filosofia, permita-se-me que desenvolva um pouco mais a série “Novas Teoria de...”. Nela, intento pensar de raiz os conceitos tematizados, o Mal, a Felicidade, o Sebastianismo, o Pecado. Não existe um plano, mas existe uma orientação geral que comanda a escolha dos temas: o Mal como ontologicamente superior ao Bem e a Cultura (a Ética, a Moral) como tentativa de superação ou suavização do Mal; como deve ser hoje entendida a Felicidade enquanto suprema finalidade moral da vida (Aristóteles) e, no ano de 2017, o Pecado como desvirtuamento das pulsões do corpo imposto pelo Cristianismo enquanto motor máximo da civilização e cultura ocidentais.

Em *Nova Teoria do Mal* defendemos que o mal é universal e absoluto, e o bem, pensado como harmonia e perfeição activa, existe apenas de um modo provisório e temporário. Neste sentido, o bem é apenas um arranjo que perdura, um equilíbrio que se mantém, auto-replicando-se. Deste modo, o mal é substancial, o bem accidental; o mal é um estado permanente; o bem um estado humano provisório; o mal é ontológico, o bem ôntico; O mal é ético, princípio maior de inspiração ética; o bem, da moral; o mal é a acção natural, o bem uma reacção, um artifício para aplacar e controlar o mal.

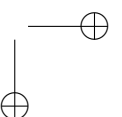
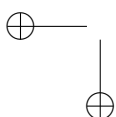
Cruzando filosofia e história, *Nova Teoria do Sebastianismo*, para além de uma pequena história do conceito, desenvolve-se, de certo modo, o conceito de sebastianismo como a consciência simbólica do máximo ser profundo (inconsciente) de Portugal, segundo a terminologia de Eduardo Lourenço. Efeito de um delírio mental provocado pela ruptura social e civilizacional de Alcácer Quibir, o sebastianismo constitui a expressão do desejo popular de normalização social e de prosperidade económica de uma população desde então (século *xvii*) desprezada pelas elites políticas até à irrupção da democracia no 25 de Abril de 1974. Constitui, assim, um ensaio que reflecte sobre o mito sebastianista como alucinação racionalmente falsa, mas sentimentalmente verdadeira e nos dá a conhecer os autores que trataram o tema, desde Bandarra e Padre António Vieira até aos filósofos contemporâneos, passando por Fernando Pessoa, António Quadros, António Sérgio e Eduardo Lourenço.

No livro publicado em 2017, *Nova Teoria do Pecado*, destaco o supremo pecado do Cristianismo, o de se ter transformado de religião e vivência europeias do sagrado em Poder político institucional, negando e oprimindo, ao





longo de mil e quinhentos anos, as restantes religiões e complexos comportamentais (os costumes), substituindo-os por uma mentalidade virtuosa segundo os preceitos evangélicos ou bíblicos, impostos por um Estado opressivo e totalitário. Com o pretexto da eliminação do paganismo latino (mediterrânico) e celta (os povos ditos “Bárbaros”), inclusive dos deuses presentes milenarmente na Península Ibérica, o Cristianismo constituiu-se como uma genuína máquina de eliminação civilizacional daqueles povos, o que hoje designaríamos por etnocídio cultural. Conclui-se ser o homem, primitiva e antropológicamente, um cruzamento de mal e medo, confluindo ambos na atracção e no temor do pecado. Este une o mal ao medo e o medo ao mal numa simbiose perfeita de malignidade e culpabilidade. Deste modo, ao longo dos últimos dois mil anos, o pecado (o indecente, o sujo, o imundo, o vergonhoso, o rejeitado, o obscuro, o banido, o impuro, o indigno, o abjecto, o infame, o irracional, a transgressão, o crime...), ainda que socialmente excluído, exerceu um poder de atracção mental tão forte quanto os mandamentos morais como expressão do bem. Ambos, virtude – expressão da ética e da moral – e pecado – expressão da imoralidade e da devassidão, da “iniquidade”, como diria São Paulo – têm convivido numa tensão paradoxal nos últimos dois milénios. Supremo inimigo cultural do Cristianismo: o corpo e as suas emoções, ditos sede ou expressão do Demónio, este entronizado miticamente como figura universal do Mal. Em *Nova Teoria do Pecado*, não desenvolvemos a teoria do Corpo na Europa ao longo do poderoso domínio do Cristianismo porque já o tínhamos abordado e explorado no livro *Manifesto em Defesa de uma Morte Livre* (2015). Por isso, porque as emoções/paixões se constituem como o supremo inimigo civilizacional do Cristianismo, o pecado constitui a categoria filosófica e religiosa sobre a qual a Europa cristã assentou as suas constantes culturais e civilizacionais. Dito de outro modo, a categoria sobre a qual edificou o Poder, o poder religioso, mas sobretudo o poder político e social. Quando se refere que a Europa cristã ergueu a sua civilização com base na categoria religiosa de pecado diz-se, conseqüentemente, que ela assentou a sua civilização sobre o modo singular de viver com a emoção primária de Medo e com o sentimento de Culpa. Medo e Culpa constituem as duas colunas ético-morais que sustentam o edifício do Pecado. Por isso, Pecado, Medo e Culpa constituem o triângulo ético-religioso abordado neste ensaio. Hoje, no Intervalo Civilizacional em que vivemos, sabendo donde viemos, mas desconhecendo o nosso futuro, nenhum conceito é mais ambíguo que o de “pecado”, profundamente



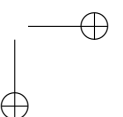
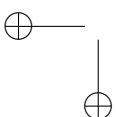
indefinido no seu complexo semântico referencial. Porém, o abandono voluntário pela Europa de uma vivência do pecado não significa idêntico abandono de uma consciência culpada. Pelo contrário, toda a filosofia prova, de Kierkegaard e Nietzsche a Heidegger, Levinas e Merleau-Ponty - e, em Portugal, de Pedro Amorim Viana e Antero de Quental a Leonardo Coimbra e Paulo Borges -, a existência de um sentimento de culpa, latente e pulsante no coração do homem. Com exceção dos violentos, os actos ontem vistos como pecaminosos são hoje considerados meros “desvios”, “infracções” ou “transgressões” em relação ao pensamento e à acção socialmente dominantes, não forçando o seu agente à exclusão, à vergonha, à abjecção, ao ostracismo, muito menos à queima numa fogueira inquisitorial. Em *Nova Teoria do Pecado* intenta-se, assim, compor uma biografia deste conceito, recuperando, sob e sobre a ética e a moral cristãs de pecado, profundamente excludente e totalitária, o conceito de Pecado segundo a civilização e a cultura gregas (*amartia*), que o não teriam elevado a uma natureza sagrada, tratava-se de um assunto exclusivamente humano. Assim, a visão cristã de pecado cruza simultaneamente a tradição greco-latina de falhar o alvo, de se enganar, de cometer um erro, de se desviar do caminho certo (*amartia*), com a tradição judaica do estabelecimento de uma intenção de revolta, de contestação, seja contra a instituição igreja e o seu corpo de prescrições sociais, dimanadas da cúria romana, seja contra deus, ele próprio, isto é, como *aversio a Deo et conversio ad bonum creatum*, hipostasiando ambas as tradições num cúmulo absoluto de sagrado, fora do qual reinaria a “iniquidade” de S. Paulo e o “demónio”, “príncipe do mal”, da igreja romana.

Dito de outro modo, o conceito de Pecado mudou de natureza: de conceito prescritivo de natureza política e sociológica, imposto como lei e hábito universal a toda a comunidade, tornou-se, desde o século XIX, um conceito para uso restrito, não tanto dos cristãos, mas mais dos católicos, que por ele ostentam uma mentalidade cruzada de Medo e Culpa, lançando ao Céu (a Deus, a Nossa Senhora de Fátima) a ventura ou a desventura da existência social de cada crente.

Devo terminar com uma confissão íntima: não me considero um grande teórico da filosofia e da identidade cultural portuguesa, como não me considero um grande romancista. Mas também não me vejo, nestas vertentes, como habitando em vales medíocres e lamacentos. Considero-me – apenas – como um autor mediano, não genial nem medíocre, e fraco se comparado



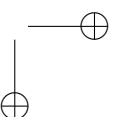
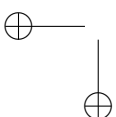
com os grandes (em Portugal, José Saramago, António Lobo Antunes, Agustina Bessa-Luís, Eduardo Lourenço ou Fernando Gil, por exemplo), ainda que possuidor de qualidade suficiente para ser lido por uma imensa minoria de leitores.

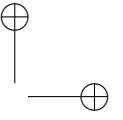
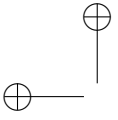




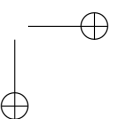
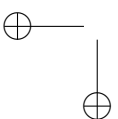
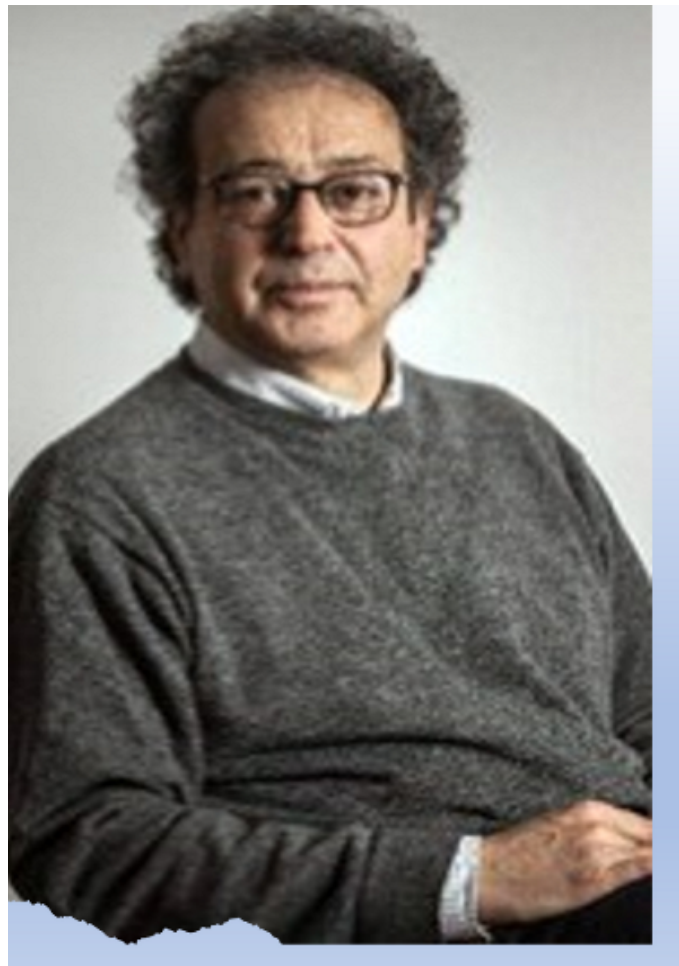
No final, não posso deixar de agradecer à *Vaca Malhada* e ao Luís Ladeira a motivação para escrever esta autobiografia imperfeita, tão imperfeita como tudo o que tenho feito na vida pública e intelectual. Ao contrário, na vida íntima tenho sido imensamente feliz e, portanto, tenho tido uma vida “perfeita”.

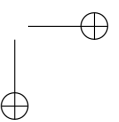
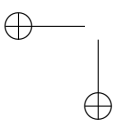
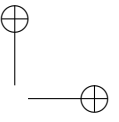
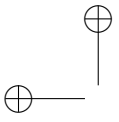
Miguel Real,  
Quinta de Santo Expedito, Colares – Sintra, 23 de Fevereiro de 2018.





## 3.2. ENTREVISTAS





### 3.2.1. Entrevista “Miguel Real Muitos em um...”<sup>3</sup>



<sup>3</sup>Esta grande entrevista teve lugar antes do Colóquio Internacional realizado na UBI a 12 e 13 de novembro de 2018.













**12 • TEMA** MIGUEL REAL jornaldeltras.pt • 14 e 20 de março de 2011 • JLL

---

**» mostra uma significativamente a sua qualidade, pertencem a uma espécie de literatura literária à qual deve mostrar admiração e respeito, muita admiração e muito respeito.**

**João Borges:** E alguma vez foi um livro mais de um amigo e não um amigo literário? Ou que não gostou? Base a um grande problema que temido - os livros dos amigos. Não é propriamente não gostar, mas de consciência que o segundo é indelével ao primeiro, ou os outros indelével aos primeiros. Como é isso? Não digo, mas não faço a diferença. Não é só dar grande importância porque sei, como achar, que há momentos felizes, outros menos felizes, outros mesmo infelizes.

**João Borges:** O público literário é um nicho dentro do mercado de "livros". Como é que será daqui a 20 anos? Provavelmente, como hoje. Sempre haverá público para quem tem romance, um filme, uma peça de teatro, um espetáculo ou até mesmo um livro. Mesmo que o papel esteja de cabeça para baixo, o público sempre vai existir. Desde os tempos de Gilgamesh que a humanidade nunca parou para narrar histórias, assim o contrário não, a superioridade é apenas uma questão de hábito comportamental.

**Quando William Shakespeare acreditou que a literatura pode tornar as pessoas melhores?**  
Sim, obviamente melhor. Com educação, a cultura, a qualificação, tornando a melhor literatura. Não se trata, a literatura torna as pessoas melhores, sobretudo para os literatos.

**» TEM UM PRIVILEGIO VIVER NESTE TEMPO PURTUGUÊS?**

**João Borges:** Essa parte da minha resposta sempre se re-considera da cultura portuguesa. Como resultado de esse grande privilégio, acho que Portugal tem um grande futuro? Que futuro grande para o nosso país neste século XXI ou que a globalização se complexifica? O futuro Corvellec. Não sou otimista, a cultura portuguesa sempre vai fazer sentido. Que ideia faz da cultura cada vez mais limitada das diferentes culturas ou como sempre, no século XXI e no futuro, a ideia de uma cultura nacional ou um quadro de globalização? Não sei, porque Portugal será grande no futuro quando tiver a paz para superior não inferior a todos os outros países de Europa (complexos racionais e pontuais). Da glória capitalista levou-se a ser o vencedor e não uma outra cultura indígena em relação a países de inovação e risco que foram os descobridores. Uma cultura, não é diferente. Esperamos que no futuro Portugal recorra a medida certa para a liberdade, privilegiada do "a cultura", a educação e a cultura para todos, como da Galileu de Oliveira Martins.

**João Borges:** O que pensa da "viragem" do Quilme imperio abalado por "Vozes e depois" (cientificamente e estatisticamente por outros autores como Pires, Agostinho de Silva e António Corvellec)? Entendo que esse ideal ainda não atingido e particular? Sim, a ideia de Quilme Imperio é um dos nichos mais interessantes da cultura portuguesa e só não aconteceu há 100 anos devido por razões estatísticas e sociais, assim como a possibilidade de jogar a para o campo da literatura. Como "viragem", o espírito de "que sempre" (literária ao modo português, penso que não existe e sempre existe) e porque não existe por razões estatísticas e sociais da paz, da igualdade e da tolerância entre os homens.

**Galileu de Oliveira Martins: O que se quer Portugal seja na cultura cultural? Proclamamos de antepá e sempre uma religião baseada na educação, ciência e cultura? Penso que significa que, pela primeira vez na história, Portugal é um país que se vê a si próprio como formado por de "normalidade" ou seja, talvez seja "normalidade" significa mais Europa e, portanto, mais educação, ciência e cultura ao alcance de todos. De certo modo, a ideia de Europa que Portugal sempre teve não normalidade em suas tradições e costumes desajustadas. É um privilégio viver neste tempo português.**

**João Borges:** Nessa sociedade abençoada pelo conhecimento, tem sido uma vez singular e original no reflexo sobre o estado de Portugal e da Europa. O Brasil sempre dá uma nova vida política e democrática do futuro - continua a pensar que é esse o fim que nos espera ou tem uma possibilidade de reatualização? O futuro Europeu é um grão de feijão de um, e que é o futuro de uma (demografia, alterações climáticas, devastação do planeta...) consistirá a "nova Europa" do momento, o que de bons costumes (economia e D. vida saudável, respeito pela terra, educação em valores comportamentais...) consistirá à "nova Europa". Não pretendo ser um romancista político. Limita-se a contar a história e pensar, discutir de vez em toda a hora de hoje que o futuro é criado por nós no presente.

**» A SOLUÇÃO ESTÁ DO LADO DAS CALÇAS?**

**Vinício Sorrentino-Martins:** É de ser um dia não tenho mais sentido. Nova Terra do Mal. Nessa espécie de nova Terra (sem Espinhos, Lelê e Agostinho de Silva, entre outros nomes, nomeando um Brasil). É a Europa tem um lugar relevante. Se o crescimento não está acrescentando um novo quadro reflexivo e processo de autoeducação europeia, que se agrava muito?

**João Borges:** O que o senhor nos conta das experiências de filmes (e da figura de final final) no ponto de escrever um romance a partir dela? Lida e as experiências de filmes - houve o presente para sempre uma romance sobre o Portugal de hoje - as coisas correm, a juventude presente, e depois sempre de paz, a sustentação religiosa, o tempo comportamental entre as gerações.

**João Borges:** O que o distingue o romance histórico de outros tipos de romances, como o psicológico, e de outros que o diferenciam, já que o romance histórico abarca todos os comportamentos no sentido que tem? O romance histórico privilegia para tudo isso, não se trata de história, mas de tudo o que aconteceu no passado, abarcando igualmente os costumes da época, um livro da época e a psicologia comportamental de personagens da época. Segundo a teoria inglesa, o romance histórico privilegia que, pela ideia, modifica um personagem para entrar em um tempo presente.

**João Borges:** O romance histórico é uma reatualização da Portugalidade? É uma reatualização da para se repetir Portugal.

**João Borges:** No O Desaparecido de Nuno Espírito Santo, escrever um romance a partir de Manuel de Silva Ramos, um dos autores mais singulares da literatura portuguesa recente. Que lições, ou aprendizagens, retirou dessa criação paratextual? A lição da criação. O Desaparecido de Nuno Espírito Santo foi de um romance todo feito de personagens literários. O Manuel de Silva Ramos é um grande participante da história e, provavelmente, o último mestre narrador português. Aprenda e aprenda muito com ele.

**» OBRAS EM CANTABILIDADE E TEATRO?**

**Manuel de Silva Ramos:** Eu gostaria de ser um escritor, escrever literatura. Não sei se posso, mas eu quero escrever. O que é que representa para si a história, ou não já estava lá? Não sou dramaturgo. Gostaria muito de escrever um romance com o Manuel de Silva Ramos, e, tendo em conta as muitas leituras das suas obras, tenho em elevado apreço a sua criação. Aguardo com expectativa.



**Os três protagonistas da Aqueduto de Fátima, numa dessas primeiras fotos de quando ainda estavam em seus romances**

**Manuel de Silva Ramos:** A ideia de escrever um romance a partir de Manuel de Silva Ramos, um dos autores mais singulares da literatura portuguesa recente. Que lições, ou aprendizagens, retirou dessa criação paratextual? A lição da criação. O Desaparecido de Nuno Espírito Santo foi de um romance todo feito de personagens literários. O Manuel de Silva Ramos é um grande participante da história e, provavelmente, o último mestre narrador português. Aprenda e aprenda muito com ele.

**João Borges:** O que o distingue o romance histórico de outros tipos de romances, como o psicológico, e de outros que o diferenciam, já que o romance histórico abarca todos os comportamentos no sentido que tem? O romance histórico privilegia para tudo isso, não se trata de história, mas de tudo o que aconteceu no passado, abarcando igualmente os costumes da época, um livro da época e a psicologia comportamental de personagens da época. Segundo a teoria inglesa, o romance histórico privilegia que, pela ideia, modifica um personagem para entrar em um tempo presente.

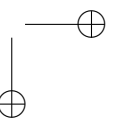
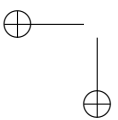
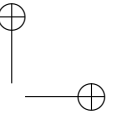
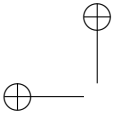
**João Borges:** O romance histórico é uma reatualização da Portugalidade? É uma reatualização da para se repetir Portugal.

**Manuel de Silva Ramos:** Eu gostaria de ser um escritor, escrever literatura. Não sei se posso, mas eu quero escrever. O que é que representa para si a história, ou não já estava lá? Não sou dramaturgo. Gostaria muito de escrever um romance com o Manuel de Silva Ramos, e, tendo em conta as muitas leituras das suas obras, tenho em elevado apreço a sua criação. Aguardo com expectativa.

**João Borges:** O que o senhor nos conta das experiências de filmes (e da figura de final final) no ponto de escrever um romance a partir dela? Lida e as experiências de filmes - houve o presente para sempre uma romance sobre o Portugal de hoje - as coisas correm, a juventude presente, e depois sempre de paz, a sustentação religiosa, o tempo comportamental entre as gerações.

**João Borges:** O romance histórico é uma reatualização da Portugalidade? É uma reatualização da para se repetir Portugal.





### 3.2.2. “Traços Fundamentais da Vida e Obra de Miguel Real”. Entrevista a Miguel Real por Annabela Rita e Carla Sofia Luís<sup>4</sup>



**Annabela Rita e Carla Sofia Luís – Como é sobejamente sabido, Miguel Real é pseudónimo literário de Luís Martins. Está escrito na *Carta de Sócrates a Alcibíades, seu Vergonhoso Amante*. Mas como ocorreu esta transferência identitária e que consequências teve na vida de Luís Martins? Este último foi totalmente absorvido pelo outro ou ainda coabitam os dois? E em que moldes? Gostaríamos igualmente de saber o porquê da escolha desta onomástica. Isto é, por que motivo escolheu esta combinatoria, Miguel Real, e não outra?**

**Miguel Real** – “Miguel Real” nasceu no dia em que o Luís Martins se zangou consigo mesmo, dando conta disso em *Carta de Sócrates a Alcibíades, seu vergonhoso amante* (1987), seu primeiro livro. O Luís Martins era marido, pai e professor de filosofia no ensino secundário. O Miguel Real separou-se do Luís Martins, achou que não era suficiente ser como todos são, e, aos 34 anos, começou a escrever segundo três dimensões – a da ficção, que iniciara ainda como aluno da Faculdade de Letras de Lisboa, a da investigação sobre a cultura portuguesa e a da filosofia. Na verdade, o Miguel Real “matou” o Luís Martins. Com exceção da família e de antigos amigos, o L. Martins tornou-se um cidadão anónimo. Acho que ele merecia essa paz mental – projetou no

<sup>4</sup>Entrevista inicialmente publicada na *Revista Metalinguagens*, vol. 7, n. ° 3, dezembro de 2020, pp. 8-30, disponível em <http://seer.spo.ifsp.edu.br/index.php/metalinguagens/article/view/892>. (acedido a 1 de janeiro de 2021).

Miguel todas as inquietações. O coração do Miguel anda sempre acelerado, o do Luís tranquilo como o de um pastor. Quando nasceu o primeiro filho, o David, era para se chamar Miguel ou Li (o nome do médico chinês que acompanhou a gravidez da Filomena em África). Quando mudei de nome, resgatei o “esquecido” Miguel. “Real” é simples – queria que o Miguel tivesse os pés no chão, “Real” de realidade, não de régio. Porém, saiu-me um Miguel mais sonhador e mentalmente problemático do que o antigo Luís.

#### **AR e CSL – Foi, portanto, um ato premeditado?**

**MR** – Mudar de vida, sim, de resto não houve um plano, houve uma determinação, um ato originário da consciência, e os livros foram-se sucedendo um pouco circunstancialmente, ao abrigo de convites para participação em congressos académicos, em viagens culturais a África, à América Latina, à Índia, mas hoje, olhando para trás, percebe-se terem sido constantes (i) a exploração de temas ligados à filosofia, (ii) uma escrita de natureza estético-ficcional e, ainda, (iii) sobre questões vinculadas à identidade nacional e à cultura portuguesa.

**AR e CSL – Já percebemos como nasceu a nova identidade, voltada para a escrita, desta feita, sob a onomástica de Miguel Real. Mas quando é que nasceu verdadeiramente o escritor Miguel Real? O marco oficial é 1979, aquando da publicação d’ *O Outro e o Mesmo*, embora ainda sob a assinatura de Luís Martins, todavia a pulsão da escrita é certamente muito anterior a essa data. Conte-nos como tudo começou.**

**MR** – *O Outro e o Mesmo* ainda é assinado pelo Luís Martins. Depois, ao longo de uma dezena de anos, escrevi, com a Filomena, manuais de Filosofia para o ensino secundário. Cansei-me, não era vida, não havia vida para além do ensino. O Luís Martins caminhava numa única direção e a ficção pulsava dentro de mim. Foi então que em 1987 nasceu o Miguel Real quando escrevi *Carta de Sócrates a Alcibíades, seu vergonhoso amante*, um pequeno livro que teve algum sucesso, e não mais parei. Logo no ano seguinte, publiquei *Portugal – Ser e Representação* (Prémio Revelação Ensaio da Associação Portuguesa de Escritores. Estavam determinadas duas linhas que iria doravante seguir, a ficção e a cultura portuguesa. Nunca pensei ser escritor ou crítico literário ou ensaísta, as coisas foram acontecendo sem plano nem calculismo.





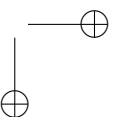
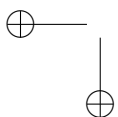
Sou um escritor tardio, para o qual a escrita aconteceu já era pai, já tinha profissão. Há o turista accidental, eu sou o escritor accidental.

**AR e CSL – Filomena Oliveira, a sua companheira de toda uma vida, certa vez confidenciou-nos que “para o Miguel escrever é como o ar que respira”. Nunca esquecemos esta frase tão profunda quanto esteticamente bela. Nós não encontramos melhor comparação que exprima as horas e horas e horas do seu dia que dedica à reflexão, à leitura e à redação de textos de diversas tipologias. A escrita embrenha-se na sua própria vida; uma não pode viver sem a outra. A partir de que momento é que sentiu que não poderia viver sem escrever? Como seria “Um dia na Vida de Miguel Real sem Escrever”? Quais foram os maiores sacrifícios que fez por esta vocação?**

**MR** – Sinceramente, não imagino. Tornou-se uma segunda pele. Não me parece que tenha feito sacrifícios. Dava aulas de manhã, à tarde ia *naturalmente* para a Biblioteca Nacional ler e escrever, ou vinha para casa fazer o mesmo. Ler o jornal e dar aulas era a maneira que eu tinha de estar ligado ao mundo. Havia espaço e tempo para as três coisas. O jantar e a noite eram (são) sempre dedicados aos filhos (hoje aos netos). Com a Filomena, era uma relação instintiva diária e igualmente natural. É neste sentido que não me vejo a fazer sacrifícios. Uma vida burguesa, calma, sem ambições que não seja ter editora para publicar, e sempre fui tendo.

**AR e CSL – Há temáticas que aborda com redobrado carinho e dedicação. Temas relacionados com a Lusofonia, as Histórias em torno de figuras Judaicas, Fátima, Sebastianismo, escravatura, etc. são alguns traços Fundamentais da cultura portuguesa, é certo. E quais são os traços fundamentais da vida do “Luís Real”?**

**MR** – Presumo que respondi na questão anterior. Não há traços extraordinários na vida do “Luís Real”. Não sou um escritor afogado na sua própria genialidade, não sou escritor marginal ou marginalizado, não me sinto invejado nem invejo outros escritores, os livros vendem-se, uns mais, outros menos, não planifico o que vou escrever, sujeito-me a convites (que vão sempre chegando) ou a impulsos de momento.





**AR e CSL – Mas, retomando a linha de raciocínio acima exposta, gostaríamos de explicar o porquê dessas três linhas de investigação previamente enunciadas. Terão sido forjadas à luz das matérias que lecionava enquanto professor?**

**MR** – No que diz respeito à cultura portuguesa, devo salientar que me foi estimulada, e bastante, por um aluno finalista do liceu, o Rui Lopo, hoje doutorando em Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa. Interrompia-me as aulas, falando sobre o pensamento de Agostinho da Silva, relacionando-o com a matéria lecionada nas aulas. Eu nada sabia sobre a filosofia em Portugal e via-me constringido a confessá-lo. Para ultrapassar este meu defeito cultural (no tempo do meu curso, finais da década de 1970, não existia a cadeira de Filosofia em Portugal no currículo universitário), comecei a estudar este tema de um modo autodidático. E, lentamente, fui-me apaixonando por ele. Devo ao Rui Lopo uma parte da minha vida intelectual.

**AR e CSL – Como é sobejamente conhecido, não há escrita compulsiva sem o suporte de leituras que, no seu caso, são “omnívoras”, como frisa Onésimo Teotónio d’Almeida, referindo-se não só à quantidade avultada, mas também ao ecletismo no que à seleção e interesses diz respeito. Lê e escreve compulsivamente é um facto. Há autores que são importantes para determinado tema, mas certamente haverá alguns outros, por assim dizer, quase permanentes, isto é, que revisita a breve trecho. Quem são os escritores e os pensadores da sua predileção com os quais pode sempre contar?**

**MR** – Na ficção, há duas ou três referências permanentes (leitura contínuas): padre António Vieira, Eça de Queirós, Raul Brandão, Fernando Pessoa e José Saramago. Falta-me escrever um ensaio sobre Brandão. Estou agora mesmo a escrever um sobre Pessoa e Saramago como ficcionistas (a ser publicado em 2022). Na cultura portuguesa, Camões, Vieira, Pessoa e Agostinho da Silva. Na filosofia, Matias Aires (um pensador luso-brasileiro que desafiou todo o pensamento português no século XVIII), Leibniz, Nietzsche, Eduardo Lourenço e Viriato Soromenho-Marques.

**AR e CSL – E no que concerne à escrita estético-ficcional, como surgiu este terceiro impulso? O Miguel escreve sobre os mesmos temas, com**



**a mesma qualidade de sempre, em duas pautas diferentes: ensaio e ficção. Mestre do ensaio e ao mesmo tempo do romance”, como refere José Eduardo Franco, no prefácio a *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Dois formatos distintos que exigem linguagens apropriadas, formas de cotejar também elas dissemelhantes, mas que acabam por ser complementares. Num formato trabalha o objeto do ponto de vista científico, rigoroso, fundamentado, no outro, pinta os cenários e acontecimentos ao sabor da imaginação, ainda que sempre bem fundamentado, aproveitando, de igual modo, para fazer um certo ajuste de contas que só a ficção permite, procurando perceber o que Portugal fez de bem e de mal, como já o disse em tempos. Poderia viver sem um destes formatos?**

**MR** – Não sei. Só sei que comecei a escrever. Não tinha editora e concorri aos Prémios Revelação da Associação Portuguesa de Escritores, ao de Ficção (*O Outro e o Mesmo*, 1980, ainda com o meu nome verdadeiro), e ganhei, consolidando em mim a necessidade de uma satisfação estética da sensibilidade, e ao de Ensaio, e ganhei de novo (*Portugal – Ser e Representação*, 1998), consolidando em mim a necessidade de uma exploração do universo ligado ao raciocínio analítico, a temas da História e da Filosofia. **Ficção** para satisfação da sensibilidade, **reflexão filosófica e relativa à cultura portuguesa** para satisfação do entendimento. Estávamos ainda no século XX. Desde então, saiu em média um livro por ano. Por vezes, dois. Estes dois prémios “Revelação” foram-me muito, muito estimulantes: ganhei o gosto da escrita, da disciplina do pensamento e da indisciplina da imaginação. Como leio muito, escrevo muito como comentário ao que leio. Não consigo ler sem tirar apontamentos. Os ensaios nascem assim, um puzzle entrelaçado de apontamentos. Para o romance, investigo muito e desta investigação nascem “sobras” que não insiro na narrativa. O ensaio nasce assim, de sobras de sobras que vou entretecendo até encontrar uma unidade. Não, não poderia viver sem um e sem outro. Quando estou cansado de ficção, passo para o ensaio; quando estou cansado de ensaio, passo para a ficção.

**AR e CSL** – Fale-nos um pouco da sua experiência como crítico literário no principal jornal literário de Portugal – o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Nele tem vindo a desenhar a atual cartografia do romance português, acarinhando mormente, mas não só, e de forma sempre generosa, a

**geração de escritores que só este século começou a escrever. Esta análise apurada à evolução do romance português, muito atenta à irrupção de uma novíssima geração no campo da ficção, é também vertida na obra *Romance Português Contemporâneo – 1950-2010* (2011), ensaio que rapidamente se tornou uma obra de referência e de consulta obrigatória na atual historiografia literária.**

**MR** – Desde o princípio deste século, tenho acompanhado quinzenalmente, no “Jornal de Letras, Artes e Ideias”, sob a direção de José Carlos de Vasconcelos, a evolução do romance português e a irrupção de uma novíssima geração no campo da ficção. Disso dei conta em *Romance Português Contemporâneo – 1950-2010* (2011), um ensaio polémico, cujas teses, aceites por uns, contestadas por outros, se tornaram uma referência de consulta obrigatória na atual historiografia literária. Prova: as duas edições esgotadas em Portugal.

**AR e CSL** – **Sabemos que é um pensador preocupado com o seu País e que procura, através dos seus ensaios dedicados à cultura portuguesa, demarcar as características constantes que a individualizam face às restantes culturas europeias. Fale-nos um pouco sobre os seus livros dedicados à cultura portuguesa?**

**MR** – De *Portugal – Ser e Representação* (1998, Prémio Revelação Ensaio da Associação Portuguesa de Escritores) a *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017) fui percorrendo um itinerário inquiridor sobre a identidade histórica de Portugal, através da análise da obra dos seus importantes protagonistas: *Marquês de Pombal*, 2005; *Eça de Queirós*, 2006; *Agostinho da Silva*, 2007; *Eduardo Lourenço*, 2008 – Prémio Jacinto do Prado Coelho da Associação Portuguesa de Críticos Literários; *padre António Vieira*, 2008; *Matias Aires*, 2008; *José Enes*, 2009; *Comentário a Mensagem de Fernando Pessoa*, 2013; *Sebastianismo* em 2014, e, finalmente, em colaboração com Filomena Oliveira, minha mulher, publiquei, em 2016, *O Teatro na Cultura Portuguesa do Século XX*. Foi a totalidade destes ensaios, a que se deve acrescentar *Fátima e a Cultura Portuguesa* (2018), bem como a participação em inúmeros congressos sobre a realidade histórica, social e cultural de Portugal, que prepararam a publicação de *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017), que – devo confessá-lo – considero um dos livros mais bem consegui-

dos, dentro da qualidade mediana da minha escrita. É um livro continuamente citado. Devido à integração europeia e à globalização, a cultura portuguesa tem sofrido uma mutação fundamental. De paroquial em grande parte do século XX, tornou-se cosmopolita, hedonista e relativista. Era necessário demarcar estas novas qualidades, bem como evidenciar os aspetos multiculturais sofridos no campo sociológico dos costumes. Abordam-se, assim, o importantíssimo papel das Ordens Religiosas na formação dos traços fundamentais da cultura portuguesa, a viragem hermenêutica operada no final do século passado sobre a “lenda negra” dos Jesuítas (José Eduardo Franco), o debate sobre o papel dos “estrangeirados” (António Pinto Ribeiro), a nova cultura urbana, a questão do pessimismo nacional, a questão anterior da Decadência ou do Declínio, a abertura multicultural de Guilherme d’Oliveira Martins, as novas e importantes propostas culturais de Bragança de Miranda e Moisés Lemos Martins, o neo-criticismo de Boaventura de Sousa Santos, a saudade, a lusofonia, o marranismo...Defende-se ser o atual momento da cultura portuguesa o de um “intervalo civilizacional”, pois já não somos o que fomos, mas ainda não sabemos o que atualmente somos, condicionante do que doravante seremos. Possuímos hoje uma forte cultura científica, mas milhões de portugueses vão a Fátima em Maio; pela primeira vez, tínhamos deixado de ser emigrantes, constante cultural portuguesa desde os séculos XVI/XVII, passámos a ser terra de acolhimento de imigrantes (de África, do Leste da Europa, do Brasil); porém, na última década, a emigração retornou em força; éramos um povo lento e passivo, com pouquíssima participação cívica – continuamo-lo a ser? As elites, continuam a ser autistas, poderosas e a desprezar a população? Quais os efeitos na mente dos portugueses da perda do Império: uma genuína amputação histórica ou o desembaraço de algo que nos pesava? Instituições tradicionais vão fenecendo a nosso lado: o modelo clássico da família, as Forças Armadas como povo em armas, a escola como modelo do saber... Não há respostas unívocas e definitivas para estas questões, mas do seu desenvolvimento atual e futuro dependerá, em grande parte, a nossa história até ao final deste século.

**AR e CSL – E no campo da filosofia, como se desenvolve o seu pensamento? Estamos particularmente interessadas na coleção “Novas Teorias de...” que tem vindo a publicar e na hercúlea obra *O Pensamento Português Contemporâneo. O Labirinto da Razão e a Fome de Deus. 1890-2010.***

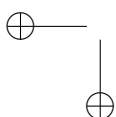
**MR** – O campo do ensaio reflexivo levou-me à escrita de três livros sobre a Ética (*Nova Teoria do Mal*, 2012: o Mal como valor absoluto, real, não metafísico nem teodiceico, uma espécie de teoria naturalista do mal); *Nova Teoria da Felicidade*, 2013: a felicidade como valor superior da ética, e *Nova Teoria do Pecado*, 2017: o pecado, o medo e a culpa como sustentáculos da civilização ocidental), bem como à reflexão sobre a história e a teoria do corpo em *Manifesto em Defesa de uma Morte Livre* (2015), sobre a religião em *O Futuro da Religião* (2014) e sobre a situação histórica e política de Portugal em *Portugal – Um país parado no meio do caminho – 2000-2015* (2015). São livros em que tento pensar com alguma originalidade, sem copiar teses alheias, ainda que, não raro, me inspire em autores nacionais ou estrangeiros. Porventura, o melhor livro desta série será *O Pensamento Português Contemporâneo. O Labirinto da Razão e a Fome de Deus. 1890-2010* (2011), no qual, ainda que imperfeita, tentei esboçar uma nova perspectiva da história contemporânea da filosofia em Portugal: um país em que a Razão (ao contrário dos países da Europa Central) nunca foi cumprida ou esgotada, traduzida em planificação da realidade e em igualdade social, e, neste sentido, um pouco compensatoriamente, um país voltado para o transcendente, hoje simbolizado em Nossa Senhora de Fátima.

**AR e CSL** – Voltando à coleção “Novas Teorias de...” A seleção desses temas em concreto foi aleatória? Pode desvelar algumas das teses filosóficas defendidas nesses livros?

**MR** – Intento pensar de raiz os conceitos tematizados, o Mal, a Felicidade, o Sebastianismo, o Pecado. Não existe um plano, mas existe uma orientação geral que comanda a escolha dos temas: o Mal como ontologicamente superior ao Bem e a Cultura (a Ética, a Moral) como tentativa de superação ou suavização do Mal; como deve ser hoje entendida a Felicidade enquanto suprema finalidade moral da vida (Aristóteles) e, no ano de 2017, o Pecado como desvirtuamento das pulsões do corpo imposto pelo Cristianismo enquanto motor máximo da civilização e cultura ocidentais. Em *Nova Teoria do Mal* defende-se que o mal é universal e absoluto e o bem, pensado como harmonia e perfeição ativa, existe apenas de um modo provisório e temporário. Neste sentido, o bem é apenas um arranjo que perdura, um equilíbrio que se mantém, auto-replicando-se. Deste modo, o mal é substancial, o bem aciden-

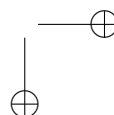
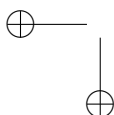


tal; o mal é um estado permanente; o bem um estado humano provisório; o mal é ontológico, o bem ôntico; O mal é ético, princípio maior de inspiração ética; o bem, da moral; o mal é a ação natural, o bem uma reação, um artifício para aplacar e controlar o mal. Cruzando filosofia e história, *Nova Teoria do Sebastianismo*, para além de uma pequena história do conceito, desenvolve-se, de certo modo, o conceito de sebastianismo como a consciência simbólica do máximo ser profundo (inconsciente) de Portugal, segundo a terminologia de Eduardo Lourenço. Efeito de um delírio mental provocado pela rutura social e civilizacional de Alcácer Quibir, o sebastianismo constitui a expressão do desejo popular de normalização social e de prosperidade económica de uma população desde então (século XVII) desprezada pelas elites políticas até à irrupção da democracia no 25 de Abril de 1974. Constitui, assim, um ensaio que reflete sobre o mito sebastianista como alucinação racionalmente falsa, mas sentimentalmente verdadeira e nos dá a conhecer os autores que trataram o tema, desde Bandarra e Padre António Vieira até aos filósofos contemporâneos, passando por Fernando Pessoa, António Quadros, António Sérgio e Eduardo Lourenço. No livro publicado em 2017, *Nova Teoria do Pecado*, destaco o supremo pecado do Cristianismo, o de se ter transformado de religião e vivência europeias do sagrado em Poder político institucional, negando e oprimindo, ao longo de mil e quinhentos anos, as restantes religiões e complexos comportamentais (os costumes), substituindo-os por uma mentalidade virtuosa, segundo os preceitos evangélicos ou bíblicos, impostos por um Estado opressivo e totalitário. Com o pretexto da eliminação do paganismo latino (mediterrânico) e celta (os povos ditos “Bárbaros”), inclusive dos deuses presentes milenarmente na Península Ibérica, o Cristianismo constituiu-se como uma genuína máquina de eliminação civilizacional daqueles povos, o que hoje designaríamos por etnocídio cultural. Conclui-se ser o homem, primitiva e antropologicamente, um cruzamento de mal e medo, confluindo ambos na atração e no temor do pecado. Este une o mal ao medo e o medo ao mal numa simbiose perfeita de malignidade e culpabilidade. Deste modo, ao longo dos últimos dois mil anos, o pecado (o indecente, o sujo, o imundo, o vergonhoso, o rejeitado, o obsceno, o banido, o impuro, o indigno, o abjeto, o infame, o irracional, a transgressão, o crime...), ainda que socialmente excluído, exerceu um poder de atração mental tão forte quanto os mandamentos morais como expressão do bem. Ambos, virtude, expressão da ética e da moral, e pecado, expressão da imoralidade e da devassidão, da “ini-





quidade”, como diria São Paulo, têm convivido numa tensão paradoxal nos últimos dois milénios. Supremo inimigo cultural do Cristianismo: o corpo e as suas emoções, ditos, sede ou expressão do Demónio, este entronizado miticamente como figura universal do Mal. Em *Nova Teoria do Pecado*, não desenvolvemos a teoria do Corpo na Europa ao longo do poderoso domínio do Cristianismo, porque já o tínhamos abordado e explorado no livro *Manifesto em Defesa de uma Morte Livre* (2015). Por isso, porque as emoções/paixões se constituem como o supremo inimigo civilizacional do Cristianismo, o pecado constitui a categoria filosófica e religiosa sobre a qual a Europa cristã assentou as suas constantes culturais e civilizacionais. Dito de outro modo, a categoria sobre a qual edificou o Poder, o poder religioso, mas sobretudo o poder político e social. Quando se refere que a Europa cristã ergueu a sua civilização com base na categoria religiosa de pecado diz-se, conseqüentemente, que ela assentou a sua civilização sobre o modo singular de viver com a emoção primária de Medo e com o sentimento de Culpa. Medo e Culpa constituem as duas colunas ético-morais que sustentam o edifício do Pecado. Por isso, Pecado, Medo e Culpa constituem o triângulo ético-religioso abordado neste ensaio. Hoje, no Intervalo Civilizacional em que vivemos, sabendo donde viemos, mas desconhecendo o nosso futuro, nenhum conceito é mais ambíguo do que o de “pecado”, profundamente indefinido no seu complexo semântico referencial. Porém, o abandono voluntário pela Europa de uma vivência do pecado não significa idêntico abandono de uma consciência culpada. Pelo contrário, toda a filosofia prova, de Kierkegaard e Nietzsche a Heidegger, Levinas e Merleau-Ponty – e, em Portugal, de Pedro Amorim Viana e Antero de Quental a Leonardo Coimbra e Paulo Borges -, a existência de um sentimento de culpa, latente e pulsante no coração do homem. Com exceção dos violentos, os atos ontem vistos como pecaminosos são hoje considerados meros “desvios”, “infrações” ou “transgressões” em relação ao pensamento e à ação socialmente dominantes, não forçando o seu agente à exclusão, à vergonha, à abjeção, ao ostracismo, muito menos à queima numa fogueira inquisitorial. Em *Nova Teoria do Pecado* intenta-se, assim, compor uma biografia deste conceito, recuperando, sob e sobre a ética e a moral cristãs de pecado, profundamente excludente e totalitária, o conceito de Pecado segundo a civilização e a cultura gregas (*amartia*), que o não teriam elevado a uma natureza sagrada, tratava-se de um assunto exclusivamente humano. Deste modo, a visão cristã de pecado cruza simultaneamente a tradição greco-latina de falhar o alvo, de



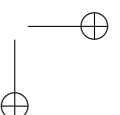
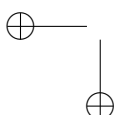




se enganar, de cometer um erro, de se desviar do caminho certo (*amartia*), com a tradição judaica do estabelecimento de uma intenção de revolta, de contestação, seja contra a instituição igreja e o seu corpo de prescrições sociais, dimanadas da cúria romana, seja contra deus, ele próprio, isto é, como *aversio a Deo et conversio ad bonum creatum*, hipostasiando ambas as tradições num cúmulo absoluto de sagrado, fora do qual reinaria a “iniquidade” de S. Paulo e o “demónio”, “príncipe do mal”, da igreja romana. Dito de outro modo, o conceito de Pecado mudou de natureza: de conceito prescritivo de natureza política e sociológica, imposto como lei e hábito universal a toda a comunidade, tornou-se, desde o século XIX, um conceito para uso restrito, não tanto dos cristãos, mas mais dos católicos, que por ele ostentam uma mentalidade cruzada de Medo e Culpa, lançando ao Céu (a Deus, a Nossa Senhora de Fátima) a ventura ou a desventura da existência social de cada crente.

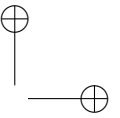
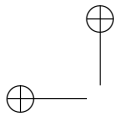
**AR e CSL – Sabemos que a sua obra ficcional se ramifica em Romance, mormente histórico, e também Teatro, sendo este último sempre desenvolvido em parceria com Filomena de Oliveira. Fale-nos um pouco acerca de ambos e sobre as linhas temáticas que os norteiam.**

**MR** – No campo da narrativa ficcional, tenho escrito teatro com Filomena Oliveira. Entre várias peças, *Uma Família Portuguesa*, 2008 – Grande Prémio de Teatro Sociedade Portuguesa de Autores/Teatro Aberto; *Vieira – O Céu na Terra*, representado em Portugal, no Brasil e na Guiné-Bissau; *Europa, Europa*, 2016, representado no mesmo ano pela companhia de teatro Éter na Quinta da Riba Fria, um palácio renascentista em Sintra, e *As Máscaras de Pessoa*, 2018, sobre o labirinto mental da heteronomia pessoal. Fizemos igualmente a adaptação dramaturgical dos romances de José Saramago, *Memorial do Convento* e *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, representadas pela Éter no Convento de Mafra e na Fundação José Saramago. No campo do romance histórico, dediquei-me em grande parte à presença portuguesa no Brasil ao longo de 400 anos: *Memórias de Branca Dias* (a primeira judia no Pernambuco/Brasil, 2003), *A Voz da Terra* (sobre o Terramoto de 1755, com personagens brasílicos, 2005: Prémio Ficção Fernando Namora 2006), *O Último Negreiro* (sobre Francisco Félix de Sousa, o último grande negreiro de Ajudá no Dahomé/Benim, 2006), *O Sal da Terra* (a vida de Pe. António Vi-



eira, 2008), e *A Guerra dos Mascates* (a guerra entre Olinda e o Recife em 1710, 2011). Constituiu expressão de uma fase brasílica na minha vida, todos os anos ia ao Brasil e durante cinco meses, com uma bolsa do Centro Nacional de Cultura, percorri todas as cidades onde pe. António Vieira viveu e pregou. Esta paixão pela cultura brasileira, entre 2001 e 2010, prolongou-se na escrita de dois álbuns: um, *Atlântico. A Viagem e os Escravos* (2005), sobre o fluxo dos escravos africanos para o Brasil, com desenhos de Adriana Molder e fotografias de Noé Sendas; outro, *As Missões. Bandeirantes, Jesuítas e Guaranis* (2009), com imagens de Graça Morais. A partir de 2011, ganhei nova paixão, sobre o Oriente – encetei viagens na Índia e em Macau, descritas em dois romances: *O Feitiço da Índia* (sobre a colonização portuguesa de Goa, 2012) e *A Cidade do Fim* (sobre a presença portuguesa em Macau, 2014). No campo do romance, publiquei ainda *O Último Minuto na Vida de S.* (sobre a relação amorosa entre Snu Abecassis e Francisco Sá-Carneiro 2007), *O A Ministra* (2009), *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia* (2010) e *O Último Europeu* (uma utopia/distopia projetada para 2284, 2015). Em 2016, escrevi a quatro mãos, com Manual da Silva Ramos, num estilo satírico e surrealista, a novela *O Deputado da Nação*.

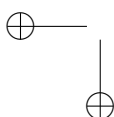
**AR e CSL – Em relação a *O Último Europeu*, um romance com laivos trágico-cômicos, apresenta-nos uma visão algo apocalíptica não só no que diz respeito aos aspetos climáticos, demográficos, devastação do Planeta, consequências do mau uso das tecnologias, guerras de impérios, mas também no que concerne à desmemorização e desinteresse generalizado que acontece nas sociedades contemporâneas, mais voltadas para a cultura do efêmero, dos folhetins telenovelísticos, espécie de “côcegas para a alma”, como refere em o *Romance Português Contemporâneo*, que sacia imediatamente, mas que não deixa consequências a longo prazo. Como contraponto do “uso cosmopolita e quotidiano da língua, de vínculo não erudito”, temos, em o *Último Europeu*, a figura do Reitor, um resistente, o símbolo da esperança, o único capaz de refletir, sem o auxílio das novas tecnologias, escrevendo à mão, por razões de secretismo, mas também porque “ninguém sabe hoje escrever segundo este antigo modo senão os hermeneutas museológicos” (*O Último Europeu*), a *Crónica da Criação e Extinção da Nova Europa*. Olhando para a literatura, corresponderá esta figura do reitor à do nosso Escritor, que é uma espécie de**

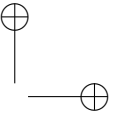


**salvador, pela palavra, da memória coletiva de um povo? Será também uma chamada de atenção para o consumo exacerbado daquilo que apelidou de “Romance de mercado” que invadiu a sociedade e tomou o lugar do “Romance como obra de arte” (MR *Romance Português Contemporâneo*)? Para onde estão a caminhar os leitores contemporâneos? E o Romance Português Contemporâneo?**

**MR** – O romance português atual está de boa saúde, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Todas os meses nascem novos escritores e entram no mercado novos romances de qualidade. No entanto, mercado editorial e a sua noção de entretenimento substituíram a história, pelo que pouco autores desta geração ficarão para a história da literatura. Mas três ou quatro dos novíssimos, pela originalidade, pela qualidade cosmopolita dos seus romances, têm alguma possibilidade. Os restantes limitar-se-ão a encher páginas de jornais que, lidos hoje, seguirão no futuro para a grande gaveta do esquecimento. O romance mudou de natureza; o realismo, seu grande enquadramento clássico, foi tragado pela história exótica, as ações insólitas, as novidades escandalosas, e deu origem a uma nova classificação literária: o *best seller*, que domina imperialmente os escaparates das livrarias. Hoje, paradoxalmente, escrever um romance de qualidade implica subverter as categorias tradicionais (novecentistas) deste género literário e arriscar a que o leitor não perceba o que o escritor quer dizer. Logo, não vender; logo, as editores recusarem. Daqui se vê a importância do crítico literário. Cabe a este não se submeter à ditadura do mercado e chamar a atenção para autores superiores, ainda que com livros pouco vendáveis. Por isso, leio sempre com muita atenção os livros da Annabela Rita, ela cruza de uma maneira muito imaginativa e muito bem fundamentada a literatura com a cultura.

**AR e CSL** – No que diz respeito ao romance, o Miguel Real cria, invariavelmente, títulos fortes, estimulantes, que captam a atenção do leitor, como é o caso de *Cadáveres às Costas* (2018). Diga-se, em abono da verdade, que a utilização de expressões que sinalizam o fim de uma era, de um tempo, como são os casos de *O Último Eça*, *O Último Minuto na Vida de S.*, *O Último Negreiro*, *O Último Europeu*, *O Último Minuto na vida de Saramago*, “A Cidade do Fim”, tem sido uma constante. No caso do ensaio, também temos nota de *A Morte de Portugal*, que marca o fim de





**um tipo de Portugal específico (e o aparecimento de algo novo), além do ressurgir de uma outra perspectiva, sob a alçada dos títulos: *Nova Teoria da felicidade, Nova Teoria do sebastianismo, Nova Teoria do Mal*. Será que nos poderia esclarecer um pouco acerca destas tendências que marcam a sua obra?**

**MR** – Sim, Sofia, talvez devido a uma educação muito religiosa na infância, tenho tendência a privilegiar o “catastrofismo”, isto é, os princípios e os fins, e estes são sempre explosivos. Isto é, ainda, são os momentos de rutura, rutura individual ou rutura coletiva. E esta rutura (tudo o que está transformando-se em outra coisa no espaço de uma vida) atrai-me. Quando li, na infância, o “Apocalipse de São João” estive noites sem dormir. Desde aí, as situações apocalípticas atraem-me. É o meu trauma.

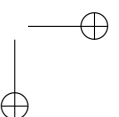
**AR e CSL** – **Qual é o seu romance que mais gostou de escrever? E porquê?**

**MR** – Pessoalmente, considero *A Visão de Túndalo por Eça de Queirós*, a revelação de um manuscrito inédito (falso) deste autor, publicado em 2000, Prémio Ler/Círculo de Leitores, um dos meus romances mais bem conseguidos.

**AR e CSL** – **E qual é o ensaio, da sua própria lavra, preferido? E porquê?**

**MR** – O que estou a escrever agora: “Pessoa & Saramago”, o maior poeta português do século XX e o maior prosador português do século XX. É um grande desafio para mim próprio. É como, com os olhos no pico do Everest, subir todos os dias mais cem metros. Vamos lá ver se serei capaz, se estarei à altura destes dois gigantes da literatura mundial. São dois labirintos sem portas, para os quais descobri/criei uma porta.

**AR e CSL** – **Como é que é possível acumular, com o mesmo brilhantismo, as funções de professor, ensaísta, romancista, crítico literário, conferencista, dramaturgo (neste campo, em parceria com Filomena Oliveira)? Contando com mais de 60 títulos da sua autoria, além das inúmeras obras nas quais participou em coautoria ou na qualidade de prefaciador, organizador, entrevistador, entrevistado, colaborador, cri-**





**tico literário (capítulo de livro, artigo, recensão, etc.), não admira que seja considerado, por muitos, uma das personalidades mais estimulantes do atual panorama cultural português. Tem ideia de quantas páginas já escreveu ao longo da sua vida? Páginas que contribuem para o espólio mundial escrito em Língua Portuguesa. Tem noção de que há uma onda crescente de trabalhos realizados em torno da sua obra? Teses, capítulos de livro, livros, conferências, exposições, entrevistas, etc. É, cada vez mais, objeto de estudo. Como reage a esta realidade?**

**MR** – E a Sofia tem contribuído (e MUITO) para a abertura dessas portas, o que lhe agradeço do coração. Nunca contei os livros, muito menos o número de páginas. Não é por modéstia. É, sinceramente, por MEDO. Quando publico um livro, tenho sempre a sensação de que não consigo não só exprimir-me claramente como algo de importante lhe falta, aquele raciocínio original, aquela frase lapidar, que deveriam ter sido o coração da minha mensagem. E MEDO também porque conheço a biografia dos escritores e constato que quanto mais louvados em vida mais esquecidos após a morte. Os casos mais gritantes são os do Pinheiro Chagas e do Fernando Namora. Dois monstros sagrados em vida, esquecidos logo que defuntos. Por isso, sem falsas modéstias, procuro um equilíbrio entre ser conhecido e ser lido. Não ser muito falado, mas ser lido por aquela “imensa minoria” que, culta, saiba apreciar (estar de acordo, criticar) o que escrevi, limpar a gordura a mais e detetar o diamante que todos os livros contém.

**AR e CSL** – Na exposição itinerante que esteve patente de outubro de 2019 a dezembro de 2019, na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, Guarda (cidade candidata a capital europeia da cultura 2027), um dos painéis era dedicado à sua vertente Humanista. “Todos são unânimes em afirmar que este enorme vulto da cultura portuguesa, do ponto de vista pessoal, é um ser humano absolutamente ímpar, irrepreensível. Extremamente humilde, de uma generosidade e afabilidade para com todos absolutamente incedível, Miguel Real tem vindo, desde sempre, a acarinhar diversos autores. Além disso, tem um leque de sociabilidades de avultada dimensão, reunindo, na sua base de dados de amizades, incontáveis nomes de diversas proveniências, idades, sexos, credos, ideias políticas, religiosas, culturais, que, entre outros aspetos, atestam a profunda



**tolerância e respeito pelo próximo”. Em suma, “Sério Cultor das Letras, convicto Humanista, figura tão bondosa quanto erudita”. Fica feliz em saber que, além de uma hercúlea obra, com um enorme potencial de estudo e reflexão, é um ser humano muito querido e apreciado por todos? Isto não é algo menor: conhecemos imensos casos de grandes intelectuais que são difíceis, para não usarmos outras expressões, do ponto de vista pessoal...E o Miguel consegue produzir mais do que ninguém e ainda tem tempo para o Ser e o Saber Ser.**

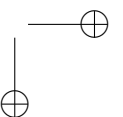
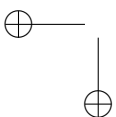
**MR** – Por um lado, está-me no sangue ser bem-educado; por outro, sou o reflexo dos amigos que tenho. E todos eles sabem conjugar harmoniosamente “O Ser e o Saber Ser”.

**AR e CSL** – Como reagiu à grande homenagem que foi promovida em torno da sua obra? Um Congresso Internacional, com a participação de relevantes figuras do meio académico nacional e internacional, uma Exposição Itinerante na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, com três Colóquios Associados, uma Conferência proferida na Academia de Marinha Portuguesa, a peça “O Ano da Morte de Ricardo Reis, da responsabilidade da Éter (produção Cultural), em exibição na Covilhã e na Guarda, um documentário artístico produzido por alunos de cinema da UBI e nomeado para o prémio *Sophia* 2018, entre muitas, muitas outras iniciativas que coocorreram para este Ciclo de Homenagem pela efeméride dos 40 anos de Escrita de Miguel Real, tudo isto com o apoio incondicional de dezenas e dezenas de instituições científicas e culturais, de Câmaras Municipais, desde locais até à de Lisboa, que fizeram questão de se associar. Um Oceano de gente que se deslocou à Covilhã e à Guarda não só para partilhar um bom diálogo científico em torno de uma hercúlea Obra de elevada qualidade científica e estética, mas também porque o consideram um ser humano absolutamente inigualável. Todos são unânimes em o afirmarem como um Ser Humano irrepreensível: “um santo laico”, como o apelida José Eduardo Franco. Como recebe estas críticas tão benignas quer à sua obra quer ao Ser Humano que as redige e faz de si um escritor tão querido por todos? Sente-se realizado?

**MR** – Foi um dos dias mais felizes da minha vida. Como cidades, fiquei com a Covilhã e a Guarda no coração; como participantes nas homenagens,

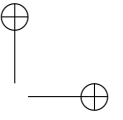
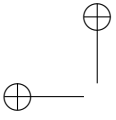


e aos seus promotores (a Sofia, o Alexandre, a Annabela...), guardo-os para sempre como figuras que mais me emocionaram. A tudo e a todos, o meu muito OBRIGADO. O Vergílio Ferreira dizia que, verdadeiramente, um homem só se realiza quando as suas obras têm consequências. Foi o que senti na Homenagem, senti-me realizado.

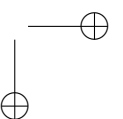
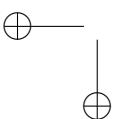


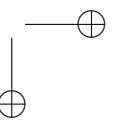
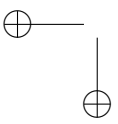
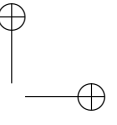
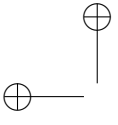






## **IV. MIGUEL REAL: DOS 40 ANOS DE ESCRITA AO ÁLBUM DE 2018-2019**





## 4.1. OBRAS PRINCIPAIS



**Ensaio (Cultura Portuguesa e Filosofia) &  
Ficção (Teatro e Romance<sup>5</sup>)**

- (2022), *As Sete Vidas de José Saramago*, em parceria com Filomena Oliveira, Lisboa, Companhia da Letras.
- (2022), *Introdução a Antero de Quental – Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Lisboa, Vega.
- (2022), *Pessoa & Saramago*, Alfragide, D. Quixote.
- (2021), *O Essencial Sobre Teolinda Gersão*, em parceria com Annabela Rita, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (2019), *O Último Minuto na Vida de Saramago*, Alfragide, D. Quixote.
- (2018), *Fátima e a Cultura Portuguesa*, Alfragide, D. Quixote.
- (2018), *Cadáveres às Costas*, Alfragide, D. Quixote.
- (2018), *As Máscaras de Pessoa*, em parceria com Filomena Oliveira, Alfragide, D. Quixote.
- (2018), *Vida e Obra de Mário Cláudio* (org.), em parceria com Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Alexandre António da Costa Luís, Porto e Covilhã, Fundação Engenheiro António de Almeida e Universidade da Beira Interior.
- (2017), *Traços fundamentais da cultura portuguesa*, prof. José Eduardo Franco, Lisboa, Planeta.
- (2017), *Nova Teoria do Pecado*, Alfragide, Dom Quixote.
- (2017), *Abrantes, o caderno*, em parceria com Javier Blas, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes.

---

<sup>5</sup>Note-se que não colocámos nesta lista os incontáveis prefácios, as edições comentadas e anotadas, as coordenações científicas de livros e revistas, as entrevistas, a participação em obras completas de onde destacamos as de Padre Manuel Antunes e de Padre António Vieira, entre tantas outras publicações, como é o caso dos artigos que publica regularmente no *jornal de Letras, Artes e Ideias*, dos capítulos de livro, etc.

- (2016), *O Teatro na Cultura Portuguesa do Século XX*, em parceria com Filomena Oliveira, Lisboa, Vega.
- (2016), *Sintra – patrimónios*, fot. Cristina Alves... [et al.], Sintra, Câmara Municipal de Sintra.
- (2016), *Europa, Europa*, em parceria com Filomena Oliveira, Lisboa, Vega.
- (2016), *O Deputado da Nação*, em parceria com Manuel da Silva Ramos, Lisboa, Parsifal.
- (2015), *Vieira, o Céu na Terra: Nos 400 anos do nascimento do Padre António Vieira, uma homenagem*, em parceria com Filomena Oliveira, Setúbal, Edições Fénix.
- (2015), *Portugal: Um País Parado no meio do Caminho (2000-2015)*, em parceria com Filomena Oliveira, Alfragide, Dom Quixote.
- (2015), *Mário Cláudio e a Portugalidade* (org.), em parceria com Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Alexandre António da Costa Luís, Lisboa, Editora Fonte da Palavra/ UBI/CLEPUL, com o apoio da FCT.
- (2015), *O Último Europeu: 2284*, Alfragide, Dom Quixote (trad. Italiano Francesco Ambrosini, Marisa da Silva Valente, Milano, Mimesis, 2017).
- (2015), *Manifesto em Defesa de uma Morte Livre*, Lisboa, Parsifal.
- (2014), *O Futuro da Religião*, Lisboa, Nova Vega.
- (2014), *Nova Teoria do Sebastianismo*, Alfragide, Dom Quixote.
- (2013), *Liberdade, liberdade!*, em parceria com Filomena Oliveira, Lisboa, Fonte da Palavra.
- (2013), *A Cidade do Fim*, Alfragide, Dom Quixote.
- (2013), *Nova Teoria da Felicidade*, Alfragide, Dom Quixote.
- (2013), *Europa – Ano 2300*, s.l., 4 águas editora.
- (2012), *O Feitiço da Índia*, Alfragide, Dom Quixote.

- (2012), *O Romance Português Contemporâneo: 1950-2010*, Alfragide, Editorial Caminho.
- (2012), *Nova Teoria do Mal: Ensaio de Biopolítica*, Alfragide, Dom Quixote.
- (2011), *Introdução à cultura portuguesa: Séculos XIII a XIX*, prefácio de Guilherme d'Oliveira Martins, Lisboa, Planeta.
- (2011), *O Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010 – O Labirinto da Razão e a Fome de Deus*, Lisboa, IN-CM.
- (2011), *A Voz da Terra*, Alfragide, Dom Quixote.
- (2011), *A Guerra dos Mascates*, Alfragide, Dom Quixote.
- (2010), *Vodka e cachupa; Uma família recente; Viúva recente*, em parceria com Filomena Oliveira, Lisboa, Fonte da Palavra.
- (2010), *As Memórias Secretas da Rainha D. Amélia*, Alfragide, Dom Quixote.
- (2009), *José Enes: Poesia, Açores e filosofia*, Lisboa, Fonte da Palavra.
- (2009), *Uma família portuguesa*, em parceria com Filomena Oliveira, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Autores.
- (2009), *A Ministra*, Matosinhos, Quidnovi.
- (2009), *As Missões: Bandeirantes, Jesuítas e Guaranis*, Lisboa, Quidnovi.
- (2008), *Matias Aires: as máscaras da vaidade*, Lisboa, Sete Caminhos.
- (2008), *O Sal da Terra*, Lisboa, Quidnovi.
- (2008), *Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa*, Lisboa, Quidnovi.
- (2008), *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*, Matosinhos, Quidnovi.
- (2007), *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa*, Lisboa, Quidnovi.
- (2007), *A Morte de Portugal*, Porto, Campo das Letras.

- (2007), *O Último Minuto na Vida de S.*, Lisboa, Quidnovi.
- (2007), *O Último Negreiro*, Lisboa, Quidnovi.
- (2007), *O Mar como Destino: Visões sobre um Acervo Comum*, Viana do Castelo, Grupo desportivo e cultural dos trabalhadores dos Estaleiros Navais.
- (2006), *1755 – O Grande Terramoto*, em parceria com Filomena Oliveira, Lisboa, Europress.
- (2006), *O Último Negreiro*, Lisboa, Quidnovi.
- (2006), *O Último Eça*, Lisboa, Quidnovi.
- (2005), *Atlântico: a viagem e os escravos*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- (2005), *O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa*, Lisboa, Quidnovi.
- (2005), *A Voz da Terra*, Matosinhos, Quidnovi.
- (2003), *Memórias de Branca Dias*, Temas e Debates.
- (2003), *O Essencial Sobre Eduardo Lourenço*, Lisboa, INCM.
- (2003), *Eduardo Lourenço – Os Anos da Formação 1945-1958*, Lisboa, INCM.
- (2002), *Os Patriotas: Peça em Três Actos*, em parceria com Filomena Oliveira, Póvoa de Santo Adrião, Europress.
- (2001), *Geração de 90: Romance e Sociedade no Portugal Contemporâneo*, Porto, Campo das Letras.
- (2000), *A Visão de Tândalo Por Eça de Queirós*, Lisboa, Difel.
- (1999), *Eduardo Lourenço: Os anos de formação, 1945-1958: Uma bibliografia intelectual*, Tese de Mestrado, Policopiado.
- (1998), *Portugal: Ser e Representação*, Lisboa, Difel.
- (1998), *A Verdadeira Apologia de Sócrates*, Porto, Campo das Letras.

- (1997), *Leibniz 1646-1716*, trad. Miguel Real, Lisboa, Lisboa Editora.
- (1996), *Narração, Maravilhoso, Trágico e Sagrado em «Memorial do Convento» de José Saramago*, Lisboa, Editorial Caminho.
- (1995), *G. W. Leibniz: o paradoxo e a maravilha*, Sintra, Sintra Editora.
- (1994), *Guia Prático de Lógica para Professores de Acordo com o Manual Filósofar 2: Introdução à Filosofia, 11.º*, em parceria com Miguel Monteiro e Filomena Oliveira Sintra, Sintra Editora.
- (1993), *Filósofar 1: 10.º* (manuais escolares), em parceria com Filomena Oliveira, Lisboa, Replicação.
- (1992), *Exortação*, em parceria com Vicente Gil, Lisboa, Quimera.
- (1991), *Filósofar 3: 12.º* (manuais escolares), em parceria com Filomena Oliveira, Lisboa, Replicação.
- (1990), *Filósofar 2: 11.º* (manuais escolares), em parceria com Filomena Oliveira, Lisboa, Replicação.
- (1989), *O discurso do método de R. Descartes* trad. e esclarecimentos de António Monteiro e Luís Martins, Lisboa, Replicação.
- (1987), *Princípios de filosofia ou monadologia de Leibniz*, trad., introd. e notas de Luís Martins, INCM e FCSH da Univ. Nova de Lisboa.
- (1987), *A Filosofia explicada às meninas e aos meninos*, s.l., Mar Fim.
- (1987), *Apologia de Sócrates*, Anotações de Luís Martins, Sintra, Mar Fim.
- (1987), *Princípios de Filosofia e quadro sobre a ética*, Sintra, Mar Fim.
- (1987), *Carta de Sócrates a Alcibiades, seu vergonhoso amante*, Sintra, Mar Fim.
- (1980), *O Outro e o Mesmo*, Lisboa, Contexto.



## 4.2. ALGUNS PRÉMIOS E DISTINÇÕES



- 1979** – Prémio Revelação Ficção da Associação Portuguesa de Escritores (*O Outro e o Mesmo*).
- 1995** – Prémio Revelação de Ensaio da Associação Portuguesa de Escritores (*Portugal – Ser e Representação*).
- 2000** – Prémio “Ler” do Círculo de Leitores (*A Visão de Tândalo por Eça de Queirós*).
- 2001** – Recebeu a **bolsa do programa Criar Lusofonia**, do Centro Nacional de Cultura, que lhe permitiu percorrer o itinerário do Padre António Vieira pelo Brasil, viagem que teve expressão na escrita, designadamente na redação do diário, editado em 2004, intitulado *Atlântico, a Viagem e os Escravos*, bem como dos cinco romances do designado “ciclo brasileiro”.
- 2006** – Prémio Fernando Namora de Literatura; Prémio Ficção Ler/Círculo de Leitores (*A Voz da Terra*).
- 2008** – Prémio Jacinto do Prado Coelho da Associação Portuguesa de Críticos Literários (*Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*).
- 2008** – Grande Prémio de Teatro do Teatro Aberto e Sociedade Portuguesa de Autores, em parceria com Filomena Oliveira (*Uma Família Portuguesa*).
- 2009** – Prémio de crítica literária, Sociedade Portuguesa de Autores.

## CULTURA

## Miguel Real vence Prémio Jacinto do Prado Coelho

'Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa', de Miguel Real é o grande vencedor do Prémio Jacinto do Prado Coelho, da Associação Portuguesa de Críticos Literários.

24 de Novembro de 2009 às 10:55

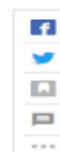


Obra é editada pela Quádrupla

"É um livro notável. Não há, até agora, ensaio tão rico e luminoso a abordar a obra do maior pensador contemporâneo. Dar ordem à obra de Lourenço é uma proeza", disse Francisco José Viegas, crítico, aquando da sua publicação.

O júri, constituído por Manuel Frias Martins, Carlos Jorge Figueiredo Jorge e Liberto Cruz, entendeu que o prémio, no valor de cinco mil euros, deve ser entregue ao ensaio que cobre a vida e todo o pensamento do filósofo e ensaísta Eduardo Lourenço desde a década de 40 até à publicação de 'O Labirinto da Saudade', em 1978.

'A obra de Arte e o seu mundo', do poeta, ensaísta, crítico literário e tradutor Fernando Guimarães foi o ensaio literário, em língua portuguesa, a receber o galardão em 2008.



“É um livro notável. Não há, até agora, ensaio tão rico e luminoso a abordar a obra do maior pensador contemporâneo. Dar ordem à obra de Lourenço é uma proeza”<sup>6</sup>, disse Francisco José Viegas, crítico literário, por ocasião da sua publicação.

<sup>6</sup>CM- Jornal, “Miguel Real vence Prémio Jacinto do Prado Coelho”, disponível em [www.cmjornal.pt/cultura/detalhe/miguel-real-vence-premio-jacinto-do-prado-coelho](http://www.cmjornal.pt/cultura/detalhe/miguel-real-vence-premio-jacinto-do-prado-coelho) (acedido a 1-03-2020).



“É uma obra incontornável na ensaística portuguesa”<sup>7</sup>, sublinhou Maria do Rosário Pedreira, da editora responsável pela publicação da obra *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*, de Miguel Real, que venceu o Prémio Jacinto do Prado Coelho, da Associação Portuguesa de Críticos Literários.

---

<sup>7</sup>SOSA, Vanessa Sena, *Prémio de crítica literária atribuído a Miguel Real* *Jornal de Sintra*, 18 dezembro 2009 [www.jornaldesintra.com/2009/12/sintralisboa-2/](http://www.jornaldesintra.com/2009/12/sintralisboa-2/) (acedido a 1 de março de 2019).

### 4.3. HOMENAGEM & CELEBRAÇÃO: FLASHES DE UM ITINERÁRIO





**MIGUEL REAL**  
40 anos de vida literária  
4 de outubro a 6 de dezembro | 2019

---

**Ciclo de Homenagem**  
BIBLIOTECA MUNICIPAL EDUARDO LOURENÇO  
EXPOSIÇÃO / COLÓQUIOS / TEATRO

A photograph of Miguel Real, an elderly man with glasses and a dark suit, standing with his arms crossed in a library. He is surrounded by bookshelves filled with books. The background is slightly blurred, focusing on the man.

A row of logos for the organizing institutions: GUARDA (municipal coat of arms), TUG (Associação de Municípios do Tâmega e Alto Douro), IBB (Instituto Bibliotecário de Braga), LABCOMUT (Laboratório de Comunicação e Imagem da Universidade do Minho), CLEPUL (Centro de Estudos de Língua Portuguesa da Universidade de Coimbra), and IPG (Instituto Português de Geografia).





**4 de out. 2019 | SEXTA-FEIRA**

**Colóquio Miguel Real - 40 anos de escrita: ensaio, ficção, etc.**  
Sala de Tempo e Poesia da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço - Guarda

**15:00 - Sessão de Abertura:**

Presidente da Câmara Municipal da Guarda, **Carlos Monteiro**  
Representantes da Comissão Organizadora do Evento, **Amabelá Rita** (UL, USPAL, ALIC) e **Alexandre António da Costa Lobo** (UL, PRAD, ALIC, Miguel Real e a LEB)  
Ensaista/Escriitor Homenageado, **Miguel Real**

**Painel: Ensaio e Ficção**  
Moderadores: **Máxima Sibóncha** (UB) e **João Morgado** (escriitor)

**15:30 - José Carlos Seabra Pereira** (Universidade de Coimbra)  
"Título a confirmar"

**16:00 - Amabelá Rita** (UL, Universidade de Lisboa, USPAL, ALIC, APE, BE, ULX, IAP)  
"Miguel Real: o verbo imaginário"

**16:30 - Carla Sofia Gomes Xavier Lobo** (UL, PRAD, ALIC, ULP)  
"Traço Fundamental da Lusofonia na obra ensaística e ficcional de Miguel Real"

**16:50 - Urbano Sibóncha** (UL, PRAD) e **Máxima Sibóncha** (UL, PRAD)  
"É a identidade o lugar natural da cultura? Um debate a partir de Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa de Miguel Real"

**17:10 - Renato Epifânio** (Centro de Filosofia da FCUL, ULX, Presidente do Movimento Internacional Lusófono e diretor de revista Nova Agenda)  
"Miguel Real e o Ideal de Lusofonia"

**17:30 - Espaço de Debate** com a participação de Miguel Real

**17:45 - Mensagem de Homenagem a Miguel Real** (Vídeo)

**18:20 - Inauguração da Exposição**

**18:45 - Sessão de Autógrafos** (Ponto de Venda de Livros - A Mar Arte - Paula Ribeiro - Leya)

Mais informações sobre a exposição dedicada a Miguel Real (EML)  
Disponíveis em: <http://facebook-ly-ubi.pt/info/ohomenagemmiguelreal/>

Página oficial do Colóquio Internacional Miguel Real:  
Literatura, Filosofia e Cultura (7 e 8 de novembro de 2019)  
<http://www.lilicomm-ly-ubi.pt/files/colquiointernationalcolquio>



**6 de nov. 2019 | QUARTA-FEIRA**

**Colóquio Miguel Real - 40 anos de escrita: a (re)criação dramaturgica**  
Teatro Municipal da Guarda

**15:00 - Estreia da Peça de Teatro O Ano da Morte de Ricardo Reis** autoria de **Joel Saranago**, adaptação dramaturgica de **Filomena Oliveira** e **Miguel Real** (Eler - Produção Cultural)

**17:00 - "...a Conversa com Filomena Oliveira e Miguel Real"**

**6 de dez. 2019 | SEXTA-FEIRA**

**Colóquio Miguel Real - 40 anos de escrita: o romance histórico no século XXI**

Sala de Tempo e Poesia da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço - Guarda

**15:00 - Sessão de Abertura:**

Presidente da Câmara Municipal da Guarda, **Carlos Monteiro**  
Representantes da Comissão Organizadora do Evento, **Alexandre Lobo** (UB) e **Carla Sofia Lobo**

**15:30 - Mesa Redonda** - com a participação de Miguel Real e moderação de **João Morgado**

**Álvaro Manuel Machado** (Universidade de Lisboa)

**Muno Júdice** (escriitor/teórico)

**Daniël Henri Pageaux** (Sorbonne, Paris)

**António José Borges** (USPUL, revista Nova Agenda)

**Gabriel Magalhães** (UB, escritor)

**João Morgado** (escriitor)

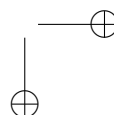
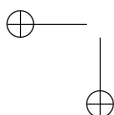
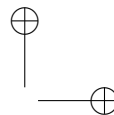
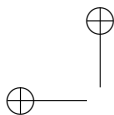
**Luísa Maria Seabra Marinho Antunes Paulineff** (Universidade de Madrid)

**17:30 - Espaço de Debate** com a participação de Miguel Real

**17:45 - Mensagem de Homenagem a Miguel Real** (Vídeo)

**18:20 - Encerramento da Exposição**

**18:45 - Sessão de Autógrafos** (Ponto de Venda de Livros - A Mar Arte - Paula Ribeiro - Leya)





#### 4.3.1.1. Programa do *Colóquio Internacional*



<b>7 Novembro</b> Anfiteatro da Parada	<b>11:30</b> "Miguel Real leitor de Eduardo Lourenço" <b>Daniel-Henri Pageaux</b> Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3
<b>9:00</b> Sessão de Abertura <b>António Carreto Fidalgo</b> Magnífico Reitor <b>José Rosa</b> Presidente da Faculdade de Artes e Letras <b>Paulo Serra</b> Coordenador do LabCom.IFP. <b>Vitor Pereira</b> Presidente da Câmara Municipal da Covilhã <b>Paulo Fernandes</b> Presidente da Câmara Municipal do Fundão <b>António Dias Rocha</b> Presidente da Câmara Municipal da Belmonte <b>Carlos Chavez Monteiro</b> Vice-Presidente da Câmara Municipal da Guarda <b>Herlander Valente Zambujo</b> Secretário Geral da Academia da Marinha <b>Annabela Rita</b> Representante da Comissão Organizadora do Evento – Universidade de Lisboa <b>Alexandre Luis</b> Representante da Comissão Organizadora do Evento – Universidade da Beira Interior – "Miguel Real e a UBI" <b>Miguel Real</b> Ensaísta/Escritor Homenageado	Moderador: <b>Urbano Sidoncha</b>
<b>10:00</b> Boas-vindas: Breve Atuação da Desertuna	<b>12:40</b> Espaço de Debate
1ª Painel	<b>13:30</b> Almoço UBI - Malufa
<b>10:30</b> "Cultura portuguesa e extraterritorialidade em Miguel Real" <b>Álvaro Manuel Machado</b> Universidade Nova de Lisboa	2ª Painel
<b>10:50</b> "O Último Minuto na Vida de S., de Miguel Real" <b>Annabela Rita</b> Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ALLC / APE / IEF / OLP / SHIP	<b>15:00</b> "A Visão de Miguel Real Sobre Portugal e a Lusofonia" <b>Renato Epifânio</b> Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, Presidente do MIL - Movimento Internacional Lusófono e diretor da revista "Nova Águia"
<b>11:10</b> "No fim, a distopia: cartografar o espaço físico no romance <i>O Último Europeu</i> . 2284" <b>Teresa Bagão</b> Faculdade de Letras da Universidade do Porto	<b>15:20</b> "Em debate com Miguel Real sobre a questão de uma hipotética identidade da cultura portuguesa" <b>Urbano Sidoncha e Idalina Sidoncha</b> Universidade da Beira Interior e LabCom.IFP – Centro de Filosofia, Política e Cultura
	<b>15:40</b> "Representações dos Judeus na obra Ensaística e Ficcional de Miguel Real" <b>Carla Sofia Gomes Xavier Luis</b> Universidade da Beira Interior, LabCom.IFP.
	Moderadora: <b>Idalina Sidoncha</b>
	<b>16:00</b> Espaço de Debate
	<b>16:10</b> Intervalo
	3ª Painel
	<b>16:20</b> "O refinamento da ironia na escrita de Miguel Real" <b>Aldinida Medeiros</b> Universidade Estadual de Paraíba
	<b>16:40</b> "Que cavalos são estes que se ouvem na prosa romanesca de Miguel Real? Uma leitura de O

*Último Minuto da Vida de S.\**

**Gabriel Magalhães**

Universidade da Beira Interior, Centro de Estudos Comparativistas da UL, Escritor

**17:00**

"A Morte de Portugal e O Último Europeu de Miguel Real: do ensaio escatológico à ficção utópica"

**José Eduardo Reis**

Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro

**17:20**

"Miguel Real peregrinador de uma língua de várias culturas"

**Guilherme d'Oliveira Martins**

Presidente do Grande Conselho do Centro Nacional de Cultura e Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian

Moderadora: **Annabela Rita**

**17:50**

**Espaço de Debate**

**19:15**

**Jantar**

Restaurante Dom Papão, Covilhã (Oferta da Câmara Municipal de Belmonte)

**21:00**

**Peça de Teatro O Ano da Morte de Ricardo Reis**

Eter - Produção Cultural (produção artística-Filomena de Oliveira)

Grande Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde (Oferta da Câmara Municipal da Covilhã)

**8 Novembro**

Anfiteatro da Parada

4º Painel

**9:30**

"Portugal no Panoptikon de Miguel Real"

**Onésimo Teotónio d'Almeida**

Brown University, em Providence, Rhode Island, onde dirige o Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiro

**10:00**

"Miguel Real, intérprete singular da cultura portuguesa"

**José Eduardo Franco**

Historiador, Ensaista, CLEPUL

**10:30**

"A vida, o amor e o ódio: uma tetralogia no feminino" - **Isabel Ponce de Leão**

Universidade Fernando Pessoa e Membro integrado do CLEPUL

**11:00**

"Pensar a identidade cultural portuguesa em Miguel Real"

**Cândido Oliveira Martins**

Universidade Católica Portuguesa, Braga

**11:30**

Lançamento da *Nova Águia*, n.º 22, *Revista de Cultura para o Século XXI*, (Homenagem a Miguel Real - Sócio Honorário)

**Renato Epifânio** Diretor da revista *Nova Águia*

**MODERADOR: José Rosa**

**11:45 - Espaço de Debate**

**12:00 - Almoço** (UBI - Malufa)

**5º Painel**

**14:00**

"A 'Nova' e a 'Velha' Europa: uma leitura de O Último Europeu de Miguel Real"

**Maria Carmo Pinheiro Silva**

Vice-Presidente / Presidente do Conselho Pedagógico Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho e CLEPUL

**14:20**

"A felicidade de todos ou a consciência da vida - poder é conhecer: a narrativa de Miguel Real"

**António José Borges**

CLEPUL, Revista *Nova Águia*

<p><b>14:40</b>            "O Feticço da Índia de Miguel Real: Índia geográfica, demanda e mito"  <b>Maria Luísa Castro Soares</b>            Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro</p> <p><b>15:10</b>            "Do diálogo do escritor com o ensaísta a propósito de Fátima"  <b>Agripina Carriço Vieira</b>            Universidade de Lisboa</p> <p>Moderador: <b>Gabriel Magalhães</b></p> <p><b>15:30</b>            Espaço de Debate</p> <p><b>15:45</b>            Intervalo</p> <p>6ª Painel</p> <p><b>16:00 - Mesa Redonda</b>            "Escrever teatro com o Miguel Real"  <b>Filomena de Oliveira</b>            Autora, adaptação de textos e encenação            "Miguel Real. O que é um intelectual?"  <b>João Mauricio Brás</b>            CLEPUL            "A Generosidade de Luís Martins"  <b>João Morgado</b>            Escritor            "Escrever romance com o Miguel Real"  <b>Manuel da Silva Ramos</b>            Escritor            "Miguel Real e a Filosofia Portuguesa"  <b>Pedro Martins</b>            Investigador e fundador do Projeto António Telmo. Vida e Obra            "Miguel Real na Imprensa"  <b>Nuno Francisco</b>            Jornalista, Diretor do Jornal do Fundão, Universidade da Beira Interior            "O que professa o professor?"  <b>Rui Lopo</b>            Doutorando em Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa</p> <p>MODERADOR: <b>João Morgado</b></p> <p><b>17:30</b>            Homenagem Poética a Miguel Real  <b>Embaixador Lauro Moreira</b></p>	<p><b>17:50</b>            Documentário "Idiosincrasias" – Documentário a partir da Obra <i>Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa</i>  <b>Noé Pereira, Flávio Miller, Filipe Vieira, Carlos Sousa</b> (alunos de Cinema)</p> <p><b>18:00</b>  <b>Mensagens</b> (Membros das Comissões de Honra e Científica e Oradores)</p> <p><b>18:15</b>  <b>Sessão de Encerramento</b></p> <p><b>18:45</b>  <b>Fecho: Breve Atuação da C'A Tuna aos Saltos</b></p> <p><b>20:00</b>  <b>Jantar</b>            Restaurante Dom Papão – Covilhã – Oferta da Câmara Municipal da Guarda</p> <p><b>Comissão Organizadora</b></p> <p>Annabela Rita            Carla Sofia Luis            Alexandre Luis            André Barata            Urbano Sidoncha            Gabriel Magalhães            Idalina Sidoncha</p> <p>Site:  <a href="http://www.labcom-ifp.ubi.pt/miguelrealcolouquio">www.labcom-ifp.ubi.pt/miguelrealcolouquio</a></p>
---	---

COLÓQUIO INTERNACIONAL MIGUEL REAL  
Literatura, Filosofia, Cultura

 **éter**  
produção cultural  
ETERCULTURAL.COM

TEATRO

**O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS**

de José Saramago

UBI - Universidade da Beira Interior, Covilhã  
Anfiteatro da Faculdade de Ciências da Saúde  
07 NOV - 21H00

 **éter**  
produção cultural  
ETERCULTURAL.COM

Ficção de Saramago sobre o ser de papel que é Ricardo Reis, por sua vez Ficção de Pessoa, no Portugal de 1936.



Colaborando por:

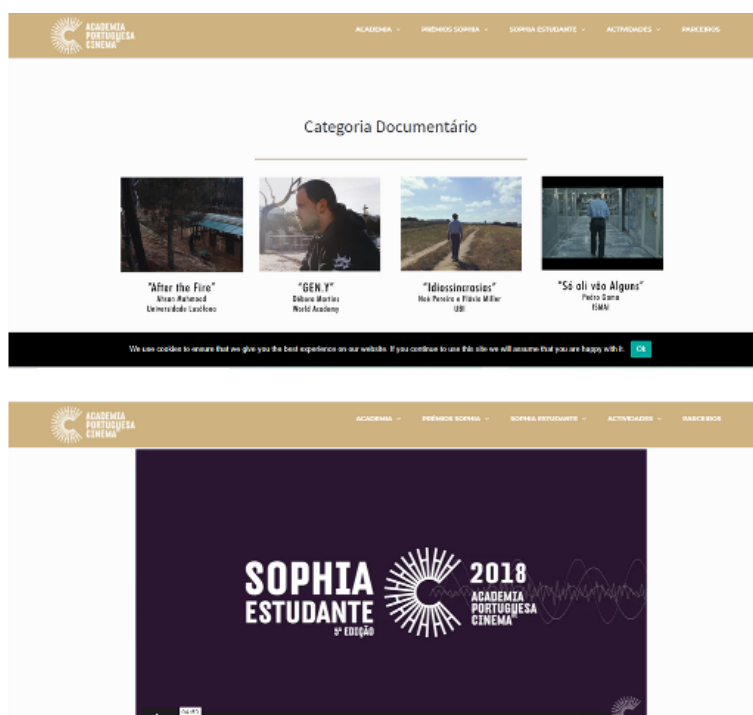
**CENTRO**

**PORTUGAL 2020**



Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da CIMBSE

### 4.3.1.2. Idiossincrasias – Curta-Metragem Documentário com base na obra *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, de Miguel Real



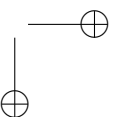
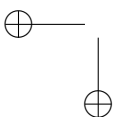
[www.academiadecinema.pt/sophia-estudante/nomeados-premio-sophia-estudante-2018/](http://www.academiadecinema.pt/sophia-estudante/nomeados-premio-sophia-estudante-2018/)

O documentário “Idiossincrasias” foi realizado por alunos do 1.º Ciclo em Cinema, 2018, no módulo de documentário da Unidade Curricular de Projeto de Cinema I, lecionado pela docente do Departamento de Comunicação e Artes, Manuela Penafria, a pedido da **organização do Colóquio Internacional Miguel Real 40 anos de escrita: Literatura, Filosofia e Cultura**, com a finalidade de ser apresentado no mencionado evento. Fazem parte da equipa responsável pela produção Noé Pereira, Flávio Miller, Filipe Vieira e Carlos



de Sousa. Este filme parte da obra *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, de Miguel Real, uma das principais figuras da cultura portuguesa contemporânea e foi, em 2018, um dos seis finalistas nomeados na categoria “Melhor Curta-Metragem Documentário” para os prémios Sophia Estudante, 5.<sup>a</sup> edição, 2018, da Academia Portuguesa de Cinema.

(Informação disponível em [www.ubi.pt/Noticia/6446](http://www.ubi.pt/Noticia/6446))









a nossa análise na representação dos acontecimentos religiosos ocorridos na Cova da Iria, no ano de 1917, comumente designados como as Aparições de Fátima. Constituindo-se como um fenómeno religioso e cultural mundial, surge inscrito de múltiplas e diversificadas formas na obra de do autor. Nesta comunicação procuraremos mapear as imagens e representações de Fátima na produção romanesca e ensaística de Miguel Real, indagando da possibilidade de definir temas e variações nas referências textuais que entre si dialogam.

**Aldinina MEDEIROS**

**“O refinamento da ironia na escrita de Miguel Real”**

**RESUMO:** Há diversos tipos de ironia. A comunicação a que nos propomos tem por objetivo evidenciar, na linguagem literária de Miguel Real, por meio da elaboração da figura da protagonista no romance *Memórias de Branca Dias* (2009), um refinamento da ironia, que passa de elemento característico da estilística – numa forma simples de dizer, uma proposital subversão de sentidos – a um elemento composicional. Estudada conceituada, ao longo do tempo, por diversos autores, dentre eles Georg Lukács, Phillippe Hamon e Linda Hutcheon, a ironia se faz presente na obra de grandes escritores, como Machado de Assis, José Saramago e Agustina Bessa-Luís. Em Miguel Real, a ironia passa por um refinamento de tal modo que, para nós, deixa de ser elemento, tornando-se a própria forma de sua escrita literária.

**Alexandre António da Costa LUÍS**

**“Miguel Real e a UBI”**

**RESUMO:** Miguel Real constitui indubitavelmente uma figura de assinalável relevo da Cultura Portuguesa Contemporânea. Galardoado com numerosos prémios, possui uma obra original, extensa e variada, dividida sobretudo entre o ensaio, a ficção e o drama (neste último género em íntima parceria com Filomena Oliveira) e caracterizada, entre outros traços, pela sua veia profundamente humanista, que se reflete, por exemplo, na fraternidade lusófona que alimenta. Incansável promotor das Letras, dos Estudos de Cultura, Miguel Real ocupa um lugar de destaque na lista dos colaboradores da Universidade da Beira Interior. Com a presente intervenção, pretendemos justamente dar conta da ligação que Miguel Real tem vindo a desenvolver e a aprofundar com a Universidade da Beira Interior ao longo de vários anos e que passa

não só pela participação em colóquios (nacionais e internacionais), redação de prefácios, de recensões críticas e apresentação de obras publicadas por docentes da UBI, mas também pela realização de entrevistas e pela organização/elaboração de obras em estreita colaboração com professores da UBI e até com escritores da região que mantêm um nítido vínculo a esta Instituição de Ensino Superior.

**Álvaro Manuel MACHADO**

**“Cultura portuguesa e extraterritorialidade em Miguel Real”**

**RESUMO:** Partindo do conceito de «extraterritorialidade» de George Steiner aplicado à história da cultura portuguesa, analisa-se especificamente as obras de Miguel Real *Introdução à Cultura Portuguesa* (2010) e *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017) como síntese, segundo o autor, das principais características dessa cultura na sua dimensão universal.

**Annabela RITA**

**“O Último Minuto na Vida de S., de Miguel Real”**

**RESUMO:** Esta comunicação tem o objectivo de observar o modo como Miguel Real entretete em *O Último Minuto na Vida de S.* o projecto do romance histórico com as tradições lírica, épica e trágica, num canto de amor e morte que eleva a referência da memória colectiva às alturas dos mitos da modernidade nacional.

**António José BORGES**

**“A felicidade de todos ou a consciência da vida – poder é conhecer: a narrativa de Miguel Real”**

**RESUMO:** Nesta comunicação, partindo de uma contextualização histórico-literária, é colocada em perspectiva a narrativa ficcional científica na obra *O Último Europeu*, de Miguel Real. Esta obra suscita o prazer da leitura por vários motivos: porque o futuro justifica o passado; porque trata, contando uma história épica e de gerações, praticamente todos os grandes temas que dizem respeito ao ser humano, antes, durante e depois de o *Ser* por meio da Nova Europa. Nesta análise, pretende-se vitalizar a relevância desta obra na narrativa ficcional do género e afeiçoá-la ao panorama da cultura universal.

**Cândido Oliveira MARTINS**

**“Pensar a identidade cultural portuguesa em Miguel Real”**

**RESUMO:** Em vários ensaios, ao longo de cerca de duas décadas, Miguel Real tem desenvolvido reflexões no domínio da Cultura Portuguesa. Mais concretamente, desde “Portugal – Ser e Representação” (1998) até, mais recentemente, “Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa” (2017), sem esquecer outros trabalhos – “Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa” (2008); ou “Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa” (2008), por exemplo –, Miguel Real interroga e pensa reiteradamente a possibilidade de demarcação de algumas constantes temáticas e históricas da identidade cultural portuguesa. Torna-se fundamental avaliar criticamente o modo como esse continuado caminho de reflexão é desenvolvido na sua argumentação fundamental; bem como o enquadramento teórico-crítico em que se enquadra, dialogando com outros pensadores da Cultura Portuguesa.

**Carla Sofia Gomes Xavier LUÍS**

**“Representações dos Judeus na obra ensaística e ficcional de Miguel Real”**

**RESUMO:** Assumindo, com igual mestria, as roupagens de ensaísta, romancista, crítico, conferencista, professor, dramaturgo (neste campo, sempre em parceria com Filomena Oliveira), consubstanciadas nos mais de 60 títulos da sua autoria, além das inúmeras obras nas quais participou em coautoria ou na qualidade de prefaciador, organizador, entrevistador, entrevistado, colaborador (capítulo de livro, artigo, recensão, etc.), **Miguel Real** é indubitavelmente um dos grandes vultos do atual panorama cultural português. A sua produção escrita corporiza-se, como o próprio nos ensina, em três dimensões, a saber: **filosofia**, a “ficção dominada pelas ideias e controlada por uma sintaxe lógica, rigorosa ou criativa”, **ficção**, a “filosofia vestida de carne, de emoções, de sentimentos” e **investigação** sobre a cultura portuguesa. Seja qual for a modalidade em desenvoltura, ensaio de investigação, ensaio reflexivo, narrativa ficcional, romance histórico, a escrita realiana, refletindo as realidades cultural, social e histórica, é invariavelmente rigorosa, fundamentada, coerente, conciliadora. Cultivando um conhecimento multidisciplinar que cruza Cultura, Filosofia, História, Língua, Literatura, Mentalidades, Po-

lítica, alimentado por “leituras enciclopédicas”, e pensando a identidade cultural e histórica lusíada (apreciando sempre as realidades cultural, social e histórica), o mencionado intelectual tem vindo, ao longo das quatro décadas de febril escrita que se completam em 20192, a contribuir para o conhecimento aprofundado de Portugal, desde os séculos XIII até à atualidade. Com efeito, de olhos postos em vários traços fundamentais da cultura portuguesa, informados por episódios históricos de grande monta, Miguel Real não poderia olvidar o legado do povo Judeu (Cristãos Novos, Comunidades Sefaraitas, etc.), com fundas repercussões no modo de estar e de ser português, dedicando-lhe, por conseguinte, várias páginas da sua obra. Dito isto, com a presente comunicação, procuramos precisamente trazer à colação alguns retratos do povo Judeu espriados pela obra de Miguel Real, quer ensaística quer ficcional; dois formatos complementares que assume escrever de “modo partilhado” e que devemos analisar como duas faces da mesma moeda. No plano ensaístico, salientamos a criteriosa narração, densificada por importantes referências bibliográficas, que o ensaísta em estudo produz no ponto 2.1.4 – “Cultura de Fronteira – o desejo do Outro”, de *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017), e que versa em torno da descoberta (feita já no século XX) da sobrevivência de comunidades judaicas, mormente nas serranas zonas beirãs e transmontanas. Ainda no mesmo apartado, Miguel Real recorda-nos que esta forma singular, velada, encriptada, dupla, de estar na vida, que leva a uma perene dialética entre o ser e o parecer, afetou a “concepção portuguesa de identidade nacional”. No domínio ficcional, revisitamos *Memórias de Branca Dias*, *O Sal da Terra*, *A Voz da Terra* e *A Guerra dos Mascates* com o intuito de sublinharmos algumas características psicológicas deste povo trazidas a lume pelo ficcionista em estudo, de onde se destacam a perseverança, a elevada capacidade de camuflagem e de adaptação, o espírito de sacrifício, a versatilidade, o engenho, a perspicácia para o negócio. Não deixamos igualmente de retratar aspetos vivenciais menos aprazíveis como as perseguições, os rituais medonhos, as hipocrisias, as fugas, as injustiças, as desilusões, o pavor, bem como alguns costumes meticulosamente professados ou legados em surdina (práticas religiosas, *shabat*, hábitos alimentares, símbolos, entre outros). Para a explanação de tais marcas da cultura hebraica vertidas em versão ficcional, teremos em atenção várias personagens de onde destacamos duas diametralmente opostas, por assim dizer: a corajosa matri-

arca Cândida Branca Dias, de *Memórias de Branca Dias*, e o apavorado, João de Crasto, d' *O Sal da Terra*.

**Daniel HENRI-PAGEAUX**  
“Miguel Real leitor de Eduardo Lourenço”

**Filomena OLIVEIRA**  
“Escrever teatro com o Miguel”

**Gabriel MAGALHÃES**  
“Que cavalos são estes que se ouvem na prosa romanesca de Miguel Real? Uma leitura de *O Último Minuto da Vida de S.*”

**RESUMO:** O tempo é uma categoria fundamental da criação romanesca de Miguel Real, quer pela apetência do autor pelo género do romance histórico, no fundo uma forma de se pensar, de se refletir sobre os vários sentidos e espessuras do devir temporal, quer, ainda, pelo modo como a linguagem dos seus livros de ficção marca um ritmo narrativo, um “tempo” de natureza musical. Este fenómeno duplo – tempo como tema e tempo como escrita – será por nós estudado na obra *O Último Minuto da Vida de S.*, de Miguel Real, usando alguns conceitos de que a narratologia se costuma servir para analisar as questões do ritmo. Interessar-nos-á também o modo como este livro se relaciona, na ficção do autor, com a temática feminina e, ainda, com a produção crítica de Miguel Real.

**Guilherme d'Oliveira MARTINS**  
“Miguel Real peregrinador de uma língua de várias culturas”

**Idalina SIDONCHA e Urbano SIDONCHA**  
“Em debate com Miguel Real sobre a questão de uma hipotética identidade da cultura portuguesa”

**Isabel Ponce de LEÃO**  
“A vida, o amor e o ódio: uma tetralogia no feminino”

**RESUMO:** Branca Dias, Snu e a Ministra protagonizam três novelas de Miguel Real que se debruçam sobre perfis femininos coexistentes na sociedade actual. A questão está em averiguar da sua representatividade e uma

eventual miscigenação de caracteres no âmbito extra-ficcional. O caudal narrativo e o ritmo por vezes acintoso e implacável desnudam mistérios meramente implícitos. Ficção e realidade fundem-se e confundem-se na arquitetura da obra de arte.

**João Maurício BRÁS**  
**“Miguel Real. O que é um Intelectual”**

**RESUMO:** Miguel Real é pensador, escritor, crítico e ensaísta. Trata-se de uma das figuras maiores do pensamento em Portugal. Não só pela que tem de produção original, mas pelo seu trabalho crítico e de divulgação. A figura do intelectual e do pensador é um dos pilares da cultura Ocidental, e do que esta cultura imprimiu na história da humanidade. O intelectual pertence ao imaginário do Ocidente, figura em extinção, é um dos pilares da nossa civilização. O saber enciclopédico e a intervenção no plano intelectual e cívico é uma constante da obra deste tipo de figuras, substituído no presente pela figura do especialista em generalidades, o tudólogo. Miguel Real representa a tradição da figura do Intelectual. Dar conta de um trabalho singular e fundamental é o objetivo principal desta comunicação.

**João MORGADO**  
**“A Generosidade de Luís Martins”**

**José Eduardo FRANCO**  
**“Miguel Real, intérprete singular da cultura portuguesa”**

**RESUMO:** Luís Martins adoptou um pseudónimo que encerra em si uma constelação significativa do ideário e do método que orienta a sua criação literária e a sua produção ensaística: Miguel Real. Miguel (*quem como Deus...*) tem a clarividência de fazer as grandes e transversais sínteses, cada vez mais raras de encontrar na cultura portuguesa de hoje. Real (Realeza, realismo, realisma) tanto pode referir-se à ideia de realiza que se espraia na sua capacidade de abarcar soberanamente campos saberes tão abrangentes, ou pode significar realismo, ou seja, revelado na argúcia de que é senhor, sendo capaz de fixar-se no concreto da existência individual e coletiva sem perder de vista as visões de conjunto. Tendo por mote o simbolismo do pseudónimo literário deste grande escritor português contemporâneo, procuraremos destacar,

caracterizar e analisar o seu perfil de hermenêuta e o seu contributo singular para a tematização e compreensão dos discursos da identidade portuguesa em relação, nomeadamente com a Europa, e enquanto crítico que pensa o cosmos e pensa-nos como depositários de uma herança cultural e mental que somos chamados a repensar no presente para com ela projetar o nosso futuro coletivo em constante reaquacionamento.

**José REIS**

**“A Morte de Portugal e o Último Europeu de Miguel Real: do ensaio escatológico à ficção utópica”**

**RESUMO:** Nos seus registos filosóficos, nas suas incursões ensaísticas e nas suas representações ficcionais, Miguel Real denota uma espécie de pulsão escatológica, um fascínio persistente pela figura do limite ou da fronteira para comunicar, ambigualmente, quer a ideia de necessária decadência e finitude quer de possível transformação e génese das constituintes ordens do ser cultural, histórico, ético, estético, político. O ensaio sobre a identidade nacional *Morte de Portugal* (2007) e o romance utópico/distópico/eutópico *O Último Europeu*, abordando tópicos e prosseguindo intenções genológicas discretas, inscrevem-se nesse horizonte reflexivo-ficcional, tematicamente estruturado a partir de um motivo nuclear que, por empréstimo, poderíamos definir como o do ser-para-o-fim. A nossa comunicação, organizada em dois tempos correspondentes ao desenvolvimento desse motivo, quer sob o modelo discursivo do ensaio quer sob a poética literária do romance, procurará refletir sobre aspetos ensaísticos e ficcionais da qualidade dialogicamente pensante e estética daquelas duas obras de Miguel Real.

**Manuel Frias MARTINS**

**Entre o Amor e a memória. Uma Leitura de *O Último Minuto na Vida de S.*, de Miguel Real**

**Manuel da Silva RAMOS**

**“Escrever romance com o Miguel Real”**

**Maria Carmo P. Silva Cardoso MENDES**

**“A “Nova” e a “Velha” Europa: uma leitura de *O Último Europeu* de Miguel Real”**

**RESUMO:** Cada vez mais frequentes na literatura universal, as narrativas distópicas assumem-se como formas literárias que traduzem inquietações éticas, sociais, políticas e económicas cada vez mais inquietantes. Obras como *The Handmaid's Tale* ou *The Heart Goes Last* da escritora canadiana Margaret Atwood e *O Último Europeu 2284* de Miguel Real, traduzem algumas perturbadoras realidades atuais e antecipam um mundo onde se concretizam conceitos antinómicos: utopia e distopia. A comunicação, centrada no romance de Miguel Real, tem como principais propósitos: 1) Identificar os elementos utópicos da narrativa, destacando a idealização de uma sociedade estável e evoluída, na qual todos se empenham no bem coletivo; 2) Contrastar esses elementos com os que, na perspetiva do protagonista, apontam para uma distopia; 3) Analisar as relações que uma Nova Europa estabelece com outros continentes e reconstruir o papel da Velha Europa no contexto mundial; 4) Sublinhar, no contexto da literatura portuguesa (pouco aprofundado no que a narrativas distópicas concerne) o valor da narrativa *O Último Europeu* para uma reflexão sobre a Europa presente e futura.

**Maria Luísa Castro SOARES**

**“O Feitiço da Índia de Miguel Real: Índia geográfica, demanda e mito”**

**RESUMO:** Este estudo visa abordar *O Feitiço da Índia* de Miguel Real, integrando-se o romance no contexto da obra do autor como ensaísta e filósofo. Uma tal abordagem de hermenêutica literária exige uma reflexão crítica em torno da cultura portuguesa e das linhas míticas do pensamento português, designadamente, no que se refere à questão da viagem à Índia, entendida esta como apetência, demanda, *feitiço*, ou deambulação exterior a que o homem se entrega e que é expressão da verdadeira viagem interior.

**Nuno FRANCISCO**

**“Miguel Real na Imprensa”**

**Onésimo Teotónio D’ALMEIDA**

**“Portugal no panoptikon de Miguel Real”**

**RESUMO:** Ninguém como Miguel Real se tem debruçado tanto sobre Portugal tentando auscultar-lhe as suas maleitas procurando ler o que, sobretudo ao longo do último século de mais relevante se tem escrito sobre o país. Em



simultâneo, e como se fosse possível haver tempo para mais, tem também publicado livros sobre a sua visão de Portugal, sua trajectória e seu destino. Que lições tirar de tão prodigiosa produção?

**Pedro MARTINS**  
“Miguel Real e a Filosofia Portuguesa”

**Renato EPIFÂNIO**  
“A Visão de Miguel Real Sobre Portugal e a Lusofonia”

**RESUMO:** A partir de algumas obras de referência – como, nomeadamente, *A Morte de Portugal* (2007), *A Vocação Histórica de Portugal* (2012) e *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017) –, iremos reflectir sobre a visão de Miguel Real sobre Portugal e a Lusofonia.

**Rui LOPO**  
“O que professa o professor?”

**Teresa BAGÃO**  
“No fim, a distopia: cartografar o espaço físico no romance *O Último Europeu. 2284*”

**RESUMO:** Espaço idealizado, capaz de preservar a liberdade e a integridade humanas, no futuro século XXIII, ou, de facto, espaço de distopia, cerceador dessa mesma liberdade, em constante risco de extermínio, o espaço físico do romance *O Último Europeu. 2284*, de Miguel Real, assume particular representatividade no romance. Integrado na tradição literária das distopias do século XX, não só a geografia europeia surge reinventada, mas a de todo o globo. Inscrevendo-se na emergência da espacialidade e das cartografias nos estudos literários (*o spatial turn*), o presente trabalho pretende encetar uma cartografia dos espaços físicos/geográficos deste romance de Miguel Real, capaz de possibilitar a sua representação visual e de autorizar a sua leitura simbólica.

### 4.3.3. Sinopses dos Eventos Afetos ao Ciclo de Homenagem (BMEL, Guarda)

#### Exposição Miguel Real: 40 anos de vida literária (Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço e TMG – Guarda)

A Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço e a Câmara Municipal da Guarda associam-se **ao ciclo de homenagem que celebra os 40 anos (1979-2019)** de vida literária de **Miguel Real**, afamado ensaísta, romancista, crítico literário, conferencista, professor, dramaturgo, que teve início no *Colóquio Internacional – Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura* (havido na *Universidade da Beira Interior* (FAL – UBI, LabCom.IFP), nos dias 7 e 8 de novembro de 2018), através da realização de uma **exposição** (outubro-dezembro de 2019) dedicada a este destacado vulto da cultura portuguesa, leitor assíduo de **Eduardo Lourenço** e autor de três premiadas obras intituladas *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa* (Quidnovi, 2008), *O Essencial Sobre Eduardo Lourenço* (INCM, 2003) e *Eduardo Lourenço – Os Anos da Formação 1945-1958* (INCM, 2003). No âmbito desta iniciativa promovida pela BMEL, serão realizados **três colóquios** que procuram abarcar diferentes dimensões da obra de Miguel Real, a saber: **Ensaio**: Filosofia e Cultura Portuguesa e **Ficção**: Teatro e Romance.

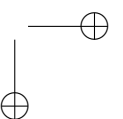
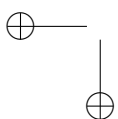
No primeiro evento intitulado **Colóquio Miguel Real – 40 anos de escrita: ensaio, ficção, &tc.** (4 de outubro de 2019, a partir das 14:30, sala de Tempo e Poesia da BMEL – Guarda), além das conferências proferidas por alguns especialistas da obra realiana, será inaugurada a exposição.

No segundo evento intitulado **Colóquio Miguel Real – 40 anos de escrita: a (re)criação dramática** (6 de novembro de 2019, pelas 15 horas – TMG – Guarda), além da participação dos conferencistas Miguel Real e Filomena Oliveira, que dissertarão sobre a parceria empreendida no campo da redação de textos dramáticos originais ou na adaptação de romances de autores relevantes no âmbito da Cultura Portuguesa, teremos oportunidade de assistir à performance da peça de teatro *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (da autoria de José Saramago e adaptação dramática de Miguel Real e Filomena Oliveira).

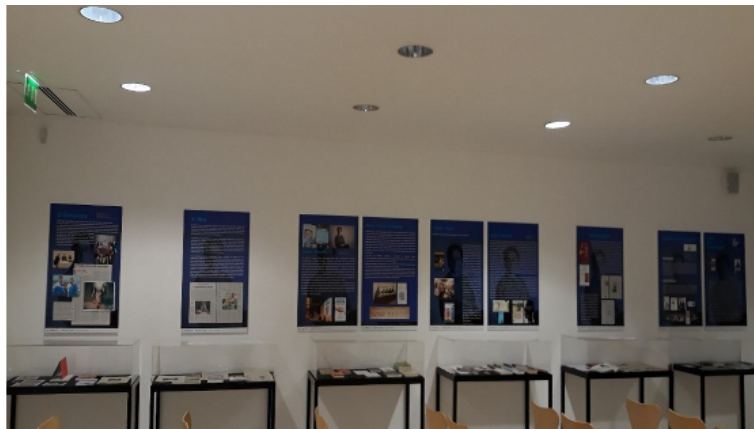
No terceiro evento intitulado **Colóquio Miguel Real – 40 anos de escrita: o romance histórico no século XXI** (6 de dezembro, pelas 14:30, sala de



Tempo e Poesia da **BMEL – Guarda**), contaremos com uma mesa redonda composta por relevantes escritores e ensaístas e onde se fará o encerramento da exposição dedicada a Miguel Real.



#### 4.3.4. Guião da Exposição



### A Vida – O Homem

**Luís Martins**, identidade civil do pseudónimo literário **Miguel Real**, nasceu em Lisboa, a 1 de março de 1953, sendo Sintrense por adoção. É casado com Filomena Oliveira, pai de dois filhos e avô de dois netos. É formado em Filosofia pela Universidade de Lisboa, especialista em cultura portuguesa, investigador do CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Europeias e Lusófonas da Universidade de Lisboa, além de professor de Filosofia (aposentado), colaborador assíduo do *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, há vinte anos, e um dos diretores da *Revista Letras Com Vida*.



### A Vida – O Humanista

“Sério Cultor das Letras, convicto Humanista, figura tão bondosa quanto erudita”. Todos são unânimes em afirmar que este enorme vulto da cultura

portuguesa, do ponto de vista pessoal, é um ser humano absolutamente ímpar, irrepreensível. Extremamente humilde, de uma generosidade e afabilidade para com todos absolutamente inexcusável, Miguel Real tem vindo, desde sempre, a acarinhar diversos autores. Além disso, tem um leque de sociabilidades de avultada dimensão, reunindo, na sua base de dados de amizades, incontáveis nomes de diversas proveniências, idades, sexos, credos, ideias políticas, religiosas, culturais, que, entre outros aspetos, atestam a profunda tolerância e respeito pelo próximo.



### A Obra

O dealbar da sua atividade de ensaísta e de escritor que, de resto, espelha um profundo conhecimento e cruzamento da História, da Cultura, da Literatura, da Filosofia, da Política, das Mentalidades, emana, desde logo, do estudo apurado que realizava no âmbito do exercício da atividade de docente de Filosofia e de Psicologia que exerceu durante vários anos. “Assumindo, com igual mestria, as roupagens de ensaísta, romancista, crítico literário, conferencista, professor, dramaturgo (neste campo, em parceria com Filomena Oliveira), consubstanciadas nos mais de 60 títulos da sua autoria, além das inúmeras obras nas quais participou em coautoria ou na qualidade de prefaciador, organizador, coordenador, entrevistador, entrevistado, colaborador (capítulo de livro, artigo, recensão, etc.), Miguel Real é indubitavelmente uma

das personalidades mais estimulantes do atual panorama cultural português”<sup>8</sup>.

A sua produção escrita materializa-se, como o próprio nos ensina, em três dimensões, a saber: filosofia, a “ficção dominada pelas ideias e controlada por uma sintaxe lógica, rigorosa ou criativa”, de onde destacamos ensaios relacionados com a ética, ficção, a “filosofia vestida de carne, de emoções, de sentimentos”, materializada em jeito de romance histórico e de teatro e investigação, mormente focada nas características fundamentais do pensamento e da cultura portuguesas, com ligações naturais às culturas lusófonas. Seja qual for a modalidade em desenvoltura, ensaio de investigação, ensaio reflexivo, narrativa ficcional, romance histórico, a escrita de Miguel Real, espelhando invariavelmente as realidades cultural, social e histórica, é rigorosa, profundamente fundamentada, coerente e conciliadora”.



<sup>8</sup>LUÍS, Carla Sofia Gomes Xavier (2018), in “A Lusofonia na obra ensaística e ficcional de Miguel Real”, *Cadernos de Resumos do Colóquio Internacional Luso-Brasileiro* Promovido por CCEQ & CLEPUL, Lisboa, 19-24 de novembro de 2018.



### Ensaio – Filosofia

No campo do ensaio reflexivo destaca-se, desde logo, *O Pensamento Português Contemporâneo. O Labirinto da Razão e a Fome de Deus. 1890-2010* (2011), obra que apresenta uma nova perspetiva da história da filosofia em Portugal. Além deste precioso volume, importa salientar a afamada coleção “Novas Teorias de...”, que procura pensar de raiz conceitos como: Mal, Felicidade, Sebastianismo, Pecado. Concretizando, na trilogia que dedica à *Ética*, podemos, *lato sensu*, encontrar as seguintes ideias: o Mal como valor absoluto, real, não metafísico nem teodiceico, *Nova Teoria do Mal* (2012), a felicidade como valor superior da ética, *Nova Teoria da Felicidade* (2013), o pecado, o medo e a culpa como os sustentáculos da civilização ocidental, a *Nova Teoria do Pecado* (2017).

Há ainda que mencionar neste apartado as reflexões produzidas sobre a história e a teoria do corpo em *Manifesto em Defesa de uma Morte Livre* (2015), a religião em *O Futuro da Religião* (2014), bem como a situação histórica e política de Portugal, com grande enfoque nos valores sociais e na problemática ética vertidos em *Portugal – Um país parado no meio do caminho – 2000-2015* (2015).







### Ensaio – Cultura Portuguesa

Desde *Portugal – Ser e Representação* (1998, Prémio Revelação Ensaio da Associação Portuguesa de Escritores, publicado ainda com o seu nome civil) até *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017), Miguel Real tem vindo a rastrear as características fundamentais da história do pensamento e da cultura portuguesas, traçando um itinerário inquiridor da identidade histórica de Portugal através da análise da obra de alguns dos seus relevantes protagonistas, tais como *Marquês de Pombal* (2005); *Eça de Queirós* (2006); *Agostinho da Silva* (2007); *Eduardo Lourenço* (2008 – Prémio Jacinto do Prado Coelho da Associação Portuguesa de Críticos Literários); *Padre António Vieira* (2008); *Matias Aires* (2008); *José Enes* (2009).

Há ainda que destacar *Comentário a Mensagem de Fernando Pessoa* (2013); *Sebastianismo* (2014), *O Teatro na Cultura Portuguesa do Século XX* (2017, em parceria com Filomena Oliveira), bem como *A Morte de Portugal*.

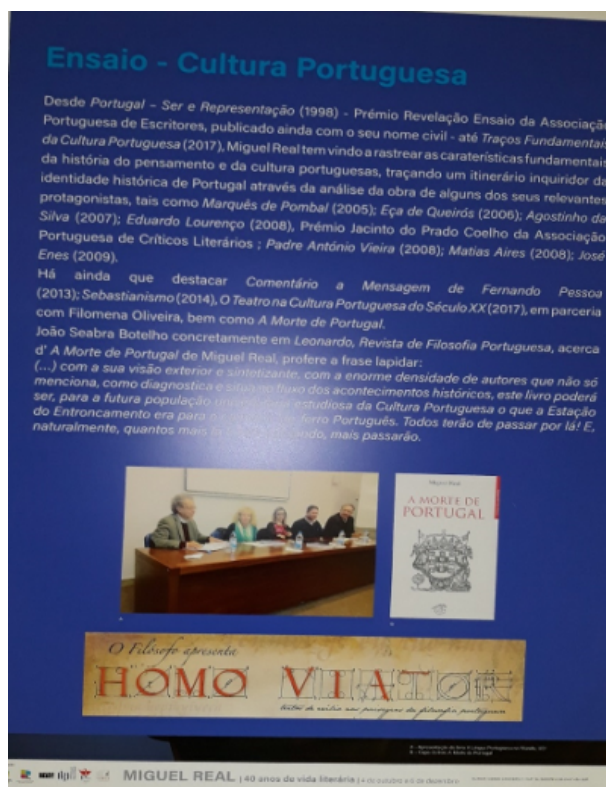
João Seabra Botelho concretamente na *Revista de Filosofia Portuguesa Leonardo*, acerca d' *A Morte de Portugal* de Miguel Real, profere a frase lapidar que, de seguida, transcrevemos:

“com a sua visão exterior e sintetizante, com a enorme densidade de autores que não só menciona, como diagnostica e situa no fluxo dos acontecimentos históricos, este livro poderá ser, para a futura população universitária estudiosa da Cultura Portuguesa o que a Estação do Entroncamento era para o caminho-de-ferro Português. Todos terão de passar por lá! E, naturalmente, quantos mais lá forem passando, mais passarão”<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup>BOTELHO, João Seabra (2008), “A Morte de Portugal, de Miguel Real”, *Leonardo, Revista de Filosofia Portuguesa*. 1-5 pp. [www.ofilosofo.com/mortedeportugal-mreal.htm](http://www.ofilosofo.com/mortedeportugal-mreal.htm) (consultada a 18-06-2015).





### Ficção – Teatro

No âmbito da produção ficcional, destacam-se o **Teatro** e o **Romance**.

No campo da narrativa ficcional, tem vindo, sempre em parceria com Filomena Oliveira, a escrever textos dramáticos originais ou a realizar adaptações de romances de autores relevantes no âmbito da Cultura Portuguesa. De entre uma panóplia de diversas peças consagradas, da autoria de ambos, destacam-se *Uma Família Portuguesa* (2008), Grande Prémio de Teatro Sociedade Portuguesa de Autores/Teatro Aberto; *Vieira – O Céu na Terra*, representado em Portugal, no Brasil e na Guiné-Bissau; *Europa, Europa* (2016), representado no mesmo ano pela companhia de teatro Éter na Quinta da Riba Fria, um palácio renascentista em Sintra, e *As Máscaras de Pessoa* (2018),

sobre o labirinto mental da heteronomia pessoal. No que concerne à adaptação dramática, destacam-se os romances de José Saramago, *Memorial do Convento* e *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, representadas pela Éter, por exemplo, no Convento de Mafra e na Fundação José Saramago, bem como *Os Maias*, de Eça de Queirós.

**Ficção - Teatro**

No âmbito da produção ficcional, destacam-se o Teatro e o Romance.

No campo da narrativa ficcional, tem vindo, sempre em parceria com Filomena Oliveira, a escrever textos dramáticos originais ou a realizar adaptações de romances de autores relevantes no âmbito da Cultura Portuguesa. De entre uma panóplia de diversas peças consagradas, da autoria de ambos, destacam-se *Uma Família Portuguesa* (2008), Grande Prémio de Teatro Sociedade Portuguesa de Autores/Teatro Aberto; *Vieira - O Céu na Terra*, representado em Portugal, no Brasil e na Guiné-Bissau; *Europa, Europa* (2016), representado no mesmo ano pela companhia de teatro Éter na Quinta da Riba Fria, um palácio renascentista em Sintra, e *As Máscaras de Pessoa* (2018), sobre o labirinto mental da heteronomia pessoal. No que concerne à adaptação dramática, destacam-se os romances de José Saramago, *Memorial do Convento* e *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, representadas pela Éter, por exemplo, no Convento de Mafra e na Fundação José Saramago, bem como *Os Maias*, de Eça de Queirós.

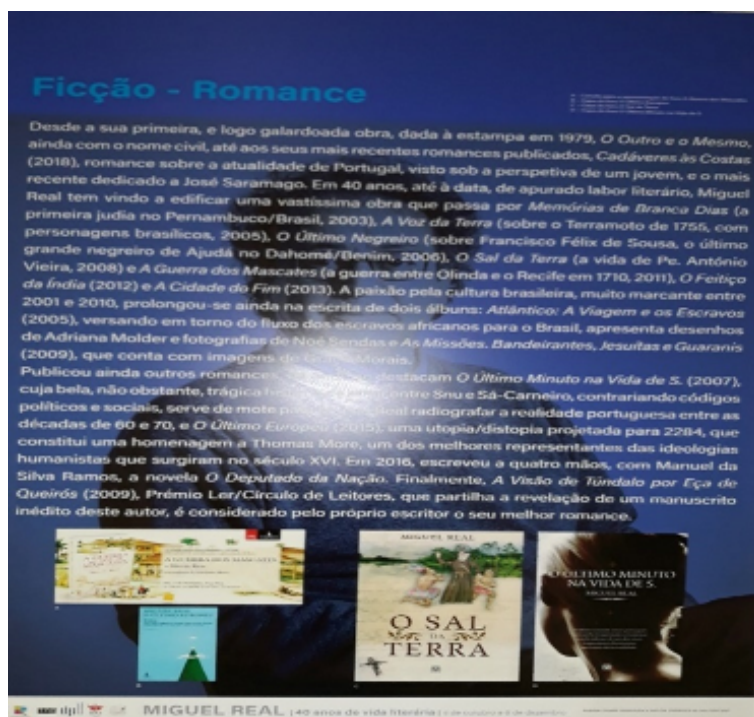
MIGUEL REAL | 40 anos de vida literária | em parceria com a Éter

### Ficção – Romance

Desde a sua primeira, e logo galardoada obra, dada à estampa em 1979<sup>10</sup>, *O Outro e o Mesmo*, ainda com o nome civil, até aos seus mais recentes romances publicados, *Cadáveres às Costas* (2018) e o mais recente dedicado a *Saramago* (2019), portanto em 40 anos, até à data, de apurado labor literário, Miguel Real tem vindo a edificar uma vastíssima obra que passa por *Memórias de Branca Dias* (a primeira judia no Pernambuco/Brasil, 2003), *A Voz da Terra* (sobre o Terramoto de 1755, com personagens brasílicos, 2005), *O Último Negreiro* (sobre Francisco Félix de Sousa, o último grande negreiro de Ajudá no Dahomé/Benim, 2006), *O Sal da Terra* (a vida de Pe. António Vieira, 2008) e *A Guerra dos Mascates* (a guerra entre Olinda e o Recife em 1710, 2011), *O Feitiço da Índia* (2012) e *A Cidade do Fim* (2013). A paixão pela cultura brasileira, muito marcante entre 2001 e 2010, prolongou-se ainda na escrita de dois álbuns. *O Atlântico. A Viagem e os Escravos* (2005), versando em torno do fluxo dos escravos africanos para o Brasil, apresenta desenhos de Adriana Molder e fotografias de Noé Sendas e *As Missões. Bandeirantes, Jesuítas e Guaranis* (2009) conta com imagens de Graça Morais.

Publicou ainda outros romances, de onde se destacam *O Último Minuto na Vida de S.* (2007), cuja bela, não obstante, trágica história de amor entre Snu e Sá-Carneiro, contrariando códigos políticos e sociais, serve de mote para Miguel Real radiografar a realidade portuguesa entre as décadas de 60 e 70, e *O Último Europeu* (2015), uma utopia/distopia projetada para 2284, que constitui uma homenagem a Thomas More, um dos melhores representantes das ideologias humanistas que surgiram no século XVI. Em 2016, escreveu a quatro mãos, com Manual da Silva Ramos, a novela *O Deputado da Nação*. Em 2017, publicou *Cadáveres às Costas*, romance sobre a atualidade de Portugal, visto sob a perspectiva de um jovem. Finalmente, *A Visão de Tândalo por Eça de Queirós* (2009, Prémio Ler/Círculo de Leitores), que partilha a revelação de um manuscrito inédito deste autor, é considerada pelo próprio escritor o seu melhor romance.

<sup>10</sup>Acabou de ser imprimido em abril de 1980.



### Colaborações:

*Jornal de Letras, Artes e Ideias*

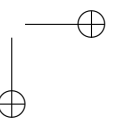
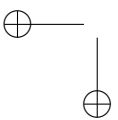
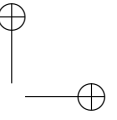
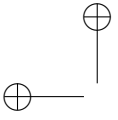
Diretor, em parceria com Annabela Rita e outros, da Revista *Letras Com Vida, Literatura, Cultura e Arte* (FL-UL-CLEPUL)

Entre muitas outras Revistas de renome (*Nova Águia*) e projetos (Projeto António Telmo. Vida e Obra) às quais oferece o seu saber, é colaborador, há 20 anos, do *Jornal e Letras, Artes e Ideias*, sob a direção de José Carlos de Vasconcelos. Nele tem vindo a desenhar a atual cartografia do romance português, acarinhando mormente, mas não só, a geração de escritores que só este século começaram a escrever. Esta análise apurada à evolução do romance português, muito atenta à irrupção de uma novíssima geração no campo da ficção, é também vertida na obra *Romance Português Contemporâneo – 1950-*

2010 (2011), ensaio que rapidamente se tornou uma obra de referência e de consulta obrigatória na atual historiografia literária.

Faz igualmente parte da Direção da *Revista Letras Com Vida, Literatura, Cultura e Arte*, principal periódico da unidade de investigação Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL) que acolhe estudos sobre as literaturas e culturas de língua portuguesa, revelando o diálogo destas com as europeias e mundiais.





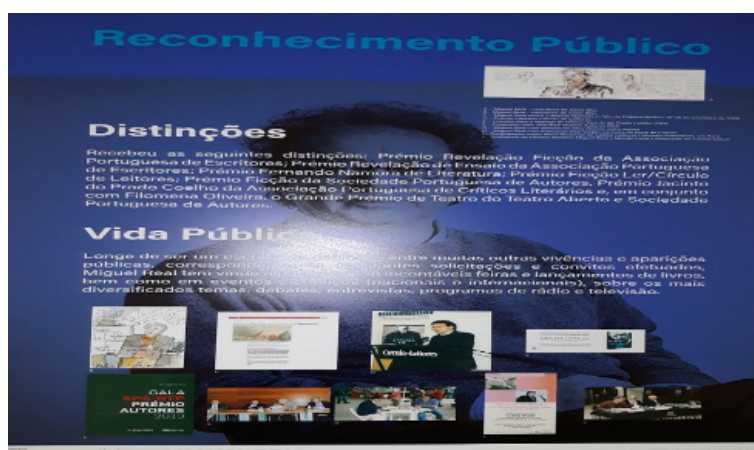
## RECONHECIMENTO PÚBLICO

### Reconhecimento Público – Distinções

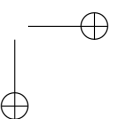
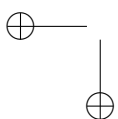
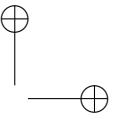
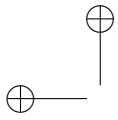
Recebeu as seguintes distinções: Prémio Revelação Ficção da Associação Portuguesa de Escritores; Prémio revelação de Ensaio da Associação Portuguesa de Escritores; Prémio Fernando Namora de Literatura; Prémio Ficção Ler/Círculo de Leitores; Prémio Ficção da Sociedade Portuguesa de Autores, Prémio Jacinto do Prado Coelho da Associação Portuguesa de Críticos Literários e, em conjunto com Filomena Oliveira, o Grande Prémio de Teatro do Teatro Aberto e Sociedade Portuguesa de Autores.

### Reconhecimento Público – Vida Pública

Longe de ser um escritor de gabinete, entre muitas outras vivências e aparições públicas, correspondendo às constantes solicitações e convites efetuados, Miguel Real vindo a participar em incontáveis feiras e lançamentos de livros, bem como em Eventos Científicos (nacionais e internacionais), sobre os mais diversificados temas, debates, entrevistas, programas de rádio, televisão, etc.







### DIFUSÃO DE CIÊNCIA E DE CULTURA



25 de abril de 2019



Casino Estoril

Miguel Real, Pedro Martins,  
Renato Epifânio, Rodrigo SobralMiguel Real  
no Festival Literário de Fátima

Miguel Real na universidade europeia



Mesa do Futurismo – Novembro de 2017



Museu Maçónico

Miguel Real, na feira  
do livro de Lisboa com Viegas

Miguel Real com alguns Amigos, tais como Annabela Rita, Guilherme d'Oliveira Martins, Nuno Júdice...





Caricatura da autoria de Jaxier Blas



Caricatura da autoria Jaxier Blas / Caricatura da autoria Rui Duarte



### Ciclo de Homenagem

Quatro décadas dedicadas à reflexão intensa, à redação de obras de elevada qualidade científica e estética, eternizadas num contributo inestimável para a História da Cultura, da Literatura, da Filosofia, da Lusofonia, são assinaladas no ciclo de homenagem que se iniciou com o *Colóquio Internacional – Miguel Real – Literatura, Filosofia, Cultura*<sup>11</sup>, havido na *Universidade da Beira Interior* (FAL – UBI, LabCom.IFP), Covilhã, nos dias 7 e 8 de novembro de 2018, ao qual se associaram várias instituições e iniciativas, de se destacam o **documentário** intitulado “idiosincrasias”, realizado por alunos da licenciatura em cinema da Faculdade de Artes e Letras da UBI, bem como a **performance da peça** *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, pelo **Grupo Éter e outras Artes**. Seguiu-se a conferência intitulada “O Mar e a Cultura Portuguesa”, Academia de Marinha, dia 11 de junho de 2019, à qual se juntará a sessão paralela do **V Congresso Internacional: Que Culturas (s) para o Século XXI?**<sup>12</sup> (6, 7 e 8 de novembro de 2019, UBI), bem como o painel que lhe será consagrado nos **Congressos Internacionais Luso-Brasileiros – CILB (Lisboa, de 11 a 16 de novembro de 2019)**. A presente exposição dedicada a Miguel Real agora exibida na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, Guarda, de outubro a dezembro de 2019, com três colóquios associados, constitui mais uma iniciativa afeta ao ciclo de homenagem em apreço. Finalmente, esta efeméride<sup>13</sup> ficará registada para a posteridade quando, no ano letivo **2019-2020**, der à estampa um **volume** que integra o contributo de vários especialistas.

<sup>11</sup>Disponível em [www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/).

<sup>12</sup>Disponível em [www.5congressoculturas.ubi.pt](http://www.5congressoculturas.ubi.pt).

<sup>13</sup>Disponível em [www.labcom-ifp.ubi.pt/ciclodohomenagemMiguelReal/](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ciclodohomenagemMiguelReal/).



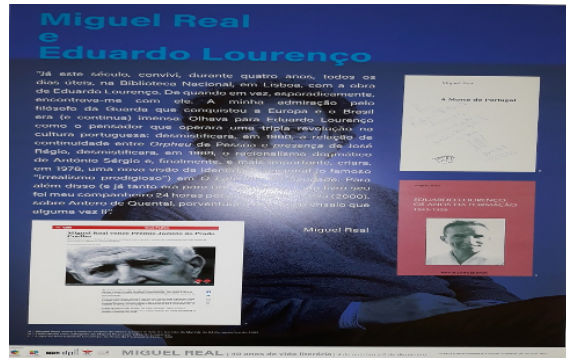




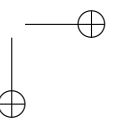
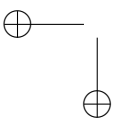
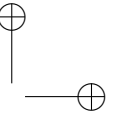
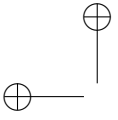


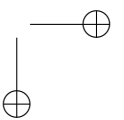
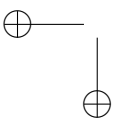
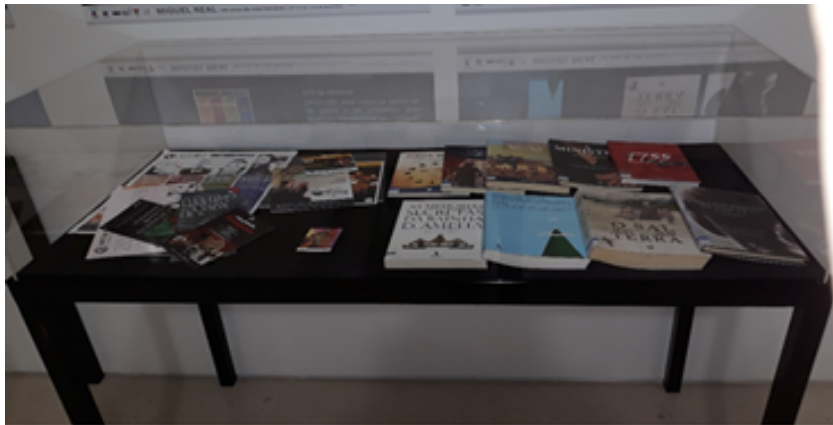
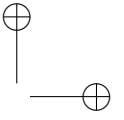
### Relação de Miguel com Eduardo Lourenço

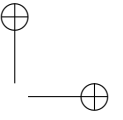
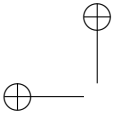
“Já este século, convivi, durante quatro anos, todos os dias úteis, na Biblioteca Nacional, em Lisboa, com a obra de Eduardo Lourenço. De quando em vez, esporadicamente, encontrava-me com ele. A minha admiração pelo filósofo da Guarda que conquistou a Europa e o Brasil era (e continua) imensa. Olhava para Eduardo Lourenço como o pensador que operara uma tripla revolução na cultura portuguesa: desmistificara, em 1960, a relação de continuidade entre *Orpheu* de Pessoa e *presença* de José Régio, desmistificara, em 1969, o racionalismo dogmático de António Sérgio e, finalmente, e mais importante, criara, em 1978, uma nova visão da identidade nacional (o famoso “irrealismo prodigioso”) em *O Labirinto da Saudade*. Para além disso (e já tanto era para um homem só), um livro seu foi meu companheiro 24 horas por dia: *A Noite Intacta* (2000), sobre Antero de Quental, porventura o mais belo ensaio que alguma vez li”. (Miguel Real)



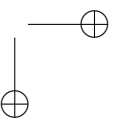
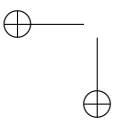








## 4.4. GALERIA DE IMAGENS



### 1) Fotografias do Colóquio Internacional, UBI, Covilhã, dia 8 de novembro de 2019



**Fig. 1** – Sessão de Abertura. José Rosa (Presidente da FAL), Miguel Real (Homenageado), António Fidalgo (Reitor da UBI), Alexandre Luís (Representante da Comissão Científica do Colóquio Internacional) na mesa. Paulo Serra (Coordenador do Labcom), Presidentes das Câmaras Municipais da Beira Interior ou seus representantes: da Covilhã (Regina Gouveia), de Belmonte (António Dias Rocha), da Guarda (Carlos Chaves Monteiro); Herlander Zambujo (secretário da Academia de Marinha) na primeira fila.



**Fig. 2** – Sessão de Abertura. Miguel Real.



**Fig. 3** – Sessão de Abertura. Breve atuação da *Desertuna* (tuna masculina).



**Fig. 4** – 1.º Painel. Daniel-Henri Pageaux, Álvaro Manuel Machado, Urbano Sidoncha, Annabela Rita, Teresa Bagão.



**Fig. 5** – Almoço do primeiro dia do Colóquio Internacional.



**Fig. 6** – 2.º Painel. Renato Epifâneo, Urbano Sidoncha, Idalina Sidoncha, Carla Sofia Luís.



**Fig. 7** – 3.º Painel. Gabriel Magalhães, José Eduardo Reis, Annabela Rita e Guilherme d'Oliveira Martins.



**Fig. 8** – Miguel Real a participar nas Sessões de debate. Filomena Oliveira, Miguel Real, Agripina Carriço Vieira, Carla Sofia Luís e Fernanda Enes.



**Fig. 9** – Jantar do primeiro dia de congresso.

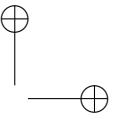
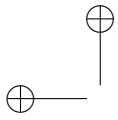


**Fig. 10** – Exibição da peça *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Dia 8 de novembro de 2019.

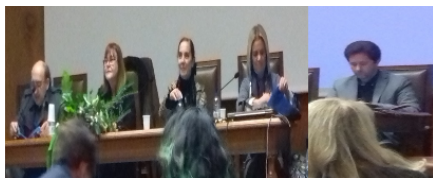


**Fig. 11** – 4.º Painel. José Eduardo Franco, Onésimo Teotónio d'Almeida, José Rosa, Cândido Oliveira Martins, Isabel Ponce de Leão.





**Fig. 12** – Lançamento da Revista *Nova Águia*, n.º 22. Renato Epifâneo, José Rosa.



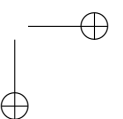
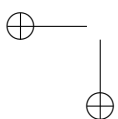
**Fig. 13** – 5.º Painel. Gabriel Magalhães, Agripina Carriço Vieira, Luísa Castro Soares, Maria Carmo Mendes, António José Borges.



**Fig. 14** – Assistência. Alexandre Luís, Carla Sofia Luís, Fernanda Enes, Filomena Oliveira, Miguel Real, Agripina Carriço Vieira, Gabriel Magalhães, Manuel da Silva Ramos.



**Fig. 15** – Inês Martins e David Martins. (filhos de Miguel Real) na assistência.

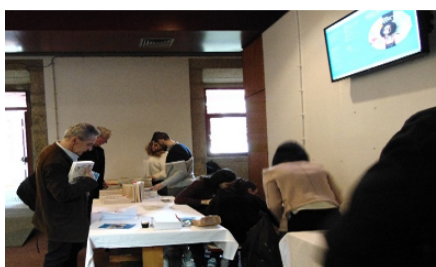




**Fig. 16** – Assistência. António Zambujo, António Fidalgo, Miguel Real, António José Borges.



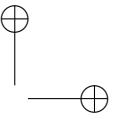
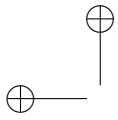
**Fig. 17** – Miguel Real a participar nas sessões de debate.



**Fig. 18** – Venda de Livros de Miguel Real (livraria *A Mar Arte* – Castelo Branco).







**Fig. 19** – 6.º Painel/ Sessão de Encerramento. Filomena Oliveira, Onésimo Almeida, Manuel Silva Ramos, Miguel Real, João Morgado, Pedro Martins e Rui Lopo.

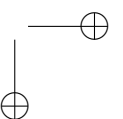
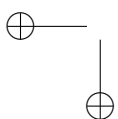


**Fig. 20** – Fecho. Breve atuação da *C'Tuna aos Saltos* (tuna feminina).

## 2) Fotografias da Conferência proferida na Academia de Marinha de Lisboa



**Fig. 21** – Miguel Real a proferir a conferência, “O Mar e a Cultura Portuguesa”, na Academia de Marinha, 11 de junho de 2019.





**Fig. 22** – Lisboa, depois da conferência, “O Mar e a Cultura Portuguesa”, proferida por Miguel Real na Academia de Marinha, 11 de junho de 2019. Alexandre Luís, Filomena Oliveira, Sofia Maria Luís, Miguel Real.

### 3) Fotografias do Congresso Internacional Lusobrasileiro – CILB (Lisboa, de 11 a 16 de novembro de 2019)



**Fig. 23** – Painel do Congresso Internacional Luso-Brasileiro – CILB, Universidade Europeia, Lisboa, dedicado a Miguel Real (comunicação proferida por Carla Sofia Gomes Xavier Luís sobre Miguel Real, a 22 de novembro de 2019).



**Fig. 24** – Jantar de confraternização depois do Congresso Internacional Luso-Brasileiro.

#### 4) Fotografias dos três Colóquios de Homenagem na BMEL, Guarda



**Fig. 25** – Alexandre Luís, Carlos Chaves Monteiro, Miguel Real, Carla Sofia Luís.



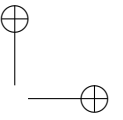
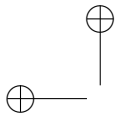
**Fig. 26** – Alexandre Luís, Carlos Chaves Monteiro, Miguel Real e Carla Sofia Luís.



**Fig. 27** – Assistência.



**Fig. 28** – Urbano Sidoncha, José Carlos Seabra Pereira, João Morgado, Reanto Epifâneo, Carla Sofia Luís.



**Fig. 29** – Assistência. Miguel Real, Filomena Oliveira, José Rosa Alexandre Luís, Paulo Abrantes.



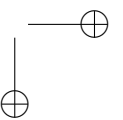
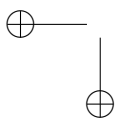
**Fig. 30** – Assistência. Vítor Amaral, Alexandra Isidro, Dulce Borges, José Carlos Seabra Pereira e esposa.

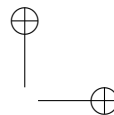


**Fig. 31** – Assistência.



**Fig. 32** – Carla Sofia Luís, Sofia Maria Luís, Filomena Oliveira, Miguel Real, Marta Costa, Dulce Borges.





**Fig. 33** – Miguel Real, Seabra Pereira e esposa, Urbano Sidoncha, João Morgado, Alexandre Luís e Carla Sofia Luís.



**Fig. 34** – Carlos Chaves Monteiro, Carla Sofia Luís, Miguel Real, João Morgado.



**Fig. 35** – Miguel Real.



**Fig. 36** – Gabriel Magalhães, Filomena Oliveira, Maria Luísa Paolinelli, Álvaro Manuel Machado, João Morgado, Miguel Real.







**Fig. 37** – Daniel Henri-Pageaux, Gabriel Magalhães, Filomena Oliveira, Maria Luísa Paolinelli, Álvaro Manuel Machado, João Morgado.



**Fig. 38** – Miguel Real, Maria Luísa Paolinelli, João Morgado, Sofia Maria Luís, Urbano Sidoncha, Filomena Oliveira, Alexandre Luís.



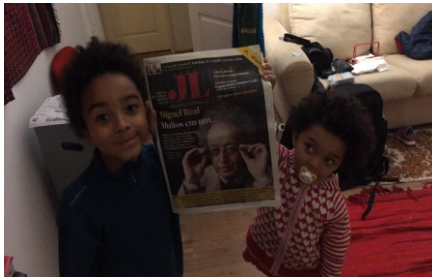
**Fig. 39** – Assistência da peça *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (Teatro Municipal da Guarda).



**Fig. 40** – Convívio subsequente à exibição da peça *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Filomena Oliveira, Alfa Martins, David Martins, Carla Sofia Luís, Noa Martins, Sofia Maria Luís, Bebé.



### 5) Outras fotografias de familiares e amigos



**Fig. 41** – Alfa Martins e Noa Martins (netos de Miguel Real) a segurar o JL (grande entrevista dedicada a Miguel Real).



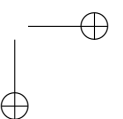
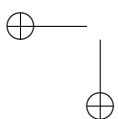
**Fig. 42** – Os quatro Anjos.



**Fig. 43** – No *Menina e Moça* com o *Último Europeu* em português e em italiano.

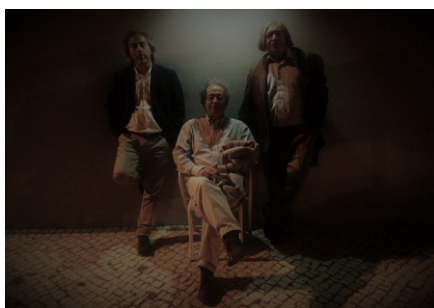


**Fig. 44** – No *Menina e Moça* com Pilar, Francesco e Cristina.





**Fig. 45** – Biblioteca Miguel Real - ONG ÚNICA, Bissau.



**Fig. 46** – Marcelo, Miguel Real e Manuel na *Auto-Estrada Fundão* – Lisboa, 1hora da Manhã.



**Fig. 47** – Miguel Real em Buenos Aires (vista a partir do Uruguai).



**Fig. 48** – Miguel Real apresenta *O Diário dos Imperfeitos* de João Morgado.





**Fig. 49** – Miguel Real apresenta o livro *Língua e Estilo: um Estudo da Obra Narrativa de Mário Cláudio* (BMEL, Guarda). Alexandre Luís, Carla Sofia Luís, Miguel Real, Gabriel Magalhães, André Barata.



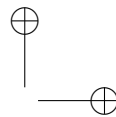
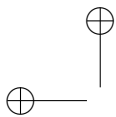
**Fig. 50** – Congresso Internacional Vida e Obra de Mário Cláudio. Alexandre Luís, Paulo Osório, António Torrão, António Rocha, João Canavilhas, Miguel Real, Carla Sofia Luís.



**Fig. 51** – Miguel Real e Annabela Rita apresentam o livro *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro* (UBI, Covilhã). Miguel Real, Annabela Rita, Carla Sofia Luís, José Rosa.



**Fig. 52** – Encontro *Tarde de Cultura Portuguesa*: Carla Sofia Luís apresenta *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (UBI, Covilhã). Urbano Sidoncha, Miguel Real, Filomena Oliveira, Carla Sofia Luís, Alexandre Luís.



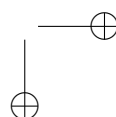
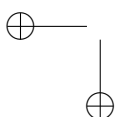
**Fig. 53** – Encontro *Tarde de Cultura Portuguesa*. José Rosa, Paulo Serra.

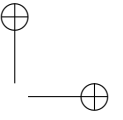
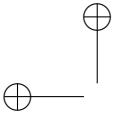


**Fig. 54** – Congresso dedicado a Jesué Pinharanda Gomes (Sabugal). Miguel Real rodeado de vários amigos, muitos deles da UBI.

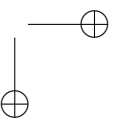
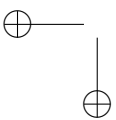


**Fig. 55** – Miguel Real: “Muitos em Um...”





## 4.5. TABULA GRATULATORIA



Alexandre António da Costa LUÍS  
Universidade da Beira Interior

Álvaro Manuel MACHADO  
Professor Catedrático jubilado da Universidade Nova de Lisboa

Ana Alexandra Seabra de CARVALHO  
Universidade do Algarve, CLEPUL

Ana Marques GASTÃO  
Universidade de Lisboa, CLEPUL

Ana Paula FERNANDES  
CLEPUL

Angeli ROSE  
Coletivo Mulheres Artistas, UFRJ, AILB, AVL, ALG, FEBACLA,  
CONCLAB, CONNINTER, NALAP, AMBA, ABARS

António da Costa GODINHO

António Manuel de Andrade MONIZ  
CHAM-UNL, UÇ

Bernardette CAPELO-PEREIRA

Brasilino GODINHO

Bruno Ferreira COSTA  
Universidade da Beira Interior

Burghard BALTRUSCH  
I Cátedra Internacional José Saramago da Universidade de Vigo

Carla Sofia Gomes Xavier LUÍS  
Universidade da Beira Interior

Catarina VALVERDE

Celeste Ribeiro da SILVA

Cristiana Lucas SILVA  
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, CLEPUL



Daniela MARCHESCHI  
Fondazione Dino Terra, Italia

Demba THIAM  
Universidade Assane SECK de Ziguinchor Senegal

Dionísio Vila MAIOR  
Universidade Aberta

Duarte Drumond BRAGA  
CEC-Centro de Estudos Comparatistas

Enrico Martines  
Università di Parma

Fabrizio BOSCAGLIA  
Área de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona

Fernando Matos OLIVEIRA  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Fernando Pinto do AMARAL  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Flavia Maria CORRADIN  
Universidade de São Paulo

Fondazione Dino Terra  
Italia

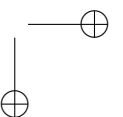
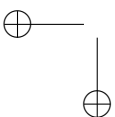
Francisco Nuno RAMOS  
Observatório da Língua Portuguesa

Giorgio de MARCHIS  
Università degli Studi Roma Tre

Hélder Mendes BAIÃO  
Universidade de Berna

Isabel BALTAZAR  
IHC, NOVA FCSH

Isabel da Veiga CABRAL  
AHP-Aldeias Históricas de Portugal, Património e Memória



Isabel NERY  
Universidade de Lisboa

Isabel Pires de LIMA  
Professora Emérita da Universidade do Porto

João Carlos Firmino Andrade de CARVALHO  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

Joaquim FERNANDES  
Centro Transdisciplinar de Estudos da Consciência  
Universidade Fernando Pessoa

José de SOUZA  
Universidade da Beira Interior

José Maria Silva ROSA  
Universidade da Beira Interior

Luís Machado de ABREU  
Universidade de Aveiro

Luís de ARAÚJO  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Luís LÓIA  
Universidade Católica Portuguesa

Manuel CURADO  
Universidade do Minho

Marcelo G. OLIVEIRA  
Universidade Europeia

Marco Daniel DUARTE  
CLEPUL

Marcos Rogério Heck DORNELES  
Curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Maria Celeste NATÁRIO  
Universidade do Porto



Maria das Graças do NASCIMENTO  
Universidade de Coimbra

Maria do Carmo Cardoso MENDES  
Universidade do Minho

Maria Graciete BESSE  
Sorbonne Université (Paris 4)

Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de LEÃO  
Professora Catedrática da Universidade Fernando Pessoa

Maria Isabel Morán CABANAS  
Universidade de Santiago de Compostela

Maria João COUTINHO  
CLEPUL, FLUL

Maria João REYNAUD  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Maria Luísa de Castro SOARES  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Maria Luísa Malato BORRALHO  
Faculdade de Letras, Universidade do Porto

Maria Luísa Ribeiro FERREIRA  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

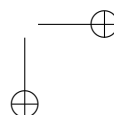
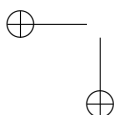
Mariagrazia RUSSO  
Università degli Studi Internazionali di Roma

Martinho SOARES  
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

Mário Vítor BASTOS  
Universidade de Lisboa

Micaela RAMON  
Universidade do Minho, Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

Miguel KOLEFF  
Facultad de Lenguas, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina



- Noémia Jorge  
Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa  
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Politécnico de Leiria
- Norberto de Oliveira MANSO  
Colega na docência no ensino secundário.  
Cumplididades em torno do amigo comum: Pinharanda Gomes
- Orietta ABBATI  
Universidade de Turim
- Paulo Ferreira da CUNHA  
Supremo Tribunal de Justiça
- Pedro ALBUQUERQUE  
FCT, Uniarq, Universidad de Sevilla,  
Cátedra CIPSH de Estudos Globais, UAb
- Regina BRITO  
Universidade Mackenzie
- Roberto Bezerra de MENEZES  
Universidade Federal de Minas Gerais, CAPES
- Sandra LEANDRO  
Universidade de Évora
- Sandra Teixeira de FARIA  
Universidad Complutense de Madrid
- Sérgio Luís de CARVALHO  
Agrupamento de Escolas de Mem Martins
- Silvana Maria Pessôa de OLIVEIRA  
Universidade Federal de Minas Gerais
- Sofia de Melo ARAÚJO  
FLUP, ESE-IPP
- Susana Mourato ALVES-JESUS  
CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Vítor Pena VIÇOSO  
Universidade de Lisboa